

PIXO

REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE

alternativas para a cidade II

n.38, v.10
inverno de 2026

PIXO

REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE

Foto: Gustavo Nagib

alternativas para a cidade II

n.38, v.10
inverno de 2026

CIDADE CONTEMPORANEIDADE

Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas,
Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11
https://wp.ufpel.edu.br/cmaisc/
e-mail: revistapixo@gmail.com

A Revista Pixo é uma publicação conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) “Cidade+Contemporaneidade”, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e “Arquitetura, Derrida e Aproximações”, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Revista digital disponível em:

https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/index

ISSN 2526-7310

Editores Responsáveis
EDUARDO ROCHA
FERNANDO FREITAS FUÃO

Editores Associados
GUSTAVO NAGIB
KATIA ATSUMI NAKAYAMA

Comitê Científico e Conselho Editorial
ADRIANA ARÁUJO PORTELLA
ADRIANA GONI MAZZITELLI
ADRIANE BORDA ALMEIDA DA SILVA
ALEXANDRE PEREIRA SANTOS
ANA MARIA ALBANI DE CARVALHO
ANA PAULA VIECELI
ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO
ANGELA MARIA ENDLICH
ANGELA RAFFIN POHLMANN
BÁRBARA DE BÁRBARA HYPOLITO
BEATRIZ DORFMAN
CARLA GONÇALVES RODRIGUES
CARLOS NIGRO
CARMEN ANITA HOFFMANN
CAROLINA CLASEN
CAROLINA CORRÊA ROCHEFORT
CAROLINA MENDONÇA FERNANDES DE BARROS
CELMA PAESE
CHRISTIANO PICCIONI TORALLES
CLÁUDIA MARIZA MATTOS BRANDÃO
CRISTHIAN MOREIRA BRUM
CRISTINE JAQUES RIBEIRO
DÉBORA SOUTO ALLEMAND
DIRCE ELEONORA NIGRO SOLIS
EDUARDA AZEVEDO GONÇALVES
EDUARDO GRALA DA CUNHA
ELIANA MARA PELLERANO KUSTER
EMANUELA DI FELICE
FÁBIO BORTOLI
FERNANDA TOMIELLO
FRANCESCO CARERI
FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA
GISELE SILVA PEREIRA
GUSTAVO DE OLIVEIRA NUNES
HARTMUT GÜNTHER
HAYDEÉ BEATRIZ ESCUDERO
HELENE GOMES SACCO CARBONE
IAZANA GUIZZO
IGOR GUATELLI
JAMES MIYAMOTO
JOSÉ CARLOS MOTA
JOSIANE FRANKEN CORRÊA
JUAN MANUEL DIEZ TETAMANTI
JULIAN GRUB
LALINE ELISANGELA CENCI
LAURA LOPES CEZAR
LAURA NOVO DE AZEVEDO
LAURA RUDZEWICZ
LISANDRA FACHINELLO KREBS
LIZIANE DE OLIVEIRA JORGE
LORENA MAIA RESENDE
LUANA PAVAN DETONI
MARCELO ROBERTO GOBATTO
MARC WEISS
MÁRCIO PIZARRO NORONHA
MARIA IVONE DOS SANTOS
MARKUS TOMASELLI
MAURICIO COUTO POLIDORI
PAOLA BERENSTEIN JACQUES
PAULO AFONSO RHEINGANTZ
PRISCILA PAVAN DETONI
RAFAELA BARROS DE PINHO
RAQUEL PURPER
RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO
ROBERTA KRAHE EDELWEISS
SHIRLEY TERRA LARA DOS SANTOS
SYLVIO ARNOLDO DICK JANTZEN
TAÍS BELTRAME DOS SANTOS
THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELA
VALENTINA MACHADO
VANESSA FORNECK
VICENTE MEDINA

Equipe Técnica
JAQUELINE TAKAHASHI

Suporte Técnico
JAQUELINE TAKAHASHI

Revisão Linguística
ANA DOS SANTOS MAIA
PIERRE MOREIRA DOS SANTOS

Diagramação
EDUARDO ROCHA

Fotos das capas
GUSTAVO NAGIB

apresentação

A 38ª Edição da Revista PIXO, organizada a partir da chamada temática “Alternativas para a cidade no Capitaloceno”, propõe uma reflexão crítica sobre os modos contemporâneos de produção, apropriação e transformação das cidades diante da intensificação das crises climáticas, ecológicas, sociais e políticas que caracterizam o Capitaloceno. Partindo da compreensão de que tais crises não constituem fenômenos isolados, mas expressões de um modelo histórico de exploração da natureza, dos territórios e das formas de vida, o dossiê reúne contribuições que investigam práticas, experiências e imaginários capazes de tensionar as lógicas urbanas dominantes e de apontar outras possibilidades de habitar o mundo. Nesse contexto, acolhem-se pesquisas que abordem alternativas urbanas construídas a partir da justiça socioambiental, da adaptação às mudanças climáticas, das infraestruturas ecológicas, das cidades sensíveis, dos comuns urbanos, das experiências comunitárias, das pedagogias do território, das caminhografias, das cartografias críticas, das práticas projetuais insurgentes, dos saberes locais e das relações entre arquitetura, urbanismo, paisagem e ecologia, reconhecendo que pensar alternativas para a cidade implica imaginar futuros mais justos, resilientes e comprometidos com a diversidade das formas de vida.

A PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno), dedicada à publicação de artigos, ensaios, entrevistas e resenhas, redigidos em português, inglês ou espanhol, organizados em números temáticos. Sua abordagem multidisciplinar se volta às questões da sociedade contemporânea, especialmente nas relações entre arquitetura e cidade, habitando as fronteiras da filosofia, das artes e da educação, com o objetivo de fomentar ações projetuais, críticas e afectivas comprometidas com uma ética e estética urbana sensível à diversidade de modos de existir.

A revista é uma iniciativa conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) Cidade+Contemporaneidade, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e Arquitetura, Derrida e Aproximações, do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Agradecimento às revisoras e revisores da edição: Isabella Khaun Maricatto, Vanessa Bosenbecker, Flávio Bragaia, Fernando Tulio Salva Rocha Franco, Lívia Paula Zanelli de Morais, Carolina Ritter, Bárbara de Bárbara Hypolito, Sara Rebello, Flavio Higuchi Hirao, Aline Silva Santos, Tais Beltrame dos Santos, Ruth Cuiá Troncarelli, Maísa Fonseca de Almeida, Francine Mariliz Gramacho Sakata, Mariana Cicuto Barros, Maitê Bueno Pinheiro, Guilherme Reis Ranieri, José Henrique Carlúcio Cordeiro, Aline da Silva Escórcio Ribeiro, Paula Neumann Novack, Janaina Stédile, Tarcísio Dorn de Oliveira, Lisandra Fachinello Krebs, Tatiana Reis, Shirley dos Santos, Fernanda Cantarim, Lorena Maia, Vanessa Forneck, Silvia Helena Cardoso, Larissa Morschbacker, Fernanda Tomiello, Celma Paese, Luana Pavan Detoni, Gabriel Fernandes, Jordana Berchon, Gabriele Vargas, Hugo Kamiya e Fernando Fuão.

Eduardo Rocha, Gustavo Nagib e Katia Atsumi Nakayama

Inverno de 2026

sumário

editorial

ALTERNATIVAS PARA A CIDADE II
Insurgências e alternativas: horizontes contra-hegemônicos no Capitaloceno.....10-15
Gustavo Nagib e Katia Atsumi Nakayama

autor@s convidad@s

PAISAGEM EM DESTAQUE
Percursos, gestos e um "Reels" de possibilidades na Lagoa do Jacaré.....18-29
Doriane Azevedo, William Moraes, Akemilly Luisa Dias dos Santos, Guilherme Montanher e David Garlet

artigos e ensaios

MAPEANDO A POIESIS
Trajetórias conceituais para um outro habitar possível no Capitaloceno....32-57
Carolina Akemi Martins Morita Nakahara e Lívia Nobre Baldochi

A CIDADE QUE SE DESENHA EM NARRATIVAS
Escutas cotidianas e lugares de afeto como caminhos para compreender o urbano.....58-75
Vitor Maciel de Britto Cunha e Sofia Vezzaro Taiarol

HIDROLÓGICAS
Um mapeamento geopoético das águas para a saúde planetária.....76-95
Ana Carolina Santos Vicente, Córrego do Saracura, Geandre Tomazoni, Laura Hylodes, Maria Gascho Barbosa Reis, Ribeirão Anhumas, Ribeirão Baguaçu e Ribeirão São Bartolomeu

SOCIOCARTOGRAMAS EN AUCH
Una metodología lúdica para cartografiar culturas, movilidades y vida cotidiana.....96-121
Juan Manuel Diez Tetamanti

FOTOGRAFIA COMO MEMÓRIA E AFETO
Escutas fotográficas entre a presença e a ausência do meu avô no Capitaloceno.....122-141
Gabriela Santiago Xavier

CARTOGRAFIAS TEMPORÁRIAS DO NORDESTE
Os novíssimos movimentos sociais na produção do espaço urbano.....142-163
Manuela Cristina Rêgo de Carvalho

CARTOGRAFIA SOCIAL FAMILIAR
COMO FERRAMENTA DE REPARAÇÃO
APÓS O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA/MG..164-185
Gabriel Mateus Silva Leite, Monique Sanches Marques e Laís Jabace Maia

COMO PROTEGER A CAPACIDADE
DE CONTAR OUTRAS HISTÓRIAS DE PAISAGEM?
Contranarrativas além do desenvolvimento e da ruína.....186-201
Gabriel Schvarsberg e Glaucineide do Nascimento Coelho

NOTAS DELIRANTES PARA A RETOMADA DAS CIDADES.....202-215
Carolina Clasen e Alyssa Volpini

CIDADE, CORPO, ARQUITETURA
Cosmopolítica pelos mutirões.....216-239
Douglas Silveira Martini e Eber Pires Marzulo

PERIFERIAS EM CIRCULAÇÃO
Movimentos culturais e insurgência urbana nas periferias de São Paulo....240-255
Amanda Machado de Liz

MULHERES INSURGENTES
Outras maneiras de ocupar na Região Metropolitana de Goiânia.....256-271
Carolina Vivas da Costa Milagre, Maribel del Carmen Aliaga Fuentes, Daniela Judith Cortez Martínez e Marina Botelho Gardés

O *GRAFFITI* COMO FISSURA NO CAPITALOCENO
Produção da cidade entre arte e experiência urbana.....272-287
Gabriele Vargas e Eduardo Rocha

O PIXO COMO AÇÃO DE ATIVAÇÃO, REATIVAÇÃO
E TRANSGRESSÃO DE LUGARES.....288-307
Giesse Monteiro Alves de Andrade e Igor Guatelli

O MURAL DE GRAFITE COMO DISPOSITIVO URBANO
QUE REORGANIZA PERCEPÇÕES.....308-319
Gustavo Lassala

HELLO, RAIN E O AFROFUTURISMO DE NOLLYWOOD
Espaços urbanos insurgentes no imaginário sci-fi do Capitaloceno.....320-339
Arthur Simon Zanella

FINCAR OS PÉS
Migração, corpo e refúgios em tempos de Antropoceno.....340-355
Samira Proêza

A POLÍTICA DA LENTIDÃO
Seres lentos e insurgências no urbanismo dromocrático.....356-379
Taís Beltrame dos Santos

ENTRE DESIGUALDADES E INTERDEPENDÊCIAS
Territórios do Cuidado como Estratégia de Transformação.....380-399
Norma Gislene Urban Gomes

PLANEJAMENTO TERRITORIAL, SAÚDE
E JUSTIÇA AMBIENTAL EM DIÁLOGO
Fundamentos para uma política integrada.....400-425
Marília Baldo Simões e Hugo Kamiya Tsuitsui

PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE GENTRIFICAÇÃO
NO PASSO DOS NEGROS E NA ESTRADA DO ENGENHO, PELOTAS/RS..426-445
Gabriela Droppa Trentin, Eduardo da Silva e Silva,
Jaqueline Harumi Dias Takahashi e Eduardo Rocha

TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA DE LOCAÇÕES DE CURTA DURAÇÃO
COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA HABITACIONAL.....446-461
Rafael Kalinoski e Mario Prokopiuk

SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA COMO ALTERNATIVA
PARA A CIDADE E PARA A DRENAGEM URBANA NO CAPITALOCENO
Uma Revisão Sistemática da Literatura.....462-475
Rithiele Gonçalves Araujo, Luana Helena Loureiro Alves dos Santos,
Thais Lemos da Silveira, Agnes Ramos Rodrigues, Natália dos Santos Petry,
Juliana Tasca Tissot e Nirce Saffer Medvedovski

TRÊS IDEIAS PARA A CIDADE CONTEMPORÂNEA
Renaturalização, espaços abertos e continuidade do ambiente natural...476-495
Maurício Couto Polidori e Fernanda Tomiello

MULTIFUNCIONALIDADES DA PAISAGEM
Oportunidades do Sistema de Espaços Livres para Erechim/RS.....496-515
Júlia Somavilla Dorigon e Daiane Regina Valentini

URBANISMO LÚDICO COMO EXPRESSÃO DO DIREITO À CIDADE
Propostas de intervenção no entorno de escolas municipais
do Coroado, em São Luís/MA.....516-537
Diego Victor Moreira Roland e Melina Yumi Fujiwara

MOBILIDADE COMO ATO POLÍTICO
Cicloativismo e a reconfiguração do espaço público.....538-547
Denis Ramón Funes Flores

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO MEIO DE DEBATE
E PROPOSIÇÃO PARA A MOBILIDADE ATIVA
O caso de Rio Branco do Sul/PR.....548-565
Fernanda Cantarim e Eduardo Sinegaglia

TRANSFORMAÇÕES NA MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL
Uma análise do sistema *Bicing*.....566-585
Laura Lopes Cezar

processos e projetos

PROJETO CIDADE QUE EDUCA
O início de um processo na Vila São José em São Carlos.....588-601
Amanda Saba Ruggiero, Renata Bovo Peres, Carolina Akemi Martins Morita Nakahara,
Guilherme Alves de Souza e Manuela Gaio Filla

parede

PEDALAR POR RIOS
Os trajetos do Pedal Hidrográfico
na região metropolitana de São Paulo.....604-609
Barbara Monfrinato

editorial



Foto: Gustavo Nagib.

ALTERNATIVAS PARA A CIDADE II
Insurgências e alternativas: horizontes contra-hegemônicos no Capitaloceno

Gustavo Nagib[1] e Katia Atsumi Nakayama[2]

De repente, tem-se a sensação de um grande colapso planetário. Não é raro deparar-se com a palavra “apocalipse” em textos jornalísticos, literários ou científicos. O Capitaloceno realiza-se no cotidiano: grandes queimadas, enchentes, deslizamentos de terra, escassez de água doce, entre outras manifestações da crise socioambiental, às quais se somam os deslocamentos humanos forçados e as desigualdades climáticas. O espaço urbano está no centro desta crise, concentrando a grande maioria da população brasileira e a maior parte da população mundial, além de evidenciar profundas desigualdades socioespaciais, formas de hierarquização, segregação e fragmentação socioespacial, intensas modificações dos sistemas naturais, elevada impermeabilização dos solos, restrições à biodiversidade urbana e enfraquecimento das conexões entre as sociedades urbanas e os ciclos da natureza.

O Capitaloceno se associa, ainda, a uma profunda crise política nas mais diversas sociedades. O contexto atual revela sinais de possível enfraquecimento das democracias e de ascensão da extrema direita em diversos países. No caso brasileiro, o Capitaloceno vem acompanhado de indicativos da expansão do discurso conservador, da retomada da pauta de costumes no centro do debate político, do crescimento do negacionismo científico, das ameaças aos direitos humanos e da relativização da democracia. Ademais, o atual debate socioambiental aponta para preocupações relacionadas a queimadas criminosas na Amazônia, a ameaças aos territórios indígenas e a avanços da fronteira agropecuária sobre domínios naturais. Os campos simbólico e material entrelaçam-se em um novo plano político e espacial, no qual as ideias de futuro se confundem com a possibilidade de alcançá-lo, diante das dúvidas e dos conflitos do presente. A disputa parece se estabelecer entre aqueles que enxergam um futuro comum e aqueles que recorrem a um individualismo exacerbado, que tende a enfraquecer a compaixão, a solidariedade e a cooperação.

Complementarmente, considera-se aqui que a crise ecológica está instalada no espaço urbano, compreendido como produção social e base material na qual podem ser constatados os desafios socioambientais decorrentes do Capitaloceno e, dialeticamente, identificadas as transformações socioestruturais que indicam alternativas à sua superação. Neste escopo, desponta um conjunto de iniciativas preocupadas com a habitabilidade nas cidades de diferentes portes demográficos e de variados graus de influência na rede urbana a que pertencem. Mas quais seriam as insurgências frente ao Capitaloceno capazes de transformar a lógica hegemônica de produção do espaço urbano? Há, sim, diferentes maneiras de pensar as cidades.
Reunir os trabalhos deste número 38 foi, neste sentido, um exercício de aproximação entre diferentes formas de pesquisar, analisar, interpretar, narrar e experimentar a cidade. Os textos contemplam distintas escalas, territórios, representações e abordagens metodológicas, aproximando cartografias, ensaios, caminhadas, fotografias, narrativas, práticas participativas, experiências de extensão, reflexões teóricas e proposições. Em comum, eles buscam alternativas à ideia de uma cidade fadada ao Capitaloceno e procuram reconhecer aquilo que emerge das experiências concretas de seus habitantes.

É a partir desta diversidade que organizamos este número 38 em quatro eixos principais: *cartografias, narrativas e afeto*; *corpos e culturas*; *cuidado, justiça socioambiental e políticas de transformação*; *renaturalização, espaço público, práticas coletivas e mobilidade*. Os eixos se atravessam e se integram. As cartografias são também formas de cuidado; os corpos participam da produção da cultura e do território; a mobilidade é atravessada por desigualdades e disputas; a renaturalização não pode ser dissociada da justiça socioambiental; e as práticas coletivas revelam outras formas de imaginar e transformar a cidade.

Abrimos este número propositalmente com uma poesia sensível que aproxima saberes de diferentes gerações. Doriane Azevedo, William Moraes, Akemilly Luisa Dias dos Santos, Guilherme Montanher e David Garlet em **Paisagem em destaque: percursos, gestos e um “Reels” de possibilidades na Lagoa do Jacaré**, apresentam uma experiência de extensão universitária que aproxima crianças da paisagem por meio de caminhadas, registros e dinâmicas inspiradas nas redes sociais. O percurso feito pelos autores na lagoa revela memórias, conflitos e possibilidades de transformação do território.

No primeiro eixo – *cartografias, narrativas e afeto* –, reunimos os trabalhos que deslocam a cartografia de uma representação acabada do território e a compreendem como prática de escuta, experiência e produção de conhecimento. Em **Mapeando a *poiesis*: trajetórias conceituais para um outro habitar possível no Capitaloceno**, Carolina Akemi Martins Morita Nakahara e Lívia Nobre Baldochi percorrem a produção acadêmica recente sobre a *poiesis* e o habitar. Já no artigo **A cidade que se desenha em narrativas: escutas cotidianas e lugares de afeto como caminhos para compreender o urbano**, de Vitor Maciel de Britto Cunha e Sofia Vezzaro Taiarol, parte de conversas, cartografias, croquis e instrumentos de avaliação pós-ocupação para revelar, em São Lourenço/MG, narrativas que ultrapassam a imagem turística da cidade e se vinculam ao trabalho, ao esporte, à espiritualidade, às memórias e à convivência.

As águas também aparecem como possibilidade de cartografar aquilo que atravessa territórios em **Hidrológicas: um mapeamento geopoético das águas para a saúde planetária**, de Ana Carolina Santos Vicente, Córrego do Saracura, Geandre Tomazoni, Laura Hylodes, Maria Gascho Barbosa Reis, Ribeirão Anhumas, Ribeirão Baguaçu e Ribeirão São Bartolomeu. Em **Sociocartogramas en Auch: una metodología lúdica para cartografiar culturas, movilidades y vida cotidiana**, Juan Manuel Diez Tetamanti apresenta uma metodologia dos sociocartogramas para compreender experiências territoriais em Auch, na França. A eles se aproxima **Fotografia como memória e afeto: escutas fotográficas entre a presença e a ausência do meu avô no Capitaloceno**, de Gabriela Santiago Xavier, que transforma o acervo familiar e a trajetória de seu avô em ferramenta para discutir memória, saberes populares, autogestão da moradia e direito à cidade em meio ao Capitaloceno. Também neste eixo, **Cartografias temporárias do Nordeste: os novíssimos movimentos sociais na produção do espaço urbano**, de Manuela Cristina Rêgo de Carvalho, acompanha movimentos e coletivos articulados em redes e nas ruas, reunindo pautas ecológicas, feministas, antirracistas, decoloniais e anti-heteronormativas.

1 Pesquisador do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR). Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).
2 Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Arquiteta e urbanista, Mestre e Doutora em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Neste primeiro eixo, também apresentamos o artigo **Cartografia social familiar como ferramenta de reparação após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG**, de Gabriel Mateus Silva Leite, Monique Sanches Marques e Laís Jabace Maia, os quais questionam o modelo neoliberal de exploração mineral a partir das consequências territoriais do desastre-crime de Mariana. Ao analisar o processo de cadastramento das perdas e dos danos conduzido pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, os autores discutem os limites das metodologias convencionais de registro e representação das experiências das populações atingidas. Finalizamos o eixo com o artigo **Como proteger a capacidade de contar outras histórias de paisagem? Contranarrativas além do desenvolvimento e da ruína**, de Gabriel Schvarsberg e Glaucineide do Nascimento Coelho, os quais discutem a produção das paisagens a partir de sua dimensão narrativa, questionando as relações de autoridade, seleção e apagamento. Ao problematizar as heranças coloniais e a lógica capitalista que moldam o imaginário ocidental, o trabalho defende a construção de ecologias situadas e de modos de vida enredados nos territórios, capazes de abrir possibilidades.

O segundo eixo – *corpos e culturas* – desloca a atenção para os sujeitos que, ao ocupar, circular, festejar, trabalhar, criar e reivindicar, produzem outras formas de presença na cidade. Iniciamos o eixo com o artigo **Notas delirantes para a retomada das cidades**, de Carolina Clasen e Alyssa Volpini, as quais aproximam os temas sobre pandemia, corpo e festa para refletir sobre as formas de ocupação e reivindicação da cidade. A partir de registros históricos e imagéticos, o trabalho recupera manifestações festivas e insurgentes como gestos capazes de reativar a dimensão pública da vida urbana. Nesse eixo também se encontra o artigo **Cidade, corpo, arquitetura: cosmopolítica pelos mutirões**, de Douglas Silveira Martini e Eber Pires Marzulo, que acompanham práticas de mutirão, cooperação e ajuda mútua desenvolvidas junto a coletivos e movimentos sociais. Esta dimensão coletiva da produção do espaço também atravessa **Periferias em circulação: movimentos culturais e insurgência urbana nas periferias de São Paulo**, de Amanda Machado de Liz, que analisa o rap, o grafite e a pixação como práticas capazes de desafiar a segregação e produzir novas formas de presença, circulação e visibilidade dos sujeitos periféricos. As mulheres também aparecem como protagonistas da produção cotidiana dos territórios em **Mulheres insurgentes: outras maneiras de ocupar na Região Metropolitana de Goiânia**, de Carolina Vivas da Costa Milagre, Maribel del Carmen Aliaga Fuentes, Daniela Judith Cortez Martínez e Marina Botelho Gardés.

O grafite e a pixação atravessam outros trabalhos deste eixo. Em **O *graffiti* como fissura no Capitaloceno: produção da cidade entre arte e experiência urbana**, Gabriele Vargas e Eduardo Rocha investigam situações em que o grafite produz aberturas nas formas dominantes de perceber, percorrer e apropriar-se da cidade. Já **O pixo como ação de ativação, reativação e transgressão de lugares** de Giesse Monteiro Alves de Andrade e Igor Guatelli, interpreta a pixação em São Paulo como prática insurgente e instrumento de luta social, tensionando as relações entre patrimônio, direito à cidade e justiça territorial. Em **O mural de grafite como dispositivo urbano que reorganiza percepções**, Gustavo Lassala retoma experiências como o "Mural da Luz" e o mural "Salve o Tapajós" para discutir as relações entre arte urbana, políticas públicas, ativismos e regimes de visibilidade.

Ampliando a discussão neste segundo eixo, em **Hello, Rain e o afrofuturismo de Nollywood: espaços urbanos insurgentes no imaginário sci-fi do Capitaloceno**, Arthur Simon Zanella questiona os futuros urbanos padronizados pela ficção científica ocidental e encontra no Afrofuturismo e no Africanofuturismo possibilidades de imaginar outros futuros a partir de cosmologias, corpos e territorialidades africanas. E Samira Proêza, em **Fincar os pés: migração, corpo e refúgios em tempos de Antropoceno**, acompanha a trajetória de Lena, mulher chola quéchua de Cochabamba, na Villa 31, em Buenos Aires. O corpo-território, atravessado por gênero, raça, colonialidade e migração, torna-se ponto de partida para compreender as rupturas provocadas pela crise socioecológica.

O terceiro eixo – *cuidado, justiça socioambiental e políticas de transformação* – reúne trabalhos que questionam a produção desigual do espaço, propondo deslocar o planejamento para a centralidade da reprodução da vida. Em **A política da lentidão: seres lentos e insurgências no urbanismo dromocrático**, Taís Beltrame dos Santos questiona a aceleração como princípio organizador das cidades. Idosos, crianças, ambulantes e populações tradicionais que introduzem fricções no tecido urbano e revelam outras possibilidades de habitar, baseadas na demora, na permanência e na reciprocidade. No artigo de Norma Gislene Urban Gomes, **Entre desigualdades e interdependências: territórios do cuidado como estratégia de transformação,** a autora articula urbanismo feminista e crítica às políticas habitacionais orientadas pelo mercado**.** O estudo propõe compreender a habitação como infraestrutura social do cuidado, deslocando-a de uma condição de produto para a de espaço ampliado de reprodução da vida.

Em **Planejamento territorial, saúde e justiça ambiental em diálogo: fundamentos para uma política integrada**, Marília Baldo Simões e Hugo Kamiya Tsuitsui discutem uma abordagem multiescalar capaz de articular habitação, mobilidade, sistemas de espaços livres, interseccionalidade, cuidado, envelhecimento e práticas alimentares, por meio das experiências do Novo PAC e do Projeto Na Régua, no Rio de Janeiro. As disputas pela permanência aparecem em **Processos contemporâneos de gentrificação no Passo dos Negros e na Estrada do Engenho, Pelotas/RS**, de Gabriela Droppa Trentin, Eduardo da Silva e Silva, Jaqueline Harumi Dias Takahashi e Eduardo Rocha. A partir da Caminhografia Urbana e do debate sobre *rent gap*, financeirização e crise socioecológica, o trabalho acompanha as transformações de territórios historicamente construídos por comunidades locais. Por fim, neste mesmo eixo, Rafael Kalinoski e Mario Prokopiuk propõem um mecanismo de regulação das locações de curta duração em Curitiba, procurando enfrentar a mercantilização plataformizada da moradia e seus efeitos sobre o direito à habitação, em **Tributação progressiva de locações de curta duração como instrumento de governança habitacional**.

O quarto eixo – *renaturalização, espaço público, práticas coletivas e mobilidade* – reúne trabalhos que interrogam os modos convencionais de organizar a cidade e procuram reaproximar infraestrutura, natureza, espaço público e vida cotidiana. Em **Soluções baseadas na natureza como alternativa para a cidade e para a drenagem urbana no Capitaloceno: uma revisão sistemática da literatura**, Rithiele Gonçalves Araujo, Luana Helena Loureiro Alves dos Santos, Thais Lemos da Silveira, Agnes Ramos Rodrigues, Natália dos Santos Petry, Juliana Tasca Tissot e Nirce Saffer Medvedovski sistematizam a produção sobre soluções baseadas na natureza aplicadas à drenagem urbana, destacando suas possibilidades para o controle do escoamento, a qualidade da água, a recarga de aquíferos e a mitigação de eventos extremos. Em **Três ideias para a cidade contemporânea: renaturalização, espaços abertos e continuidade do ambiente natural**, Maurício Couto Polidori e Fernanda Tomiello apresentam a renaturalização não como simples ornamentação, mas como infraestrutura ecológica, articulada a redes verdes e azuis e a sistemas de espaços abertos. A discussão sobre a paisagem como sistema aparece também em **Multifuncionalidades da paisagem: oportunidades do Sistema de Espaços Livres para Erechim/RS**, de Júlia Somavilla Dorigon e Daiane Regina Valentini. A partir de ferramentas de planejamento territorial e SIG, o trabalho investiga possibilidades de estruturação de um sistema integrado e multifuncional da paisagem urbana, aproximando infraestrutura verde, espaços livres e enfrentamento dos eventos climáticos extremos.

A infância retorna, diretamente relacionada ao espaço público, em **Urbanismo lúdico como expressão do direito à cidade: propostas de intervenção no entorno de escolas municipais do Coroado, em São Luís/MA**, de Diego Victor Moreira Roland e Melina Yumi Fujiwara. A mobilidade, por sua vez, também é apresentada como campo de disputa política. Em **Mobilidade como ato político: cicloativismo e a reconfiguração do espaço público**, Denis Ramón Funes Flores acompanha ações de coletivos como Bike Anjo, CicloCidade, Ameciclo e Pedalinas, compreendendo bicicletadas, ocupações e redes de apoio como práticas insurgentes que produzem comuns urbanos e tensionam o urbanismo rodoviarista.

A relação entre universidade, poder público e transformação cotidiana aparece em **A extensão universitária como meio de debate e proposição para a mobilidade ativa: o caso de Rio Branco do Sul/PR**, de Fernanda Cantarim e Eduardo Sinegaglia. A experiência articula estudantes e prefeitura em atividades de campo, debates e proposição de escadarias públicas, evidenciando as possibilidades e também os limites das ações colaborativas. Também sobre mobilidade, o artigo **Transformações na mobilidade urbana sustentável: uma análise do sistema *Bicing***, de Laura Lopes Cezar, examina o sistema de bicicletas compartilhadas de Barcelona e sua integração com outros modos de transporte, discutindo seus impactos sobre o espaço público, os benefícios socioambientais e os desafios para a consolidação de formas mais sustentáveis de mobilidade.

Neste número, além dos quatro eixos, em “processos e projetos”, recebemos a contribuição de Amanda Saba Ruggiero, Renata Bovo Peres, Carolina Akemi Martins Morita Nakahara, Guilherme Alves de Souza e Manuela Gaio Filla, com **Projeto Cidade que Educa: o início de um processo na Vila São José em São Carlos.** A experiência, construída entre universidade e comunidade, parte de oficinas de escuta e de demandas locais para qualificar espaços públicos, acessos escolares e mobilidade ativa, reafirmando a cidade como espaço de aprendizagem, participação e exercício da cidadania.

Por fim, na seção “parede”, apreciamos o ensaio fotográfico sobre passeios ciclísticos que acompanham cursos d’água, inclusive aqueles soterrados ou encobertos pelo concreto, em **Pedalar por rios: os trajetos do Pedal Hidrográfico na região metropolitana de São Paulo**, de Barbara Monfrinato. A experiência também mobiliza práticas colaborativas de produção e compartilhamento de conhecimentos, valoriza a redescoberta da paisagem urbana e estimula a imaginação de outras formas de viver e percorrer a cidade.

Ao percorrer este número 38, bem como o seu complementar, o número 37, encontramos diferentes proposições para a produção do conhecimento e para a produção do espaço urbano. Há cartografias, fotografias, narrativas, plantios, caminhadas, pedais, festejos, mutirões, ocupações, resistências, projetos e representações das cidades. Há corpos que reivindicam presença, memórias que recusam o apagamento, águas que insistem em atravessar os territórios e práticas coletivas que abrem brechas na lógica hegemônica de (re)produção do espaço.

Talvez seja justamente nesta multiplicidade que esteja uma das principais forças destes dois números da *PIXO*. Os trabalhos aqui reunidos não apresentam uma única perspectiva aos desafios contemporâneos das cidades. Antes, indicam perguntas, alterações de rota e experimentações. Entre cartografias e narrativas, corpos e culturas, cuidado e justiça, natureza e mobilidade, eles revelam que transformar o espaço é também transformar os modos de representá-lo, narrá-lo e compartilhá-lo.

Agradecemos à equipe da revista *PIXO* pela parceria, em especial, a Eduardo Rocha e Jaqueline Takahashi, por acolherem estas discussões e oferecerem este precioso espaço para que diferentes perspectivas, experiências e formas de pensar a cidade pudessem se encontrar. Agradecemos pela abertura ao diálogo e pela possibilidade de reunir trabalhos que, a partir de distintas abordagens, indaguem a lógica hegemônica de conceber e (re)produzir o espaço urbano, ensaiando outras possibilidades de existência, convivência e transformação, necessárias em tempos de crise. Que estes números 37 e 38 da *PIXO* sigam reverberando para além de suas páginas, alimentando novas ideias, conversas, encontros e práticas. Boa leitura!

autor@s convidad@s

Foto: Gustavo Nagib.

PAISAGEM EM DESTAQUE
Percursos, gestos e um “Reels” de possibilidades na Lagoa do Jacaré

LANDSCAPE IN FOCUS
Routes, Gestures, and a “Reel” of Possibilities at Lagoa do Jacaré

Doriane Azevedo[1], William Moraes[2], Akemilly Luisa Dias dos Santos[3], Guilherme Montanher[4] e David Garlet[5]

Resumo
O texto apresenta uma experiência de extensão universitária realizada com estudantes da Escola Estadual Salim Nadaf junto à Lagoa do Jacaré, articulando caminhada, paisagem e território. Por meio de percursos, registros e dinâmicas inspiradas nas redes sociais, as crianças foram convidadas a observar, narrar e imaginar a paisagem cotidiana. A experiência aproximou diferentes saberes e gerações, revelando memórias, conflitos e possibilidades de transformação do território.
Palavras-chave: paisagem; território; caminhada; extensão universitária; infância.

Abstract
This text presents a university extension experience carried out with students from Salim Nadaf State School at Lagoa do Jacaré, connecting walking, landscape, and territory. Through routes, records, and activities inspired by social media, children were invited to observe, narrate, and imagine their everyday landscape. The experience brought together different forms of knowledge and generations, revealing memories, conflicts, and possibilities for transforming the territory.
Keywords: landscape; territory; walking; university extension; childhood.



1 Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Arquiteta e Urbanista, Mestra em História e Fundamentos do Urbanismo e da Urbanização e Doutora em Planejamento Urbano e Regional, ambos pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). Líder do Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional - ÉPURA e o Programa de Extensão ÉPURAinQUADRANTES, Integrante da Rede Nacional de Pesquisadores - Quadro da Paisagem-Sistema de Espaços Livres (Rede Quapá-SEL) e do Observatório de Cidades, Vilas e Territórios Amazônicos - AMAZONICIDADES.
2 Estudante do 9º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo / FAET/UFMT. Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional - ÉPURA. Extensionista no Projeto de Extensão - “ÉPURAinCAMPO - Lagoa do Jacaré/Várzea Grande/MT: Planejamento, Projeto e Gestão Participativa da Paisagem”.
3 Estudante do 5º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo / FAET/UFMT. Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional - ÉPURA. Extensionista no Projeto de Extensão - “ÉPURAinCAMPO - Lagoa do Jacaré/Várzea Grande/MT: Planejamento, Projeto e Gestão Participativa da Paisagem”.
4 Estudante do 9º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo / FAET/UFMT. Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional - ÉPURA. Extensionista no Projeto de Extensão - “ÉPURAinCAMPO - Lagoa do Jacaré/Várzea Grande/MT: Planejamento, Projeto e Gestão Participativa da Paisagem”.
5 Estudante do 5º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo / FAET/UFMT. Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional - ÉPURA. Extensionista no Projeto de Extensão - “ÉPURAinCAMPO - Lagoa do Jacaré/Várzea Grande/MT: Planejamento, Projeto e Gestão Participativa da Paisagem”.



As paisagens falam, exigem intérpretes atentos,

que caminham no território vivido, com a mente livre num futuro sonhado,

onde as limitações são como palavras dentro deste texto:

fragmentos ao vento, à espera de novos sentidos.

A Lagoa do Jacaré sussurra — ferida e engaiolada —

como quem sonha a própria liberdade,

mas permanece ali, entre o abandono e a espera.

Um território de brisa, água e vida, que guarda a memória de antigos moradores,

como um conto registrado, incerto de reencontro

que uma nova geração mal imagina.

E do convite aos passos pequenos,

surgiu um olhar que percorre o trajeto da casa à escola

e da escola ao mundo

A Equipe ÉPURA:

Na mesa, organiza mapas, adesivos e *post-its*

No território, percorre caminhos antigos;

Nas lições - revê que planejar é escuta atenta.

No início, respostas padrão, como quem cola do Aurélio sem convicção.

Depois, uma pausa;

e, como quem lança uma pedra no lago, provocamos:

Algo mais?

A água se abriu em ondas crescentes, arriscando palpites tímidos

Disputas pela resposta “certa”, entre risadas e brincadeiras.

com a atenção capturada, outro desafio:



Alguns palpites, algumas dúvidas, alguma coragem.

E assim, como quem disfarça serviço de brincadeira,

surgia a rede social da Lagoa:

os **Blogueirinhos da Paisagem**.



Influenciadores encarregados da **Publi da Lagoa, da Comunidade**

Com adesivos de *like*, favorito e salvar,

transformaram a caminhada em um *feed* vivo,

uma *timeline* de passos, sons e memórias,

que os planos oficiais nunca registram;

Seguíamos pelas ruas como quem rola a tela
:
arrastando sensações, fotografando cheiros,

gravando o que não costuma ser visto



No bate-perna rumo à Lagoa, caminhar virou gesto político.

As crianças avançavam entre risadas e espanto, disputando pranchetas

e a chance de narrar.

A cidade à altura dos doze anos é outra:

vias perigosas — carrerão resolve;

curva dos becos — medo inexplicável;

e sombra — urgência viva

No sol do Cerrado-Pantaneiro, sob a copa do ipê florido

vira oásis, respiro, tapete de flores, parada obrigatória.

Chegando à Lagoa do Jacaré: silêncio. Dúvidas.

O vento, acostumado a acariciar apenas folhas,

agora pentearia cabelos e bagunçaria mapas,

enquanto o sol, sossegado no verde, na umidade, no perfume da mata.

Quase invasores, olhos atravessando a grade:

víamos entulhos, lixo e degradação, sonhávamos o (im)possível.

No reflexo da água havia algo que os mais velhos pareciam esquecer:

pertencer também transforma

Em sala, uma roda final. Cada grupo revelava seu percurso

Nos relatos, a Lagoa surgia como medo, desejo, memória e anúncio.

Nas diretrizes, gestos de cuidado — pequenos, necessários —

desafiando o abandono com imaginação,

abrindo possibilidades de outros modos de ver o mundo.

Relembrava promessas sussurradas à comunidade — ao País:

Relatos costurando caminhos:

crianças, saberes sensíveis, extensão universitária, território.

Não foi oficina, foi encontro:

entre gerações, entre modos de viver,

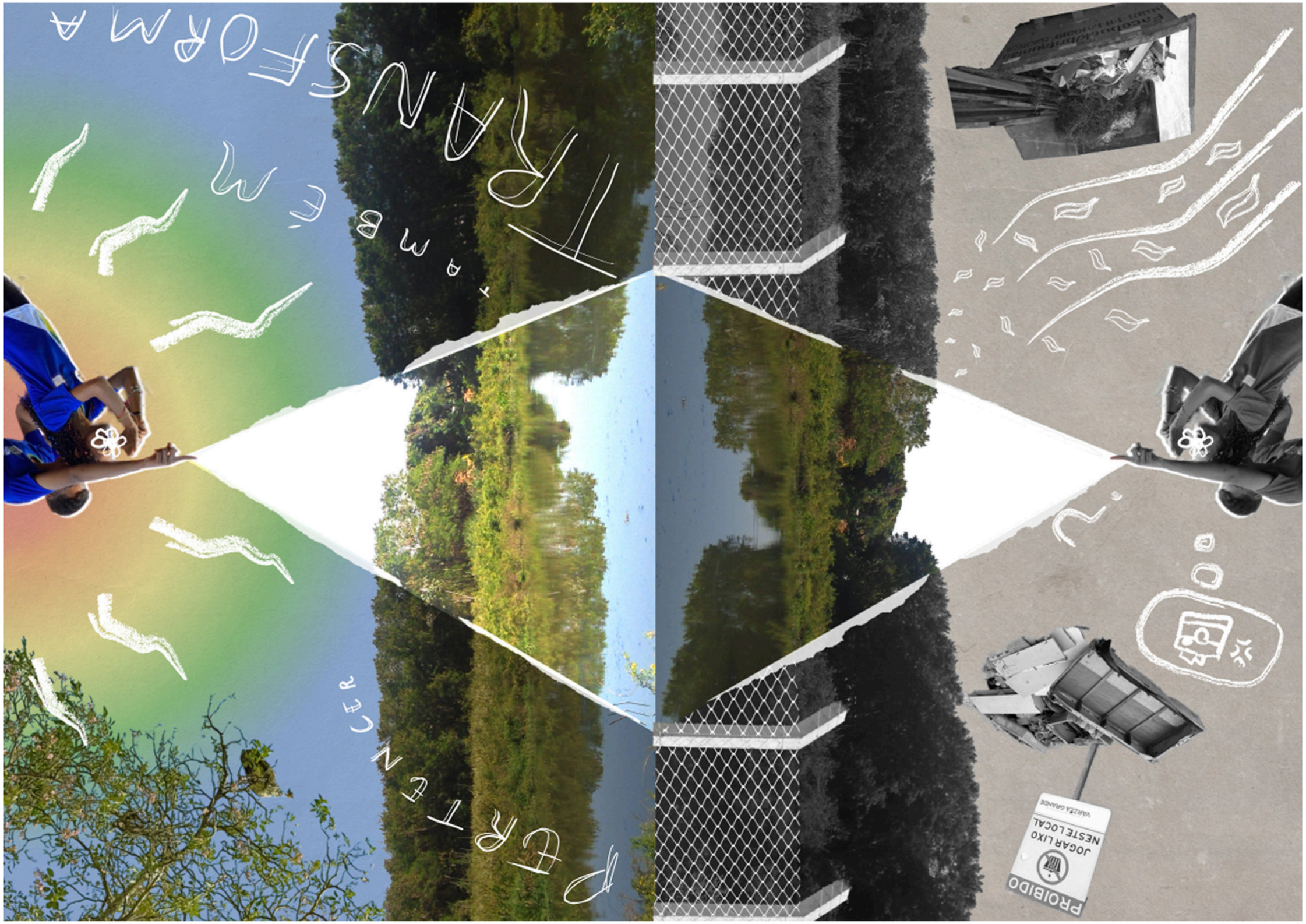
entre a água que acolhe histórias e a palavra que tenta alcançá-las.

Porque a Lagoa do Jacaré é mais que um lugar, é um convite (e as crianças lembraram):

a paisagem não apenas se observa - se aprende, se vive e se compartilha.






PROIBIDO
JOGAR LIXO
NESTE LOCAL
VAIUTZA GRANDE

artigos e ensaios

Foto: Gustavo Nagib

MAPEANDO A *POIESIS*
Trajetórias conceituais para um outro habitar possível no Capitaloceno

MAPPING POIESIS
Conceptual trajectories toward another possible mode of inhabiting in the Capitalocene

***Carolina Akemi Martins Morita Nakahara*[1]**
***e Lívia Nobre Baldochi*[2]**

Resumo
Este artigo, derivado de uma pesquisa em andamento, investiga como o debate em torno da *poiesis* — entendida como forma específica de produção do espaço articulada ao habitar — tem permeado discussões acadêmicas contemporâneas orientadas pela construção do habitar *poiético*, dimensão fundamental do direito à cidade lefebvriano. A pesquisa se justifica pela renovada urgência do direito à cidade, sobretudo diante dos efeitos da crise urbano-financeira de 2008 e de seus desdobramentos sobre as condições de vida urbana. Metodologicamente, recorre-se à Revisão da Literatura (RL) e ao mapeamento da produção recente em A&U que coloca a *poiesis* em evidência. Espera-se que os resultados contribuam para o desenvolvimento de instrumentos críticos e projetuais, bem como para o aprofundamento do debate acerca das possibilidades contemporâneas de apropriação e produção social do espaço diante dos desafios e crises da era capitalocênica.
Palavras-chave: *Poiesis*; habitar; direito à cidade; Revisão da Literatura.

Abstract
This article, derived from an ongoing research project, investigates how the debate surrounding poiesis — understood as a specific form of space production articulated with dwelling — has permeated contemporary academic discussions oriented towards the construction of poetic dwelling, a fundamental dimension of Lefebvre's right to the city. The research is justified by the renewed urgency of the right to the city in light of the effects of the 2008 urban-financial crisis and its repercussions on urban living conditions. Methodologically, a Literature Review (LR) and a mapping of recent production in Urban Planning and Development (A&U) that highlights poiesis are employed. It is hoped that the results will contribute to the development of critical and design tools, as well as to deepening the debate about contemporary possibilities for the appropriation and social production of space in the face of the challenges and crises of the Capitalocene era. *Keywords: Poiesis; inhabiting; right to the city; Literature Review.*

1 Professora Doutora no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), na área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Graduada em Arquitetura e Urbanismo (EESC-USP, 2008) e Filosofia (FFLCH-USP, 2021), ambos pela Universidade de São Paulo. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU-USP (2011) e Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP (2021).
2 Graduanda em Ciência da Computação (ICMC-USP). Desenvolve pesquisa interdisciplinar em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, tendo cursado Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP, 2023-2025).

Introdução: do habitat ao habitar como poeta

Hoje, a crítica à ortodoxia moderna encontra aporias em suas diversas vertentes e se vê agravada pela crise das cidades, sobretudo em países como o Brasil, após a crise econômica de 2008 e a crise sanitária deflagrada em 2020 com a COVID-19. A intensificação da miséria, da precariedade e da segregação espacial, somada ao contínuo enxugamento do papel do Estado, compõe um quadro de esgotamento das estratégias do campo disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo (A&U) de produção do espaço urbano. Observa-se, por um lado, uma diluição das práticas arquitetônicas nas esferas de reprodução da vida cotidiana, seja pelo pragmatismo das propostas que se anunciam como participativas, seja pela burocratização e juridificação de seus processos. Por outro lado, o desencantamento do mundo instaurado pela modernidade parece ter deixado como horizonte crítico dominante apenas a via econômica: de um lado, a produção, orientada por um pensamento funcional e utilitário ainda tributário da mentalidade industrial-empresarial; de outro, o consumo, cuja lógica se articula à comunicação de massa em diferentes expressões do que se convencionou chamar pós-moderno. Em ambos os casos, permanecem insuficientes os instrumentos disciplinares capazes de sustentar uma prática transformadora em A&U, bem como uma metodologia crítica apta a apreender os processos espaciais vigentes.

Diante desse esvaziamento generalizado de sentidos que não remetam, por caminhos diversos, à produção econômica ou ao valor de troca, este trabalho apresenta a reflexão de que a *poiesis* e a criação po(i)ética podem abrir horizontes para uma autocrítica e para uma transformação ainda necessárias.[3] Considerando os diversos níveis e dimensões de produção do espaço formulados por Henri Lefebvre – da escala micro do habitar, atravessando o cotidiano, a cidade e o urbano, até a escala macro do território – identificamos na poiesis o potencial de constituir uma chave metodológica para análise, compreensão e, sobretudo, proposição transversal a essas múltiplas formas de produção do espaço, orientando práticas espaciais contra-hegemônicas e alternativas ao Capitaloceno. Essa abordagem se alinha ao projeto lefebvriano exposto em *La Production de l'espace* (2000 [1974]), entendido como uma tentativa de articular teoria, prática, política e proposição – no sentido de abrir caminhos e métodos de atuação. Assim, o conhecimento deixa de ser mera descrição ou inventário do real, ou mesmo crítica isolada, para tornar-se investigação continuamente voltada à identificação de pontos possíveis de inserção no presente: a teoria é, ela própria, criativa.

Como sugerido por (Nakahara, 2021), ao recuperar a radicalidade dos sentidos marxianos de apropriação e produção – em contraste com o *habitat*, entendido como um dado morfológico-funcional vinculado à propriedade privada – a *poiesis*, ou o habitar *poiético*, poderia apontar para a possibilidade do espaço diferencial e do devir lefebvrianos. As principais referências para essas indagações encontram-se em *O direito à cidade* (2016a, p. 24) e *A revolução urbana* (2008a, p. 79), obras nas quais Henri Lefebvre sugere o "habitar como um poeta". Tal discussão é complementada por outras obras (p. ex., Lefebvre 1972; 1978a; 2000; 2016b). Como mostra o próprio Lefebvre, esse sentido de poiesis apresenta fundamentos diretos em Heidegger (e.g., 2001; 2012a; 2012b), mas também em Nietzsche (1992). No entanto, como enfatiza o próprio Lefebvre, quando relacionada à *práxis* e entendida como possibilidade de ruptura, a poiesis aproxima-se igualmente dos sentidos de produção e de apropriação

3 Aqui, são apresentados resultados parciais do Projeto de Pesquisa "*Poiesis*: apropriação e produção do espaço por meio da participação", desenvolvido pela docente Carolina Akemi Morita Nakahara no IAU-USP, bem como de duas pesquisas de Iniciação Científica sob sua orientação: "O conceito da *poiesis* no debate sobre o habitar contemporâneo" (realizada com bolsa PUB-USP) e "A linguagem poética: um diálogo entre Octavio Paz e Henri Lefebvre" (realizada com apoio da FAPESP, Processo nº 2024/20864-4), ambas desenvolvidas pela graduanda Lívia Nobre Baldochi.

presentes em Marx. Assim, “em que pese essa crítica ‘poética’ do ‘habitat’ e do espaço industrial poder ser considerada como uma crítica de direita, nostálgica, ‘passadista’, ela não deixou de inaugurar a *problemática do espaço*” (Lefebvre, 2008 [1970], p. 78-79, grifos nossos).

Habitar pressupõe a *poiesis* – um modo de fazer e de produzir que implica a apropriação, o senso de pertencimento – daí a relação com a memória, com o imaginário, com o lúdico. Ao mesmo tempo, a *poiesis*, em Lefebvre, tem o potencial de articular os diversos níveis de realidade – arte, arquitetura, cidade – por meio do habitar. Com efeito, para o filósofo, a arquitetura e o urbanismo pertencem a dois níveis da realidade social distintos, porém, não cindidos, mas, sim, relacionados e articulados. E, embora a arquitetura e a arte não produzam o habitar em sua totalidade, isso não quer dizer que não possam criar ou oferecer aportes para que o habitar se instaure, mesmo que momentaneamente, uma vez que “a arte pode preparar ‘estruturas de encantamento’” e que “o futuro da arte não é artístico, mas urbano” (Lefebvre, 2016a, p. 134). O habitar não se restringe à casa – ao *habitat* – mas expande-se para a cidade, para a concretude da vida urbana. Nesse sentido, compreender e recuperar a potência da *poiesis*, como propõe este projeto, significa esclarecer nosso próprio modo de habitar o mundo.

A *poiesis* nas teorias de Arte, Arquitetura e Cidade

Alfredo Bosi, em *Reflexões sobre a Arte* (1985), ao discutir as diversas dimensões da produção artística, destaca a poiesis como uma de suas principais, pois, sendo uma “produção”, implica trabalho – um “movimento que arranca o ser do não ser, a forma do amorfo, o ato da potência, o cosmo do caos” (Bosi, 1985, p. 13). Como se sabe, historicamente, a noção de *poiesis* remonta a Aristóteles (384–322 a.C.), especialmente na sua obra seminal e frequentemente mal compreendida, *Poética* (2017). Em sentido aristotélico, o gesto poético consuma um fazer que retoma e revive o mito, introduzindo passagem e transformação.

Johan Huizinga, em seu célebre e influente *Homo Ludens* (2019 [1938]) – que marcou profundamente autores como Walter Benjamin e o próprio Henri Lefebvre –, compreende o jogo como atividade relacionada à linguagem criadora e distinta da racionalidade lógica e científica dominante. O jogo envolve “um sentimento de tensão e de alegria e uma consciência de ser diferente da ‘vida cotidiana’” (Huizinga, 2019 [1938], p. 35–36). Sugere também o riso, o gesto jocoso, a dança; por isso, configura uma criação poética, pois:

> A poiesis é uma função lúdica. Ela se exerce no interior da região lúdica do espírito, num mundo próprio para ela criado pelo espírito, no qual as coisas possuem uma fisionomia inteiramente diferente da que apresentam na ‘vida comum’, e estão ligadas por relações diferentes das da lógica e da causalidade. Se a seriedade só pudesse ser concebida nos termos da vida real, a poesia jamais poderia elevar-se ao nível da seriedade. Ela está para além da seriedade, naquele plano mais primitivo e originário a que pertencem à criança, o animal, o selvagem e o visionário, na região do sonho, do encantamento, do êxtase, do riso (ibid., 157).

Para Huizinga, o lúdico e a *poiesis* apontam para uma renúncia à razão esclarecida e à lógica instrumental; por isso, ambas as noções relacionam-se estreitamente – ainda que não coincidam – com a ideia de mito, o qual assume um estatuto concreto, sensível e real, não apenas imaginário. Mais uma vez, tais reflexões, ao estimularem a imaginação criadora, indicam uma via a ser explorada, como sugere Lefebvre na introdução de *De lo rural a lo urbano* (1978a), dentro de uma matriz essencialmente marxiana. Não obstante, apesar da importância da *poiesis* para o entendimento do sentido do habitar, os trabalhos no campo da A&U que abordam explicitamente esse conceito continuam notavelmente escassos.

De fato, é nas disciplinas filosóficas (especialmente a Estética) e na teoria da arte – que fornecem sustentação às discussões do campo da A&U – que se encontra um amplo conjunto de reflexões sobre o alcance e os limites da arte, suas possibilidades de ruptura e suas regras. Nesse percurso, a *poiesis* figura como elemento central da produção artística; entretanto, com frequência permanece circunscrita ao contexto técnico-poético da Antiguidade, com reduzido desdobramento no debate crítico contemporâneo da A&U. Assim, embora tais obras evidenciem a dimensão disruptiva e transformadora da *poiesis*, sua análise permanece restrita ao período clássico, exercendo pouca influência sobre a teoria e a prática arquitetônica atuais.

Importa assinalar, ainda, que boa parte desses estudos provém de campos teóricos complementares – como literatura e filosofia – e não do próprio campo disciplinar da A&U. Entre os poucos autores específicos da área que aprofundam a relação entre habitar e poética, destacam-se Kenneth Frampton (1996 [1974]) e textos reunidos na antologia de Kate Nesbitt (1996), especialmente os de Christian Norberg-Schulz (1996a [1976]; 1996b [1983]). O arquiteto mexicano Alberto Pérez-Gómez, em seu emblemático *Architecture and the Crisis of Modern Science* (1983), também merece destaque nesse debate, ao defender a urgência de uma (re)articulação entre arquitetura e poesia, em contraposição ao pensamento estritamente racional e lógico, sem, contudo, desenvolver de modo sistemático a noção de poiesis enquanto categoria operatória para o campo.

Ao mesmo tempo, é inegável a emergência de um movimento recente que indica uma maior aproximação da A&U em direção a esse conceito. Como indicativos dessa tendência, destacam-se, no Brasil, as pesquisas de Artur Rozestraten (2017; 2020), ao investigar as relações entre imaginário, sentido e criação poética; e, internacionalmente, o trabalho de Simina Anamaria Lörincz (2024), como um dos raros esforços teórico-conceituais voltados ao aprofundamento da *poiesis* enquanto categoria de reflexão para a arquitetura.

Diante dessas lacunas, este trabalho busca evidenciar a permanência de aporias tanto em torno do conceito de habitar como dimensão do direito à cidade lefebvriano – frequentemente mais defendido do que compreendido – quanto do fato de que a noção de *poiesis*, central para essa compreensão, demanda maior esclarecimento conceitual e maior atenção quanto às suas repercussões teóricas e críticas no campo da A&U. O objetivo consistiu em identificar, a partir de uma Revisão da Literatura e do subsequente mapeamento e metrificação dos resultados, as relações entre o conceito de *poiesis* e a produção no campo ampliado da arte e, mais especificamente, nos debates críticos em A&U. Pretende-se, assim, enfatizar as possibilidades e dimensões da *poiesis* na cidade e no urbano, contribuindo para uma compreensão ampliada do habitar, tanto em termos teóricos quanto no sentido de indicar novas metodologias projetuais no campo. Com isso, acredita-se que o conceito de *poiesis* possa revelar-se como matriz alternativa para uma produção urbana centrada no habitar – alternativa que se justifica em especial diante da emergência da crise das cidades, particularmente aguda em contextos do Sul Global, como o Brasil.

Procedimentos metodológicos

A principal abordagem metodológica adotada neste artigo é a Revisão da Literatura (RL) – tanto sistemática (RSL) quanto narrativa (RNL) –, conforme utilizada em trabalhos de referência desta pesquisa (p. ex., Medrano et al., 2017). A RSL segue critérios de filtragem voltados à relação entre a *poiesis*, seus conceitos afins e/ou correlatos e seus sentidos e alcances na produção do espaço urbano – seja na arquitetura e no desenho urbano, seja no campo ampliado da arte. Como sintetiza Neves (2017, p. 141), "RSLs são estudos secundários com vistas a mapear, encontrar, avaliar criticamente, consolidar e agregar os resultados de estudos primários relevantes sobre um tópico específico de pesquisa, bem como identificar lacunas a serem preenchidas".

Por meio da RSL, busca-se abordar o recorte disciplinar de forma ampla e sistemática, identificando sobretudo como o conceito de *poiesis* tem sido mobilizado no debate contemporâneo em A&U. O levantamento bibliográfico abrange exclusivamente artigos científicos publicados entre 2008 e 2025, de modo a evidenciar as discussões produzidas após o auge do ciclo neoliberal, iluminando abordagens que tratam a *poiesis* como alternativa conceitual e prática diante dos desafios do urbano no Capitaloceno – período marcado, para esta pesquisa, pela crise urbano-financeira de 2008.

Para selecionar os trabalhos pertinentes ao conjunto de questões teórico-conceituais da pesquisa – isto é, publicações que empregam o conceito de poiesis no âmbito disciplinar da A&U – os resultados passaram por uma sequência de triagens: avaliação de relevância, leitura de títulos, análise e exclusão de duplicatas. Em seguida, selecionaram-se os **cinco** resultados mais relevantes de cada busca associada aos termos definidos a partir da pesquisa teórica em andamento. Para essas referências, procedeu-se à leitura dos resumos ou *abstracts* e, quando necessário, das introduções e conclusões (cf. Dresch; Lacerda; Antunes Jr., 2015, apud Medrano et al., 2017).

Essa etapa destinou-se a identificar conexões e recorrências temáticas, bem como os limites e as possibilidades de mobilização do conceito de *poiesis* na literatura contemporânea. Mais do que expor quantitativamente os resultados, buscou-se confrontá-los com a base teórica inicial, permitindo uma leitura crítica e interpretativa dos trabalhos selecionados. A partir desse cotejamento, objetivou-se compreender o papel da *poiesis* na formulação do habitar poético em Lefebvre, entendendo-a como dimensão capaz de articular criação, apropriação e transformação do espaço, e, quando possível, apontar contribuições metodológicas e teóricas para pensar suas possibilidades contemporâneas no campo da A&U.

Para a realização da RSL, foram selecionados os portais de busca *Scopus* e *Web of Science*. Utilizou-se a função de busca avançada com a estratégia "assunto [título/abstract/palavras-chave] contém '*poiesis*' E '[termo associado à A&U]'". Os termos empregados – "*Architecture*", "*City*", "*Inhabit*" e "*Dwell*" – derivam da investigação teórico-conceitual em curso sobre *poiesis* e apropriação em Henri Lefebvre, orientada pela hipótese da poiesis como alternativa conceitual e metodológica promissora no contexto do Capitaloceno. A busca resultou em **89 referências**, importadas para o gerenciador Mendeley e posteriormente transferidas para o software VOSviewer, no qual foram realizadas análises de co-ocorrência e gerados mapas de redes, sobreposições ou densidades de palavras-chave presentes nos trabalhos selecionados.

Além desse levantamento inicial, foram aplicados filtros sucessivos para qualificar o *corpus* da pesquisa. Partindo de um número inicial de 1.848 referências identificadas com a aplicação do termo "*poiesis*" como descritor principal, a complementação temporal (de 2008 a 2025) reduziu o conjunto para 1.478 publicações. Em seguida, ao combinar "*poiesis*" com cada termo associado à A&U, obtiveram-se os seguintes resultados: 44 artigos para "*Architecture*", 49 para "City", 24 para "*Inhabit*" ou "*Dwell*". Após a remoção de duplicações entre bases e descritores, o total consolidado correspondeu a 89 publicações. Esses dados forneceram o ponto de partida para as análises bibliométricas subsequentes, bem como para a delimitação do material que embasou a leitura qualitativa integrada.

Cartografia bibliométrica da *poiesis*: distribuição geográfica e temporal

Para a análise quantitativa da amostra selecionada, foi elaborado um conjunto de gráficos que sintetizam os principais padrões identificados. O Gráfico 1 apresenta a distribuição geográfica das referências provenientes da revisão sistemática realizada nas bases *Web of Science* e *Scopus* (Graf. 1).

Observa-se que Brasil e Estados Unidos concentram as maiores proporções de publicações, seguidos por Colômbia, Portugal e Reino Unido. Em faixas intermediárias ou minoritárias surgem países como África do Sul e um conjunto amplo de nações representadas por pequenas parcelas – Espanha, Romênia, Polônia, Israel, França, China, Canadá, Austrália, Alemanha e Suíça.

Tal configuração revela, simultaneamente, a persistência de desigualdades estruturais na produção científica global e a diversidade de contextos socioespaciais presentes no debate. Do ponto de vista socioespacial, destaca-se a predominância de países do Norte Global (EUA, Reino Unido, Canadá, França, Suíça, Alemanha, Austrália), o que confirma um padrão já amplamente discutido na literatura: regiões historicamente dotadas de infraestrutura científica robusta, maior financiamento, redes acadêmicas consolidadas e inserção privilegiada em circuitos editoriais tendem a ocupar posição central na circulação do conhecimento. Essa assimetria não apenas se reflete no volume de publicações, mas também influencia a definição de agendas de pesquisa, abordagens metodológicas e critérios de legitimação epistemológica.

A presença significativa do Brasil e da Colômbia – ambos países do Sul Global – revela, por outro lado, que determinadas temáticas, possivelmente associadas às áreas sociais, ambientais e territoriais, têm ganhado densidade em regiões marcadas por desigualdades históricas, conflitos socioambientais e intensas transformações espaciais. Essa participação expressiva indica um movimento de fortalecimento da produção local que, embora ainda enfrente assimetrias estruturais em relação ao Norte Global, começa a disputar espaços de visibilidade acadêmica. Nesse sentido, o gráfico pode ser interpretado como um indício de um campo de estudos no qual questões emergentes em países periféricos e semiperiféricos tornam-se progressivamente centrais, mobilizando pesquisadores e atraindo maior atenção internacional.

Outro aspecto relevante é a presença fragmentada de países com porcentagens reduzidas (3,4% e 1,7%). Essa dispersão sugere que, apesar da concentração dominante, existe uma abertura internacional do debate, que passa a abarcar diferentes contextos sociopolíticos e espaciais. No entanto, a baixa representatividade também pode refletir limitações estruturais persistentes: menor financiamento para pesquisa, reduzida inserção em redes globais, barreiras linguísticas e dependência de agendas científicas formuladas em centros hegemônicos. Assim, a diversidade aparente não suprime a desigualdade efetiva na distribuição global do conhecimento.

Em síntese, a análise permite investigar as dinâmicas socioespaciais que configuram o campo: os centros tradicionais de pesquisa continuam exercendo forte influência na definição das agendas, enquanto países do Sul, embora presentes e relevantes, ainda enfrentam obstáculos para consolidar sua participação. A leitura socioespacial dessa

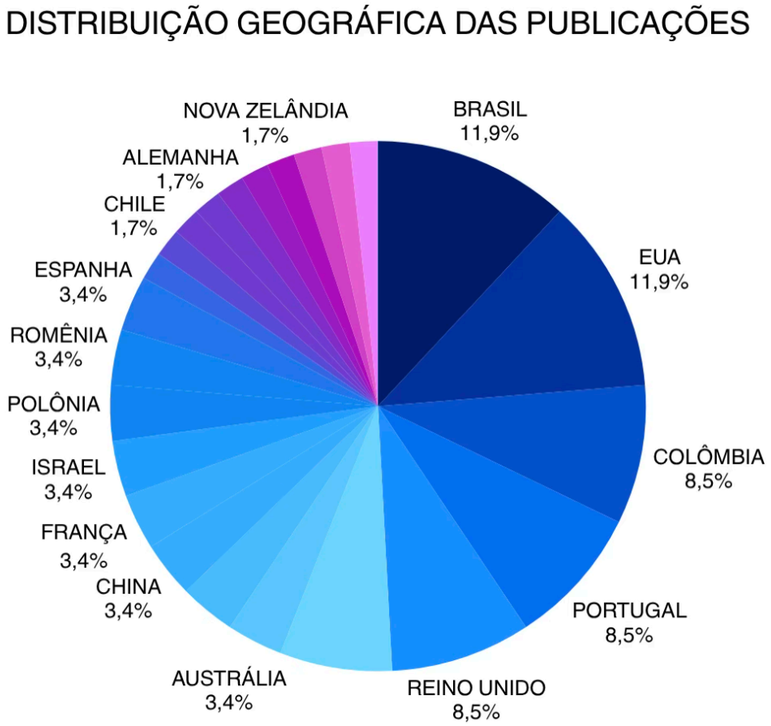


Gráfico 1 - Distribuição geográfica das publicações (2008–2025). Fonte: dos autores, 2025.

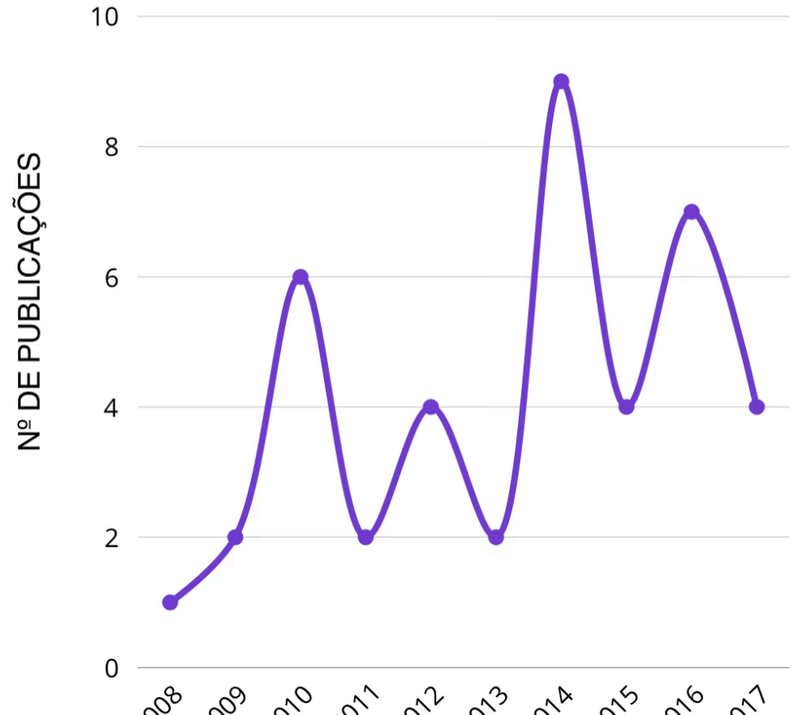


Gráfico 2 - Distribuição anual das publicações sobre poiesis (2008–2025). Fonte: dos autores, 2025.

distribuição evidencia não apenas *quem produz, mas sob quais condições estruturais* – materiais, institucionais e epistemológicas – essa produção se torna possível e quais desigualdades persistem na tessitura global da academia (Graf. 2).

O gráfico referente ao número de referências por ano, quando interpretado à luz do recorte temporal iniciado em 2008 – marco da crise urbano-financeira global – permite uma leitura que evidencia como determinados debates emergem, se intensificam e se reconfiguram conforme transformações socioeconômicas mais amplas. Embora os dados pareçam, à primeira vista, relativamente distribuídos ao longo do período analisado, observa-se um padrão dinâmico que acompanha, mesmo que indiretamente, os desdobramentos da crise e suas reverberações nos campos urbano, arquitetônico e filosófico.

Nos anos imediatamente posteriores ao colapso de 2008 (2008–2011), nota-se um movimento ascendente, sobretudo até 2010. Esse crescimento sugere que, à medida que a crise expôs as fragilidades estruturais do urbanismo neoliberal, da financeirização do espaço e das arquiteturas orientadas pelo mercado, emergiu um interesse renovado por abordagens críticas. É justamente nesse período que noções como *poiesis*, práticas urbanas alternativas, *autopoiesis* social e teorias da produção do espaço reaparecem com força na literatura internacional. Os dados levantados para este ensaio corroboram essa tendência: aproximadamente 80% das referências disponíveis nas bases consultadas – em levantamentos que dispensaram o filtro temporal – foram publicadas após 2008, indicando que as fissuras evidenciadas pela crise impulsionaram a busca por alternativas conceituais e metodológicas.

O salto registrado em 2014 – ponto mais elevado do gráfico – sinaliza uma fase de consolidação desses debates. Esse pico coincide com um momento em que diversas cidades ainda lidavam com efeitos tardios da crise: austeridade urbana, novas formas de especulação imobiliária, reconfigurações socioespaciais, emergência de movimentos sociais e rediscussão dos modos de viver, usar e produzir a cidade. Nesse contexto, é possível inferir que pesquisas envolvendo poiesis, arquitetura crítica, urbanismo tático, práticas de resistência e teorias sistêmicas tenham se articulado de maneira mais intensa. A produção acadêmica do período reflete, assim, um esforço de revisão e reinvenção do papel da criação, da prática e da reflexão teórica diante de um cenário urbano significativamente transformado.

Constelações conceituais da poiesis: recorrências, sentidos e articulações

A partir desse levantamento inicial, com a aplicação dos filtros indicados anteriormente, tornou-se possível analisar criticamente os termos mais recorrentes associados à poiesis nos trabalhos pré-selecionados. Primeiramente, foram examinadas as palavras-chave apresentadas pelos artigos. O Diagrama 1 e o Gráfico 3 expõem esses termos de acordo com sua predominância (Diag. 1 e 2).

A partir do conjunto de trabalhos identificados que de fato elaboram a *poiesis* em seus conteúdos, examinou-se quais deles incluem o termo no rol de suas palavras-chave. A análise dessas palavras-chave, articulada a um primeiro contato com o escopo teórico das referências, permitiu identificar alguns eixos conceituais que estruturam o campo de debate delineado pela revisão sistemática. A ampla predominância de “*poiesis*” – destacando-se muito acima dos demais termos – confirma a centralidade das discussões em torno da criação, da produção de sentido e do agir humano enquanto um fazer que ultrapassa o âmbito estritamente técnico. Isso reforça a consistência do corpus: trata-se, de fato, de uma produção que se reconhece, se organiza e se legitima em torno desse conceito. Em termos filosóficos, “*poiesis*” abre debates que vão da ontologia da criação – especialmente em diálogo com a tradição grega – às reflexões

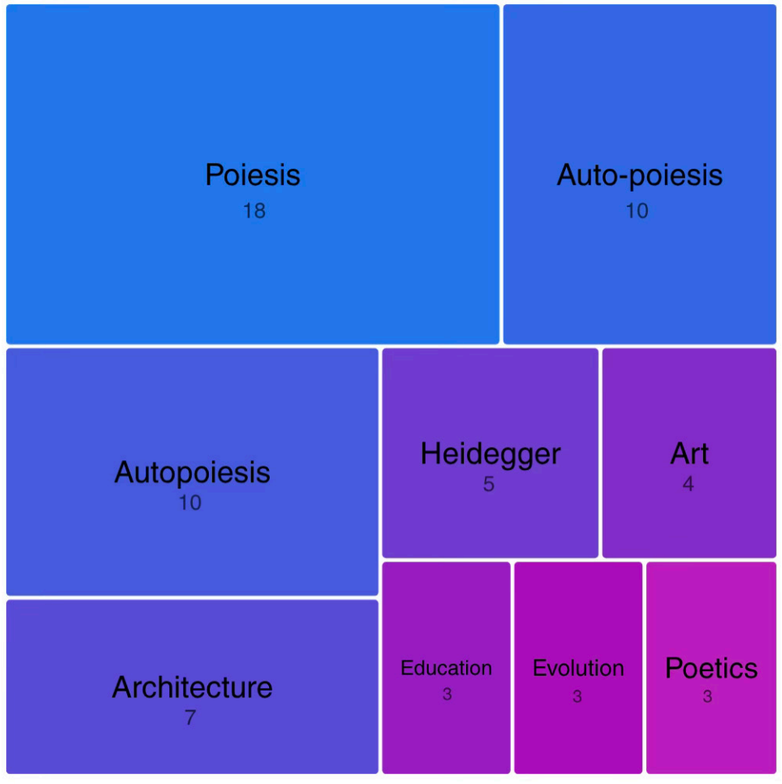


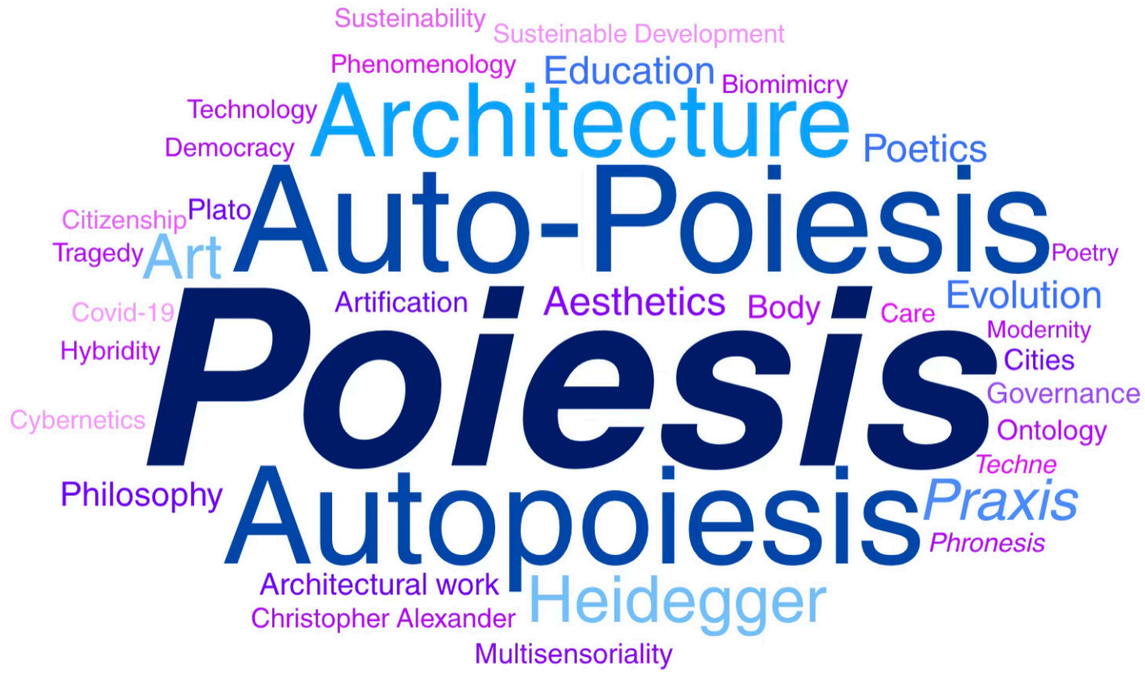
Diagrama 1 - Frequência visual de palavras-chave relacionadas à poiesis. Fonte: dos autores, 2025.

contemporâneas que compreendem sistemas, coletividades e modos de existência como produtores de mundos.

Mesmo após as filtragens com termos relacionados à A&U, a notável presença de "*autopoiesis*", "*auto-poiesis*" e variantes indica que o conjunto de textos se aproxima de discussões sobre sistemas auto-organizativos. O que não deixa de ser um indicativo curioso, com trabalhos que extravasam o campo disciplinar da A&U e apontam para campos associados a áreas biológicas, a despeito dos filtros inicialmente aplicados. Com efeito, o conceito, originado em Maturana e Varela (1980) e posteriormente expandido em teorias sociais e filosóficas, permite examinar como organismos, coletividades, instituições ou práticas discursivas produzem e mantêm a si mesmos. A recorrência sugere uma articulação entre poiesis e autopoiesis que se estende a campos como educação, práticas urbanas, transformações arquitetônicas e processos culturais.

O termo "*architecture*", com destaque intermediário, aponta para uma presença significativa de debates que relacionam *poiesis* às práticas espaciais. Essa recorrência reforça a pertinência da investigação proposta neste trabalho: existe, de fato, um campo em movimento que vincula criação, espacialidade e modos de habitar.

A presença de "Heidegger" revela um eixo filosófico robusto. Em Heidegger, a *poiesis* aparece como modo de desvelamento (*aletheia*) e se articula a temas como o sentido do ser, a técnica, a obra de arte e a experiência do habitar. Seu aparecimento entre as palavras-chave indica que uma parte relevante do corpus está ancorada em leituras ontológicas profundas, possivelmente contrastando abordagens fenomenológicas com perspectivas sistêmicas (como as da *autopoiesis*).



Termos mais amplos, como "*art*", "education", "*evolution*" e "*poetics*", embora menos recorrentes, contribuem para delinear o caráter interdisciplinar do conjunto analisado. Tomadas em conjunto, as palavras-chave revelam um **campo conceitual multifacetado**, no qual criações humanas, sistemas auto-organizativos, práticas espaciais e reflexões ontológicas se entrelaçam. Trata-se de um debate que ultrapassa fronteiras disciplinares, articulando ontologia, estética, teoria dos sistemas, fenomenologia e práticas culturais para compreender, simultaneamente, as condições de emergência, os modos de criação e as formas concretas pelas quais diferentes processos se materializam no mundo (Diag. 3).

A nuvem de palavras apresenta a proximidade conceitual entre os termos presentes nos títulos e *abstracts* das referências selecionadas. Diferentemente de um gráfico linear, esse tipo de visualização evidencia zonas de densidade semântica, nas quais se tornam perceptíveis núcleos teóricos, campos de disputa e tensões conceituais que atravessam o material analisado. No centro da nuvem, marcado pela maior intensidade visual, destaca-se "*poiesis*" como eixo articulador, em torno do qual gravitam termos relacionados à criação, ao fazer humano, à constituição de mundos e à produção cultural. Isso reforça que o conceito não aparece de modo isolado, mas funciona como chave interpretativa transversal. A proximidade entre "*poiesis*", "*architecture*", "*art*", "*practice*", "*theory*" e "form" indica a existência de um campo híbrido entre estética, ontologia e práticas espaciais. Esse bloco conceitual sugere debates sobre como espaços, formas e práticas são produzidos e interpretados não apenas enquanto entidades materiais, mas como fenômenos culturais e existenciais. A aparição de termos como "*philosophy*" e "*concept*" evidencia que tais relações são tematizadas de forma explicitamente teórica, dialogando com tradições fenomenológicas, hermenêuticas ou sistêmicas.

Em outra direção, observa-se um pólo semântico voltado à cidade e ao espaço urbano – com termos como "*city*", "*space*", "*technology*", "*environment*", "*experience*", "*wall*"

Diagrama 2 - Distribuição quantitativa das palavras-chave relacionadas à poiesis. Fonte: dos autores, 2025.

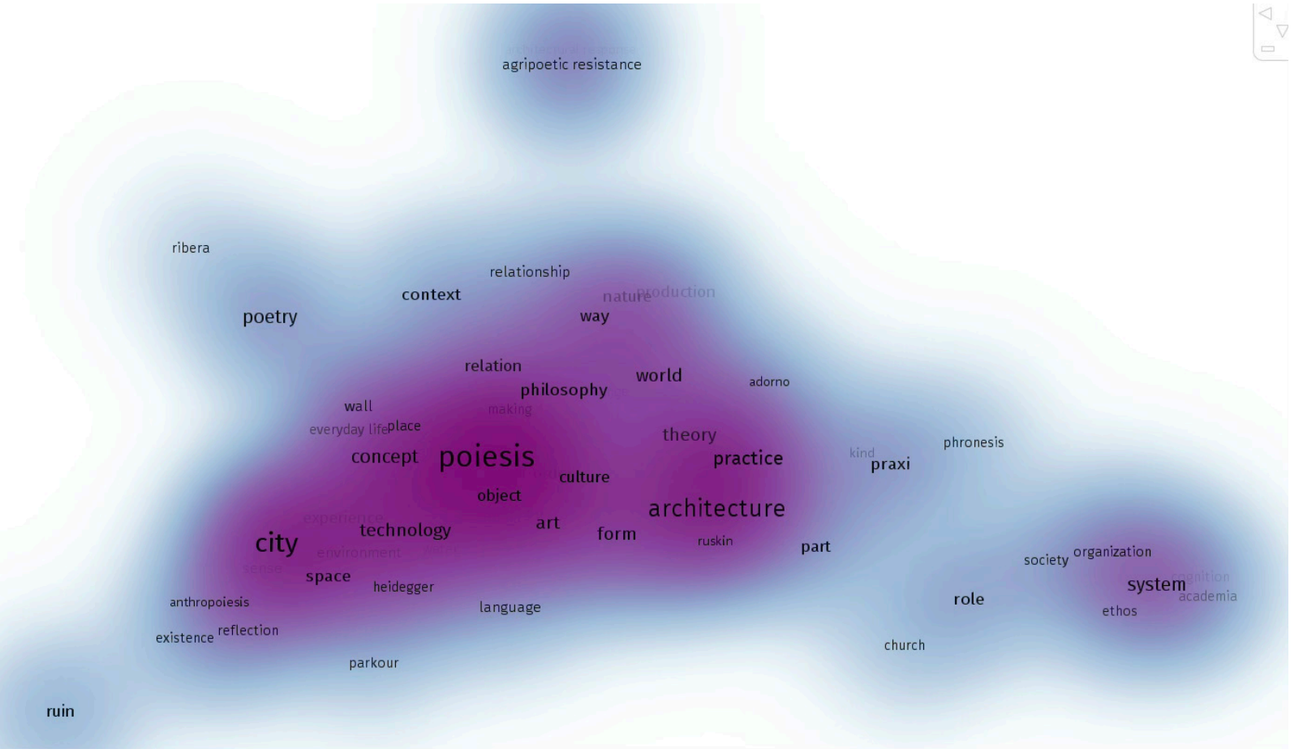


Diagrama 3 - Nuvem lexical associada à poiesis. Fonte: dos autores, 2025.

e “*everyday life*”. Esse agrupamento indica a presença de discussões sobre como a poiesis se manifesta na vida cotidiana, nos modos de habitar, na relação entre corpo e espaço e nas transformações tecnológicas da vida e da experiência urbana. Termos como “*parkour*”, “*reflection*” e “*ruin*” sugerem abordagens que envolvem práticas corporais, memórias e narrativas urbanas, bem como processos de destruição e reconstrução simbólica. Do ponto de vista socioespacial, esse conjunto aponta para leituras que compreendem o ambiente construído como campo de ação poética – um espaço no qual usos, sentidos e modos de existência são continuamente criados e reinscritos.

Há também um conjunto de palavras associado a sistemas – “*organization*”, “*society*”, “*role*”, “*ethos*”, “*cognition*”, “*production*” e “*relationship*”. Embora menos central, esse agrupamento evidencia a interface entre *poiesis* e abordagens sistêmicas, apontando para debates sobre estrutura social, processos organizacionais e dinâmicas de autoformação coletiva. A presença de “*phronesis*” – do grego, indicando sabedoria prática ou prudência – e “*praxi / praxis*” indica um interesse explícito pela dimensão ética e prática da ação, sugerindo articulações entre *poiesis* e *phronesis*. Ora, retomando Lefebvre, constata-se uma tendência moderna à separação dessas instâncias, produzida pela “repetição e pela reprodução burocrática e irrefletida da vida” (Nakahara, 2021, p. 400). No entanto, como afirma o próprio filósofo, há a necessidade de recompor sua unidade:

> Poiesis esquece que é também *práxis*: ação sobre os homens por meio das obras e da fala, educação, formação, fundação. Quanto à práxis, ela se estabelece no plano das trocas pelo discurso, pelo comércio, pelos contratos. Esquece que foi inicialmente poiesis: criação de um mundo humano habitado e habitável, morada de uma verdade na comunidade (Lefebvre, 2016b, p. 152, tradução nossa).

Esse deslocamento conceitual identificado na nuvem de palavras indica que a literatura não compreende a criação apenas como produção formal, mas também como ação situada, coletiva e orientada por dimensões éticas e prudenciais, aproximando a *poiesis* de práticas associadas à vida cotidiana e aos modos de apropriação do mundo.

Por fim, aparecem termos periféricos como “*agripoetic resistance*”, “*architectural response*”, “*church*”, “*academia*”, “*society*” e “*nature*”. Embora dispersas, essas ocorrências revelam margens discursivas que incluem resistência política, práticas culturais específicas, instituições, religiosidade e ecologia. Sua posição periférica na nuvem sugere temas emergentes ou abordagens minoritárias que, embora ainda não constituam um núcleo teórico consolidado, ampliam o campo ao introduzir questões ético-políticas, ambientais e institucionais, enriquecendo a complexidade das discussões sobre *poiesis*.

Em síntese, a imagem revela um campo conceitual densamente estruturado em torno de *poiesis*, que se desdobra em três direções principais: **(1) Estética · Ontologia · Espaço** – um eixo que articula poiesis, arte, arquitetura e prática, indicando debates sobre criação, forma e produção do mundo; (**2) Cidade · Cultura · Tecnologi**a – discussões socioespaciais relativas ao habitar, à experiência urbana e às transformações tecnológicas que modulam a vida cotidiana; **(3) Sistema · Organização · *Práxis*** – reflexões voltadas a estruturas sociais, ética prática e processos de auto-organização coletiva.

A partir dessa estrutura conceitual identificada no diagrama anterior – organizada em três grandes vertentes que conectam *poiesis* à criação, ao espaço e às práticas sociais –, torna-se possível examinar como tais debates se manifestam no plano internacional. O diagrama seguinte (Diagrama 4) integra países, palavras-chave e termos recorrentes nos títulos das publicações, permitindo observar não apenas a frequência temática em cada contexto nacional, mas também as diferentes formas pelas quais poiesis, arquitetura e questões urbanas são mobilizadas – apropriadas, reinterpretadas, combinadas – globalmente. O resultado é um panorama no qual a circulação de ideias não se dá de forma homogênea: cada país mobiliza seu vocabulário teórico a partir de condições socioespaciais específicas, tradições intelectuais próprias e problemáticas locais. No centro dessa constelação conceitual encontra-se *poiesis*, associada a uma ampla gama de termos tanto nas palavras-chave quanto nos títulos (Diag. 4).

Países como Estados Unidos, Colômbia, Brasil e Reino Unido exibem conexões particularmente densas com conceitos ligados à arquitetura, ao urbano e à cidade. Essa sobreposição sugere que, nesses contextos, a poiesis tende a ser mobilizada como criação espacial, produção de ambientes urbanos e chave interpretativa para compreender práticas cotidianas do habitar. Observa-se que, em países atravessados por intensos processos de urbanização e desigualdades socioespaciais, como Brasil e Colômbia, além da dimensão estética e artística em destaque, os debates tendem a incorporar discussões sobre disputas sociais, reconhecimento, modos de vida e formas de resistência cultural – evidenciadas pela associação recorrente com os termos “democracia”, “cidadão”, “cidadania”, bem como “artificação”. Também se evidencia a presença de termos como “*autopoiesis*” e “biomimética”, que apontam para possíveis investigações interdisciplinares em diálogo com as ciências naturais e biológicas. Já nos Estados Unidos e no Reino Unido, o vínculo entre poiesis, cidade e arquitetura parece articular-se mais frequentemente a debates teóricos sobre formas urbanas, bem como tecnologias e práticas culturais, bem como sobre relações ampliadas entre técnica, sociedade e mundo – conforme indicado pela presença de termos como “filosofia”, “educação”, “cibernética” ou “mundo” –, revelando aproximações igualmente orientadas por perspectivas interdisciplinares, porém com enfoques distintos.

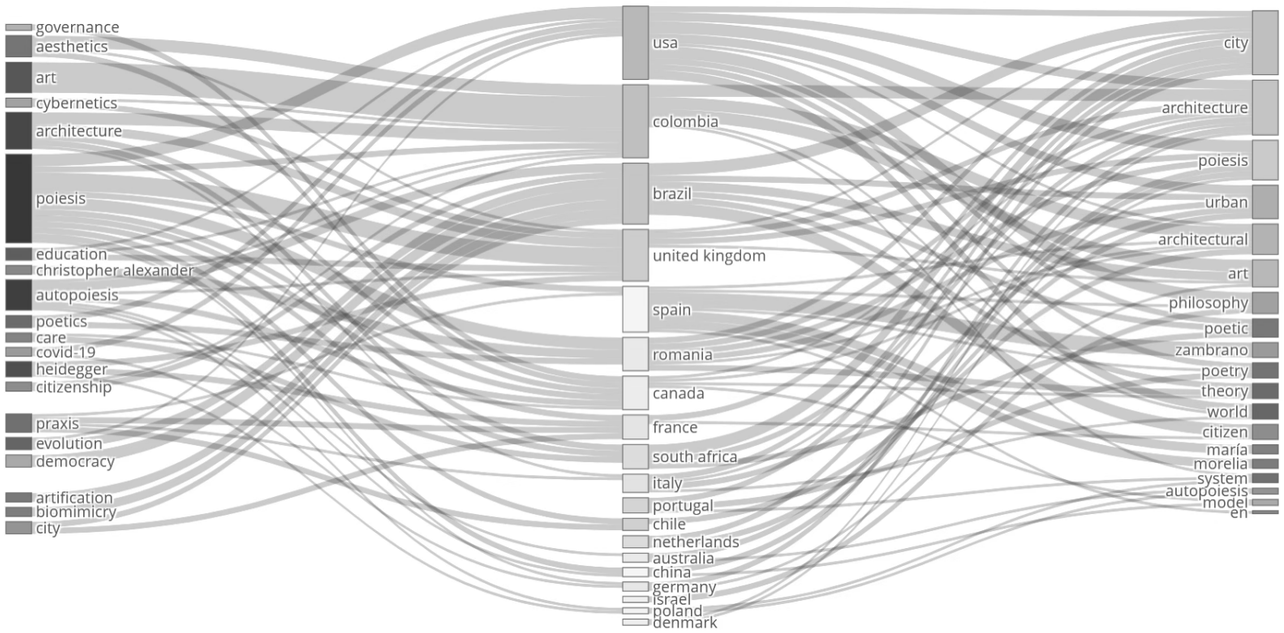


Diagrama 4 - Redes semântico-geográficas da poiesis. Fonte: dos autores, 2025.

Na Europa Ocidental – especialmente Reino Unido, Espanha, França, Alemanha, Itália e Portugal – as conexões se deslocam para discussões mais conceituais, em sintonia com tradições filosóficas consolidadas. Termos como “filosofia”, “poética”, “teoria”, “*autopoiesis*”e “sistema” aparecem com persistência, indicando abordagens que tratam a *poiesis* como categoria ontológica, estética ou epistemológica. O foco recai, nesse caso, sobre interpretações fenomenológicas, frequentemente em diálogo com autores como Heidegger e com debates sobre forma, sentido e produção de mundo. Esse uso mais teórico contrasta com o enfoque mais diretamente associado à produção do espaço observado em parte das Américas – em que termos como “arquitetura”, “cidade” e “urbano” comparecem de forma mais consistente –, revelando como diferentes tradições intelectuais podem modular formas distintas de mobilizar o mesmo conceito.

Em países da Europa Oriental e em partes do Sul Global – como Romênia, África do Sul e Chile – o diagrama revela um padrão mais fragmentado, mas não menos expressivo. Termos como “cidadania”, “cuidado/ assistência”, “sociedade”, “modelo”, “organização” e “*praxis*” sugerem que, nesses contextos, a poiesis é mobilizada como ferramenta crítica para analisar práticas sociais, processos políticos e formas de participação. Com efeito, a *poiesis* parece estar associada, nesses países, a questões de transformação social, ética prática e reconfiguração coletiva, indicando uma apropriação mais voltada ao impacto social e às realidades vividas. Isso demonstra que, mesmo com menor volume de publicações, esses casos revelam usos distintivos do conceito, marcados por preocupações políticas, comunitárias e situadas.

O diagrama evidencia ainda micro-ecossistemas conceituais formados em países específicos, onde termos como “governança”, “covid-19”, “Christopher Alexander”, “María Zambrano” ou “Morelia” podem indicar interesses próprios, tradições acadêmicas e literárias localizadas ou temas emergentes. Essas presenças pontuais mostram que, além de um núcleo temático global, existe um conjunto de abordagens situadas que amplia o campo e pode revelar outras formas de pensar o ato criativo, o habitar o espaço e as práticas sociais.

Assim, em consonância com a análise geográfica, o diagrama sugere que a circulação de conceitos como *poiesis*, arquitetura, cidade e teoria não é neutra nem uniforme. Em síntese, delineiam-se: (1) uma articulação predominante entre *poiesis*, produção do espaço e vida cotidiana nas Américas e em parte do Reino Unido; (2) um regime filosófico-conceitual mais evidente na Europa Ocidental, centrado em fundamentos ontológicos, estéticos e epistemológicos; e (3) uma recorrência, presente em partes do Sul Global e da Europa Oriental, que mobiliza a *poiesis* como instrumento crítico para interpretar práticas sociais e possibilidades de transformação coletiva.

***Poiesis* e produção do espaço: análise qualitativa integrada da literatura contemporânea**

Conforme indicado na seção de Metodologia, além da análise quantitativa foi conduzida uma análise qualitativa destinada a complementar o método, dada a especificidade do tema. Partiu-se dos filtros de relevância das bases de dados consultadas, considerando indicadores como *CiteScore, Scimago Journal Rank* e *Source Normalized Impact per Paper*. A partir deles, procedeu-se à leitura dos artigos mais bem ranqueados, compondo uma Revisão Narrativa da Literatura (RNL), cujo objetivo foi sintetizar e interpretar essas referências de modo contextual e comparativo, tendo como horizonte a elaboração de uma análise qualitativa integrada.

Os textos foram examinados à luz de três perguntas norteadoras:

1) Inserem-se no debate do Capitaloceno ou desenvolvem abordagem crítica adjacente que identifica o capitalismo como vetor das desigualdades socioambientais?
2) Propõem alternativas para a cidade e o urbano nesse contexto?
3) Dialogam diretamente com a arquitetura e urbanismo, o habitar ou a produção do espaço urbano?

Os resultados dessa etapa foram sistematizados em torno de três grandes temáticas relacionadas à produção do espaço: a arquitetura, a cidade e, de forma transversal, o habitar.

1) Poiesis + Arquitetura: o Oikos como nível da presença ressonante

Compreender a relação entre arquitetura e poiesis na literatura contemporânea exige, antes de tudo, situar a poiesis como dimensão espacial: um modo de fazer e produzir que implica apropriação, experiência e, sobretudo, pertencimento. Indissociável dessa perspectiva está sua relação com o imaginário e com o coletivo. O direito à cidade e, por extensão, o habitar lefebvriano têm como fundamento a apropriação coletiva: “A apropriação não oblitera, mas transforma a natureza – o corpo e a vida biológica, dados o tempo e o espaço – em bens humanos. A apropriação é a meta, o significado, o propósito da vida social” (Lefebvre, 1978b [1967], p. 164–165, tradução nossa).

No contexto contemporâneo marcado pelos efeitos do Antropoceno – ou, mais precisamente, do Capitaloceno – essa tarefa adquire urgência renovada. Diante das crises ecológicas, da erosão das escalas de percepção e da crescente abstração tecno-científica do ambiente, a arquitetura passa a ser analisada não apenas como intervenção material, mas como gesto poiético capaz de reinscrever a vida humana – e não humana – em modos mais sensíveis, criativos e coletivos de habitar. Dois textos se destacam nesse debate: *Anthropoiesis: Slow listening to scalar extremes at the Venice*

Biennial (Daroy et al., 2024) e An ecopoetic architect: The resonate presencing of material properties and environmental conditions in the case of Jørn Utzon (Andersen, 2022). Ambos exploram como a arquitetura pode operar como *poiesis* e reabrir o acesso ao *oikos* – o espaço compartilhado da existência terrestre.

No primeiro caso, o projeto Anthropoiesis, apresentado na Bienal de Veneza, propõe um deslocamento perceptivo por meio da escuta, explorando a arquitetura como performance sonora capaz de revelar escalas invisíveis do Antropoceno. A introdução do artigo descreve a instalação como uma tentativa de articular efeitos geológicos, temporais e sensoriais do impacto humano:

> A escala da existência – incluindo o momento humano – foi exposta como porosa e transgressiva, deslizando entre limites de tempo, espaço e percepção. Essa escala nebulosa define e obscurece nossa experiência do Antropoceno – a era desorientadora em que os humanos alteraram a estabilidade do planeta pela primeira vez na história geológica. [...] Esta obra buscou mostrar como a performance sonora multidisciplinar pode transcender escalas lógicas de tempo e espaço para evocar uma revelação sublime pós-ecológica do estranhamento induzido pelo humano (Daroy et al., 2024, p. 90, tradução nossa).

Essa passagem evidencia a poiesis como produção de modos de percepção – relacionando-se, portanto, com uma aesthesis –, criando um regime de escuta capaz de expor o entrelaçamento entre humanos e não humanos e de restituir aquilo que a vida tecnológica e urbana tende a ocultar: a coexistência multiescalar da Terra. Essa "escuta lenta" é apresentada como um modo de revelação – um processo poiético que desmonta a percepção habitual e abre espaço para novas modalidades de habitar. Em outra passagem, os autores afirmam:

> A poiesis é também um "trazer à luz", um "desabrochar" da consciência, seja impulsionado por uma ação criativa deliberada ou pela natureza (Heidegger 1977:289). Isso foi fundamental para o nosso objetivo: examinar como a performance poderia sobrepor diferentes expressões da "natureza" por meio de técnicas multidisciplinares (arte) para evocar um momento limiar de poiesis (ação) no público, através da escuta atenta aos extremos escalares" (Daroy et al., 2024, p. 91-92, tradução nossa).

O que se observa, portanto, é uma tentativa de deslocar a arquitetura da ordem da forma para a ordem da experiência – temporal, ética e ecológica. A poiesis assume aqui o papel de tornar sensíveis escalas que o olhar humano ordinário não alcança – geológicas, heterogêneas, temporais – e, assim, desestabilizar a relação instrumentalizada que marca o Antropoceno. Essa perspectiva aproxima-se, em certa medida, da abordagem lefebvriana do poiético, sobretudo ao evidenciar seu potencial de articular diferentes níveis e dimensões da realidade – a vida cotidiana, o urbano, o territorial – a partir do habitar. Nesse sentido, arquitetura e arte podem ativar o conceito de *poiesis* tal como formulado por Lefebvre: não como produtoras diretas do habitar em sua totalidade, mas como práticas capazes de "preparar 'estruturas de encantamento'" (2016a, p. 134), isto é, de criar condições para que o habitar se instaure. Relembrando as palavras do filósofo:

> O produto se reproduz por repetição, equivalência e identificação. Ele reproduz sua condição. A atividade produtora tende a se tornar autônoma. Pelo contrário, a atividade poiética não pode deixar de acentuar seu caráter apropriativo. Ela se apropria das condições exteriores transformando-as, isto é, todos os fragmentos da unidade fragmentada. É econômica, social, política, técnica, implica um saber e um mercado etc. Longe de se tornar autônoma, estabelece um nexo de comunicação, uma mediação universal (Lefebvre, 1983, p. 243-244, tradução nossa).

É nesse horizonte que a reflexão de Andersen (2022) apresenta afinidades com a perspectiva aqui desenvolvida, ao analisar a fenomenologia da arquitetura a partir da obra de Jørn Utzon e mostrar como materiais, luz, topografia e condições ambientais podem ser trazidos à presença por meio da atividade poiética. Para o autor, a divisão ontológica entre cultura e natureza constitui uma força motriz central da crise ecológica contemporânea; por isso, uma das tarefas fundamentais da arquitetura é restituir a continuidade entre humanos, materiais e mundo.

Sua análise das obras de Utzon – guiada pela articulação entre o *oikos* (do grego, significando casa ou lar) e a poiesis arquitetônica – desenvolve-se por meio de descrições longas, sensoriais e densamente fenomenológicas, que tratam as construções como experiências encarnadas de materialidade e espaço. Em uma das passagens mais significativas, referente às casas de Fredensborg, Andersen escreve:

> Aproximando-se do sítio, no topo de uma colina suave, ao longo de uma estrada estreita e sinuosa, encontra-se uma série de muros de tijolo fechados. Ritmicamente acentuados por grandes chaminés, o espaço duro e multifacetado dá a impressão de deslizar lentamente colina abaixo. [...] Os materiais pertencem à paisagem: a argila foi moldada, queimada e empilhada para formar os volumes quentes e cintilantes de tijolo. Portas e janelas pintadas de vermelho acentuam nítidos limiares entre o interior e o exterior. As casas de Fredensborg dão ao observador uma sensação nutritiva de habitar pacífico na encosta da colina sob o céu (Andersen, 2022, p. 332. tradução nossa).

A descrição – quase literária e com traços do percurso anteriormente realizado por Norberg-Schulz – evidencia como a poiesis arquitetônica pode consistir em desvelar o ambiente, os materiais e a luz como portadores de sentido. O que emerge é uma arquitetura que não opera pela separação entre natureza e construção, interior e exterior, técnica e material, mas que opera justamente na fricção ativa entre esses termos. A poiesis aparece, então, como a atividade de produção de mundos sensíveis inerente ao habitar, em que espacialidades e sentidos emergem das relações estabelecidas entre as condições ambientais do lugar – como luz, vento, cheiros, texturas, atmosferas, topografia e materialidade – e a experiência humana. Essa leitura reverbera a discussão heideggeriana do habitar, na medida em que a *poiesis* não apenas revela o mundo, mas participa da constituição de modos de existência. Em vez de impor forma a uma matéria passiva, a arquitetura coloca em presença elementos que atravessam o lugar, reintegrando o humano ao ambiente e deixando em suspensão, ao menos parcialmente, a separação ontológica moderna entre sujeito e objeto.

A conclusão do artigo de Andersen pode ser lida como uma espécie de teoria geral da poiesis arquitetônica. Em síntese, ele afirma:

> O fazer arquitetônico pode ser compreendido como uma presença ressonante de propriedades materiais e condições ambientais que convida à participação do observador em um processo dinâmico de vir-à-presença, por meio de efeitos materiais, articulação tectônica e expressão estrutural. (...) A ecopoética na arquitetura – entendida como a presença ressonante (poiesis) de propriedades materiais e condições ambientais experienciadas (*oikos*) que convidam à participação – pode, assim, ser uma forma profunda de inspirar um habitar sustentável em cuidadosa consideração ao capital natural da Terra finita (Andersen, 2022, p. 335, tradução nossa, grifos do autor).

Diante do que foi apresentado, torna-se evidente a necessidade de espacializar o poiético para compreendê-lo como dimensão decisiva da arquitetura contemporânea. Mais ainda: confirma-se – tanto em Lefebvre quanto na literatura recente – que o habitar pressupõe a poiesis. As leituras aqui mobilizadas convidam-nos a retornar às reflexões heideggerianas, nas quais o habitar aparece associado à materialidade e ao logos – não como racionalidade formal ou instrumental, mas como modo de relação com o mundo que implica um "demorar-se junto às coisas" (Heidegger, 2012a, p. 131). Lefebvre, por sua vez, apropria-se dessa noção, conferindo-lhe densidade espacial. Nos exemplos analisados, percebe-se que habitar como poeta é condição de resistência à redução do urbano a mero produto, restituindo-lhe sua dimensão corpórea, criativa e sensível, por um lado, e coletiva/ compartilhada e social, por outro. Como escreve o próprio Lefebvre:

> Até então, "habitar" era participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade. A vida urbana detinha, entre outras, essa qualidade, esse atributo. Ela, deixava habitar, permitia que os citadinos-cidadãos habitassem. É assim que 'os mortais habitam quando salvam a terra, quando esperam os Deuses... quando conduzem seu ser próprio na preservação e no uso …'. Assim fala do habitar, como poeta, o filósofo Heidegger (Essais et Conférences, p. 177-178) (Lefebvre, 2016a, p. 23-24).

O que emerge desse diálogo é uma concepção de arquitetura como prática poiética que reinscreve o humano no oikos – entendido não apenas como unidade funcional da moradia, mas como núcleo de organização da vida cotidiana em seus diversos níveis (biológico, social, econômico e político) – e que, ao produzir uma "presença ressonante", torna-se capaz de transformar modos de existência e formas de relação com o mundo. Trata-se, portanto, de uma dimensão fundamental da vida social e pedra angular de qualquer poiesis espacial. É nesse movimento que se reabre um horizonte de formas de habitar fundadas em outras relações com a natureza – pautadas não na dominação, mas na apropriação, para utilizar o léxico lefebvriano. Assim compreendida, a poiesis arquitetônica torna-se um instrumento crítico diante da crise ecológica e uma via promissora para a reinvenção de espaços nos quais possamos, mais uma vez, habitar poeticamente a Terra.

2) Poiesis + Cidade: as mediações entre techné e physis

Além do oikos – nos termos de Lefebvre, referente ao nível micro ou P –, a poiesis pode operar como instrumento teórico capaz de ultrapassar as abordagens técnico-burocráticas que dominam a produção do urbano e que alimentam, em grande medida, a crise contemporânea das cidades. Como "mediação dentre as mediações" (Lefebvre, 2016a, p. 52) – referente ao nível M lefebvriano – e obra coletiva, a cidade se constitui como campo intermediário das relações sociais, econômicas e políticas, e se organiza por meio de relações dialéticas diversas, como aquelas entre poiesis e práxis, manifestas nas tensões entre apropriação e dominação, criação e repetição (Lefebvre, 1972; 1978a), bem como entre *physis* – entendida aqui não apenas como natureza em sentido estrito, mas como o movimento de surgimento, crescimento e manifestação próprio das coisas – e *techné*, compreendida como fazer ou produção humana.

Assim, compreender as práticas espaciais urbanas a partir de sua dimensão poiética na literatura contemporânea permite compreender em que medida essas abordagens se alinham ao debate crítico sobre o Capitaloceno, isto é, propõem alternativas à produção hegemônica do espaço urbano. Nesse sentido, o artigo *The Techne and Poiesis of Urban Life-Forms* (Lobo, 2021) oferece um diagnóstico estreitamente vinculado a essa discussão, ao mostrar como a tecnologia, sobretudo no ambiente urbano, não é apenas um suposto instrumento neutro de eficiência, utilidade ou produtividade, mas uma força constitutiva das formas de vida:

> A tecnologia não é apenas um processo de tornar o entorno mais conveniente e eficiente. Também é uma intervenção em uma forma de vida e em um modo de experimentar o mundo. É um lugar-comum apontar como a tecnologia estende sentidos e agências humanas: o microscópio e o telescópio estendem nossa capacidade de ver partes do mundo antes pequenas ou distantes; a bicicleta estende nossa capacidade de locomoção. Com a crescente dependência de tecnologias como *smartphones*, alguns proclamam uma era transumana do ciborgue. Contudo, o uso da tecnologia para modificar nossa forma de vida parece constitutivo da própria vida humana – basta pensar em como a domesticação do fogo e a invenção da cozinha modificaram nosso trato digestivo. (...) Nesse sentido, a tecnologia não é apenas uma techne, mas também pode ser considerada *poiesis* – a produção de algo que não existia antes. Como a poesia, a tecnologia produz novos mundos (Lobo, 2021, p. 38, tradução nossa, grifos nossos).

A techné, no contexto urbano, não se reduz ao funcionamento de equipamentos ou à eficiência das infraestruturas: ela cria mundos, produz modos de perceber e, assim, participa ativamente da produção do espaço. Ao analisar cidades responsivas ou "*smart cities*", baseadas no uso de big data e na coleta de dados emocionais de pedestres, Lobo mostra como o urbano torna-se laboratório de extração incessante de informações, não apenas reorganizando a forma como a experiência citadina é sentida e compreendida, mas também alimentando novas estruturas de poder e controle. Com efeito, tais processos "contribuem (para bem ou para mal) para uma mudança radical na maneira como nos relacionamos com as cidades" (Lobo, 2021, p. 38, tradução nossa). Nesse cenário, a arte (em geral) e a literatura (em particular) são trazidas pela autora como possibilidades de desvelamento dessas transformações urbanas e culturais: desde o Baudelaire interpretado por Benjamin até figuras ficcionais contemporâneas, como o personagem que compila em mapas eletrônicos todas as informações geoespaciais do planeta – de sistemas de comunicações, sítios arqueológicos a índices demográficos, de preços e sistemas jurídicos – até o passageiro "U" preso num aeroporto, deslizando a tela de seu smartphone diante de um mundo em que as informações se tornaram a nova moeda corrente.

O texto *A Phenomenological Approach to Water in the City: Towards a Policy of Letting Water Appear* (Dicks, 2014), por sua vez, embora trate especificamente da água na cidade, dialoga com o mesmo problema ao mostrar como a modernidade tende a converter elementos vitais em abstrações quantificáveis. Inspirando-se em Bachelard e Illich, Dicks recupera a ideia de que a água – antes associada ao sonho, à imaginação material e à experiência poética do mundo – passou a ser compreendida predominantemente pela racionalidade científica e pela engenharia moderna como

simples recurso. Em suas palavras:

> Assim como a cidade não era uma porção de espaço descrita por coordenadas cartesianas, mas um lugar em que se podia habitar, a recuperação do espaço urbano não deveria envolver apenas viver em um ambiente sem poluição hídrica, mas permitir que a água estimulasse a imaginação e a capacidade de sonhar (Illich, 1986 apud Dicks, 2014, p.2, tradução nossa).

Assim como a tecnologia digital transforma a percepção urbana, Dicks analisa como a água teve seu potencial poiético reduzido ao ser convertida em entidade quantificável e gerenciável. Para fundamentar essa crítica, o autor recorre a Heidegger: seu argumento é que o *Ge-stell* – o enquadramento técnico ou armação, que desafia, explora, extrai e armazena a natureza segundo os princípios da necessidade – tende a ocultar a dimensão poiética do desvelamento, ou seja, encobre outros modos pelos quais algo vem à presença. Com efeito, em Heidegger (2007), a técnica é um modo de desabrigar – trazer do ocultamento ao descobrimento – aquilo que não o faz a si mesmo sozinho. Diferentemente de uma flor que desabrocha por si só, uma casa ou um navio precisam ser trazidos à presença por uma ação produtora humana. A técnica, nesse sentido, não é mero aplicar meios, mas um modo de conhecer (episteme) e de levar algo à luz; por isso, pertence ao campo mais amplo da poiesis. Não se trata, portanto, do mero aplicar meios, mas do verdadeiro atuar no desabrochar, de participar desse florescimento. Como enfatiza Dicks:

> Heidegger prossegue observando que, em sociedades de consumo desse tipo, já não é mais possível habitar: "Agora, ainda existe, nestes tempos, algo como um 'lar', um habitar, um abrigo? Não, existem 'máquinas de habitar', centros urbanos de população, em suma: o produto industrializado, mas não mais um lar" (Heidegger, 2003, p. 74 apud Dicks, 2014, p. 6, tradução nossa).

Ainda assim, os autores analisados também oferecem propostas e alternativas. Para Lobo, a poiesis atua como potência crítica: literatura, arte e práticas interpretativas podem aguçar nossa percepção e sensibilidade, fazendo frente às fantasmagorias e aos "*data analytics*", ao tornar visíveis as transformações tecnológicas que afetam nossa experiência da cidade. Como afirma, "obras literárias podem ser lidas como oferecendo uma perspicuidade diferente acerca de como organizamos nossas práticas sociais em sua forma mais plástica, a saber: a cidade" (Lobo, 2021, p. 39, tradução nossa). Em Dicks, por sua vez, a alternativa não assume apenas um viés crítico, mas sensível: trata-se de "deixar a água aparecer", isto é, recuperar sua dimensão de physis e poiesis, como possibilidade de trazer-à-presença, reconfigurando o espaço urbano não apenas como infraestrutura hídrica, mas como campo de experiência sensível, imaginação e convivência com o não humano.

Nesse sentido, ambos os autores aproximam-se da crítica ao espaço urbano produzido e experimentado no Capitaloceno, no qual a vida urbana é continuamente quantificada, capturada e modelada por parâmetros técnicos, econômicos e preditivos – nos termos lefebvrianos, limitando-se à cidade-produto, repetitiva e tecnocrática. Por isso, propõem alternativas fundamentadas na recuperação da poiesis como horizonte crítico e criativo; e tratam diretamente do habitar e da produção social do espaço urbano, apontando para uma participação sensível e reflexiva daqueles que "habitam". Mesmo que de forma indireta, suas abordagens dialogam com os postulados de Lefebvre. Como sintetiza Nakahara (2021, p. 384): "a cidade seria, nesta direção, a obra perpétua dos seus habitantes, contrária à ideia de receptáculo passivo da produção e das políticas de planejamento: isso conformaria a participação".

3) Poiesis + Festa: a dimensão compartilhada do habitar

Por fim, investiga-se a articulação entre os termos centrais da pesquisa, isto é, aqueles que, dentro do recorte teórico desenvolvido, mostram-se indissociáveis para compreender a *poiesis* como perspectiva de construção de sentidos alternativos para o urbano e a cidade. Para isso, recuperamos Heidegger: se afirmamos que habitar pressupõe poiesis, é necessário compreender que o habitar antecede o construir – não como anterioridade cronológica, nem como condição ontológica abstrata que isolaria o ser de sua inserção no mundo, mas como modo de evidenciar a relação constitutiva entre humano e mundo –, ressaltando a urgência de sua retomada frente ao contexto do Capitaloceno:

> Não habitamos porque construímos. Ao contrário, construímos e cultivamos à medida em que habitamos, ou seja, à medida em que somos como aqueles que habitam. (...) a essência de construir é deixar-habitar. A plenitude de essência é o edificar lugares mediante a articulação de seus espaços. Somente sendo capazes de habitar é que podemos construir (Heidegger, 2012a, p. 128-139).

Tais postulações reverberam na produção contemporânea, que reinterpreta a poiesis heideggeriana tanto em práticas de mobilização social (Battin & Rystakova, 2020) quanto na compreensão do habitar como dimensão transversal entre humano e mundo (Múnera Barrios, 2016). Convergem, assim, para a compreensão de que habitar é inseparável de um modo de levar-à-presença – um fazer poiético de participação no mundo e de transformação de suas condições de existência. Em *Aproximaciones conceptuales sobre lo humano, el habitar y la estética en disciplinas creativas como el arte, la arquitectura y el diseño* (2016), Múnera Barrios destaca:

> A tese principal se centra na noção de 'habitar' como lugar transversal entre o humano e o mundo das coisas, cuja compreensão pode encontrar-se no sentido da atividade do homem, pois o habitar 'enquanto se cria, se habita e funda o existir' (Heidegger, 1994). (...) Pretende-se ir além dos limites do humano como conceito para refletir sobre o habitar e a cultura a partir das práticas criativas (Múnera Barrios, 2016, p. 155, tradução nossa).

A partir dessa perspectiva, habitar – conceito mobilizado pela autora a partir do campo da arquitetura – articula dimensões da experiência, envolvendo "tudo o que deriva do comportamento humano, da linguagem e da imaginação. Os hábitos humanos e as formas de vivenciar a cultura, a tecnologia, a ética e a estética fazem parte disso" (Múnera Barrios, 2016, p. 157, tradução nossa). Tal perspectiva faz eco à abordagem heideggeriana, em que o habitar é entendido não apenas como residir ou ocupar um espaço, mas como forma de existência criativa, na qual o sujeito se produz e se revela em seus modos de agir, construir, simbolizar e interagir com o mundo. Destacam-se, assim, as dimensões sensíveis e estéticas deste habitar, que constituem o modo como os humanos percebem, significam e transformam o ambiente:

> O resultado que se espera apenas busca superar a distinção entre o mundo material e o humano; assunto que convém para a compreensão atual de disciplinas como a arte, a arquitetura e o design, entendidas tradicionalmente como disciplinas do fazer (Múnera Barrios, 2016, p. 156, tradução nossa).

Aqui, o habitar é apresentado como espaço de síntese: lugar onde humano e material se coproduzem e onde a estética se torna terreno de inteligibilidade das formas de vida. Além de ressaltar o habitar como movimento de superação das dicotomias

modernas, essa passagem evidencia a afinidade entre a perspectiva poiética do habitar e a arquitetura – eixo central desta pesquisa.[4] Assim, a estética – sobretudo em sua dimensão sensível e afetiva, ligada às afecções e às formas de experiência sensível mais do que ao belo formal – aproxima-se da própria poiesis, entendida como trazer-à-presença, ou seja, uma operação fundamental que altera os regimes de visibilidade e sensibilidade: ambos "colocam o ser humano em relação com o mundo", que são os significados da arquitetura, da arte e do design (Múnera Barrios, 2016, p. 159).

Ademais, o habitar – em sua natureza apropriativa já destacada – assume também uma dimensão ética, política e espacial, sendo esta última entendida pela autora como uma noção transversal nas relações entre ser humano e mundo, visto que: "o espaço é criado enquanto o habitamos em ação; daí a ideia de espacialidade como uma atividade ou prática criativa" (Múnera Barrios, 2016, p. 168). Essa compreensão reverbera o pensamento lefebvriano, particularmente no contexto atual, ao sugerir que a transformação das relações sociais passa necessariamente pela produção do espaço e pela superação dos limites das ciências (ou disciplinas) parcelares. Nos termos da autora:

> O objetivo contemporâneo é tentar reconstruir a humanidade em meio a um mundo desumanizado, onde o materialismo reina supremo sobre os indivíduos. Essa é uma responsabilidade que exige o envolvimento de todas as disciplinas. Trata-se de fundar criativamente a própria vida, uma vida mais humana, para além das estruturas modernas, sejam elas formais ou dinâmicas humanas (Múnera Barrios, 2016, p. 158, tradução nossa).

Habitar, aqui, é instaurar modos de vida que resistam às formas de alienação e instrumentalização do mundo técnico moderno. Mais uma vez, a poiesis aparece como condição do habitar: só se habita quando se participa ativamente do processo de desvelamento do mundo. Essa relação torna-se ainda mais clara em diálogo com Battin e Rystakova (2020). Embora trabalhem no contexto das mobilizações digitais e do *fan activism*, sua leitura de Heidegger evidencia que a poiesis é o fundamento que convoca o humano a se envolver, agir e habitar o mundo de maneira engajada:

> Uma interpretação heideggeriana da poiesis é o componente crítico que desperta e sustenta campanhas ativistas de fãs, pois esse conceito revela como somos afetados pelo mundo e compelidos a engajar-nos, ou habitar, nele (Battin & Rystakova, 2020, p. 63, tradução nossa).

Aqui, o verbo habitar aparece explicitamente como tradução de *dwelling*, indicando que o engajamento com o mundo – arquitetônico, estético, digital ou social – constitui o próprio habitar. A *poiesis*, nesse sentido, vai além da criação artística ou técnica, seja *mimesis* ou *techné*: é um processo de abertura ao mundo que nos convoca a responder e participar. Por isso, os autores recuperam sua relação com o termo grego *synoikismos*, associado à ideia de "habitar junto na mesma casa" (Battin & Rystakova, 2020, p. 66), indicando uma unidade comunal manifesta por encontros, celebrações, banquetes, teatros, festivais etc. Essa perspectiva se reforça ao considerar o papel da poiesis na formação de comunidades de fãs, que se mobilizam não apenas por interesses individuais, mas em torno de um nós compartilhado. A *poiesis* aparece, assim, como fundamento de um habitar coletivo, no qual narrativas e afetos comuns produzem espaços de sentido que ampliam a experiência cotidiana do mundo. Nesse contexto, o habitar engendra um território simbólico e relacional, capaz de transformar a realidade, sobretudo à luz da abordagem heideggeriana. Como reforçam os autores:

> O desvio do foco da análise existencial do *Dasein* para questões do habitar (wohnen), onde, através da revelação poética proporcionada pela *poiēsis*, o *Dasein* é capaz de sondar a essência do ser – seu caráter temporal. (...) Deve ficar, portanto, bastante claro que essa suposta virada do *Dasein* para o habitar chama a atenção para como o *Dasein* não apenas se situa no lugar, mas também é convocado em vários intervalos para nutri-lo. A relação do *Dasein* com o lugar está sempre ligada à imediatidade de sua própria existência (...). A diferença, agora, diz respeito a como o humor e a compreensão do *Dasein*, dependentes da situação, são direcionados para oportunidades de nutrir, preservar e permitir que o mundo seja em seu próprio desdobramento. Nas próprias palavras de Heidegger: "o caráter fundamental do habitar é poupar, preservar" (1977, p. 328)" (Battin & Rystakova, 2020, p. 74, tradução nossa).

Como se percebe, os autores enfatizam que habitar é poupar, preservar, nutrir ou, ainda, "cultivar um mundo", o que indica que a poiesis implica não apenas um cuidado ético e afetivo pelo mundo, mas também se realiza por meio de ações significativas, políticas e pelo engajamento com causas sociais ou coletivas. Esse cuidado se efetiva por processos que revelam, dão a ver e abrem espaço para aquilo que permanecia oculto. Não seriam estas algumas das dimensões da festa sugerida por Lefebvre? Essa perspectiva evidencia ainda mais a indissociabilidade entre *poiesis*, habitar e a dimensão coletiva, coprodutiva e compartilhada da vida social. Com isso, vislumbramos uma concepção ampliada de habitar, que não se limita ao plano teórico, mas nos auxilia a pensar instrumentos, práticas e caminhos que possam traduzir a *poiesis* na transformação do espaço urbano, gerando resistências, insurgências e desvios frente ao urbanismo funcionalista, e abrindo possibilidades de reencantamento desse próprio mundo.

Considerações finais

Considerando o conjunto de resultados obtidos, foi possível observar que a *poiesis* constitui uma categoria teórica promissora para compreender formas alternativas de produção do espaço e do habitar no debate contemporâneo da Arquitetura e Urbanismo. Apesar de ainda pouco explorados, os esforços teórico-conceituais indicam um caminho em construção, com potencial para reorientar práticas e metodologias arquitetônico-urbanísticas. Em particular, nos países do Sul Global, a *poiesis* aparece associada à busca por instrumentos de mobilização social e pela produção coletiva e contra-hegemônica do espaço.

O levantamento realizado na produção acadêmica recente aponta que, embora ainda apareça de maneira relativamente restrita na literatura especializada, sua presença tem crescido em discussões relacionadas à arquitetura, à cidade, à experiência urbana e às práticas de participação social. A análise bibliométrica evidencia que a poiesis articula-se em ao menos três níveis: (i) ressignificando o *oikos* e associando-se à *aesthesis*, por meio da criação espacial e arquitetônica que produz uma "presença ressonante"; (ii) vinculando-se às experiências urbanas e às transformações da vida cotidiana, ao recuperar outros sentidos da *techné* e de suas relações com a *physis*;

4 Isso se torna especialmente relevante, dado que a publicação foi localizada a partir da associação entre poiesis e habitar, e não entre poiesis e arquitetura. Tal deslocamento é particularmente significativo para esta pesquisa, pois sugere que a aproximação entre poiesis e arquitetura pode ser formulada de maneira indireta, por meio de elaborações teóricas sobre o habitar. Desse modo, a afinidade identificada confirma a centralidade do habitar como mediação entre ambos os termos, indicando que o vínculo entre poiesis e arquitetura excede sua explicitação terminológica na literatura especializada.

e (iii) tomando seu movimento por meio de processos de participação, apropriação e construção coletiva de sentidos, em aproximação à dimensão da festa lefebvriana. Tais resultados indicam que, ainda que de maneira fragmentada, a *poiesis* vem sendo mobilizada como instrumento crítico para refletir sobre modos de habitar que ultrapassam abordagens estritamente técnicas ou funcionais da produção do espaço.

Em suma, do ponto de vista qualitativo, os trabalhos analisados demonstram que a *poiesis* é frequentemente associada a práticas que procuram restabelecer vínculos entre experiência, sensibilidade, participação e produção espacial. Nesse sentido, a literatura revisada converge para a compreensão do habitar como processo ativo de apropriação e construção de mundo, aproximando-se das formulações de Henri Lefebvre acerca do habitar *poiético* e do direito à cidade. Embora mobilizada de modos distintos, a *poiesis* revela-se, assim, como eixo articulador capaz de (re)conectar arquitetura e cidade, indicando possibilidades para repensar a produção do espaço para além de suas determinações técnicas e funcionais.

A partir dessa perspectiva, argumentamos que a *poiesis* pode ser compreendida não apenas como conceito abstrato, mas como instrumento teórico-metodológico e crítico para pensar o habitar contemporâneo: tanto como resistência ao ímpeto predatório do Capitaloceno quanto como abertura para práticas de transformação do espaço e produção de alternativas ao modelo hegemonicamente constituído. Ao mesmo tempo em que amplia um campo de investigação ainda pouco explorado na Arquitetura e Urbanismo, essa abordagem aponta possibilidades para pesquisas futuras sobre participação, apropriação e produção coletiva do espaço.

Referências

ANDERSEN, Nicolai Bo. An ecopoetic architect: The resonate presencing of material properties and environmental conditions in the case of Jørn Utzon. *CRC Press eBooks*, p. 329–336, 8 jul. 2022.

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Editora 34, 2017.

BATTIN, Justin; RYSTAKOVA, Elle. Heidegger and Fan Activism: Unveiling the Presence of Poiēsis in Contemporary Online Social Mobilization. *RMIT University*, 2020. Disponível em: https://hdl.handle.net/10779/rmit.27538143.v1. Acesso em: 30 nov. 2025.

BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre a arte.* São Paulo: Ática, 1985.

DAROY, Alys; MURRAY, Leo; TREES, Kathryn; ZEUNERT, Joshua. Anthropoiesis: Slow listening to scalar extremes at the Venice Biennial. *Performance Research*, v. 29, n. 3, p. 90–98, 2024. https://doi.org/10.1080/13528165.2024.2452799

DICKS, Henry. A Phenomenological Approach to Water in the City: Towards a Policy of Letting Water Appear. v. 32, n. 3, p. 417–432, 2014.

FRAMPTON, Kenneth. On Reading Heidegger. In: NESBITT, Kate. (Ed.). *Theorizing a New Agenda for Architecture.* Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1996. (Originalmente publicado em 1974)

HEIDEGGER, Martin. *Poetry, Language, Thought*. Nova Iorque: Harper Perennial, 2001.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica (1953). *Sci. stud.*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-398, Sept. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662007000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Jun. 2026. https://doi.org/10.1590/S1678-31662007000300006.

HEIDEGGER, Martin. *Construir, habitar, pensar.* Petrópolis: Vozes, 2012a. (Original de 1951)

HEIDEGGER, Martin. "...poeticamente o homem habita". In: *Ensaios e Conferências.* Petrópolis: Vozes, 2012b.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens.* São Paulo: Perspectiva, 2019.

LEFEBVRE, Henri. *Contra los tecnócratas.* Buenos Aires: Granica Editor, 1972.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano.* 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978a.

LEFEBVRE, Henri. Introducción al estudio del habitat de pabellón. In: LEFEBVRE, H. *De lo rural a lo urbano.* 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978b. p. 151–172.

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia:* contribuición a la teoria de las representaciones. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1983. (Original de 1980).

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace.* Paris: Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro, 2016a.

LEFEBVRE, Henri. *Metaphilosophy*. Londres: Verso, 2016b.

LOBO, Tea. The Techne and Poiesis of Urban Life-Forms. In: Nagenborg, M., Stone, T., González Woge, M., Vermaas, P.E. (eds). *Technology and the City. Philosophy of Engineering and Technology,* vol 36. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-52313-8_3.

LÖRINCZ, Simina Anamaria. Architectonics of Poiēsis: Architectural Creation Reconsidered. *Numanities - Arts and Humanities in Progress*, Volume 29. Springer Cham, 2024.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. *Autopoiesis and cognition: the realization of the living.* Dordrecht: Reidel, 1980.

MEDRANO, Leandro. et al. *A presença de Henri Lefebvre no debate acadêmico contemporâneo da arquitetura.* PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção, v. 8, n. 3, p. 170–180, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.20396/parc.v8i3.8650261. Acesso em: 13 jun. 2024.

MÚNERA BARRIOS, Ginette. Aproximaciones conceptuales sobre lo humano, el habitar y la estética en disciplinas creativas como el arte, la arquitectura y el diseño. Iconofacto, v. 12, n. 19, p. 154–169, 2016.

NAKAHARA, Carolina Akemi Morita. *Do habitat ao habitar poiético: participação, apropriação e utopia em Henri Lefebvre.* 2021. Tese (Doutorado) - FAUUSP, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.16.2021.tde-10012022-130103. Acesso em: 15 Mar 2022.

NESBITT, Kate. (Ed.) *Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory 1965–1995.* Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1996.

NEVES, Leticia de Oliveira. et al. *Revisões sistemáticas da Literatura: Parte I.* PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção, v. 8, n. 3, p. 141–143, set. 2017. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8651561. Acesso em: 12 jun. 2024.

NIETZSCHE, Friedrich. *O Nascimento da Tragédia, ou Helenismo e Pessimismo.* Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. (Original de 1872).

NORBERG-SCHULZ, Christian. The phenomenon of place. In: NESBITT, Kate. (Ed.). *Theorizing a new agenda for architecture:* an anthology of architectural theory 1965–1995. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1996a.

NORBERG-SCHULZ, Christian. Heidegger's thinking on architecture. In: NESBITT, Kate. (Ed.). *Theorizing a new agenda for architecture:* an anthology of architectural theory 1965–1995. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1996b.

PÉREZ-GÓMEZ, Alberto. *Architecture and the crisis of modern science.* Cambridge/ London: MIT Press, 1983.

ROZESTRATEN, Artur. *Representações*: imaginários e tecnologia. Tese (Livre-docência). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROZESTRATEN, Artur. *Poéticas dos lugares*: entre a hegemonia e a autonomia radical das imagens – uma reflexão crítica sobre iniciativas iconográficas institucionais WEB e experiências sensíveis em Lyon e São Paulo. São Paulo, FAUUSP/ FAPESP, 2020.

A CIDADE QUE SE DESENHA EM NARRATIVAS
Escutas cotidianas e lugares de afeto como caminhos para compreender o urbano

THE CITY DRAWN THROUGH NARRATIVES: Everyday encounters and places of affection as pathways to understanding urban life

Vitor Maciel de Britto Cunha[1] e Sofia Vezzaro Taiarol[2]

Resumo
Em um contexto marcado pela homogeneização das experiências urbanas, este artigo investiga como narrativas cotidianas podem ampliar a compreensão da cidade contemporânea para além de suas representações dominantes. A partir de conversas corriqueiras realizadas em São Lourenço (MG), articuladas a práticas cartográficas, instrumentos de Avaliação Pós-Ocupação e mosaicos de percepções e narrativas elaborados por meio de croquis, buscou-se compreender como diferentes sujeitos constroem lugares de afeto e atribuem sentidos ao território. Os resultados revelam que, para além da imagem turística amplamente difundida da cidade, emergem narrativas vinculadas ao trabalho, ao esporte, à espiritualidade, às memórias e às relações de convivência. Essas experiências evidenciam que os lugares são produzidos por múltiplas temporalidades e formas de habitar, coexistindo com discursos hegemônicos sobre o espaço urbano. Ao valorizar a escuta e as experiências vividas, o estudo contribui para deslocar leituras simplificadas da cidade e ampliar as reflexões sobre outras formas de compreender e planejar o urbano contemporâneo.

Palavras-chave: narrativas urbanas; cidade contemporânea; cartografias; espaços livres públicos.

Abstract
Mangroves act as natural bridges between terrestrial and marine environments and are essential for improving urban environmental quality and mitigating the impacts of extreme weather events. Despite their importance, mangroves are among the most degraded urban ecosystems globally, compromising the resilience of coastal cities to climate events and aggravating the socio-environmental vulnerabilities of the traditional communities that inhabit their shores. These groups, as custodians in the conservation and regeneration of local biodiversity, act as preservers of memory and elements of resistance, guaranteeing the continuity of these vital spaces. The aim of this article is to analyze the historical and social processes of these communities linked to urban mangroves, as well as the landscape as an expression of memory and collective identity. The research proposes to investigate the social dynamics surrounding these ecosystems, reflecting on how the integration of traditional knowledge into urban processes contributes to the valorization of these environments in contemporary cities.
Keywords: urban narratives; contemporary city; cartographies, public open spaces.

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Arquitetura pelo mesmo programa (UFRJ/2024) e Arquiteto e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura (UNITAU/2018).
2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Arquitetura pelo mesmo programa (UFRJ/2025) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura (UFSM/2023).

Introdução

O artigo apresenta uma abordagem sensível sobre a relação entre os indivíduos e o ambiente construído, compreendendo como os lugares de afeto são constituídos e vivenciados em um contexto no espaço urbano. Nesse sentido, reconhece-se a importância de se estar consciente e atento em um mundo em constante transformação, de modo a compreender as expressões de afeição e de conexão com a realidade vivida, considerando as diversas relações espaço-temporais de diferentes pessoas e grupos sociais em seu cotidiano.

As rápidas transformações sociais e tecnológicas do mundo contemporâneo ampliam essa reflexão, sobretudo porque as experiências cotidianas passam a ser cada vez mais mediadas por dispositivos tecnológicos. Para se deslocar para o trabalho, por exemplo, a percepção do espaço é frequentemente filtrada por celulares, informações instantâneas e contatos virtuais, elementos que interferem nas formas de interação e no modo de se relacionar com o espaço.

No contexto da fragmentação cultural[3], esse processo se intensifica. A cooperação torna-se mais desafiadora quando as pessoas tendem a priorizar os interesses de seus próprios grupos, dificultando a construção de soluções comuns que acolham a diversidade. Sennett (2012) destaca que superar essas divisões exige criar oportunidades concretas de diálogo e convivência capazes de aproximar grupos distintos e fortalecer o tecido social.

Nesse cenário, as rápidas transformações da sociedade líquida moderna (Bauman, 2005), impulsionadas pela globalização e pelo avanço tecnológico, têm gerado um crescente sentimento de instabilidade e insegurança nas relações humanas. A velocidade das mudanças fragmenta a experiência do tempo e do espaço, distanciando os indivíduos de suas comunidades e enfraquecendo o senso de pertencimento.

Han (2015) complementa esse olhar ao identificar na sociedade do cansaço uma intensificação da autoexploração, da hiperatividade e da lógica da performance. Na sociedade contemporânea, os indivíduos são constantemente pressionados a desempenhar múltiplos papéis, buscando incessantemente produtividade e sucesso, o que gera esgotamento físico e mental. Assim, enquanto a modernidade líquida dissolve laços e a fluidez das relações, a sociedade do cansaço elimina o espaço para o descanso e para a reflexão, intensificando sentimentos de inadequação e solidão.

Essas transformações sociais repercutem diretamente na configuração urbana[4]. Como observa Abreu (1997), a mudança da ordem espacial reflete as transformações nos sistemas sociais, econômicos e políticos que compõem a sociedade. A evolução urbana decorre tanto de contradições que se tornam insustentáveis quanto de processos de reajuste das estruturas sociais. A cidade, portanto, não é apenas um conjunto de edificações, ela materializa relações de poder, conflitos e interações sociais que caracterizam a sociedade em determinado momento histórico.

3 A fragmentação cultural, conforme discutida por Richard Sennett (2012) em “Juntos”, refere-se ao fenômeno em que sociedades urbanas modernas se tornam mais divididas em grupos distintos, cada um com seus próprios valores, normas e modos de vida. Essa separação pode ocorrer por diversos fatores, como diferenças socioeconômicas, étnicas, religiosas, políticas e até mesmo profissionais.
4 Na imensa explosão urbana que ocorre atualmente no Sul Global - na China, na Índia, no Brasil, no México, nos países da África Central -, grandes empresas das finanças e da construção estão padronizando a *ville*, seja no Norte ou no Sul, o crescimento das cidades não gerou grandes experimentações na forma (Sennet, 2018, p.22).

Esse panorama suscita questões sobre se, de maneira quase inconsciente, estariam sendo criadas relações espaço-temporais artificiais, mediadas por uma cultura de homogeneização? À medida que os espaços se tornam cada vez mais virtualizados, corre-se o risco de a sociedade perder a capacidade de estabelecer conexões legítimas com o ambiente físico e com as pessoas ao redor. Ou será que essas conexões estão sendo substituídas por experiências mediadas e padronizadas, que diluem as singularidades dos lugares e afastam os sujeitos da vivência plena do espaço?

Essas perguntas, ainda longe de respostas conclusivas, abrem caminho para reflexões sobre as interações contemporâneas com o espaço urbano e convidam a explorar outras maneiras de perceber e habitar um mundo em constante transformação, no qual o diálogo pode se apresentar como chave para ressignificar tanto os espaços quanto às relações que neles se constroem.

Diante disso, pensar a cidade contemporânea implica reconhecê-la, como aponta Sennett (2018), em seu livro “Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta”, a partir de um campo de tensões:

A maneira como se quer viver deveria ser expressa na maneira como as cidades são construídas, mas este é justamente um grande problema. A experiência numa cidade, como no quarto ou no campo de batalha, raramente é harmoniosa, mostrando-se com muito maior frequência cheia de contradições e arestas(Sennet, 20 18, p.13).

Para Sennett (2018), a cidade deve assumir-se como torta, aberta e modesta. É nesse terreno complexo que se fortalecem práticas insurgentes e outras alternativas ao planejamento dominante, sobretudo quando se valorizam saberes situados, expressões culturais locais e experiências sensíveis que resistem às lógicas homogenizadoras do espaço urbano. Ao fazê-lo, abrem-se brechas para imaginar e construir outras formas de habitar e significar a cidade.

Krenak (2022) nos lembra que só é possível “mundializar” ao acolher a potência de experimentar outros mundos, permitindo que diferentes cosmologias se afetem mutuamente e que os encontros se tornem fonte de imaginação coletiva. Ignorar essa diversidade e projetar um futuro homogeneizado conduz exatamente ao que Adichie (2009) recomenda evitar: a criação de um mundo sustentado por uma única narrativa, risco que, como alerta Krenak (2022, p. 97), vem acompanhado de ansiedade, fúria e de uma aceleração do tempo que esvazia a pluralidade das experiências.

Isso se relaciona também com a crítica de Stengers (2023) à “ciência rápida” que revela a necessidade de desacelerar e permitir a abertura para práticas que ampliem a imaginação e valorizem as realidades locais, contrariando a tendência de restringir o pensamento criativo. Ou seja, este artigo propõe esse olhar mais inclusivo e sensível para a cidade, reconhecendo as vivências diversas que a constituem.

As reflexões apresentam-se relevantes quando observadas a partir de territórios concretos e das experiências cotidianas de seus habitantes. Se as cidades contemporâneas são atravessadas por processos de aceleração, homogeneização e fragmentação das relações sociais, torna-se necessário investigar como os vínculos afetivos com os lugares continuam sendo produzidos e compartilhados no cotidiano urbano. É nessa perspectiva que esta pesquisa se insere, buscando compreender de que maneira memórias, experiências e narrativas individuais participam da construção dos lugares de afeto e das múltiplas imagens produzidas sobre uma mesma cidade.

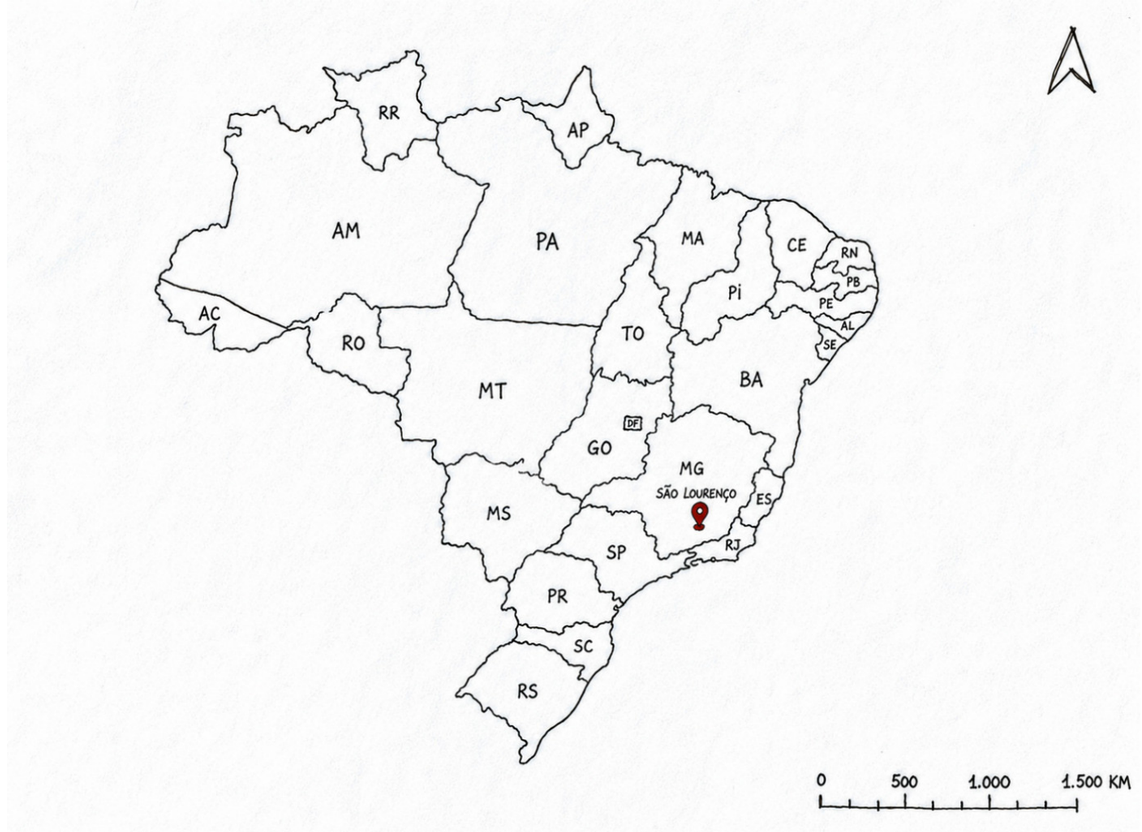


Figura 1 - Localização da cidade de São Lourenço - MG. Fonte: Acervo pessoal Vitor Maciel, 2026.

Nesse sentido, o trabalho é situado e toma como campo empírico a cidade de São Lourenço[5], localizada na porção sul de Minas Gerais (Figura 1). A escolha do município relaciona-se tanto à trajetória do pesquisador junto ao território quanto à possibilidade de investigar, em um contexto urbano conhecido e vivido, os múltiplos sentidos atribuídos aos lugares por diferentes sujeitos (Fig. 1).

A cidade é amplamente reconhecida pelas águas minerais e pela atividade turística. No entanto, este trabalho parte do entendimento de que o território também é constituído por experiências cotidianas, memórias, práticas culturais, relações de trabalho e formas de apropriação do espaço que nem sempre se fazem presentes nas representações mais difundidas da cidade.

O trabalho conecta-se a uma postura cartográfica, proposta por Deleuze e Guattari (1995), na qual a cartografia consiste na investigação de processos em curso, em oposição à aplicação de procedimentos rígidos e previamente definidos. A metodologia fundamenta-se em uma abordagem experiencial, articulada a instrumentos de Avaliação Pós-Ocupação[6] (APO) a partir de entrevistas semiestruturadas. As percepções,

5 A cidade de São Lourenço, localizada no sul de Minas Gerais, é integrante do Circuito das Águas e consolidou-se como destino turístico sobretudo pela presença do Parque das Águas, reconhecido por suas fontes minerais e pela tradição do uso terapêutico dessas águas. Todavia, este trabalho busca evidenciar outras imagens da cidade, para além do enquadramento turístico, ressaltando que existem múltiplas camadas urbanas, sociais e históricas que ultrapassam essa narrativa hegemônica. Para uma compreensão mais ampla sobre a construção do território são-lourenciano, ver a dissertação “A Potência do Lugar Cotidiano na Formação de Identidade: Por uma Narrativa de São Lourenço – MG” (Cunha, 2024).
6 A APO busca avaliar a influência e consequências das decisões projetuais no uso do ambiente por diferentes grupos de atores ou agentes envolvidos (Rheingantz et al., 2009, p.16). A partir dela, é possível compreender o valor do diálogo colaborativo nos estudos Pessoa-Ambiente-Comportamento, expondo como possibilidade a obtenção de informações com os diferentes “sujeitos”, sobre os espaços livres públicos, a partir de suas realidades, vivências, necessidades e interesses, frente aos lugares por elas utilizados. O caráter qualitativo desta mediação pode promover contribuições interessantes para a produção de cidades sustentáveis sob o pilar da qualidade humana.

memórias e narrativas compartilhadas pelos participantes foram posteriormente representadas por croquis, compondo mosaicos capazes de expressar diferentes formas de vivenciar e significar o território.

Nesse sentido, tais abordagens constituem não apenas estratégias metodológicas, mas também formas de desacelerar o olhar sobre a cidade e de valorizar experiências frequentemente invisibilizadas pelas leituras técnicas e generalizantes do espaço urbano. Ao privilegiar a escuta, a convivência e a experiência corporificada no território, a pesquisa aproxima-se das reflexões de Han (2015), Sennett (2018) e Stengers (2023), para quem a atenção ao cotidiano e às múltiplas formas de habitar o mundo pode abrir caminhos alternativos diante das lógicas de aceleração e homogeneização.

A partir dessa perspectiva, as conversas possibilitaram a escuta de narrativas que extrapolam as representações mais difundidas da cidade, trazendo à tona práticas cotidianas e modos singulares de vivenciar e apropriar-se do espaço urbano. Tal compreensão aproxima-se da noção de urbanismo dos comuns (Montaner; Muxí, 2021), ao reconhecer que a cidade não é produzida apenas por planos, normas ou intervenções institucionais, mas também pelas experiências compartilhadas, pelos vínculos sociais e pelas práticas cotidianas que constroem sentidos de pertencimento.

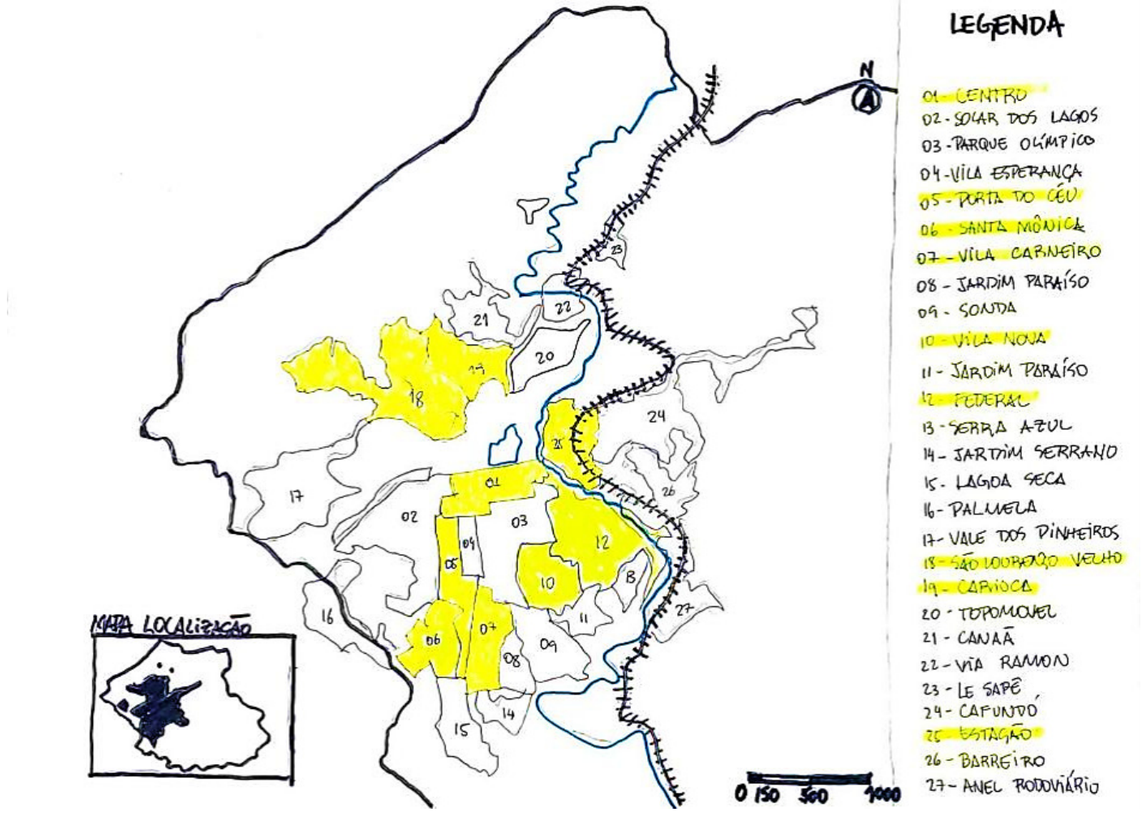
Assim, mais do que descrever lugares de afeto, o estudo busca compreender de que maneira essas experiências podem ampliar as leituras sobre o território e contribuir para reflexões acerca de outras formas de pensar e produzir a cidade contemporânea.

Metodologias de escuta, desaceleração e cartografia no território

A metodologia adota práticas que desaceleram, aproximam e aprofundam o olhar sobre o território (Stengers, 2023) se colocando no processo investigativo a partir de dimensões sensíveis, relacionais e contemplativas que o paradigma produtivista tendia a suprimir. Nesse contexto, destaca-se a importância de evidenciar a incessante busca pelo diálogo. Para isso, cartografia emerge como uma abordagem fundamental para registrar a escuta ativa nas interações com diferentes territórios e coletivos sociais. A seguir, apresenta-se um trecho do livro “A Cartografia como método de pesquisa-intervenção”, que dialoga diretamente com o tema:

“A cartografia é um método formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção. De saída, a ideia de desenvolver o método cartográfico para utilização em pesquisas de campo no estudo da subjetividade se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim. A cartografia é sempre um método ad hoc. Todavia, sua construção caso a caso não impede que se procurem estabelecer algumas pistas que têm em vista descrever, discutir e, sobretudo, coletivizar a experiência do cartógrafo” (Kastrup, 2012, p.32).

Trata-se de uma prática que recusa a neutralidade e assume que toda pesquisa é posicionada, implicada e territorializada, em que “toda pesquisa é intervenção”, enfatizando a integração entre conhecimento e experiência, teoria e prática. A pesquisa se desenvolve como um percurso guiado pelo plano da experiência e intervenção, transformando a realidade conforme a compreende, em um processo dinâmico que impacta o objeto de estudo, o pesquisador e a produção do conhecimento. Essa abordagem rompe com a tradicional separação entre conhecer e transformar.



A APO foi utilizada como abordagem interdisciplinar e multimétodos que analisa o ambiente construído com o objetivo de (re)construir a qualidade do lugar. A sua aplicação em conjunto com práticas sensíveis de campo, opera não apenas como ferramenta técnica, mas também passa a compor um repertório crítico que evidencia contradições, tensões e vulnerabilidades da cidade vivida. Ela auxilia na compreensão da importância do diálogo e do trabalho colaborativo na investigação das formas como as pessoas interagem com os lugares e constroem seus comportamentos.

Foi utilizada a entrevista semi-estruturada, entendida aqui como “conversa corriqueira[7]” e também como dispositivo de insurgência narrativa. Ela foi utilizada para investigar as relações intersociais e simbólicas que permeiam o território, reconhecendo que mesmo modificações individuais no espaço privado (unidade) contribuem para a dinamização da construção do espaço livre público[8] (cidade) e, por conseguinte, do território.

A conversa entre os pesquisadores e os participantes é uma forma importante de compartilhar informações, pois proporciona a oportunidade de se estabelecer laços significativos no momento em que cada indivíduo se encontra com suas experiências e perspectivas únicas. Krenak (2022) utiliza o termo “alianças afetivas” que pressupõe esse afeto entre mundos não iguais, mas que se complementam. Esse movimento não reclama por igualdade, ao contrário reconhece as alteridades em cada ser.

7 Termo utilizado em referência ao trecho do livro Espaço e Lugar “Se examinarmos certos planos visionários, estudarmos certas pesquisas sociais e escutarmos conversas fiadas, que são coisas corriqueiras da vida, é possível que descubramos que, enquanto o mundo é tremendamente complexo, os seres humanos e suas experiências são simples” (Tuan, 1983. pg 224).

8 Os espaços livres são áreas sem edificações, que podem ser pavimentadas ou arborizadas, urbanas ou rurais, públicas ou privadas (Magnoli, 1982). Neste trabalho, ao se referir a espaços livres públicos, considera-se aqueles bens de uso comum do povo, como ruas, praças, parques, praias e similares (Macedo et al., 2018). Foram nos espaços livres públicos que ocorreram as conversas corriqueiras, compreendidos como lugares essenciais para a observação das práticas cotidianas e das formas de apropriação do território.

Figura 2 - Mapa das localidades dos entrevistados em São Lourenço - MG. Fonte: Acervo pessoal Vitor Maciel, 2024.

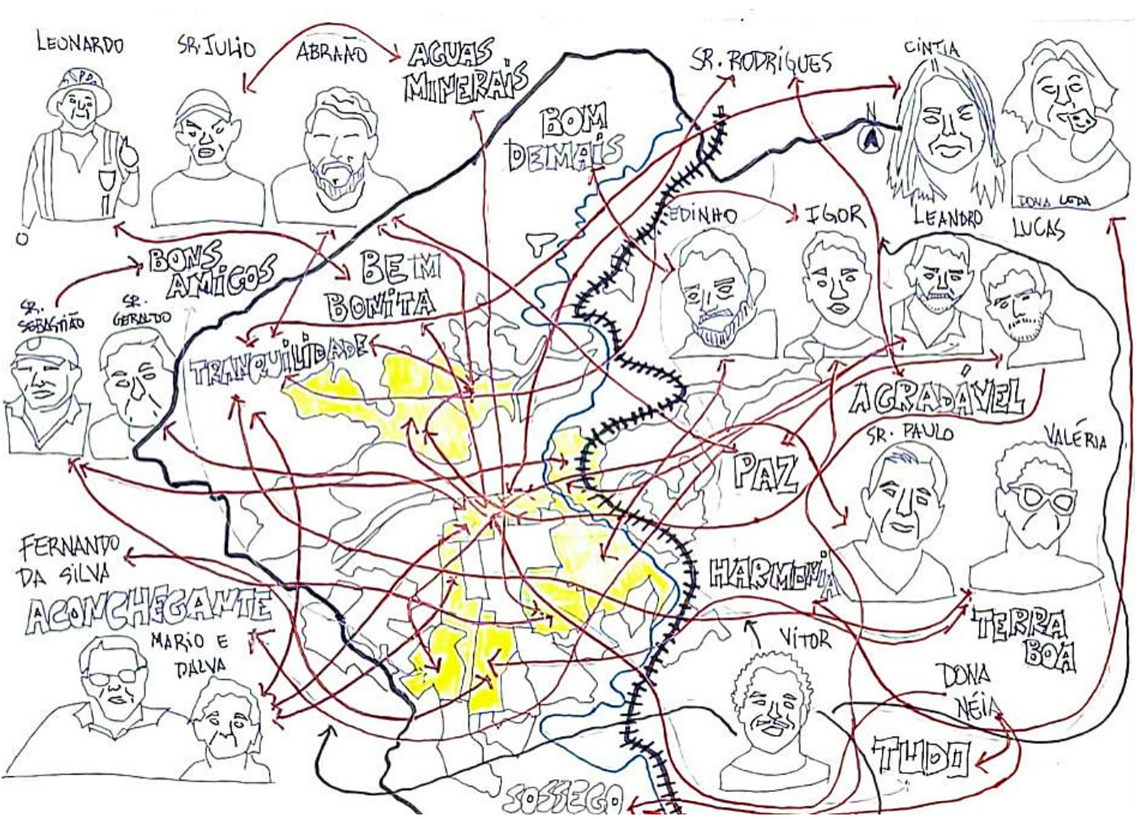


Figura 3 - "Mapa" dos entrelaçamentos entre localidades e participantes. Fonte: Acervo pessoal Vitor Maciel, 2024.

Esses saberes são enriquecidos, à medida que essas vivências são justapostas e combinadas. Esse processo de troca e reflexão mútua não apenas influencia a compreensão individual, mas também afeta os participantes de maneira bidirecional, conforme veremos no próximo item que demonstrará a experienciação de outros olhares e imagens possíveis.

A aplicação metodológica foi estruturada em duas etapas complementares: (1) a realização de conversas corriqueiras, inspiradas em dispositivos de Avaliação Pós-Ocupação (APO); e (2) a elaboração de cadernos de campo e fichas-síntese, organizados como mosaicos de percepções e narrativas construídos para cada participante a partir de croquis e registros das experiências compartilhadas.

Destaca-se que o uso do croqui se revelou fundamental para a pesquisa, pois possibilitou registrar de forma sensível e intuitiva as relações estabelecidas entre as pessoas e o ambiente. Os desenhos constituíram uma ferramenta capaz de captar diferentes imagens e significados que emergiram ao longo das conversas, permitindo representar dimensões subjetivas da experiência que nem sempre são plenamente apreendidas por outros tipos de registro, como descrições textuais ou dados quantitativos.

Em síntese, a metodologia buscou aprofundar a compreensão do território a partir das experiências vividas pelos participantes, construindo uma leitura coletiva dos lugares investigados. Por meio de abordagens sensíveis, procurou-se reconhecer lugares de afeto e compreender de que maneira essas experiências podem contribuir para ampliar as reflexões sobre o planejamento e a produção da cidade contemporânea.

Configuração do campo e dinâmicas do encontro no espaço urbano

O recorte geográfico escolhido se deu através de estudos prévios, onde foi visto que a área central de São Lourenço mostrou uma diversidade de situações urbanas, sendo

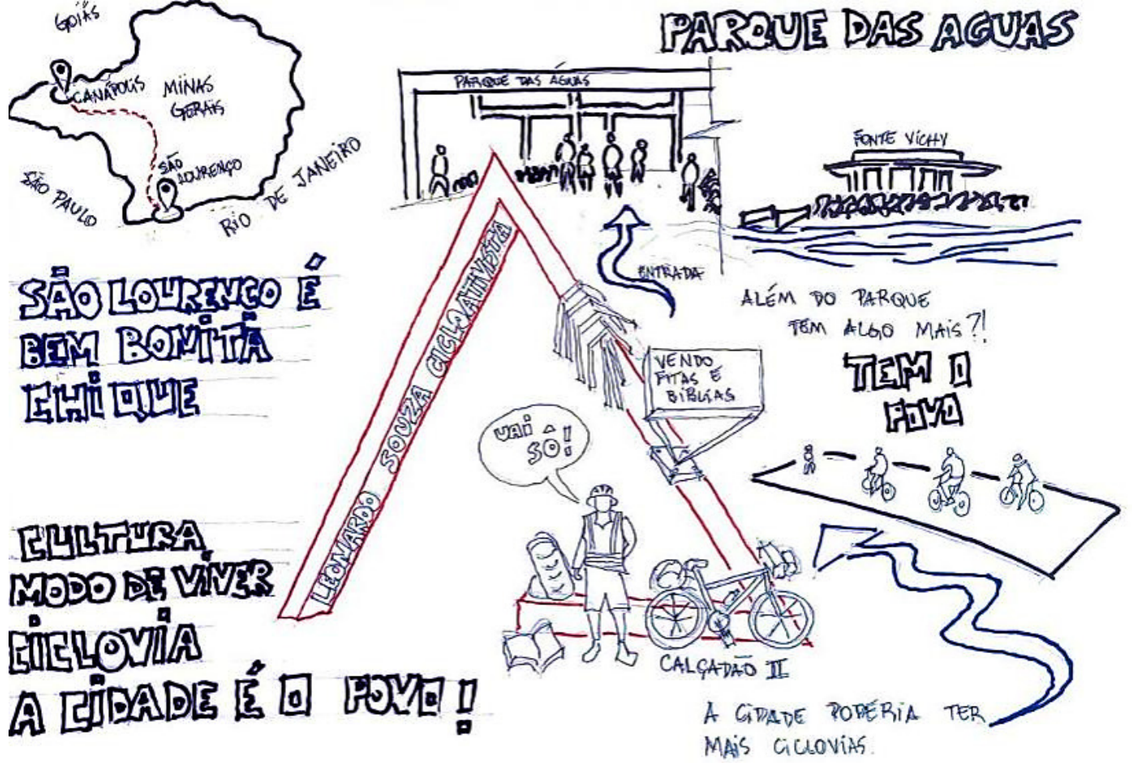


Figura 4 - Mosaico de percepções 1 - Leonardo Souza, o cicloativista. Fonte: Acervo pessoal Vitor Maciel, 2024.

polo de convergência para moradores de distintas áreas do município. Trata-se de um espaço intensamente frequentado por quem trabalha, realiza compras ou usufrui de seus equipamentos e serviços. Assim, apesar de se tratar de um recorte específico da cidade, ele possibilita o encontro com uma amostra variada da população local. Como será discutido a seguir, esse recorte permitiu dialogar com moradores de diferentes bairros, portadores de trajetórias e percepções igualmente plurais.

A aproximação era espontânea, era feita nos lugares de convívio do centro, sem que houvesse um planejamento prévio de quem seriam os participantes. Buscava-se o encontro de grupos distintos para captar as distintas perspectivas sobre os lugares. A importância de se deixar-se encontrar pelas pessoas no espaço livre público e encontrá-las mostrou-se como uma importante ferramenta, ainda que exigisse aprender a lidar com imprevistos. Observou-se, contudo, que essa imprevisibilidade contribuía para construir e fortalecer vínculos com todos os participantes da pesquisa.

Para isso, adotou-se uma abordagem flexível, permitindo uma interação aprofundada das experiências, tanto individuais quanto coletivas[9]. Tal estratégia era uma maneira de obter uma conversa mais sincera e também sobre deixar os participantes mais confortáveis. Para guiar as conversas, foram utilizadas perguntas disparadoras, organizadas em um roteiro aberto, que poderia ou não ser seguido, dependendo da interação com o ambiente e com a pessoa:

9 Os diálogos realizados ao longo da pesquisa foram conduzidos com base em um protocolo ético aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme exigido pelas diretrizes nacionais. Todos os participantes foram previamente informados sobre os objetivos do estudo, tendo assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Essa formalização permitiu, entre outras coisas, a utilização dos nomes verdadeiros dos interlocutores, respeitando seu direito de escolha e reconhecimento enquanto sujeitos ativos na produção do conhecimento.

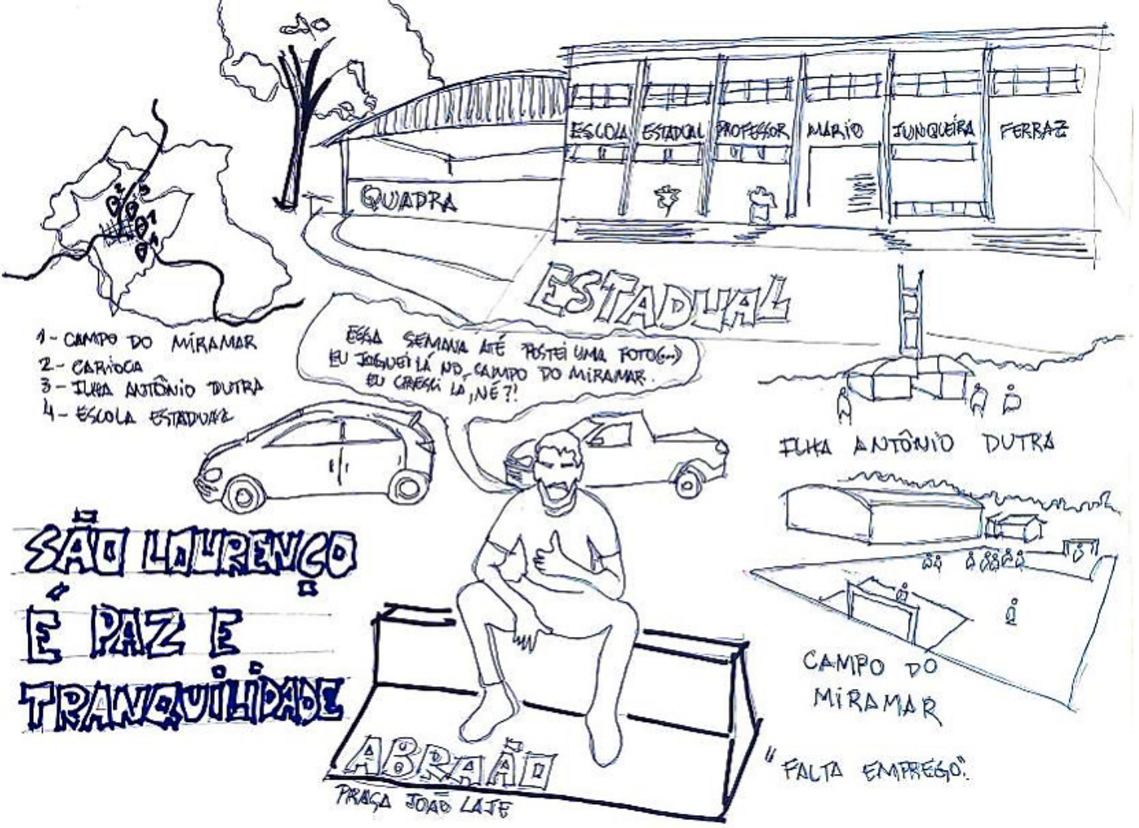


Figura 5 - Mosaico de percepções 2 - Abraão, da Praça João Laje. Fonte: Acervo pessoal Vitor Maciel, 2024.

1. Em qual localidade de São Lourenço você mora ou morou?
2. Você costuma circular por quais partes da cidade?
3. O que São Lourenço representa para você?
4. Se você pudesse definir São Lourenço em uma imagem ou palavra, qual seria?
5. Você acha possível apreender no dia a dia da cidade, pelos lugares que frequenta?
6. Tem alguma memória boa ou ruim no território de São Lourenço?
7. Se pudesse modificar qualquer coisa no território de São Lourenço, o que seria?

Vale destacar que, a partir das conversas realizadas com 17 participantes, foi possível reunir um conjunto diversificado de perspectivas sobre o território. Serão apresentadas aqui algumas dessas narrativas que compõem o conjunto. As interações iniciais, como nome, idade e tempo de residência no município, ajudavam a contextualizar cada entrevistado dentro do universo de São Lourenço. Em seguida, foram identificadas as localidades onde viviam, permitindo uma compreensão mais ampla das dinâmicas residenciais e dos diferentes bairros que compõem a cidade (Fig. 2).

Paralelamente, buscou-se evidenciar a importância do centro como espaço de encontro, onde se cruzam as diversas personalidades e identidades que constituem a vida da cidade. Nesse sentido, o "mapa" a seguir evidencia as conexões e os entrelaçamentos que se estabelecem nos lugares de convívio da cidade, ressaltando a importância desses encontros e das múltiplas vozes que se fazem presentes no centro urbano (Fig. 3).

Diante da diversidade de narrativas e relatos sobre o território, tornou-se necessário elaborar fichas síntese, também entendidas como mosaicos de percepções e narrativas, para cada participante, reunindo suas múltiplas apreensões do lugar, expressas por meio de croquis. Assim, o olhar de todos no ponto de vista de cada, compõem a imagem de São Lourenço para alguns dos participantes da pesquisa.

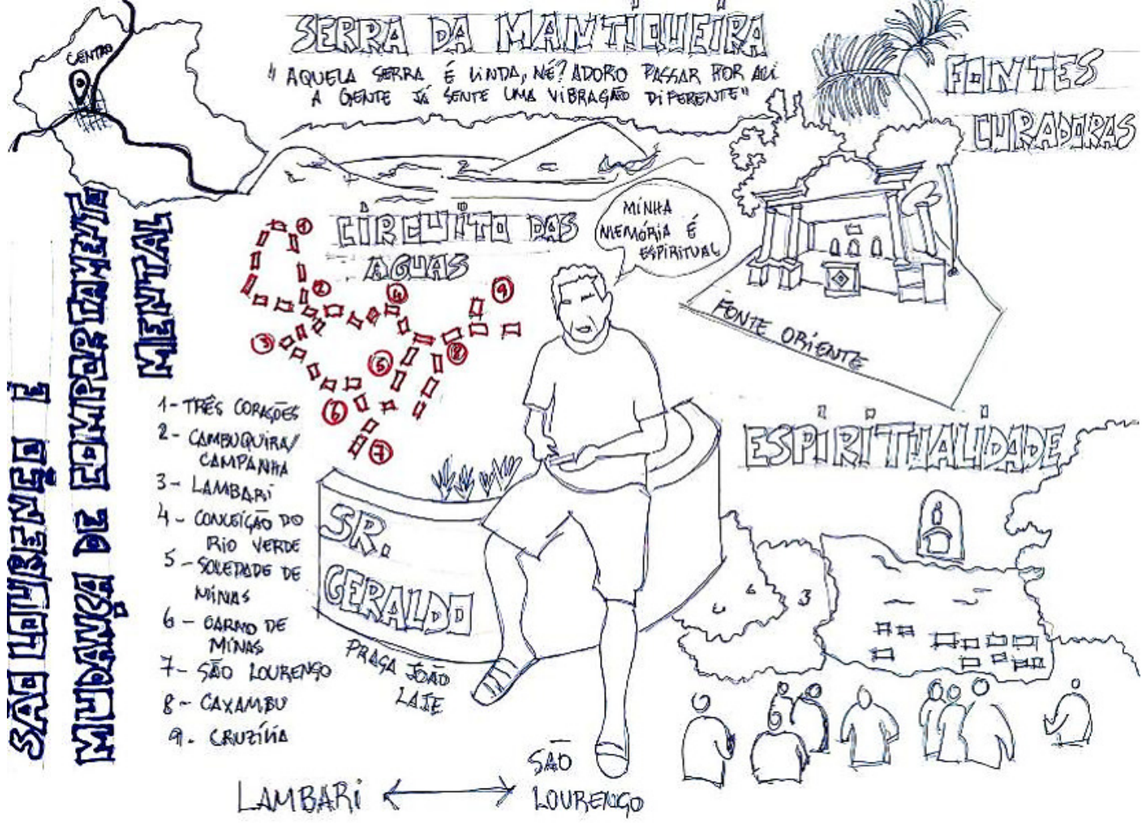


Figura 6 - Mosaico de percepções 3 - O Sr. Geraldo. Fonte: Acervo pessoal Vitor Maciel, 2024.

Os mosaicos de percepções e narrativas foram elaborados após as conversas corriqueiras, a partir das gravações de áudio, dos registros em caderno de campo e das memórias construídas nos encontros. Optou-se por não desenhar simultaneamente às falas para que a atenção estivesse integralmente voltada à escuta, à interação e à construção de vínculo com cada participante. Dessa forma, os croquis constituem um exercício posterior de rememoração e interpretação da experiência vivida, permitindo revisitar aquele momento espaço-temporal e traduzir graficamente as múltiplas camadas que emergiram da conversa.

Em sua composição, alguns elementos foram organizados de maneira recorrente. À esquerda, na sua porção inferior, registraram-se trechos de falas, palavras e expressões que se destacaram ao longo do diálogo; na porção superior esquerda, foi inserido um mapa esquemático com os lugares de afeto, memórias e referências espaciais mencionados pelo participante; ao centro, foi representada a própria pessoa, entendida como protagonista da narrativa; e, ao seu redor, distribuíram-se imagens, símbolos, palavras e percepções construídas tanto a partir de seus relatos quanto das atmosferas, situações e impressões suscitadas pelo encontro.

O desenvolvimento dos croquis a cada conversa tem como objetivo não apenas representar literalmente a cidade ou reproduzir visualmente as entrevistas. Eles buscaram articular memória, experiência, escuta e interpretação em uma mesma composição gráfica.

Narrativas do território: o tempo não linear entre memórias e afetos

Durante a pesquisa de campo, observou-se que algumas perguntas tinham maior potencial para mobilizar memórias afetivas do que outras. Essa variação dependia do tipo de troca estabelecida, do espaço em que a conversa ocorria e das características das pessoas envolvidas. A pergunta sobre o dia a dia na cidade, por exemplo, mostrou-



Figura 7 - Mosaico de percepções 4 - A Dona Leda. Fonte: Acervo pessoal Vitor Maciel, 2024.

se especialmente eficaz quando dirigida a pessoas que estavam em deslocamento ou viagem, e que demonstravam maior abertura ao diálogo. Nesses casos, era possível perceber quando o interlocutor não apenas compartilhava informações e vivências, mas também se mostrava disposto a escutar e a incorporar novas experiências, como no caso do cicloativista Leonardo Souza (Fig. 4).

Embora sua fala mobilize referências turísticas, especialmente o Parque das Águas, Leonardo desloca a leitura da cidade para além de seus atrativos consolidados. Como cicloativista e viajante, sua percepção enfatiza a mobilidade, a acessibilidade e, sobretudo, as relações humanas como elementos centrais da experiência urbana. Ao afirmar que “a cidade são as pessoas”, sua narrativa tensiona uma compreensão baseada apenas na infraestrutura ou na imagem turística, evidenciando a cidade como construção coletiva, produzida pelas interações cotidianas, pela qualidade de vida e pelas possibilidades de encontro.

Ao longo das conversas, outras perguntas foram sendo introduzidas conforme as respostas e lembranças dos participantes. Questões relacionadas às memórias construídas na cidade revelaram um potencial para a identificação de marcos físicos tanto individuais quanto coletivos. Um exemplo é a entrevista com Abraão (Fig. 5), na qual foi possível identificar recordações vinculadas à escola onde estudou e ao campo de futebol que frequentava, espaços que marcaram a sua formação.

Diferentemente das narrativas associadas ao turismo, as memórias de Abraão revelam uma cidade construída pela experiência cotidiana. Os lugares mais significativos para ele não correspondem aos principais cartões-postais, mas aos espaços que participaram de sua formação pessoal, como a escola e o campo de futebol. Sua narrativa mostra que a construção dos lugares de afeto ocorre também em territórios ordinários, frequentemente ausentes das representações hegemônicas da cidade, mas fundamentais para a produção de pertencimento e identidade.

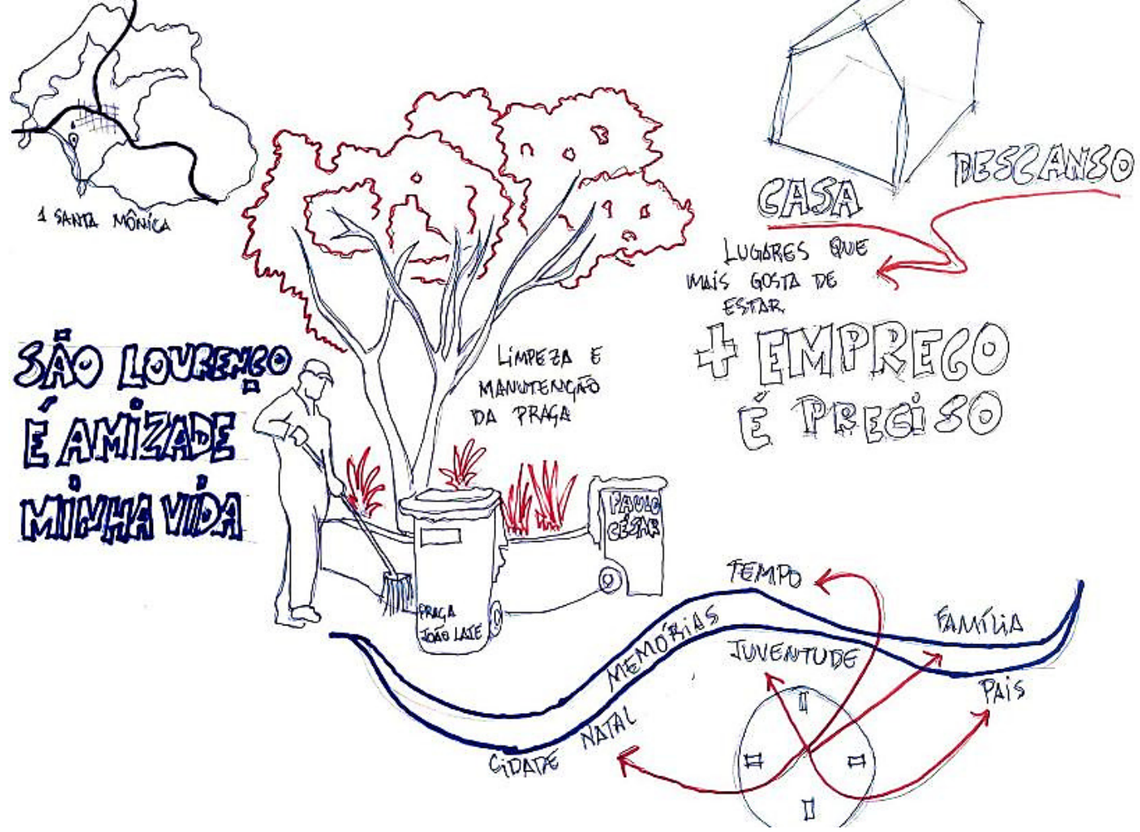


Figura 8 - Mosaico de percepções 5 - O Sr. Paulo César. Fonte: Acervo pessoal Vitor Maciel, 2024.

Embora ocupem posições distintas em relação à cidade, Leonardo (Figura 4) como visitante em trânsito e Abraão (Figura 5) como morador em São Lourenço, suas narrativas convergem ao deslocar a atenção da materialidade urbana para as experiências produzidas pelas pessoas. Enquanto Leonardo afirma que “a cidade são as pessoas”, associando a qualidade urbana às relações humanas, à acessibilidade e à qualidade de vida, Abraão mobiliza memórias ligadas à escola, ao futebol e aos espaços que frequenta com os filhos.

Nos dois casos, a cidade não aparece prioritariamente como um conjunto de edificações ou equipamentos, mas como uma rede de vínculos, aprendizados e experiências compartilhadas. Os croquis evidenciam justamente essa dimensão relacional, ao fazer emergir lugares que marcaram trajetórias pessoais e que continuam atuando na construção cotidiana da identidade urbana. Chama atenção ainda o fato de que, mesmo partindo de experiências distintas, ambos recorrem a referências afetivas para descrever São Lourenço, revelando uma cidade que extrapola sua imagem turística e passa a ser compreendida a partir das relações construídas em seu cotidiano.

Como colocado anteriormente, as entrevistas foram sendo construídas e reconstruídas de acordo com o tempo, com a pessoa e com o humor dos envolvidos. Foi o que aconteceu com a conversa com o Sr. Geraldo (Fig. 6), e posteriormente com a dona Leda (Figura 7). Durante essas conversas, observou-se a formação espontânea “microatmosferas” coletivas, na qual outros transeuntes passaram a participar do diálogo, compartilhando experiências, memórias e percepções sobre a cidade. Nesse contexto, os croquis permitiram registrar não apenas os conteúdos das falas, mas também a densidade relacional produzida pelo encontro, evidenciando dimensões do espaço urbano que dificilmente seriam apreendidas por representações convencionais (Fig. 7).



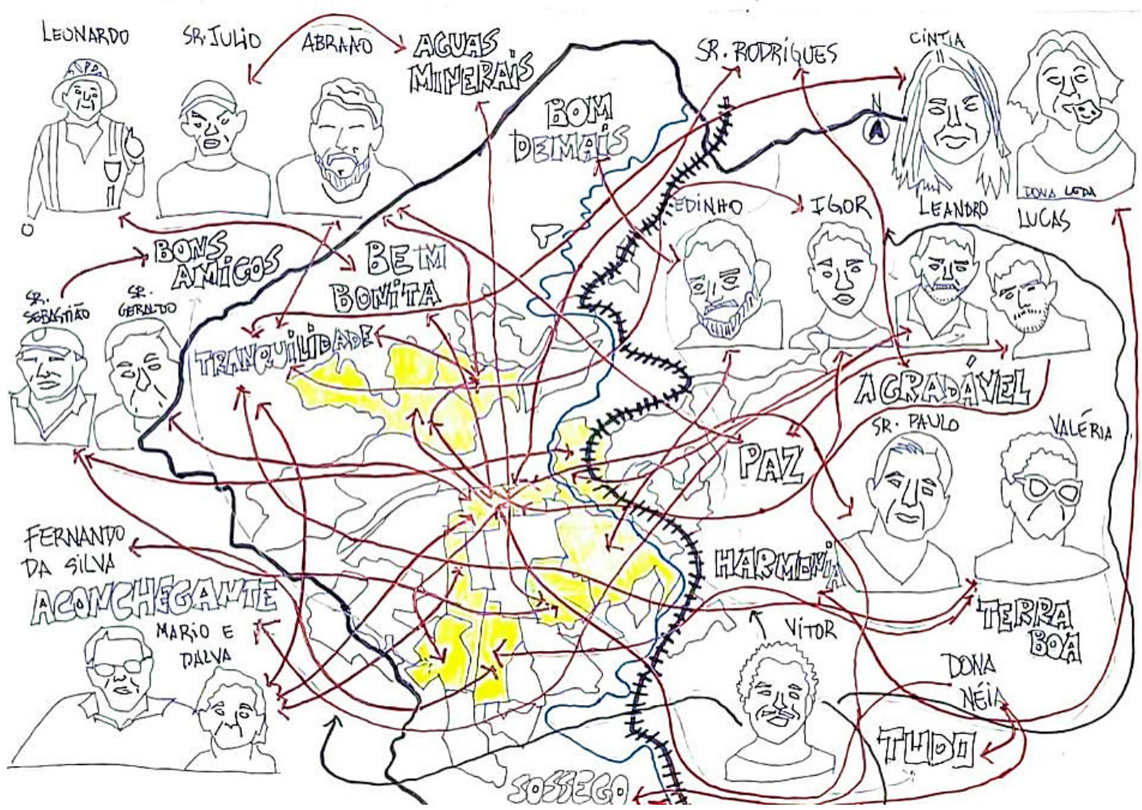
Figura 9 - Mosaico de percepções 6 - Lucas, o Homem-Aranha. Fonte: Acervo pessoal Vitor Maciel, 2024.

Essas conversas revelaram dimensões sobre um território associado a experiências espirituais, energéticas e subjetivas. Diferentemente das narrativas hegemônicas, ambos relacionam a cidade a processos de transformação interior, harmonização e conexão com outras formas de compreender o mundo. Mais do que referências a lugares específicos, suas falas mobilizam atmosferas, sensações e significados simbólicos atribuídos à região.

Já os diálogos com o Sr. Paulo César (Fig. 8), responsável pela zeladoria da praça, e o Lucas (Fig. 9), que trabalhava no trem da alegria como Homem-Aranha propõem a importância das pessoas que trabalham e integram o cotidiano dos espaços de circulação no recorte central da cidade. Eles têm o centro como plano de fundo de trabalho, e por conta disso, eles desempenharam um papel fundamental na aproximação com outros participantes, seja através da indicação de outros participantes, ou através da presença dos mesmos no espaço livre público onde, dia após dia, cumprimentavam como “o pesquisador”.

A narrativa de Paulo César desloca o olhar para uma dimensão frequentemente invisibilizada nas leituras urbanas: o trabalho cotidiano que sustenta a qualidade dos espaços públicos. Enquanto as representações turísticas tendem a destacar os espaços já prontos e bem cuidados, sua fala evidencia os processos de manutenção, cuidado e pertencimento que tornam esses lugares possíveis. Nesse sentido, a cidade aparece menos como cenário e mais como resultado de práticas diárias de trabalho e convivência.

Já a fala de Lucas revela uma posição singular, situada entre a vivência cotidiana e a atividade turística. Ao mesmo tempo em que trabalha diretamente com os visitantes, suas referências à cidade estão associadas à tranquilidade, ao trabalho, à criação da filha e às oportunidades de emprego. Sua narrativa demonstra que a imagem turística de São Lourenço não existe separada da cidade vivida por seus moradores, mas é constantemente produzida e sustentada por aqueles que habitam e trabalham no território.



As narrativas de Paulo César e Lucas aproximam-se por evidenciarem uma cidade construída a partir do trabalho cotidiano e das relações de convivência. Paulo César associa às amizades, às lembranças familiares e ao cuidado com os espaços públicos que integra por meio de seu trabalho na manutenção das praças. Lucas, por sua vez, articula a imagem turística da cidade às experiências ordinárias de quem vive nela, ressaltando simultaneamente a tranquilidade urbana, os percursos cotidianos e a necessidade de ampliação das oportunidades de emprego.

Em ambos os relatos, observa-se que a cidade turística não é negada, mas passa a coexistir com outras narrativas vinculadas à vida diária, ao trabalho e às relações sociais. Os desenhos contribuíram para tornar visível essa sobreposição de camadas, revelando que os mesmos lugares podem assumir significados distintos conforme as trajetórias e experiências de quem os habita.

Observadas em conjunto, essas narrativas demonstram que São Lourenço não é apreendida a partir de uma única imagem ou significado. A cidade turística, frequentemente mobilizada como sua principal representação pública, permanece presente em diversas falas, especialmente por meio do Parque das Águas e dos percursos de visitação

.

Entretanto, ela passa a coexistir com outras cidades possíveis: a cidade da mobilidade e das pessoas, revelada por Leonardo; a cidade das memórias cotidianas e da formação afetiva, evocada por Abraão; a cidade espiritual e atmosférica, presente nas falas de Sr. Geraldo e Dona Leda; a cidade do cuidado cotidiano, expressa por Paulo César; e a cidade do trabalho e da experiência vivida, narrada por Lucas. Mais do que se oporem à narrativa turística dominante, essas leituras a complexificam, evidenciando a coexistência de múltiplas formas de habitar, perceber e significar o território (Tab. 1).

Figura 6 - Mosaico de percepções 3 - O Sr. Geraldo. Fonte: Acervo pessoal Vitor Maciel, 2024.

Participante	Lugares de afeto e referências	Narrativa predominante	Imagem de cidade
Leonardo	Parque das Águas, ciclovias, deslocamentos	Mobilidade e encontro com pessoas	Cidade em movimento
Abraão	Escola, Campo do Miramar, Praça Brasil	Memória e formação pessoal	Cidade da lembrança
Sr. Geraldo	Centro, Parque das Águas, Eubiose	Espiritualidade e transformação	Cidade espiritual
Dona Leda	Centro, convivência, atmosfera urbana	Sensibilidade e encontro	Cidade dos vínculos
Paulo César	Praças, trabalho cotidiano	Cuidado e pertencimento	Cidade do cuidado cotidiano
Lucas	Parque das Águas, circuito turístico, família	Turismo e vida cotidiana	Cidade tranquila

Tabela 1 - Participantes e as suas leituras sobre o território de São Lourenço.
Fonte: autores, 2026.

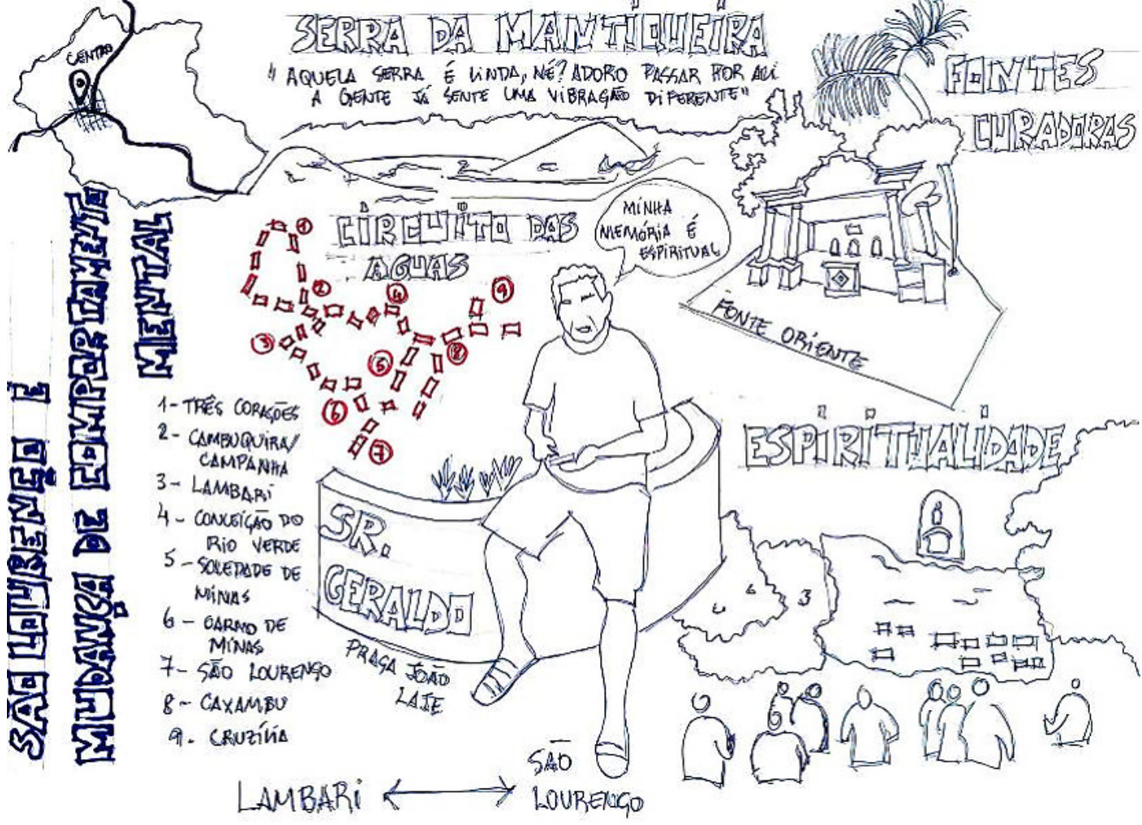
Ao evidenciar essas múltiplas formas de habitar e imaginar o território, os desenhos contribuíram para deslocar leituras simplificadas sobre São Lourenço e reforçaram a importância de incorporar experiências vividas, saberes cotidianos e dimensões afetivas aos processos de leitura urbana. Em diálogo com Adichie (2009), as narrativas revelam os limites de uma história única sobre a cidade; com Sennett (2018), evidenciam a importância da escuta e do encontro para a construção de cidades abertas; e, com Krenak (2022), apontam para a potência de reconhecer a coexistência de diferentes mundos e formas de habitar um mesmo território.

Considerações iniciais: aberturas e outras imagens da cidade

Os resultados demonstram que a escuta sensível, associada às práticas cartográficas e às conversas corriqueiras, possibilita acessar dimensões do território frequentemente ausentes dos instrumentos convencionais de leitura urbana. As narrativas revelaram uma cidade produzida não apenas por sua estrutura física ou por suas funções econômicas, mas também pelas memórias, afetos e experiências compartilhadas por seus habitantes.

Os croquis constituíram um importante dispositivo de interpretação dessas experiências, permitindo traduzir graficamente relações, lembranças e sentidos atribuídos ao território. Sua leitura conjunta evidenciou a coexistência de diferentes imagens de São Lourenço, muitas delas pouco visíveis diante da narrativa turística predominante.

Ao reconhecer essas múltiplas formas de habitar e significar a cidade, o estudo contribui para refletir sobre alternativas de planejamento urbano mais abertas à diversidade de experiências e à participação dos sujeitos na construção dos espaços urbanos. Nessa



perspectiva, planejar não significa apenas organizar infraestruturas ou regular usos do solo, mas também criar condições para que diferentes narrativas, memórias e formas de pertencimento possam ser reconhecidas e incorporadas aos processos de tomada de decisão.

Dessa forma, o trabalho aproxima-se das discussões sobre alternativas urbanas no Capitaloceno ao evidenciar que outras leituras da cidade podem emergir da valorização das experiências cotidianas, das práticas de escuta e dos vínculos construídos no território. Mais do que oferecer respostas definitivas, a pesquisa aponta para a necessidade de ampliar os espaços de diálogo e imaginação coletiva na construção de futuros urbanos.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES - Código de Financiamento 001.

Referências

ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. The danger of a single story: *TED Conferences*, 2009. 1 vídeo (18 min.). Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-BR. Acesso em: 14 ago. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Figura 6 - Mosaico de percepções 3 - O Sr. Geraldo. Fonte: Acervo pessoal Vitor Maciel, 2024.

CUNHA, Vitor Maciel de Britto. *A Potência do Lugar Cotidiano na Formação de Identidade*: Por uma Narrativa de São Lourenço – MG . 2024. Dissertação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs.* Rio de Janeiro: 34, 1995.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço.* Petrópolis: Vozes, 2015.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral.* 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MACEDO, Silvio. S.; QUEIROGA, Eugenio F., CAMPOS, Ana Cecília A., CUSTÓDIO, Vanderli; GALENDER, Fany. *Os Sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil.* 1. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. *Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana.* Tese (Livre-docência) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. *Política e arquitetura: Por um urbanismo do comum e ecofeminista.* 1. ed. São Paulo: Olhares, 2021.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. *Pistas do método da cartografia: pesquisaintervenção e produção de subjetividade.* Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

RHEINGANTZ, Paulo; AZEVEDO, Giselle; BRASILEIRO, Alice; ALCANTARA, Denise; QUEIROZ,Mônica. *Observando a qualidade do lugar: Procedimentos para avaliação pós-ocupação.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

SENNET Richard. *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta.* 1ª ed. São Paulo: Record, 2018. 377p.

SENNETT, R. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação.* Rio de Janeiro: Record , 2012a.

STENGERS, Isabelle. *Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências*. Tradução Fernando Silva e Silva. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência.* São Paulo: Difel, 1983.

HIDROLÓGICAS
Um mapeamento geopoético das águas para a saúde planetária

HIDROLOGICALS
A geopoetic mapping of waters for planetary health

Ana Carolina Santos Vicente[1], Córrego do Saracura[2], Geandre Tomazoni[3], Laura Hylodes[4], Maria Gascho Barbosa Reis[5], Ribeirão Anhumas[6], Ribeirão Baguaçu[7] e Ribeirão São Bartolomeu[8]

Resumo
Qual rio eu deveria seguir para chegar à casa do meu amigo, até à Amazônia ou a uma cachoeira do outro lado do mundo? Este ensaio apresenta uma reflexão sobre os fluxos das águas urbanas e os modos de produção de vida e saúde em escala planetária. Partindo da abordagem cartográfica geopoética, compreende as águas como elementos vitais e simbólicos, que a partir do seu curso, entrelaça territórios, corpos e saberes. São discutidas as propriedades e singularidades das águas doces e salgadas, suas ecologias e os papéis nos ciclos da vida. Utiliza dos conceitos de confluência e deságue para compreender os encontros e desencontros entre os rios, mares e relações humanas. O texto articula política, estética e ecologia em torno da urgência de escutar e se envolver com os ciclos da água como fundamento de justiça socioambiental e existência coletiva. É uma produção-afluente do curta metragem *Hidrológicas*, disponível em: https://youtu.be/gxhm3gQSE9Q?si=aE_FS7kzsS1gAu8D.
Palavras-chave: geopoética; águas; saúde planetária; território; justiça socioambiental.

Abstract
Which river should I floow to reach my friend's house, to the Amazon or to a waterfall on the other side of the world? This essay reflects on the flows of urban waters and the modes of producing life and health on a planetary scale. Drawing on a geopoetic cartographic approach, it understands water as a vital and symbolic element whose course interweaves territories, bodies, and forms of knowledge. It discusses the properties and singularities of both freshwater and saltwater, their ecologies, and their roles in the cycles of life. The concepts of confluence and outflow are employed to explore the encounters and disconnections among rivers, seas, and human relationships. The text brings together politics, aesthetics, and ecology around the urgent need to listen to and engage with water cycles as a foundation for socio-environmental justice and collective existence. It is an affluential production derived from the short film Hydrologicals, available at: https://youtu.be/gxhm3gQSE9Q?si=aE_FS7kzsS1gAu8D.
Keywords: geopoetics; waters; planetary health; territory; socio-environmental justice.

1 Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Viçosa (UFV/2019). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV/2022).
2 Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Viçosa (UFV/2019). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV/2022).
3 Córrego do Saracura, curso d'água de São Paulo e coautor do ensaio.
4 Antropóloga pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação de Mudança Social e Participação Política (EACH-USP).
5 Arquiteta e Urbanista pelo Centro Universitário Toledo (UNITOLEDO/2023). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade pela Universidade Federal de Goiás (PPG Projeto e Cidade/FAV/UFG).
6 Ribeirão Anhumas, curso d'água de Campinas, e coautor do ensaio.
7 Ribeirão Baguaçu, curso d'água de Araçatuba, e coautor do ensaio.
8 Ribeirão São Bartolomeu, curso d'água de Viçosa, e coautor do ensaio.

Introdução

Rios, mares, chuvas e lençóis subterrâneos são partes de geografias, modos de vida e ecologias. Em tempos de crise climática, colapso ambiental e políticas de morte, pensar as águas exige ir além da lógica do domínio e insuficiência para reconhecê-las como agentes de saber, resistência e regeneração. Por isso, é necessário um passeio pelos fluxos das hidrológicas, e nesta navegação geopoética compreender que as águas, doces e salgadas, moldam paisagens e imaginários, convergem e deságuam em experiências coletivas, e articulam-se com a produção de saúde planetária, aproximando o local e o global nos rios e mares do mundo.

Ora chuva, ora rio, deságua no mar, infiltra-se na terra, percola até os aquíferos, forma as geleiras e as minúsculas gotas de evapotranspiração: existe uma ideia bonita, verdadeira ou não, de que as águas em circulação no mundo sempre existiram. Para a química, a água é considerada inorgânica; porém, para as hidrológicas, só pode dar vida, o que está vivo, e como essencial aos viventes, é portanto, orgânica. Acredita-se que a capacidade de observar a água, seus estados e percursos ensina a inteligência humana em suas habilidades lógicas, sensíveis e criativas como acessar o universo simbólico das águas.

Este ensaio parte da hipótese de que a invisibilização material e simbólica das águas, especialmente as urbanas, é parte constitutiva da crise socioambiental contemporânea e compromete perspectivas de saúde planetária. Para enfrentar essa questão, propõe-se uma cartografia geopoética das águas baseada na articulação entre a noção de geopoética, de Kenneth White, o conceito de confluência contra colonial, de Antônio Bispo, e o dispositivo analítico da montagem *Warburguiana*. Mais do que respostas, pretende-se produzir infiltrações nos modos hegemônicos de entender e nomear o mundo, articulando o sensível e o político, o fluxo e a palavra, com o convite de que cada leitor possa reencantar-se nas suas águas e em tudo que nelas habita.

Hidrológicas também deu origem a um curta-metragem realizado como atividade final da disciplina de pós-graduação: Cartografias: Geopoéticas e Tecnopolíticas, oferecido pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP - São Carlos sob coordenação dos professores David Moreno Sperling e Luciano Bernardino da Costa. O grande tema foi Saúde Planetária e a perspectiva das águas foi o recorte escolhido pelo grupo. Co-criaram o curta e este ensaio os rios Ribeirão Baguaçu e Ribeirão Anhumas, de Araçatuba e Campinas, respectivamente, além do Córrego Saracura, da capital, todos em São Paulo, e o Ribeirão São Bartolomeu, de Viçosa em Minas Gerais. O poema-guia do curta *Hidrológicas* foi escrito por Laura Hylodes em colaboração com Ana Carolina Vicente, Maria Gascho Barbosa Reis, Geandre Tomazoni, que escreveram os trechos dos respectivos rios.

Hidrológicas

veja a aerodinâmica das gotas de chuva
se esparramam
pequenas aeronaves
descidas do espaço
aterrissam no chão.

das águas
à circulação
infiltram nos veios da terra
escuro
aos pés das árvores
nutrientes em absorção
fungos, sementes e broto
alimentação
cozer, ferver, filtrar, lavar
caldo de feijão.

o suco, a carne e o boi
a compactação
o quente
o frio
a cristalização.

calotas polares, glaciais, glaciares,
as geleiras, as besteiras
e as mentiras da *economicização*.

sanitários, os canos,
a água em domesticação
torneira, metal, sujeira
a indústria,
as caldeiras,
os sistemas de calefação.

zonas de sacrifício.

moléculas de oxigênio,
hidrogênio,
o recurso natural e sua função
deslizam ao relevo humano
enchente
a vazão.

Na avenida Pompeu, corre o Ribeirão Baguaçu
tranquilo, entre árvores altas e ipês-rosa em flor
ao entardecer, passos leves cruzam seus caminhos,
sob a sombra fresca, sabor.

a ave e seu rio,
Ribeirão das Anhumas
em você não nado,
mas a memória dos outros rios que nadei
me lembram que mundos inteiros existem em sua bacia
vive nas dobras da cidade,
em sua margem,
o sonho de uma outra cidade
a-fluir.

Águas de São Bartolomeu
Ribeirão com nome de santo faz milagre?
Na cidade, canalizado, escondido, renegado
Águas que dão vida, escondidas da vida
Esgoto e lixo caem no rio
Esquecido por nós, por mim, por você
Duas faces: acima e abaixo
sempre aqui,
escondido e bonito.

Saracura Tamarindeiro
Vai-vai Bixiga
Córrego
Avenida
Quilombo
Ocupação
De quem é essa cidade?
De quem é esse lugar?

Águas Raras
[9]

a gota
a paisagem
a luz entra na água
o dia e a noite
o rio
o ruído branco
a chuva
a margem
o peixe
o lado de dentro
a nuvem no céu
a pedra
a lama
a água.

9 A região de Poços de Caldas - MG com ecossistemas preservados, nascentes e cursos de água enfrenta a ameaça de uma devastação irreversível diante da pressão do extrativismo internacional ambicionando a jazida de terras raras que reside dentro de um vulcão extinto do município.

Percurso metodológico: cartografia geopoética das águas

Este ensaio adota uma abordagem cartográfica geopoética para investigar as águas enquanto agentes materiais, simbólicos e políticos na produção da saúde planetária. Trata-se de um percurso interdisciplinar que articula imaginação, território, cultura visual e ecologia política para compreender como rios, mares e outros corpos d'água participam da constituição de modos de vida, conflitos socioambientais e imaginários coletivos. Mais do que representar as águas, busca-se produzir uma aproximação sensível e crítica capaz de reconhecer seus fluxos como mediadores de relações entre territórios, corpos e saberes.

A noção de geopoética, formulada por Kenneth White, constitui o eixo estruturador do ensaio. Para White (2023), a geopoética emerge do encontro entre corpo, pensamento e Terra, constituindo uma forma de conhecimento que ultrapassa algumas dicotomias modernas entre natureza e cultura, razão e sensibilidade. Nesse sentido, não se trata apenas de descrever paisagens ou elementos naturais, mas de construir formas de percepção do mundo que possibilitem revelar as memórias e relações que conformam determinado território. A escolha da geopoética como fundamento metodológico se dá pela possibilidade de pensar as águas para além de sua dimensão instrumental ou infraestrutural, reconhecendo-as também como produtoras de imaginários, afetos, cosmologias e sentidos compartilhados.

A confluência, desenvolvida por Antônio Bispo (2023), para além de sua definição hidrográfica, é compreendida como categoria político-epistemológica contra colonial, capaz de sustentar encontros entre diferentes formas de conhecimento sem dissolver suas singularidades. Em oposição às lógicas coloniais de homogeneização, classificação e apagamento, a confluência reconhece a coexistência de diferenças, afirmando a possibilidade de compartilhamento entre múltiplas cosmologias, territorialidades e experiências sensíveis. Tal perspectiva é particularmente importante para este ensaio, pois impede que o trânsito entre imaginários aquáticos de diferentes culturas seja universalizado e simplificado. Assim, a aproximação entre mitologias, religiosidades, práticas populares e experiências territoriais não pretende equivaler sistemas simbólicos distintos, mas reconhecê-los em torno da água como elemento central na organização da vida.

Tais entendimentos são articulados ao método de montagem desenvolvido por Aby Warburg (2010) em seu Atlas Mnemosyne. Mais do que uma referência estética, a montagem *Warburguiana* é aqui assumida como dispositivo analítico e interpretativo. Ao justapor imagens provenientes de diferentes tempos, geografias e repertórios culturais, Warburg propõe investigar permanências, deslocamentos, tensões e sobrevivências simbólicas. Inspirado nessa abordagem, o ensaio mobiliza constelações imagéticas das águas, associando mitologias, cosmologias, cartografias, registros territoriais e experiências urbanas, para observar como determinados símbolos persistem, se transformam ou entram em conflito ao longo do tempo e dos territórios quando postos no mesmo plano.

Analiticamente, mais do que ilustrações, as montagens são lidas a partir de tensões e disputas de imaginário, permanências simbólicas e contradições entre diferentes formas de relação com as águas, sejam compreendidas como entidades vivas, recurso natural, infraestrutura urbana ou mercadoria. Nesse sentido, interessa compreender quais imaginários hidro políticos emergem da justaposição entre águas encantadas, rios urbanos canalizados, cosmologias ancestrais e infraestruturas contemporâneas de controle e invisibilização hídrica.

O conceito da saúde planetária também opera como horizonte interpretativo do percurso porque permite compreender as águas simultaneamente como condição ecológica da vida, infraestrutura territorial e elemento constitutivo das relações sociais, culturais e políticas. Assim, propõe-se a organização do ensaio a partir da articulação entre: (i) os imaginários das águas, que revelam dimensões simbólicas e cosmopolíticas; (ii) a leitura macro territorial, por meio de cartografias e redes hidrográficas; e (iii) a presença concreta dos cursos d'água, observada em seus contextos urbanos e experiências situadas. Essas camadas não são estanques, mas confluem entre si, compondo uma leitura integrada das águas como fundamento da habitabilidade e da saúde planetária.

As águas: doces e salgadas

Imagine as primeiras comunidades humanas, assentadas em volta dos rios, ou próximas aos mares. A água doce, condição fundamental para a permanência, oferecida pelos rios possibilitava a hidratação, a limpeza, o cultivo e crescimento das roças e a pesca. Imagine também cozinhar pela primeira vez com água salgada e preparar a primeira sopa, a carne, o peixe, descobrindo o poder de manipular o sal e a sua capacidade de conservação. Ou observar o mar e ver os peixes saltando em um horizonte de água que não tem fim. Existe uma segurança antiga de que o oceano guarda alimento dentro de si e que à beira da praia, entrar no mar é fazer um retorno a algum lugar.

Portanto, para compreender a dinâmica dos humanos com a água, uma opção é lançar-se pelos simbolismos, buscando entender o fascínio humano por essas águas, doces e salgadas, com sua egrégora ancestral de guardiões em diferentes povos e culturas. Como disse Kenneth White, em O Grande Campo da Geopoética:

Um mundo, sem dúvida, emerge do contato entre o espírito e a Terra. Quando o contato é sensível, inteligente, sutil, tem-se um mundo em sentido pleno, quando o contato é estúpido e brutal, não se tem mais mundo, nem cultura, somente, e a cada vez mais, uma acumulação de imundo (White, 2023, n.p).

Fortes representações culturais, através do sagrado, do entretenimento e seus hibridismos, constituem um patrimônio imaterial coletivo que pode ser considerado como um universo simbólico amplo que habita a água e traz elementos de regeneração de um sistema de pensamento e possíveis aprendizados de repactuação das formas de convivência com as fontes de águas e seus ciclos.

A elaboração da montagem da constelação das águas e seus simbolismos (Figura 1), elaborada seguindo o dispositivo warburguiano, possibilita a percepção e interpretação de um diálogo entre sentidos implícitos e explícitos, reunindo figuras de diferentes culturas, mitologias e arquétipos em torno do fluxo simbólico das águas.

O conhecimento indígena brasileiro conta que a lenda da Iara (ou Uiara), do tupi y-îara, *senhora das águas* seria uma sereia de pele parda dos rios amazônicos, que atrai homens para as profundezas com seu canto hipnótico. E que Tupã, uma entidade guarani, cujo nome significa *a voz do trovão* e que em algumas narrativas é mensageiro do criador da vida e das águas, em outras é ele mesmo a origem de tudo. Diversas representações nacionais antigas e recentes atualizam as memórias da Iara e Tupã como pode ser visto na Figura 1[10].

10 A saber: (1) Sereismos, Davi Ângelo (2) Selo brasileiro de 1974, com a representação da Iara para divulgação das Lendas Brasileiras (3) Estudo para Mãe D'água, 1925. Tarsila do Amaral (4) A Fascinação de Iara, 1929, Theodoro Braga (5) ITSOHO NETO DO KATSEA MO ME DO WODZUA / HÁ MEMÓRIA DE

Conhecimento indígena brasileiro

3

Brasil 74 2,50

2

1

5

Iara

4

6

9

Umbanda

IEMANJÁ

NANÃ

IANSÃ

8

7

Tupã

10

ÁGUAS E OS SIMBOLISMOS

LA LLORONA

México

TLALOC

PAIO TROVÃO

LAGOS E CORRENTES D'AGUA

CHALCHIUHTLICUE

LEI GONG DEUS DO TROVÃO

GONG GONG

China

NÜWA

MÃE CÓSMICA QUE CONTROLOU INUNDAÇÃO E PODER CULTIVAR A TERRA

Índia

PEIXE QUE SALVA A HUMANIDADE DO DILÚVIO

MATSYA

ÁGUAS E OS SIMBOLISMOS

NEREIDES

NEREU

ANFITRITE

POSEIDON

Grécia Antiga

OCEANO

Tarô

ARCANOS MAIORES

COPAS

THE STAR.

THE MOON.

TEMPERANCE.

OYUM

SÃO NICOLA DE MYRA

STA. BARBARA

CONCEIÇÃO

SÃO PEDRO

Santos católicos

SÃO PEDRO, PESCADOR DE HOMENS, GUIE-NOS NAS ÁGUAS TURBULENTAS DA VIDA, MOSTRANDO-NOS O CAMINHO DA SALVAÇÃO E DA REDENÇÃO

29 de junho Dia de São Pedro

SÃO FLORIANO

ANO 1805

ANO 1069

NINGYO (SEREIA)

Japão

PEIXE REMO

FROZEN

ARIEL

MOANA

Cultura Estadunidense

ÁGUAS E OS SIMBOLISMOS

Figura 1 – Constelação Águas e os Simbolismos. Fonte: Elaboração própria, 2025.

Na umbanda e no Candomblé, Oxum e Iemanjá são orixás femininas das religiões de matriz africana cuja primeira rege as águas doces, como rios e cachoeiras, sendo associada à fertilidade, ao amor e à riqueza e a segunda é a mãe e regente das águas salgadas, protetora dos mares e dos pescadores, símbolo de maternidade e proteção. Iansã, por sua vez, é a força que vive nas tempestades, nos ventos e eventos naturais intensos, e por fim, Nanã Buruquê ligada às águas paradas, pântanos e à lama, representando a ancestralidade, a morte e a renovação da vida.

No contexto brasileiro, através do sincretismo religioso, orixás e santos se sobrepuseram e se misturaram tanto como forma de preservar a cultura afro-brasileira, construir influência e incorporar elementos próprios na religião católica. Na prática, esse movimento além de uma estratégia de resistência cultural, também operou como uma tática sofisticada de negociação simbólica: ao associar divindades africanas às figuras do catolicismo, populações escravizadas conseguiam manter vivas suas cosmologias, seus rituais e suas potências, mesmo dentro de um sistema que as proibia. O sincretismo funcionou como uma camada dupla de leitura do mundo: aquilo que o colonizador via e aquilo que a comunidade realmente praticava. Era uma forma de dobrar a hegemonia sem confrontá-la diretamente que criou uma ponte que permitia continuidades culturais, afetivas e espirituais.

Na Igreja Católica articulam-se Santa Bárbara, São Nicolau de Myra, São Floriano e São Pedro dentro do contexto do sincretismo, percebemos como cada um deles se prende a uma dimensão específica da água e mantém diálogo com as cosmologias afro-brasileiras. Santa Bárbara, assim como Iansã, representa a água em movimento, a chuva que chega com vento, a tempestade e as forças intensas. São Nicolau de Myra, navegador espiritual e protetor de embarcações, se inscreve na água enquanto travessia pelos portos, rotas e deslocamentos. É uma figura fronteiriça que acompanha o mar e é padroeiro dos marinheiros, ele era um jovem rico que partilhou os seus bens com os pobres.

São Floriano, embora associado à proteção contra incêndios, é também o santo que controla os elementos e restabelece equilíbrio. Seu gesto de apagar o fogo com água funciona como metáfora da ação das águas doces, capazes de domar a seca, fertilizar a terra e sustentar a vida. Nele, a água aparece como força civilizatória, reguladora e cuidadora. São Pedro, guardião das portas do céu, também governa marés, pescarias e ciclos marítimos. Nas comunidades costeiras brasileiras, ele é convocado para garantir bom tempo, fartura e ordem nos ritmos do mar. Há nele um diálogo íntimo com Yemanjá, não como equivalência direta, mas como compartilhamento do mesmo território simbólico: o mar como horizonte de mistério, poder e estabilidade.

Por fim, a água benta funciona como um sacramental que concentra bênçãos, proteção e purificação. Ela prepara o fiel para receber a graça divina e opera uma espécie de transdução espiritual, deslocando algo de um estado para outro. A água é o meio pelo qual a transformação se torna tangível. Carrega a memória da criação, do batismo, do renascimento, e faz do gesto de benzer uma passagem entre dois modos de existir. Nesse sentido, a água é compreendida como veículo que absorve, conduz e materializa a palavra dita, transformando um ato mediado pela tela em presença espiritual concreta. O que emerge dessas práticas, em diferentes tradições, é o reconhecimento de que a água é um dispositivo simbólico que vai além de recurso natural, capaz de atravessar fronteiras: do espiritual para o material, do coletivo para o íntimo, do rito para a vida cotidiana e coletiva.

Agora, em um olhar panorâmico entre as culturas mundiais, a partir da antiguidade clássica, vindo da mitologia grega, Nereu é um deus marinho primitivo, pai das Nereides, ninfas do mar. Com o tempo, é substituído por Poseidon, deus dos mares, maremotos e tempestades, casado com Anfitrite, uma Nereide capaz de acalmar o mar. O titã Oceano, filho de Urano e Gaia, personifica o rio imenso que circunda a Terra, sendo fonte primordial de águas doces e pai de rios e ninfas aquáticas. Entre os astecas, Chalchiuhtlicue, *aquela da Saia de Jade*, é a deusa dos lagos, rios e mares, associada ao batismo e aos nascimentos, Tlaloc é o deus da chuva, trovões e fertilidade, vinculado às águas subterrâneas e à irrigação.

No Hinduísmo, o peixe possui forte simbolismo: Matsya, a primeira encarnação do deus Vishnu, aparece como peixe gigante ou metade homem, metade peixe, que salva Manu, o primeiro homem, de um dilúvio. Nes人魚cultura, alimentar peixes é um ritual de purificação cármica. No Japão, o Ningyo (, peixe humano) é criatura folclórica semelhante à sereia, um monstro marinho com características de peixe e humano, cuja carne, segundo a lenda, concedia juventude eterna. Ainda no Japão, o peixe-remo é conhecido como *peixe do fim do mundo,* pois sua aparição é vista como presságio de terremotos e tsunamis. E, na mitologia chinesa, destacam-se o Rei Dragão (Leigang), que governa os mares e controla as chuvas; Gong Gong, deus das águas e causador de inundações; Nüwa, deusa criadora da humanidade e ligada à água; e Shuimu, entidade associada a rios e lagos.

Como pode ser observado na Figura 1, e a partir do que foi exposto até aqui, a recorrência de figuras femininas ligadas às águas sugere permanências simbólicas associadas à fertilidade, sedução, proteção e perigo. Entretanto, enquanto cosmologias indígenas e afro-brasileiras posicionam a água como entidade viva e relacional, repertórios modernos tendem a estetizá-la ou domesticá-la, como nas narrativas audiovisuais do cinema e televisão.

Mitos, crenças e sonhos que atravessam culturas e imaginários, e mostram que a água é sempre reimaginada em seu universo encantado pelos e para os humanos. Percebe-se, portanto, que o símbolo metade humano, metade peixe é uma constante para a humanidade desde tempos remotos. A recorrência de entidades híbridas humano-peixe em distintas culturas não sugere equivalência entre cosmologias, mas aponta para a persistência simbólica da água como fronteira entre mundos e dicotomias: doce/salgado; homem/mulher; profano/sagrado. Assim, entre orixás, lendas e mitologias a água é projetada como elo universal entre mundos visíveis e invisíveis que estão em fontes de vida, mistério, purificação e transformação, correndo por rios sagrados, revelando sonhos, conectando povos, crenças e imaginários.

As confluências e coexistências

Se os imaginários revelam modos simbólicos de relação com as águas, torna-se necessário compreender como esses repertórios podem coexistir sem serem reduzidos a equivalências universais. É nesse ponto que a noção de confluência se faz relevante. Confluência é um termo geográfico que designa a junção de dois ou mais cursos d'água ou correntes marinhas, definindo o ponto exato onde isso ocorre. Os rios se encontram, as águas se misturam, recebem um nome novo com qualidades herdadas de seus antecessores e nasceu um rio diferente. Pode acontecer também de um grande rio ser alimentado por pequenos córregos e riachos, cujas águas fortalecem o rio principal que, a partir de então, segue mais volumoso sob um mesmo nome.

NÓS NA VOZ DOS RIOS, 2023; Yacunã tuxá (6) Iara, 1920; Carlos Hadler (7) Tupã, 1920; Carlos Hadler (8) Último Marabá, 1920 Rafael Amoedo (9) *Jejaryi ava´i haúpei yakã* 'A avó o menino e o rio, da série *Memórias de uma casa de barro no pampa,* 2024 e *Yvy Tenondé*, 2022; Xadalu Tupã Jekupé (10) Chamã Tupã, Ancestral! 2021; Fau Martins.

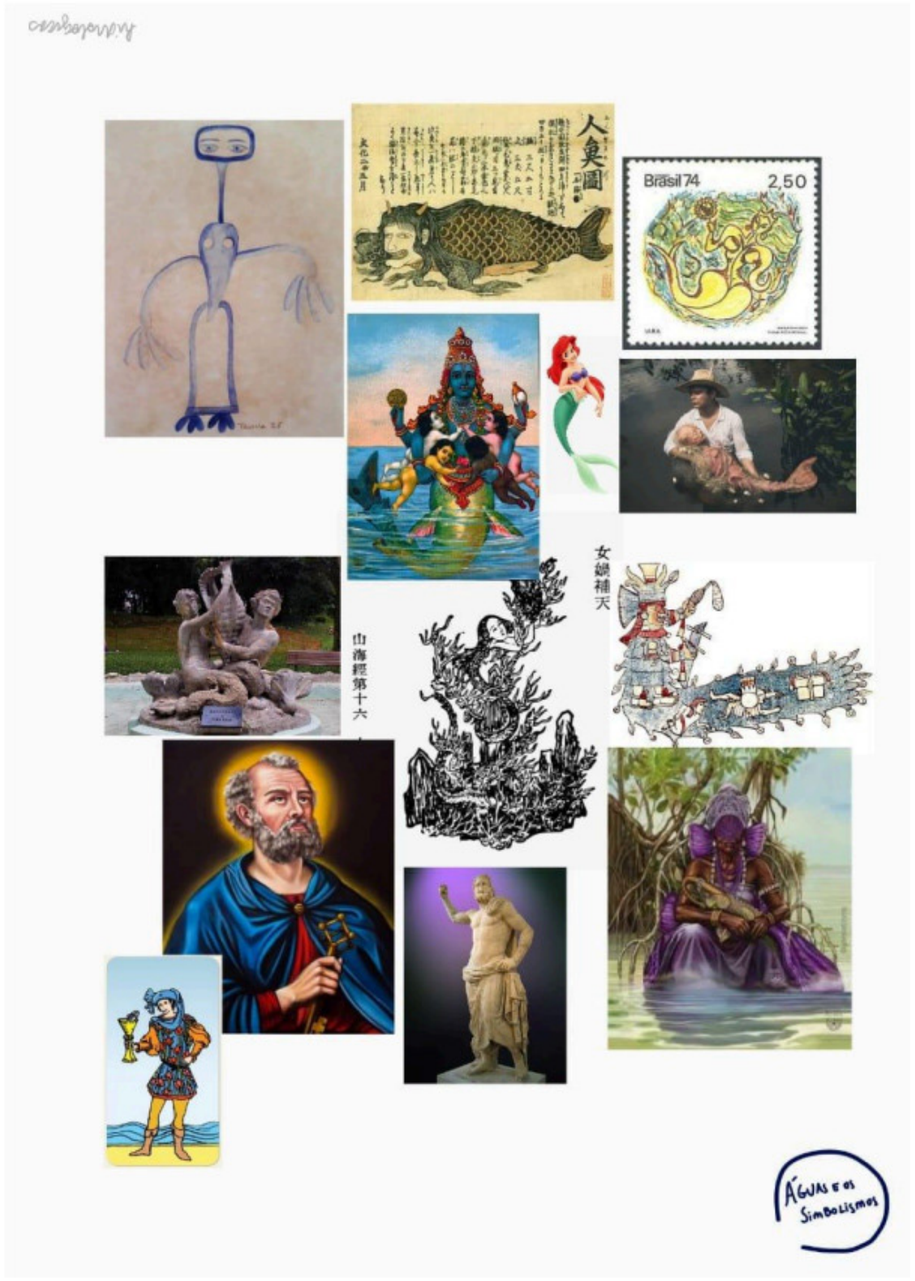


Figura 2 – Conjunto da Constelação Águas e os Simbolismos. Fonte: Elaboração própria, 2025.

Milhares de confluências são possíveis quando pensadas da perspectiva da bacia hidrográfica: a dança da água entre os afluentes, potência original das nascentes, os lençóis freáticos e o relevo, com os seus pontos altos e baixos, divisores, marcações e conformação das mais diversas; os limítrofes de onde uma bacia se aproxima da outra entrelaçada pela vegetação e ambiências.

Confluência, renovada em sua significação, por Antônio Bispo dos Santos designa o nome dessa festa de encontros de uma gota encontra outra e se juntam, formando uma gota maior, rio com rio, rio com terra, águas brotando do chão e de gente com gente, e gente com as cosmológicas e todos os outros seres viventes. E quanto aos desaguamentos, de águas locais que se entregam ao um mar coletivo; desaguar é uma forma de confluência que confia que o que sai de nós se mistura a algo maior.

Mas o que aconteceu foi que a palavra que melhor germinou foi confluência. Não tenho dúvida de que a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida (Santos, 2023, p. 65).

A confluência como uma característica de uma epistemologia orgânica, tão bem situada por Nego Bispo, pode ser compreendida pela qualidade imersiva e sensível presente na organicidade dos seres. Se a água acolhe a pluralidade sem medo de que o encontro dissolva identidades é porque o envolver-se com o que nela mergulha e a dissolução própria da mistura, é inerente ao seu ser. Este modo de conhecer ensinado pelas águas, fluente aos deslizes do terreno e adepto às misturas corporais, leva a concluir que assim como o encontro se expande, transformam-se também as densidades.

Convencionalmente, o nome do rio mais denso e volumoso é o sobrenome dessa família, nome de sua Bacia Hidrográfica. Perguntaria alguém desconfiado: *É razoável pensar no sobrenome de água?* e retornaríamos o questionamento: *Existe algo mais humano do que buscar classificações como nomes e sobrenomes?*. Essa habilidade de assimilar como linguagem, é uma atividade humana. Nomear é uma tarefa ultraespecífca da humanidade, assim como classificar, descontextualizar e hierarquizar para eliminar; e com as bacias hidrográficas, seus nomes, políticas, usos, não é diferente.

Por isso, nem tudo conflui, só conflui o que é possível envolver, veja sob outra perspectiva: quando a chuva cai no rio, é confluência plena; quando cai na terra é felicidade; quando cai no asfalto ou no concreto, é uma confluência confusa e a água parece se perguntar: *Para onde eu vou? Que dureza é essa?*. Por isso, as razões da imiscibilidade para compreender onde e quando confluímos nas ideias, projetos, afetividade, nas lutas e entramos na circularidade do ciclo da água; por isso, reencantar a natureza passa pela força de oferecer novos nomes e novas compreensões aos fenômenos. Destaca-se que ao tratar a água como agente, não se pretende antropomorfizá-la, mas reconhecê-la como participante ativo das relações territoriais, culturais e sociais.

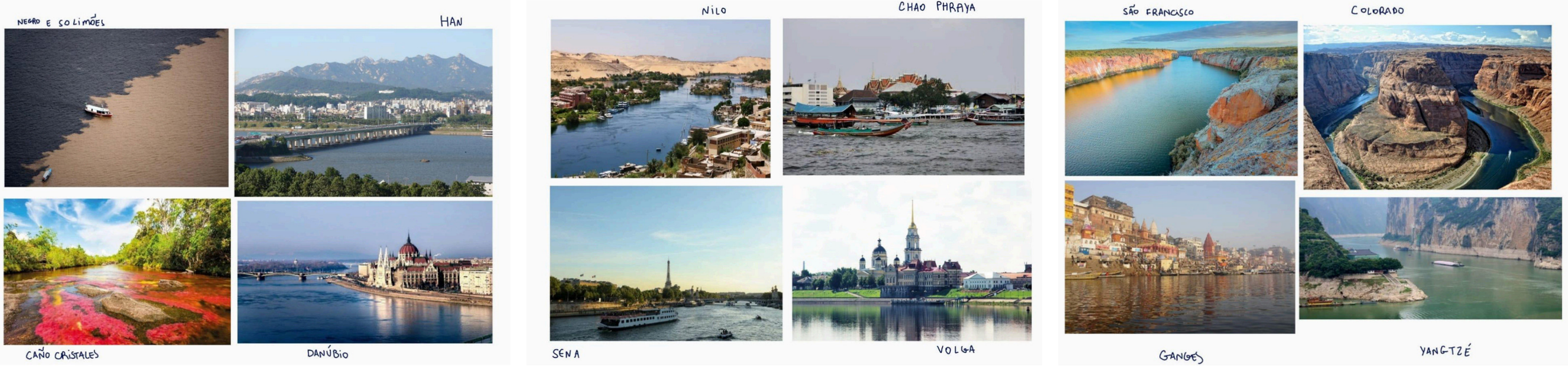
Figura 3 - Abre-alas da Viradouro (2016). Alegoria da Vila Isabel (2012). Fonte: Eduardo Oliveira Soares.

A saúde planetária

Compreender a saúde planetária a partir da perspectiva das águas é considerar cidades, comunidades e a natureza (ou, melhor seria dizer, Gaia) implicadas em três dimensões: os imaginários das águas, mapeamento aéreo em grande escala e a presença concreta do rio. Claro que para uma transformação da realidade da saúde planetária precisaríamos de muitos mais elementos, como capital financeiro e intelectual, vontade política, enfrentamento da injustiça socioambiental, estudo de caso detalhado. Contudo, para os fins deste percurso reflexivo bastam as dimensões citadas.

A camada de símbolos, mitos e representações culturais é fundamental para pensar a saúde global, porque e amplia o olhar para além das intervenções biomédicas e considera a ambiência, as percepções coletivas e as formas culturais pelas quais comunidades entendem o corpo, o cuidado e a própria experiência de adoecimento. A saúde não é apenas um estado fisiológico, mas também uma construção simbólica que se inscreve nos territórios, nas práticas religiosas, nas narrativas de origem, nos medos e nas esperanças compartilhadas.

Quando políticas públicas urbanas ignoram esses elementos, desconsideram o modo como os viventes interpretam o que é risco, proteção, cura ou ameaça e expectativas



sobre ambientes saudáveis, práticas de cuidado e escolhas cotidianas.
Incorporar essa camada simbólica na saúde global significa reconhecer que ambiência não é apenas estrutura física, mas um campo de significados: o que a comunidade sente em relação a um rio, a uma nascente, ao córrego, as matas ciliares são percepções coletivas moldam comportamentos, adesões, recusas e modos de convivência e influenciam desde confiança institucional até a forma como se organizam redes de apoio.

Nessa perspectiva, saúde planetária passa a ser a capacidade de dialogar diretamente com os universos simbólicos que orientam práticas sociais, e isso inclui compreender medos, forças espirituais atribuídas a certos lugares, modos de nomear o sofrimento e alegrias, expectativas sobre o que é saúde local inscrita numa noção mais ampla de vitalidade, planetária.

O segundo ponto, mapeamento aéreo seja por satélites, drones ou modelos topográficos de alta resolução, cria uma visão ampliada da Terra e permite compreender a saúde planetária como sistema. A partir do alto, rios deixam de ser linhas isoladas e revelam suas redes: bacias, microbacias, nascentes, áreas de recarga, zonas de inundação, territórios vulneráveis e regiões de conflito hídrico. Essa perspectiva aérea expõe relações que a cidade, no nível do chão, costuma encobrir e mostra como o curso de um rio se relaciona com desmatamentos, expansão urbana, impermeabilização do solo, poluição, lixões a céu aberto, estruturas de saneamento, perda de vegetação ciliar, padrões de mobilidade e condições socioeconômicas. Torna visíveis as desigualdades geográficas onde a água falta, onde sobra violentamente, onde é sequestrada, desviada, canalizada ou simplesmente esquecida.

Para a saúde planetária, essa escala macro assume um componente ético que permite reconhecer que um território não existe isolado, e que a saúde de uma cidade depende da saúde do solo adjacente, da floresta ao lado, da chuva que cai em outro município, do aquífero que atravessa fronteiras e, portanto, cria consciência de interdependência. É uma forma de ver Gaia como organismo, onde cada intervenção se espalha em cadeia. Assim, oferece base para decisões públicas mais responsáveis e para modelos de governança que tratam a água como bem comum.

Por fim, a presença concreta do rio devolve à saúde planetária a sua dimensão imediata e sensível no nível do chão, o rio deixa de ser abstração hidrológica e se torna corpo com fluxo, cheiro, cor, temperatura, profundidade, risco, alimento. Nele, a materialidade das políticas, infraestruturas e vidas se encontram e cada comunidade lê o rio a partir de sua própria história seja ancestral, urbana, espiritual, afetiva ou produtiva e essa leitura orienta práticas de cuidado, uso e convivência.
É na presença concreta do rio que o cotidiano revela sua condição dde saúde: a qualidade da água, os riscos de doenças de veiculação hídrica, a oferta de saneamento, a pesca existente ou inexistente, as enchentes, as margens, exploração ou vulnerabilidade. Na experiência tanto infraestrutura natural quanto dispositivo cultural, o rio é capaz de estruturar rotinas e produzir efeitos diretos sobre o bem-estar físico e emocional das populações. Especialmente, rios canalizados ou soterrados continuam a existir na imaginação coletiva como fantasmas hidráulicos que insistem em reaparecer e seja em enchentes, essa presença não se limita ao curso visível; porque insiste na memória do território.

Compreender a saúde planetária a partir da presença concreta do rio é reconhecer que toda política ambiental precisa tocar o cotidiano das águas que as pessoas encontram e é o convite de ação coletiva mais imediato e evidente com uma clareza impossível de ignorar, e que a saúde das cidades é inseparável da saúde de seus corpos d'água.

Essa abordagem evidencia que a discussão sobre saúde planetária depende de uma compreensão integrada entre dimensão simbólica, leitura territorial e observação situada, reconhecendo os rios como infraestrutura ecológica fundamental, bem comum e indicador da qualidade das relações entre sociedade e ambiente.

Oferecer tempo para olhar as três dimensões da água é uma forma de aproximar diferentes escalas de leitura à quarta escala, que é a global. A camada simbólica aberta ao encantamento, ao enfeitiçamento que as águas são capazes de promover, para além do recurso físico, atualiza os sentidos e sentimentos coletivos. A dimensão macro situa geograficamente redes hidrográficas, trajetos e territórios, oferecendo uma leitura estrutural interdependente e a presença imediata do rio encarnado mostra as condições reais no espaço urbano: canalizado, oculto ou cuidado e integrado, e que essa materialidade resulta de decisões políticas, econômicas e sociais.

Se a pergunta norteadora fosse: *Qual rio eu deveria seguir para chegar à casa do meu colega, à Amazônia ou a uma cachoeira do outro lado do mundo?*, seriam essas três camadas que guiariam: as águas imaginárias, que criam o desejo e o trajeto simbólico; os mapas, que me situam geográfica, mas abstratamente; e o rio encarnado, que indica, na experiência concreta, se o caminho ainda existe ou foi interrompido. Assumir a perspectiva das águas e educar para a ver o rio como em um novo ciclo: simbólico, integrado e material que mostra que o modo como tratamos a água define não só a

Figura 3 – Rios pelo mundo. Fonte: Google Imagens, 2025.

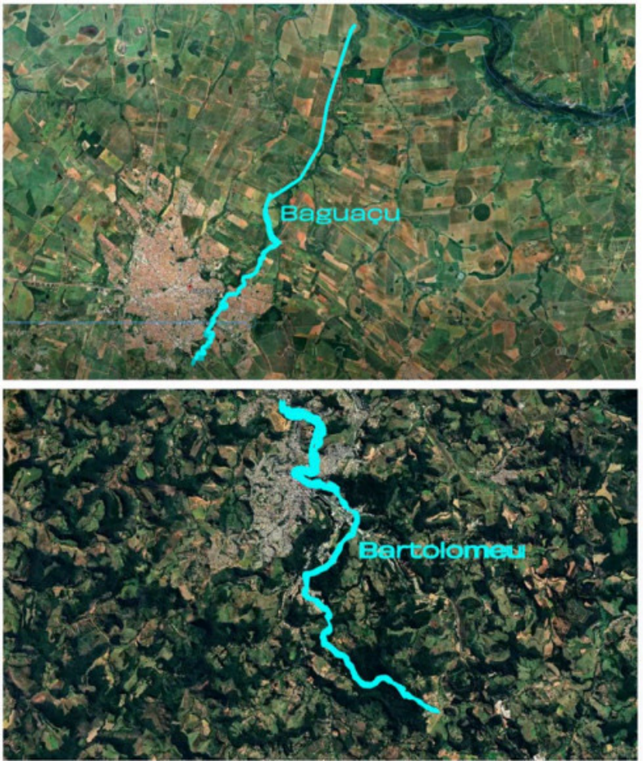


Figura 4 – Traçado dos Rios. Fonte: Elaboração própria, 2025.

paisagem, mas também possibilidades de deslocamento, conexão e saúde do território. Ser capaz de experimentar esse tipo de fluxo, é garantir acesso e proteger as camadas simbólicas que habitam os rios e que são etapas indissociáveis de uma política de cuidado que entende a saúde planetária como interdependência viva entre territórios, imaginários e corpos d'água. Segundo Hylodes (2025):

> A água simbólica, flui em direção à camada aquática do subconsciente humano, onde o conhecimento pode ser pescado no leito dos rios da imaginação. Quando o corpo é colocado em interação direta com a água, ele se torna uma fonte ativa de sentido. Não se trata apenas de observar ou estudar o ambiente, mas de vivê-lo, permitindo que a percepção sensível se articule à compreensão racional. O engajamento corporal abre espaço para uma forma de conhecer que emerge da experiência, e não apenas do pensamento abstrato. A natureza, nesse contexto, deixa de ser um objeto externo e passivo, e passa a ser percebida como uma entidade viva, presente, com intensidades, formas e ritmos próprios de manifestação. Essa mudança na forma de perceber restaura, para o humano, o valor intrínseco da própria natureza, não por sua utilidade, mas por sua existência mesma (Hylodes, 2025, n.p.)

Assim, a justaposição de imaginários poéticos, dos mapas macro e do registro dos rios encarnados faz com que o curta metragem, este ensaio e o mapeamento simbólico das águas funcionem como um convite a perceber o rio em sua uma presença integrada, extrapolando a narrativa visual e incitando a sentir os fluxos de vitalidade das águas que sustentam a ideia de saúde planetária. São os fluxos plenos das águas e não sua fragmentação em partes isoladas, como nos rios canalizados das cidades ou nas águas restritas a ambientes específicos, que interessam aqui: defender o rio como sujeito de direito, situar o observador em uma realidade local de múltiplos municípios brasileiros, pressionando cada pessoa a se reconhecer naquele fragmento que é, na verdade, apenas parte de um todo poderoso.

Contemplar as escalas e o todo revela o humano como pequeno diante da força das águas em sua dimensão planetária. Portanto, é possível ouvir a voz do rio ou, ao menos, não surpreende ser seduzido por essa apreensão sensível, dado que a dimensão imersiva das águas age com força e poder que resgata simbolicamente o sonho humano da sereia: um corpo reintegrado aso mistérios aquáticos, à profundidade e à potência de pertencimento a um grande oceano comum.

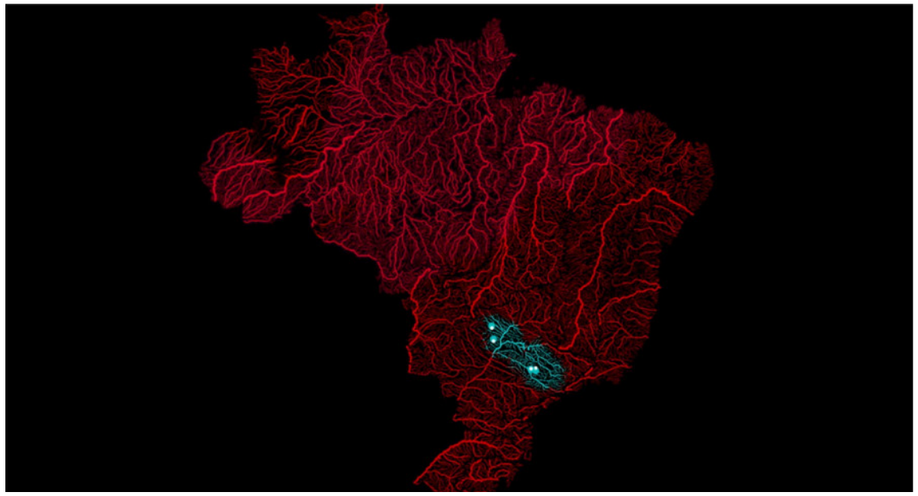
Água e os comuns

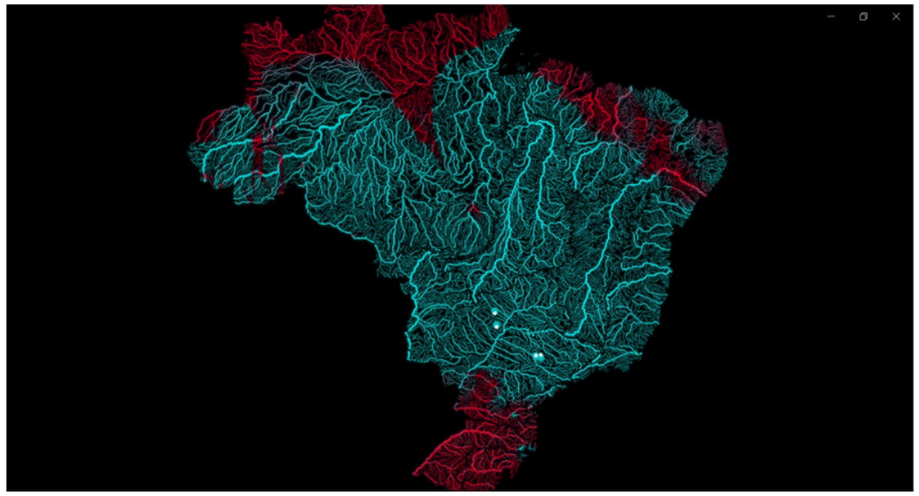
Compreender a água como parte dos bens comuns implica em algumas regras que a organização e gestão assegure o uso, a preservação e a partilha justa entre humanos e não humanos. No caso das águas, a vitalidade de todos os seres depende de sua circulação livre, do cuidado constante e do compromisso com o ciclo natural. Onde a água flui, existe vida; onde é apropriada, represada, contaminada ou cercada, não é apenas o curso do rio que se rompe, mas também a saúde e modos de existir que dela dependem. A água como bem comum é restaurar o tempo do seu ciclo e reafirmar a responsabilidade coletiva no sentido de questionar leis e políticas extrativistas.

Como mercadoria, a água pode ser engarrafada, vendida e controlada e intensificada na lógica da privatização: empresas capturam nascentes, barragens desviam cursos d'água inteiros, agrotóxicos envenenam lençóis freáticos, traçados urbanos que privilegiam o automóvel desviam fluxos e canalizam águas. O que está em disputa, principalmente, são os modos de vida que reconhecem a água como presença desejada ou indesejada no território.

Como bem comum, retoma-se a tensão viva do compartilhamento, analisando as paisagens que compões os rios desse estudo é possível ver nos quatro mapas aéreos (a partir de fotos de satélite) os cursos dos rios das cidades de cada integrante do grupo destacados: Baguaçu, Anhumas, São Bartolomeu e Saracura. O fundo evidencia o contexto urbano e rural, com ruas, bairros, manchas de vegetação e a malha de ocupação.

Figura 5 – Fotografias do Rios e seus traçados. Fonte: Elaboração própria, 2025.





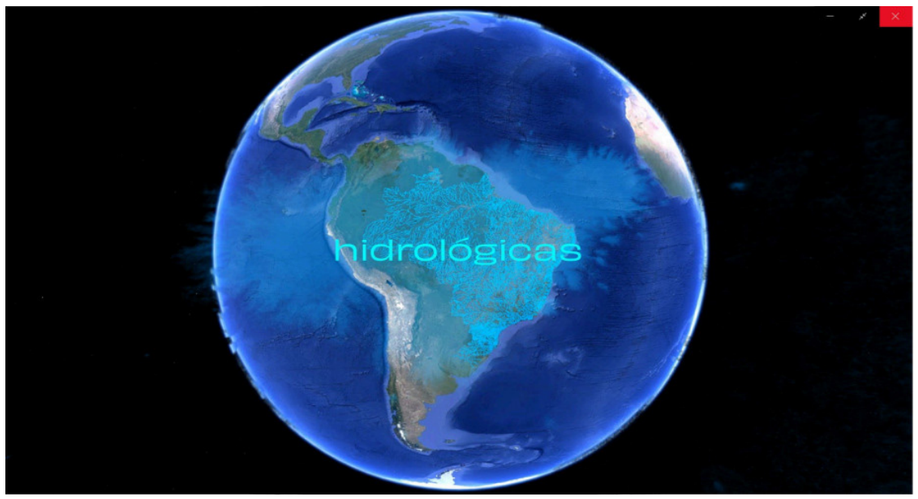


Figura 6 – Rios locais. Fonte: Elaboração própria, 2025.Figura 7 – Local expandido. Fonte: Elaboração própria, 2025.Figura 8 – Águas Planetárias. Fonte: Elaboração própria, 2025.

Esses mapas (Figura 4) enfatizam o traçado do rio como uma linha que atravessa o território e revelam como cada curso d'água se insere na paisagem mais ampla, mesclando áreas verdes, campos agrícolas ou zonas densamente urbanizadas. Em São Paulo e Campinas (Saracura e Anhumas) destaca-se a complexa malha urbana; em Viçosa (São Bartolomeu), predomina o relevo montanhoso; já em Araçatuba (Baguaçu), observa-se uma extensa área rural desmatada. O foco, nesta etapa, é cartográfico: ressaltar a escala, extensão e contexto geográfico de cada rio em seu território.

Em seguida (Figura 5), os mesmos quatro rios aparecem, mas agora em fotografias do solo, mostrando trechos reais desses cursos d'água no espaço urbano. O nome de cada rio está sobreposto, também em azul, como nos mapas. Vemos o Baguacu canalizado em um leito de concreto, ladeado por prédios e árvores; o Anhumas atravessando, entre muros, um parque arborizado; o Saracura surgindo tímido em uma nascente, um filete entre solo e folhas dentro da ocupação urbana onde nasce - para depois seguir seu curso todo canalizado; e o São Bartolomeu, em trecho de lagoa artificial, mais livre, em meio à vegetação e refletindo a luz do sol, após transpor a cidade de maneira escondida. Aqui, o enfoque é sensorial e subjetivo, mostrando como o rio se manifesta na experiência do lugar, na escala humana.

As duas colagens juntas se complementam, dialogando entre a escala macro e a escala micro. A primeira torna evidente o rio como elemento da estrutura territorial, um veio hidrográfico que costura o espaço urbano e rural dentro do mapa - permitindo reconhecer as diferenças contextuais entre as cidades. A segunda revela o rio no cotidiano: margens concretas, margens arborizadas, águas represadas, águas livres, expostas ao cotidiano da cidade ou escondidas em tubulações. Enquanto o mapa aéreo abstrai o rio como dado geográfico, a foto em solo o encarna, mostrando-o como corpo, parte das paisagens construídas, apropriadas ou ocultas da contradição urbana - rios canalizados, encobertos, margens impermeabilizadas, mas ainda marcadas pelos resquícios de sua vida natural. A construção visual se realiza por meio de mapas em três contextos: local imediato, cidade corresponde aos rios (Figura 6); local expandido, Brasil (Figura 7); e global, mapa hidrográfico brasileiro inserido no mundo (Figura 8).

Por fim, *Hidrológicas* se aventura em entrelaçar os ciclos biológicos e os ciclos humanos de uso das águas para tornar visível o mundo em que se vive e do qual se vive. Latour e Schultz, em *Memorando sobre Classe Ecológica* (2022), reforçam que tornar visível a classe ecológica é reconhecer elementos materiais – como águas, solos e ar – como participantes ativos e diretos da cena política. São estes elementos que, ao se tornarem instáveis, ameaçam as condições de habitabilidade do planeta. Sendo assim torna-se possível perceber as lógicas que operam, produzem, multiplicam e definem as águas como parte integrante e indissociável de ambos os universos. Tornar visível o percurso de águas próximas, distantes e muito distantes, implica em um conhecimento favorecido pelas experiências, identidades e posições do sujeito que os reconhecem ao longo de um contexto de familiaridade. Assim, o poema também se converte em ato ecológico quando ao nomear, corporifica e oferece corpo à crise, e com isso traz possibilidades de permanência, pois, neste enquadramento, as águas fluem para além de seus leitos geográficos ao contar histórias de cuidado e negligência.

A perspectiva das águas para a saúde planetária, o poema, o curta metragem e este ensaio convidam a um movimento de retorno: a tarefa de manter a habitabilidade da Terra depende também de um reencantamento sensível e material com aquilo que nos sustenta. Assim, *Hidrológicas* se consolida como uma experiência estética que traz as águas como narradoras de trajetórias compartilhadas entre urbano, natural, global e local. Instaura um campo no qual a geopoética adquire força para tensionar

discursos hegemônicos sobre uso e posse, transferindo o olhar para a possibilidade de coexistência capaz de inspirar práticas mais harmônicas e comprometidas com uma continuidade de vida no planeta plena em saúde e justiça.

Referências

HYLODES, Laura; ANHUMAS, Ribeirão das. *Escutar o rio: como fazer & como amar,* Campinas, v. 12, n. 28, jun. 2025. Online. Disponível em: http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/escutar-o-rio/. Acesso em: 21 jul. 2025.

INSTITUTO CONFÚCIO. *História sem fim.* 2024. Online. Disponível em: https://www.institutoconfucio.com.br/historia-sem-fim/. Acesso em: 21 jul. 2025.

INSTITUTO ITAÚ CULTURAL. Yara Tupynambá. *Enciclopédia Itaú Cultural*, 2024. Online. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/2261-yara tupynamba. Acesso em: 21 jul. 2025.

LATOUR, Bruno; SCHULTZ, Nathalie Cristina Barros. *Memorando sobre a nova classe ecológica:* como fazer emergir uma classe ecológica, consciente e segura de si. Petrópolis: Vozes, 2022.

MATSYA. *Wikipedia*, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Matsia. Acesso em: 21 jul. 2025.

NUWA. *Wikipedia*, 2024. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/N%C3%BCwa. Acesso em: 21 jul. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer.* São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.

WARBURG, Aby. *Atlas Mnemosyne. [1924-1929].* Edição crítica de Martin Warnke e Claudia Brink. Madrid: Akal, 2010.

WHITE, Kenneth. O grande campo da geopoética. *Textos fundadores.* Tradução de Márcia Marques-Rambourg, 2023. Online. Disponível em: https://www.institutgeopoetique.org/pt/textos-fundadores/56-o-grande-campo-da-geopoetica. Acesso em: 21 jul. 2025.

SOCIOCARTOGRAMAS EN AUCH
Una metodología lúdica para cartografiar culturas, movilidades y vida cotidiana

SOCIOCARTOGRAMS IN AUCH
A playful methodology for mapping cultures, mobilities and everyday life

***Juan Manuel Diez Tetamanti*[1]**

Resumo
Este artículo presenta la aplicación de los sociocartogramas como técnica híbrida, lúdica y metodológica, para cartografiar experiencias territoriales en Auch, Francia, en el marco de un programa de movilidad ECOS+. El objetivo del trabajo es analizar Auch como ciudad intermedia situada en el centro de espacios rurales, atendiendo a su rol en la articulación funcional de esos territorios y a las dinámicas urbano-rurales que configuran la vida cotidiana local. A partir de quince entrevistas con sociocartogramas, el estudio evidencia una fuerte presencia de recursos culturales y naturales como nodos de sociabilidad y acción colectiva, junto con déficits en salud especializada y movilidad que condicionan la equidad de acceso y cuestionan la vida cotidiana local. Metodológicamente, el sociocartograma combina dibujo, cartografía y oralidad, revelando afectaciones, prioridades y proyectos emergentes. La interacción entre entrevistador y entrevistado, así como las mediaciones lingüísticas, aportan datos heurísticos que exceden los sesgos señalados por los enfoques clásicos. Se discuten implicancias para políticas integradas y se propone consolidar los sociocartogramas como herramientas para la producción de territorios colectivos.
Palavras-chave: sociocartogramas; cartografia social; pesquisa cartográfica; dinámicas urbano-rurales; Auch Francia.

Abstract
This article presents the application of sociocartograms as a hybrid, playful and methodological technique for mapping territorial experiences in Auch, France, within the framework of an ECOS+ mobility programme. The aim of the article is to analyse Auch as an intermediate city located at the centre of rural spaces, focusing on its role in the functional articulation of these territories and on the urban-rural dynamics that shape local everyday life. Based on fifteen interviews using sociocartograms, the study reveals a strong presence of cultural and natural resources as nodes of sociability and collective action, alongside deficits in specialised healthcare and mobility that affect equity of access and challenge local everyday life. Methodologically, the sociocartogram combines drawing, cartography and orality, revealing affective dimensions, priorities and emerging projects. The interaction between interviewer and interviewee, as well as linguistic mediations, provides heuristic data that go beyond the biases identified by classical approaches. The article discusses implications for integrated policies and proposes consolidating sociocartograms as tools for the production of collective territories.
Keywords: sociocartograms; social cartography; cartographic research; urban-rural dynamics; Auch, France.

1 Juan Manuel Diez Tetamanti. Dr en Geografía (UNS/2012) IIDEPyS – IGEOPAT – UNPSJB, Profesor en Geografía (UNMDP/2002) y Licenciado en Geografía (UNMDP/2006)

Introducción

Este artículo constituye el resultado de un trabajo metodológico y de investigación realizado en la aglomeración de Auch, en Gasconia, al sur de Francia. Está enmarcado en el proyecto “Análisis sociogeográfico de Auch como sistema difuso de asentamientos, articulador del desarrollo agropecuario”, que obtuvo financiamiento del Programa ECOS+ CONICET en 2019 y que, por cuestiones vinculadas a la pandemia de COVID-19, fue reprogramado para 2022.

Me propuse abordar la ciudad de Auch y las pequeñas localidades de su **hinterland** a partir del objetivo de analizar Auch como ciudad intermedia situada en el centro de espacios rurales, y su rol en la articulación funcional de esos territorios. Para ello, partí de la hipótesis de que Auch y esas localidades conformaban un subsistema urbano articulado con una ciudad intermedia, con funciones comerciales, de servicios e industriales para los territorios rurales en general y para la actividad agropecuaria en particular. Esto se vinculó con la hipótesis del proyecto ECOS, cód. A16H01, en el cual se enmarcó esta propuesta, que planteaba analizar el “rol determinante de las ciudades medias en interacción con los espacios rurales y agropecuarios”.

En este sentido, estudios comparativos recientes que analizan Auch y Rodez muestran dos morfologías contrastantes: una ciudad con fuerte centralidad administrativa, como Rodez, y una forma más difusa o en red, en la que Auch opera como una “ciudad-pueblo” o **ville-village**, donde las distancias cortas y la sociabilidad directa estructuran los circuitos de abastecimiento y la relación urbano-rural (Albaladejo, C., Taulelle, F., & Sassone, S., 2021). Para estos mismos autores, la discusión sobre ciudades intermedias enfatiza su pluralidad funcional y territorial; en el caso francés, se discute la distinción entre formas centralizadas y formas en red, lo cual es crucial para analizar las relaciones agricultura-ciudad.

Partiendo de este contexto, analicé inicialmente Auch como una ciudad organizada a partir de la existencia de un complejo sistema rural y urbano, articulada con más de una decena de pequeñas localidades de entre 300 y 2.500 habitantes (Pavie: 2.200 hab.; Pessan: 716 hab.; Montégut: 450 hab.; Leboulin: 352 hab.; Preignan: 1.287 hab.; Duran: 865 hab.; Castin: 332 hab.; Barran: 684 hab., entre otras). A partir del rol esencial de esta articulación intraurbana, examiné las competencias y las complementariedades funcionales en el territorio desde un enfoque centrado en la experiencia sensible y la pesquisa cartográfica (Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, S., 2014).

En este sentido, no me concentré en los tamaños demográficos ni en las dimensiones espaciales físicas, como así tampoco en las funciones burocrático administrativas, pero sí en la dinámica social y subjetiva individual y colectiva, articuladora de Auch junto con las pequeñas poblaciones, en relación con la dinámica de la vida cotidiana de 15 entrevistados, utilizando la técnica de sociocartogramas como articulación gráfica de la entrevista (Diez Tetamanti y Sosa 2024).

Analicé diversos aspectos, escenarios, concepciones, prácticas, competencias e implicancias que contribuyeron a comprender la dinámica y la organización singular del territorio.

Mi abordaje se estructuró en seis dimensiones de dinámicas del espacio a partir de la yuxtaposición de territorios singulares (los propios entrevistados); a) los atractivos y bellezas locales, b) problemas locales; c) los problemas generales, d) los conflictos y desarticulaciones, e) los procesos de cooperación y redes; y f) los proyectos de desarrollo e ideas emergentes locales.

A partir de ello inicialmente, me planteé algunas preguntas clave en relación a la centralidad de Auch: ¿Cuáles fueron los elementos espaciales que organizan la centralidad de Auch en relación con las localidades cercanas, el área rural y las actividades agropecuarias? ¿Qué esquemas de competencias y complementariedades se ponen en juego en la organización territorial? ¿Qué dispositivos fueron diseñados desde la comunidad y el Estado para fortalecer relaciones locales, así como para resolver problemáticas relacionadas con la integración territorial? ¿Qué conflictos territoriales se manifiestan? ¿Qué cosmovisiones espaciales se evidenciaron tanto en los dispositivos y estrategias locales como comunitarias?

Para abordar estas preguntas planteé una dinámica de producción colectiva de mapas, los sociocartogramas, que me permitió establecer conversaciones en las entrevistas al mismo tiempo que mapeaba. Este desafío se articuló con mi dificultad con la lengua francesa. Para este desarrollo, trabajé el método aplicado de mapeo con colegas de Francia y de Argentina: geógrafos, sociólogos, especialistas en ordenamiento territorial y ludólogos que me acompañaron en el proceso de invención de lo que llamé sociocartogramas (Diez Tetamanti, 2021), aquí ensayados, mientras que su cierre metodológico puede verse en el libro Geografías del compartir (Diez Tetamanti y Sosa, 2024). Se trata de una herramienta próxima a un juego cooperativo (Flores Benalcazar et al., 2024), orientada al intercambio de conocimientos sobre dinámicas espaciales y territoriales, que se concentra en las experiencias territoriales de vida de quienes participan y propicia una conversación mediante la producción de mapas. En este sentido, estas acciones adquieren relevancia porque desplazan la producción del espacio desde una lógica abstracta, funcional y extractiva, propia del Capitaloceno, hacia una práctica situada, sensible y colectiva, en la que el territorio deja de ser concebido como soporte o recurso y pasa a ser producido como experiencia compartida, afectación y posibilidad de composición común.

Me posiciono así en el marco de una geografía en conversación articulada con el neosituacionismo (Careri, F 2014) , la filosofía de la diferencia (Deleuze, G., & Guattari, F. 1980), la psicogeografía (Gonçalves, G. R. 2019) utilizando herramientas de la pesquisa cartográfica (Da Costa L. 2014).

El texto de este artículo constituye un ensayo metodológico, en tándem con un proceso de investigación en el extranjero, con las limitaciones que este proceso puede contener.

Metodología

El terreno, que en este caso es social, es un campo de imprevistos que se agranda aún más en un mundo extranjero (Da Costa L. 2014). Un mundo extraño, donde además de la lengua, códigos y costumbres pertenecen a otros órdenes, las lógicas de prácticas del espacio, los modos de construir territorio y articularse, son igual de distintos. Aquí, como investigador, deambulé por las calles de Auch desde una posición de extranjería metodológica, entre la búsqueda de sentidos de un sitio desconocido y las escasas referencias de mi propia historia personal. ¿Un Argentino investigando en una ciudad pequeña del sur de Francia? En cada una de las presentaciones personales durante los tres meses que residí en Francia, fui recibido con una sonrisa montada en extrañeza. Claro que esa sorpresa del latinoamericano investigado en Francia, carecía de la verticalidad que hubiera sido generada en un encuentro inverso: un francés en Argentina, donde el fenómeno es más frecuente.

Llegué a Francia, ingresando por la ciudad de Toulouse, donde me recibió François Taulelle, colega que me abrió las puertas de su país, su lengua y su casa. François es un apasionado por la Argentina y en ese intercambio de relatos sobre viajes, recorrimos juntos una mediana distancia hasta su casa Lavaur, una comuna francesa del departamento del Tarn en la región de Occitanie, a 30 kilómetros de Toulouse. Los primeros tres días estuve allí, en su casa, ubicada en un área alejada del centro de Lavaur, lo que nos permitió compartir caminatas por caminos rurales mientras me comentaba como sería mi estadía en Auch, en la Maison Diosessane, un sitio reservado para peregrinos. François compartió conmigo, textos escritos en el marco del proyecto de investigación en el cual se ajustaba mi estadía, y algunas consideraciones sobre la organización de la estructura territorial y administrativa francesa. Estado central, regiones, departamentos, comunas y sistemas intercomunales, producen un complejo y sistema de articulaciones burocráticas que ponen en juego normativas y agencias, con la vida cotidiana.

Más adelante, a partir de las entrevistas, comprendí que el sistema resultaba igualmente complejo para los propios franceses involucrados en la gestión administrativo-territorial. El viaje hacia Auch, implicó un encuentro con el mundo dinámico entre Lavaur – Toulouse - Auch. Un primer viaje hasta Toulouse en auto particular con Francois, y luego, el tren de una hora y media hasta Auch, parando en más de una decena de estaciones.

La estación de Auch está ubicada al Este de la ciudad, en una parte alta de la llamada “Ville Bass” (villa baja), y para llegar a la Maison Diocessane, caminé por aproximadamente dos kilómetros, atravesando el río Gers y el centro histórico de Auch en la denominada “Ville Haute” (ciudad alta). La Maison Diosessane es actualmente la sede del Arzobispado de Auch y es residencia de sacerdotes. Un edificio que fue construido en 1667, y que además fue cuartel militar en la segunda guerra mundial y mas tarde, seminario.

François me había facilitado una lista de posibles entrevistados: ‘actores sociales’ como representantes sindicales, funcionarios, activistas y productores que ya habían sido entrevistados por otros integrantes del proyecto de investigación. Sin embargo, me pareció que podría configurar un nuevo universo conversacional si esa lista era reemplazada por otra, construida a partir del acaso, el encuentro y la deriva. Esta nueva selección se inspiraría en algunas pistas trazadas por mis colegas brasileños desde la perspectiva de la pesquisa cartográfica (Costa, L 2014 y Passos y Kastrupp, 2014).

Extranjero y en una casa diocesana, supuse que podría encontrar un espacio de conversación para conocer Auch entre las paredes de la Maison. Conversé con dos monjas y un sacerdote, sobre el propósito de la visita. El proyecto de investigación y mi interés sobre la dinámica urbana y rural de Auch. Las conversaciones fueron esquemáticas, limitadas por la lengua y advertí enseguida que el proceso de traducción de sentidos y contenidos, implicaba un esfuerzo mayor que caminar entre los pasillos de la Maison. La primer semana derivé por Auch. Recordé a Guy Debord (1958) y a Constant Nieuwenhuys en el movimiento de la internacional situacionista que permitieron configurar una ciudad a partir del movimiento libre de las derivas urbanas, y donde la experiencia sensible guiaba los procesos, en una danza con las estructuras urbanas. Recordé también el texto de Johan Huizinga (2016), Hommo Ludens (el hombre que juega) y consideré transformar las entrevistas en un juego, y a partir de allí, comenzar nuevamente.

Según Huizinga, el juego se desenvuelve en un terreno que pendula entre “la vida corriente” y un “como sí” que se consagra en el aislamiento de la lógica productivista y utilitaria. Para ingresar en el campo de lo lúdico como entretenimiento y la exploración, por lo que una metodología que encarnara el espíritu lúdico de *Homo Ludens* de Huizinga priorizaría la exploración espontánea y el disfrute inherente del proceso de

investigación, además de la mera consecución de resultados útiles o productivos. El juego, así, podría funcionar en sintonía con el enfoque de pesquisa cartográfica, que propone Costa, L (2014), a partir de su convergencia en el rechazo a las lógicas utilitarias y su énfasis en el proceso y la experiencia como fuentes de sentido y creación. Así, la reversión metodológica que propone Costa (2016) de transformar el "metá-hódos en hódos-metá" (de un camino determinado por metas, a metas determinadas por el camino), resuena aromónicamente con la naturaleza del juego como movimiento y variación continua, donde el cartógrafo cartografía siempre el proceso y nunca el fin. Se convierte así convierte la investigación en una función lúdica y creadora de realidades múltiples, donde el investigador-cartógrafo es un "compositor".

Transformar las entrevistas en una metodología de mapeo colectivo estaba en el plan del proyecto, pero no incorporado como juego. Así la propuesta tendría dos posibles consultores a quienes acudí: por un lado Sylvie Lardón, en otra ciudad: Clermónt Ferrand, tenía experiencia en la elaboración de los denominados "juegos serios" (Dernat, S. 2024) y su consagrado "Juego de Terrirorio" (Lardón, S. 2013) que aplicó en más de cien talleres alrededor de todo el mundo. Por otro lado, en Auch, existía una Ludoteca de la Mairie de Auch a la cual pensé en acudir a pedir asesoramiento. Organicé un viaje para encontrarme con Sylvie Lardón en Clermont Ferrand y jugar con mi invento sobre sociocartogramas, y marqué una cita con la Ludotecaria de Auch donde afiné la idea del juego de Sociocartogramas. Con la colaboración de ellas y dos pruebas de las dinámicas y mecánicas refiné el sistema de funcionamiento del sociocartograma como complemento de una entrevista.

El camino metodológico tenía que tomar una forma definitiva, para que las entrevistas transcurrieran entre los trazos de mapas, pero salir a las calles de Auch y abandonar la Maison Dioscesàne me causaba muchas incertezas. Antes de comenzar las entrevistas, tuve un encuentro de intercambios metodológicos en la Université Toulouse Jean Jaurès. Allí participaron colegas de geografía del UMR CNRS 5193 LISST/Équipe de Recherche Dynamiques Rurales, entre los cuales estuvieron Laurence Barthe, Francois Taulelle y Sylvie Lardon. En esa ocasión presenté una versión casi definitiva del los sociocartogramas que en ese momento llamé: *"Mapas para conversar"*. Configuré así la mecánica de una dinámica concebida como una herramienta lúdica y participativa para la producción de conocimiento territorial desde las experiencias subjetivas de los participantes. Se desarrolló en forma de un juego estructurado por turnos, en el cual hasta cuatro personas podrían construir mapas sobre su territorio cotidiano a partir de distintas dimensiones de la vida (como salud, transporte, educación, trabajo, cultura, etc.).

En el esquema inicial, la dinámica comienza con la elaboración individual del "territorio de la vida cotidiana" y avanza progresivamente por dimensiones temáticas guiadas por tarjetas, colores y elementos del espacio. Cada jugador dibuja su percepción de las problemáticas, redes, conflictos y proyectos, incorporando representaciones espaciales propias. La idea fue planteada para escenarios donde se planteen barreras lingüísticas o simbólicas, o cuando las entrevistas tradicionales presentan limitaciones, ya que fomenta la conversación1, la implicación y la producción colectiva de sentidos espaciales.

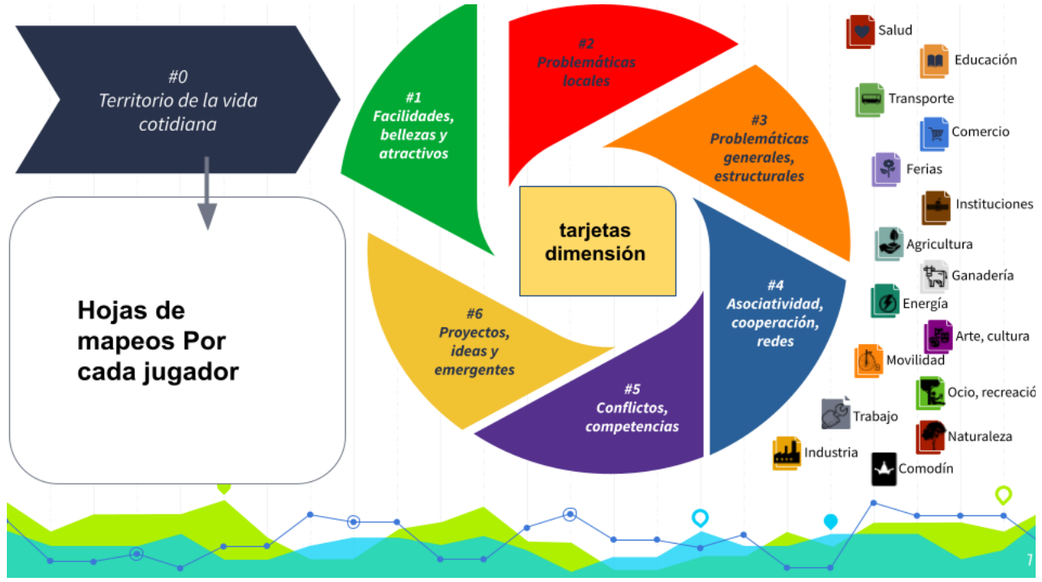
Podríamos definir a los sociocartogramas como una técnica de investigación enmarcada en un mecanismo de juego, diseñada para el intercambio de conocimientos y la comprensión de dinámicas espaciales y territoriales a partir de las experiencias de vida de los participantes (Diez Tetamanti y Sosa, B. 2024). Su origen se sitúa en la incomodidad con las metodologías tradicionales que establecen esclusas o distancias de significados entre el investigador y el campo, buscando superar el "divorcio de territorios" señalado por César González (2017). Al concebirse como un "juego de mesa" con componentes colaborativos, comunicativos y no competitivos, los sociocartogramas trascienden la noción de mero entretenimiento, buscando facilitar la reflexión, la resolución de problemas y el intercambio de nociones dentro de un marco lúdico.

La mecánica de los sociocartogramas se estructura en un diseño de tablero que parte de un "plano común" inicial, un objetivo temático compartido, y se desglosa en "dimensiones" representadas por esferas de colores. Los participantes dibujan sus propios mapas en hojas individuales, avanzando por turnos a través de estas dimensiones y seleccionando "tarjetas de elementos del espacio" que complementan sus representaciones en un mapa realizado a mano alzada lo que facilita un proceso rizomático ajustado a las experiencias singulares de cada cartógrafo.

Este proceso de dibujar se acompaña de un argumento oral, donde la interacción entre la visualidad y la oralidad genera un acople de intertextualidades que resulta central para comprender la producción de sentido en los sociocartogramas. Desde la noción de intertextualidad de Kristeva (1988) es posible pensar que aquello que se produce en la entrevista no surge de un único texto o registro, sino del cruce entre palabra, trazo, gesto, mirada, ubicación espacial y situación compartida. A su vez, la dinámica del efecto McGurk (McGurk y MacDonald, 1976) demuestra que la percepción del habla no depende exclusivamente de lo auditivo, sino que se compone también con claves visuales que intervienen en la comprensión (en este caso el dibujo). Esta articulación fue definitoria en el proceso de conversación en francés como lengua extranjera, que yo dominaba con dificultad, ya que los dibujos, los señalamientos sobre el mapa y los gestos funcionaron como mediaciones activas para producir sentido compartido entre entrevistador y entrevistado. Esta dinámica también resultó clave para confrontar diferentes perspectivas y significados que surgen a partir de las mismas palabras, pero ante experiencias o distancias espaciales diversas, dimensiones, ubicaciones, y movimientos disímiles que comparten significados lingüísticos aparentemente coincidentes. De Certeau lo dice claramente en "Andar en la[2] Ciudad" cuando pone en cuestión la idea del "andar como espacio de enunciación, lo escrito y la pincelada".

> Aislada desde un principio dentro del campo de la comunicación verbal, la enunciación sólo tendría una de sus aplicaciones, y su modalidad lingüística sería únicamente la primera marca de una distinción mucho más general entre las formas empleadas en un sistema y los modos de empleo de este sistema, es decir, entre dos "mundos diferentes" pues "las mismas cosas" se enfocan según formalidades opuestas. Considerada bajo este aspecto, la enunciación, peatonal presenta tres características que de entrada la distinguen del sistema espacial: lo presente, lo discontinuo, lo "fático"… … En el marco de la enunciación, el caminante constituye, con relación a su posición, un cerca y un lejos, un aquí y un allá. Debido a que los adverbios aquí y allá son precisamente, en la comunicación verbal, los indicadores de la instancia locutora, coincidencia que refuerza el paralelismo entre la enunciación lingüística y la enunciación peatonal, hace falta agregar que esta marca (aquí, allá) necesariamente implicada por medio del

2 La palabra conversación es diferente al diálogo o monólogo. O sea, no tiene nada que ver con impartir una lógica superior sin ningún desafío, sino que tiene un sabor a compañerismo y pelea (ver versus. adversario y controversia). La palabra conversación viene del latin *conversatio* y está formada del prefijo con (reunión), el verbo *versare* (girar, cambiar, dar muchas vueltas) y el sufijo *-tio* (acción y efecto). Entonces entendemos conversación como la "acción y efecto de reunirse a dar vuelta". Implica a un grupo de personas que se reune (*con-*) a exponer sus diferentes puntos de vista y cambiar (*versare*) su propio punto de vista o él de los demás (Diccionario Etimológico Castellano en Línea 2025).



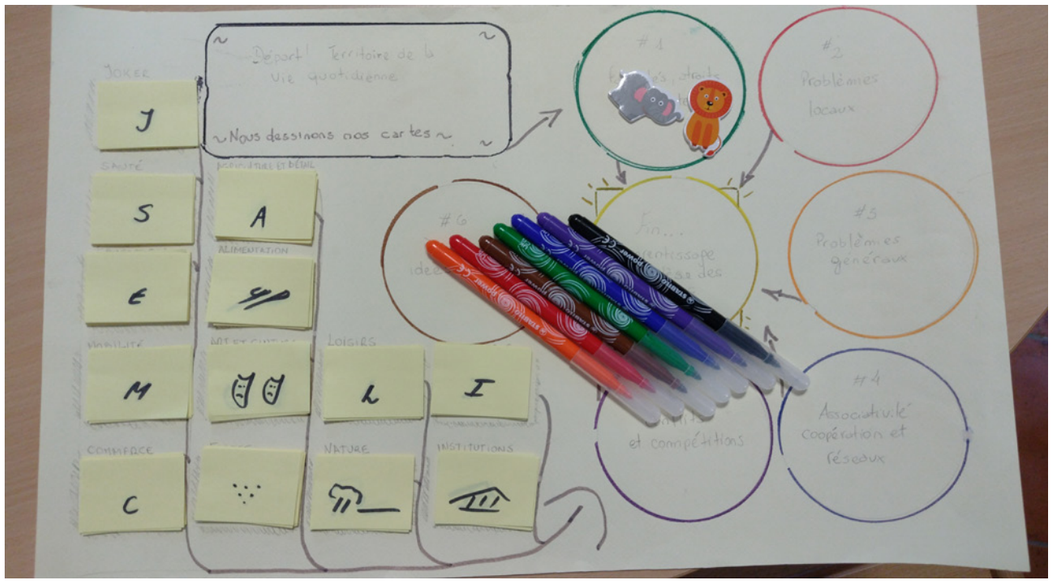


Ilustración 1 - Esbozo de tablero de sociocartograma inicial. Fuente: Autor 2022. Ilustración 2 - Tablero artesanal para sociocartogramas utilizado en las entrevistas. Fuente: Autor 2022

> andar e indicativa de una apropiación presente del espacio mediante un “yo”, tiene igualmente como función implantar otro relativo a este “yo” (De Certeau, 2008, p.7).

En este sentido, la práctica del dibujo en los sociocartogramas no podría entenderse solamente como una mera técnica de reproducción. Dibujar implica un gesto: un acto situado, corporal y expresivo que involucra una forma de estar en el mundo, de seguir con la mano el movimiento del pensamiento y del territorio. Como señala Tim Ingold (2018), el dibujo es una forma de estar en el mundo, de seguir con la mano el movimiento del pensamiento. Así, en la dinámica del juego, cada trazo deviene un gesto de enunciación territorial que da forma a lo representado, al tiempo que hace visible la perspectiva del que dibuja: su distancia, su implicación, su orientación hacia los otros.Porque hay un otro en el juego, no como figura abstracta, sino como presencia concreta que interpela, modifica y desplaza sentidos. La aparición del otro -en tanto interlocutor, anfitrión, jugador, traductor, vecino o habitante- tensiona toda certeza metodológica y redefine los modos de producir conocimiento. Desde esta extranjería metodológica, que no es solo lingüística o cultural, sino también epistémica, el juego con el otro se vuelve condición de posibilidad para un saber situado. Dibujar en colectivo es, entonces, asumir que el conocimiento emerge de la conversación, del entrelazamiento de gestos, relatos y trayectorias; que no hay mapa sin otredad gráfica, ni cartografía sin movimiento. Y que quizás, como sugiere De Certeau (2008), caminar, decir y dibujar puedan comprenderse como distintas formas del mismo gesto de apropiación simbólica del espacio, desde un yo que se reconoce múltiple, situado y en movimiento.

Finalmente, para la sistematización de ese trabajo en terreno de entrevistas sociocartografiadas propongo un triangulación entre mapa / narrativa de la conversación / bitácora que compone los resultados consolidados de las 15 entrevistas, donde lo singular colapsa en cada dimensión abordada.

El camino de las entrevistas sociocartografiadas

Tenía pactada una primera entrevista para principios de mayo de 2022 y, antes de que ello sucediera, debía configurar un tablero de Sociocartograma definitivo, cuja primera versión corresponde a la Ilustración 1.

Pero decidí crear un tablero artesanal, el que me acompañaría a cada una de las 15 entrevistas realizadas (Ilustración 2).

Este tablero, con las dimensiones y sus correspondientes marcadores de colores; y tarjetas del espacio en francés, acompañados por los pines (*leoncito y elefantito*) fue el que acompaño y orientó cada una de las entrevistas sociocartografiadas.

Sobre cómo contacté a cada entrevistado y cómo se realizaron las entrevistas

El universo de entrevistados, aplicado al objeto de estudio del proyecto de investigación en el que se enmarca el trabajo de campo, abarcó vecinas y vecinos, y funcionarios públicos, comerciantes que residieran en el Gran Auch, lo que incluyó a pequeñas localidades vecinas (Ilustración 3).

Cada una de las quince entrevistas implicó un proceso de búsqueda, deriva y encuentro que llevé adelante caminando, conversando y visitando diversos rincones de la ciudad. Caminé mucho, algunos días más de veinte kilómetros, e intenté prescindir en lo posible de servicios de ubicación o GPS. Las preguntas a transeúntes, “para ubicarme”, formulada desde la condición de transeúnte y en clave de acaso, fue mi principal guía, en el marco de una deriva urbana (Careri, 2014). Esta combinación entre entrevistas y herramientas cartográficas, como el sociocartograma, dialoga con estrategias metodológicas empleadas en estudios como el de Sassone, que privilegian la interrogación de sistemas de actores para captar funciones urbanas y sus vínculos con el hinterland (Sassone & Taulelle, 2020). No obstante, la perspectiva aquí adoptada se orienta hacia lo sensible y lo conversacional.

Así es como en poco más de mes y medio, logré realizar las quince entrevistas que tenía planificado realizar.

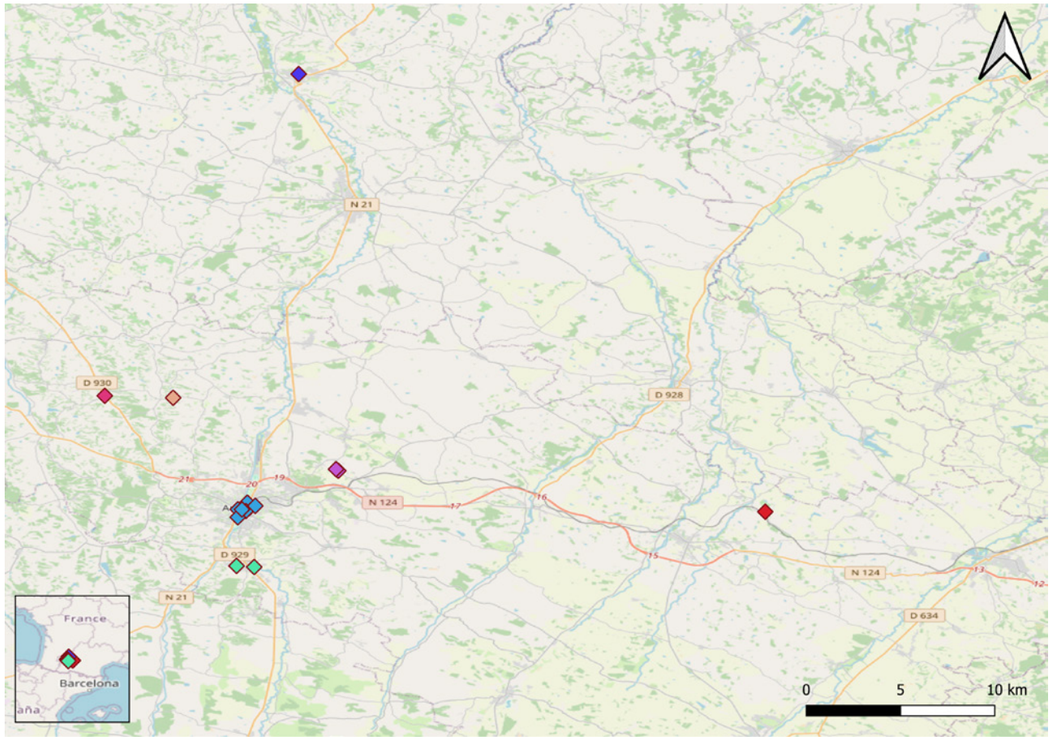


Ilustración 3 - Ubicación de las residencias permanentes de los 15 entrevistados mediante sociocartogramas. Fuente. Openstreetmaps. 2025.

La primera entrevistada, Beatrice, ludotecaria empleada en la ludoteca de Auch y residente en Leboulin, me ayudó a ajustar la mecánica de los sociocartogramas. France y Clo, artistas y coordinadoras de L'École pour Rire en Auch, me recibieron con un simpático cartel que decía: "Argentina bienvenida" (Ilustración 4).

Matilde, de Saint-Lary, y Sylvain, de Leboulin, ambos pertenecientes a la Secretaría de Desarrollo Económico del Gran Auch y a la Secretaría de Turismo de Auch respectivamente, se alegraron de compartir aspectos de su vida cotidiana, como el deporte, la alimentación y sus familias.

Jane y Fátima, residentes en Auch y trabajadoras del Cinéma de Auch, dos inmigrantes provenientes de Perú y Turquía, encontraban en la ciudad un refugio para la familia y el trabajo, aunque distinguían la falta de espacios festivos y de encuentro.
Evelyne, del Pôle d'Équilibre Territorial et Rural du Pays d'Auch, vive en Escorneboeuf y me ayudó a navegar la compleja estructura territorial y administrativa francesa.
Junto a una huerta comunitaria, Marie, de Auch, sonrió durante toda la entrevista conversando de viajes, naturaleza y sueños, asombrada por mis sociocartogramas y los problemas argentinos con la inflación.

Cathy, del Conseil Départemental du Gers y residente en Auch, desde su pasión por la política, me ayudó a interpretar las entrevistas realizadas hasta ese momento, profundizando en las lógicas de las dinámicas poblacionales locales.

Frédéric, director del Conseil d'Architecture, d'Urbanisme et de l'Environnement, diseñó en el sociocartograma un esquema de obras de infraestructura que acompañaban su vida cotidiana, en un sociocartograma en constante diálogo con el mío.



Ilustración 4 - Pequeño cartel de bienvenida para una de las entrevistas. Fuente: Autor 2022.

Anaïs, *animateur* del Consejo de Desarrollo Local de la Mairie de Auch y residente en Castillon-Massas, me abrió las puertas de un mundo vinculado al arte y a los pequeños agricultores rurales en las cercanías de Auch.

Inés, también residente en Auch y trabajadora en la Mission Liaisons Entre Actions et Développement de l'Économie Rurale, del Pôle d'Équilibre Territorial et Rural du Pays d'Auch, me compartió una mirada crítica sobre las condiciones laborales de los jóvenes y sus posibilidades de estabilidad en la ciudad.

Marc, presidente del Foyer Rural de Pavie y residente en dicha localidad, la más cercana a Auch, esquematizó un mundo de acción social y cultural en el entorno rural. Finalmente, Sébastien, también de Pavie, fundador de Slow Paysages, compartió su trayectoria como chofer y su proyecto de cuidado y protección de ovejas en el parque Columé.

Cada entrevista requirió de conversaciones previas, de acasos en la calle o contactos por correo electrónico, para lo cual una agenda planificada con mucha antelación fue indispensable. Las personas a las que entrevisté me preguntaban: -¿Sobre qué es la entrevista?, - Vamos a conversar sobre la vida cotidiana en Auch y las localidades cercanas, pero será una entrevista diferente, mientras conversamos, dibujamos (respondía).

Así que al momento de encontrarnos para realizar nuestros sociocartogramas en la entrevista, llevaba un alfajor, un dulce tradicional argentino, relleno de dulce de leche. Y en ese convite, las puertas comenzaban a abrirse (Ilustración 5).



Ilustración 5 - Entrevista con sociocartogramas con Clo y France. Fuente: Autor 2022.

El sociocartograma paso a paso

Como comenté más arriba, el sociocartograma tiene una base ontológica en la pesquisa cartográfica, y en los mapas de Deligný (Álvarez Toledo, 2009). La cartografía que se desenvuelve mientras conversamos, compone un proceso intertextual. La oralidad está acompañada por el trazo del dibujo cartográfico, que también implica un texto de afección, produciendo de este modo una conversación en la cual entran en el juego: la oralidad, el dibujo, la gesticulación y el intercambio de los sentidos de esos textos (Tedesco, S; Sade, C; Caliman, L. 2013).

Para organizar la dinámica, el sociocartograma funciona del siguiente modo, con las variaciones y derivas que implica cada entrevista: 1) presentación de los sociocartogramas y mecánica; 2) dinámica de dimensiones, conversación y mapeo; 3) cierre en la última dimensión y; 4) sistematización de los sociocartogramas como proceso intertextual.

Para profundizar en la estrcutura metodológica detallada de los sociocartogramas, puede consultarse en Geografías del Compartir, (Diez Tetamanti y Sosa, 2024).

Resultados de los sociocartogramas

Las quince entrevistas mediante sociocartogramas generaron una serie de mapas dobles: por un lado, los mapas producidos por las personas entrevistadas sobre Auch y las localidades cercanas; por otro, mis propios mapas como entrevistador, realizados en simultáneo durante la conversación. La dinámica consiste en conversar y dibujar al mismo tiempo, cada participante sobre su propia hoja, siguiendo el recorrido propuesto por el tablero de sociocartogramas, las dimensiones temáticas y las tarjetas de elementos del espacio (Ver ilustración 6). De este modo, la entrevista se organizó como un recorrido conversacional y gráfico en el que cada dimensión abría una zona de relato, memoria, comparación y afectación.

Dado que antes de comenzar cada entrevista, pregunté a la persona entrevistada si prefería que yo realizara mi sociocartograma sobre mi cotidianidad en Auch o sobre mi ciudad de residencia en Argentina, para todos los casos, las personas entrevistadas manifestaron interés en que dibujara Comodoro Rivadavia. Por esa razón, la segunda columna de la Tabla 1 corresponde a mis sociocartogramas sobre Comodoro Rivadavia, elaborados en diálogo con los mapas de Auch y su entorno. Esta decisión no fue un dato menor: permitió que la entrevista se transformara en un intercambio entre territorios, en el que las experiencias locales de las personas entrevistadas se ponían en relación con mis propias referencias urbanas, rurales, costeras, laborales y cotidianas.

El recorrido de la conversación se organizó a partir de seis dimensiones (ver tablero en Ilustración 1), y sobre la base del territorio cotidiano a dibujar en negro. Las dimensiones son: a) atractivos, bellezas y facilidades locales; b) problemas locales; c) problemáticas generales o estructurales; d) conflictos, competencias y desarticulaciones; e) asociatividad, cooperación y redes; y f) proyectos, ideas y emergentes. Para cada dimensión, la pregunta orientadora era abierta y se formulaba de manera situada. Por ejemplo: ¿qué lugares, elementos o prácticas considerás valiosos en tu territorio cotidiano?; ¿qué problemas aparecen en la vida diaria?; ¿qué problemáticas exceden la escala local?; ¿dónde se manifiestan conflictos o desarticulaciones?; ¿qué redes, cooperaciones o formas de asociación sostienen la vida territorial?; ¿qué proyectos o ideas emergen como posibilidades de transformación? Mientras la persona entrevistada respondía dibujando y relatando, yo trazaba mi propio mapa de Comodoro Rivadavia a partir de las mismas dimensiones, de modo que ambas cartografías avanzaban en paralelo.

Esta simultaneidad produjo distintas formas de afectación. En algunos casos, los entrevistados observaron mis dibujos con curiosidad y formularon preguntas sobre Argentina, Comodoro Rivadavia, las distancias, la inflación, la vida costera, la movilidad o las diferencias entre los servicios urbanos y rurales. En otros casos, los mapas del entrevistador funcionaron como disparadores comparativos: permitieron contrastar formas de centralidad, problemas de transporte, relaciones entre ciudad y entorno rural, presencia de actividades culturales, modos de habitar y escalas de la vida cotidiana. También se produjeron fenómenos de mímesis gráfica, ya que ciertos trazos, formas de organizar el espacio o modos de señalar problemas comenzaron a resonar entre ambos mapas. Así, la dinámica no solo registró información sobre Auch, sino que produjo una situación de intercambio entre territorios, donde el mapa del entrevistador no operó como elemento externo o neutral, sino como parte activa de la conversación cartográfica.

Estos mapas fueron fotografiados y luego sistematizados en tablas, atendiendo tanto a las dimensiones trabajadas como a las tarjetas de elementos del espacio seleccionadas durante cada entrevista. Presento a continuación la serie de sociocartogramas producidos por las personas entrevistadas junto con mis propios mapeos como entrevistador.

Presento aquí la serie de sociocartogramas de los entrevistados producidos, en conjunto con los mis mapeos, como entrevistador:

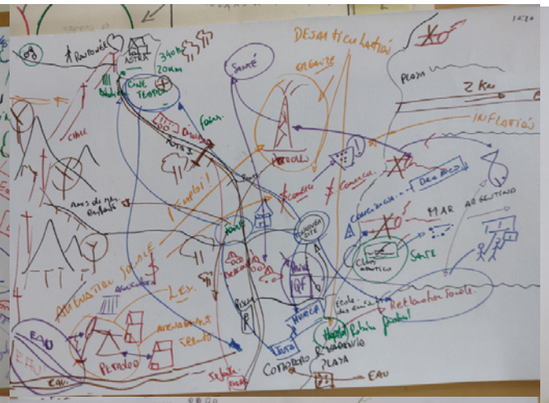
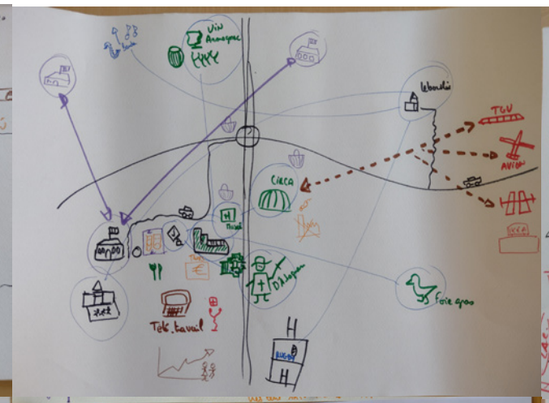
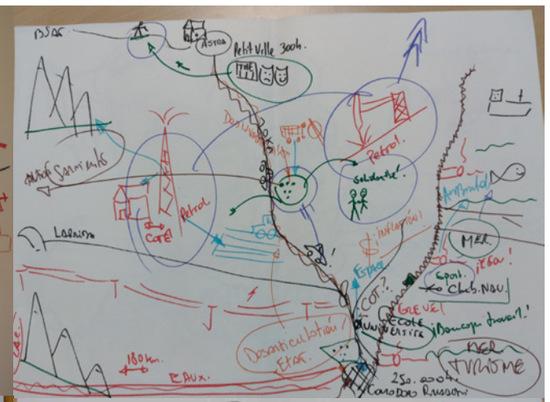
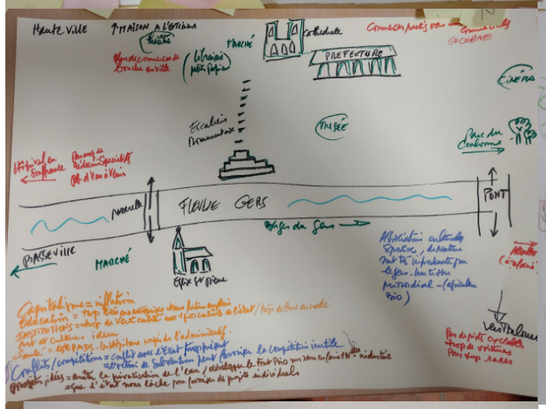
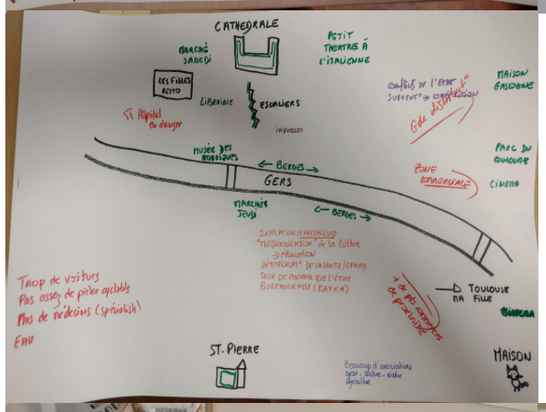
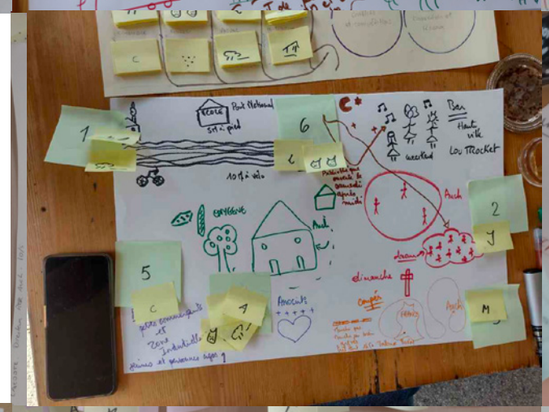
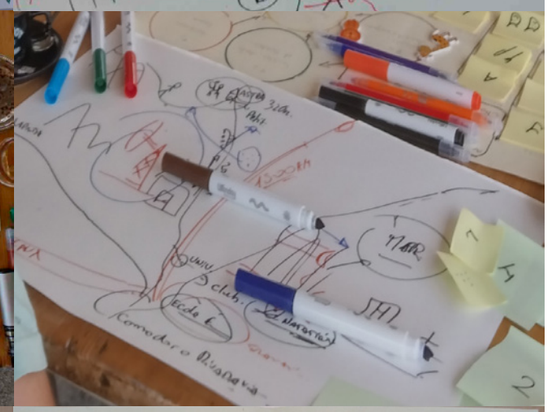
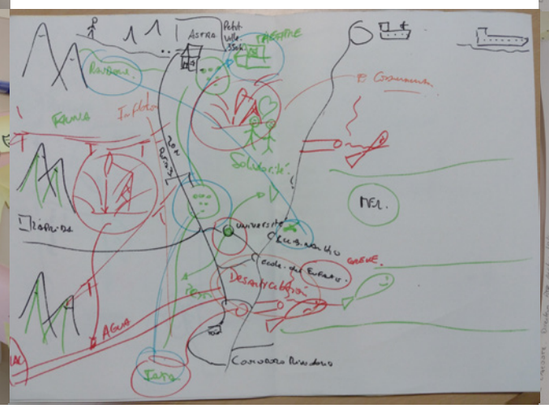
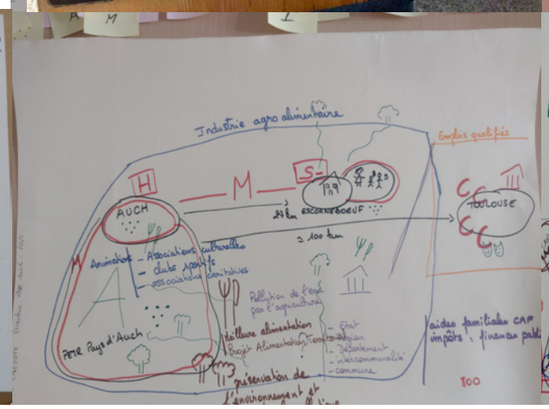
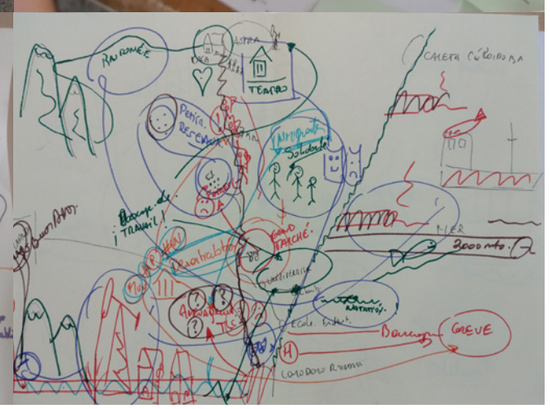
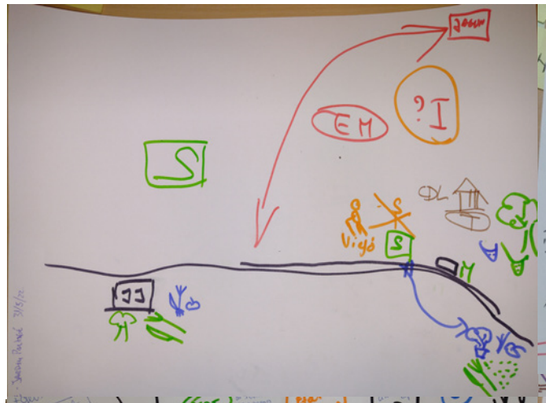
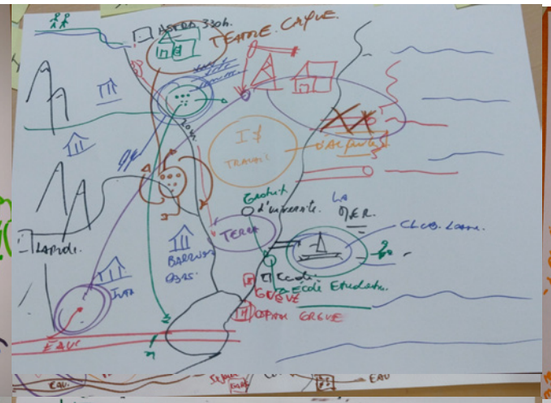
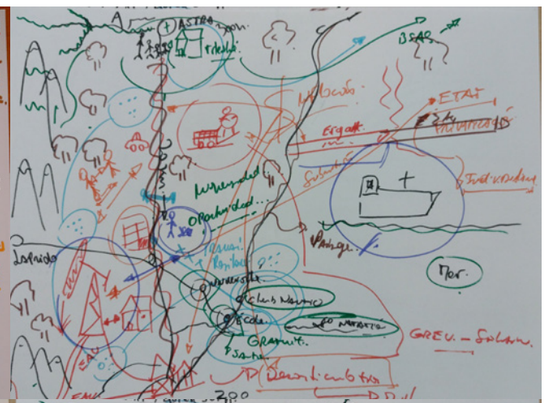
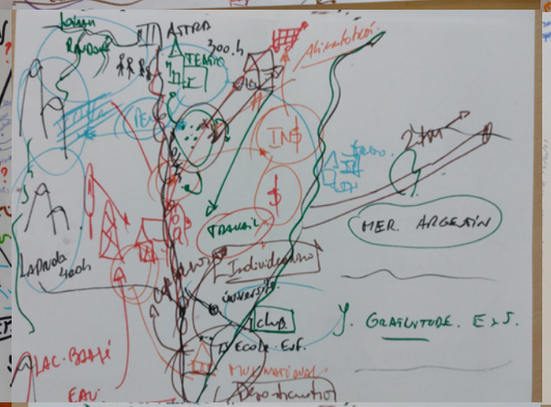
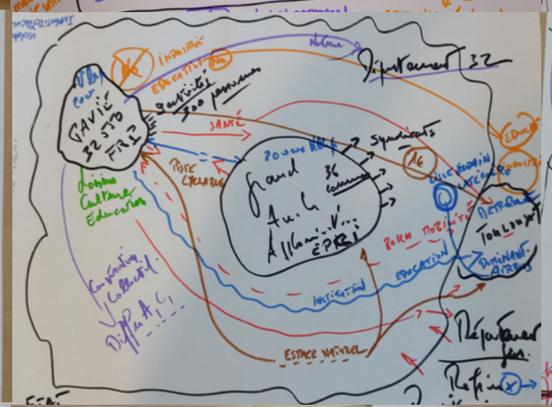
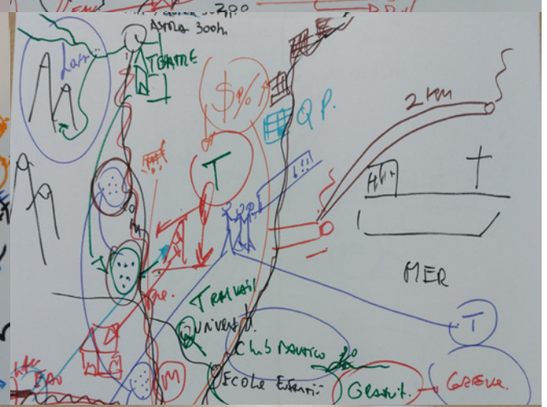
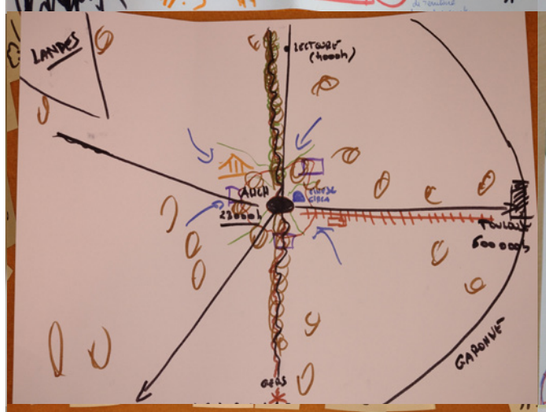
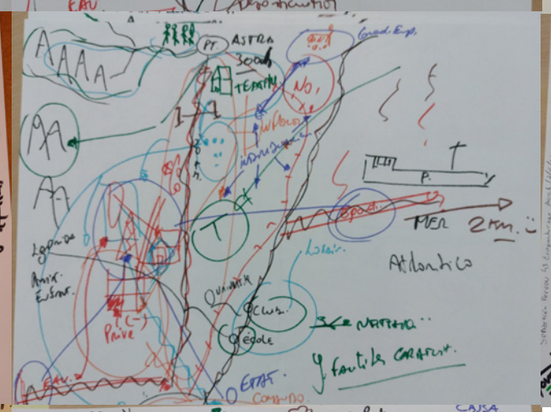
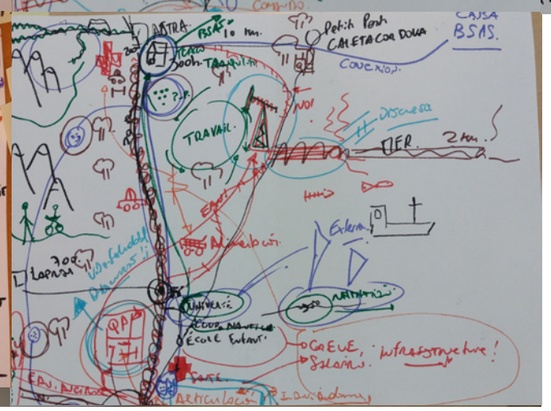
Nº	Sociocartograma del entrevistado	Sociocartograma del entrevistador	Sociocartograma del entrevistador	Sociocartograma del entrevistado	Nº
1					5
2					6
3					7
4					8

Tabla 1 - Sociocartogramas de entrevistados y entrevistador en diálogo visual. Fuente: Autor 2022.

Nº	Sociocartograma del entrevistado	Sociocartograma del entrevistador	Sociocartograma del entrevistador	Sociocartograma del entrevistado	Nº
9					13
10					14
11					15
12					

Sobre la dinámica: pueden notarse en ambas columnas dos elementos generales: un proceso de mímesis en el dibujo, producido por la conversación en la dinámica de entrevista cartográfica, en donde ambos sujetos (entrevistado y entrevistador) fuimos siendo afectados por el proceso de conversación y encuentro entre oralidad y dibujo. La marca en este proceso es siempre el dibujo, mientras la referencia de extiende desde el dibujo a la conversación en un ida y vuelta. Se denota así una afectación más relevante en los primeros sociocartogramas, y a medida que avanzamos en hacia sociocartogramas más tardíos (con números de la primer columna más altos), la producción se tornó más repetitiva y rutinaria para mi, como entrevistador, pero siempre con variantes potenciadas por el proceso de entrevista. Por otro lado la mímesis en la producción entre tres, como el caso de las entrevistas 2 y 3, evidencian una consonancia de figuras y formas al menos interesantes. Debo resaltar que en cada una

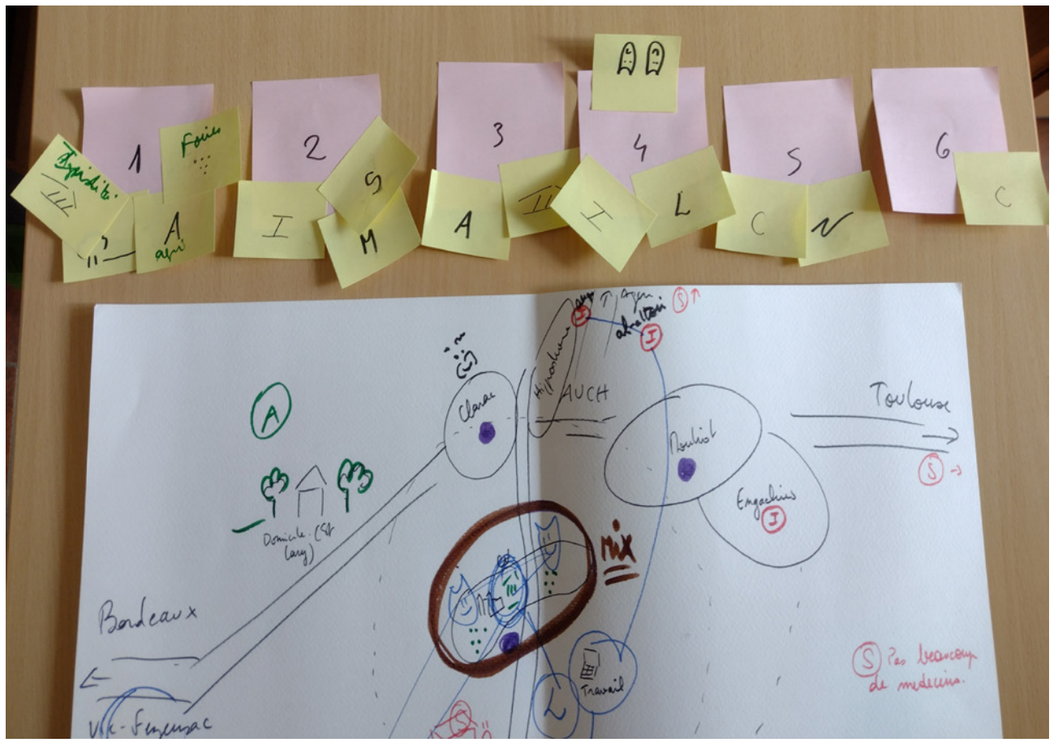


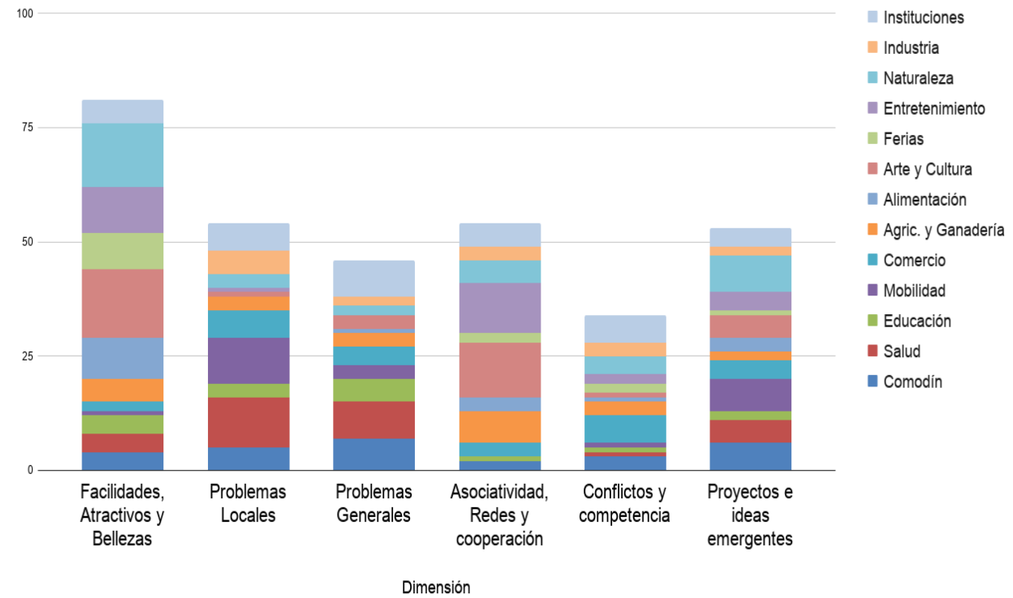
Ilustración 6: Tarjetas de elementos del espacio seleccionadas para cada dimensión en una entrevista con sociocartograma. Fuente: Autor 2022.

de las entrevistas, yo preguntaba mientras presentaba la dinámica, si el entrevistado deseaba que yo realizara mi dibujo sobre mi ciudad en Argentina, o prefería que lo haga en mi cotidianidad en Auch. Todos los entrevistados se mostraron a favor de que realizara el sociocartograma en mi ciudad de residencia en Comodoro Rivadavia, Argentina.

Sobre el contenido: el proceso de conversación y afectación fue relevante para conformar un intercambio no solo de informaciones, sino de emociones y padecimientos subjetivos (Carballeda, A. J. M. 2004). Para procesar cada una de las entrevistas con sociocartogramas analicé los resultados de selección de tarjetas de elementos del espacio y tomé notas de bitácora sobre el proceso. De este modo, evidencio los siguientes resultados que articulan oralidad y dibujo.

En primer lugar, se realizó un procesamiento cuantitativo complementario a partir de la sistematización y cruce de las dimensiones y tarjetas de elementos del espacio seleccionadas por los entrevistados, presentes en cada uno de los sociocartogramas. Esta síntesis permitió observar la distribución de los énfasis temáticos emergentes en el conjunto de las 15 entrevistas. El total de registros de tarjetas de elementos del espacio seleccionadas por los entrevistadores ascendió a 322 unidades distribuidas en cada una de las seis dimensiones del espacio (ejemplo en ilustración 6): a) los atractivos y bellezas locales, b) problemas locales; c) los problemas generales, d) los conflictos y desarticulaciones, e) los procesos de cooperación y redes; y f) los proyectos de desarrollo e ideas emergentes locales. En conjunto, los resultados reflejan una presencia equilibrada de dimensiones vinculadas tanto a los recursos culturales y naturales como a las dinámicas institucionales y de cooperación, sin que ninguna categoría resulte dominante de forma excluyente (Ilustración 6).

En el procesamiento de las entrevistas y poniendo esto en dialogo con el gráfico de la Ilustración 7, para *Facilités*, *Atraits et beautés*, se observa una concentración en los



recursos culturales y naturales del territorio. La dimensión *Associativité*, cooperation et réseaux junto con el peso de *Art et Culture y Loisirs* (ocio), muestra una preponderancia relativa de los atractivos culturales y de las dinámicas asociativas vinculadas al campo cultural y deportivo, como así también el de esparcimiento. Se registró también una marcada tendencia a señalar en las dimensiones de problemáticas locales y generales, a las vinculadas a la salud y la movilidad: *Santé y Mobilité*. Estos resultados, visualizados comparativamente en el gráfico (Ilustración 7), muestran como las cuestiones sanitarias y de acceso/movilidad constituyen vectores recurrentes en las representaciones de *Problèmes Locaux* de la vida cotidiana.

Para *Projets*, ideés et emergents, las tarjetas de *nature y mobilité* se posicionan como las más elegidas, en relación a diversos proyectos de mejora del transporte en versiones sustentables y limpias, como así también en propuestas vinculadas a la revitalización y cuidado del ambiente natural asociado a proyectos culturales.

Los datos presentados aquí son descriptivos y proceden de la tabulación de los sociocartogramas; su interpretación más amplia se desarrolla en la sección de Discusión (Ilustración 7).

Los datos cuantitativos previamente expuestos se complementan con las notas de bitácora y con los análisis procesuales y visuales de las quince entrevistas. Esta lectura se inspira en los mapas y trazados de Fernand Deligny (Toledo, A 2009), no como una reproducción directa de su método, sino como una referencia para comprender el mapa como registro de movimientos, gestos, recurrencias, desvíos y modos de presencia. En los trabajos de Deligny, el dibujo no opera como representación de un espacio ya dado, sino como inscripción de trayectorias y relaciones que permiten percibir formas de vida que muchas veces escapan al lenguaje verbal. En los sociocartogramas de Auch, esta perspectiva se articula con la conversación cartográfica: los mapas no fueron tratados como productos finales o ilustraciones de la entrevista, sino como huellas

de un proceso de intercambio entre entrevistado y entrevistador, donde el trazo, la palabra, la duda, la repetición, el señalamiento y la comparación entre territorios hicieron visible una experiencia situada. Por ello, el análisis no se limitó a contabilizar las tarjetas seleccionadas, sino que incorporó la observación de formas gráficas, énfasis, silencios, asociaciones, desplazamientos y afectaciones producidas durante la realización de cada mapa. Esta articulación permitió identificar tanto la distribución de las menciones como el sentido que esas menciones adquirieron en la experiencia cotidiana de los participantes. Esto permite identificar tanto la distribución como el sentido de las menciones en la experiencia cotidiana de los participantes. A modo de relato descriptivo:

- La preponderancia de recursos culturales aparece reflejada de forma consistente: los entrevistados señalaron mercados, teatros, el cine local, festivales y espacios comunitarios como nodos centrales en sus mapas de vida cotidiana. Estas referencias se corresponden con el peso de *Art et Culture* en la tabulación.

- La dimensión de asociatividad y redes culturales también fue frecuente en los sociocartogramas y en los relatos: varias entrevistas destacaron la existencia de agrupaciones, comisiones de fiesta, redes de arte y cooperación local que organizan ferias, eventos y actividades comunitarias. Esto se refleja en el valor agregado de *Associativité, cooperation et réseaux* en la suma total.

- La presencia de la naturaleza y las iniciativas de alimentación y producción orgánica (huertas comunitarias, mercados bio, eco-pastoreo) aparece tanto en la suma de la Ilustración 7: Recurrencias de tarjetas elementos del espacio (en colores) agrupadas por dimensiones (x). variable *Nature* como en la descripción de entrevistados que priorizan espacios verdes y proyectos agroecológicos.

- En contrapartida, las cuestiones vinculadas a la salud y a la movilidad se repiten con notable regularidad. La variable *Santé* que suma 29 unidades y *Mobilité* 22 unidades de tarjetas de elementos del espacio: en las notas se registra de forma reiterada la carencia de especialistas y centros hospitalarios locales, la referencia a la necesidad de realizar viajes frecuentes a Toulouse para atención médica especializada, la baja frecuencia de transporte público y la dependencia del automóvil para sostener la movilidad teniendo residencia en localidades cercanas, también configura un elemento notable.

- La problemática comercial y la concentración de servicios fuera del núcleo local (comercio de proximidad en declive frente a grandes superficies en las zonas comerciales crecientes como los supermercados o comercios de gran porte específicos en los ingresos a Auch y en Toulouse) aparece tanto en la tabulación (variable *Commerce*) como en los relatos que describen la pérdida de pequeños comercios y la competencia desigual con grandes distribuidores.

- Para los entrevistados que viven en localidades cercanas a Auch, la tranquilidad de una vida rural se compensa con la distancia a recorrer cotidianamente en automóvil. Además de esto, una diversidad de ofertas culturales y deportivas dinamizan un movimiento permanente entre diversas localidades del conglomerado de Auch.

- Finalmente, la tabulación de tarjetas y las entrevistas consignan diversas iniciativas y proyectos emergentes mencionados por los participantes: proyectos de alimentación territorial, planes de forestación y recuperación de espacios verdes, propuestas de mejora de la movilidad regional (ciclovías, y mayor frecuencia ferroviaria), como también el impulso al teletrabajo o trabajo a distancia y a estrategias mixtas de dinamización comercial. Estas iniciativas se corresponden con el valor relativo de *Projets, idees et émergents.*

Los resultados aquí presentados son de carácter descriptivo y derivan de la tabulación de los sociocartogramas, de la sistematización de las notas de bitácora y de la lectura visual de los mapas producidos. La profundización analítica de estos hallazgos se desarrolla en la sección siguiente, donde se seleccionan tres núcleos de afectación territorial: cultura y asociatividad; naturaleza, agroecología y cuidado; y salud, movilidad y dependencia del automóvil. Es relevante señalar que estos hallazgos coinciden con análisis regionales que describen en Auch una agricultura de proximidad basada en el conocimiento mutuo y la copresencia en mercados y ferias, y una dispersión institucional que condiciona el acceso a determinados servicios (Albaladejo, C., Taulelle, F., & Sassone, S. 2021), como también con la fuerte presencia de atractivos culturales y redes asociativas, coexistencia con proyectos agroecológicos, y preocupaciones por salud y movilidad coherentes en las trayectorias detectadas en estudios comparativos de ciudades intermedias en Francia y Argentina como el de (Sassone, S., & Taulelle, F. 2020), donde la combinación de amenidades naturales/ culturales y déficit de servicios constituye una tensión recurrente.

Discusión: tres núcleos de afectación territorial en los sociocartogramas

La discusión integra los hallazgos cuantitativos derivados de la tabulación de los sociocartogramas con la evidencia cualitativa contenida en las notas de las 15 entrevistas. En términos generales, los resultados muestran una configuración territorial marcada por la centralidad de los recursos culturales y naturales y, simultáneamente, por problemáticas estructurales relacionadas con la salud y la movilidad.

Cultura, asociatividad y sociabilidad territorial

En primer lugar, la preponderancia de *Art et Culture* y el notable peso de *Associativité*, cooperation et réseaux indican que la vida cultural no solo está presente como repertorio de bienes y eventos (como CIRCA), sino que está sostenida por una trama densa de actores colectivos -asociaciones, comités, ludotecas, espacios comunitarios, ferias- que funcionan como nodos relacionales y operativos de una vida con acción colectiva en el territorio que organiza Auch y las localidades cercanas. En las notas de bitácora de las entrevistas, se describen reiteradamente mercados, festivales, espacios de creación y redes de cooperación que operan como ejes de sociabilidad y dinamización local; ese repertorio se corresponde con la alta puntuación de las categorías culturales en los datos tabulados y con los mapeos de sociocartogramas.

Naturaleza, agroecología y proyectos de cuidado

En segundo término, la relevancia tanto en los sociocartogramas como en las notas de la variable *Nature* y las referencias a la belleza local, las huertas comunitarias, iniciativas agroecológicas y proyectos de cuidado del paisaje sugieren que los recursos naturales están pensados y utilizados tanto como patrimonio local como fuente de actividades productivas y de bienestar. Este doble estatuto: patrimonio local / actividad, favorece la emergencia de estrategias locales orientadas a economías sostenibles que probablemente propician devenires de otros proyectos.

Salud, movilidad y dependencia del automóvil

Por otro lado, la repetida señalización gráfica y oral de problemas vinculados a *Santé y Mobilité* revela tensiones significativas en la organización del acceso a servicios básicos y en la conectividad regional. Las notas de bitácora y los sociocartogramas, consignan recorridos hacia centros especializados fuera del aglomerado, limitaciones en la frecuencia del transporte público y dependencia del vehículo privado, lo que expone vulnerabilidades que afectan equidad y calidad de vida y que condicionan la posibilidad de participación plena en la oferta cultural y productiva local.

Estas convergencias y tensiones configuran un panorama ambivalente: por una parte, existe capital social y cultural que potencia la adaptación y la creatividad colectiva; por otra, limitaciones de infraestructura y de servicios que pueden limitar el despliegue de esas capacidades y configurar dependencias, por ejemplo del automóvil para la movilidad.

Desde la perspectiva de la geografía social y el marco interpretativo adoptado, los sociocartogramas han mostrado su capacidad para hacer visibles tanto las prácticas cotidianas como las afectaciones que estructuran el vivir en Auch y su *hinterland*. En particular, la técnica permitió captar dimensiones subjetivas y experienciales (sentidos del lugar, prioridades, malestares).

El fenómeno de mímesis observado entre entrevistador y entrevistado y los efectos de mediación lingüística introducen elementos ricos en la producción de sentido que deben ser tenidos en cuenta al extrapolar estos hallazgos. Estos elementos, desde la perspectiva con la que abordo el trabajo, enriquecen el proceso de investigación para instancias exploratorias y, lejos de generar sesgos, potencian las posibilidades de intercambio y aprendizaje.

Desde una mirada aplicada, los resultados sugieren la necesidad de políticas integradas que combinen apoyo a la infraestructura social (salud, transporte), los cuales han sido registrados en las iniciativas participativas de la Mairie de Auch, a partir de la potenciación de las capacidades locales (como la incorporación reciente de bicicletas eléctricas en el área urbana, el financiamiento y espacios para la cultura como CIRCA, articulación de circuitos agroalimentarios, fortalecimiento de redes asociativas). Dado que las redes culturales aparecen como agentes activos de movilización, su incorporación en procesos de coproducción de políticas resulta un canal efectivo para implementar intervenciones contextualizadas y sostenibles.

Los resultados permiten leer en Auch una tensión entre formas de producción del espacio vinculadas a la concentración funcional, la dependencia automotriz, la fragmentación de servicios y la pérdida de proximidad, y prácticas territoriales que ensayan otros modos de composición colectiva. Las redes culturales, las asociaciones, los mercados, las huertas, los proyectos agroecológicos y las iniciativas de movilidad sustentable se organizan como respuestas situadas frente a una organización espacial que tiende a separar funciones, aumentar distancias y subordinar la vida cotidiana a infraestructuras desiguales. En este sentido, los sociocartogramas abren a la posibilidad de discutir el Capitaloceno desde sus efectos concretos en la experiencia territorial, al tiempo que habilitan una cartografía de prácticas de cuidado, cooperación y recomposición de lo común.

Conclusiones

El sentido de la aplicación los sociocartogramas reside en su capacidad para desautomatizar y desburocratizar las nociones de cuerpo y territorio: permiten acercarse a lo diferente, sensibilizar la investigación y potenciar conocimientos situados y de intercambio entre entrevistado y entrevistador. En cada entrevista procuré construir “planos comunes” que habiliten el intercambio de dimensiones, sensaciones y afectaciones entre territorios heterogéneos. Siguiendo el impulso lúdico de Homo Ludens, los sociocartogramas entienden al cartógrafo como un “compositor” y creador de realidades que se mezcla con lo investigado. Ese enfoque “sucio” y singular fomenta la inmersión y la implicación del investigador, distanciándose de la neutralidad positivista y reconociendo la co-producción del conocimiento.

Las entrevistas realizadas mediante sociocartogramas en Auch muestran que la configuración territorial articula, a la vez, una vitalidad cultural y natural notable y ciertos déficit estructurales en servicios y conectividad. Sobre la base de 15 entrevistas con mapas y la tabulación de 322 registros de tarjetas del espacio, emergen dos vectores centrales: por un lado, la preeminencia de recursos culturales y redes asociativas como nodos de sociabilidad y dinamización; por otro, las carencias recurrentes en salud especializada y movilidad, que condicionan la equidad de acceso y las trayectorias cotidianas de los entrevistados en el conglomerado de Auch.

Metodológicamente, el sociocartograma, como variante de la pesquisa cartográfica, se confirma como una herramienta potente para captar dimensiones subjetivas y experienciales que los métodos convencionales suelen invisibilizar. El cruce entre la oralidad y el trazo revela no solo lugares y recorridos, sino también afectaciones, prioridades y proyectos emergentes; dibujar en conversación habilita una lectura situada del espacio que enriquece la comprensión de funciones urbanas y de las relaciones campo–ciudad. Asimismo, la mímesis entre entrevistador y entrevistado y las mediaciones lingüísticas deben entenderse no solo como fuentes de sesgo, sino también como elementos heurísticos que informan sobre procesos de enunciación y relación territorial.

Desde un enfoque aplicado, los hallazgos orientan líneas de intervención concretas. Primero, es necesario reforzar la infraestructura y la oferta de servicios sanitarios de nivel local y regional, así como mejorar la frecuencia y variedad de opciones de transporte para reducir la dependencia del automóvil (en Auch, por ejemplo, se han implementado iniciativas como el sistema de bicicletas eléctricas). Segundo, existe una oportunidad consistente para articular y potenciar capacidades locales -redes culturales, espacios comunitarios, mercados y proyectos agroecológicos- en procesos de coproducción de políticas públicas. Intervenciones integradas que combinen infraestructura, apoyo a redes locales y estrategias de movilidad pueden potenciar la equidad territorial para distintos grupos sociales y etarios.

El muestreo por deriva y por contactos, junto con las mediaciones lingüísticas, condicionan la generalización de los resultados; no obstante, estas mismas restricciones ofrecen pistas ricas para futuras investigaciones que exploren variaciones sociales y espaciales con otros relieves. Recomiendo ampliar la cobertura geográfica y demográfica, incorporar perfiles socioeconómicos diversos e incluir participantes de localidades periféricas; además, integrar técnicas geoespaciales que permitan superponer los sociocartogramas con capas territoriales cuantitativas y desarrollar estudios longitudinales que capturen dinámicas temporales de las redes culturales y de las respuestas a problemas sanitarios y de movilidad.

En términos teórico-metodológicos, este trabajo confirma la utilidad de aproximaciones que combinan lo lúdico, lo sensible y lo cartográfico para producir conocimiento situado. Los sociocartogramas muestran que el mapa puede funcionar como dispositivo de conversación y coproducción de sentido entre actores heterogéneos, posibilitando planos comunes sin homogeneizar perspectivas. Este enfoque situacional abre caminos para políticas y prácticas que reconozcan la pluralidad de experiencias territoriales y fortalezcan la participación local en la definición de prioridades.

Se refuerza la continuidad entre investigación y acción: proponemos transformar los sociocartogramas en herramientas de diseño participativo (talleres, co-diseño de circuitos culturales y agroalimentarios, pruebas de intervenciones en movilidad). En Auch, muchas de estas iniciativas ya están siendo parte de la planificación local (ver plataforma de asambleas activas: https://agirpourmaville.auch.fr/), lo que muestra el potencial para muchos casos de la cartografía experiencial para pasar del diagnóstico a la coproducción de medidas concretas y sostenibles.

En relación con la convocatoria de PIXO, centrada en las discusiones sobre el Capitaloceno y sus efectos en la producción del espacio, este trabajo propone una contribución metodológica experimental y situada. Los sociocartogramas permiten abordar esas transformaciones desde una escala de experiencias singulares, en las que se expresan las tensiones territoriales: la dependencia del automóvil, la concentración de servicios en la ciudad media, las dificultades de acceso a la salud, la fragilidad de la movilidad pública, pero también la fortaleza en las redes culturales, las asociaciones, las prácticas agroecológicas y los proyectos de cuidado que producen otros modos de habitar. La metodología propuesta enriquece la discusión sobre el Capitaloceno porque permite cartografiar las formas locales de cooperación, afectación y recomposición de lo común que emergen frente a sus lógicas funcionales, extractivas y fragmentarias. Así, los sociocartogramas operan metodológicamente en procesos de investigación como dispositivo sensible de conversación, análisis y coproducción territorial.

Agradecimientos

Esta trabajo, fue financiado por la Beca ECOS+ CONICET 2019.

Referencias

ALBALADEJO, C.; TAULELLE, F.; SASSONE, S. Agricultures de proximité et villes intermédiaires: diversité des formes urbaines et modes d'alimentation. In: GUÉRIT, F.; NASSER, T. (ed.). *Mobilités, choix résidentiels, pratiques sociales et politiques publiques:* la ville intermédiaire comme modèle de durabilité? Orléans, 2021. Disponível em: https://hal.science/hal-04728996. Acesso em: 11 out. 2025.

ÁLVAREZ TOLEDO, S. *Deligny, F.:* permitir, trazar, ver. Barcelona: MACBA, 2009.

CARBALLEDA, A. J. M. La intervención en lo social y el padecimiento subjetivo. *Margen*: Revista de Trabajo Social y Ciencias Sociales, Buenos Aires, n. 35, 2004.

CARERI, F. *Walkscapes:* el andar como práctica estética. Barcelona: GG, 2014.

DA COSTA, L. Cartografiar: otra forma de investigar. Tradução de J. M. Diez Tetamanti. *Margen:* Revista de Trabajo Social y Ciencias Sociales, n. 94, 2019. Disponível em: https://www.margen.org/suscri/margen94/Bedin-94.pdf. Acesso em: 11 out. 2025.

DE CERTEAU, M. Andar la ciudad. Bifurcaciones: *Revista de Estudios Culturales Urbanos*, n. 7, jul. 2008. Disponível em: https://www.bifurcaciones.cl/007/colerese/bifurcaciones_007_reserva.pdf. Acesso em: 11 out. 2025.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil mesetas: capitalismo y esquizofrenia.* Tradução de C. P. Sabaté. Valencia: Pre-Textos, 1980.

DELIGNY, F. *Lo arácnido y otros textos*. Buenos Aires: Cactus, 2015.

DERNAT, S. Plus de 30 ans de jeux sérieux pour le développement des territoires à Clermont-Ferrand (Francia). *Territoire en mouvement:* Revue de géographie et aménagement, n. 63, 2024. DOI: https://doi.org/10.4000/127fq. Disponível em: http://journals.openedition.org/tem/11579. Acesso em: 11 out. 2025.

DICCIONARIO ETIMOLÓGICO CASTELLANO EN LÍNEA. *Conversación*. 2025. Disponível em: https://etimologias.dechile.net/. Acesso em: 11 out. 2025.

DIEZ TETAMANTI, J. Sociocartogramas en la entrevista: instrumento para el abordaje en pequeñas localidades. *PIXO:* Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 5, n. 19, 2021. DOI: https://doi.org/10.15210/pixo.v5i19.21700.

DIEZ TETAMANTI, J. M.; SOSA, B. *Geografías del compartir:* tres métodos para cartografiar territorios, experiencias y cuerpos. La Plata: SERVICOP, 2024.

FLORES BENALCAZAR, I.; VERDUGA SHIGUANGO, H. A.; GALLO CANDO, K. M.; GALLO CALERO, G. Y.; GALLO CALERO, J. L. El juego cooperativo en el desarrollo de habilidades sociales: una revisión bibliográfica. *MENTOR*: Revista de Investigación Educativa y Deportiva, v. 3, n. 7, p. 166-186, 2024. DOI: https://doi.org/10.56200/mried.v3i7.6723.

GONÇALVES, G. R. A deriva e a psicogeografia e suas possibilidades para os trabalhos de campo em Geografia Urbana. *Ateliê Geográfico*, v. 13, n. 3, p. 100-111, 2019.

GONZÁLEZ, C. El conflicto eterno entre los unos y los otros. In: DELIGNY, F. *Semilla de crápula.* Buenos Aires: Cactus, 2017.

HUIZINGA, J. *Homo ludens.* [S. l.]: Prensa Angélico, 2016.

INGOLD, T. *La vida de las líneas*. Tradução de A. Stevenson. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2018.

KRISTEVA, J. *El lenguaje, ese desconocido: introducción a la lingüística.* Madrid: Fundamentos, 1988.

LARDON, S. *Construire un projet territorial: le "jeu de territoire", un outil de coordination des acteurs locaux.* FaçSADe, Résultats de recherche n. 2013/38. Département Sciences pour l'Action et le Développement, 2013. Disponível em: https://catalogue.ipec.developpement-durable.gouv.fr/sites/default/files/jeu_des_territoires.pdf. Acesso em: 11 out. 2025.

MCGURK, H.; MACDONALD, J. Hearing lips and seeing voices. Nature, v. 264, p. 746-748, 1976.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. *Pistas do método da cartografia.* Porto Alegre: Sulina, 2014.

SASSONE, S.; TAULELLE, F. Étudier les villes intermédiaires en France et en Argentine. *Riurba,* n. 10, 2020. Disponível em: https://www.riurba.review/article/10-metropoles/intermediaires/. Acesso em: 11 out. 2025.

TEDESCO, S.; SADE, C.; CALIMAN, L. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência no dizer. Fractal: *Revista de Psicologia,* v. 25, n. 2, p. 299-322, maio/ago. 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200006.

FOTOGRAFIA COMO MEMÓRIA E AFETO
Escutas fotográficas entre a presença e a ausência do meu avô no Capitaloceno

PHOTOGRAPHY AS MEMORY AND AFFECTION
Photographic listening between the presence and absence of my grandfather in the Capitalocene

Gabriela Santiago Xavier[1]

Resumo
Este ensaio visual e textual, situado no contexto do Capitaloceno, utiliza fotografias de acervo familiar para explorar a memória e o afeto ligados à arquitetura e ao ofício de Valdemar Santiago, um carpinteiro negro e agricultor, avô da autora, que viveu a maior parte de sua vida em Castro Alves, Bahia. O trabalho surge da necessidade de manter viva sua memória e de ressignificar a sua vida e o seu trabalho, tendo como objetivo tratar a fotografia como uma ferramenta metodológica para ler vestígios urbanos e cotidianos. Metodologicamente, selecionou-se e analisou-se fotografias de acervo pessoal, dialogando com autores como Berger, Rolnik, Halbwachs e Moore. Como resultado, o trabalho denuncia a invisibilidade acadêmica imposta aos saberes populares e à autogestão da moradia, que caracterizam grande parte das experiências urbanas que moldam as cidades. O ensaio contribui para o debate sobre o direito à cidade e o direito à memória no Capitaloceno.
Palavras-chave: arquitetura e urbanismo; memória; fotografia, saberes populares.

Abstract
This visual and textual essay, situated within the context of the Capitalocene, uses photographs from a family collection to explore the memory and affection linked to the architecture and craft of Valdemar Santiago, a Black carpenter and farmer, the author's grandfather, who lived most of his life in Castro Alves, Bahia. The work arises from the need to keep his memory alive and to reframe his life and his work, aiming to treat photography as a methodological tool to read urban and everyday traces. Methodologically, photographs from a personal collection were selected and analyzed, dialoguing with authors such as Berger, Rolnik, Halbwachs, and Moore. As a result, the work denounces the academic invisibility imposed on popular knowledge and housing self-management, which characterize a large part of the urban experiences that shape cities. The essay contributes to the debate on the right to the city and the right to memory in the Capitalocene.
Keywords: architecture and urbanism; memory; photography, popular knowledge.

1 Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA, com período de mestrado-sanduíche no Instituto Superior Técnico (Universidade de Lisboa, Portugal), por meio do Programa Abdias Nascimento/CAPES. Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira pelo Instituto Nacional de Ensino (INE). Técnica em Edificações pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução

Este trabalho começa com um homem e sua casa: Valdemar Santiago, meu avô, homem negro, carpinteiro e agricultor, que construiu com as próprias mãos a casa onde viveu. Sua história, marcada pela oralidade (Bispo, 2018) e pelo ofício manual, torna-se aqui uma chave para repensar a cidade no contexto do Capitaloceno, momento em que o capitalismo global reconfigura territórios, modos de viver e paisagens afetivas. Meu avô, nascido na cidade de Paratigi, atualmente conhecido como município Rafael Jambeiro/BA, e que viveu a maior parte de sua vida na cidade de Castro Alves/BA. Foi pai de nove filhos, avô de 17 netos, bisavô de 11 bisnetos, nascido em 25 de janeiro de 1937 e falecido no dia 16 de agosto de 2023.

Gosto de registrar o que está ao meu redor, os ambientes, os objetos e as memórias que me cercam, dentre esses momentos, registrei meu avô de forma simples e profunda, que é e foi uma figura central na minha vida, referência viva de resistência, afeto e paternidade.

A proposta deste trabalho é justamente trazer à tona a presença da ausência que ele deixou em mim e em nossa família e revelar o que já foi por meio dos rastros que ficaram marcados nos gestos e permanências que resistem ao tempo. Além de, pensar "em que medida a fotografia como prática artística contemporânea permite acessar modos de se relacionar com o espaço – sejam eles velhos modos, recalcados por determinadas tradições, ou novos, índices de espacialidades ainda por vir." (Mortimer, 2017, p.21).

A fotografia, enquanto gesto de registro e escuta, é tomada como meio de questionar as narrativas dominantes da arquitetura e do urbanismo – narrativas que historicamente invisibilizam corpos negros, ofícios populares e práticas não hegemônicas de construção do espaço.

Ocupo um lugar duplo: (1) descendente direta de quem construiu espaços com as próprias mãos e (2) sujeito acadêmico que busca denunciar a invisibilidade dos ofícios tradicionais. A partir disso, esse ensaio acadêmico surge como uma forma de usar a fotografia, que, a princípio, não tinha cunho artístico apenas afetivo, em uma forma de manter viva a memória do meu avô. Acredito que uma abordagem afetiva e sensível é crucial para combater discursos hegemônicos de arquitetura e urbanismo, que celebram monumentos e ignoram as práticas cotidianas que muitas vezes são racializadas e precarizadas ainda que estes efetivamente deem forma às cidades.

A memória, assim como a arquitetura, pode ser lida como um texto vivo, feito de permanências e transformações que podem ser materializadas através das fotografias. Assim, tomei como metodologia para o desenvolvimento deste trabalho a seleção de fotografias que tirei do meu avô, de sua casa, de suas ferramentas, dentre outras fontes de memória, como fragmentos de saber e sensibilidade entendendo o gesto e a fotografia que dizem sem saber isso já foi, mas ainda é.

Ao ressignificar a vida do meu avô, trato a fotografia como ferramenta de leitura desse vestígio urbano e cotidiano, um gesto que permite ler a presença do que foi, no corpo material da cidade, confrontando o apagamento com narrativas sensíveis e críticas. A ausência dele, hoje, continua organizando o lugar que habitamos.

Assim, o artigo propõe uma leitura afetiva e política das imagens e espaços cotidianos, compreendendo o ato de fotografar como resistência simbólica e material ao apagamento das memórias urbanas no capitaloceno.









Figura 1 - Antiga sede do Mangalô, Castro Alves/BA. Fonte: fotógrafo desconhecido, s.d.
Figura 2 - Espaço da sede do Mangalô recentemente, Castro Alves/BA. Fonte: da autora, 2024.

O Capitaloceno, a escuta fotográfica e o apagamento do saber popular do meu avô

O conceito de Capitaloceno (Moore, 2017) desloca a crítica do impacto humano sobre a Terra – como no Antropoceno – para a responsabilidade histórica do capitalismo na destruição dos ecossistemas e na manutenção das desigualdades socioespaciais. O sistema do capitaloceno opera um profundo apagamento dos saberes populares, especialmente a carpintaria artesanal, através de mecanismos de padronização, individualização e mercantilização.

Nas cidades brasileiras, o Capitaloceno se manifesta nas formas de segregação, remoção, gentrificação e precarização da vida urbana, produzindo não apenas danos ambientais, mas também apagamentos epistemológicos. Joice Berth (2023) reforça a urgência de trazer esse debate para além dos círculos acadêmicos:

> […] é de suma necessidade que a popularização dessas pautas se concretize. O debate sobre nossas cidades, as questões fundiárias, a divisão racial, a gentrificação do espaço urbano, a mobilidade dos transportes etc., são temas que não podem mais ser negados à população que mais precisa de decisões de impacto (Berth, 2023, p. 74).

É justamente essa popularização — trazer para o debate acadêmico as questões fundiárias e raciais vividas por quem habita e constrói a cidade a partir de saberes populares — que este ensaio busca realizar ao tratar da vida e do ofício do meu avô. Saberes manuais, como o da carpintaria exercida por ele são desvalorizados, e as memórias das famílias negras, que assim como a minha, constroem e habitam a cidade são sistematicamente silenciadas. Partindo, principalmente, do conceito de que a memória individual, inclusive a do seu avô, só existe a partir de uma memória coletiva (Halbwachs, 2006). Neste contexto, a fotografia aparece como ferramenta de denúncia e conservação: ela reescreve os vestígios desses modos de vida no imaginário urbano, revelando que os rastros dos ofícios e das casas populares são, também, expressões de resistência.

O saber da carpintaria tradicional, como o do meu avô, é local, único e orgânico, desenvolvido em diálogo com a matéria-prima disponível na cidade de Castro Alves - BA e através das necessidades da comunidade (Sant'Anna; Paz, 2022). A imposição do modelo capitalista, que remonta à Revolução Industrial, promoveu o enfraquecimento do trabalho manual (Bratke, 2021) e consequentemente a forma como meu avô desenvolveu seu ofício que era rica em saberes, é vista atualmente como antiga ou rústica, enquanto os produtos industriais são vendidos como modernos e funcionais. Essa desvalorização é, em sua essência, um mecanismo da Colonialidade do Saber (Quijano, 2005) que categoriza as pessoas através de uma cadeia de privilégios sociais (Berth, 2023). Essa invisibilidade não é um acidente de percurso, mas reflexo de um urbanismo que se pretende neutro diante da raça, em consonância com Joice Berth que argumenta que:

> Os urbanistas em muitas partes do mundo enquadram as desigualdades raciais como meros sintomas de desigualdade econômica, se é que mencionam a raça. Os discursos e práticas de uma coleção de acadêmicos, funcionários do governo, planejadores urbanos e incorporadores privados reforçam a noção de urbanismo "daltônico" ou "neutro quanto à raça", que falha em abordar a raça e o racismo como características intrínsecas do desenvolvimento urbano (Berth, 2023, p.102).

Figura 3 - Quintal do meu avô antes. Fonte: da autora, 2023. Figura 4 - Quintal do meu avô depois. Fonte: da autora, 2024.





Figura 5 - Casinha do fogão à lenha antes. Fonte: da autora, 2023. Figura 6 - Casinha do fogão à lenha depois. Fonte: da autora, 2024.

É esse mesmo urbanismo daltônico que torna o ofício do meu avô — um carpinteiro negro — invisível nos registros oficiais da cidade de Castro Alves: sua desvalorização não é tratada como uma questão de raça, mas dissolvida em explicações genéricas sobre modernização ou obsolescência do trabalho manual. O Capitaloceno busca a obsolescência e a descontinuidade, focando nos objetos como coisas descartáveis. A fotografia age em sentido oposto pois transforma a experiência singular do meu avô em evidência material do passado e em memória viva. A fotografia não apenas mostram o que foi, mas protestam contra o esquecimento do que ainda. Como fontes históricas, elas comprovam a existência de um modo de vida, de um saber técnico, teórico e de uma organização social que o capitalismo busca marginalizar.

Inspirada em autores como John Berger (2017), Raquel Rolnik (1995) e Junia Mortimer (2017), a fotografia é aqui compreendida como uma forma de ler o espaço urbano. Fotografar é um ato político que traduz permanências, afetos e modos de habitar.

Quando penso na figura do meu avô, Valdemar, que era carpinteiro e agricultor nas horas vagas, a fotografia se torna, simultaneamente, (1) um método de preservação da memória e de minimização da saudade e (2) um método crítico de avaliar o que é cidade, como ela se constitui e sobretudo, uma forma de registrar seu ofício já que este não é registrado nos livros de história da cidade.

Ao registrar o cotidiano de meu avô – suas ferramentas, sua casa, o quintal, o fogão a lenha, os gestos e as madeiras envelhecidas – o trabalho revela uma arquitetura ancestral, feita de memória e afeto, que se opõe à lógica capitalista da produção do espaço.





Figura 7 - Milho assado. Fonte: da autora, 2023. Figura 8 - Abóbora. Fonte: da autora, 2023.

É por meio das imagens que procuro restituir um corpo político-profissional silenciado, enquanto reflito sobre como saberes populares constroem e sustentam a vida urbana. Raquel Rolnik (1995) em seus estudos sobre cidade aponta que:

> O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo. É por isto que as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto hábitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto (Rolnik, 1995, p.17).

Os espaços urbanos não são neutros, eles trazem consigo as camadas de sua origem a partir das manifestações sensíveis e históricas dos corpos e dos saberes daqueles que construíram a cidade. Dessa forma, os locais que meu avô viveu foram auto construídos e autogeridos pelas pessoas que construíram suas casas como uma forma de sobrevivência sem tanto apelo a rigores estéticos convencionais que guiam a lógica capitalista.

O desenho das ruas e das casas, contém a experiência de quem as ergueu, contém saberes que foram repassados e compartilhados através da oralidade de cada comunidade e de cada núcleo familiar. No meu caso, essa experiência é a do meu avô que construiu sua casa e ajudou na construção de diversas outras casas na cidade em que viveu durante maior parte de sua vida, Castro Alves, na Bahia.





Figura 9 - Feijão-andu. Fonte: da autora, 2023. Figura 10 - Pé de coentro. Fonte: da autora, 2023.

Cada tábua, cada fresta, cada tijolo utilizado é um texto que pude ler com a câmera em momentos cotidianos do meu dia a dia e nos momentos em que estive presente em sua casa. Fotografar não é apenas sobre reproduzir formas, é sobre reviver as histórias que ele me contava com muita alegria e entusiasmo e traduzir um tempo vivido, ressuscitando o ofício por um gesto afetivo que lê a arquitetura como herança e memória familiar.

Essas fotografias tornam visíveis as formas de viver que resistem ao tempo e à mercantilização da cidade, funcionando como contra-arquivos do urbano, insurgências visuais que desafiam a estética e a narrativa do urbanismo hegemônico. A fotografia preserva a memória social (Halbwachs, 2006), fixando a história de um indivíduo e de uma forma de vida que as ideologias dominantes buscam ignorar.

A presença do que já foi: Rastro e permanência

Nas fotografias, a casa do meu avô aparece como um comum urbano (Tonucci Filho; Cruz, 2019) – um espaço partilhado, construído coletivamente e mantido pela transmissão oral dos saberes. Cada tábua, cada telha irregular, cada fresta é um testemunho da relação entre corpo, matéria e território.

A fotografia é uma arte da memória porque se configura através de um conjunto de imagens que dão sentido às coisas que vivemos, com isso, conforme mencionado por Age (2014, s.p.) “a memória nos fornece lembranças, imagens de outros tempos que ficam gravadas em cada um de nós, sobrepostas e misturadas”. Dessa forma, as imagens presentes neste ensaio acadêmico, revelam e se configuram nos gestos e na permanência do meu avô desde a madeira marcada pelo desgaste do tempo até as





Figura 11 - Plantação de milho. Fonte: da autora, 2023. Figura 12 - Pé de mamão. Fonte: da autora, 2023.

ferramentas paradas. São imagens que resistem ao esquecimento da memória que um dia tomou conta de sua casa e que trazem consigo o ofício e o saber ancestral materializado na presença do que já foi, ainda presente no ambiente urbano e no cotidiano e de sua casa.

> São camadas do tempo, como uma estratigrafia de registros, que ficam acumuladas em cada indivíduo. Os mecanismos da memória estão diretamente ligados ao armazenamento de informações, uma espécie de inventário pessoal ou coletivo. Camada por camada, imagem por imagem, registramos nossas lembranças em nossa memória, são como fragmentos arqueológicos. Os artistas contemporâneos costumam rearranjar e reformular esses recursos em seus trabalhos, deslocando uma realidade para outra, utilizando objetos que são uma espécie de símbolo da memória e misturando tempos (Age, 2014, s.p.).

Esses lugares e objetos carregam memórias afetivas e históricas que só se revelam quando lidos com sensibilidade crítica, não apenas vistos e a ausência e a presença do meu avô, Valdemar, se materializa através desses registros de forma afetiva e política. Afetiva porque sua presença segue sendo sentida e vivida por nossa família sempre que nos lembramos dele, de suas histórias e dos lugares que ele viveu. Política porque a invisibilidade acadêmica de sua profissão é ancorada na exclusão social dos trabalhadores negros que se encontravam em condições subalternas em suas profissões manuais no contexto do capitaloceno.

Os vestígios do passado são fragmentos que permanecem e se tornam rastros das memórias que não podem ser esquecidas ou apagadas. Entendo esses vestígios









Figura 13 - Coqueiro. Fonte: da autora, 2024. Figura 14 - Meu avô cozinhando amendoim na casinha de fogão à lenha. Fonte: da autora, 2014.

como fruto do processo histórico que transforma a paisagem urbana e carregam consigo a ambiguidade entre a permanência e o esquecimento. Com isso, surgiu o questionamento: que cidade meu avô ajudou a erguer não está mais visível devido às transformações urbanas?

A Figura 1, é uma foto compartilhada pelo grupo de WhatsApp da família, sem indicação de autor nem data exata. Acredito que tenha sido capturada entre os anos de 2012 a 2014 e representa a Sede do Mangalô que se localizava na mesma rua da casa do meu avô.

Diferentemente de sua própria casa, a Sede do Mangalô não foi construída por ele, mas integrava a mesma paisagem de saberes construtivos populares que caracterizavam a rua. A Sede era um lugar onde os homens da cidade se reuniam para jogar dominó, conversar, trocar histórias e socializar com outros homens. Meu avô, embora não fosse jogador, aparecia ali de vez em quando e frequentava esse espaço. Entendo que esse espaço se constituía como um lugar de memória afetiva tanto por ter sido construído com madeiras locais, quanto por ser um local marcante na paisagem urbana da cidade o que torna o local um vestígio de memória afetiva.

Atualmente, como elucidado na Figura 2, a Sede não existe mais, deu lugar à vegetação, que tomou o espaço e transformou profundamente o lugar. Um espaço que antes era de socialização, hoje, deu lugar a outras formas de vida, em outras palavras, o que antes era um espaço edificado, que agregava pessoas de vários locais da cidade, hoje é um espaço ocupado por uma área verde e fechada por cerca em estaca de madeira e arame farpado e sem acesso ao público. Essa transição urbana revela como o espaço se desfez: do edificado à natureza, da presença comunitária à ausência de usos coletivos e afetivos.

Essa transformação, no entanto, não é aleatória, mas parte de um processo histórico mais amplo de produção do espaço urbano. Joice Berth (2023, p. 76), ao retomar as reflexões de Aníbal Quijano sobre colonialidade, explica que:

> Para Aníbal Quijano, que se valeu de suas reflexões sobre colonialidade para entender a questão da marginalidade na urbanização da América Latina, não há como pensar na divisão dos espaços que ocupamos sem considerar as mudanças históricas. Em sua Teoria das Dependências, ele analisa como o meio urbano se formou atrelado essencialmente ao andamento histórico da sociedade. Quijano Nos provoca a olharmos para o passado com atenção e percebermos o quanto nossa vida cotidiana está refletida nos sucessivos períodos de dependência que marcaram o desenvolvimento urbano. Podemos, assim, compreender como a configuração das cidades funcionam de acordo com um conceito básico da colonialidade: o antagonismo centro–periferia (Berth, 2023, p. 74).

A extinção da Sede do Mangalô e a substituição do espaço edificado pela vegetação são, sob essa ótica, também um reflexo desse antagonismo: uma cidade popular e periférica como o de Castro Alves não recebe o mesmo cuidado ou permanência que se atribui aos espaços centrais e institucionalizados da cidade. Nessa análise, a extinção da sede também ecoa na ausência do meu avô. Ao observar como a cidade continua se transformando após sua partida, percebo que os lugares da memória, que foram construídos tanto pela presença física quanto pela afetividade, podem desaparecer, dando lugar a outras formas de vida e revelando novas narrativas urbanas.

Figura 15 - Panela no fogão à lenha. Fonte: da autora, 2023. Figura 16 - Madeiramento do telhado da casa do meu avô. Fonte: da autora, 2023.









Figura 17 - Telhado e corredor da casa do meu avô. Fonte: da autora, 2023. Figura 18 - Detalhes do fogão à lenha. Fonte: da autora, 2023.

Para além do questionamento das transformações deixadas pelo que se vai, as fotografias me revelam a passagem do tempo e as transformações do que fica. Mesmo que o espaço tenha mudado após a partida do meu avô, há algo que permanece, seja nos vestígios físicos
ou nas memórias afetivas que resistem ao tempo e continuam a contar histórias.

Quando ele estava vivo (Figura 3) o quintal tinha mais vida pela sua presença em que cada canto refletia o cuidado e o afeto que dedicava à sua casa. Após sua partida (Figura 4), a vegetação tomou conta do quintal, não por abandono, mas como sinal de que a vida continua, mesmo sem quem a interrompa. Meu avô, por mais que gostasse de cuidar de suas plantações, nunca deixaria que elas invadissem o nosso espaço de convívio. Tudo ficava em seu devido lugar. A horta onde é a horta. A gente no canto da gente, mas hoje a vegetação cresce livre, recriando o espaço de morar à sua maneira.

Após sua morte, o quintal foi tomado pela vegetação. A natureza retoma o espaço, reconfigurando a paisagem afetiva. Esse movimento natural simboliza a dialética do Capitaloceno: destruição e regeneração, ausência e permanência (Moore, 2017) (Fig. 5-6).

Meu avô sempre amou plantar e cultivar: plantava milho, abóbora, feijão-andu, coentro, mamão, coqueiro e o que mais te desse na telha. Esses cultivos eram parte do cuidado com a casa e do cuidado com a nossa família. Fotografar esses vestígios é reafirmar a presença do que foi. É reivindicar o direito de lembrar e de existir, contra o esquecimento urbano e epistemológico que o capitalismo impõe (Fig. 7 - 13).

No fim, a gente colheu o que ele plantou. Dito isso, surge um questionamento: O que é que fica? O que fica é o legado do que ele ensinou para a família, através da oralidade (Bispo, 2018), mesmo a casa possuindo fogão elétrico, era costume dele e que se perpetuou o uso do fogão a lenha. É um pouco diferente da forma como ele usava, mas acredito que a mudança dos usos faz parte da ausência dele também (Fig. 14-15).

Os locais se ressignificam e seus usos e experiências que, por mais que sejam parecidos, se modificam, mesmo quando mantêm semelhanças superficiais. A casinha do fogão a lenha, nesse contexto, transcende sua função original, tornando-se um catalisador de laços sociais e um ponto de convergência familiar. Seu uso é um mecanismo de socialização e reunião, evidenciado pela prática habitual de sentar no quintal para conversas, narrativas e momentos de lazer. Configura-se, assim, como um legado afetivo e material herdado, que perdura na dinâmica cotidiana da família. A gente mantém viva sua história e consegue continuar dando vida a esse lugar que ele construiu e que tanto amava.

A cobertura da casa do meu avô é um telhado diferente (Figura 16 e Figura 17) do que se costuma ver na arquitetura contemporânea. A telha está gasta, as ripas, caibros e terças não seguem uma estética regular e isso diz muito sobre a arquitetura que ele construiu, pois todo o madeiramento foi obtido através das madeiras da mata local e manuseado por ele mesmo e que compõe a estética da casa dele.

Era o meu avô quem se responsabilizava por todo o processo: desde a escolha e o corte das árvores, até o transporte e o encaixe cuidadoso de cada peça. Nos detalhes da casinha do fogão à lenha (Figura 18) também se reflete em algumas escolhas como a lenha e toco de madeira (Figura 19), onde utilizava como base para cortar as peças de madeira junto com o facão.

Figura 19 - Toco de madeira e o facão. Fonte: da autora, 2023. Figura 20 - Fundo da casinha do fogão à lenha, madeiras e utensílios. Fonte: da autora, 2023.







Figura 21 - Frente da casinha do fogão à lenha e utensílios. Fonte: da autora, 2023. Figura 22 - Perspectiva da casinha do fogão à lenha. Fonte: da autora, 2023.

O que resiste ao tempo? Na casa de meu avô, resistem as madeiras que envelhecem, mas não cedem. Resistirá, talvez, o toco de madeira marcado pelo machado, onde tantas toras foram partidas. Resiste a casinha de fogão a lenha e todas as histórias que contamos próximos a ela. Resistem os rastros impressos nas superfícies de cada pedaço da casa e nos objetos do cotidiano. O que resiste são os registros e as memórias materializadas através das fotografias que são uma forma de congelar o tempo (Fig. 20-23).

Fotografar com afeto: método de resistência no Capitaloceno

A prática fotográfica, neste trabalho, ultrapassa a dimensão estética para se afirmar como ato político e decolonial. Ela constitui uma forma de insurgência frente à crise socioambiental urbana, porque (1) Denuncia o apagamento dos saberes populares e negros na produção da cidade; (2) Reivindica a memória como base de habitar e de planejar o urbano de forma afetiva e coletiva; (3) Afirma o vínculo entre cuidado, ancestralidade e espaço como alternativa à lógica capitalista da destruição.

Ao registrar as marcas deixadas pela madeira e pelo gesto do meu avô, afirmo que conservar é mais que preservar objetos: é habilitar a existência de histórias que ecoam na cidade. É reivindicar uma arquitetura que resiste, que não tem nome nos livros, mas que edifica o chão por onde passamos.

> Serão as aparências que uma câmera transporta uma construção, um artefato cultural feito pelo homem, ou serão, como uma pegada na areia, um traço, vestígio, deixadas naturalmente por alguém que passou? A resposta é: ambas as coisas (Berger, 2017, p.81).



Figura 23 - Detalhes da casinha do fogão à lenha. Fonte: da autora, 2023. Figura 24 - Meu avô sentado na janela de sua casa. Fonte: da autora, 2021.

Assim, o ensaio visual torna-se também uma proposta metodológica: a fotografia como escuta urbana — um modo de perceber o território através dos afetos, do tempo e da memória viva dos corpos que o constroem.

Neste tópico, registro algumas fotos que eu tirei do meu avô, e dos animais que ele amava, em momentos em que conversávamos ou que ele estivesse distraído. São fotos em momentos diferentes que, a princípio, não foram pensadas como documento, mas hoje carrego nelas algo que eu nem sabia que estava guardando: o gesto, o tempo e a calma do olhar dele sobre as coisas.

Ele ficava muito tempo na janela, cumprimentando as pessoas que passavam na rua ou “proseando” como ele costumava dizer. Esse hábito de ficar na janela ou sentar na porta de casa é um costume muito forte nas cidades do interior baiano e mostra como a socialização do meu avô se dava de dentro pra fora de casa.

A forma como meu avô se apropriou do espaço diferia significativamente da dinâmica urbana contemporânea moldada pelo capitaloceno. Para ele, a rua funcionava como uma extensão da esfera doméstica, diluindo as fronteiras entre o público e o privado. É crucial observar que essa prática de apropriação mais comunitária e expandida tem se deteriorado nas cidades interioranas, um fenômeno que reflete a crescente individualização das relações sociais (Fig. 24-26).

É notável que essa apropriação mais comunitária e expandida esteja em acentuada deterioração nas cidades interioranas, refletindo a crescente individualização das relações sociais. Essa erosão da sociabilidade e do modelo de uso do território é, fundamentalmente, um mecanismo da Colonialidade do Saber (Quijano, 2005). Ao impor um modelo de produção e urbanização homogêneo, o Capitaloceno marginaliza





Figura 25 - Meu avô em pé na janela de sua casa. Fonte: da autora, 2021. Figura 26 - Miau, gato de meu avô, na janela da casa. Fonte: da autora, 2021.

o conhecimento transmitido por gerações e ligado ao território, contribuindo diretamente para a fragmentação social e o fim de espaços de sociabilidade comunitária, como a casinha do fogão a lenha e a própria concepção da rua como extensão da casa.

As fotografias do cotidiano do meu avô, Valdemar, não são apenas registros nostálgicos, elas são documentos geopolíticos que preservam o protagonismo negro. Ao fixar a imagem do lar e da sociabilidade perdida, a fotografia transforma o legado de meu avô em um território de memória insuperavel, um contraponto ativo que garante a sobrevivência de um saber ético, comunitário e resistente, fundamental para repensar o futuro além da lógica do capital.

O poder da fotografia é poético, já que ao olhar para as fotografias recordo exatamente qual o diálogo estávamos tendo naquele momento, dessa forma, as fotografias me teletransportam para reviver momentos passados. A fotografia como registro e escuta é uma forma de reviver e de sustentar lembranças que poderiam ser esquecidas (Fig. 27-29).

A fotografia, de alguma maneira, é uma forma de conviver com a falta que se faz presente nos pequenos gestos para não deixar de falar porque quando a gente para de falar, de contar é quando a pessoa realmente deixa de existir (Fig. 30-31).

Dessa forma, a fotografia é um ato de resistência afetiva que transcende a mera representação, transformando a dor da ausência em uma fonte inesgotável de legado contra a erosão causada pelo tempo e pelo capital. O registro é uma escuta das experiências ricas de afeto de uma história que ainda está no processo de transformação da vida e mantém ele com a gente. Essas fotografias, portanto, são mais do que memória. São formas de presença. Não como fim, mas como continuidade: meu avô, Valdemar, e minha avó, Silvandira, no quintal, presença ainda acesa em minha familia





Figura 27 - Meu avô conversando na porta de casa. Fonte: da autora, 2021. Figura 28 - Meu avô e Apolo, cachorro da família. Fonte: da autora, 2021.

(Fig. 33).

A luta contra o apagamento do Capitaloceno não se dá apenas na macroestrutura econômica, mas na persistência e na transmissão dos saberes micro-históricos. Enquanto houver a imagem e a história de meu avô sendo contada, seu legado permanece vivo, fornecendo as bases críticas e afetivas necessárias para repensarmos um futuro que valorize a pessoa, o saber e a convivência sobre o lucro e o descarte.

As imagens que documentam o quintal, a casinha do fogão a lenha ou a rua como extensão da casa são cápsulas do tempo da sociabilidade comunitária. Elas atestam a validade daquele modelo de apropriação espacial, onde o coletivo (conversar, contar histórias, dar risada) era o cerne da vida familiar. O legado não é apenas o que ele deixou, mas o que nós continuamos a construir com o que ele nos deu.

Conclusão

No contexto do Capitaloceno, pensar a cidade exige descolonizar o olhar e escutar as vozes e os gestos que o capitalismo tenta silenciar. As fotografias de Valdemar Santiago, meu avô, não são apenas retratos familiares: são contra-cartografias urbanas que revelam modos outros de construir e de existir na cidade.
Este ensaio visual e textual propôs uma forma sensível de narrar a arquitetura como memória e afeto presente durante e após a vida de meu avô, Valdemar Santiago. A fotografia opera como gesto restaurativo, não somente para preservar a memória do meu avô, mas para restaurar um modo de existir urbano que ele personificou. As fotografias foram vistas como um gesto afetuoso e não somente como uma simples captura.





Figura 29 - Meu avô na porta de casa. Fonte: acervo familiar da autora, s.d. Figura 30 - Miau dormindo na cadeira. Fonte: da autora, 2021.

A ausência real e simbólica do meu avô nesse ensaio afirma sua presença no mundo como a ideia de deslocar a fotografia das capturas hegemônicas capturando o cotidiano e o ordinário que, a princípio, não tinha função artística como fragmento de memória.

O trabalho se deleitou em expor como fotos que retratam o cotidiano tem o poder de ser usado como método de escuta na conservação da memória de quem eu amo. Conservar, aqui, não é fixar no tempo, mas habilitar a existência de histórias que continuam a habitar o espaço urbano. A fotografia, portanto, se torna uma forma de habitar o tempo e de propor alternativas para o urbano que passam pelo afeto, pela ancestralidade e pela memória.

Longe de ser um mero registro, a imagem é um ato de resistência que impede que a história da carpintaria e da sociabilidade familiar seja tragada pela aceleração do capital. A luta contra o apagamento não se esgota na macroestrutura econômica, mas reside na persistência e na transmissão dos saberes micro-históricos. Enquanto houver a imagem e a história de meu avô sendo contada, seu legado permanece vivo, fornecendo as bases críticas e afetivas necessárias para repensarmos um futuro que valorize a pessoa, o saber e a convivência sobre o lucro e o descarte. O legado, portanto, não é apenas o que foi deixado, mas o que as gerações continuam a construir com a memória herdada.

Referências

AGE, Mônica Pereira Juergens. *Fragmentos da memória e do tempo.* Punctum (UFSC), 28 dez. 2014. Disponível em: https://www.punctum.ufsc.br/fragmentos-da-memoria-e-do-tempo/. Acesso em: 13 jun. 2025.





Figura 31 - Passarinho na gaiola. Fonte: da autora, 2021. Figura 32 - Pretinho e as galinhas no quintal de minha tia. Fonte: da autora, 2023.

COPATTI, Carina; OLIVEIRA, Tarcísio Dorn de. *A leitura do espaço urbano: interações entre patrimônio, memória e turismo cultural.* Revista de Arquitetura IMED, Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 48-58, jun. 2016. ISSN 2318-1109. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/arqimed/article/view/1293/860. Acesso em: 16 jun. 2024.

BERGER, John. *Para entender uma fotografia.* John Berger ; organização, introdução e notas Geoff Dyer ; tradução Paulo Geiger. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BERTH, Joice. Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice, 2006.

MORTIMER, Junia. *Arquiteturas do olhar: imaginários fotográficos do espaço construído.* Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2017.

ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade.* São Paulo: Brasiliense, 1995. 3ª Edição. 6ª reimpressão, 2004. (Coleção Primeiros Passos; 203).

SANT'ANNA, Marcia; PAZ, Daniel J. Mellado. Arquitetura popular no Nordeste: a questão da identificação de zonas culturais, principais temas e lacunas. In: ANAIS do 3º Seminário Arquitetura Vernácula/Popular: olhares sobre o Brasil. Salvador: PPGAU-UFBA, 2022.

SANTOS, Antonio Bispo. *Somos da terra.* PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018.



Figura 33 - Minha avó e meu avô sentados na casinha do fogão à lenha. Fonte: acervo familiar da autora, s.d.

MOORE, Jason W. *Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo.* Oakland: PM Press. tradução Antônio Xerxenesky & Fernando Silva e Silva — 1a ed. — Editora Elefante, 2017.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.* In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf
. Acesso em: 23 de set 2025.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; CRUZ, Mariana de Moura. *O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum?* Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 21, n. 3, p. 487-???, set.–dez. 2019. DOI: 10.22296/2317-1529.2019v21n3p487. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5929
. Acesso em: 14 ago 2025

CARTOGRAFIAS TEMPORÁRIAS DO NORDESTE
Os novíssimos movimentos sociais na produção do espaço urbano

TEMPORARY CARTOGRAPHIES OF THE NORTHEAST
The Newest Social Movements in the Production of Urban Space

Manuela Cristina Rêgo de Carvalho[1]

Resumo
Os novíssimos movimentos sociais são caracterizados como ações ativistas, organizados por grupos e coletivos urbanos, evidenciados nas redes e nas ruas e articulados em pautas transversais. Acredita-se que essas ações possuem um devir revolucionário, formado por sujeitos comuns, capazes de transformar e enfrentar, mesmo que na micropolítica do cotidiano, a produção de subjetividades neoliberais. Ainda, a partir de múltiplas pautas - ecológicas, feministas, anti-heteronormativos, antirracistas e decoloniais – são capazes de questionar o racismo ambiental, demonstrando alternativas comuns para as cidades no Capitaloceno. Este artigo surge como um recorte de uma tese que investigou como essas ações, inseridas no contexto do Nordeste do Brasil, contribuem para a construção de uma práxis coletiva. A pesquisa analisa esses movimentos no recorte de 2008, junto a crise do capitalismo, a 2021 com a pandemia do Coronavírus e tem-se como método a criação de uma narrativa cartográfica das lutas partindo do Método Cartográfico Indisciplinar.
Palavras-chave: urbanismo; cartografias; novíssimos movimentos sociais; Nordeste.

Abstract
The newest social movements are characterized as activist actions organized by urban groups and collectives, visible both on the streets and across digital networks, and articulated through transversal agendas. These actions are believed to hold a revolutionary becoming, shaped by ordinary subjects capable of transforming and confronting, even within the micropolitics of everyday life, the production of neoliberal subjectivities. Moreover, through multiple agendas — ecological, feminist, anti-heteronormative, anti-racist, and decolonial — they are able to question environmental racism, revealing common alternatives for cities in the Capitalocene. This article emerges as an excerpt from a doctoral dissertation that investigated how such actions, within the context of Northeastern Brazil, contribute to the construction of a collective praxis. The research examines these movements from 2008, marked by the crisis of capitalism, to 2021, during the Coronavirus pandemic, employing as its method the construction of a cartographic narrative of struggles based on the Indisciplinary Cartographic Method.
Keywords: urbanism; cartographies; newest social movements; N”ortheast.

1 Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFMG) sob a orientação da professora Natacha Rena. Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN (PPGAU) com ênfase em Estruturação e Gestão do Território (2020). Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e atualmente é pesquisadora bolsista pela FAPERN - Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do RN.

Introdução

Parte-se do pressuposto de que nós, enquanto sujeitos coletivos e políticos, somos – e devemos ser – capazes de construir as cidades. Mais do que modelar cenários urbanos, temos a potência de formular expectativas sobre o mundo e de intervir em sua transformação. Assim, reconhecemo-nos como atores ativos na produção de novos devires, subjetividades e futuros possíveis. Nessa perspectiva, também assumíamos certa corresponsabilidade pela crise socioambiental e pelas desigualdades que a perpetuam, mesmo quando tais processos extrapolam nossa compreensão individual. Em contraposição a essa ideia, o conceito de “Capitaloceno” propõe desfazer a noção de que a crise ecológica é fruto genérico da ação humana — como sugere o termo Antropoceno — evidenciando-a, ao contrário, como resultado histórico e estruturado do modo de produção capitalista.

De acordo com Carlos Walter Porto-Gonçalves (2024), “nós existimos pelas relações que estabelecemos”, o que torna impossível a separação entre sociedade e natureza. O autor destaca que, ao longo da história, consolidamos novas formas de governar a natureza e, com o domínio do trabalho pelo capital, passamos a explorar todas as dimensões da vida. A partir das leituras marxistas, Porto-Gonçalves lembra que esquecemos que “as relações sociais são feitas a partir de seres biológicos” que necessitam se alimentar, consumir energia e produzir carbono, ao mesmo tempo em que “se estabelecem relações de classe”. Ou seja, toda organização social é simultaneamente material e política (Porto-Gonçalves, 2024).

Ao compreender essas relações a partir dessas necessidades, o autor demonstra como o processo capitalista de produção cria uma nova ecologia do mundo. Nesse contexto, o conceito de Capitaloceno permite apreender uma “profunda ruptura metabólica”, levada às últimas consequências por um sistema que fundamenta a destruição do ambiente ao transformar tudo em mercadoria — dos recursos naturais ao próprio trabalho humano. Desse modo, o colapso ecológico não pode ser atribuído aos seres humanos indistintamente, mas a um modelo histórico que se sustenta na exploração intensiva da natureza e na produção sistemática de desigualdades.

Assim, este artigo propõe-se, a partir do entendimento do Capitaloceno, desbravar insurgências urbanas – mais precisamente a partir da ação de movimentos sociais - que, ao defenderem novas formas de habitabilidade das cidades, buscam tensionar e transformar a lógica hegemônica de produção do espaço. Dessa maneira, ele surge como um recorte de uma tese de doutorado que analisou os “novíssimos movimentos sociais” inseridos no contexto do Nordeste (NE) do Brasil de 2008 a 2021 (pandemia da SARS-CoV-2), na construção de uma práxis coletiva. É importante destacar o uso do termo “cartografia temporária”, uma vez que a maioria dessas ações se caracteriza por sua fluidez, temporalidade e caráter efêmero. Ainda assim, elas são capazes de produzir intervenções táticas e efeitos concretos nos espaços que ocupam.

De início, é importante contextualizar sobre o que Maria da Glória Gohn (1997; 2014a; 2014b) traz sobre esses movimentos. De acordo com a autora, essas manifestações surgem no século XXI em vários lugares do mundo, e, ao que nos interessa, no Brasil com as Jornadas de Junho de 2013, se caracterizando por ações não hierárquicas e de gestão descentralizada. Tais ações são tratadas pela autora como novas formas de resistências comunais, com foco em pautas mais indentitárias e locais, movidos por redes e nas ruas, e, principalmente, organizados a partir de uma participação ativista. Também, adverte-se nessas ações o seu caráter efêmero e temporário, demonstrados a partir de Neil Brenner (2018) como mobilizações de baixo para cima, de forma acupuntural, possuindo um limite bem definido e podendo promover uma visão de práticas participativas e colaborativas de reestruturação urbana (Brenner, 2018, p.

207).

Cabe destacar que, neste trabalho, os termos movimentos sociais, coletivos urbanos e novíssimos movimentos sociais não são utilizados como sinônimos, embora frequentemente se articulem na prática. Os movimentos sociais são compreendidos como uma categoria ampla de ação coletiva organizada em torno de demandas sociais, políticas, culturais ou ambientais. Os coletivos urbanos, por sua vez, correspondem a formas organizativas mais flexíveis, geralmente horizontais, caracterizadas por estruturas menos institucionalizadas, atuação em rede e forte vinculação a questões específicas do território. Já a noção de novíssimos movimentos sociais, trazida aqui por Gohn (1997; 2014a; 2014b) é adotada como categoria analítica para designar formas contemporâneas de mobilização que emergem no contexto das transformações neoliberais e digitais.

Mas, para além do entendimento de tais manifestações na sua escala micro frente ao Capitaloceno, é importante também situar o contexto no qual elas emergem: a cidade neoliberal. Nesse sentido, é importante advertir que tais movimentos se apresentam dentro de um contexto de cidades sujeitas a um processo de fragmentação do convívio citadino, que, aliado a uma produção urbana fundada nos princípios neoliberais, acabam por afirmar cada vez mais o individualismo entre os sujeitos. Assim como as relações frente à própria natureza, tal subjetividade neoliberal passa a mercantilizar e regular a vida pessoal e social, desde o campo político e socioeconômico, até as expressões culturais na construção das nossas cidades.

Com relação a esses princípios, pode-se defini-los como regras, instrumentos e dispositivos utilizados para o controle social a partir de subjetividades que inserem o homem como a base do progresso econômico, deixando assim o Estado como agente mínimo diante da competitividade empresarial. Para Peter Pál Pelbart (2011), o contexto atual se resume na total potência do capital sob a vida, onde esse, passa a penetrar e colonizar o nosso inconsciente por meio dos fluxos de imagem, das informações, dos serviços, das diversas formas que absorvemos as subjetividades. Segundo o autor, o capitalismo agora penetra a nossa existência, nos explora e se amplia, “produzindo uma plasticidade subjetiva sem precedentes, que ao mesmo tempo lhe escapa por todos os lados” (Pelbart, 2011, p. 20).

Em oposição a isso, essas novas formas de uso e apropriação do espaço surgem e demonstram possibilidades de se intervir na cidade de forma coletiva e menos padronizada. Essas ações, tratadas aqui como movimentos sociais contemporâneos, são intervenções temporárias caracterizadas pela sua efemeridade, participação coletiva e capacidade de transformar os espaços da cidade, ainda que temporariamente, em lugares de acolhimento e livre expressão da arte e da cultura. Admite-se, portanto, que esses movimentos acabam por se contrapor a uma política e a produção de subjetividades que homogeneízam os sujeitos e a forma como eles se apropriam da cidade.

Entendemos que tais ações – promovidas pelos novíssimos movimentos ativistas no espaço urbano contemporâneo – são práticas sociais densas de espacialidade que potencializam o uso e a apropriação dos lugares públicos, da vida cotidiana e instituem, mesmo que temporariamente, novos significados frente à construção da cidade neoliberal. Torna-se, assim, essencial evidenciar essas diferentes formas de viver e ocupar o território a partir da formação de lugares, do vivido e da construção de novas identidades que se interligam em tais manifestações. Pensando nisso, este artigo organiza-se a partir de quatro pontos principais: (1) apresentar elementos para a compreensão dos novíssimos movimentos sociais; (2) discutir, de forma sintética, o contexto socioespacial das cidades brasileiras, a partir da compreensão do capitalismo, do neoliberalismo e de suas relações de poder; (3) apresentar a cartografia desses movimentos no Nordeste brasileiro; e, por fim, (4) refletir sobre as perspectivas de futuro reveladas por suas práticas e pelos desejos coletivos que mobilizam a ocupação do espaço público.

Quem são os novíssimos movimentos sociais?

Para este momento, trata-se brevemente de compreender de quais movimentos sociais e de qual contexto específico de cidade estamos falando. Primeiramente, interessa-nos fazer um recorte temporal que diferencie os novíssimos movimentos das ações clássicas, como bem define Gohn (2014a; 2014b; 2016) ao distingui-los a partir de cinco ciclos no Brasil. Para a autora, os movimentos sociais no Brasil se agrupam em cinco ciclos de luta: um primeiro na década de 1970; um segundo durante a transição democrática dos anos de 1980; um terceiro que surge após a Constituição de 1988; um quarto na primeira década do novo século; e o quinto, ao qual nos interessa, após junho de 2013 (Gohn, 2019).

O quinto ciclo de luta é compreendido pelo surgimento dos novíssimos movimentos sociais: manifestações coletivas recentes, não-hierárquicas e de gestão descentralizada, que surgiram em vários lugares do mundo, e, ao que nos interessa, no Brasil a partir dos conflitos de 2013. Segundo Gohn (2014a), essas ações surgem como novas formas de resistências comunais, com foco em pautas mais identitárias e locais, movidas por redes e nas ruas, e principalmente, organizadas a partir de uma participação ativista. Um segundo ponto que merece destaque é o contexto de cidade na qual esses movimentos se inserem: a cidade neoliberal. De maneira breve, Dardot e Laval (2016) descrevem o neoliberalismo como um modelo que orienta governos, empresas e milhões de pessoas, de forma inconsciente, potencializado mais e mais pelos avanços tecnológicos do Estado moderno e o enfraquecimento do poder público, onde as suas práticas se concentram em uma nova razão contemporânea fundamentado em uma racionalidade.

É importante compreender que no neoliberalismo os Estados passam a ser intervencionistas, deixando de atuar na proteção social e conduzindo territórios e pessoas às necessidades diretas do capital, materializando no mercado o mito do “empreendedorismo”. Esse seria então o Estado-Capital: “a fortificação da figura estatal quando associada aos interesses do mercado” (Dardot; Laval, 2016), e que deixa a maioria das pessoas às margens dos seus investimentos, dos seus interesses e do seu papel enquanto promotor do bem-estar social. Diante disso, emergem diversas lutas que buscam, acima de tudo, garantir que esse papel seja cumprido, ou mesmo, reivindicar o direito de participação frente às decisões sobre a cidade e os bens públicos.

Natacha Rena (2015) demonstra que, sob os moldes neoliberais, o sistema capitalista global contemporâneo passa a associar empresas e o Estado, via capital em expansão por todo o território metropolitano. Dessa forma, em oposição ao sistema fordista centrado nas fábricas e na mais-valia, esse novo capitalismo ocupa não só o tempo de trabalho como também a vida cotidiana. Assim, “a exploração capitalista atual passa pela captura dos desejos e, nesse sentido, todo um sistema simbólico abduz a subjetividade e nos torna trabalhadores e consumidores obedientes” (Rena, 2015, p.26).

É, portanto, nesse contexto, que se configuram as diversas formas de manifestações ao poder do capital, definidos por Rena (2015) como resistências em tempos de produção biopolítica, que “emergem principalmente com ideias, afetos e comunicação” (Rena, 2015, p. 27). Gohn (2014b) admite que a interação Estado e movimentos sociais se

faz mediante a retirada da “ação” por meio de regras e espaços demarcados, onde a possibilidade de emancipação se confina nas resistências. “O sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados” (Gohn, p.65). Nesse sentido, e sob a emergência do neoliberalismo, passam a surgir diversos movimentos que englobam diferentes pautas como a luta antirracista, antifascista, feminista, indígena, ambiental, entre outras; que se mostram frente a um sistema que massifica e molda a prática socioespacial nas cidades às necessidades do capital.

Nesse sentido, este artigo busca apresentar como surgimento de tais manifestações coletivas, muitas vezes movidas por diversas pautas e apropriando-se dos espaços públicos das grandes cidades a partir de ações efêmeras, relaciona-se diretamente a uma produção de cidade pelo neoliberalismo. E ainda, como essas práticas espaciais são capazes de demonstrar uma nova realidade, transformadora e autonomista, tendo a autonomia enquanto base para a construção de uma práxis democrática. Para o desbravar desta investigação serão lançados diversos questionamentos, que, não são partes solucionáveis de um todo, mas sim caixas a serem abertas e decifradas pouco a pouco, sob um “movimento peculiar de reassociação e reagregação” (Latour, 2012, p. 25).

Partimos, então, das seguintes inquietações: como compreender os novíssimos movimentos sociais como micropolíticas em meio a subjetividades moldadas pelo neoliberalismo e por uma racionalidade urbana orientada pelo lucro? De que modo captar as nuances, as rupturas, os pontos de fricção, as zonas de tensão e as linhas de fuga que emergem nos territórios considerados “informais”, justamente onde se revelam, com mais força, os efeitos socioambientais do Capitaloceno? Como cartografar essas resistências, observando seus principais atores, suas narrativas divergentes e seus modos de enfrentar a crise produzida por um sistema que mercantiliza a vida, reconfigura a natureza como recurso e transforma a cidade em ativo financeiro?

Para onde olhar? Para as fendas, as rupturas? Para os levantes? Para as marcas de apropriação do espaço — os grafites, o tático, o efêmero — que questionam a hegemonia da mercadoria e reivindicam outras formas de viver e de habitar a cidade? O que transborda e escapa aos jogos de poder da cidade contemporânea — e do capitalismo que a organiza? Seriam esses movimentos capazes de anunciar práticas urbanas que, ao resistirem à lógica do capital e reinventarem as nossas relações com a natureza e com o próprio futuro?

Quem somos nós? O neoliberalismo na produção de sujeitos

Para compreender os novíssimos movimentos sociais no espaço urbano, partimos do reconhecimento de que as cidades contemporâneas são estruturadas pelo poder do capital, que ultrapassa as dinâmicas de produção e consumo e passam a modelar as relações sociais, as subjetividades e as práticas coletivas. Essa dominação não se manifesta apenas como conflito entre classes, mas como um conjunto de discursos, normas e racionalidades empresariais que passam a orientar modos de vida, comportamentos e formas de gestão da própria cidade — inclusive da natureza, agora tratada como ativo econômico. Nesse sentido, destaca-se que a criação de sujeitos “individualistas” sucumbe na quebra dos processos coletivos, na desintegração da vida urbana comunitária, e na apropriação e uso dos espaços públicos nas cidades.

Nesse sentido, Pelbart (2011) argumenta que a contemporaneidade é marcada pela ampliação do poder do capital sobre a vida, a ponto de este penetrar e colonizar o próprio inconsciente. Sob essa lógica de dominação, as ações coletivas analisadas neste artigo configuram-se como formas de resistência comunitária diante de uma política agressiva que reduz os indivíduos à lógica da produtividade e da performance. Para o autor, a biopolítica corresponde a uma forma de gestão da sociedade centrada no controle da vida, atuando prioritariamente sobre “os mecanismos do ser vivo e os processos biológicos”.

Contudo, a noção de biopolítica, por si só, não é suficiente para compreender as dinâmicas do neoliberalismo contemporâneo. Segundo Byung-Chul Han (2015; 2018), essa categoria torna-se insuficiente para explicar a sociedade neoliberal, uma vez que não contempla adequadamente as formas de dominação psíquica exercidas pelo capital, que operam de maneira mais sutil por meio da exploração da subjetividade, da autovigilância e da autoexploração. Entender, mesmo que brevemente esses conceitos, é fundamental para compreendermos como nós, enquanto sujeitos, coletivamente ou não, atuamos no espaço público e nas agendas de desenvolvimento urbano.

Dessa maneira, acredita-se que o neoliberalismo ultrapassa a divisão social do trabalho, o domínio sob os corpos e o exercício de poder sob nós. Ele reflete em todas as instâncias da nossa vida, nas nossas subjetividades e classes sociais, funcionando como uma mutação do capitalismo. A luta de classes, que antes poderia vir a trazer a revolução, acaba por se esfacelar em uma luta completamente individual contra si mesmo, onde “cada um possui o seu próprio meio de produção” (Han, 2018, p. 18).

Ao buscar compreender o “nós” enquanto sujeito neoliberal, recorre-se a Byung-Chul Han (2015), que caracteriza a sociedade do século XXI como a do desempenho e da produção. Nela, somos impulsionados pela lógica do empreendedorismo de si mesmos e pela crença em um potencial aparentemente ilimitado de realização. Nesse contexto, os mecanismos de controle deixam de atuar exclusivamente de forma externa, por meio das instituições ou do capital, para serem incorporados pelo próprio sujeito. Paradoxalmente, esse dispositivo de controle é percebido como algo positivo, uma vez que está associado ao sucesso, ao reconhecimento e à valorização do indivíduo mais produtivo. Dessa forma, a dominação torna-se mais eficiente ao se apresentar sob a aparência de liberdade e realização pessoal. O autor também destaca que, junto aos dispositivos de poder, a violência intrínseca agora emerge a partir de discursos, de imposições “que destroem qualquer comunidade, qualquer elemento comum, qualquer proximidade, inclusive a própria linguagem”.

Segundo Dardot e Laval (2016), o sujeito neoliberal tem como base da sua construção as mesmas relações mercadológicas apontadas por Karl Marx, onde, sobretudo, destaca o desapego e o individualismo do homem com a família e os vínculos sociais influenciados pelo capital. Por meio de um discurso de empoderamento, de táticas motivacionais por meio de diversos dispositivos e estímulos, o trabalhador passa a se transformar em mercadoria. Consequentemente, a insegurança trabalhista e a precariedade das formas de exploração são “naturalizados” pelo discurso neoliberal de “empreendedor de si mesmo”. Os autores afirmam o surgimento de uma reação em cadeia que produz sujeitos empreendedores que reproduzirão e reforçarão as próprias relações de competição entre eles, adaptando-se às condições de trabalho cada vez mais duras, produzidas por eles.

A partir da projeção do sujeito neoliberal de Dardot e Laval (2016) e da sociedade do cansaço de Han (2015), cabe apontar como principais consequências o surgimento de um conjunto de patologias diretas da massificação empresarial em torno das relações sociais: estresses, assédios, depressão, casos de suicídios no local de trabalho, distúrbios mentais que tem relação direta com a individualização e com o enfraquecimento dos coletivos de trabalho. Aliado a isso, a corrosão da personalidade desse sujeito, à medida que o trabalho não oferece mais estabilidade e não garante mais a criação de laços de amizade e de redes de contato: “os laços, os valores, as

referências familiares, de lealdade e fidelidade, são capitalizadas enquanto transações pontuais" (Dardot; Laval, 2016, p. 340) e isso passa a afetar diretamente a forma como estes se apropriam da cidade, dos espaços, dos lugares comuns e se inserem na vida cotidiana.

Nessa sociedade, os dispositivos de poder, a violência simbólica dos discursos e os processos de produção de subjetividades operam de maneira articulada às dinâmicas do capitalismo contemporâneo, diluindo as fronteiras entre "explorador e explorado" ou "mercado e mercadoria". Tal configuração exige uma reflexão que ultrapasse essas dicotomias clássicas, uma vez que as formas de dominação passam a ser internalizadas pelos próprios sujeitos. Como afirma Han (2015), esse processo produz um mal-estar permanente, manifestado por meio de patologias psíquicas e estados de esgotamento diversos, inclusive coletivos.

Pensando nos movimentos aqui estudados, destaca-se como efeitos o próprio enfraquecimento dos vínculos sociais e das experiências coletivas, uma vez que indivíduos cada vez mais voltados para a autogestão do desempenho tendem ao isolamento e à competição. Nesse cenário, a constituição de redes de solidariedade, coletivos e movimentos sociais torna-se mais complexa, pois a lógica neoliberal fragiliza os espaços de encontro, cooperação e construção de identidades comuns. Ao mesmo tempo, é justamente diante desse processo de individualização que as ações coletivas ganham relevância, ao criarem possibilidades de reconexão social, apoio mútuo e resistência às formas contemporâneas de captura da subjetividade.

Por fim, essa discussão nos impõe uma tarefa fundamental: compreender como o neoliberalismo — apesar de sua força em colonizar os mais diversos âmbitos da vida cotidiana — ainda revela fissuras, imperfeições e brechas que nos permitem existir de outras maneiras. Como subverter essa racionalidade e imaginar formas de reconstruir nossas próprias condições de existência? Ainda, pensando no próprio capitalismo como uma forma organizadora da vida e da natureza, como transcende-lo de forma igualitária e sustentável a partir de uma "imaginação política radical"? Qual é o limite da nossa passividade diante de um sistema que transforma a vida e "natureza" em mercadoria? É nesse horizonte que emergem as vias da cooperatividade e da ação coletiva, apresentadas por Dardot e Laval (2016) como "possibilidades de romper com a tragédia do não comum". Tais práticas movidas pelos novíssimos movimentos sociais constituem caminhos de resistência e criação de novos modos de viver, capazes de confrontar a lógica neoliberal que tenta capturar nossos corpos, nossas subjetividades e até nossa a relação com a natureza.

Sujeitos ativos por uma práxis coletiva no Nordeste do Brasil

Parte-se do entendimento de que as ações promovidas por movimentos sociais no espaço urbano são práticas sociais dotadas de espacialidade que ampliam o uso e a apropriação dos espaços públicos, bem como da vida cotidiana, instaurando, ainda que de forma temporária, novos significados em meio à construção da cidade neoliberal. A partir disso, surge a necessidade de repensar uma nova construção democrática que reconheça a diversidade e o caráter transformador dessas ações, inclusive no contexto do Capitaloceno. É essencial evidenciar as múltiplas formas de viver e ocupar o território, a partir da formação de lugares, do vivido e da construção de novas identidades que se conectam por meio dessas manifestações.

Ao observá-las, é possível compreendê-las também como respostas locais às dinâmicas do Capitaloceno. Seja por meio da defesa de áreas ambientais ameaçadas pela expansão imobiliária, da reivindicação de espaços públicos voltados ao uso coletivo ou da valorização de formas comunitárias de produção cultural, esses grupos confrontam processos que transformam a natureza, o território e a própria vida urbana em mercadorias. Nesse sentido, suas práticas não representam apenas reivindicações pontuais e temporárias, mas formas de resistência às lógicas socioambientais produzidas pela expansão do capital sobre as cidades, e com isso podem sim demonstrar um devir coletivo e revolucionário frente à essas questões.

Este artigo surge como recorte de uma tese de doutorado[2] que, por meio de uma narrativa cartográfica e da análise do Método Cartográfico desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar (EA/UFMG)[3], mapeou as sobreposições de narrativas entre atores humanos e não-humanos presentes nas falas e nos artigos apresentados durante o II Webinário Cultura e Lutas Urbanas no NE[4] a fim de compreende-los. A pesquisa se deu como uma construção coletiva, de muitos atores – pesquisadores, coletivos urbanos, arquitetos, urbanistas, interventores e construtores das cidades – que se manifestam e apreendem suas experiências nessa rede de processos transitórios no Nordeste do Brasil. Onde, o propósito foi de destacar as ações dos novíssimos movimentos sociais para além da simples ocupação do espaço urbano, revelando-as como uma práxis criativa, deliberada e orientada por significados e projetos compartilhados dentro de uma coletividade. Essas práticas se apoiam no conceito de Castoriadis (1982) sobre uma possível autonomia e a criação social que pode confrontar as subjetividades neoliberais presentes em todas as esferas da vida (CASTORIADIS, 1982, p.95).

Nesse sentido, destaca-se que o Método Cartográfico Indisciplinar admite a cartografia "não somente como método da geografia clássica territorial, mas como tática micropolítica cotidiana composta pela ação política; um fazer insurgente, dinâmico, sempre processual e criativo" (Rena et al., 2015, p. 15). Essa cartografia, portanto, busca compreender a multiplicidade de processos envolvidos nas lutas e nos movimentos sociais urbanos a partir dos seus diversos atores – humanos e não-humanos, suas rupturas e reconstruções, ações e narrativas, a partir da visão de um pesquisador inserido nesse contexto, presencial ou virtualmente. Com relação aos movimentos, acredita-se que eles desencadeiam uma práxis transformadora que, embora efêmera, mobiliza diferentes atores urbanos na ressignificação dos lugares e na disputa simbólica e política por espaços de poder. Busca-se, portanto, apresentar alguns casos da atuação desses movimentos no Nordeste brasileiro, desde 2008, por meio da espacialização de seus eventos no território urbano e do reconhecimento de suas principais narrativas como expressões de uma práxis coletiva.

2 Carvalho, Manuela Cristina Rêgo de. Cartografias temporárias do Nordeste: novíssimos movimentos sociais na construção de uma práxis coletiva. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Defesa em 25 de outubro de 2024; disponível em PDF via repositório institucional — versão final 2025.

3 O Grupo de Pesquisa Indisciplinar, vinculado ao CNPq e sediado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em Belo Horizonte, atua na elaboração de cartografias (mapas, linhas do tempo, registro em redes sociais, textos, eventos) concernentes à produção contemporânea do espaço urbano. Destaca-se como produção material do grupo (a) cartografias colaborativas e ferramentas de georreferenciamento e interação; (b) o levantamento, análise e representação da evolução dos fenômenos investigados em linhas do tempo; (c) a produção colaborativa em rede; (d) a criação de redes, a partir do uso tático das redes sociais e canais de comunicação de ampla utilização na internet; e (e) a incidência política por meio de ações nas ruas a partir de aulas públicas, atividades artísticas e culturais. Para mais informações, ver a wiki do grupo: http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Indisciplinar.

4 O webinário Cultura e Lutas Urbanas, que, diante do contexto da pandemia da Covid-19, teve por objetivo cartografar as lutas urbanas a partir de novas práticas extensionistas e do trabalho de pesquisadores do tema. A atividade parte do incentivo dos projetos de extensão Cartografia das Lutas e Geopolítica e Cidades, vinculados ao programa de extensão IndLab junto ao grupo de pesquisa Indisciplinar (CNPq/UFMG), onde ambos promoveram o evento nos meses de fevereiro e março de 2021 como parte da Formação Transversal em Culturas em Movimento e Processos Criativos da UFMG



Figura 1 – Cartaz do Webinário Cultura e Lutas Urbanas e método.
Fonte: Acervo próprio, 2021.

O Nordeste emerge, neste trabalho, como protagonista e como sujeito simbólico, não apenas como recorte experiencial, mas como território que representa sujeitos e coletividades historicamente estigmatizados. Propõe-se aqui tensionar a centralidade de pesquisas e narrativas que, de forma recorrente, atribuem ao Sul e ao Sudeste o estatuto privilegiado de espaços de resistência, contribuindo para obscurecer a complexidade sociopolítica do país. Busca-se, assim, evidenciar que as Regiões Norte e Nordeste também produzem militâncias, movimentos sociais e ativismos diversos, ainda que esses agentes permaneçam, em grande medida, invisibilizados pela mídia e pelo próprio campo acadêmico. O Nordeste que se pretende mostrar não é apenas aquele das imagens consagradas “dos sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés, das paisagens duras doendo nos olhos, dos mandacarus, dos bois e cavalos angulosos”, porque esse representa apenas uma face do território. Parafraseando Gilberto Freyre (1989), interessa aqui revelar o “outro Nordeste”: aquele que resiste, que cria e que se organiza coletivamente, produzindo práticas políticas, culturais e urbanas capazes de reconfigurar o espaço e disputar essas narrativas sobre si mesmo.

O Webinário Cultura e Lutas Urbanas[5] surge também dentro de um contexto geral de estudos sobre a relação das lutas urbanas brasileiras e latino americanas com as insurgências em escala global a partir dos diferentes atores e narrativas. Aqui, torna-se importante mencionar que o esforço em construir essa experiência se deu de forma coletiva a partir de professores e bolsistas – alunos de graduação e de doutorado – iniciando pela elaboração de um cronograma de atividades, uma lista de objetivos gerais a serem abordados a partir dos principais eixos de debate que, posteriormente, serviriam de base aos pesquisadores convidados. A partir disso foram abordados seis tópicos principais durante as palestras que aconteceram no mês de junho de 2021: (1) Levantes, redes e ruas; (2) Urbanismo tático e intervenções temporárias; (3) Arte contemporânea e ocupações culturais; (4) Coletivos urbanos; e (5) Disputas territoriais e práticas insurgentes na produção do comum; distribuídos ao longo do webinário e ao final, para análise do conteúdo apresentado e elaboração da cartografia na plataforma Miro, foi disponibilizado um resumo do Método cartográfico, conforme a Figura 1.

5 O webinário Cultura e Lutas Urbanas, que, diante do contexto da pandemia da Covid-19, teve por objetivo cartografar as lutas urbanas a partir de novas práticas extensionistas e do trabalho de pesquisadores do tema. A atividade parte do incentivo dos projetos de extensão Cartografia das Lutas e Geopolítica e Cidades, vinculados ao programa de extensão IndLab junto ao grupo de pesquisa Indisciplinar (CNPq/UFMG), onde ambos promoveram o evento nos meses de fevereiro e março de 2021 como parte da Formação Transversal em Culturas em Movimento e Processos Criativos da UFMG. Todas as aulas foram transmitidas pelo Youtube na página do Grupo Indisciplinar. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9xU8Q5Vs5Mg. Acesso em novembro de 2025.

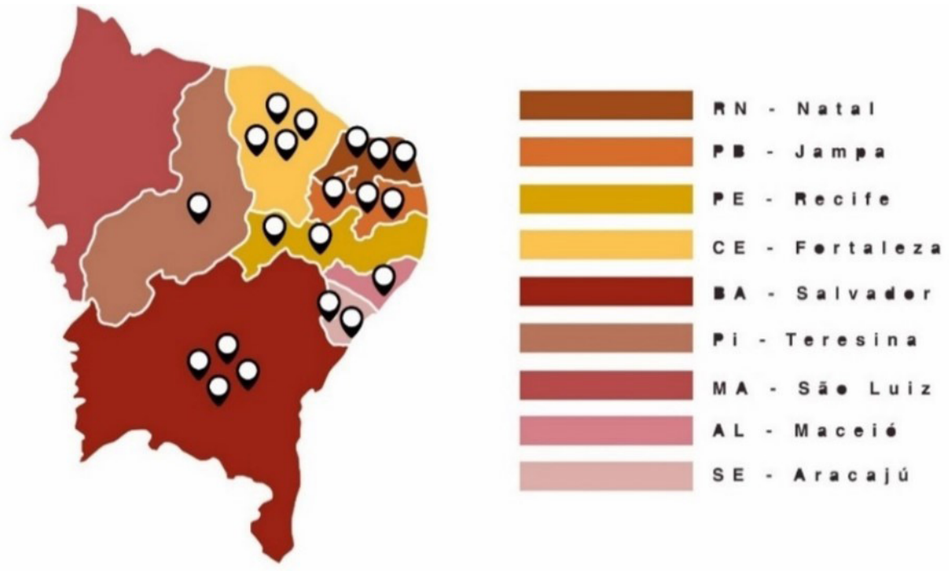


Figura 2 – Distribuição dos palestrantes por Região no Nordeste do Brasil. Fonte: Produzida pela autora (2024).

Como parte da metodologia da pesquisa, a seleção dos participantes e de suas respectivas investigações ocorreu por meio do mapeamento e da mobilização de uma rede compartilhada de estudantes e pesquisadores, articulada em torno de interesses comuns relacionados aos temas que orientam suas pesquisas, práticas profissionais e formas de engajamento social. Essa estratégia permitiu reunir sujeitos inseridos em diferentes contextos territoriais e acadêmicos, favorecendo a diversidade de perspectivas e experiências. Ao todo, participaram da disciplina vinte pesquisadores de diferentes estados da região Nordeste (Figura 2), com exceção do Maranhão, predominando representantes do Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. Em sua maioria, tratava-se de profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo com formação em nível de pós-graduação (mestrado e/ou doutorado) em Universidades públicas, muitos dos quais mantinham atuação direta em coletivos urbanos, organizações comunitárias e movimentos sociais (Figura 2).

Também como processo metodológico, cabe destacar a elaboração de um plano de ensino, a criação de identidade visual, divulgação, matrículas e organização das aulas, com apoio de planilhas online e uma biblioteca virtual disponibilizada aos alunos. As aulas síncronas, somadas aos materiais de estudo, culminaram em debates e na produção de uma cartografia coletiva na plataforma Miro[6]. O evento reuniu ao todo 72 participantes, entre estudantes de diferentes universidades e áreas, além de profissionais externos às instituições, incluindo representantes de movimentos sociais, prefeituras, IAB e CAU. Dentre os principais relatos, o webinário trouxe os movimentos de junho de 2013 localizados em Aracaju (SE), Natal (RN) e Fortaleza (CE) no Nordeste do Brasil representados por uma onda de protestos que, assim como em outras regiões do país, foram impulsionados inicialmente pela reivindicação contra o

6 Cartografia realizada na plataforma Miro a partir do Webinario Cultura e Lutas Urbanas no NE, disponível em: https://miro.com/app/board/o9J_IBsoXS8=/. Acesso em: out 2024.



Figura 3 – Colagem Salve o Cocó a partir da sua página no Facebook. Fonte: Colagem feita para a tese pela autora (2024).

aumento das tarifas de transporte público, mas que logo se expandiram para uma série de demandas sociais e políticas locais únicas a essa região e, com isso, características próprias que cabem ser estudadas separadamente.

Para este artigo, importa destacar a efervescência de pautas e as características comuns aos movimentos surgidos no Nordeste durante as mobilizações de Junho de 2013. Nesse contexto, as discussões sobre moradia e meio ambiente assumem centralidade, articulando-se a movimentos de maior alcance nacional, como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), o Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), todos com atuação em diversas regiões do país. Além disso, observa-se a presença expressiva de grupos ambientalistas que tensionam a relação entre áreas de preservação, uso coletivo e interesses privados, disputando territorialidades diretamente com o Estado-capital.

Ainda, o debate sobre o patrimônio, a cultura e a mobilidade também merecem destaque se levarmos em consideração o poder de influência da universidade e da própria juventude inserida nas ruas e nas redes, a partir da defesa dos elementos e arquiteturas históricas, como os movimentos do Ocupe Estelita, em Recife. Também cabe salientar a sempre presença das práticas culturais, como saraus, feiras livres e de trocas, apresentações artísticas, arte de rua, grafite, hip-hop, batalhas de rap e outras tantas ações que aparecem em todas as falas do webinário e partem da representação corporal de minorias: gays, negros, mulheres, indígenas.

Observou-se que essas ações possuem pautas comuns a todo o movimento nacional, mas, observam-se especificidades do Nordeste do país que devem ser consideradas: a urgência das pautas por melhorias no transporte público; a crise política instaurada por governos locais nas capitais, que acabaram por agravar ainda mais os protestos; a emergência de movimentos feministas e negros, presente em todas as capitais e com fortes pautas levantadas; junto a isso, a arte e a cultura negra apontada nas batalhas de rima, poesia e hip-hop; a ocupação de espaços subutilizados, como as praças e os parques; a forte presença das universidades públicas e estudantes; e a grande pauta ambiental, visto o contexto climático de cidades como Fortaleza no debate do parque do Cocó (figura 3) e Natal com a preservação do Parque das Dunas (Figura 3).



A partir das Jornadas de Junho de 2013, é interessante também apresentar as considerações sobre as ações de urbanismo tático e o uso temporário do espaço público, onde, muitas dessas aconteciam como forma de protesto, reivindicações do direito à cidade e ligadas aos movimentos sociais de cunho ambiental. Essas ações referem-se às intervenções de baixo custo, que tem como objetivo transformar espaços públicos de forma rápida e efetiva, incentivando o uso coletivo e a participação comunitária. É interessante destacar que muitas das ações aqui abordadas partem de grupos e coletivos ligados à universidade, aos Centros Acadêmicos e, inclusive, de movimentos envolvidos nas Jornadas de Junho. Parte-se a hipótese que as ações temporárias que eclodiram nas principais capitais do Nordeste e em cidades do interior foram influenciadas diretamente pela onda de protestos de 2013 e pelo debate sobre o direito à cidade, na busca por espaços públicos mais inclusivos e também na cobrança da presença mais forte do Estado.

Dessa maneira, urbanismo tático está profundamente relacionado à participação popular, especialmente em contextos onde os processos burocráticos tradicionais são lentos e inflexíveis. Através de ações diretas, o método oferece uma forma rápida de experimentar soluções urbanas e coletar feedback, que pode servir para melhorar políticas públicas ou adaptá-las às necessidades da comunidade. As ações podem ser organizadas tanto por instituições formais (governos e empresas) quanto por grupos informais e cidadãos individuais. A imagem abaixo demonstra ações dos coletivos ambientais – Movimento Pró-Árvore e Coletivo Verdejar –, grupos que realizam o plantio de árvores em áreas urbanas, aumentando a presença de vegetação e contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental da cidade de Fortaleza, Ceará (Figura 4).

Posterior às discussões sobre as manifestações de junho de 2013 e as ações de urbanismo tático, foram apresentadas atuações em algumas capitais do Nordeste pelos coletivos urbanos. É importante destacar que essas três temáticas se interligam a vários atores humanos e não humanos, eventos e narrativas: o surgimento de ações táticas provocadas muitas vezes por coletivos urbanos – dentro das universidades – emerge diretamente junto às manifestações de 2008 a 2015, em um recorte que os enquadra como novíssimos movimentos sociais: no debate pelo direito à cidade, na ocupação das ruas e das redes e na presença constante das mídias sociais. Ações

Figura 4 – Colagem de ações dos movimentos Pró-Arvore, Verdejar e artes urbanas do Festival de Concreto. Fonte: Colagem feita para a tese pela autora (2024).



Figura 5 – Colagem das ações do coletivo A-braço em Fortaleza, CE. Fonte: Colagem feita para a tese pela autora (2024).

como as do Instituto COURB; do coletivo Massapê, em Recife; coletivo A-braço, em Fortaleza; o LabRua em Campina Grande e João Pessoa, na Paraíba; e os coletivos UrbColab e Camaleão, em Sergipe[7], são tidas aqui como ações pontuais e efêmeras que revisitam os espaços da cidade para fortalecer relações ambientais e comunitárias. De maneira geral, esses coletivos baseiam as suas ações na colaboração com diversas entidades e movimentos sociais, reconhecendo a comunicação como uma ferramenta essencial para contestar e construir narrativas urbanas que enfrentem desigualdades estruturais. Muitos deles promovem uma abordagem inovadora de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, junto às Universidades, evitando seguir uma metodologia fixa e adaptando suas práticas às demandas específicas de cada projeto, apostando em um aprendizado contínuo e prático. Como exemplo, o coletivo A-braço em Fortaleza (CE) que intervém na cidade a partir da metodologia do *Placemaking* (Figura 5).

Todos os movimentos sociais apresentados até aqui se interligam em uma rede de ações e de narrativas que se movem, também, pela arte e cultura. É por meio delas que essas pessoas buscam ressignificar a cidade, os lugares, a presença nas ruas e, principalmente, conduzir essas narrativas para além da produção capitalista. A ocupação do espaço público pela arte e cultura permite “desenvolver modos de subjetivação singulares” à medida que produz novos dispositivos que visam mudar o tipo de sociedade em que vivemos. E diante disso, “produzir uma subjetividade que vai ser capaz de gerir a realidade das sociedades desenvolvidas” e assim não distinguir diversas singularidades em seus atores – minorias, gays, negros, etc – mas sim conseguir enquadrá-las todas em um mesmo povo (Guattari; Rolnik, 1996, p.13-22).

De maneira geral, eles buscam transformar áreas urbanas subutilizadas em locais de expressão e engajamento comunitário por meio da arte e da cultura; assim como transgredir a rua a partir de uma luta comum pelo direito de ocupar. Por meio de

7 Os relatos de todas essas ações demonstradas no webinário podem ser encontrados em: Carvalho, Manuela Cristina Rêgo de. Cartografias temporárias do Nordeste: novíssimos movimentos sociais na construção de uma práxis coletiva. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Defesa em 25 de outubro de 2024; disponível em PDF via repositório institucional — versão final 2025.



intervenções artísticas, performances, grafite, dança de rua, música e atividades culturais, eles revitalizam espaços urbanos, promovendo diálogo social e acesso à cultura. Entendemos, portanto, que essa ocupação artística do espaço público não só valoriza o território, mas também desafia as normas estabelecidas, reivindica fronteiras antes escondidas pela produção neoliberal dos sujeitos e fortifica os laços de coletividade, fomentando a participação ativa da população na construção de uma práxis democrática. A partir disso, o webinário também contou com a apresentação de uma cartografia dos coletivos artísticos em Aracajú, Sergipe e do movimento artístico OcupARTHE em Teresina.

Aqui é importante ampliar o conceito de “coletivo artístico” para incluir grupos que não se identificam necessariamente como artistas, como trupes de teatro e grupos de hip-hop, que também participam de uma produção estética coletiva no ambiente urbano. Os convidados mencionam que essa produção artística se entrelaça com a discussão sobre a própria construção da cidade, onde “a ação coletiva é fortemente influenciada pelo trabalho no espaço público”; esses grupos, ao colaborarem, potencializam seu impacto ao trabalhar em rede. A produção coletiva no Brasil pode, assim, ser vista como um grande rizoma que se espalha por todo o território.

Mais uma vez é essencial demonstrar, a partir de muitas das falas do evento, a forte presença da cultura negra, do hip-hop, da poesia de rua, da arte e da expressão corporal como elementos marcantes nessas cidades. Isso demonstra a força desses movimentos sobretudo nas regiões de mais vulnerabilidade social, como forma de demonstrar a ausência de um Estado mas também a capacidade reprodutiva deles junto à jovens e crianças no desenvolver das suas habilidades. É nessas ações onde se observam as “frestas” que escorrem os verdadeiros saberes, a potência das pequenas intervenções e a arte como salvação. Isso se reflete em quase todos os relatos dos participantes do webinário: o hip-hop domina as cidades e periferias, reivindicando espaços e dando voz a homens e a mulheres, pretos, pardos, gays, indígenas e outros grupos marginalizados pelo sistema. Em meio a essa atmosfera, o grafite se soma, trazendo cor e luz: fachadas de casas, paredes e muros se tornam telas onde a poesia urbana se escreve e o spray se torna pincel, desenhando a história desses diversos atores (Figura 6).

Figura 6 – Colagem a partir de fotos de coletivos artísticos de Aracajú. Fonte: Colagem feita para a tese pela autora (2024).

A partir da breve apresentação de alguns dos novíssimos movimentos sociais abordados no webinário, é importante destacar que os casos selecionados para a construção da cartografia foram definidos com base em recortes temporais e espaciais. Em um primeiro momento, os alunos organizaram uma planilha com o objetivo de sistematizar as principais narrativas relacionadas aos eventos discutidos nas palestras. Em seguida, foi elaborada, na plataforma Miro, uma linha do tempo compreendendo o período de 2008 a 2021, na qual foram agrupadas as narrativas de atores humanos e não humanos mencionados ao longo das exposições. A partir desse levantamento, foram identificados acontecimentos, mobilizações, conflitos e processos considerados relevantes para as temáticas do webinário, os quais passaram a compor a linha do tempo e serviram como base para a elaboração da cartografia. A escuta dos palestrantes, dos alunos e dos próprios atores envolvidos permitiu a construção de um olhar crítico e sensível sobre esses movimentos, e, no último dia de aula, a cartografia foi apresentada e os resultados gerais do webinário foram discutidos de forma coletiva.

Em seguida, a análise dos dados ocorreu a partir da cartografia baseando-se no Método Cartográfico Indisciplinar, onde foi realizada a partir de três etapas complementares: Inicialmente, foram sistematizados os relatos apresentados pelos palestrantes e os registros produzidos pelos participantes na plataforma Miro; (2) depois, procedeu-se à identificação dos principais atores humanos e não humanos, eventos e narrativas presentes nas falas e materiais produzidos; e (3) por fim, os elementos cartografados foram analisados a partir de perguntas e de incertezas, demonstradas posteriormente.

A interpretação dessa cartografia partiu da busca por compreender e articular os fluxos desterritorializados que atravessam as experiências analisadas, atentando para as rupturas, os pontos de fricção, as mudanças de percurso e as conexões que são continuamente estabelecidas e disputadas no cotidiano dessas lutas. Mais do que identificar eventos isolados, procurou-se observar os movimentos internos das linhas cartografadas, bem como os novos círculos de convergência que emergem a partir de conexões com atores, territórios e processos situados para além dos limites inicialmente definidos no mapa. Nesse sentido, a cartografia não é compreendida como uma representação estática da realidade, nem as ações coletivas são tratadas como unidades fixas e passíveis de análise isolada. Ao contrário, entende-se que tais processos possuem caráter provisório, relacional e fluido, expressando constantes transformações em suas territorialidades, na composição de seus atores e redes, bem como na formulação e circulação de suas pautas e reivindicações.

Considerando o processo cartográfico como aberto, conectável e fluido, trazemos Foucault (1979) ao demonstrar o pesquisador/ator como o portador dos desejos, capaz de lutar contra os dispositivos de poder e criar novas formas de significação para eles. Capaz, então, de interpretar o inconsciente e fazê-lo significar segundo o rizoma: “produzir inconsciente e, com ele, novos enunciados, outros desejos - o rizoma é esta produção de inconsciente mesmo” (Deleuze; Guattari, 1980; 2000, p. 31). Nesse sentido, o Método Cartográfico Indisciplinar proporcionou o entendimento de uma cartografia complexa a partir de perguntas simples: **Quando os eventos acontecem (linha do tempo)? O que são esses eventos? Por que acontecem? Com o que (ferramentas)? Com quem (atores)? Onde (local)?**

Ainda sobre os procedimentos analíticos trazidos pelo método, destacam-se cinco incertezas adaptadas a partir dos escritos de Latour (2012) na Teoria Ator-Rede. A primeira (1) delas diz que “há questões de fato e questões de interesse”, ou seja, a partir da fala dos atores, existem fatos marcados no tempo – os eventos – que podem ser compreendidos a partir das figurações sobre esse fato, ou seja, as diferentes narrativas apresentadas pelos atores. Segundo Lopes (2019) et. al. os eventos podem ser mapeados a partir de fontes acadêmicas, das mídias, em entrevistas formais



Figura 7 – Esquema gráfico que demonstra os eventos e as narrativas. Fonte: Produzido pela autora.

ou conversas informais, disparadas por meio de jogos, vídeos e outros modos de interação. No caso desta pesquisa em questão tais narrativas partiram das falas dos pesquisadores, sobre os seus atores de análise – atuantes nos movimentos sociais (Figura 7).

A segunda incerteza (2) sugere que “não existem grupos, apenas formação de grupos”. Os atores confluem entre redes de interesses sem estarem em grupos estáticos e, assim, um mesmo ator pode se associar a diferentes narrativas. A ação é assumida pela própria construção da rede, onde os atores humanos e não-humanos estão, não só submetidos às forças externas, como também agem nas suas conexões – linhas – e cruzamentos – nós. Podemos pensar os grupos sociais, mas também podemos pensar/identifica-los a partir de como eles orbitam em torno das narrativas. Por exemplo, algum ator humano pode estar associado a mais de uma narrativa e dessa forma emergir alguma controvérsia em seu discurso.

A terceira incerteza diz respeito (3) aos atores não-humanos – os objetos –, demonstrando que esses também agem (com o quê?), influenciado por variadas narrativas que se constroem em uma rede. Esses atores não-humanos podem se apresentar a partir de diversos objetos de análise: leis, partidos políticos, ferramentas, sistemas construtivos, intervenções urbanas como grafite, projetos, construções, etc. Novamente podemos identificar as controvérsias, por exemplo, em uma mesma lei que pode ser entendida de maneira diferente para cada grupo que faz uso dela.

Esses atores promovem as suas mais variadas ações e, consequentemente, surgem as muitas controvérsias, e, diante disso, Latour (2012) propõe uma lista de recursos com os quais ele acredita poder analisar essas incertezas. São elas “um conjunto limitado de recursos para acompanhar o modo como os atores abonam ou desabonam uma ação nos relatos sobre aquilo que os leva a agir (Latour, 2012). De maneira resumida, a lista determina que: (I) as ações aparecem sempre acompanhadas de um relato sobre um fato; (II) a ação é uma coisa e sua figuração é outra; (III) os atores costumam criticar outras ações, acusando-as de falsas; (IV) os atores podem também ter as suas teorias para explicar os efeitos de uma ação Figura 8).

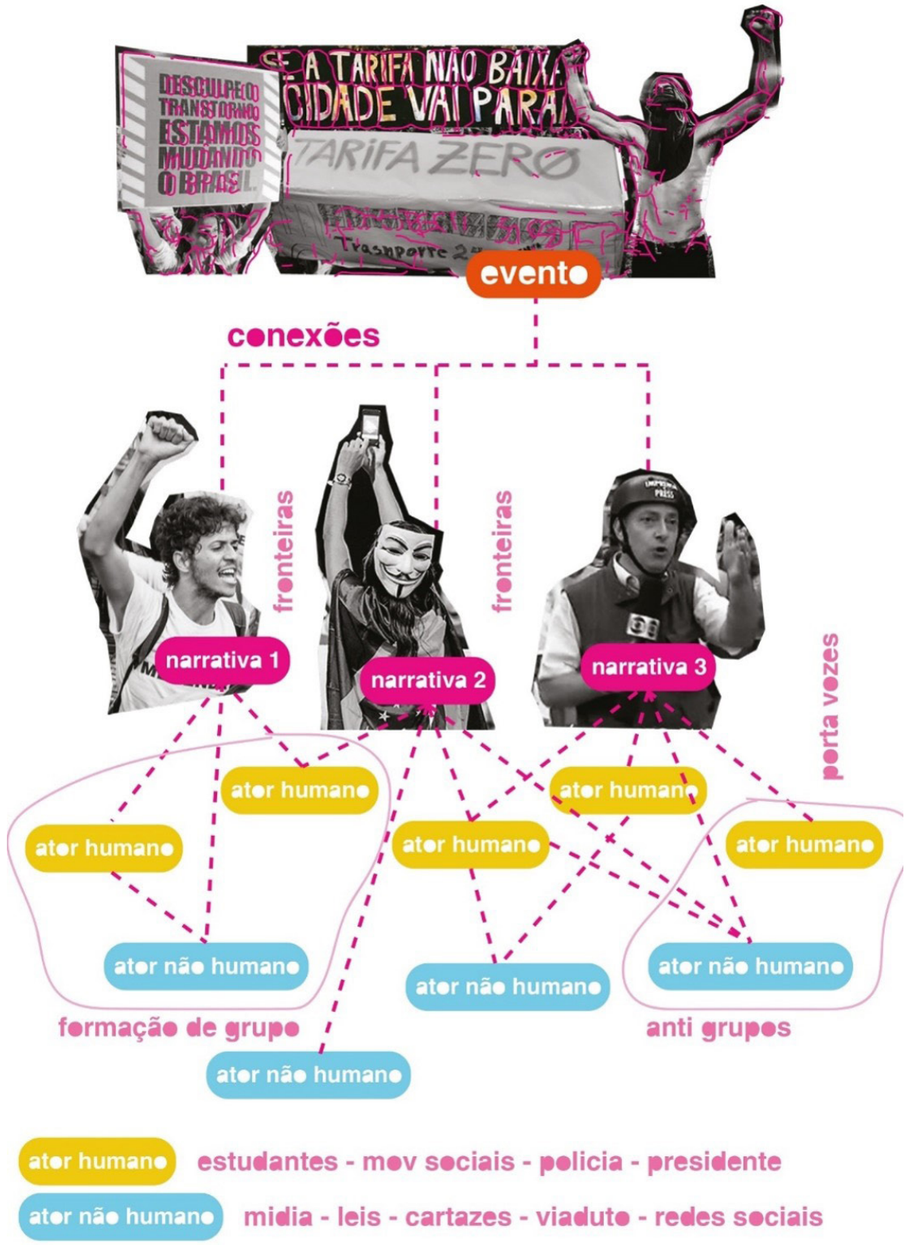


Figura 8 – Esquema gráfico que demonstra os eventos, narrativas e atores. Fonte: Produzido pela autora.

A quarta incerteza (4) está na diferença da questão do fato (O quê?) e a questão de interesse (Por quê?) a partir da própria construção da rede, onde os atores humanos e não-humanos estão, não só submetidos às forças externas, como também agem nas suas conexões – linhas – e cruzamentos – nós. Ou seja, analisar a cartografia parte de analisar a rede como um todo, observando as suas conexões, as suas linhas que interligam vários atores a uma mesma narrativa, os seus desdobramentos e arranjos. Por fim, a quinta incerteza (5) destaca que os relatos são sempre permeados por riscos e podem ser construídos de diversas maneiras. Dessa forma, eles são cruciais pois refletem a multiplicidade de informações fornecidas pelos diferentes atores envolvidos. Assim, o que se observa é a existência de múltiplas camadas sobrepostas, organizadas em uma cartografia compreendida como platôs, apresentadas em diferentes escalas — local, nacional e global — e estruturadas ao longo de uma linha do tempo.

A análise da cartografia, orientada pelas questões-chave e pelas incertezas mobilizadas pelo Método Cartográfico Indisciplinar, evidenciou que os novíssimos movimentos sociais no Nordeste não constituem um campo homogêneo de atuação. Embora compartilhem determinadas estratégias de ocupação temporária do espaço público e de mobilização em rede, esses coletivos apresentam distintas formas de organização, repertórios de ação política, relações com o Estado e modos de produção do comum. Movimentos como o Salve o Cocó e o Movimento Pró-Árvore articulam suas lutas em torno da defesa ambiental e da preservação dos bens comuns urbanos, enquanto iniciativas como o Ocupe Estelita concentram-se na contestação dos processos de especulação imobiliária, gentrificação e privatização do espaço urbano.

Por sua vez, coletivos como A-braço, LabRua e Massapê atuam por meio de práticas de urbanismo tático, assessoria técnica, experimentação urbana e construção participativa dos territórios. Já os coletivos artísticos e as batalhas de hip-hop ocupam um papel fundamental na disputa simbólica da cidade, produzindo narrativas alternativas e reivindicando visibilidade, reconhecimento e direito à cidade para grupos historicamente marginalizados. Mais do que revelar diferenças temáticas ou organizacionais, a cartografia permitiu compreender que a potência desses movimentos reside precisamente em sua multiplicidade, na capacidade de articular pautas diversas, construir alianças contingentes e produzir formas plurais de ação coletiva, resistência e reinvenção da vida urbana (Figura 7).

A análise dos dados revelou uma maior concentração de eventos em Fortaleza (17) e Natal (9), seguidas por Recife e Aracaju (5 cada). A cartografia também diferenciou eventos nacionais, locais e internacionais, evidenciando sua abrangência no Nordeste. Destaca-se ainda a recorrência de nove citações relacionadas ao Levante Popular da Juventude em três capitais (Fortaleza, Recife e Natal), além do crescimento, em 2015, de ações ligadas ao uso tático e temporário do espaço público, como coletivos ambientais, ocupações culturais e iniciativas vinculadas ao debate universitário sobre urbanismo tático e direito à cidade.

No que se refere às narrativas apresentadas pelos palestrantes, observam-se elementos recorrentes, como urbanismo tático, neoliberalismo, Estado, coletivos, direito à cidade, repressão policial, batalhas de hip-hop e uso das redes sociais, sintetizados na nuvem de palavras. Esses elementos convergem para a compreensão de que os novíssimos movimentos sociais atuam como opositores diretos a um urbanismo neoliberal, produzindo contranarrativas e práticas contestatórias no espaço urbano. Destaca-se, ainda, a forte presença das batalhas de hip-hop e do uso popular das ruas para ações culturais, bem como a recorrente repressão policial a essas iniciativas, um cenário comum às principais capitais analisadas. Além disso, observou-se a predominância de determinados atores humanos — sobretudo estudantes, jovens e universidades públicas —, acompanhados por atores não humanos vinculados ao ambiente tecnológico, como internet, mídias digitais, redes sociais e plataformas online (WhatsApp, Instagram, entre outras). Essa articulação evidencia o papel central da universidade e de seus estudantes na formação e na atuação dos movimentos sociais, bem como o uso estratégico das tecnologias na disputa pelo espaço público.

O estudo evidenciou ainda que os movimentos sociais urbanos nas capitais do Nordeste ganharam força em dois momentos-chave: nas manifestações de junho de 2013, marcado pelas Jornadas de Junho, e 2015, associado às crises políticas e ao impeachment de Dilma Rousseff. Esses movimentos reivindicavam o direito à cidade, mobilidade, moradia e participação popular, mas foram marcados pela forte repressão policial, pela presença ambígua de partidos e pelo conflito constante com o Estado. A mudança de governo com o impeachment de Dilma Rousseff, seguida pelo governo Temer, contribuiu para a desmobilização de várias ações, processo que se agravou



Figura 9 – Recorte da cartografia que demonstra a atuação dos coletivos Verdejar, COURB, em Fortaleza.
Fonte: Acervo próprio.

durante a pandemia de Covid-19, quando a crise econômica e a impossibilidade de aglomerações inviabilizaram protestos presenciais.

Uma das principais controvérsias envolve a institucionalização das práticas: enquanto alguns defendem a necessidade de apoio estatal ou financeiro para a continuidade das ações, outros apontam riscos de cooptação e perda de autonomia política. Também se tornam evidentes disputas sobre financiamento, a ausência de circuitos econômicos próprios e as contradições entre práticas autônomas e ações promovidas por editais, ONGs e governos. As narrativas dos atores divergem quanto à história e ao papel dos movimentos, especialmente em Fortaleza, onde parte das ações é vista como fortalecida pela integração com o Estado, enquanto outros interpretam essa relação como esvaziamento militante.

A espacialização dessas lutas é estratégica: praças, parques, viadutos, pontes e áreas centrais transformam-se em palcos simbólicos de resistência e disputa pelo direito à cidade, muitas vezes protagonizados por jovens universitários e artistas periféricos. Práticas como batalhas de rap e intervenções urbanas demonstram tanto o caráter cultural dessas mobilizações quanto sua vulnerabilidade à repressão, especialmente contra jovens negros e moradores de periferias. Observa-se também a presença de atores não humanos — redes sociais, equipamentos de mídia, universidades — como mediadores centrais na organização dessas práticas.

Apesar da potência política dessas ações, revelam-se fragilidades estruturais: a ausência de uma "economia da luta" capaz de garantir continuidade material e a própria autonomia. Acredita-se que sem a criação de redes econômicas, muitos dos movimentos dependem de voluntariado, apoios episódicos ou estruturas externas, o que dificulta sua permanência e capacidade transformadora. Como é o caso de coletivos ligados à Universidade que acabam se dissolvendo com a necessidade de ingresso dos estudantes no mercado. Assim, a análise aponta a necessidade de construir circuitos econômicos e uma práxis instituinte que fortaleça as redes entre universidades, ONGs, coletivos, comércio local e financiamentos solidários.

De maneira geral, acredita-se que é preciso ir além da romantização dos movimentos urbanos e encarar suas contradições, suas disputas internas e seus limites. A multiplicidade de vozes não deve ser confundida com harmonia. Há conflito, há disputa por protagonismo, por financiamentos, pelas próprias narrativas e é justamente nesse campo conflituoso que reside a potência política dos movimentos sociais. O desafio está em transformar ações efêmeras em práticas duradouras, em resistências que não apenas ocupem, mas também reinventem o Estado, a cidade e a vida.

Considerações finais

De modo geral, esta pesquisa revelou que a maioria dos coletivos e grupos insurgentes ganhou força e capacidade de organização por meio de pequenas intervenções táticas e temporárias espalhadas pelas cidades, especialmente nas nove capitais do Nordeste. Essas ações, realizadas na microescala urbana, permitiram que esses grupos se estruturassem e formassem coletivos urbanos, como o Ocuparte, a Trama, o Instituto COURB, entre outros mencionados pelos palestrantes no webinário. A partir das "redes e das ruas" esses grupos adquiriram uma maior capacidade de mobilização, ampliando seus contatos e expandindo suas ações tanto no espaço urbano quanto em plataformas digitais, como nas comunidades de Facebook.

Ao revisitar algumas das temáticas abordadas no webinário é pertinente destacar a "cidade neoliberal" e o surgimento do conceito do "empreendedor de si mesmo", o homem neoliberal, como uma oposição direta à construção coletiva de uma sociedade. Essas práticas demonstram, ao ocuparem as ruas, a necessidade constante de se criar novas narrativas e dispositivos opostos à "individualização" do sujeito. Ou seja, entende-se que esses movimentos constroem narrativas que discutem a importância da coletividade, demonstram a necessidade de um maior cuidado ambiental e reivindicam espaços de poder em disputa pelo capital, hoje completamente tomado pelo discurso neoliberal.

Diante disso, ao observar o Nordeste junto ao restante do país, é inegável o declínio dessas manifestações diante do desmonte do Estado, das políticas urbanas e da própria vivência nas cidades. Os debates e a cartografia elaborada durante os webinários indicam um crescimento das mobilizações entre 2008 e 2016, com destaque para 2013 e as manifestações de junho, seguido por uma retração após o golpe e o fortalecimento das políticas neoliberais. Esse declínio se agravou ainda mais durante a pandemia e sob o governo de Jair Messias Bolsonaro, marcado pela pandemia e por uma maior repressão dos movimentos sociais, das lutas ambientais e dos direitos das minorias.
No contexto atual de "reconstrução" de um Brasil pós-pandemia e pós-governo Bolsonaro, torna-se necessário conceber uma nova práxis coletiva que redefina o significado do social. Os resultados sugerem a necessidade de uma sociabilidade sustentada por indivíduos autônomos, capazes de decidir seus próprios futuros, subverter a realidade e conquistar liberdade mediante práticas construídas de maneira coletiva. A partir desta pesquisa, acredita-se que essa transformação deve emergir dos saberes compartilhados, orientada a produzir mudanças profundas nos sujeitos por meio de suas experiências no espaço urbano. Trata-se, portanto, de uma "transformação radical da sociedade pela atividade autônoma dos homens, baseada em um projeto político que delineie os fundamentos de um novo futuro e ofereça ideias para essa nova sociedade" (Castoriadis, 1982, p. 97-98).

Espera-se que essa reflexão suscite novos questionamentos voltados à compreensão da urgência da atuação desses movimentos no espaço público dos grandes centros urbanos e de sua contribuição para a construção de uma democracia fundada na autonomia e na pluralidade de atores. Desse modo, encerramos com algumas

provocações: como pensar uma construção democrática que ultrapasse as atuais formas de homogeneização? No contexto de produção das cidades no Capitaloceno, seria possível formular uma práxis transformadora derivada da experiência dos movimentos sociais, da colaboração tecida nas redes e nas ruas e da criação de novos afetos? E, por fim, poderiam as manifestações urbanas, os coletivos, as ocupações temporárias e outras experiências autonomistas produzir novos imaginários, novas formas de ocupar a cidade e modos de convivência não capitalistas?

Referências

BRENNER, Neil. *Espaços da urbanização*. 1. ed. Rio de. Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrópoles, 2018.

CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. *Da ecologia a autonomia.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo:* Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOHN, M. G. M. Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019. Mundos plurales: *Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, Quito, v. 6, n. 1, p. 93 - 119, 21 jul. 2020. Disponível em: https://revistas.flacsoandes.edu.ec/mundosplurales/article/view/3925/3497. Acesso em: 28 dez. 2022.

GOHN, M. G. M. *Participação e democracia no Brasil*: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. 2. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014a.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI*: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais.* São Paulo: Loyola, 2014b.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2018.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LOPES, Marcela Silviano Brandão; SÁ, Ana Isabel De; RENA, Natacha. Método cartográfico indisciplinar: da topologia à cartografia do rizoma. *V!RUS*. n. 19. p. 1-13. 2019. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=en. Acesso em: 28 dez. 2022.

MOORE, Jason W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno?* Natureza, História e a Crise do Capitalismo. Oakland: PM Press, 2016.

PELBART, P. P. Vida capital: Ensaios de biopolítica. Ed. Iluminuras: São Paulo. 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Antropoceno ou Capitaloceno? A sociedade na trama da vida / A trama da vida na sociedade. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 20, n. 2, p. 10–22, 2024. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/85875. Acesso em: 25 nov. 2025.

RENA, N. S. A. Arte, espaço e biopolítica. In: RENA, OLIVEIRA, CUNHA. (Org.). *Arte, espaço e biopolítica*. 1 ed. Belo Horizonte: Do Editora, 2015, v. 1, p. 22-74.

RENA, N.; MAYER, J.; NEVES, B.; SILVA, J. Cartografando os movimentos multitudinários em Belo Horizonte: as Jornadas de Junho e depois. *Revista Indisciplinar.* n.3, v.4. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/issue/view/1261. Acesso em: jun. 2022.

CARTOGRAFIA SOCIAL FAMILIAR COMO FERRAMENTA DE REPARAÇÃO APÓS O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA/MG[1]

FAMILY SOCIAL CARTOGRAPHY AS A TOOL FOR REPARATION AFTER THE FUNDÃO DAM COLLAPSE IN MARIANA, MINAS GERAIS

Gabriel Mateus Silva Leite[2], Monique Sanches Marques[3] e Laís Jabace Maia[4]

Resumo
O modelo de extração mineral vigente gera impactos severos às comunidades atingidas, como poluição, mortes e violações de direitos. O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, em 2015, despejou 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos na bacia do Rio Doce, comprometendo a natureza e territórios. Este artigo questiona o modelo minerário neoliberal e analisa as consequências territoriais desse desastre-crime. A pesquisa examina o cadastramento realizado pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, assessoria técnica independente, com foco na etapa da Cartografia Social Familiar. A partir de referências acadêmicas, relatórios técnicos, matérias jornalísticas e grupo focal, discute-se criticamente a construção e aplicação dessa metodologia, seus desafios e potencial para o processo de reparação. Conclui-se que a cartografia social familiar constitui uma alternativa metodológica de produção e representação do território, fortalecendo a participação das comunidades atingidas e contribuindo para formas mais democráticas de reparação e reconstrução territorial no contexto do Capitaloceno.
Palavras-chave: extração mineral; reparação de danos; comunidades atingidas.

Abstract
The current model of mineral extraction generates severe impacts on affected communities, including pollution, loss of life, and violations of rights. The collapse of the Fundão Dam in Mariana, Minas Gerais, Brazil, in 2015 released 60 million cubic meters of mining tailings into the Rio Doce watershed, compromising ecosystems and territories. This article questions the neoliberal mining model and analyzes the territorial consequences of this disaster. The study examines the registration process conducted by Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, an independent technical advisory organization, focusing on the Family Social Cartography stage. Based on academic literature, technical reports, news articles, and a focus group, the paper critically discusses the development and application of this methodology, as well as its challenges and potential within the reparation process. The findings indicate that Family Social Cartography constitutes a methodological alternative for the production and representation of territory, strengthening the participation of affected communities and contributing to more democratic forms of reparation and territorial reconstruction in the context of the Capitalocene.
Keywords: mineral extraction; damage reparation; affected communities.

Introdução

A atividade mineradora no Brasil, particularmente em Minas Gerais, mantém características herdadas do período colonial e se estrutura em grandes projetos de exploração da natureza. Esse modelo produtivo implica riscos significativos para os territórios e suas populações, resultando em conflitos socioambientais e em eventos desastrosos que alteram profundamente a relação das comunidades atingidas com o ambiente em que vivem. Dentre os desastres-crimes resultantes dessa dinâmica, destaca-se o rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em Mariana/MG, no dia 5 de novembro de 2015. O desastre-crime envolveu a mineradora Samarco (acionistas Vale e BHP Billiton) e resultou na liberação de milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração. Considerado o maior desastre socioambiental do país, esse episódio causou a morte de 19 pessoas e provocou impactos severos à natureza e às populações atingidas ao longo da bacia do Rio Doce.

A compreensão desses processos pode ser aprofundada a partir da perspectiva do Capitaloceno, compreendido por Moore (2022) como uma forma histórica de organização da natureza articulada à acumulação de capital. Nessa perspectiva, a mineração contemporânea e seus desastres associados podem ser analisados como expressões de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva da natureza e dos territórios. O rompimento da barragem de Fundão, portanto, não constitui um evento isolado, mas parte de uma dinâmica mais ampla de produção de desigualdades socioambientais. Ao mesmo tempo, evidencia-se a necessidade de construção de alternativas capazes de fortalecer a participação social e a produção democrática dos territórios atingidos, especialmente em contextos de reparação socioambiental.

Para enfrentar as consequências desse rompimento, foi firmado, em março de 2016, um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), que resultou na criação da Fundação Renova, entidade responsável pela execução de 42 programas voltados para a reparação dos danos causados (Fundação Renova, 2021). Como parte desse processo, foi proposto o Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI), conduzido pela empresa Synergia Consultoria Socioambiental. A empresa foi responsável pela elaboração do questionário inicial destinado ao levantamento das perdas e danos das populações atingidas. Esse questionário, denominado Cadastro Integrado, foi estruturado em módulos temáticos (Synergia, 2016). No entanto, a metodologia utilizada no Cadastro Integrado gerou questionamentos por parte da população, uma vez que incluía diversas perguntas genéricas, pouco condizentes com a realidade local. Isso prejudicaria a obtenção de um levantamento preciso sobre o universo de perdas e danos.

---

1 A pesquisa aqui apresentada é um recorte e resultado do aprofundamento e ampliação do Trabalho Final de Graduação (TFG) do primeiro autor, intitulado “Estudos sobre territórios minerados: a utilização da cartografia social familiar no processo de cadastramento dos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG”, defendido no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em 2022, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Monique Sanches Marques e coorientação da Ma. Laís Jabace Maia. Foram incorporadas novas referências, ajustes metodológicos e uma discussão mais detalhada sobre as implicações da cartografia social para o debate urbano no Capitaloceno.

2 Mestrando em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental pelo Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental (UFOP) e Engenheiro Civil e Arquiteto e Urbanista pela Escola de Minas (UFOP/2017/2022). E-mail: gabrielmsleite8@gmail.com
3 Doutora em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFBA/2010), Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFMG/2001) e Arquiteta e Urbanista (Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix/1992). E-mail: monique.marques@ufop.edu.br
4 Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ), Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo mesmo programa (UFRJ/2015) e Cientista Social pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFMG/2010). E-mail: jabacelais@gmail.com

De acordo com Queiroz et al. (2018), a partir da Ação Civil Pública incidental nº 0400.16.003473-4, proposta pelo Ministério Público, reconheceu-se a necessidade de uma assessoria técnica independente para a população atingida. Como resultado, a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais foi escolhida para desempenhar esse papel. Os(as) atingidos(as) manifestaram insatisfação com o questionário elaborado pelas empresas, por considerá-lo incompatível com a realidade das comunidades e por não ter sido desenvolvido com a participação das vítimas. Assim, com apoio do Ministério Público, os atingidos conquistaram, em janeiro de 2017, o direito de reformular o processo de cadastramento. Essa mudança possibilitou uma expressão mais abrangente das perdas e danos vivenciados pelas comunidades. Esse novo cadastro, desenvolvido com ampla participação das famílias atingidas e com apoio da assessoria técnica, foi estruturado em quatro etapas que ampliaram o escopo de registro dos danos sofridos.

As etapas do cadastro foram organizadas da seguinte maneira: 1) Aplicação de um formulário detalhado sobre perdas e danos para cada núcleo familiar; 2) Elaboração da cartografia social familiar, incluindo o desenho do terreno pelas famílias, o levantamento de edificações e atividades produtivas, além da reunião de documentos complementares; 3) Realização de vistorias técnicas nas áreas atingidas e levantamento de vestígios, desenvolvidos conjuntamente pelos núcleos familiares, pela Cáritas e pela Synergia, representante da Fundação Renova; 4) Tomada de termo, consistindo no atendimento individual dos membros dos núcleos familiares para registro de danos morais, traumas e outros impactos subjetivos. Posteriormente, foi inserida uma quinta etapa, voltada para a sistematização dos danos imateriais em categorias estabelecidas pela assessoria técnica. O resultado final desse processo foi a geração de um dossiê para cada núcleo familiar, documentando todas as perdas e danos identificados.

Para o desenvolvimento deste artigo, adota-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão de literatura sobre o neoextrativismo mineral e uma análise crítica do desastre-crime socioambiental decorrente do rompimento da barragem de Fundão e seus impactos nos territórios atingidos. Em seguida, são examinados materiais e relatórios técnicos da assessoria técnica independente Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, além de matérias jornalísticas do jornal A Sirene, produzido pelos(as) próprios(as) atingidos(as). O estudo também se aprofundou no processo de cadastramento em Mariana, com ênfase na etapa de cartografia social familiar. Para ampliar a compreensão desse processo, foi realizado um grupo focal com o professor Ricardo Ribeiro, idealizador da metodologia do instrumento complementar, e com assessoras técnicas responsáveis pelas oficinas de cartografia social familiar. Além disso, foram analisadas experiências empíricas desenvolvidas junto às comunidades atingidas.

Diante das decisões das instituições de justiça, o processo de cadastramento foi concluído em 2022, abrangendo centenas de famílias. No entanto, os impactos de um desastre-crime dessa magnitude se prolongam no tempo e tendem a se agravar devido à morosidade no processo de reparação. Essa realidade tem resultado no aumento do número de pessoas que se reconhecem como atingidas, assim como na ampliação das categorias de danos identificados. Nesse contexto, a manutenção e atualização contínua do cadastro tornam-se essenciais. Este artigo busca registrar e sistematizar aspectos do processo de cadastramento desenvolvido em Mariana, destacando a importância da participação ativa das famílias atingidas na definição dos critérios de reparação. O foco recai especialmente sobre a segunda etapa do cadastramento, correspondente à cartografia social familiar. Busca-se analisar criticamente o processo metodológico empregado e seus desdobramentos nos territórios atingidos.

Ao reconstruir territórios a partir da perspectiva das famílias atingidas, a cartografia social familiar questiona a lógica de produção do espaço orientada pelo capital e propõe uma alternativa de planejamento e reparação territorial centrada nas experiências vividas e nos modos de vida locais. Dessa forma, constitui-se como uma alternativa metodológica e política para repensar não apenas os territórios rurais, mas também a cidade e o urbano sob a perspectiva do Capitaloceno.

Desenvolvimento

Considerações sobre neoextrativismo e o rompimento da barragem de Fundão

O extrativismo, abrangendo atividades como a mineração e a exploração petrolífera, possui uma trajetória histórica significativa na América Latina. Essencial para as economias nacionais, essas práticas têm sido igualmente alvo de intensos debates, principalmente devido aos seus impactos econômicos, sociais e ambientais (Gudynas, 2012). No Brasil, a mineração é uma questão que remonta ao período colonial e tem se intensificado ao longo do tempo, especialmente após os desastres-crimes de Mariana (2015) e Brumadinho (2019). A exploração mineral, ao longo dessa trajetória, tem refletido uma dinâmica desigual entre centro e periferia, caracterizada pela exploração exacerbada da natureza e seus efeitos devastadores sobre o meio ambiente e as comunidades (Ferrari et al., 2023).

De acordo com Svampa (2019), no cenário contemporâneo, o extrativismo se encontra profundamente entrelaçado aos princípios desenvolvimentistas, os quais promovem a superexploração da natureza. Esse modelo de apropriação avança de forma hierárquica, negligenciando a participação das populações locais e frequentemente resultando na violação de seus direitos. A exploração predatória, como evidenciado pela mineração, traz consigo consequências muitas vezes irreversíveis para os territórios e suas populações (Sassen, 2016).

No debate sobre os impactos socioambientais dos grandes empreendimentos extrativos, a noção de Capitaloceno (Moore, 2022) oferece uma importante chave interpretativa para compreender as relações entre exploração da natureza, acumulação de capital e produção de desigualdades socioambientais. Nessa perspectiva, o neoextrativismo mineral na América Latina constitui uma das expressões mais evidentes da subordinação dos territórios, das comunidades e dos ecossistemas às dinâmicas de acumulação de capital. O rompimento da barragem de Fundão, insere-se nesse contexto, revelando como os riscos e danos socioambientais são produzidos e distribuídos de forma desigual, enquanto os benefícios econômicos permanecem concentrados. Dessa forma, o desastre-crime evidencia os limites de um modelo de desenvolvimento baseado na mercantilização da natureza e na transferência dos seus custos sociais e ambientais para as populações atingidas.

A cidade de Mariana, fundada pelos bandeirantes paulistas no século XVII, tem suas origens ligadas à busca por ouro, com os primeiros assentamentos surgindo às margens do Rio do Carmo. Com o crescimento da exploração extrativa na região, novos povoados começaram a se formar nas proximidades. Ao contrário de outras cidades da mesma época, Mariana teve seu centro urbano reorganizado no século XVIII, seguindo um traçado regulador (Mello, 1985). Mariana, com seu grande valor histórico e cultural, foi a primeira capital de Minas Gerais e está localizada no centro-sul do estado, a 112 km de Belo Horizonte. Inserida no quadrilátero ferrífero, a mineração é uma das principais atividades econômicas da cidade

Em 5 de novembro de 2015, a barragem de Fundão, pertencente ao complexo minerário da Samarco, rompeu-se, causando danos devastadores à região. A Samarco, controlada pelas empresas Vale e BHP Billiton, iniciou suas operações em 2008, coincidentemente durante o auge do preço do minério de ferro (Carneiro, 2020). A barragem de Fundão, a mais nova das três barragens da empresa (Fundão, Germano e Santarém), era responsável pelo armazenamento dos rejeitos de mineração do Complexo da Alegria (Milanez et al., 2015).

O rompimento causou impactos severos em Mariana, seus distritos e zona rural, incluindo Bento Rodrigues, Borba, Bicas/Camargos, Campinas, Pedras, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Águas Claras, Braúnas, Goiabeiras, Mata do Chaves, Santa Rita Durão e Monsenhor Horta. Segundo Milanez et al. (2015) aproximadamente 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos foram liberados e se deslocaram por cerca de 600 km, atingindo a Foz do Rio Doce, no estado do Espírito Santo. Esse desastre-crime resultou em significativa perda de biodiversidade e na contaminação da água.

Além disso, o rompimento causou a destruição de áreas de preservação, a perda de terras produtivas para as famílias locais, restrições à pesca, a morte de fauna e flora, e alterações nos modos de vida de comunidades tradicionais, pesqueiras e indígenas. A infraestrutura urbana foi severamente danificada, causando o deslocamento forçado de moradores, isolamento de várias áreas e dificuldades no fornecimento de energia elétrica. Também houve impactos na saúde física e mental da população e na qualidade da água disponível para consumo humano e animal.

O rompimento da barragem ocasionou a morte imediata de dezenove pessoas da comunidade de Bento Rodrigues, além de funcionários terceirizados da empresa Samarco, evidenciando a grave relação de subordinação dos territórios à lógica do capital. Terezinha Quintão, moradora de Bento Rodrigues, expressou sua preocupação com os desastres-crimes ambientais e com o modelo predatório de exploração mineral adotado em Minas Gerais:

> A gente, de Minas Gerais vai estar sempre com essa marca de barragem e, agora, com esses crimes. Eles (empresas causadoras dos danos) falam tragédia, mas não, é crime. Minha mãe falava que, no fim dos tempos, teria muitas pragas, na Bíblia fala. Pelo o que eu entendi, as pragas são as mineradoras. Elas estão acabando com tudo, com a natureza, o ser humano, os animais. Matam tudo e não dá nada para eles, só dá para a gente (Duarte et al., 2019, p. 11).

Grande parte das populações afetadas, muitas das quais não tinham qualquer vínculo com a mineração, passou a depender completamente das empresas, o que transformou seus modos de vida e forçou negociações constantes sobre seus direitos básicos. Além das perdas e danos relacionados aos bens materiais, a saúde da população sofre consequências irreparáveis. Territórios foram aniquilados. Para as famílias, essas áreas extintas "[...] constituem a base de sua reprodução social, cultural e econômica e estão inseridas em condições socioecológicas específicas que foram destruídas pelo desastre" (Zhouri et al., 2017, p. 4).

Uma disparidade de forças se torna evidente entre atingidos(as), Estado e empresas. Após diversos anos do desastre-crime, é perceptível o protagonismo das empresas causadoras dos danos e a conivência do Estado em relação às medidas de reparação que estão sendo realizadas (Marques, 2020). Para a senhora Marinalda Aparecida da Silva Muniz, moradora de Bento Rodrigues, o sentimento de impotência prevalece, em um país onde impera o poder dos dominadores do capital.

> [...] vivemos em um país sem lei, sem justiça, em que impera a força daquele que tem o poder do dinheiro. Compram a imprensa, que manipula a opinião pública; políticos e órgãos, que poderiam fazer com que as empresas pudessem agir com seriedade e responsabilidade, se fossem aplicadas leis mais eficazes; e a justiça que infelizmente, favorece sempre o mais forte, nesse caso, o criminoso (Sales et al., 2019, p. 12).

Após a assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), em março de 2016, com a intenção de resolver os conflitos, foi criado o Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI), destinado à reparação dos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão. A Fundação Renova contratou a empresa Synergia Consultoria Socioambiental para elaborar o Cadastro Integrado, um formulário eletrônico para o levantamento dos atingidos. No entanto, avaliações realizadas pelos atingidos e pelo Ministério Público indicaram que a metodologia adotada era inadequada para refletir todos os danos enfrentados pelas populações (Assessoria Técnica, 2017).

Pareceres técnicos do Ministério Público e do GESTA - UFMG apontaram a falta de participação das comunidades na construção do questionário, além de sua linguagem técnica e difícil compreensão. Segundo Luzia Queiroz, moradora de Paracatu de Baixo, a metodologia estava desconectada da realidade das famílias afetadas, como ela mesma expressou: "Quando pegamos o cadastro, a gente assustou! Vimos que muitas coisas não tinham nada a ver com a realidade" (Queiroz et al., 2017, p. 24). Outro problema identificado foi a forma exaustiva de levantamento dos danos, que envolvia um questionário de 550 páginas, sendo conduzido exclusivamente por aplicadores das empresas (Pascoal; Drumond, 2017). Conforme expressa a Sra. Luzia Queiroz:

> Lá a gente não funcionava à base de dinheiro. A gente trocava as frutas, verduras, os ovos, o leite. Falamos para a empresa que queríamos revisar todo o cadastro. Muita coisa não condizia com a nossa cultura. Na proposta deles tinha vários tipos de plantas que nunca nem vimos, até pés de açaí. Esse cadastro abrangia desde Mariana até Regência, ou seja, a empresa não trabalhava individualmente para as nossas especificidades (Queiroz et al., 2018).

De acordo com a Assessoria Técnica (2017), devido aos diversos desafios enfrentados, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) exigiu a implementação de uma Assessoria Técnica para acompanhar o processo de reparação e oferecer orientação profissional às famílias afetadas. Em setembro de 2016, após o MPMG propor uma ação pública, a população de Mariana escolheu a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais como a assessoria técnica. Desde outubro de 2016, a Cáritas atua de forma independente, sem vínculo com as empresas envolvidas, oferecendo suporte com uma equipe multidisciplinar que tem forte envolvimento com movimentos sociais. Seu objetivo principal é ajudar as famílias no registro e reconhecimento das perdas e danos, além de colaborar com a construção de estratégias para a efetivação dos direitos e da reparação integral das vítimas.

A conquista de uma assessoria técnica independente foi uma medida pioneira em Mariana, estabelecendo um precedente para a atuação de outras assessorias ao longo da bacia do Rio Doce, visando uma reparação mais justa. Após vários confrontos, em janeiro de 2017, com o apoio da Cáritas e do Ministério Público, os atingidos conquistaram o direito de reformular a metodologia do cadastro. Esse processo passou a ser realizado de forma colaborativa entre os atingidos, a Cáritas e a Fundação Renova (Samarco/Vale/BHP Billiton). O principal objetivo do cadastramento era levantar dados

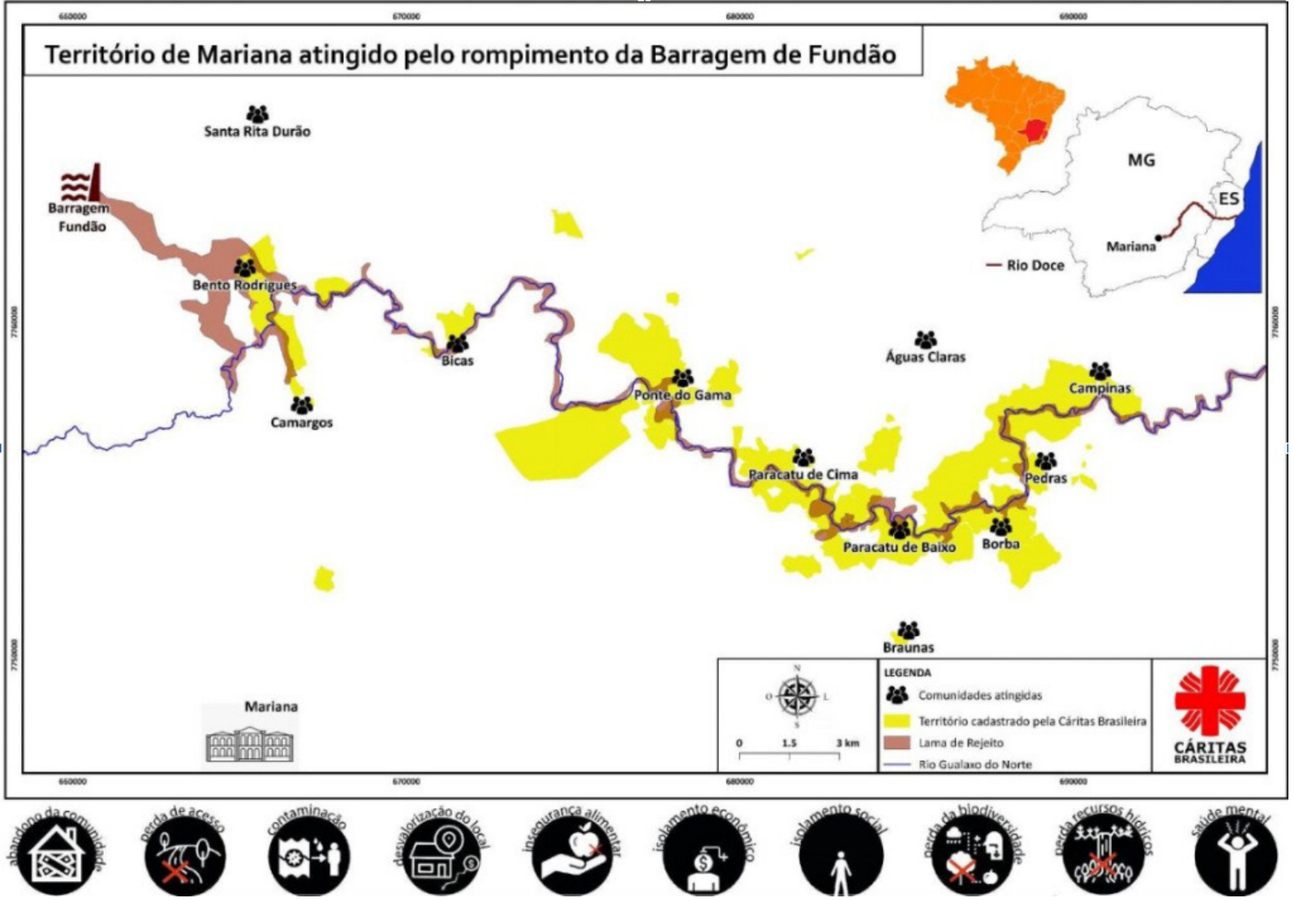


Figura 1 - Mapa das comunidades atingidas em Mariana, com base no banco de dados constituído pelo IC 1 e 2, durante o processo de Cadastramento da Cáritas. Fonte: Itabaiana et al., 2020.

sobre as perdas e danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, com o intuito de subsidiar o processo de reparação integral, responsabilidade das empresas envolvidas (Queiroz et al., 2017).

Marlene Reis, moradora de Pedras, expressou a dificuldade do processo: “Tá sendo muito difícil fazer esse cadastro, mas somos nós, atingidos que estamos lá fazendo” (Queiroz et al., 2017, p. 24). Para a reformulação do cadastro, foram criados grupos de base divididos em três grandes áreas: Bento Rodrigues, Paracatu e Zona Rural (que incluiu Ponte do Gama, Pedras, Borba, Campinas, Paracatu de Cima e Camargos).

Após a audiência pública de outubro de 2017, ficou decidido que a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais assumiria a responsabilidade pela execução do cadastro em Mariana. Essa mudança, ao retirar da empresa causadora do desastre-crime o controle sobre o levantamento de danos e transferi-lo para a Assessoria Técnica escolhida pelas próprias famílias, representou uma importante vitória. Outra conquista das famílias atingidas foi garantir que as empresas não mais decidiriam quem seria cadastrado, permitindo que qualquer pessoa que se autodeclarasse vítima do desastre-crime de Fundão pudesse participar do processo de cadastramento em busca da reparação (Queiroz et al., 2017).

A Figura 1 apresenta o território de Mariana, cadastrado desde 2018 pela Cáritas Brasileira. Pode-se perceber que, para além das comunidades que tiveram as cotas drasticamente alcançadas pela lama, como em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, a “lama invisível” traz diversas consequências para as comunidades da zona rural, como é apresentado pelo mapa, tais como o abandono das comunidades, perda de acesso, contaminação do solo, água e ar, a desvalorização local e insegurança pelo risco de novos rompimentos, insegurança alimentar, isolamento econômico, isolamento social,

perda da biodiversidade, perda dos recursos hídricos, perda da saúde mental, dentre tantos outros danos e perdas.

A Cáritas Brasileira contratou uma equipe multidisciplinar para iniciar o processo de cadastramento, após a reformulação do modelo inicial, que não refletia a realidade dos territórios. A nova metodologia foi desenvolvida com ampla participação das comunidades atingidas. O cadastramento foi dividido em cinco etapas: 1) Formulário (questionário), 2) Cartografia social familiar, 3) Vistorias, 4) Tomada de Termo e, posteriormente, 5) Sistematização das perdas e danos imateriais e produção do dossiê, que reúne todas as informações coletadas ao longo do processo.

A Tabela 1 apresenta uma síntese comparativa entre o Cadastro Integrado, elaborado pela Synergia/Fundação Renova, e o cadastramento participativo desenvolvido pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais junto à população atingida.

Dimensão	Cadastro Integrado (Synergia/Fundação Renova)	Cadastramento Participativo (Cáritas e população atingida)	Desdobramentos para a reparação
Construção metodológica	Elaborado pelas empresas causadoras dos danos	Construído de forma participativa entre atingidos(as), assessoria técnica e instituições de justiça	Amplia a legitimidade do processo e incorpora demandas territorialmente situadas
Papel dos(as) atingidos(as)	Respondentes do questionário	Participantes ativos na construção das informações e categorias analíticas	Fortalece protagonismo e autodeterminação das comunidades
Concepção do território	Espaço físico onde ocorreram impactos	Território entendido como espaço de vida, trabalho, memória, cultura e relações sociais	Permite identificar danos que extrapolam perdas materiais
Instrumentos utilizados	Questionário padronizado em toda a bacia (Cadastro Integrado)	Formulário detalhado, cartografia social familiar, vistorias, tomada de termo e sistematização dos danos imateriais	Produz diagnóstico mais abrangente e contextualizado
Linguagem e abordagem	Predominantemente técnica e padronizada	Adaptada às especificidades socioculturais dos territórios atingidos	Facilita a compreensão e a participação dos(as) atingidos(as)
Registro dos danos materiais	Baseado em respostas objetivas previamente definidas	Associado à reconstrução das formas de uso e ocupação do território	Possibilita maior detalhamento das perdas econômicas e produtivas
Registro dos danos imateriais	Fragmentado e subordinado à lógica do questionário	Integrado ao processo de escuta, memória e representação territorial	Favorece o reconhecimento de impactos subjetivos e coletivos
Produção do conhecimento	Fluxo predominantemente vertical e institucional	Construção compartilhada entre conhecimento técnico e saberes locais	Democratiza a produção de informações sobre os danos e perdas
Produto final	Cadastro administrativo dos impactados	Dossiê familiar contendo perdas, danos, territorialidades e formas de vida	Oferece subsídios mais completos para a busca pela reparação integral
Perspectiva de reparação	Identificação e quantificação de impactos	Reconhecimento das múltiplas dimensões dos danos e dos vínculos territoriais	Aproxima-se de uma concepção de reparação integral e justiça territorial

Tabela 1 – Comparação entre o Cadastro Integrado da Synergia e o cadastramento participativo desenvolvido pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo, análise documental e grupo focal (2026).

Conforme sintetizado na Tabela 1, a principal diferença entre as metodologias não se limita aos instrumentos empregados, mas à própria concepção de território, participação e produção do conhecimento que orienta cada processo. Enquanto o Cadastro Integrado priorizava uma lógica técnico-administrativa voltada à quantificação dos impactos, o cadastramento reformulado incorporou metodologias participativas que possibilitaram aos atingidos(as) reconstruir e representar seus territórios a partir de suas próprias experiências. Nesse sentido, a cartografia social familiar não se configura apenas como uma técnica complementar de levantamento de dados, mas como um instrumento de reconhecimento territorial capaz de ampliar a participação social e contribuir para formas mais democráticas de reparação em contextos marcados pelas contradições do Capitaloceno.

Construção metodológica da cartografia social

A metodologia da cartografia social familiar aplicada pela Cáritas em Mariana foi desenvolvida pela Assessoria Técnica em colaboração com a Comissão de Atingidos e seus consultores, como o cientista social e professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Dr. Ricardo Ribeiro. Essa metodologia teve como referência o projeto "Nova Cartografia Social da Amazônia", criado por Alfredo Wagner Berno de Almeida e sua equipe.

O principal objetivo da cartografia no processo de cadastramento da Cáritas foi a espacialização de terrenos, atividades produtivas e construções, com o intuito de qualificar e quantificar esses bens. Essa abordagem visa garantir a reparação pelos danos causados pelas mineradoras, incluindo o direito à moradia, indenizações e compensações. A metodologia da cartografia foi adaptada para o território específico e para o objetivo de buscar uma reparação de forma justa. A cartografia social, ao adotar técnicas tradicionais de representação, permite que grupos historicamente excluídos reivindiquem autonomia sobre seus territórios. Segundo Acselrad e Viégas (2013), esse processo os torna sujeitos políticos, ao garantir o controle sobre a produção e decisão das informações espaciais.

> Apesar de suas distinções conceituais e metodológicas, a cartografia social pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão. [...] O campo da cartografia social evidencia a existência de disputas epistemológicas por meio das quais os grupos sociais reivindicam formas próprias de conceber o território e suas representações, utilizando-se das técnicas convencionais da cartografia em sua ação política. Este é um processo fundamental para a constituição desses grupos não só como sujeitos "cartografantes", mas também como sujeitos políticos, desde que lhes seja garantida a autonomia da produção da informação espacial e da decisão sobre seus mundos (Acselrad; Viégas, 2013, p. 17).

Antes das oficinas de cartografia da Cáritas, diversas iniciativas cartográficas já haviam sido realizadas nos territórios afetados pelo rompimento da barragem, com objetivos distintos. Exemplos incluem as cartografias do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA/UFOP) em Gesteira, Barra Longa, e a cartografia comunitária do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG) em Paracatu de Baixo. Ao desenvolver a metodologia para Mariana, foram levados em conta esses conhecimentos prévios, incluindo o material do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. A principal diferença, no entanto, estava no objetivo específico da cartografia de Mariana: adaptar uma metodologia coletiva a uma realidade mais familiar, com um alto nível de detalhamento necessário para documentar os danos e perdas de cada núcleo familiar. Além disso, o número de cartografias a serem feitas em Mariana seria muito maior do que em outros territórios, mantendo sempre o protagonismo das pessoas atingidas como foco central. Durante o grupo focal, o Professor Dr. Ricardo Ribeiro expressou:

> O que eu acho que diferencia um pouco o processo da Cáritas é a combinação dessas várias experiências anteriores, mas mais do que isso, o nível de detalhamento e também essa perspectiva, que esses processos estavam muito voltados para a reparação, enquanto os outros, contribuiu mais para o morador e para sua memória, etc., mas não tinha a centralidade da preocupação da reparação. O que faz com que você tenha um nível de detalhamento e pela quantidade também, tem o aspecto do número de cartografias aplicadas, foi muito expressiva [...], posso assegurar pra vocês que o número é maior que das experiências, seja do GEPSA, quanto do GESTA [...] combinou as duas coisas e enriqueceu em Mariana [...]. Eu, pessoalmente, vinha trabalhando isso antes, nas comunidades quilombolas, existe todo aquele processo de cartografia social na Amazônia, que trabalha essa questão também no âmbito comunitário, trazer isso para o âmbito familiar, é um pouco mais específico. [...] A ideia desses instrumentos complementares é trabalhar aspectos qualitativos, que se contrapunham a uma lógica extremamente quantitativa do cadastro (formulário) e que permitisse um processo de maior protagonismo das pessoas atingidas no recordar, avaliar as suas perdas (Ribeiro, 2021).

A aplicação da etapa 2 do processo de cadastramento pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais teve início em fevereiro de 2018, com a contratação de 20 assessores de nível superior e 40 estagiários (Barros; Souza, 2018b). Após as contratações, foram realizadas diversas sessões de formação, envolvendo consultores técnicos, representantes do Ministério Público e a própria população atingida, com o objetivo de promover um melhor entendimento do trabalho e realizar simulações de oficinas de cartografia, além de alinhar os procedimentos a serem seguidos (Figura 2).

Nos primeiros atendimentos, a metodologia das oficinas ainda estava em processo de adaptação. Dessa forma, ao conduzir os atendimentos, foi seguido um roteiro que buscava orientar as famílias na elaboração do desenho e na coleta das informações necessárias para a subsequente elaboração do relatório. Esse documento seria incluído no dossiê individual do núcleo familiar, contribuindo para o processo de reparação.

As oficinas começavam com o acolhimento da família, previamente agendada. O primeiro momento envolvia a identificação dos membros da família conforme o formulário da Etapa 1, com a apresentação da equipe da Cáritas. Seguia-se com uma explicação geral sobre o processo de cadastramento e o objetivo da atividade.

Em seguida, as famílias eram incentivadas a desenhar o que possuíam em seus terrenos ou lotes antes do rompimento da barragem. Para isso, foram disponibilizados diversos materiais, como lápis, borracha, régua, canetinhas e papéis de diferentes formatos, para que pudessem escolher o que se sentissem mais à vontade. Percebia-se que algumas pessoas, devido à falta de formação técnica ou educacional, sentiam-se inseguras. Por isso, era importante frisar que não se esperavam desenhos técnicos ou artísticos, mas sim uma representação simples e pessoal do que era essencial para cada família. Essa abordagem permitiu melhor compreensão do modo de vida de cada núcleo e, assim, contribuía para a luta por uma reparação mais justa. "Assim



Figura 2 - Assessores e Estagiários simulando oficinas de cartografia social. Fonte: Barros; Souza, 2018b.

sendo, as cartografias sociais poderão ser desenvolvidas de diversas formas: como um instrumento jurídico dentro de processos de lutas e disputas por identidades e territórios tradicionais [...]" (Acselrad; Viégas, 2013, p. 17).

As pessoas foram incentivadas a recordar seus territórios de origem, terrenos e lotes, e a elaborar os desenhos dos mapas e plantas das edificações, além de fazer anotações conforme seu entendimento. Elas identificaram todas as construções, moradias, e estruturas acessórias, como galinheiros, chiqueiros, currais e casas de máquinas, bem como benfeitorias, como muros, cercas e porteiras. Também foi solicitado o registro de jardins, especificando as espécies presentes, pomares com as frutíferas, hortas e os tipos de cultivos, lavouras com as culturas cultivadas, pastagens, áreas naturais, afloramentos rochosos, rios, córregos, nascentes e outras formas de uso e ocupação do solo (Figura 3).

Durante o processo de cartografia, os assessores realizavam perguntas geradoras para auxiliar as famílias a identificarem todos os danos e perdas, além de estimular o trabalho. Perguntas como: "Como você chegou ao lugar?", "Com o que você trabalhava?", "Havia casas e outras construções?", "Tinha algum tipo de produção?", "Havia animais?", e muitas outras eram feitas, de acordo com as especificidades de cada núcleo familiar. Esse processo visava detalhar o modo de vida de cada família e, assim, contribuir para o levantamento completo dos danos. Quanto às construções, as famílias eram orientadas a desenhar suas casas como se fossem vistas de cima, identificando detalhes como níveis, divisão dos cômodos e os materiais utilizados em pisos, telhados, fundações, entre outros. Para outras construções, como galinheiros, currais e cisternas, o mesmo nível de detalhamento era solicitado.

Um assessor liderava as perguntas e orientava ativamente a elaboração do desenho, enquanto outro assessor ou estagiário ficava responsável por registrar todas as declarações feitas pelas famílias, garantindo que nada fosse esquecido. Fotos, documentos e plantas relacionadas ao terreno ou construções também podiam ser apresentadas e copiadas para arquivamento. De acordo com o professor Dr. Ricardo Ribeiro, a metodologia foi projetada para ser conduzida por no mínimo dois assessores, garantindo um atendimento mais qualificado, que permitisse captar todos os detalhes,



Figura 3 - Equipe de assessores da Cáritas conduzindo a oficina de cartografia social de um núcleo familiar. Fonte: Barros; Souza, 2018b.

tanto no processo de desenho quanto na compreensão das referências e escalas do espaço familiar, que por vezes podiam refletir um contexto mais coletivo.

> [...] ter pelo menos duas pessoas, acompanhando a cartografia, uma que seria uma espécie de animador, mobilizador, provocador, alguém que incentiva e uma pessoa que é o observador [...], que é inclusive perceber onde que a pessoa começa a desenhar, alguém que é um relator do processo, da metodologia ser completa, qual é a referência?; A referência é o rio?; A referência é a estrada, rua?; A referência é a casa? Por onde você começa a desenhar é muito interessante observar isso e o outro aspecto é o da dimensão mesmo, a escala em que as coisas são trabalhadas, [...] uma análise a posteriori, que é uma análise da própria cartografia, se a casa por exemplo ganha uma dimensão maior em relação ao terreno, o próprio rio [...], os poços e tinha essa perspectiva de ser fazer uma cartografia mais comunitária, em grupos de vizinhança [...], mostrar essas relações para além do seu espaço familiar [...], a metodologia também incorporar essa discussão e inclusive a perceber também esses aspectos, do que era importante do ponto de vista das coletividades, dos grupos de vizinhança ou das comunidades (Ribeiro, 2021).

A cartografia oferece grande potencial, permitindo a inclusão de informações que poderiam ter sido omitidas na Etapa 1 do cadastro, seja por esquecimento ou pelo receio de ser questionado pelo técnico da Synergia que realizava o acompanhamento. Após as oficinas, os desenhos feitos pelas famílias são recolhidos e arquivados com o código da família, juntamente com os relatos, que auxiliam na elaboração de um relatório técnico preliminar, sistematizando as informações declaradas. Cada núcleo familiar recebe um dossiê com o relatório de cartografia social, o desenho e documentos facultativos fornecidos.

Com base nas informações coletadas durante as oficinas, foi proposta uma adaptação da metodologia para atender ao grupo de atingidos que trabalha com garimpo tradicional. Este grupo enfrenta grande vulnerabilização, especialmente devido à falta

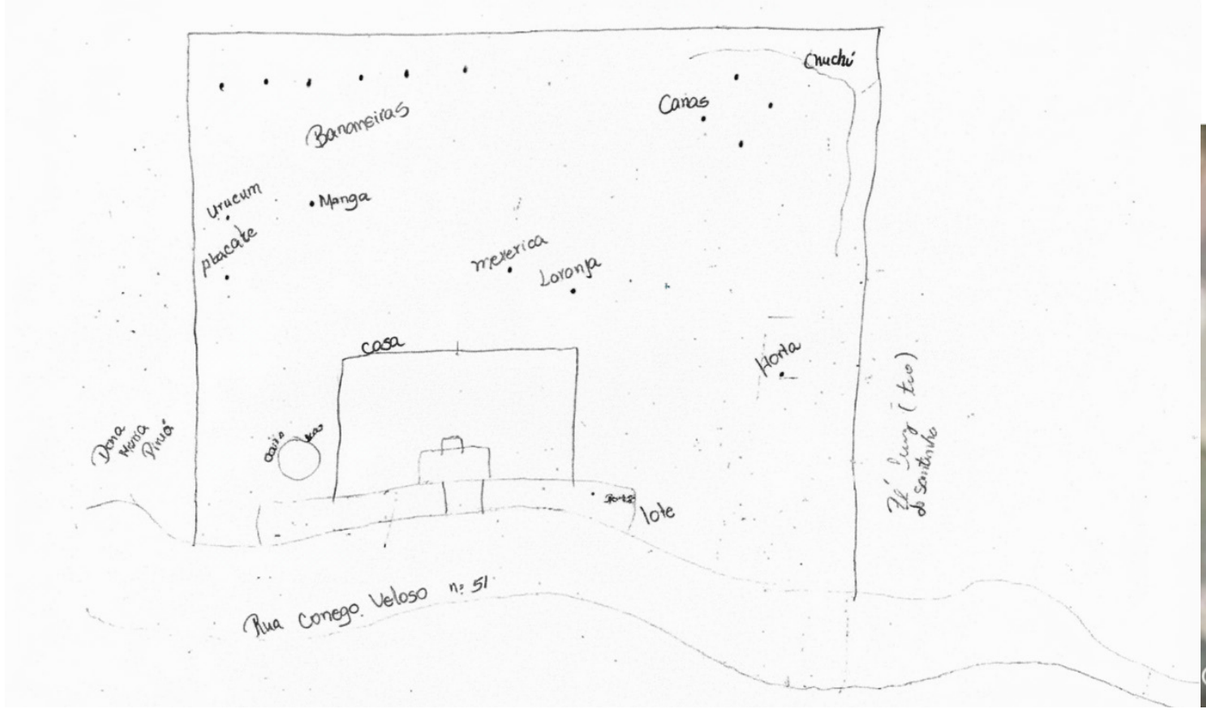


Figura 4 - Desenho de cartografia social elaborado por um núcleo familiar, com enfoque na delimitação dos usos e ocupações do terreno 1. Fonte: Arquivo pessoal de um núcleo familiar, 2018.

de locais seguros e acessíveis para suas atividades após o rompimento da barragem. A maioria desses atingidos(as) tem baixa escolaridade e depende do garimpo para sua subsistência. Por isso, a metodologia foi ajustada, incluindo entrevistas semiestruturadas e perguntas específicas sobre a atividade, como: “Qual a sua relação com o garimpo?”, “Há quanto tempo realiza a atividade?”, e “Perdeu ferramentas ou máquinas?” Essas questões ajudam a identificar os danos e perdas.

Essas entrevistas proporcionaram uma compreensão mais profunda da situação dos garimpeiros, permitindo que a assessoria técnica levasse novas pautas para a luta por indenizações mais justas, o reconhecimento desse grupo como atingidos e a valorização do garimpo como atividade tradicional. Quando o restabelecimento das atividades não é possível, as oficinas exploram como os garimpeiros são forçados a buscar trabalhos informais e precarizados na cidade, enfrentando constantes violações de direitos.

> A discussão até então apresentada ressalta a importância do processo de construção dos mapas como sendo muito mais do que um simples meio para se chegar a um fim, no caso, o mapa. Tal processo representa um momento político, onde é possível fortalecer as discussões entre os grupos sociais e suas demandas; é um momento de diálogo entre esses grupos e outras instituições que possui um alto teor pedagógico, no instante em que há uma troca de informações tanto sobre a cartografia quanto sobre as questões relacionadas ao que está sendo mapeado (Acselrad; Viégas, 2013, p. 24).

A metodologia da cartografia social aplicada pela Cáritas em Mariana, ao incorporar as experiências anteriores e adaptar o processo para a realidade familiar, se destacou pela sua abordagem detalhada e personalizada. Através do protagonismo das famílias atingidas, foi possível não apenas documentar perdas e danos, mas também contribuir para uma reparação justa dos direitos dessas famílias. Esse processo foi essencial para fortalecer a voz dos(as) atingidos(as), permitindo que suas histórias e demandas fossem registradas de maneira mais fiel e significativa, refletindo não apenas os danos



Figura 5 - Imagem de satélite de julho de 2015, anterior ao rompimento, referente ao terreno 1 de um núcleo familiar. Fonte: Google Earth, 2015 (modificado pelos autores).

materiais, mas também a dimensão afetiva e cultural de suas vidas. Além disso, a adaptação da metodologia para grupos específicos, como os(as) garimpeiros(as), demonstrou a flexibilidade e a sensibilidade do trabalho da Cáritas em atender a todas as comunidades afetadas, reconhecendo suas particularidades e necessidades.

Uma abordagem participativa na reparação da população atingida

A cartografia social familiar, como ferramenta complementar ao formulário de cadastramento, desempenha um papel crucial no resgate da memória e na revitalização das histórias e modos de vida das comunidades atingidas. Por meio do desenho cartográfico, as famílias revisitavam e ressignificavam os territórios devastados pela lama, revivendo não apenas as perdas materiais como casas, cultivos e entes queridos, mas também as relações e experiências diárias no território ao qual pertenciam. “O mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento” (Acselrad, 2008, p. 15).

Para exemplificar a prática do desenho de cartografia social realizada no processo de cadastramento em Mariana, são apresentados os desenhos feitos por uma amiga atingida, com autorização prévia dela e da Cáritas. Os desenhos representam dois terrenos em Bento Rodrigues, com características semirrurais. A relação dessa pessoa com o terreno é profundamente marcada pela história de seus antepassados, que habitaram a região por gerações. O rompimento da barragem de Fundão resultou na remoção forçada da família para Mariana/MG.

O desenho do primeiro terreno revela detalhes como as vias principais de acesso, a identificação dos confrontantes e os limites da área (Figura 4). Além disso, destaca-se a organização do espaço, com a edificação principal que servia como moradia da família, uma caixa d’água externa e diversos cultivos. O desenho ilustra ainda um subsistema integrado ao quintal, incluindo uma variedade de espécies frutíferas como bananeiras, mangueiras, mexeriqueiras, abacateiros e laranjeiras, além de cultivos como chuchu, horta e cana.

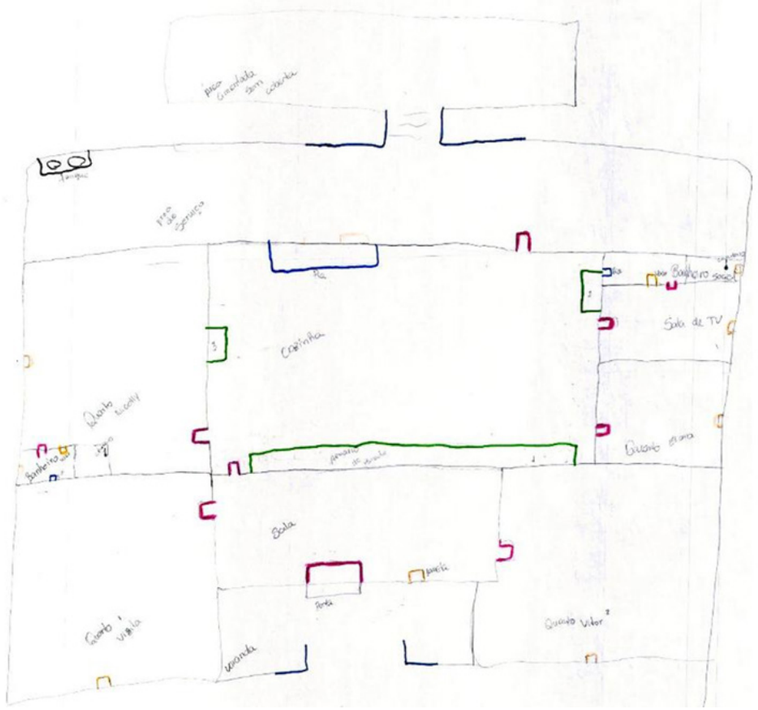


Figura 6 - Desenho de cartografia social elaborado por um núcleo familiar, com enfoque na edificação principal de uso habitacional do terreno 1. Fonte: Arquivo pessoal de um núcleo familiar, 2018.

A Figura 5 exibe uma imagem de satélite de julho de 2015, anterior ao rompimento da barragem, mostrando o terreno 1 com suas características originais, conforme declarado pelo núcleo familiar. O polígono apresentado nas imagens resulta de uma "autodelimitação" inicial dos terrenos, realizada pela Fundação Renova e Synergia. Nesse processo, a população indicou os limites de seus terrenos em imagens aéreas, com o apoio de sua assessoria técnica em 2016. Ao comparar o desenho da cartografia com as imagens de satélite, e integrando as informações coletadas nas etapas subsequentes do processo de cadastramento, é possível obter uma compreensão mais precisa e sistematizada das perdas e danos relatados por cada núcleo familiar.

O núcleo familiar também produziu o desenho de sua casa, referente ao terreno 1 (Figura 6). A construção, de uso habitacional, era de um único pavimento, com onze cômodos, incluindo uma varanda externa, quatro dormitórios, dois banheiros, sala de estar, sala de TV, cozinha e área de serviço. No desenho, foram usadas diferentes cores para identificar esquadrias, louças sanitárias e outros móveis. Essa abordagem permite a elaboração de um relatório técnico posterior e a elaboração do desenho arquitetônico no software AutoCad, com base no desenho da cartografia. As imagens de satélite do período anterior ao rompimento, em conjunto com o croqui das edificações, auxiliam na vistoria in loco, considerando que a comunidade de Bento Rodrigues foi severamente descaracterizada pela lama de rejeitos. Dado o impacto, poucos elementos puderam ser levantados em campo, tornando o desenho da cartografia e a autodeclaração do núcleo familiar as principais fontes de levantamento qualitativo e quantitativo das perdas e danos sofridos.

Os desenhos a seguir, elaborados pelo núcleo familiar, referem-se a um segundo terreno de herança da família (Figura 7). Na cartografia, foram representadas as vias de acesso principal e os limites do terreno. Trata-se de uma área de uso compartilhado entre diversos membros da mesma família, um modelo de ocupação comum em Bento Rodrigues. Além das edificações já existentes, é possível identificar as fundações de outras construções que seriam utilizadas para moradias de outros familiares. Também é visível um quintal/terreiro com subsistemas integrados, incluindo horta, pomar e outros cultivos, como roseiras, trepadeiras, bananeiras, mangueiras, laranjeiras e caquizeiros.



Figura 7 - Desenho de cartografia social elaborado por um núcleo familiar, com enfoque na declaração dos usos e ocupações do terreno 2. Fonte: Arquivo pessoal de um núcleo familiar, 2018.

Outras estruturas, como galinheiro, chiqueiro e casa de cachorro, foram representadas com cores diferenciadas. A presença de um córrego que atravessa o terreno também é notada. Os recursos hídricos são essenciais para os cultivos, bem como para o abastecimento de água dos animais e atividades cotidianas. Muitos produtos consumidos pela família vêm desses subsistemas integrados, com destaque para hortaliças, frutas, carne de galinha e ovos, promovendo a soberania e segurança alimentar e contribuindo para uma alimentação nutricionalmente equilibrada. Além disso, a troca de produções entre vizinhos, parentes e amigos era uma prática comum, o que ajudava a reduzir os custos com a alimentação das famílias atingidas.

A Figura 8 apresenta uma imagem de satélite referente ao terreno 2, pertencente ao núcleo familiar. A imagem destaca a delimitação da casa de posse individual, conforme declarada pela família. Contudo, é importante observar que, embora cada núcleo familiar tenha sua própria residência, o uso da área é compartilhado, especialmente nas relações familiares, já que os membros dessa mesma família também utilizam outras áreas e produções do quintal, como hortas e outros cultivos. Por questões de confidencialidade, informações adicionais sobre essas áreas compartilhadas não serão fornecidas neste trabalho, pois são sigilosas para cada grupo familiar.

A edificação principal, declarada pelo núcleo familiar no terreno 2, era destinada ao uso habitacional (Figura 9). A partir da análise do desenho, observa-se a identificação dos confrontantes imediatos à construção. Com formato retangular e de um único pavimento, a casa era composta por seis cômodos: sala de estar, cozinha, dois dormitórios, banheiro e área de serviço. O desenho também destaca um hall que possibilita a circulação entre os ambientes. As esquadrias foram representadas com cores distintas de canetinhas, e as louças sanitárias, assim como a presença de um passeio ao redor da edificação, foram igualmente identificadas.

Além das perdas e danos representados pelos desenhos, outras informações foram obtidas por meio do diálogo entre os entrevistadores e o núcleo familiar, contribuindo para o levantamento das demais informações. No entanto, essas declarações não estão incluídas neste trabalho, pois são confidenciais e de uso exclusivo das famílias, já que o processo de cadastramento é confidencial e as famílias não foram totalmente reparadas pelos danos. Para uma compreensão mais aprofundada do levantamento

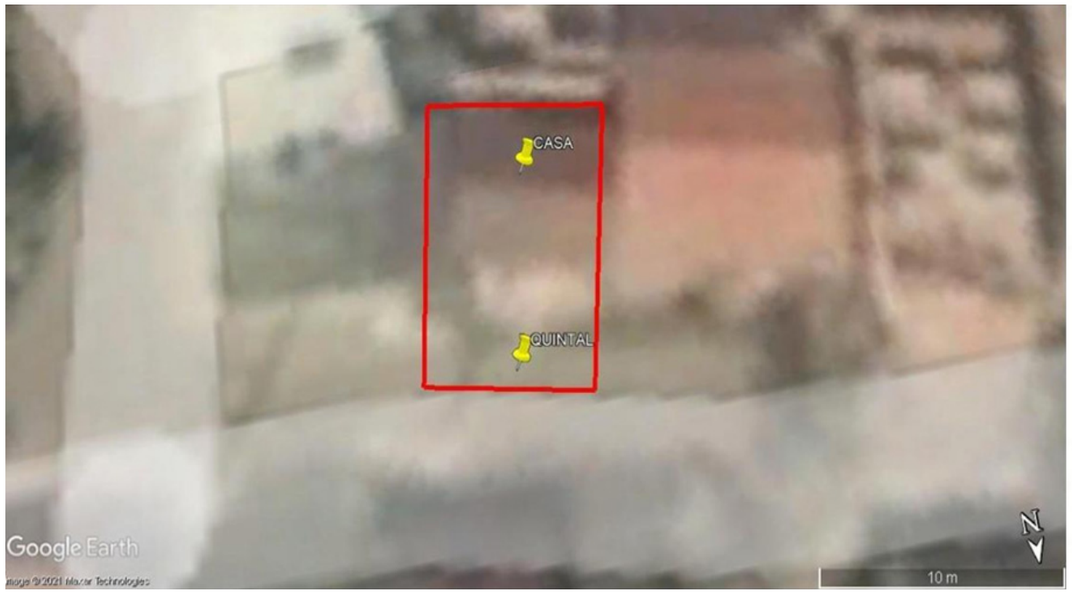


Figura 8 - Imagem de satélite de julho de 2015, anterior ao rompimento, referente ao terreno 2 de um núcleo familiar. Fonte: Google Earth, 2015 (modificado pelos autores).

de perdas e danos da etapa 2 – cartografia social, foram apresentados os desenhos de um núcleo familiar autorizado, mas este não será identificado.

A cartografia social familiar, como ferramenta participativa, é crucial nesse processo, pois permite que, por meio dos desenhos específicos e individualizados de cada família, se expresse de forma clara o que tinha maior significado para suas vidas. A memória afetiva, antes ofuscada pelo sofrimento e desespero, é rememorada. O processo transforma o passado em presente, materializando-se em um conjunto de informações espaciais através do desenho manual do território.

Algumas famílias demonstram resistência ao realizar os desenhos de seus terrenos e casas, muitas vezes associando o ato de desenhar à infância, o que gera desconforto. Também há o receio de esquecer algum detalhe importante durante a oficina, temendo que isso prejudique a reparação das perdas. Em certos casos, há pedidos para refazer o atendimento após a conclusão da etapa, com o objetivo de complementar o desenho ou incluir mais informações. Além disso, ocasionalmente, as famílias solicitam a remoção de dados ou a retificação de seus relatórios ao receberem o dossiê, com receio de serem contestadas no futuro por suas autodeclarações. Segundo a Assessora da Cáritas, Eng. Agrônoma Thais Chagas:

> Ao desenhar tanto as moradias, as habitações, o próprio terreno, no início alí, as pessoas às vezes sentem um pouco de vergonha de pegar no lápis, às vezes não tiveram o privilégio de serem letrados, de estudar, mas com jeitinho, a gente vai levando, vamos utilizando as cores ou outros elementos, a gente tinha que ir se adaptando de acordo com a realidade da família que a gente estivesse trabalhando. É interessante que as pessoas ao verem aqueles desenhos, elas se identificam naquilo ali, elas reconhecem...poxa, a minha casa, esse é o meu terreno, esse é o meu quintal, isso aqui fui eu que fiz, muitas vezes pediam para levar os desenhos para casa, eu acha isso super bacana, no início tinha aquela certa timidez, mas no final estava pintando e bordando tudo e querendo levar para casa (Chagas, 2021).

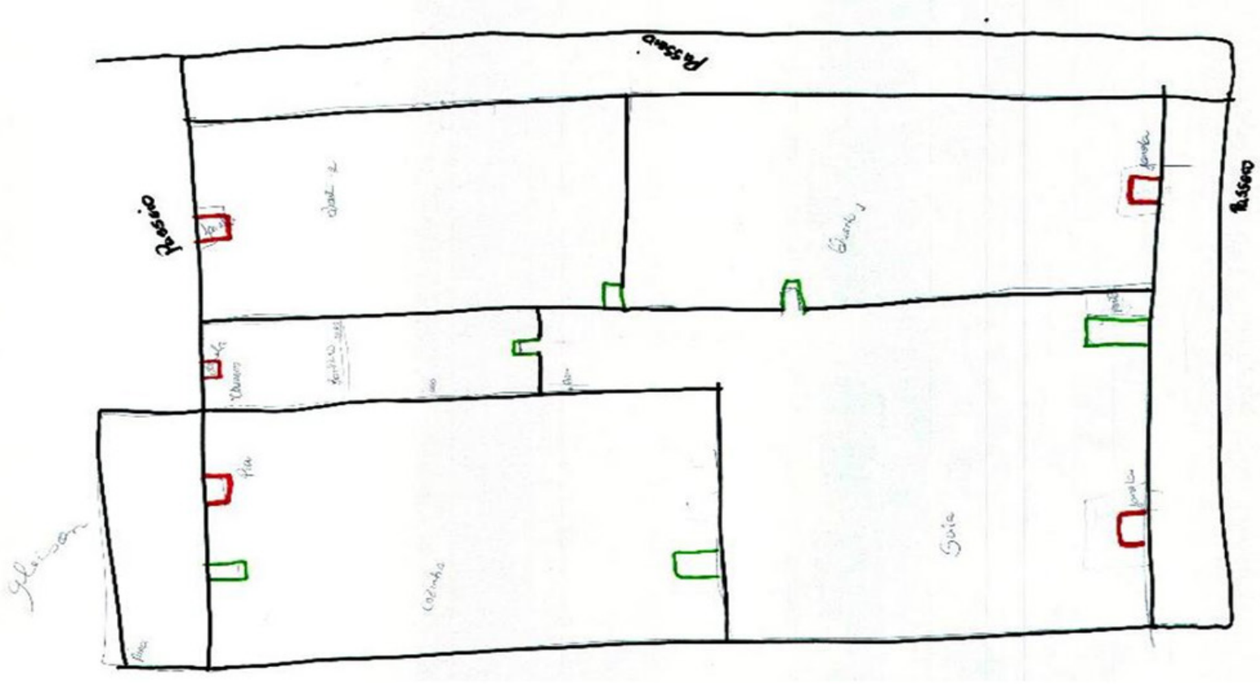


Figura 9 - Desenho de cartografia social elaborado por um núcleo familiar, com enfoque na edificação principal de uso habitacional do terreno 2. Fonte: Arquivo pessoal de um núcleo familiar, 2018.

Uma das assessoras técnicas destacou a elevada demanda de cartografias a serem feitas no território, mencionando o prazo judicial apertado. Essa situação gerava problemas de infraestrutura e sobrecarga de colaboradores, já que muitas famílias precisavam ser atendidas simultaneamente. A equipe responsável pela cartografia e vistorias, na época, era a maior da Cáritas em Mariana, mas a estrutura possuía desafios, com espaços inadequados para um grande número de pessoas e materiais produzidos. Contudo, ao longo do tempo, esses desafios foram sendo ajustados. A equipe também enfrentou desgaste pelo contato contínuo com uma população extremamente vulnerabilizada, cujas necessidades exigiam respostas urgentes.

A maioria da equipe de assessores dessa etapa tinha formação em Arquitetura e Urbanismo e Ciências Agrárias, e o objetivo inicial da cartografia era mapear as perdas materiais e atividades econômicas. No entanto, por se tratar de uma metodologia participativa, as pessoas elencam diversos traumas e sofrimentos. É importante ressaltar que os danos imateriais são levantados de forma mais efetiva na Etapa 4 – Tomada de Termo, e, em alguns momentos, os assessores foram repreendidos pela coordenação, no sentido de que os relatórios não poderiam conter somente informações sobre os mesmos, bem como que os levantamentos sobre as perdas materiais e atividades econômicas eram essenciais de serem captados na etapa para posterior processo de indenização e demais medidas de reparação. Certamente, as informações relativas aos danos imateriais que porventura surgissem seriam sistematizadas, mas todos deveriam ter clareza do objetivo de cada etapa do processo. Sendo assim, a metodologia passou por constantes revisões, para que fosse possível sistematizar também esses danos no relatório de cartografia.

Observou-se que, quanto maior o número de membros de uma família envolvidos nas oficinas, mais ricos eram os relatos e os desenhos produzidos. Além disso, o processo estava fortemente ligado às questões de gênero, uma vez que, em muitos casos, predominava a presença masculina nas oficinas, o que resultava em uma invisibilização do trabalho feminino no lar.

Nas oficinas, os relatos de perdas, muitas vezes já esquecidas ou não registradas anteriormente, emergiram, revelando o impacto profundo do desastre-crime nas famílias. Idosos, em especial, expressaram a crença de que não viveriam o suficiente

para receber a reparação. A cartografia social desempenhou um papel crucial nesse processo, pois possibilitou que as famílias identificassem e expressassem suas perdas de maneira segura e sem receio de represálias. O desenho manual tornou-se essencial na etapa de vistoria, sendo a base de informações para o levantamento de danos em áreas devastadas. Esses desenhos, juntamente com outros dados, como as plantas técnicas, ajudaram a elaborar mapas de uso do solo e ocupação do território, fundamentais para a disputa por uma reparação mais justa.

A metodologia participativa e a cartografia permitiram que as famílias construíssem suas memórias afetivas e o sentimento de pertencimento ao território perdido. Os relatos sobre festas, tradições culturais e práticas cotidianas enfatizaram a singularidade do território e os danos imateriais causados. A cartografia social serviu como ferramenta para instrumentalizar as famílias, auxiliando-as a contestar propostas de indenização consideradas inadequadas e oferecidas pelas empresas. “O grau de participação efetiva desses grupos no processo de mapeamento implicará diretamente na forma com que eles se apropriarão dessas ferramentas e as utilizarão” (Acselrad; Viégas, 2013 p. 21).

A cartografia social também se tornou uma ferramenta poderosa para confrontar as empresas responsáveis pelo desastre-crime, assegurando que os desejos e necessidades das famílias fossem reconhecidos. No entanto, muitas informações coletadas durante a cartografia foram desconsideradas nos reassentamentos coletivos, reproduzindo um modelo neoliberal que ignorava o modo de vida comunitário das populações atingidas.

As oficinas também revelaram disputas com grandes empreendimentos, que já avançavam na região antes do rompimento da barragem, em um processo de exploração compulsória da natureza. Nesse contexto, a cartografia social tem sido fundamental tanto para um levantamento mais preciso dos danos quanto para a formulação de propostas de reparação que atendam de maneira mais justa aos desejos das comunidades atingidas.

Considerações parciais

A exploração mineral contemporânea, fundamentada em práticas historicamente associadas à lógica colonial, produz impactos significativos sobre os territórios e as populações atingidas. Desde o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, centenas de famílias foram deslocadas compulsoriamente, projetos de vida interrompidos e ecossistemas profundamente comprometidos.

O processo de cadastramento da população atingida em Mariana buscou romper com a lógica neoliberal de um cadastro unificado para toda a bacia do Rio Doce, valorizando as especificidades territoriais e os modos de vida locais. Nesse processo, a cartografia social familiar, incorporada como ferramenta complementar, fortaleceu o protagonismo das comunidades atingidas e favoreceu formas mais participativas de construção territorial. A partir do levantamento das experiências, perdas e demandas dos núcleos familiares, foram estabelecidas pautas coletivas voltadas à reparação. Assim, os grupos participantes reafirmaram seus vínculos territoriais e passaram a questionar critérios impostos por políticas desenvolvimentistas. Ao visibilizar situações de vulnerabilização e resistência, a cartografia social consolidou-se como instrumento estratégico de reivindicação junto às instituições de justiça (Acselrad, 2013).

Mais do que um simples mapeamento cartográfico, esse processo possibilitou a sistematização de experiências coletivas, resgatando memórias, modos de vida e relações afetivas com o território. Por meio de uma linguagem acessível e participativa, os desenhos elaborados pelas famílias permitiram compreender os territórios a partir das vivências locais, conferindo maior legitimidade à luta por uma reparação justa. As oficinas desenvolvidas no âmbito do cadastramento conduzido pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais desempenharam papel fundamental na garantia de direitos e no fortalecimento das demandas das comunidades atingidas. Contudo, a efetivação da reparação ainda enfrenta inúmeros desafios, entre eles reassentamentos desalinhados às necessidades das famílias, indenizações insuficientes e medidas limitadas para mitigação dos impactos sociais, culturais e territoriais.

Sob a perspectiva do Capitaloceno, o desastre-crime de Fundão não pode ser compreendido como um evento isolado, mas como expressão de uma lógica de exploração da natureza e dos territórios vinculada à acumulação de capital. Nesse cenário, a cartografia social familiar ultrapassa a função técnica de registro de perdas e danos, constituindo-se como prática contra-hegemônica capaz de dar visibilidade às experiências, demandas e formas de resistência das comunidades atingidas. Ao incorporar saberes locais, memórias coletivas e modos de vida historicamente construídos, essa metodologia amplia as formas de produção do conhecimento territorial e fortalece processos participativos de reconstrução socioespacial, contrapondo-se às práticas tecnocráticas de planejamento e gestão frequentemente orientadas por interesses econômicos. Dessa forma, a cartografia social familiar emerge como uma alternativa metodológica e política que, embora desenvolvida em contexto rural, oferece importantes contribuições para o debate sobre alternativas para a cidade e o urbano no Capitaloceno, especialmente no que se refere à democratização dos processos de planejamento territorial e à valorização dos saberes locais como fundamento para a justiça socioambiental.

Referências

ACSELRAD, H. Apresentação. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). *Cartografia Social, terra e território.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. p. 5-14.

ACSELRAD, H. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, Henri. et al. (Org.). *Cartografias Sociais e Território.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. cap. 01, p. 13-43.

ACSELRAD, H.; VIÉGAS, R. N. Cartografias sociais e território - um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). *Cartografia Social, terra e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. cap. 01, p. 15-40.

ASSESSORIA TÉCNICA. Assessoria técnica: O que são os grupos de base. *A Sirene,* Mariana, ano 1, e. 12, p. 9, mar. 2017. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_mar__o_ed12_issuu. Acesso em: 20 mar. 2021.

BARROS, Ellen; SOUZA, Francielle de. *Atingidos e atingidas participam de oficinas de cartografia familiar.* Mariana: Cáritas Brasileira, 2018a.

BARROS, Ellen; SOUZA, Francielle de. *Cadastramento dos atingidos e atingidas chega à segunda etapa.* Mariana: Cáritas Brasileira, 2018b.

CARNEIRO, L. L. *Novas narrativas:* o plano de manejo de rejeito pela cartografia social em Barra Longa/MG. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

CHAGAS, Thais. [Entrevista cedida à] *Gabriel Mateus Silva Leite.* Videoconferência, MG, nov. 2021.

DUARTE, Adriana et al. Atingidos(as) antes do rompimento. *A Sirene*, Mariana, ano 4, e. 38, maio 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/maio_2018_issue. Acesso em: 15 mar. 2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. Página inicial. [S. l.], 2021. Disponível em: https://www.fundacaorenova.org/. Acesso em: 06 mar. 2021.

FERRARI, Júnia; FONTES, Renato; CARNEIRO, Karine; MICHELOTTI, Fernando; SILVA, Giliad de Souza. Neoextrativismo em territórios minerados. In: *XX ENANPUR,* 23-26 maio 2023, Belém. Anais [...]. Belém: ANPUR, 2023. Disponível em: https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/07/sl-33.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar P. *Enfrentando os limites do crescimento:* sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 303-318.

ITABAIANA, Isabela et al. Territórios invisíveis: a luta pelo reconhecimento como atingido em Mariana-MG. *A Sirene*, Mariana, ano 5, e. 56, p. 14-15, dez. 2020. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi__o_56_-_dezembro_2020_-_a_sirene. Acesso em: 20 abr. 2021.

MARQUES, M. S. Nota sobre o Real: expulsões e sofrimento social das populações atingidas em Mariana/MG. *Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 96-119, 2020.

MELLO, S. *Barroco Mineiro.* Belo Horizonte: Brasiliense, 1985.

MILANEZ, B. et al. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Belo Horizonte: *PoEMAS*; 2015. Disponível em: http://www.ufjf.br/poemas/2015/12/10/1055/. Acesso em: 15 jan. 2025.

MOORE, Jason W. Introdução. In: MOORE, Jason W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno?* Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. p. 12-24.

MUNIZ, Maria Regina Silva et al. Por amor ao Bento: onde tudo começou. *A Sirene,* Mariana, ano 2, e. 22, p. 8-9, jan. 2018. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed22_janeiro_issuu. Acesso em: 20 mar. 2021.

PASCOAL, Genival; DRUMOND, Rafael. Um cadastro dos atingidos. *A Sirene,* Mariana, ano 2, e. 15, p. 4, jun. 2017. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_junho_ed15_issuu. Acesso em: 10 mar. 2021.

QUEIROZ, Luzia et al. Cadastro: o direito de dizer sobre as minhas perdas. *A Sirene,* Mariana, ano 2, e. 20, p. 24-25, dez. 2017. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20. Acesso em: 12 mar. 2021.

QUEIROZ, Luzia et al. Para uma reparação justa, um cadastro nosso. *A Sirene,* Mariana, ano 3, e. 23, p. 8-9, fev. 2018. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_-_ed.23_-_2_anos. Acesso em: 10 jan. 2025.

RIBEIRO, Ricardo. [Entrevista cedida à] *Gabriel Mateus Silva Leite,* MG, nov. 2021.

SALES, Cristiano et al. É questão de justiça, sim. *A Sirene,* Mariana, ano 4, e. 43, p. 12-16, nov. 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi__o_43_novembro_issuu. Acesso em: 25 mar. 2021.

SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:* conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

SYNERGIA. *Passo a Passo para Aplicação do Cadastro Integrado.* [S. l.], 2016.

ZHOURI, A et al. *The Rio Doce Mining Disaster in Brazil:* between policies of reparation and the politics of affectations. Vibrant, [S. l.], v. 14., n. 2, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vb/a/rPQ5bGPH9fdtH9ZdynT4bjx/?lang=en. Acesso em: 21 fev. 2025.

COMO PROTEGER A CAPACIDADE DE CONTAR OUTRAS HISTÓRIAS DE PAISAGEM? Contranarrativas além do desenvolvimento e da ruína

HOW TO PROTECT THE CAPACITY TO TELL OTHER LANDSCAPE STORIES? Counter-narratives beyond development and ruin

Gabriel Schvarsberg[1] e Glaucineide do Nascimento Coelho[2]

Resumo
O ensaio discute a produção das paisagens a partir da dimensão narrativa. Reconhecendo uma política que define quais histórias ganham visibilidade e quais são silenciadas, o texto indaga sobre autoridade, seleção e apagamento nas narrativas de conservação, situando aí um desafio epistemológico às histórias de paisagem: revisar criticamente a herança moderna da paisagem e engajar a Universidade em alianças com práticas socioambientais territorializadas. A partir de três experiências de pesquisa e extensão, o ensaio sugere pistas para proteger a capacidade de contar outras histórias de paisagem baseadas na "centralidade dos praticantes", no "pensar pelo meio" e no cultivo de "tecnologias de envolvimento". Ao atentar para a dimensão colonial e para a feitiçaria capitalista que moldam o imaginário ocidental, argumenta-se pela necessidade de ecologias situadas, capazes de descolonizar o futuro e compor modos de vida enredados nos territórios, abrindo respostas aos impasses contemporâneos para além do desenvolvimento e da ruína.
Palavras-chave: histórias de paisagem; colonialismo; tragédias socioambientais; Região Serrana do Rio de Janeiro.

Abstract
The essay examines landscape production through a narrative lens. Recognizing a politics that determine which stories gain visibility and which are silenced, it questions authority, selection, and erasure within conservation narratives, outlining an epistemological challenge for landscape stories: critically revising the modern legacy of the landscape planning field and engaging the University in alliances with territorialized socio-environmental practices. Drawing on three research and extension experiences, the essay proposes pathways for protecting the capacity to tell other landscape stories, grounded in the "centrality of practitioners," in "thinking through the middle," and in cultivating "technologies of involvement." By paying attention to the colonial dimension and to the capitalist sorcery that shape the Western imagination, it argues for the need for situated ecologies capable of decolonizing the future and composing ways of living entangled with territories, opening responses to contemporary impasses beyond development and ruin.
Keywords: landscape stories, colonialism; capitalist sorcery; socio-environmental disasters; mountain Region of Rio de Janeiro.

1 Gabriel Schvarsberg, doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Professor associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Design da Escola Superior de Desenho Industrial Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DAU/PPDESDI/UERJ).
2 Glaucineide do Nascimento Coelho, doutora em Urbanismo (PROURB/UFRJ). Professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Patrimônio da Escola Superior de Desenho Industrial Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DAU/PPGAP/UERJ).

Introdução

Vivemos tempos em que muitas das certezas modernas parecem se desfazer. As dificuldades em responder às perturbações ambientais, sociais e subjetivas de nosso presente, para lembrar as três ecologias de Guattari (1990), convivem com deslocamentos forçados de populações, financeirização da terra, expansão da urbanização em escala planetária, aprofundamento das desigualdades, eventos climáticos extremos, entre outras tantas situações que nomeamos como crises. Diante desse cenário, é comum experimentar pensamentos paradoxais perante as paisagens que habitamos, visitamos ou somos convocados a proteger. Ora vemos como inevitável a sua transformação pelos processos do desenvolvimento econômico e produtivo. Ora desejamos recuperar formas de habitar e de conviver destruídas por processos de exploração de florestas, rios e comunidades. Ou apenas sentimos a urgência melancólica de aproveitar o pouco que resta antes da chegada anunciada da catástrofe.

Entre o desenvolvimento e a ruína, parece haver pouco espaço para imaginar outras histórias. É justamente essa sensação de bloqueio que move este ensaio. São muitos os desafios à produção de paisagens que, de alguma forma, sejam expressão de alternativas ao modelo desenvolvimentista e extrativista que hegemoniza a urbanização planetária. Por "alternativas", podemos pensar em paisagens cuja formação e manutenção estejam associadas a formas de cidadania baseadas na cooperação, na produção de autonomia às comunidades que ali vivem e a relações ambientalmente responsáveis. No entanto, afetos como pessimismo, cinismo ou exaustão operam no nivel das subjetividades sintomas do extrativismo material e cognitivo que marca nosso tempo, essa época que chamamos Capitalismo: sistema nascido há duzentos anos com a revolução industrial e a secularização do poder, e que em sua fase atual recebe qualificações como neoliberalismo tardio, pós-industrial ou capitalismo cognitivo. Apesar de poderem ser tomadas como sinônimos, cada palavra dessas narra uma estória dessa história e, parafraseando Donna Haraway, "importa quais ideias pensamos para pensar outras ideias. [...] importam as estórias que contamos para contar outras estórias. [...] importa quais estórias produzem mundos e quais mundos produzem estórias" (Haraway, 2023, p. 27).

Seguindo essa pista, se tomarmos a questão da gestão das paisagens a partir das relações entre preservação e as historicidades, o ato (aparentemente simples) de contar histórias de paisagem pode adquirir grande importância em um mundo que ganha sentido através de outras narrativas. Como sugere Tim Ingold (2015), as coisas deste mundo são suas histórias, isto é, elas não existem em um suposto mundo dado e universal, mas ocorrem em mundos de movimento e devir, onde sua constituição se faz em meio à história das relações que as trouxeram até determinado momento. Dessa forma, conhecer uma paisagem e dela se aproximar, seja para habitá-la ou para nela realizar ações que a transformem, implica conhecer as histórias que dela se contam, seguir seus entrelaçamentos, e ser capaz de juntar essas histórias à sua.

Considerando que há sempre forças em jogo nesse entrelaçamento de histórias e, assim, entendendo que contar histórias envolverá sempre uma dimensão política, é fundamental observar as tensões e disputas narrativas e pensar como situar-se diante delas e das paisagens que delas resultam. Assim, algumas perguntas que podem ser feitas diante das paisagens são: que histórias entram e quais ficam de fora nas narrativas de conservação das paisagens? O quê ou quem são narrados como sujeitos e o que ou quem são objetos dessas histórias? Quem pode contá-las e como se

constitui sua autoridade para isso?

Este ensaio propõe uma reflexão sobre os problemas expressos por essas perguntas, a partir de experiências de pesquisa e extensão envolvendo professores e estudantes do curso de arquitetura e urbanismo da UERJ. Particularmente, nos interessa pensar sobre como a universidade pode se inserir nesses processos de disputa em torno da gestão e produção das paisagens. Inicialmente será sugerida uma proposição conceitual que coloca o desafio em termos epistemológicos, considerando a necessidade de revisão crítica da herança moderna da paisagem e o papel do engajamento em alianças e co-aprendizados com lutas e práticas socioambientais de ênfase territorial como parte fundamental desta revisão. Em outras palavras, entender como sugere Cusicanqui (2021), que não pode haver um discurso sobre a descolonização, sem uma prática descolonizadora. Em seguida, compartilhamos três experiências que colocam em disputa a preservação de paisagens, de cujos aprendizados serão extraídas algumas pistas de caminhos para o que defendemos ser importante: mais do que preservar paisagens, proteger a capacidade de contar outras histórias de paisagem, que podemos denominar como contranarrativas, além daquelas do desenvolvimento ou da ruína, como aposta política para compor sujeitos e práticas com capacidade de enfrentar as forças poderosas que conservam a produção da catástrofe ecológica do presente. Importa ressaltar que essas três experiências não são apresentadas como estudos de caso metodológicos; ou seja, não aprofundaremos os modos como trabalhamos junto ao território e seus habitantes, mas sim como campos de emergência de controvérsias narrativas que este ensaio deseja problematizar.

Proteger a capacidade de contar outras histórias no Capitaloceno

Modernidade e colonialismo sempre caminharam juntos (Quijano, 2005; Cusicanqui, 2021). Nas paisagens do Sul Global, essa associação revela sua face mais violenta, pois não se funda apenas na escravização de povos africanos sequestrados, no genocídio indígena e no extrativismo de recursos naturais, mas também no apagamento, subordinação e na desqualificação de outros modos de habitar a terra e contar suas histórias. Neste processo, não apenas foram silenciadas as cosmologias originárias desses povos, mas também as misturas, adaptações e invenções culturais que foram sendo produzidas ao longo da história colonial até os dias atuais. Os efeitos desse processo permanecem visíveis no presente, manifestando-se, entre outras formas, na segregação socioespacial racializada que estrutura grande parte das cidades latino-americanas.

Malcom Ferdinand, defensor de uma ecologia decolonial, sugere que mais do que uma ideologia, “o racismo é uma maneira de habitar a terra que compreende uma engenharia das paisagens ambientais, sociais e políticas”(Ferdinand, 2022, p. 201). Denominar a formação das favelas urbanas brasileiras como aquilombamentos, por exemplo, é uma maneira de reconstituir por meio de revisão da historicidade de um termo como quilombo as raízes coloniais da urbanização capitalista nos trópicos e enfatizar que a inviabilização do acesso de pessoas racializadas pelo regime escravagista à terra urbanizada segundo os preceitos do urbanismo moderno, é um projeto colonial de poder que acompanhou a modernidade urbana.

Assim, a proposição conceitual que aqui se esboça parte da necessária reconexão da preservação das paisagens com suas historicidades. Devemos entender que paisagens se constituem, isto é, adquirem sentido cultural, a partir de como são ditas e descritas em determinados contextos. Assim, é preciso lembrar que há uma relação inequívoca entre a noção de paisagem e o par modernidade-colonialidade pois, como sugere Cauquelin (2007, p. 8), a paisagem “só parece natural ao preço de um artifício permanente”, artifício este assentado numa episteme moderno-colonial. Falar de gestão e preservação de paisagens implica, portanto, que não podemos esquecer que qualquer paisagem nunca é um fato supostamente natural, mas um ponto de vista social bastante específico situado em relações de poder e, portanto, construído sob os códigos culturais que orientam determinado olhar. Tal desnaturalização não é um exercício simples, como diz a autora:

> De fato, parece que a paisagem é continuamente confrontada com um essencialismo que a transforma em um dado natural. Há algo como uma crença comum em uma naturalidade da paisagem, crença bem arraigada e difícil de erradicar, mesmo sendo ela permanentemente desmentida por numerosas práticas (Cauquelin, 2007, p. 8).

Chamemos esta crença arraigada, essa força que insiste em contaminar os modos de pensar e sentir dominantes de feitiço. Inspirados pela ideia de feitiçaria capitalista, proposta por Isabelle Stengers e Philippe Pignarre (2011), sugerimos um deslocamento da ideia de preservação de paisagens para a de *proteção da capacidade de contar histórias de paisagem*. Para entender a importância da ideia de proteção aqui, é preciso entender sua relação com o problema dos feitiços. Marx foi o primeiro a propor que há um tipo de feitiço que contribui para colocar as mercadorias – e o processo de produção e conversão de coisas e seres em mercadorias – como unidade fundamental desse sistema produtivo. O chamado *fetiche* da mercadoria se expressaria no encanto que as mercadorias exercem sobre os consumidores, encanto cuja função é também ocultar as relações de produção por trás de cada mercadoria, produzindo alienação.

Stengers de certo modo atualiza e expande essa ideia, ao propor que é a reprodução de todo o sistema que opera através de um “feitiço sem feiticeiro” (pois não há nenhum agente central por trás de suas engrenagens). Dessa forma, para além de um sistema econômico e político, o capitalismo seria um regime de captura das subjetividades, impondo-se não pela coerção mas por um encantamento que, entre outros efeitos, impede a imaginação de alternativas a ele. Esse feitiço estaria sempre se aperfeiçoando, como um vírus que evolui diante de anticorpos, de tal modo que a questão não é apenas de lutar e resistir contra o sistema, mas também *criar proteções* constantes contra seu feitiço movente que o tempo todo se reorganiza, e cujo efeito mais eficiente tem sido reduzir a capacidade de imaginar e construir outros modos de existência.

Nomear isso que captura as subjetividades como feitiço é também uma maneira de fazer pontes com os saberes “dos outros” do ocidente e da modernidade, povos tradicionais, ameríndios, quilombolas, e tantos outros cujos saberes as ciências e a colonialidade do pensamento desqualificam ou apenas toleram, desde que entendidos na chave do folclore e do simbolismo; aqueles que, vistos de ‘cá’ (dos modernos) como supersticiosos, sabem, do lado de ‘lá’(dos não modernos), que é de uma imprudência enorme achar que não precisamos de proteção e que diante de tal ceticismo a catástrofe é perfeitamente previsível. O risco pragmático que corremos ao levar a sério a ideia de que estamos sob um sistema feiticeiro, sugere Stengers, é de aceitar a hipótese da catástrofe iminente a que estamos expostos. No entanto, segundo a filósofa, é apenas a partir da abertura a este risco que é possível recolocar a questão da nossa vulnerabilidade e dos aprendizados de proteções como um problema crucial. Elaborar tais proteções dependeria da capacidade de identificar o quê, em cada situação, estaria paralisando e envenenando o pensamento e, assim, nos colocando vulneráveis à captura (Pignarre e Stengers, 2011, pp. 40-41).

Ao pensarmos sobre os desdobramentos dessa ideia sobre a produção das paisagens do sul, é evidente que este feitiço age junto ao processo de inovação contínua das formas de exploração de humanos e não humanos para produzir recursos, sejam

eles commodities, sejam eles cartões postais para o turismo exploratório. Ambas são tendências que compõem o que hoje vemos e, portanto, narramos como paisagens. O feitiço segue contaminando e se proliferando através da história dos vencedores da empresa colonial. No Brasil, esta seria a história da relação patrimonialista com a terra, seja a das elites rurais ou urbanas, nomeadamente: o latifúndio, a monocultura, o extrativismo, a especulação imobiliária – esse "combo" colonial-expansionista que produz escassez no acesso à terra, desterrando pessoas de onde sempre viveram, apagando suas histórias e degradando ecossistemas.

Partindo da atualização que Stengers e Pignarre fazem do feitiço ao deslocar seus sentidos das engrenagens de um capitalismo industrial visto por Marx para os fluxos de um capitalismo cognitivo no neoliberalismo tardio, onde a necessidade de proteção atravessa todas as dimensões da lógica extrativista – do corpo da terra aos corpos de tantos seres, dos territórios expropriados às relações mais que humanas em paisagens perturbadas –, podemos pensar nas implicações de um deslocamento do capitalismo ao Capitaloceno. O termo, derivado dos debates em torno do Antropoceno, nome dado à época geológica em que a ação antrópica teria produzido alterações nos ciclos biofísicos e no regime climático na Terra, emerge em meio às críticas ao problema em atribuir a um "antropos" genérico a responsabilidade por esta era de catástrofes (Danowski e Viveiros de Castro, 2017). Afinal, quem são os responsáveis pela devastação? Que modos de vida produziram as perturbações que agora atingem de forma desigual populações humanas e não humanas? E que histórias são apagadas quando transformamos uma história específica — a da modernidade ocidental, colonial e capitalista — em uma suposta história universal da humanidade?

Não nos parece tão importante debater qual nome é mais preciso, mas pensar o que acontece com as paisagens neste deslocamento escalar, de um feitiço que amplia sua capacidade de envenenamento na lógica da urbanização planetária. Falamos de paisagens implicadas na superação da centralidade da cidade tradicional, onde o Capitaloceno se espacializa por meio das chamadas geografias extensivas da urbanização (Brenner, 2018), que dissolvem a antiga dicotomia urbano-rural ao territorializar as mudanças estruturais das redes de produção/consumo mundializadas através de extensas malhas infraestruturais e redes de comunicação multiescalares. Os municípios da região serrana, onde se territorializam as histórias contadas neste ensaio, constituem exemplos dessas reconfigurações, integrando-se de modo parcial, mas dependente, da região metropolitana do Rio de Janeiro onde é possível perceber gradações de intensidades de urbanização, ora em paisagens mais urbanas, ora mais rurais, mas com inúmeras zonas cinzentas e interconectadas.

Discutindo o Capitaloceno em sua defesa de histórias mais que humanas voltadas a outras mundificações, mais relacionais e situadas, Donna Haraway evoca as proposições de Stengers e Pignarre:

> Um compromisso sombrio e enfeitiçado pela sedução do Progresso nos acorrenta a infinitas alternativas infernais, como se não tivéssemos outras maneiras de remundificar, reimaginar, reviver e nos reconectar reciprocamente em bem-estar multiespécie. [...] Pignarre e Stengers reafirmam a capacidade dos coletivos situados de reinventar novas práticas de imaginação, resistência, revolta, reparação e luto, outras formas de viver e morrer bem. [...] outro mundo não é só urgentemente necessário, como também possível – mas só se não sucumbirmos ao feitiço do desespero, do cinismo ou do otimismo, nem ao discurso da crença/descrença do Progresso (Haraway, 2023, p. 104).

Neste contexto, e seguindo esta proposição, o desafio seria o de não permitir que o feitiço que opera perpetuando essas histórias nos paralise diante da força dos agentes que dominam a produção das paisagens no Capitaloceno. Desse modo, preservar qualquer paisagem atravessada por interesses extrativistas, coloniais e capitalistas de qualquer tipo, envolveria um exercício crítico e coletivo de proteção de histórias deslegitimadas ou em processo de apagamento, bem como da capacidade de contar outras histórias dessas paisagens; histórias capazes de germinar imaginários e desejos de outros modos de viver (Krenak, 2022), de outras relações com a terra além da propriedade e do recurso e, com isso, nos proteger contra a impotência gerada pela escala planetária das perturbações humanas, cujas forças estão envolvidas pela feitiçaria capitalista.

Contranarrativas

Apresentamos agora três experiências que ajudam a pensar como a Universidade pode participar e se posicionar diante desse desafio e, em diálogo com alguns autores, sugerimos três pistas que podem contribuir para processos de construção de proteção que nunca serão universais, mas, ao contrário, precisam emergir de agenciamentos concretos e sempre situados em algum território e junto aos problemas vivenciados por seus habitantes.

PAPO Terê

O primeiro caso é uma experiência de extensão realizada junto ao movimento social de Teresópolis, município da Região Serrana do Rio de Janeiro, que se contextualiza nas disputas em torno do Plano Diretor Municipal, onde foram criadas uma série de interdições pelo poder público. Num primeiro lance, a prefeitura realizou uma revisão do Plano Diretor sem participação social e viu o projeto ser embargado pelo Ministério Público. Diante deste quadro, num segundo momento, a Câmara de Vereadores se responsabilizou, em acordo com o ministério Público, pela realização dos processos participativos subtraídos da primeira versão, mas diante de ausência de equipe qualificada, propôs uma parceria com a UERJ[3] para que formulasse uma metodologia e conduzisse os trabalhos. Num terceiro ato, pouco depois de uma primeira atividade na câmara municipal, cortou a comunicação com o grupo. O motivo: num novo arranjo político, o prefeito passaria a apoiar o presidente da Câmara nas próximas eleições e não seria mais bem vista a tomada do protagonismo do executivo pelo legislativo na revisão do Plano Diretor. Diante do bloqueio do poder público ao processo de planejamento participativo, o grupo que envolvia a sociedade civil, a UERJ e outras Universidades parceiras[4], resolveu dar continuidade aos debates sob a forma do PAPO - Planejamento Alternativo Popular. Foram realizadas 4 oficinas participativas, mobilizando lideranças comunitárias, coletivos, produtores orgânicos, entre outros atores locais.

Neste processo cheio de camadas, gostaríamos de destacar a dimensão narrativa que permeou tanto os debates temáticos quanto o debate político em torno do processo. De um lado, um poder público alinhado aos interesses da especulação imobiliária bloqueia o debate democrático sobre o futuro da paisagem. A mensagem implícita é de que não há alternativas ao projeto de cidade das oligarquias políticas, de grandes

3 Através do projeto de extensão Habitares Comuns (ESDI-UERJ).
4 Coletivo que realizou atividades entre 2022 e 2024, articulado pela OnG Planeja Terê. Além do projeto Habitares Comuns e do Ateliê de Projeto de Arquitetura e Urbanismo do 8º período do DAU-UERJ, participaram os grupos Projeção de Cenários e Dinâmicas Territoriais (EAU-UFF) e CiDMobi - Cidade Direito e Mobilidade (IPPUR-UFRJ), além de lideranças e ativistas locais.

proprietários de terra e do capital imobiliário de Teresópolis, que avança suas fronteiras especulativas sobre áreas rurais e reservas ambientais. De outro lado, a Universidade se coloca ao lado de movimentos sociais locais que querem contar as histórias de produção de desigualdades e vulnerabilidades pelo planejamento urbano, de como comunidades faveladas resistem à escassez de moradia adequada ou de como pequenos produtores orgânicos ajudam a proteger reservas ambientais e aquíferos produzindo comida de qualidade.

Estes embates ilustram como o Capitaloceno pode ser tratado de maneiras diferentes. Se visto pela potência do poder político e do pretenso desenvolvimento econômico modulados na escala das oligarquias locais do colonialismo de Estado brasileiro, o feitiço capitalista gera a paralisia e a resignação diante da inexorabilidade extrativista. A devastação ambiental seria um resultado inevitável da urbanização neoliberal que age por dentro do Estado para desregular e enfraquecer os instrumentos urbanísticos e o controle social do planejamento da paisagem em um município médio brasileiro, permitindo os avanços especulativos que combinam mercado imobiliário, turismo, Airbnb e agronegócio.

Por outro lado, se visto de maneira aterrada, identificando suas manchas espaciais por meio das histórias contadas pelos praticantes dos territórios nos encontros e dinâmicas do PAPO, suas ações se tornam delimitáveis e os agentes locais podem ser identificados, sendo mapeados, nomeados e assim reposicionados em escala local e em possibilidades de ação política. Ao longo dos encontros, por meio de oficinas que estimulavam a construção coletiva de problemas, sujeitos diversos como associações de moradores de duas favelas, um coletivo de cultura periférica, representantes de agricultores familiares, professores da rede pública de ensino, movimento ambientalista local, entre outros, partilharam as problemáticas municipais de seus pontos de vista e articulam os modos com que agentes privados e públicos desviam os instrumentos de planejamento urbano a favor de seus interesses.

Tal articulação vai constituindo o que Ferdinand (2022) propõe como ecologia decolonial, processo que buscaria costurar o que chama de dupla fratura ambiental/colonial. Nesta ecologia, a preservação dos equilíbrios ecossistêmicos e a busca por emancipação de condições herdadas da lógica colonial formam um mesmo problema. Como afirma Ferdinand, “a ecologia decolonial encontra-se também nas lutas de ecologia urbana a partir dos bairros populares, dos guetos e favelas, onde estão confinadas minorias étnicas, onde a melhoria do meio de vida anda de mãos dadas com a busca por justiça social” (p. 207). Dessa forma, sugerindo a prática política de vincular lutas ambientais e lutas sociais, o autor defende que

> ao reconhecer que colonizações, racismos e discriminações de gênero são também maneiras de habitar a Terra, são relações paisagísticas, são forças geológicas no coração da crise ecológica, o questionamento da fratura colonial torna-se a questão fundamental da luta ecologista. Cuidando dessa dupla fratura, a ecologia decolonial faz das degradações da vida social, do extrativismo das peles negras e do racismo ambiental o alvo principal da ação ecológica”(Ferdinand, 2022, p. 201).

Seguindo esta lógica, movimentos ligados à moradia e cultura liderados por pessoas negras e movimentos ligados ao ambientalismo e à agroecologia, liderados por pessoas brancas, constróem não apenas laços de solidariedade, como vínculos em torno de causas compartilhadas em torno da terra urbana. Constróem uma comunidade mais diversa e encontram na Universidade um interlocutor institucional capaz de legitimar e fortalecer suas lutas. A centralidade dos praticantes, assim como a construção coletiva de instrumentos e situações para pensar de maneira situada em problemas territorializados, aterram o Capitaloceno e produzem proteções contra seu feitiço paralisante, permitindo que outras histórias de paisagem emerjam.

Ao se envolver com essas tramas, a Universidade ajuda a elaborar outra história para o planejamento da paisagem que será levado adiante por esses coletivos diversos em aliança: um projeto urbano-rural que propõe instrumentos para a gestão democrática do município, restrições a ocupações em áreas de preservação, a inserção das favelas no planejamento territorial, a articulação da educação ambiental com a cultura periférica, a valorização da produção agroecológica e do turismo de base comunitária, a revisão do zoneamento para produzir reparações históricas à comunidades vulnerabilizadas e regular a expansão urbana sobre áreas rurais e unidades de conservação, entre outras diretrizes. Uma grande contribuição da Universidade é que todo o debate é espacializado em cartografias, infográficos e postagens em redes sociais[5]. Esse processo tem uma proposta de “pedagogia urbana” (Souza, 2022), que envolve produzir mobilização, articulação entre agentes, além de gerar dados mais acessíveis, que podem instrumentalizar a população para os diálogos sobre o urbano e o debate sobre o Plano Diretor que em algum momento será destravado pela pressão social.

Cartografia da memória das tragédias climáticas

O segundo caso é o trabalho Final de Graduação da aluna Ana Carolina Lopes Gomez (2023). O trabalho realiza uma cartografia afetiva no bairro do Caxambu, em Petrópolis, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, muito cuidadosa na aproximação com os moradores para entender como uma comunidade responde, se recupera e como constrói memórias após uma tragédia, como a que ocorreu nas chuvas de 2022 em Petrópolis[6]. O Caxambu foi um dos bairros que sofreu bastante em 2022, mas já acumula um histórico de traumas desde as chuvas dos anos 1980. O trabalho envolveu a produção de cartografias tradicionais para uma leitura geomorfológica e urbanística, assim como entrevistas com moradoras, caminhadas e croquis etnográficos. Cabe destacar que essa aproximação metodológica não é neutra, pois parte do corpo implicado da pesquisadora, ela mesma moradora da região, assumindo uma postura situada que recusa a separação entre quem pesquisa e quem é pesquisado, entendendo o processo cartográfico como um campo de co-produção de sentidos em que os moradores e, sobretudo, as moradoras do Caxambu não são objetos de observação, mas sujeitos ativos na construção de uma leitura territorial que lhes pertence.

Entre muitas questões que o trabalho levanta, está a questão da “injustiça ambiental” (Acserald, Mello, Bezerra, 2009), que se refletiu na discrepância entre a velocidade de resposta do poder público municipal quando se trata de uma área periférica e quando se trata do centro histórico da cidade. A pesquisa partiu do entendimento de que essa discrepância não é conjuntural, mas estrutural, sendo expressão de uma agência deliberada de injustiça ambiental que, como apontam Acselrad, Mello e Bezerra (2009), distribui de forma desigual os riscos e as vulnerabilidades segundo recortes de classe, raça e território, pois, como nos lembra Haraway (2023, p. 102) a partir de Eileen Crist, a persistência cada vez mais profunda da escassez e do sofrimento que se abate sobre determinadas formas de vida é um artefato do excepcionalismo humano em todos os seus níveis, recortes que, no contexto do Capitaloceno, se intensificam à medida que a lógica extrativista e a urbanização neoliberal aprofundam as condições de precarização das periferias urbanas.

5 Ver “Planejamento Alternativo Popular: Caderno de Propostas” (Coelho e Schvarsberg, 2024).
6 Trata-se das chuvas intensas que ocorreram em 15 de fevereiro e 20 de março de 2022 que ocasionaram 242 mortes, além de deixarem milhares de construções interditadas e um grande impacto econômico e na infraestrutura urbana.

Diante deste fato, moradores do Caxambu precisaram encontrar suas próprias respostas emergenciais durante o evento, mas também nos dias que se seguiram às chuvas. Salta nas histórias encontradas o protagonismo das mulheres, sempre à liderança dos coletivos locais dedicados à mobilização comunitária, às ações educativas e à manutenção da memória coletiva. Nesta produção de memória, a presença das águas é quase onipresente na paisagem, uma entidade viva que aciona diversos afetos, ligados à vida e à morte. O redesenho do território feito pelas águas deixa cicatrizes urbanas que denunciam o abandono do Estado, que pouco fez pela sua recuperação. São essas mesmas cicatrizes que agem como mote para a união comunitária, que se fortalece junta para lutar pela visibilidade de seu território e por ações governamentais e recursos públicos.

Esta cartografia, feita de uma coleção de histórias de vida, apresenta uma paisagem muito mais complexa e rica do que as imagens típicas da falta, da vulnerabilidade e da tragédia. Há traumas, mas também uma memória coletiva formada pela diversidade de saberes do território narrado nas falas das co-cartógrafas. Essa memória abriga também as capacidades de cooperação, solidariedade e auto-organização dos moradores e seus modos de aprender a conviver com o luto das perdas e com as águas em sua força e abundância. A memória é sempre social e situada, reconstruída a partir dos vínculos comunitários que orientam a experiência vivida (Halbwachs, 2006). Nesse sentido, a cartografia do Caxambu revela que a memória coletiva produzida após as chuvas não é apenas lembrança, mas um campo de disputa — uma operação narrativa que, como sugere Sarlo (2006), reorganiza sentidos, afetos e posições diante do trauma e do território.

O trabalho entendeu ainda que essa disputa narrativa não pode ser lida de forma isolada, pois ela se insere nas contradições mais amplas do Capitaloceno, na medida em que as tragédias climáticas que atravessam o Caxambu não são eventos excepcionais, mas consequências previsíveis de um regime de acumulação que produz, de forma deliberada e sistemática, a vulnerabilidade de territórios como este, através da desregulação ambiental, da negligência infraestrutural e da colonialidade que orienta a distribuição desigual dos riscos e dos recursos. Nesse sentido, a cartografia afetiva produzida pelo trabalho de Gomez (2023) opera como uma “tecnologia de envolvimento”, que registra o que foi vivido, mas também ativa, pelo ato de narrar coletivamente, novas capacidades de imaginar e reivindicar outros futuros para esse território.

Cartografia do corpo-território no pós-desastre

Do bairro Alto da Serra, em Petrópolis, emerge o terceiro caso — também um Trabalho Final de Graduação —, uma cartografia realizada por Juliana Baur em 2023 como um exercício de ressensibilização das relações entre corpo, território e política em um contexto marcado por “vulnerabilidades socioambientais” (Porto, 2012). Mais do que documentar um desastre, a pesquisa elabora novas condições de legibilidade para “outras histórias” locais (Mignolo, 2020, p. 282) emergirem das mulheres que habitam um dos bairros mais atingidos pelas chuvas de 2022 na cidade de Petrópolis, integrando a dimensão da vulnerabilidade corporal, do luto e da precarização de vidas subalternizadas.

A partir desse contexto, interessa-nos sublinhar a conexão entre o que o trabalho revela empiricamente e o que o debate do Capitaloceno nos convida a reconhecer, a saber, que os colapsos ambientais que afetam bairros como o Alto da Serra não são acidentes, mas produtos de uma lógica de acumulação que não apenas extrai recursos da natureza, mas também das vidas, dos corpos e dos territórios dos mais vulneráveis. A lógica que racializa a exposição ao risco, expõe na cartografia como recai de modo desproporcional sobre as mulheres negras e periféricas o peso das catástrofes climáticas, ao mesmo tempo em que lhes nega os recursos necessários à recuperação.

A devastação que atravessou o bairro do Alto da Serra expõe um léxico da paisagem que revela as assimetrias de poder que sustentam a produção social das cidades, acirrando as injustiças ambientais. Após uma aproximação cuidadosa com lideranças, foram propostos jogos cartográficos em um conjunto de encontros com uma rede de mulheres atingidas pela tragédia. Nestes encontros, as mulheres falaram de suas perdas familiares e materiais. Algumas perderam suas casas, seja para a enxurrada, seja para a interdição pela Defesa Civil. Parte pôde retornar ao território, parte se deslocou. A indignação se expressa na percepção de desequilíbrio entre o investimento em obras para recuperar o centro da cidade, onde estão os bairros nobres, e as políticas habitacionais e urbanísticas voltadas para a comunidade. A política de resposta municipal é amplamente criticada por seus limites, lentidão, fragilidades e incapacidade de garantir não apenas o direito básico à moradia digna, mas o direito à dignidade coletiva de uma comunidade com uma história comum, que se forma a partir de laços sociais entre si e com o território. Acessando um aluguel social insuficiente, aguardando em filas para uma distante possibilidade de receber uma casa em empreendimento de habitação social que não sai do papel, as mulheres mostram a força de uma economia do cuidado cujas redes de solidariedade garantem que ninguém fique para trás. Essa rede mostra que o conhecimento territorial comunitário poderia reorientar um processo de urbanização com adaptação ao risco; que estas redes precisam ser escutadas para a formulação de uma política mais eficaz na manutenção dos laços de vizinhança, entendidos como aspectos centrais na reestruturação da dinâmica cotidiana de crianças, idosos e das formas de geração de renda em bairros populares.

O trabalho parte de uma epistemologia situada, atravessada pela noção de corpo-território, tal como elaborada por Verónica Gago (2020), para revelar como os modos de habitar, sentir e sobreviver ao colapso ambiental são inseparáveis das camadas históricas que racializam, generificam e precarizam o espaço urbano. Ou seja, a paisagem não é mera superfície geográfica, é também um território denso de afetos, saberes e práticas de cuidado tecidas no cotidiano, onde cada gesto das mulheres, cada memória evocada e cada denúncia feita no processo de escuta participativa reordena o território como arena de disputa, revelando camadas invisibilizadas de outras existências e realidades que tecem a paisagem. A pesquisa, em diálogo com Gago (2020), aponta que o corpo feminino nos territórios subalternizados não é apenas vítima passiva das violências estruturais, mas também o lugar onde se elaboram, coletivamente, as resistências, os saberes e as práticas de cuidado que constituem outras formas de relacionar-se com o território, formas que o paradigma urbanístico hegemônico, ancorado nos léxicos coloniais e desenvolvimentistas, sistematicamente invisibiliza.

Nesse sentido, a cartografia afetiva conduzida no Alto da Serra parte do pressuposto de que ‘cartografar com’ é praticar uma ação política-politizante, um despertar da latente consciência política do comum (Ribeiro, 2002), mobilizando uma política da presença do corpo feminino que desestabiliza o olhar técnico-normativo e restitui a centralidade daquelas que efetivamente sustentam a vida em territórios vulnerabilizados. Acrescentamos que essa dimensão política e politizante da cartografia também é instrumento de resistência e denúncia da colonialidade. Cartografar com as mulheres do Alto da Serra atuou como um ato de contracolonização, no mesmo sentido que Antônio Bispo dos Santos (2023) atribui a esse termo, ao afirmar que contracolonizar é “querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender” (Santos, 2023, p. 36). Para o autor, esse movimento implica enfraquecer as “palavras coloniais” (p. 3) que naturalizam a dominação, substituindo-as por denominações que

potencializam saberes subalternizados e reconhecem modos de vida não redutíveis à lógica colonial.

Nessa proposta, o importante é explicitar o alcance dos jogos cartográficos enquanto tecnologias de envolvimento, como forma de narrar juntos as paisagens em “contrapelo” (Benjamin, 1994) aos léxicos coloniais e desenvolvimentistas que capturam o paradigma da urbanização. Ao escutar de forma atenta as mulheres — suas memórias corporais, suas estratégias de cuidado, suas percepções da cidade pós-desastre —, pertencimentos outros são ativados a partir de um exercício que tensiona narrativas insurgentes e celebra as “alianças afetivas”, como sugere Krenak (2022, p. 73). Tais alianças afetivas, formando redes invisíveis que costuram corpo e território, podem ser vistas como a imagem proposta por Vinciane Despret (2022, p. 108), em que “a teia que a aranha tece define os limites de seu corpo no espaço; é o corpo da aranha”. Como as aranhas, as mulheres do Alto da Serra produzem territórios que são também corpos que denunciam, reconstroem e reinventam o mundo ao qual pertencem. É nesse sentido que as cartografias afetivas operam como tecnologias de envolvimento: modos de tecer, com o território, narrativas que resistem, respondem e reafirmam outras possibilidades de existência.

Além do desenvolvimento e da ruína

A partir desses três casos, todos envolvendo a produção de narrativas distintas tanto do ideário desenvolvimentista quanto da narrativa catastrofista da ruína produzida pelo capitalismo, podemos esboçar algumas pistas sobre o desafio de construir proteções para a capacidade de contar outras histórias.

Pistas 1- centralidade dos praticantes

A primeira pista aponta para a centralidade dos praticantes dos territórios e a importância de uma aproximação atenta e aberta ao modo como a produção do território se constitui como problema para *esses* praticantes, mesmo que não seja a *nossa* maneira de definir os problemas. Cada vez mais, as práticas extensionistas nas Universidades têm procurado reposicionar-se diante de outros saberes, atentando para a colonialidade em movimento não necessariamente no conhecimento que produz (embora muitas vezes também seja o caso), mas na condição de autoridade que este se coloca em relação às outras práticas. O problema está em saber dosar/ajustar, ser capaz de neutralizar ou utilizar a condição de autoridade nos processos de interlocução com os agentes atuantes em cada “assembleia”, frente a cada situação. Se é importante ser capaz de escutar e aprender com outros saberes, em determinadas situações, é a autoridade associada à Universidade que pode ser também um instrumento tático de apoio às lutas sociais, por exemplo.

Este seria um caminho para o exercício de uma ecologia das práticas (Stengers, 2021), onde não há modelos a seguir, mas processos de escuta, ressonância, composição entre diferentes praticantes. Neste ambiente, a cartografia da ação (Ribeiro, 2002) se constitui como proposta epistêmica a uma ecologia das práticas, ao traçar mapas que não apenas representem, mas intervenham ativamente na produção dos territórios, buscando potencializar a ação social. Esta ferramenta pode contribuir para a produção e reativação de histórias de paisagem que, de outro modo, teriam sido apagadas, criminalizadas ou capturadas. Aqui o fazer mapas é uma invenção coletiva das próprias identidades e territorialidades que emergem na fabulação dos encontros entre práticas. Sua aposta é de um fazer ciência implicada, e não supostamente neutra, que passa por escolhas que são políticas. Perguntar então: com que práticas iremos nos articular? Que narrativas devemos fortalecer com nossas práticas acadêmicas? Como podemos compor, junto aos habitantes, os mapas de suas próprias territorialidades?

Pista 2 - pensar pelo meio

A segunda pista ajuda a lidar com o problema das escalas. Esta é uma questão particularmente sensível, na medida em que os desafios colocados pela emergência climática se caracterizam na problemática dos “hiperobjetos”, onde a escala seria grande demais, tanto para observar o problema, quanto para definir as estratégias de enfrentamento a ele (Danowski e Viveiros de Castro, 2014). É a sensação de impotência diante da percepção de que ações locais surtem pouco efeito na mitigação do aquecimento global, por exemplo; e de que os estados nacionais, aqueles que deveriam ser capazes de coordenar um grande esforço comum, não o fazem por estarem reféns do capital financeiro e dos agentes da catástrofe (multinacionais do petróleo, mineradoras etc.) e sua sanha extrativista.

Duas abordagens metodológicas se complementam para criar proteções a este tipo de paralisia. A primeira é a proposta de entender o Antropoceno/Capitaloceno a partir de suas manchas, ou fragmentos. A antropóloga Anna Tsing (2021) explica que, na ecologia da paisagem, manchas são composições diferenciadas de espécies e condições ecológicas. Elas se formam a partir de dinâmicas particulares entre espécies e as paisagens que habitam e transformam, sobretudo a partir dos distúrbios gerados pela ação humana. As manchas de paisagem permitem aterrar o Capitaloceno, percebê-lo em campo e, com isso, atentar para as interrelações entre justiça ambiental e desigualdades sociais nos territórios. Assim, a escala vai depender do fenômeno estudado.

Se a infraestrutura tem a ver com monoculturas, a estrutura de mancha que você busca segue as plantações. Se tem a ver com a distribuição da radioatividade, a estrutura de paisagem que você precisa segue a radioatividade. (...) Quais infraestruturas estão envolvidas? Quais manchas de estruturas de paisagem elas produzem? Como as formas de coerção e disciplina de humanos e não humanos estão interligadas? Quais suas consequências ferais[7]? (Tsing, 2021, p. 184).

A segunda abordagem complementa as manchas e se refere à ideia de *pensar pelo meio*. Isto implica praticar uma política que não se prende a predefinições como macro ou micro, mas é sempre uma mesopolítica. O meio aqui tem a dupla acepção de situação intermediária, intervalar, e também de ambiente, de “oikos”, um pensamento ecológico. Pensar pelo meio corresponderia então, por um lado, ao exercício de renúncia de bases gerais ou horizontes ideais universalizáveis para as ações. O pensamento ecológico, por outro lado, exige que se procure manter qualquer problema e qualquer prática ancorados no ambiente onde eles se expressam, considerando que são fruto de uma história e esta é indissociável do meio de onde emergiu, o que não confere a nenhuma teoria “o poder de desemaranhar algo de seu ambiente particular.” (Stengers, 2021)

Pista 3 - tecnologias de envolvimento

> Este é um trabalho de ligação, de costura, de enredamento. Precisamos de um planejamento orientado por teorias do envolvimento (Ribeiro, 2012).

7 Como explica Anna Tsing, “Em inglês, o termo “feral” (feral) se refere a animais que escaparam da domesticação. Ampliamos o termo para destacar como seres vivos e não vivos podem ganhar novos poderes ao se associarem aos projetos humanos modificadores da terra, da água e da atmosfera que chamamos de infraestruturas” (Tsing, 2021, p. 177).

A terceira pista, totalmente integrada às anteriores, fala de envolvimento: entre praticantes, entre as práticas e seus ambientes, entre nossas histórias e as histórias de cada lugar. Pensadores como Ailton Krenak e Antônio Bispo dos Santos parecem responder à provocação de Ana Clara Torres Ribeiro, propondo a partir das ontologias afroindígenas teorias que defendem o envolvimento como uma alternativa ao paradigma do desenvolvimento e com as quais outras formas de planejamento têm muito o que aprender.

O pensador quilombola associa o desenvolvimento ao processo histórico que levou a humanidade a ver-se como algo separado da natureza, resultado do amplo processo de desconexão — do humanismo em relação aos outros viventes e à relação com a terra — que conduziu à formulação das narrativas universais da civilização, do progresso e do desenvolvimento. A essa desconexão, ele dá o nome de cosmofobia (Bispo dos Santos, 2023). Entendido como uma doença, o medo do cosmos, dos processos que não se submetem ao domínio da ciência, do mercado, da razão ou das religiões monoteístas, leva ao apagamento das outras histórias que ficaram fora dos livros do Ocidente.

Assim, vivemos sob um modelo de urbanização que produz cidades e paisagens cosmofóbicas, cujas histórias des-envolvem sociedade e natureza**.** Podemos pensar então em tecnologias de envolvimento para fazer frente à cosmofobia. Como técnicas de proteção, estas seriam práticas de contracolonização, segundo Bispo, formas de imunização contra a doença da cosmofobia. Para ele, uma das maneiras de fazer isso consiste em enfraquecer as palavras coloniais, numa 'guerra de denominações', contando e espalhando outras histórias com palavras capazes de germinar outros modos de viver.

As três experiências aqui apresentadas exemplificam como, por meio dessas pistas, podemos proteger a capacidade de contar outras histórias de paisagem. No Papo Terê, na Cartografia afetiva do Caxambu e na Cartografia com as mulheres do Alto da Serra, foi pensando pelo meio, buscando construir conhecimento situado e promover articulações coletivas e territoriais através de práticas de envolvimento – entre pesquisadores e comunidades, entre comunidades e seus territórios ou mesmo entre distintos coletivos formando uma comunidade em torno de uma causa partilhada – que se fez possível contar outras histórias das paisagens serranas. Seja nas articulações entre ambientalistas, agricultores e moradores de favela em torno do Plano Diretor de Teresópolis; seja no reconhecimento de comunidades que se organizam para reagir a um desastre socioambiental e buscam repensar os riscos, vulnerabilidades e potências entre corpo, território, águas e as práticas de cuidado lideradas por mulheres no Caxambu e no Alto da Serra em Petrópolis; foi no "fazer com" a universidade e situando as narrativas da paisagem em torno dos habitantes e suas experiências concretas em territorialidades delimitáveis, que outras histórias de paisagem puderam emergir.

Neste ponto, o conceito de corpo-território (Gago, 2020) exige que não seja mais possível pensar a conservação da paisagem como uma natureza ou uma materialidade separada das relações entre humanos e não humanos e que outras relações entre cidade-natureza só podem ser pensadas a partir de uma ecologia decolonial (Ferdinand, 2022), onde enfrentar racismo e questões de gênero implique incluir seus desdobramentos na formação das paisagens. Assim, pensar em políticas para as paisagens diante do Capitaloceno passa por entender que paisagens só podem ser conservadas através da proteção e fortalecimento de práticas que se territorializam ali em comunidades mais que humanas como o cuidado coletivo, a autogestão da vida comunitária, a agroecologia, as culturas periféricas que convertem estigmas negativos em orgulho e autoafirmação, a liderança feminina entre outros aspectos de habitabilidades que não param de se inventar localmente.

Considerações finais

Neste ensaio, vimos que a narrativa tem uma centralidade na produção das paisagens e que atentar à dimensão colonial e à feitiçaria capitalista presentes nas narrativas de paisagem é fundamental para aumentar as capacidades de contarmos outras histórias. Se, desde sua invenção enquanto conceito (Cauquelin, 2007), a paisagem permaneceu circunscrita à linguagem do Ocidente, esse cuja história vem produzindo cada vez mais cosmofobia e devastação ambiental, a aposta aqui colocada está em colecionar, produzir e difundir histórias onde paisagens falam de modos de vida ecologicamente entrelaçados e envolvidos nos e com os territórios.

Porém não se trata de tarefa fácil. Inspirados pela noção de feitiçaria capitalista proposta por Isabelle Stengers e Philippe Pignarre (2011), sugerimos que parte dessa dificuldade decorre de um envenenamento das capacidades de imaginar, desejar e construir alternativas que se espraia na escala da urbanização planetária no Capitaloceno. Nesse contexto, proteger paisagens não pode se limitar a apenas conservar formas físicas ou atributos ambientais sem questionamento dos sentidos e valores destas formas, sem se perguntar quem tem legitimidade para determinar as funções e significados da paisagem. Defendemos que as políticas de conservação devem constantemente reavaliar seus pressupostos epistemológicos ao buscar modos e meios de proteção das capacidades de contar outras histórias de paisagem; histórias capazes de deslocar os sentidos dominantes que transformam territórios em recursos, comunidades em obstáculos e futuros em mercadorias.

Essa proteção, contudo, não se realiza por meio de um exercício abstrato de imaginação criativa daqueles que herdaram a tradição moderna no campo projetual: arquitetos, planejadores, paisagistas, designers, técnicos de autarquias e agências que fazem a gestão das paisagens. Stengers, ao defender que "uma outra ciência é possível", sublinha que sem uma tradição coletiva a reativar, o caminho para reaprendizagens de outras histórias de paisagem é se conectar com movimentos de resistência, tanto políticos quanto epistêmicos, caso contrário, há um risco de incorrer em narrativas artificiais com traços de exotismo (Stengers, 2023). Assim, criar proteções implica construir conexões entre e com os "outros da modernidade" por meio de práticas concretas de encontro entre saberes, experiências e modos de habitar. Depende, como nos casos aqui apresentados, da construção de alianças entre universidade, movimentos sociais, coletivos territoriais e praticantes envolvidos cotidianamente com os conflitos e as transformações das paisagens. É nesse 'fazer com', nesse fazer junto, que situamos a possibilidade de produzir narrativas capazes de ampliar a legibilidade dos territórios, de redefinir regimes de visibilidade, e de sustentar outras formas de ação técnica e política diante das disputas socioambientais do presente.

Descolonizar o futuro é hoje um desafio fundamental, uma vez que o próprio futuro se tornou uma das novas fronteiras de expansão do capitalismo (Ribeiro, 2012; Miraftab, 2016). Contra a narrativa de que não existem alternativas concretas ou de que os problemas contemporâneos são grandes demais para qualquer ação significativa, as pistas sugeridas neste ensaio apontam para a importância de buscar ecologias situadas, mais complexas e menos binárias do que as histórias da vitória do desenvolvimento ou da ruína inevitável produzida pela exploração dos territórios e das subjetividades. São práticas que sugerem outros possíveis para as paisagens e para as histórias que contamos sobre elas. Se a feitiçaria capitalista opera bloqueando a imaginação de futuros menos catastróficos, uma forma de proteção consiste em ampliar nossa capacidade de contar outras histórias. Histórias que se constroem por meio de tecnologias de envolvimento com as práticas e seus territórios. Pensando pelo meio e compondo enredos junto aos praticantes, essas contranarrativas podem contribuir para a formação de sujeitos políticos capazes de enfrentar os desafios do

presente e aqueles que ainda estão por vir.

Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BAUR, Juliana. *Cidade, mulher e poder*: vulnerabilidades socioambientais e a instituição de direitos urbanos no Alto da Serra em Petrópolis - RJ. 2023. 158 f. Trabalho final de graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Petrópolis, 2023.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas (v.1):* Magia e Técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense,

1994.
BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu/Piseagrama, 2023

BRENNER, Neil. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica.* Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

COELHO, Glauci; SCHVARSBERG, Gabriel (Orgs.). *Planejamento Alternativo Popular: Caderno de propostas* (publicação digital). 2024. Disponível em: https://www.esdi.uerj.br/extensao/4930/habitares-comuns-praticas-e-narrativas-de-envolvimento-para-autonomia-urbana.

CUSICANQUI, Silvia R. *Ch'ixinakak utxiwa*: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores.São Paulo: n-1 edições, 2021.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há um mundo por vir?* Ensaios sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbarie, 2014.

DESPRET, Vinciane. *Habitar como un pájaro:* modos de hacer y de pensar los territorios. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2022.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial:* pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

GOMEZ, Ana Carolina Lopes. *Cartografia dos Afetos:* Métodos etnográficos para criação de vínculo junto aos moradores do Caxambu, Petrópolis. 2023. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

HARAWAY, Donna. *Ficar com o problema*: fazer parentes no Chthuluceno. São Paulo: n-1 edições, 2023.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro Editora, 2006.

INGOLD, Tim. *Estar vivo*: ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KRENAK, *Futuro ancestral*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

MIGNOLO, Walter. Historias Locais / Projeto Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (Online). Recife: 2016, v. 18, n. 3, p.363-377, set-dez. 2016.

PIGNARRE, Phillippe; STENGERS, Isabelle. *Capitalist Sorcery:* breaking the spell. London, UK: Palgrave Macmillan, 2011.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. *Uma ecologia política dos riscos*: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, 2ª edição.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. In: *CADERNOS IPPUR* Ano XV, No 2, Ago-Dez 2001 / Ano XVI, No 1, Jan-Jul 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente*: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*: cultura de la memoria y primera persona. México: Siglo XXI Editores, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade*: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

STENGERS, Isabelle. Notas introdutórias sobre uma ecologia de práticas. In: MATTOS, Wladimir (Coord.). *Artecompostagem'21* . São Paulo: Universidade Estadual Paulista/ Instituto de Artes, 2021.

STENGERS, Isabelle. *Uma outra ciência é possível:* manifesto por uma desaceleração das ciências.Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2023.

TSING, Anna. O Antropoceno mais que Humano. *Ilha – Revista de Antropologia*. Florianópolis, 2021, v. 23, n.1, p. 176-191.

TSING, Anna. *O cogumelo no fim do mundo:* sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: n-1 edições, 2022.



NOTAS DELIRANTES PARA A RETOMADA DAS CIDADES

DELIRIOUS NOTES ON RECLAIMING CITIES

Carolina Clasen[1] e Alyssa Volpini[2]

Resumo
O artigo propõe uma reflexão sobre as cidades a partir de uma abordagem histórico-ensaística que articula pandemia, corpo e festa como dimensões políticas da vida urbana. O percurso analítico estabelece uma aproximação entre três momentos: as práticas de mitigação do contágio durante a pandemia, os cenários produzidos pela Gripe Espanhola de 1918 e a ação coletiva "Carnival Against the Capital", realizada em Londres em 1999. Com base na análise de documentos e registros imagéticos, investiga-se de que modo práticas festivas e manifestações podem ser compreendidas como formas de insurgência urbana, tensionando processos de controle dos corpos e restrição do uso do espaço público. Apoiado nas contribuições de Walter Benjamin, Aby Warburg, Saidiya Hartman e Georges Didi-Huberman, o texto argumenta que tais experiências revelam gestos de contestação, capazes de reativar a dimensão pública da vida e sugerir a emergência de outros modos de estar e produzir a cidade.
Palavras-chave: cidades; espaço urbano; insurgência urbana; carnaval; pandemia.

Abstract
This article reflects on contemporary cities through a historical-essayistic approach that articulates pandemic, body, and festivity as political dimensions of urban life. The analytical trajectory establishes a connection between three moments: contagion mitigation practices during the pandemic, the scenarios produced by the 1918 Spanish Flu, and the collective action Carnival Against the Capital, held in London in 1999. Based on the analysis of documents and visual records, the study investigates how festive practices and public demonstrations can be understood as forms of urban insurgency, challenging processes of bodily control and restrictions on the use of public space. Drawing on the contributions of Walter Benjamin, Aby Warburg, Saidiya Hartman, and Georges Didi-Huberman, the article argues that such experiences reveal gestures of contestation capable of reactivating the public dimension of life and suggesting the emergence of other ways of inhabiting and producing the city.
Key-words: cities; urban space; urban insurgency; festivity; pandemic.

O contexto de produção desta reflexão, situado no ano de 2021, é marcado por transformações intensas no uso e na regulação do espaço público, decorrentes da pandemia de COVID-19. Tal cenário não apenas instituiu práticas de contenção e distanciamento, como também evidenciou a persistência de estruturas sociais atravessadas por desigualdades raciais, autoritarismos políticos e formas históricas de controle dos corpos. Diante desse quadro, este artigo propõe uma aproximação entre diferentes momentos históricos em que o espaço urbano foi tensionado por situações de crise sanitária e por manifestações coletivas, com ênfase em práticas festivas e insurgentes. Para tanto, são analisados, em perspectiva relacional, contextos distintos nos quais emergem formas de ocupação e reivindicação da cidade, articulando pandemia, corpo e vida pública.

Ao percorrer tais experiências, busca-se contribuir para a compreensão da urbanidade enquanto construção histórica e prática coletiva, destacando a centralidade da presença corporal e da ação conjunta na produção do espaço urbano. Nesse sentido, a evocação de manifestações festivas, do uso intensivo do espaço público e de formas de celebração coletiva opera como chave analítica para refletir sobre os limites e as possibilidades da vida urbana contemporânea.

O percurso metodológico fundamenta-se em uma abordagem histórico-ensaística, que articula a análise de documentos e registros imagéticos com uma leitura crítica de eventos e práticas sociais, entendidos como vestígios de experiências urbanas insurgentes. Inspirado nas contribuições de Walter Benjamin, Aby Warburg, Saidiya Hartman e Georges Didi-Huberman, o texto mobiliza uma perspectiva que reconhece nas imagens e narrativas históricas não apenas registros do passado, mas potências de reativação de sentidos para o presente. Nesse contexto, retomar a presença do corpo na cidade, a celebração coletiva e a dimensão festiva da vida urbana configura-se como gesto analítico e político, capaz de iluminar disputas em torno do espaço público e de indicar outras formas de habitar e produzir a cidade.

Sassassaricando

Importa menos reconstituir os acontecimentos em sua exatidão do que acompanhar aquilo que deles insiste. Certos gestos reaparecem quando os corpos voltam às ruas; certas imagens sobrevivem mesmo quando seus contextos já não existem. Entre um carnaval que sucede uma pandemia, uma multidão que ocupa o distrito financeiro de Londres e os últimos instantes de folia antes do isolamento sanitário, não se pretende estabelecer uma continuidade histórica, mas perceber algumas persistências. Como quem recolhe serpentinas depois da passagem do bloco, interessa reunir fragmentos capazes de oferecer pistas para pensar a cidade por sua dimensão viva, coletiva e insurgente.

Talvez porque, diante da catástrofe, nunca tenhamos acesso à totalidade dos acontecimentos. Restam vestígios, relatos dispersos, fotografias, corpos e memórias. É a partir dessas sobras que se torna possível imaginar outras formas de presença, outros usos para o espaço urbano e outras maneiras de estar junto. Não como antecipação do futuro, mas como exercício atento aos movimentos que insistem em atravessar a história.

1 Doutora pela FAUUSP, pesquisadora no campo dos estudos urbanos, com ênfase em abordagens interdisciplinares que articulam infâncias, dinâmicas urbanas e produção do espaço. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), desenvolve pesquisa voltada à análise das experiências e territorialidades de crianças em situação de rua na cidade de São Paulo, a partir de metodologias cartográficas críticas e da produção de dados situados. Colabora com grupos de pesquisa nacionais e internacionais, integrando a Red Latinoamericana de Investigadores sobre Teoría Urbana (RELATEUR), o Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (GeMAP/FAU-USP) e o Grupo de Trabalho Cidade, Infâncias e Juventudes do Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento de São Paulo (IAB/SP).
2 Especialista em Assessoria Técnica, Habitação Social e Direito à Cidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Artes Plásticas e em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB), atua como assessora técnica popular junto aos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador e ao Quilombo Quingoma pela Coletiva Muvuca. É cofundadora da Coletiva Arquitetas (in) Visíveis e integra o Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Distrito Federal (IAB/DF), gestão 2026–2028. Desenvolve pesquisas e projetos nas áreas de direito à cidade, cultura, memória, lutas urbanas e questões interseccionais de gênero, raça e sexualidade.

O horário era próximo das dez horas da manhã. De maneira nenhuma durante os outros dias do ano parece plausível revezar uma cachaça de jambu e água de coco, enquanto se espera no meio da rua. Praça da República: rua aberta, peito aberto, cidade aberta. Lembro que passou um pássaro com diferentes tonalidades de azul, mantinha os braços em movimento e fitas cetim que deixavam um rastro da passagem. *Ó o pesado* era anunciação para a passagem de carga e configurava como um acordo coletivo, cujo movimento abria um vão livre reafirmando certa cumplicidade em cada um cumprir a que veio.

Seis horas e quinze minutos da manhã, quinta-feira, 27 de fevereiro, de 2020, os primeiros anúncios da pandemia da Covid-19 já haviam preenchido as manchetes dos principais veículos de informação. Em frente ao Theatro Municipal do Rio de Janeiro, vários foliões ainda insistiam em viver o sonho do festejo - no fundo, já pairava a ânsia de viver aquele momento sem saber, de fato, o que poderia acontecer dali a diante. Na Itália e em outros países, a resposta à pandemia já havia sido o confinamento, a fim de evitar aglomerações. Vale a ressalva de uma medida preventiva, porém seletiva, não sendo possível dissociar do contexto social e ambiental quando caracterizado por profunda desigualdade social.

O bloco *Me enterra na quarta* começou seu roteiro em Santa Tereza, na Rua Áurea. Por volta das dez horas da noite, o bloco *meu doce acabou hoje*, que também teve como ponto de partida alguma das várias ruas do mesmo bairro, se une ao *me enterra na quarta* e em uma grande massa de festejo seguem em direção à Lapa. Antes de descer para o Centro, na Praça Odylo Costa Neto, tocam em coro Banho de Folhas de Luedji, “Foi em uma quarta-feira, saí pra te procurar, andei a cidade inteira, mas cadê você, a cidade é grande e as pessoas muitas, e eu por aí, sem te encontrar, vou pedir a Oxalá, Oxalá quem guia”. Os corações pulsaram juntos em um gesto de profundo sentimento de vida e de sentir vivo.

No ritmo de dança e seguindo a banda, descem a ladeira da Rua Taylor, à esquerda entram na Rua da Lapa até chegar ao Lampadário da Lapa. Por volta das três horas da manhã, atravessaram as faixas e seguiram pela Rua do Passeio em direção à Cinelândia. Em um acordo espontâneo, outros instrumentistas, em busca de algum bloco, se unem ao percurso, expandem a dimensão do som e se entrelaçam nas serpentinas brilhantes. Caminhando em dança pela Avenida Rio Branco, como horizonte avista-se a escadaria do Theatro Nacional.

Os carnavalescos que ainda resistem, sobem os degraus e na espera do amanhecer tocam “Alvorada lá no morro, que beleza, ninguém chora, não há tristeza, ninguém sente dissabor”. Nos embalos de Cartola, avistam o nascer do sol, que em tons quentes foi iluminando a praça, a escadaria, os trapos de fantasias, os últimos goles de cachaça e os instrumentos, as pessoas se abraçavam e se sorriam em saudade para um próximo carnaval.

Destes cenários resgatados por nós, algumas categorias poderiam ser diretamente transpostas às práticas do espaço enfatizadas nesta escrita. Parece pertinente destituir os princípios do urbanismo relativos às instalações comunitárias, superfícies verdes ou os locais de lazer e retomar a vida na cidade antes pela sua condição viva, que pela sua forma construída. Com isso, a articulação desta revisão aposta nos devires como prenúncio de uma retomada urbana. Trata-se então de uma retomada da cidade que é decretada não pelos marcos regulatórios do planejamento urbano, mas por uma dimensão estética possível expressa na relação coletiva, insurgente, com o espaço. Ou ainda, tratar as cidades não apenas na sua dimensão pública mas comunitária.
A fim de adentrar a cidade das operações financeiras, da comercialização dos lotes, da pré-definição das funções por meio da sua produção desejante, foi aberto um campo de relações teóricas com argumentos que realizam tais manejos a partir de uma produção estética. No texto intitulado *“O surrealismo - o último instantâneo da inteligência europeia”* (1929), Walter Benjamin propõe um confisco narrativo do presente por meio de manifestações dos surrealistas, grifando os contrassensos da história a partir de uma ordem estética que coloca as experiências em jogo, e não as teorias. O movimento artístico que lida com manifestação, palavra, documento, *bluff* e falsificação (Benjamin, 1929) sugere uma abordagem da história do presente pelas relações diretas do corpo com os acontecimentos, não sem considerar, em primeira ordem, a disposição formal de objetos e as pulsões. Isto porque, quando o autor revira os arquivos surrealistas, o faz já de modo surrealista, compreendendo os acontecimentos históricos e uma dada materialidade como “fortalezas internas, que precisam primeiro ser conquistadas e ocupadas, antes que possamos controlar seu destino.” (Benjamin, 1929, p. 24).

Ou ainda, parece imprescindível assimilar as reivindicações surrealistas como manejo, a fim de acolher a fabricação dos desejos como linha de partida para a criação de novos modos, novos usos, para a construção e ocupação dos lugares, quando “basta levar a sério o amor para descobrir, também nele, uma ‘iluminação profana’” (Benjamin, 1929, p. 24). Uma das propostas surrealistas examinadas por Benjamin “transforma as ruas, portas e praças da cidade em ilustrações de um romance popular, arranca a essa arquitetura secular suas evidências banais para aplicá-las, com toda sua força primitiva, aos episódios descritos.” (Benjamin, 1929, p. 27); e, com isso, o autor demonstra uma intervenção perante a catástrofe, fundada no conceito radical de liberdade e que consiste em trocar o olhar histórico sobre o passado por um olhar político (Benjamin, 1929, p. 25) e, sobretudo, criador, desejante e revolucionário.

A catástrofe aparece como o resultado dos processos históricos que dão manutenção às estruturas de poder e, diante disso, Benjamin desponta uma organização tanto pessimista quanto revolucionária para o cenário de guerra da época. Apostar na articulação dos desejos está intrínseco a uma condição narrativa que arrisca a alteração da rota. Por esse motivo, em Benjamin, o pessimismo é tão oportuno. A descoberta dessa noção como perspectiva especulativa da história arranja os acontecimentos não por um otimismo sem consciência, inspirado por uma ideologia do progresso linear cujo único objetivo parece ser vencer o opositor, mas como convergência efetiva, ativa e prática dos desejos, ocasionando transformações na nossa relação com o mundo. Não se trata de ler os acontecimentos históricos, mas de reagir a eles pelo próprio corpo.

A catástrofe, portanto, é não agir e ser coagido por um cenário sucessivamente catastrófico. Operar por essa perspectiva ampara uma elaboração de notas cuja premissa tem na catástrofe não só a súbita hecatombe natural ou histórica, mas também a banalidade cotidiana (Pelbart, 2020), como trazido anteriormente na condição sedativa a que nossas subjetividades estão reguladas. Portanto, à contemporaneidade das cidades, ao cenário de horror instaurado pelo contexto sanitário, vale uma perspectiva pautada por um:

> Pessimismo em toda a linha. Sim, na verdade, e totalmente. Desconfiança quanto ao destino da literatura, desconfiança quanto ao destino da liberdade, [...] mas, sobretudo, desconfiança tripla diante de qualquer acomodação: entre as classes, entre os povos, entre os indivíduos (Benjamin, 1929, p. 34).

Essa atenção crítica à história do presente e, por consequência, às nossas reações corpóreas é, antes de uma articulação teórica, uma produção de vida que retoma e ressignifica constantemente as relações como um exercício da ética. E encontrar em Benjamin uma organização cujo pessimismo “significa simplesmente extrair a metáfora moral da esfera política e descobrir no espaço da ação política o espaço completo

da imagem” (1929, p. 34) subsidia a realização das anotações delirantes como uma possibilidade de retomar o espaço público. No resgate às reverberações carnavalescas, o cenário é narrado não como descrição de uma experiência cristalizada, mas como avizinhamento dos delírios possíveis na comunhão coletiva — assim como dado aqui, durante um processo de elaboração e arranjo de pensamentos em coautoria.

Parece pertinente sobrepor as temporalidades, resgatando intersecções e gestos, com o intuito de oferecer pistas para a realização de um pessimismo, considerando que:

> Somente quando o corpo e o espaço de imagens se interpenetrarem, dentro dela, tão profundamente, que todas as tensões revolucionárias se transformem em inequações do corpo coletivo, e todas as inequações do corpo coletivo se transformem em tensões revolucionárias; somente então terá a realidade conseguido superar-se (Benjamin, 1929, p. 35).

Se a exigência fundamental de Benjamin foi uma escrita histórica a contrapelo, do ponto de vista dos vencidos, interessa aqui contar a história do ponto de vista dos festivos. Quando a festividade realiza uma camada coletiva da vida urbana, podendo ser vista ainda como fundadora de sua dimensão múltipla, imaginária, inventiva e utópica, “ao invés de teimar em enfiar os múltiplos modos de existência que povoam o Brasil em uma única linha produtiva e cumulativa e recair nos falsos dilemas que contrapõem modernidade e arcaísmo” (Pelbart, 2020), é crucial olhar para as passagens históricas não para transpor relatos encontrados com o intuito de ilustrar as narrativas atuais, mas para sobrepor pulsões capazes de oferecer outros modos de perceber a cidade, compreendendo seus gestos em que:

> Extrai para si essa imagem e a devora, em que a própria proximidade deixa de ser vista; aí se abre espaço de imagens que procuramos: o mundo em sua atualidade completa e multidimensional, no qual não há lugar para qualquer “sala confortável”, o espaço, uma palavra, no qual o materialismo político e a criatura física partilham entre si (Benjamin, 1929, p. 35).

Dessa maneira, com interesse em uma revisão crítica dos acontecimentos elencados, serão articuladas três principais dimensões extraídas das narrativas: a) da produção coletiva; b) da atualização contemporânea; c) das condições em devir. No primeiro momento, as imagens serão trazidas como testemunho coletivo, como arquivo e apresentação de tais insurreições por meio de diferentes práticas gestuais. Posteriormente, serão articulados os cenários dados e a catástrofe na qual as subjetividades desta autoria estão inseridas. Na terceira articulação, importa compreender quais pistas esses acontecimentos históricos podem trazer para o contexto contemporâneo.

Semelhante aos processos que motivaram a urbanização na Europa — que se estruturaram enquanto problemas a serem solucionados pontualmente e que, a partir de uma política de intervenção no meio urbano ao longo da segunda metade do século XIX e do século XX, tornaram possível o debate sobre as cidades existentes, abrindo espaço para a formação do urbanismo como disciplina e como prática política (Bresciani, 1991) —, as condições insalubres de moradia da população pobre e as condições sanitárias precárias no Brasil favoreceram a proliferação de doenças endêmicas (Benchimol, 2003, p. 244). Pelos sérios problemas de saúde pública, a cidade ganhou a fama de empestada e mortífera, afetando o turismo pelo risco de contaminação por doenças endêmicas e pela própria estrutura colonial, que destoava da condição de capital daquele período (Sevcenko, 1999).


Anno XLIII — Rio de Janeiro — Terça-feira 15 de Outubro de 1918 — N. 286

GAZETA DE NOTICIAS

Stereotypada e impressa nas machinas rotativas do Marinoni, na typographia da Sociedade Anonyma GAZETA DE NOTICIAS.

O RIO É UM VASTO HOSPITAL!

A invasão da influenza hespanhola

O povo soffre os horrores da exploração

Soccorro!

A desidia criminosa do governo

Não ha medicos, não ha remedios

E' preciso demittil-o!

Atingindo níveis altíssimos de mortes no período da República devido à febre amarela, varíola, tuberculose e malária, em 1903, na administração de Pereira Passos, acontecem as primeiras grandes mudanças urbanas no Rio de Janeiro, momento em que também surgem as campanhas de higienização, lideradas pelo médico Oswaldo Cruz. Tais campanhas ficaram conhecidas como sinônimo de “urbanização” e geraram grandes tensões sociais pela imposição da obrigatoriedade da vacinação como mecanismo de controle, revelando a profunda desigualdade socioeconômica que já estruturava a sociedade brasileira.

Durante a Primeira Guerra Mundial, em meados de agosto de 1918, boatos sobre uma doença cujo diagnóstico era incerto começaram a surgir nos meios de comunicação brasileiros. Nesse primeiro momento, as autoridades públicas e a população em geral não se alertaram, tratando a situação com descaso e causando inclusive intrigas, ao afirmarem que a criação do vírus teria autoria alemã, dado o histórico de ataques a navios brasileiros em 1917. Enquanto a influenza se espalhava pelo Brasil, as notícias sobre a gravidade do problema eram ignoradas ou tratadas com descaso e até como piada pelo governo, revelando profunda desinformação e irresponsabilidade diante de uma epidemia que já havia matado milhares de pessoas no norte global. Trata-se de um cenário semelhante ao vivido diante da atuação do presidente vigente no Brasil à época da pandemia recente, cuja postura, marcada pela descrença no vírus, pelo silêncio e pela demora em implementar medidas coletivas de prevenção, teve efeitos amplamente criticados.

Em poucos meses, a gripe espanhola gerava números incontáveis de mortes no Brasil. Por ser a capital federal e um importante ponto de entrada de navios vindos do exterior, o Rio de Janeiro foi a cidade mais afetada pela epidemia no país. Em 1919, o presidente Rodrigues Alves faleceu em decorrência da gripe, e estima-se que o número de vítimas — subnotificado devido às limitações da época — tenha girado em torno de 15 mil mortes apenas na capital. Em artigo “Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro”, Adriana da Costa Goulart traz a imagem do cenário brasileiro da época:



Anno XLIII — Rio de Janeiro — Terça-feira 15 de Outubro de 1918 — N. 286

GAZETA DE NOTICIAS

NUMERO AVULSO 100 RS.

Stereotypada e impressa nas machinas rotativas de Marinoni, na typographia da Sociedade Anonyma «GAZETA DE NOTICIAS».

NUMERO AVULSO 100 RS.

O RIO É UM VASTO HOSPITAL!

A invasão da influenza hespanhola

A desidia criminosa do governo

O povo soffre os horrores da exploração | Não ha medicos, não ha remedios

Soccorro!

Na Brigada Policial

Na Detecção

Na Bibliotheca Nacional

E' preciso demittil-o!

Capa do jornal Gazeta de Notícias, em 1918. Fonte: Arquivo Biblioteca Nacional.

Durante a epidemia de gripe, a visão, nutrida pela população, de descaso das autoridades políticas e sanitárias com relação à saúde pública, e, consequentemente, com o povo. A espanhola trouxe à tona os empecilhos estabelecidos pelo Legislativo, assim como pela estrutura administrativa que se encarregava dos diversos segmentos funcionais da assistência pública de saúde e higiene e do desenvolvimento das políticas e das instituições sanitárias (Goulart, 2005).

Com um sistema de saúde precário, uma administração sanitária falida e sem nenhuma estratégia de governo para socorrer e proteger a população, rapidamente as ruas ficaram tomadas por corpos mortos, vítimas da gripe (Brito, 1991 apud Goulart, 2005). O jornal *Gazeta de Notícias*, na edição do dia 15 de outubro de 1918, traz em sua manchete principal o cenário que se formava: “O Rio é um vasto hospital!”; em outra matéria, dizia: “a desídia criminosa do governo, não há médicos, não há remédio”.

Revisitar a história após mais de um século pode ser assustador, principalmente quando o cenário atual se mostra tragicamente semelhante. Um completo descaso do poder público perante a conjuntura do desespero, uma terrível crise de fome aliada ao desvio de verbas que deveriam ser utilizadas no combate à gripe: os sistemas de saúde e funerário entraram em colapso, enterrando milhares de vítimas em valas coletivas, e um cenário assustador — de corpos largados pelas calçadas — instalou-se no país:

> Assim, o evento epidêmico originou uma crise social e uma série de contestações às atividades políticas das elites, trazendo à tona o debate sobre os obstáculos impostos pelo modelo republicano ao exercício da governabilidade plena do Estado, à expansão de suas instituições e, consequentemente, à adoção de medidas sanitárias em larga escala
>
> [...]



GAZETA DE NOTICIAS

NUMERO AVULSO 100 RS.

Stereotypada e impressa nas machinas rotativas de Marinoni, na typographia da Sociedade Anonyma «GAZETA DE NOTICIAS».

NUMERO AVULSO 100 RS.

O Carnaval triumphante !

O enthusiasmo popular excedeu hontem toda a expectativa

::: O concurso da "Gazeta" e os prestitos de hoje :::

Evohé !

Primeira parte

Segunda parte

Mais premios carnavalescos!

Bronzes artisticos, grupos de arte, taças de prata, vasos de faiança, palmas !

O grande concurso da "Gazeta de Noticias"

As condições do concurso

Capa do Gazeta de Notícias, em março de 1919. Fonte: Arquivo Biblioteca Nacional.

A gripe espanhola possibilitou também a reflexão sobre as contradições do próprio sistema institucional republicano e sobre os conflitos entre os poderes na geração de políticas que impediam a criação de um repertório político que viabilizasse a solução de problemas nacionais ou mesmo locais, como foi o caso do próprio combate à espanhola (Goulart, 2005).

Os vagalumes de sobrevivências na história são, antes de tudo, políticos e históricos. Histórias de corpos e de desejos, histórias de almas e dúvidas durante as grandes barbáries. Uma alegria inocente e poderosa que aparece como alternativa aos tempos sombrios ou excessivamente iluminados pelo fascismo da sociedade de consumo. E, como lampejos de seres luminescentes, dançantes, erráticos, intocáveis e resistentes, em um gesto “de um brilhantismo sem precedentes”, foi noticiado pelo jornal *Correio da Manhã*, em 5 de março de 1919, quarta-feira de cinzas do primeiro carnaval após o fulminante surto de gripe espanhola.

Após muito sofrimento e perdas, grande parte da população se tornou imune ao vírus, sendo alcançada a imunidade de rebanho, o que freou o cenário caótico e restaurou uma possível normalidade, já que a população e o comércio haviam sido duramente afetados pela pandemia. Sendo assim, sobre as ruínas deixadas pela gripe — que levou milhares de brasileiros —, o choro e o levante dos que sobreviveram se manifestam de forma carnavalesca e triunfante para celebrar a vida. Afinal, “não há tristeza que possa suportar tanta alegria”, trecho cantado em marchinha pelos Democráticos, grande bloco carnavalesco da época.

Passado o período trágico que se alastrou pela capital federativa, sobravam motivos para tomar as ruas, tornando o carnaval de 1919, “um recorde de animação, de luxo, de alegria e de bom gosto”, comentou o Correio da Manhã. Nesse ano surgiram vários blocos e houve um crescimento da comunidade carnavalesca com grandes e temáticos carros alegóricos. A gripe ainda insistia em se fazer presente, mas em tom humorístico e fazendo parte das marchinhas. Nesse mesmo carnaval surge o famoso e ainda existente bloco Cordão da Bola Preta, que sai todo sábado de carnaval da



O carnaval tomou as ruas do Rio de Janeiro em 1919. Fonte: IMS/ Acervo.

Avenida Rio Branco e o Bloco do Eu Sozinho, que durou mais de cinquenta carnavais, no qual o jornalista Júlio Silva, desfilava fantasiado e solitário com sua corneta pelas ruas da cidade[3].

Percebendo o movimento coletivo de ocupar a cidade em festejo e temendo uma segunda onda da gripe, o governo federal sugeriu que aglomerações fossem evitadas durante o carnaval. Aviso que gerou ainda mais força na organização carnavalesca, trazendo a incerteza de que não haveria outro carnaval, o que reforçava a ideia de que não haveria motivos para poupar-se. Em meio a milhares de pessoas retomando as ruas e a toneladas de serpentinas e confetes, importa também dispor, de forma atenta e crítica, a conjuntura carnavalesca sobre a cidade e seus bons costumes. Apesar do ensejo festivo e eufórico que toma as ruas sem precedentes, é necessário elencar os desvios, resistências e problemáticas de uma retomada desvairada e sedenta de vivência; a lógica da época se faz presente, apesar de tudo. No gesto de tecer imagens entre um cenário pandêmico caótico e a profunda retomada das cidades pela carnavalização das corporalidades, estabelece-se uma ordem dos devires que sistematicamente profana e é profanada por ela.

Algumas décadas depois, em julho de 1999, no centro financeiro de Londres, a celebração coletiva aparece como cenário de um importante acontecimento histórico. Configurado como um "movimento dos movimentos" (Bogad, 2010), a resistência contra práticas do modo de produção capitalista carregava o nome "Carnaval contra o Capital" e ocorreu como insurreição em diferentes contextos geográficos, ideológicos e identitários, em ataque direto às instituições financeiras.

> O carnaval não conhece a ribalta, no sentido de que não reconhece qualquer distinção entre atores e espectadores. A ribalta destruiria um carnaval, assim como a ausência de ribalta destruiria uma performance teatral. O carnaval não é um espetáculo visto pelo povo; ele é vivido, e todos participam, porque sua própria ideia abrange todas as pessoas. Enquanto dura o carnaval, não há vida fora dele. Durante o carnaval, a vida está sujeita apenas às suas próprias leis, ou seja, às leis de sua própria liberdade (Bakhtin apud Bogad, 2010, p. 7).

Nesse sentido, é possível compreender um carnaval tático (Bogad, 2010), quando a condição burlesca aparece mais como procedimento circunstancial do que como evento. Como quem atira uma serpentina no meio da avenida, as insurgências são resgatadas primeiro como memória cristalizada em nossas corporalidades e, depois, como momento histórico. Primeiro como exploração de um *pathos* e depois como fatos, com o objetivo de produzir uma narrativa em que quaisquer referenciais teóricos sejam acompanhados de fantasia, imaginação, criação e extravagância.

A ação direta possibilitada pela celebração burlesca realiza o acirramento de uma estrutura de poder e se dilui tão logo passa o bloco; ou seja, atua como um vazamento estrutural, mas não demanda legitimação nessa mesma estrutura, assim como as condições de devir. A potência de pensamento inaugurada tanto pelos acontecimentos históricos revisados quanto pelas circunstâncias vigentes no festejo é justamente uma insurreição que tem por habilidade a criação de motins em diferentes camadas do cotidiano. Não se trata da instalação de uma nova ordem urbana. Se, nos cortejos, entregamos o aumento de nossas potências de agir, considerando a proximidade da quarta-feira, talvez um dos enunciados inevitáveis para a retomada das cidades seja a aproximação com o nosso fim *aesthetico*, no anestesiamento trivial de nossos sentidos.

Montar, desmontar, remontar os devires

Aby Warburg coloca as imagens em relação a partir daquilo que nelas irrompe, ou ainda, prescinde de suas descrições para assumir seus gestos. Nesse sentido, torna-se pertinente pensar o apontamento delirante como chave analítica para a retomada das cidades, assumindo como ponto de partida seu potencial ético-estético. Mais do que uma elaboração puramente teórica, o exercício dessas pulsões exige deslocamento, isto é, uma implicação direta com os movimentos que atravessam o urbano.

Como apresentado ao longo deste percurso, a construção narrativa aqui proposta se organiza como uma perambulação: uma prática de leitura que decompõe sensações produzidas por experiências coletivas e articula um plano imanente atravessado por devires. Trata-se de uma abordagem histórico-ensaística que, inspirada em Walter Benjamin (1929), opera por meio de uma montagem de tempos heterogêneos, tensionando acontecimentos e produzindo fricções entre passado e presente. Assim, interessa menos a reconstrução linear dos eventos do que a ativação de suas potências no agora.

Tal movimento encontra ressonância também na proposta de fabulação crítica formulada por Saidiya Hartman (2008). Ao confrontar os limites dos registros históricos, a autora chama atenção para aquilo que permanece nas margens das narrativas consolidadas: presenças fragmentárias, experiências interrompidas e vidas que atravessam a história e são apagadas. Não se trata de recompor uma totalidade perdida, mas de acompanhar vestígios, sobrevivências e rastros que insistem em reaparecer, reconhecendo que a própria imaginação pode operar como ferramenta crítica diante daquilo que os arquivos não foram capazes de preservar.

3 Infomações retiradas do artigo "O carnaval do fim do mundo: como a gripe espanhola revolucionou a folia carioca" autoria de Rafael Sette Câmara, disponível em: <https://www.360meridianos.com/especial/carnaval-rio-1919-gripe-espanhola>. Acesso em: 30 de maio 2021.

Nesse sentido, a aproximação entre a gripe espanhola, o Carnival Against the Capital e a pandemia de Covid-19 não busca estabelecer uma continuidade causal entre acontecimentos distintos. Interessa, antes, perceber como determinadas tensões retornam sob diferentes formas, especialmente aquelas relacionadas à ocupação do espaço urbano, à presença dos corpos e às disputas em torno da vida pública. Mais do que identificar origens ou consequências, trata-se de acompanhar gestos que sobrevivem, reaparecem e se transformam ao longo do tempo.

Por essa via, Benjamin oferece uma chave fundamental ao propor a organização do pessimismo como prática crítica, capaz de deslocar o olhar histórico para uma dimensão política e sensível. Tal movimento encontra ressonância na leitura de Didi-Huberman (2016), que, ao revisitar a tradição warburguiana, reposiciona as emoções não como sinais de fraqueza, mas como forças de deslocamento. A e-moção, nesse sentido, designa um gesto de sair de si, de ser lançado ao mundo. Trata-se de um movimento simultaneamente exterior e interior, que mobiliza o corpo como operador de leitura da história e da cidade.

A partir dessa perspectiva, as manifestações festivas — aqui compreendidas como práticas coletivas situadas — podem ser lidas como formas de insurgência urbana. Não se trata, portanto, de equipará-las a ações revolucionárias estabilizadas, mas de reconhecê-las como eventos que tensionam, ainda que de modo provisório, as formas instituídas de organização do espaço. O carnaval, nesse contexto, não opera apenas como celebração simbólica, mas como prática que reorganiza temporariamente as relações entre corpo, cidade e poder, suspendendo normas e abrindo brechas sensíveis no cotidiano urbano.

Essa suspensão, contudo, não implica a instauração de uma nova ordem, mas sim a produção de variações — aquilo que Deleuze e Guattari (1997a) denominam de devir. O devir, aqui, não é entendido como transformação finalística ou progressiva, tampouco como representação de um modelo ideal, mas como processo que se dá no entre, na variação contínua e na criação de novas possibilidades de existência. Nesse sentido, os acontecimentos festivos não produzem “outra cidade”, mas intensificam o campo do possível no interior da cidade existente, reconfigurando temporariamente suas lógicas de uso, circulação e participação.

Assim, ao articular corpo, emoção e espaço urbano, essas práticas evidenciam aquilo que pode ser compreendido como micropolítica das relações urbanas. Ao invés de se orientarem por projetos de transformação total, operam em escalas situadas, produzindo deslocamentos que incidem sobre as formas de perceber, habitar e compartilhar a cidade. Essa dimensão se aproxima das formulações de Suely Rolnik (2016; 2018), sobretudo quando aponta para o campo do desejo como espaço estratégico de disputa: Afirmar as pulsões ético-estéticas como circunstância redefine mesmo a característica qualitativa de nossas discussões cívicas. A civilidade como negociação contínua com o outro, e não como paradigma de relação social para a manutenção dos poderes, permite produzir debates em que:

> Insurgir-se nesse terreno implica que se diagnostique o modo de subjetivação vigente e o regime de inconsciente que lhe é próprio, e que se investigue como e por onde se viabiliza um deslocamento qualitativo do princípio que o rege. Sem isso, a tão aclamada proposta de reapropriação coletiva da força criadora como profilaxia para a patologia do presente não sairá do laboratório das ideias, correndo o risco de permanecer confinada no plano imaginário e em suas belas ilusões alentadoras pelos mesmos dispositivos de captura (Rolnik, 2018, p. 35).

Nesse horizonte, a especulação histórica aqui mobilizada assume um caráter intensivo: não se trata apenas de descrever acontecimentos, mas de apreender suas cargas afetivas e políticas como forças capazes de desestabilizar discursos dominantes sobre o urbano. A carnavalização aparece, então, como prática de intervenção que, ao mobilizar fantasia, imaginação e criação, tensiona as formas normativas de ocupação do espaço, operando como um tipo de “vazamento” — uma fissura momentânea, mas significativa.

Tal operação, entretanto, exige atenção crítica aos modos de captura que atravessam esses mesmos processos. Como indica Rolnik (2018), insurgir-se implica diagnosticar o regime de subjetivação vigente e compreender como ele se reproduz. Nesse sentido, as práticas festivas não podem ser celebradas de maneira acrítica, uma vez que também estão sujeitas às dinâmicas de neutralização e reintegração pelo próprio sistema que tensionam.

Assim, mais do que afirmar a festa como solução, este trabalho propõe compreendê-la como campo de disputa: um espaço em que se entrelaçam forças de resistência e mecanismos de captura, produção de desejo e sua regulação. Nesse entremeio, a retomada do espaço público não se configura como retorno a uma condição anterior, mas como reinvenção contínua das formas de presença e convivência.

Retomar o corpo na cidade, nesse sentido, é reativar sua dimensão política. Ao compor a multidão, ao ocupar o espaço e ao instaurar outras temporalidades, essas práticas produzem deslocamentos que, ainda que efêmeros, deixam marcas na experiência urbana. Como sugere Didi-Huberman (2017), é precisamente nesse campo do aparentemente inimaginável que se inscreve a potência de criação: “isto é inimaginável, logo devo imaginá-lo apesar de tudo”.
Por fim, a leitura proposta busca afirmar que são nesses gestos — fragmentários, festivos, por vezes contraditórios — que se delineiam possibilidades de reconfiguração do urbano. Não como projeto acabado, mas como processo em aberto, marcado por intensidades, encontros e variações. Nesse sentido, os devires urbanos não se apresentam como respostas definitivas, mas como insistências: modos de reabrir o mundo e, com ele, a própria experiência da cidade.

A aproximação entre diferentes momentos históricos que perambulam do contexto das crises sanitárias às manifestações festivas, não se estabelece apenas pela excepcionalidade da pandemia, mas pela persistência de tensões estruturais que atravessam a vida nas cidades. Se os autores mobilizados neste trabalho elaboraram suas reflexões em meio às catástrofes do século XX, suas contribuições permitem compreender que tais momentos não são interrupções isoladas, mas expressões de crises mais profundas que se atualizam em diferentes conjunturas. Assim, a pandemia recente não inaugura essas tensões, mas as intensifica e as torna mais visíveis, evidenciando dispositivos de controle, desigualdades e limites da vida urbana contemporânea.

É nesse cenário que a retomada das cidades por meio de manifestações festivas deve ser lida não como um gesto unívoco, mas como um campo ambivalente. Por um lado, tais práticas afirmam a potência coletiva dos corpos, reinstaurando a dimensão pública da vida urbana e produzindo brechas nos regimes de regulação do espaço. Por outro, não escapam às dinâmicas de captura e institucionalização, podendo ser reabsorvidas pelas mesmas estruturas que tensionam.

Como quem atira uma serpentina no meio da avenida, as insurgências se apresentam, inicialmente, como memória inscrita nas corporalidades e, posteriormente, como elaboração histórica. No entanto, essa passagem não é linear nem estável: ela se dá

em meio a disputas de sentido que atravessam tanto as práticas coletivas quanto suas interpretações. Nesse ponto, o carnaval, longe de ser apenas expressão de ruptura, revela também os limites e as contradições das formas pelas quais a cidade é vivida, apropriada e regulada.

Dessa forma, mais do que afirmar a festa como resposta às crises urbanas, interessa compreendê-la como prática situada, atravessada por tensões entre resistência e acomodação. A potência das manifestações festivas reside precisamente nessa instabilidade: na capacidade de produzir deslocamentos sensíveis e coletivos, ainda que efêmeros, que reconfiguram temporariamente as relações entre corpo e cidade.
Se a retomada das cidades aparece, ao longo deste percurso, como uma potência inscrita nas práticas festivas e coletivas, permanece em aberto uma questão que atravessa os próprios limites dessa retomada. As manifestações que ocupam as ruas reativam a dimensão pública da vida urbana, mas também tornam visíveis as disputas que constituem o espaço da cidade. Nem todas as presenças são acolhidas da mesma maneira, assim como nem todas as experiências permanecem visíveis nas memórias que se produzem sobre os acontecimentos.

Fica posto que a questão que permanece em aberto não se resolve na escolha entre a excepcionalidade pandêmica ou uma leitura estrutural das crises contemporâneas, mas se coloca na intersecção entre ambas: como compreender os modos pelos quais eventos críticos tornam visíveis processos históricos mais amplos e, a partir disso, pensar práticas urbanas que não apenas respondam às crises, mas tensionem suas próprias condições de existência. Nesse movimento, a retomada da cidade não diz respeito apenas ao retorno dos corpos às ruas, mas às formas pelas quais determinadas corporalidades podem ocupar, compartilhar e produzir o espaço urbano, enquanto outras permanecem à margem ou reaparecem apenas como vestígios. É nesse campo de tensões que os devires urbanos insistem: não como solução para as crises, mas como abertura para outras possibilidades de presença, encontro e invenção da vida coletiva.

Referências

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F.v.3. . *Mil platôs*: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: 34, 1997a. v.4 e 5.

BOGAD, L. M.(2010) 'Carnivals against capital: radical clowning and the global justice movement', *Social Identities,* 16: 4, 537 — 557.

BRESCIANI, M. S. Dimensões do estar no mundo/cidades: o público, o privado, o íntimo. In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. *Corpocidade:* gestos urbanos. Salvador: Edufba, 2017, p. 103-149.

BRESCIANI, M. S. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. F. *Cidade & História.* Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. ANPUR, 1992, p. 11- 26.

BENCHIMOL, Jaime (2003). Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *Brasil Republicano,* vol. 1. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 231–285.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Que emoção! Que emoção?* Tradução de Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. Tradução de André Telles. São Paulo: Editora 34, 2017.

HARTMAN, Saidiya. *Venus in Two Acts*. Small Axe, Durham, v. 12, n. 2, p. 1–14, 2008.

STJOHN, Graham (2008). "Protestival: Global Days of Action and Carnivalized Politics in the Present". *Social Movement Studies*. 7 (2): 167–190. doi:10.1080/14742830802283550.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental*: Transformações contemporâneas do desejo. Editora Sulina: 2ª edição, 2016.

ROLNIK, S. *Esferas da insurreição.* São Paulo: n-1 edições, 2018.

SEVCENKO, Nicolau (1990). *A Revolta da Vacina*. Porto Alegre: Scipione.

CIDADE, CORPO, ARQUITETURA
Cosmopolítica pelos mutirões

CITY, BODY, ARCHITECTURE
Cosmopolitics Through Mutirões

Douglas Silveira Martini[1] e Eber Pires Marzulo[2]

Resumo
Este ensaio faz parte de uma experiência cartográfica vivida simultaneamente como ativista, arquiteto e pesquisador junto a coletivos e movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade e ao território. Das práticas de mutirão, que corporificam trabalho associado, cooperação e apoio mútuo, carrego como tese que esses corpos em aliança, militantes de movimentos por moradia e seus aliados, suscitam uma cosmopolítica: desaceleram a forma como as políticas de planejamento urbano são decididas, produzem outra cidade e outra política, o avesso da política neoliberal em curso em Porto Alegre. Por meio da cartografia, ao acompanhar de perto as negociações, conflitos e desafios dos processos de luta, busco elaborar reflexões sobre os movimentos de ação cotidiana, as experimentações do habitar e as invenções políticas e conceituais que emergem desses territórios, além de pensar a partir das incidências, interrupções e debates que esses movimentos provocam para os estudos urbanos e para as políticas públicas de planejamento urbano.
Palavras-chave: movimentos sociais; planejamento urbano; mutirões; cosmopolítica; cartografia.

Abstract
his essay emerges from a cartographic experience lived simultaneously as an activist, architect, and researcher alongside collectives and social movements struggling for the right to the city and to territory. Drawing from mutirão practices - which embody associated labor, cooperation, and mutual aid - I advance the thesis that these bodies-in-alliance, composed of housing movement militants and their allies, give rise to a cosmopolitics: they slow down the ways in which urban planning decisions are made, bringing into existence another city and another politics, one that stands in contrast to the neoliberal urbanism currently unfolding in Porto Alegre. Through cartography, by closely following the negotiations, conflicts, and challenges that permeate these struggles, I seek to elaborate reflections on the movements of everyday action, the experimentations of dwelling, and the political and conceptual inventions that emerge from these territories. At the same time, I explore the implications, interruptions, and debates that these movements generate for urban studies and for public urban planning policies.
Keywords: social movements; urban planning; mutirões; cosmopolitics; cartography.

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS), mestre pelo mesmo programa (UFRGS/2023) e graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFRGS/2019). Vinculado ao Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT/UFRGS). E-mail: domutuca@gmail.com
2 Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ, 2005), com estágio de doutoramento no IRIS/CNRS – Paris IX-Dauphine (2004). Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS, 1993) e Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFRGS, 1987). Professor Titular da Faculdade de Arquitetura da UFRGS e professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) e em Segurança Cidadã. Coordenador do Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT/CNPq) e membro do GT Democracia Participativa, Sociedade Civil e Território do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo. E-mail: eber.marzulo@ufrgs.br

Introdução

Em 2015, o CAU/BR divulgou uma pesquisa que circulou bastante entre os espaços de formação e discussão política sobre a Arquitetura e o Urbanismo: mais de 80% das obras de reformas ou de construções são realizadas sem os serviços de um profissional de arquitetura ou de engenharia. Quanto às estatísticas de acesso à moradia, a Fundação João Pinheiro, com dados de 2022, afirma que o Brasil registra 6,2 milhões de déficit de moradias[3]. A partir do momento que morar e comer segue sendo um privilégio em Porto Alegre e no país, o acesso universal a serviços profissionais de arquitetura parece virar um sonho cada vez mais distante. Não encontrei dados para detalhar esses 80% das obras, mas especulo que parte deles são construídos através de relações de trabalho não assalariadas: mutirões, ajuda mútua entre parentes, vizinhas e vizinhos.

Em comunidades da periferia, como exemplo, os mutirões acontecem de diversas formas: para erguer novas habitações e espaços coletivos; para recolher descartes e resíduos de praças e rios; para organizar almoços solidários e festas comunitárias; para limpeza de escolas e outros edifícios comunitários, etc. Recentemente, essas práticas também entram com importância na carta de 2022 da Conferência Popular pelo Direito à Cidade, onde é enfatizada “(...) a ideia de que uma nova concepção de cidade vem sendo construída todos os dias a partir dos saberes indígenas, das experiências das ocupações urbanas, hortas familiares e comunitárias (...)”. Apesar de Porto Alegre ficar próxima do Uruguai, onde há uma cultura de cooperativismo de habitação e de mutirões, não temos aqui uma grande incidência de políticas públicas locais voltadas para os mutirões, ou uma tradição de pesquisas que aprofundem o papel dos mutirões nas políticas de moradia, como na cidade de São Paulo (Santo Amore, 2004). Embora, enquanto política habitacional, esse modelo de construção não represente para o estado uma alternativa habitacional economicamente competitiva ou reconhecida, na prática ele está presente no cotidiano dos territórios populares, nas ocupações e nas práticas dos movimentos sociais pelo direito à cidade e ao território da cidade de Porto Alegre[4].

Segundo Silke Kapp (2008), nas vilas, becos e comunidades do país há o predomínio de uma “outra produção arquitetônica”. Tratam-se de práticas de arquitetura que não se conformam ao paradigma formal do projeto profissional - aquele em que o arquiteto detém a autoria, o saber técnico precede todas as decisões, e a construção é secundária ao desenho. Nessa outra produção arquitetônica, muitas decisões são tomadas durante o processo de construção, pelos próprios moradores ou coletivo, com autonomia relativa, incorporando saberes informais, conhecimentos técnicos populares, improvisações e adaptações de acordo com condições concretas do cotidiano. A arquiteta destaca que essas autoproduções, frequentemente construídas por mutirões, desafiam a ideia de que o projeto deva preceder a obra, rompendo com a rigidez das hierarquias tradicionais entre projeto e execução; elas expõem como o uso e a experiência vivida se torna parte constitutiva do espaço. Em vez de pensar

3 Dados referentes a 2022, divulgados em 24 de abril de 2024 pela Fundação João Pinheiro (FJP) com base na PNAD Contínua do IBGE. O déficit habitacional de 6,2 milhões de domicílios (8,3% do total) é composto principalmente pelo ônus excessivo com aluguel (52,2% do total), sendo mais prevalente em domicílios chefiados por mulheres (62,6%) e por pessoas não brancas. Regionalmente, o déficit é maior no Nordeste (1,76 milhão) e Sudeste (2,43 milhões), com as regiões Norte e Nordeste apresentando as maiores parcelas de habitações precárias. O número absoluto aumentou 4,2% em relação a 2019, mas a proporção relativa manteve-se estável.
4 Os movimentos sociais podem ser classificados de múltiplas formas, conforme o tipo de conflito, a pauta de reivindicação, as estratégias de mobilização e a relação com o Estado. No campo brasileiro de estudos, destacam-se tanto os movimentos clássicos (sindicais, camponeses, de moradia e populares urbanos), quanto os chamados novos movimentos sociais (feministas, negros, ambientais, LGBTQIA+, etc.). Mais recentemente, emergem também os novíssimos movimentos e coletivos, caracterizados por formas horizontais, apartidárias e em rede (Pereira & Silva, 2022).

a arquitetura apenas como produto acabado ou como intervenção externa, a “outra produção” aponta para uma arquitetura que emerge da convivência entre o técnico e o vivido, entre o formal e o informal.

A palavra “mutirão” teria raízes na palavra tupi-guarani moty’rõ, que significa “trabalho em comum”. A palavra se espalhou por diferentes culturas que formaram o Brasil, em expressões similares como: motirão, muquirão, mutirom, mutirum, mutrião, muxirã, muxirão, muxirom, ponxirão, punxirão, putirão, putirom, putirum, puxirum, pixurum, etc. A palavra foi incorporada ao português brasileiro durante o período colonial para descrever uma prática comum tanto entre os povos indígenas quanto entre as comunidades africanas escravizadas. Essas práticas de trabalho são encontradas em povos indígenas e entre as populações afro-diaspóricas,

> Termo de origem indígena, a palavra “mutirão” reflete a tradição de trabalho coletivo solidário que remonta aos povos originários e rurais da América Latina, tendo sido utilizado já no século XIX por associações de ajuda mútua e coletivos negros na luta por autonomia ao longo do inacabado processo de abolição da escravidão, e desembocando nas favelas e periferias de todo o país, no século XX, como alternativa às dinâmicas opressoras da expansão do capitalismo associado à urbanização seletiva (Nepomuceno, 2025).

Segundo Clovis Caldeira (1956), o mutirão no Brasil se caracteriza historicamente como uma prática de cooperação baseada na reciprocidade, seja ela instantânea (como a oferta de comida e festa) ou adiada (a retribuição em dias de trabalho). Suas manifestações incluem tanto a ajuda solicitada, organizada previamente, quanto a espontânea. Segundo o autor, os mutirões estavam em declínio devido à “monetarização e transformações agrárias”, ainda que o costume mantenha forte aspecto lúdico e festivo, com cantos, danças e refeições coletivas, reforçando os laços comunitários e a identidade local. A cultura dessas práticas incluía repertórios de cantos que sincronizavam o esforço físico e variavam regionalmente, enquanto o compromisso de retribuir o favor era uma norma social internalizada, uma dívida moral que fortalecia as redes de confiança e a coesão comunitária, funcionando como um contrato social informal (Caldeira, 1956, p. 30-36). No Rio Grande do Sul, em contextos mais rurais, é comum vizinhas e vizinhos de uma localidade se reunirem para realizar tarefas que demandam trabalho intenso, como a colheita e plantio de alimentos, a construção de um edifício comunitário, organização de um ritual ou de reparos após alguma catástrofe ambiental. Minha avó, que partiu jovem da zona rural de Santo Antônio da Patrulha (RS) para a zona rural de Triunfo (RS), costumava usar a expressão “fazer um pixurum”[5] quando se refere a alguma atividade coletiva no sítio dela ou nas chácaras de vizinhas e vizinhos.

Aprofundando mais sobre o sentido das práticas de mutirão, penso com Tim Ingold (2015) sobre a diferença entre construção e habitação, e na sua formulação que o levou à “perspectiva do habitar”. O autor, inspirado pelo uso do verbo “produzir” junto a outros verbos intransitivos que Marx e Engels mobilizaram, reforça o habitar na potência intransitiva. Para o autor, “habitar”, e por consequência, “habitação”, “significa antes essa imersão dos seres nas correntes do mundo da vida, sem a qual atividades como concepção, construção e ocupação simplesmente não poderiam acontecer” (Ibidem, 34). Logo, vamos sendo o que produzimos em nossas vidas, vamos sendo o modo como habitamos. No caminho de uma pesquisa orientada pelas práticas de um

5 Clovis Caldeira, amparado pelo escritor Dante de Laytano, encontra a expressão pixuru utilizada em Gravataí (RS), terra de forte formação indígena.

tornar-se fazendo o que se faz que caracteriza os mutirões, me guio um pouco pela proposição cosmopolítica de Isabelle Stengers, que se define precisamente como uma prática de desaceleração do pensamento. Para a filósofa, a cosmopolítica não constitui uma teoria ou método, mas um “processo de hesitação” diante de qualquer certeza estabelecida, criando as condições para que diferentes modos de existência possam se fazer presentes (Stengers, 2018). Trata-se de uma interrupção deliberada da velocidade com que questões cruciais são normalmente resolvidas, seja na produção de conhecimento, seja nas decisões políticas. A cosmopolítica desdobra-se no que Stengers denomina de uma ecologia de práticas, onde a produção do conhecimento emerge do aprender a pensar em meio às próprias práticas que nos forçam a pensar. A ecologia de práticas nos lembra que “nenhuma prática é ‘como qualquer outra’” (Stengers, 2021, p. 11), exigindo de nós a sensibilidade para compreender e situar as fronteiras específicas e as questões que seus praticantes podem aceitar como relevantes. Aproximar-se de uma prática significa, então, abordá-la em sua divergência, experimentando suas exigências particulares sem pretender reduzi-la a modelos preexistentes. Esta dupla orientação constitui uma espécie de horizonte ético e metodológico que me permite escutar o que as práticas e os praticantes de mutirão têm a dizer. Nesse sentido, o potencial de pensar os mutirões pela cosmopolítica vai se desenhando na medida em que essas práticas constituem, elas mesmas, espaços de hesitação frente à cidade neoliberal, laboratórios onde se experimentam e se produzem outros modos de existência. Essas composições heterogêneas podem ser compreendidas como agenciamentos, nos termos de Deleuze e Guattari (1997) - arranjos materiais e relacionais em processo, que conectam corpos, afetos, espaços e técnicas em arranjos instauradores de novos modos de existência.

Não por coincidência, e se aproximando de uma proposição cosmopolítica, ao falar sobre o lugar e o cotidiano, Milton Santos evoca a noção dos homens lentos em meio às experiências brasileiras de cidade. Em oposição aos homens velozes, que detém a mobilidade na cidade, que pode esquadrinhá-la e desenhá-la, mas acabam por ver pouco, os homens lentos “escapam ao totalitarismo da racionalidade”, se misturam e se adaptam apesar dos territórios instituídos. Outra noção do pensador é a de “flexibilidade tropical”, que diz respeito aos modos de adaptação e de subversão das massas marginalizadas (pobres, em suas palavras), no momento de ascensão do capitalismo técnico-científico-informacional, são práticas sociais que produzem economias subterrâneas e informais,

> (...) uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação e sustentadas no seu próprio meio geográfico, este sendo tomado como uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais (...) (Santos, 2002, p. 324).

No século XXI, a noção problemática e moralizante de lumpemproletariado[6], ainda utilizada em alguns contextos de militância, mostra-se insuficiente para dar conta das subjetividades e condições contraditórias produzidas pelo capitalismo em sua fase neoliberal. Como nos alerta Silvia Federici (2022), vivemos uma era de novos cercamentos que atinge corpos, saberes e territórios, produzindo massas sistematicamente marginalizadas, despossuídas, uberizadas[7] e endividadas, sujeitos

6 O termo lumpemproletariado foi cunhado por Karl Marx e Friedrich Engels para designar uma camada social situada abaixo do proletariado, compreendendo indivíduos desclassificados, desempregados crônicos, vagabundos e marginais que, segundo os autores, não desenvolviam consciência de classe e poderiam ser facilmente cooptados pela reação.

7 O termo “uberização” refere-se a um novo paradigma de exploração do trabalho mediado por plataformas digitais, que combina a precarização extrema com a ilusão de autonomia. Sob um discurso de flexibilidade e empreendedorismo, operam-se mecanismos de controle algorítmico e pagamento por

sociais e identidades práticas cada dia mais complexos de cartografar. Nesse processo de “devir-negro do mundo” descrito por Achille Mbembe (2018), a condição histórica imposta aos povos negros - a exposição à violência, ao controle e à precariedade - torna-se referência analítica para compreender as novas formas de exploração estrutural, fruto de um projeto político que converte a vida em mercadoria, a subjetividade em dívida e os corpos em estoque descartável.

Para Judith Butler (2018), a ação política fundamental nas democracias contemporâneas ocorre quando corpos físicos se reúnem intencionalmente no espaço público. Essa assembleia corporal cria uma “aliança” que não se baseia necessariamente em uma identidade comum pré-existente, mas sim em uma exposição corporal compartilhada e em uma demanda coletiva por reconhecimento e direitos. Estar juntos no espaço, ocupando praças, marchando em ruas, criando ocupações é um ato performativo que contesta as normas de quem é considerado “digno de luto” ou merecedor de uma “vida vivível” no âmbito político. Os “corpos em aliança” tornam visíveis populações que são sistematicamente precarizadas e invisibilizadas, materializando uma forma de poder que desafia a ordem estabelecida a partir da própria vulnerabilidade e interdependência corporal. No contexto desta tese, o termo é mobilizado para descrever a coalizão formada por militantes de movimentos por moradia, moradores de ocupações e seus aliados.

Este ensaio é escrito a partir do ponto de vista de um arquiteto e militante anticapitalista, branco, LGBTQIAP+, de origem pobre, que atua desde 2016 junto a coletivos de assessoria técnica, ocupações e movimentos de luta por moradia - percorrendo diferentes ciclos de intensidade e modos de atuação. A partir de 2023, no entanto, atravesso um processo de transformação mais profundo, no qual as lutas por moradia, terra e território passaram a ocupar o centro da minha vida. A academia mais tradicional, de fundamentos onto-epistêmicos positivistas, frequentemente desvaloriza as *standpoint theories*[8] como fonte válida de conhecimento, vendo-as como viesada e subjetivista. No entanto, defendo que produzir um conhecimento encarnado, que não aspire dar conta da totalidade de fenômenos, períodos ou contextos constitui uma tarefa central, talvez o único modo pelo qual eu e outras pessoas conseguimos ocupar a universidade. Superamos já a época de uma produção de conhecimento alicerçada no “truque de Deus” de uma branquitude eurocêntrica, com a pretensão de “ver tudo de lugar nenhum”, sem se expor e sem expor as condições que permitem a própria existência de suas falas (Haraway, 1995); Desse modo, assumo a posição de um cartógrafo que se encontra totalmente “embolado” nos territórios existenciais dessa pesquisa-intervenção (Kastrup; Escóssia; Passos, 2009).

O recorte espacial e temporal desta cartografia, meu plano de intervenção, situa-se na cidade de Porto Alegre, entre 2016 e a atualidade - período no qual habito, atuo e me organizo politicamente em meio a esses territórios. Trata-se de uma constelação de territórios de luta pelo direito à cidade e ao território, onde experiencio diferentes práticas de mutirão, organização política e/ou práticas de assessoria técnica popular. Atualmente, minha atuação se dá em articulação com uma rede de coletivos e organizações populares que se afirmam anticapitalistas - entre eles, a União Nacional por Moradia Popular, o Emancipa Comunidades, o Mãos - Arquitetura. Terra. Território. e o Centro de Assessoria em Práticas Interdisciplinares e Mutirões (CAPIM). Cada

tarefa, aprofundando a lógica da acumulação por despossessão.

8 As standpoint theories ou teorias do ponto de vista, articuladas por autoras feministas como Patricia Hill Collins a partir do feminismo negro, postulam que o lugar social que ocupamos - marcado por interseccionalidades de raça, gênero e classe - não é um obstáculo, mas uma condição de possibilidade para um conhecimento situado e crítico. Para Collins (1990), o “ponto de vista das mulheres negras” emerge como um lugar epistêmico privilegiado para desvelar as matrizes de poder, pois sua experiência na fronteira entre dominações permite uma visão mais ampla da estrutura social.

uma dessas estruturas de organização política assume tarefas específicas, mas em diversas situações convergem e se fortalecem mutuamente nas lutas.

Na Zona Sul, a Ocupação Vida Nova se destaca por seu caráter periurbano, onde mutirões de atividades comunitárias, cozinha comunitária e o projeto de retomada das práticas de cultivo de uma horta comunitária convivem com a pressão por negociação de área pública disputada com o poder municipal, pelo abandono e a precariedade habitacional. Já na Zona Norte, a Vila Nazaré persiste e luta por “um mínimo de dignidade e de ser reconhecida”, com famílias remanescentes após as grandes remoções ligadas à expansão do aeroporto. Nas proximidades, a Vila Dique enfrenta uma nova onda de remoções com as obras do dique de contenção, onde a política habitacional controversa do MCMV-Reconstrução atua como mecanismo de remoção, desarticulando a vida em comunidade. Entre o Menino Deus e a Cidade Baixa, a Ocupação Kalíça emerge como um território anarquista, separatista e dissidente de gênero, reunindo lgbtqiap+ que se organizam através de mutirões, atividades culturais, feiras e outras práticas para desconcretar e desembrutecer a cidade. No centro de consumo da cidade, a Ocupação Periferia no Centro ressignifica o Edifício Protetora, patrimônio público federal abandonado há anos, criando moradia para famílias de comunidades da periferia, que experienciam os desafios de organização cotidiana e vínculos de pertencimento de uma comunidade forjada pela ação direta que originou a ocupação. Como pretendo aprofundar mais ao longo do texto, cada território experimenta modos singulares de organização política, configurando ecologias de práticas específicas que revelam diferentes tipos de experiência e de maturidade organizativa, diferentes práticas de mutirão, demandas, desafios e denúncias diante da “cidade da mercadoria”.

Interromper a cidade

No Brasil, a Lei de Terras de 1850 foi um dos marcos institucionais de colonialidade que consolidaram o paradigma da propriedade privada e um entendimento da terra enquanto mercadoria individualizada. Atualmente, o legado dessa Lei pode ser considerado estruturante à legislação fundiária do território nacional e aos processos governamentais de urbanização, algo nitidamente expresso no déficit habitacional e na política de regimes de aluguéis abusivos que afetam parte considerável, em maioria preta e marginalizada, da população. Hoje, esse processo de formação do território nacional se sustenta por uma “esquizofrenia do planejamento” como sugere Faranak Miraftab (2016), que vejo em planos e projetos de planejamento urbano que são importantes para os debates atuais nos estudos urbanos e regionais. Em Porto Alegre, é um fenômeno que percebo em projetos como os impulsionados pela Copa de 2014, o Masterplan do 4D, os mega-projetos das orlas de Porto Alegre, a assim chamada revitalização do Cais Mauá, a revisão do Plano Diretor e o Programa Viva o Centro, que seguem em avanço em meio a invisibilização.

As estratégias desses planos e projetos - em boa parte construídas flertando com enunciados de justiça social, inclusão, diversidade, urbanidade, inovação e sustentabilidade - prometem a “inclusão da capital gaúcha no século XXI”, algo que olhando por cima nenhum habitante iria se opor. Entretanto, o que percebo é uma gestão pública íntima aos agentes do mercado, como grandes empreendedores e grandes construtoras, e os lugares da cidade que até então eram espaços públicos para encontros e partilhas se convertendo em espaços para consumo excludentes, algo que Paulo Reyes (2022), pensando com Jacques Rancière, chama de lógicas policiais de projeto[9]. O modo como os governos municipais mais recentes lidaram com

9 Jacques Rancière (1996) distingue “polícia” e “política” como dois modos de organizar o comum. A

a organização entre a cidade e a reprodução de mercadorias, cuja relação faz parte de qualquer cidade no capitalismo, é afirmar Porto Alegre ao status de “cidade da produção” e “cidade de negócios”, etc. Com base nas reflexões de Siqueira e Marzulo (2020), a trajetória de Porto Alegre ilustra a consolidação da cidade da mercadoria sob uma nítida rota neoliberal. Os autores demonstram que, de modelo de democracia participativa radical com o Orçamento Participativo (1989-2004) e pela projeção internacional da cidade como sede do Fórum Social Mundial, a cidade passou por um processo de desdemocratização: da maxD (máxima democracia), com investimentos orientados pelas demandas comunitárias e prioridade às periferias, avançou para uma lógica de governança liberal (2005-2016) e, depois, para um regime ultraliberal de mercado (2017 em diante). Nessa última fase, o Estado deixou de atender às demandas das comunidades, privilegiando grandes obras e remoções, como as da Copa de 2014, em um cenário de esvaziamento acelerado da participação. Esse contexto consolida uma cidade gerida como negócio, marcada pela privatização e pela concessão dos bens comuns, na qual a acumulação por despossessão se sobrepõe ao direito à moradia e ao território (Harvey, 2005).

Somado a isso, adentrando no que chamamos de “bastidores” desses processos de gestão e de planejamento, o que frequentemente costuma acontecer são equipes formadas por planejadores e planejadoras urbanas brancas de classe média, fazendo uso de sua inteligência para construir enunciados que tornem os empreendimentos-mercadorias mais vendáveis e menos ruidosos o possível, compondo uma trama técnico-política que por vezes vem sendo nomeada e neutralizada enquanto “city marketing”, mas que em sua essência se trata de uma eficaz “desdemocratização na cidade” de Porto Alegre (Ibidem). Ou seja, “um saber-fazer transformador e renovador embelezado por um discurso imagético exemplar” (Reyes, 2022, p.140).

Esses processos excludentes, sustentados e aperfeiçoados na sucessão dos governos neoliberais que administram a cidade de Porto Alegre nas últimas décadas, já fazem a população sentir na pele seus efeitos, seja vivendo a expulsão de suas moradias, a segregação, preconceito de classe, lgbtqia+fobia, fascismo, machismo e racismo; ou também, no caso dos habitantes mais privilegiados, o consumo das novas experiências com distinção, uso do transporte privado de um canto a outro da orla da cidade, o vazio existencial e a medicalização da vida, vício nas redes sociais, etc. Os sentidos de urbanidade incentivados e produzidos pelas elites de Porto Alegre, e que tem a adesão de gestores da prefeitura nos últimos anos, parece correr em dois caminhos distintos, ambos engajados em fragmentar os sentidos de comunidade: de um lado, a unidade da família tradicional, os condomínios carrocêntricos e ecocidas, as empresas de vigilância, as grandes avenidas, os grandes empreendimentos comerciais e de lazer como vemos nas orlas, na Zona Sul e na Zona Leste; de outro, a ilusão de uma comunidade diversificada e cosmopolita, os novos empreendimentos para especulação do capital financeirizado, os eventos de rua seguros para a população branca, os comércios elitistas e homogeneizados, as ciclovias e boulevards, o policiamento racial intensivo, expulsando a população pobre e marginalizada e os pequenos comerciantes dos bairros mais centrais. Não chocaria ninguém se o slogan da próxima gestão na prefeitura de Porto Alegre fosse algo como “uma cidade insaciável por desenvolvimento”.

Nessa conjuntura, entre pesquisadoras e militantes pelo direito à cidade, tem ficado cada vez mais entendido que as práticas das últimas gestões - que incluem as revitalizações, as privatizações e concessões de espaços públicos, as ideias de cidade criativa, as smart cities, entre outras, por exemplo - são uma continuidade de um projeto social de controle e segregação espacial inaugurado pelo urbanismo barroco e moderno, atualizados de modo estratégico na financeirização dos últimos anos (Arantes, 2012). Na cidade de concreto, *smart* e eficiente, não sobra espaço para as convivialidades espontâneas e para os encontros imprevistos, apenas para os indivíduos que seguem os rituais de produção e consumo. A melancolia, a opressão e os apagamentos fazem parte do habitar que os governos neoliberais de Porto Alegre vem instaurando nas últimas décadas. *“A gente é uma comunidade que foi decepada”*, como fala uma moradora da Vila Nazaré relacionando o território com a violência contra o corpo. As políticas de remoções forçadas operam como amputações no tecido social e existencial das comunidades.

Entretanto, muitos dos pressupostos que sustentam esse modo de governar, de ser e de viver vêm sendo criticados e subvertidos por ativistas, militantes, pensadoras, lgbtqia+, pretes e indígenas. Pensando sobre as suas experiências entre a cidade e o quilombo, Antônio Bispo dos Santos (2023) crítica a cidade e o regime de acumulação, exploração e valorização que ela instaura:

> Quando cheguei à cidade, percebi que era preciso pagar para fazer a casa, pagar pelo terreno, pagar por tudo. Quando o saber é transformado em mercadoria e hierarquizado, qual é a medida que justifica um servente ganhar menos do que um pedreiro? Ou um engenheiro ganhar mais do que um pedreiro? (Bispo, 2023, p. 18).

Davi Kopenawa (Kopenawa; Albert, 2019), ao descrever o povo da mercadoria e os modos de vida ocidentais, nos atenta ao rastro de destruição que o capitalismo e a urbanização produzem, pensando o problema para além da economia política, enquanto uma crise onto-epistemológica das sociedades ocidentais. O xamã Yanomami, de certo modo, nos alerta que o cotidiano nas grandes cidades, que vou começar a chamar de “cidade da mercadoria”, parece nos assaltar sob um falso impasse, um realismo capitalista (Fisher, 2020), onde um modo de ser e de viver urbano, colonial e capitalista parece ser o melhor caminho, inevitável. Boa parte de nós brancos, do “povo da mercadoria”, vivemos como se não houvesse saída dos circuitos de produção e das infraestruturas que sustentam a forma-cidade tal como a conhecemos. Ao mesmo tempo, deslegitimamos - ou assistimos à deslegitimação - dos enunciados e das imaginações políticas que ousam pensar e praticar caminhos alternativos,

> o capitalismo é o que sobra quando as crenças colapsam ao nível da elaboração ritual e simbólica, e tudo o que resta é o consumidor-espectador, cambaleando trôpego entre ruínas e relíquias (Ibidem, p.13).

A cidade da mercadoria, com suas novidades, confortos e feitiçarias capitalistas que se reproduzem o tempo todo, nos sugere um “direito de não ter cuidado” (Stengers; Pignarre, 2011; Stengers, 2015). Ailton Krenak (2022), próximo dessa crítica, nos atenta a um ponto de vista que é cada vez mais estudado nos estudos urbanos e regionais: para a cidade seguir acontecendo como a conhecemos - e isso envolve, até mesmo, para que as políticas urbanas progressistas de inclusão social seguirem acontecendo - muitos outros mundos precisam seguir sendo destruídos. Cosmofobia. “*O que é a cidade? É o contrário de mata. O contrário de natureza.*” (Bispo, 2023).

A noção de “comuns”, amplamente difundida entre esquerda, mas também por parte da direita, vem sendo tateada ao longo da cartografia. O comum manifesta-se como prática histórica de partilha e de reprodução coletiva da vida - procura dar

polícia não se refere apenas às forças de segurança, mas a toda forma de ordenamento que distribui lugares, funções e modos de fala - ou seja, aquilo que define quem pode aparecer e falar na esfera pública. A política, ao contrário, surge quando “os que não têm parte” rompem essa ordem e afirmam sua igualdade, instaurando uma nova partilha do sensível. Trata-se, assim, de um conflito entre a lógica da gestão e a da emancipação.

outros sentidos aquilo que Marx denominou “acumulação primitiva”[10]. No contexto do neoliberalismo, as ofensivas privatizadoras atingem dimensões extremas, convertendo bens naturais, saberes e relações sociais em mercadorias, ao passo que o comum reaparece como horizonte de resistência e experimentação de outra cidade[11]. Trata-se de uma racionalidade alternativa que buscaria recusar a centralidade da propriedade e da exploração do trabalho, propondo a reconstituição da vida social e ecológica a partir da cooperação, da autogestão e da solidariedade, tensionando os limites do capital e abrindo frestas para outras formas de produção e convivência (Federici, 2022).

A problemática da propriedade privada, tomada aqui como um dos paradigmas centrais da colonialidade do poder e do capitalismo, não se restringe à esfera econômica: ela se enreda em múltiplas formas de exclusão, na violência doméstica, no sexismo e no racismo estrutural, compondo uma linha de atenção desta pesquisa. Como lembra Quijano (2005), a colonialidade do poder instituiu um modo de organização que estruturou não apenas relações políticas e econômicas, mas também hierarquias entre saberes, corpos e modos de vida. Nesse arranjo, o conhecimento europeu, o masculino, o heterossexual e o branco foram instituídos como universais, enquanto outros conhecimentos, experiências e existências foram sistematicamente desqualificados - processo que se expressa diretamente na maneira como o direito de propriedade foi introduzido no Brasil, invisibilizando formas diversas de acesso e uso da terra praticadas por povos originários.

Foi nesse horizonte que, em 2021, durante a organização de um encontro com a Okupação Kaliça, surgiu uma provocação que condensava em poucas palavras essa crítica: diante da pergunta “Por que ocupar?”, os moradores responderam “Acho que a pergunta importante é: por que pagar aluguel?”. A força dessa inversão reverberou em mim e em uma amiga com quem eu morava, pois, nos meses anteriores, havíamos enfrentado dificuldades financeiras e situações de violência locatária atravessadas pelo racismo e pela lgbtqia+fobia, que abalaram profundamente nossa saúde mental. Na cidade da mercadoria, para certos corpos, pagar o aluguel em dia não basta.

Semanas depois, escuto de um amigo que veio de Viamão “não vejo mais sentido em trabalhar que nem um louco sofrendo para pagar esse aluguel (em Porto Alegre)”, falando que estava cansado, deprimido e endividado, agora tentando uma vaga na Casa do Estudante da UFRGS. Ecoando o que Alana Moraes (2020) evidencia, as falas “não vejo mais sentido nisso”, “antes eu não estava vendo”, “antes eu estava cego” etc. são recorrentes e sustentam pistas de que talvez interromper as histórias que nos trouxeram até a cidade da mercadoria, com as famílias cisheteropatriarcais, os adoecimentos e medicalização da vida, os endividamentos e expropriações, entre outras histórias, passa por desmontar os seus fundamentos e os sentidos que os sustentam. A propriedade privada é um dos fundamentos centrais debatidos e problematizados nas conversas cotidianas que temos nas ocupações, e vem sendo tensionada pelas militantes, que entendem que essa estrutura determina vários dos problemas sociais enfrentados.

Nessa linha, já escutei que os anos de formação e organização da ocupação de um terreno baldio ou de um edifício abandonado foram mais importantes que conquistar a tão sonhada casa própria. A composição de uma comunidade temporária, que inclui fazer novos parentescos, a descoberta de paixões, a experimentação de novas tecnologias sociais, as relações de cumplicidade, cuidado e camaradagem que se fortalecem parecem ser um dos principais sentidos das lutas e da vida. Novamente, a casa própria e a propriedade privada vão perdendo o sentido enquanto objetivo estratégico central e passam a significar cada vez mais “privar-se” de uma vida de liberdade, de partilha e de comunidade. Bárbara Hypolito (2024), em pesquisa com o Kilombo Urbano Canto de Conexão, pontua como as ocupações urbanas reconfiguram territórios, afetos e modos de subjetivação ao se posicionarem como insurgência contra o modelo capitalista, neoliberal e homogeneizador de produção territorial. Por meio de micropolíticas ativas (Rolnik, 2019) , as ocupações confrontam a colonização da subjetividade, promovendo modos de subjetivação libertários e singulares baseados na autogestão, autonomia social e horizontalidade nas tomadas de decisão, forjando um horizonte de possibilidades que rompem com os padrões de controle e assujeitamento impostos pelo capital.

As experimentações cotidianas que as ocupações e as cozinhas comunitárias possibilitam, abrem caminhos para um outro sentido de habitar. Uma “habitabilidade” que diz respeito não à qualidade de projetos arquitetônicos, como as pesquisas do campo da habitabilidade costumam investigar, mas de um entendimento do habitar em perspectiva ampla, profundamente ecológico e indissociado da comunidade. Habitabilidade enquanto “habilidades cosmológicas e tecnopolíticas (e vice-versa) necessárias para coproduzir vida e partilhar diversidades em coexistência cuidadosa” (Cançado, 2019, p. 243).

Em meio a isso, talvez, vamos percebendo pouco a pouco a ruína que é, e que para muitos sempre foi, a cidade da mercadoria enquanto mercantilização, extração e demolição de todas as coisas e de tudo que é vivo e vivente (MBEMBE, 2020). Sigo as pistas de que é nas ruínas da cidade da mercadoria, construída a partir de séculos de um colonialismo brutal aos corpos humanos e não-humanos, que brotam “habitabilidades” e outros sentidos de habitar, algo que os movimentos sociais por moradia vêm produzindo. Logo, tenho entendido esse interromper enquanto uma estratégia dos movimentos sociais para não se deixarem aderir a respostas prontas ou grandes projetos unificados de futuro. Talvez seja a partir dessas interrupções da cidade da mercadoria, que possibilitam encontros inesperados, novas coreografias e um habitar no sentido “mais forte”, como vêm sugerindo o coletivo Conselho Noturno (2019), que podemos começar a perceber a cidade como uma floresta arruinada (Krenak, 2022). Então, refletir sobre as lutas sociais no Brasil exige deslocar o pensamento de Marx em direção a um devir-indígena, vinculado às experiências de organização e de lutas latino-americanas e caribenhas (Tible, 2018). Tornar-se selvagem, como nos convoca Jerá Guarani (2020).

Reativar o corpo

Recentemente Porto Alegre foi reconhecida como a cidade com o melhor ambiente de negócios do país[12], uma conquista muito comemorada pela atual gestão. Paralelamente, e suponho que isso não é uma coincidência, a cidade foi também reconhecida como a capital com maior índice de depressão do país[13]. Para os estudos da psicologia e da psicanálise a correlação acima não é uma novidade, apesar das complexificações que emergiram com as políticas de inclusão social dos últimos anos. Suely Rolnik, Vladimir

10 No sentido empregado por Marx, a “acumulação primitiva” designa o processo histórico de expropriação violenta que separou trabalhadores de seus meios de subsistência, da terra, criando assim as bases duplas do capitalismo: de um lado, a massa de trabalhadores “livres” (despossuídos e forçados a vender sua força de trabalho) e, de outro, a concentração da propriedade e dos recursos.
11 Autoras como Silvia Federici (2022) ampliam essa análise, mostrando como essa lógica não é apenas um evento fundador, mas um mecanismo contínuo de “cercamento” que atinge corpos, saberes e relações, e que se intensifica sob o neoliberalismo.

12 Encontrado na notícia “Cidade do RS tem melhor ambiente para negócios no país”. GZH, Porto Alegre, 09 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/4svydrcr>.
13 Encontrado na notícia “Por que Porto Alegre é a capital com maior índice de depressão do Brasil.” GZH, Porto Alegre, 13 de maio de 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/49rzj9k2>.

Safatle, Christian Dunker, Jota Mombaça, entre outras, vêm falando sobre os impactos do capitalismo neoliberal e do colonialismo nos corpos em contexto brasileiro.

A produção do sujeito sob o neoliberalismo é atravessada pela transformação da política econômica em um modelo de gestão social de subjetividades, visando mudar o coração e a alma da sociedade. O neoliberalismo investiu em processos sofisticados que estabilizaram as suas lógicas ao transferir para o trabalhador a responsabilidade de empresariar a si mesmo, agora: competitivo, individual, livre e endividado (Dardot; Laval, 2016). A vida é acelerada a ponto de se tornar uma experiência utilitária, contaminada por práticas de âmbito competitivo e individual, sendo a liberdade traduzida na forma mais eficiente de subjetivação e sujeição.

Em se tratando de habitação, a propriedade privada, os regimes de aluguéis, os endividamentos por financiamento de imóveis e os acessos a certos padrões de vida e de urbanidade são também dispositivos facilmente naturalizados como responsabilidade dos indivíduos, e passam por um autopoliciamento moral coletivo. Aos poucos se espalha uma pedagogia neoliberal do "indivíduo calculador e trabalhador produtivo" (Dardot; Laval, 2016), aquele que "sabe se organizar", "que vai conquistar a casa própria com seu suor", responsável por cuidar apenas do que lhe convém, isso quando não afirmam uma paixão pela propriedade. Silvia Federici (2022), ao refletir em sentido amplo do que ela chama de uma era de novos cercamentos, adverte que

> Em vez de trabalho, exploração e, sobretudo, "patrões", agora temos os endividados que enfrentam sozinhos, não mais como parte de um corpo e de um relacionamento coletivos, como era o caso dos assalariados. Dessa maneira, a resistência é dissolvida, os desastres econômicos adquirem uma dimensão moralista (...) (Ibidem, p. 122).

Richard Sennett (2008) busca compreender de que modo as questões do corpo foram expressas na arquitetura, no urbanismo e na vida cotidiana ao longo da história. A cidade da mercadoria, com suas arquiteturas de controle e organização, tem sido o lócus de uma vida individualizada e de um "corpo passivo", que para o autor se reflete, entre muitos outros fatores, nessa carência de sentidos e adoecimento psíquico, ou em termos mais apropriados, em sofrimento ético-político.

O conceito de corpo-território, como trabalha Veronica Gago (2020), emerge das lutas indígenas e feministas da América Latina. O corpo, como o território, é colonizado, capturado pelo capital financeiro, pela violência cisheteropatriarcal, pelo racismo e pelo colonialismo. Mas também é corpo de insurgência, que resiste, se reinventa e produz novas habitabilidades. E, ainda, Gago conecta essa trama às críticas ao capitalismo financeiro: para ela, a dívida é outra forma de captura do corpo-território, pois atua tanto no nível íntimo (nas subjetividades, no trabalho reprodutivo, nas relações familiares) quanto no nível territorial (nas associações de bairros, nas casas hipotecadas, nas comunidades ameaçadas por despejos). Aqui, ela dialoga com Silvia Federici, que denuncia como o capitalismo sempre precisou expropriar corpos (sobretudo de mulheres) para garantir a acumulação.

Mais recentemente, Judith Butler (2018), ao permanecer atenta às lutas contemporâneas pela ocupação de espaços públicos, reflete sobre a condição precária a que estamos submetidos nas últimas décadas. A partir de uma das perguntas que abre as reflexões da filósofa, "o que significa agir em conjunto quando as condições de ação conjunta estão destruídas ou entrando em colapso?" (Ibidem, p.29), ela vai percorrendo algumas manifestações políticas dos últimos anos e entendendo que cada corpo cada vez mais carrega individualmente o sentimento de fracasso e ansiedade para manter uma "vida vivível". Para ela, é importante lembrar que os sucessos e os fracassos nas batalhas da vida cotidiana não são de responsabilidade ou de mérito individuais, "ninguém sofre de falta de moradia sem que exista uma falha, sem que haja um fracasso social no sentido de organizar a moradia de um modo que ela seja acessível a toda e qualquer pessoa" (Ibidem, p.27), e ela diz o mesmo para emprego, para infraestruturas, etc.

Ainda que no campo político progressista se defenda a ideia de que todos devessem ter acesso a um pedaço de terra e a um imóvel, para muitos coletivos os sentidos de ocupar um imóvel são diferentes dos sentidos de morar em um imóvel próprio ou alugado, e isso implica uma mudança de perspectiva de habitar, uma mudança da posição do corpo na esfera política. "Aqui eu me sinto livre pra poder ser e viver outras coisas". "Ocupar", quando falamos de ocupações de edifícios, terrenos baldios ou de retomadas, parece se tratar mais de pertencimento a um "território existencial", a uma comunidade efêmera que partilha um processo de feitura ecológica, política, ética e estética em comum (Guattari, 1992). O que percebi no acúmulo de encontros e que aqui desejo cartografar com maior rigor e interlocução com outros campos de estudo é que, apesar dos desafios de organização da comunidade produzidos pelo neoliberalismo, os mutirões, em seus gestos não-espetaculares, configuram territórios existenciais engajados em outras produções de subjetividade (Deleuze e Guattari, 1995).

Percebo que, nos movimentos sociais, a saúde mental de ocupantes, apoiadores e militantes vem ganhando uma atenção cartográfica crescente, ainda que faltem elaborações teóricas sobre o tema. Se na família, no trabalho e na maioria das instituições o sofrimento psíquico costuma ser silenciado e moralizado, nas ocupações, cozinhas comunitárias e mutirões se abrem espaços para acolher corpos adoecidos, cansados e impotentes. Nesses territórios, a medicalização da vida e os desafios de conviver com depressão, ansiedade e insônia estão sempre presentes nas conversas entre os praticantes, tornando-se, com frequência, pauta de reuniões. Um fenômeno que passa a ser acompanhado e cuidado no próprio chão da luta.

O conselho que já escutei mais de uma vez na universidade, de que *"tu tem que estar forte e bem de saúde mental para se envolver em um processo como esse"*, se referindo à militância ou a projetos de extensão popular, ignora, talvez, que em muitos casos são justamente as nossas fragilidades e dores com o mundo como o conhecemos e com a vida precária que vivemos que nos fazem sentir a necessidade de lutar. "O fermento da revolução é, porém, a dor sentida em comum" (Han, 2021, p. 30). Há um acúmulo histórico de violência colonial, e o corpo que experimenta o adoecimento, as injustiças do capitalismo e do colonialismo é o mesmo corpo que se reúne em resistência. "*Nesse coletivo me sinto à vontade pra desabar", "Foi passar 4 dias aqui na ocupação que até esqueci de tomar meu remédio para dormir"*, como escutei nas primeiras semanas da Ocupação Periferia no Centro.

Quando pensamos em saúde mental, cuidado e autocuidado, é comum evocarmos imagens de pensamento que remetem a terapia individual, momentos de calmaria, privacidade, conforto, férias, etc. A noção de autocuidado, historicamente cara ao movimento feminista e ao movimento negro, foi "sequestrada" pela lógica neoliberal e capitalista, tornando-se sinônimo de consumo (de produtos, terapias, apps de meditação) e de uma busca individual por bem-estar que isola e despolitiza. É um cuidado que não questiona as estruturas que adoecem, que busca o bem-estar em mais uma mercadoria.

Danilo Patzdorf (2022) reflete sobre as transformações e tensões que o neoliberalismo impõe ao corpo e à sensibilidade no mundo ocidentalizado. Ele cartografa como "somatopolítica", ou o poder sobre os corpos, molda práticas artísticas, educativas e somáticas, levando a uma queda da capacidade de sentir, relacionar-se e habitar sensivelmente o mundo. Ao criticar os discursos da saúde como mecanismos normativos

de controle sobre os corpos, ainda mais no capitalismo digitalizado, o pensador critica certos discursos sobre o cuidado, onde a

> (...) suposta falta de autocuidado é utilizada para culpabilizar o indivíduo, como se o seu esgotamento, depressão, ansiedade, sedentarismo, carência ou distração cotidianos fossem consequências de um fracasso na administração da própria vida, bastando que ele compre uma pílula, uma cirurgia, uma consulta ou um curso para reconquistar seu equilíbrio perdido (Ibidem., p. 95).

O pensador, entretanto, sugere que o esgotamento corporal não é uma falha individual, mas um resultado de mecanismos sociais e políticos. Ele identifica e elabora quatro manifestações (ou constructos provisórios) desse fenômeno - o corpo esgotado, o corpo sedentário, o corpo distraído e o corpo carente - e, para cada um, realiza uma cartografia e propõe práticas de autocuidado como forma de resistência e recuperação da vitalidade. O "corpo esgotado" seria aquele incapaz de se revitalizar mesmo com o descanso, pois sua fadiga é mais do que física: resulta do esvaziamento de sentido e do desencantamento que acompanham a lógica produtivista do capitalismo. Essa exaustão nasce da separação com saberes e práticas que davam pertencimento ao corpo e à comunidade, submetendo o sujeito a uma vida alienada e autoexploratória.

A partir desse debate, uma das pistas mais difíceis de cartografar, e que se colocam como um desafio de modo mais amplo, está na relação entre sofrimento, cuidado e movimentos sociais, esferas emaranhadas em uma crise de sensibilidade[14]. A relação entre sofrimento, cuidado e produção do espaço a partir dos movimentos sociais permanece pouco estudada nas pesquisas acadêmicas ou em formações políticas e rodas de conversa dos movimentos. Militar e se organizar politicamente adoece os corpos dos militantes. São frequente as histórias de militantes que "quebram" diante de uma tarefa muito desafiadora, ou adoecem pelos ataques, pressão, conflitos, exaustão e disputas internas. "Vou precisar me afastar por uns meses da ocupação, me tocar pra Gravataí", "Estou pensando seriamente em abandonar a luta e cuidar da minha vida". O sofrimento está presente nos movimentos sociais, e ele sempre coloca para os coletivos a tarefa de encarar o desafio de se moverem entre o cuidado e a ruptura. Quanto mais intensamente as pessoas se inserem e se organizam politicamente em um movimento social, maiores os desafios e os problemas de organização que se colocam. Mais organização, outros sofrimentos.

Gabriel Tupinambá (2017), ao estudar psicanálise popular e sofrimento entre militantes, pergunta: "convém ser comunista para escutar o sofrimento social?". Segundo o psicanalista, trata-se de uma condição importante para que a escuta possa operar sobre a dimensão da exploração econômica, convertendo a impotência individual em uma interrogação política sobre outras possibilidades de vida. Escutar o sofrimento, portanto, exigiria considerar o modo como as contradições do trabalho se inscrevem no corpo e na linguagem dos sujeitos. Nesse sentido, o sofrimento e a organização política se encontrariam. Como transformar o sofrimento em demanda política? Marco Fernandes (2011), refletindo com Frantz Fanon sobre as possibilidades terapêuticas das lutas, ressalta o uso da expressão "terapia" entre os acampados e os militantes ao se referirem às ocupações.

14 Danilo Patzdorf (2022) define a crise de sensibilidade como o efeito da somatopolítica neoliberal, que fragiliza a capacidade psicofísica de sentir e perceber, submetendo o corpo a uma vulnerabilidade programada e à servidão maquínica em escala global. Essa crise não é um colateral do capitalismo, mas um projeto ativo de controle e exploração, que molda modos de vida, trabalho e relação de forma compatível à racionalidade neoliberal.

Apesar de todos os desafios postos pela organização política, para parte dos militantes dos movimentos sociais e das ocupações, o cuidado é inseparável da política. Nos últimos anos, observa-se a emergência ainda tímida de uma produção de subjetividade em que o corpo ocupa o meio das práticas coletivas - meio entendido não só como centro, mas como campo relacional, ecológico, que sustenta variações e encontros. Essa pista abre caminhos para compreender que diferentes condutas de cuidado engendram diferentes modos de habitar e, ao mesmo tempo, diferentes modos de lutar. Nisso, experimentam-se coreografias cotidianas que deslocam as fronteiras tradicionais entre público e privado, objetivo e subjetivo, estranho e familiar, individual e coletivo, cuidado e autocuidado. "Me sinto parte dessa terra aqui", "me sinto parte dessa comunidade", "aqui está a minha família de verdade", como já escutei de diferentes modos, sugerindo uma transformação no regime de sensibilidade que se opera no viver junto. Reunir-se com as companheiras para participar de um ato, juntar-se a um coletivo, cortar tempero para preparar marmitas, queimar pneu em uma ação direta, erguer a voz contra um macho opressor, participar de atividades coletivas, mutirões. São práticas que engendram uma noção de cuidado como um modo de fazer a vida prosperar em condições de precariedade da revolta. *"Antes (da ocupação) eu estava tendo crise direto, agora tô tendo mais tempo pra me cuidar"*.

É nesse sentido que os mutirões podem ser compreendidos como territórios de devir, onde corpos e práticas coletivas se compõem em alianças contingentes e imprevisíveis, instaurando outras habitabilidades e modos de produzir (Deleuze; Guattari, 1997). Movimento incessante, não redutível a métodos, mas sempre em meio. Um acontecimento que se dá em relação.

A partir das tradições negras de fuga e de improvisação, Fred Moten e Stefano Harney (2024; 2023) vêm esboçando a noção de "sobcomuns", designando um espaço e uma prática política que se situam fora e contra as estruturas institucionais do capital, do Estado e da academia, mas que, paradoxalmente, habitam essas estruturas de modo fugitivo, sem se deixar capturar pelas ordens dominantes. Diferente da noção de comuns, os sobcomuns seriam tanto os gestos de recusa generalizada - contra o trabalho, a propriedade, a cidadania e o saber disciplinar - quanto uma prática afirmativa de solidariedade, cuidado e pensamento coletivo que se faz entre ruídos, improvisos e na indisciplina.

A exemplo das experiências quilombolas, é no "pertencer à terra" e no "tomar corpo no mundo" que o habitar colonial e a cidade da mercadoria vão sendo desmoronados pouco a pouco. "Trata-se de recompor nossos corpos fraturados, restaurando-os em suas relações com o mundo" (Ferdinand, 2022, p.228). Nêgo Bispo vêm falando que estar fortalecido não significa estar em condições de atacar, de reproduzir a violência do colonizador. Segundo o mestre quilombola, há uma potência e uma força importante em experimentar novas táticas de defesa, em uma retomada do controle e do cuidado de nossas próprias pedagogias do habitar.

Ana Mumbuca (2022), pensadora quilombola, ao falar sobre os modos de ser e de viver dos povos quilombolas e indígenas, diz que "(...) disputamos pela defesa e não pela competição, para anunciar em vez de apenas denunciar". Erguer uma habitação, mesmo que a partir de lonas e pilares de bambu, é uma forma de cuidado com o corpo que nos foi tomada pelos modos de dominação da cidade da mercadoria, e nos últimos anos, por uma gestão política que desloca os militantes das posições de lutadores e lutadoras, com suas tecnologias de sobrevivência e cosmopolíticas de cuidado, para as classificações e categorias de público-alvo para políticas públicas,

> (...) de acampados à candidatos a "beneficiários mobilizados"; de maloqueiros à "trabalhadores esforçados"; de mulheres diversas em

> muitas rotas de experimentação - religiosas, sexuais, hormonais, de novos amores e parentescos feitos como práticas encarnadas de alianças - à “mães de família sacrificadas”; da vida-ocupação à vida-condomínio (Moraes, 2020, p. 390).

Diante do habitar nas durezas do concreto, e o acesso a toda uma máquina urbana que sustenta o “direito de não ter cuidado” que já comentei (Stengers, 2015), tenho pistas de que esses corpos em aliança fazem da luta um modo de “reativar” ou de “retomar” os sentidos do corpo (Sztutman, 2018), de voltar a crer no mundo, de sentir novas curiosidades, de aprender a respirar novamente. “Só me sinto vivo mesmo quando tô com a galera fazendo alguma coisa”. Além de serem práticas que extrapolam os limites e paredes das ocupações, elas ocorrem para além das noções políticas comuns de “engajamento”, “mobilização” e de “conscientização”, e são um modo de lembrar das sensibilidades que a cidade nos faz esquecer, em gestos sentidos com o corpo.

No Brasil, sinto que alguns coletivos de arquitetura ainda organizam mutirões com o objetivo de atender a uma comunidade; mesmo enquanto praticantes bem intencionados, parecem ter um entendimento de que essas práticas ocorrem em um território cindido da vida. Nos encontros de mutirões, porém, encontramos um embaralhamento dos corpos na partilha do sensível (Ranciere, 2009) que programa a vida em hierarquias, posições e especializações; além disso, nesse outro regime de sensibilidade, pode acontecer um deslocamento do lugar da arquitetura para a clínica e para uma política de emancipação.
“Isso aqui pra mim é terapia”, “Eu gosto de vir aqui pra respirar dos problemas de casa”, “Aqui eu sinto que eu consigo estar presente de verdade”. Nas conversas, cortando alimentos, pintando paredes ou ao redor da fogueira, os diferentes praticantes experimentam outros modos de acolhimento e de intimidade, escutam e contam as suas histórias de vida, conspiram e cuidam das feridas de cada um (Haraway, 2018).

Desconcretar a arquitetura

Foi em um dos mutirões para a construção de uma praça comunitária na Vila Dique, na Zona Norte de Porto Alegre, que eu comecei a entender um pouco mais dos sentidos de desconcretar a arquitetura. Em um lote que há poucas semanas havia sido desocupado por uma das famílias que aceitou uma casa no loteamento Porto Novo, e com isso teve a sua casa na comunidade destruída (na política do “chave na mão, casa no chão”), participei de encontros de mutirões, festas, churrascos, oficinas de cartografias e muitas rodas de conversa que fizeram parte da vida e da luta das habitantes da comunidade. Na época, em 2018, as famílias que não aceitavam as condições impostas pelo Departamento Municipal de Habitação (Demhab), fundaram o movimento “Vila Dique Resiste!” e procuraram o Escritório Modelo Albano Volkmer - Práticas Participativas Populares (EMAV) querendo que auxiliássemos a comunidade para construir uma alternativa às novas remoções que enfrentavam. A demanda inicial, que inicialmente parecia ser mais de apoio técnico de planejamento, com o objetivo de tornar os instrumentos urbanos mais acessíveis para toda a comunidade, foi se transformando em uma relação intensa de encontros transdisciplinares.

Em poucas semanas, estávamos organizando atividades para arrecadar roupas e dinheiro, palestras, brincadeiras com as crianças, assembléias, levando denúncias e demandas das moradoras aos fóruns da Regiões de Planejamento, limpando e desconcretando os pisos que restaram das antigas casas destruídas, planejando os espaços coletivos e plantando mudas nativas.

Anos depois, na okupação Kaliça, estamos novamente respondendo a demandas de desconcretar os antigos pisos e calçadas “para que a terra possa se molhar e respirar”, uma espécie de tecnologia de guerra praticada pelo coletivo, uma tática (Certeau, 2014). Lembro que em 2018, em reuniões do EMAV, enquanto estudávamos educação popular antirracista, brincávamos entre nós que diferente do “é preciso aprender a construir, para depois desconstruir” que escutamos de alguns professores, o que nós mais enfrentávamos nas práticas com os territórios populares, era a demanda de desconcretar e de desconstruir o que já estava construído, para depois, se realmente necessário, construir de outros modos. Conforme cada nova demanda surgia, desconcretar e desconstruir, em sentido amplo (ético, político e estético), vai se tornando um modo de cuidado e um regime de condutas epistêmicas, uma submetodologia indisciplinada[15] (Mombaça, 2016).

Esse relato acima se insere em um contexto mais amplo, onde vários dos imperativos mais tradicionais dos campos arquitetônicos e urbanísticos vêm sendo questionados e recriados, tanto em práticas de assistência técnica, nas relações com os movimentos sociais, como nas pedagogias de arquitetura e de planejamento urbano ensinadas em sala de aula. Em reflexão paralela e similar, a arquiteta Iazana Guizzo (2019) elabora reflexões em cima dos arquétipos mais comuns de atuação de arquitetos: benevolente; suicida; controlador; e autoritário[16]. Silke Kapp e outros pesquisadores do grupo MOM - Morar de Outras Maneiras (2012), ao também refletirem sobre a atuação de arquitetos e dos urbanistas em favelas, identificam que os profissionais costumam apresentar três tipos de práticas:

(1) Atuação tecnocrática, quando o arquiteto está vinculado ao Estado ou a instituições públicas, executando políticas ou programas que definem parâmetros técnicos, formas e prioridades do projeto, em geral sem a participação real ou decisória das pessoas afetadas. A lógica é normativa, regulatória, muitas vezes de cima para baixo. (2) Atuação missionária, caracterizada por um impulso voluntarista ou filantrópico, no qual o arquiteto “vai à favela para ajudar” segundo seus próprios parâmetros estéticos, técnicos ou éticos, muitas vezes imbuído de intenções boas, porém com pouca reflexão sobre a autonomia da comunidade ou sobre os efeitos culturais e de poder de sua intervenção. (3) Atuação artística, que assume uma dimensão simbólica: mais do que resolver problemas de infraestrutura ou habitação, busca transformar percepções, produzir impacto visual ou cultural, restaurar autoestima ou visibilidade das favelas perante “fora”. Isto inclui intervenções como pinturas, arte urbana, eventos culturais, intervenções estéticas no espaço construído.

Em crítica a essas atuações, as pesquisadoras do grupo MOM sugerem a atuação pelas “interfaces”, entendidas como pontos de contato e negociação entre o técnico e os diversos atores envolvidos no processo de assessoria, como moradores, movimentos sociais, instituições públicas e outras entidades. A atuação do arquiteto, portanto, não se limitaria a uma intervenção técnica isolada, mas envolve a construção de vínculos, a mediação de conflitos e disputas, a articulação de interesses diversos, visando o fortalecimento da autonomia em oposição à heteronomia (Baltazar e Kapp, 2016).

No EMAV, então constituído quase exclusivamente por alunes cotistas, pretos e da periferia, atuar pelas interfaces se traduziu em um mergulho mais profundo, resumido na expressão do coletivo: “não dar o peixe, nem ensinar a pescar, mas pescar

15 A noção de submetodologia indisciplinada é desenvolvida por Jota Mombaça e trata-se de uma prática investigativa que abraça o erro, a entropia e os saberes marginalizados, operando por meio de rastros, circuitos de contrabando teórico e uma postura corporal queer e dissidente.
16 Os arquétipos são formulados a partir dos dilemas e desafios de projeto participativos reais, posicionando-se em um espectro que oscila entre o desejo de participação e a persistência das hierarquias disciplinares.

junto”. No enunciado do coletivo, identifico pelo menos duas pistas importantes para pensar as relações entre universidade e comunidades, situadas em práticas de arquitetura e planejamento urbano. A primeira é a crítica às relações de voluntariado e assistencialismo, que tendem a produzir um “outro” definido pela falta e pela carência, e não pela diferença, pela potência e pelas possibilidades de “tornar-se com”. A segunda é a atenção às relações de valor implicadas pelas hierarquias de conhecimento, que determinam competências e autoridades técnicas para cada prática, impactando as fases da divisão do trabalho e a separação entre manual e intelectual, da demanda ao canteiro de obras.

Os debates de extensão universitária dentro da UFRGS, que até o ano de 2015 estavam pouco contaminados por outras perspectivas epistemológicas (ainda mais no campo da arquitetura), estavam em crise pela dificuldade da branquitude e da cisgeneridade em lidar com alunes cotistas, moradores de ocupação, “cria” da periferia ou de assentamentos, que estavam ocupando cada vez mais os projetos. Na época, lembro de escutar comentários de corredor de alguns professores falando que o EMAV “estava muito bagunçado”, “que não era mais como antes”, sempre em relação a demandas burocráticas da universidade com o grupo de extensão, ou em relação a algum posicionamento crítico e desobediente do coletivo, ignorando muitas das práticas que o grupo estava fazendo junto às comunidades, experimentando outras metodologias e dezenas de atividades, principalmente dinâmicas participativas de projeto e mutirões de construção.

Silke Kapp (2020) percorre diferentes experiências que tensionam a separação entre projetar, construir e habitar, refletindo sobre modos de produção do espaço baseados na cooperação, na autonomia e no trabalho associado. Em diálogo com uma tradição crítica que atravessa John Ruskin, William Morris e Sérgio Ferro, a autora desloca um pouco o olhar da arquitetura para os processos coletivos que a produzem, refletindo sobre as condições pelas quais o fazer arquitetônico pode constituir-se como prática de autogestão, produção do comum e invenção de outras arquiteturas. Tomando como ponto de partida a célebre passagem em que Marx distingue o pior mestre de obras da melhor abelha pela capacidade humana de antecipar mentalmente o resultado antes de produzi-lo, a autora identifica aí uma inflexão fundamental para pensar as formas de organização do trabalho na construção civil e os processos coletivos de mutirão. Nos canteiros heterônomos, a antecipação ideal é expropriada e concentrada na figura do técnico ou do capital, instaurando uma cisão entre o pensar e o fazer, entre o projeto e a execução, que estrutura a própria lógica da alienação e da dominação (Ferro, 2023). Já nos “canteiros autônomos”, a experiência do trabalho tende a reconfigurar essa divisão: o projeto deixa de ser monopólio de arquitetos e engenheiros e passaria a ser invenção contínua compartilhada entre os que constroem e habitam, tensionando a hierarquia técnica e reinscrevendo o ato de construir como prática política e pedagógica. Trabalho e emancipação.

Ao pensar sobre o corpo e o afeto nos processos de arquitetura e urbanismo, Guizzo (2019) complementa essas reflexões e se aproxima de meu interesse, além de também dialogar com o pensamento cosmopolítico de Isabelle Stengers. Para a Iaô-arquiteta[17], “reativar os territórios” em uma perspectiva transversal participativa, onde cada participante cultiva e torne presente as suas diferenças, envolve “um interesse no movimento que os diferentes podem provocar entre si (...) já que eles desestabilizam pontos consolidados da disciplina, aqueles sobre os quais já não nos questionamos mais” (Guizzo, 2019, p.23).

17 Iaô (em iorubá: Ìyàwó) é como são chamados os filhos de santo, ou quem já passou pela iniciação no candomblé, na umbanda ou no batuque.

A noção de governar, como defende o Comitê Invisível (2020), consiste em prevenir a insurreição, seria um empreendimento da ordem do policial. Indo ao campo da arquitetura, Silke Kapp (2007) critica a concepção de moradia como “estojo”, fabricada segundo padrões de normalidade e consumo que reduzem o habitar a um espaço domesticado, repetível e descolado das mutações das práticas sociais. Ao funcionar como dispositivo de domesticação, a arquitetura estabilizaria modos de vida e neutralizaria a potência dos habitantes. Arquitetos e urbanistas seriam, então, mestres da domesticação, como lembra Fernando Freitas Fuão (2023). Desde o domus romano, a arquitetura participa da produção de um regime de governo do corpo e do espaço: a casa, o muro, o plano urbano, o detalhe construtivo são dispositivos de doma. Nesse sentido, projetar sempre implicou governar - domesticar o tempo, a matéria e os gestos em nome de uma determinada ordem ou de um chamado à ordem. A “máquina de morar” moderna transforma o morar em gestão e a cidade em campo de adestramento dos corpos.

Nos últimos anos, a partir das práticas que tenho vivido junto a coletivos e movimentos de luta por moradia, percebo que a convocação que eles nos fazem não é para pensar a arquitetura e o urbanismo em termos de um “paradigma de governo”, como ocorre em boa parte das políticas públicas, mas sim em um “paradigma do habitar”. Nesse paradigma, como propõe Fernández-Savater (2017), trata-se menos de projetar o que deve ser e mais de detectar e entrar em contato com os pontos de potência - energias, forças, intensidades, tecnologias, saberes, afetos - que já estão ali, no território e nos corpos que o compõem.

É próximo desse sentido que a noção de *local traditional knowledge* (LTK), de Ingold e Kurttila (2000), ajuda a compreender os saberes como algo que não está previamente dado, mas que se constitui na relação entre pessoas, coisas, seres, ambientes. São conhecimentos situados, dinâmicos, em constante movimento, formados e transformados nas experiências cotidianas, acumulados de modo relacional e hierarquizado em ecologias de práticas.

As novas demandas que emergem das lutas por moradia não aparecem como tarefas universais ou réplicas a serem multiplicadas, mas como situações que produzem sujeitos e coletivos em movimento. Nesse processo, forjam-se arquitetos e arquitetas de luta enquanto “identidades práticas”, que escapam às práticas convencionais tanto do mercado quanto da universidade (Stengers, 2021). Como a pensadora costuma lembrar, um “problema”, no contexto dessas práticas, nunca é um problema abstrato ou universal: é sempre uma questão situada. São problemas práticos, no sentido mais denso do termo: questões que pedem presença e atenção coletiva dos praticantes a partir do que podem ou não afetar, mais do que soluções. Cuidado de si e dos outros.

Nessa ecologia de práticas, para acadêmicos e acadêmicas em geral, e aqui especialmente para pesquisadores, arquitetos e planejadores urbanos brancos, de classes mais altas e cisgênero, surge a necessidade de uma ética auto-destrutiva em relação às posições de privilégio que ocupamos no mundo como o conhecemos, como vem sugerindo Jota Mombaça (2021). Desconstruir e desconcretar, que falávamos lá em 2018 no EMAV, andam lado a lado com o desaprender e desformar. Trata-se, tanto em contexto de ensino-aprendizagem como nas práticas de arquitetura, de desformar as pedagogias coloniais tecnocráticas instituídas no interior da divisão de trabalho e os saberes embrutecedores formados em boa parte dos espaços acadêmicos da branquitude.

Denise Ferreira da Silva (2019) explica que a noção de “luz negra” é um modo de leitura que faz brilhar aquilo que não é destacado mas que é essencial ao funcionamento do sistema, no exemplo dela, da relação entre trabalho escravo e produção de mercadoria.

Em outras palavras, a luz negra ilumina o substrato invisível da ordem colonial-racial-capitalista, expondo as relações ocultadas entre expropriação, racialização e extração. Enquanto pesquisadores antirracistas do campo da arquitetura, entendo que há uma tarefa de insubordinação radical contínua de iluminar as práticas e teorias de arquitetura com uma luz negra, incidindo nos regimes de visibilidade-invisibilidade, revelando a formação colonial-racial-capital. Somente a partir disso, podemos anunciar um fim ao mundo como o conhecemos[18], como vem falando a pensadora (Ibidem). É, como nos alerta Frantz Fanon, uma tarefa que abraça a necessidade de destruir o mundo colonial como passo fundamental para a liberação.

Mais ou menos no caminho dessa tarefa, Germana Konrath e Paulo Reyes (2022) estão pensando nas práticas periféricas como uma inversão dos clássicos princípios vitruvianos "firmitas, utilitas e venustas", sugerindo que as arquiteturas periféricas operam, em amplo sentido, pelo avesso dos imperativos vitruvianos, pelo "desestabilizar, desprogramar, deformar". Desconcretar as arquiteturas de poder, portanto, passaria pela deformação e pelo confronto com as estruturas de dominação que a profissão aceitou e aderiu historicamente. Arquitetos que desaprendem para reaprender a habitar junto e misturado com os muitos outros (Portela, 2007). Será preciso, como sugere Fuão (2023), decapitar essa autoridade e reinventar o arquiteto não em uma saída suicida, mas como an-arquiteto. "Porque não queremos ser profissionais. Queremos ser amadores, no sentido etimológico da palavra: amantes" (Moten; Harney, 2024, p. 110) .

Por fim, a metáfora "não dar o peixe, nem ensinar a pescar, mas pescar junto", em que "pescar" é um verbo transitivo, se concentre excessivamente nas práticas em si, sem necessariamente abarcar uma dimensão da vida que frequentemente fica de "fora" das relações entre universidade e os muitos territórios populares. Há algo a mais a considerar se acompanharmos a intransitividade de "habitar o mesmo barco", a indeterminação de navegar em um mesmo navio-mundo (Ferdinand, 2021, p. 221-5). Não mais com alguns corpos no convés e outros no porão. Então, uma das pistas que a pesquisa vem seguindo é que, em processos de construção por mutirão, esses corpos em aliança - incluindo aliados, pesquisadores, arquitetos e urbanistas - tratam de retomar com as próprias mãos (e o corpo inteiro) o que a academia formou, o mercado monopolizou e o Estado terceirizou na cidade da mercadoria.

Considerações parciais…

"Eu sei que a nossa luta é antiga, pesada, vem de muito tempo", diz dona Zoe com o olhar firme voltado pro chão, enquanto faz uma pausa pro cigarro entre uma demanda e outra da cozinha. "Eles querem que a gente largue tudo, que desista... mas não tem jeito. A única coisa é seguir lutando".

Pensar políticas públicas de moradia e de planejamento urbano, passa também por escutar o que atravessa os corpos e seus modos de resolver a vida em meio ao sofrimento produzido pelo colonialismo e pelo neoliberalismo. Nesses territórios existenciais de interrupção da cidade da mercadoria, podemos nos perguntar o que nos faz bem, que tipo de vida queremos, que cidade queremos viver, o que podemos fazer juntos. Como seria pensar uma política habitacional que levasse a sério as sensibilidades que emergem dessa retomada do corpo na produção do espaço? Como colocar o corpo no centro pode reorientar nossos métodos e nossas agendas de pesquisa? Quais os lugares possíveis para arquitetos e urbanistas em contextos onde estão engajados em "rasgar" as próprias técnicas?

18 A noção de "fim do mundo como o conhecemos" se refere à desmontagem do mundo moderno-colonial, estruturado pela razão universal, pela separação entre sujeito e objeto, e pela lógica da racialização e do capital. Trata-se de um projeto ético e político de superação dessas estruturas para a possibilidade de um mundo verdadeiramente outro.

Referências

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma*. São Paulo: Editora 34, 2012.

BALTAZAR, M.; KAPP, T. F. Assessoria técnica com interfaces. *Cadernos MOM, n. 16*, 2016.

BISPO, Antônio dos Santos. *A terra dá, a terra quer.* Ubu Editora, 2023.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.* Editora José Olympio, 2018.

CALDEIRA, Clovis. *Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural*. Brasiliana, 1956.

CANÇADO, Wellington. *Sob o pavimento, a floresta: cidade e cosmopolítica*. 2019. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer.* 22a ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014. (1a edição: 1994).

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 1990.

CONSELHO NOTURNO. *Um habitar mais forte que a metrópole*. São Paulo: GLAC edições, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: Ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. Editora Elefante, 2022.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Ubu Editora, 2022.

FERNANDES, Marco. *Luta, que cura!* Passa palavra, 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/3pw2fav2>. Acesso em: 12 de Fevereiro de 2023.

FERNÁNDEZ-SAVATER, Amador. *Nova cultura política: o Paradigma do Habitar.* Outras Palavras, 2017. <https://tinyurl.com/mrxr7b3f>. Acesso em: 03 de Fevereiro de 2023.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. Coleção Teoria e História da Arquitetura (Acervo Sérgio Ferro), Site TFTK Production Studies, 2023, https://tftk.iau.usp.br

FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?*. Autonomia literária, 2020.

FUÃO, Fernando Freitas. *Arquitetura e domesticação I*. Fernando Fuão Blog, fev. 2023. Disponível em: https://fernandofuao.blogspot.com/2023/02/arquitetura-e-domesticacao.html?q=AN-ARQUITETO. Acesso em: 30 nov. 2025.

SILVA, Denise Ferreira da. *On Heat.* Canadian Art, 29 out. 2019. Disponível em: https://canadianart.tempurl.host/features/on-heat/. Acesso em: 20/09/2025.

GAGO, Verónica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Editora Elefante, 2020.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Editora 34, Rio de Janeiro, 1992.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. *Mil platôs. Capitalismo e Esquizofrenia, vol 1*. Rio de Janeiro, v. 34, 1995.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol 4.* Rio de Janeiro, v. 34, 1997.

GUARANI, Jerá. *Tornar-se selvagem.* PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 14, p. 12-19, jul. 2020.

GUIZZO, Iazana. *Reativar territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo.* Quintal Edições, 2019.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade paliativa: a dor hoje*. Editora Vozes, 2021.

HARAWAY, Donna. *Isso parte meu coração.* Entrevista por Marília Librandi. Revista DR, 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu, n. 5*, p. 7-41, 1995.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Edições Loyola, São Paulo, Brasil. 2005.

HYPOLITO, Bárbara de Bárbara. *Ocupação urbana e cartografia dos afectos: pela emergência de uma cidade da diferença*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2024.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Editora Vozes Limitada, 2015.

INGOLD, Tim. KURTTILA, T. Perceiving the environment in Finnish Lapland. In: *Body and Society*, 6 (3-4):183-196. 2000.

INVISÍVEL, Comitê. *Aos nossos amigos.* n-1 edições, 2020.

KAPP, Silke et al. Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. In: *IV Congresso Brasileiro e II Congresso Ibero-Americano de Habitação Social*, 2012.

KAPP, Silke et al. Síndrome do estojo. *Colóquio de Pesquisas em Habitação*, v. 4, 2007.

KAPP, Silke et al. *Canteiros da utopia*. Belo Horizonte, Editora MOM, 2020.

KAPP, Silke et al. *A outra produção arquitetônica*. Belo Horizonte: MOM – Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana; PASSOS, Eduardo (org). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

KRENAK, Ailton. Saiam desse pesadelo de concreto! In: *Habitar o Antropoceno*, BDMG Cultural, 2022.

KONRATH, Germana; REYES, Paulo. Desestabilizar, desprogramar, deformar: estéticas periféricas como caminhos projetuais em cidades latino-americanas. urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 14, 2022.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Editora Companhia das Letras, 2019.

MARZULO, Eber Pires. *Espaço dos pobres: identidade social e territorialidade na modernidade tardia*. 2005. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Brutalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2020.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, v. 18, n. 3, p. 363-377, 2016.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. *Revista Concinnitas*, v. 1, n. 28, p. 334-354, 2016.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Editora Cobogó, 2021.

MORAES, Alana. *Experimentações baldias & paixões de retomada: vida e luta na cidade-acampamento*. 2020. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MOTEN, Fred; HARNEY, Stefano. *Tudo incompleto*. São Paulo: GLAC edições, 2023.

MOTEN, Fred; HARNEY, Stefano. *Sobcomuns: Planejamento fugitivo e estudo negro*. Ubu Editora, 2024.

MUMBUCA, Ana. “*O pensar do Chão…*”, 2022. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/o-pensar-do-chao?>. Acesso em: 08 de Fevereiro de 2023.

NEPOMUCENO, Mariana. Mutirão. Wikifavelas, ano. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Mutir%C3%A3o. Acesso em: 03 nov. 2025.

PATZDORF, Danilo. *Artista-educa-dor: a somatopolítica neoliberal e a crise da sensibilidade do corpo ocidental (izado)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2022.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Marcelo Kunrath. Para além dos movimentos sociais: reflexões sobre a literatura brasileira da década de 2010. *Ciências Sociais Unisinos,* v. 58, n. 1, p. 11–23, jan./abr. 2022.

PORTELA, Thais de Bhathumchinda. *O urbanismo e o candomblé: sobre cultura e produção do espaço público contemporâneo*. 2007. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *desentendimento, O*. Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *Partilha do sensível: estética e política*. Editora, v. 34, 2009.

REYES, Paulo. *Projeto não projeto: Quando a política rasga a técnica.* Editora Sulina, 2022.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. n-1 edições, 2019.

SANTO AMORE, Caio. *Lupa e telescópio: o mutirão em foco: São Paulo, anos 90 e atualidade. 2004*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Edusp, 2002.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental.* Rio de Janeiro: Record, 2008.

SIQUEIRA, Lucimar Fátima; MARZULO, Eber Pires. Da democracia participativa à desdemocratização na cidade: a experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre. *Cadernos Metrópole*, v. 23, p. 399-422, 2020.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

STENGERS, Isabelle. Notas introdutórias sobre uma ecologia de práticas. *Cultural studies review*, v. 11, n. 1, p. 183-196, 2021.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima.* São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. *Capitalist sorcery: breaking the spell*. Palgrave, 2011.

SZTUTMAN, Renato. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência - pensando com Isabelle Stengers. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 338-360, 2018.

TIBLE, Jean. *Marx selvagem*. Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.

TUPINAMBÁ, Gabriel. *Sobre um projeto de psicanálise popular, ou: convém ser comunista para escutar o sofrimento social?* LavraPalavra, 19 abr. 2017. Disponível em: https://www.lavrapalavra.com/2017/04/19/sobre-um-projeto-de-psicanalise-popular-ou-convem-ser-comunista-para-escutar-o-sofrimento-social/ . Acesso em: 11 nov. 2025.

ISSN 2526-7310 PIXO n.38,v.10

PERIFERIAS EM CIRCULAÇÃO
Movimentos culturais e insurgência urbana nas periferias de São Paulo

PERIPHERIES IN CIRCULATION
Cultural movements and urban insurgency in the peripheries of São Paulo

***Amanda Machado de Liz*[1]**

Resumo
O artigo analisa a construção do espaço urbano na cidade de São Paulo e a emergência de novos movimentos culturais oriundos das periferias, entendendo-os como formas de resistência e de reivindicação do direito à cidade. O objetivo é compreender como práticas culturais — como o rap, o grafite e a pixação — transformam o espaço público e desafiam a lógica segregacionista que historicamente estrutura a metrópole. A pesquisa adota o método dialético, articulando as contradições entre urbanização capitalista e práticas sociais de apropriação do espaço. Os resultados indicam que, apesar do aprofundamento da segregação socioespacial e do controle sobre os corpos e fluxos urbanos, os sujeitos periféricos têm produzido novas formas de presença, circulação e visibilidade na cidade. Conclui-se que tais práticas culturais não apenas ocupam o espaço urbano, mas o reconfiguram simbolicamente, tornando-se instrumentos de produção de cidadania e de contestação da ordem neoliberal.
Palavras-chave: direito à cidade; espaço urbano; periferia; cultura urbana.

Abstract
This article analyzes the construction of urban space in the city of São Paulo and the emergence of new cultural movements originated from the peripheries, seen as forms of resistance and as claims to the right to the city. The study aims to examine how cultural practices — such as rap, graffiti, and tagging — transform public space and challenge the segregationist logic that has historically structured the metropolis. Using a dialectical method, the research articulates the contradictions between capitalist urbanization and social practices of spatial appropriation. The results indicate that, despite the deepening of socio-spatial segregation and the control of urban flows and bodies, peripheral subjects have produced new forms of presence, circulation, and visibility within the city. The conclusion is that these cultural practices not only occupy the urban space but also reconfigure it symbolically, becoming citizenship instruments and the neoliberal order contestation.
Keywords: right to the city; urban space; periphery; urban culture.

1 Doutoranda em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília (PPGDH/UnB), mestra em Direito pela Universidade de Brasília (PPGD/UnB) e bacharela em Direito pela UniCesusc. Especialista em Criminologia e Direito Penal (Uninter/ICPC) e Direito Público (FURB).

Introdução

A cidade é mais do que um conjunto de edificações, vias e fluxos: ela constitui um campo de disputas simbólicas e materiais, um território no qual se produzem e se reproduzem as desigualdades, mas também se inventam formas de resistência e de reapropriação do espaço. A urbanização de São Paulo, marcada historicamente pela expansão periférica e pela segregação socioespacial, revela como o espaço urbano é continuamente produzido por processos políticos e culturais que refletem as contradições de uma sociedade desigual e excludente.

Este artigo propõe examinar a relação entre a construção do espaço urbano paulistano e as práticas sociais que o contestam e ressignificam, com ênfase nos movimentos culturais oriundos das periferias. Busca-se compreender de que modo a rua e os espaços públicos — frequentemente regulados, vigiados e seletivos — tornam-se arenas de reivindicação e afirmação de direitos, especialmente o direito à cidade.

A análise parte da constituição histórica da cidade e de suas formas de segregação espacial, avança sobre a emergência de novas formas de expressão cultural e política nas periferias, e culmina na reflexão sobre como essas práticas, ao se afirmarem no espaço urbano, desafiam a lógica neoliberal e o modelo de cidade excludente. Ao longo do texto, argumenta-se que a produção cultural periférica, ao deslocar o centro e ao criar novas formas de visibilidade, opera uma transformação simbólica e política da cidade, revelando a potência de sujeitos que, apesar das barreiras impostas pela desigualdade, continuam a construir, habitar e reivindicar o espaço urbano como direito coletivo.

Direito à rua

Até meados do século XIX, a proximidade de condições sociais distintas nas ruas ou dentro das casas na cidade de São Paulo não produzia qualquer perigo ou ameaça, uma vez que os limites entre os grupos sociais eram clara e rigidamente definidos: estavam expressos no modo de vestir, no rigor dos sinais de respeito e hierarquia e nas distâncias morais supriam as distâncias físicas e corrigiam a familiaridade da vida coletiva. Na vida dos senhores e escravos não havia qualquer dimensão em que não estivesse expressa a relação de dominação. “[...] O espaço do escravo era dentro do território do senhor, dominado pela força e violência físicas, marcado por diferenças culturais e pela cor de sua pele e desumanizado por um discurso etnocêntrico” (Rolnik, 1997, p. 31).

Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, iniciou-se uma transformação territorial no espaço doméstico e em sua relação com a rua, emergindo antes de tudo nas casas mais abastadas. Primeiramente apareceram os recuos: um afastamento das laterais separou a casa do lote e das edificações vizinhas, e foi avançando cada vez mais em direção do isolamento total da casa dentro do lote. No interior da casa apareceram corredores e uma sala de visitas, espaço distanciado dos olhares estranhos da rua e equipado para receber um público selecionado (Rolnik, 1997, p. 31).

> A sala de visita decorada configurou um primeiro movimento de redefinição territorial das elites - o que desponta aqui é uma região pública no interior da casa, que progressivamente vai se opor ao espaço da rua. Se a rua mistura grupos sociais, origens e sexos, a sala de visitas seleciona as misturas permitidas. Esse movimento coincidiu também com a intensificação do espaço da rua como espaço de circulação por excelência. Era cada vez mais frequente, à

> medida que o século XIX terminava, a alusão ao congestionamento nas estreitas ruas da capital e, tanto nas atas da Câmara Municipal como na imprensa do período, há várias menções à necessidade de disciplinar o trânsito, ordenar as ruas, regularizá-las e introduzir alguma racionalidade em um desenho considerado caótico (Rolnik, 1997, p. 31).

No contexto da segregação espacial, consolida-se uma nova forma de organização do espaço doméstico. O lar passa a constituir o domínio da vida privada daqueles que nele habitam e de sua sociabilidade exclusiva, estruturando-se sob o princípio da intimidade. Essa transformação instaura uma micropolítica familiar e redefine as fronteiras entre o espaço público e o espaço privado na cidade. A casa se distancia da rua e dos vizinhos, erguendo muros que circunscrevem e isolam o seu lote (Rolnik, 1995).

> A vida social burguesa se retira da rua para se organizar à parte, em um meio homogêneo de famílias iguais a ela. A gênese dessa arquitetura do isolamento fez parte da redefinição de noção de espaço privado e público que ocorre neste momento. Para a burguesia, o espaço público deixa de ser a rua — lugar das festas religiosas e cortejos que engloba a maior variedade possível de cidades e condições sociais — e passar a ser a sala de visitas, ou o salão (Rolnik, 1995, p. 49).

É a partir dessa reconfiguração da moradia familiar que ela se torna uma figura antagonista da rua, já que esta é um lugar "perigoso", dos sem-teto, do encontro entre as diferentes classes, idades e etnias. O refúgio no apartamento ou casa murada dentro do bairro homogêneo e exclusivamente residencial torna-se o meio de proteção do indivíduo à diversidade de tipos humanos e de estilos de vida que se pode encontrar nas ruas das cidades contemporâneas.

Se, por um lado, esse movimento buscava afastar o convívio dos homens de bem da heterogeneidade das ruas, promovendo a criação de espaços exclusivos no interior das residências — como as salas de visita e os escritórios — e também fora delas — nos cafés, salões e clubes privativos —, por outro, deu início a um conflito histórico entre a apropriação da rua como espaço de circulação e os demais usos que nela coexistiam, os quais foram progressivamente excluídos.

Tal conflito manifestou-se, por exemplo, no expurgo das atividades de quitanda promovido pela Câmara Municipal — autoridade responsável pela gestão urbana —, na retirada de pessoas consideradas um entrave ao trânsito, em nome da regularização do tráfego, e nas reformas e alargamentos de vias empreendidos na virada do século. Essas ações constituíram estratégias voltadas à captura do espaço da rua — anteriormente destinado a uma multiplicidade de usos — para o uso exclusivo dos meios de circulação (Rolnik, 1997, p. 31).

A pauta do trânsito e do tráfego urbano introduziu também a questão da velocidade na cidade, uma vez que já não bastava transitar pelas ruas, mas fazê-lo de forma célere. Assim, a locomoção a pé ou a cavalo foi gradualmente substituída, num primeiro momento, por seges e carroças.

> O ritmo, as formas de olhar e a atenção diferenciam-se totalmente de acordo com o meio de locomoção. O caminhante estabelece um diálogo com os elementos presentes na rua, em função do tempo que permite troca, reciprocidade e outras conversas de gestos ou simplesmente olhares. A delimitação do espaço da rua e sua ressignificação como espaço de circulação foram o grande tema do primeiro conjunto sistematizado de leis urbanísticas da capital — o Código de Posturas de 1875, revisto e ampliado em 1886 (Rolnik, 1997, p. 32).

Além da preocupação evidente da desobstrução da rua, o Código de Posturas promoveu a demarcação do espaço público em relação ao espaço privado de duas formas: pela obrigatoriedade de cercar os terrenos com muros de 2 metros de altura, quando estivessem vazios, e de obedecer ao alinhamento definido pelo arruador[2]. Além disso, também aumentou a largura mínima das ruas (passando para 16 metros) e inseriu a largura mínima de 25 metros para as avenidas (São Paulo, 1886).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a oposição casa-rua também foi fundamental na definição dos papéis e hierarquias sociais na cidade. O público como um domínio moral revelava realidades diferentes para homens e mulheres. Para as mulheres, era onde se poderia perder a virtude, desvirginando-se. Já para os homens, tinha uma conotação moral diversa: "sair em público era a possibilidade de livrar-se da repressão e do autoritarismo da respeitabilidade encarnados na figura do marido e pai. Para os homens, portanto, a imoralidade da vida pública era uma região de liberdade, e não de desgraça" (Rolnik, 1997, p. 34).

A partir do século XX, o espaço público passa a ser redefinido e redimensionado pela sociedade do café: inaugura a iluminação urbana a gás e se transforma em espaço de circulação exclusiva, sem a indesejável presença dos chamados profissionais das ruas. Inaugura-se, assim, um novo espaço público: limpo, exclusivo e onde impera a respeitabilidade burguesa. Essa passa a ser uma das metas essenciais da política urbanística expressa na legislação (Rolnik, 1997, p. 34).

> Tal movimento não contradisse a privatização da vida pública burguesa que ocorreu com a transformação do espaço doméstico. Ao contrário: a sala de visitas e outros interiores burgueses ricamente decorados funcionavam em continuidade com o interior dos cafés, teatros, lojas e casas de concerto onde era conduzida exclusivamente a vida social. [...] Assim, o contraste entre o domínio público e o privado, já presente na cidade colonial, foi reforçado com a demarcação mais precisa dos limites entre a casa e a rua, enquanto o espaço das ruas se constituía em cenário para uma vida pública exclusiva (Rolnik, 1997, p. 35).

A história da segregação espacial com o confinamento da família no lar e a visão da rua apenas como espaço de passagem de pedestres ou veículos resulta no fim dela como espaço de troca cotidiana, de socialização.

O uso de metáforas onde a casa é contrastada com a rua — como o uso do "vá para o olho da rua!" em um ponto de vista impessoal e desumano; e "estou/fiquei na rua da amargura" para designar a solidão ou a ausência de solidariedade de um dado grupo social — são substanciais e denotam o rompimento violento com um grupo social, com o consequente isolamento do indivíduo (Damatta, 1997, p. 37).

Esse conjunto de fatores resulta em um círculo vicioso nas cidades: quanto mais as pessoas temem as ruas, menos tendem a utilizá-las e, consequentemente, menos caminham a pé, tornando esses espaços cada vez mais vazios e inseguros. Como

2 Funcionário nomeado pela Câmara com tal finalidade.

argumenta Jacobs (2011), é necessário que existam olhos sobre a rua — os olhos daqueles que podem ser considerados seus proprietários naturais —, pois é dessa vigilância cotidiana e espontânea que emerge a verdadeira garantia de segurança urbana.

> As ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais. Ao pensar numa cidade, o que lhe vem à cabeça? Suas ruas. Se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona (Jacobs, 2011, p. 29).

Há uma dimensão política da cidade como exercício de dominação da autoridade político-administrativa sobre o conjunto dos moradores, e há uma luta cotidiana pela apropriação do espaço urbano que define também essa dimensão. Isso fica mais visível durante as grandes manifestações civis, quando o espaço público deixa de ser apenas "cenário da circulação do dia a dia para assumir o caráter de civitas por inteiro. [...] Na passeata, comício ou barricada, a vontade dos cidadãos desafia o poder urbano através da apropriação simbólica do terreno público" (Rolnik, 1995, p. 24-25).

Segundo Rio (2008), as ruas também pensam, têm ideias, filosofia e religião. Nascem, crescem, mudam de caráter. E, infelizmente, eventualmente, morrem. Era justamente o que defendia Le Corbusier, quando afirmava que precisava-se matar a rua, uma vez que era preciso ir contra a confusão, a mistura e a falta de racionalidade para garantir espaços cuidadosamente separados para morar, circular, divertir-se e trabalhar, conforme deveria satisfazer a "Carta de Atenas" (Le Corbusier, 1989).

Contudo, conforme afirma Lefebvre (1999, p. 27-28), a rua contém as funções negligenciadas por Le Corbusier: a função lúdica, a função informativa e a função simbólica. A rua é uma desordem que vive, informa e surpreende. Na rua a cidade se manifesta, apropria-se dos lugares. O acontecimento revolucionário geralmente ocorre na rua.

> O espaço da rua não é o lugar da palavra, o lugar da troca pelas palavras e signos, assim como pelas coisas? Não é o lugar privilegiado no qual se escreve a palavra? Onde ela pôde tornar-se "selvagem" e inscrever-se nos muros, escapando das prescrições e instituições? (Lefebvre, 1999, p. 28).

A rua é local privilegiado para o encontro dos diferentes, pois é ela que resgata a experiência da diversidade. A rua possibilita "a presença do forasteiro, o encontro entre desconhecidos, a troca entre diferentes, o reconhecimento dos semelhantes, a multiplicidade de usos e olhares – tudo num espaço público [...]" (Magnani, 1993). Como afirma Simas (2019, p. 56) "a rua concebida como lugar de encontro anda perdendo de lavada para a rua como lugar de passagem, marcado pela pressa e pela violência urbana". A cada ataque lançado contra as culturas das ruas é um tijolo a mais no edifício de uma catástrofe civilizatória e não podemos silenciar sobre ela. É preciso retirar da cidade o complexo de saberes sofisticados das ruas que nos forjaram (Simas, 2019, p. 37).

> Reencantar a cidade, subverter o território em terreiro, entender a cidade como lugar de encontro, comer pelas beiradas driblando os perrengues, malandreando entre o horror e o gozo, é seguir vivendo e sobrevivendo para fazer o gol na partida que não termina: num lance rápido e certeiro do contra-ataque que nos resta para salvar a rua." (Simas, 2019, p. 56).

Não obstante os notórios problemas dos grandes centros urbanos, a experiência da rua não morreu: diversificou-se, adaptou-se a novas circunstâncias, assumiu novas modalidades e estabeleceu outros diálogos. Mas para dar conta dessas transformações é necessário incrementar a clássica categoria de rua com o propósito de descrever uma mais variada gama de experiências que a escala das grandes cidades contemporâneas é capaz de propiciar (Magnani, 1998).

Direito à cidade

Ao contrário do que se poderia supor, a cidade não se impõe de forma homogênea e absoluta sobre seus habitantes. Conforme afirma Rolnik (2022), o espaço urbano está longe de ser inerte: ele é produtor e reprodutor de desigualdades. O crescimento das cidades ocorre em paralelo à institucionalização do neoliberalismo como forma de organização do Estado, o que acarreta a difusão das lógicas da privatização, da descentralização e do desapossamento (Holston, 2016, p. 194-195).

A combinação entre processos de urbanização, democratização e neoliberalização engendra uma condição notavelmente similar em diferentes contextos do mundo contemporâneo: parcelas expressivas da população vivem hoje nas periferias empobrecidas das cidades — muitas vezes em situações ilegais ou irregulares de moradia —, circundando centros urbanos que se beneficiam de seus serviços e de sua pobreza (Holston, 2016, p. 195).

Harvey (2014) destaca que o direito à cidade constitui um direito humano subjugado pela lógica do mercado liberal, em que a primazia da propriedade privada e das taxas de lucro exorbitantes suplantam o efetivo acesso a esse direito. Assim, a cidade — e o bem-estar que ela potencialmente oferece — é relegada a um número restrito de detentores de capital.

A expressão direito à cidade foi empregada pela primeira vez por Henri Lefebvre, filósofo francês que, na década de 1970, desenvolveu uma crítica seminal sobre a produção do espaço. Em 1967, Lefebvre publica o artigo *Le Droit à la Ville*, que, no ano seguinte, integra o livro homônimo (Lefebvre, 2008). O autor inaugura, assim, uma reflexão sobre a justiça social no espaço urbano, concebendo-a como uma reivindicação de caráter social orientada por um recorte marxista.

O direito à cidade emerge, portanto, como um fenômeno sociológico. Lefebvre, ao interpretar a sociedade sob a perspectiva marxista, identifica na cidade o locus privilegiado de análise das relações sociais de produção. Ele compreende que o direito à cidade constitui uma nova forma de reivindicação própria de uma sociedade em acelerado processo de urbanização. Tal direito não se vincula necessariamente ao campo jurídico-normativo, mas à necessidade de garantir o acesso equitativo aos bens, serviços e oportunidades que a cidade oferece. Trata-se, em essência, do direito à realização humana no espaço urbano — espaço este crescentemente artificial e atravessado pelas contradições estruturais do capitalismo.

A partir de sua reflexão sobre a urbanização global, Lefebvre antecipa, ainda na década de 1970, que o capitalismo passaria a se organizar de modo cada vez mais estreito com os processos de urbanização. Por isso, reivindica a cidade como espaço de crítica social e de luta por justiça, compreendendo-a como expressão concreta da luta de classes.

Nessa mesma direção, Harvey (2012, p. 74) observa que as cidades, desde suas origens, emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente.

Assim, a urbanização é, desde o início, um fenômeno de classe, na medida em que o excedente é extraído de determinados grupos, enquanto o controle sobre sua distribuição permanece nas mãos de poucos.

As práticas constituintes da realidade urbana concreta, portanto, têm o potencial de transformar o próprio conceito de direito, inaugurando novos debates e reivindicações. O direito à cidade envolve não apenas o acesso material aos bens e serviços urbanos, mas também o direito à autonomia e à participação nas decisões sobre a produção e a organização do espaço urbano. Como destaca Agier (2011), é necessário buscar as cidades produzidas pelos próprios atores sociais — ou citadinos — em suas múltiplas e cotidianas formas de apropriação do espaço.

> Conquistar o direito à cidade é conquistar o direito à satisfação das necessidades humanas as mais variadas, opostas e complementares, permitindo a escolha. Portanto, um espaço urbano democrático tem de ser capaz de, concomitantemente, promover a certeza e a aventura, o encontro e o isolamento, as relações de curto e de longo prazo, para que seus habitantes possam decidir qual o melhor caminho a seguir (Pereira, 2018, p. 27).

Desse modo, torna-se essencial analisar a interação com a cidade sob a perspectiva daqueles que, em virtude de suas trajetórias de vida diversas, dela se apropriam de maneiras igualmente diferenciadas. Conforme afirma Holston (2016, p. 201), “a tomada e a ocupação de espaços da cidade constituem um processo político alternativo, no qual possuir a cidade é reivindicá-la como ‘bem comum’, como um produto coletivo”. O ato de ocupar, portanto, representa uma instância da cidadania urbana insurgente. Como complementa Bauman (2009, p. 36), “é nos locais públicos que a vida urbana — e tudo o que a distingue das demais formas de convivência humana — atinge sua mais completa expressão”.

Essas formas de apropriação, contudo, não decorrem de escolhas individuais ou aleatórias, mas de rotinas cotidianas moldadas por condicionantes coletivos que regulam o trabalho, a moradia, o lazer e a convivência, deixando suas marcas no tecido urbano. “O resultado é um desenho bastante particular que se sobrepõe ao desenho oficial da cidade: às vezes rompe com ele, outras vezes o segue, outras ainda não tem alternativa senão adequar-se” (Magnani, 1993).

Periferia e movimentos sociais urbanos

As periferias passaram por múltiplas ressignificações ao longo das últimas décadas. As formas de articulação política e social presentes nas periferias da década de 1970 diferem substancialmente das que se observam hoje, o que torna fundamental recuperar historicamente o processo de transformação desses territórios. Compreender como as periferias se ressignificaram nos últimos cinquenta anos permite interpretar os processos contemporâneos de produção do espaço urbano e de rearticulação política que nelas se desenrolam.

A politização das periferias alvoreceu junto com a sua criação como espaço urbano. A constituição das periferias, tanto quanto espaço urbano quanto enquanto processo social, sempre esteve associada a criação da periferia como agente político. Mas esse agente político sofreu diversas alterações, e é por esse motivo que é preciso olhar para as transformações desses espaços e dos significados que as pessoas dão para eles, e como essa ressignificação está associada a diferentes tipos de ativismo político (Caldeira, 2011b). Uma associação entre organização, espaço e política.

As periferias são o resultado do processo pelo qual os próprios trabalhadores urbanizaram a cidade. Trabalhadores que não encontraram espaços para viver no que era a moradia construída na cidade, viram como única solução a autoconstrução em áreas distantes dos centros urbanos, resultando em um processo conhecido como urbanização periférica.

O processo de construção da cidade exige intenso engajamento social na produção do espaço urbano. As pessoas que edificaram suas próprias casas e investiram coletivamente na formação dos territórios urbanos tornaram-se, nesse movimento, politizadas por meio da prática — isto é, pela ação concreta de produzir a cidade. Essa politização foi particularmente evidente na organização dos movimentos sociais urbanos nas décadas de 1970 e 1980, que levaram os moradores das periferias ao centro da arena política.

Articulados ao sindicalismo, às grandes greves operárias e às lutas estudantis, esses movimentos expressaram uma notável diversidade de pautas — por infraestrutura, transporte, habitação, creches e contra a carestia — e configuraram uma dimensão fundamental do tecido político e social do período. Suas manifestações ocuparam as praças, e suas formas de organização e de incidência sobre as políticas públicas tornaram-se práticas rotineiras de reivindicação. Muitas das demandas por direitos formuladas por esses movimentos foram, posteriormente, incorporadas à Constituição Federal de 1988.

Os moradores das periferias paulistanas nas décadas de 1970 e 1980 desempenharam papel central nesses movimentos e compreendiam que, enquanto cidadãos contribuintes, eram legítimos em reivindicar o seu “direito de ter direitos” — incluindo o direito à cidade, entendido como acesso a infraestrutura básica, água encanada, coleta de esgoto, eletricidade, serviços de telefonia e demais condições de vida urbana já disponíveis nas áreas centrais (Caldeira, 2011b, p. 305).

Um exemplo emblemático desse processo foi o Movimento do Custo de Vida — também conhecido como Movimento Contra a Carestia —, que levou as demandas das populações periféricas sobre condições de vida, estrutura urbana e acesso à cidade para o cerne do debate político. Formado majoritariamente por pessoas de baixa escolaridade, o movimento se destacou pela utilização de linguagens acessíveis e recursos visuais, que buscavam associar de forma direta as lutas contra a alta do custo de vida e por melhores salários. Uma de suas mensagens mais emblemáticas questionava: Por que os preços sobem pelo elevador e os salários sobem pela escada? (Monteiro, 2017, p. 165).

Esse período foi acompanhado do processo de abertura e consolidação democrática cujos reflexos também se deram no espaço urbano. As mudanças promovidas por eleições livres conjuntamente às demandas de movimentos sociais — organizados por moradores da periferia para pressionar as administrações locais a melhorar a infraestrutura e os serviços públicos de seus bairros, bem como para a legalizar inúmeros loteamentos clandestinos e grilados — resultou no direcionando de uma parcela maior do investimento em infraestrutura urbana para a periferia.

> Durante duas décadas de disputas em torno da propriedade urbana os movimentos sociais forçaram os governos municipais a oferecer várias anistias a empreendedores ilegais, que resultaram na regularização de inúmeros lotes e na sua inserção no mercado imobiliário formal (Caldeira, 1997, p. 157).

Esses moradores que se organizaram coletivamente são os mesmos que construíram suas próprias casas nas periferias urbanas por meio da autoconstrução desde a década de 40. Tornaram-se proprietários, consumidores e expandiram a cidade. Obtiveram resposta do Estado às demandas com investimentos que melhoraram a infraestrutura urbana e indicadores como mortalidade infantil e regularização das propriedades. “Todavia, na medida que a periferia progredia e a democratização criava raízes no Brasil, as condições que sustentavam a industrialização, o desenvolvimento e a mobilidade social erodiram” (Caldeira, 2011b, p. 305).

Não obstante os esforços empreendidos pelos movimentos sociais na busca por melhorias na qualidade de vida das populações periféricas, os resultados de suas conquistas se materializaram em um contexto adverso: o período em que a crise econômica passou a negar às novas gerações de trabalhadores a possibilidade de se tornarem proprietários — ainda que em áreas mais distantes e precárias da cidade (Caldeira, 1997, p. 157).

A crise econômica, somada ao aumento das desigualdades sociais e à escalada da violência urbana, transformou profundamente a estrutura da cidade e, de modo particular, a configuração das próprias periferias. O crescimento dos índices de criminalidade — especialmente dos homicídios — afetou de maneira intensa esses territórios. Entre as vítimas fatais, predominavam jovens negros e pobres residentes das periferias, evidenciando o recorte racial e de classe que marca a violência urbana.

Como observa Caldeira (2011b), “não era mais possível pensar sobre o futuro com os mesmos referenciais que haviam balizado os planos das gerações anteriores”. Nesse cenário de incerteza e perda, emergem nas periferias novas formas de articulação cultural e política, orientadas pelo propósito de transformar o cotidiano atravessado pela violência e pela morte. É nesse contexto que se consolidam os movimentos culturais periféricos, os quais passam a ressignificar a experiência urbana e a projetar outras possibilidades de vida e de cidade.

Periferia e movimentos culturais

A partir da década de 1990, observa-se uma inflexão significativa nas formas de organização política das periferias. Os movimentos sociais urbanos — que haviam sido protagonistas nas décadas anteriores — passam progressivamente a ser substituídos por novas formas de mobilização ancoradas na produção cultural periférica. Esses movimentos culturais e artísticos emergem como expressões estéticas e políticas dos paradoxos de uma cidade profundamente segregada e de uma democracia disjuntiva (Caldeira; Holston, 1999; Holston, 2013). Trata-se de uma democracia que, embora sustentada por um sistema eleitoral consolidado, revela-se incapaz de garantir de maneira universal os direitos civis, sociais e culturais de seus cidadãos. Nesse contexto, “esses movimentos culturais e o hip-hop têm como pano de fundo o enraizamento da democracia na sociedade brasileira” (Caldeira, 2011b, p. 301).

Enquanto nas décadas anteriores as periferias e os movimentos sociais se estruturavam em torno da dignidade do trabalho — sendo o trabalhador a principal categoria de identificação política —, a nova produção cultural periférica reconfigura completamente essa narrativa. A representação da periferia que emerge dessa produção difere radicalmente daquela vinculada aos movimentos sociais tradicionais. Se antes predominava uma dimensão utópica, orientada pela crença no progresso e na construção material e simbólica da cidade e da casa, a periferia retratada pelo rap e por outras manifestações culturais revela uma experiência desencantada e crítica, marcada pela desigualdade, pela violência e pela ausência de perspectivas concretas de ascensão social.

Essas expressões culturais passaram a constituir novos espaços de participação e enunciação política para a juventude periférica, especialmente em um contexto de desemprego estrutural, avanço das políticas neoliberais e desintegração da cultura do trabalho que, em décadas anteriores, havia sustentado a coesão comunitária e o sentido de pertencimento. Surge, assim, uma nova forma de engajamento, vinculada a uma cultura flexível do trabalho e a identidades coletivas que se afirmam por meio da arte, da estética e da ocupação simbólica do espaço urbano.

> No mundo do trabalho, a chamada reestruturação produtiva, que toda a sociologia do trabalho estuda nos últimos vinte nos, modificou inteiramente o pátio industrial, e com ele as relações e mercados de trabalho populares; Sapopemba, que foi muito marcada pela industrialização do ABC e pelo sindicalismo, é cenário em que se pode notar com detalhe como as transformações no mundo operário impactam as trajetórias familiares. Havia pleno emprego na entrada dos anos 1970, cerca de 6% de desemprego em 1986, na cidade de São Paulo, e mais de 20% em 2000. Na década de 1990, portanto, a expansão do desemprego foi muito significativa e o mercado de trabalho muito mais exigente. Com a reestruturação das plantas industriais, *just-in-time*, robôs, produção por demanda, flexibilidade, enfim, com a “revolução toyotista” passou-se a exigir uma qualificação muito mais intensa do operário [...] O senhor que mal tinha o “primeiro grau” e conseguiu ter um emprego industrial durante duas décadas foi demitido, aos 40 anos de idade, no começo dos anos 1990; não retornou mais às fábricas, exceto para vender espetinhos de churrasco na saída dos turnos. O filho daquele operário, que como tantos estudou no SENAI, tampouco encontrou emprego nas montadoras da região, sua trajetória é toda feita no setor de serviços, terceirizados, precarizados. A reestruturação do mundo operário, portanto, já seria fator suficiente para explicar uma série de percalços encontrados pelas famílias, instaladas nas periferias da cidade entre os anos 1970 e 1980, em seu projeto de mobilidade de classe sustentado pela aposta no trabalho estável e em suas contrapartidas sociais. Houve, entretanto, muitas outras esferas de transformação igualmente decisivas para a compreensão das dinâmicas sociais desses territórios, e de seus rebatimentos políticos mais visíveis (Feltran, 2011, p. 355-356) (grifo do autor).

As letras de rap não se assemelham às de movimentos sociais que reivindicavam mais investimentos públicos em determinados setores ou bairros, postulando a própria cidadania titular de direitos fundamentais. As inscrições atuais de pixações encontradas em São Paulo também não remetem diretamente à imagem da inscrição “abaixo à ditadura” registrada por movimentos de resistência à ditadura militar.

Tanto o rap como a pixação dialogam diretamente com classes mais altas gerando mal-estar urbano. Um mal-estar causado pela produção de desigualdade na cidade, em viver em um espaço fragmentado, que reproduz diariamente uma

> violenta exclusão de milhares de jovens e crianças que, apesar dos atuais discursos neoliberais que enfatizam a competência e o esforço individual, não encontram nenhuma oportunidade de sair da marginalização em que se encontram (Kehl, 1999, p. 97).

O objetivo de exprimir o verdadeiro retrato do país — que se pretende divertido, gentil, miscigenado — e o dia a dia de desamparo de muitos periféricos urbanos, é de fazer com que o jovem da periferia não esqueça sua própria cultura, valorize sua origem e não se iluda com o discurso de que só é rico quem quer, quem trabalha, como se a ascensão não tivesse cor e os exemplos individuais não constituíssem exceções. Afinal, o sistema não é diferente para os marginalizados por culpa deles, mas porque é assim que foi estruturado para ser (Kehl, 1999).

Enquanto os movimentos sociais urbanos das décadas anteriores reivindicavam integração — afirmando-se como parte da cidade e exigindo acesso equitativo aos mesmos bens e serviços urbanos desfrutados pelos moradores das áreas centrais —, as produções culturais periféricas deslocam essa lógica. Em vez de demandar inclusão, elas passam a afirmar a singularidade da periferia como um território autônomo, dotado de valores, códigos e experiências próprias. A mensagem que se consolida é a de que a periferia constitui um mundo à parte da cidade formal, um espaço que resiste e se reconhece na diferença. Como sintetizam os Racionais MC's, "o mundo é diferente da ponte pra cá", expressão que cristaliza a oposição simbólica e material entre os espaços urbanos segregados.

Nessa perspectiva, o rap e outras manifestações culturais periféricas tornam-se narrativas críticas que expõem e elaboram a dicotomia entre os dois lados da ponte. Paradoxalmente, quanto mais essas produções enfatizam a separação e o contraste entre centro e periferia, mais contribuem para unificar simbolicamente as periferias, fortalecendo identidades coletivas e laços de pertencimento comuns.

Se há três décadas as fronteiras entre a democracia disjuntiva e as dinâmicas de subjetivação política nas periferias ainda podiam ser concebidas como limites a serem superados pela democratização, pelo crescimento, pela inclusão e pela cidadania, hoje essas fronteiras se configuram, nas relações concretas entre o Estado e as organizações sociais periféricas, como divisões estruturais e irreconciliáveis (Feltran, 2011, p. 364–365).

O que esses movimentos culturais procuram promover são algumas atitudes individuais fundamentadas numa referência coletiva. O hip hop não oferece uma saída material para a miséria, mas ajuda na conscientização da juventude periférica para que não seja fascinada pelos signos de poder ostentados pelo estereótipo de jovens brancos de bairros nobres. Para buscar a melhoria na vida da periferia é preciso transmitir a realidade em si (Kehl, 1999).

Assim, a visibilidade crescente da produção cultural das periferias passa a ocupar e reconfigurar os espaços da cidade, transformando a própria qualidade do espaço público. É fundamental compreender esse processo: ao deslocarem o centro simbólico da produção cultural, essas manifestações operam como práticas de autorrepresentação, por meio das quais os sujeitos periféricos produzem e difundem novas narrativas sobre a cidade, sobre si mesmos e sobre as relações sociais que se estabelecem em diferentes territórios urbanos. Essas produções não apenas ocupam o espaço, mas redefinem seus sentidos. Elas propõem outras formas de ver e viver a cidade, questionando hierarquias espaciais e simbólicas entre centro e periferia. Nesse contexto, o engajamento cultural torna-se também uma forma de engajamento espacial e político.

Quem participa de movimentos culturais urbanos — como o rap, o skate, o graffiti, o break ou a pixação — tende a desenvolver uma relação muito mais intensa e corporal com a cidade. As práticas coletivas, os deslocamentos e os *points* de encontro criam uma cartografia própria, construída pela circulação, pelo risco e pela experimentação dos espaços. Assim, sujeitos envolvidos com a pixação, por exemplo, possuem um conhecimento mais denso e prático da cidade, uma apropriação territorial que ultrapassa o cotidiano linear de quem apenas se desloca entre casa e trabalho.

O engajamento com a cidade, portanto, está mudando: há uma ressignificação dos espaços urbanos a partir das margens, uma produção independente de representação e de pertencimento que emerge das periferias. Essa transformação radical não apenas redefine a visão e o uso dos espaços urbanos, mas também reconfigura o próprio sentido do espaço público, deslocando-o de um lugar de mera convivência para um campo de disputa simbólica, estética e política.

> O consumo expandido e os desejos de circulação dos jovens que nasceram nas periferias perturbam esse sistema de separações e seus modos de regulação. Para eles, a cidade como um todo é espaço a ser conquistado e usado intensamente; é espaço de intervenção e de criatividade. Esse uso é não só mais intenso, como também mais diversificado: circula-se para vários fins, não apenas para ir ao trabalho (Caldeira, 2014, p. 18).

Os residentes das periferias urbanas têm compreendido que suas necessidades vão além do simples ato de habitar a cidade: trata-se também de produzi-la — de construir sua história, sua paisagem, seu cotidiano e sua vida política como espaços de pertencimento e afirmação. Essa prática de construção e reapropriação do urbano expressa a reivindicação de um lugar não apenas físico, mas simbólico e político dentro da cidade. Como afirma Holston (2016, p. 195), "os muitos significados desse fazer frequentemente aglutinam-se na ideia de que eles têm direito ao que produzem, isto é, têm direito à própria cidade".

> Os praticantes ordinários das cidades atualizam os projetos urbanos e o próprio urbanismo, através da prática, vivência ou experiência dos espaços urbanos. Os urbanistas indicam usos possíveis para o espaço projetado, mas são aqueles que o experimentam no cotidiano que os atualizam. São as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano. [...] Os praticantes da cidade, como os errantes, realmente experimentam os espaços quando os percorrem e, assim, lhe dão "corpo" pela simples ação de percorrê-los. Estes partem do princípio de que uma experiência corporal, sensório-motora, não pode ser reduzida a um simples espetáculo, uma simples imagem ou um logotipo. Ou seja, para eles a cidade deixa de ser um simples cenário no momento em que ela é vivida. E mais do que isso, no momento em que a cidade – o corpo urbano – é experimentada, está também se inscreve como ação perceptiva e, dessa forma, sobrevive e resiste no corpo de quem a prática (Jacques, 2008).

Conforme apresenta Holston (2013), essas formas com que as pessoas subalternizadas encontram para atuarem politicamente, reivindicarem melhorias de vida e maior participação em espaços sociais e de representação, é uma demonstração de cidadania insurgente. Pode-se dizer que essas cidadanias insurgentes se contrapõem ao discurso hegemônico ou se dissociam provocando ruídos nele. Nada mais é do que uma forma de reivindicação por cidadania, participação política e direitos que, desde a constituição das periferias foi feita com muita luta pelos mais pobres, e que iniciou com a própria ocupação e autoconstrução dos bairros nas periferias de São Paulo, como

forma de habitar e sobreviver no mundo urbano.

A transformação da necessidade em direito constituiu as cidades como arenas estratégicas para a emergência e o desenvolvimento de novas formas de cidadania insurgente. Embora as políticas econômicas e urbanas — fundadas na exploração do trabalho, na mercantilização da terra e na seletividade do direito — tenham historicamente segregado os pobres urbanos nas periferias, confinando-os a uma condição de vulnerabilidade e violência estrutural, essas mesmas dinâmicas de desigualdade engendram contradições que impulsionam os sujeitos marginalizados a reivindicar uma vida digna de cidadania, materializada na prática cotidiana do direito à cidade. (Holston, 2016, p. 195).

A democratização dos espaços públicos implica o alargamento da tolerância e o desmantelamento dos dispositivos de regulação que sustentam hierarquias, desigualdades e preconceitos naturalizados nas práticas cotidianas. Todavia, essa ampliação da tolerância não se efetiva de forma célere nem espontânea: ela se constrói, em grande medida, por meio de atos cotidianos de transgressão e resistência, que tensionam as fronteiras simbólicas e materiais da cidade. Esses gestos manifestam-se, por exemplo, quando adolescentes das periferias adentram os shoppings, disputando o direito de circular em espaços concebidos para as classes abastadas, ou quando mulheres reivindicam respeito nos transportes coletivos, recusando-se a aceitar o assédio sexual como custo de sua mobilidade. É da repetição e da persistência desses atos que pode emergir a passagem do desconforto e da tensão — que o rap, as pixações e outras expressões urbanas expõem — para a constituição de uma sociedade mais plural e efetivamente democrática. Afinal,

> [...] foi a recusa dos negros em ceder aos brancos seus assentos nos ônibus que catalisou o movimento de direitos civis americanos há mais de cinquenta anos. É de atos cotidianos que desafiam os limites das separações sociais que dependem tanto a diminuição da desigualdade como o fortalecimento da democracia (Caldeira, 2014, p. 20).

Assim, tanto as estratégias de urbanistas como as do poder público podem ser subvertidas por táticas e pelos usos cotidianos que principalmente a periferia e os mais pobres podem engendrar. Enquanto a segregação reger a cidade, haverá resistências e contra-racionalidades (Santos, 2001, p. 110) desviantes a esse processo na esfera não institucional.

Considerações finais

A trajetória analisada neste trabalho evidencia que a cidade é simultaneamente um produto e um produtor de relações sociais. As dinâmicas urbanas de São Paulo demonstram que, mesmo diante da intensificação da segregação socioespacial e do fortalecimento de mecanismos de controle e vigilância, os sujeitos periféricos têm afirmado sua presença e reivindicado seu pertencimento à cidade por meio de práticas culturais, políticas e cotidianas de resistência.

A produção cultural das periferias — em especial o rap, o grafite, a pixação e outras formas de expressão artística — não apenas ocupa o espaço urbano, mas o reinventa. Essas práticas deslocam os limites simbólicos entre centro e periferia, desestabilizando hierarquias e produzindo novas narrativas sobre a cidade e seus habitantes. Nelas, a rua deixa de ser mero espaço de circulação para tornar-se espaço de encontro, de conflito e de construção de cidadania.

Compreender essas transformações implica reconhecer que o direito à cidade não se resume ao acesso a bens e serviços urbanos, mas envolve o direito de participar ativamente da produção e da significação do espaço. As periferias, ao tornarem-se protagonistas desse processo, revelam que a democratização da cidade depende não apenas de políticas públicas inclusivas, mas também da legitimação de múltiplas formas de estar, viver e representar o urbano.

Assim, o que emerge dessas experiências é a possibilidade de reimaginar o espaço público como lugar de convivência, pluralidade e reconhecimento — um espaço que, longe de ser regido pela intolerância e pela exclusão, se abra à diversidade e à circulação de todos os corpos e vozes que compõem a cidade.

Referências

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade:* lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade.* Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Enclaves Fortificados:* a nova segregação urbana. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 47, p.155-176, 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio; HOLSTON, James. Democracy and violence in Brazil. *Society for Comparative Studies in Society and History*, v. 41, n. 4, p. 691-729, 1999.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. O rap e a cidade: reconfigurando a desigualdade em São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (orgs.). *São Paulo:* novos percursos e atores (sociedade, cultura e política). São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011. Cap. 12, p. 301-320.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Qual a novidade dos rolezinhos? espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. *Novos estudos CEBRAP*. n. 98, p. 13-20, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000100002. Acesso em: 24 mai. 2025.

DAMATTA, Roberto. A casa e a rua. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. Disponível em: http://hilaineyaccoub.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Roberto-da-Matta-A-casa-e-a-rua.pdf. Acesso em 17 fev. 2025.

FELTRAN, Gabriel. Transformações sociais e políticas. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (orgs.). *São Paulo*: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política). São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011. Cap. 14, p. 347-374.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais.* São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497. Acesso em 15 jul. 2025.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes:* do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente:* disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLSTON, James. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. *Rev. Bras. de Estudos Urbanos e Regionais,* Recife, v. 18, n. 2, p.191-204, Mai-Ago. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n2p191. Acesso em 8 jul. 2025.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades.* 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. Arquitextos, São Paulo, ano 08, n. 093.07, *Vitruvius*, fev. 2008. Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165. Acesso em 30 jun. 2025.

KEHL, Maria Rita. Radicais, Raciais, Racionais: a grande fratria do rap na periferia de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva.* 1999, v. 13, n. 3, p. 95-106. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000300013. Acesso em: 23 abr. 2025.

LE CORBUSIER. *A Carta de Atenas.* São Paulo: Hucitec, 1989.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana.* Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MAGNANI, João Guilherme Cantor. Rua: símbolo e suporte da experiência urbana. *NAU: Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, 1993. Disponível em: https://nau.fflch.usp.br/textos. Acesso em 15 mar. 2025.

MONTEIRO, Thiago Nunes. *Como pode um povo vivo viver nesta carestia:* o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2017.

MAGNANI, João Guilherme Cantor. Transformações na Cultura Urbana das grandes metrópoles. *NAU: Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, 1998. Disponível em: https://nau.fflch.usp.br/textos. Acesso em 10 mai. 2025.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. *Um rolê pela cidade de riscos:* leituras da piXação em São Paulo. São Carlos: EdUfscar, 2018.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade.* 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei:* legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel FAPESP, 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único. Rio de Janeiro: Record, 6 ed., 2001.

SÃO PAULO, *Código de Posturas do Município de São Paulo*, de 6 de outubro de 1886. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ec/C%C3%B3digo_de_Posturas_do_Munic%C3%ADpio_de_S%C3%A3o_Paulo.pdf. Acesso em 14 ago. 2025.

SIMAS, Luiz Antônio. *O corpo encantado das ruas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Ebook.

MULHERES INSURGENTES
Outras maneiras de ocupar na Região Metropolitana de Goiânia

INSURGENT WOMEN:
Other ways to occupy spaces in the Goiânia Metropolitan Region

Carolina Vivas da Costa Milagre[1], Maribel del Carmen Aliaga Fuentes[2], Daniela Judith Cortez Martínez[3] e Marina Botelho Gardés[4]

Resumo
Este artigo busca compreender as práticas realizadas por mulheres nas ocupações urbanas da Região Metropolitana de Goiânia, pela perspectiva de gênero como instrumento de análise. Para tal, baseia-se na pesquisa etnográfica, enquanto mulher e membro do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direito de Goiás (MTD), apoiada pelos métodos de escuta, pelos diários de campo e pela vivência no território. O recorte compreende as doze ocupações que são acompanhadas pelo MTD, sendo todas elas lideradas por mulheres. Desse modo, o estudo propõe contribuir para tensionar o debate entre gênero e espaço urbano, compreendendo que o modo de produção urbana neoliberal é responsável por agravar o empobrecimento feminino, as violências de gênero, o racismo e outras desigualdades. Assim, ao identificar o potencial insurgente das práticas femininas na produção desses territórios, considera-se que as práticas femininas, que acontecem nos interstícios desse sistema, podem ser alternativas para superar a lógica hegemônica.
Palavras-Chave: mulheres; ocupações urbanas; movimentos sociais; urbanismo de gênero.

Abstract
This article aims to understand the practices carried out by women in urban occupations in the Metropolitan Region of Goiânia, from a gender perspective as an analytical tool. To this end, this article is based on ethnographic research, conducted as a woman and member of the Workers' Movement for Rights of Goiás (MTD), supported by listening methods, field diaries, and lived experience in the territory. The study includes the twelve occupations monitored by the MTD, all of which are led by women. Thus, this study aims to contribute to a more nuanced debate on gender and urban space, understanding that the neoliberal mode of urban production is responsible for exacerbating female impoverishment, gender-based violence, racism, and other inequalities. Therefore, by identifying the insurgent potential of women's practices in the production of these territories, it considers that women's practices, which occur in the interstices of this system, can be alternatives to overcome the hegemonic logic.
Keywords: women; urban occupations; social movements; gender urbanism.

1 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-Unb), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Goiás (UFG), pesquisadora do LabMulheres.
2 Professora associada da FAU-Unb, Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Unb, fundadora e líder do LAB - Mulheres, Arquitetura e Territórios e fundadora do Observatório Amar.é.linha.
3 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-Unb, Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Centro-Americana (UCA), Nicarágua, pesquisadora do LabMulheres.
4 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-Unb, Graduada em Engenheira Civil pela Unb, pesquisadora do LabMulheres.

Introdução

A presença majoritária de mulheres se destaca na organização e construção dos territórios das ocupações da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), sublinhando ações de base nesse contexto socioespacial:

> Era um domingo de manhã, o evento iniciava às 09:00 horas na ocupação, mas o calor era extremo, e parecia meio-dia. Duas jovens, uma era a psicóloga que iria realizar a roda de conversa com as mulheres e a outra era militante do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), estavam organizando os cartazes na tenda. A diretora do MTD-GO chegou ao local para trazer as cadeiras, enquanto a liderança da ocupação e outra vizinha buscavam as toucas para levar para as outras mulheres, que estavam preparando o almoço na cozinha. Todas as ações foram feitas por mulheres, desde a organização da infraestrutura até o almoço, todas, práticas femininas. (Milagre, 2025, p. 1).

Porém, o modelo neoliberal invisibiliza essas práticas, realizadas por mulheres, na produção e gestão do espaço urbano. Assim como, aprofunda as desigualdades socioeconômicas e raciais e também reforça a opressão de gênero. Historicamente, o capitalismo tem sido um pilar para a manutenção e acumulação do sistema, que aprofunda a subalternização do feminino e a exploração do seu trabalho não remunerado. No contexto urbano, essa estrutura se manifesta na violência cotidiana e nas desigualdades territoriais que sujeitam as mulheres a múltiplas vulnerabilidades, especialmente as mulheres negras e periféricas.

Diante dessa crise, o artigo propõe discutir alternativas para a superação do pensamento urbano hegemônico, através da perspectiva de gênero e da análise das práticas femininas nas ocupações urbanas da Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Entendem-se como práticas insurgentes por acontecerem nos interstícios do sistema que as oprimem e caminhar ao contrário do pensamento hegemônico. Assim, busca-se compreender como as mulheres, moradoras das ocupações, organizam e ressignificam seus territórios em suas lutas cotidianas. Desse modo, são apresentadas experiências empíricas nas ocupações, com foco nas que incorporam práticas femininas na escala territorial.

Ao investigar o território das ocupações, o intuito é expor as desigualdades que são ainda mais latentes nesse contexto. As ocupações surgem devido à deficiência habitacional, ao desemprego, à fome e a outras mazelas da sociedade que levam as pessoas a se organizarem nesses espaços à margem das cidades. Porém, também são espaços políticos, muitas vezes associados a movimentos sociais, e se configuram como resistência, pelas suas lutas diárias por direitos. É nesse descompasso entre as opressões e as insurgências que o artigo se debruça.

O método baseia-se na revisão bibliográfica e na etnografia para complementação e sobreposição dos dados. O processo então envolve a análise de dados estatísticos, a escuta e diálogo com as moradoras, os diários de campo e a vivência nas ocupações, enquanto mulher e membro do MTD-GO. O MTD é um movimento popular urbano que atua a nível nacional, fundado em 2000. Em Goiás, surge pela união dos militantes da Campanha Despejo Zero com as comunidades de ocupações urbanas, que sofrem com

despejos e ameaças. A atuação do movimento visa organizar a classe trabalhadora em lutas por moradia, trabalho, alimentação e equidade racial e de gênero e atualmente acompanha doze ocupações na RMG.

Este trabalho visa contribuir para as discussões sobre a opressão às mulheres no contexto neoliberal e patriarcal, refletindo sobre como essas disparidades se acentuam nos espaços à margem da cidade. Apresentar e analisar as práticas femininas que se desenvolvem nesses territórios. Ao reconhecer as resistências, sob a voz das lideranças femininas e suas práticas, o estudo possibilita ir além da mera reprodução do capital. Sugere-se que a identificação dessas práticas cotidianas configura um caminho insurgente para o enfrentamento das desigualdades, tensionando o discurso de gênero e espaço urbano.

A opressão ao feminino na lógica hegemônica

A análise proposta neste artigo fundamenta-se na compreensão das raízes históricas e estruturais da opressão feminina, estabelecendo um diálogo direto com o feminismo materialista e decolonial. Em sintonia com Federici (2017), o texto situa o agravamento das desigualdades de gênero no advento do capitalismo, momento em que se institucionaliza a separação entre a esfera da produção e a da reprodução. Esta cisão desvaloriza o trabalho de cuidado, essencial para a manutenção da força de trabalho e da estrutura social, conforme detalham Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), ao descreverem as atividades que sustentam os seres humanos enquanto seres sociais:

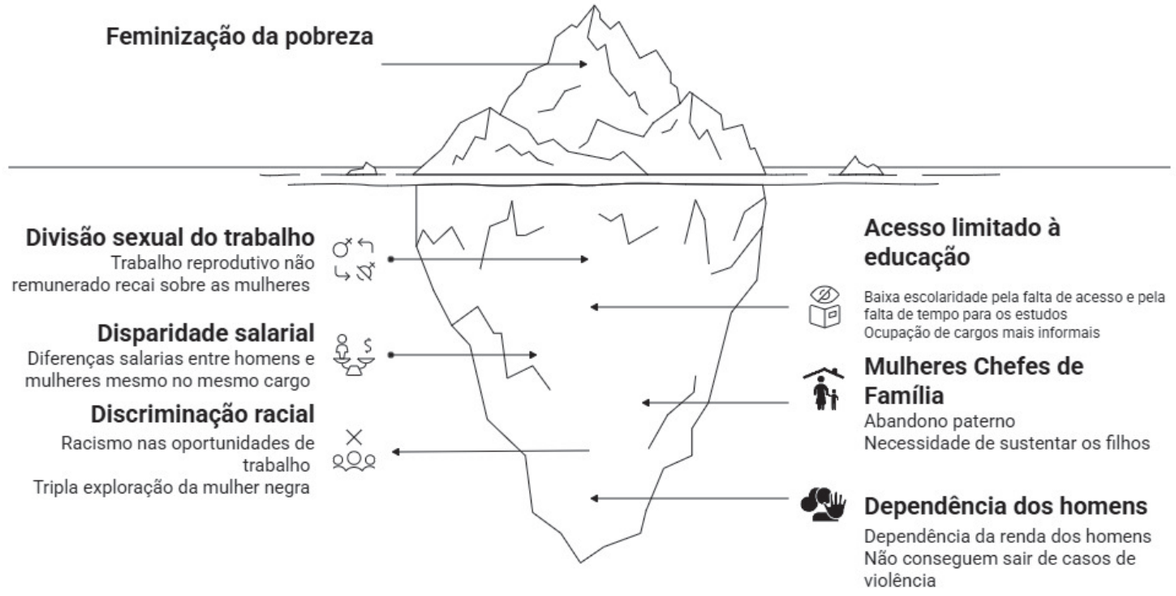
> Abrange atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem esperanças no futuro (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p.73).

Ao tornar invisível e não remunerar o trabalho historicamente imposto às mulheres, o sistema capitalista estabelece a divisão sexual do trabalho (Federici, 2017) e, consequentemente, uma dupla exploração da força de trabalho feminina. Reconhece-se, assim, a inseparabilidade das categorias gênero e classe na análise das relações capitalistas. A manutenção deste sistema exigiu a construção de uma narrativa de subordinação do feminino. Essa opressão ideológica e social é marcada pela coerção patriarcal (Segato, 2003), que não só naturaliza o papel da mulher à procriação e ao serviço (Federici, 2017), mas também violenta e define quais os corpos e sexualidades são considerados anormais (Butler, 2018).

Ao abordar a dimensão racial, essencial para a compreensão do capitalismo no Brasil, sustentado pela colonização e escravidão, evidencia-se as sequelas do racismo estrutural (Akotirene, 2019) e destaca-se o silenciamento histórico que atinge as mulheres subalternas com ainda mais profundidade (Spivak, 2010):

> Apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica, de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (Spivak, 2010, p.28).

Neste ponto, a reflexão se aprofunda com Lélia Gonzalez (2019), que expõe a tripla exploração (econômica, psicológica, cultural e ideológica) imposta à mulher negra



no contexto brasileiro. Portanto, na contemporaneidade, as desigualdades são inseparáveis da interseccionalidade entre raça e classe, um campo de denúncia central do feminismo negro (Akotirene, 2019). Os dados demonstram a concretude dessa estrutura: altos índices de violência, sendo registrados entre 2015 a 2024, 41.309 casos de feminicídio (RASEAM, 2025) e marcante disparidade no mercado de trabalho (Hirata, 2008), onde as mulheres - especialmente as negras - dedicam mais horas ao trabalho não remunerado e enfrentam condições de maior precariedade e disparidade salarial. Segundo dados do IBGE (2023), o salário mediano das mulheres é 75% do dos homens, e a remuneração média mensal é 80,7% e as mulheres ocupam mais cargos informais e de subocupação.

Tais fatores convergem para o conceito de feminização da pobreza, que torna as mulheres mais vulneráveis economicamente e, muitas vezes, mais sujeitas a violências. O crescente número de domicílios chefiados por mulheres (Agência Gov, 2024) é um reflexo direto dessa estrutura, pelo reflexo do abandono paterno e da necessidade das mulheres de garantir o sustento dos filhos. Sendo que em 2022, 52% dos domicílios eram chefiados por mulheres e nos lares monoparentais, a chefia feminina chegava a 92% (Agência Gov, 2024) (Fig. 1).

Devido a essas consequências, a mulher encontra-se em uma situação de maior vulnerabilidade econômica e social, ainda mais as racializadas, que enfrentam problemas subjacentes às questões de gênero. Contudo, Gago (2020) ressalta a potência feminina: “significa reivindicar a indeterminação do que se pode, do que podemos—isto é, entender que não sabemos do que somos capazes até experimentar o deslocamento dos limites em que nos convenceram a acreditar e que nos fizeram obedecer” (Gago, 2020, p. 7). O conceito de potência feminina de Gago (2020), faz uma ponte para a resistência e a recusa em obedecer às opressões impostas, sinalizando o potencial insurgente que será explorado nos territórios das ocupações.

Figura 1 - Diagrama da Feminização da pobreza. Fonte: Dados do IBGE (2023), produzido pelo Napkin IA.

As desigualdades de gênero nas ocupações da Região Metropolitana de Goiânia

O pensamento neoliberal advém da colonização que moldou a formação do Estado brasileiro, pois o capital, que se formou com a industrialização do país, era geralmente o mesmo da elite fundiária que se enriqueceu no período colonial, resultando em um Estado alinhado aos interesses dos grandes proprietários de terras (Tonucci, Magalhães, 2017). Nessa perspectiva, conforme Tonucci, Magalhães (2017), o espaço urbano é configurado através de um processo de financeirização, em que a renda da terra é comercializada e especulada, visando a sua valorização e consequentemente o seu lucro.

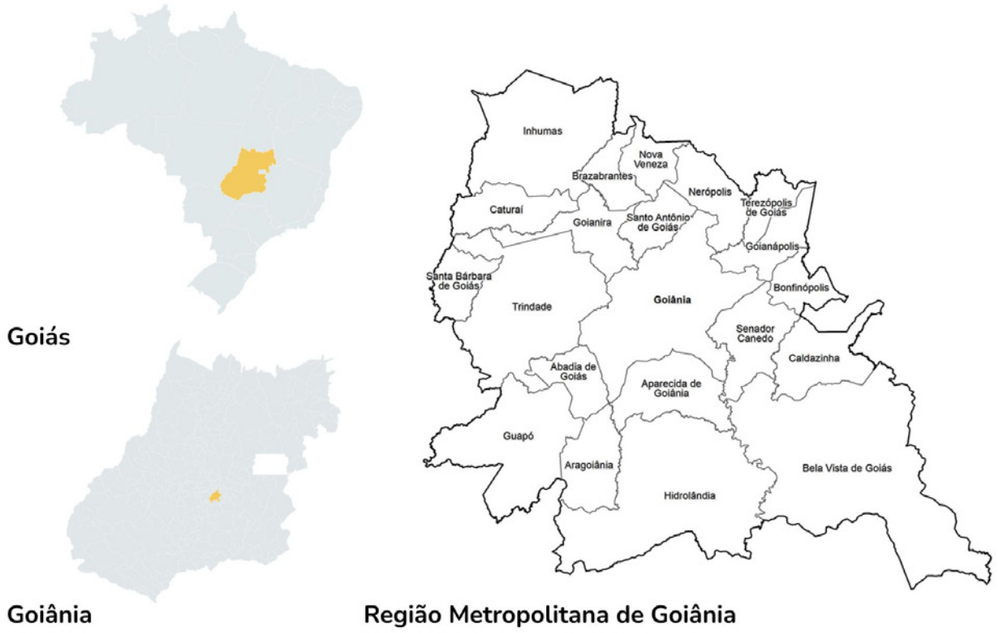
Desse modo, as cidades contemporâneas, pensadas por essa lógica, são concebidas por uma racionalidade estritamente econômica, por isso, privilegiam a esfera produtiva em detrimento da reprodutiva, consequentemente desconsideram as atividades femininas que estão nessa última esfera (Muxí, 2024). Para além dessa dicotomia, o planejamento do espaço urbano traz um raciocínio funcional e generalista, que impacta na maneira como as mulheres vivenciam o território. Abrange restrições físicas e de oportunidades e serviços nas cidades, como baixa quantidade de equipamentos de educação e saúde, mobilidade limitada, em decorrência de problemas de insegurança e violência aos seus corpos, e falta de representatividade política para discutir questões próprias (Falú, 2009).

Goiânia, capital de Goiás (figura 2), foi concebida no contexto de interiorização do país e da ideia de progresso do início do século XX. Assim como outras metrópoles, é concebida a partir desse ideal eurocêntrico de modernidade e tem seu planejamento pautado no desenvolvimento econômico. Dessa maneira, compreende a terra enquanto mercadoria e gera a expulsão da população mais pobre para áreas cada vez mais distantes dos centros e das áreas consideradas privilegiadas que possuem maior valor, ou seja, compreende-se que a segregação nas cidades é planejada (Moraes, 2003) e impulsionada pelo Estado neoliberal, subjugando a classe mais pobre à escassez de infraestrutura e recursos (Fig. 2).

Desde o início de sua concepção, em 1933, ela se produzia em duas cidades: a cidade projetada e a cidade periférica: “a cidade do plano original e suas adjacências onde habita a população de melhor poder aquisitivo; e a cidade periférica que serve de abrigo para as classes populares” (Moraes, 2003, p. 15). A periferia então se configurava como “resposta da população precarizada ao mercado de moradia excludente” (Canettieri, 2014, p.22), que, sem condições de acesso à habitação pelo mercado ou pelo Estado, passava a ocupar territórios sem urbanização.

À medida que a cidade crescia, os interesses imobiliários juntamente com os do município moldavam a lógica urbana. Esse modelo direcionou o crescimento da cidade com a aprovação de novos loteamentos e com a regularização das primeiras ocupações. Entre 1950-1960, a cidade vivenciou um acréscimo populacional acentuado, com a criação de Brasília e as intensas migrações do campo para a cidade, o que ocasionou uma expansão urbana desenfreada. Essas migrações ocorreram devido a transformação do processo produtivo rural a nível nacional, levando a expropriação das terras dos camponeses, gerando o aumento de latifúndios e assim a expulsão de mais de 50% da população rural.

A urbanização planejada fez parte de uma modernização excludente do Brasil rural (Santos, Silveira, 2001), acarretando a migração forçada das famílias, que chegavam nas cidades, sem terra, emprego ou renda. Como consequência, em 1976 existiam dez mil posseiros em Goiânia e nos anos 1980 esse número atingiu cem mil pessoas (Moysés, 2004). Esse movimento gerou um déficit habitacional de 28,57% da população



goianiense em 1980 (Moysés, 2004). Houve, portanto, a formação de ocupações nesse período de maneira mais expressiva, marcada pela organização política de movimentos sociais pelo direito à terra (Cruz, 2015).

Questões como o desemprego, a necessidade de moradia, os baixos salários, entre outros, levam as famílias a se organizarem nas ocupações. Assim, outras ocupações foram surgindo ao longo da história da cidade que passaram e ainda passam por lutas, opressões, mas também conquistas. O termo ocupações é compreendido como essa construção coletiva e articulada aos movimentos populares, que as diferenciam de outras comunidades urbanas. Sendo assim, as transformam em espaços políticos, assim, se configuram em uma dicotomia, por representar tanto opressão quanto resistência (Zibechi, 2015), sendo o próprio ato de ocupar uma ação insurgente, que vai na contramão da lógica mercadológica.

Com o golpe de governo de Dilma Rousseff e o início do governo Temer, houve um aumento significativo nos índices de pobreza do país (IBGE, 2017). Esse índice estava relacionado às reformas trabalhistas que impactaram na perda dos trabalhos formais, levando a altas taxas de desemprego, chegando a 13,1 milhões de pessoas desempregadas (IBGE, 2017), um dos maiores índices registrados na série histórica do IBGE. Paralelo a isso, houve uma redução do orçamento para políticas públicas, ocasionando uma crise econômica e social, que levou a população a situações extremas de vulnerabilidade. Diante disso, muitas pessoas ficaram sem moradia e se organizaram em ocupações urbanas.

Como consequência desse empobrecimento, que já vinha se atenuando desde o governo anterior, famílias também perderam suas fontes de renda na pandemia de Covid-19. Entre os anos de 2020 e 2021, o Censo do IBGE (2022) registrou um aumento recorde da pobreza no Brasil, período em que 62,5 milhões de pessoas (29,4% da população) foram consideradas pobres, dentre as quais 17,9 milhões (8,4% da população) estavam no contingente abaixo da linha de pobreza, segundo critérios

Figura 2- Localização da Região Metropolitana de Goiânia. Fonte: elaborado pelas autoras.

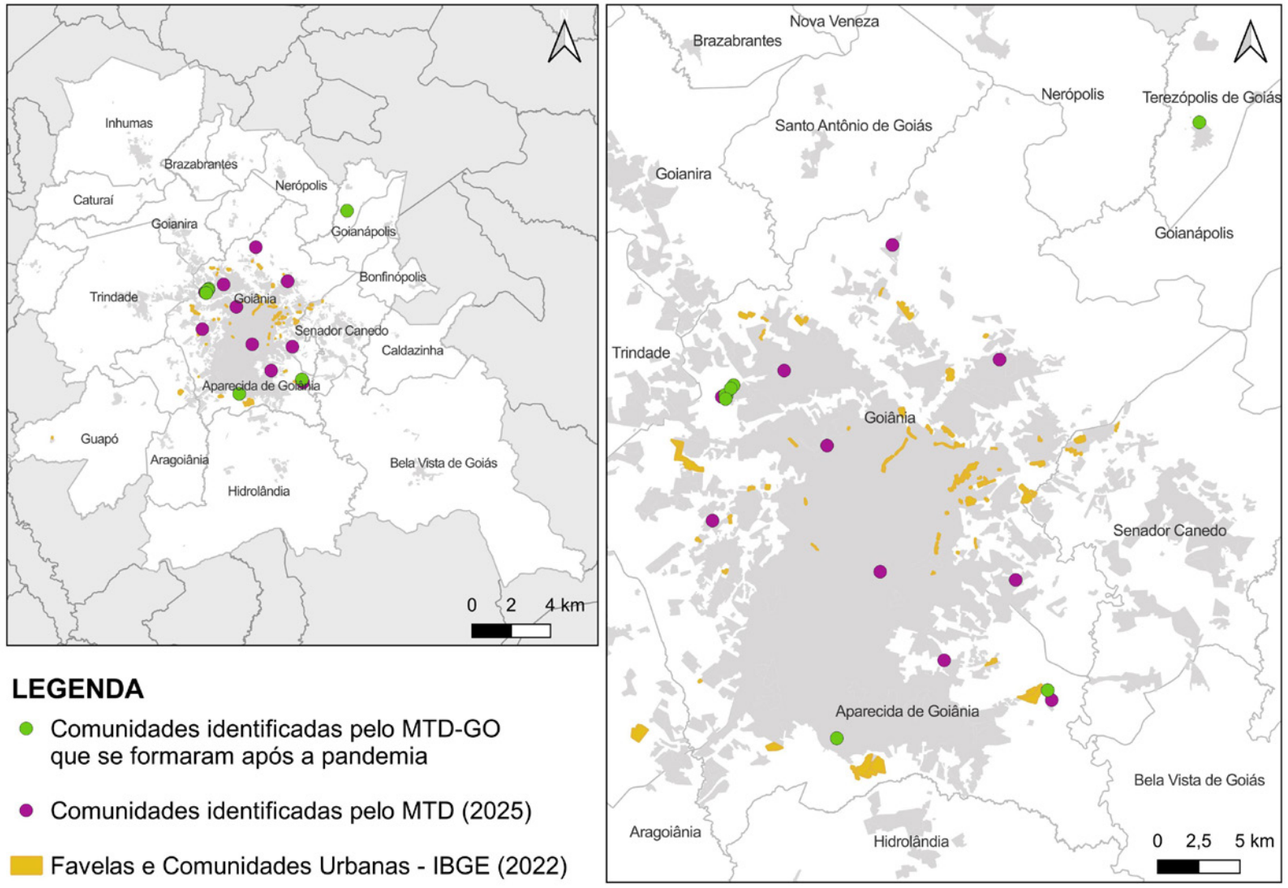


Figura 3 - Localização das favelas e comunidades urbanas da Região Metropolitana de Goiânia. Fonte: Dados do IBGE (2022), MTD (2025) e Veiga (2025), elaborado pelas autoras.

estabelecidos pelo Banco Mundial. As políticas do governo Bolsonaro acentuaram a crise sanitária e as famílias chefiadas por mulheres com renda mais baixa estiveram entre as mais afetadas (IBGE, 2025).

Diante deste contexto, houve um aumento considerável das ocupações urbanas na Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Desde o início da crise sanitária, o número de habitantes em comunidades e favelas cresceu cerca de 2,1 mil habitantes. O censo do IBGE (2024) identificou sessenta e oito favelas e comunidades urbanas[5], com população estimada de 36.982 pessoas em 12.145 domicílios. As comunidades estão situadas em cinco municípios (figura 3): cinquenta e cinco em Goiânia, oito em Aparecida de Goiânia, três em Senador Canedo, um em Guapó e um em Abadia de Goiás (Veiga, 2025). A campanha Despejo Zero do MTD-GO localizou mais dezoito comunidades e dentre essas, Veiga (2025) identificou onze comunidades formadas após a pandemia (Fig. 3).

A maioria da população das favelas e comunidades urbanas da RMG mapeadas pelo IBGE (2022) é negra (72,5%), com proporções similares entre homens e mulheres, 50,02% e 49,98% respectivamente, demonstrando que a crise urbana é atravessada por uma crise de gênero e raça. Segundo Berth (2018), o espaço urbano não é construído apenas pelo capital, mas principalmente pelo racismo. A história fundiária de colonização do Brasil levou à exclusão dos povos indígenas e negros africanos escravizados dos espaços considerados privilegiados e ainda hoje o acesso a esses

5 O IBGE a partir do Censo de 2022 adotou o termo favelas e comunidades urbanas ao invés de aglomerados subnormais. Eles são classificados conforme os seguintes critérios: domicílios com insegurança jurídica da posse, falta ou precariedade de serviços públicos (como água, esgoto e coleta de lixo), construções e arruamentos feitos pela própria comunidade e localização em áreas de risco ou restrição de ocupação.

espaços é negado a eles. Nessa lógica, a segregação os subjuga à escassez de infraestrutura, recursos e vivências.

Nesse sentido, as mulheres de baixa renda, moradoras das periferias das cidades brasileiras, são ainda mais afetadas pela precariedade da infraestrutura urbana, devido também a separação maior entre os espaços de produção, consumo e moradia, além da violência, discriminação social e racial, da insegurança suscetíveis a desastres ambientais e das responsabilidades de cuidado de suas famílias e de outras, que as sobrecarregam. Assim, essas mulheres que estão na condição de maior vulnerabilidade são obrigadas a criar meios de saída para sobreviver e por isso são a maioria das líderes das ocupações.

Como consequências, esse modelo de urbanização produz e reproduz as desigualdades econômicas, a discriminação racial e expressa o discurso do patriarcado que subjulga as mulheres. Desse modo, a cidade é planejada para excluir, especialmente as mulheres negras para os espaços mais distantes e precários, como resquícios de uma herança patriarcal e colonial. Essa discussão expõe como esse modelo de urbanização não compreende, para além da racionalidade econômica, como os territórios são vivenciados, habitados na realidade e pela identidade dos povos que os ocupam.

As práticas femininas insurgentes

Para compreender as práticas femininas, como alternativas de rompimento da lógica hegemônica, é preciso desnaturalizar as práticas vigentes. Essas partem da ideia de uma sociedade eurocentrada, colonizadora e machista que impõe uma norma universal como a única maneira possível de se viver e que se espalha como algo desejável por todos. Ou seja, o pensamento urbano neoliberal continua impondo uma racionalidade de sujeitos brancos e não englobam outras formas de vivência. Porém, ao remontar o pensamento por um viés decolonial (Quijano, 2005), revela-se que sempre existiram outras diferentes maneiras de habitar, para além das cidades.

Assim, entende-se que as práticas femininas acontecem nos interstícios do sistema que as oprimem e caminham ao contrário do pensamento hegemônico. O Coletivo feminista de Geografía Crítica do Equador (2022) busca iluminar os discursos de gênero decolonial e compreende o território não apenas como produto e condicionante, mas como parte indissociável dos indivíduos:

> nosotras no luchamos y vivimos sobre el espacio, sino con el espacio. Es decir, el espacio no es solamente el escenario sobre el cual se desarrollan las relaciones sociales desiguales (y, consecuentemente, las resistencias feministas), sino que es producto de estas relaciones, al mismo tiempo que las condiciona y en gran parte nos hace ser lo que somos (Colectivo, 2018, p. 4).

Pelas cosmopercepções[6] dos povos indígenas e quilombolas, a terra está intrinsecamente ligada ao ser. O conceito chamado sumak kawsay, traduzido como bem-viver, de origem indígena equatoriana, traz valores de comunidade e de cuidado. Conforme Viteri Gualinga (2002), a perspectiva de vida ancorada na espiritualidade estabelece uma estrutura de subjetividade que se fundamenta na reciprocidade, na partilha e na não exploração do meio ambiente. Essa lógica prioriza as relações sociais

6 O termo foi definido pela filósofa africana Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí para distinguir da lógica ocidental de cosmovisão e conceitua que cada povo tem a sua cosmopercepção, na qual se estabelece uma relação própria do corpo com o seu território, pelo entendimento do ser como parte de um todo.

acima das econômicas, assim, implica no respeito a todos os seres e ao próprio território que passa a ser reconhecido como sujeito. Portanto, quando se impõe a visão da propriedade privada, retira-se desses povos a sua essência e se opõe à sua maneira de se organizar coletivamente e harmonicamente com o espaço.

Apesar de todo o histórico de violência, esses povos não deixaram de existir e essas cosmopercepções não se perderam, os quilombos resistem, os indígenas buscam manter viva sua cultura, assim como os moradores de comunidades e favelas também ressignificam seus espaços e criam raízes nos locais. Por meio da vivência nas ocupações, como militante do MTD-GO, pode-se perceber aproximações do modo de vida das famílias com essas cosmopercepções. A fala de uma das lideranças[7] demonstra de forma simbólica sua ligação com a terra e em outro momento, as moradoras relatam a produção de panelões de comida, especialmente após os despejos:

> Não tenho a intenção de sair daqui, e não vou, se o prefeito nos tirar, eu quero saber como ele vai levar meus pés de maracujá? (Milagre, 2025, p. 2).

> A gente tinha que se juntar para fazer a comida, se não a gente passava fome, aí a gente fazia um fogão a lenha aqui, cada um dava uma coisa, a gente cozinhava os panelões e comíamos juntos"(Milagre, 2025, p. 6).

O diálogo com as mulheres, através de uma escuta ativa, foi o caminho traçado para capturar os depoimentos e conhecer suas lutas. Assim como, a participação e organização de alguns eventos quinzenais, possibilitou perceber as ações femininas coletivas, fundamentais para o fortalecimento dos movimentos sociais. Assim, buscou-se analisar as práticas cotidianas nos pormenores, em uma escala micro e através de uma visão mais sensível das pessoas e dos espaços. Com isso, nota-se que mesmo com a sobrecarga de trabalho, as mulheres são protagonistas nas comunidades. Uma das líderes da ocupação vai à reunião com o seu filho pequeno amamentando em seu peito, isso se repete muitas vezes, sendo a presença das crianças constante nos encontros, pois além de militantes, são mães.

Outra questão é como a moradia detém uma importância primordial e central para as mulheres, dada a sua direta influência no desempenho das atividades domésticas e de cuidado que lhes são socialmente impostas (Paulista, 2013). Este bem material transcende sua função básica de abrigo, tornando-se um elemento indispensável tanto para a esfera reprodutiva, abarcando o cuidado, a criação e a educação dos filhos, quanto para a esfera produtiva, ao funcionar como base para o desenvolvimento de atividades econômicas e de subsistência. Nesse panorama, a instabilidade habitacional, pelas ameaças de despejo, manifesta um impacto severo sobre as mulheres, pois a potencial perda do lar configura-se como um prejuízo que vai além da dimensão material. Ela acarreta a simultânea destruição do ambiente crucial para a prole e do espaço fundamental para a própria sobrevivência e reprodução social da mulher (Paulista, 2013).

As mulheres, portanto, surgem como sujeitas políticas, representando a maioria dos líderes das comunidades (Paulista, 2013). Na região metropolitana de Goiânia, todas as doze ocupações acompanhadas pelo MTD-GO (figura 4) são lideradas por mulheres e elas são engajadas na luta por moradia, pelo direito à educação, pelo acesso à energia e água, pelo cadastramento das famílias, entre outros. Desse modo, a prática da liderança já é uma ação feminina que está presente em todas as ocupações analisadas. Essa ação potente demonstra como as mulheres assumem posições de poder, são respeitadas pelas comunidades, onde todas as famílias as conhecem, tem forte capacidade de unir as pessoas e elas são as vozes que representam a todos (Fig. 4).

Associada a essa prática, tem-se a própria militância junto ao MTD. As líderes participam de congressos, eventos do movimento e outros como a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Mulheres Negras e desse modo expressam a luta cotidiana e permanente por direitos. Outra prática são as feiras, um projeto recente que surgiu de um grupo de mulheres empreendedoras de quatro ocupações. Elas se uniram para organizar o evento e vender seus produtos, como artesanato, vestuário, costura, panificação, doces, entre outros. Essa prática representa uma forma de geração de renda de seus trabalhos, muitas vezes, naturalizados e não atrelados a qualquer remuneração.

A Cozinha Solidária é um programa de 2025 do governo federal que institucionalizou as cozinhas populares, já existentes em algumas ocupações, a fim combater a insegurança alimentar. Nas ocupações, elas acontecem geralmente quinzenalmente e também cumprem um importante papel de mobilização coletiva, associado à organização das pautas e discussões e apoio às atividades formativas do movimento social que, geralmente, são acompanhadas pelas refeições. Assim, são práticas femininas porque são organizadas por mulheres, com a presença de poucos homens, que auxiliam no carregamento de equipamentos ou limpeza.

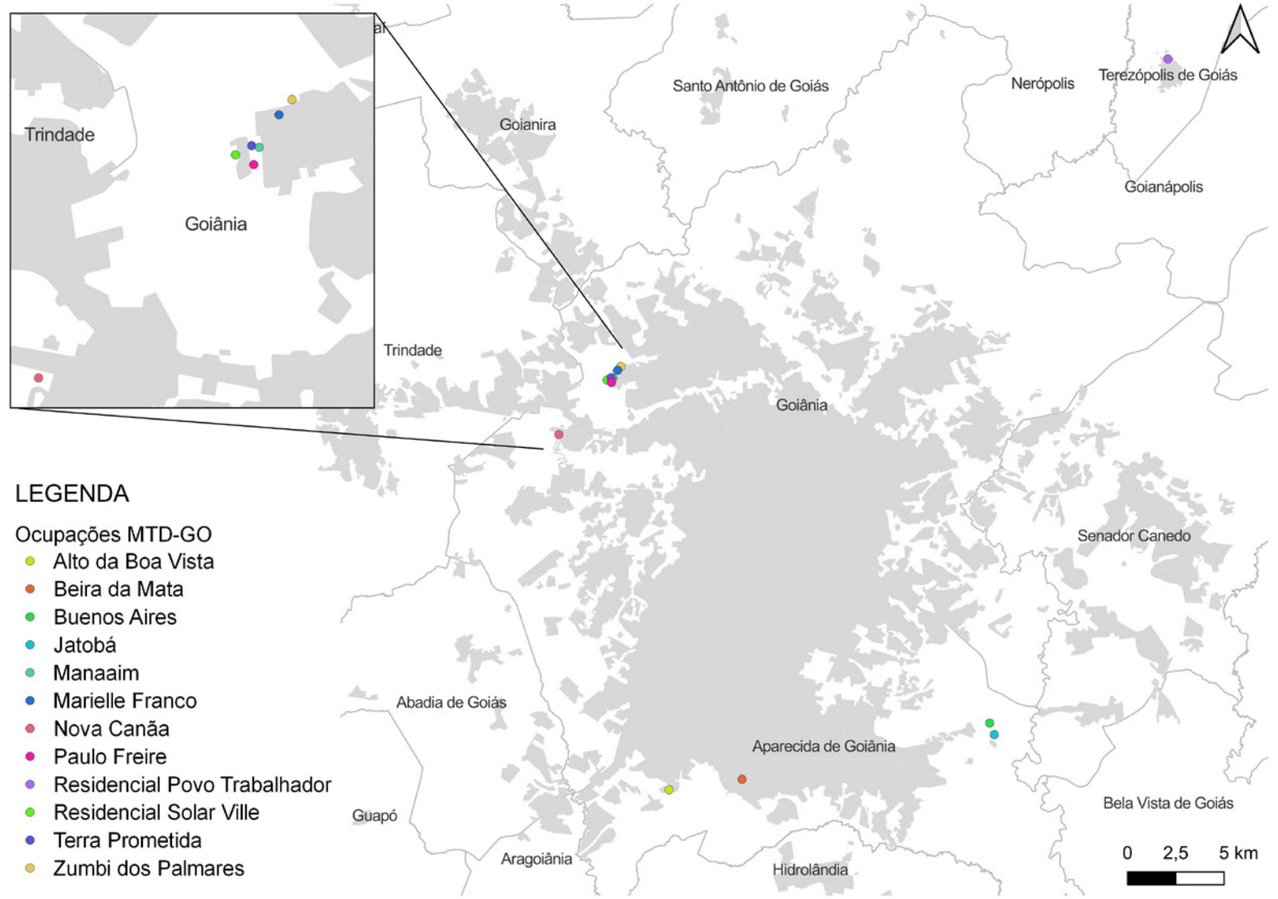


Figura 4 - Localização das ocupações que o MTD-GO acompanha. Fonte: Dados do MTD (2025), elaborado pelas autoras.

7 As lideranças não receberam nomes para terem suas identidades preservadas. As práticas também não foram associadas a cada ocupação como medida de proteção às comunidades.



Figura 5 - Diagrama sobre as práticas femininas nas ocupações da Região Metropolitana de Goiânia. Fonte: Dados de campo (Milagre, 2025), produzido pelo Napkin IA.

Nesse contexto, há também os ciclos de cultura que podem envolver ações de mapeamento participativo, em busca de soluções de cadastramento e regulação fundiária, rodas de conversa, shows, eventos, ações de mutirão, atividades de ensino ambientais como produção de composteiras e formas de tratamento de esgoto sustentável, aulas de capoeira, ações solidárias de cortes de cabelo, entre outros. O evento descrito no início do artigo é um exemplo de um desses ciclos de cultura, organizado para ser uma roda de conversa com uma psicóloga, para falarem sobre os medos e a ansiedade, diante da ameaça de despejo na ocupação e após aconteceram shows de rappers, do artista Gog e do Mc Baiano.

Em suma, foram identificadas as práticas femininas (Figura 5), compreendidas como expressões insurgentes, no contexto específico da RMG, destacando suas características, objetivos e o que representam para as comunidades envolvidas. As práticas envolvem iniciativas de segurança alimentar até ações de militância e organização de eventos culturais, buscando ilustrar a diversidade e a importância dessas práticas na construção de um futuro mais justo e equitativo.

Diante dessas análises, relaciona-se o feminino ao pensamento coletivo, à construção comunitária e às práticas colaborativas e afetivas. Outra liderança comentou:

> O amor é o que nos une, sem amor não estaríamos aqui (Milagre, 2025, p.2).

A articulação dessas práticas evidencia a potência das mulheres em subverter a lógica individualista e competitiva do neoliberalismo, priorizando a reciprocidade e a comunidade. A análise do espaço urbano pela perspectiva de gênero revela então instrumentos essenciais para a construção de cidades mais justas e cooperativas.

Considerações Finais

A pesquisa etnográfica, baseada na vivência e no diálogo com as mulheres das doze ocupações acompanhadas pelo MTD-GO, permitiu identificar e mapear o potencial insurgente de suas práticas cotidianas. A constatação de que a liderança feminina é majoritária nestes territórios não é meramente um dado, mas a expressão da maior vulnerabilidade e da necessidade de resistência dessas mulheres, que se veem obrigadas a criar meios de sobrevivência e organização social em face da omissão estatal e da exclusão mercadológica.

As práticas identificadas, desde a liderança política e a militância em movimentos sociais até a organização de feiras para geração de renda e a atuação nas Cozinhas Solidárias, demonstram que o trabalho de reprodução da vida, historicamente invisibilizadas pelo capitalismo, são ressignificadas no contexto das ocupações. Longe de serem meras atividades assistenciais, essas ações configuram-se como atos de resistência coletiva, transformando a moradia (e a ameaça de sua perda) no ponto central da luta por direitos e pela própria sobrevivência social e econômica.

Portanto, o estudo contribui para reforçar a indissociabilidade entre gênero, raça e classe na análise da produção do espaço urbano, mostrando como a segregação na Região Metropolitana de Goiânia se aprofunda na intersecção dessas categorias. Assim como, mapear as práticas insurgentes que operam nos interstícios do sistema, comprovando que a resistência feminina se manifesta de forma constante e potente no cotidiano da gestão e produção do território.

Como caminhos para futuras pesquisas, sugere-se aprofundar nos saberes produzidos pelas mulheres nas ocupações, seus históricos de luta e mergulhar nas suas necessidades da esfera da vida para pautar a construção do urbanismo de gênero. Em suma, este trabalho reitera que, mesmo diante da violência patriarcal, da precariedade imposta pelo neoliberalismo e da opressão racial, as mulheres das ocupações urbanas não apenas sobrevivem, mas, ao criarem outras maneiras de ocupar, insurgem, produzindo territórios de resistência na Região Metropolitana de Goiânia.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%:* um manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa:* racismos, falocentrismos e opressões nas cidades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BRASIL. Ministério das Mulheres. *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.* Relatório Anual Socioeconômico da Mulher: RASEAM 2025. Brasília, DF: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MULHERES, 2025. 435 p. Online. Disponível em: https://gov.br/mulheres/observatorio. Acesso em: 20 nov. 2025.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2018.

CANETTIERI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. *E-Metropolis,* Rio de Janeiro, ano 5, n. 17, p. 22–29, 2014.

COLECTIVO DE GEOGRAFÍA CRÍTICA DEL ECUADOR. *Geografiando para la resistencia:* intuiciones metodológicas feministas en contextos de defensa territorial en la Amazonía ecuatoriana. Cartilla 4. Quito, 2022.

CRUZ, Renata. *A região noroeste de Goiânia:* de grande bolsão de pobreza à nova classe trabalhadora. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

DESPEJO ZERO. *Mapeamento das ocupações no Município de Goiânia.* Online. Disponível em: https://mapa.despejozero.org.br/. Acesso em: 25 abr. 2025.

DIEESE. *Boletim Especial 8 de março de 2025:* Mulher chefia mais domicílios, mas segue com menos direitos e oportunidades no trabalho. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Brasil, 8 mar. 2025. Online. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/mulheres2025.html. Acesso em: 24 out. 2025.

EBC. Agência Gov. *Censo 2022:* em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens. Agência Gov, Brasília, DF, 27 out. 2024. Online. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens. Acesso em: 15 set. 2025.

FALÚ, Ana. Mujeres en la ciudad: de violencias y derechos. *Red Mujer y Hábitat de América Latina*; Ediciones SUR, 2009.

GAGO, Verónica. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo.* São Paulo: Elefante, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano:* ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. *Revista Trabalho Necessário*, Florianópolis, v. 16, n. 29, p. 11-25, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2022:* Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em favelas e comunidades urbanas. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 21 nov. 2024. Online. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas. Acesso em: 18 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *COVID-19.* Rio de Janeiro: IBGE, [entre 2020 e 2025]. Online. Disponível em: https://covid19.ibge.gov.br/. Acesso em: 25 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012.* Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 2 dez. 2022. Online. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012. Acesso em: 17 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.* Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 26 out. 2023. Online. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas. Acesso em: 20 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017.* Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 15 out. 2018. Online. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017. Acesso em: 17 nov. 2025.

MILAGRE, Carolina Vivas da Costa. *Diários de campo da pesquisa etnográfica nas ocupações.* Goiânia, 2025.

MORAES, Lúcia Maria. *A institucionalização da segregação urbana na cidade de Goiânia: 1933 a 2000.* 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia, metrópole não planejada.* Goiânia: Editora da UCG, 2004.

MUXÍ, Zaida. *Mulheres, casas e cidades.* São Paulo: Olhares, 2024.

PAULISTA, Amanda. *As mulheres nos movimentos sociais de moradia:* a cidade sob uma perspectiva de gênero. Humanidades em diálogo, São Paulo, v. 5, p. 93–108, 23 nov. 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil:* Território e sociedade no início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEGATO, Rita Laura. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres.* México: edición Puebla, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. *Caderno Metrópoles*, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 433-454, 2017.

VEIGA, Isabela Caixeta; REZENDE, Wagner de Souza. A Luta por Moradia (Digna) em Tempos de Pandemia: uma leitura crítica da “Campanha Despejo Zero” em Goiás. *InSurgência:* revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 11, n. 1, p. 539–567, 2025. Online. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/53421. Acesso em: 25 nov. 2025.

VITERI GUALINGA, Carlos. Visión indígena del desarrollo en la Amazonía. *Polis*: Revista Latinoamericana, Santiago, v. 1, n. 3, 2002. Online. Disponível em: https://journals.openedition.org/polis/7678. Acesso em: 25 nov. 2025.

ZIBECHI, Raúl. *Territórios em resistência:* cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

O *GRAFFITI* COMO FISSURA NO CAPITALOCENO
Produção da cidade entre arte e experiência urbana

GRAFFITI AS A FISSURE IN THE CAPITALOCENE
The Production of the City Between Art and Urban Experience

Gabriele Vargas[1] e Eduardo Rocha[2]

Resumo
O artigo analisa como o *graffiti* participa da produção compartilhada da cidade e pode abrir fissuras nas relações de mercantilização do espaço urbano sob a perspectiva do Capitaloceno. A noção de fissura orienta a leitura de práticas que ampliam possibilidades de criação, encontro e apropriação cotidiana. O estudo retoma materiais de uma pesquisa de mestrado desenvolvida em Pelotas (RS), articulando observação participativa de um *Domingo de Graffiti*, entrevistas com o artista Gordo Muswieck e experiências de Caminhografia Urbana com estudantes de Arquitetura e Urbanismo entre os bairros Centro e Porto. A análise relaciona pintura coletiva, percursos, registros e interpretações da cidade. Destacam-se o compartilhamento de materiais, as negociações sobre a composição e os usos do lugar, além das interações com quem passa. Argumenta-se que essas dinâmicas constituem alternativas cotidianas à subordinação do espaço ao valor de troca, fomentando a criação compartilhada, a convivência e a participação na paisagem. O *graffiti* é compreendido como abertura na disputa pelos usos e sentidos do urbano, contribuindo para pensar o direito ao sensível como dimensão do direito à cidade.
Palavras-chave: capitaloceno; *graffiti*; caminhografia urbana; produção compartilhada da cidade; direito à cidade.

Abstract
This paper analyzes how graffiti participates in the shared production of the city and can open fissures in the relations of space mercantilization under the Capitalocene perspective. The notion of fissure guides the reading of practices that expand possibilities for creation, encounter, and everyday appropriation. The study revisits materials from a master's research developed in Pelotas (RS), articulating participant observation of a Graffiti Sunday, interviews with the artist Gordo Muswieck, and experiences of Urban Walkography with Architecture and Urbanism students between the Centro and Porto neighborhoods. The analysis relates collective painting, routes, records, and interpretations of the city. It highlights the sharing of materials, negotiations over composition and uses of the place, as well as interactions with passersby. It is argued that these dynamics constitute everyday alternatives to the subordination of space to exchange value, fostering shared creation, coexistence, and participation in the landscape. Graffiti is understood as an opening in the dispute over the uses and meanings of the urban environment, contributing to thinking about the right to the sensible as a dimension of the right to the city.

Keywords: capitalocene; graffiti; urban caminography; shared production of the city; right to the city.

1 Mestra em Arquitetura e Urbanismo, Arquiteta e Urbanista.
2 Pesquisador no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

Introdução

As crises socioambientais, civilizatórias e urbanas que marcam o século XXI vêm sendo amplamente discutidas a partir da noção de Antropoceno, que busca evidenciar os impactos das atividades humanas sobre os sistemas terrestres. No entanto, essa narrativa pode responsabilizar uma humanidade genérica, obscurecendo as relações históricas de poder e exploração que participam da produção dessas crises. Elmar Altvater (2018) problematiza esse apagamento ao discutir o fetiche do capital no Antropoceno. Em contraposição a essa visão homogeneizante, autores como Jason W. Moore (2022) propõem o conceito de Capitaloceno, argumentando que a atual crise não resulta da ação do ser humano em geral, mas de um sistema histórico específico estruturado como uma ecologia-mundo. Esse sistema baseia-se na apropriação contínua da natureza, do trabalho e da vida, articulada à produção do que o autor denomina Natureza Barata, produzindo relações profundamente desiguais entre sociedade e ambiente.

Nos espaços urbanos, essas relações se expressam na subordinação dos usos e das formas de ocupação às dinâmicas de valorização do capital, aprofundando desigualdades socioespaciais. Sob essa perspectiva, a obra de Henri Lefebvre (2001) oferece uma chave para compreender a tensão entre a cidade como produto — submetida às lógicas do mercado — e a cidade como obra coletiva — produzida socialmente e carregada de valor de uso. Entretanto, reduzir a cidade às relações econômicas que a conformam significaria ignorar seu caráter permanentemente inacabado. O urbano também se constitui pelas práticas, pelos conflitos e pelas formas de apropriação cotidiana de seus habitantes, permanecendo um campo de disputas sobre os modos de viver e produzir o espaço.

Nesse horizonte, a reflexão desenvolvida neste artigo apoia-se na noção de fissura, elaborada em diálogo com a discussão sobre as fendas proposta por Flo Menezes e Vladimir Safatle (2021). Compreende-se a fissura como uma possibilidade de abertura situada e provisória nas formas dominantes de perceber, usar e compartilhar a cidade, permitindo investigar situações em que determinadas dinâmicas interrompem continuidades e produzem outras formas de relação com o espaço urbano.

Propõe-se investigar o *graffiti* a partir desse horizonte. Ao inscrever imagens, narrativas e memórias nas superfícies da cidade, essa prática pode deslocar a atenção, favorecer encontros e tensionar os usos previstos para determinados lugares. Sua dimensão estética envolve tanto as imagens produzidas quanto os acontecimentos e encontros nascidos em torno delas. Contudo, essa potência não deve ser presumida como uma condição inerente a toda intervenção: é necessário examinar as situações em que se manifesta, seus limites e suas possíveis relações com a própria mercantilização do espaço.

Diante disso, o artigo pergunta: em quais situações e por meio de quais práticas essa expressão artística pode produzir fissuras na experiência da cidade-mercadoria? O objetivo é analisar como intervenções e ações coletivas de *graffiti* participam dos modos de perceber, percorrer e apropriar-se do espaço urbano. Para desenvolver essa discussão, tanto as contribuições de Jason W. Moore quanto as de Henri Lefebvre são colocadas em diálogo com as reflexões sobre estética e subjetividade de Jacques Rancière, Suely Rolnik, Gilles Deleuze e Félix Guattari. A análise retoma experiências da pesquisa de mestrado da autora (Vargas, 2023). Desenvolvida entre os bairros

Centro e Porto, em Pelotas (RS), envolvendo intervenções do artista Gordo Muswieck, observação participativa de um *Domingo de Graffiti* e caminhografias realizadas com estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

Orientando a aproximação com essas vivências, a Caminhografia Urbana articula ações de registrar, jogar e criar discutidas por Rocha, Santos e Del Fiol (2024). Em interlocução com a compreensão do caminhar como prática estética, discutida por Francesco Careri (2013), essa abordagem permite acompanhar as relações entre corpo, imagens e território a partir dos encontros e dos retornos aos lugares. O percurso investigativo volta-se aos acontecimentos e às formas de apropriação que se tornam perceptíveis durante a experiência urbana.

O estudo busca compreender como essas práticas se inserem nas disputas pela produção e pelos usos do urbano. Interessa observar, particularmente, as situações em que imagens, encontros, percursos e ações compartilhadas deslocam formas habituais de perceber e utilizar os lugares. A contribuição proposta está em aproximar a dimensão sensível da criação cotidiana da cidade, reconhecendo suas possibilidades e seus limites.

Capitaloceno, Cidade-Mercadoria e e Disputa pelo Urbano

A leitura do Capitaloceno proposta por Moore (2022) desloca a compreensão das crises contemporâneas para além da ação genérica da humanidade sobre o planeta. O autor evidencia um processo histórico específico, vinculado à expansão do capitalismo, que reorganiza continuamente as relações entre trabalho, natureza, tecnologia e poder. Nessa perspectiva, o capitalismo é compreendido como essa ecologia-mundo, na qual a acumulação depende da apropriação e da exploração do trabalho e da natureza. O conceito de permite interrogar os processos históricos que sustentam formas desiguais de produção dos territórios e dos modos de vida.

Tal lógica também se manifesta na produção do espaço urbano. A cidade constitui um importante campo de reprodução material da acumulação, no qual diferentes formas de uso entram em disputa com estratégias de valorização. Como demonstra Harvey (2014), a urbanização participa da absorção dos excedentes do capital, enquanto a especulação imobiliária e a financeirização subordinam usos do território às expectativas de rentabilidade, intensificando desigualdades socioespaciais e pressionando formas de ocupação que não correspondem a essas expectativas.

É nessa dimensão espacial da mercantilização que a contribuição de Henri Lefebvre (2001) se torna central para este estudo. A distinção entre cidade como obra e cidade como produto permite compreender a tensão entre a apropriação coletiva do espaço e sua subordinação ao valor de troca. Enquanto a obra envolve participação, uso e criação, a cidade como produto é submetida às condições de sua comercialização. Embora formulada em outro contexto, essa distinção oferece uma chave para interpretar os processos urbanos discutidos sob a perspectiva do Capitaloceno. Nesse sentido, o direito à cidade envolve a possibilidade de participar da produção e da transformação do urbano, articulando as condições materiais da vida aos modos de habitar, encontrar e criar.

Uma disputa que não se restringe às formas de propriedade ou às estratégias de valorização, mas também atravessa os modos pelos quais os espaços são percebidos, utilizados e compartilhados. A padronização das paisagens e a prioridade conferida à circulação eficiente podem reduzir oportunidades de encontro e permanência, orientando os trajetos para o deslocamento entre moradia, trabalho e consumo. Jan



Gehl (2015) contribui para a observação dessa dimensão espacial ao destacar a importância da escala humana e das condições que favorecem a vida nos espaços públicos.

A experiência urbana envolve, não apenas formas e funções, mas também modos de produção de subjetividade. Rolnik (2016) contribui para essa discussão ao deslocar a atenção para as forças que atravessam os corpos e os encontros. A noção de corpo vibrátil permite considerar a capacidade de sermos afetados por aquilo que emerge nas situações vividas, orientando o interesse desta pesquisa para os modos como corpos, intervenções artísticas e lugares se afetam mutuamente.

É nesse campo de disputas que a dimensão política das imagens e das presenças urbanas pode ser compreendida. A noção de partilha do sensível, discutida por Jacques Rancière (2009), relaciona a ordem política à distribuição dos lugares, das vozes e daquilo que pode ser percebido como comum. No caso do *graffiti*, essa perspectiva permite perguntar quais imagens e narrativas encontram lugar na paisagem, quais presenças se tornam visíveis e como essas inscrições participam das formas de reconhecimento e participação no espaço público?

Ao ir além da mera representação, as manifestações artísticas acrescentam outra dimensão à discussão. Para Deleuze e Guattari (1992), o fazer criativo envolve a produção de *perceptos* e *afectos* que não se reduzem a mimetizar algo existente. Sob a ótica da arte urbana, passamos a acolher as sensações geradas pelas composições e os modos como elas interferem na percepção dos lugares (Fig. 1).

Figura 1 – Arte urbana e experiência corporal no espaço público. Fonte: Acervo do artista, 2026.

Cidade extrativa (Capitaloceno)	*Graffiti* como fissura
Extrai valor do território	**Inscreve narrativas no território**
Mercantiliza o espaço urbano	**Produz sentidos compartilhados**
Homogeneiza paisagens e experiências	**Singulariza espaços e vivências**
Prioriza circulação e consumo	**Favorece permanência e encontro**
Produz invisibilidades	**Torna visíveis corpos e narrativas**
Organiza o espaço para o capital	**Reapropria o espaço para as pessoas**
Captura subjetividades	**Produz processos de subjetivação**
Reproduz a cidade-mercadoria	**Amplia o direito à cidade**

Quadro 1 – Da lógica extrativa às fissuras urbanas. Fonte: elaboração da autora, 2026.

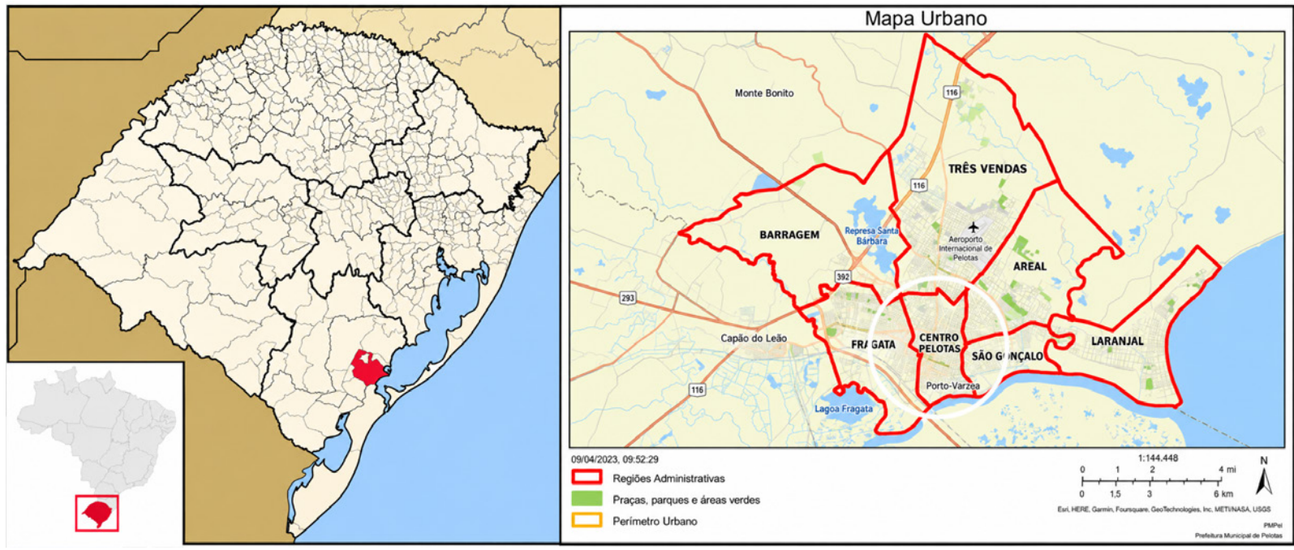
É a partir dessa articulação entre produção do espaço, experiência urbana e criação artística que o artigo retoma o material da dissertação. As intervenções de Gordo Muswieck, o *Domingo de Graffiti* e os percursos realizados com estudantes constituem situações nas quais essas dimensões podem ser observadas conjuntamente (Vargas, 2023). Inscrever imagens, percorrer lugares, registrar acontecimentos e compartilhar interpretações permitem acompanhar como diferentes práticas participam da produção cotidiana da cidade.

Assim, a noção de fissura orienta a passagem entre a discussão teórica e a análise empírica. Ela não designa a superação das relações de dominação, mas uma abertura situada nas formas habituais de perceber, usar e compartilhar o espaço. Para examinar os limites e as potencialidades de novas formas de participação na cidade, o conceito se apoia em três momentos específicos: as negociações da criação coletiva, os encontros durante a pintura e as leituras produzidas pelos estudantes (Qua. 1).

Por esse prisma, são retomados os percursos entre os bairros Centro e Porto, em Pelotas (RS), buscando compreender como as intervenções e as ações coletivas de *graffiti* participam das relações entre corpo, imagem e território. O mapa a seguir situa o recorte espacial da investigação (Fig. 2).

O *Graffiti* Como Fissura: Experiência Estética E Produção Da Cidade

Compreender o *graffiti* como fissura exige examinar o que acontece entre a intervenção artística, os corpos que a encontram e o lugar em que está inscrita. Em quais circunstâncias uma imagem modifica um percurso, provoca uma conversa ou participa de uma apropriação coletiva? Essas perguntas aproximam o debate sobre a cidade-mercadoria dos acontecimentos do dia a dia, nos quais são percebidos deslocamentos e permanências nas formas de experimentar o urbano.



Embora introduza novas visualidades na cidade, sua presença também envolve usos, encontros e formas de atenção. Esta investigação prioriza tais relações, considerando as imagens em seus contextos de produção e de encontro com o público. Ao introduzir cores, personagens e narrativas nos trajetos cotidianos, o *graffiti* pode tornar perceptíveis superfícies pouco observadas, provocando pausas e mudanças de olhar. Na pesquisa, esses deslocamentos são discutidos a partir dos registros caminhográficos, das entrevistas com o artista e das narrativas produzidas pelos estudantes.

A experiência estética é compreendida como uma relação capaz de alterar os modos de perceber e significar o espaço. É nessa esfera que a reflexão de Rancière (2009) contribui para examinar o alcance político das intervenções. A partir da partilha do sensível, cabe perguntar quais imagens e vozes encontram lugar na paisagem, quem pode inscrevê-las e quais presenças permanecem pouco reconhecidas? A dimensão política do *graffiti* depende de como essas relações são tensionadas em cada contexto, para além de sua exposição no espaço público.

Para acompanhar tais processos, a cartografia sentimental oferece uma orientação atenta à produção conjunta de territórios e subjetividades. Cartografar implica colocar-se em relação com forças que atravessam os corpos e lugares, observando como os encontros e afetos produzem novos modos de existir. A cidade deixa de ser compreendida como um mero suporte físico para revelar-se como um campo de relações em permanente transformação.

Em interlocução com essa perspectiva, a compreensão da arte como criação de *perceptos* e *afectos* permite considerar a consistência sensível das próprias obras. Na análise do *graffiti*, essa contribuição orienta a atenção às composições e às sensações que elas sustentam. As experiências da pesquisadora e dos demais participantes são consideradas em sua singularidade, compondo diferentes leituras dos murais e dos lugares.

Figura 2 – Localização de Pelotas - Rio Grande do Sul - Brasil; Área de estudo: Bairros Centro e Porto - Mapa Regiões Administrativas, Pelotas (RS). Fonte: Dissertação da autora, 2023.

A aproximação com essas experiências orienta a escolha pelo caminhar como prática de investigação. Conforme discute Paola Jacques (2012), a errância urbana possibilita dinâmicas que tensionam a organização funcional e os usos programados da cidade. Caminhar, desviar-se e permanecer tornam-se formas de atenção às situações que escapam a uma leitura exclusivamente funcional do espaço. Essa abordagem amplia a compreensão do território e pode dialogar com mapas, documentos e outras fontes de pesquisa.

No contexto desta pesquisa, a Caminhografia Urbana orienta a investigação, e sua leitura é aqui articulada às ações de registrar, jogar e criar discutidas por Eduardo Rocha, Taís Beltrame dos Santos e Paula Pedreira Del Fiol (2024). Essa articulação contribui para interpretar os registros e as relações com a cidade, produzidos a partir da presença corporal e dos acontecimentos encontrados durante os percursos – é o caminhar como prática estética engendrando formas de habitar o urbano.

A dissertação reuniu revisão de referências, caderno de campo, entrevistas de manejo cartográfico, observação participativa do processo de pintura e consulta ao acervo do artista (Vargas, 2023, p. 44). Neste artigo, são retomados especialmente o *Domingo de Graffiti* acompanhado em 5 de setembro de 2021, as entrevistas com Muswieck realizadas nessa ocasião e em 15 de março de 2023 e as experiências caminhográficas desenvolvidas com estudantes em 2022.

As atividades com os estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL compreenderam quatro caminhografias, realizadas entre agosto e setembro de 2022 (nos dias 18 e 25/08, 01/09 e no período de 08 a 15/09). Organizados em grupos de três a cinco integrantes, os participantes produziram fotografias, vídeos e textos que, posteriormente, foram reunidos em mapas interativos no *Google My Maps*. Essa sequência pedagógica envolveu a escolha de lugares, o registro de trajetos, intervenções efêmeras e o *Percurso do Graffiti* – este último dedicado às obras de Muswieck ente os bairros Porto e Centro. Por fim, essas vivências foram sintetizadas em *collages* e apresentações coletivas (Vargas, 2023, p. 85-113).

Para este artigo, a releitura do material organiza-se em dois eixos: as relações de criação e compartilhamento durante o *Domingo de Graffiti* e as experiências de percepção e interpretação do território nas caminhografias. As falas do artista são relacionadas aos registros da observação participativa, enquanto as produções e narrativas dos estudantes são examinadas em suas referências às obras e às condições urbanas encontradas. A noção de fissura orienta a interpretação das situações em que se constituem outros usos, encontros e sentidos para os lugares, aproximando as experiências documentadas do debate sobre a cidade-mercadoria no Capitaloceno.

O conhecimento se constrói nessa relação: o que chama a atenção, os desvios realizados e os retornos aos lugares que participam da leitura do território. As intervenções de graffiti são acompanhadas em sua relação com as superfícies, os usos do entorno e as situações vividas durante a pesquisa. Dessa forma, a Caminhografia possibilita interrogar como imagens e práticas artísticas participam da experiência urbana (Fig. 3).

Entre as experiências discutidas, o *Domingo de Graffiti* permite examinar a relação entre criação artística, tempo e encontro. A pintura coletiva amplia a análise para o processo de realização das intervenções, envolvendo a presença dos participantes e sua relação com a rua.

Na entrevista de março de 2023, Muswieck distingue os trabalhos realizados para clientes, mediante projeto e aprovação, da produção que desenvolve na rua sem destinatário individual definido. Nas palavras do próprio artista: “O *graffiti* mesmo é



aquele que a gente faz o que quer, junto com a galera ou sozinho mas doando esse pedaço nosso, assim... pra rua, para as pessoas” (Muswieck apud Vargas, 2023, p. 138). A fala de Muswieck destaca a autonomia criativa e o compartilhamento como sentidos atribuídos à prática. A ideia de “doar esse pedaço nosso” permite compreender a inscrição como um gesto dirigido a pessoas que não necessariamente conhecem o artista ou participam de sua realização. Essa distinção, formulada por alguém cuja trajetória também inclui trabalhos remunerados, situa a criação de rua nas relações entre trabalho, autonomia e acesso à experiência artística.

O conceito de ócio criativo, discutido por Domenico De Masi (2000), permite refletir sobre a combinação entre concepção, prazer e convivência nesses encontros. A destinação de tempo à pintura e à presença compartilhada pode tensionar sua organização exclusivamente produtiva. Na entrevista de 2021, Muswieck relaciona a escolha do domingo à disponibilidade dos participantes diante de suas atividades de trabalho e destaca sua preferência por continuar aquela pintura acompanhado dos amigos (Vargas, 2023, p. 135). É por meio do encontro que se constrói o verdadeiro sentido da atividade.

A fissura se revela no modo de viver e compartilhar o tempo, abrindo espaço para a permanência, a criação coletiva e a construção de vínculos com o lugar. Para tanto, busca-se aproximar essa discussão das interações durante a pintura, das negociações em torno do painel e das leituras urbanas produzidas nas caminhografias, examinando como essas práticas atuam na produção cotidiana de Pelotas.

Figura 3 – Intervenção de Gordo Muswieck no bairro Porto, Pelotas (RS). Fonte: Acervo do artista, 2023.

Produzir Cidade pelas Práticas Sensíveis: a experiência de Pelotas

As reflexões desenvolvidas até aqui encontraram na experiência realizada em Pelotas (RS) uma oportunidade para investigar as relações entre práticas artísticas e produção cotidiana da cidade. O recorte entre os bairros Centro e Porto reúne paisagens e usos que permitem acompanhar diferentes condições de inserção do *graffiti*. A formação e o desenvolvimento desta cidade estiveram profundamente vinculados à produção e à circulação de mercadorias. O ciclo do charque, sustentado historicamente pelo trabalho escravizado, a expansão ferroviária, a estrutura portuária e a industrialização participaram da configuração de seu território e de suas desigualdades. As transformações dessas atividades deixaram marcas na paisagem, incluindo edificações que perderam suas funções anteriores e passaram a abrigar outros usos ou permaneceram desocupadas. À luz da discussão sobre o Capitaloceno, essas permanências e transformações permitem interrogar as relações entre acumulação, trabalho e produção do espaço. Entretanto, a paisagem industrial não se resume ao abandono: seus usos atuais e suas formas de apropriação também precisam ser considerados. As contribuições de Anita Rink (2013) e Celso Gitahy (1999) situam o *graffiti* no debate sobre a intervenção urbana e sua relação com a vida social. Este estudo é orientado pela atenção às inscrições e às práticas coletivas que encontram lugar nas superfícies da cidade.

Na área central do município, em meio às edificações históricas e aos usos comerciais, as obras de Gordo Muswieck introduzem personagens e frases nos percursos cotidianos. Em tapumes, muros e fachadas, surgem personagens lúdicos, conhecidos como *Stevies*, frequentemente acompanhados por mensagens dirigidas a quem passa. Frases como “Uma cabeça cheia de medos não tem espaço para sonhos” ou “A arte vai salvar o mundo” compõem o diálogo entre imagem, palavra e superfície urbana. Na leitura proposta pela pesquisa, essas inscrições oferecem possibilidades de encontro que excedem a função de fechamento dos muros e tapumes. Segundo Muswieck, as frases procuram alcançar também quem não se detém na interpretação das imagens, constituindo outra possibilidade de aproximação com o trabalho (Vargas, 2023, p. 83, 133).

À medida que a caminhada avança em direção ao bairro Porto, as manifestações artísticas passam a ser percebidas em relação mais direta com a paisagem industrial e suas transformações de uso. A presença de murais e eventos de arte urbana nesses espaços permite discutir como estruturas vinculadas a atividades produtivas anteriores participam de novas experiências coletivas. A reflexão de Anna Tsing (2019) sobre a sobrevivência colaborativa nas ruínas do capitalismo oferece uma aproximação para pensar a continuidade e a recomposição da vida em paisagens transformadas pela acumulação. Essa aproximação orienta a atenção às relações que sustentam as práticas nos lugares, considerando os recursos disponíveis, os encontros e as formas de colaboração (Fig. 4).

Nesse percurso, a noção de fissura direciona a atenção para situações em que as relações com as edificações e as ruas se modificam. Uma superfície pode adquirir outros sentidos ao receber uma intervenção; uma atividade coletiva pode criar oportunidades de encontro e permanência. O *Domingo de Graffiti* acompanhado pela pesquisadora propiciou examinar essas relações durante a produção de um painel.

Em 5 de setembro de 2021, na zona do Porto, houve o encontro com Muswieck, Ges e Nem. Em um dia que alternava sol e chuva, o grupo de amigos grafitava em meio à música, ao cheiro de tinta e às pessoas que passavam e paravam no local. Durante uma pausa, a entrevista aconteceu no meio-fio, junto ao processo de criação. A pesquisa se realizou em uma situação na qual pintar, conversar e observar integravam a experiência compartilhada da rua (Vargas, 2023, p. 82–83, 133).



Figura 4 – Intervenções de Gordo Muswieck (Stevies) em áreas de ocupação comercial e industrial nos bairros Centro e Porto, Pelotas (RS). Fonte: Acervo do artista, 2023.

Conforme registra a transcrição da entrevista, carros paravam para olhar, um conhecido chegou trazendo bebida para os artistas e uma pessoa – posteriormente identificada como estudante de artes interessado em grafitar – acompanhavam a pintura. Além de jovens que se mantiveram por algum tempo sentados ao meio fio observando. Esses acontecimentos fornecem materialidade à ideia de encontro: a execução da obra produzia ocasiões de aproximação entre os grafiteiros e outras pessoas, ampliando os usos daquele espaço durante a atividade (Vargas, 2023, p. 133-134).

Negociações com o lugar também faziam parte dessa relação: o proprietário solicitou que o portão da garagem permanecesse visualmente distinguível do painel, com o intuito de evitar o estacionamento diante da entrada. A composição precisava considerar essa demanda, articulando a criação artística ao funcionamento habitual da edificação (Vargas, 2023, p. 134–135).

Evidencia-se, na negociação sobre o portão, que a abertura da superfície à expressão artística convive com a manutenção do controle sobre o imóvel. Por meio de sua participação, os artistas transformam a aparência do local, enquanto o proprietário intervém nas decisões para preservar o acesso à garagem. Esse episódio explicita as condições e os limites da criação compartilhada: a dimensão pública da pintura se estabelece em sua relação com a rua, permanecendo vinculada à propriedade e aos usos do suporte.





Figura 5 – Domingo de Graffiti, Pelotas (RS): Processo de pintura e encontro acompanhado em 5 de setembro de 2021. Fonte: Acervo da autora, 2021.

Diante das escolhas técnicas, os materiais disponíveis participavam ativamente das decisões. Muswieck explica que a composição cromática dependia das tintas obtidas, incluindo aquelas fornecidas pelo proprietário e reunidas pelos participantes. Em termos estruturais, o fundo funcionava como elemento de ligação entre os trabalhos, enquanto personagens e sobreposições aproximavam as diferentes intervenções. A unidade do painel era produzida por escolhas compartilhadas, articulando recursos, linguagens e contribuições individuais (Vargas, 2023, p. 135–136).

Essas condições aproximam a experiência do debate sobre o Capitaloceno: o tempo disponível para pintar é negociado com as jornadas de trabalho, os materiais dependem de recursos obtidos e compartilhados, e a intervenção se realiza em uma superfície submetida à propriedade e a usos cotidianos. A criação coletiva acontece dentro dessas relações. Sua potência de fissura reside na destinação de tempo, materiais e capacidade criativa a uma atividade que, segundo o artista, encontra sentido no convívio e na oferta da obra à rua. O episódio permite observar uma tensão entre a organização da vida em torno do trabalho remunerado e a produção de vivências e usos compartilhados.

A discussão de Lefebvre (2001) permite reconhecer nessa atividade uma participação na produção da cidade como obra, onde os sujeitos intervêm na paisagem e negociam suas ações. Paralelamente, a atenção de Gehl (2015) à permanência e à convivência contribui, por sua vez, para perceber como a atividade artística acrescenta usos à rua (Fig. 5).



Figura 6 – Spray'sons: Festival de Graffiti em Pelotas. Fonte: Acervo da autora, 2022.

Inserido em uma dinâmica regional, o festival *Spray'sons* integra o contexto mais amplo dessas práticas em Pelotas. Esse evento é apresentado na dissertação como uma iniciativa que reúne artistas e outras atividades culturais, incluindo a participação do projeto *Graffiti Down.* Sua contextualização no estudo contribui para situar a cena local de arte urbana, enquanto a análise das interações acompanhadas presencialmente se concentra no *Domingo de Graffiti* (Vargas, 2023, p. 20) (Fig. 6).

Outra dimensão da experiência aparece no *Percurso do Graffiti,* realizado pelos estudantes entre 8 e 15 de setembro de 2022. A pesquisadora elaborou um mapa com obras de Muswieck entre os bairros Porto e Centro, e os grupos escolheram a ordem de visita aos pontos. A atividade solicitava registros das intervenções e atenção ao caminho: sons, pessoas, detalhes e outros murais também integravam a leitura. As obras eram encontradas no contexto relacional com o território percorrido (Vargas, 2023, p. 95).

Reunindo vivências das diferentes caminhografias, as *collages* e suas apresentações ganharam força. Os estudantes associaram em suas narrativas, as cores dos murais, a arquitetura, a vegetação, os materiais e as lembranças dos percursos. O grupo 6 destacou a presença das intervenções junto a edificações antigas e modernas, pessoas e movimento, compondo uma leitura de coexistência desses elementos na cidade (Vargas, 2023, p. 110–112).

O grupo 8 trouxe à discussão diferenças de pavimentação, cuidado com os espaços e condições de moradia percebidas no bairro. Ao apresentar suas composições, os participantes relacionaram as condições observadas ao desejo de lugares com

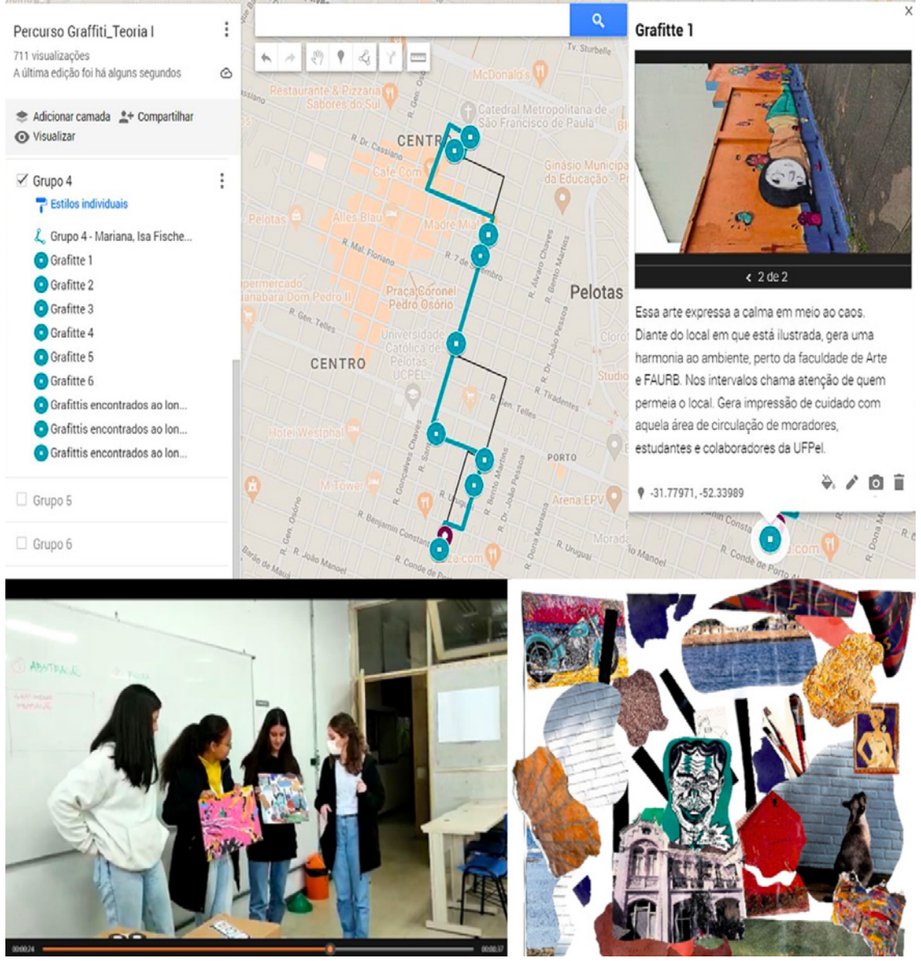


Figura 7 – Caminhografia Urbana e experiência estética. Fonte: Acervo da autora, 2023.

vegetação, infraestrutura e habitação adequada. Esses relatos mostram como o conjunto das atividades aproximou a experiência sensível de questões materiais da vida urbana. O *graffiti* participou desse percurso de leitura, integrado a outras presenças e situações que mobilizaram os estudantes (Vargas, 2023, p. 112–113).

A experiência em Pelotas permite aproximar o debate sobre o Capitaloceno das relações cotidianas com o espaço urbano. Embora reconfigurações macroestruturais e institucionais sejam indispensáveis ao enfrentamento das crises contemporâneas, as práticas acompanhadas permitem investigar possibilidades de criação e apropriação que se realizam em outras escalas. No *Domingo de Graffiti,* destacam-se a criação conjunta e as negociações com o entorno; nas caminhografias, a produção de registros e interpretações sobre a paisagem e suas desigualdades. Essas vivências articulam diferentes formas de participar da cidade.

Neste cenário, a fissura pode ser reconhecida quando uma situação abre possibilidades de atenção, permanência ou participação que alteram temporariamente a relação com o lugar. Os registros analisados situam essas aberturas nos encontros durante a pintura e nas leituras elaboradas pelos participantes das caminhografias. A efemeridade das ações torna relevante considerar também suas narrativas e registros, por meio dos quais a experiência volta a ser compartilhada e discutida.

Para sintetizar as relações entre o percurso investigativo, os materiais e as interpretações, apresenta-se o quadro 2.

Movimento da investigação	Compreensão construída
Caminhar	Produzir disponibilidade para a experiência do território.
Retornar	Reconhecer transformações e múltiplas temporalidades da cidade.
Encontrar	Construir relações entre arte, arquitetura, memória e cotidiano.
Cartografar	Acompanhar processos em permanente transformação.
Produzir fissuras	Reorganizar modos de perceber e habitar o urbano.
Tornar perceptível a produção da cidade	**Evidenciar os processos pelos quais o espaço vivido é continuamente constituído.**

Quadro 2 – Síntese do percurso investigativo. Fonte: elaboração da autora, 2026.

Práticas como estas evidenciam como a criação e a leitura compartilhadas da paisagem participam da produção cotidiana da cidade. Pintar, negociar, caminhar, registrar e interpretar constituem ações pelas quais os sujeitos se relacionam com os lugares e com suas condições de vida. É nessa articulação entre criação, vivências e apropriação que o artigo situa a dimensão sensível do direito à cidade.

Considerações Finais: o direito ao sensível

As discussões desenvolvidas ao longo deste artigo partiram do reconhecimento de que as crises contemporâneas envolvem os modos de produção e de experiência na cidade. A perspectiva do Capitaloceno permitiu relacionar a mercantilização do espaço urbano aos processos históricos de acumulação e apropriação do trabalho e da natureza. Nesse contexto, a investigação voltou-se às possibilidades de criação e de uso compartilhado que se constituem no cotidiano, examinando o *graffiti* a partir da ideia de fissura.

A análise das ações entre os bairros Centro e Porto, em Pelotas, sugere que a relevância de tais práticas reside tanto nas imagens inscritas nas superfícies quanto nas relações e encontros suscitados durante a sua realização. No *Domingo de Graffiti,* movimentos como a partilha de materiais, a coautoria no painel, a mediação com o proprietário e a interação com o público, evidenciaram o fazer artístico como prática de vinculação ao lugar. Na experiência dos estudantes, registros e narrativas conectaram a presença das obras aos elementos do entorno e às assimetrias socioespaciais percebidas nos percursos. Essa participação assume formas distintas conforme os lugares, as condições de produção e os sujeitos envolvidos.

Como contribuição para essa leitura, a Caminhografia Urbana permitiu articular a presença corporal, o que foi apreendido e os retornos aos lugares. Essa trajetória investigativa permitiu conectar as manifestações visuais à morfologia e aos usos do entorno, compreendendo que o conhecimento emerge dos encontros e das mudanças de atenção ao longo do caminhar. As fotografias, os mapas, os escritos e as *collages* estabeleceram meios de elaborar e compartilhar essas experiências, aproximando a percepção sensível da discussão sobre as condições de vida urbana.

Sendo assim, a noção de fissura mostrou-se pertinente para interpretar aberturas provisórias nas formas habituais de relação com a cidade. Nas situações analisadas, essas aberturas se constituíram na destinação de tempo à criação compartilhada, nos encontros durante a pintura e na elaboração coletiva de leituras do território. A alternativa discutida reside nessas práticas que atribuem valor ao uso, à convivência e à participação na paisagem, tensionando sua subordinação exclusiva à rentabilidade. Por isso, o caráter político dessas práticas precisa ser compreendido em suas condições concretas, considerando também suas ambiguidades e possíveis aproximações com a valorização mercantil do espaço.

O recorte da investigação permite discutir essas possibilidades, mas não estabelecer efeitos duradouros das intervenções sobre o conjunto da vida urbana. O acompanhamento das apropriações posteriores aos eventos e das experiências de outros sujeitos poderia aprofundar a compreensão do que permanece dessas ações, de quem participa e de quais limites encontram. Reconhecer esse alcance preserva a relevância das vivências sem atribuir a elas a superação das contradições estruturais discutidas.

É a partir dessas questões que o artigo propõe pensar o direito ao sensível como uma dimensão do direito à cidade: a possibilidade de participar da produção de suas imagens, narrativas, encontros e formas de expressão. Esse panorama articula-se às condições materiais de acesso, moradia, mobilidade e permanência, das quais depende a participação na vida urbana. Envolve poder afetar e ser afetado pelos lugares, reconhecer-se na paisagem e contribuir para sua transformação.

As práticas discutidas em Pelotas oferecem pistas de como essa perspectiva pode ganhar expressão no dia a dia. Entre a inscrição de uma imagem, o encontro em torno de sua realização e a produção de leituras compartilhadas do território, abrem-se possibilidades de produzir e compartilhar a cidade. Nessas relações, a fissura demarca uma abertura cujo alcance se consolida na experiência, mantendo em disputa os modos de habitar e criar o urbano.

Referências

ALTVATER, Elmar. Crítica da economia política na praia de plástico e o fetiche do capital no Antropoceno. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, v. 31, p. 69-84, 2018.

CARERI, Francesco. *Walkscapes*: o caminhar como prática estética. São Paulo: G. Gili, 2013.

DE MASI, Domenico. *O ócio criativo.* Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

ESCOBAR, Arturo. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente,* Curitiba, v. 35, p. 89-100, 2015.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas.* 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GITAHY, Celso. *O que é graffiti.* São Paulo: Brasiliense, 1999.

HARAWAY, Donna J. Pensamento tentacular: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno. *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte*, Campinas, v. 3, n. 5, 2016.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes*: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes.* Salvador: EDUFBA, 2012.
LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro, 2001.

MENEZES, Flo; SAFATLE, Vladimir. *A potência das fendas.* São Paulo: n-1 edições, 2021
.
MOORE, Jason W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno?* Natureza, história e a crise do capitalismo. Tradução de Antônio Xerxenesky e Fernando Silva e Silva. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política.* 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

RINK, Anita. *Graffiti*: intervenção urbana e arte contemporânea. Curitiba: Appris, 2013.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís Beltrame dos; DEL FIOL, Paula Pedreira. Registrar, jogar e criar: a caminhografia nos processos de transcriação da cidade. *Revista GEARTE,* Porto Alegre, v. 11, 2024.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental:* transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2016.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas:* paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VARGAS, Gabriele. *Graffiti e produção de subjetividade:* cartografando diálogos sensíveis através das obras de Gordo Muswieck. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

O PIXO COMO AÇÃO DE ATIVAÇÃO, REATIVAÇÃO E TRANSGRESSÃO DE LUGARES[1]

PIXO AS AN ACT OF ACTIVATION, REACTIVATION, AND TRANSGRESSION OF PLACES

Giesse Monteiro Alves de Andrade[2] e Igor Guatelli[3]

Resumo

A cidade é um corpo maculado pelo pixo, principalmente tratando-se de monumentos considerados sagrados e icônicos, que passam a ser reputados como arruinados. Há uma inquietante melancolia da rebeldia advinda desses atos transgressores que muitas vezes antecipam o arruinamento do monumento alterando a suposta integridade do patrimônio urbano. Revisitando Maio de 1968, este artigo analisa o pixo em São Paulo como prática contemporânea de protesto e afirmação política das minorias. À luz do debate sobre justiça territorial, interpreta-se o pixo na capital paulista como ato insurgente que evidencia as tensões entre o direito à cidade e opera como ferramenta de luta social que ressignifica a produção do espaço urbano. Que reapresentações da cidade o pixo emula ao usá-la como suporte do inesperado? Colima-se compreender como o pixo e o grafite, enquanto repertórios de ações políticas informam a construção de outros futuros urbanos possíveis.

Palavras-chave: pixo; profanação; resistência urbana; apropriação urbana; Maio 1968.

Abstract

The city is a body stained by pixo, particularly regarding monuments considered sacred and iconic, which are consequently deemed ruined. A disturbing melancholy of rebellion emerges from these transgressive acts, often anticipating the ruin of the monument and fracturing the supposed integrity of urban heritage. Revisiting May 1968, this article analyzes pixo in São Paulo as a contemporary practice of protest and political affirmation for minorities. In light of the debate on territorial justice, pixo in the São Paulo capital is interpreted as an insurgent act that exposes the tensions surrounding the right to the city, operating as a tool for social struggle that re-signifies the production of urban space. What re-presentations of the city does pixo emulate by using it as a medium for the unexpected? The objective is to comprehend how pixo and graffiti, as repertoires of political action, inform the construction of alternative urban futures.

Keywords: pixo; profanation; urban resistance; urban appropriation; May 1968.

I

Introdução

As cidades contemporâneas, especialmente aquelas inseridas em dinâmicas globais de produção e consumo, são palco de tensões profundas entre a lógica de mercantilização dos espaços e as demandas de inclusão social e justiça territorial. No caso da cidade de São Paulo, maior metrópole da América do Sul, essas tensões se manifestam de forma particularmente aguda com a urbanização refletindo uma dualidade estrutural: enquanto os espaços centrais e os monumentos emblemáticos consolidam-se como símbolos do poder econômico e do progresso, vastas periferias continuam marcadas por exclusão, desigualdade e segregação. Nesse cenário, práticas insurgentes, tais como as pichações, emergem como formas significativas de contestação e ressignificação da cidade, desafiando a hegemonia de discursos e práticas urbanísticas excludentes.

Para tanto, faz-se necessário um breve esclarecimento sobre *graffiti* (grafite), pichação (com ch) e pixação (com x). *Graffiti* (grafite em português) vem da expressão italiana *graffiti*, o plural de *grafitto*, utilizada para fabricar o grafite usado em lápis e lapiseiras. O *graffiti*/grafite teve sua origem nos Estados Unidos durante a década de 1970, como um dos pilares da cultura *hip-hop*. Desde então, evoluiu em termos de expressão, técnica e reconhecimento, obtendo o status de arte, sendo atualmente valorizado no Brasil como forma de arte urbana. Em contraste, a distinção entre grafite e pichação tornou-se evidente: enquanto o grafite é amplamente aceito como arte, a pichação é frequentemente vista como uma prática associada ao vandalismo e à sujeira e degradação dos espaços urbanos, marcada pela ilegalidade e marginalização. Essa separação entre as duas manifestações foi reforçada, em grande medida, pela institucionalização do grafite, que começou a se consolidar ainda nos anos 1970.

A pichação, caracterizada por inscrições gráficas que variam entre letras, códigos e símbolos aplicados em superfícies verticais de edificações públicas e privadas, tem sido historicamente rotulada como vandalismo no imaginário jurídico, político e social. Contudo, sua análise à luz de teorias críticas revela que ela transcende uma abordagem meramente criminal ou estética, funcionando como uma ferramenta política e cultural que confronta diretamente as dinâmicas de poder que moldam a cidade. Ao inscrever marcas em estruturas frequentemente consagradas como intocáveis — sejam monumentos, prédios corporativos ou infraestrutura pública —, os pichadores não apenas rompem com os limites simbólicos de quem pode ocupar ou modificar o espaço, mas também reivindicam uma presença que é sistematicamente negada pelos processos de exclusão urbana.

A pichação tem suas raízes nos movimentos de resistência contra a ditadura brasileira no final dos anos 1960. Mensagens anônimas, inspiradas pelos movimentos contra culturais, como Abaixo a ditadura, foram utilizadas como forma de protesto contra o regime militar, que durou quase trinta anos. Assim, o termo pichação refere-se a uma técnica anterior de pintura com piche, substância escura e viscosa obtida pela destilação de materiais como madeira, carvão e turfa que precedeu o uso de latas de *spray*.

Como explica Knauss (2001, p. 340), “O uso de latas de *spray* trouxe tons sutis muito distintivos, impossíveis de alcançar com a técnica do piche, que se limitava a manchas largas e pretas devido ao uso de pincéis grandes”. Durante os anos 1970, o rótulo de pichação serviu para homogeneizar a diversidade de estilos de escrita que variavam desde mensagens políticas contra a ditadura até grafites aleatórios e humorísticos. “A consequência desse processo confuso e homogeneizado do grafite brasileiro, inspirado pelo grafite americano, não se tornou uma expressão urbana autônoma até o final dos anos 1970 e início dos anos 1980” (*Idem*, p. 342).

1 Parte das reflexões desenvolvidas neste artigo retoma, revê e amplia discussões originalmente apresentadas pelos próprios autores em trabalho publicado nos Anais do XXI ENANPUR: ANDRADE, Giesse; GUATELLI, Igor. O pixo como ação de ativação, reativação e transgressão de lugares. Anais do XXI ENANPUR, Sessão Temática. Campina Grande: Realize Editora, 2025.

2 Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (MACK, 2019) e Arquiteta e Urbanista pelo ICF (2014).

3 Doutor em Filosofia Moderna Francesa, área de concentração em Língua e Literatura Francesa (FFLCH-USP/2005), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP/1999) e Arquiteto e Urbanista pela mesma instituição (FAU-USP/1991).

Já a pixação “trata-se de um fenômeno cultural amplo, complexo e que tem na rivalidade, no protesto, na diversão e na aceitação social, algumas das principais razões de existir” (Lassala, 2017, p.20) e por isso pode ser compreendido como uma extensão contemporânea desse mesmo ímpeto revolucionário. Segundo Lassala, as palavras picho e pixo, são termos usados apenas no Brasil para caracterizar dois tipos de expressões gráficas urbanas nativas. Pereira (2018, p. 19) ressalta que os próprios pixadores utilizam o termo com X como um modo de diferenciar do significado atribuído pelos dicionários, pois segundo os mesmos, a pixação (com x) “expressaria o modo como se apropriam da cidade”.

No contexto brasileiro, essas particularidades são cruciais para entender o surgimento de subculturas como a pixação. Diferentemente de outros estilos de grafite, a pixação apresenta técnicas, estéticas e abordagens político-sociais singulares, além de motivações distintas por parte de seus praticantes. Aqui o pixo refere-se especificamente à intervenção gráfica urbana característica dos paulistanos, diferenciando-se do termo pichação (com ch), empregado de forma genérica para designar quaisquer tipos de inscrições que alteram a paisagem urbana.

Nos primeiros anos da década de 1980, iniciou-se um processo de neutralização da subcultura do grafite no Brasil, particularmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, com campanhas públicas por uma cidade limpa. Foi nesse momento que a pichação passou a ser associada à sujeira e ao crime. Como aponta Knauss (2001, p. 343) “A sujeira da cidade causada pelo grafite foi agrupada com a questão da agressão contra propriedades públicas e privadas, associando os grafiteiros ao vandalismo”. A valorização do grafite começou então a ser contestada pelo ponto de vista das perdas monetárias necessárias para a reparação dos danos causados pelos pichadores e grafiteiros, desconsiderando sua abordagem crítica social em defesa da preservação do patrimônio material.

Ao lado do processo de mercantilização e neutralização do grafite brasileiro, observa-se também a criminalização e a estigmatização da pichação. Jeff Ferrell (1996) defende que a compreensão de comportamentos rotulados como desviantes ou criminosos deve partir de uma análise detalhada de sua prática concreta. Ele enfatiza que, além de qualquer fascínio voyeurístico, aspectos como a marca do spray utilizado ou o processo de criação de uma intervenção ilegal são significativos, pois compõem o cenário experimental da transgressão e da criminalidade, a dinâmica imediata e interacional que permite aos envolvidos construir suas ações.

Um dos acontecimentos mais notáveis à época envolvendo a pichação em São Paulo deu-se em 1982, quando Pietro Maria Bardi, o então curador do MASP, ao deparar-se com muretas do museu danificadas por grafismos de campanha eleitoral, contestou ao próprio punho, traçando a palavra merda usando vibrantes letras vermelhas em plena Avenida Paulista (ver Figura 1). O utensílio empregado no manifesto foi convertido depois em peça de arte pelo artista Wesley Duke Lee, evidenciando uma contradição significativa, conforme Sheila Leiner (2017, §10):

> Os conhecidos *graffiti* e *street art* nos bairros de minorias raciais e gentrificação nas grandes metrópoles, por sua vez, são provavelmente a maior massa de arte intencional e espontânea e, ao mesmo tempo, a maior exposição coletiva de arte *folk* que já teve lugar no Planeta.

Essa ação de Bardi contribui para esclarecer a incerteza que perpassa o histórico das sinalizações na metrópole: por vezes encaradas como crime, por vezes utilizadas como meio válido de censura. Antes de serem classificados como vandalismo e depredação (incluindo os executados por personalidades chave do sistema institucional) demonstram



Figura 1 - Pichação no MASP. Fonte: https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/files/2017/01/PortestoBardi.jpg.

a força política da palavra grafada no ambiente urbano. É exatamente neste contexto duplo, entre coerção e manifestação, que o pixo de protesto se situa.

Diante de tal cenário, adotaremos a escrita com X no lugar do termo com CH que consta formalmente nos dicionários por tratar-se de um movimento que acontece estritamente no Brasil, mais precisamente em São Paulo. Este artigo tem como objetivo discutir o pixo não apenas como um ato de transgressão, mas como uma prática que ativa e reativa os lugares urbanos, subvertendo sua lógica dominante e ressignificando sua função e simbolismo. Além disso, o texto explora como práticas de pixação são articuladas como uma forma de contestação política que reflete as condições de desigualdade socioespacial impostas pelo neoliberalismo e o planejamento urbano excludente. Ao analisar episódios emblemáticos, como o pixo na Ponte Estaiada durante o programa Cidade Linda, promovido pela gestão municipal de São Paulo em 2017, argumenta-se que essas ações não apenas desfiguram símbolos da ordem urbana, mas criam narrativas contra hegemônicas que reivindicam visibilidade e participação para grupos marginalizados.

Por fim, a pesquisa busca situar o pixo como um fenômeno inserido em um debate global sobre a produção do espaço, resistência urbana e direito à cidade, explanando-o como uma manifestação crítica que resiste à domesticação dos corpos e territórios. Longe de ser um gesto aleatório ou puramente destrutivo, o pixo emerge como uma prática de criação de novos horizontes urbanos, resgatando o potencial transformador do espaço público e suas múltiplas possibilidades de uso, apropriação e significado.

A pichação como ação política: Maio de 1968 como marco temporal

Maio de 1968 foi um marco de revolução social e política não apenas na França. Edgar Morin (2018) discorre que quando a juventude francesa, através da comuna estudantil, tomou as ruas de Paris em protesto contra as estruturas de poder dominantes, era um espírito de fraternidade entre os revoltosos que sustentava a revolução. Aulas nas universidades foram suspensas, fábricas foram ocupadas, e muros da cidade foram cobertos por manifestos e grafites que desafiavam a ordem estabelecida. Mais do que um protesto localizado, Maio de 1968 tornou-se um símbolo global de resistência e luta por novas formas de organização social, marcando profundamente o imaginário das revoluções subsequentes até os dias atuais. A mensagem a ser repassada utilizava como suporte os muros da cidade, e frases como *Sous les pavés, la plage* (ver Figura 2) e *Il est interdit d'interdire*, tornaram-se emblema visual de insurreição, transformando o espaço urbano em palco de transgressão e contestação. A cidade e o espaço urbano, neste contexto, não eram apenas cenários de protestos, mas também um novo espírito do tempo no mundo ocidental.

Tal como nos muros de Paris em 1968, o pixo emerge na metrópole paulista como uma forma de desassujeitamento, de escrita anônima que desafia as estruturas de poder e questiona a segregação espacial imposta pela lógica da cidade. O ato de inscrever mensagens, nomes e símbolos em edifícios, em monumentos ou em propriedades privadas, considerados sagrados, rompe com as convenções da apropriação legítima do espaço urbano, resistindo à tentativa de docilização e controle. Os gestos anárquicos do pixo atual carregam, assim como os *slogans* de Maio de 1968, uma crítica visual ao *status* quo, convertendo a cidade em um campo de disputa simbólica e material, onde a ruína do monumento ou da propriedade privada significa a subversão das lógicas de dominação.

Morin (2018) é enfático ao tratar que o Maio de 1968 expressou as profundas inquietações de uma juventude, especialmente a estudantil, que ansiava por uma ruptura com as convenções da vida burguesa, tida como opressiva e desprovida de significado. Esses jovens, movidos por um desejo de transformação, recusavam os caminhos tradicionais que lhes eram impostos, rejeitando o conformismo associado às carreiras técnicas que os aguardavam. Em vez de almejar uma inserção confortável no sistema, questionavam de maneira radical os valores e a estrutura da sociedade, "a contestação global de uma sociedade adulterada" (Morin, 2018, p. 33). Segundo o autor, é nessa fase da vida que a recusa e a contestação ao sistema imposto podem ser mais radicais, pois se trata do momento em que a personalidade humana ainda não está completamente formada e, ao mesmo tempo, o indivíduo ainda não foi capturado "não somente pelas ilusões do sistema, mas também por seus sutis mecanismos de constrangimento psíquico-econômico" (*Idem*, p. 164).

Segundo estudo elaborado por Pereira (2018), a pixação se trata de uma prática cultural juvenil que tem como perspectiva fundamental a sua relação com a cidade. O autor destaca que dentre os pixadores pesquisados por ele na cidade de São Paulo, o maior motivo para pararem de pixar era o avanço da idade, pois com a chegada da vida adulta tinham que assumir responsabilidades que os privavam do tempo livre para praticar a pixação. A "(...) pixação passa a ser não apenas uma prática que marca uma etapa da vida, mas também uma forma de se prolongar ou de, mesmo já imerso nas obrigações da vida adulta, se experimentar novamente alguns momentos da juventude (...)" (Pereira, 2018, p. 141). Pospondo o fato do ato de pixar ser considerado crime e que muitos membros do movimento param ou diminuem a frequência que pixam, e considerando o fato de que a maior parte dos pixadores é jovem pobre habitante da periferia, a liberdade para pixar é um atributo dos jovens que ainda não tem a obrigação de trabalhar para ajudar no sustento da família e ainda dispõem de tempo ocioso.



> A pixação garantiria uma experiência social e simbólica de juventude prolongada, mais ou menos intermitente, para indivíduos pobres, cuja possibilidade de desfrutar de sua moratória social e levar uma vida juvenil é bastante diminuída (*Ibidem*).

Assim como os jovens em Maio de 1968, o objetivo dos jovens paulistanos não é tomar o poder, mas tomar a palavra. Baudrillard (2005) deixa claro que antes de 1968, os muros eram suportes até então conquistados apenas pela mídia propagandista ou política. Daí em diante os grafiteiros encontraram nos muros da cidade uma forma de divulgação antimídia, através de suas inscrições que atacam o próprio suporte. Atualmente, o pixo transgride fronteiras e limites; profana e desfigura os prédios da cidade sagrada.

Para Stavrides (2021), no entanto, desfigurar não é apenas distorcer ou ocultar a realidade, pois a ideia da desfiguração pode ser reveladora. Com a dessacralização, a obra de arte não tem mais o caráter único e ritualístico; ela passa a ser utilizada em novos contextos, como o político ou ideológico, refletindo as mudanças nas sociedades modernas. "Desfigurar a aparência do espaço público significaria assim visar as características perceptíveis deste espaço que criam a sua imagem identificável" (Stavrides, 2021, p. 274). O pixo inscrito em uma edificação com status de monumento ou arte, pode ser visto como o arruinamento de sua integridade.

> Que é vandalismo, isso é óbvio. Mas o ponto, é que, muitas vezes para quem é letrado, as (*sic*) vezes poliglota, doutor, e que discute uma série de conhecimentos no campo da arte, da ciência, viaja o mundo, é bem informado etc. acaba que não percebe a contestação

Figura 2 - Frase dizendo Sob o calçamento, a praia. Fonte: Foto Philippe Gras, Paris, 1968.

> cultural, filosófica e política na gênese e na essência da pichação (Albuquerque, 2022, p. 55).

Pereira (2018) expõe que muitos dos indivíduos afirmavam que a sua prática era uma forma de protestar, porém quando indagados contra o quê protestavam, poucos sabiam explicar. “Contudo, essa noção de contestação parece representar a ideia de que eles agiriam de forma negativa, posicionando-se contra as regras sociais, justamente para mostrar como as coisas estavam erradas e como eles não tinham oportunidades” (*Idem*, p. 140).

Há uma afinidade fundamental entre a pixação, conforme descrita por Albuquerque (2022), e o espírito do manifesto Dada, no que tange à recusa consciente das estruturas tradicionais de sentido e à rejeição das convenções culturais estabelecidas. Ambos os fenômenos – a pixação e o Dadaísmo – operam como formas de contestação radical da ordem social hegemônica, questionando as normas burguesas e desafiando as expectativas intelectuais e artísticas de suas épocas. Enquanto a pixação é frequentemente desconsiderada por aqueles inseridos no campo erudito, sua essência carrega uma crítica cultural e política, assim como o Dadaísmo, que ironicamente subverteu o significado tradicional da arte e da linguagem.

A afirmação de Albuquerque (2022) nos remete ao Manifesto Dadá 1918, onde Tzara revela:

> DADA – eis uma palavra que leva as ideias à caça; cada burguês é um dramaturgozinho, inventa tiradas diferentes em vez de colocar as personagens convenientes ao nível da sua inteligência, crisálidas nas cadeiras, procura as causas ou os fins (...). Se se acha fútil e se não se perde tempo com uma palavra que não significa nada... O primeiro pensamento que gira dentro destas cabeças é de ordem bacteriológica: encontrar-lhe a origem etimológica, histórica ou psicológica, pelo menos (Tzara, 1987, p. 12).

Tzara (1987), dentre as críticas às academias cubistas e futuristas, também realça o caráter de protesto do artista, que não mais pinta, mas sim cria diretamente em qualquer material a arte que não se ocupa de ordenar o caos humano. Ser dada é ser liberto, é abraçar as contradições e assumir o caos que somos. “Todo e qualquer produto da repugnância susceptível de ser tornar negação da família é dada” (*Idem*, p. 19). Tal como dada, o pixo se trata de uma estética da convulsão, do caos, que incomoda a moral burguesa. Ernst (*apud* Danto, 2015) expõe que para os artistas dadaístas, o movimento se tratava acima de tudo uma reação moral. Àquele tempo a guerra descobriu o lado mais feio da humanidade e esvaiu aquilo que antes era apresentado como justo, verdadeiro e belo. O artista enfoca que o objetivo das suas artes encontrava-se não em atrair a beleza, mas sim fazer com que o público gritasse.

Tal como o manifesto Dada, que ridicularizava a busca de sentido e de origem etimológica como reflexo de uma mentalidade burguesa, a pixação se posiciona como um gesto anárquico e deliberadamente ilegível (e frequentemente visto por pessoas de camadas superiores da sociedade como sujeira por não conseguir chegar a uma interpretação), desconstruindo as noções de propriedade, identidade e hierarquia cultural. Ambos os movimentos, em sua essência, denunciam a superficialidade e o conformismo das convenções sociais, adotando uma postura de negação criativa que transcende as categorias tradicionais de arte e cultura.

Em O que vemos, o que nos olha, Georges Didi-Huberman (2010) desloca a compreensão tradicional da imagem como mero objeto de contemplação e propõe uma relação dialética entre o ver e o ser visto. Para o autor, “devemos fechar os olhos para ver quando o ato de ver nos remete, nos abre um vazio que nos olha, nos concerne e, em certo sentido, nos constitui” (*Id.*, p. 31); e é precisamente nesse intervalo, entre o visível e o invisível, que se instala a potência crítica da imagem. Assim, rompe-se com a noção de que o olhar é um ato unilateral de domínio e afirma que ver é ser olhado, isto é, a imagem não se limita a ser vista, mas nos devolve o olhar, desestabilizando a relação entre sujeito e objeto. Eis que surge então o questionamento: como vemos o pixo?

Didi-Huberman (2010) afirma que mostrar algo não significa simplesmente oferecer uma evidência ao olhar e tornar algo visível. “O ato de dar a ver não é o ato de dar evidências visíveis a pares de olhos que se apoderam unilateralmente do “dom visual” para se satisfazer unilateralmente com ele. Dar a ver é sempre inquietar o ver, em seu ato, em seu sujeito” (*Id.*, p. 77). Portanto, não se trata de oferecer uma imagem à simples contemplação, mas sim colocar o próprio ato de ver em questionamento. Dar a ver é, antes, provocar o olhar, desestabilizá-lo, colocar em crise o próprio sujeito que vê, pois todo ato de visão implica também ser afetado por aquilo que se vê.

> Só podemos dizer tautologicamente Vejo o que vejo se recusarmos à imagem o poder de impor sua visualidade como uma abertura, uma perda – ainda que momentânea – praticada no espaço de nossa certeza visível a seu respeito. E é exatamente aí que a imagem se torna capaz de nos olhar (Idem, p.105).

O pixo desfigura, macula, profana a superfície da cidade e, ao fazê-lo, revela as tensões que essa superfície tenta ocultar. A cidade disciplinada, ao buscar apagar o pixo, reafirma a tentativa de eliminar tudo aquilo que a desestabiliza; contudo, o gesto persistente dos pixadores devolve o olhar, impõe a presença do que é socialmente invisibilizado. Podemos pensar que o pixo nos olha de volta por meio dos pixadores. O que os pixadores nos querem dar a ver? O que não conseguimos ver?

Profanação do intangível

O pixo assume um papel de relevância política ao transformar o pixador em um agente ativo no espaço urbano, resgatando, em certo sentido, a ideia de participação na polis. Através do ato de inscrever sua presença na cidade, o pixador se apropria do ambiente público, rompendo com a alienação imposta pelas lógicas hegemônicas de controle e domesticação dos corpos. Esse gesto, muitas vezes visto como um simples ato de vandalismo, revela-se como um processo de (in)consciente desalienação do sujeito, que se reapropria de sua voz e visibilidade. Ao se reposicionar na esfera pública, o pixador rompe com a passividade imposta pelo sistema e se repolitiza, reivindicando sua cidadania de forma transgressora. Esse retorno ao espaço público, porém, não segue os padrões da política institucionalizada, mas se manifesta através de uma ação direta que desafia as fronteiras simbólicas e materiais da cidade, subvertendo as noções tradicionais de pertencimento e legitimidade política.

Pixadores são cidadãos que encontram através do ato transgressor da pixação uma forma de demonstrar sua desilusão com o sistema. Hannah Arendt (1987, p. 152) define que “o que torna o homem um ser político é sua faculdade de agir” e trata deste agir como uma resposta humana intrínseca para a condição da natalidade, uma vez que a ação está diretamente ligada ao fator novidade e sem o nascimento estaríamos fadados à preservação do comum. Utilizando os muros da cidade como suporte, os



Figura 3 - Pichação no MASP após protestos na Avenida Paulista em 2014. Fonte: https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1441470-masp-volta-a-ser-alvo-de-pichadores-em-sao-paulo.shtml.

pixadores concretizam o seu agir político e através das inscrições de frases e tags fazem renascer uma sensação de esperança de reconquistar os seus direitos. Na figura 3, temos mais uma vez o suporte do MASP, porém, desta vez, em uma manifestação feita por um cidadão que protesta pelo direito de não votar (Fig. 3).

São Paulo, a maior cidade da América e centro econômico financeiro do Brasil, abriga uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes distribuídos em uma ocupação de território que reflete as disparidades econômicas da realidade brasileira. Harvey (2013) entende que na contemporaneidade a maioria das pessoas vive em cidades marcadas pela fragmentação e propensão ao conflito; a percepção de mundo dos sujeitos e a definição de suas possibilidades estão quase sempre relacionadas à posição social que ocupam.

A globalização trouxe a ilusão de que as desigualdades sociais poderiam ser amenizadas, mas a ascensão do neoliberalismo reforça essas disparidades, restaurando o poder de classe às elites urbanas, que ocupam os territórios centrais, enquanto as classes subalternas permanecem sempre às margens. Sobre a realidade da ocupação do território urbano brasileiro, Raquel Rolnik (1995) aponta que a reprodução incessante do projeto-padrão fortalece a norma, o que torna a ideia das habitações informais, como as favelas e áreas de ocupação como subnormais na questão do planejamento urbano e "o que o planejamento urbano chama de subnormal, a polícia chama de marginal e o povo em geral de má vizinhança, que desvaloriza o bairro" (Idem, p. 67-68). Como uma consequência da interpretação da cidade neoliberal a essa subnormalidade, a classe burguesa retira-se das regiões ocupadas por famílias menos abastadas e se volta a ocupar áreas junto a famílias iguais a ela; retira-se inclusive da rua, que costumava ser o lugar de socialização, porém que abriga a maior variedade de condições sociais. Como resultado, as cidades têm se tornado cada vez mais compostas pelo que

Harvey (2013) chama de fragmentos fortificados, refletindo a concentração de poder da burguesia.

> O que pra uns é vandalismo, pra nós é (re)apropriação, o pixador é o artista urbano que vê a cidade como suporte. Estamos nos (re) apropriando de uma cidade que foi negada a nós. O pixo é a retomada da cidade por parte dos excluídos. Cada parede pixada é sinônimo de insatisfação social, se agrada ou desagrada já é outra questão, o importante mesmo é que incomode (Fundação Bienal, 2018, p. 373).

Suely Rolnik (2018) utiliza o adjetivo cafetinada para definir a vida submetida ao processo de subjetivação e exploração do sujeito pelo modo de domínio e também trata de elencar formas de insurreição para libertar o sujeito da cafetinagem. Para a autora, é necessário que busquemos acessar a potência da criação em nós mesmos, nos remetendo ao que Arendt nos traz como a novidade do agir. Se por um lado Rolnik destaca que reconhecer a cafetinagem já é um passo importante para o desassujeitamento, também enfatiza que não é suficiente resistir macropoliticamente ao atual regime, também é preciso atuar micropoliticamente, pois somente através da reapropriação da força de criação e cooperação é capaz de se voltar contra o modo de subjetivação hegemônico.

O fato é que a pixação, como ferramenta de uma descafetinagem e desassujeitamento, aparece em lugares onde ele supostamente não deveria estar, seja em prédios públicos do centro da cidade, prédios particulares nos bairros abastados, nas monumentais pontes que conectam os usuários de carros luxuosos ao seu Shopping Center preferido. O pixador vê os muros da cidade como uma monumental tela em branco, faz de tudo aquilo que se ergue do chão um suporte, paredes, janelas, portões, bancos, postes... tudo vira um meio de expor o seu nome e o seu pensamento com tinta. Não apenas para a polícia, mas para todos aqueles sujeitos que observam a cidade e não são capazes de compreender politização ou mesmo o dadaísmo do pixo, ele se torna um incômodo.

As pixações são ubíquas nos muros-telas das cidades contemporâneas, seja nos arranha-céus da metrópole paulistana ou nos muros das torres medievais italianas, onde o grafite contemporâneo convive com arquiteturas renascentistas no palimpsesto inscrito na urbe romana (ver Figura 4). Pichar (aqui com a grafia em CH, pois tratamos do termo geral que abrange quaisquer formas de pichação, e não apenas o movimento específico paulista) não é apenas escrever com tinta pelos muros da cidade, as pichações são estudadas como uma manifestação cultural juvenil e como arte pública não apenas em São Paulo, mas no mundo. Todavia, a pixação é considerada como subnormal e interpretada como vandalismo por muitos usuários da cidade e também pela legislação, uma vez que é considerada crime no ordenamento jurídico brasileiro, conforme a lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), artigo 65 e incisos. A legislação trata como ilícito o ato de pichar, mas ao interpretar por outro ângulo, pode-se compreender o ato político de pichar/pixar como uma exposição da necessidade do oprimido, uma esperança de justiça social. Não trataremos aqui de questões legais, mas sim dos efeitos das pixações no ambiente urbano e nos seus sujeitos, o sujeito pixador e o observador.

Em janeiro de 2017, o prefeito João Dória lançou o projeto Cidade Linda, uma iniciativa de embelezamento urbano para remover o que ele considerava excesso de lixo visual em São Paulo. Mas conforme aponta Pereira (2018), Dória não foi o primeiro gestor da cidade a apontar a pichação como um problema, vez que na administração de Jânio Quadros (final dos anos 1980) foram realizadas diversas ações contra as pichações e até mesmo perseguições aos pichadores. Já nos anos 2000, Marta Suplicy instaurou



Figura 4 - Graffiti no muro da Torrione di Porta Castello e Vicenza, Itália. Fonte: da autora, 2023.

o Plano Belezura, que através de oficinas, tentou aproximar os pixadores do grafite e determinou a pintura constante dos projetos para que não voltassem a receber pixações. Já José Serra, criou o Plano antipichação, que além da pintura constante dos muros pixados, adotou um maior rigor no tratamento dos pixadores, principalmente com prisões em flagrante.

Para Agamben (2014), os dispositivos são os mecanismos que capturam, orientam e produzem formas de subjetivação, organizando os modos pelos quais os indivíduos se relacionam com o mundo. Instituições, leis, normas urbanas e monumentos podem ser compreendidos como dispositivos na medida em que regulam comportamentos e definem usos legítimos do espaço: “antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina do governo” (*Idem*, p. 47). Em oposição aos dispositivos, o filósofo apresenta a profanação como um gesto capaz de restituir ao uso comum aquilo que foi separado e sacralizado. O termo consagrar, advindo da forma sacrare, se refere a tornar algo sagrado, retirá-lo da esfera do direito humano e atribuí-lo à esfera dos deuses. O contrário de consagrar seria então profanar, retornar e restituir o que era sagrado aos homens. “A profanação é o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido” (*Idem*, p.45). É nesse sentido que o autor define a profanação como um contradispositivo: uma prática que desativa os mecanismos de captura e devolve à esfera coletiva aquilo que havia sido retirado dela.

Essa formulação aproxima-se da noção de máquina de guerra desenvolvida por Deleuze e Guattari (1997). Embora não sejam conceitos equivalentes, ambos remetem a forças que escapam às formas estabelecidas de controle e produzem rupturas nas estruturas dominantes. Nessa perspectiva, o pixo pode ser compreendido como uma prática contradispositiva e, simultaneamente, como uma máquina de guerra, pois ao profanar monumentos, fachadas e infraestruturas urbanas considerados intocáveis, desestabiliza as formas de ordenação do espaço e produz novas possibilidades de visibilidade e apropriação da cidade.
Destacamos aqui o pixo de protesto, aquele usado como meio de subversão e questionamento de valores, e que por isso tem como escolha de suporte pelos pixadores, os lugares mais emblemáticos possíveis. Diferentemente dos grafites, que são até interpretados como detentores de certa beleza e que chegam a ter lugares reservados da cidade para sua prática, o pixo de protesto é obrigatoriamente aquele que é feito através da transgressão da lei, do espaço privado e da expectativa dos observadores. O pixo a que nos referimos compreende as contradições a vai além das binaridades legal x ilegal, público x privado, sagrado x profano.

O pixo vai ainda além do traço transgressor que desfigura e profana o caráter intocável das edificações, pois tem o poder de tornar visível àquilo que não era visível. As frases escritas apressadamente em lugares praticamente inalcançáveis abalam a tediosa paisagem urbana da cidade dos prédios sem fim ao escancarar a realidade para toda a sociedade: o pixador existe e ele está ali. O incômodo é uma reação de não aceitação àquilo que vem do deslocamento do lugar considerado natural, aquilo que está onde supostamente, segundo uma ordem de normalidade, não deveria estar. O pixo nunca é convidado, trata-se sempre de uma infiltração e, por isso, incomoda.

Baudrillard (2005) discorre sobre a origem dos grafites e a sua clara significação política nos Estados Unidos, onde surgiram da repressão das revoltas urbanas dos guetos (em sua maioria formada por imigrantes latinos). Nas cidades norte americanas a pichação aparece majoritariamente como o que aqui denominamos de grafites e também como *tags*, as inscrições que são codinomes e pseudônimos e nomes de grupos. O autor desenvolve a ideia de que vivemos em uma sociedade onde os signos (imagens, símbolos, marcas, palavras) estão cada vez mais distantes de uma realidade material ou concreta, tornando-se independentes. Ele argumenta que, na era da pós-modernidade, a sociedade é governada por esses signos que não mais remetem ao real, mas sim a outros signos, criando um ciclo de simulação. Nesse contexto, Baudrillard usa o grafite como um exemplo dessa insurreição pelos signos, para ele o grafite é como uma forma de resistência à dominação dos signos institucionais, comerciais e publicitários da cidade. O grafite perturba a ordem e o controle estabelecidos pelos signos predominantes da propaganda convencionais e institucionais. Para Baudrillard (2005, p.12), os grafites são “(...) projetados na realidade como um grito, como interjeição, como antidiscurso, como recusa de toda elaboração sintática, poética, política como o menor elemento radical incapturável por qualquer discurso organizado”.

No entanto, na atualidade são poucos os grafites que ainda representam discursos políticos tendo em vista os movimentos de captura (mercantilização e neutralização) do mesmo. Na cidade de São Paulo, o pixo ainda ocupa essa posição; ao profanar edificações, sejam elas icônicas ou não, os pixadores são responsáveis pela ruptura entre os limites dos bairros periféricos que habitam e os espaços centrais da cidade, habitados e frequentados por uma classe predominantemente branca e mais favorecida economicamente. Através da mácula que inscrevem no corpo de uma certa cidade sacralizada pelo mercado, reivindicam o direito de ocupar a cidade e de estar onde não são bem vindos. Pereira (2018) afirma que não se pode tratar os pixadores apenas como nômades desterritorializados, uma vez que não é de praxe que os rolês aconteçam sem planejamento, apenas um andar pela cidade sem destino. Eles territorializam o espaço urbano decodificado – esta rua, aquele muro, tal quarteirão assume vida através deles, tornando-se território coletivo. E, conforme Baudrillard (2005, p. 38), “eles não circunscrevem ao gueto, eles exportam o gueto para todas as artérias da cidade, eles invadem a cidade branca e revelam que ela é o verdadeiro gueto do mundo ocidental”.

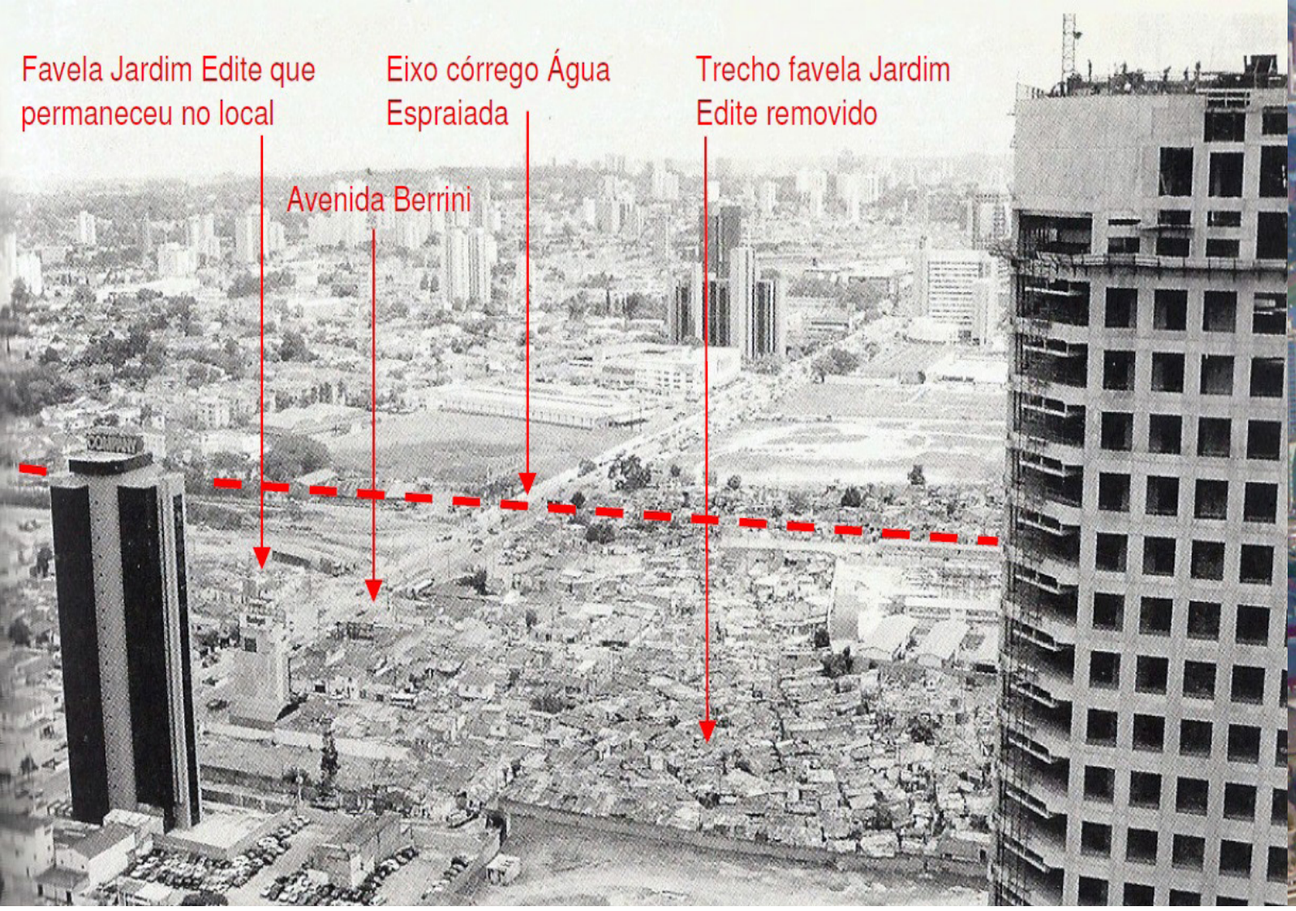


Figura 5 - Foto da região da Berrini antes da remoção de parte da favela Jardim Edite. Fonte: Coradin, 2014.

A cidade de outras topologias corporais: o caso do Jardim Edite versus a ponte estaiada Octávio Frias de Oliveira

O conjunto habitacional Jardim Edite, localizado na zona sul de São Paulo, foi destinado à população da antiga favela Jardim Edite, que ocupava o terreno desde os anos 1970. Situado em uma região nobre, no cruzamento das avenidas Jornalista Roberto Marinho e Engenheiro Luís Carlos Berrini, o projeto faz parte da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada e está inserido em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Nesse período, o adensamento das favelas seguiu um padrão comum: ocupação de terras periféricas e baratas, muitas vezes irregulares, sem infraestrutura adequada, onde os próprios trabalhadores construíam suas moradias (Fix, 2001).

A ocupação começou a ser ameaçada na década de 1990, quando a construção da Avenida Água Espraiada, entregue em 1995, levou à remoção de grande parte das famílias. Nessa ocasião, os moradores foram apresentados a três alternativas: reassentamento em conjuntos habitacionais, auxílio financeiro ou passagem para suas cidades de origem. Ainda desorganizados, muitos aceitaram os termos propostos, enquanto outros começaram a buscar assistência jurídica para lutar contra os reassentamentos (Fig. 5).

Em 2001, durante a gestão Marta Suplicy, a aprovação do Estatuto da Cidade e da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada trouxe novas perspectivas, estabelecendo a área como ZEIS e garantindo o direito dos moradores à urbanização. No entanto, mesmo após essa decisão, remoções continuaram a ocorrer, como em 2001, quando o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) tentou retirar moradores oferecendo compensações financeiras, resultando na saída de 39 famílias. Diante desse cenário, a comunidade criou a Associação dos Moradores do Jardim Edite em 2002, sob a liderança de Gerôncio Henrique Neto, para organizar a luta e negociar com a Prefeitura.

Com o crescimento da favela, que chegou a abrigar cerca de três mil famílias em uma área de 68.000 m², surgiram conflitos com incorporadores imobiliários. Parte da favela foi removida violentamente para a construção da Avenida Água Espraiada, e as remoções continuaram em gestões posteriores, como a de José Serra (2005-2006), para viabilizar a construção da Ponte Octávio Frias e ampliação do complexo viário (ver Figura 5).

Em 2007, na gestão de Gilberto Kassab, um incêndio na área levou à remoção de 842 famílias restantes. Apesar dessas remoções, um grupo de moradores conseguiu suspender o processo em 2008 por meio de uma liminar judicial, reivindicando a permanência no local. Após anos de luta, foi acordada a construção de unidades habitacionais na área. O projeto, finalizado em 2013, incluiu 252 moradias e três equipamentos públicos: uma creche, uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e um restaurante-escola, este último solicitado pelos moradores devido à demanda por empregos na região. As obras enfrentaram atrasos, e o último morador da favela só deixou o local em 2012.

Para inauguração do projeto Cidade Linda no ano de 2017, o símbolo escolhido foi a Ponte Octavio Frias de Oliveira, mais conhecida como Ponte Estaiada, revitalizada ao custo de R$900 mil com financiamento privado, incluindo um novo sistema de iluminação e a remoção das pixações, que necessitou da contratação de alpinistas para a realização da limpeza. Contudo, logo após a reinauguração, a ponte foi novamente pixada, em resposta direta ao programa de limpeza e aos ataques do prefeito contra os pixadores.

Figura 6 - Vista aérea da ponte Octávio Frias de Oliveira. Fonte: Acervo Jornal Zona Sul, 2022.



Figura 7 - Pixação de protesto durante a remoção da população do Jardim Edite. Fonte: web blog juventudefugitiva.wordpress.com

> Para se atentar a intensidade e o que o movimento representa, objetivamente é buscar compreender os riscos e os limites travados em suas ações territoriais, tanto quanto a repressão policial e o controle social existente na cidade e quanto ao próprio ato de escalar e invadir propriedades privadas para deixar suas marcas como forma de confronto (Albuquerque, 2022, p. 19 e 20).

A escolha da Ponte Estaiada (ver Figura 6) como símbolo central da campanha de limpeza de João Dória reflete uma visão de cidade que prioriza a aparência de riqueza e a prevalência do privado sobre o público, em detrimento da inclusão social. Inacessível a pedestres e transporte público, a ponte projeta a imagem de uma São Paulo global e competitiva, mas os pixos inscritos por moradores das periferias pobres desafiam essa narrativa, trazendo a presença indesejada dos excluídos aos espaços abastados.

Ressaltamos a participação do artista e pixador Mundano nos protestos durante as ações de desapropriação do Jardim Edite no ano de 2009, que dentre grafites e pixações expressou a revolta e tristeza da população que estava sendo expulsa de suas casas. Em uma das pixações, Mundano escreveu a palavra quintal nos escombros de um muro em demolição (ver Figura 7). Ainda durante a construção da ponte, o mesmo escalou as estruturas e deixou marcado o seu nome e a frase Menos concreto e mais árvores (ver Figura 8).

O conflito em torno da ponte ilustra a oposição entre uma agenda de planejamento urbano excludente e as ações insurgentes dos pixadores, que utilizam o espaço urbano como plataforma para questionar desigualdades socioespaciais e reivindicar visibilidade. Longe de seguirem práticas participativas tradicionais, os pixadores



Figura 8 - Pixação escrita Menos concreto e mais árvores na estrutura durante a construção da ponte. Fonte: web blog juventudefugitiva.wordpress.com

mobilizam suas experiências de exclusão para expor a fragilidade de categorias como pertencimento e direitos de cidadania, frequentemente negligentes às demandas dos marginalizados.

As recorrentes pixações que acontecem na Ponte Estaiada desde o período da sua construção desenham um cenário que vai muito além da audácia e coragem dos pixadores em escalar a estrutura de 138 metros de altura para deixar sua marca no topo de um dos cartões postais de São Paulo. “Pode-se mesmo afirmar que a marca de um pixador no alto de um prédio é, na verdade, a assinatura de uma performance de risco” (Pereira, 2018, p. 27). É fato que os pixadores submetem-se a situações extremamente arriscadas quando escalam prédios e estruturas altíssimos sem qualquer equipamento de segurança, apenas com a ajuda dos colegas do seu grupo. A conquista de grandes alturas é um dos critérios para exaltação e fama do pixador dentro do seu meio.

> O grafite e a arte de rua tomaram conta da favela no domingo de feriado, 19 de abril de 2009. Como maneira de protestar contra a covardia e a celebração da política higienista praticada por Kassab, Serra e outros da mesma laia e partido, cerca de 30 artistas se reuniram num movimento contra a expulsão das famílias (Abbud, 2009, § 9).

Ao gravarem seus nomes em estruturas consideradas sagradas pelo poder público e classe burguesa, os pixadores transformam a percepção do espaço urbano, promovendo um debate crítico sobre justiça e participação na cidade. Suas ações não apenas alteram o tecido urbano, mas também desconstroem normas de exclusão, criando novas possibilidades de interação e ressignificação do espaço, enquanto desafiam as estruturas de poder e reivindicam um papel ativo na construção da cidade.

Considerações finais

Partindo da análise da cidade de São Paulo, maior metrópole da América Latina, entende-se como o pixo transcende a estética e o vandalismo atribuídos a ele no imaginário popular, configurando-se como uma ferramenta de luta social que questiona as estruturas de poder e as desigualdades impostas pela lógica capitalista. Assim, os pixadores não apenas inscrevem suas marcas nos muros e monumentos da cidade, mas reconfiguram a produção e o uso do espaço urbano, reivindicando o direito à cidade.

> Pode-se dizer que a necessidade é a fonte primária e originária do direito, de modo que, em relação a ela, as outras fontes devem, de certa forma, ser consideradas derivadas [...] É na necessidade que se deve buscar a origem e a legitimação do instituto jurídico por excelência (...) pode-se falar, pois, de um direito da revolução (Agamben, 2004, p. 45).

A prática do pixo interpretada como um contradispositivo, conforme conceituado por Agamben (2014), desafia as categorias de legalidade e sacralidade impostas pelas instituições. A profanação de monumentos e espaços tidos como intocáveis emerge, nesse contexto, como uma ação política que rompe as fronteiras simbólicas e materiais da cidade, promovendo novas possibilidades de interação e ressignificação do espaço urbano, como enfatizam Albuquerque (2022) e Stavrides (2021).

Os episódios analisados, como o pixo na Ponte Estaiada e no Jardim Edite, revelam a intensidade do conflito urbano entre as políticas de planejamento excludente e as ações de resistência protagonizadas pelos pixadores. Essas práticas demonstram como o pixo se torna uma performance de risco e uma ferramenta de visibilidade para os marginalizados, desafiando as narrativas dominantes e propondo outras formas de ocupar e significar a cidade, conforme explorado por Pereira (2018) e Djan (Fundação Bienal, 2018).

Ao revisitar Maio de 1968, este ensaio compreende o pixo como herdeiro contemporâneo de uma tradição de insurgência que faz da cidade o suporte da ação política. Assim como os estudantes e trabalhadores franceses transformaram os muros de Paris em espaços de protestação coletiva, os pixadores paulistanos inscrevem seus discursos na paisagem urbana, reivindicando visibilidade diante da lógica e da ordem urbana que os marginaliza e apaga.

Apagamentos estes operados em muitas de suas significações, sejam eles precipitados por distribuições territoriais, por interdições , expulsões ou de forma literal, como observamos na imagem abaixo (Figura 9). Exterioridades aos códigos estéticos e sociais vigentes, presenças excedentes na positivada metrópole financeirizada, reificada e, por isso, substituíveis, apagáveis, essas intoleráveis inscrições gráficas, corporais alisam espaços e lugares estriados pela máquina capitalista.

Deleuze e Guattari (1997, p.179) descrevem o espaço liso como um campo sem canais, “ocupado por multiplicidades não métricas, acentradas, rizomáticas, que ocupam o espaço sem medi-lo”. O pixo encarna essa multiplicidade e se expande pelo território urbano como uma resistência permanente às tentativas de controle. Ele é, assim, um gesto de resistência micropolítica que escapa à lógica normativa da cidade estriada (organizada e segmentada por funções e por classes) e opera na dimensão do espaço liso discutido por Deleuze e Guattari, onde não há trajetos fixos, nem usos pré-definidos, mas uma contínua experimentação do território. O pixo alisa a cidade ao se infiltrar em suas frestas, mas também a estria ao destacar prédios esquecidos,



Figura 9 - Funcionário da Prefeitura de São Paulo apaga pixação feita em muro da Avenida 23 de Maio. Fonte: Felipe Rau, acervo Estadão.

fachadas apagadas e muros sem nome, atribuindo-lhes visibilidade e singularidade. Essa prática reconfigura a cidade pela margem, criando outra cartografia: não oficial, não autorizada, porém extremamente significativa.

Georges Didi-Huberman (2011) retoma a metáfora dos vagalumes criada por Pier Paolo Pasolini para refletir sobre modos de resistência em tempos de apagamento simbólico e político. Para Pasolini, os vagalumes eram sinais frágeis e intermitentes, mas intensamente significativos de vida e liberdade, desaparecendo diante do avanço de uma luz totalitária — luz que não ilumina, mas ofusca e controla. Didi-Huberman, porém, propõe que os vagalumes não desapareceram por completo; ainda que mais difíceis de ver, sobrevivem nos interstícios do mundo. São pequenas luzes que continuam a piscar, sinalizando a possibilidade de outras formas de existência, outros modos de ver e habitar o mundo. A deriva situacionista, ao propor um modo de experienciar a cidade que escapa às trajetórias previsíveis e utilitárias, já anunciava a potência dos pequenos gestos de insubordinação que escapam à lógica dominante. Nessa perspectiva, é possível pensar os pixadores como herdeiros dessa sensibilidade errante, corpos que deslizam pelas fissuras do espaço urbano, experimentando e reinventando seus usos (Fig. 9).

À luz da metáfora proposta por Didi-Huberman, as ações dos pixadores se assemelham ao movimento dos vagalumes: lampejos breves, mas intensos e persistentes apesar da luz ofuscante de controle e de normatização. Assim como a deriva revela falhas no tecido homogêneo da cidade, o pixo afirma sua presença e resistência nos interstícios urbanos.

Por fim, este estudo reafirma a importância do pixo como um fenômeno cultural e político capaz de desconstruir hierarquias e contestar as lógicas de subjugação que

definem o espaço urbano contemporâneo. Longe de ser um ato puramente destrutivo, o pixo emerge como uma prática que resgata o potencial transformador do espaço público, contribuindo para o debate sobre justiça territorial e direito à cidade, ressaltando a relevância de ações insurgentes na construção de uma sociedade mais equitativa e democrática e sugerindo a possibilidade de futuros urbanos plurais, capazes de conviver com suas inevitáveis dissonâncias.

Referências

ABBUD, Bruno. Jardim Edite, favela colorida. *Juventude Fugitiva*, São Paulo, 29 abr. 2009. Disponível em: https://juventudefugitiva.wordpress.com/2009/04/29/desocupacao-da-favela-movimento-artistico-expoe-a-realidade-dos-moradores-expulsos-da-jardim-edith/. Acesso em: 03 dez. 2024.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção:* homo sacer, II, I. Tradução: Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo e O amigo*. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2014.

ALBUQUERQUE, Igor. *Pixação em São Paulo:* Território e relações de poder na metrópole. Editora Monstro dos Mares, 2022.

ANDRADE, Giesse e GUATELLI, Igor. O pixo como ação de ativação, reativação e transgressão de lugares. *Anais do XXI ENANPUR* (Sessão Temática). Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/122887. Acesso em: 22 jun. 2026.

ARENDT, Hannah. *A condição humana.* Tradução de Roberto Raposo. Terceira edição. Rio de Janeiro: Forense Forense-Universitária, 1987.

BAUDRILLARD, Jean. *Kool killer ou l'insurrection par les signes.* Les partisans du moindre effort, 2005. 44 p. Disponível em: https://lpdme.org/projects/jeanbaudrillard/koolkiller.pdf. Acesso em: 03 jun. 2026.

CASTORIADIS, Cornelius; LEFORT, Claude; MORIN, Edgar. *Maio de 68.* A brecha. Trad. de Martha G. C. Costa e Anderson L. da Silva. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

DANTO, A. C. *O abuso da beleza:* a estética e o conceito de arte. Trad. Pedro Sussekind. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *Mil platôs:* capitalismo e esquizofrenia, vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha.* 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010

DIDI-HUBERMAN,Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FERRELL, Jeff. *Urban Graffiti:* Crimes of Style. Urban Graffiti and the Politics of Criminality. Boston: Northeastern University Press, 1996.

FIX, M. *Parceiros da exclusão:* duas histórias de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2001.

FUNDAÇÃO BIENAL. *Catálogo da 16ª Mostra Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza.* Muros de ar: Pavilhão do Brasil 2018. Curadores: Gabriel Kozlowski, Laura González Fierro, Marcelo Maia Rosa e Sol Camacho. São Paulo: Bienal de São Paulo, 2018.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes:* Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

KNAUSS, P. Grafite Urbano Contemporâneo. In S. Torres (ed.), *Raízes e Rumos.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

LASSALA, Gustavo. *Pichação não é pixação:* Uma introdução à análise de expressões gráficas urbanas. São Paulo: Altamira, 2017.

LEIRNER, Sheila. *São Paulo e a 'merda' do professor Bardi.* Estadão, 26 jan. 2017. Disponível em: https://www.estadao.com.br/cultura/sheila-leirner/sao-paulo-e-a-merda-do-professor-bardi/?srsltid=AfmBOoqaH_6AO1xQglv6QuNQGihUBYfS9k5_eidr9VqUImNiB7uVK7Xf. Acesso em: 03 nov. 2025.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. *Um rolê pela cidade de riscos:* leituras da piXação em São Paulo. São Carlos: EDUFSCar, 2018.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição:* notas para uma vida não cafetinada. N-1 Edições, 2018.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade.* 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

STAVRIDES, Stavros. *Common Space:* The City as Commons. Tradução Jorge Colaço. 1.ª edição, 2021.

TZARA, Tristan. *Sete manifestos Dada.* Lisboa: Hiena Editora, 1987. Disponível em: https://monoskop.org/images/7/74/Tzara_Tristan_Sete_Manifestos_Dada.pdf. Acesso em: 07 jun. 2026.

O MURAL DE GRAFITE COMO DISPOSITIVO URBANO QUE REORGANIZA PERCEPÇÕES

THE GRAFFITI MURAL AS AN URBAN DEVICE THAT REORGANIZES PERCEPTIONS

***Gustavo Lassala*[1]**

Resumo
O estudo discute o mural de grafite como dispositivo capaz de reorganizar percepções e disputas simbólicas na paisagem urbana contemporânea. A partir de casos como o Mural da Luz, o mural “Salve o Tapajós” e intervenções de artistas como Mundano, Criola e Tec, analisa como obras de grande escala operam entre políticas públicas, comunicação institucional, ativismos e economias simbólicas. A articulação teórica com Jacques Rancière, Sharon Zukin e Néstor García Canclini permite compreender como essas produções modificam regimes de visibilidade, tensionam sensibilidades dominantes e revelam disputas estéticas, sociais e políticas que moldam o espaço público. Os murais são apresentados como operadores críticos que condensam conflitos e negociam sentidos na cidade contemporânea.
Palavras-chave: mural de grafite; paisagem urbana; comunicação visual; política urbana.

Abstract
The study discusses the graffiti mural as a device capable of reorganizing perceptions and symbolic disputes within the contemporary urban landscape. Drawing on cases such as the Mural da Luz, the “Salve o Tapajós” mural, and interventions by artists such as Mundano, Criola, and Tec, it analyzes how large-scale works operate across public policies, institutional communication, activism, and symbolic economies. The theoretical articulation with Jacques Rancière, Sharon Zukin, and Néstor García Canclini helps explain how these productions modify regimes of visibility, challenge dominant sensibilities, and reveal aesthetic, social, and political disputes that shape public space. The murals are presented as critical operators that condense conflicts and negotiate meaning in the contemporary city.
Keywords: graffiti mural; urban landscape; visual communication; urban politics.

1 Professor e pesquisador do Departamento de Design da UNESP. Desenvolve pesquisas em cultura visual, linguagem gráfica e design de experiências interativas, com atuação em expressões gráficas urbanas, tipografia, motion design, gamificação, artefatos digitais e sistemas de mediação visual aplicados a contextos sociais, educativos e inclusivos.

Primeiras Considerações sobre o Mural de Grafite

A discussão apresentada articula referências históricas e conceituais que situam o mural de grafite nas disputas urbanas contemporâneas. Em vez de compreender essas obras apenas como intervenções estéticas, considera-se como elas participam da configuração simbólica do espaço público e dos regimes que organizam o que pode ser visto e reconhecido na cidade. Ao aproximar experiências de pesquisa, políticas urbanas e práticas gráficas, torna-se possível entender como os murais reordenam modos de percepção e intervêm nas dinâmicas que estruturam a vida urbana.

Em 2016, escrevi para o portal Vitruvius um texto sobre o Mural da Luz, uma das obras de grafite mais representativas de São Paulo, pintada por Daniel Melim. No texto, analisei a obra e discuti os efeitos da flexibilização da Lei Cidade Limpa, que em 2011 passou a permitir intervenções artísticas nas laterais de edifícios, conhecidas como empenas. Registrei que o mural de Melim estava entre as primeiras intervenções autorizadas após essa mudança e que sua localização, na saída da Estação Luz, fazia com que a obra dialogasse diretamente com o fluxo intenso de pedestres que circulavam diariamente pela região. O mural também apresentava a abordagem visual característica de Melim. As imagens remetiam a anúncios publicitários anacrônicos e funcionavam como um questionamento aos hábitos de consumo. Na parte superior da composição, o nome do artista aparecia parcialmente cortado dentro de um balão de fala típico das histórias em quadrinhos, recurso que dialoga com o grafite transgressor e com o impulso de marcar presença no espaço urbano. A combinação desses elementos inaugurou uma nova etapa nas políticas públicas voltadas à paisagem paulistana e contribuiu para transformar o imaginário visual da cidade.

O mural foi apagado em 2023. Ao comentar o acontecimento em sua conta no Instagram[2], Daniel Melim destacou que não sentia tristeza, mas gratidão. Ele lembrou que a obra permaneceu por mais de dez anos em um ponto estratégico da cidade, contribuiu para a formulação de políticas públicas voltadas aos murais urbanos e marcou uma inflexão importante em sua pesquisa com stencil em grande escala. Melim também agradeceu o apoio recebido ao longo dos anos e observou que a impermanência faz parte da dinâmica das cidades. Sua declaração reforça que o Mural da Luz cumpriu um papel histórico e simbólico relevante e que o encerramento desse ciclo abriu espaço para novas intervenções capazes de continuar transformando a paisagem paulistana.

Em 2017, na versão revisada do meu livro, incluí no capítulo dedicado às expressões gráficas urbanas um subcapítulo específico sobre o Mural. Fiz isso por reconhecer que essa modalidade de grafite autorizado em grandes dimensões, normalmente realizada em parceria com instituições públicas e privadas, apontava para uma tendência de linguagem e de suporte. Além disso, essas obras costumam permanecer por mais tempo na paisagem urbana, diferentemente do grafite subversivo, mesmo quando ambos recorrem a técnicas semelhantes nas ruas da cidade.

Considero que essa escolha foi acertada, já que quase uma década depois, em 2025, retomo o tema do Mural de grafite como parte de um debate mais amplo sobre cidade, políticas urbanas e aquilo que Jacques Rancière (2005) denomina de sensível, entendido não como percepção individual, mas como os regimes que organizam o que pode ser visto, dito, sentido e reconhecido coletivamente no espaço público. A discussão se insere no horizonte proposto por este dossiê, que busca evidenciar práticas urbanas insurgentes, expressões visuais que tensionam a paisagem e formas de produção do urbano no Capitaloceno. Revisitar o mural neste contexto significa

2 https://www.instagram.com/p/CwxkcZ3Ay90/ Acesso em: 24 nov. 2025.

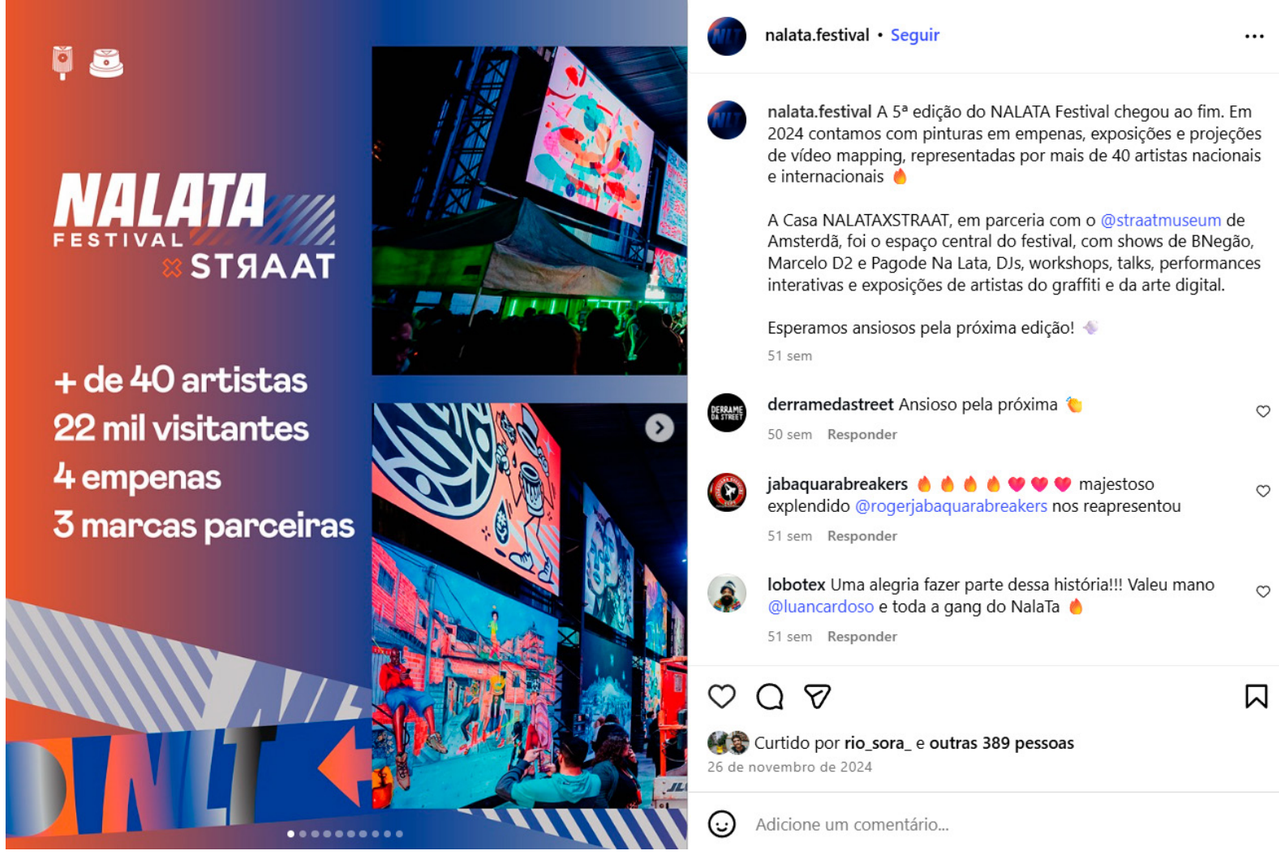
observar como uma intervenção artística autorizada, situada em pontos nevrálgicos da cidade, materializa disputas, políticas e sensibilidades que continuam a repercutir na construção histórica da paisagem urbana.

Neste estudo, o termo mural de grafite é empregado para designar intervenções de grande escala realizadas em empenas de edifícios ou em outras superfícies amplas da cidade, geralmente com algum grau de autorização institucional. Ainda assim, reconhece-se que o que se convencionou chamar de mural de grafite abrange fenômenos heterogêneos, que variam em agentes, finalidades, regimes de permanência e modos de circulação. Trata-se de um uso distinto do muralismo artístico tradicional e de outras modalidades de pintura mural pertencentes ao campo das artes visuais, que seguem lógicas próprias de produção e permanência. Também existem composições murais feitas coletivamente em paredes contínuas ou áreas extensas, nas quais diferentes artistas articulam seus grafites em diálogo visual. Esse tipo de intervenção difere do grafite subversivo, de execução rápida e efêmera, e também dos murais coletivos de grafite realizados com autorização e sustentados por processos colaborativos que utilizam os muros como suporte.

Além dessas reflexões, em 2018 orientei um trabalho de iniciação científica[3] que aprofundou outra faceta desse tipo de mural de grandes dimensões. O estudo analisou o mural “Salve Tapajós”, de Simone Siss, produzido para a campanha “Salve o Coração da Amazônia”, da ONG ambiental Greenpeace, e mostrou como a temática ambiental se articula com estratégias de comunicação publicitária. O acompanhamento do processo criativo da artista revelou que a ação incluía um intercâmbio cultural com o povo Munduruku, etapa utilizada pela ONG para aproximar os artistas da realidade que seria representada no painel. A pesquisa evidenciou que, embora preservasse afinidades estéticas com o grafite tradicional, esses murais operam dentro de lógicas de comunicação institucional e de construção de *brand awareness*, articulando engajamento social, narrativa ambiental e objetivos estratégicos da patrocinadora. O caso revelou como intervenções desse tipo também materializam disputas simbólicas no espaço urbano, reafirmando que a paisagem gráfica da cidade é atravessada por interesses, negociações e discursos que ultrapassam a dimensão artística.

Além desse contexto mais restrito ao mural de grafite, identifiquei mais recentemente, em outro fenômeno de expressão gráfica urbana, a pixação, movimentos semelhantes de deslocamento territorial e reconfiguração simbólica. Em pesquisa que desenvolvi entre 2012 e 2025 sobre a trajetória do pixador e artista Cripta Djan, observou-se que a linguagem do pixo, ao transitar da rua para plataformas institucionais e digitais, produz aquilo que Jacques Rancière descreve como uma alteração nos regimes de visibilidade e reconhecimento, tornando visível o que antes era recusado como linguagem legítima e deslocando os regimes tradicionais de percepção. Nesse processo, a pixação opera como prática dissensual que desafia fronteiras estéticas e institucionais, revelando dinâmicas de deslocalização visual, circulação expandida e construção de autoria periférica, conforme analisei em artigo recente. A partir dessa leitura transversal entre mural de grafite e pixação, compreendo que o mural também participa de um sistema mais amplo de disputas por visibilidade e sentido no espaço urbano, tornando-se um operador crítico capaz de reorganizar modos coletivos de percepção e reconhecimento, narrativas e hierarquias no imaginário da cidade contemporânea.

3 COSTA, Sthefano Bortolatto Garcia; LASSALA SILVA, Gustavo. O mural de grafite como estratégia publicitária: uma análise da obra “Salve Tapajós” da artista Simone Siss para a ONG Greenpeace. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA; MOSTRA DE INICIAÇÃO TECNOLÓGICA, 14.; 7., 2018, São Paulo. Anais [online]. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2018. Disponível em: http://eventoscopq.mackenzie.br/index.php/jornada/xivjornada/paper/view/1189. Acesso em: 24 nov. 2025.



Nesse sentido, o mural de grafite entra como artefato que opera entre dois pólos. De um lado, integra políticas públicas e parcerias privadas que moldam e administram a face oficial da cidade; de outro, dialoga com práticas e linguagens de artistas que, mesmo inseridos em circuitos institucionalizados, preservam pautas, gestos e visualidades oriundos do grafite subversivo realizado nas ruas. Essa coexistência produz uma tensão constante entre a domesticação estética promovida por dispositivos de gestão urbana e a insistência dos grafiteiros em manter traços críticos, temáticos e formais que resistem à neutralização institucional. Assim, essa modalidade de mural se configura como ponto de fricção onde agendas institucionais e expressões insurgentes se encontram, tornando visível a complexidade das disputas simbólicas que atravessam a paisagem contemporânea.

A partir dessas tensões, torna-se pertinente recorrer à perspectiva de Sharon Zukin (2010), que compreende a cidade como um campo de disputa cultural no qual diferentes agentes lutam para definir a paisagem simbólica e o repertório visual considerado legítimo. Para a autora, a produção do espaço urbano envolve mecanismos de controle estético, políticas de autenticidade e formas estratégicas de gestão da imagem que regulam o que pode ou não permanecer visível. Essa chave interpretativa ajuda a compreender como os murais de grafite de grandes dimensões operam dentro de uma ecologia urbana marcada por negociações constantes entre poder público, interesses privados e práticas artísticas que carregam linguagens de matriz urbana e subversiva.

Um fenômeno importante a observar é a articulação dos murais de grafite por meio de festivais que funcionaram como catalisadores dessa prática, ao reunir curadoria, sinergia entre artistas e uma agenda cultural de caráter participativo. Em São Paulo, ocorreram o O.Bra Festival em 2015 e o NaLata Festival, cuja primeira edição foi realizada em 2020, além de outros eventos que promoveram intervenções de grande escala com artistas nacionais e internacionais. Em Belo Horizonte, o CURA, iniciado em 2017, ocupou espaços públicos com murais e práticas de arte urbana que

Figura 1 - Divulgação do Festival Nalata de 2024. Fonte: Reprodução do perfil @nalata.festival no Instagram.

articularam produção, território e participação do público. No Rio de Janeiro, o Rua Walls, lançado em 2020, transformou cerca de 1,5 km de muros na Zona Portuária em plataforma artística, reuniu 18 artistas e promoveu processos de pintura compartilhada com engajamento comunitário. Esses festivais ampliaram o escopo de atuação ao incorporar artistas e designers de diferentes trajetórias, diversificando repertórios visuais e expandindo a presença da arte urbana para além dos seus núcleos históricos. Ao mesmo tempo, a atuação dos festivais não produz efeitos homogêneos. Alguns operam com forte orientação curatorial e consolidam repertórios visuais mais próximos do circuito institucional; outros mobilizam parcerias corporativas que aproximam o grafite de estratégias de marca; há ainda iniciativas de base comunitária que enfatizam participação local e disputas territoriais. Essas diferenças internas mostram que a incorporação dos murais ao circuito dos festivais pode tanto ampliar sua circulação quanto deslocar referências históricas do grafite de rua. Em vez de um efeito unificado de legitimação ou enfraquecimento, observa-se um campo heterogêneo no qual cada festival negocia, a seu modo, tensões entre mercado, políticas culturais e práticas urbanas (Fig. 1).

Murais como dispositivos críticos

Nos últimos anos, os murais espalhados pelas empenas de edifícios passaram a ocupar um lugar de destaque na experiência urbana brasileira. Deixaram de ser percebidos como intervenções pontuais e se tornaram elementos estruturantes de uma visualidade pública em transformação. Sua presença recorrente em grandes centros urbanos indica que esse tipo de intervenção gráfica urbana assumiu funções que ultrapassam a ornamentação e passou a operar como dispositivo de leitura, fricção e disputa na produção contemporânea do espaço. A expansão desse repertório visual coincide com um período em que temas ligados à crise ecológica, à memória de grupos marginalizados e à crítica social ganharam maior circulação em esferas públicas e midiáticas, criando um ambiente no qual o mural de grafite se afirma como superfície estratégica para projeção de narrativas políticas e afetivas.

A cobertura midiática tende a enquadrar os murais como símbolos de renovação urbana, produzindo um consenso estético que obscurece outras camadas de conflito. A reportagem de Matheus Prado e Tatiane de Assis, publicada em 2019[4], apresenta murais em empenas como intervenções que qualificam visualmente a cidade, valorizam fachadas e transformam prédios comuns em pontos de interesse cultural. Essa representação jornalística naturaliza a presença dos murais no cotidiano e contribui para a construção de uma percepção amplamente favorável, que associa grafite de grande escala a beleza, valorização imobiliária e vitalidade urbana. Em sua dissertação de mestrado, defendida em 2023, Renan Brienza Simões realizou um mapeamento detalhado das empenas no entorno do Minhocão, em São Paulo, e argumenta que essas pinturas produzem uma ambiência suavizada, por vezes edulcorada, que tende a pacificar a leitura da paisagem, ocultando questões estruturais de desigualdade que marcam o território. Ao ocupar superfícies amplamente visíveis, esses murais modulam a sensibilidade do observador e projetam uma imagem ordenada e atrativa da cidade, alinhada a valores de renovação urbana. Entretanto, essa legitimação midiática e urbana não elimina as contradições inerentes ao fenômeno, tampouco anula a capacidade de certas obras operarem como vozes dissidentes dentro de circuitos autorizados.

4 PRADO, Matheus; ASSIS, Tatiane de. Telas gigantescas em laterais de prédios custam até 200 mil reais. Veja São Paulo, 15 nov. 2019. https://vejasp.abril.com.br/cidades/capa-murais-lateriais-predios/. Acesso em: 24 nov. 2025.



A interpretação de Sharon Zukin (2010) sobre a paisagem urbana ajuda a entender esse paradoxo. A autora argumenta que a paisagem não é um simples espelho das relações sociais, mas uma arena na qual determinados grupos concentram poder para legitimar estéticas, controlar usos e moldar narrativas sobre a cidade. Nessa perspectiva, murais apoiados por parcerias institucionais participam da construção de um imaginário urbano alinhado a interesses públicos ou privados. Ainda assim, essas mesmas obras podem produzir fissuras, deslocamentos e choques sensoriais que desestabilizam a normalidade do olhar. Como observa Jacques Rancière (2005), reorganizar o sensível significa alterar os modos pelos quais algo pode ser visto, sentido ou reconhecido como parte da experiência comum. É precisamente essa tensão que caracteriza a produção mural contemporânea: obras autorizadas e celebradas podem, simultaneamente, operar como ferramentas críticas.

O mural "Brigadista da Floresta", 2021, de Mundano, é exemplar desse movimento. Instalado no centro de São Paulo e produzido com pigmentos elaborados a partir de cinzas reais coletadas na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado e na Mata Atlântica, o mural transforma em cor o resíduo material de queimadas que seguem em curso. A matéria destruída retorna à cidade como denúncia visual. Como destacou reportagem da Folha de S.Paulo[5] publicada no ano do lançamento da obra, o uso das cinzas foi concebido pelo artista como gesto simbólico e político que reinscreve a devastação ambiental no coração da metrópole. Essa escolha confere ao trabalho uma força crítica que ultrapassa a representação. A referência à obra "O Lavrador de Café", de Portinari, intensifica esse efeito ao reposicionar um ícone da arte brasileira no contexto contemporâneo de colapso ecológico. O mural se afirma, assim, como alerta, homenagem e denúncia (Fig. 2).

5 FOLHA DE S. PAULO. Mural com cinzas de queimadas no centro de SP critica desmonte ambiental. São Paulo, 12 out. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/10/mural-com-cinzas-de-queimadas-no-centro-de-sp-critica-desmonte-ambiental.shtml. Acesso em: 24 nov. 2025.

Figura 2 - Brigadista da Floresta (2021), de Mundano. Fonte: Reprodução da rede social do artista (@mundano_sp).



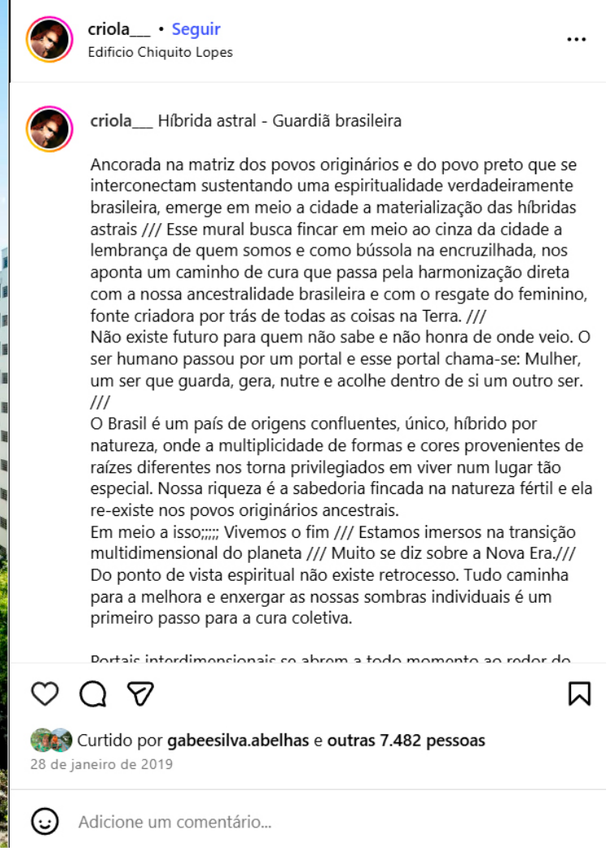


Figura 3 - Salve o Tapajós (2016), de Simone Siss. Fonte: Reprodução da rede social da artista (@simonesiss).

Em outra direção, o mural “Salve o Tapajós”, 2016, de Simone Siss, criado como parte da campanha ambiental promovida pelo Greenpeace, revela uma estratégia distinta, que opera pela via da empatia e da comunicação visual. A obra traz a imagem de uma criança da etnia Munduruku acompanhada da frase: “Achei o último igarapé dentro do meu coração e nele lavei a minha alma”, que nasceu do encontro da artista com um integrante do povo Munduruku. Ao trabalhar com organizações como o Greenpeace, Siss utiliza paletas intensas, composições afetuosas e figuras humanas que se conectam a temas ambientais por meio de narrativas positivas e acessíveis. Seu mural evidencia uma articulação entre design, grafite e ativismo que tensiona a separação rígida entre arte e comunicação. Ao transformar campanhas ambientais em imagens pulsantes de cuidado e responsabilidade coletiva, a artista reorganiza o sensível sob a forma de pertencimento e proteção. Se Mundano provoca pelo choque material, Siss desloca pelo afeto e pela pedagogia visual (Fig. 3).

A artista Criola, com o mural “Híbrida Ancestral – Guardiã Brasileira”, 2018, realizado no Festival CURA em Belo Horizonte, acrescenta outra dimensão a esse debate ao lidar diretamente com tensões raciais, históricas e espirituais que atravessam o Brasil contemporâneo. O trabalho da artista, associado à afirmação de corpos e cosmologias afro-brasileiras, encontra resistências quando projetado em superfícies de grande visibilidade. O caso de “Híbrida Ancestral” evidencia esse processo de modo contundente, já que o mural gerou acusações e tentativas de censura que revelam a persistência de imaginários racistas na recepção pública da arte urbana. Como analisa Boelsums (2022), o grafite opera no limiar entre a criminalização e a consagração, circulando em uma zona onde disputas por legitimidade se tornam particularmente explícitas. O caso explicita como essas fronteiras são moduladas por hierarquias raciais, que determinam quais corpos e narrativas podem ocupar a cidade sem contestação. Ao propor outras formas de ver, sentir e habitar o espaço urbano, a artista desestabiliza sensibilidades normativas e revela que o consenso estético em torno dos murais é sempre parcial e seletivo. A recepção desigual da obra indica que





representações de matriz negra e indígena continuam sujeitas a disputas que expõem desigualdades profundas no controle simbólico da paisagem (Fig. 4).

Um caso que amplia essa discussão é o mural “Homem Urbano”, do artista Tec, instalado em 2015 no entorno do Minhocão. Diferentemente dos murais patrocinados por marcas ou vinculados a festivais, essa intervenção foi inteiramente auto financiada pelo artista, que assumiu os custos de tinta, equipamentos, logística e do aluguel da empena. Como relatado pela imprensa em 2015[6], Tec chegou a vender seu próprio carro para viabilizar a produção do mural, o que reforça a dimensão de investimento pessoal envolvida no projeto. Ao aplicar recursos próprios em uma obra de grande escala, ele afirma uma estratégia de inserção profissional que transforma a cidade em portfólio, utilizada para garantir circulação e reconhecimento sem recorrer a editais ou mediações institucionais. Essa postura reformula a lógica de produção do mural ao reposicionar a agência individual como elemento ativo na disputa por visibilidade, sugerindo que o Minhocão também opera como um mercado competitivo de imagens, onde artistas, marcas, coletivos e políticas urbanas buscam presença. Ao assumir sozinho o risco material e simbólico da obra, Tec desloca o debate para a esfera da autogestão e do empreendedorismo estético, evidenciando que a visibilidade no espaço público pode ser construída por meio de caminhos que não passam pela domesticação institucional nem pela mediação corporativa (Fig. 5).

Os casos analisados demonstram que o mural de grafite atua em zonas simultâneas de afirmação e conflito. Intervenções celebradas convivem com tentativas de silenciamento, e obras vinculadas a campanhas sociais ou ativistas dividem espaço com murais que enfrentam diretamente estruturas de poder. Essa dinâmica ressalta

6 PEREIRA, Elvis. Argentino vende o carro para criar grafite ao lado do Minhocão, em SP. Folha de S.Paulo, São Paulo, 18 out. 2015. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/10/1695013-argentino-vende-o-carro-para-criar-grafite-ao-lado-do-minhocao-em-sp.shtml. Acesso em: 24 nov. 2025.

Figura 4 - Híbrida Ancestral - Guardiã Brasileira (2018), de Criola. Fonte: Reprodução da rede social da artista (@criola___)

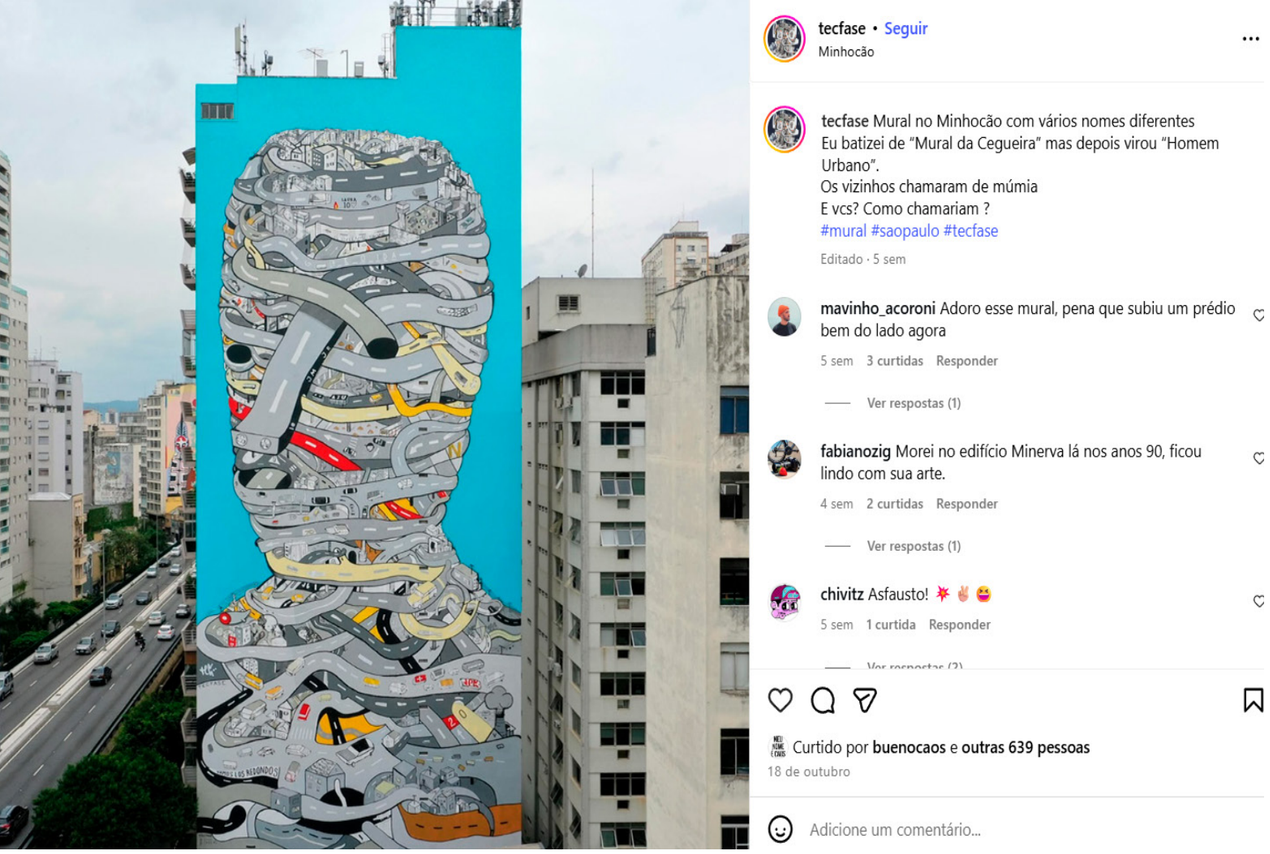


Figura 5 - Homem Urbano (2015), de Tec. Fonte: Reprodução da rede social da artista (@tecfase)

que a paisagem mural é atravessada por disputas estéticas, políticas e simbólicas que não se resolvem em consenso.

Em direção distinta, mas igualmente reveladora, está o uso corporativo do grafite na cidade de São Paulo. Aqui, a lógica que orienta a circulação dos murais não é o conflito direto, e sim sua incorporação estratégica por marcas interessadas em associar valores de autenticidade, juventude e criatividade aos seus produtos. A análise de Pires e Santos (2018) mostra como, em 2015, a Nike apropriou o mural de Crânio no Minhocão como peça publicitária ao utilizá-lo na campanha "Vem junto", enquanto a Audi explorou comercialmente o mural de Ayrton Senna pintado por Eduardo Kobra no lançamento de um veículo e na produção de material promocional. A esses exemplos soma-se o projeto Galeria GE, de 2012, idealizado pela AlmapBBDO, que encomendou murais temáticos a estúdios como o Colletivo, Mulheres Barbadas e Rui Amaral. Esses usos corporativos deslocam o grafite para um regime de circulação onde a lógica do marketing prevalece sobre o gesto insurgente, embora preserve sua aura estética.

Ao reunir obras celebradas, campanhas corporativas, murais ativistas e produções sujeitas a censura, o panorama atual revela que o mural de grafite não opera em um único registro. Ele atua como mediador, operador crítico e indicador de disputas em curso. Sua força está na articulação entre domínios que raramente convergem, criando pontos de fricção entre políticas, afetos e disputas urbanas. A cidade deixa de ser apenas suporte e se torna campo de negociações do sensível, onde cada mural carrega um pedaço das tensões que definem o presente urbano.

A observação dos murais de grande escala que se espalham pelas empenas brasileiras mostra que essas obras operam como pontos de contato entre dimensões frequentemente separadas: políticas públicas de paisagem, estratégias de mercado, ativismos ambientais, narrativas comunitárias e disputas por legitimidade cultural. Ao se instalar em superfícies altamente visíveis, esses trabalhos não apenas conectam

esses domínios, mas também evidenciam as fricções que surgem quando interesses divergentes tentam ocupar o mesmo território simbólico. A força desses murais não reside apenas em sua escala visual, mas na capacidade de ativar relações que ultrapassam o plano estético e alcançam os modos pelos quais a cidade é percebida, lembrada e debatida. Desse modo, cada intervenção funciona como um dispositivo que reorganiza expectativas, confronta sensibilidades e reinscreve tensões socioespaciais no cotidiano urbano, ampliando o repertório de leituras possíveis sobre o ambiente construído.

A análise dos casos discutidos revela que o mural de grafite ocupa uma posição singular no ecossistema urbano contemporâneo. Ele se beneficia do reconhecimento institucional sem abrir mão de tensionar expectativas; participa de programas de revitalização ao mesmo tempo em que introduz conflitos sociais; é apropriado por empresas como linguagem de autenticidade urbana, mas continua sendo um vetor de dissenso em mãos de artistas que mobilizam questões de raça, ambiente e memória coletiva. Essa plasticidade simbólica transforma o mural em um agente que intervém na vida pública, capaz de expor contradições, criar zonas de fricção e reconfigurar modos de ver e compreender a cidade.

A partir dessa perspectiva, o mural se afirma como uma tecnologia de visibilidade que torna explícitas as relações de poder inscritas na paisagem. Ele expõe o que está em disputa, dá forma ao que era percebido apenas de modo difuso e amplia o campo das sensibilidades coletivas possíveis. Em vez de atuar como mero embelezamento urbano, o mural devolve ao espaço público sua condição de arena crítica, na qual narrativas concorrentes buscam lugar e reconhecimento. É nesse entrecruzamento de forças que o mural contemporâneo adquire sentido histórico e político, tornando-se peça importante para assimilar a cidade não apenas como estrutura material, mas como território de conflitos simbólicos em permanente negociação.

A paisagem urbana em disputa e o lugar dos murais

O conjunto de tensões analisadas nesta discussão indica que os murais em empenas deixaram de ser exceções pontuais na paisagem e passaram a constituir um repertório visual estruturante da experiência urbana. A leitura proposta por Sharon Zukin (2010) ajuda a elucidar essa transformação. Para a autora, a paisagem é um campo onde diferentes agentes competem pela definição do que deve ser visto e valorizado. A proliferação dos murais de grafite evidencia esse processo: ao ocuparem superfícies antes destinadas à publicidade ou ao vazio arquitetônico, essas obras reconfiguram o regime de visibilidade urbana e disputam com o mercado e com o Estado o direito de moldar a aparência da cidade.

Esse deslocamento permite observar que a paisagem não é apenas produto de políticas urbanas, mas de negociações simbólicas contínuas. Murais autorizados, patrocinados ou institucionalizados passam a integrar dinâmicas culturais em que certos estilos e narrativas são valorizados e incorporados à imagem desejável da cidade. No entanto, como mostram os casos analisados, esse processo não produz efeitos homogêneos. Mesmo quando inseridos em circuitos legitimados, os murais podem romper expectativas decorativas e reinstalar conflitos latentes. Nesse ponto, a contribuição de Jacques Rancière é útil para explicar os desdobramentos dessas intervenções no espaço público, ao alterar a distribuição do sensível. A ênfase recai sobre como o mural desloca fronteiras entre o que é permitido ver e o que é considerado incômodo, tornando perceptíveis temas socioambientais, raciais e comunitários que raramente ocupavam grandes fachadas.

A partir dessa dupla chave — o controle estético de Zukin e o dissenso de Rancière — torna-se possível compreender alguns dos caminhos que os murais podem seguir no cenário urbano contemporâneo. Em primeiro lugar, tende a se consolidar uma ecologia visual na qual as disputas simbólicas se tornam mais explícitas. Murais celebrados pelo público convivem com obras criticadas, denunciadas ou instrumentalizadas por marcas e campanhas. A cidade se converte assim em um espaço onde diferentes regimes de visibilidade se sobrepõem e se tensionam.

Em segundo lugar, a presença dos murais aponta para formas mais híbridas de produção cultural. A obra de artistas que transitam entre circuitos institucionais, ativismo ambiental, design, comunicação comunitária e tradições estéticas diversas sugere que o mural opera dentro de um campo permeado por cruzamentos e negociações. Essa característica encontra respaldo na perspectiva de Néstor García Canclini (2003), especialmente em seu conceito de hibridismo cultural, que evidencia como práticas urbanas combinam repertórios populares, linguagens artísticas, estratégias comunicacionais e disputas políticas, conformando economias simbólicas próprias das cidades latino-americanas. Os murais analisados podem ser compreendidos como manifestações desse hibridismo, pois integram referências da cultura visual popular, códigos da arte, recursos da comunicação institucional e tensões próprias da vida urbana.

Sob essa ótica, os murais não dependem apenas de políticas culturais ou de tendências estéticas, mas da intensificação de encontros e atritos entre agentes distintos. A legitimidade crescente dessas obras convive com fronteiras ainda instáveis sobre o que pode ser mostrado em grande escala. Murais que celebram a cidade coexistem com aqueles que expõem suas feridas. Obras patrocinadas disputam atenção com produções que desafiam diretamente os regimes de controle estético. Essa heterogeneidade confirma que o mural não atua apenas como imagem, mas como instância pública de negociação entre visibilidade, pertencimento e conflito.

Nesse sentido, a paisagem urbana brasileira tende a se tornar cada vez mais marcada por superfícies que condensam tensões sociais e afetivas. O mural atua em um terreno instável no qual categorias, pertencimentos e formas de visibilidade são continuamente disputadas, o que torna incertas as próprias nomenclaturas usadas para descrevê-lo. Ao mesmo tempo, a multiplicidade de usos, agentes e regimes de visibilidade reunidos ao longo deste texto evidencia que a própria expressão mural de grafite se mostra limitada diante da amplitude das práticas analisadas. Entre políticas públicas, estratégias corporativas, ativismos, disputas raciais e intervenções autônomas, essas pinturas de grande escala englobam fenômenos heterogêneos que desafiam fronteiras fixas entre arte, comunicação e política. Reconhecer essa instabilidade conceitual não enfraquece o argumento, mas reforça que as categorias disponíveis são parte das disputas que moldam a cidade. É nesse cenário volátil que essas obras continuam a operar, revelando que o espaço urbano permanece como arena crítica onde visibilidade, pertencimento e conflito são negociados continuamente.

Referências

BOELSUMS, Mariah. A cidade como suporte: o grafite no limiar entre a criminalização e a consagração. *PÓS*: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v. 13, n. 29, set-dez. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.35699/2238-2046.2023.45484. Acesso em: 24 nov. 2025.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas:* estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução: Heloísa Jahn. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2003.

LASSALA, Gustavo. *Pixação em trânsito:* Consolidação simbólica na obra de Cripta Djan (2012–2025). Convergências: Estudos Em Humanidades Digitais, 2(9), 105–122. 2025. Disponível em: https://doi.org/10.59616/cehd.v2i9.2694. Acesso em: 24 nov. 2025.

LASSALA, Gustavo. *Pichação não é pixação.* São Paulo, Altamira, 2017.

LASSALA, Gustavo. O Mural da Luz. Um dos murais de grafite mais representativos da cidade de São Paulo. *Minha Cidade,* São Paulo, ano 17, n. 194.05, Vitruvius, set. 2016. https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.194/6195. Acesso em: 24 nov. 2025.

PIRES, Elena Moraes; SANTOS, Fábio Alexandre dos. A cidade de São Paulo e suas dinâmicas: graffiti, Lei Cidade Limpa e publicidade urbana. *Anais do Museu Paulista,* São Paulo, v. 26, p. 1-37, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02672018v26e28 . Acesso em: 24 nov. 2025.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível:* estética e política. Trad. M. C. Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SIMÕES, Renan Brienza. *Os "novos murais" e o Minhocão:* disputas, percepções e apropriações. 2023. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-27112023-195509/pt-br.php. Acesso em: 24 nov. 2025.

ZUKIN, Sharon. *Naked City:* the death and life of authentic urban places. New York: Oxford University Press, 2010.

ZUKIN, Sharon. *Paisagens urbanas pós-modernas:* mapeando cultura e poder. In ARANTES, Antônio Augusto (org). O espaço da diferença. Campinas, Papirus, 2000, p. 80-103.

HELLO, RAIN E O AFROFUTURISMO DE NOLLYWOOD
Espaços urbanos insurgentes no imaginário *sci-fi* do Capitaloceno

HELLO, RAIN AND THE AFROFUTURISM OF NOLLYWOOD
Insurgent urban spaces in the sci-fi imaginary of the Capitalocene

***Arthur Simon Zanella*[1]**

Resumo
Este artigo investiga como o Capitaloceno molda nossos horizontes urbanos ao controlar além da produção material das cidades, também os regimes imaginários que definem o que entendemos como "futuro". Nesse processo, a ficção científica ocupa papel significativo: ao projetar futuros padronizados, tecnológicos e tipicamente ocidentais, o *sci-fi* hollywoodiano funciona como um laboratório de normalização do possível, reforçando hierarquias espaciais e apagando geografias do Sul Global. Em contraste, tradições estéticas como o Afrofuturismo — e, de forma ainda mais incisiva, o Africanofuturismo — introduzem uma ruptura fundamental, ao recentrar o futuro a partir de cosmologias, corpos e territorialidades africanas. O curta *Hello, Rain* (C.J. Obasi, 2018), situado na megalópole nigeriana de Lagos, evidencia como essa virada decolonial reconfigura as relações entre tecnologia, espiritualidade e espaço urbano, a partir do imaginário próprio de Nollywood. Demonstra-se, assim, que a fabulação audiovisual emerge como ferramenta crítica para imaginar alternativas urbanas insurgentes e decoloniais no Capitaloceno.
Palavras-chave: representação urbana; ficção científica; Africanofuturismo; *Hello, Moto*; Nnedi Okorafor.

Abstract
This article investigates how the Capitalocene shapes our urban horizons by controlling not only the material production of cities, but also the imaginary regimes that define what we understand as the "future." In this process, science fiction plays a significant role: by projecting standardized, technological, and typically Western futures, Hollywood sci-fi functions as a laboratory for the normalization of the possible, reinforcing spatial hierarchies and erasing geographies of the Global South. In contrast, aesthetic traditions such as Afrofuturism—and, even more incisively, Africanfuturism—introduce a fundamental rupture, recentering the future from African cosmologies, bodies, and territorialities. The short film Hello, Rain (C.J. Obasi, 2018), set in the Nigerian megalopolis of Lagos, highlights how this decolonial turn reconfigures the relationships between technology, spirituality, and urban space, based on the imaginary of Nollywood itself. This demonstrates that audiovisual storytelling emerges as a critical tool for imagining insurgent and decolonial urban alternatives in the Capitalocene.
Keywords: urban representation; science fiction; Africanfuturism; Hello, Moto; Nnedi Okorafor.

1 Doutor em Meios e Processos Audiovisuais pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP/2025). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM/2019). Arquiteto e urbanista formado pela mesma instituição (UPM/2016). Docente do Centro Universitário Barão de Mauá.

A crise do imaginário no Capitaloceno

O século XXI confronta-nos com uma contradição potencialmente paralisante: a capacidade tecnológica de visualizar e modelar futuros distópicos nunca foi tão avançada, e, no entanto, a imaginação política para conceber alternativas viáveis a um subsequente colapso socioecológico parece ter encolhido. Como apontaria o filósofo Fredric Jameson (1997, p. 10), não por acidente, "parece que hoje é mais fácil imaginar a deterioração total da Terra e da natureza do que o colapso do capitalismo tardio; e talvez isso possa ser atribuído à debilidade de nossa imaginação".

É precisamente nesse abismo — entre a capacidade técnica de prever o colapso e a incapacidade política de imaginar uma alternativa — que a crítica ao Antropoceno se torna urgente. Como Donna Haraway (2015) observa, embora o termo tenha sido útil para alertar sobre a escala do impacto humano no planeta, ele acaba por generalizar e diluir responsabilidades ao atribuir a crise a uma "humanidade" abstrata e homogênea. Essa visão, segundo ela, mascara o fato de que nem todos os humanos contribuíram igualmente para a crise — e ignora que muitos são suas vítimas, não seus agentes.

Conforme relata Haraway (2015), ganha força, então, a proposta do Capitaloceno — um entre vários "nomes necessários", cunhado originalmente por Andreas Malm em 2009 e adotado de forma independente por Haraway a partir de 2012. Essa trajetória colaborativa, que inclui Jason Moore (2016) — organizador de uma coletânea homônima com ensaios dos próprios Malm, Haraway e Elmar Altvater —, reflete um amadurecimento conceitual e uma guinada analítica considerável. Mais do que identificar a verdadeira força motriz da desestabilização planetária, essa mudança de perspectiva expõe as bases imaginárias que sustentam o modelo vigente.

Assim, o Capitaloceno surge não como uma mera troca de termos, mas como um enquadramento histórico e político que localiza a origem da crise nas lógicas de acumulação, mercantilização e extração inerentes ao capitalismo — lógicas que se tornaram os princípios organizadores da economia e da própria teia da vida cotidiana. Para compreender sua força total, porém, é preciso ir além da análise material e reconhecer que abrange também de forma inextricável, um regime imaginário. Ele opera por meio de uma ecologia de imagens, narrativas e afetos que naturalizam sua existência, tornando-se um modo de produção e, mais profundamente, de percepção — um filtro através do qual vemos o mundo e a nós mesmos.

Diante dessa ecologia imagética que conforma o modo de percepção capitalocênica, a ficção científica (*sci-fi*) se revela um território ambíguo e determinante. Por um lado, ela possui o potencial radical de expandir a imaginação política — justamente aquela que, segundo Jameson, se encontra empobrecida —, podendo desde fabular futuros pós-capitalistas até relações multiespécies totalmente inéditas. Por outro, e de modo mais frequente, o gênero tem funcionado como o laboratório onde os futuros são pré-fabricados, testados e normalizados dentro dos limites do imaginável pelo sistema vigente.

Nesse sentido, Hollywood consolidou-se como o complexo industrial-cultural hegemônico na produção desses futuros. Seu poder transcende a dominância mercadológica e acaba por colonizar o horizonte do possível, apresentando um amanhã que é, invariavelmente, uma variação altamente tecnológica do presente capitalista, centrado no Ocidente e despovoado de alternativas civilizatórias radicalmente outras.

Hollywood não é simplesmente um lugar ou uma indústria; pode ser considerado um aparato cognitivo de escala planetária. Sua centralidade no regime imaginário do Capitaloceno é tripla: é econômica, estética e epistêmica. A hegemonia desse aparato

começa com sua infraestrutura material, fruto de um século de acumulação de capital, controle oligopolista dos canais de distribuição, e uma poderosa máquina de marketing global. O resultado é uma capilaridade quase inescapável, como nota Edgar Morin (2014, p. 235) ao dizer que, "o filme americano difundiu através do mundo inteiro uma verdadeira linguagem mímica nova, um esperanto gestual de fácil aprendizado e cujo universo, submetido ao cinema, possui agora um vocabulário".

Esta "linguagem mímica" é, em última instância, uma gramática narrativa e visual que padroniza a experiência do cinema. Ela estabelece os ritmos, as emoções, os arcabouços morais e, inclusive, as geografias do futuro. No *sci-fi* hollywoodiano, o amanhã tem até mesmo endereços fixos: as megalópoles hipertecnológicas dos EUA, ou, no máximo, da Europa e do Leste Asiático. O "futuro" é, assim, territorializado no eixo central do sistema-mundo capitalista.

Tal imaginário sedimentou uma estética - com inocência consideravelmente questionável, considerando seu regime de visualidade - que treina o espectador a associar "futuro" com um conjunto muito específico de signos, todos eles filtrados pela lente própria do Capitaloceno.

Essa estética reflete uma fantasia de dominação total sobre o ambiente e uma negação da dependência humana dos sistemas ecológicos. Isso inclui desde o apagamento do Sul Global em forma de epistemicídio imaginativo, que nega a agência histórica e futura a bilhões de pessoas, até um urbanismo vertical e estéril, onde a cidade do futuro é uma floresta de arranha-céus espelhados, veículos voadores e ambientes internos assépticos. É a celebração de um urbanismo que é, na realidade, socialmente excludente e ecologicamente insustentável. A natureza, quando existe, é domesticada, contida em domos ou reduzida a parques temáticos.

Entretanto, o domínio de Hollywood não opera no vazio. Ele se estrutura em relação a uma periferia, que é categorizada e gerenciada sob o rótulo de "World Cinema" ou "cinema internacional", uma construção mercadológica que categorizou de forma unívoca todo os cinemas "nacionais" ao redor do mundo e tudo aquilo que estava fora da esfera hollywoodiana. O termo "mundial" aqui torna-se um eufemismo para "não-Hollywood", cria uma hierarquia implícita: de um lado, o Cinema (universal, comercial, profissional); do outro, o "World Cinema" (particular, artístico, étnico).

Esta divisão tem consequências profundas. O cinema hollywoodiano é apresentado como a norma, o padrão invisível contra o qual todos os outros são medidos. Os cinemas periféricos, por sua vez, são "o outro", cujo valor é frequentemente atrelado unicamente à sua alteridade. Espera-se deles que sejam "autênticos", que representem sua cultura nacional de maneira reconhecível e, muitas vezes, exótica para o espectador ocidental.

Esta lógica é uma extensão da divisão internacional do trabalho para o campo cultural. Às nações do centro cabe produzir o universal (o futuro, a ficção, o espetáculo). Às nações da periferia, cabe produzir o particular (o folclore, o realismo social, o passado). Quando um cinema periférico ousa adentrar o território do universal – como a ficção científica muitas vezes faz – ele frequentemente é lido como uma curiosidade, um caso "reprodução", ou é simplesmente ignorado pelos circuitos de distribuição global.

A ficção científica, enquanto gênero hegemonicamente ocidental, tem sido historicamente uma máquina de produção de espaços singulares. Seus futuros luminosos ou distópicos são invariavelmente projetados sobre um mapa mental que privilegia certas coordenadas geográficas: Los Angeles, Nova Iorque, Tóquio, Londres. Esta geopolítica do imaginário, como uma extensão do projeto colonial, opera uma dupla violência: apaga as cidades do Sul Global do mapa do futuro e, quando as inclui, é frequentemente como cenário de reserva de recursos a ser explorada, ruína pós-apocalíptica, exotismo ou cenário prescindível para a ação de um protagonista estrangeiro. O espaço, nesta lógica, não é um recipiente neutro, mas um território semanticamente carregado, que naturaliza hierarquias de poder e de agência histórica.

É neste contexto que a Nigéria nos apresenta um dos fenômenos mais desconcertantes e significativos do século XXI: Nollywood. Uma indústria que, partindo de condições de profunda precariedade material, tornou-se uma das maiores produtoras de filmes do planeta, criando um ecossistema audiovisual que fala, prioritariamente, para e a partir de seu próprio público. Nollywood não é um projeto de estado, nem o fruto de um planejamento corporativo transnacional. É uma explosão orgânica de criatividade popular, uma indústria que surgiu deficitária, desafiando as previsões da economia política cultural convencional.

A simples unificação de todo o material audiovisual criado na Nigéria é um equívoco, dada a miríade de culturas, línguas e regiões do país. Nollywood é, em si, um espaço de negociação entre o local (específico) e o "nacional" (um constructo). Ainda assim, ela conseguiu forjar um sentido de "nação" audiovisual, unindo públicos diversos através de temas comuns, como aponta Babson Ajibade (2013).

Um de seus principais paradoxos diz respeito à sua esfera de atuação. Nollywood é, por definição, um cinema local, profundamente enraizado na experiência nigeriana. No entanto, suas ambições e seu sucesso econômico levam-na inevitavelmente para o palco global.

A negociação cultural de Nollywood no sistema-mundo

Contudo, é precisamente nesta tensão entre o local e o global que a análise da mímica, sob a ótica de Homi Bhabha (1998), revela-se fundamental para compreender Nollywood — e esse exame começa pelo seu próprio nome. À primeira vista, a denominação poderia ser lida como um sinal de subordinação, de uma indústria que se define em relação aos centros hegemônicos, como estritamente tributária ao que se produz em Hollywood ou Bollywood.

Para Bhabha, no entanto, a mímica colonial é um processo ambivalente: uma imitação obrigatória que nunca chega a ser completa, gerando sempre uma diferença reveladora. É precisamente nessa imperfeição, nessa lacuna entre o modelo e sua reprodução, que reside o potencial subversivo. Como o pesquisador afirma:

> A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. [...] Os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso[2] (Bhabha, 1998, p. 21).

Assim, o nome "Nollywood" opera nesta dupla dimensão: por um lado, reconhece um paradigma de sucesso global e busca inscrição num mapa cinematográfico dominante;

2 Tradução nossa.

por outro, afirma uma diferença fundamental — a da nacionalidade, da localidade, da especificidade nigeriana. Esta mímica não é simples cópia, mas negociação em andamento que, ao "realinhar as fronteiras habituais", transforma um aparente gesto de subordinação em afirmação de uma identidade cultural híbrida e autônoma.

Se o ato de nomear constitui o gesto mimético inicial, são os modos de produção que materializam concretamente essa mímica – e é neste plano material que a "imperfeição" se torna mais evidente e, ainda assim, mais subversiva. Esta contradição produtiva encontra sua definição no comentário de Charles Igwe, CEO da Nollywood Global, relatando que um de seus amigos já "descreveu Nollywood como alguém realizando uma cirurgia cardíaca usando garfos e facas. Mas o genial disso é que o paciente sobrevive[3]" (Douglason, 2014).

Esta imagem é fundamental para compreender a mímica de Bhabha em ação. Hollywood opera com orçamentos astronômicos, tecnologias de ponta e tempos de produção dilatados. Nollywood, por outro lado, é definida por orçamentos e tempos de produção geralmente reduzidos. A mímica do modelo industrial, portanto, "falha" em sua reprodução material: a repetição necessariamente imperfeita que, precisamente por falhar em replicar fielmente o original, gera algo novo e autêntico.

Uma aplicação mais sofisticada da mímica ocorre no nível do gênero da ficção científica com suas raízes profundamente fincadas no projeto da modernidade ocidental: a crença no progresso, na tecnologia como panaceia e na centralidade do sujeito branco e ocidental na conquista do futuro, tendo Hollywood como principal veículo de globalização deste imaginário.

Ajibade captura com precisão a tensão fundamental que permeia as aspirações transnacionais de Nollywood, observando que, na busca por legitimidade e sucesso econômico, "se o público do cinema ocidental é um rio global de oportunidades, Nollywood agora acena freneticamente para um navio despreocupado[4]" (Ajibade, 2013, p. 282). Esta metáfora vívida ilustra o dilema da indústria: há um desejo genuíno por reconhecimento e integração nos mercados ocidentais, mas este "navio" (o público e os circuitos cinematográficos ocidentais) parece permanecer largamente indiferente. O risco, como aponta a pesquisa de Ajibade, é que mesmo quando consumidos, os filmes sejam tratados como "apenas mais uma curiosidade da África[5]" (Okome, 2008), reforçando as lógicas do "World Cinema".

Nollywood, portanto, é um fenômeno desconcertante para a lógica do Capitaloceno. Ela não se encaixa confortavelmente na categoria de "exótico", nem reproduz o modelo industrial hollywoodiano. Sua própria definição e direção futura são objeto de intenso debate interno, como revela Ajibade (2013) ao mostrar a divergência entre produtores que imaginam um público ocidental e a realidade de um consumo predominantemente diaspórico. A indústria enfrenta o dilema entre manter sua essência ou "reestruturar as produções para caber em um molde ocidental e que isso pode tirar o 'Nolly' do 'wood'[6]" (Ajibade, 2013, p. 281).

A autonomia relativa é, em si, um ato de insubordinação. Nollywood prova que é possível criar um ecossistema cinematográfico vibrante fora dos ditames de Hollywood. Ela opera com uma lógica diferente, que Jonathan Haynes (2007, p. 140) descreve como movida por "uma necessidade desesperada de esperança e sonho, pela lendária resistência e humor nigerianos e por uma mistura peculiarmente africana de resignação e determinação[7]".

Essa "necessidade de esperança e sonho" é o combustível de um imaginário que não é financiado por grandes corporações, mas pela demanda popular. É um cinema que fala diretamente às aspirações e aos medos do seu público, e que, por isso, é capaz de gerar suas próprias mitologias. O fato de seus filmes frequentemente incorporarem o "sobrenatural" e um "realismo maravilhoso" já indica uma abertura para epistemologias não-materialistas que o *sci-fi* hollywoodiano racionalista tende a excluir. Nollywood, portanto, já carrega em sua genética a semente de um imaginário alternativo.

E talvez o verdadeiro trunfo global de Nollywood não esteja no Ocidente, mas no próprio continente africano e na incorporação mais profunda da diáspora. A indústria cinematográfica nigeriana já é um fenômeno panafricano, e sua conexão com a diáspora – como no caso do curta-metragem *Hello, Rain* (C.J. Obasi, 2018), que dialoga com a autora diaspórica Nnedi Okorafor – é uma via de mão dupla extremamente fértil. Este é um "global" alternativo, um Sul Global audiovisual, que pode fornecer uma base para sua expansão sem a mesma pressão assimilacionista.

É contra este cenário de dominação e contenção imaginárias que a emergência de Nollywood e, especificamente, de um filme como *Hello, Rain*, adquire seu pleno significado de "alternativa", um contrarregime imaginário que desestabiliza premissas fundamentais do Capitaloceno.

Quando um filme desse ainda se apropria do gênero *sci-fi*, acaba realizando um ato mimético de complexidade ainda maior sob a ótica de Bhabha. Ele adota as estruturas narrativas, os tropos e as convenções visuais do gênero – a presença de tecnologia avançada, a ameaça de poderes descontrolados, a ambientação em um futuro próximo. Esta é a face da "imitação".

No entanto, a mímica opera a seguir, preenchendo essas formas ocidentais com um conteúdo radicalmente outro. O curta-metragem é uma materialização artística bastante sofisticada destes paradoxos e digna de profunda análise. Um filme que aspira claramente a um lugar no cenário global do *sci-fi*. Sua estética, mais elaborada e atmosférica do que a média de Nollywood, seu uso consciente de técnicas cinematográficas específicas e trilha sonora, e sua adaptação de uma autora premiada internacionalmente, são gestos em direção a um padrão de qualidade reconhecível globalmente. No entanto, ele ainda é um produto das condições materiais de Nollywood.

O filme, portanto, habita o limiar. Ele demonstra a ambição de transcender as limitações do modelo nollywoodiano, ao mesmo tempo que carrega as marcas tanto dessas limitações, como do grande imaginário audiovisual nigeriano, tornando-se prova de que a criatividade pode florescer dentro da precariedade técnica, mas também um testemunho do desejo de superá-la. Este fenômeno pode ser entendido como um paradoxo entre autonomia e dependência, encenado no próprio corpo do filme, que está visceralmente ancorado no ecossistema único de Lagos.

Muito mais do que uma simples localização, a metrópole de mais de 20 milhões de habitantes opera como um poderoso ator na geopolítica do Capitaloceno. Lagos é um arquipélago de futuros possíveis, um laboratório urbano onde outros paradoxos e dilemas da globalização se manifestam com uma intensidade crua. Como antiga capital

3 Tradução nossa.
4 Tradução nossa.
5 Tradução nossa.
6 Tradução nossa.
7 Tradução nossa.

colonial e atual centro financeiro da Nigéria, a maior economia da África[8], encarna boa parte da história nigeriana, o país mais populoso do continente e o sexto do mundo, com mais de 230 milhões de habitantes[9].

O país possui uma rica história pré-colonial, marcada por reinos e civilizações antigas, como o Reino de Benim e o Império Oyo, mas sua formação atual resultou da fusão de protetorados britânicos em 1914, conquistando a independência em 1960. Culturalmente, a Nigéria é extremamente diversa, com mais de 250 grupos étnicos e 500 línguas[10].

Um potencial nervo central e uma capital cultural panafricana no mundo contemporâneo, Lagos concentra boa parte dessa conjunção histórica nigeriana, ao mesmo tempo que emana uma modernidade distintamente africana, forjada não na importação de modelos estrangeiros, mas na sua transformação radical através do que se poderia chamar de uma "estética da autonomia prática" sob o ponto de vista nollywodiano.

A energia singular de Lagos, palpável desde seus engarrafamentos caóticos até suas coreografias sociais complexas e sua economia informal massiva que, no entanto, se conecta profundamente às redes globais, quando traduzida pelo filme é o que permite transcender o provincialismo. Ao engajar-se num diálogo crítico com o imaginário global da ficção científica, a narrativa pratica uma mímica subversiva.

Dessa forma, o curta não apenas se passa em Lagos, mas pensa a partir de Lagos. Ele utiliza a posição geoestratégica da cidade – simultaneamente periférica em relação aos centros hegemônicos do Norte Global e central nas redes emergentes do Sul – para desestabilizar hierarquias capitalocênicas no campo da imaginação cultural. A cidade deixa, assim, de ser um objeto exótico a ser observado, para se afirmar como um sujeito epistemológico, capaz de produzir narrativas próprias e urgentes sobre o amanhã, que desafiam o monopólio ocidental sobre o futuro.

A adaptação do conto *Hello, Moto* de Okorafor, uma autora da diáspora, por Obasi, cria pontes internacionais ainda mais potentes. Ela permite que o filme seja ao mesmo tempo localmente enraizado e globalmente conectado, não através da submissão aos padrões ocidentais, mas através de uma solidariedade cultural negra transnacional.

Afrofuturismo como recusa à imaginação colonizada

A dominação colonial e a lógica subsequente do Capitaloceno não foram apenas projetos de exploração econômica e territorial. Foram, de forma profunda e duradoura, projetos de dominação temporal. Esta dominação operou através de uma narrativa hegemônica que localizou os povos negros em uma posição específica na linha do tempo da humanidade: um passado supostamente "sem história" (ou com uma história de primitivismo), um presente de carência e dependência, e um futuro no qual, na melhor das hipóteses, seriam assimilados ou, na pior, simplesmente ausentes. A ficção científica ocidental, como gênero por excelência da imaginação do futuro, tornou-se um dos principais veículos para a naturalização desta tríade temporal colonial.

8 Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=NG. Acesso em: 15 out. 2025.
9 Disponível em: https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/nigeria/#people-and-society. Acesso em: 15 out. 2025.
10 FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew M. (Ed.). *The Oxford Handbook of Nigerian History*. Oxford: Oxford University Press, 2022.

É contra este sequestro do tempo que o Afrofuturismo se levanta. Mais do que um subgênero da ficção científica, o Afrofuturismo é um projeto intelectual, estético e político de decolonização do imaginário temporal. Nesse sentido, nota-se que "imaginação é uma ferramenta de resistência", como afirma Ytasha Womack (2015, p. 43), ao introduzir uma das principais argumentações do afrofuturismo diante à reincidência do paradigma colonizador branco em cenários ficcionais com sistemas sociais que são (ou poderiam ser) completamente diferentes.

O termo "Afrofuturismo" criado a partir dos anos 60, ganhou notoriedade na década de 1990 com a obra Black to the Future de Mark Dery (1994), que procura uma apropriação imaginária da experiência e da identidade negra na ficção científica e cibercultura do século XX, a partir de uma pergunta central: "Por que tão poucos afro-americanos escrevem ficção científica, um gênero cujos encontros íntimos com o Outro — o estrangeiro em terra estranha — pareceriam particularmente adequados às preocupações dos africanos?[11]" (Dery, 1994, p. 179).

A análise de Dery parte do reconhecimento de que a tecnologia, na cultura ocidental, foi historicamente racializada. Enquanto a branquitude se associou ao progresso, à razão e ao controle tecnológico, a negritude foi frequentemente associada ao primitivo, ao corporal, ao "natural" – tudo aquilo que a tecnologia deveria superar ou dominar. O Afrofuturismo diaspórico emerge, portanto, como uma resposta a esta alienação tecnológica. Ele se pergunta: qual o lugar do negro em um futuro imaginado como uma extensão do projeto colonial e branco?

Para além das definições de subgêneros, o cerne do projeto afrofuturista, seja diaspórico ou continental, é a crença no poder político da imaginação. Esta crença é sintetizada por Womack (2015, p. 43), quando afirma que "criar histórias com pessoas negras no futuro desafia a norma. Com o poder da tecnologia e liberdades emergentes, artistas negros têm mais controle sobre suas imagens do que nunca."

A imaginação não é um refúgio escapista da realidade; é uma faculdade que molda a realidade. Ao criar persistentemente imagens de negros no futuro – como cientistas, como astronautas, como deuses, como sobreviventes apocalípticos – o Afrofuturismo realiza um trabalho de resistência cognitiva, quebrando o paradigma colonizador que reserva esses papéis para o sujeito branco.

Se o Afrofuturismo diaspórico nasceu da necessidade de responder à alienação dentro das sociedades ocidentais, uma nova frente do movimento tem se voltado para o continente africano, propondo um distanciamento crítico até mesmo do termo "Afrofuturismo". A autora *naijamericana*[12] Nnedi Okorafor está na vanguarda desta virada, cunhando os termos Africanofuturismo e Africanojujuísmo[13].

Okorafor define Africanofuturismo como um subgênero da ficção científica que é semelhante ao Afrofuturismo, mas que se distingue por estar menos preocupado com "o que poderia ter sido" e mais preocupado com "o que é e poderá ser/será". Ele reconhece, lida e suporta "o que foi" (Okorafor, 2019). A diferença essencial é o locus de enunciação. Como ressalta Kênia Freitas (2020, p. 265), "nesse sentido, as especulações do Africanofuturismo não estão interessadas em fabular criticamente o passado ou o trauma, mas carregam as feridas abertas do continente como ponto fundante de imaginação para o que está no porvir".

11 Tradução nossa.
12 Neologismo proposto pela própria escritora para a junção de nigeriana-americana. (Freitas, 2020).
13 Partindo da tradução de Freitas (2020) para *Africanfuturism* e *Africanjujuism*.

Enquanto o Afrofuturismo diaspórico frequentemente parte de uma posição de alteridade dentro do Ocidente e lida com questões de dupla consciência, assimilação e recuperação de uma identidade perdida, o Africanofuturismo parte de um centro africano. Ele não está necessariamente preocupado em dialogar com ou responder ao cânone ocidental. Sua preocupação é imaginar o futuro a partir das realidades, dos desafios e, sobretudo, das cosmologias do continente. A pergunta deixa de ser "qual o nosso lugar no futuro do Ocidente?" e torna-se "como será o nosso próprio futuro, gerado a partir das nossas próprias premissas?".

Esta mudança de foco é profundamente decolonial, recusa a ideia de que a África deve primeiro "alcançar" o Ocidente para então poder pensar o futuro. Pelo contrário, ela afirma que o futuro já está sendo gestado no presente do continente, com suas próprias ferramentas conceituais. O Africanofuturismo desloca a agência imaginativa da periferia da diáspora para o centro continental, proclamando a autonomia epistemológica da África, reforçando além disso, que "a África não é um país, é um continente diverso. Também [...] é uma construção (e uma coisa etérea que viaja pelo espaço e tempo[14])" (Okorafor, 2019).

Uma das questões provocativas que guiaram Okorafor foi: "e se alienígenas chegassem a Lagos, na Nigéria?[15]". Era uma ferramenta crítica, uma lente através da qual ela podia expor e desmantelar as suposições geopolíticas e culturais da ficção científica, ao mesmo tempo que afirmava o direito e a capacidade da África de ser o centro de suas próprias narrativas cósmicas e de definir, por si mesma, o que constitui o "futuro".

Seu conto *Hello, Moto*, de 2011, é um expoente desse projeto estético e político, situando-se no cruzamento entre a ficção científica e o realismo mágico africano. No entanto, a abordagem de Okorafor não é a de uma invasão extraterrestre clássica. Em vez disso, a ameaça «alienígena» é internalizada e transformada através de uma visão cultural local. A história explora essa ideia por meio de uma invenção tecnológica singular que desencadeia o conflito, questionando as próprias noções de poder, identidade e progresso tecnológico.

A protagonista da história é Rain, uma mulher nigeriana descrita como uma "bruxa-cientista". Usando seu conhecimento de tecnologia e do sistema espiritual tradicional conhecido como Juju (praticado principalmente na Nigéria e Camarões), ela realiza uma combinação alquímica para criar três perucas inteligentes e encantadas. Essas perucas concedem poderes sobrenaturais — como beleza magnética, persuasão irresistível e força sobre-humana — a quem as usa. Outro ponto que pode parecer estranho sob o olhar ocidentalizado, mas que é natural para a cultura nigeriana contemporânea, em que as perucas são mais populares do que o cabelo natural (Ikpoyi, 2019).

A própria descrição da protagonista, recusando o rótulo de "simplesmente" bruxa, ou apenas uma cientista de jaleco branco opera em um regime de conhecimento que a epistemologia ocidental insiste em separar – ciência e magia – fundindo-os em uma única prática. Esta figura híbrida é a personificação da mímica sob a ótica de Bhabha: ela é "quase" a cientista ocidental, "mas não exatamente", uma fusão que deixa de ser um mero exotismo; é a afirmação de que a tecnologia do futuro africano pode ser animista, pode ser espiritual, pode ser mágica; é a decolonização da própria ideia de tecnologia.

14 Tradução nossa.
15 Tradução nossa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mt0PiXLvYIU&t=405s>. Acesso em 15 out. 2025.

Ao fazê-lo, *Hello, Moto* não está simplesmente adicionando «sabor local» ao *sci-fi*; está desestabilizando as próprias bases epistemológicas do gênero, demonstrando que o futuro pode ser concebido a partir de outros sistemas de conhecimento. A mímica, assim, revela-se uma ferramenta poderosa de apropriação e ressignificação decolonial.

Rain presenteia suas melhores amigas, Philo e Coco, com duas dessas perucas, formando um triunvirato inicialmente unido pela experiência transformadora de utilizá-las. No entanto, o poder corrompe rapidamente. Philo e Coco, embriagadas pelas novas habilidades, começam a usar as perucas para manipular e dominar as pessoas ao seu redor, desenvolvendo planos de controle em larga escala que ameaçam a própria estrutura social. A trama se concentra no conflito crescente entre as três mulheres, enquanto Rain, horrorizada com o monstro que criou, tenta conter a situação que foge ao seu controle.

Hello, Moto funciona como uma alegoria poderosa sobre os perigos do poder desenfreado, a corrupção e as complexas dinâmicas pós-coloniais. A obra critica a noção de que o progresso tecnológico é intrinsecamente benéfico, questionando quem controla a tecnologia e para quais fins ela é utilizada.

A própria natureza do conflito – uma batalha entre três mulheres com poderes derivados do Juju – está profundamente enraizada nas tensões entre tradição e modernidade, espiritualidade e materialismo, que caracterizam a experiência urbana na Nigéria contemporânea. O poder que as protagonistas Rain, Philo e Coco detêm é um poder que emerge das entranhas da cultura e do território nigerianos.

Hello, Moto decoloniza a agência narrativa com suas protagonistas: três mulheres nigerianas, que não são ajudantes, nem interesse amoroso, nem vítimas. Ao colocar o poder cósmico e a responsabilidade por ele nas mãos de mulheres negras, a história subverte múltiplas hierarquias ao mesmo tempo: a racial, a de gênero e a geopolítica. A mensagem é clara: o futuro será moldado por aqueles que foram historicamente marginalizados, e eles o farão com as suas próprias ferramentas e de acordo com os seus próprios conflitos internos.

Cada imagem, cada narrativa, é um ato de insurgência contra a normatividade do branco como sujeito universal da história. Colocar uma mulher negra como a comandante de uma nave espacial, ou fazer de Lagos o epicentro de uma invasão alienígena, como faz *Hello, Moto*, não é um gesto neutro. É um ato que redesenha o mapa do significativo e do possível: diz ao espectador negro: "você pertence ao futuro", e diz ao espectador não-negro: "o seu monopólio sobre o amanhã não é uma certeza absoluta" (Fig.1).

***Hello, Rain*: fabulação decolonial e cidade insurgente**

A história por trás de *Hello, Rain*, curta-metragem baseado em *Hello, Moto* começa com uma convergência cultural significativa. O cineasta C.J. "Fiery" Obasi, já estabelecido no cenário nigeriano com seu filme de estreia *Ojuju* (2014), um horror de zumbis com temáticas locais, buscava expandir suas fronteiras criativas. Foi através da obra da aclamada escritora com descendência também nigeriana que ele encontrou a base perfeita para seu próximo projeto. Este processo criou uma ponte cultural vital: uma história concebida no contexto da diáspora africana foi reinterpretada e "repatriada" por um cineasta radicado na Nigéria, utilizando a linguagem e os recursos do cinema nollywoodiano. Esta simbiose entre a perspectiva diaspórica de Okorafor e a visão continental de Obasi resultou em uma obra que é profundamente enraizada na cultura nigeriana enquanto dialoga com questões universais de poder e tecnologia.





Figura 1 - Rain, Philo e Coco se encontram no átrio para portais. Fonte: Hello, Rain; Direção: C. J. Obasi. Produção: Fiery Film. Nigéria: Igodo Films, 2018. Disponível online na plataforma Amazon Prime (30 min.).

Obasi emerge como uma das vozes inovadoras e conceitualmente ambiciosas do "New Nollywood", uma geração de cineastas nigerianos que eleva o padrão estético e temático da indústria. Nascido em Owerri, no sudeste da Nigéria, sua formação cultural foi um caldeirão de influências aparentemente dissonantes: cresceu assistindo aos filmes de terror da britânica Hammer, lendo os romances de Stephen King e recriando seus super-heróis e vilões favoritos em quadrinhos desenhados à mão. Essa dieta cultural global, filtrada por sua sensibilidade nigeriana, forjou um artista que não vê contradição entre o popular e o erudito, o local e o global, o gênero e a arte.

Partindo da premissa de Henri Lefebvre (2013) de que o espaço é um produto social, o gesto espacial mais radical de *Hello, Rain* é também o mais simples: a sua localização. O filme responde diretamente à pergunta fabulatória de Nnedi Okorafor: "e se alienígenas chegassem a Lagos, na Nigéria?". Esta pergunta, aparentemente ingênua, é um ato de insurgência geográfica. Ela desloca o centro de gravidade do imaginário sci-fi, desafiando a hegemonia dos cenários norte-americanos e europeus.

Ao eleger Lagos como o palco para um conflito que envolve poderes sobrenaturais capazes de ameaçar o mundo, Hello, Rain realiza uma operação de recentralização decolonial. A mensagem é clara: os destinos do planeta não se decidem apenas nos corredores do poder do Norte Global; eles podem ser dramaticamente alterados a partir de uma metrópole africana. Isto corrói a noção de que a África é um objeto passivo da história global e a reposiciona como um sujeito ativo na moldagem do futuro.

Este deslocamento é reforçado no filme pela breve aparição da Torre Eiffel, que localiza Philo e Coco em Paris. Esta inserção não serve para conceder legitimidade europeia à narrativa; pelo contrário, serve para destacar o potencial transnacional da ameaça que se originou em Lagos. A geografia do filme não é provincial; é intencionalmente global, mas um global recentrado, onde Lagos e Paris são pontos equidistantes num mapa de poder remodelado.

Se a escala geográfica estabelece Lagos como o centro do mundo diegético, a escala urbana dá corpo e textura a este centro. A representação da cidade em *Hello, Rain* afasta-se deliberadamente dos clichês do urbanismo futurista ocidental – os arranha-céus espelhados, os transportes voadores, os ambientes assépticos – para mergulhar na cidade real, orgânica e cacofônica da experiência nigeriana.

Obasi não usa Lagos como sustentáculo exótico. Ele a retrata em sua textura específica e contraditória. A sequência que tem lugar numa feira-livre, é um dos momentos mais importantes do filme para a compreensão da sua espacialidade decolonial. Nesta cena, a câmera de Obasi não se interessa pelos grandes edifícios ou pelos cartões postais da cidade. Em vez disso, ela foca-se nas entranhas vivas de Lagos: o comércio informal, o movimento das pessoas, os gestos cotidianos de sobrevivência e sociabilidade (Fig. 2).

A câmera focaliza o cortar de hortaliças, o cair do dinheiro, o movimento das pessoas com uma crueza quase documental. Esta é a "realidade" que será rompida pelo fantástico sci-fi. Ao ancorar o conflito sobrenatural nesta materialidade, o filme afirma que o destino do mundo não se decide apenas nos centros financeiros do Capitaloceno, mas também nas ruas movimentadas das cidades africanas.

Esta abordagem cinematográfica pode ser lida como uma imergência profunda no espaço vivido, sob a visão de Lefebvre (2013), espaço apropriado pelos habitantes, carregado de símbolos, imaginação, história, vida e emoções. É o lócus dos processos cognitivos e das representações sociais, onde se dão os conflitos e as lutas pela apropriação da espacialidade.

Ao elevar estes elementos sonoros e visuais do cotidiano a um primeiro plano, o filme realiza uma dupla operação: dignifica o espaço popular, como a feira-livre, frequentemente associada à informalidade e à precariedade, ao apresentá-la como o verdadeiro coração social da cidade, um espaço de vitalidade e comunidade; e estabelece o contraste para a ruptura explícita entre o real e o fantástico. Esta representação densa e sensorial da vida urbana "real" serve como base desse contraste. O desdém de Philo e os poderes que ela subsequentemente liberta não são abstrações; são uma ameaça concreta a este mundo específico, a estas pessoas e a estas atividades. A ruptura com o real deixa de ser um exercício formal e torna-se uma agressão contra um tecido social material.

A abordagem urbana de Obasi vai além do simples realismo, o filme entende a rua como um espaço de significação cultural. A diversidade de cores, de sons, de movimentos e de interações na feira-livre comunica uma ideia de cidade que é polifônica, descentrada e resiliente.

Figura 2 - Enfoque na diversidade da atividade comercial durante o ataque de Philo. Fonte: Hello, Rain; Direção: C. J. Obasi. Produção: Fiery Film. Nigéria: Igodo Films, 2018. Disponível online na plataforma Amazon Prime (30 min.).

Esta visão contrasta fortemente com a imagem cosmopolita e tecnológica que Lagos por vezes projeta internacionalmente através dos seus distritos financeiros. Obasi opta por mostrar a cidade a partir de baixo, a partir dos seus fluxos populares, onde "a própria mediação em processo contínuo a faz constantemente nova e original pois não há, na cidade, experiências que não sejam novas, embora reconheçamos que o cotidiano gera comportamentos marcados pelo hábito e pela rotina", como aponta Lucrécia Ferrara (2008, p. 49).

Hello, Rain captura precisamente esta dialética entre o hábito (o cortar de legumes, o vender) e a novidade agora radicalizada (a irrupção de poderes sobrenaturais). A espacialidade urbana que o filme constrói é, assim, um espaço de potência latente, onde o que é rotineiro pode, a qualquer momento, ser atravessado e transformado pelo fantástico. É a materialização da ideia de que o futuro não chega do exterior, como uma força alienígena, mas pode emergir das próprias dinâmicas internas da cidade africana.

No entanto, a espacialidade decolonial de *Hello, Rain* atinge um outro nível de complexidade e densidade histórica na sua abordagem ao espaço arquitetônico. O filme não trata os edifícios como meros cenários, mas como artefatos carregados de memória política e cultural, que são reativados e ressignificados pela narrativa ficcional.

Dentro da cartografia espacial decolonial traçada por *Hello, Rain*, nenhum elemento arquitetônico é mais carregado de significado do que o *National Arts Theatre de Lagos*. A sua presença no clímax do filme transcende em muito a função de um mero cenário pitoresco ou de uma referência geográfica ilustrativa. O edifício ergue-se como um personagem não-humano cuja massa de concreto encapsula as contradições da história pós-colonial nigeriana, tornando-se o palco ideal para a batalha final que não é apenas entre três bruxas-cientistas, mas por uma ideia de futuro.

A escolha deste monumento específico por C.J. Obasi é um gesto de profunda sofisticação crítica, que convida a uma leitura do edifício como um sítio de memória conflituosa e um campo de batalha simbólico onde se debate o controle da narrativa cultural na Nigéria. A monumentalidade do teatro serve a um duplo propósito narrativo inicial: elevar a escala do confronto com sua arquitetura grandiosa que confere uma dimensão épica ao combate, solidificando a ideia de que o que está em jogo é o destino não apenas de três indivíduos, mas da própria cidade e, por extensão, do mundo; e a solidificação do risco.

A associação do edifício com o poder estatal (mesmo que de um passado autoritário) amplifica a percepção de que a ameaça representada por Philo e Coco é de ordem política e civilizacional. Mas para compreender o peso do National Arts Theatre no filme, é essencial revisitar a sua história material.

Agora conhecido como Centro Wole Soyinka para Cultura e Artes Criativas, quando em julho de 2024, o presidente Bola Tinubu renomeou o Teatro em homenagem ao ganhador do Prêmio Nobel Wole Soyinka, o espaço foi concluído em 1976 para sediar o Segundo Festival Mundial de Arte e Cultura Negra (FESTAC) em 1977.

O edifício foi uma encomenda do regime militar do General Yakubu Gowon e concluído sob o governo do General Olusegun Obasanjo. A sua arquitetura é incontornavelmente marcada por esta gênese autoritária: o FESTAC 77 foi um megaprojeto panafricano concebido para exibir o renascimento cultural e a modernidade da Nigéria no cenário global, pós-Guerra Civil. No entanto, esta celebração da "negritude" e da cultura africana foi financiada pela receita do petróleo e orquestrada por um governo não-eleito, criando uma dissonância fundamental entre o conteúdo libertário do festival e a



forma autoritária do seu patrocínio estatal.

O Teatro Nacional torna-se, assim, um monumento à ambiguidade do projeto nacional nigeriano. Ele simboliza, por um lado, a ambição e o potencial cultural do país, a sua capacidade de se afirmar como uma potência cultural continental. Por outro lado, é um lembrete físico de um período de governo militar, de centralização do poder e de um nacionalismo por vezes opressivo. A sua própria morfologia, com a sua forma massiva e a sua cobertura que se assemelha a um chapéu militar, ecoa visualmente esta aura de poder impessoal e estatal (Fig. 3).

Esta ambiguidade é ainda acentuada pela sua notória semelhança com o Palácio da Cultura e do Desporto de Varna, na Bulgária, construído pela mesma empreiteira estatal, a Techno Exporstroy. A origem estrangeira, com desenho "importado" para um símbolo de cultura nacional, adiciona mais uma camada de complexidade. O Teatro Nacional não é uma expressão "pura" ou vernacular da arquitetura nigeriana; é um produto da globalização, um empréstimo estético que fala das complexas alianças e das buscas por modelos de modernidade no período pós-colonial. Ele é, portanto, um símbolo não de uma identidade autêntica e incontestada, mas das negociações, empréstimos e contradições que constituem a modernidade nigeriana.

O filme não ignora a história problemática do edifício; antes, ativa-a e coloca-a em jogo. Ao transformar o Teatro Nacional no palco de uma batalha cósmica entre forças sobrenaturais, Obasi realiza uma metaforização poderosa das lutas pela alma cultural da Nigéria. A arquitetura deixa de ser um relicário de um passado glorioso e problemático para se tornar uma arena viva onde o futuro está a ser disputado no presente.

A sua monumentalidade funciona como um antagonista passivo. A sua massa imponente cria um senso de enclausuramento e de finalidade. Não há para onde escapar; o conflito deve ser resolvido ali, diante deste testemunho silencioso da história nacional. Ao mesmo tempo, a arquitetura peculiar do teatro, com os seus múltiplos níveis e a sua praça de acesso, oferece um terreno de combate dinâmico, tornando-se uma cúmplice estrutural da coreografia do conflito. As personagens correm, posicionam-se e lutam em relação à edificação, usando a sua estrutura como cobertura, como plataforma, como ponto de referência.

Figura 3 - Comparação entre o National Arts Theatre nigeriano e o Palácio da Cultura e do Desporto búlgaro. Fonte: <https://tribuneonlineng.com/wp-content/uploads/2019/05/national-arts-theatre.jpg>; <https://files.structurae.net/files/photos/1/varna_palace_of_sports_and_culture_b.jpg>. Acesso em: 15 out. 2025.

Esta interação entre os corpos das protagonistas e o corpo arquitetônico do teatro é substancial. Ela materializa a tese de que a luta cultural e política é sempre uma luta encarnada e situada. Não se trata de um debate abstrato, mas de um conflito que se desenrola em espaços específicos, com histórias específicas. O fato de o poder em disputa ser o Africanojujuísmo – uma força que emerge das entranhas da cultura e da espiritualidade nigeriana – e o palco ser este monumento estatal pós-colonial, cria uma ironia profundamente significativa. A cultura espiritual "não-oficial", frequentemente marginalizada ou folclorizada pelo estado, reapropria-se simbolicamente do seu maior símbolo cultural "oficial" para travar a sua batalha mais decisiva.

Ao recusar-se a mostrar um vencedor desta última batalha, Obasi não só mantém a tensão narrativa, mas também metaforiza a natureza inconclusiva da própria luta pela cultura e pelo futuro da Nigéria. O National Arts Theatre, na vida real, tem tido um futuro igualmente incerto, tem sido alvo constante de críticas e tentativas de privatização. A resistência e a luta pelo desenvolvimento das expressões artísticas nigeriana que ali se concentram espelham a batalha ficcional. O destino do monumento físico e o destino da cultura que ele deveria abrigar estão em suspenso, sujeitos a forças políticas e econômicas em conflito.

Entre a incerteza que paira sobre o atual Centro Wole Soyinka para Cultura e Artes Criativas e as tensões que atravessam o futuro cultural nigeriano, emerge um ponto de inflexão que desloca a discussão do campo estritamente institucional para o domínio mais amplo das fabulações coletivas. É justamente nesse intervalo — entre o risco do apagamento e a persistência da criação — que se torna possível compreender como o audiovisual nigeriano opera como arena crítica, reativando memórias, territórios e cosmologias capazes de desafiar a narrativa hegemônica do capitalismo global. Assim, a indefinição que envolve essa edificação abre espaço para pensar a cidade, o cinema e o futuro não como destinos fixos, mas como campos de possibilidade insurgente.

É contra este duplo véu – da distorção e do apagamento – que se levantam Nollywood, com a sua indústria autogerada e prolificamente popular; o Afrofuturismo, com a sua reivindicação do futuro como território negro; e Lagos, com a sua energia caótica e resiliente. No entanto, é na sua conjunção, materializada de forma paradigmática no curta-metragem *Hello, Rain* de C.J. Obasi, que estes elementos se fundem numa força transformadora singular.

Para compreender a potência da fabulação em *Hello, Rain*, é necessário diagnosticar com precisão a doença que ela busca curar. A cidade africana, no imaginário global do Capitaloceno, sofre o que podemos chamar de uma dupla captura imaginária.

A primeira captura é a mais óbvia. Através de coberturas jornalísticas, relatórios de ONGs e até mesmo de certas produções cinematográficas ocidentais, cidades como Lagos são constantemente retratadas através de uma lente que enfatiza a disfunção: o trânsito caótico, os bairros de lata, a infraestrutura colapsada, a informalidade generalizada. Esta narrativa, embora frequentemente baseada em realidades materiais inegáveis, é descontextualizada, desistoricizada e despolitizada. Ela transforma a complexidade urbana num espetáculo de miséria, apagando as formas de vida, as economias inventivas, as solidariedades e as culturas vibrantes que persistem e florescem nestes espaços. A cidade é reduzida a um sintoma patológico do subdesenvolvimento, um lugar que precisa ser "salvo" ou "corrigido" por intervenções externas.

A segunda captura é mais sutil e, por isso, mais perniciosa. É a narrativa da necessidade de um emparelhamento (social, financeiro etc.) – a ideia de que o destino desejável da cidade africana é tornar-se uma réplica das metrópoles do Norte Global. Nesta visão, o futuro de Lagos seria uma versão de Singapura, Dubai ou, no máximo, uma Miami tropical. Esta narrativa é promovida por projetos de "cidades inteligentes", por megaprojetos imobiliários fechados e por um discurso de desenvolvimento que equipara modernidade com arranha-céus espelhados, vigilância digital e consumo de luxo.

Esta captura é perigosa porque sequestra o desejo. Ela nos faz ansiar por um futuro que é ecologicamente insustentável, socialmente excludente e culturalmente alienante. É um futuro que nega a especificidade histórica e a potência criativa da urbanidade africana, oferecendo em seu lugar um modelo genérico e importado. Esta é a estética do sci-fi hollywoodiano aplicada ao planejamento urbano: um futuro tecnoutópico que é, na realidade, a perpetuação do extrativismo e da desigualdade sob nova roupagem.

O resultado desta dupla captura é uma asfixia do imaginário urbano nigeriano. A cidade fica presa entre a hipervisibilidade de um presente de crise e a promessa vazia de um futuro de cópia. É neste deserto de possibilidades que o Afrofuturismo, por sua vez, fornece o quadro teórico e estético para levar esta fabulação a um novo patamar. Se Nollywood fabula o presente da cidade com elementos do sobrenatural, o Afrofuturismo fabula o seu futuro. A sua contribuição fundamental é política e epistemológica: ele declara que o futuro não é uma propriedade do Ocidente, mas um direito e um território de luta para os povos negros.

A virada continental do Afrofuturismo, encarnada no Africanofuturismo e no Africanojujuísmo de Nnedi Okorafor, é particularmente importante neste sentido. Ela desloca o eixo da discussão da experiência diaspórica de alienação para a potência epistemológica do continente. Ao propor que o futuro pode ser gerado a partir de cosmologias africanas, que a tecnologia pode ser animista e que a ciência pode ser bruxaria, o Afrofuturismo continental realiza uma decolonização radical do próprio conceito de futuro. Ele liberta a imaginação da obrigação de replicar o modelo ocidental.

É precisamente esta síntese que *Hello, Rain* realiza: um filme que é ao mesmo tempo intrinsecamente nollywoodiano (na sua economia de meios, na sua centralidade em Lagos) e profundamente afrofuturista (na sua adoção do Africanojujuísmo, na sua intervenção na geopolítica do sci-fi).

Hello, Rain, de certa maneira, pode ser lido como um manifesto para uma epistemologia urbana insurgente. Através da sua poética espacial decolonial, ele demonstra como a cidade pode ser lida, vivida e projetada de uma forma que escapa à dupla captura do Capitaloceno.

O filme trata Lagos como um texto vivo a ser decifrado e um contexto ativo que molda a ação. Esta abordagem constitui uma epistemologia: uma forma de saber a cidade que é oposta à visão panóptica do planejador ou à visão miserabilista do jornalista. É uma epistemologia situada, corporizada, que aprende a cidade a partir dos seus ritmos e das suas texturas. A materialização de Lagos dessa forma já parte do próprio conto originário, *Hello, Moto*, que se refere à:

> rua movimentada. Pessoas sentadas em táxis movimentados e empoleiradas em centenas de motocicletas okada. Mulheres do mercado caminhando ao longo da estrada. A mistura de edifícios antigos e modernos de Lagos. Mendigos deficientes na estrada. Meninos jogando futebol em um campo[16] (Okorafor, 2011).

16 Tradução nossa.

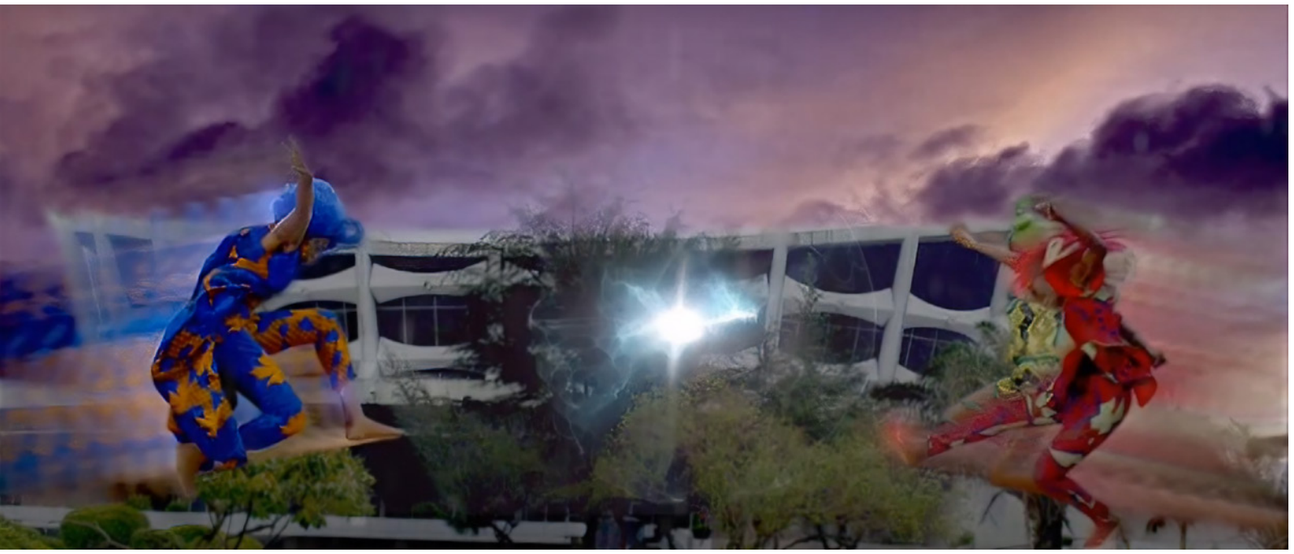


Figura 4 - Último plano do curta com o teatro sendo um dos protagonistas da batalha. Fonte: Hello, Rain; Direção: C. J. Obasi. Produção: Fiery Film. Nigéria: Igodo Films, 2018. Disponível online na plataforma Amazon Prime (30 min.).

Por fim, o suspense final do filme – a batalha inconclusiva – aponta para uma terceira dimensão da epistemologia insurgente: a cidade como uma comunidade de destino fabulado. Ao não oferecer uma resolução, Obasi e Okorafor transferem para o interlocutor um campo de possibilidades. Convidam o público a participar do ato fabulatório, a envolver-se no debate sobre que forças devem prevalecer na modelação do amanhã urbano. Neste gesto, a cidade deixa de ser um objeto passivo a ser observado ou definido e torna-se um sujeito coletivo em processo de autoconstrução através da narrativa (Fig. 4).

Hello, Rain não rejeita o gênero sci-fi; ele o habita e o transforma a partir de dentro, se apropria da linguagem do gênero – a ameaça de poder descontrolado, o conflito entre antigas amigas, a ambientação urbana – mas a preenche com um conteúdo radicalmente outro. Opera, assim, no Terceiro Espaço descrito por Homi Bhabha (1998), criando uma forma híbrida que não é nem sci-fi ocidental puro, nem narrativa tradicional nigeriana.

Os recursos audiovisuais que Obasi utiliza – o slow-motion, os efeitos de eco nas vozes, a música dramática – são parte do vocabulário cinematográfico global. No entanto, ele os direciona para criar uma aura não de triunfo tecnológico, mas de tensão apocalíptica e reflexiva. O final do roteiro sem conclusão visível para as personagens é, em si, um afastamento da narrativa fechada e autoconclusiva típica de muito do sci-fi hollywoodiano.

Desta forma, *Hello, Rain* demonstra que a resistência ao regime imaginário do Capitaloceno não passa necessariamente pela criação de um cinema «puro» e desconectado das formas globais. Pelo contrário, ela passa pela hibridez estratégica, pela capacidade de usar as ferramentas do centro para construir uma periferia forte, criativa e decolonizadora.

O percurso seguido por esta investigação — do Capitaloceno a *Hello, Rain* — evidencia uma busca por saídas possíveis ao realismo capitalista que aprisiona imaginários. A crise do Capitaloceno revela-se, antes de tudo, como uma crise de imaginação: uma dificuldade estrutural de conceber futuros que não reproduzam as lógicas que nos trouxeram até aqui. Nesse sentido, o antídoto não emerge das salas envidraçadas das corporações nem dos gabinetes assépticos dos planejadores urbanos, mas das ruas pulsantes de Lagos e das imagens inventivas que brotam de Nollywood. É ali, na fricção entre precariedade e potência, que se abrem brechas para imaginar outros mundos e outras cidades, capazes de escapar ao horizonte estreito imposto pelo capitalismo global.

Hello, Rain encarna a proposta de que a fabulação e a audiovisualidade são modos de produção urbana. Através da sua espacialidade decolonial, ele demonstra que a cidade não é apenas um conjunto de edifícios e infraestruturas, mas um tecido de histórias, de memórias e de futuros em gestação. A sua epistemologia insurgente ensina-nos a ler a cidade para além da carência e do sentimento de necessidade por emparelhamentos com o Norte Global, a ver nela um laboratório de mundos possíveis.

Nollywood e o Afrofuturismo, na sua síntese, mostram que a periferia do sistema-mundo não é um deserto cultural. É uma constelação de produtividade imaginativa fervilhante, onde se forjam as ferramentas cognitivas e afetivas para enfrentar o colapso. A cidade africana, longe de ser um caso perdido, revela-se assim uma das fronteiras mais importantes do pensamento do século XXI – o lugar onde, paradoxalmente, a crise é mais aguda e a criatividade para a superar é mais intensa.

Nesses filmes, o que irremediavelmente foi e/ou ainda é, nos aspectos sociais e econômicos, abre-se para as viagens do que será ou do que poderá ser - a partir de encontros e confrontos com as tecnologias comunicacionais do século XXI, dos seus perigos, capturas e hackeamentos, das errâncias migratórias e do encontro do que sempre foi com o inimaginável. (Freitas, 2020).

A mensagem final de *Hello, Rain* e do fenômeno que ele representa é uma mensagem de esperança radical. Ela afirma que o fim do mundo capitalista não é o fim do mundo, mas o começo de muitos outros. E que estes mundos novos, estes futuros pluriversais, estão sendo fabulados aqui e agora, nas ruas de Lagos, pelas lentes de Nollywood e pela imaginação decolonizadora do Afrofuturismo. A cidade, no fim, não é o problema; é a solução que estamos aprendendo a imaginar.

Nollywood não é uma ilha de pureza cultural em um mar de capital. Ela é um produto do Capitaloceno, uma formação que emergiu das condições concretas da Nigéria pós-colonial e neoliberal. No entanto, a sua história e a sua trajetória demonstram que o Capitaloceno não é um monolito. Suas frestas, suas contradições e as próprias ferramentas que ele produz (como a tecnologia de vídeo acessível) podem ser apropriadas para fins imprevistos.

No grande teatro do Capitaloceno, Nollywood não é nem a heroína romântica nem a vítima passiva. Ela é uma protagonista complexa e contraditória, cuja agência reside na sua capacidade de navegar, negociar e se reinventar dentro do sistema que a constitui. O seu sucesso futuro não será medido apenas pelo seu PIB cultural ou pelo seu número de Oscars, mas pela sua capacidade de continuar a ser, nas palavras de seus criadores e do seu público, uma «necessidade desesperada de esperança e sonho» – uma fábrica de mundos possíveis que, a partir da periferia, insiste em questionar os limites do mundo que temos.

Referências

AJIBADE, Babson. Nigerian Videos and Their Imagined Western Audiences: The Limits of Nollywood's Transnationality. In: KRINGS, Matthias; OKOME, Onookome (orgs). *Global Nollywood:* The Transnational Dimensions of an African Video Film Industry. Bloomington: Indiana University Press, 2013.

BHABHA, Homi. *O local da cultura.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

DERY, Mark. Black to the Future: Interviews with Samuel R. Delany, Greg Tate, and Tricia Rose. In: DERY, Mark (org.). *Flame wars:* The discourse of cyberculture. Durham: Duke University Press Books, 1994.

DOUGLASON, Kate. *Meet the Boss:* Charles Igwe, CEO, Nollywood Global. How We Made It in Africa, 19 nov. 2014. Disponível em: https://www.howwemadeitinafrica.com/meet-the-boss-charles-igwe-ceo-nollywood-global/. Acesso em: 15 out. 2025.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Cidade:* meio, mídia e mediação. MATRIZes, v. 1, n. 2, p. 39-53, 2008.

FREITAS, Kênia. Africanofuturismos: imaginando o que ainda será. In: ESTEVES, Ana Camila; OLIVEIRA, Jusciele (orgs.). *Cinemas africanos contemporâneos:* abordagens críticas. São Paulo: Sesc, 2020.

HARAWAY, Donna. *Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene:* Making Kin. Environmental Humanities, Santa Cruz, v. 6, p. 159-165, 2015.

HAYNES, Jonathan. *Nollywood in Lagos, Lagos in Nollywood Films.* Africa Today, [S. l.], v. 54, n. 2, p. 131-150, 2007.

IKPOYI, Dan. *Wigs still more popular than natural hair in Nigeria.* BBC News Africa, 01 fev. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/news/av/world-africa-47072293/. Acesso em: 15 out. 2025.

JAMESON, Fredric. *As sementes do tempo.* São Paulo: Ática, 1997.

LEFEBVRE, H. *La producción del espacio.* Madrid: Capitán Swing, 2013.

MOORE, Jason W. (Org.). *Anthropocene or Capitalocene?:* Nature, History, and the Crisis of Capitalism. Oakland: PM Press, 2016.

MORIN, Edgar. *O cinema ou o homem imaginário:* ensaio de antropologia sociológica. São Paulo: É Realizações, 2014.

OKOME, Onookome. *It is Difficult to Ignore Nollywood.* Film Nigeria: An International Journal of the Nigerian Film, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 6-7, 2008.

OKORAFOR, Nnedi. *Hello, Moto.* Tor.com, 2011. Disponível em <https://www.tor.com/ 2011/11/02/hello-moto/>. Acesso em: 15 out. 2025.

OKORAFOR, Nnedi. *Africanfuturism Defined.* Nnedi's Wahala Zone Blog, 2019. Disponível em: http://nnedi.blogspot.com/2019/10/africanfuturism-defined.html. Acesso em: 15 out. 2025.

WOMACK, Ytasha. Cadete espacial. In: FREITAS, Kênia (org.). *Afrofuturismo:* cinema e música em uma diáspora intergaláctica. Caixa Cultural, 2015.

FINCAR OS PÉS
Migração, corpo e refúgios em tempos de Antropoceno

PLANTING ONE´S FEET
Migration, body, and refugia in the Anthropocene

***Samira Proêza*[1]**

Resumo
Este ensaio, de caráter situado e reflexivo, toma como fio condutor a trajetória de Lena, mulher chola quéchua de Cochabamba (Bolívia), para refletir como a crise socioecológica se inscreve em trajetórias migratórias femininas na América Latina. A investigação fundamenta-se no acompanhamento de suas narrativas, construídas ao longo de encontros entre 2021 e 2025 na Villa 31, em Buenos Aires. A partir dessa experiência, o texto analisa as articulações entre crise socioecológica, colonialidade, gênero, raça e migração, compreendendo o corpo como corpo-território e o deslocamento como expressão das rupturas nas condições de reprodução da vida. Em diálogo com autores como Tsing, Cusicanqui, Sassen, Haraway e Paredes, argumenta-se que os efeitos do Antropoceno incidem de maneira desigual, atingindo com intensidade mulheres periferizadas e racializadas. Ao mesmo tempo, evidencia-se como, nas margens urbanas, redes cotidianas de cuidado, trabalho e pertencimento possibilitam reconstruir vínculos e produzir formas de permanência e de habitar a cidade.
Palavras-chave: migração feminina; corpo-território; antropoceno; Villa 31; refúgios.

Abstract
This situated and reflective essay takes the trajectory of Lena, a Quechua Chola woman from Cochabamba (Bolivia), as its guiding thread to examine how the socio-ecological crisis is inscribed in women's migration trajectories in Latin America. Grounded in encounters held between 2021 and 2025 in Villa 31, Buenos Aires, the research draws on her narratives to explore the intersections of the socio-ecological crisis, coloniality, gender, race, and migration. It understands the body as body-territory and displacement as an expression of disruptions in the conditions for the reproduction of life. In dialogue with scholars such as Tsing, Rivera Cusicanqui, Sassen, Haraway, and Paredes, the essay argues that the effects of the Anthropocene are unevenly distributed, disproportionately affecting racialized and marginalized women. It also shows how everyday networks of care, work, and belonging enable the rebuilding of social ties and the creation of new ways of inhabiting the city.
Keywords: women's migration; body-territory; anthropocene; Villa 31; refuges.

1 doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Introdução

Enquanto amassávamos o pão que Lena venderia mais tarde pelas ruas da Villa 31, ela me falava de sua terra indígena, lá na Bolívia, que precisou deixar para trás. Falou da saudade de sentir os pés na terra, de viver em comunidade, de partilhar o cotidiano junto aos seus. Crescida na imensidão, agora vive em espaços confinados na cidade, inventando modos de existência que sustentem o corpo e ressignifiquem sua forma de habitar.

Essa cena, vivida durante o trabalho de campo, compõe uma das muitas camadas da pesquisa de doutorado intitulada *Viajar mundos na Villa 31*: as dobras das *migrações latino-americanas femininas no corpo e na cidade*[2]. Na pesquisa, acompanho as trajetórias (Kofes, 2001) de mulheres migrantes que habitam a Villa 31, onde reinventam novas formas de existência e de fazer-cidade (Agier, 2015). A pesquisa é construída a partir de vários encontros com as mulheres, nos quais, a partir de suas narrativas (Certeau, 1998), tecemos juntas conhecimento[3]. Foi a partir desses encontros que conheci Lena. Ela é falante de quéchua, enquanto eu sou de português. Ambas, em um país onde se fala espanhol, encontrávamos juntas, ao redor da mesa e da massa de pão, zonas de entendimento mútuo.

Essa convivência entre línguas, trajetórias e experiências não era uma exceção, mas parte da própria constituição da Villa 31, território marcado pela presença de múltiplos deslocamentos migratórios e pela convivência cotidiana entre diferentes mundos. A 31 é uma das periferias sociais mais antigas, disputadas e emblemáticas da Argentina. Localizada na região central-norte de Buenos Aires, ao lado de áreas de elevado valor imobiliário, como Retiro e Recoleta, e conectada a importantes infraestruturas de transporte, ela ocupa uma posição singular na cidade. O bairro também se caracteriza pela expressiva presença de migrantes, sobretudo provenientes da Bolívia, do Paraguai e do Peru, configurando um território profundamente diverso que contrasta com o imaginário eurocentrado historicamente construído sobre a Cidade de Buenos Aires. É nesse espaço de encontros e confluências (Santos, 2023) entre diferentes histórias migratórias que a trajetória de Lena[4] ganha forma.

Desse modo, tomando a trajetória de Lena como fio condutor, este ensaio de caráter situado e reflexivo busca analisar como os desdobramentos da crise ecológica se inscrevem em trajetórias migratórias femininas latino-americanas, evidenciando as interseções entre gênero, raça, migração e colonialidade do poder (Quijano, 2005; Lugones, 2014). Interessa compreender como determinadas formas de destruição ambiental, social e econômica incidem de maneira desigual sobre certos corpos e territórios, produzindo deslocamentos, mas também formas de resistência e reelaboração da vida. Nessa direção, acompanho os rastros de Lena por uma perspectiva situada,

2 Pesquisa de doutorado concluída em 2026, na Universidade Federal da Bahia, que, a partir das trajetórias de seis anfitriãs provenientes de diferentes países latino-americanos, investiga os desdobramentos dos processos migratórios de mulheres no continente e as relações entre esses deslocamentos e a produção da cidade desde suas margens.
3 As reflexões apresentadas emergem de encontros, conversas e observações produzidas ao longo da pesquisa de campo realizada entre os anos de 2021 e 2025, na Villa 31, em Buenos Aires, no contexto de uma investigação mais ampla sobre migrações latino-americanas, territorialidades urbanas e formas de habitar nas margens da cidade. A construção metodológica orienta-se pela proposta de pensar com as mulheres e suas trajetórias, tomando suas narrativas não apenas como fontes de informação, mas como produtoras de conhecimento e como pontos de conexão entre diferentes escalas — do corpo ao território, do cotidiano aos processos históricos mais amplos. Nesse sentido, as interpretações aqui desenvolvidas resultam do diálogo entre as experiências narradas pelas interlocutoras, as observações produzidas durante o trabalho de campo e referenciais teóricos oriundos da antropologia, dos estudos decoloniais e dos debates sobre a crise ecológica contemporânea.
4 De modo a preservar a identidade de Lena, e em diálogo com ela, seu nome foi substituído por um nome fictício.

cuja singularidade permite lançar luz sobre processos mais amplos, sem pretender representar a diversidade das experiências migratórias latino-americanas, nem esgotar a complexidade de sua trajetória, mas buscando trazer à reflexão algumas questões que emergiram de nossos encontros.

Em diálogo com narrativas construídas ao longo da pesquisa e contribuições dos estudos decoloniais, da antropologia e dos debates sobre o Antropoceno, o ensaio busca explorar as ressonâncias entre experiência vivida e elaboração conceitual, tomando sua trajetória como uma janela para pensar migração, territorialidade, colonialidade e crise ecológica.

Lena é uma mulher *chola*[5], quéchua e migrante residente na Villa 31 — nascida e criada em uma comunidade andina da região de Cochabamba, na Bolívia. Cresceu junto à terra, em um modo de vida marcado pelas partilhas com sua comunidade e pela agricultura familiar. Ela comenta que pertence à primeira geração de sua família que precisou deixar a comunidade em que viveu todos os antepassados de que ela tem conhecimento. O principal motivo que a levou a migrar para a "cidade grande", longe de seu país e de sua terra, foi a seca, que há anos vem comprometendo as condições de subsistência de sua família, como ela mesma relata: "Lá a gente apenas sobrevive. Quando a colheita é boa, sobrevivemos bem, mas quando a colheita é pouca, quando não chove, não dá resultado. A gente se sacrifica todos os dias."

A escassez de água e a perda gradual das colheitas tornaram-se parte do cotidiano de comunidades camponesas andinas, onde as mudanças climáticas se manifestam de forma intensa. Essa experiência, vivida simultaneamente no corpo e na terra, situa Lena em um dos deslocamentos mais significativos do nosso tempo: aqueles produzidos pela crise ecológica em articulação com desigualdades históricas e estruturais. Sua trajetória permite refletir sobre como os efeitos do Antropoceno não se distribuem de forma homogênea, mas incidem de maneira desigual sobre determinados corpos, territórios e formas de vida. E, ao migrar, ela carrega consigo não apenas a busca por trabalho, sustento e melhores condições de vida para si e seus filhos, mas também saberes, memórias e práticas ancestrais capazes de resistir às lógicas extrativistas e participar da criação de um lar em um lugar novo e desconhecido.

Muitos destes deslocamentos não são acontecimentos isolados ou acidentais, mas parte de processos estruturais que produzem expulsões em diferentes escalas. É o que Saskia Sassen (2015) denomina borda sistêmica (*systemic edge*), que não se manifesta apenas em territórios devastados pela seca, em rios contaminados ou em colheitas perdidas. Ela também se inscreve nos corpos que carregam as marcas dessas destruições. Como afirma Sassen (2015, p. 172), trata-se do momento em que "uma condição familiar se torna extrema. Você não é simplesmente pobre, você está com fome, perdeu sua casa, vive em barraco. Ou com a terra e com a água: não são simplesmente degradadas, terras ou águas insalubres. São mortas, acabadas." Para pessoas como Lena, esse limite é alcançado quando o mundo que deveria sustentar a vida passa a inviabilizá-la, tornando-a impossível.

Muitas trajetórias, como a de Lena, que confluem para as margens urbanas das grandes cidades latino-americanas, são atravessadas por processos mais amplos de

5 O termo *cholo* (Paredes-Candía, 1992) foi historicamente utilizado para designar pessoas com diferentes graus de ascendência indígena, associado à mestiçagem colonial. Durante séculos carregou conotações racistas, mas foi posteriormente ressignificado como afirmação identitária. As vestimentas hoje reconhecidas como típicas das cholas — como a *pollera* (saia longa e rodada), o *aguayo* (tecido colorido amarrado nas costas para carregar pertences ou filhos) e as tranças longas — são expressões de afirmação e de pertencimento e resistência cultural.



expulsão e deslocamento. A crise climática que compromete modos de vida, o racismo que hierarquiza corpos e existências, as desigualdades econômicas e as violências de gênero (entre elas a violência doméstica) compõem algumas das forças que incidem sobre essas mulheres e participam da decisão, nem sempre voluntária, de migrar. Os processos migratórios, nesse sentido, não podem ser compreendidos como resultado de uma única causa, mas como expressão do entrelaçamento de processos históricos, políticos, ambientais e afetivos que produzem deslocamentos, sem perder de vista os agenciamentos singulares que constituem cada trajetória.

É nesse ponto que as reflexões de Malcolm Ferdinand (2022) se tornam significativas. O autor critica a fratura que separa a história colonial da história ambiental do mundo. Para ele, o termo "Antropoceno" produz uma dupla homogeneização: uniformiza tanto a ideia de natureza quanto a própria categoria de humanidade, ocultando as profundas desigualdades que estruturam a experiência da crise ecológica. Como afirma, tais concepções "mascaram a pluralidade dos humanos, colocando em cena homens e mulheres, ricos e pobres, brancos e não brancos, cristãos e não cristãos, doentes e saudáveis" (Ferdinand, 2022, p. 25).

Interessa aqui acompanhar os rastros deixados por Lena para refletir sobre como a fratura colonial descrita por Ferdinand se atualiza nas experiências migratórias contemporâneas. Sua trajetória evidencia que gênero, raça, migração e vulnerabilidade social se articulam na produção de desigualdades que incidem sobre corpos-territórios, tornando-os mais expostos aos processos de devastação ambiental e deslocamento.

Além disso, ao seguir as narrativas de Lena, procuro refletir também sobre como ela, enquanto mulher migrante, tece, nos interstícios das margens urbanas[6], formas de

6 Em diálogo com Rosa (2018), o conceito de margens urbanas é explorado a partir dos estudos de Agier (2015), Das e Poole (2008), que nos fornecem uma base teórica sólida para compreender as complexas dinâmicas das periferias urbanas. Essas referências, entre outras, contribuem para a construção de uma análise mais rica e multifacetada das situações urbanas periféricas (Almeida et al., 2008). Em vez de reduzir esses espaços a simples territórios de exclusão ou ausência, busca-se evitar as visões dicotômicas tradicionais, como dentro/fora, legal/ilegal, formal/informal, que muitas vezes limitam a compreensão da diversidade e complexidade presentes nessas áreas. Essa abordagem será aprofundada ao longo do

Imagem 1 - Lena e eu vestidas de pollera durante a pesquisa em 2023. Fonte: Autoria própria com tratamento de IA.

vida que desafiam as lógicas coloniais e extrativistas. Mesmo distante da terra que deixou para trás, continua cultivando relações, saberes e práticas que afirmam outras maneiras de habitar o mundo (Ima. 1).

Corpo chola desterritorializado

Antes de seu deslocamento para Buenos Aires, Lena vivia em uma comunidade *ayllu*[7], em estreita relação com sua família e com o território. Esse vínculo aparece de forma recorrente em suas narrativas. Nessas comunidades, as características geográficas estão profundamente imbricadas na cultura, nas tradições e na cosmopercepção do povo quéchua. As montanhas, os rios, os lagos e outros elementos da paisagem não são compreendidos apenas como recursos físicos, mas também como entidades espirituais com as quais se estabelecem relações de respeito, reciprocidade e cuidado. A agricultura, os rituais e as festividades acompanham os ciclos da natureza e expressam uma relação íntima com a terra e de partilha com o outro, como descreve Lena:

> Muito linda a comunidade andina. Quando tem a colheita, não dá para imaginar. Até meu marido, que é desse mesmo ambiente, mas de outro lugar, gosta de colher, de ver como produz, como faz produzir. Tem festa em fevereiro, depois na Páscoa, depois no Natal. Na Páscoa, tudo se dá de presente; no Ano-Novo e no Natal, também. Quando um não tem, a gente dá.

As narrativas de Lena revelam uma cosmopercepção na qual o mundo é vivido como um sistema interconectado, em que seres viventes (Santos, 2023), montanhas, rios, plantas e demais existências mantêm relações contínuas de reciprocidade. Os saberes tradicionais — como o uso sustentável dos recursos naturais, as práticas agrícolas adaptadas às condições locais e a leitura dos ciclos ecológicos — são transmitidos de geração em geração em contextos territoriais específicos. Essa relação íntima com a terra molda as subjetividades, influenciando sua língua, suas práticas sociais e sua forma de habitar o mundo. O território, assim, configura-se como um componente vivo e pulsante, intrinsecamente ligado ao modo de existência e às suas práticas cotidianas (Certeau, 1998). Como ilustra Maria, a filha de Lena:

> Há como pequenos caminhos entre as casas, e às vezes eu ia sozinha para a casa dos meus tios. Tem morros, pedras, plantas, rios também; não é um terreno plano, tem vegetação, água. Não é liso como uma mesa; há muitas pedras e água brotando da terra, tudo muito natural. E, quando você vai no verão, a terra é maravilhosa.

Lena se define a si mesma como *chola* e como mulher andina. O termo *chola* tem uma origem colonial e, durante muito tempo, foi usado de forma discriminatória, associado à mestiçagem e a uma suposta "inferioridade" social e racial. No entanto, ao longo das últimas décadas, o termo passou por um processo de ressignificação. A autoidentificação como *chola*, expressa no uso da *pollera* (saia), dos tecidos coloridos e de outros marcadores culturais, tornou-se uma prática de resistência e afirmação política diante do racismo e da exclusão histórica que atravessam as populações indígenas e mestiças na Bolívia. Esse movimento ganha ainda mais força a partir de 2006, com a chegada de Evo Morales à presidência e suas políticas de revalorização das identidades e culturas originárias (Recoaro, 2024).

Silvia Cusicanqui nos ajuda a entender essa ambivalência na constituição das identidades andinas através da noção de *ch'ixi* — um conceito aimará que designa aquilo que carrega elementos contraditórios sem que eles se anulem. Um cinza jaspeado da mistura entre preto e branco, que se confundem, mas que nunca se misturam totalmente. Ser chola, nesse sentido, não é uma subjetividade pura ou resolvida, mas a convivência simultânea entre elementos coloniais e ancestrais, modernos e tradicionais, ocidentais e indígenas. A *chola* expressa essa tensão. Nas palavras da autora: "Por isso, me considero, e considero essa a tradução mais adequada, da mescla colorida e variada que somos nós, os chamados mestiços e mestiças." (2010, p. 69, tradução nossa). A trajetória de Lena evidencia essa condição *ch'ixi*. Ao migrar para Buenos Aires, ela não abandona sua forma de existir andina nem se integra completamente à lógica urbana portenha. Sua experiência é marcada justamente pela convivência dessas territorialidades e cosmologias, frequentemente em tensão.

Lena cresceu de forma bastante enraizada, na qual o corpo carrega memórias e formas próprias de estar no mundo. O idioma quéchua não é apenas um meio de comunicação, mas parte constitutiva desse modo de ser. A língua não apenas expressa, mas sustenta e alimenta uma visão de mundo, atravessando o cotidiano e fortalecendo a conexão com a terra, com os saberes herdados e com os modos de vida comunitários. Assim, ser chola quéchua não é uma identidade fixa ou um rótulo externo, mas uma construção viva, situada, em constante transformação, moldada pelas territorialidades habitadas e pelos vínculos afetivos e simbólicos que se renovam no dia a dia.

A partir da trajetória de Lena surgem algumas inquietações. O que acontece quando uma forma de vida profundamente enraizada em relações comunitárias e territoriais é interrompida? Como um corpo-território se recompõe quando é deslocado de seus circuitos de reciprocidade e de seus modos de existência? E como essas rupturas se intensificam em um contexto de crise socioecológica? Como nos explica Vargas:

> O corpo é visto como uma unidade ecológica na qual se desenvolve a vida, onde se organizam os acontecimentos cotidianos e onde se sobrevive graças aos bens comuns da natureza, como a água, a terra e o ar. Assim, o corpo-território é território individual e território coletivo. A defesa de nossos corpos como sujeitos políticos portadores de direitos e a defesa de nossos territórios como espaço de vida material, cultural, histórica e simbólica (como são os corpos desterritorializados pelas migrações ou pelas tecnologias) são uma luta indivisível (2019, p. 168, tradução nossa).

A adaptação a novos costumes, territorialidades e estilos de vida urbanos pode, por vezes, levar a um distanciamento das práticas tradicionais e a uma sensação de deslocamento. Trata-se de uma ruptura profunda no *habitus* (Bourdieu, 2009), que produz múltiplas tensões tanto em relação ao novo lugar onde se vive quanto àquele que se deixou. Para Philippe Descola (2016), não importa com quem você escolha conviver: os hábitos dessa nova comunidade serão necessariamente diferentes dos seus, em maior ou menor grau, de acordo com a distância percorrida. A partir desse deslocamento, somos levados, por contraste, a compreender onde estamos e a questionar a evidência dos modos de vida da própria comunidade de origem. No

texto, desafiando as concepções estreitas e propondo uma análise mais integradora e sensível dessas realidades urbanas.

7 De acordo com Portillo (2010), um ayllu refere-se à organização social inca, pautada por laços de parentesco e vínculos com o território, e seus fundamentos podem ser observados em diversas dimensões, como as que ressaltou Lena: o vínculo sanguíneo, que considera todos os membros como descendentes de um tronco comum (aylluni); o vínculo territorial, que reúne famílias consanguíneas que habitam uma mesma área (marka); o vínculo linguístico, com o quéchua servindo como idioma principal; e o vínculo econômico, que se manifesta através do trabalho coletivo e do usufruto comum da terra, essencial para garantir a subsistência.

caso de Lena, esse contraste tornou perceptível a ruptura entre formas radicalmente distintas de habitar o mundo.

Todas essas intensidades e rupturas a atravessaram de forma profunda. Ela expressou de forma marcante o choque de estar em outro lugar, manifestado nas diversas crises de pânico que a atravessavam cotidianamente. Além disso, como Cusicanqui (2010) aponta, a modernidade constrói o indígena como sujeito atrasado, a ser superado ou assimilado. Nesse sentido, Lena não só é deslocada, mas passa a ter seu corpo classificado dentro de um sistema hierárquico em que ela, infelizmente, é jogada para baixo. Dessa forma, é importante perceber que o deslocamento migratório urbano, ao retirá-la de seus circuitos de reciprocidade, não apenas desestrutura práticas, mas também desorganiza o corpo. Lena expressa isso de forma visceral: sua crise de pânico parece denunciar a violência de um desenraizamento, de uma ruptura não só física, mas cosmológica. A dor que ela carrega é também a dor de um território rompido, de uma temporalidade interrompida. Ela descreve essa sensação de deslocamento:

> Quase todas as noites eu sonhava, como se estivesse lá; era assim que eu me sentia. Fui à psicóloga e ela me disse: “Esqueça, você está aqui. Tente melhorar e pensar nas suas filhas e no seu marido”. Mas era como se eu estivesse em outro mundo; minha mente estava lá. Eu me sentia como se estivesse lá. Pensava muito em como eles estavam e me preocupava. Dentro de casa, eu ficava tomada pelo estresse, por todos aqueles pensamentos.

Durante as nossas conversas, Lena sempre destacava a saudade da família, especialmente da mãe, e da convivência cotidiana com a terra. Sentia falta de viver sem depender do dinheiro para obter aquilo que o território generosamente oferecia. Como ela mesma dizia: “Se eu precisava de algo para cozinhar, eu pegava na terra; aqui não se faz nada sem dinheiro.”

Ela também relatava uma constante sensação de claustrofobia ao viver em espaços tão confinados, profundamente distintos da amplitude e da organicidade de sua comunidade de origem. Em certo momento, mostrou-me fotografias de sua terra. O contraste entre aquelas paisagens abertas, marcadas pelas montanhas, pela vegetação e pelos cursos d’água, e o pequeno espaço fechado em que conversávamos era imenso. Aquelas aproximações entre o que ela me mostrava e onde estávamos pareciam condensar, em um único gesto, a distância física, afetiva e cosmológica produzida pela migração.

Como escreve Célia Xakriabá (2020, online), “não podemos nos ver apartados do território, pois somos também parte indissociável dele, nosso corpo”. As *cholas quéchuas* migrantes, como Lena, sabem bem disso. Ao migrar, não é apenas um espaço geográfico que fica para trás, mas uma rede de relações, memórias, práticas que constituem sua própria existência. Ainda assim, como tantas outras mulheres migrantes, Lena reinventa cotidianamente formas de habitar, produzir vínculos e sustentar a vida em novos territórios, sem que isso elimine as marcas do desenraizamento, das desigualdades e das continuidades coloniais que atravessam sua experiência (Img. 2).

Antropoceno e deslocamentos na América Latina

Ao longo de nossas conversas, Lena voltava repetidamente à seca, à perda das colheitas e à dificuldade crescente de permanecer em sua comunidade. Mais do que relatar uma mudança de país, suas narrativas descreviam a transformação gradual das próprias condições de existência: a terra já não produzia como antes, a água tornava-se cada vez mais escassa e a permanência deixava de ser uma possibilidade.



Imagem 2 - sobreposição de mesa com pão e fachada de Lena. Fonte: Autoria própria (2023).

Precisava partir para ajudar a família que ficou. Acompanhando sua trajetória, tornou-se evidente que a crise ecológica não se distribui de maneira homogênea. Ela se inscreve de forma desigual em determinados corpos e territórios, produzindo deslocamentos que se entrelaçam a processos históricos de colonialidade, racialização e exclusão.

As discussões em torno do Antropoceno ajudam a compreender parte desse cenário, embora o próprio conceito seja objeto de intensos debates. Como observa Tsing (2019, p. 205), “o termo é contestado: cientistas sociais e de humanas têm sido particularmente vigilantes ao apontar suas fraquezas”. Haraway (2020), ao propor o Chthuluceno, e Moore (2016), com o Capitaloceno, também chamam atenção para os limites de uma narrativa que atribui a toda a humanidade uma responsabilidade indiferenciada pelas transformações planetárias. Não pretendo me deter nessa disputa terminológica. Como lembra Haraway (2020, p. 141), “todos os mil nomes propostos

são grandes demais e pequenos demais; todas as histórias são grandes demais e pequenas demais". Interessa-me, antes, acompanhar a história de Lena.

É seguindo seus passos que a ideia de um *Antropoceno fragmentado* ganha espessura. Em sua experiência, não há uma crise ambiental abstrata, mas uma sucessão de perdas concretas: a terra que deixa de sustentar a família, a água que desaparece, a necessidade de abandonar a comunidade onde viveram seus antepassados e, por fim, a reconstrução da vida em uma margem urbana. É nesse ponto que a leitura de Tsing (2019) se aproxima de sua trajetória ao sugerir que o desafio não está em tomar o "Homem" como uma categoria universal, mas em reconhecer que determinados projetos históricos produziram profundas transformações planetárias cujos efeitos recaem de maneira profundamente desigual sobre pessoas e territórios.

As narrativas de Lena também me levaram a aproximar sua experiência da noção de *plantation* proposta por Tsing. Ao narrar a perda das condições de reprodução da vida em sua comunidade, sua trajetória permite compreender como corpos, territórios e modos de existência são progressivamente deslocados para atender às lógicas de exploração e acumulação do capitalismo contemporâneo. Como afirma a autora, a *plantation* corresponde às "simplificações ecológicas nas quais os seres vivos são transformados em recursos — ativos futuros —, removendo-os de seus mundos de vida" (Tsing, 2019, p. 206).

Na narrativa de Lena, a seca, a expropriação dos territórios e a ausência de políticas públicas não aparecem como acontecimentos isolados, mas como dimensões articuladas de um processo que torna progressivamente inviável a continuidade de um modo ancestral de habitar a terra. Ao fragilizarem as condições de permanência e reprodução da vida, essas dinâmicas impulsionam deslocamentos que atravessam diferentes escalas territoriais, levando sujeitos historicamente marginalizados a buscar alternativas nos centros urbanos, onde frequentemente passam a integrar mercados de trabalho precarizados. Foi nesse contexto que o marido de Lena migrou para Buenos Aires para trabalhar na construção civil, enquanto ambos reconstruíam suas vidas nas margens da cidade. A trajetória da família evidencia como as rupturas provocadas pela crise socioecológica não se encerram no momento da partida, mas se prolongam nas formas de inserção urbana, nas condições de moradia e nas relações de trabalho que passam a organizar a vida cotidiana. Como propõe Benach (2022), as margens são parte constitutiva da lógica colonial-capitalista, que depende da produção e reprodução de desigualdades espaciais, econômicas, raciais e de gênero para se sustentar. A divisão sexual e racial do trabalho, a precarização da moradia e a criminalização dos modos de vida periféricos aparecem, assim, como expressões dessa mesma engrenagem.

Enquanto mulher chola e indígena, Lena experimenta de forma particularmente intensa a sobreposição entre colonialidade, patriarcado e crise socioecológica. Como argumenta Julieta Paredes (2018), os corpos das mulheres indígenas são atravessados pelas violências do patriarcado colonial-neoliberal, ao mesmo tempo em que seus territórios são desestabilizados pelos processos de extração e degradação ambiental. Sassen nos explica que:

> A mudança climática produziu ondas de calor raramente vistas antes, que afetaram áreas agrícolas ao redor do mundo e cada vez mais lugares que haviam sido excelentes produtores de alimentos durante muito tempo. Essas ondas de calor e suas consequências são provavelmente a principal fonte da degradação da terra em regiões agrícolas. (2016, p. 182).

Nesse contexto, crise climática e migração deixam de constituir fenômenos separados e passam a expressar diferentes dimensões de uma mesma lógica de expulsão. A seca e a expropriação da terra a forçam a romper com suas referências territoriais e afetivas, deslocando-se para uma margem urbana onde passa a habitar também a condição de corpo periférico, além de corpo migrante. Nesse sentido, a afirmação de Haraway (2020, p. 140) de que "o Antropoceno marca descontinuidades graves" encontra, na experiência da família, uma expressão concreta.

Grande parte da destruição da terra, da água e do ar recai de maneira desproporcional sobre as populações mais pobres, afetando, segundo a autora, cerca de 800 milhões de pessoas em todo o mundo. Embora esses grupos sejam os mais vulneráveis aos impactos da degradação ambiental, seus efeitos não se restringem a eles: a crise ecológica tem o potencial de alcançar todas as pessoas. Como observa Bruno Latour, os povos historicamente subjugados convivem há muito tempo com a crise de onde *aterrar*, tendo seus territórios continuamente expropriados, devastados e desestabilizados. O que se altera no presente é que essa experiência de perda de estabilidade e da ausência de um chão seguro começa a atingir também os países que, historicamente, ocuparam a posição de colonizadores. Como complementa o autor:

> O que está sendo tirado de nós diz respeito a nossos vínculos, nosso modo de vida; é uma questão de solo, da propriedade que desaba sob nossos passos, e essa preocupação atinge todos da mesma forma, tanto os antigos colonizadores quanto os antigos colonizados. Na verdade, não, ela apavora muito mais os antigos colonizadores, menos habituados a essa situação, do que os antigos colonizados. A única certeza é que todos estão diante de uma carência universal de espaço a compartilhar e de terra habitável (Latour, 2020, p.22).

A fala de Latour ressalta o que a trajetória de Lena já evidencia: que essa perda do chão não constitui uma experiência recente nem universal. Para povos indígenas, populações negras e outros grupos historicamente racializados, o "onde aterrar" nunca foi uma garantia, mas uma disputa permanente, marcada pela expropriação de territórios, pelos deslocamentos forçados e pela negação das condições de permanência. Muitas vezes, entre as primeiras a enfrentar essas consequências, estão as mulheres indígenas, negras e migrantes.

É nesse terreno desigual do Antropoceno que se inscreve a trajetória de Lena: a seca, a expropriação e o deslocamento a lançam de um chão a outro, em busca de um lugar onde ainda seja possível viver e cuidar. Ao atravessar as fronteiras entre Bolívia e Argentina, ela percorre também as fronteiras históricas do sistema-mundo (Wallerstein, 1990) — bordas que, como diria Sassen, são zonas de expulsão e de exaustão, onde a crise global se corporifica. Seu percurso mostra que a crise ecológica não se distribui de forma homogênea, mas aprofunda desigualdades historicamente produzidas. É justamente por isso que sua trajetória permite refletir que, embora a crise ecológica possua uma dimensão planetária, seus efeitos são produzidos e experimentados de forma profundamente desigual, atravessando corpos, territórios e histórias marcadas pela colonialidade.

Tecendo outros modos de cura e existência

Ancorando-se em novos territórios, Lena, assim como as outras mulheres migrantes que teceram comigo a pesquisa de doutorado, elabora formas coletivas de se enraizar e de habitar, por meio das quais constroem redes de apoio e modos de vida que desafiam as lógicas de expulsão e afirmam suas presenças na cidade. O corpo, nesse

movimento, atua como mediador entre tempos e espaços: o corpo que veio (portador de saberes e memórias) e o corpo que se (re)faz no novo lugar, articulando permanência, transformação e modos de cura. Dessa forma, pensar o corpo-migrante é também pensar as fronteiras — não apenas como linhas de separação, mas como zonas de fricção e criação. Como diz Gloria Anzaldúa (1987), viver na fronteira é habitar o entre-lugar: esse espaço mestiço e contraditório em que novas identidades e sensibilidades emergem. É nesse limiar, entre países, entre mundos e entre temporalidades, que Lena reinventa sua existência e reconfigura o sentido de “lar”, ou, como diria Haraway (2020), de refúgios.

De Souza (2016) nos provoca a pensar que um dos aspectos mais instigantes do conceito de des-re-territorialização está na possibilidade de compreender o sujeito não apenas como alguém que se adapta ou se submete a uma nacionalidade — delimitada no tempo e no espaço —, mas como corpo-territorial: o sujeito que se constitui e se afirma enquanto seu próprio território. Lena incorpora essa potência ao afirmar, dia após dia, seu corpo-chola-território, enquanto entrelaça novos vínculos com a forma de vida que vai construindo pouco a pouco em deslocamento.

No entanto, é importante ressaltar que a produção de refúgios não ocorre sem fricção, percalços ou sofrimento. Lena foi se resignando à vida em Buenos Aires, motivada, sobretudo, pelo desejo de garantir uma melhor qualidade de vida para suas filhas e, a partir disso, foi construindo zonas de pertencimento. A manutenção do idioma quéchua em casa e o uso da *pollera* em festas, celebrações religiosas e encontros comunitários não são apenas marcas culturais preservadas da vida anterior à migração. São práticas que permitem a Lena reativar vínculos com seu território de origem e atualizar modos de existência que a cidade tende a apagar. No cotidiano de trabalho, ela veste as roupas exigidas pela dinâmica urbana de Buenos Aires. Entretanto, em ocasiões especiais e/ou festivas, ao vestir novamente a roupa de chola, reinscreve seu corpo em outra temporalidade e em outra memória. A *pollera* deixa de ser apenas uma vestimenta e torna-se um elo sensível com sua comunidade andina, permitindo que o corpo atravesse simbolicamente a distância entre a Villa 31 e a Bolívia.

O mesmo acontece com o idioma quéchua. Falado em casa, entre familiares e amigas da comunidade, ele preserva muito mais do que uma forma de comunicação. Como a própria Lena sugere ao longo de suas narrativas, a língua mantém vivos modos de nomear o mundo, de recordar os antepassados e de compartilhar experiências que dificilmente encontrariam tradução completa em espanhol. Vestimenta e idioma constituem, assim, práticas cotidianas de continuidade territorial, por meio das quais Lena produz conexões entre o lugar de onde veio e aquele onde hoje vive.

Essas práticas, contudo, complementam-se com as redes de coletividade que Lena foi tecendo no bairro e que sustentam sua permanência na cidade. O pão que prepara diariamente deixa de ser apenas uma fonte de renda para tornar-se também um mediador de relações. São as amigas que divulgam sua produção, compram seu pão e ajudam a ampliar sua circulação pelo bairro, colaborando com as condições concretas para a reprodução da vida, principalmente depois que seu marido perdeu o emprego na construção civil, em decorrência da pandemia de Covid-19. Nesse momento, ela passou a assumir integralmente o sustento da família e, em um contexto marcado pela precariedade do trabalho e pela ausência de políticas públicas, essas redes tornaram possível permanecer.

Ao mesmo tempo, essas relações produzem afetos que extrapolam o trabalho. Entre conversas enquanto amassam o pão, visitas, refeições compartilhadas e pequenos gestos cotidianos de cuidado, Lena encontra nas amigas e colegas partilhas de experiências semelhantes de migração. Pouco a pouco, essas relações forjam uma



Imagem 3 - Sobreposição de fotografias de Lena. Fonte: Autoria própria (2024).

nova sensação de família, construída pela reciprocidade cotidiana, pela confiança e pelo reconhecimento entre mulheres que compartilham experiências de deslocamento e o cotidiano, como ela conta: “Uma leva empanadas, outra leva bolo. Com esse frio, não estamos mais indo à pracinha, mas, quando chega o verão, nos encontramos para tomar mate. Antes, compartilhávamos o mesmo mate, nos abraçávamos, nos beijávamos. Agora, depois da pandemia, cada uma leva o seu.”

As redes de militância ampliam essas relações ao inseri-la em processos coletivos de reivindicação por melhores condições de moradia, acesso a creches, infraestrutura urbana e enfrentamento das violências de gênero. Ao mesmo tempo, esses coletivos tornam-se espaços de convivência, pertencimento e reciprocidade, onde novas formas de cuidado e de ação política são construídas cotidianamente. Lena participa semanalmente de um desses grupos e acompanha as manifestações organizadas pelo coletivo, como relata: “Já estamos nisso há seis, sete anos. A gente se reúne, mas não

tem apoio do governo. Também lutamos por políticas voltadas às questões de gênero. São encontros do nosso grupo mesmo; somos 62 pessoas."

Assim, o ato de habitar a Villa 31 deixa de significar apenas sobreviver à expulsão. Por meio dessas práticas ordinárias — vender pão, compartilhar alimentos, cuidar dos filhos umas das outras, manter viva a língua quéchua e fortalecer vínculos de solidariedade —, Lena e tantas outras mulheres migrantes produzem formas concretas de pertencimento e constroem coletivamente a 31. A resistência, nesse contexto, não se manifesta como um gesto extraordinário, mas como um trabalho cotidiano de sustentar a vida e fazer-cidade. Como escreveu Haraway:

> O Antropoceno marca descontinuidades graves; o que vem depois não será como o que veio antes. Penso que o nosso trabalho é fazer com que o Antropoceno seja tão curto e tênue quanto possível, e cultivar, uns com os outros, em todos os sentidos imagináveis, épocas por vir que possam reconstituir os refúgios (2020, p. 140).

A vida coletiva e as vestimentas de chola constituem alguns dos principais repertórios por meio dos quais Lena produz esses refúgios. Mais do que preservar lembranças da comunidade andina, essas práticas recriam, em outro território, vínculos de reciprocidade e formas de cuidado que tornam possível sustentar a vida. A cura, nesse contexto, não significa apagar as marcas do desenraizamento, mas construir condições para seguir vivendo, mesmo entre tensões, perdas e deslocamentos. Ela se realiza na capacidade de transformar relações cotidianas em pertencimento e permanência, fazendo da Villa 31 não apenas um lugar de passagem, mas um território vivido, apropriado e continuamente produzido (Img. 3).

Considerações Finais

A trajetória de Lena evidencia que a migração feminina indígena na América Latina não se reduz a um deslocamento geográfico, mas implica transformações profundas do corpo e dos vínculos afetivos. Ao deixar sua comunidade andina, ela carrega consigo saberes, práticas e modos de vida que constituem seu corpo-território, revelando como corpos desterritorializados se tornam sensíveis às desigualdades estruturais, à marginalização urbana e aos impactos de um Antropoceno fragmentado.

Ao mesmo tempo, sua experiência mostra que a desterritorialização não determina completamente a vida migrante. A reinvenção do cotidiano urbano se dá por meio de redes coletivas de cuidado, afeto e militância, nas quais mulheres deslocadas encontram apoio e formas de pertencimento. Nesses microcosmos, corpo, memória e práticas cotidianas se entrelaçam, produzindo territórios de existência que afirmam presença e direitos nas margens urbanas.

Diante disso, um dos atravessamentos mais significativos na trajetória de Lena é justamente a articulação dessas táticas de cura em tempos de Antropoceno. A cura, aqui, entendida como uma práxis afetiva e territorial. É o gesto de produzir abrigo e pertencimento em territórios historicamente estigmatizados pelo racismo e afetados pelas lógicas extrativistas. Em um momento no qual, como afirma Haraway, "a Terra está cheia de refugiados, humanos e não humanos, e sem refúgios" (2020, p. 140), a experiência de Lena nos ensina que construir refúgio é também um modo de cura — uma maneira de fincar raízes enquanto inventamos novos modos de habitar o mundo.

Enquanto amassávamos o pão que Lena venderia mais tarde pelas ruas da Villa 31, ela me convidou para o aniversário de sua filha, dali a algumas semanas. Disse que haveria música boliviana, pratos preparados por ela e comidas trazidas pelas amigas paraguaias e peruanas. Falou das canções que já estava escolhendo e da *pollera* de *chola* que costurava especialmente para a jovem usar no dia da festa. Talvez seja justamente nesses gestos de partilha que os refúgios de que fala Haraway se tornem prática concreta de habitar, permanecer e reinventar o mundo.

Referências

AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015. Disponível em: https://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483. Acesso em: 2024.

AGIER, M. Onde se inventa a cidade do amanhã? Deslocamentos, margens e dinâmicas das fronteiras urbanas. In: GLEDHILL, J.; HITA, M. G.; PERELMAN, M. (org.). *Disputas em torno do espaço urbano:* processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 411-426.

ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T.; DE LUCCA, D. Situações periféricas: etnografia comparada de pobrezas urbanas. *Novos Estudos Cebrap,* São Paulo, v. 28, p. 109-130, 2008.

ANZALDÚA, G. *Borderlands/La Frontera:* The New Mestiza. San Francisco: Spinster/Aunt Lute, 1987.

BENACH, N. Sobrevivir y resistir en los márgenes urbanos: las lógicas geográficas del capitalismo. In: BENACH, N.; DELGADO, M. *Márgenes y umbrales:* revuelta y desorden en la colonización capitalista del espacio. Barcelona: Virus Editorial, 2022.

BOURDIEU, P. Estruturas, habitus e prática. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 2009.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1.* Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CUSICANQUI, S. R. *Ch'ixinakax utxiwa:* una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DAS, V.; POOLE, D. *El estado y sus márgenes:* etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social, n. 27, p. 19-52, 2008.

DE SOUZA, A. P. Des-re-territorialização. In: COSER, S. (org.). *Viagens, deslocamentos, espaços:* conceitos críticos. Vitória: EDUFES, 2016.

DESCOLA, P. *Outras naturezas, outras culturas.* Trad. Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.

FERDINAND, M. *Uma ecologia decolonial:* pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

HARAWAY, D. *Seguir con el problema:* generar parentesco en el Chthuluceno. Bilbao: Consonni, 2020.

KOFES, S. *Uma trajetória, em narrativas.* Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LATOUR, B. *Onde aterrar?* Como se orientar politicamente no Antropoceno. Trad. Marcela Vieira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, M. *Rumo a um feminismo descolonial.* Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MOORE, J. W. (ed.). *Anthropocene or Capitalocene?* Nature, History, and the Crisis of Capitalism. Oakland: PM Press, 2016.

PAREDES-CANDIA, A. *La chola boliviana:* obra de investigación folklórica. 1. ed. La Paz: Ediciones ISLA, 1992.

PAREDES, J. *1492 Entronque Patriarcal:* la situación de las mujeres de los pueblos originarios de Abya Yala después de la invasión colonial de 1492. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, 2018.

PORTILLO, L. *El Ayllu:* base de la organización social inca. Historia Cultural, 23 mar. 2010. Disponível em: https://www.historiacultural.com/2010/03/ayllu-inca-organizacion-social.html. Acesso em: 11 abr. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 776-832.

RECOARO, N. G. Pero ¿qué quiere la chola? El gran poder de la moda andina. *Conexión Paraguay*, 30 maio 2024. Disponível em: https://conexionparaguay.com/nota/3637/pero-que-quiere-la-chola-el-gran-poder-de-la-moda-andina/. Acesso em: 12 abr. 2025.

ROSA, T. T. Pensar por margens. In: JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico.* Tomo I: modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 176-204.

SANTOS, A. B. dos. *A terra dá, a terra quer. Imagens de Santídio Pereira.* São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.

SASSEN, S. “Não é imigração, é expulsão”. Entrevista concedida a Jorge Felix. *Ponto e Vírgula,* São Paulo, n. 18, p. 171-179, 2. sem. 2015.

SASSEN, S. *Expulsões:* brutalidade e complexidade na economia global. Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2016.

TSING, A. L. *Viver nas ruínas:* paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VARGAS, V. El cuerpo como categoría política y potencial de lucha desde la diversidad. In: LEYVA SOLANO, X.; ICAZA, R. (coord.). *En tiempos de muerte:* cuerpos, rebeldías, resistencias. Buenos Aires: CLACSO; San Cristóbal de Las Casas: Cooperativa Editorial Retos; La Haya: Institute of Social Studies, 2019.

WALLERSTEIN, I. *World-systems analysis, the second phase.* Review (Fernand Braudel Center), v. 13, n. 2, p. 287-293, 1990. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40241154.

XAKRIABÁ, C. Amansar o giz. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, jul. 2020.

A POLÍTICA DA LENTIDÃO
Seres lentos e insurgências no urbanismo dromocrático

THE POLITICS OF SLOWNESS
Slow Beings and Insurgencies in Dromocratic Urbanism

Taís Beltrame dos Santos[1]

Resumo
Este artigo investiga os efeitos do regime dromocrático na produção do espaço urbano contemporâneo, tomando como eixo analítico a noção de “seres lentos”, inspirada em Milton Santos. A partir de uma abordagem teórico-crítica que articula autores como Paul Virilio, Milton Santos e Ivan Illich, o texto analisa como a aceleração se consolida como princípio organizador das cidades, operando por meio de três processos fundamentais: a mobilidade orientada ao fluxo, a mecanização fragmentadora do cotidiano e a gentrificação como dispositivo de expropriação da permanência. Argumenta-se que tais dinâmicas produzem uma dupla abstração — do espaço convertido em fluxo e do tempo reduzido a recurso produtivo — resultando em formas específicas de violência temporal e espacial. Em contraposição, o artigo evidencia a existência de corpos, práticas e modos de vida que resistem à lógica aceleracionista, denominados aqui seres lentos, como idosos, crianças, ambulantes e populações tradicionais. Essas presenças instauram fricções no tecido urbano e revelam outras possibilidades de habitar, baseadas na demora, na permanência e na reciprocidade. Metodologicamente, o trabalho combina revisão bibliográfica com a caminhografia urbana, articulando reflexão conceitual e experiência caminhográfica. Conclui-se que as temporalidades lentas não constituem resíduos do sistema, mas potenciais críticos para a reinvenção das práticas urbanas no contexto pós-Antropoceno.
Palavras-chave: dromologia; urbanismo contemporâneo; seres lentos; teoria crítica

Abstract
This article investigates the effects of the dromocratic regime on the production of contemporary urban space, taking as its analytical axis the notion of “slow beings,” inspired by Milton Santos. From a theoretical-critical approach that articulates authors such as Paul Virilio, Milton Santos, and Ivan Illich, the text analyzes how acceleration consolidates itself as an organizing principle of cities, operating through three fundamental processes: flow-oriented mobility, the fragmenting mechanization of everyday life, and gentrification as a device for the expropriation of permanence. It is argued that such dynamics produce a double abstraction—of space converted into flow and of time reduced to a productive resource—resulting in specific forms of temporal and spatial violence. In contrast, the article highlights the existence of bodies, practices, and ways of life that resist the accelerationist logic, here termed “slow beings,” such as the elderly, children, street vendors, and traditional populations. These presences introduce frictions into the urban fabric and reveal alternative ways of inhabiting based on slowness, permanence, and reciprocity. Methodologically, the study combines a bibliographic review with urban walking-based research (walkography), articulating conceptual reflection and situated experience. It concludes that slow temporalities do not constitute residues of the system, but rather critical potentials for the reinvention of urban practices in the post-Anthropocene context.
Keywords: dromology; contemporary urbanism; slow beings; critical theory.

1 Doutoranda em Arquitetura pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2021), Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura (UFPel/2019). Licenciada em Artes Visuais pelo Centro de Artes (UFPel, 2025).

Introdução

Das metrópoles contemporâneas até as cidades mais pequenas, a experiência é cada vez mais moldada pelo regime da velocidade acelerada, que incide sobre a mobilidade física dos corpos, produtos e serviços mas também na percepção, visibilidade e organização do espaço e do tempo nas cidades mas também fora delas. Esse regime da alta velocidade, cada vez mais próxima da abstração e da instantaneidade, foi colocado em análise histórica, urbana e perceptiva pelo filósofo e urbanista Paul Virilio ainda nos anos 1970, contemporaneamente a diversos outros estudos sobre os impactos da condições criadas na pós-modernidade. Em seu célebre livro, Velocidade e Política (1996), Paul Virilio apresenta um novo campo de estudo que denomina Dromologia (dromos: corrida; logos: cieência, razão), a ciência que se dedica a estudar os efeitos dessa velocidade exacerbada, e não apenas da riqueza acumulada.

Da ideia de dromologia, surgem outras noções que ajudam a comunicar a operação da velocidade na sociedade, como por exemplo a Dromocracia, que designa um modelo de governo no qual o controle político e social se exerce primordialmente pela gestão da aceleração dos fluxos, de informações, corpos e capitais, ou seja, um modelo de poder onde a manutenção do controle acontece pela fruição da alta velocidade. Na dromocracia os regismes políticos pretendem dominar a velocidade máxima, sabendo entretanto, que ainda vivemos em cidades e estamos presos - ao menos por enquanto- à materialidade. Esta lógica dromocrática não se limita a reorganizar a cidade e o espaço geopolítico, o que Virilio chama de Dromosfera, mas instaura também uma perspectiva, o Dromocentrismo, que coloca a velocidade no centro da análise social e íntima, ofuscando frequentemente outras dimensões constitutivas da vida, inclusive as existenciais.

Se o dia tem apenas 24 horas,essa fatalidade cíclica imposta por Cronos[2] —, a equação fundamental da modernidade não poderia ser outra senão a da física: $v = \Delta s/\Delta t$ e $a = \Delta v/\Delta t$. O motor dessa equação, no entanto, não é a física, mas sim a lógica do capital: para que a mais-valia seja extraída e os ganhos multiplicados, é imperativo acelerar a produção. Se na Carta de Atenas (Le Corbusier,1993) sonhava com a cidade eficiente, foi porque já pressentia que, diante da invariância do dia, só restaria ao habitante moderno acelerar o gesto,$a = \Delta v/\Delta t$,ou então entregá-lo ao dispositivo tecnológico que o faz por ele, sob o imperativo da produtividade máxima. Produzir mais no mesmo intervalo Δt fixo em 24h significa aumentar a aceleração a, de modo que a velocidade v se eleve continuamente. Não se trata aqui apenas da velocidade dos meios de transporte e de comunicação, mas sobretudo da aceleração

2 A própria ideia do tempo dividido em 24 horas fixas, repetidas ad infinitum como um ciclo mecânico e indiferente, é, em si mesma, uma operação domesticadora e abstracionista. Antes de ser uma constatação da natureza, trata-se da redução do tempo vivido, qualitativo, heterogêneo e inscrito nos corpos, nos ritmos das colheitas, das marés, dos rituais e dos afetos, a uma medida homogênea, quantificável e intercambiável. O relógio não apenas mede o tempo: ele o produz como abstração, como grade vazia e neutra que pode ser preenchida por qualquer conteúdo, trabalho, consumo, deslocamento, lazer, desde que todos se submetam à uma unidade de troca sincronizavel. Se o tempo pode ser contado em horas, pode também ser comprado, vendido, acumulado, acelerado. A divisão do dia em 24 parcelas iguais é um dispositivo de poder que ensina os corpos a sincronizarem-se não mais com o sol ou com o desejo, mas com o ponteiro. Domesticar o tempo é a condição prévia para domesticar o movimento, e é sob essa grade abstrata,o Δt fixo, invariável, universal, que a equação dromocrática ($v = \Delta s/\Delta t$) poderá, mais tarde, inscrever seu imperativo de aceleração infinita.

máxima dessa velocidade. Acelerar o gesto a ponto de automatizá-lo completamente para produzir mais e acumular mais capital a partir das capitais e para elas, a todo tempo instantâneamente. Na cap-tal, e a partir dela, time is money, e precisa estar circulando, fugazmente.

> Habitar a capital, habitar o capital. Viver na capital, entranhar-se no capital, tornar-se capital.... humano. A capital é o domicílio do capital, o Dom capital, o lugar onde se dá basicamente a produção e as ordenações do capital.O capital faz a capital, a capital faz o capital; ela é o lugar da industrialização e da mais-valia (Fuão, 2022, p.42).

Nessa busca pela produtividade máxima, o capitalismo encontrou nas máquinas o seu instrumento ideal. Diferentes do corpo humano, ou outras estruturas orgânicas, que cedo ou tarde sucumbem à fadiga, as máquinas podem operar em regime de aceleração contínua, 24 horas por dia, 7 dias por semana, de preferência ininterruptamente. Vale, no entanto, desconfiar da aparente invulnerabilidade do corpo-máquina. Se por um lado ele não experimenta o cansaço, por outro, sua operação em regime de aceleração constante mergulha o sistema na entropia: a dissipação energética, o desgaste dos componentes e o custo exponencial de manter o motor sempre aquecido e as luzes permanentemente acesas tornam-se o preço oculto do movimento perpétuo (além do constante descarte de peças). A Capital, assim, transcende sua condição geográfica para atuar como um dispositivo de captura centrípeta. Ela não apenas abriga o ritmo, mas o impõe, drenando recursos materiais e energéticos de suas regiões periféricas para sustentar a miragem de uma estética confortável, funcional e acelerada.

Esta análise, que expõe a entropia do conforto e a insustentabilidade do modelo acelerado, é aprofundada por autores como Diniz e Viveiros de Castro (2024) e por outras correntes críticas que, ao pensar o pós-Antropoceno, nos forçam a encarar o custo real dessa máquina que devora o mundo para se manter em movimento.

Além de recursos e energia, a capital também drena talentos humanos e capital simbólico de seu entorno, subordinando territórios periféricos à sua lógica capitalista. A dominação Dromocrática opera, segundo o Paul Virilio, pela imposição de um ritmo hegemônico, pela organização logística e planejamento do território e pela colonização do tempo vivido em valorização do tempo tecnológico da instantaneidade. Como tecnologia política, a Dromocracia gera formas específicas de experiência e compreensão do espaço-tempo, excluindo esteticamente e politicamente os pontos não integrados às suas redes de alta velocidade e produzindo violências em diversas escalas.

No contexto urbano, a dromocracia se manifesta, por exemplo no planejamento de vias e quadras orientado para a fluidez absoluta, que prioriza a infraestrutura de passagem em detrimento dos espaços compartilhados e de permanência, consolidando a cidade como um dispositivo de aceleração contínua (como rodovias e redes digitais); na proliferação de arquiteturas instáveis, rapidamente construídas e demolidas; na implantação de sistemas de monitoramento e semáforos que regulam os fluxos de pessoas e veículos em tempo real; na gentrificação de áreas bem conectadas, que expulsam populações mais lentas ou não integradas aos circuitos de valor; na transformação de espaços públicos e de importância ambiental em zonas de privatização e/ou consumo rápido e descartável. Ações políticas que facilmente são improtadas e reproduzidas também nos interiores, ainda que por uma necessidade de aceleração que não necessariamente é própria do território espaço-temporal de pequenas cidades.

Essa valorização exterior e veloz, em termos da modernidade, foi promovida a partir de uma estética vanguardista, onde a própria tecnologia e cultura, fruto do humanismo tecnológico, poderiam também salvar os interioranos dos problemas tradicionais e conservadores, com os novos produtos e estilo de vida. A cidade grande,e a @ capital em particular,sempre se apresentou sob o signo da promessa: seria o lugar da libertação dos costumes, do anonimato, da possibilidade de múltiplas existências, da experimentação sexual e estética[3], do consumo diversificado e da fugacidade das identidades fixas. Fuão (2021) desnuda, porém, a contradição insolúvel desta promessa. A @capital acolhe e repele simultaneamente: atrai os corpos que buscam escapar do jugo patriarcal do interior, das pequenas cidades onde “todo mundo conhece todo mundo”, da vigilância comunitária e da moral tradicional, mas os insere imediatamente em outra grade de controle, a do tempo abstrato, da produtividade incessante, do consumo como única forma de pertencimento e do alto custo tecnológico como única possibilidade de sobrevivência. E todos aqueles que não se encaixam nessa lógica: excluídos, marginalizados, subalternizados, anacrônicos!

A cidade acelerada, nesse sentido é a estrutura de uma violência temporal e estética que tenta silenciar as cadências dissonantes, aqueles que sabem esperar, e consolidar um projeto urbano domesticador, colonial e antiecológico, que oculta os acidentes que gera (tudo requer empenho físico-temporal, mesmo o mais abstrato[4] ou instantâneo). Este ritmo hegemônico, emanado que Milton Santos denominou meio técnico-científico-informacional em “A natureza do espaço” (1996), opera ativamente para soterrar uma diversidade de outras cadências. Contra a narrativa aceleracionista de fluxo contínuo, colapsante para quase todos, este ensaio se insere, propondo um olhar crítico sobre a operação das velocidades no tempo e no espaço urbanos.

O texto apresenta três processos fundamentais do urbanismo dromocrático: a mobilidade orientada ao fluxo, a mecanização como lógica fragmentadora e a gentrificação como dinâmica de expropriação acelerada. Operando conjuntamente, tais processos materializam uma dupla abstração no espaço urbano: a do espaço convertido em fluxo contínuo e mensurável (Virilio, 1993) e a do tempo reduzido a recurso produtivo e escasso (Santos, 1996), analisa também as práticas de serestância e serelência de diversos personagens e coletivos na cidade. Valorizando temporalidades lentas, presenças insurgentes e corpos não capturados pela democracia das capitais, também se propõe uma pausa para olharmos para a lentidão como modo de vida a partir dos limites e propulsões dos idosos, das crianças, dos catadores, das pessoas em assembléia, dos Povos da Floresta, que, historicamente resistem à alienação acelerada.

3 A liberdade sexual e de consumo prometida pela vitrine da metrópole converte-se, no dispositivo @ capital, em mais uma exigência de aceleração: o corpo deve não apenas produzir, mas também consumir, desejar, performar e conectar-se na velocidade da rede, sob pena de exclusão. Acima de tudo, a dromocracia formata subjetividades em nível neuropsicológico#: molda o desejo em torno da produtividade constante, do crescimento ilimitado e da saturação de estímulos imediatos, fazendo da própria aceleração um imperativo ético e existencial a serviço da valorização do capital. É assim que a alta velocidade, proferida como ideal nas cidades e viabilizada por sucessivas inovações tecnológicas e estéticas, dita o ritmo aceitável das existências, hierarquiza os corpos entre os que se movem na velocidade da rede global e os considerados lentos ou obsoletos, e produz desigualdades espaciais profundas, onde o acesso à instantaneidade realiza-se como critério não apenas de privilégio, mas de pertencimento à própria ideia de “ser contemporâneo”.

4 A aparência desmaterializada da cidade depende, paradoxalmente, de uma infraestrutura física colossal e voraz em energia e recursos. Servidores, data centers, redes de distribuição e sistemas de resfriamento, muitas vezes instalados em periferias logísticas ou em países com legislação ambiental permissiva, compõem o alicerce hiper-material da vida digital. Essa infraestrutura gera resíduos energéticos, térmicos e eletrônicos que permanecem invisíveis para o usuário final, criando uma geografia oculta do consumo extremo.

Metodologicamente, o ensaio adota uma abordagem teórico-crítica, articulando análise conceitual, revisão bibliográfica e as experiências estéticas e políticas proporcionadas pelo corpo que experiencia a cidade e suas múltiplas velocidades por meio da metodologia da caminhografia urbana (Rocha; Santos, 2024). Assim, conjuga-se a leitura de autores que problematizam a aceleração, o tempo e o espaço desde os anos 1970, com a observação situada e politizada do cotidiano e processos sociais, econômicos e mercadológicos que tencionam e resistem nas cidades, em especial a partir da cidade média de Pelotas-RS, no sul do Brasil.

Por fim, ressalta-se que a presente investigação se alinha ao escopo do dossiê "Alternativas para a cidade", ao evidenciar que as violências do urbanismo dromocrático não se restringem à crítica da aceleração e da captura espacial, nem tampouco aos processos aceleracionistas já problematizados por Diniz e Eduardo Viveiros de Castro na obra *Há mundo por vir?* (2014). No contexto do mundo pós-Antropoceno, a análise volta-se, sobretudo, às insurgências silenciosas, que escapam à captura acelerada característica das dinâmicas capitolocêntricas e que ainda podem nos ensinar sobre autonomia e reciprocidade. Trata-se, em certa medida, de reconhecer, em práticas aqui denominadas "serestância" e "serelência", modos de resistência que operam lentamente nas fissuras do tempo acelerado.

O regime Dromocrático como matriz urbana

A dromologia, a partir do pensamento de Virilio (1996;2014) e de Milton Santos (2001; 2008), evidencia que a alta velocidade se inscreve materialmente no tecido urbano pela conversão do espaço em via de fluxo; e pela redução do tempo a um insumo quantificável e produtivo. Nesse regime, a mobilidade é subordinada ao imperativo da circulação ininterrupta, enquanto a funcionalidade e a maquinização do cotidiano se consolidam como princípios que aprofundam a abstração, a fragmentação e a segregação socioespacial. A gentrificação, por sua vez, atua como dispositivo devastador dessa racionalidade, operando como uma máquina de expropriação acelerada do solo e da memória, sobretudo daqueles tempos e práticas que não se ajustam à cadência da velocidade. Nesse sentido, o paralelo entre a gratificação instantânea e a gentrificação instantânea parece funcionar. Tais processos, articulados, conferem espessura concreta à topologia do poder dromocrático: uma lógica que distingue, hierarquiza e separa corpos, arquiteturas e territórios entre aqueles aptos à fruição dos fluxos e aqueles que, por não atingirem, ou por recusarem, os parâmetros exigidos, são tornados descartáveis e substituídos - os Seres Lentos no sentido de Milton Santos (1997).

A análise desses processos explicita os mecanismos pelos quais a velocidade se territorializa, mas também permite identificar suas fraturas e limites, sobretudo a partir das lentidões que estão sendo ocultadas. É precisamente nessas zonas de tensão, onde o fluxo ainda não chega, falha, desacelera ou é interrompido, que imagina-se a reinscrição de outras possibilidades de experiência, permanência e apropriação no espaço urbano. Se a dromocracia é um império, como afirma Eugênio Trivinho (2007) a partir do trabalho de Virilio, existe uma divisão estratificante entre os dromodominadores e dromodominados ou dromoaptos e dromoinaptos em que os primeiros se impõem sobre os segundos que passam a ser uma espécie de proletários dos primeiros, como os seres rápidos e lentos. Entretanto, antes de prolétários da cibercultura, acreditamos que os dromoinaptos são também guardiões de modos de vida que resistem ao império dromocrático.

A mobilidade orientada ao fluxo

Se, para Martin Heidegger (1954), a essência do habitar reside no cuidado com o lugar e na permanência, um "ser-no-mundo" enraizado que constrói para proteger e demorar-se, a genealogia crítica de Paul Virilio (1996) subverte radicalmente essa imagem ao escavar a origem violenta da cidade. Para Virilio, a cidade não nasce do aconchego do lar, mas da máquina de guerra sedentária: suas muralhas e portões não são apenas defesa, mas sim tecnologias de interrupção. O exemplo da muralha, aqui, não é casual: ela materializa o poder de imobilizar o outro, de converter o espaço em um dispositivo logístico que captura corpos e fluxos. É nesse gesto fundador que Virilio localiza a proto-história da dromocracia, o poder da velocidade.

O ponto de inflexão dessa ontologia, contudo, é a emergência do viajante imóvel, figura encarnada pelo soberano em sua biga romana[5]. Na biga romana, a velocidade torna-se um privilégio abstrato, uma experiência de movimento que prescinde do esforço corporal e do deslocamento efetivo da maioria. A biga pode é considerada por Virilio a primeira máquina de segregação temporal. Nesse sentido ela simboliza o momento em que o poder já não se exerce prioritariamente sobre o território fixo, mas sobre a administração diferencial de quem pode fluir (o viajante imóvel) e quem deve permanecer fixo (o corpo capturado pelas muralhas). A cidade, assim, torna-se uma interface seletiva de velocidades e paralisias.

Se desde o período romano isso acontece no modelo de urbanização que indefinidamente ainda orienta as cidades latino americanas, seus fundamentos dromocráticos podem também remontar, em uma outra escala e já na modernidade, à intervenção paradigmática de Georges-Eugène Haussmann em Paris (1853-1870), cujas grandes avenidas e perspectivas retilíneas, narrativamente um projeto estético ou sanitário, materializaram também uma nova racionalidade espacial voltada para o controle militar e a fluidez do capital. A cidade transformou-se em um aparato de passagem, onde a lógica da cinética sucessiva (Virilio, 1996) passa a definir, em uma velocidade acelerada, o valor do território, da capital, mas sempre em direção centrífuga aos interiores. Haussmann iniciou a abertura dos grandes corredores de velocidade. A eficiência com que um território pode ser atravessado vai se tornando mais proeminente que a estabilidade de suas permanências. E hoje, quanto mais permanente e sólido é um território, segundo a argumentação de Paul Virilio, menos ele é atravessado pelo poder.

A cidade consolidou-se como lugar de fluxo intensificado a partir da segunda metade do século XIX, impulsionada pelas demandas da industrialização e por um projeto político-econômico voltado para a circulação acelerada de mercadorias e pessoas (Le Corbusier, 2017). A introdução dos bondes elétricos e trens urbanos materializou essa transformação, conectando áreas rurais e periféricas aos núcleos históricos. Esse primeiro surto de aceleração não apenas estruturou a cidade radiocêntrica, alongando seus eixos, mas também reconfigurou sua geografia social e econômica, principalmente nas cidades europeias. A nova infraestrutura de mobilidade permitiu e estimulou uma segregação socioespacial planejada: as elites puderam habitar bairros-jardins, valorizados pela higiene e relação com a natureza controlada (os grandes jardins), enquanto mantinham acesso rápido ao centro, agora consolidado

5 A biga era um veículo leve de duas rodas, tracionado por dois cavalos alinhados, amplamente utilizado na Roma Antiga. Operava como símbolo de status e poder abstrato quando empregada em procissões triunfais. Transportava o general vitorioso ou a imagem de uma divindade, transformando a velocidade,ainda que contida e cerimonial,em um privilégio visual reservado à elite, dissociado do esforço físico da condução . É sobretudo nessa acepção que Virilio a mobiliza: como a figuração inaugural de uma experiência de movimento que prescinde do corpo, prefigurando o "viajante imóvel" da dromocracia.

como polo comercial, financeiro e de gestão. Paralelamente, essa dinâmica facilitou a expansão do mercado imobiliário especulativo e a divisão funcional do espaço urbano, subordinando a moradia popular às áreas menos valorizadas ou às franjas desprovidas de infraestrutura.

Segundo o professor e urbanista Adrián Gorelik (2005), em cidades como Buenos Aires e Rio de Janeiro, às ampliações viárias e a abertura de avenidas à moda haussmanniana, entre 1880 e 1930, serviram menos a uma integração urbana orgânica e mais à construção de uma imagem de modernidade cosmopolita para as elites, frequentemente às custas da demolição de tecidos sociais preexistentes, à carga de uma estética global do bem viver baseada na já então emergente Dromocracia francesa. Esse fenômeno não se restringiu às grandes metrópoles, ou tampouco ao contexto europeu.

No entanto, foi de forma radical, no início do século XX, que a lógica dromocrática se impôs como paradigma urbano dominante em todo o mundo, juntamente aos avanços tecnológicos e aos novos materiais industrializados: quando o automóvel privado superou definitivamente a barreira dos 60 km/h, redefiniu não apenas a escala, mas também a forma e a própria expectativa de movimento na cidade, exigindo vias cada vez mais largas, lisas e especializadas. Para atender a essa nova necessidade de fluidez e durabilidade, materiais como o asfalto e o concreto tornaram-se protagonistas, substituindo os antigos calçamentos de paralelepípedos e pavimentações rudimentares que não suportavam o atrito e a velocidade dos novos veículos. Essa transformação técnica da superfície urbana não apenas homogeneizou o solo das cidades, mas também consolidou a separação definitiva entre os espaços do pedestre e do automóvel, acelerando o ritmo da vida metropolitana. Como pontua Paul Virilio (1996), o invento do automóvel gerou também seu contraponto inevitável e simétrico: o invento do acidente de automóvel. A velocidade tornou-se, assim, um fenômeno ambivalente, celebrada como símbolo de progresso e liberdade, mas internalizando, desde sua origem, o risco catastrófico como componente intrínseco de sua lógica veloz.

Esse novo regime de velocidade encontrou sua expressão doutrinária na Carta de Atenas (1993, publicada originalmente em 1943), documento resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM, 1933) e redigido sob a liderança de Le Corbusier, que sintetizou o ideário modernista. No núcleo de sua proposta, o transporte era concebido como uma função de circulação puramente técnica, uma engrenagem essencial do modelo urbano em desenvolvimento. O objetivo era a eficiência suprema de um sistema urbano organizado em zonas funcionais rigidamente separadas, habitar, trabalhar, circular, recrear, interligadas por vias especializadas e lineares que permitissem que os veículos fluíssem sem obstáculos. Essa concepção está expressa no próprio texto da Carta, conforme compilado por Le Corbusier. A primazia do projeto modernista era inequivocamente dada ao automóvel privado como símbolo máximo da modernidade técnica, da liberdade individual e da velocidade conquistada. Segundo Corbusier (2017), em *Manière de penser l'urbanisme*, publicado originalmente em 1946, os carros deveriam vencer pequenas distâncias e os aviões serviram a grandes deslocamentos e pronto, tendo vias adequadas a manutenção do fluxo constante não seria um problema, e sim uma solução. Portanto, o pensamento modernista funcional priorizou uma circulação racionalizada que servia à sua visão higienista, funcional e, no limite, dromocrática da cidade.

Essa apologia da velocidade encontrou sua imagem mais precisa, e involuntariamente crítica, na comparação que o próprio Le Corbusier estabeleceu entre arquitetura e automóvel. Ao eleger o Citroën como paradigma estético e funcional da casa moderna, o arquiteto não apenas celebrava a máquina: anunciava a conversão da moradia em prótese de aceleração. A casa-máquina de morar, à imagem do carro, deveria ser leve, rápida de construir, fácil de manter e, sobretudo, eficiente,eliminando o desperdício de tempo e espaço que caracterizava as cidades tradicionais. O que Le Corbusier não anteviu é que o mesmo princípio que fazia o automóvel vencer distâncias faria da habitação um bem descartável, submetido à obsolescência programada e à lógica do capital financeiro. O carro permitia que as pessoas que tivessem acesso a ele atravessassem a cidade, reorganizando-a em seu benefício, exigindo vias mais rápidas, estacionamentos mais vastos, mas também corpos endividados para sustentar o sonho da mobilidade perpétua.

A velocidade tornava-se, assim, um valor em si,imperativo de projeto que naturalizava a segregação espacial e subordinava a experiência do lugar à lógica do deslocamento rápido. A cidade ideal deixava de ser palco de encontros, permanências e imprevistos para converter-se em território a ser atravessado com a máxima eficiência. Nesse atravessamento contínuo, consolidava-se não apenas uma política de circulação, mas uma ontologia dromocrática que encontrou na arquitetura moderna seus dispositivos mais precisos. Os grandes vãos não eram solução estrutural apenas: materializavam a ambição de um espaço sem obstáculos, onde o olhar e o corpo pudessem deslizar sem interrupção. As fachadas livres, desobrigadas do encontro com o solo e com a rua, rompiam a mediação entre interior e exterior, substituindo a fronteira por uma superfície indiferente. Os pilotis, ao suspenderem o volume edificado, liberavam o solo para o fluxo, mas esse solo liberado raramente se tornava espaço público de qualidade; tornava-se, antes, superfície de passagem, estacionamento, vazio indiferenciado. A arquitetura deveria ser compacta, eficiente, avessa ao "desperdício" de tempo e espaço que os loteamentos ruralizados e as cidades medievais supostamente representavam. Seus moradores, liberados da servidão das minuciosidades construtivas, do cuidado com o detalhe, da manutenção afetiva, do reparo paciente, poderiam enfim dedicar-se integralmente à vida produtiva.

Especialmente na América Latina, a recepção do projeto moderno-funcionalista manteve sobretudo o aspecto normativo e monumental do modernismo, suas avenidas largas, suas torres-símbolo e a estética da cidade-futuro, ao mesmo tempo em que ignorou, na prática, qualquer componente de planejamento social e territorial integral (Gorelik, 2005). A obsessão pela velocidade, pela infraestrutura viária para o automóvel foi importada e intensificada, enquanto a promessa original de integração social e de transporte coletivo eficiente, ou mesmo de preservação de zonas de natureza para a absorção do impacto gerado pela grande velocidade, foi abandonada ou subordinada aos interesses imobiliários e à segregação socioespacial. Outros aspectos doutrinários da Carta de Atenas, fundamentais para o equilíbrio da máquina de habitar, foram igualmente negligenciados: o planejamento das áreas rurais do entorno, a criação sistemática de áreas de recreação e esporte "para o espírito", como parques e jardins, e a garantia de áreas soleadas e verdes, inclusive nas margens das grandes avenidas (Le Corbusier, 2017). A exceção clássica e planejada, Brasília, apenas confirma a regra do abandono desses preceitos na grande maioria das cidades como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. O resultado, ainda hoje dominante nas grandes metrópoles, é a consolidação de um dualismo de mobilidade estrutural: uma rede de alta velocidade e conforto, vias expressas, corredores exclusivos para quem pode pagar, e uma rede lenta, precária e superlotada de ônibus e trens para a grande maioria da população, refletindo e reproduzindo as desigualdades históricas da cidade colonial e capitalista dependente. Ou seja, os lentos, não colhem os benefícios de serelentar, e tampouco o desfrute do fluir com rapidez.

A crítica radical de Ivan Illich em Energia e Equidade (1975) oferece o instrumental conceitual definitivo para decifrar a natureza profunda dessa divisão. Illich desmonta a lógica industrial do transporte, introduzindo uma distinção ontológica fundamental entre o usuário e o pedestre. Para Illich, o usuário é um produto da sociedade

industrial: um indivíduo convertido em cliente passivo e dependente de um sistema técnico monopolista. O usuário delega sua capacidade de se mover a uma máquina e a uma burocracia, alienando sua autonomia locomotora. Em contrapartida, o pedestre representa a autonomia locomotora em estado puro, aquele que se move pelo seu próprio poder metabólico, cuja velocidade é corporal e cuja rota é soberana. A caminhada, para Illich, é a medida-base da mobilidade humana e a mobilidade com bicicleta deve ser o limite de velocidade (30km/h) permitido na cidade.

O regime dromocrático, ao industrializar o tráfico, promove um monopólio radical sobre a mobilidade. Ele não oferece uma opção a mais, mas destrói sistematicamente as condições de possibilidade da autonomia pedestre e de outros modais de transporte leves. A aceleração mecânica, argumenta Illich, além de um certo limiar, não economiza tempo social, mas o consome. Neste contexto, a prática cotidiana do pedestre ou do ciclista transcende uma escolha modal para assumir a dimensão de uma resistência ontológica, uma reapropriação do corpo, do espaço e do tempo contra o monopólio industrial. É uma recusa prática à conversão em usuário dependente, uma afirmação do poder metabólico e da autonomia sobre o próprio deslocamento.

A lógica dromocrática de transporte e mobilidade também é reproduzida, com características peculiares e igualmente excludentes, nas cidades pequenas e médias. Nestes contextos, a ausência quase total de um sistema de mobilidade coletiva, ou de um sistema urbano feito para pedestres, impõe o automóvel não como uma opção, mas como uma necessidade estrutural aparentemente incontornável. Até mesmo em cidades com zonas urbanas de 15, 20 km de diâmetro, as vias são definidas para as grandes velocidades que poderiam atravessar, a modelo de Brasília, 1km/minuto. A infraestrutura é planejada pela e para a lógica do carro, resultando na institucionalização da iniquidade locomotora. E também aí, aqueles que não podem arcar com os custos de ser proprietário de um veículo ou de manejá-lo, idosos, jovens, pessoas de baixa renda, veem sua cidadania restringida, condenados ao isolamento e à dificuldade de acesso a serviços, educação e trabalho. Esta é a realização mais crua do monopólio radical e dromocrático, um sistema que, ao eliminar as alternativas, torna a velocidade motorizada obrigatória para a participação social plena.

A mecanização como lógica fragmentadora

O segundo mecanismo da Dromocracia opera pela fragmentação do espaço urbano por meio da rigidez funcional, habitar, trabalhar, circular, recrear, conforme o paradigma modernista consagrado pela Carta de Atenas (1933) e em sintonia com o sistema industrial fordista. Essa segmentação, porém, não se limita à organização física, configura uma violência estrutural contra a experiência unitária do tempo vivido. Ao erigir a funcionalidade como princípio organizador absoluto, instaura-se uma cronopolítica excludente que esquarteja o tempo em compartimentos utilitários, cada qual submetido a uma finalidade produtiva. Nesse fatiamento, nem tudo o que acontecia vinculadamente continua possível. O tempo deixa de ser vivência qualitativa, para tornar-se recurso quantitativo, fatiado em especializações. O trabalho é reconhecido como o único gerador de valor e definidor central de todas as outras atividades. A unidade do tempo vivido, onde ócio, o cuidado e labor podem entrelaçar-se, e descontinuar-se em dias distintos, não necessariamente dias ativos e dias de descanso, é substituída por uma sucessão de “tempos-de-uso”. O cidadão transforma-se em mero utilizador da cidade, sua existência é picotada por horários comerciais, turnos de expediente e fluxos de transporte público.

Nesse processo, o que Milton Santos (2001) chama de tempo do mundo, contínuo, espesso, qualitativo, tecido por múltiplos ritmos, é progressivamente suplantado pelo tempo da máquina urbana, orientado à produtividade e eficiência. É o tempo do expediente, do rush hour, do intervalo cronometrado, uma agenda universal que subordina todos os ritmos alheios à lógica do desempenho e do aceleracionismo e também de uma estética da completude ideal. O tempo lento, improdutivo, da deriva, da contemplação, da sociabilidade espontânea, do acaso, do cuidado e da vida como ela pode ser converte-se em desvio a ser corrigido, vazio a ser superado, deixando pouco espaço para o pensamento de si, sobretudo para aqueles corpos já historicamente despojados do direito ao ócio e à reflexão.
Tarefas básicas e cotidianas de cuidado, como lavar e secar roupas e preparar as refeições – que também têm uma relação intrínseca aos ciclos anuais e ao tempo climático e com o papel histórico da mulher– são substituídas, ao menos para aqueles que podem, por idas à lavanderia (equipamento símbolo das capitais, pouco encontrado em cidades pequenas), pela compra de comidas super industrializadas, fast-foods, pelas entregas por aplicativo e por uma gama crescente de serviços que terceirizam o cuidado e a reprodução cotidiana; esses equipamentos, como as lavanderias e os restaurantes apenas de tele-entrega, convertem necessidades básicas em negócio, movimentando a engrenagem capitalista ao mesmo tempo que aprofundam a dependência de infraestruturas privadas e pagas. Hoje, num pequeno apartamento é comum que nem existam mais fogões com fornos e tanques de lavar roupas. Para onde foi esse espaço-tempo? A conta não fecha.

A configuração espacial das cidades e das habitações materializa essa violência temporal. A rua, traçada linearmente sob o princípio do deslocamento rápido, com edifícios que desembocam diretamente em vias de alto fluxo, tem na reta o modelo geométrico ideal, elimina obstáculos, encurta distâncias, favorece a circulação contínua de pessoas, mercadorias e informações. A partir da modernidade, e sobretudo com o transporte mecanizado, as capitais são deliberadamente desenhadas para dar vazão a esse movimento perpétuo. A quadrícula, presente em experiências como o plano de Buenos Aires, o Commissioners’ Plan de Nova York (1811) ou o plano Cerdà para Barcelona, consolida-se como paradigma de racionalização espacial, avenidas retilíneas, quarteirões regulares, vias expressas que otimizam o deslocamento entre setores fragmentados. Mesmo projetos do século XX, como o plano piloto de Brasília, radicalizam essa lógica ao estruturar a cidade em grandes eixos de circulação que atravessam seu centro. Tudo o que escapa à finalidade produtiva é confinado a zonas específicas de recreação, parques e praças setorizadas, onde o desvio é tolerado como exceção, desde que não interrompa o fluxo da mobilidade produtiva. Aliás, até mesmo a ideia de “sair da cidade” nas férias obedece a essa lógica (é preciso deslocar-se ao espaço-tempo do relaxamento onde, se possível, você paga pelos serviços).

Na mesma esteira, a noite, que poderia ser tempo de suspensão, repouso, sociabilidade alternativa, festa ou investigação do oculto, é progressivamente colonizada pelas economias do trabalho contínuo. Como observa Jonathan Crary (2013), trata-se da anulação sistemática do sono e do descanso, elementos historicamente resistentes à produção incessante. A cidade que nunca dorme revela-se como a cidade que nunca deixa de produzir e consumir, dissolvendo qualquer exterioridade temporal em relação ao sistema econômico. Essa colonização do noturno representa a fase mais avançada da transformação da própria experiência humana do tempo em mercadoria. Se antes a escuridão oferecia trégua natural das exigências diurnas, intervalo para intimidade, devaneio ou improdutividade, hoje é preenchida por turnos flexíveis, entregas instantâneas, entretenimento sob demanda e consumo 24 horas. O sono, um dos últimos vestígios de desconexão involuntária e necessária, torna-se “escândalo” para o capitalismo justamente por ser período em que o indivíduo não gera valor, não consome, não é produtivo (Crary, 2013). Ao eliminar gradualmente o repouso noturno, o sistema não apenas estende a jornada de trabalho, mas suprime um espaço-tempo essencial à constituição de subjetividades não integralmente alinhadas à performance e ao consumo.

Essa fragmentação cronotópica gera uma alienação ontológica profunda, nos termos de Heidegger (1954), condena-nos a um estar-em puramente instrumental. Estamos no trabalho, no trânsito, no lazer, sempre como funções isoladas, dissociadas de uma experiência integrada de existência. Não há permanência, cultivo, retorno afetivo ao mesmo lugar. Nossa própria casa já não serve nem para o descanso prolongado, é preciso deslocar-se. O "ser contemporâneo" aprende a perceber-se como coleção de papéis sucessivos e intercambiáveis, acionados conforme o compartimento espaço-temporal em que se encontra, no escritório, produtor, no trânsito, condutor, na academia, corpo em desempenho, no shopping, consumidor, no aplicativo, usuário, na praia, turista.

A fragmentação gera a própria demanda pela aceleração que a perpetua. Instaura-se uma espiral dromocrática na qual o tempo vivido é sistematicamente sacrificado em nome da eficiência do sistema, mas esse sistema, longe de responder a uma escassez natural de tempo, produz artificialmente a escassez que justifica seu domínio. Quanto mais velozes os meios de conexão entre as zonas fragmentadas, mais distantes elas podem ser implantadas, quanto mais distantes, mais indispensável a velocidade que as aproxima. O paradoxo é evidente, o regime dromocrático apresenta-se como solução técnica para a pobreza temporal, mas é ele próprio sua causa primeira. Submete a vida a uma temporalidade exógena, abstrata, mensurável em unidades homogêneas, e declara guerra a todas as temporalidades concretas, corporais, qualitativas, que resistem à sua métrica. A funcionalidade acelerada revela-se dispositivo de controle cronopolítico, fragmenta o tempo vivido em parcelas intercambiáveis, inviabiliza o habitar autêntico, que exige demora e profundidade, e aprofunda a clivagem entre os que dominam o tempo, pela velocidade, tecnologia, mobilidade, e os que por ele permanecem dominados, ou resistem.

Esse quadro, já grave na cidade moderna, radicaliza-se na era que Virilio (1993) chamou de "estética da desaparição". A fragmentação das tarefas cotidianas atinge seu ápice quando a circulação entre atividades, funções e papéis prescinde do deslocamento espacial. Na telepresença, no trabalho remoto síncrono, no consumo instantâneo mediado por algoritmos, mudar de contexto profissional, de afeto ou de tarefa ocorre sem mover o corpo no espaço físico. A aceleração total do tempo produz o encolhimento radical do espaço, cuja fragmentação não se dá mais pela distância, mas pela sobreposição absoluta: todos os lugares coexistem na tela, todos os tempos convergem no agora, todas as funções acumulam-se no mesmo corpo imóvel. O espaço, então, não é percorrido, mas acessado; não é habitado, mas selecionado em menu; não oferece resistência, oferece ícones; não impõe trajeto, impõe automação. A um clique, a automatização dos processos disponibiliza a ação, mas a aceleração dessas possibilidades, segundo Virilio (1994), vem acompanhada da impossibilidade de pensar no processo, durante o processo, sobre a própria necessidade da ação. Quando tudo se torna excessivamente acessível, o esforço percebido para chegar a lugares virtuais desaparece – e com ele, a consciência de que muitos desses lugares jamais seriam alcançados com as próprias pernas.

Outro sintoma dessa virtualização e fragmentação é a dissociação do usuário em relação ao corpo físico, fenômeno já alertado por Milton Santos em A Natureza do Espaço: acreditando-se que todos os corpos, por estarem disponíveis no mesmo ambiente virtual, desfrutam de igual acesso, perde-se de vista as diferenças profundamente produzidas pelo território. O clássico exemplo da pandemia escancarou essa falácia – crianças de áreas periféricas acompanhando aulas remotas em meio a irmãos, em espaços inadequados, saturados de interferências – evidenciando que o acesso à mesma plataforma virtual não apenas falha em equalizar, como agrava as desigualdades sociais preexistentes. A ilusão de que a conectividade tecnológica dissolve as assimetrias territoriais encobre a complexidade que se esconde por trás dessa virtualidade efêmera: o corpo continua ancorado em seu lugar, com suas infraestruturas precárias, suas ausências e seus ruídos, ou ainda os seus privilégios, ainda que a tela simule um espaço comum indiferenciado.

É justamente essa simulação de imediatismo e ubiquidade que alimenta o regime de instantaneidade pura, no qual a ausência de intervalos espaciais entre uma atividade e outra, entre um território diferenciado e um território comum, produz uma forma extrema de violência dromocrática. Quando não há mais percurso entre o trabalho e o descanso, entre o público e o íntimo, entre a produção e o consumo, o sujeito perde a capacidade de modular sua própria existência e de distinguir os diferentes âmbitos da vida (Virilio, 1996). Torna-se permanentemente disponível, localizável, acionável. A eliminação do entre não é apenas ganho de eficiência, é supressão da própria possibilidade de assimilação da experiência. O tempo, tornado contínuo e instantâneo, perde espessura. Onde não há camadas, não há ressonância, não há duração. Os acontecimentos sucedem-se sem intervalo, acumulam-se sem síntese, excitam sem elaboração. A vida, reduzida a uma sequência incessante de operações no mesmo plano indiferenciado, sem o mínimo deslocamento espaço-temporal, aproxima-se perigosamente de sua própria desaparição como experiência vivida, e, com ela, a fatal perda de memória de que já nos alertava o filósofo. No tempo da instantaneidade e da virtualidade total, resta um sujeito sem ancoragem, flutuando em um tempo sem espessura, condenado à liberdade paradoxal de poder estar em toda parte sem jamais habitar lugar algum. A fragmentação cronotópica, levada ao limite, não produz mais fragmentos, produz o vazio e a ausência de criação de memórias.

Contra esse vazio, contra essa desaparição anunciada dos vínculos afetivos e memoráveis, a reivindicação do espaço lento, do tempo habitável do percurso inútil, do intervalo improdutivo, levanta-se como urgência política e existencial. Mais do que um refúgio individual, trata-se de uma aposta coletiva: o direito à demora e à ocupação efetiva dos espaços de comunhão, o direito, alargando o termo no sentido de Leda Maria Martins (2021), à reinvenção, à espiralização, à ancestralização. O direito a não produzir nada senão a si mesmo – ou o coletivo – e a sua própria autenticidade. Se há uma política dromocrática do deslocamento perpétuo entre ilhas especializadas conectadas por corredores de circulação inabitáveis, resistem às experiências lentas que teimam em criar casa, reunião, festa, habitar, nos interstícios da alucinante velocidade de passagem. Reconhecer a autenticidade como constelação significativa – onde a assunção da própria finitude e, a partir dela, o projetar-se no tempo com coerência e responsabilidade se tornam possíveis – constitui, assim, um ato de resistência.

Gentrificação como dinâmica de expropriação da permanência

Para além da fragmentação do cotidiano, a Dromocracia opera também uma expropriação do tempo por vir – um sequestro do futuro enquanto horizonte de possibilidade existencial. Em bairros históricos de urbanização periférica, mas também em outras ocupações informais ao largo da América Latina, a aceleração não se limita a reorganizar o presente; corrói a própria capacidade humana de projetar, planejar e ancorar uma existência na duração. Nessas paisagens de memória e resistência, o futuro é menos um horizonte aberto de possibilidades coletivas e mais um ativo financeiro especulativo, apropriável apenas por aqueles dotados de capital econômico, tecnológico e simbólico.

A gentrificação acontece como um processo de limpeza temporal e espoliação instantânea. Ela expulsa populações mais lentas para abrir espaço a fluxos de capital mais rápidos e rentáveis, mais "contemporâneos" e mais interessantes estéticamente – no sentido da estética global miltoniana. Essa dinâmica revela um jogo perverso: a

mesma sociedade que busca gratificação instantânea em cada clique também produz uma gentrificação instantânea, onde o novo substitui o antigo com a mesma impaciência com que se descarta um aplicativo obsoleto. A impaciência torna-se motriz urbana; o desejo por novidade constante acelera a substituição de comunidades inteiras por paisagens descartáveis.

Quando a lógica da valorização acelerada atinge as comunidades e bairros auto construídos, instaura-se uma incerteza estrutural que paralisa a capacidade de planejamento vital. O morador não luta apenas para permanecer, mas para saber se ainda poderá fazê-lo amanhã. Sua vida é forçada a um regime de presente contínuo e precário, onde não pode edificar com materiais definitivos o seu barraco – o amanhã pode exigir desmontá-lo ou abandoná-lo. Os contratos, quando existem, são temporários; os aluguéis, instáveis; as políticas urbanas, quando existem, revelam-se completamente voláteis, suscetíveis às trocas de governo e aos humores do mercado imobiliário. Nessa condição, o próprio tempo vivido se fragmenta e o futuro deixa de ser horizonte de projetos para se tornar mera ameaça de despossessão; o passado, memória de vínculos desfeitos, oferece um lastro instável, quando não violento, para a ancoragem de si. Habitar, nesse sistema, pode significar uma existência suspensa entre o despejo de ontem e a incerteza de amanhã, sem a possibilidade estruturada de poder fincar raízes no chão que se pisa (territorializar).

Escolas, universidades, prefeituras e hospitais, que antes funcionavam como âncoras de permanência e referências comunitárias, passam a operar segundo a lógica do mercado imobiliário e da virtualidade, sujeitos à especulação financeira e à obsolescência programada. Nesse contexto, a violência urbana deixa de ser apenas física e se manifesta como a fratura do próprio fio narrativo que liga passado, presente e futuro, rompendo a continuidade histórica dos bairros centrais. Esse processo, que suaviza ou exclui as marcas de um tempo lento acumulado, resistente à homogeneização dos fluxos globais, no sentido de Milton Santos, visa eliminar justamente o que confere espessura e identidade ao lugar, substituindo a memória edificada por empreendimentos padronizados e a convivência cidadã pela circulação impessoal e utilitária.

Nos bairros, a aliança entre dromocracia e neoliberalismo atua de forma capilar, desmontando as tessituras afetivas e econômicas que alentam o território, ou seja, que lhe dão vida e resistência. O que entra em colapso é a própria base da reprodução social comunitária: a ocupação residencial popular é pressionada por despejos e valorização seletiva; os pequenos comércios, as feiras livres e os espaços de criação, cultivo e geração de renda são substituídos por empreendimentos padronizados que ignoram as adaptações espontâneas do uso cotidiano. Manifestações culturais e religiosas, como a roda de samba que não encontra mais seu quintal e o terreiro pressionado pelo aumento do IPTU, perdem seus suportes materiais, enquanto a própria terceirização de serviços historicamente prestados sem visão de lucro, como cuidados coletivos, mutirões e solidariedade vicinal, é desestruturada. Ao fragmentar esses laços e impor a lógica do fluxo incessante, a cidade neoliberal nos bairros opera uma violência silenciosa, mas eficaz, que desmancha os territórios existenciais para dar lugar a uma paisagem homogênea, funcional à circulação de mercadorias e do capital imobiliário e alheia à permanência dos corpos e das histórias que nela se entrelaçam.

O espaço, assim quase que integralmente planejado para o consumo instantâneo (o que por alguns pode ser chamado de urbanismo estratégico) torna-se hostil à herança e à hereditariedade. Ele condena seus habitantes a um presente perpetuamente novo, desenraizado, incapaz de se entender como parte de uma linhagem de saber acumulado e atualizado – um fluxo constante que é indiferente àquilo que gera autonomia e subsistência no próprio lugar e no sentido de comunidade esperada ou a permanência assegurada pelas instituições tradicionais. A impossibilidade de se inscrever no tempo longo gera uma alienação ontológica profunda. Perde-se a possibilidade de ser-estar. Perde-se a unidade do Dasein que se constrói na relação contínua e afetiva com um lugar, o motivo para demorar-se em, para contar a mesma história de novo.

As mudanças estéticas superficiais (no sentido de superfície, pois na verdade são estruturais) que acompanham essa gentrificação são sintomáticas de uma arquitetura contemporânea que, no sentido de Virilio (1993), ocupa cada vez menos espaço e tem mudado seus parâmetros de permanência. O resultado são transformações que, além de violentas na expulsão dos mais lentos e sedentários, não visam ocupar o espaço permanentemente. Essas intervenções produzem ainda mais resíduos – entulho simbólico e material – e mais violência, pois cada ciclo de renovação descarta não apenas edifícios, mas modos de vida inteiros. A arquitetura da desaparição reduz o espaço ao cenário e o tempo ao instante.

E os seres lentos?

No processo de aceleração gerado pela Dromocracia, como se argumentou até agora, uma pluralidade de corpos, práticas e temporalidades acontece em dissonância à engrenagem veloz, não por inadequação intrínseca, mas por não poderem ou não desejarem acompanhar os ritmos acelerados que estruturam a cidade funcional (Santos, 2001). Esses seres constituem-se como presenças incômodas que expõem os limites do modelo urbano hegemônico: corpos que se movem em outra cadência, práticas que recusam a pressa produtivista, temporalidades que insistem na vagarosidade, no ócio, na espera, no retorno ou na repetição espiralar e ancestral. Ao não se submeterem à tirania do fluxo contínuo seus modos de vida podem apontar uma pluralidade de formas que insistem em não sucumbir aos alisamentos da velocidade.

Com Milton Santos (2001), denominamos esses sujeitos e modos de existência de seres lentos[6] (Santos, 2021). Ao enumerar algumas dessas presenças, como: idosos, enfermos, pcds, crianças, moradores de rua, ambulantes, corpos em protesto, populações originárias busca-se evidenciar como a simples presença corporal e territorial desses modos de vida introduz fricções, pausas e entraves ao fluxo acelerado da cidade ressignificando as possibilidades e os modos de ser possíveis no espaço-tempo-duração da cidade. É válido ressaltar, que ainda que operemos com categorias exemplares, a serelência é sempre uma serestância: não se manifesta de modo contínuo no tempo e no espaço, mas como condição situada e transitória (Fuão, 2023). Ainda assim, os modos de existência aqui mobilizados resistem, sobretudo, na contramão do fluxo dromocrático, podendo sobrepor-se e atravessar-se mutuamente na experiência urbana.

A pessoa idosa é uma das figuras que emerge com força quando pensamos na tensão entre ritmos na cidade. Não porque a velhice seja, em si, sinônimo de lentidão, há idosos e idosas com corpos ágeis, mentes velozes e próteses muito tecnológicas em seus corpos, mas porque o corpo que envelhece pode corporificar, de forma sensível e exposta, a crise radical entre temporalidades que caracteriza a Dromocracia.

6 A noção de seres lentos vem sendo desenvolvida desde minha dissertação de mestrado, “Seres Lentos e Vida Urbana: Caminhografias Urbanas pelas ruas de Montevideo, Porto Alegre e Pelotas” (Santos, 2021). rata-se de uma inflexão crítica do par conceitual “homens lentos” e “homens rápidos”, formulado por Milton Santos, que problematiza as assimetrias de poder inscritas na organização espaço-temporal das cidades. Ao deslocar a categoria “homem”,termo que carrega uma marca hegemônica, antropocêntrica e universalizante, a substituição é epistemológica. Trata-se de tensionar o humanismo normativo e abrir o campo analítico para formas de vida cuja temporalidade desacelera, fricciona ou interrompe a lógica dromocrática dominante.

Enquanto a cidade se programa para o fluxo contínuo, a eficiência produtiva e o futuro tratado como mercadoria; muitos corpos idosos, especialmente aqueles cuja mobilidade é reduzida ou cujo ritmo é mais pausado, materializam uma temporalidade orgânica, cíclica e não linear. Não se trata, evidentemente, de toda e qualquer pessoa idosa - afinal há quem seja idoso e atravesse a cidade em ritmo acelerado e há quem jovem, precise de pausas (a cada dia mais); Nos referimos ao idoso como aqueles que têm o andar mais contido e experiência. Que vê além da matéria, que saiba a importância da atenção e da presença. Daqueles que durante a caminhada pela cidade, ainda que não precisem, façam as devidas pausas para descanso ou observação, a relação tátil e afetiva com lugares conhecidos há décadas e as intermináveis histórias que podem ser desveladas e se inscrevem em um território do já vivido. É uma textura de demora que interrompe, ali onde se manifesta a suposta fluidez do espaço-mercadoria.

Reduzido pela ótica economicista a um “ser a contratempo”, o idoso cujo corpo impõe outro ritmo é frequentemente tratado como estorvo simbólico. Sua abundância de tempo não monetizável e sua suposta distância da esfera produtiva imediata fazem com que, sob o olhar dromocrático, sua existência parece despida de relevância social futura. Seu conhecimento experiencial é desprezado como arquivo obsoleto, e sua presença, quando não invisibilizada, é tolerada como resíduo de uma economia que só valoriza o que é produtivo, novo e rápido. Mas essa percepção, longe de ser universal, revela mais sobre a pobreza temporal da cidade do que sobre a velhice em si. Afinal, uma das lógicas mais profundas da Dromocracia é exterminar o sedentarismo e a permanência, duas características frequentemente associadas, ainda que não exclusivamente, às pessoas mais velhas.

Esta visão redutora contrasta radicalmente com cosmovisões que honram a ancestralidade e compreendem a existência como espiral, não como linha reta com prazo de validade. Em muitas culturas, principalmente nas culturas das populações originárias onde o tempo é compreendido como uma espiralidade (Martins, 2021), o fluxo da criança ao mais velho é uma troca contínua, um movimento de mão dupla onde a experiência se transmuta em sabedoria prática e a escuta se torna ato político. O mais velho ou ancião é um nó vital na rede de cuidado e sentido: guardião de narrativas, técnicas corporais e modos de atenção que desafiam a amnésia do presente perpétuo.

Na esteira dos idosos, uma multidão silenciosa de corpos igualmente dissidentes do regime de velocidade atravessa a cidade em ritmo próprio ou simplesmente permanece. Há pessoas cegas e com baixa visão cujas formas de habitar o espaço desafiam, na prática cotidiana, a primazia do olhar rápido em detrimento dos outros sentidos, um imperativo que a cidade dromocrática impõe a todos os corpos. Enquanto o habitante padrão da metrópole contemporânea é treinado para processar o espaço visualmente em frações de segundo, desviando de obstáculos e decodificando sinais sem interromper seu fluxo acelerado, a pessoa com baixa visão é forçada a subverter essa lógica. Ela desacelera por uma necessidade corpórea inegociável: é preciso escutar o eco dos edifícios para se localizar, tocar o chão com a bengala para decifrar texturas, lembrar a posição exata de um poste ontem para calcular o trajeto hoje. Nesse processo, seu corpo está um instrumento de leitura do mundo, uma antena viva captando sinais táteis, sonoros e olfativos que passam despercebidos por aqueles que em vantagem da visão podem abdicar (ao menos racionalmente) de seus múltiplos sentidos para se deslocar pela cidade. Essa postura corporal é a antítese exata da dispersão multitarefa que define o habitante dromocrático, ou o “ser contemporâneo” que, paradoxalmente, quanto mais conectado está virtualmente, mais desconectado se encontra do espaço que atravessa.

Há também os que se movem com dificuldade, não por uma falta de visão, mas por uma capacidade de mobilidade temporária ou permanentemente reduzida. São corpos tão diversos quanto comuns: pessoas em cadeiras de rodas, trabalhadores com pernas inchadas após um dia exaustivo, obesos, mulheres grávidas ou mães empurrando carrinhos de bebê ou qualquer cidadão sobrecarregado por sacolas de compras. A marcha hesitante desse contingente inscreve no asfalto uma coreografia de descompasso que denuncia a falácia da cidade como superfície lisa e contínua. Enquanto o projeto urbano hegemônico simula uma fluidez universal, esses corpos tropeçam nos desníveis, degraus sem rampa, portas excessivamente pesadas, calçadas irregulares ou inexistentes. A verdade é que o desenho urbano universal, como previa Le Corbusier (2017), tem como padrão um ser jovem, rápido, ágil, o que, transforma a diversidade corporal em exceção, quando, na verdade, é ela a regra incontornável. Todo corpo, mais cedo ou mais tarde, por um curto período ou por um período mais alargado, encontra seu limite de velocidade, seja na baixa velocidade constante ou na necessidade de pausas ao longo do caminho.

As esperas de todo tipo constituem talvez a mais extensa e invisível cartografia da lentidão. Elas se manifestam na banalidade do cotidiano: espera-se o ônibus que não vem, o atendimento na fila do banco, a consulta no corredor do hospital público, a liberação do sinal verde para o pedestre (e aqui estavam o símbolo das praças e largos na proximidade dos epsaços institucionais). Aguarda-se, também, a chuva passar, o companheiro que se atrasa, o cansaço do corpo que cede sob o peso. Nesse interstício, a espera revela-se como o tempo nu, destituído de função produtiva aparente. O sujeito que espera é um corpo em suspensão, capturado entre a aceleração prometida pela modernidade e a imobilidade que lhe é imposta. Sua existência, nesse limbo, denuncia que o regime de velocidade não é universal, mas sim profundamente hierarquizado: de um lado, os que fluem pelos corredores da cidade global; de outro, os que estacionam à margem, consumindo horas de vida na indiferença do asfalto (ou do chão batido).

Como já vinha se argumentando, é nessa pausa forçada, reside, no entanto, uma potência crítica. Ao parar no meio do movimento, o indivíduo que espera pode, segundo a perspectiva de Paul Virilio e Maria Carolina Rocha (2002), questionar o próprio deslocamento. O hiato permite indagar: “se o percurso não é deveras fácil, vale a pena insistir?” Mais do que uma reflexão existencial sobre o trajeto, a espera escancara a violência estrutural de um sistema que opera pela distribuição desigual da fluidez. Como criticava Ivan Illich (1975), a mobilidade não é democrática; ela é um recurso alocado seletivamente, e a imposição da espera é uma das ferramentas que mantêm essa hierarquia. Esperar é, portanto, tomar consciência de que a promessa de aceleração é, para muitos, uma falácia.

Historicamente a relação entre mobilidade e consumo é perversa; quanto menos um corpo se move nos circuitos produtivos e comerciais menos ele produz e demanda. É nesse contexto que a arquitetura a partir da modernidade passa a se esquivar sistematicamente da criação e manutenção dos lugares de permanência. O ócio, a pausa e a espera tornam-se inimigos de uma cidade projetada para o fluxo ininterrupto de mercadorias e corpos produtivos. Os exemplos dessa aversão ao repouso são evidentes no desenho do espaço urbano; bancos públicos transformados em superfícies inclinadas e desconfortáveis. Praças arborizadas que cedem lugar a food halls de passagem. Marquises desaparecem para dar lugar a fachadas-cegas expulsando o pedestre e a possibilidade de abrigo. Praças e parques multifuncionais com poucos espaços livres. Trata-se de uma conversão dos espaços públicos em espaços de consumo regida pela lógica de que se não posso comprar nada então não tenho o que fazer aqui. Essa lógica atinge com mais dureza as classes populares que em diversos projetos higienistas são convidados a se retirar, seguindo a lógica da gentrificação.

Observemos, também, as filas preferenciais. Foram criadas para atender idosos, gestantes, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, uma concessão aparentemente humanitária. Mas seu funcionamento real suscita perguntas incômodas: a fila preferencial é uma acolhida da lentidão ou sua expulsão para um circuito segregado, um desvio que evita que o fluxo principal seja contaminado pela demora? O idoso que conta moedas com mãos trêmulas, reclama do preço, esquece o item que veio comprar, demora a guardar as compras, sua presença no caixa preferencial é tolerada porque confinada, isolada, mantida à margem do tempo produtivo. A paciência que se exerce com ele também pode ser lida como um gesto de higienização temporal: retira-se o obstáculo do caminho para que os corpos acelerados não precisem desacelerar jamais.

Na esteira dos idosos, com similaridades e dissonâncias óbvias, as crianças, em sua experiência primordial, configuram-se como verdadeiros serelentos, guardiães de uma temporalidade outra, que resiste à aceleração sistêmica. Suas características de aleitamento não se dão pela mobilidade em si, já que a pouca idade as crianças saudáveis costumam ser ágeis e necessitar de um amplo espaço de movimento. Mas elas encarnam um modo de ser no tempo- espaço marcado pela descoberta, pelo jogo gratuito e por um aprendizado não-linear, que se constrói na demora investigativa, no espanto e na socialização lúdica. Essa temporalidade colide frontalmente com a lógica da eficiência, que busca desde a primeira infância conformar corpos produtivos e cronometrados. As crianças, quando permitidas de serestar, são capazes de alentar quem está em sua presença, de conjugar a imaginação, de inventar o impossível. A cidade dromocrática, ao reduzir espaços livres e seguros para a experiência do brincar das crianças - e também dos adultos - suprime um modo fundamentalmente serelento de habitar e descobrir o mundo.

A resistência destas temporalidades mais lentas, encarnadas pela crianças e pelos idosos, é poeticamente arquitetada por Michael Ende (2003) em Momo, obra na qual a luta contra os Homens Cinzentos, ladrões do tempo que mercantilizam a vida, é liderada por três figuras marginais: uma criança, um contador de histórias e um varredor. Momo, a criança órfã que habita as ruínas de um anfiteatro, é a personificação mais pura do serelento infantil. Fora das instituições disciplinadoras como a escola, ela vive no tempo do presente pleno, cuja produtividade se manifesta na capacidade extraordinária de escutar e, com isso, catalisar encontros e verdades alheias. Sua existência é um contraponto radical à aceleração, pois ela é o tempo que os Homens Cinzentos não conseguem roubar: o tempo da atenção, da demora e da fantasia como fins em si mesmos. Ao seu lado, Pipo, o contador de histórias, representa a resistência narrativa. Ele defende a ideia de que a vida é uma tessitura de histórias, não um acúmulo de minutos, e que a beleza está na dilatação do instante, no ritmo e no suspense que dão espessura à existência. Já Beppo, um idoso varredor, oferece em seu modo de ser a sabedoria da paciência e da constância. Em seu metódico e aparentemente interminável trabalho, ele ensina que toda grande tarefa se realiza passo a passo, olhando sempre para a pedra imediatamente à frente, sem a ansiedade pelo fim do caminho. Juntos, este trio conforma a resistência temporal: a criança que habita o eterno presente (Momo), o narrador que tece o passado e o futuro no agora (Pipo), e o trabalhador que encontra significado na repetição paciente e no processo (Beppo).

Significativamente, essa liberdade temporal defendida na alegoria de Ende persiste em interstícios concretos do território contemporâneo, onde a segmentação e a regulação hiperbólica do espaço e do tempo encontram barreiras culturais e materiais. Nas periferias urbanas, por exemplo, a despeito da precariedade e da violência, é comum encontrar crianças que reconquistam as ruas, os terrenos baldios e as praças não-oficiais como domínio de uma autogestão lúdica. Ali, o tempo da brincadeira é negociado coletivamente, e o espaço público, menos ditado por regras formais de uso, torna-se palco para uma infância que ainda experimenta a demora, a invenção colaborativa e uma socialização horizontal. De modo análogo, mas com contornos próprios, nas aldeias indígenas a distinção moderna entre espaço público, privado e natural frequentemente se dissolve. A circulação infantil se integra aos ciclos comunitários e naturais, e o aprendizado ocorre em um tempo não-cronometrado, regido pelas estações, pelas atividades coletivas e pela transmissão oral. Uma criança aldeada é autônoma em seu território. É uma guardiã de uma experiência temporal mais espessa, cíclica e impregnada de sentido relacional.
Proteger os territórios, das ruas das periferias às clareiras das aldeias onde essa experiência de tempo espesso ainda floresce, é salvaguardar territórios onde é possível ser e deixar ser. Nesses espaços, a criança, como um Dasein em estado de abertura primordial, pode existir no modo do ser-estante, não como um projeto a ser terminado, mas como uma presença que se constitui na curiosidade, no jogo e no encontro despretensioso, uma resistência existencial à eficiência totalizante que busca instrumentalizar até mesmo os interstícios da subjetividade. É através do jogo e do brincar que os sujeitos podem experimentar, inclusive na adultez, a liberdade da criação, a resiliência diante das regras, a alegria do improdutivo e a profunda socialização que nasce do compartilhamento de um universo simbólico. Negar esse direito às crianças é mutilar seu desenvolvimento; abdicar dessa dimensão na idade adulta é empobrecer a existência, fechando-se à possibilidade do espanto, da reinvenção e do encontro genuíno consigo, com a aprender e com o outro.

De modo distinto, porém complementar, os ambulantes podem ser reconhecidos como agentes de uma lentidão ativa e transacional, porque operam, na grande maioria das vezes, uma economia de presença. Sua prática não se dá no espaço abstrato do comércio globalizado, mas no *lugar* concreto da calçada, na interrupção ainda que momentânea do fluxo e na geração do tempo rugoso da troca. É um comércio corriqueiro, que funciona justamente no fluxo, afinal “há gente na rua e há gente que só pode vender na rua” (Sarlo, 2014, p.29). Mas mesmo no fluxo, o comércio informal demanda uma pequena parada, conversa, regateio e uma sociabilidade mínima. É um comércio onde a pechincha e a negociação são possíveis, pois ainda não foram sistematizadas por um sistema rápido. O ambulante cria um *contrafluxo* negociado, um redemoinho de atividades (expor, oferecer, convencer). A repressão sistemática a essa figura, assim, configura-se como um policiamento temporal que visa suprimir essas micro-interrupções e impor a lisura de um fluxo comercial padronizado e controlado (SANTOS, 2021, p. 82). O ambulante pode vender qualquer coisa: bijuterias e joias, capas de celular, pães feitos em casa, meias no inverno, ventiladores portáteis no verão, unhas postiças, cabos de telefone, mantas para o sofá, jarras elétricas… infinitas bugigangas produzidas artesanalmente ou importadas da china. E na verdade, o produto que vendem, pouco importa.

Tanto o morador de rua quanto o ambulante, cada um à sua maneira, *fazem o fluxo esperar*, criando brechas de temporalidade alternativa, seja o tempo da espera destituída, seja o tempo da troca direta, no interior de um sistema que só concebe o tempo como vetor de deslocamento eficiente. Crucialmente, ambas as figuras simbolizam economias menores que emergem nas frestas do sistema formal. O comércio ambulante e as estratégias de sobrevivência na rua constituem circuitos econômicos muitas vezes pouco mediados pelo Estado ou pelo capital corporativo, operando a partir de lógicas de proximidade, confiança tácita e adaptação imediata. São economias do rosto, do contato e da urgência. No entanto, seria um erro romantizá-las como esferas autônomas no sentido de que estão necessariamente atreladas ao poder que as marginaliza. Não é à toa que o comércio informal é muito raro em cidades pequenas.

O ambulante vive da circulação de pessoas e capital da economia formal; sua mercadoria muitas vezes vem das sobras ou dos interstícios das cadeias produtivas hegemônicas. O morador de rua, por sua vez, depende dos descartes materiais e da (in)eficácia das políticas sociais desse mesmo Estado. Eles são, portanto, sintomáticos e parasitas do sistema dromocrático: suas existências são geradas pelas dinâmicas de exclusão e aceleração, e suas estratégias de vida são uma resposta adaptativa e uma exploração das brechas desse sistema. Sua resistência não é um projeto político externo, mas uma prática de sobrevivência interna que, ao se materializar no espaço, inadvertidamente o politiza, expondo suas contradições e testemunhando a possibilidade de outros ritmos e outras economias, ainda que frágeis e subordinadas.

Se os moradores de rua e os ambulantes incorporam lentidões involuntárias ou econômicas que geram atrito nos fluxos urbanos, os corpos em protesto, como marchas e passeatas, realizam uma operação consciente de ocupação das ruas e interrupção do fluxo. Em movimentos sociais e políticos a ocupação do espaço público sugere uma lentidão tática, coreografada e coletiva, que visa interromper deliberadamente a lógica espacial e temporal hegemônica. Parar a cidade não é um mero transtorno logístico, mas um ato contra-dromocrático: um ataque direto ao mecanismo central de exercício do poder por via dos fluxos. O bloqueio, a ocupação estática e a marcha lenta são formas de desferir um golpe tático no sistema nervoso do Estado e do capital, expondo, através da suspensão performática do seu ritmo vital, a fragilidade de uma ordem que depende do movimento perpétuo.

Esta prática pode ser discutida pela noção de assembleia performativa, desenvolvida por Judith Butler. Para a filósofa, quando corpos se reúnem em aliança no espaço público, sua mera co-presença material, especialmente sob condições de precariedade partilhada, constitui uma performance política fundamental. Não se trata apenas do que é dito, mas do ato corpóreo de ocupar e persistir, criando uma cena na qual a vulnerabilidade se transforma em força política (Butler, 2015). A lentidão estratégica do protesto – o sit-in, o bloqueio, a ocupação – é a encenação máxima dessa vulnerabilidade transformada em obstrução. Ao fazê-lo, apresenta-se as demandas publicamente, mas também materializa-se uma crítica corpórea à própria razão dromocrática, demonstrando que o fluxo não é natural, mas político, e como tal, pode e deve ser interrompido. A ocupação de espaços públicos estratégicos é um ato de reapropriação do urbano da própria organização política coletiva. Na rua, os corpos que protestam convertem o tempo homogêneo e vazio do capital (o tempo do relógio e do deslocamento eficiente) pelo tempo heterogêneo e cheio da deliberação e do conflito.

A lentidão protestante é diretamente desveladora e destituinte; ela torna hipervisíveis e, mais ainda, inoperantes as estruturas de poder que a cidade acelerada busca naturalizar. A polícia que desocupa uma praça ou desbloqueia uma avenida está restaurando o fluxo dromocrático e seu poder operacional— princípios que já eram constituintes no modelo de cidade haussmaniana no século XIX, quando os grandes boulevards foram abertos não apenas para embelezar Paris, mas para permitir a circulação rápida de tropas e impedir a construção de barricadas. Como teoriza Paul Virilio (1996), o poder moderno se exerce menos pelo controle do espaço do que pela imposição de uma determinada velocidade; quem domina o ritmo domina a própria possibilidade de resistência. Nesse sentido, a violência estatal contra corpos que ocupam e permanecem é também uma confissão da fragilidade do sistema perante a paralisia consciente. Trata-se de uma tentativa de restabelecer o regime da velocidade no qual o poder se exerce precisamente através da aceleração que torna as estruturas de domínio fluidas e, portanto, difíceis de localizar e contestar.

A presença dos povos originários na reivindicação do espaço urbano e, especialmente, em rodovias nacionais como as BRs,por meio de protestos, paralisações e ocupações, inscreve no território uma contra-política fundada em outros compassos. Enquanto o pensamento ocidental moderno centraliza o humano como medida de todas as coisas e institui a velocidade máxima como norma universal, as cosmologias indígenas, em sua diversidade, reconhecem a agência e a pessoalidade de humanos, animais, plantas, entidades espirituais e o próprio meio ambiente. A serelência,conceito que nomeia um tempo de coexistência relacional, de escuta atenta e de ritual compartilhado,não é uma mera desaceleração, mas um regime temporal alternativo que mantém viva a conversa multiespécie e a memória ancestral. Como lembra o pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo, 2023), há uma diferença fundamental entre o tempo medido pelo relógio e o tempo contado pela terra, pelos ciclos, pelo que o território permite e sustenta. Nesse sentido, ocupar uma rodovia com corpos que se recusam a acelerar é performar uma outra cosmopolítica: é forçar o Estado a confrontar não apenas uma pauta, mas um modo de existir que não se curva à lógica da produtividade e do fluxo contínuo.

O testemunho da poeta argentina Soraya Maicoño, também líder Mapuche, expõe com precisão a violência colonial que sustenta esse regime cronopolítico também na argentina: “siempre nos tenemos que acomodar al tiempo del blanco / imaginate lo que es cantar en mapuzungun hoy / sabiendo que [...] a nuestros abuelos [...] los arrodillaban en granos de maíz / y les golpeaban as mãos com as regras!” (Maicoño, 2023, p. 45-46). A proibição da língua, a punição dos corpos e a imposição de um tempo único,o tempo do trabalho, da disciplina, da produtividade,não foram acidentes históricos, mas tecnologias políticas centrais do projeto colonial. Trata-se, como argumenta o pensamento decolonial (Quijano, 2000), de uma colonialidade do tempo que opera sobre a subjetividade e o território com a mesma violência com que opera a colonialidade do poder. A serelência contemporânea é uma resposta ativa a essa violência. Uma recusa a se acomodar ao ritmo imposto e uma reivindicação do direito de gerar, a partir da comunidade e da espiritualidade, as pausas de assentamento da memória, do coletivo e do ritual ancestral que o projeto dromocrático tenta suprimir.

Defender essa serelência é, portanto, lutar pelo direito à desobediência cronológica e ao re-encantamento do mundo contra sua captura pela lógica da produtividade e da aceleração. É reconhecer, com Nego Bispo (2023), que o tempo bem vivido é aquele capaz de honrar o que a Terra dá e o que a Terra quer,uma ética que inverte radicalmente a premissa moderna de dominação da natureza. Essa perspectiva nos convida a parar de ver o mundo como recurso e a voltar a habitá-lo como uma teia viva de parentesco, onde humanos, árvores, rios e ancestrais compartilham um mesmo território de existência. Nessa chave, a desaceleração não é um luxo de poucos, mas uma condição de possibilidade para a vida coletiva em um planeta que já não suporta o ritmo extrativista do capital. Como ensinam as cosmologias ameríndias e as tradições quilombolas, o tempo não é uma linha que corre para o futuro, mas um círculo que retorna ao que importa,ao cuidado, ao encontro, à cerimônia (Martins, 2021). Restituir essas temporalidades plurais aos centros e aos bairros, às rodovias e às praças, é a tarefa primordial da luta urbana contemporânea.

Considerações Parciais

Se o direito à cidade, tal como formulado por Lefebvre (2008), constitui-se como direito à vida urbana, à participação e à apropriação do espaço como obra coletiva, sua dimensão temporal permaneceu, durante décadas, o capítulo mais negligenciado da agenda urbana. Em um regime dromocrático, onde a velocidade se converteu em instrumento de hierarquização social, o direito à cidade é, antes de tudo, o

direito ao tempo próprio: a possibilidade de não se submeter ao cronograma único da produtividade e de não ter a experiência do espaço ditada pela lógica do fluxo acelerado. Este direito à lentidão, ou à serelência pode ser visto então como condição fundamental para o exercício da urbanidade. Pois só se pode usufruir plenamente do espaço comum, só se pode construir vínculo com o lugar e com o outro, quando se dispõe de um ritmo orgânico, desvinculado da urgência produtiva que transforma a cidade em mero cenário de passagem.

Nesse novo regime, a cidade não pode mais ser concebida como artefato isolado do metabolismo planetário. Ela é parte de uma crono-geografia extensa, onde o ritmo das águas, dos solos e dos ecossistemas reivindica o mesmo cuidado reservado aos fluxos urbanos.A crono-diversidade, é a própria condição de possibilidade para uma coexistência que não exija da Terra mais do que ela pode repor. A serelência, nesse contexto, deixa de ser apenas um direito humano e torna-se uma ética civilizatória: a arte de sincronizar o tempo da cidade com o tempo do mundo.

A tradução desse direito em práticas concretas exige um projeto político urbano capaz de atuar contra a mobilidade orientada exclusivamente ao fluxo, a mecanização que fragmenta a experiência em zonas especializadas e a gentrificação acelerada que expulsa os corpos lentos. Tal projeto implica a criação ativa de zonas de desaceleração, territórios onde a prioridade seja a permanência, o brincar, o descanso e, sobretudo, a abertura a outras cosmologias temporais (inclusive nas habitações). Não se trata da reprodução de espaços residuais entre vias expressas e loteamentos planejados, mas de lugares intencionalmente desenhados para acolher o ócio criativo, o encontro imprevisto e a contemplação onde seja possível perder-se de si. Espaços livres, abertos à imaginação e a um habitar menos mediado por artefatos e mais voltado à experiência pura de ser e estar, na linha do que Heidegger (1954) sugeriu ao aproximar o construir do habitar e do pensar, como modos de permanência significativa no mundo.

Paralelamente, é imperativa uma inversão radical na hierarquia da mobilidade. Priorizar absolutamente o pedestre e os modos ativos de baixa velocidade,como a bicicleta, vai muito além da provisão de infraestrutura cicloviária ou calçadas acessíveis. Significa subordinar o fluxo motorizado à qualidade da experiência humana, garantindo segurança e conforto para idosos, crianças e pessoas com mobilidade reduzida, mas também assegurando que o deslocamento a pé ou pedalando deixe de ser um sacrifício para tornar-se um ato de fruição da cidade. Como propôs Ivan Illich (1975) em sua crítica à ideologia da velocidade, a equidade social está intrinsecamente ligada a um limite energético e de velocidade: a partir de certo patamar, o transporte rápido não aproxima as pessoas, antes as separa, exigindo cada vez mais espaço, tempo e recursos para sustentar-se. Trata-se, assim, de fomentar práticas urbanas menos mediadas pelo consumo de combustíveis fósseis e mais pela experiência sensível de habitar, onde o caminhar e o permanecer se convertem em atos políticos de reapropriação do tempo.

É crucial, ainda, operar uma virada paradigmática que valorize, jurídica e urbanisticamente, o espaço de permanência sobre o espaço de passagem. Em contraposição ao fluxo abstrato e desterritorializante, deve-se privilegiar a estabilidade do enraizamento, um sedentarismo entendido não como inércia, mas como condição para a constituição de memória, afeto e cuidado com o lugar. Urbanisticamente, isso se traduz na priorização dos espaços livres, vazios de programa fixo, sobre os volumes excessivamente construídos e parcelados pela especulação. Juridicamente, exige instrumentos que combatam a ditadura do curto prazo imposta pelo capital imobiliário: a taxação progressiva do solo ocioso, a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) permanentes, a aplicação rigorosa do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios. Trata-se de promover a sustentabilidade dos ciclos longos de manutenção, adaptação e uso, em oposição à lógica insustentável da construção, obsolescência programada e demolição permanentes.

Neste novo marco, um leque de espaços e práticas comunitárias emerge como infraestrutura vital de uma crono-diversidade urbana. Para além das hortas e pomares, já amplamente reconhecidos, é fundamental garantir espaços para oficinas, artesanato, pesca urbana, criação de pequenos animais e a realização de atividades tradicionais, como a produção de cerâmica, tecelagem ou processamento de alimentos possam ocorrer de forma não mecanizada ou fragmentada. Estas práticas, historicamente desenvolvidas como estratégias de autonomia e sobrevivência pelas comunidades tradicionais podem ser reconhecidas como tecnologias sociais de desaceleração. Elas ancoram a comunidade não apenas em ciclos naturais, mas em saberes-fazer corporificados e transmitidos oralmente, que operam na velocidade da observação, do gesto preciso e da paciência artesanal (e não na gratificação instantênea). Ao praticarem uma economia concreta da suficiência e da partilha, onde o valor emerge da utilidade, da beleza e do vínculo, esses espaços ensaiam modos de vida que medem o bem-estar pela qualidade da experiência e não pelo volume de produção.

Da mesma forma, parques e áreas arborizadas devem ser ressignificados como infraestruturas de desaceleração radical. Para além de sua função ecológica ou recreativa padronizada, precisam ser concebidos como laboratórios de desconexão e resensibilização. Seu desenho deve favorecer o perder-se: em caminhos sinuosos que não levam a um destino comercial, na sombra densa de um bosque, no som do vento entre as folhas. Aqui, a arquitetura pode ser mínima, os percursos não lineares, e a ausência deliberada de sinalização e comércio pode criar um vácuo fenomenológico na lógica aceleracionista, uma brecha por onde pode irromper outra experiência do tempo. Estes espaços precisam ser vistos não apenas como pulmões verdes a serviço da mitigação dos efeitos da produtividade de uma cidade dromocrática que os circunda como instrumentos higienistas de embelezamento. Precisam ser considerados órgãos de uma temporalidade cíclica e lenta, porque permitem que o corpo humano sincronize seus ritmos com os ciclos orgânicos, o crescimento lento das árvores, o ciclo das estações, o piscar das luzes dos vaga-lumes, restaurando uma percepção do tempo como duração e não como escassez. Esta experiência é fundamental para a saúde coletiva e para a sustentabilidade ecossistêmica, pois uma sociedade que não sabe parar e observar é uma sociedade incapaz de perceber os limites do seu entorno e os sinais de exaustão do planeta. Sobretudo, no sentido de Paul Virilio (1996), é uma sociedade que perde a dimensão real das coisas no tempo e no espaço. A preservação e a criação massiva destas áreas é, portanto, uma política pública de altíssima prioridade, um investimento não em concreto, mas em tempo vivo e em capacidade de atenção, os verdadeiros alicerces para um futuro habitável.

Assim, conclui-se com um chamado para que o pensamento urbanístico incorpore, de maneira decisiva, uma ecologia política dos tempos. Trata-se de um movimento pela valorização do atrelamento da técnica e da mobilidade a uma sabedoria que reconheça as múltiplas velocidades da vida, como igualmente dignas de espaço e consideração. Defender o direito à lentidão é lutar pelo direito de projetar e viver um território múltiplo, onde as possibilidades de viver em comum possam florescer em sua diversidade de ritmos. Neste projeto, serelentar não é uma concessão generosa ao ócio, mas a condição fundamental para uma vida que, teimosa e espiraladamente, como o movimento das águas que voltam ao mar, insiste em florescer.

Referências

BISPO, Antonio (Nego Bispo). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CRARY, Jonathan. *24/7: Capitalismo Tardio e os Fins do Sono*. Tradução de Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

DANOWSKI, Débora; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014. 176 p.

ENDE, Michael. *Momo e o Senhor do Tempo*. Tradução de Olga Fierz. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes, 2003.

FUÃO, Fernando. *Serestar: As pinturas surrealistas de Amirah Gazel*. 2023.

FUÃO, Fernando. @ CAPITAL. *PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 6, n. 20, 18 nov. 2021.

GORELIK, Adrián. A produção da cidade latino-americana . *Tempo Social, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 1, p. 111–133, 2005. DOI: 10.1590/S0103-20702005000100005. Disponível em: https://revistas.usp.br/ts/article/view/12456. Acesso em: 5 fev. 2026.*

HAYLES, N. Katherine. Hyper and Deep Attention: The Generational Divide in Cognitive Modes. In: *Profession*. New York: Modern Language Association, 2007. p. 187-199.

HEIDEGGER, Martin. *Construir, Habitar, Pensar (Bauen, Wohnen, Denken)*. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. *In:* Vorträge und Aufsätze. Pfullingen: G. Neske, 1954. p. 139-156. Disponível em: https://filosofiaepatrimonio.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/03/martin-heidegger-construir-habitar-pensar.pdf. Acesso em: 6 fev. 2026.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.

ILLICH, I. *Energia e Equidade*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

LE CORBUSIER. *Planejamento Urbano*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LE CORBUSIER. Carta de Atenas. Tradução de Décio de Almeida Prado. São Paulo: Editora Hucitec / EDUSP, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MAICOÑO, Soraya. *El sueño del sonido*. 2023. Disponível em: https://reunionreunion.com/El-Sueno-del-Sonido. Acesso em: 27 jan. 2026.

MONTAGNA, Aline Corrêa. *Pelotas em Forma: embelezamento, modernidade e segregação nas primeiras décadas do século XX*. 2019. 245 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ROCHA, Eduardo; SANTOS,Taís Beltrame**.** *Verbolário da caminhografia urbana*. Pelotas: Editora Caseira, 2024.

SANTOS, Milton. O elogio da lentidão. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 mar. 2001. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm Acesso em: 8 nov. 2024.

SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.* 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Taís Beltrame dos. *Seres lentos e vida urbana: temporalidades dissonantes no espaço público*. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

SILVA, Danielle Souza da. *Da cidade tradicional à cidade-jardim: modernidade em Pelotas na primeira metade do século XX*. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

TRIVINHO, Eugênio R. *A Dromocracia Cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada.* São Paulo: Paulus, 2007.

VIRILIO, Paul. *Estética da desaparição*. Tradução de Paulo Neves. Rio de Janeiro: Contraponto, 1993.

VIRILIO, Paul. *O espaço crítico.* Tradução de Paulo Roberto Pires.. Rio de Janeiro: Editora 34, 2014.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política*. Tradução de Celia Eduardo e Emílio Moraes. São Paulo: Estúdio Nobel, 1996.

ENTRE DESIGUALDADES E INTERDEPENDÊNCIAS
Territórios do Cuidado como Estratégia de Transformação

BETWEEN INEQUALITIES AND INTERDEPENDENCIES
Territories of Care as a Strategy for Transformation

Norma Gislene Urban Gomes[1]

Resumo
Este artigo analisa a incorporação da perspectiva dos Territórios do Cuidado na produção habitacional e no planejamento urbano brasileiro, articulando debates do urbanismo feminista com críticas às políticas habitacionais orientadas pelo mercado. Argumenta-se que o modelo dominante — baseado na propriedade privada individual, na padronização tipológica e na dissociação entre moradia e cidade — resulta em territórios precarizados e desiguais, especialmente para mulheres. Partindo da análise documental de iniciativas desenvolvidas por Fiocruz Brasília, Instituto Pólis e LabCidade/FAU-USP, o estudo identifica práticas que reposicionam o cuidado como infraestrutura urbana e como categoria política capaz de reorientar o planejamento territorial. Os resultados evidenciam que a centralidade do cuidado permite reconstruir vínculos comunitários, fortalecer a participação feminina e ampliar o sentido público da moradia, apontando para um urbanismo cooperativo que integra vida cotidiana, interdependências e justiça espacial. Conclui-se que os T*erritórios do Cuidado* constituem campo emergente capaz de redefinir a habitação como infraestrutura social.
Palavras-chave: Território do Cuidado; urbanismo feminista; justiça espacial.

Abstract
This article examines how the perspective of Care Territories has been incorporated into Brazilian housing production and urban planning, connecting feminist urbanism debates with critiques of market-driven housing policies. It argues that the dominant model—based on private property, typological standardization, and the separation between housing and the city—produces precarious and unequal territories, particularly affecting women. Through documentary analysis of initiatives developed by Fiocruz Brasília, Instituto Pólis, and LabCidade/FAU-USP, the study identifies practices that reposition care as urban infrastructure and as a political category capable of reshaping territorial planning. The findings show that placing care at the center strengthens community ties, enhances women's participation, and expands the public meaning of housing, pointing toward a cooperative urbanism that integrates everyday life, interdependencies, and spatial justice. The article concludes that Care Territories represent an emerging field capable of redefining housing as essential social infrastructure.
Keywords: Care Territories; feminist urbanism; space justice.

1 Pós Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie (PPGFAU-MAC), Doutora pelo mesmo programa (2023), Mestre pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGUFU 2009), Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP 1993).

Introdução

Nas últimas décadas, a produção habitacional voltada à população de baixa renda na América Latina foi progressivamente incorporada à lógica do mercado, configurando um processo de mercantilização que redefiniu o papel do Estado. Este processo não é apenas um fenômeno econômico isolado, mas uma manifestação central do Capitaloceno nas cidades, onde a reprodução da vida é sistematicamente subordinada à acumulação de capital e ao urbanismo extrativista. Como destaca Rolnik (2015, p. 65), "o Estado deixou de ser o produtor direto da moradia para se tornar o agente que organiza, regula e financia o mercado habitacional por meio de subsídios e incentivos à demanda". No contexto brasileiro, essa inflexão consolidou um modelo de política habitacional ancorado na propriedade privada individual, na homogeneização tipológica e na dissociação entre o direito à moradia e o direito à cidade, produzindo territórios periféricos marcados pela segregação socioespacial e pela precarização das condições urbanas.

Partindo desse diagnóstico, este artigo propõe um avanço teórico no debate sobre os Territórios do Cuidado, articulando-o de modo inédito à política habitacional brasileira e às dinâmicas urbanas contemporâneas. Diferentemente das formulações já consolidadas — que abordam o cuidado, sobretudo, no campo da saúde pública e da assistência social (Leite; Santoro, 2022) —, este estudo argumenta que a noção de Territórios do Cuidado pode constituir uma categoria analítica fundamental para repensar a habitação popular como infraestrutura da vida. Assim, a habitação é compreendida não apenas como uma unidade edificada, mas como um espaço ampliado de reprodução social e de mediação entre o doméstico e o urbano.

Teoricamente, o artigo avança em duas direções complementares. Primeiro, propõe um novo enquadramento conceitual dos *Territórios do Cuidado*, integrando o campo do urbanismo feminista à crítica das políticas habitacionais de interesse social. Essa articulação permite tensionar o modelo de produção habitacional dominante, ainda fortemente pautado por uma racionalidade corporativa (Somekh; Fregonezi e Del'Arco, 2024), e evidenciar a necessidade de um urbanismo cooperativo, centrado no cuidado e na corresponsabilidade territorial. Segundo, apresenta uma sistematização crítica de experiências empíricas — como os projetos *Territórios de Cuidado* e *Territórios Saudáveis e Sustentáveis* (Fiocruz Brasília), as ações de urbanização participativa do Instituto Pólis e as pesquisas do LabCidade — que ilustram caminhos concretos para a incorporação de práticas de cuidado na escala territorial.

Ao articular reflexão conceitual e análise empírica, o artigo busca deslocar o debate da habitação enquanto produto de mercado para a habitação enquanto infraestrutura social do cuidado. Esse deslocamento teórico reforça a compreensão de que os espaços domésticos e urbanos são dimensões interdependentes da reprodução social, e que políticas habitacionais sensíveis ao gênero constituem instrumentos essenciais para a construção de cidades mais justas, cooperativas e responsáveis (Rolnik, 2015; Somekh, Fregonezi e Del'Arco, 2024).

A produção habitacional dominante na América Latina, estruturada sob a lógica de mercado e orientada pela propriedade privada individual, tem se mostrado incapaz de responder às complexas dinâmicas que compõem a vida cotidiana nas cidades. Como observa Santoro (2019a, p. 42), "a cidade é produzida segundo uma racionalidade econômica que ignora a reprodução da vida e os trabalhos do cuidado que a sustentam", o que evidencia uma desconexão entre as formas de provisão habitacional e as necessidades concretas dos sujeitos que as habitam — especialmente das mulheres.

No contexto brasileiro, essa lógica se manifesta em um modelo de urbanismo corporativo, em que o planejamento urbano é capturado por interesses privados e financeiros, reproduzindo desigualdades e limitando o acesso equitativo à cidade. Somekh, Fregonezi e Del'Arco (2024, p. 202) observam que "o urbanismo corporativo reduz o espaço urbano a um ativo econômico, deslocando o interesse público e despolitizando o planejamento", o que reforça a dissociação entre políticas habitacionais e justiça social. Em contraposição, os autores propõem a construção de um urbanismo cooperativo, orientado pela corresponsabilidade entre Estado, sociedade civil e comunidades locais, no qual "a gestão urbana se ancora em processos participativos, solidários e inclusivos, capazes de reconstruir o sentido público do território" (Somekh; Fregonezi e Del'Arco, 2024, p. 210). Essa perspectiva aproxima-se das práticas feministas do cuidado, ao reconhecer o território como espaço de reprodução da vida e de interdependência coletiva. Assim, no caso brasileiro, a persistente "cegueira de gênero" nas políticas urbanas e habitacionais reforça um padrão de moradia socialmente inadequado e territorialmente segregado, contribuindo para a reprodução das desigualdades históricas e para a manutenção de uma urbanização excludente (Rolnik, 2015).

Como afirmam Muxí Martínez et al. (2011, p. 12), "a perspectiva de gênero no urbanismo revela como o espaço é produzido a partir de uma visão parcial do mundo, que privilegia o produtivo em detrimento do reprodutivo, invisibilizando as tarefas do cuidado e as experiências femininas da cidade". Essa observação é central para compreender por que a habitação, quando planejada sem essa lente, tende a perpetuar desigualdades e afastar o cotidiano da política urbana.

Nesse cenário, as especificidades de gênero – sobretudo as experiências e responsabilidades das mulheres com o trabalho de cuidado – foram sistematicamente ignoradas pelas políticas públicas e pela lógica de mercado. Como resultado, a produção habitacional hegemônica tem contribuído para a reprodução de desigualdades, afetando de forma mais aguda mulheres negras, periféricas e chefes de família.

A partir do estudo de caso dos *Territórios do Cuidado*, busca-se compreender como práticas urbanas que centralizam o cuidado e a participação das mulheres podem oferecer alternativas relevantes para a produção de moradia mais pertinente, justa e adequada às necessidades reais dos territórios populares.

Diante disso, vêm ganhando visibilidade propostas que articulam urbanismo feminista, direito à moradia e justiça espacial a partir da centralidade dos cuidados. Entre elas, destacam-se as iniciativas que têm sido identificadas e mobilizadas sob o conceito de Territórios do Cuidado. Essa abordagem compreende o território como espaço onde se reproduz a vida e onde os fluxos do cuidado – cuidar de si, de outras pessoas, e do ambiente – devem ser reconhecidos, valorizados e incorporados às estratégias de planejamento urbano e habitacional (Leite; Santoro, 2022; Instituto Pólis, 2021).

No Brasil, experiências como as desenvolvidas pelo Instituto Pólis[2], o LabCidade/FAUUSP[3] e o Observatório das Metrópoles[4] entre outros, têm contribuído para sistematizar e promover práticas que reposicionam o cuidado como categoria analítica e política.

Por meio de oficinas com mulheres moradoras de periferias urbanas, caminhadas exploratórias e mapeamentos afetivos, esses projetos vêm evidenciando como a produção habitacional e a organização do espaço urbano impactam diretamente as rotinas de cuidado: longos deslocamentos, ausência de equipamentos públicos de saúde e educação próximos, insegurança nas ruas e moradias precárias que não acolhem os ciclos da vida (LabCidade, 2020; Observatório das Metrópoles, 2021).

Essas instituições vêm oferecendo caminhos concretos para a formulação de uma política habitacional mais pertinente interseccional e atenta às dinâmicas cotidianas dos territórios populares. Seus estudos e práticas demonstram que a habitação não pode ser compreendida apenas como provisão de unidades habitacionais, mas como parte de uma rede integrada de infraestruturas urbanas, equipamentos públicos, serviços de cuidado e redes comunitárias, fundamentais para garantir a qualidade de vida, justiça espacial e equidade de gênero.

Tais iniciativas apontam para novas formas de gestão da moradia, baseadas na participação direta das mulheres, no planejamento comunitário e em propostas que consideram o tempo, o território e os vínculos sociais como elementos estruturantes da política habitacional. Em vez de reproduzir a moradia como um produto padronizado e mercantil, essas práticas propõem que ela seja entendida como infraestrutura de cuidado, o que inclui: localização próxima a serviços essenciais, desenho arquitetônico sensível às necessidades intergeracionais, e acesso à mobilidade e segurança urbana (Leite; Santoro, 2022; UN-Habitat, 2013).

Compreender a habitação como infraestrutura de cuidado significa reconhecê-la como parte de uma rede integrada de serviços, equipamentos públicos e vínculos comunitários fundamentais para a reprodução social. Ao deslocar a dicotomia público-privado, a perspectiva dos Territórios do Cuidado evidencia que o trabalho de cuidado — historicamente confinado ao âmbito doméstico — constitui também uma dimensão essencial da cidade. Falú (2009, p. 310) argumenta que "as cidades são espaços atravessados por relações de poder que definem quem pode circular, usar e se apropriar de seus territórios", e, portanto, pensar o urbano desde as mulheres implica reconhecer o cuidado como prática política e territorial. Incorporar essa visão à produção habitacional significa compreender as mulheres não apenas como destinatárias de programas de moradia, mas como sujeitas ativas na concepção, construção e gestão de seus territórios de vida (Falú, 2009; Santoro, 2019b).

Reconhecer que a habitação é também uma política de gênero e que sua configuração influencia diretamente a autonomia econômica, social e política das mulheres torna possível que, "a perspectiva de gênero no urbanismo propõe compreender e projetar a cidade a partir das necessidades reais da vida cotidiana, incorporando o cuidado como princípio estruturador" (Muxí Martínez et al., 2011, p. 14). Tal abordagem desloca o

2 O Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais é uma organização da sociedade civil (OSC) de atuação nacional, constituída como associação civil sem fins lucrativos, apartidária e pluralista.

3 Laboratório de Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo da FAUUSP (LABFAU) é um espaço institucional do Departamento de História que promove a discussão e o intercâmbio de pesquisas na área de Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo. Criado em 1995, o Laboratório estimula estudos nas fronteiras da arquitetura e urbanismo em torno de questões postas pela sociedade, a economia e a cultura no passado e no presente. Congrega professores, estudantes e pesquisadores em projetos de pesquisa multidisciplinares e interinstitucionais.

4 Observatório das Metrópoles é um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) que trabalha de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional, tendo como referência a compreensão das mudanças das relações entre sociedade, economia, Estado e os territórios.

foco do espaço abstrato para o espaço vivido, permitindo pensar políticas habitacionais que articulem infraestrutura, trabalho e reprodução social.

Além disso, ao tratar as moradias populares e os espaços que estas ocupam no território como partes de uma rede ampliada de cuidado, o urbanismo feminista encontra um campo fértil para questionar e reconfigurar as fronteiras entre o público e o privado, aproximando as experiências cotidianas das mulheres das agendas de planejamento urbano. Essa abordagem permite compreender a habitação não apenas como um bem físico, mas como infraestrutura social indispensável à reprodução da vida e à equidade de gênero.

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo articula procedimentos qualitativos de caráter exploratório e analítico, orientados pelo objetivo de compreender como diferentes instituições brasileiras têm incorporado a perspectiva dos Territórios do Cuidado em suas práticas e proposições urbanas. A pesquisa fundamenta-se na análise documental, em diálogo com referenciais feministas do urbanismo, da geografia crítica e dos estudos do cuidado, que concebem o território como construção social, relacional e política (Falú, 2009; Muxí, 2023a; Mazzola, 2023).

O corpus empírico foi composto por documentos institucionais, relatórios técnicos, materiais metodológicos e produções acadêmicas publicadas por três instituições-chave: Fiocruz Brasília, Instituto Pólis e LabCidade/FAU-USP. A seleção considerou iniciativas que abordam diretamente a articulação entre cuidado, planejamento urbano e políticas territoriais, bem como aquelas que explicitam práticas participativas, dinâmicas comunitárias e formas de gestão que reconhecem a reprodução da vida como eixo estruturante do espaço urbano. Esses materiais foram coletados em seus websites oficiais, repositórios institucionais, dossiês temáticos e publicações associadas às ações mapeadas, entre Maio e Junho de 2025.

Além disso, os documentos foram analisados por meio de técnicas de análise temática, buscando identificar categorias recorrentes, tais como: práticas territoriais de cuidado, redes comunitárias, participação social, infraestrutura social, conflitos urbanos e dimensões de gênero do território. A análise articulou esses elementos com a literatura especializada sobre cuidado como categoria política e urbana (Fisher; Tronto, 1990; The Care Collective, 2020; Santoro, 2019a).

A escolha por uma abordagem qualitativa e documental justifica-se pela natureza das questões analisadas, que envolvem práticas sociais, processos institucionais e experiências territoriais que não podem ser plenamente captadas por métodos quantitativos tradicionais. Ao trabalhar com a perspectiva feminista do urbanismo — que enfatiza a centralidade da vida cotidiana, das interdependências e da produção social do espaço — torna-se fundamental privilegiar metodologias capazes de revelar significados, sentidos e disputas que atravessam as práticas urbanas (Rolnik, 2015; Falú, 2023a).

Além disso, a análise dessas instituições específicas permite compreender como diferentes agentes — acadêmicos, gestores públicos e organizações da sociedade civil — vêm tensionando o paradigma dominante do planejamento urbano, tradicionalmente ancorado na lógica da mercadoria, da técnica e do imperativo da infraestrutura dura. Nesse sentido, o enfoque documental possibilita identificar convergências, divergências e inovações metodológicas que vêm moldando um campo emergente de produção urbana centrado no cuidado, contribuindo para o avanço teórico-político da agenda das cidades cuidadoras.

A partir do material analisado, foi construído um quadro apresentado no artigo, que sintetiza informações referentes a:

(a) territorialidades envolvidas;
(b) ações desenvolvidas;
(c) metodologias utilizadas;
(d) públicos envolvidos;
(e) princípios de cuidado identificados;
(f) impactos e limitações.

A sistematização buscou tornar visíveis os modos como cada iniciativa concretiza o cuidado como prática territorial e como categoria analítica. O quadro funciona, portanto, como instrumento interpretativo, permitindo observar padrões, singularidades e contribuições específicas para o debate sobre *Territórios do Cuidado* e sua incorporação nas políticas urbanas brasileiras (Instituto Pólis, 2021; LabCidade, 2020).

Territórios do Cuidado

Ao compreender o cuidado como uma noção multidimensional, intrinsecamente vinculada a outros direitos sociais — como educação, saúde, segurança social, moradia e o próprio direito à cidade — torna-se evidente que sua incorporação às políticas públicas não pode ser tratada como responsabilidade isolada de um único setor governamental. Pelo contrário, os cuidados requerem uma abordagem intersetorial, capaz de transversalizar ações e orientações no conjunto das instituições públicas, integrando-os aos processos de planejamento e orçamento estatal (Batthyany, 2013; Batthyány; Perrota, 2023).

Nessa perspectiva, observa-se que, há pelo menos uma década, diferentes países e governos locais têm avançado na formulação e implementação de sistemas de cuidado.

> conjunto de políticas destinadas a concretizar uma nova organização social dos cuidados, com o objetivo de atender e apoiar pessoas que deles necessitam, bem como reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho de cuidado — atualmente realizado majoritariamente por mulheres (Cepal; ONU Mujeres, 2021, p. 23).

Tais políticas devem ser implementadas mediante articulação interinstitucional, com enfoque centrado nas pessoas, cabendo ao Estado garantir o acesso ao direito ao cuidado. Esse modelo baseia-se na corresponsabilidade social — envolvendo sociedade civil, setor empresarial e famílias — e na perspectiva de gênero.

> A implantação do Sistema pressupõe gestão intersetorial e desenvolvimento gradual de seus componentes: serviços, regulações, formação, produção e gestão de informações e conhecimentos, além de estratégias de comunicação que promovam mudança cultural e respeitem a diversidade cultural e territorial (Cepal; ONU Mujeres, 2021, p. 23).

A incorporação dessa discussão ao debate urbano reforça a necessidade de conceber as cidades como espaços corresponsáveis pela sustentação da vida cotidiana. Ao reconhecer que a organização espacial pode ampliar ou reduzir desigualdades de gênero, o enfoque dos sistemas de cuidado contribui para evidenciar como políticas

urbanas, de mobilidade, habitação e infraestrutura precisam integrar o cuidado como princípio estruturante, promovendo cidades mais justas e inclusivas.

O termo Territórios do Cuidado se refere a uma abordagem territorial que coloca o cuidado no centro da vida urbana, compreendendo-o como infraestrutura fundamental à reprodução da vida e à sustentabilidade dos espaços urbanos. Mais do que uma noção abstrata, esses territórios são definidos por práticas cotidianas de cuidado realizadas majoritariamente por mulheres – cuidar de crianças, idosos, pessoas com deficiência, da casa, do entorno e da comunidade – e por arranjos coletivos que sustentam essas atividades.

De acordo com Leite e Santoro (2022), pensar o cuidado como categoria territorial significa reconhecer os fluxos, tempos e relações que estruturam o cotidiano das mulheres nas cidades, geralmente invisibilizadas pelas políticas urbanas e habitacionais tradicionais. Assim, os territórios do cuidado não são apenas espaços físicos, mas também campos de disputa política, onde se manifesta a resistência à lógica dominante que dissocia a habitação das condições reais da vida.

O conceito emerge do encontro entre o urbanismo feminista e os movimentos urbanos por justiça social, especialmente na América Latina. Sua formulação mais recente tem sido articulada por organizações como o Instituto Pólis e o LabCidade/FAU-USP, que, a partir da escuta de mulheres periféricas e lideranças comunitárias, propuseram uma crítica radical às formas como a cidade é planejada e construída (Instituto Pólis, 2021; LabCidade, 2020).

Uma cidade mais igualitária resultaria da implementação de ações que permitam satisfazer as necessidades reprodutivas e de cuidado que são hoje experiências das mulheres, fazendo possível o intercâmbio entre uns tipos de espaços e outros, e que não enclausurem certos tipos de atividade em alguns espaços e outros em espaços diferentes. Um planejamento urbano com a perspectiva feminista será aquele capaz de construir o espaço da cidade como algo heterogêneo, complexo e múltiplo, capaz de absorver a diversidade humana, e todas as atividades em condições de igualdade (Gomes, 2023).

Esses movimentos partem do entendimento de que as políticas públicas e os projetos urbanos hegemônicos ignoram sistematicamente os papéis sociais atribuídos às mulheres e suas necessidades específicas no território. Ao mesmo tempo, são justamente as mulheres – sobretudo as mulheres negras e periféricas – que garantem, através do cuidado, a manutenção das redes comunitárias, o funcionamento do espaço doméstico e o suporte à vida urbana (Falú, 2009).

Nesse sentido, os *Territórios do Cuidado* são tanto denúncia quanto proposição: denunciam a omissão estrutural das políticas públicas frente à divisão sexual e racial do trabalho e propõem uma reconfiguração do planejamento urbano centrada na reprodução social, na solidariedade e na coletividade.

O urbanismo feminista tensiona o modelo hegemônico ao revelar como o planejamento tradicional privilegia o espaço produtivo em detrimento do reprodutivo. No contexto do Capitaloceno, essa cegueira de gênero funciona como uma tecnologia de invisibilização do trabalho que sustenta o próprio sistema. Os *Territórios do Cuidado* propõem, portanto, uma ruptura ontológica: o cuidado deixa de ser um atributo privado e doméstico para tornar-se uma função pública e política inscrita no território. Isso implica reconhecer que a moradia é indissociável de uma rede integrada de serviços, equipamentos e vínculos comunitários que garantem a sustentabilidade social.

A crescente articulação entre o urbanismo feminista e os debates sobre produção habitacional tem tensionado os limites da política urbana tradicional. Enquanto o modelo dominante de produção da moradia se ancora na lógica da propriedade privada, da mercantilização do solo e da padronização tipológica, as abordagens feministas propõem uma moradia como infraestrutura de cuidado – um espaço situado, plural, afetivo e funcional às múltiplas tarefas que sustentam a vida.

Essa perspectiva exige um redesenho da política habitacional: desde a localização das moradias (próxima a equipamentos de saúde, educação, transporte e apoio comunitário), até o desenho dos espaços domésticos e coletivos (que contemplem as relações intergeracionais, espaços de convivência e suporte mútuo). Além disso, demanda que as mulheres participem ativamente da gestão dos territórios e do planejamento das cidades, não apenas como usuárias, mas como agentes produtoras do espaço (Santoro, 2019b; UN-Habitat, 2013).

Em oposição ao paradigma da propriedade e da verticalização financeira da moradia (Rolnik, 2015), o urbanismo feminista propõe práticas colaborativas, ancoradas na escuta, na participação direta e em formas coletivas de gestão territorial (Gomes, 2023). Essa articulação tem se traduzido em experiências concretas, como ocupações urbanas lideradas por mulheres, mutirões autogestionários, planos populares e a consolidação dos chamados *Territórios do Cuidado* como alternativa política, urbana e afetiva.

No contexto latino-americano, onde o déficit habitacional atinge especialmente as mulheres pobres, negras e periféricas, a proposta dos *Territórios do Cuidado* oferece uma alternativa crítica e transformadora. Ela articula questões de gênero, raça, classe e território, propondo uma abordagem integrada e interseccional que desafia as formas hegemônicas de produção habitacional. Ao trazer o cuidado para o centro do planejamento, esses territórios lançam as bases para uma cidade mais justa, equitativa e habitável (Rolnik, 2015).

Gestão habitacional e a cegueira de gênero

As políticas habitacionais no Brasil têm historicamente tratado a moradia como um bem imobiliário, descolado das práticas sociais cotidianas. Esse modelo ignora os impactos urbanos e sociais do cuidado – um conjunto de atividades indispensáveis à reprodução da vida, como cuidar de crianças, idosos, doentes e da casa, quase sempre realizados por mulheres (Falú, 2009).

A ausência de equipamentos urbanos próximos, a insegurança dos trajetos e a inadequação dos espaços domésticos são exemplos de como a gestão habitacional tradicional desconsidera os tempos e circuitos do cuidado (Santoro, 2019b). Isso resulta em habitações pouco pertinentes para suas usuárias, que enfrentam jornadas exaustivas entre trabalho, deslocamento e cuidado sem apoio institucional.

A produção habitacional voltada para a população de baixa renda no Brasil, tradicionalmente estruturada sob a lógica da massificação e da padronização de unidades habitacionais, apresenta implicações que vão além do déficit numérico de moradias. Quando analisada a partir da perspectiva de gênero, evidência-se que tais políticas e programas frequentemente ignoram as dinâmicas cotidianas associadas ao trabalho reprodutivo e do cuidado, majoritariamente desempenhado por mulheres.

Essa omissão tem efeitos concretos na qualidade de vida e na equidade urbana. Ao desconsiderar a centralidade do cuidado no planejamento habitacional, reproduzem-se

padrões espaciais que aprofundam desigualdades já existentes, como a precariedade do acesso a equipamentos públicos, transporte, serviços de saúde e educação. Isso significa que, embora tais empreendimentos cumpram uma função quantitativa de provisão habitacional, qualitativamente contribuem para perpetuar a sobrecarga das mulheres, que permanecem responsáveis por trajetórias urbanas fragmentadas e pouco reconhecidas pelas políticas públicas.

Em termos mais amplos, a ausência de uma perspectiva de gênero na produção habitacional reforça a segregação socioespacial, naturaliza a invisibilidade do trabalho de cuidado e limita as possibilidades de construção de cidades mais inclusivas e democráticas. Incorporar a perspectiva de gênero ao planejamento habitacional, portanto, implica não apenas repensar tipologias arquitetônicas e localizações urbanas, mas também reconhecer a moradia como infraestrutura fundamental para a reprodução da vida, articulada a políticas de mobilidade, saúde, educação e justiça espacial.

A ambiguidade dos impactos dos programas habitacionais revela que a moradia não deve ser reduzida à provisão de quatro paredes e um teto. Para que a habitação se torne efetivamente um vetor de equidade de gênero, é imprescindível que os programas avancem em três direções centrais: integração, participação e sensibilidade de gênero. A provisão habitacional deve ser acompanhada de creches, escolas, postos de saúde, praças, comércio de proximidade e transporte público, articulando moradia e infraestrutura urbana; as mulheres precisam ser incluídas desde a concepção dos projetos, garantindo que os espaços atendam às demandas concretas do cuidado; e, sobretudo, é necessário reconhecer que a habitação é também uma política de gênero, cuja configuração influencia diretamente a autonomia econômica, social e política das mulheres (Instituto Pólis, 2021). Nesse sentido, “a perspectiva de gênero no urbanismo propõe compreender e projetar a cidade a partir das necessidades reais da vida cotidiana, incorporando o cuidado como princípio estruturador” (Muxí Martinez et al., 2011, p. 14). Tal abordagem desloca o foco do espaço abstrato para o espaço vivido, permitindo pensar políticas habitacionais que articulem infraestrutura, trabalho e reprodução social em um mesmo horizonte de justiça urbana.

As infraestruturas de cuidado constituem uma resposta material destinada a abrigar, garantir, oferecer e/ou melhorar as condições do cuidado (Mazolla, 2023). Compreendem todo tipo de infraestrutura voltada a assegurar o bem-estar e o exercício efetivo dos direitos tanto de quem recebe cuidados diretos quanto de quem os oferece — em sua maioria mulheres, frequentemente não remuneradas ou inseridas em condições laborais precárias (Mazolla, 2023; Falú, 2023a).

O objetivo dessas infraestruturas é reduzir as desigualdades de gênero relacionadas ao tempo e aos recursos destinados ao cuidado, possibilitando que as mulheres tenham condições de desenvolver outras atividades. A partir de uma perspectiva de gênero interseccional, esse tipo de equipamento contribui para a redistribuição social no território, promove maior equidade e democratiza as responsabilidades associadas ao cuidado.

Em contrapartida, a ausência dessas infraestruturas — ou a desigualdade no acesso aos serviços de cuidado — impacta negativamente as mulheres, restringindo sua autonomia e participação plena na vida social e econômica (Falú, 2023a). Essa relação entre infraestrutura, espaço urbano e desigualdades de gênero pode ser analisada a partir de três dimensões fundamentais, que se articulam, o material, o social e o político do cuidado.

A análise das infraestruturas do cuidado a partir da perspectiva de gênero interseccional pode ser organizada em três dimensões fundamentais: a material-espacial, a social-relacional e a política-institucional (Mazolla 2023; Falú, 2023).

1. Dimensão material-espacial- Esta dimensão refere-se à materialidade das infraestruturas — creches, centros de convivência, cozinhas comunitárias, equipamentos de saúde e mobilidade — e à sua localização no território urbano. A ausência ou a má distribuição desses equipamentos reforça a segregação espacial e sobrecarrega as mulheres, que passam a depender de longos deslocamentos para realizar tarefas de cuidado. Assim, a proximidade e acessibilidade dessas infraestruturas tornam-se fatores determinantes na redução das desigualdades urbanas e na qualidade da vida cotidiana.

2. Dimensão social-relacional- O cuidado não é apenas uma prática individual, mas uma rede de relações sociais que conecta famílias, vizinhanças e comunidades. As infraestruturas do cuidado, quando bem planejadas, favorecem a reconstrução dos laços comunitários, a cooperação entre mulheres e a formação de redes solidárias. Ao transformar o cuidado em uma responsabilidade compartilhada, o território passa a ser compreendido como um espaço de reciprocidade e suporte coletivo, e não como uma extensão do trabalho doméstico privado (Falú, 2023a).

3. Dimensão política-institucional- Por fim, essa dimensão envolve o reconhecimento do cuidado como uma questão de justiça urbana e de política pública. Significa deslocar o cuidado da esfera privada para o centro da agenda de planejamento urbano e habitacional, garantindo que o Estado, o mercado e a sociedade civil compartilhem responsabilidades de forma equitativa. Conforme Mazzola (2023) argumenta, incorporar o cuidado à política urbana é “feminizar a cidade”, no sentido de reorganizar prioridades, orçamentos e estruturas de gestão para colocar a sustentabilidade da vida no centro da produção do espaço.

Em conjunto, essas três dimensões evidenciam que o cuidado, longe de ser uma prática invisível e desvalorizada, constitui um eixo estruturante da justiça espacial e social. As infraestruturas do cuidado, portanto, não apenas respondem a necessidades cotidianas, mas reconfiguram o modo como pensamos e habitamos a cidade, abrindo caminho para um urbanismo feminista e inclusivo.

Novos desafios e a intensificação do cuidado

Paradoxalmente, a conquista de uma moradia digna, embora represente um avanço material e simbólico fundamental, também pode introduzir novas tensões na vida cotidiana das cuidadoras. Diversos estudos sobre a política habitacional brasileira — particularmente o programa Minha Casa, Minha Vida — evidenciam que o acesso à moradia não garante, por si só, uma melhoria integral nas condições de vida das mulheres (Rolnik, 2015; Santoro, 2019b).

Um dos primeiros efeitos observados é o aumento do custo de vida doméstico. As famílias transferidas de assentamentos informais para conjuntos habitacionais formais passam a assumir gastos com eletricidade, água, transporte e, em muitos casos, taxas de condomínio ou financiamento. Essa mudança econômica gera uma pressão adicional sobre as mulheres, que frequentemente assumem a responsabilidade principal pela gestão financeira do lar, vendo-se obrigadas a combinar o trabalho remunerado com as múltiplas jornadas de cuidado não remunerado.

A isso se soma o isolamento territorial e a perda de redes de apoio. Numerosos conjuntos foram construídos em áreas periféricas, desconectadas dos centros urbanos

e carentes de serviços públicos básicos. A ausência de escolas, unidades de saúde, creches e espaços de convivência comunitária aprofunda a sobrecarga temporal e emocional das mulheres, que precisam se deslocar longas distâncias para satisfazer as necessidades básicas de suas famílias. Esse fenômeno, que Muxí Martínez et al. (2011) descrevem como consequência do *urbanismo não cuidado*, revela como a configuração espacial da moradia pode reproduzir desigualdades de gênero, ao invisibilizar o trabalho cotidiano que sustenta a vida.

Outro aspecto crucial é o desenho arquitetônico insensível ao cuidado. A padronização das plantas, orientada por critérios de custo e repetição, ignora as dinâmicas das famílias reais e suas necessidades de interação, descanso e acompanhamento. Cozinhas isoladas da área social, falta de espaços comuns e ausência de áreas de encontro no bairro dificultam a criação de redes comunitárias que poderiam redistribuir as tarefas de cuidado e fortalecer os vínculos sociais (Muxí Martínez et al., 2011; Somekh; Fregonezi e Del'Arco, 2024).

Por fim, a pressão social e o endividamento emergem como novas formas de vulnerabilidade. A casa própria, símbolo de ascensão e estabilidade, torna-se também fonte de ansiedade diante da possibilidade de inadimplência ou perda do bem. As mulheres, em seu papel de administradoras do lar, enfrentam assim uma tensão permanente entre o orgulho da conquista e o peso da responsabilidade econômica e emocional que ela implica.

Em suma, o impacto das políticas habitacionais populares é ambivalente: no plano doméstico, pode aliviar o esforço físico e melhorar o bem-estar; mas no plano territorial, pode reforçar o isolamento e a desigualdade. Esse duplo efeito exige repensar a moradia como um dispositivo territorial do cuidado, no qual a infraestrutura urbana, a participação social e o desenho sensível ao gênero se articulem de maneira integrada. Só assim a moradia poderá consolidar-se como instrumento de justiça espacial e equidade de gênero (Instituto Pólis, 2021).

Rumo a uma política habitacional do cuidado

Avançar para uma política habitacional do cuidado implica transformar profundamente os paradigmas que orientam a produção do espaço urbano. Não se trata apenas de incluir as mulheres como beneficiárias ou participantes de programas de moradia, mas de reconhecer o cuidado como princípio estruturador do planejamento urbano e da justiça espacial.

No contexto brasileiro, diversas iniciativas começaram a ensaiar esse giro epistemológico. Experiências como os projetos *Territórios do Cuidado* e *Territórios Saudáveis e Sustentáveis* da Fiocruz Brasília, os processos participativos do Instituto Pólis e as pesquisas do LabCidade/FAU-USP oferecem exemplos concretos de como o cuidado pode materializar-se em políticas urbanas integradas.

O projeto Territórios do Cuidado, desenvolvido pela Fiocruz, propõe uma metodologia de formação-ação que combina pesquisa, educação popular e práticas comunitárias. Em seus workshops e módulos de aprendizagem, as mulheres de territórios vulneráveis são reconhecidas como sujeitos de conhecimento, cujas experiências de vida constituem insumos legítimos para a formulação de políticas públicas. Essa abordagem rompe com a visão assistencialista e promove uma redistribuição simbólica do poder, ao legitimar os saberes do cuidado como saberes territoriais.

De forma complementar, o Instituto Pólis impulsionou processos de urbanização participativa em comunidades periféricas, integrando a perspectiva de gênero na avaliação do ambiente construído. Por meio de caminhadas exploratórias, mapas afetivos e oficinas com mulheres, essas iniciativas revelaram as lacunas entre o planejamento técnico e as necessidades reais da vida cotidiana. Sua contribuição principal é demonstrar que a infraestrutura do cuidado — unidades de saúde, escolas, transporte e espaços públicos seguros — não pode ser considerada um complemento, mas um componente essencial da moradia e da cidade.
Por sua vez, o LabCidade/FAU-USP desenvolveu uma leitura crítica das políticas habitacionais contemporâneas e seus efeitos sobre as redes comunitárias. Seus estudos mostram que políticas baseadas em parcerias público-privadas e lógicas imobiliárias tendem a fragmentar os tecidos sociais e a enfraquecer as infraestruturas de cuidado existentes. Diante desse diagnóstico, o laboratório propõe um enfoque de urbanismo cooperativo, centrado na corresponsabilidade entre Estado, comunidade e território, no qual o cuidado é entendido como prática política e coletiva (Somekh; Fregonezi e Del'Arco, 2024).

Essas experiências permitem delinear alguns princípios operacionais para uma política habitacional do cuidado:

1. *Territorialização das políticas públicas* – compreender os bairros como espaços vivos de interdependência, e não como simples unidades estatísticas.

2. *Participação protagônica das mulheres* – incluí-las em todas as fases de concepção, execução e gestão de projetos habitacionais, reconhecendo seu papel central na reprodução social.

3. *Infraestruturas do cuidado* – articular moradia, mobilidade, saúde, educação e espaços de encontro em uma mesma estratégia territorial.

4. *Gestão comunitária e cooperação institucional* – fortalecer redes locais, economias solidárias e alianças entre universidades, movimentos sociais e governos locais.

Adotar esse marco implica *feminizar o urbanismo*, no sentido proposto por Falú (2009) e Mazzola (2023): colocar a sustentabilidade da vida no centro do planejamento, deslocando o foco do valor imobiliário para o valor social do território. Trata-se, em última instância, de passar da cidade mercantil à cidade do cuidado, onde a justiça espacial, a equidade de gênero e a corresponsabilidade coletiva orientem a produção do espaço urbano.

Territórios do Cuidado: um estudo de caso no Brasil

As recentes iniciativas que articulam saúde, habitação e território sob a noção de cuidado — como as promovidas pela Fiocruz Brasília, pelo LabCidade e pelo Instituto Pólis — evidenciam uma inflexão significativa nas políticas urbanas e sociais brasileiras. Mais do que programas pontuais, esses projetos configuram tentativas de reposicionar o território como espaço relacional, no qual práticas cotidianas de cuidado, resistência e pertencimento se tornam componentes centrais da política pública. As experiências da Fiocruz Brasília, do Instituto Pólis e do LabCidade/FAU-USP demonstram que a centralidade do cuidado permite reconstruir o sentido público do território. No entanto, a análise documental revela tensionamentos críticos. No projeto Territórios de Cuidado (Fiocruz), observa-se que o reconhecimento simbólico das lideranças femininas nem sempre se traduz em transformações materiais imediatas no território, expondo a fragilidade na institucionalização de políticas estruturantes. Da mesma forma, as pesquisas do LabCidade sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs) evidenciam como a lógica da valorização imobiliária gera deslocamentos forçados que fragmentam as redes

de cuidado preexistentes, revelando o conflito direto entre o urbanismo corporativo e a reprodução da vida.

O projeto *Territórios de Cuidado*, desenvolvido pela Fiocruz Brasília, adota uma abordagem de formação-ação que articula teoria, prática e expressão cultural em territórios vulneráveis. Seus módulos de aprendizagem e atividades coletivas — como momentos de mística, cultura e relatoria — extrapolam a lógica instrumental de capacitação técnica, fomentando um processo de reconhecimento e legitimação de práticas locais de cuidado. A principal contribuição deste projeto reside no fortalecimento da identidade territorial e na ampliação da visibilidade das lideranças comunitárias, sobretudo femininas. Ainda que em fase inicial, os resultados indicam processos de empoderamento e participação social, mas também expõem as limitações estruturais da ação estatal: o reconhecimento simbólico e formativo nem sempre se traduz em transformações materiais no território.

De modo convergente, o projeto *Territórios Saudáveis e Sustentáveis na Promoção do Cuidado*, também conduzido pela Fiocruz em parceria com o Ministério da Saúde, reforça a importância de uma abordagem intersetorial e participativa. A iniciativa propõe uma territorialização das políticas de saúde, incorporando dimensões de vulnerabilidade social, étnico-racial e de gênero. Ao priorizar territórios do Norte e Nordeste, o programa reconhece explicitamente a geografia da desigualdade brasileira. No entanto, o êxito de sua proposta dependerá da capacidade institucional de sustentar o acompanhamento e o monitoramento em longo prazo, evitando que o discurso da intersetorialidade reduza a retórica tecnocrática.

Em paralelo, o LabCidade/FAU-USP, com o projeto *Territórios Populares: Reestruturação Territorial, Desigualdades e Resistências nas Metrópoles Brasileiras* (2017–2019), oferece uma leitura crítica do urbanismo neoliberal e de suas implicações nas práticas de cuidado e na reprodução da vida. Ao analisar Parcerias Público-Privadas (PPPs) em cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza, a pesquisa evidencia como essas intervenções — orientadas pela lógica da valorização imobiliária — produzem *territórios da exclusão*: deslocamentos forçados, perda de redes comunitárias e fragilização das infraestruturas cotidianas que sustentam o cuidado social. Nesse sentido, a ausência de uma perspectiva de gênero e de participação efetiva nas decisões urbanas aprofunda desigualdades já consolidadas.

Por fim, o estudo do Instituto Pólis, *Urbanização de Favelas: Duas Experiências em Construção*, revisita casos históricos de autogestão e mutirão em São Paulo, como Jardim Icaraí e Nossa Senhora Aparecida. Tais experiências demonstram que o envolvimento direto das comunidades nos processos de urbanização não apenas eleva a qualidade das intervenções físicas, mas também reforça laços de solidariedade, pertencimento e autonomia coletiva — dimensões indissociáveis das práticas de cuidado urbano. Ainda assim, o êxito dessas experiências depende da continuidade técnica e financeira, frequentemente interrompida pela descontinuidade das políticas públicas e pela ausência de manutenção estruturada.

Tomadas em conjunto, essas iniciativas permitem reconhecer uma mudança paradigmática na compreensão do território urbano. De mero suporte físico para a política habitacional, o território passa a ser visto como campo de produção social do cuidado — onde mulheres, comunidades e coletivos constroem práticas de sustentação da vida que desafiam a fragmentação urbana e as hierarquias institucionais. Entretanto, a incorporação da perspectiva de gênero e cuidado ainda se dá de forma desigual entre os programas, oscilando entre o reconhecimento simbólico e a efetivação material.

O desafio central que se coloca, portanto, é transformar o cuidado em eixo estruturante das políticas urbanas, e não apenas em dimensão complementar. Isso implica repensar a própria epistemologia do urbanismo — deslocando o foco da infraestrutura monumental para a infraestrutura do cotidiano, da lógica do investimento para a lógica da reprodução da vida, e da cidade mercadoria para a cidade do cuidado.

Como base nas pesquisas sobre as principais características nas ações e casos de estudos dos *Territórios do Cuidado*, podemos entender algumas práticas de operação dessas iniciativas:

1. Participação Local e Formação de Lideranças – Grande parte dessas iniciativas começa com oficinas, rodas de conversas ou cursos que envolvem lideranças comunitárias. Essas lideranças ajudam a identificar necessidades reais, articular ações e disseminar práticas no território.

2. Intersetorialidade: As ações não são apenas de assistência social: envolvem saúde, educação, cultura, alimentação e mobilidade. A ideia é que o cuidado perpassa diversas esferas da vida, e iniciativas bem-sucedidas integram diferentes políticas públicas e saberes.

3. Visibilidade e Reconhecimento do Cuidado: Práticas que eram invisibilizadas ganham reconhecimento institucional – cozinhas comunitárias, redes de apoio, cuidado não remunerado etc. Editais, políticas municipais, programas públicos são meios para que esse reconhecimento ocorra.

4. Apoio Técnico e Financeiro: Seleção de iniciativas existentes, com apoio técnico, sistematização de processos e mapeamento territorial. Esse apoio permite que iniciativas locais se organizem, planejem e tenham visibilidade.

5. Territórios Específicos (Periferias, comunidades vulnerabilizadas, populações historicamente marginalizadas): As ações se concentram em territórios com menos infraestrutura, onde o cuidado compartilhado com as instituições típico, como creches escolas, saúde pública, transportes, geralmente é deficitário, e onde mulheres, populações negras, indígenas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência etc. são frequentemente invisibilizadas.

6. Avaliação de Resultados e Impacto Simbólico e Prático: Alguns desses programas fazem pesquisas de opinião (como o Favela dos Sonhos), coleta de feedback, monitoramento dos efeitos concretos surgidos com a implementação dos programas (ex: atenção comunitária com as crianças, mudanças de comportamentos, aumento de visibilidade). Isso é importante para legitimar politicamente e retroalimentar as políticas.

Aprofundando a análise dessas iniciativas, realizamos um levantamento sistemático dos dados disponibilizados nos sites das instituições, o que permitiu identificar, comparar e organizar informações relativas aos territórios de atuação, às ações desenvolvidas e aos elementos específicos associados à dimensão do cuidado. A partir desse processo, foi elaborado o quadro a seguir, que sintetiza e categoriza os principais achados. Sua finalidade é tornar visíveis, de forma estruturada, as contribuições de cada iniciativa, facilitando a interpretação comparativa e destacando como diferentes organizações materializam o cuidado como prática urbana e territorial.

Quadro 1 - Comparativo entre as iniciativas dos *Territórios do Cuidado*. Elaboração própria, 2025.

Iniciativa / Instituição	Escopo e Abordagem	Metodologia e Estratégias	Efeitos Observados	Limites e Tensões	Potenciais e Contribuições
Projeto Territórios de Cuidado — Fiocruz Brasília	Formação-ação voltada à promoção da saúde e à participação social em territórios vulneráveis.	Módulos integrados de teoria e prática; valorização dos saberes locais; momentos culturais e de mística.	Fortalecimento da identidade territorial, reconhecimen-to de lideranças e práticas locais de cuidado.	Baixa institucionaliza-ção; fragilidade na implementação de políticas públicas estruturantes.	Avanço na produção de metodologias comunitárias de cuidado territorial; influência sobre o SUS.
Projeto Territórios Saudáveis e Sustentáveis — Fiocruz Brasília / Ministério da Saúde	Iniciativa intersetorial e participativa voltada à saúde, ambiente e cuidado em 15 territórios (2025–2027).	Oficinas, formação e articulação social com abordagem interseccional (gênero, raça, classe).	Empoderamen-to comunitário e valorização dos saberes locais; ampliação da ação territorial do SUS.	Implementação em fase piloto; dependência de continuidade institucional.	Integração inovadora entre saúde, ambiente e urbanismo; consolidação de uma *governança do cuidado*.
LabCidade / FAU-USP — Territórios Populares	Pesquisa crítica sobre PPPs e desigualdades urbanas em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza.	Estudos comparativos; mapeamento de resistências locais e práticas de reapropriação do território.	Denúncia de processos de despossessão e expulsão; visibilização das redes populares de resistência.	Falta de tradução das análises em políticas públicas; risco de captura pelo urbanismo corporativo.	Contribui para a formulação de alternativas cooperativas e antiextrativistas de urbanismo
Instituto Pólis — Urbanização de Favelas (SP)	Ações de autogestão e mutirões de urbanização em favelas (Jardim Icaraí e Nossa Senhora Aparecida).	Planejamento participativo; regularização fundiária e infraestrutura de base com protagonismo comunitário.	Melhoria de infraestrutura e fortalecimento do sentimento de pertencimento.	Limitações por escassez de recursos e falta de manutenção prolongada.	Experiência pioneira em urbanismo cooperativo e controle social sobre o território
Prefeitura de Belo Horizonte — Política de Cidades Cuidadoras	Política municipal baseada na transversalidade do cuidado como eixo de gestão urbana.	Planejamento intersetorial entre habita-ção, saúde, assistência e mobilidade; mapeamento de vulnerabili-dades.	Ampliação da abordagem territorial e inclusão de mulheres em espaços decisórios.	Desafios de continuidade política e orçamentária; resistência institucional.	Referência nacional em incorporação do cuidado à política urbana, com potencial de replicabilidade.

De modo geral, os exemplos reunidos no Quadro 1 reforçam que o cuidado é uma dimensão territorial e política cuja incorporação às políticas urbanas requer metodologias intersetoriais, sensibilidade de gênero e mecanismos permanentes de participação social. Em síntese, essas experiências constituem laboratórios vivos de experimentação social, nos quais o território é compreendido como infraestrutura de vida — espaço de produção de vínculos, resistências e alternativas ao urbanismo excludente e patriarcal. Isso confirma formulações recentes que tratam o cuidado como fundamento da justiça espacial e como eixo estruturante das cidades inclusivas (Tronto, 2013; Pérez Orozco, 2014).

O quadro apresentado sistematiza um conjunto de experiências concretas que materializam, em diferentes escalas e contextos, a noção de *Territórios do Cuidado* enquanto categoria analítica e operativa do planejamento urbano feminista. Ao enfatizar a centralidade da vida cotidiana e das interdependências que sustentam a reprodução social, tais iniciativas aprofundam debates que concebem o cuidado como infraestrutura, como bem comum e como dimensão política do território (Leite; Santoro, 2022; Mazzola, 2023). Nessa perspectiva, o cuidado deixa de ser visto como um trabalho privado e invisibilizado para ser compreendido como função pública e elemento estruturante da organização espacial, demandando políticas urbanas que reconheçam a interdependência entre corpos, espaços e instituições (Alvarez, 2020).

Desenvolvidas por instituições como a Fiocruz, o Instituto Pólis e o LabCidade/FAU-USP, as práticas sistematizadas demonstram que o território não deve ser entendido apenas como suporte físico das políticas públicas, mas como espaço relacional, configurado por vínculos, afetos e práticas coletivas que sustentam a vida (Falú, 2023b; Muxí, 2023b). Essa compreensão encontra respaldo na literatura que discute a importância das geografias feministas e das epistemologias situadas na construção de análises capazes de revelar desigualdades socioespaciais naturalizadas, sobretudo aquelas que recaem sobre as mulheres e sobre outros grupos historicamente marginalizados (Massey, 2005; Haraway, 1988).

Os casos analisados evidenciam, ainda, uma inflexão no paradigma tradicional das políticas urbanas e habitacionais — historicamente centradas na produção material de infraestrutura e no acesso à moradia — em direção a uma abordagem ampliada, que articula saúde, gênero, sustentabilidade, participação social e justiça espacial (Rolnik, 2015; Santoro, 2019b).

O projeto *Territórios de Cuidado*, desenvolvido pela Fiocruz Brasília, demonstra como processos formativos, metodologias de escuta, mobilização comunitária e reconhecimento das práticas locais podem fortalecer redes comunitárias e consolidar o cuidado como princípio organizador das ações territoriais. Nesse sentido, o projeto dialoga com experiências latino-americanas de cuidado comunitário e de feminismo territorial, que entendem o cotidiano como espaço estratégico de resistência e construção de novas institucionalidades (Cepal; ONU Mulheres, 2021; Batthyány; Perrota, 2023).

Já as pesquisas conduzidas pelo LabCidade/FAU-USP e pelo Instituto Pólis aprofundam a dimensão político-estrutural dessa agenda, ao revelar tanto o potencial das ações participativas quanto as contradições persistentes das políticas de urbanização e habitação popular em contextos de desigualdade urbana. Esses estudos demonstram que práticas de cuidado — como o acompanhamento territorializado, a mediação comunitária e o fortalecimento de redes — podem contribuir para tensionar modelos hegemônicos de produção do urbano e ampliar a capacidade de incidência das populações locais (Observatório das Metrópoles, 2021; Instituto Pólis, 2021).

Ao evidenciar que o cuidado opera também como categoria territorial, as experiências sistematizadas no Quadro 1 reforçam a necessidade de incorporar essa dimensão na formulação de políticas urbanas que façam da vida — e não da lógica da eficiência ou da produção imobiliária — o centro das decisões públicas. Essa aproximação entre cuidado e território contribui para expandir o arcabouço teórico e prático do planejamento urbano feminista, fortalecendo abordagens transformadoras que buscam cidades mais democráticas, equitativas e sustentáveis.

Considerações finais

A reflexão desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que os *Territórios do Cuidado* constituem não apenas uma inovação metodológica ou operacional, mas um deslocamento teórico profundo que interpela os fundamentos epistemológicos do planejamento urbano contemporâneo. Ao colocar a reprodução social da vida como eixo estruturante das políticas urbanas, essa abordagem rompe com a racionalidade hegemônica que historicamente orientou a produção do habitat — uma racionalidade que privilegia a propriedade, a mercantilização da terra e a eficiência técnica em detrimento das dinâmicas sociais que sustentam o cotidiano (Rolnik, 2015).

Nesse sentido, como afirma Falú (2023b), pensar o cuidado como categoria urbanística implica reconhecer que sua materialidade territorial é atravessada por marcadores de gênero, raça e classe. Este reconhecimento produz uma inflexão ontológica no campo do urbanismo: desloca-se o centro analítico do urbanismo da mercadoria para um urbanismo da vida (FALÚ, 2023b), provocando uma revisão crítica de premissas consolidadas sobre valor urbano, investimento, gestão e qualidade habitacional. Assim, os *Territórios do Cuidado* não operam como mero complemento às políticas habitacionais tradicionais, mas como instrumento capaz de reformular o próprio sentido político e social da moradia.

Ao compreender o território como infraestrutura da reprodução social, a abordagem aqui analisada redefine categorias tradicionalmente tratadas de forma técnica: a moradia deixa de ser vista como unidade edificada e passa a ser entendida como tecido relacional, sustentado por redes de apoio, serviços públicos, mobilidade cotidiana e espaços de convivência (Mazzola, 2023). Essa reinterpretação abre espaço para discutir justiça espacial a partir da vida concreta das pessoas, e não apenas dos parâmetros urbanísticos ou dos índices de produção habitacional.

As experiências do Instituto Pólis, da Fiocruz Brasília e do LabCidade/FAU-USP demonstram empiricamente essa inflexão. Em todos os casos, práticas centradas no cuidado — como metodologias participativas, escuta territorial, formação de lideranças comunitárias e integração intersetorial de políticas — revelam-se capazes de produzir transformações que extrapolam a dimensão material da moradia. Como observa Santoro (2019b), essas práticas ativam redes locais de corresponsabilidade que ampliam a autonomia das mulheres, fortalecem vínculos comunitários e reorientam a ação estatal segundo prioridades definidas pelos próprios territórios. Trata-se de uma mudança substantiva: o cuidado deixa de ser percebido como atributo privado das famílias e passa a integrar a agenda de planejamento de forma explícita e estruturante.

Por outro lado, os limites das políticas habitacionais tradicionais tornam-se ainda mais evidentes quando contrastados com essas práticas. Como argumenta Rolnik (2015), o urbanismo hegemônico tende a aprofundar desigualdades ao deslocar populações para áreas desprovidas de serviços, fragmentar o cotidiano e reproduzir sobrecargas de cuidado — especialmente entre mulheres pobres e racializadas. Os casos analisados confirmam esse diagnóstico ao mostrarem que, quando a produção habitacional ignora o cuidado como infraestrutura, ela reproduz ciclos de isolamento, precarização e invisibilidade.

Assim, uma política habitacional do cuidado emerge como urgência teórica e prática. Tal política deve articular moradia, transporte, saúde, educação, segurança, lazer e espaços de encontro em uma estratégia territorial integrada (Instituto Pólis, 2021; Somekh; Fregonezi e Del'Arco, 2024). Mais do que um ajuste incremental, trata-se de uma mudança de racionalidade que reconhece — como afirmam autoras feministas — a necessidade de redistribuir socialmente o trabalho do cuidado entre Estado, mercado, comunidade e famílias (Falú, 2023b).

Dessa forma, avançar em direção a cidades cuidadoras exige não apenas reformular políticas, mas reconfigurar epistemologias. Implica assumir que o cuidado, longe de ser uma categoria periférica, é um princípio organizador da vida urbana e, portanto, do planejamento. Tal perspectiva permite construir cidades que não apenas abrigam corpos, mas sustentam vidas possíveis, fortalecem vínculos e reconhecem as interdependências que constituem o espaço urbano. A transição do urbanismo da mercadoria para um urbanismo da vida enfrenta barreiras estruturais profundas no cenário neoliberal contemporâneo. A implementação de políticas de cuidado em larga escala colide com o imperativo da eficiência fiscal e com a descontinuidade administrativa, que frequentemente interrompe mutirões e projetos de autogestão. Os Territórios do Cuidado não podem ser apenas um apêndice das políticas habitacionais, mas devem interpelar o orçamento estatal e a gestão intersetorial para não se tornarem apenas retórica tecnocrática.

Conclui-se que a habitação pensada como infraestrutura de cuidado é um instrumento de resistência às dinâmicas do Capitaloceno. O desafio reside em superar a lógica de investimento que vê a cidade como ativo, para consolidar uma governança do cuidado que reconheça a interdependência entre corpos e territórios como o fundamento da justiça espacial.

Em síntese, os *Territórios do Cuidado* apresentam-se como alternativa crítica ao urbanismo patriarcal e excludente. Ao recentrar a vida — e não o mercado — como unidade de valor, essa abordagem oferece caminhos concretos para produzir um habitat justo, equitativo e sustentável. Mais do que erguer casas em territórios desconectados, trata-se de construir territórios habitáveis, redes comunitárias ativas e cidades que acolham, protejam e potencializem a reprodução social da vida.

Referências

ALVAREZ, Sonia. *Feminismos plurais e insurgentes na América Latina.* São Paulo: Boitempo, 2020.

BATTHYÁNY, Karina. Perspectivas actuales y desafíos del Sistema de Cuidados en Uruguay. In: *Las fronteras del cuidado:* agenda, derechos e infraestructura. Buenos Aires: Ed. Biblos, 2013.

BATTHYÁNY, Karina; PERROTTA, Valeria. *Políticas de cuidado en América Latina:* avances y desafíos. Montevideo: UNFPA, 2023.

CEPAL; ONU MUJERES. *Hacia un sistema integral de cuidados:* debates, experiencias y propuestas para América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2021.

FALÚ, Ana. *Ciudades feministas:* transformando espacios, justicia social y vida cotidiana. Buenos Aires: Biblos, 2023a.

FALÚ, Ana. Women in the city: on violence and rights. *Environment and Urbanization,* London, v. 21, n. 2, p. 307–322, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0956247809339656. Acesso em: 10 nov. 2025.

FALÚ, Ana. Os cuidados na intersecção com o tempo, o espaço e as condições dos territórios onde habitam as mulheres. *Participamos, Transformamos*, n. 3, 2023b.

FISHER, Berenice; TRONTO, Joan C. Toward a feminist theory of caring. In: ABEL, Emily K.; NELSON, Margaret K. (Ed.). *Circles of care:* work and identity in women's lives. Albany: State University of New York Press, 1990. p. 35–62.

GOMES, Norma G. U. *A voz das mulheres na teoria do urbanismo:* uma análise crítica dos guias de urbanismo feminista. 2023. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Disponível em: https://bit.ly/3UOL5vH. Acesso em: 10 nov. 2025.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies,* v. 14, n. 3, p. 575–599, 1988.

INSTITUTO PÓLIS. *Territórios do cuidado:* direito à cidade a partir das experiências das mulheres. São Paulo: Instituto Pólis, 2021. Disponível em: https://polis.org.br/publicacoes/territorios-do-cuidado. Acesso em: 10 nov. 2025.

LABCIDADE. *Quem cuida da cidade?* Gênero e desigualdades urbanas. São Paulo: FAUUSP, 2020. Disponível em: https://www.labcidade.fau.usp.br. Acesso em: 10 nov. 2025.

LEITE, Gabriela; SANTORO, Paula. O cuidado como infraestrutura: proposições para uma política urbana feminista. In: INSTITUTO PÓLIS (Org.). *Caderno Territórios do Cuidado. São Paulo:* Instituto Pólis, 2022. Disponível em: https://polis.org.br/publicacoes/territorios-do-cuidado. Acesso em: 10 nov. 2025.

MAZZOLA, Rocío. *Infraestructuras de los cuidados:* una mirada feminista sobre el hábitat y las políticas urbanas. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento; CLACSO, 2023.

MASSEY, Doreen. *For Space.* London: Sage, 2005.

MUXÍ, Zaida. *Contra la guerra del urbanismo:* construyendo ciudades cuidadoras. Barcelona: Tigre de Paper, 2023a.

MUXÍ, Zaida. *Urbanismo feminista:* por uma transformação radical dos espaços de vida. São Paulo: Editora Elefante, 2023b.

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida; CASANOVAS, Roser; CIOCOLETTO, Anna; FONSECA, Marta; GUTIÉRREZ VALDIVIA, Blanca. *¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?* [Documento de trabalho]. Barcelona, 2011.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Gênero e cidade:* experiências urbanas de mulheres nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2021. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br. Acesso em: 10 nov. 2025.

PÉREZ OROZCO, Amaia. *Subversión feminista de la economía.* Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares:* a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTORO, Paula. Produção da cidade e reprodução da vida: aportes feministas para pensar as políticas urbanas. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 385–407, 2019a. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4604. Acesso em: 10 nov. 2025.

SANTORO, Paula. *Urbanização, desigualdades e justiça espacial:* desafios para políticas urbanas no Brasil. São Paulo: FAU-USP, 2019b.

SOMEKH, Nádia; FREGONEZI, Bruna; DEL'ARCO, Guilherme. Urbanismo corporativo/urbanismo cooperativo: uma gestão responsável em São Paulo é possível? *Estudos Avançados,* São Paulo, v. 38, n. 111, p. 199–215, 2024.

THE CARE COLLECTIVE. *The care manifesto:* the politics of interdependence. London: Verso, 2020.

TRONTO, Joan. *Caring Democracy:* Markets, Equality and Justice. New York: NYU Press, 2013.

UN-HABITAT. *Gender issue guide:* urban planning and design. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2013.

PLANEJAMENTO TERRITORIAL, SAÚDE E JUSTIÇA AMBIENTAL EM DIÁLOGO
Fundamentos para uma política integrada

TERRITORIAL PLANNING, HEALTH AND ENVIRONMENTAL JUSTICE IN DIALOGUE
Foundations for an Integrated Policy

Marília Baldo Simões[1] e Hugo Kamiya Tsuitsui[2]

Resumo
Este artigo analisa as relações entre planejamento territorial, saúde e justiça ambiental, tomando o território como categoria central para compreender a produção das desigualdades socioespaciais e seus impactos sobre as condições de vida da população. A partir de revisão bibliográfica e análise de experiências recentes de políticas públicas, discute-se uma abordagem multiescalar do planejamento, articulando diferentes dimensões da ação estatal, da escala nacional à local. A reflexão estrutura-se em eixos temáticos relacionados à habitação, mobilidade urbana, sistemas de espaços livres, interseccionalidade, cuidado, envelhecimento e práticas alimentares. Como exemplos empíricos, são analisados o Novo PAC, em escala nacional, e o Projeto Na Régua, no Rio de Janeiro, como experiência de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS). Conclui-se que a integração entre planejamento territorial, saúde e justiça ambiental constitui elemento fundamental para o enfrentamento das desigualdades urbanas e a construção de cidades mais justas.
Palavras-chave: planejamento territorial; saúde urbana; justiça ambiental; assistência técnica em habitação de interesse social.

Abstract
This article examines the relationships between territorial planning, health, and environmental justice, considering territory as a central analytical category for understanding the production of socio-spatial inequalities and their impacts on population living conditions. Based on a literature review and the analysis of recent public policy experiences, the study discusses a multiscalar approach to planning, articulating different dimensions of state action from the national to the local scale. The discussion is structured around thematic axes related to housing, urban mobility, open space systems, intersectionality, care, aging, and food practices. As empirical examples, the New Growth Acceleration Program (Novo PAC) at the national scale and the Na Régua Project in Rio de Janeiro, as an experience of Technical Assistance for Social Interest Housing (ATHIS), are analyzed. The article concludes that the integration of territorial planning, health, and environmental justice constitutes a fundamental element for addressing urban inequalities and promoting more equitable cities.
Keywords: territorial planning; urban health; environmental justice; technical assistance for social interest housing.

1 Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMT, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFF/2017) e Arquiteta e Urbanista (UFF/2014).
2 Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMT, Mestre em Planejamento e Gestão do Território (UFABC/2019) e Arquiteto e Urbanista (UEM/2013).

Introdução

A noção de justiça ambiental, amplamente discutida no Brasil a partir das contribuições de Henri Acselrad (2004), refere-se à distribuição desigual dos riscos e benefícios ambientais entre diferentes grupos sociais. Segundo o autor, a injustiça ambiental se manifesta quando populações vulneráveis, frequentemente caracterizadas por menores rendas, menor capacidade política de mobilização e pertencimento a territórios marginalizados, são desproporcionalmente expostas a danos ambientais e excluídas dos processos decisórios que afetam diretamente suas condições de vida (Acselrad, 2004). Nesse sentido, a justiça ambiental não se limita à dimensão ecológica, mas articula-se com aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos, problematizando o modo como as políticas públicas e as práticas de desenvolvimento reproduzem assimetrias de poder e aprofundam desigualdades socioespaciais.

Ao trazer esse conceito para o centro da análise, torna-se possível compreender de que forma as escolhas políticas e econômicas influenciam a ocupação do território, a apropriação dos recursos naturais e a geração de impactos ambientais. Assim, a discussão sobre justiça ambiental amplia o debate sobre sustentabilidade e desenvolvimento, ao evidenciar que a crise ambiental não atinge a todos de maneira homogênea, mas sim seletiva e desigual, colocando em pauta a necessidade de estratégias que conciliem equidade social e proteção ambiental.

Esse debate, no entanto, remonta às formulações desenvolvidas nos Estados Unidos a partir da década de 1980, quando emergiram denúncias de racismo ambiental, isto é, a constatação de que comunidades afro-americanas e mais pobres eram sistematicamente mais expostas a aterros, depósitos tóxicos e indústrias poluentes. Bullard (1993), em sua obra *Dumping in Dixie*, é considerado o precursor do conceito de justiça ambiental, ao evidenciar como as desigualdades sociais e raciais moldam a distribuição dos riscos ambientais.

Na mesma direção, Cole e Foster (2001) destacaram o caráter político e comunitário do movimento, enfatizando que a justiça ambiental não se reduz à dimensão ecológica, mas está intrinsecamente ligada à luta por cidadania e reconhecimento social. Schlosberg (2003), ao dialogar com teorias contemporâneas da justiça, ampliou o conceito para além da redistribuição material, incorporando as dimensões de reconhecimento e participação política, fundamentais para compreender as múltiplas formas de exclusão relacionadas ao meio ambiente.

Outro autor de grande relevância é Martínez Alier (2010), que vincula a justiça ambiental ao conceito de ecologismo dos pobres. Sua contribuição desloca o debate para uma perspectiva global e econômica, destacando como populações do Sul global resistem aos impactos da exploração de recursos naturais em contextos marcados pelo extrativismo e pelas desigualdades estruturais.

Dessa forma, percebe-se que o conceito de justiça ambiental não é homogêneo, mas resulta de um diálogo entre diferentes tradições intelectuais e experiências sociais. Enquanto nos Estados Unidos o enfoque inicial esteve ligado ao racismo ambiental e à luta por direitos civis, no contexto latino-americano e brasileiro, o conceito foi apropriado e ressignificado para abarcar questões territoriais, desigualdades regionais e os efeitos socioambientais de modelos de desenvolvimento excludentes.

Ao reconhecer a justiça ambiental como um campo de disputas simbólicas e materiais que expressa os conflitos em torno do uso e da apropriação do território (Acselrad, 2004), torna-se possível ampliar o olhar para as interfaces que ela estabelece com outras dimensões do espaço e do campo social. Nesse sentido, o planejamento



Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Fonte:https://brasil.un.org/pt-br/sdgs.

territorial e as políticas públicas de saúde emergem como esferas fundamentais para a compreensão e o enfrentamento das desigualdades socioambientais. Ambos partilham com a justiça ambiental a preocupação com a distribuição equitativa dos riscos e benefícios decorrentes das transformações territoriais, bem como com o reconhecimento dos espaços afetados por processos de exclusão e vulnerabilização. Assim, a articulação entre planejamento, saúde e justiça ambiental se tornam fundamentais para a construção de uma política integrada voltada à promoção da equidade territorial e do direito à vida.

Essa aproximação entre planejamento territorial e saúde tem sido reconhecida por organismos internacionais como essencial para a construção de cidades mais justas e resilientes. O documento *Integrando a Saúde ao Planejamento Urbano e Territorial: Guia de Referência* (ONU-Habitat; Organização Mundial da Saúde, 2023) destaca que o planejamento urbano deve ser entendido como uma ferramenta de promoção da saúde coletiva, capaz de reduzir desigualdades e prevenir doenças decorrentes de condições ambientais e sociais adversas. Nessa perspectiva, o território não é apenas o cenário onde os processos de saúde e doença ocorrem, mas um elemento ativo na produção dessas condições, ao refletir a distribuição desigual de recursos, infraestruturas e oportunidades de vida.

A integração entre saúde e planejamento territorial, portanto, converge com os princípios da justiça ambiental ao reconhecer que fatores como moradia, mobilidade, saneamento, acesso à áreas verdes e exposição a riscos ambientais estão profundamente relacionados à qualidade de vida e ao direito à cidade. Ao incorporar tais dimensões, o planejamento passa a operar não apenas como instrumento técnico de ordenamento espacial, mas como política de justiça social e ambiental.

Segundo o guia, o planejamento urbano e territorial tem um papel estratégico na promoção da saúde e na redução das desigualdades socioespaciais. Essa relação é de via dupla, pois além do planejamento poder gerar melhorias concretas nas condições de saúde da população, o próprio campo da saúde oferece subsídios fundamentais para orientar o planejamento. Quando incorporada desde as etapas iniciais, a perspectiva da saúde pública contribui com informações atualizadas sobre indicadores de bem-estar e equidade, fortalecendo a elaboração de políticas e projetos mais sensíveis às necessidades humanas. Assim, a saúde se torna não apenas um resultado esperado do planejamento, mas também um elemento orientador que impulsiona abordagens mais centradas nas pessoas e baseadas em evidências, alinhando-se a quase todas

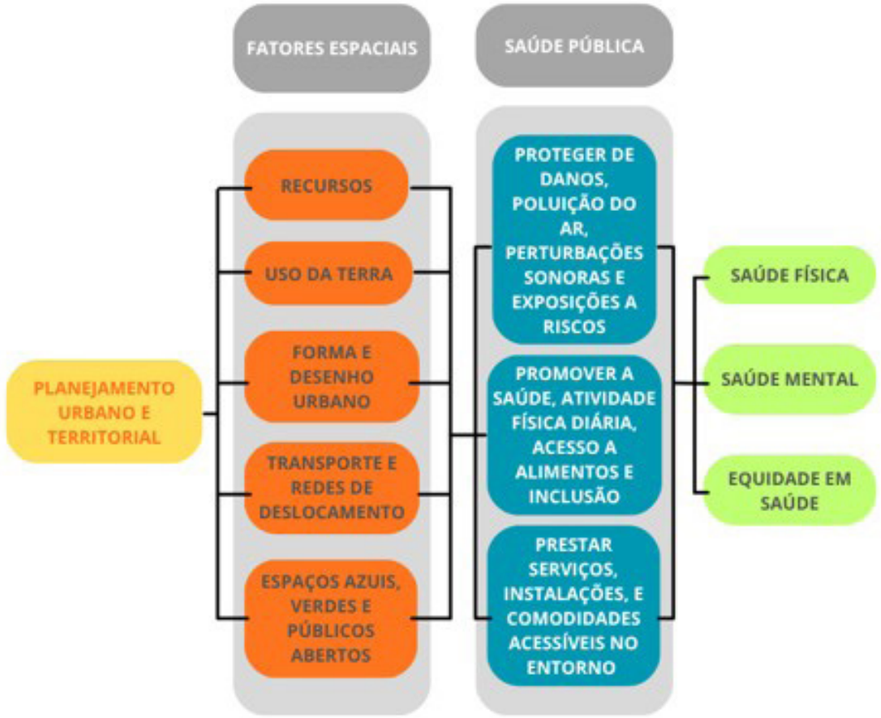


Figura 2 - Fatores espaciais e Saúde pública. Fonte: Adaptado de ONU-Habitat, OMS,2023.

as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Figura 1).(ONU-Habitat; Organização Mundial da Saúde, 2023).

No contexto do planejamento urbano e territorial, a saúde da população deve ser entendida como um recurso central para o desenvolvimento sustentável das cidades. Ela sustenta o bem-estar coletivo, fortalece a força de trabalho, promove a interação social e contribui para a construção de comunidades resilientes e inclusivas. Cidades que priorizam a saúde de seus habitantes criam condições favoráveis à mobilidade, à participação cidadã e à proteção de grupos vulneráveis, consolidando uma base sólida para políticas de equidade territorial e justiça ambiental (WHO, 2016).

As causas mais profundas dos problemas de saúde, muitas vezes chamadas de “determinantes distais”, têm recebido atenção crescente da comunidade internacional de saúde. No nível local, fatores como a fragmentação dos assentamentos, a urbanização desordenada, padrões insustentáveis de produção e consumo, a insegurança alimentar e a poluição do ar afetam diretamente o bem-estar das populações urbanas. Além disso, desafios globais, como as mudanças climáticas e a perda de ecossistemas e biodiversidade, vêm aumentando os riscos à saúde. Esses impactos tendem a se intensificar diante das desigualdades sociais e das transformações demográficas.

Essas questões evidenciam o quanto o planejamento urbano e territorial influencia a saúde das pessoas. Ele determina como os recursos são utilizados e acessados, molda os padrões de uso da terra, a configuração e o desenho das cidades, a preservação da biodiversidade, os investimentos em transporte e a integração entre áreas urbanas e rurais (Figura 2). Dessa forma, o planejamento territorial exerce um papel central nos resultados relacionados à saúde e à equidade social.

Os 6 eixos temáticos:

A partir da literatura sobre planejamento territorial, saúde urbana e justiça ambiental, foi possível identificar um conjunto de dimensões estratégicas que articulam diretamente as condições de vida da população aos processos de produção do espaço urbano. Esses eixos não foram definidos de maneira arbitrária, mas resultam da convergência entre debates presentes na saúde coletiva, no planejamento urbano e nos estudos sobre desigualdades socioambientais. Embora analiticamente distintos, os eixos são interdependentes e expressam aspectos complementares de uma agenda integrada de planejamento territorial orientada pela promoção da saúde, pela redução das desigualdades e pela justiça ambiental. Neste artigo, destacam-se seis dimensões prioritárias: habitação e saúde; sistemas de espaços livres, natureza e saúde; mobilidade urbana e saúde; interseccionalidade, cidade e saúde; cuidado, infância e envelhecimento; e práticas culturais, alimentares e saúde.

Habitação e Saúde

O eixo da regularização fundiária e das melhorias habitacionais é central para a promoção da equidade urbana e da saúde das populações. O acesso seguro à terra e a moradias adequadas constitui um fator determinante fundamental do bem-estar, influenciando diretamente condições sanitárias, segurança, estabilidade econômica e integração social. Processos de regularização fundiária não apenas garantem direitos legais sobre a propriedade, mas também possibilitam investimentos em infraestrutura básica, como saneamento, água potável e energia, impactando positivamente a qualidade de vida. Melhorias habitacionais, quando planejadas de forma participativa, promovem ambientes mais seguros e saudáveis, reduzindo vulnerabilidades e fortalecendo a justiça ambiental ao corrigir desigualdades históricas na distribuição do território urbano.

Historicamente, as políticas públicas urbanas no Brasil produziram e reproduziram profunda fragmentação e segregação do espaço urbano, resultando em desigualdades significativas na ocupação e no acesso à infraestruturas urbanas fundamentais. Para enfrentar essa realidade, pesquisas recentes conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (Balbim e Krause, 2019; Balbim et al., 2023; Balbim, Arroyo e Santiago, 2023; Balbim et al., 2024b) têm buscado fornecer subsídios para a inovação e a transformação das políticas de desenvolvimento urbano, concentrando-se no estoque habitacional autoproduzido, nos setores populares e nos circuitos econômicos que sustentam essas ocupações. Dentro desse contexto, as melhorias habitacionais (MH) associadas à abordagem da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) surgem como uma estratégia central, funcionando como instrumento de inovação e promoção da equidade no espaço urbano.

As melhorias habitacionais (MHs) consistem em intervenções voltadas para assegurar condições adequadas de habitabilidade nos espaços construídos, buscando aprimorar a “saúde do habitat”. Esse conceito, desenvolvido a partir de pesquisas envolvendo os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, refere-se às condições físicas, sanitárias, ambientais e paisagísticas da moradia e do entorno urbano, de modo a garantir qualidade de vida, dignidade aos moradores e valorização do lugar em que vivem (Balbim et al., 2024a, p. 7)**.** Nesse sentido, as MHs partem do reconhecimento das condições existentes e se relacionam à capacidade de adaptação do território, considerando, inclusive, os impactos das mudanças climáticas.

A Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) integra o direito social à moradia, assegurado constitucionalmente e regulamentado pela Lei nº 11.888/2008 (Brasil, 2008). Seu objetivo é oferecer gratuitamente serviços de arquitetura, urbanismo e engenharia para habitações de interesse social (HIS), beneficiando famílias com renda de até três salários mínimos e promovendo melhorias nas edificações e em seus entornos. Apesar de mais de quinze anos desde a promulgação da lei, a efetividade da ATHIS ainda se mostra limitada.

Um dos principais desafios para a ampliação das melhorias habitacionais associadas à ATHIS está na avaliação de seus impactos, tanto sociais quanto ambientais. Esses efeitos podem ser indiretos, não lineares e de difícil mensuração, apresentando um grau significativo de subjetividade que complica a gestão pública e exige inovação na formulação de políticas. Além disso, dificuldades na projeção de cenários e na coleta de dados sobre assentamentos precários e inadequações habitacionais reforçam a complexidade da implementação dessas políticas (Balbim e Krause, 2019)

Ao se examinar a relação entre o campo das Melhorias Habitacionais (MHs) vinculadas à Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), observa-se que a implementação de políticas públicas voltadas para essas ações repercute de forma direta em nove ODS, sendo eles ODS 1- Erradicação da pobreza; ODS 3 - Saúde e bem-estar; ODS 5 - Igualdade de gênero; ODS 6- Água potável e saneamento; ODS 7 - Energia limpa e acessível; ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 11- Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12- Consumo e produção responsáveis; e ODS 13- Ação contra a mudança global do clima (Balbim et al., 2023).

Para alcançar os resultados almejados, as ações de melhoria habitacional podem abranger intervenções diversas, especialmente aquelas associadas à ampliação do acesso a serviços de saneamento básico e à efetivação dos direitos humanos à água potável e ao esgotamento sanitário (ONU, 2010). Entre as principais medidas, destacam-se: a instalação de caixas d’água para reduzir os efeitos da intermitência no abastecimento; a implantação de caixas de inspeção e outros dispositivos voltados à melhoria do escoamento e do tratamento de esgoto; a execução de tubulações internas para as redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto; a instalação de calhas e sistemas de captação de águas pluviais, possibilitando seu reaproveitamento; a reforma ou construção de banheiros, bem como a colocação de equipamentos hidrossanitários, como pias e vasos sanitário quando necessário.

Essas intervenções exigem, contudo, uma articulação intersetorial com outras políticas públicas, em especial as de saneamento básico e infraestrutura urbana, de modo a assegurar que os serviços implantados estejam integrados ao território e atendam às necessidades reais das comunidades envolvidas.

Sistemas de Espaços Livres, Natureza e Saúde

A promoção de condições de vida saudáveis e equitativas nas cidades vai além do espaço construído das moradias, dependendo também da qualidade e da distribuição dos espaços públicos no território urbano. Nesse contexto, os sistemas de espaços livres, que incluem praças, parques, áreas verdes e demais áreas de uso coletivo, desempenham papel fundamental na saúde ambiental, compreendida como a dimensão da saúde humana influenciada por fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e psicológicos do meio ambiente, e relacionada à prevenção e controle de riscos que possam afetar a saúde das gerações presentes e futuras (OMS, 1993). Além disso, esses espaços contribuem para o bem-estar social e para a justiça territorial, promovendo o equilíbrio ecológico, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a democratização do acesso ao espaço urbano. Segundo Lefebvre (2000), O espaço é

um produto social, e sua apropriação pelos habitantes é condição fundamental para que a vida urbana se realize plenamente.

A compreensão dos sistemas de espaços livres exige uma abordagem que ultrapassa a noção de áreas verdes na cidade. Conforme destacam Queiroga e Benfatti (2007), a noção de sistema de espaços livres possui maior complexidade do que a de áreas verdes isoladas, abrangendo o conjunto de espaços não edificados que estruturam a dinâmica urbana e se articulam com diferentes sistemas sociais, ambientais e territoriais. Nessa perspectiva, praças, parques, ruas, áreas de preservação, espaços de circulação e convivência devem ser compreendidos de forma integrada, constituindo uma rede interconectada que desempenha funções ambientais, sociais e urbanísticas no território.

Cavalheiro et al. (1999) complementam que a adequada distribuição e acessibilidade desses espaços são essenciais para reduzir desigualdades socioespaciais, reforçando o conceito de justiça territorial, ao assegurar que diferentes grupos populacionais tenham acesso equitativo a áreas de lazer, recreação e contato com a natureza. Assim, a articulação dos sistemas de espaços livres com a estrutura urbana contribui simultaneamente para a qualidade ambiental, o bem-estar coletivo e a resiliência das cidades frente a desafios socioambientais e em contexto de crise climática.

Entre os elementos que compõem os sistemas de espaços livres destacam-se os parques urbanos, praças, jardins comunitários, corredores verdes e áreas de proteção ambiental, cada um com funções específicas que vão desde a preservação da biodiversidade até a promoção do lazer, da socialização e das atividades físicas ao ar livre.

A relação entre espaços livres e saúde também envolve o reconhecimento de que a natureza urbana atua como infraestrutura essencial para o bem-estar físico e mental. Diversos estudos evidenciam que o contato com áreas verdes reduz níveis de estresse, ansiedade e sintomas de depressão, além de incentivar práticas de atividade física e fortalecer a coesão social (WHO, 2016; MAAS et al., 2006). Esses benefícios, entretanto, não se distribuem igualmente pelas cidades brasileiras. Nas periferias urbanas, onde prevalece a carência de equipamentos públicos e maior exposição a riscos socioambientais, a oferta de espaços livres qualificados é menor, o que aprofunda desigualdades históricas e limita oportunidades de promoção da saúde e do bem-estar. Nesse sentido, a presença, ou ausência de natureza urbana configura um indicador importante de justiça ambiental e de direito à cidade, revelando assimetrias no acesso a condições ambientais saudáveis.

Além dos benefícios diretos à saúde humana, os sistemas de espaços livres exercem papel estratégico na manutenção e restauração dos ciclos ecossistêmicos em áreas urbanas. A renaturalização de rios e fundos de vale, a recuperação de matas ciliares e a implantação de parques lineares contribuem para reduzir riscos de enchentes, ampliar a permeabilidade do solo e promover corredores ecológicos capazes de conectar fragmentos de biodiversidade (ONU-Habitat, 2020). Essas iniciativas também se articulam com estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, ampliando a resiliência urbana diante do aumento das temperaturas, eventos extremos e processos de degradação ambiental. Assim, políticas que integrem saúde, meio ambiente e planejamento urbano fortalecem respostas mais amplas, capazes de proteger tanto a população quanto os ecossistemas urbanos.

No campo do planejamento integrado, é fundamental reconhecer que os sistemas de espaços livres não são meramente componentes físicos urbanos, mas dispositivos socioterritoriais que articulam usos, funções e sentidos coletivos. A apropriação social desses espaços por meio de hortas urbanas, ações culturais, atividades esportivas e práticas tradicionais, reforça vínculos comunitários e amplia a função social do território, criando ambientes mais seguros, vivos e saudáveis. Jacobs (2011), já destacava que a vitalidade urbana depende da diversidade de usos e da presença de pessoas no espaço público.

> A diversidade de usos traz consigo uma concentração suficiente de pessoas para tornar as ruas e os parques interessantes e seguros, além de manter vivas as atividades urbanas em diferentes horários (Jacobs, 2011, p. 151).

Mobilidade Urbana e Saúde

A mobilidade urbana constitui um dos principais determinantes sociais da saúde no contexto das cidades contemporâneas. A forma como os deslocamentos são organizados, incluindo tempo de viagem, modos disponíveis, segurança das vias, acessibilidade e qualidade ambiental, afeta diretamente o bem-estar físico e mental da população. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2016), sistemas de mobilidade que privilegiam modais ativos e coletivos contribuem para reduzir doenças crônicas, melhorar a qualidade do ar, diminuir o estresse associado ao trânsito e promover maior equidade no acesso a serviços essenciais. Assim, mobilidade e saúde não podem ser analisadas de forma dissociada: ambas dependem de escolhas de planejamento que moldam o cotidiano urbano.

No Brasil, o padrão de urbanização marcado pela expansão periférica, pela segregação socioespacial e pela histórica priorização do transporte individual motorizado, intensifica desigualdades e agrava riscos à saúde. Esse padrão reflete em longos tempos de deslocamento, falta de infraestrutura para pedestres e ciclistas, ausência de acessibilidade universal e transporte público precário que impactam de forma desproporcional as populações de baixa renda, mulheres, pessoas idosas e pessoas com deficiência. Para essas populações, a mobilidade limitada restringe oportunidades de trabalho, educação, serviços de saúde e lazer, aproximando o debate da mobilidade urbana daquele relativo à justiça territorial e ao direito à cidade (Vasconcellos, 1999). Nesse sentido, o território torna-se não apenas palco das desigualdades, mas um agente produtor delas.

> A cidade brasileira é profundamente desigual, e essa desigualdade se expressa na distribuição do solo urbano, dos serviços, da infraestrutura e das condições de mobilidade. Enquanto uma parte da população usufrui de um padrão urbano moderno, outra parcela vive em territórios precarizados, distantes e desprovidos de equipamentos públicos essenciais (Maricato,2011, p. 28).

A mobilidade ativa, especificamente caminhar e pedalar, assume um papel estratégico para a promoção da saúde, pois integra deslocamentos cotidianos à prática regular de atividade física. Contudo, sua adoção depende da existência de calçadas seguras, redes cicloviárias conectadas, sombreamento adequado, travessias acessíveis e espaços públicos de qualidade. Como argumenta Gehl (2013), a experiência urbana é condicionada pela escala humana: a configuração de espaços hostis, fragmentados ou dominados por automóveis, desencorajam o uso social do espaço, enquanto áreas planejadas para pedestres estimulam encontros, vitalidade urbana e bem-estar.

Outro aspecto central da relação entre mobilidade e saúde, diz respeito à qualidade ambiental. A dependência do automóvel contribui para os elevados índices de emissões

de poluentes, intensificação das ilhas de calor, e aumento de doenças respiratórias e cardiovasculares associadas à baixa qualidade do ar. A OMS (2018), estima que a poluição do ar urbano está entre os principais fatores de risco ambientais para a saúde humana, reforçando a necessidade de políticas que reduzam o tráfego motorizado, ampliem redes de transporte público sustentável e integrem soluções baseadas na natureza, como arborização de vias e corredores verdes.

A mobilidade urbana sustentável exige planejamento integrado, capaz de articular sistemas de transporte, uso do solo, habitação, espaços livres e serviços urbanos. A adoção de políticas envolvendo o modelo do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS), redes de transporte público de qualidade, ruas completas, áreas de tráfego calmo e investimentos na infraestrutura cicloviária, pode reconfigurar o território urbano, transformando-o em um ambiente promotor de saúde. A abordagem integrada reconhece que deslocamentos seguros, acessíveis e eficientes são fundamentais não apenas para o funcionamento da cidade, mas para a garantia de qualidade de vida, justiça social e bem-estar coletivo.

Dentro das estratégias de planejamento urbano voltadas à mobilidade e à promoção da saúde, destaca-se o modelo de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS), amplamente difundido pelas publicações do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP) (2016,2017,2018). O DOTS propõe a reorganização do território a partir da integração entre o uso do solo, a mobilidade ativa e o transporte público de alta capacidade, com o objetivo de criar bairros compactos, conectados e socialmente inclusivos. Segundo o ITDP, esse modelo parte de princípios fundamentais, como adensamento equilibrado, diversidade de usos, acessibilidade universal, priorização de pedestres e ciclistas, presença de espaços públicos qualificados e redução da dependência do automóvel que, combinados, promovem ambientes urbanos mais saudáveis e eficientes.

A aplicação desses princípios contribui diretamente para a redução do tempo de deslocamento, melhoria da qualidade do ar, incentivo à atividade física e fortalecimento da vida urbana, reforçando a mobilidade como determinante social da saúde. Além disso, o DOTS orienta políticas urbanas que enfrentam desigualdades territoriais históricas ao promover acesso equitativo a serviços e infraestruturas, especialmente para populações mais vulneráveis e que dependem do transporte público.

Interseccionalidade, cidade e saúde

A relação entre cidade e saúde não pode ser compreendida sem considerar as múltiplas camadas de desigualdades que permeiam a vida urbana. A perspectiva da interseccionalidade, formulada por Crenshaw (1989), evidencia que raça, gênero, classe, território, idade e outras dimensões se combinam na produção de vulnerabilidades específicas. No contexto urbano brasileiro, essas desigualdades não se distribuem de forma aleatória; são espacializadas e moldadas pela estrutura histórica das cidades. As cidades brasileiras estruturam-se por meio de processos historicamente desiguais de produção do espaço, nos quais parcelas significativas da população permanecem com acesso precário à infraestrutura urbana, à moradia adequada e aos benefícios da urbanização (Rolnik, 2019).

A produção desigual do espaço urbano resulta em bairros com distintos níveis de acesso a serviços básicos, oportunidades, espaços públicos e infraestrutura, o que tem impacto direto sobre os indicadores de saúde. Territórios precarizados, frequentemente ocupados por populações negras, mulheres chefes de família, imigrantes, povos indígenas e grupos de baixa renda, tendem a apresentar maiores exposições a riscos ambientais, como enchentes, falta de saneamento, poluição atmosférica e insegurança viária. Nessa perspectiva, as injustiças urbanas se convertem em injustiças ambientais e sanitárias, reforçando a necessidade de políticas públicas que articulem saúde, planejamento urbano e justiça social. Segundo Maricato (2011),

> A cidade brasileira é marcada pela segregação e pela injustiça social, onde milhões vivem em condições precárias enquanto uma parcela minoritária se beneficia das políticas urbanas e de investimentos públicos (Maricato, 2011, p.15).

A inclusão da interseccionalidade ao planejamento territorial, permite revelar como essas desigualdades são produzidas estruturalmente, e como impactam diferentes grupos sociais de forma desproporcional. Essa abordagem é essencial para orientar políticas urbanas centradas na equidade, especialmente na distribuição de equipamentos de saúde, mobilidade urbana, espaços livres e serviços ambientais. Além disso, reconhecer como distintas opressões se imprimem no espaço urbano, fortalece a construção de cidades mais inclusivas, que assegurem o direito à moradia digna, ao transporte, ao saneamento, ao espaço público e à participação política.

A compreensão interseccional da cidade permite avançar para além de diagnósticos tradicionais que tratam desigualdades como fenômenos isolados. No contexto urbano, opressões se materializam e são impressas no território, estruturando padrões de acesso, circulação, risco e oportunidade que impactam diretamente a saúde das populações. Como aponta Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade revela as formas como sistemas de poder, como o racismo, o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo se imbricam e produzem sujeitos vulnerabilizados. Essa análise é indispensável para compreender por que determinadas populações adoecem mais e têm menor acesso à infraestrutura urbana essencial.

A precariedade urbana, portanto, não é apenas resultado de ausência de políticas públicas, mas de escolhas políticas e econômicas que historicamente privilegiam determinados territórios e corpos em detrimento de outros. A segregação socioespacial, a distância entre moradia e trabalho, a exposição desproporcional à poluição, ao calor extremo, à ausência de mobilidade segura e a riscos ambientais, são expressões espaciais de desigualdades interseccionais. Rolnik (2019), destaca que esses processos configuram “geografias de desigualdade”, nas quais o Estado, o mercado e as dinâmicas sociais produzem zonas de vulnerabilidade contínua.

Henri Lefebvre (1968) contribui para essa discussão ao destacar que o direito à cidade é um direito coletivo de produzir, transformar e usufruir do espaço urbano. Sob uma ótica interseccional, isso significa reconhecer que diferentes grupos têm condições desiguais de exercer esse direito, como mulheres, pessoas negras, pessoas trans, pessoas com deficiência, crianças e idosos que enfrentam barreiras específicas no uso do espaço público, no acesso ao transporte e na participação política, o que repercute diretamente em sua saúde física e mental. Os territórios periféricos sofrem com ausência de equipamentos públicos, mas também com estigmas que dificultam investimentos e participação social, uma combinação que perpetua ciclos de adoecimento e exclusão. Do ponto de vista da saúde pública, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece que determinantes sociais da saúde são profundamente influenciados pela distribuição desigual de recursos, poder e oportunidades nas cidades. Essa distribuição, no Brasil, não pode ser analisada sem considerar as heranças de escravidão, patriarcado, urbanização e políticas excludentes. Portanto, incorporar a interseccionalidade ao planejamento urbano significa compreender que políticas universais não bastam, sendo preciso desenvolver ações territorializadas e atentas às múltiplas formas de desigualdade que atravessam diferentes grupos e territórios.

Infância, cuidado a idosos e Saúde

A compreensão da infância no contexto urbano, exige reconhecer que o espaço da cidade não é neutro: como já citado nos itens anteriores, disputas, interesses e desigualdades são impressas no espaço urbano, e incidem diretamente sobre o desenvolvimento das crianças. Como argumenta Rolnik (1995), a cidade é permanentemente produzida por relações de poder que definem quem pode usufruir de seus benefícios e quem permanece excluído por dinâmicas de segregação espacial e econômica. Nesse cenário, a infância se torna um indicador para observar como as desigualdades urbanas se materializam no corpo e no cotidiano, logo nos primeiros anos de vida.

Tão relevante quanto atentar-se aos cuidados na infância, é necessário voltar o olhar para a população idosa, principalmente diante das perspectivas de aceleração do envelhecimento da população. Segundo recentes projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), em 45 anos, os brasileiros com mais de 60 anos deverão corresponder a cerca de 37,8% da população do país, que corresponde a 75,3 milhões de pessoas idosas. Esses dados alertam a urgência da adaptação de políticas públicas voltadas ao envelhecimento acelerado da população.

Maricato (2011) ajuda a compreender esse cenário ao evidenciar que grande parte dos idosos brasileiros vive em territórios marcados pela precariedade estrutural, resultado de décadas de urbanização excludente. Nesses espaços, a ausência de equipamentos de saúde próximos, a inexistência de calçadas acessíveis, o transporte público deficiente e a insegurança urbana tornam o envelhecimento uma experiência atravessada pelo risco e pela limitação da autonomia. Tais condições ampliam desigualdades históricas, atingindo de maneira mais incisiva populações de idosos negros, periféricos, mulheres idosas e aqueles que dependem exclusivamente de políticas públicas.

Segundo Mekideche (2004), a concepção do cuidado como prática relacional, territorializada e distribuída em redes, permite compreender que envelhecer com dignidade depende não apenas da existência de serviços formais, mas da articulação entre família, vizinhança, equipamentos públicos, profissionais de saúde e políticas intersetoriais. Em territórios vulnerabilizados, onde as redes comunitárias frequentemente desempenham funções compensatórias ao Estado, o cuidado dos idosos se torna um marcador importante das desigualdades socioespaciais: quanto mais precarizado o território, maior a sobrecarga das famílias, sobretudo das mulheres, e menores as condições de saúde e bem-estar dos idosos.

A partir das reflexões de Rolnik (2019), sobre financeirização e segregação urbana, é possível observar que o envelhecimento ocorre em um cenário no qual o acesso à moradia adequada e ao espaço público seguro é cada vez mais determinado pelo mercado imobiliário. Idosos que vivem em áreas submetidas à pressão do capital financeiro, incluindo processos de gentrificação, remoções e especulação, enfrentam rupturas profundas em suas rotinas de cuidado e pertencimento territorial. O deslocamento forçado, por exemplo, rompe vínculos comunitários e compromete o acesso a serviços de saúde, afetando diretamente sua qualidade de vida.

A perspectiva interseccional, já mencionada anteriormente, reforça ainda mais a necessidade de compreender o envelhecimento como fenômeno urbano complexo, onde mulheres idosas, pessoas idosas negras, pessoas idosas LGBTQIA+ e idosos com deficiência vivenciam, de forma distinta, as barreiras impostas pela cidade. Esses marcadores produzem formas específicas de vulnerabilidade que se expressam no corpo envelhecido e nas possibilidades limitadas de cuidado disponível.

Assim como na infância, a saúde na velhice não se reduz a parâmetros biomédicos, mas depende da circulação segura, das conexões sociais, da qualidade das habitações, do acesso à natureza, de práticas culturais e da sensação de pertencimento urbano. Uma cidade hostil, fragmentada e desigual adoece tanto crianças quanto idosos, dois grupos cujos direitos urbanos frequentemente são invisibilizados nas políticas de planejamento.

Integrar infância e envelhecimento dentro da mesma análise possibilita compreender o cuidado como eixo estruturante das políticas urbanas e de saúde. Isso exige uma mudança de paradigma: do planejamento urbano orientado ao mercado para uma concepção de cidade que reconheça a vida cotidiana e seus ciclos como prioridade. Cidades voltadas para o olhar do cuidado, atentas a todas as etapas da vida, são aquelas que oferecem infraestrutura de proximidade, sistemas de saúde articulados ao território, espaços públicos acessíveis, mobilidade segura e políticas que reforcem vínculos comunitários.

A articulação entre Rolnik (2019), Maricato (2011) e Mekideche (2004) permite sustentar que tanto o início quanto o fim da vida são profundamente modulados pela estrutura urbana e pelas relações de poder que a constituem. Assim, pensar cidades para crianças e para idosos é pensar, sobretudo, cidades mais justas, equitativas e orientadas ao cuidado como princípio organizador da vida coletiva.

Práticas Culturais, alimentares e saúde

As práticas alimentares, assim como os modos de cuidado e saúde, são profundamente condicionadas pelas dinâmicas urbanas e pelas desigualdades socioespaciais que estruturam o território brasileiro. A alimentação não pode ser compreendida apenas como escolha individual ou hábito cultural, pois ela é parte de um sistema complexo que envolve disponibilidade de alimentos, acesso econômico, qualidade ambiental, relações comunitárias e políticas públicas. Nesse sentido, a cidade, tal como apontam Rolnik (1995) e Maricato (2011), constitui o palco onde se materializam tanto as possibilidades quanto as ausências que configuram a segurança ou a insegurança alimentar.

A insegurança alimentar, que atinge milhões de famílias no Brasil, é expressão direta de processos históricos de urbanização excludente e desigual. Bairros periféricos, muitas vezes distantes de mercados e feiras, com transporte precário e renda familiar reduzida, tornam-se “desertos alimentares”, conceito utilizado para descrever territórios em que o acesso a alimentos in natura e saudáveis é sistematicamente limitado.

A noção de desertos alimentares considera a interação entre fatores individuais e coletivos que moldam os modos de comer. De um lado, situam-se as características pessoais, que contribuem para formar parte dos hábitos alimentares; de outro, estão os condicionantes sociais, econômicos e culturais que estruturam o acesso e as possibilidades de escolha. Esses dois planos, o individual e o coletivo, se articulam nas práticas e preferências alimentares, resultando em formas específicas de cultura alimentar nas quais cada sujeito está inserido.

Segundo Wrigley (2002), a partir do final dos anos 1990 os debates sobre desigualdades sociais e de saúde passaram a dedicar maior atenção à compreensão da formação e dos impactos dos chamados desertos alimentares. Essa preocupação ganhou centralidade porque o fenômeno está diretamente relacionado às dificuldades de acesso a alimentos adequados, especialmente aqueles necessários para compor uma dieta saudável em áreas de baixa renda. O uso da expressão “deserto alimentar” teria surgido justamente nesse período, na Escócia, quando um morador de um conjunto

habitacional empregou o termo para descrever a vivência em um território marcado pela escassez de oferta de alimentos.

Nesses espaços, alimentos ultraprocessados, mais baratos e amplamente disponíveis, tornam-se a base da dieta, contribuindo para o aumento de doenças crônicas como diabetes, hipertensão e obesidade, fenômenos já amplamente mapeados pela saúde coletiva.

Essas dinâmicas não são ocasionais. Conforme argumenta Rolnik (2019), em sua análise da financeirização urbana, a forma como o território é organizado segue interesses de mercado que hierarquizam a oferta de serviços e bens. Isso afeta também a circulação de alimentos, pois a própria implantação de comércios e infraestruturas de abastecimento segue lógicas de rentabilidade, não de justiça social. A consequência é que populações vulnerabilizadas experimentam uma dupla exclusão, vivendo em territórios onde o acesso a alimentos saudáveis é limitado e, simultaneamente, enfrentam condições urbanas que impedem práticas de cuidado associadas ao preparo, armazenagem e consumo adequado.

A perspectiva de Maricato sobre a informalidade urbana amplia essa compreensão ao evidenciar que a precariedade habitacional, falta de acesso à água de qualidade, ausência de saneamento, inexistência de cozinhas adequadas, moradias superlotadas, restringe possibilidades básicas de preparo de alimentos e de manutenção de práticas culturais tradicionais de alimentação. Assim, a crise alimentar não é apenas questão de renda ou oferta de alimentos, mas também de infraestrutura urbana, afetando diretamente a saúde das famílias.

No entanto, o debate contemporâneo sobre alimentação não pode desconsiderar a crise climática global, que redefine profundamente as bases da segurança alimentar. Eventos extremos como secas prolongadas, enchentes e ondas de calor, têm impacto direto sobre a produção agrícola e sobre as cadeias de abastecimento. Em regiões urbanas, esse impacto é sentido sobretudo pelos grupos já vulnerabilizados quando o preço dos alimentos sobe, quando a oferta diminui ou quando as perdas agrícolas tornam certos produtos inacessíveis. Nesse cenário, as desigualdades se aprofundam e recaem desproporcionalmente sobre populações periféricas, mulheres chefes de família, crianças e idosos.

A crise climática também reconfigura os ecossistemas urbanos, afetando a qualidade da água, da vegetação e do ar, fatores fundamentais para o bem-estar e a saúde. A deterioração ambiental das cidades, somada à exposição desigual a enchentes, ilhas de calor e poluição, contribui para processos de adoecimento que dialogam diretamente com a alimentação e o cuidado. Nesse contexto, as análises de Mekideche (2004) tornam-se centrais, pois o cuidado é sempre mediado por contextos materiais, e a ausência de condições ambientais adequadas inviabiliza práticas alimentares saudáveis, reforçando processos de vulnerabilização.

É importante destacar que práticas alimentares são também práticas culturais. Elas envolvem memória, identidade, sociabilidade e pertencimento territorial. Quando a insegurança alimentar força famílias a substituir alimentos tradicionais por produtos industrializados, não apenas a saúde é comprometida, mas também laços comunitários e identitários. A perda de acesso a alimentos frescos, cultivados localmente, ou preparados coletivamente, significa também a erosão de práticas culturais importantes na construção da vida comunitária. Assim sendo, podemos considerar que a crise alimentar contemporânea é, simultaneamente, nutricional, social e cultural.

Integrar alimentação, saúde e cidade implica reconhecer que políticas urbanas precisam considerar o abastecimento alimentar como infraestrutura essencial, tal como transporte, saúde, educação e saneamento. A produção de territórios alimentares saudáveis, com hortas urbanas, feiras locais, equipamentos de abastecimento públicos, cozinhas comunitárias, apoio à agricultura urbana e periurbana, e políticas de subsídio e regulação de alimentos, é fundamental para enfrentar tanto a insegurança alimentar quanto os impactos da crise climática.

Portanto, pensar práticas alimentares no contexto urbano exige uma abordagem intersetorial que articule saúde coletiva, planejamento urbano, justiça climática e políticas de redução das desigualdades. A partir de Rolnik (2019), Maricato (2011) e Mekideche (2004), é possível compreender que a garantia do direito à alimentação adequada, assim como do cuidado e da saúde, depende da transformação estrutural da cidade, de modo a priorizar a vida, e não as lógicas econômicas que historicamente determinaram quem tem acesso a bens essenciais.

Planejamento, território, e sua dimensão multiescalar

A perspectiva multiescalar do planejamento pressupõe compreender que os processos que produzem saúde, doença e vulnerabilidade não se restringem a uma única dimensão territorial. Visivelmente, decisões tomadas em escalas nacionais, como políticas habitacionais, programas de infraestrutura, investimentos em mobilidade ou diretrizes ambientais, produzem efeitos concretos no cotidiano das cidades e dos bairros. Da mesma forma, intervenções locais somente alcançam resultados duradouros quando articuladas a estratégias mais amplas de financiamento, governança e planejamento territorial. Assim, as diferentes escalas não devem ser compreendidas de forma isolada, mas como dimensões interdependentes que se influenciam mutuamente.

No campo do planejamento urbano e da saúde coletiva, essa articulação exige a construção de políticas capazes de integrar ações estruturantes e intervenções de proximidade. Enquanto a escala nacional pode orientar diretrizes, investimentos e marcos regulatórios, a escala local permite identificar vulnerabilidades específicas, reconhecer demandas territoriais e promover soluções adequadas às realidades concretas das populações. A adoção de uma perspectiva multiescalar torna-se particularmente relevante diante dos desafios contemporâneos relacionados às mudanças climáticas, às desigualdades socioespaciais e à promoção da justiça ambiental, uma vez que tais fenômenos se manifestam simultaneamente em diferentes escalas e demandam respostas coordenadas entre distintos níveis de governo e planejamento.

A compreensão das relações entre planejamento urbano, saúde e justiça ambiental, requer uma leitura multiescalar do território, conforme enfatiza Roberto Lobato Corrêa em sua reflexão sobre a produção social do espaço. Para o autor,

> as escalas geográficas expressam diferentes níveis de organização espacial, nos quais processos e formas combinam-se de maneira específica (Corrêa, 1997, p. 18).

Assim, cada escala; nacional, regional, urbana, intraurbana; revela padrões próprios de distribuição da população, das atividades e dos conflitos socioambientais. Essa leitura pode ser aprofundada a partir das contribuições de Milton Santos (1996), para quem o território deve ser compreendido como resultado da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações produzidos historicamente. Nessa perspectiva, as dinâmicas territoriais não se explicam apenas pelas características locais, mas pelas conexões estabelecidas entre diferentes escalas de poder, decisão e circulação.

Assim, políticas nacionais, investimentos públicos, fluxos econômicos e processos globais materializam-se de forma desigual nos lugares, influenciando diretamente as condições de vida, saúde e acesso à infraestrutura das populações.

Essa premissa é fundamental para compreender como desigualdades ambientais e sanitárias se produzem e se territorializam no Brasil. As assimetrias na oferta de serviços urbanos, as diferentes formas de apropriação do solo, a fragmentação das políticas e as múltiplas formas de vulnerabilidade não se expressam de maneira homogênea, mas variam conforme a escala considerada.

É nesse ponto que o diálogo com Henri Acselrad (2004; 2010) se torna essencial. Para o autor, as injustiças ambientais resultam de processos sociais que determinam quais grupos da sociedade estão mais expostos aos riscos, quais grupos têm acesso aos benefícios urbanos e quais carregam os custos ambientais do modelo de desenvolvimento. Assim, podemos considerar que a desigualdade ambiental é uma desigualdade social territorializada (Acselrad, 2004).

A aproximação entre Corrêa (1997), Santos (1996) e Acselrad (2004; 2010), permite identificar como a produção desigual do espaço se converte em injustiça ambiental e sanitária, evidenciando que as desigualdades observadas nos territórios resultam de processos que articulam diferentes escalas de decisão, investimento e regulação. Nessa perspectiva, políticas públicas formuladas em âmbito nacional produzem impactos concretos nos lugares, ao mesmo tempo em que as condições locais influenciam sua implementação e efetividade.

A seguir, trazemos casos brasileiros, em escalas nacional e regional, que articulam políticas públicas voltadas ao planejamento urbano, saúde coletiva e justiça ambiental. A análise considera como essas experiências reconhecem o território como condicionante da saúde e como as desigualdades socioespaciais moldam tanto a formulação quanto a eficácia das intervenções.

Novo PAC: infraestrutura como política de saúde e justiça ambiental

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), atualmente, constitui uma das mais relevantes estratégias nacionais de melhoria das condições urbanas e redução de desigualdades ambientais.

> O Novo PAC é um programa de investimentos coordenado pelo governo federal, realizado em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais, com o objetivo de acelerar o crescimento econômico e promover a inclusão social. Focado na geração de emprego, renda e redução das desigualdades, o programa abrange diversos setores, como o saneamento, habitação, saúde, educação, mobilidade urbana e esporte (Ministério das Cidades, 2025).

No escopo do Ministério das Cidades, o Novo PAC apresenta uma estrutura institucional composta por dez modalidades de investimento, distribuídas em nove eixos e subeixos que orientam a ação estatal no território em duas fases de investimentos; entre 2023 e 2026, planeja-se o investimento de R$1,4 trilhões, e R$300 bilhões após 2026 (Ministério das Cidades, 2023). Essa organização busca conferir coerência interna ao programa, ao articular objetivos estratégicos amplos a áreas de intervenção mais específicas. Os eixos sintetizam as diretrizes centrais do investimento federal, expressando prioridades estruturantes para a modernização da infraestrutura nacional. Os subeixos, por sua



Figura 3 - Eixos do Novo PAC. Fonte:https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac

vez, delimitam os campos de atuação, permitindo identificar com maior precisão os tipos de infraestrutura contemplados. Elencamos os eixos e subeixos nas figuras 03 e 04 a seguir. Já as modalidades definem a natureza das iniciativas a serem financiadas, como projetos, obras ou ações setoriais, funcionando como a unidade operacional do programa e possibilitando a execução diferenciada de políticas públicas em contextos territoriais distintos.

Embora o programa contenha um conjunto de nove eixos, destacamos aqui o eixo de Cidades Sustentáveis e Resilientes, coordenado no âmbito do Ministério das Cidades. Esse eixo se articula diretamente com a discussão entre espaço urbano, saúde e justiça ambiental ao priorizar investimentos voltados à redução de vulnerabilidades socioambientais, à ampliação da infraestrutura urbana básica e ao fortalecimento das capacidades municipais de prevenção e resposta a riscos climáticos e desastres. Nele, estão incluídas iniciativas relacionadas ao saneamento ambiental, à mobilidade urbana de baixo carbono, à drenagem e manejo de águas pluviais, bem como ações destinadas à qualificação de áreas de risco no campo do financiamento habitacional, urbanização de favelas e gestão de resíduos (Fig. 4).

A incorporação desse eixo no Novo PAC revela o reconhecimento, por parte do governo federal, de que as desigualdades urbanas e ambientais constituem determinantes centrais da saúde e do bem-estar das populações, evidenciando a convergência entre agendas contemporâneas de planejamento, como adaptação climática, redução de riscos, qualidade ambiental e inclusão territorial que como já visto anteriormente, historicamente, foram tratadas de maneira fragmentada.

A estrutura do eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes apresenta forte convergência com os eixos temáticos discutidos anteriormente. Investimentos em saneamento, drenagem urbana, urbanização de assentamentos precários e habitação dialogam diretamente com os debates sobre melhorias habitacionais e saúde. Da mesma forma, ações voltadas à mobilidade urbana sustentável, à gestão ambiental e à redução de



Figura 4 - Subeixos do Eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes. Fonte: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/cidades-sustentaveis-e-resilientes

riscos climáticos reforçam a articulação entre planejamento territorial, promoção da saúde e justiça ambiental, evidenciando uma abordagem mais integrada da política urbana.

Sob uma perspectiva multiescalar, o Novo PAC representa um exemplo de política formulada em âmbito nacional, mas cujos impactos se materializam em escalas regionais e locais. A efetividade dos investimentos depende da capacidade de articulação entre União, estados e municípios, bem como da adequação das intervenções às especificidades territoriais. Dessa forma, a política combina diretrizes estruturantes de alcance nacional com ações territorializadas voltadas à redução de vulnerabilidades socioambientais e à melhoria das condições de vida da população.

Entre as iniciativas apoiadas pelo programa, destacam-se ações de urbanização de assentamentos precários, regularização fundiária e melhorias habitacionais, áreas que apresentam impactos diretos sobre a saúde coletiva e a qualidade ambiental urbana. Nesse contexto, a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) surge como instrumento capaz de operacionalizar parte dessas diretrizes em escala local, aproximando os investimentos públicos das necessidades concretas dos territórios mais vulneráveis.

Segundo dados da Casa Civil (Brasil, 2026), a primeira fase do Novo PAC, compreendida entre 2023 e 2025, concentrou investimentos no eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes superiores a R$ 690 bilhões. Desse montante, aproximadamente R$ 570 bilhões foram direcionados à habitação e ao financiamento habitacional, enquanto cerca de R$ 120 bilhões destinaram-se a áreas como saneamento, mobilidade urbana, urbanização de favelas, gestão de resíduos sólidos e prevenção de desastres. No âmbito habitacional, foram contratadas aproximadamente 2,1 milhões de moradias por meio do programa Minha Casa, Minha Vida, com investimentos estimados em R$ 342 bilhões. Até o final de 2025, cerca de 1,7 milhão dessas unidades haviam sido entregues. Considerando a relevância da moradia, do saneamento e da infraestrutura urbana para as condições de saúde da população, esses investimentos evidenciam a centralidade das políticas territoriais na atuação estatal voltada à redução de vulnerabilidades socioambientais e à ampliação do acesso a serviços urbanos essenciais

No campo da urbanização de assentamentos precários, o programa Periferia Viva reúne investimentos destinados à urbanização de favelas, regularização fundiária e qualificação da infraestrutura urbana. Até o final de 2025, a carteira do programa era composta por 345 projetos distribuídos pelo território nacional, totalizando aproximadamente R$ 6,4 bilhões em investimentos. A primeira seleção contemplou 59 projetos de urbanização de favelas em 47 municípios de 21 estados brasileiros, enquanto as ações de regularização fundiária alcançaram 196 municípios. Considerando a forte associação entre condições habitacionais, infraestrutura urbana e saúde coletiva, tais iniciativas tornam-se relevantes para a análise das estratégias contemporâneas de enfrentamento das desigualdades socioespaciais e ambientais, especialmente em territórios marcados por processos históricos de precarização urbana.

No campo do saneamento básico, as seleções do Novo PAC preveem investimentos superiores a R$ 13 bilhões destinados à ampliação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto em centenas de municípios brasileiros, além de recursos voltados à retomada de obras anteriormente paralisadas. Segundo dados do governo federal, os investimentos direcionados ao setor alcançaram R$ 22,1 bilhões em 2025. Considerando que o acesso à água potável, ao esgotamento sanitário e à infraestrutura de saneamento integra o conjunto dos determinantes sociais da saúde, tais investimentos evidenciam a permanência do saneamento como um dos principais desafios das políticas urbanas brasileiras e como elemento central nas estratégias de enfrentamento das desigualdades socioespaciais.

A análise do Novo PAC evidencia como políticas públicas formuladas em escala nacional podem atuar sobre determinantes territoriais da saúde por meio de investimentos em habitação, saneamento, mobilidade e qualificação urbana. Ao mesmo tempo, demonstra que a efetividade dessas iniciativas depende de sua capacidade de dialogar com as especificidades dos territórios onde são implementadas, reforçando a importância de uma abordagem multiescalar do planejamento. Nessa perspectiva, a redução das desigualdades socioespaciais não se realiza apenas pela definição de diretrizes e investimentos em âmbito federal, mas também pela sua tradução em ações concretas capazes de responder às vulnerabilidades presentes nas diferentes realidades locais. Essa articulação entre escalas amplia a compreensão da infraestrutura urbana como elemento estratégico para a promoção da saúde coletiva e da justiça ambiental. Mais do que obras e equipamentos, as intervenções territoriais podem influenciar diretamente as condições de moradia, mobilidade, acesso a serviços e exposição a riscos socioambientais, fatores amplamente reconhecidos como determinantes sociais da saúde. Nesse contexto, torna-se relevante examinar instrumentos capazes de operacionalizar essas diretrizes em escala local, aproximando as políticas públicas das demandas cotidianas da população.

É nesse cenário que se inserem as experiências de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) e de melhorias habitacionais, que constituem exemplos de intervenções territorializadas voltadas à qualificação do ambiente construído e à redução de vulnerabilidades urbanas. Ao atuar diretamente sobre as condições de moradia e de infraestrutura em territórios populares, essas iniciativas permitem observar, em escala local, como os princípios discutidos ao longo deste artigo podem se materializar na interface entre planejamento urbano, saúde e justiça ambiental.

Melhorias Habitacionais como Política de Saúde Territorializada: o caso do Projeto Na Régua (RJ)

A incorporação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), instituída pela Lei nº 11.888/2008, tem se mostrado uma das estratégias mais eficazes para articular intervenções habitacionais à promoção da saúde e à redução de desigualdades territoriais. Ao oferecer serviços técnicos gratuitos a famílias de baixa renda, a ATHIS desloca o foco da política habitacional da produção de unidades novas,

para a qualificação do estoque existente, reconhecendo que a precariedade construtiva das moradias constitui um determinante social da saúde. Trata-se, portanto, de uma política que expõe a distribuição desigual de riscos ambientais; tema central nas reflexões de Acselrad (2004; 2010) e que permite compreender a moradia como parte de uma estrutura territorial multiescalar, tal como formulado por Corrêa (1997).

O “Projeto Na Régua - Arquitetura acessível, moradia digna” foi lançado em dezembro de 2021,no âmbito do programa “Casa da Gente”; criado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Obras, em parceria com o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Direito da Cidade - NEPEC, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; com o objetivo de oferecer assistência técnica gratuita de arquitetura e engenharia para famílias de baixa renda residentes de comunidades vulneráveis da capital fluminense e da Baixada. Com investimento previsto de R$100 milhões, o programa visava atender até 10 mil famílias e realizar cerca de 5 mil melhorias habitacionais nas favelas cariocas e municípios da Baixada.

Para ser elegível, a família deveria ter renda mensal de até três salários mínimos, sendo que o programa dava prioridade a domicílios chefiados por mulheres, ou com pessoas com deficiência ou com doenças crônicas, grupos com maior vulnerabilidade socioambiental. Desde seu início, o Na Régua instituiu uma rede de “escritórios comunitários”, instalados diretamente nas favelas e assentamentos, com equipes multidisciplinares de arquitetos, engenheiros, assistentes sociais e articuladores comunitários, ilustrados nas figuras 05 e 06. Entre as comunidades atendidas estão Mangueira, Providência, Serrinha, Cajueiro, Buriti Congonhas, Acari, Marcílio Dias e Rocinha (SEHIS- RJ, 2025).

Sob uma perspectiva multiescalar, o Projeto Na Régua evidencia como políticas formuladas em âmbito estadual dependem de processos de implementação territorializados para alcançar populações vulneráveis. Embora financiada e coordenada por instituições estaduais, a política se materializa na escala do domicílio, da rua e da comunidade, onde os problemas habitacionais assumem formas concretas. Essa articulação entre diferentes níveis de atuação demonstra que a produção de ambientes urbanos mais saudáveis exige a integração entre estratégias institucionais amplas e intervenções localizadas, capazes de responder às especificidades de cada território.
Para mapear a magnitude dos déficits habitacionais, o projeto realizou um diagnóstico extensivo. Em 2025, por exemplo, um censo preliminar documentou as condições de 2.365 residências nas comunidades de Cantagalo e Cesarão, como parte de um esforço de caracterização da precariedade habitacional. Mais amplamente, foram registradas 21.390 entrevistas domiciliares desde o início do programa, o que representa, até o momento, uma das maiores iniciativas de mapeamento de inadequação habitacional no estado (SEHIS-RJ, 2025).

A produção desse diagnóstico territorial permite compreender que a inadequação habitacional não se distribui aleatoriamente no espaço urbano, mas acompanha padrões históricos de segregação socioespacial. A concentração de domicílios com deficiências construtivas, ausência de infraestrutura sanitária e condições precárias de habitabilidade em determinadas áreas da cidade evidencia a materialização territorial das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, o levantamento realizado pelo programa ultrapassa a função cadastral e constitui um instrumento de leitura do território, revelando como processos históricos de urbanização desigual se expressam nas condições concretas de moradia e saúde das populações residentes em assentamentos populares.

Com base nesses levantamentos, o Estado passou a entregar projetos de reforma. Em uma ação recente, em 2025, foram liberados projetos arquitetônicos para a reforma de 110 casas no bairro do Jacarezinho, comunidade que apresentava imóveis sem banheiro, marcadores claros de precariedade habitacional e risco sanitário. O diagnóstico realizado pelo Na Régua também revela perfil social das famílias beneficiadas: em área da Zona Norte, por exemplo, mais de 70% dos domicílios visitados são chefiados por mulheres, o que evidencia a centralidade da desigualdade de gênero e da vulnerabilidade social no planejamento da política.

As intervenções previstas, como melhorias sanitárias, adequações estruturais, correções de infiltrações, ventilação, impermeabilização, instalação de banheiros, atualização de redes hidráulicas, visam transformar a moradia precária em habitação com condições mínimas de salubridade, segurança e dignidade. Tais inadequações habitacionais estão associadas a diferentes agravos à saúde, incluindo doenças respiratórias, enfermidades relacionadas ao saneamento inadequado, acidentes domésticos e impactos sobre o bem-estar físico e mental dos moradores. Essa lógica aproxima o Na Régua da noção de justiça ambiental defendida por autores como Acselrad (2004; 2010) pois ao intervir no espaço domiciliar e comunitário, o programa busca reduzir a exposição desproporcional a fatores de risco ambiental e sanitário que historicamente recaem sobre populações vulneráveis.

Conforme argumenta Milton Santos (2006), o território revela-se por meio dos usos que diferentes agentes fazem do espaço. Nesse sentido, as condições habitacionais identificadas pelo programa expressam materialmente desigualdades históricas inscritas no território urbano.

Contudo, mesmo com os dados públicos e o escopo ambicioso, o programa enfrenta desafios e limitações, pois a relação entre número de entrevistas, moradias mapeadas e reformas concluídas revela gargalos operacionais e de escala. A cobertura ainda é parcial frente às necessidades, e a manutenção das melhorias depende da articulação com políticas de saneamento, regularização fundiária e infraestrutura urbana.

Mais do que uma política de qualificação habitacional, o Projeto Na Régua evidencia o potencial da ATHIS como instrumento de enfrentamento das desigualdades socioespaciais e dos determinantes territoriais da saúde. Ao atuar sobre condições concretas de habitabilidade, o programa contribui para reduzir exposições diferenciadas a riscos ambientais e sanitários historicamente concentrados em áreas populares. Ao mesmo tempo, seus limites de cobertura e escala revelam que melhorias habitacionais, embora fundamentais, não são suficientes quando dissociadas de investimentos em saneamento, mobilidade, regularização fundiária e infraestrutura urbana. O caso analisado demonstra, portanto, que a promoção da saúde e da justiça ambiental depende de estratégias integradas capazes de articular intervenções habitacionais a políticas urbanas mais amplas, reafirmando o território como dimensão central do planejamento contemporâneo.
Sob essa perspectiva, o caso evidencia como processos produzidos em escalas institucionais mais amplas se materializam nas condições concretas de habitação, saúde e infraestrutura observadas no cotidiano das comunidades atendidas, reafirmando a importância de uma leitura multiescalar do território (Figs 5 e 6).



Figura 5 - Técnicos do Projeto Na Régua em comunidade em Queimados-RJ. Fonte::https://www.rj.gov.br/habitacao/node/140

Considerações Finais

A discussão desenvolvida ao longo deste artigo buscou evidenciar que as relações entre saúde, planejamento urbano e justiça ambiental não podem ser compreendidas de forma fragmentada. Mais do que resultado de fatores biológicos ou comportamentais individuais, as condições de saúde são produzidas e reproduzidas por processos territoriais que determinam o acesso à moradia adequada, ao saneamento básico, à mobilidade, aos espaços livres, à alimentação, aos equipamentos públicos e às oportunidades de participação na vida urbana. Nesse sentido, o território se apresenta não apenas como suporte físico das políticas públicas, mas como dimensão constitutiva dos processos de produção das desigualdades e das possibilidades de promoção da saúde.

A análise dos diferentes eixos temáticos demonstrou que os determinantes sociais da saúde se manifestam de forma territorializada. As condições habitacionais, a distribuição dos sistemas de espaços livres, a organização da mobilidade urbana, o acesso à alimentação adequada, as redes de cuidado e as desigualdades interseccionais expressam distintas dimensões de um mesmo fenômeno: a produção desigual do espaço urbano. Embora frequentemente tratados por setores administrativos distintos, esses temas encontram-se profundamente articulados na experiência cotidiana das populações, e evidenciam que a saúde coletiva depende de políticas urbanas capazes de atuar de forma integrada sobre as múltiplas vulnerabilidades que se acumulam em determinados territórios.

A perspectiva multiescalar adotada neste trabalho permitiu compreender que tais processos se constituem simultaneamente em diferentes níveis de organização espacial. Conforme discutido a partir de Corrêa (1997), as desigualdades urbanas assumem configurações específicas em cada escala, desde as dinâmicas nacionais de investimento e regulação, até as condições concretas observadas no interior das moradias e nos espaços de vida cotidiana. Nesse contexto, as contribuições de Milton Santos (1996) reforçam a compreensão de que o território é indissociado das relações sociais que o produzem, sendo constituído pelo conjunto de objetos, ações e usos que expressam disputas, interesses e assimetrias historicamente construídas. A leitura



Figura 6 - Arquiteto do Projeto Na Régua em comunidade em Queimados-RJ. Fonte:https://www.rj.gov.br/habitacao/node/232

territorial da saúde exige, portanto, reconhecer que os processos de adoecimento e bem-estar são influenciados por estruturas sociais e espaciais que ultrapassam a escala individual.

As reflexões de Acselrad (2004; 2010) também se mostraram fundamentais para compreender que a distribuição dos riscos ambientais e sanitários não ocorre de forma aleatória. A exposição desigual a enchentes, poluição, precariedade habitacional, ausência de saneamento ou escassez de áreas verdes acompanha padrões históricos de segregação socioespacial que afetam de maneira desproporcional populações vulnerabilizadas. Sob essa perspectiva, a justiça ambiental não se restringe à proteção dos recursos naturais, mas envolve a distribuição equitativa dos benefícios e dos ônus produzidos pelo processo de urbanização, tornando-se elemento central para a construção de cidades mais democráticas.

Os casos analisados ao longo do artigo reforçam empiricamente essas discussões. A análise do Novo PAC evidenciou como políticas formuladas em âmbito nacional podem incorporar, ainda que de forma desigual e contraditória, estratégias voltadas à redução de vulnerabilidades urbanas por meio de investimentos em habitação, saneamento, mobilidade e urbanização de assentamentos precários. Por sua vez, o estudo do Projeto Na Régua demonstrou como intervenções territorializadas de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social podem atuar diretamente sobre determinantes sociais da saúde, qualificando moradias e reduzindo exposições a riscos ambientais e sanitários historicamente concentrados em territórios populares. Em conjunto, essas experiências evidenciam que a efetividade das políticas públicas depende da articulação entre diferentes escalas de planejamento e da capacidade de reconhecer as especificidades dos territórios onde as desigualdades se manifestam.

Ao mesmo tempo, os casos analisados revelam os limites das intervenções setoriais diante da complexidade dos problemas urbanos contemporâneos. Melhorias habitacionais, ampliação do saneamento ou qualificação dos espaços públicos produzem resultados importantes, mas tendem a apresentar efeitos restritos quando não articulados a estratégias mais amplas de desenvolvimento urbano, proteção ambiental e redução das desigualdades sociais. A persistência de padrões históricos de

segregação territorial demonstra que a promoção da saúde exige ações continuadas, intersetoriais e capazes de enfrentar os processos estruturais que produzem vulnerabilidades urbanas.

Dessa forma, este trabalho sustenta que o planejamento urbano deve ser compreendido como uma política de saúde em sentido ampliado. Planejar cidades significa também produzir condições de vida, definir acessos, distribuir oportunidades e influenciar a exposição de diferentes grupos sociais aos riscos ambientais e sanitários. A construção de cidades mais justas, resilientes e saudáveis depende da incorporação da justiça ambiental como princípio orientador das políticas urbanas e do reconhecimento de que o território constitui uma dimensão estratégica para a promoção da saúde coletiva.
Por fim, considera-se que o fortalecimento de agendas integradas entre saúde, habitação, mobilidade, saneamento, alimentação, meio ambiente e assistência técnica representa um campo promissor para pesquisas futuras e para a formulação de políticas públicas. Em um contexto marcado pela intensificação das mudanças climáticas, pelo aprofundamento das desigualdades socioespaciais e pela crescente complexidade das dinâmicas urbanas brasileiras, torna-se cada vez mais necessário desenvolver estratégias de planejamento capazes de colocar o cuidado e a justiça territorial no centro das ações do Estado.

Referências

ACSELRAD, H. *Environmentalism and environmental conflicts in Brazil*. In: CONFERENCE SOCIAL MOVEMENTS IN THE SOUTH, 2002, Cambridge: Kennedy School of Government, Harvard University, 2002.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA. José Augusto (orgs). Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AKOTIRENE, Karla.*Interseccionalidade.* São Paulo: Polém, 2019. 150 p.

BALBIM, R.; ARROYO, M.; SANTIAGO, C. *Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas. Brasília*: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12513.

BALBIM, R. et al. *Dimensão das inadequações habitacionais, custos, impactos e relações com os objetivos de desenvolvimento sustentável: subsídios para um programa nacional de melhorias habitacionais*. Brasília: Ipea, 2023.

BALBIM, R. et al. *Inadequações habitacionais: dimensão e custos para sua solução com base em experiências de melhorias habitacionais*. Rio de Janeiro: Ipea, 2024b.

BALBIM, R.; KRAUSE, C. Slum upgrading in Brazil: lessons from evaluation processes. In *Ciência & Trópico*, v. 43, p. 185-201, 2019. Edição especial

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a assistência técnica para habitação de interesse social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 dez. 2008.

BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI, *in* Henri Acselrad; Selene Herculano; José Augusto Pádua, *Justiça ambiental e cidadania.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 40-68, 2004.

BULLARD, R. *Confrontando o Racismo Ambiental*: Vozes da Base. South End Press, 1993.

CAVALHEIRO, F; et al. *Proposição de Terminologia para o Verde Urbano*. Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. Rio de Janeiro, v.4, n.3, 1999.

COLE, L. W.; FOSTER, S. R. *From the ground up: environmental racism and the rise of environmental justice movement*. New York and London: New York University Press, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processos Espaciais e a Cidade. In: *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex. In *A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum, 1989, p. 538–554.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, [s.l.], v. 10, n. 1, p.171-188, jan. 2002.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ITDP – INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO. *O acesso de mulheres e crianças à cidade*. [s.l.]: ITDP Brasil, 2018.

ITDP – INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO. *DOTS - Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável em Corredores de Transporte*. [s.l.]: ITDP Brasil, 2016.

ITDP – INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO *Princípios de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável*. Brasília: ITDP Brasil, 2017.

JACOBS, Jane**.** *Morte e Vida de Grandes Cidades*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville*. Antropos. Paris: 1968.

MAAS, J.; VERHEIJ, R. A.; GROENEWEGEN, P. P.; DE VRIES, S.; SPREEUWENBERG, P. *Green space, urbanity, and health: how strong is the relation?* Journal of Epidemiology and Community Health, v. 60, n. 7, p. 587–592, 2006.

MACEDO, Silvio. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, 1999.

MAGNOLI, M. M. Espaço livre - objeto de trabalho in: *Paisagem E Ambiente*, *21*, 175-197,2006.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. El ecologismo de los pobres. 4a ed., ampliada.in *Conflictos ambientales y lenguajes de valoración*.Espiritrompa Ediciones, Lima, 2010. 416 pp.

MEKIDECHE, T. Espaços para crianças na cidade de Argel: um estudo comparativo da apropriação lúdica dos espaços públicos. In: TASSARA, E. T. O.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. C. (Ed.). *Psicologia e ambiente*. São Paulo: Educ, 2004. p.143-167.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; ONU-HABITAT. *Integrando a saúde ao planejamento urbano e territorial: guia de referência*. Genebra: OMS, 2023.

Queiroga, E. F., & Benfatti, D. M. (2007). Sistemas de espaços livre urbanos: construindo um referencial teórico. *Paisagem E Ambiente*, *24*, 81-87.

ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares*: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2019.

SCHLOSERG. D. The justice of environmental justice: reconciling equity, recognition, and participation in a political movement. In: Light, A.; Shalit A. de, (Eds.). *Moral and Political Reasoning in Environmental Practice*, Cambridge, MA: MIT Press, 2003. p. 79-106.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. *Circular é preciso, viver não é preciso: a história do trânsito na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Urban green spaces and health: a review of evidence*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe, 2016.

WRIGLEY, Neil. 'Food Deserts' in *British Cities: Policy Context and Research Priorities. Urban Studies,* v. 39, n. 11, p. 2029–2040, junho, 2002.

BRASIL. Casa Civil. Cidades Sustentáveis e Resilientes. Gov.br,2026.disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/cidades-sustentaveis-e-resilientes/cidades-sustentaveis-e-resilientes. Acesso em: 03 jun. 2026.

PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE GENTRIFICAÇÃO NO PASSO DOS NEGROS E NA ESTRADA DO ENGENHO, PELOTAS/RS

CONTEMPORARY GENTRIFICATION PROCESSES IN PASSO DOS NEGROS AND ESTRADA DO ENGENHO, PELOTAS/RS

Gabriela Droppa Trentin[1], Eduardo da Silva e Silva[2], Jaqueline Harumi Dias Takahashi[3] e Eduardo Rocha[4]

Resumo
Este artigo analisa os processos contemporâneos de gentrificação no Passo dos Negros e na Estrada do Engenho, em Pelotas/RS. Adotando abordagem qualitativa e exploratória, a pesquisa realiza um estudo de caso que articula revisão bibliográfica, análise documental e Caminhografia Urbana como método de leitura espacial. Teoricamente, a investigação dialoga com os conceitos de rent gap, financeirização do solo e crise socioecológica sob as perspectivas do Capitaloceno e Plantationoceno. Os resultados demonstram que a gentrificação se manifesta de modo gradual e seletivo. No Passo dos Negros, pela vizinhança de empreendimentos de alto padrão que impõem riscos socioecológicos e na Estrada do Engenho, pela remoção de moradores sob justificativa de risco ambiental para implantação de infraestrutura turística. O planejamento atua na captura de valor da terra e as comunidades tradicionais criam formas de resistência pela permanência.
Palavras-chave: gentrificação; produção do espaço urbano; Pelotas; caminhografia urbana.

Abstract
This article analyzes contemporary gentrification processes in Passo dos Negros and Estrada do Engenho, in Pelotas/RS. Adopting a qualitative and exploratory approach, the research conducts a case study combining literature review, documentary analysis, and urban walkography as a spatial reading method. Theoretically, the investigation engages with the concepts of rent gap, land financialization, and socio-ecological crisis from the perspectives of the Capitalocene and Plantationocene. The results demonstrate that gentrification manifests gradually and selectively. In Passo dos Negros, it occurs through the proximity of high-end developments that impose socio-ecological risks, and in Estrada do Engenho, through the removal of residents under the justification of environmental risk for the implementation of touristic infrastructure. Urban planning acts on capturing land value, while traditional communities create forms of resistance to ensure their permanence.
Keywords: gentrification; urban space production; Pelotas; urban walkography.

1 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: gd.trentin@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-5743-3255
2 Mestrando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: duardsv@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0001-0129-0666
3 Mestre em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: jaqueline.harumi@yahoo.com.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1326-5485
4 Doutor em Arquitetura. Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. E-mail:amigodudu@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5446-9515



Figuras 1 e 2 - Situação territórios em Pelotas e Localização Passo dos Negros (laranja) e Vila de Pescadores Engenho (amarelo). Fonte: QGIS, elaborado pelos autores (2026).

Introdução

Entre as margens do Canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas, localiza-se a região do Passo dos Negros e a antiga Ocupação Estrada do Engenho, conhecida como Vila Dique ou Vila de Pescadores Engenho, no município de Pelotas/RS (Figuras 1 e 2). O território possui uma trajetória vinculada à formação histórica da cidade, marcada pela presença das charqueadas, pelo cultivo de arroz e pela permanência de comunidades que construíram diferentes formas de relação com esse espaço ao longo do tempo. Nas últimas décadas, essa região passou a ser atravessada por novas dinâmicas de transformação urbana, os territórios passaram a receber investimentos, intervenções urbanas e novos interesses relacionados à valorização do solo. Essas mudanças evidenciam conflitos entre diferentes formas de produção e apropriação do espaço urbano, envolvendo a permanência de populações e a incorporação desses territórios a novas lógicas de valorização imobiliária.

A análise desses processos a partir do debate sobre gentrificação permite compreender transformações urbanas que não se restringem à substituição direta de moradores, mas envolvem mudanças no significado atribuído aos lugares, nas condições de permanência das populações e nas formas pelas quais determinados territórios passam a ser reconhecidos ou apropriados pela cidade. No contexto brasileiro e latino-americano, essa discussão exige considerar as especificidades históricas da produção urbana, marcada por desigualdades socioespaciais e por formas seletivas de atuação do Estado sobre diferentes territórios. O Passo dos Negros e a antiga Ocupação Estrada do Engenho constituem casos relevantes para investigar como processos contemporâneos de valorização urbana se relacionam com territórios historicamente construídos por comunidades locais.

A pesquisa busca compreender de que maneira essas transformações reconfiguram o território e quais impactos produzem sobre as formas de permanência, os modos de vida e as relações estabelecidas pelos moradores com o espaço. Para ampliar essa discussão, a investigação também dialoga com debates contemporâneos acerca das relações entre produção do espaço, exploração territorial e crise socioecológica. A proposição do Capitaloceno permitindo problematizar interpretações que atribuem à humanidade, de maneira indistinta, a responsabilidade pelos processos de degradação ambiental, chamando atenção para as relações históricas entre capitalismo, acumulação e exploração da natureza. Essa perspectiva contribui para situar os conflitos e as transformações observadas no Passo dos Negros e na Estrada

do Engenho em um debate sobre as relações entre produção territorial, valorização da terra e desigualdades socioambientais.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo compreender como os processos contemporâneos de gentrificação se manifestam no território do Passo dos Negros e da antiga Ocupação Estrada do Engenho, em Pelotas/RS, articulando a discussão teórica sobre gentrificação em contextos urbanos latino-americanos à análise das transformações socioespaciais observadas nesses territórios. Para desenvolver essa discussão, o artigo está estruturado em três momentos. Inicialmente, apresenta-se o debate teórico sobre gentrificação, suas relações com a produção do espaço urbano e crise socioecológica. Em seguida, aborda-se a formação histórica e a produção urbana dos territórios analisados. Por fim, são discutidas as transformações recentes observadas no Passo dos Negros e na Estrada do Engenho a partir da perspectiva dos processos contemporâneos de gentrificação.

Metodologia

A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter exploratório, sendo desenvolvida a partir de um estudo de caso sobre o Passo dos Negros e a antiga Ocupação Estrada do Engenho, em Pelotas/RS. O trabalho busca compreender de que maneira os processos contemporâneos de gentrificação se manifestam nesses territórios e como as transformações recentes alteram as relações estabelecidas entre população, espaço e formas de produção urbana. Para isso, a pesquisa articula revisão bibliográfica, análise documental e Caminhografia Urbana, mobilizadas de forma complementar para compreender as diferentes dimensões dos processos de transformação identificados nos territórios estudados.

A revisão bibliográfica foi utilizada para discutir o conceito de gentrificação, suas especificidades em contextos urbanos latino-americanos e sua a articulação com o Capitaloceno, estabelecendo o referencial teórico para a interpretação das transformações observadas em Pelotas. A análise documental envolveu legislações urbanísticas, planos municipais, documentos institucionais e materiais jornalísticos relacionados aos processos de transformação do Passo dos Negros e da Estrada do Engenho. Esses documentos permitiram acompanhar mudanças nos discursos sobre os territórios, nas formas de planejamento e nas intervenções que passaram a modificar a maneira como esses espaços são reconhecidos e produzidos pela cidade.

Para a análise do território, a pesquisa adotou a Caminhografia Urbana como metodologia de aproximação e leitura espacial, compreendendo o caminhar e a cartografia como práticas indissociáveis de leitura e produção do espaço urbano (ROCHA; SANTOS, 2024). A caminhografia constitui uma forma de produzir conhecimento a partir da experiência direta do corpo com o território, permitindo reconhecer o espaço urbano a partir de suas marcas, permanências, transformações e relações. Sua dimensão cartográfica fundamenta-se na perspectiva de Deleuze e Guattari (1997), que compreendem o mapa como um dispositivo aberto, processual e conectável, enquanto o caminhar inspira-se na transurbância proposta por Careri (2014), entendida como uma prática crítica capaz de tensionar as narrativas hegemônicas sobre a cidade. Norteada pelas dez pistas provisórias da Caminhografia Urbana (ROCHA; SANTOS, 2024), a caminhada incorporou o Verbolário da Caminhografia Urbana como forma de preparação e ampliação do olhar sobre o território. Entre as pistas propostas estão, o caminhar, atentar, encontrar, registrar, corporificar e cartografar, que foram mobilizadas de maneira mais direta ao longo da pesquisa, orientando a experiência em campo e contribuindo para a construção de um olhar atento às questões investigadas e às possibilidades que emergiram durante os percursos.

O caminhar constituiu a pista fundamental para a aproximação direta com o território, possibilitando uma análise em escala 1:1 e o contato com suas características físicas e espaciais. O atentar e o encontrar orientaram a observação a partir das questões levantadas no referencial bibliográfico, direcionando o olhar para as manifestações e indícios relacionados aos processos de gentrificação. O registro ocorreu por meio de fotografias e anotações realizadas durante os percursos, reunindo elementos considerados relevantes para a construção e fundamentação da análise. O corporificar, por sua vez, permitiu compreender a experiência a partir da perspectiva de um corpo que não habita cotidianamente os territórios investigados, reconhecendo que a leitura produzida durante as caminhografias é atravessada pela posição de quem caminha e observa. Por fim, o cartografar esteve relacionado à delimitação do recorte espacial da pesquisa, estabelecendo de maneira clara os limites físicos e geográficos do Passo dos Negros e da Estrada do Engenho e evitando que a análise incorporasse, de forma generalizada, outros territórios.

A partir desse percurso metodológico, a Caminhografia Urbana contribuiu especificamente para a leitura do território físico, permitindo identificar aspectos espaciais que poderiam não ser apreendidos exclusivamente por meio da documentação ou da revisão bibliográfica. As experiências e evidências produzidas durante as caminhadas foram posteriormente relacionadas aos processos históricos, às transformações documentadas e ao debate teórico sobre gentrificação. Dessa forma, os diferentes procedimentos metodológicos foram articulados para confrontar aquilo que é produzido institucionalmente sobre os territórios com aquilo que se manifesta materialmente em sua configuração e experiência cotidiana.

A interpretação dos materiais considerou, assim, que a gentrificação nos territórios estudados não se apresenta necessariamente pela substituição imediata da população, mas pode manifestar-se por mudanças graduais nas formas de valorização, reconhecimento e permanência no espaço urbano. Nesse sentido, a Caminhografia Urbana assumiu papel fundamental na leitura do território físico, enquanto a revisão bibliográfica e a análise documental contribuíram para relacionar as transformações observadas às dimensões históricas, institucionais e teóricas do processo investigado.

Fundamentação Teórica

O termo gentrificação foi cunhado pela socióloga britânica Ruth Glass em 1964 para caracterizar as transformações ocorridas nos bairros operários de Londres. O conceito refere-se a um processo de renovação de áreas urbanas degradadas, que modifica a paisagem e os usos do espaço, tornando-as atrativas para a população de classe média, ao mesmo tempo em que resulta na substituição gradual dos trabalhadores da indústria e outros moradores originalmente residentes (Alcântara, 2018). De modo mais amplo, a gentrificação é entendida como um processo marcado por transformações graduais no tecido urbano e nas dinâmicas sociais do território, geralmente associadas a intervenções urbanas, políticas de requalificação e à valorização imobiliária, que alteram as formas de uso e apropriação do espaço urbano e impactam diretamente as dinâmicas sociais e econômicas locais. No contexto latino-americano, a aplicação do conceito demanda uma análise crítica, considerando as especificidades que diferenciam esse território daqueles onde o conceito se originou.

Diferentemente dos contextos europeus e norte-americanos nos quais o conceito de gentrificação foi inicialmente formulado, as cidades latino-americanas foram constituídas por processos históricos de colonização, desigualdade socioeconômica, inserção desigual no sistema capitalista e urbanização periférica, que resultaram em trajetórias distintas de organização socioespacial. A partir dessa disparidade, observa-

se que fatores históricos, sociais e econômicos se refletem em padrões específicos de urbanização e organização do espaço urbano. Também se reconhece que os padrões de segregação socioespacial são produto de transformações econômicas e sociais ocorridas ao longo do tempo. Assim, ao considerar contextos espaciais e temporais distintos, assume-se que os resultados dessas transformações também se manifestam de maneiras diferentes (Furtado, 2014). Nesse sentido, a análise da gentrificação em contextos latino-americanos exige atenção às particularidades históricas e sociais que caracterizam essas regiões.

A inserção dependente da América Latina na divisão internacional do trabalho, historicamente caracterizada pela exportação de bens primários, articula-se de maneira direta ao conceito de Plantationoceno proposto por Donna Haraway (2016). A autora define o Plantationoceno a partir da reconfiguração de ecossistemas por meio de monoculturas extrativas, do emprego de trabalho explorado e do deslocamento forçado de populações. Sob a ótica de Haraway, esse sistema de plantação assentado na usurpação de corpos e terras constituiu o motor inicial para o desenvolvimento industrial centrado no consumo de carbono. Na América Latina, a dinâmica da plantação não operou como etapa transitória rumo à industrialização clássica, mas consolidou-se como uma estrutura de dependência econômica de longo prazo, marcada pela exportação de recursos naturais e pela importação de tecnologias. A persistência colonial molda o espaço urbano periférico ao perpetuar legados de dominação territorial e exploração do trabalho, a exemplo da transição histórica das charqueadas para a rizicultura no Passo dos Negros. Enquanto nas economias centrais o Plantationoceno financiou a industrialização, na periferia ele apenas aprofundou a vulnerabilidade de populações marginalizadas. Assim, o planejamento urbano e o mercado imobiliário passam a tratar esses territórios tradicionais como ‘vazios’ prontos para a captura de valor. Essa articulação conecta a herança colonial às pressões de gentrificação hoje observadas no Passo dos Negros e na Estrada do Engenho.

A compreensão da gentrificação enquanto um processo de produção e reestruturação urbana se amplia quando articulada à teoria do diferencial de renda (rent gap) de Neil Smith e às análises sobre financeirização do solo e da moradia de Raquel Rolnik. Para Smith (1996), a gentrificação não é desencadeada por preferências culturais e de consumo, mas pela lógica de acumulação do capital imobiliário, que identifica a disparidade entre a renda atual capitalizada de um terreno desvalorizado e a renda potencial que este poderia alcançar sob usos de maior rentabilidade.

No contexto brasileiro e latino-americano, Rolnik (2015) aprofunda a discussão ao demonstrar que essa busca pelo diferencial de renda ocorre sob a hegemonia do complexo imobiliário-financeiro, no qual a terra deixa de ser compreendida apenas como bem social ou suporte de vida e passa a operar como ativo financeiro. Nesse processo, a captura do valor potencial do solo depende do seu “desbloqueio” (unlock land values), realizado por meio de transformações institucionais, jurídicas e urbanísticas que tornam determinados territórios disponíveis para novos usos e investimentos. A autora evidencia que esse processo pode envolver a invisibilização de populações consolidadas sob a ideia de “vazios urbanos”, assim como a mobilização seletiva de instrumentos urbanísticos e ambientais. Dessa forma, territórios populares autoconstruídos e sem reconhecimento formal podem ser incorporados como reservas fundiárias estratégicas dentro das dinâmicas de valorização urbana. A gentrificação induzida pelo Estado acontece no urbanismo capitalista contemporâneo no mundo todo, mas no Brasil ela ganha o contorno do patrimonialismo, da segregação socioespacial estrutural e da utilização seletiva da lei.

A expropriação desses territórios populares e ribeirinhos também se articula com a discussão sobre o Capitaloceno, conceito abordado por Haraway (2016), que define a crise socioecológica não como um subproduto de ações humanas indistintas ou abstratas, mas como o resultado de um sistema histórico de acumulação baseada no esgotamento dos recursos biológicos e na expropriação de territórios. Sob essa perspectiva, o processo de desbloqueio do valor do solo (unlock land values) e a invisibilização de ocupações consolidadas configuram estratégias locais de reprodução desse modelo global, cuja exaustão das chamadas “naturezas baratas” impulsiona a busca por novas fronteiras de exploração. Essa dinâmica resulta na perda daquilo que a autora identifica como espaços-tempos de refúgio, locais bioculturais diversos que viabilizam a reconstituição da vida frente à eventos de devastação. As intervenções urbanas e empreendimentos imobiliários sobre banhados e margens fluviais, como no Passo dos Negros e na Estrada do Engenho, exemplificam como a mercantilização do solo urbano estende as fronteiras de expropriação do Capitaloceno, sobrepondo a rentabilidade financeira à subsistência física e cultural de comunidades tradicionais.

O planejamento urbano contemporâneo também pode ser compreendido como um elemento ativo na produção das transformações espaciais das cidades, especialmente quando passa a incorporar estratégias orientadas pela valorização econômica e pela atração de investimentos. Nesse sentido, Vainer (2000) discute como o Planejamento Estratégico contribui para a construção da ideia de uma “cidade-mercadoria”, na qual o espaço urbano passa a ser gerido a partir de princípios semelhantes aos de uma empresa, priorizando sua competitividade e capacidade de atrair determinados agentes econômicos. Esse processo envolve a construção de discursos de consenso em torno de projetos urbanos apresentados como caminhos inevitáveis para o desenvolvimento, reduzindo a visibilidade dos conflitos e desigualdades existentes no território. Paralelamente, Arantes (2000) demonstra como estratégias de valorização simbólica e cultural dos lugares podem acompanhar processos de reestruturação urbana, utilizando discursos de revitalização e requalificação como mecanismos de valorização fundiária. No contexto brasileiro, Maricato (2000) evidencia que essas dinâmicas ocorrem de forma desigual, uma vez que o planejamento e a aplicação das normas urbanas historicamente incidem de maneira seletiva, produzindo diferentes formas de reconhecimento e intervenção sobre a cidade formal e os territórios populares.

A partir desse referencial, evidencia-se que a gentrificação não pode ser compreendida como um processo homogêneo, mas como uma dinâmica relacionada às condições históricas, sociais e territoriais de cada contexto. No caso brasileiro e latino-americano, sua análise envolve compreender a articulação entre valorização fundiária, atuação do Estado e disputas pelo uso, permanência nos territórios e crise socioambiental. Assim, a caracterização histórica e socioespacial do Passo dos Negros e da Estrada do Engenho torna-se fundamental para compreender como essas dinâmicas se manifestam nas transformações recentes desses espaços.

Contexto histórico e produção urbana dos territórios

A região de estudo é caracterizada como plana e marcada pela presença de água no entorno e nos banhados. A forte relação e proximidade com a água possibilitaram que as charqueadas possuíssem seus próprios portos, utilizados para o transporte da produção das charqueadas em embarcações de pequeno porte até o mar (Figura 3). A localidade, conhecida como Corredor das Tropas, servia como espaço para deslocamento de gado, de fiscalização, de cobrança de impostos e de comercialização de pessoas escravizadas. Segundo Gutierrez (2001), o Passo dos Negros foi considerado uma das alternativas para implantação da cidade, porém a ideia não avançou em função do mau cheiro causado pela produção saladeiril, da falta de segurança associada à presença

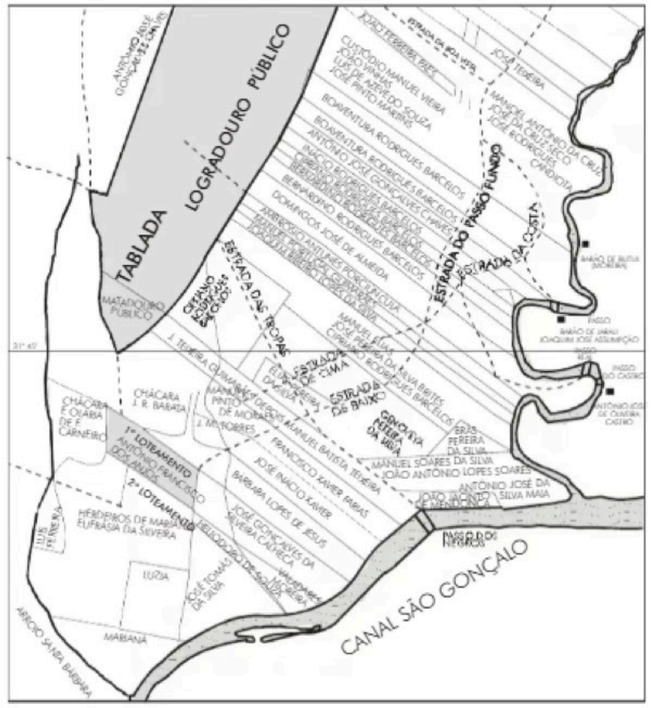


Figura 3 - Localização charqueadas e 1º loteamento. Fonte: Gutierrez (2001).

de grande número de pessoas escravizadas e de disputas políticas. Após a abolição da escravatura, muitas pessoas libertas continuaram trabalhando nas charqueadas, permanecendo no território.

Após o declínio do ciclo charqueador, a produção de arroz, a rizicultura, se consolidou na região, favorecida pela presença de banhados e abundância de água. Conforme Mathias (2020), no ano de 1922 foi inaugurado o Engenho Pedro Osório, reconhecido como o maior engenho da América Latina e idealizado pelo Coronel Pedro Osório, estava localizado em uma das antigas charqueadas do Passo dos Negros. Gutierrez (2001) aponta que a organização da força de trabalho no engenho era estruturada a partir da oferta de uma infraestrutura voltada aos funcionários e suas família, o Engenho dispunha uma vila operária com moradia para seus funcionários, uma escola destinada aos estudos de crianças das famílias, Escola Visconde de Mauá, e o campo de futebol do Osório Futebol Clube, fundado em 1933.

De acordo com o relato de uma antiga moradora, apresentado por Simone Fernandes Mathias (2020), muitas famílias passaram a ocupar a região em função das oportunidades de trabalho oferecidas pelo engenho. O Engenho Coronel Pedro Osório encerrou suas atividades em 1994 e foi tombado como Patrimônio do Município. Mathias (2020) aponta que algumas das casas conhecidas como “quadrinhas”, da vila operária, ainda permanecem erguidas no território do Passo dos Negros. A estrutura da escola Visconde de Mauá permanece dentro da propriedade do Engenho desativado. No decorrer dos anos, o território do Passo dos Negros e seu entorno imediato passaram por um processo gradual de ocupação não regularizada, marcado tanto pela permanência de antigos moradores ligados às charqueadas e posteriormente à produção de arroz, quanto pela chegada de novas famílias.

O resgate histórico do Passo dos Negros revela que a vulnerabilidade socioespacial contemporânea herda as estruturas coloniais que moldaram a formação de Pelotas, processo que pode ser analisado a partir do conceito de Plantationoceno desenvolvido por Haraway (2016). Conforme a formulação da autora, o sistema de plantação baseado no trabalho escravizado e no deslocamento forçado constituiu o modelo estruturante e o motor para o desenvolvimento para acumulação de capital. No cenário pelotense, essa lógica manifestou-se na exploração da força de trabalho negra nas charqueadas e, após o declínio desse ciclo saladeiril, na consolidação da rizicultura associada ao Engenho Pedro Osório. A herança desse modelo de expropriação primária e controle do território evidencia que a produção do espaço em Pelotas se conecta diretamente ao histórico de exploração e expropriação de terras que define o Plantationoceno, que antecede o Capitaloceno.

A vulnerabilidade socioespacial das margens do Canal São Gonçalo não é um fenômeno recente, mas está associada a décadas de planejamento urbano segregacionista. Moura (2005) demonstra que, desde a década de 1920, com o plano do arquiteto Fernando Rullmann, a cidade já era dividida em zonas de classes, destinando as margens do canal para as funções industriais e para a habitação operária. Anos mais tarde, os planos urbanísticos da década de 1940 direcionaram a criação de bairros populares com lotes reduzidos, operando sob a lógica de baratear a implantação de redes de água e esgoto para essas populações. Soares (2002) aponta que, a partir da década de 1970, os fluxos migratórios e o aumento da demanda por terrenos intensificaram os processos de expansão urbana em Pelotas. O poder público municipal realizou operações no espaço urbano com o objetivo de adequar o crescimento da cidade ao planejamento previsto no Plano Diretor de 1967. As ações ocorreram principalmente nos espaços periféricos próximos à área central. O crescimento periférico da cidade era descrito como “desestruturado”, com “vazios intercalados” e baixas densidades, o que encarecia a implementação de infraestruturas urbanas. Embora ficasse evidente que a população mais pobre continuaria segregada nesses novos espaços, o corpo técnico municipal considerava esse cenário mais vantajoso do que a proliferação de assentamentos marginais.

As ações de loteamento promovidas pelo poder público consolidaram fronteiras nítidas de segregação social na malha urbana de Pelotas, uma vez que essas iniciativas acabavam estimulando a ocupação das áreas próximas por novos habitantes (Soares, 2002). Os loteamentos eram, em sua maioria, para reassentar moradores de áreas frágeis da cidade, inserindo-se em um processo de expansão periférica e vulnerabilização socioespacial. A necessidade por habitação empurrava as famílias pobres para regiões rejeitadas pelo mercado formal e pelos ricos e influentes da cidade. Como reflexo material dessas políticas habitacionais, Soares (2002) exemplifica a construção dos Núcleos Navegantes I e II em 1980. De acordo com Medvedovski, Carrasco e Lima Silva (2022), o loteamento Navegantes foi concebido para reassentar a população que ocupava a chamada “Vila dos Agachados”, localizada nas proximidades da confluência entre as avenidas Juscelino Kubitschek e Domingos de Almeida, importantes eixos estruturadores da cidade.

Conforme Soares (2002), o Estado executou obras estratégicas de infraestrutura que viabilizaram a expansão urbana e posteriormente foram apropriadas pelo capital privado, favorecendo diretamente a especulação imobiliária. É no desdobramento dessa articulação entre investimentos públicos e interesses privados que o território do Passo dos Negros passou a ser alvo de conflitos. Nesse cenário, Mathias (2020) demonstra que a implantação do condomínio horizontal Lagos de São Gonçalo, a partir de 2014, em uma área de banhado ao lado da comunidade, acirrou os conflitos locais. A chegada de empreendimentos de alto padrão gerou expectativas de valorização e de novos empregos, mas, simultaneamente, escancarou desigualdades evidenciadas pela falta de serviços básicos, como abastecimento de água, iluminação, saneamento e transporte. O estudo revela uma dualidade de perspectivas, enquanto alguns



Figura 4 - Diferença de níveis terreno Parque Una e Passo dos Negros. Fonte: Dos autores (2026).

moradores percebem tais mudanças como possibilidades de desenvolvimento, outros temem o apagamento de suas memórias e da permanência da comunidade no território.

Em meados de 2017, a comunidade do Passo dos Negros passou a acompanhar o avanço de um novo empreendimento de alto padrão na região, o Parque Una, localizado próximo ao condomínio Lagos de São Gonçalo. Apresentado como um bairro planejado, o empreendimento intensifica a valorização imobiliária e a transformação urbana do entorno. Essa transformação também se expressa nas diferenças materiais de produção do espaço, uma vez que o empreendimento foi implantado a partir de intervenções de preparação do terreno, incluindo elevação do nível do solo (Figura 4) e adequações de infraestrutura e drenagem (Exclusive Sul, 2024), enquanto o território do Passo dos Negros permanece marcado pela presença de áreas de banhado e por carências históricas de infraestrutura urbana. De acordo com Mathias (2020), para parte dos moradores, trata-se de um projeto voltado para pessoas de alta renda, com preços e padrões de ocupação distantes da realidade da comunidade local, o que reforça a percepção de que esses empreendimentos não contemplam quem já vive na região.

A Ocupação Estrada do Engenho, também conhecida como Vila Dique ou Vila de Pescadores Engenho, está situada entre o complexo do Engenho Coronel Pedro Osório e o Clube Veleiros Saldanha da Gama. Há presença de habitantes desde a década de 1980, registrando um maior adensamento a partir de 2010 (Carrasco et al., 2018). A ocupação consolidou-se em terras abandonadas por uma família proprietária, e aconteceu por meio de posses diretas e pela venda informal de lotes (Mathias, 2020). Apesar de sua permanência por décadas, o local enfrentou um histórico de invisibilização oficial, chegando a ser omitido dos mapas de pré-coleta do Censo do IBGE em 2010 devido à ausência de mapeamento pelas equipes de supervisão, o que contribuiu para a representação institucional do



Figura 5 - AEIS. Fonte: QGIS e dados da Prefeitura Municipal, elaborado pelo autores (2026).

território como um “vazio urbano” (Mathias, 2020). Segundo Pereira Neto, Rieth e Alfonso (2019), estudos cartográficos e análises dos mapeamentos municipais oficiais produzidos entre 1815 e 2011 evidenciam que as ocupações existentes às margens do Canal São Gonçalo permaneceram ausentes ou sub-representadas nos instrumentos cartográficos oficiais. Essa ausência cartográfica contribuiu para a construção do território como espaço disponível para futuras intervenções urbanas, desconsiderando as formas históricas de ocupação por comunidades ribeirinhas.

No III Plano Diretor de Pelotas de 2008, Lei nº 5.502/2008 (Pelotas, 2008), a Vila de Pescadores Engenho foi reconhecida como Área Especial de Interesse Social (AEIS) tipo 1 e Área de Proteção do Patrimônio Ocupado (APPO). Com a Lei nº 6.636/2018 (Pelotas, 2018), a comunidade passou a ser reconhecida apenas como AEIS tipo 1 (Figura 5). Segundo a justificativa apresentada pelo município, a alteração esteve relacionada às condições ambientais e aos riscos de ocupação das margens do Canal São Gonçalo, servindo de base para propostas de reassentamento das famílias residentes (Pelotas, 2018).

Nesse mesmo contexto de disputas territoriais, a ocupação da Estrada do Engenho enfrentou intensas pressões de remoção a partir de 2016 e 2017. Conforme Carrasco et al. (2018), sob a justificativa de risco socioambiental por estarem em uma Área de Preservação Permanente (APP) às margens do Canal São Gonçalo, o Ministério Público e a prefeitura firmaram um um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual o município assumiu a responsabilidade de, no prazo de um ano, remover as famílias, viabilizar sua realocação liberar a área ocupada e requalificar ambientalmente a orla do Canal São Gonçalo. Inicialmente, o poder público propôs realocá-las para um bairro periférico no extremo oposto da cidade, no Getúlio Vargas, o que inviabilizaria a sobrevivência dos moradores que dependiam diretamente da pesca e da reciclagem.





Figuras 6, 7 e 8 - Demolição das casas da Ocupação Estrada do Engenho. Fonte: CONFINS (2024).

Diante da resistência popular, a comunidade conseguiu garantir um projeto de reassentamento em um loteamento no outro lado da via, ainda na mesma região.

Por volta de novembro de 2019 começou a ser discutido na Câmara Municipal o Projeto de Orla Estrada do Engenho, ganhando impulso com contratos de financiamento e anúncios oficiais do governo estadual e municipal em março de 2024. Em 2022 a prefeitura assinou um contrato para requalificação da Estrada do Engenho, para execução das obras de pavimentação asfáltica, além da implantação de meios-fios, drenagem, ciclofaixa, sinalização horizontal e vertical e iluminação em LED (Pelotas, 2022). A obra de pavimentação ocorreu em 2023, exceto em um trecho complementar de aproximadamente 600 metros que dependia da transferência e reassentamento de famílias moradoras da beira do canal (Pelotas, 2023). A obra veio como um investimento de ligação entre os bairros Centro e Porto com o Laranjal (bairro nobre de Pelotas), como rota alternativa. Em 2024, foi assinado documento que aprova projeto de Orla na Estrada do Engenho, chamado de Parque Estrada do Engenho (Pelotas 2024).

Em 2024 ocorreu a remoção (Figuras 6, 7 e 8) e realocação dos moradores para as habitações do outro lado da rua que ficaram prontas. Os moradores perderam acesso à água e muitos tinham diversos animais de estimação que não conseguiram criar nas novas residências. Enquanto a comunidade vulnerável foi removida sob justificativas ambientais, edificações de alto padrão e antigas propriedades ligadas ao período charqueador permaneceram preservadas e sem contestações no mesmo território às margens do Canal São Gonçalo. Parte dos moradores permaneceu em suas residências, evidenciando a continuidade dos vínculos estabelecidos com o território ao longo de décadas (Figuras 9 e 10).

Já o território Passo dos Negros, no III Plano Diretor de Pelotas, Lei nº 5.502/2008 (Pelotas, 2008), está inserido como Área de Interesse Ambiental. Com a revisão do Plano Diretor promovida pela Lei nº 6.636/2018 (Pelotas, 2018), o enquadramento urbanístico da área foi alterado. Parte do território deixou de integrar a categoria de proteção ambiental anteriormente prevista, modificando os instrumentos urbanísticos incidentes sobre a região. Segundo Silveira (2020), essa alteração reduziu a abrangência das áreas protegidas e reconfigurou o tratamento normativo destinado ao Passo dos Negros.

O território enfrenta impactos físicos e ambientais relacionados à expansão desses empreendimentos. Segundo matéria publicada pela RadioCom (2026), o condomínio foi construído sem estudos adequados de impacto ambiental, provocando alterações na área do histórico Caminho das Tropas. A reportagem também informa que foram abertos canais irregulares que afetam o escoamento natural da água e que, durante




Figuras 9 e 10 - Residências remanescentes da Ocupação Estrada do Engenho. Fonte: Dos autores (2026).

as enchentes de 2024, águas do empreendimento teriam sido bombeadas em direção à comunidade. Há também uma diferença de drenagem e preparação de solo para moradias quando se compara ao Parque Una (Exclusive Sul, 2024).

O Passo dos Negros passou a ser oficialmente reconhecido como comunidade tradicional por meio da Lei Municipal nº 7.366/2024 (Pelotas, 2024), a lei declarou o Passo dos Negros em uma lista de 8 comunidades reconhecidas formalmente pela lei como Comunidade Tradicional Ribeirinha. Diante desse processo, o território também passou a ser objeto de ações de preservação e reconhecimento histórico. Conforme destaca a Radiocom (2026), está em andamento uma pesquisa arqueológica aprovada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e coordenada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A área passou a ser reconhecida como um sítio arqueológico multicomponencial, importante para a compreensão da formação urbana de Pelotas. A pesquisa busca identificar e preservar diferentes camadas históricas presentes no território, incluindo estruturas do período charqueador, como trechos de antigas fábricas e a Ponte dos Dois Arcos, além de vestígios indígenas e marcas da permanência e resistência da população negra frente ao avanço da especulação imobiliária. Outro desdobramento de 2025 refere-se ao desenvolvimento de ações de urbanização e regularização fundiária por meio da Reurb-S (Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social). A iniciativa busca promover a regularização do território ocupado pela comunidade, ampliando a segurança jurídica das famílias residentes e fortalecendo as condições de permanência no próprio território tradicional, assim como a reurbanização buscando trazer qualidade de vida para os moradores com drenagem, espaços públicos, adequações viárias e melhorias voltadas à circulação de serviços essenciais, como ambulâncias e veículos de emergência (Pelotas, 2026).

Análise: processos contemporâneos de gentrificação

A partir da discussão teórica e da contextualização apresentadas, compreende-se a gentrificação como um processo que ultrapassa a simples substituição direta de moradores por grupos de maior renda, envolvendo transformações mais amplas nas formas de produção, valorização e na ocupação do espaço urbano. A partir da teoria do diferencial de renda (rent gap) desenvolvida por Smith (1996), é possível compreender como determinados territórios urbanos, inicialmente considerados desvalorizados ou pouco atrativos pelo mercado formal, podem tornar-se áreas estratégicas para processos de reestruturação urbana. Segundo o autor, a gentrificação ocorre quando existe uma diferença significativa entre a renda fundiária atualmente obtida em determinado espaço e aquela que poderia ser alcançada após novos investimentos, mudanças de uso ou intervenções urbanas. Dessa forma, a valorização de uma área

não ocorre apenas em função de suas características existentes, mas também pela possibilidade de captura futura desse valor pelo capital imobiliário.

O caso da região do Passo dos Negros e da Ocupação Estrada do Engenho ilustra a dinâmica do rent gap descrita por Smith (1996). Historicamente, essas áreas às margens do Canal São Gonçalo sofreram um processo de desvalorização e invisibilização institucional, sendo destinada pelo planejamento urbano segregacionista a funções industriais, à habitação operária ou simplesmente ignorada nos mapas oficiais como um "vazio urbano". A renda fundiária (o valor de uso e troca do momento) foi mantida em patamares baixíssimos durante décadas. Contudo, a localização geográfica e a amenidade natural das margens do canal geraram um diferencial em relação à renda fundiária potencial do território. A partir do momento em que o poder público passou a investir em intervenções como a requalificação e pavimentação da Estrada do Engenho, apresentada também como uma nova ligação entre a área central e o Laranjal (Pelotas, 2022), ampliaram-se as condições de acessibilidade e atratividade do território. Sob a perspectiva de Smith (1996), essas intervenções contribuem para elevar a renda potencial do solo, ampliando o diferencial entre seu valor anteriormente desvalorizado e aquele que pode ser alcançado após os investimentos urbanos.

Essa transformação pôde ser aproximada a partir da experiência direta com o território proporcionada pelas caminhografias. O caminhar, compreendido como uma aproximação em escala 1:1, possibilitou observar como as intervenções e transformações identificadas nos documentos se materializam fisicamente no espaço. Ao atentar para a configuração dos percursos, buscou-se reconhecer marcas, permanências, contrastes e alterações na paisagem que contribuíssem para compreender como a valorização do território se manifesta para além dos discursos institucionais. Nesse sentido, a leitura caminhográfica permitiu relacionar as transformações documentadas às formas concretas de ocupação, infraestrutura e apropriação presentes no território.

Essa relação pode ser observada na trajetória do Passo dos Negros. Embora a área possua uma ocupação histórica relacionada às charqueadas, ao Engenho Coronel Pedro Osório e à permanência de famílias negras, sua presença foi historicamente invisibilizada nos instrumentos oficiais de planejamento. Conforme demonstram Pereira Neto, Rieth e Alfonso (2019), a ausência ou sub-representação dessas ocupações nos mapas oficiais produzidos pelo poder público contribuiu para a construção institucional do território como um "vazio urbano" ou espaço disponível, apagando as relações sociais e históricas estabelecidas naquele lugar. Essa produção do "vazio urbano" dialoga diretamente com a análise de Rolnik (2015), ao demonstrar que territórios populares sem reconhecimento formal podem ser transformados em reservas fundiárias quando deixam de ser compreendidos como espaços de vida e passam a ser interpretados como áreas disponíveis para novos usos.

No caso do Passo dos Negros, esse processo torna-se evidente quando a ocupação histórica da comunidade convive com a implantação de empreendimentos imobiliários de alto padrão, como o condomínio Lagos de São Gonçalo e o Parque Una. A aproximação através da caminhografia permite, nesse sentido, tensionar a ideia do território como "vazio" ao atentar para as marcas de sua ocupação e para a coexistência de diferentes formas de produção do espaço. O que aparece institucionalmente como área disponível pode ser reconhecido, a partir da experiência direta do território, como espaço marcado por permanências, usos e relações construídas ao longo do tempo. O registro dessas condições durante os percursos contribuiu para evidenciar que a transformação territorial não ocorre sobre um espaço neutro, mas sobre um território previamente apropriado e significado por diferentes grupos sociais.

A chegada desses empreendimentos de alto padrão, impulsionados pelo capital imobiliário, materializa a lógica do Capitaloceno na escala urbana local. Conforme Haraway (2016), o Capitaloceno se caracteriza pela apropriação tecnológica e assimétrica da natureza para sustentar os fluxos de acumulação de riqueza. No Passo dos Negros, essa dinâmica manifesta-se nas intervenções de engenharia realizadas para viabilizar o condomínio Lagos de São Gonçalo e o bairro planejado Parque Una, que demandaram a elevação do nível do solo e a instalação de sistemas artificiais de drenagem em áreas originais de banhado. Durante as enchentes ocorridas no ano de 2024, a gestão artificial das águas no interior do empreendimento privado envolveu o bombeamento dos volumes excedentes em direção ao território da comunidade tradicional vizinha, a qual convive historicamente com a ausência de saneamento e infraestrutura de escoamento básica. Esse processo revela que os investimentos em tecnologia e modificação biofísica do relevo são seletivos e operam para resguardar enclaves de capital, transferindo os passivos socioecológicos para as populações periféricas e convertendo seus espaços de sobrevivência em zonas de sacrifício do Capitaloceno.

Já na Estrada do Engenho, houve um reconhecimento urbanístico parcial no III Plano Diretor de Pelotas, Lei nº 5.502/2008 (Pelotas, 2008), por meio de sua classificação como AEIS Tipo 1 e APPO. Entretanto, esse enquadramento não impediu a reconfiguração do território. A revisão do Plano Diretor em 2018, associada posteriormente ao TAC firmado para a remoção das famílias e aos projetos de requalificação da orla, evidencia como o reconhecimento institucional pode ser flexibilizado ou reconfigurado conforme os interesses envolvidos na produção do espaço urbano. Nesse sentido, Rolnik (2015) contribui para compreender como a atuação do Estado na produção das condições necessárias para a valorização do solo urbano, seja por meio da invisibilização de ocupações consolidadas, seja pela redefinição dos instrumentos urbanísticos que regulam esses territórios.

Esse processo de redefinição dos instrumentos urbanísticos e de descaracterização patrimonial do território da Estrada do Engenho culmina no desmantelamento do que Haraway (2016) conceitua como espaços-tempos de refúgio. Apoiando-se na perspectiva de que os refúgios constituem os locais geográficos e comunitários que permitem a persistência e a reconstituição biológica e cultural de populações humanas e não humanas diante de processos de devastação, a autora adverte que a eliminação sistemática dessas áreas inviabiliza as condições de sobrevivência coletiva. No cenário analisado, as margens do Canal São Gonçalo operavam como esse refúgio, viabilizando a pesca tradicional, o livre acesso à água e a convivência cotidiana com os animais de criação. A desconstituição da proteção de Área de Proteção do Patrimônio Ocupado promovida pela Lei número 6.636 de 2018, sob a justificativa técnica de risco ambiental, estabeleceu a base burocrática para a desestruturação desse ecossistema comunitário, convertendo o espaço de subsistência tradicional em uma frente de especulação e requalificação urbana.

A gentrificação manifesta-se menos como uma substituição imediata da população residente e mais como um processo gradual de reestruturação territorial. A valorização da paisagem, a chegada de empreendimentos de alto padrão, os investimentos em infraestrutura e a redefinição dos usos do solo alteram progressivamente as condições de permanência das populações historicamente estabelecidas, produzindo novas pressões sobre o território mesmo antes da expulsão direta dos moradores. A implantação desses empreendimentos revela uma mudança no significado atribuído ao território. O entorno do Canal São Gonçalo, antes era visto como uma área associada aos banhados e às ocupações populares e passa a ser apresentado a partir de valores associados à paisagem, natureza, qualidade de vida e exclusividade. Essa transformação aproxima-se das discussões de Arantes (2000) sobre o culturalismo



Figura 11 - Parque Una visto da Estrada do Engenho.
Fonte: Dos autores (2026).

de mercado e a produção de imagens urbanas capazes de agregar valor econômico aos lugares. Nesse processo, elementos ambientais e paisagísticos deixam de ser apenas características territoriais e passam a funcionar como atributos de valorização imobiliária.

Ao mesmo tempo, a presença desses empreendimentos evidencia a permanência de desigualdades históricas. Enquanto os novos projetos urbanos apresentam infraestrutura e valorização paisagística como elementos centrais de sua identidade, moradores do Passo dos Negros convivem historicamente com dificuldades relacionadas ao acesso a serviços urbanos básicos. Conforme Mathias (2020), essa coexistência produz percepções contraditórias entre os moradores, que reconhecem possíveis oportunidades associadas às transformações, mas também demonstram preocupações relacionadas ao apagamento da memória comunitária e à permanência no território. A partir das caminhografias, essa mudança de significado pode ser compreendida também por meio da própria experiência da paisagem. Ao caminhar, atentar e registrar as diferentes configurações encontradas no território, foi possível perceber que a valorização não se restringe à inserção de novos empreendimentos, mas envolve uma transformação mais ampla na forma como determinados atributos espaciais passam a ser apresentados e apropriados. A paisagem, nesse sentido, torna-se parte do processo de valorização do território, ao mesmo tempo, a presença desses empreendimentos evidencia a permanência de desigualdades históricas.

A atuação do planejamento urbano nesse processo também evidencia as discussões propostas por Vainer (2000) e Maricato (2000). Para Vainer (2000), o planejamento estratégico urbano contribui para construção de uma imagem da cidade orientada pela competitividade e pela atração de investimentos, transformando determinados espaços em territórios estratégicos para o desenvolvimento econômico. No caso estudado, a requalificação da Estrada do Engenho e a criação de uma nova conexão viária entre

a área central e o Laranjal demonstram como um território anteriormente associado à precariedade e à vulnerabilidade social passou a ser apresentado pelo poder público a partir de novas possibilidades relacionadas ao turismo, lazer e valorização paisagística (Pelotas, 2022; Pelotas, 2024). Conforme destaca Maricato (2000), a produção urbana brasileira ocorre de maneira seletiva, marcada por diferentes formas de reconhecimento e aplicação das normas urbanísticas. Essa seletividade pode ser observada na diferença entre os processos vivenciados pela Estrada do Engenho e pelo Passo dos Negros. Enquanto a comunidade da Estrada do Engenho foi submetida a um processo de remoção fundamentado no discurso do risco ambiental e da recuperação da orla, outros usos presentes nas margens do Canal São Gonçalo, incluindo propriedades associadas às elites locais e novos empreendimentos imobiliários, permaneceram incorporados à paisagem urbana sem sofrer processos semelhantes de deslocamento.

Na Estrada do Engenho, a transformação territorial evidencia como argumentos ambientais podem ser mobilizados dentro de disputas urbanas. Embora a ocupação estivesse localizada em uma Área de Preservação Permanente, a remoção das famílias ocorreu em um contexto marcado pela valorização da região e pela implementação de projetos de requalificação urbana. O reassentamento para outra área próxima garantiu parcialmente a permanência territorial dos moradores, resultado da resistência comunitária, mas também modificou suas relações cotidianas com o espaço, especialmente considerando as perdas relacionadas ao acesso à água, aos modos de vida ligados à pesca e à criação de animais. A fala de um dos moradores evidencia essa dimensão ao afirmar: “Tenho a minha bicharada, sou pescador, não tenho onde tirar. A minha vida é viver aqui… Agora, você vê, vou morar numa casa diferente daqui, se eu não tenho mais condição de pagar, por exemplo, uma casa, não tenho condição de pagar a luz, não tenho condição de pagar a água, entendeu?” (Acervo Projeto CONFINS, 2024). O relato demonstra que a remoção não representou apenas uma mudança de endereço, mas uma ruptura com práticas e formas de apropriação do território construídas historicamente pelos moradores. A implantação de infraestrutura urbana, a melhoria da conexão viária com áreas valorizadas da cidade e o projeto do Parque da Orla Estrada do Engenho evidenciam uma mudança na forma como esse território passa a ser produzido e valorizado pelo planejamento urbano municipal.

Essa ruptura com as práticas tradicionais, evidenciada pela impossibilidade de manutenção da atividade pesqueira e da convivência com os animais domésticos e de criação, transcende a dimensão estritamente habitacional e tangencia a discussão de Donna Haraway (2016) sobre o parentesco multiespécies e a noção de humano-como-húmus. Para a autora, a reprodução e a sobrevivência em territórios afetados por processos de expropriação dependem da capacidade de criar alianças de cuidado e responsabilidade mútua que excedam os limites da consanguinidade humana ou da separação estéril entre sociedade e natureza. Na Estrada do Engenho, a beira do canal constituía um ecossistema integrado no qual o morador operava como elemento composto desse solo, estruturando seu sustento e sua sociabilidade a partir do livre acesso à água e do vínculo material com a fauna e a flora locais. A remoção e a transferência das famílias para habitações desprovidas de quintais e de acesso direto à água representam, sob essa perspectiva teórica, o desmantelamento das condições físicas necessárias para a manutenção dessas redes de solidariedade socioecológica, reduzindo o espaço de vida tradicional a moradias desterritorializadas.

Os discursos institucionais que acompanharam a implantação do Parque Estrada do Engenho reforçam essa mudança de significado atribuída ao território. Ao apresentar o projeto, a prefeita Paula Mascarenhas contrapõe a imagem de uma área marcada por “moradias precárias”, “alta vulnerabilidade social” e “degradação do ambiente” a um novo cenário caracterizado por infraestrutura, lazer, qualidade de vida e recuperação ambiental (Pelotas, 2024). Nessa narrativa, a realocação das famílias é apresentada

etapa necessária do processo de requalificação urbana, sendo incorporada ao discurso de melhoria das condições de vida e de valorização do espaço. De forma semelhante, representantes do governo estadual associaram a intervenção ao potencial turístico das margens do Canal São Gonçalo, afirmando que um "problema social" teria dado origem a uma oportunidade de inserção de Pelotas no turismo náutico regional (Pelotas, 2024). Essa narrativa aproxima-se das discussões de Arantes (2000), ao demonstrar como projetos de requalificação urbana podem atribuir novos valores simbólicos e econômicos aos territórios, contribuindo para sua valorização.

Apesar disso, os casos analisados também demonstram que esses processos não ocorrem sem resistência. A permanência de parte dos moradores da Estrada do Engenho após o reassentamento e o reconhecimento recente do Passo dos Negros como comunidade tradicional pela Lei Municipal nº 7.366/2024 (Pelotas, 2024) evidenciam que os territórios permanecem como espaços de disputa. Diferentemente de uma leitura em que populações vulneráveis aparecem apenas como vítimas das transformações urbanas, esses processos revelam práticas de resistência, reivindicação de direitos e produção contínua do território.

Nos dois casos, a gentrificação não se expressa prioritariamente pela chegada imediata de novos moradores de maior renda, mas pela reorganização gradual das condições de uso, acesso e valorização do território, produzida pela articulação entre investimentos públicos, planejamento urbano e interesses imobiliários e privados.

Considerações finais

A análise dos processos contemporâneos de transformação no Passo dos Negros e na antiga Ocupação Estrada do Engenho permite compreender a gentrificação como um processo gradual de reestruturação e valorização territorial, que ultrapassa a substituição direta da população residente. Nos casos analisados, esse processo se manifesta pela articulação entre investimentos públicos, intervenções urbanas, planejamento territorial e interesses imobiliários, que contribuem para modificar as formas de uso, acesso, reconhecimento e valorização desses espaços. A partir da perspectiva do rent gap (SMITH, 1996), territórios historicamente desvalorizados e invisibilizados passam a adquirir novos significados e valores associados à paisagem, à localização, ao lazer e ao turismo.

Nesse processo, a atuação do poder público assume papel fundamental na transformação das condições territoriais. A requalificação da Estrada do Engenho, a implantação de novas infraestruturas e a redefinição dos usos e das imagens associadas às margens do Canal São Gonçalo demonstram como intervenções urbanas podem contribuir simultaneamente para a valorização de determinadas áreas e para o enfraquecimento das condições de permanência de populações historicamente estabelecidas. A comparação entre os dois territórios também evidencia a seletividade desses processos, especialmente diante das diferentes formas de reconhecimento, intervenção e deslocamento observadas no Passo dos Negros e na Estrada do Engenho.

Essa dinâmica também pode ser compreendida a partir da perspectiva do Capitaloceno, ao considerar que as transformações territoriais analisadas estão inseridas em uma lógica na qual a natureza e suas características passam a ser incorporadas aos processos de valorização e acumulação. No caso estudado, a paisagem, a proximidade com o Canal São Gonçalo e os atributos ambientais do território deixam de ser apenas elementos constitutivos do lugar e passam a adquirir valor estratégico dentro de projetos de requalificação, turismo e produção imobiliária. Essa perspectiva permite compreender que a transformação desses territórios não envolve apenas a produção de novas formas urbanas, mas também a apropriação seletiva de elementos naturais e paisagísticos, evidenciando as relações entre produção do espaço, valorização econômica e desigualdade territorial.

A leitura realizada a partir da Caminhografia Urbana contribuiu para aproximar essas transformações de sua dimensão física e cotidiana, permitindo reconhecer no território marcas de permanência, contrastes, mudanças e diferentes formas de apropriação do espaço. Articulada à revisão bibliográfica e à análise documental, essa aproximação possibilitou compreender que as transformações identificadas não ocorrem sobre espaços vazios ou neutros, mas sobre territórios historicamente construídos, apropriados e disputados.

Os casos analisados demonstram que a gentrificação não ocorre de maneira linear ou sem resistência. A permanência de moradores, a reivindicação de direitos e o reconhecimento do Passo dos Negros como comunidade tradicional evidenciam que esses territórios permanecem como espaços de disputa e produção contínua. Assim, compreender os processos contemporâneos de gentrificação no Passo dos Negros e na Estrada do Engenho implica reconhecer não apenas as forças que produzem sua valorização, mas também as relações, memórias e formas de resistência que permanecem e tensionam a produção desigual do espaço urbano.

Referências

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. "Gentrificação". In: *Enciclopédia de Antropologia.* São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único:* desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARRASCO, André de Oliveira Torres et al. Limites e contradições do planejamento urbano: a construção de perspectivas superadoras a partir da elaboração do Plano Popular da Estrada do Engenho. *Oculum Ensaios,* Campinas, v. 15, n. 3, p. 557-579, set./dez. 2018.

EXCLUSIVE SUL. *Como Funciona o Sistema de Proteção Contra Chuvas do Parque Una?.* Exclusive Sul, 2024.

FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana: um estudo sobre gentrificação. *Cad. Metrop.,* São Paulo, v. 16, v. 16, n. 32, pp. 341-363, 2014.

GUTIERREZ, Ester Judite B. *Negros, Charqueadas e Olarias:* um estudo sobre o espaço pelotense. 2ª ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Tradução de Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte*, ano 3, n. 5, abr. 2016.

MATHIAS, Simone Fernandes. *Passo dos Negros: Entre Narrativas, Etnografias e Conflitos.* 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social e Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer; CARRASCO, André de Oliveira Torres; LIMA-SILVA, Fernanda. Urbanização de assentamentos precários na cidade de Pelotas: entre a insuficiência da ação local e a pouca aderência aos incentivos federais. In: SILVA, Madianita Nunes da; CARDOSO, Adauto; DENALDI, Rosana (org.). *Urbanização de favelas no Brasil:* trajetórias de políticas municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Protomodernismo em Pelotas.* Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2005.

PELOTAS (Município). Assinado o contrato para requalificar Estrada do Engenho. *Portal de Notícias da Prefeitura de Pelotas,* 6 set. 2022.

PELOTAS (Município). Governador assina o contrato para construção do Parque Estrada do Engenho. *Portal de Notícias da Prefeitura de Pelotas,* 13 mar. 2024.

PELOTAS (Município). *Lei nº 5.502, de 11 de setembro de 2008.* Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Pelotas: Prefeitura Municipal, 2008.

PELOTAS (Município). *Lei nº 6.636, de 03 de outubro de 2018.* Altera a Lei Municipal nº 5.502 de 11 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor de Pelotas, e dá outras providências. Pelotas: Câmara Municipal, 2018.

PELOTAS (Município). *Lei nº 7.366, de 13 de maio de 2024.* Dispõe sobre o recognition como Comunidades Tradicionais Ribeirinhas para a Comunidade de Pescadores Artesanais [...] estabelecidas no Município de Pelotas, assim tornando suas práticas [...] patrimônio cultural [...]. Pelotas: Prefeitura Municipal, 2024.

PELOTAS (Município). MEIRELLES, Alessandra. Prefeitura apresenta proposta de urbanização do Passo dos Negros. *Portal de Notícias da Prefeitura de Pelotas,* 3 mar. 2026.

PELOTAS (Município). MP anuncia R$1,1 mi para realocação de famílias na Estrada do Engenho. *Portal de Notícias da Prefeitura de Pelotas,* 31 ago. 2018.

PELOTAS (Município). Trecho da Estrada do Engenho vai ter pavimentação complementar. *Portal de Notícias da Prefeitura de Pelotas*, 3 mai. 2023.

PEREIRA NETO, Francisco; RIETH, Flavia; ALFONSO, Louise. Pelotas-RS pelas suas margens: a patrimonialização como expressão das múltiplas formas de habitar a cidade. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n. 54, p. 63-75, jul./dez. 2019.

RADIOCOM 104.5 FM. *O solo de Pelotas guarda mais de dois mil anos de história — e a cidade mal sabe disso.* Radiocom 104.5 FM, Seção Cultura, Pelotas, 13 abr. 2026.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. *Revista de Direito da Cidade,* vol. 10, nº 3, 2018.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís Beltrame dos (orgs.). *Verbolário da Caminhografia Urbana.* Pelotas, RS: Editora Caseira, 2024.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares:* a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SMITH, Neil. *La nueva frontera urbana:* Ciudad revanchista y gentrificación. Tradução de Verónica Hendel. 1. ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. *Del proyecto urbano a la producción del espacio:* morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812 – 2000). Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidad de Barcelona, Barcelona, 2002.

TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA DE LOCAÇÕES DE CURTA DURAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA HABITACIONAL

PROGRESSIVE TAXATION OF SHORT-TERM RENTALS AS AN INSTRUMENT OF HOUSING GOVERNANCE

Rafael Kalinoski[1] e Mario Prokopiuk[2]

Resumo
Este artigo propõe um modelo de tributação progressiva das locações de curta duração como instrumento de governança habitacional. Aplicado ao caso do Airbnb em Curitiba, vincula as alíquotas do imposto sobre serviços à taxa de ocupação dos imóveis, com o objetivo de desestimular a subutilização e incentivar a reconversão de unidades habitacionais para o mercado de aluguel tradicional. Depois de analisar outras experiências, apresentamos o modelo progressivo, comparamos decisões de alocação ao mercado tradicional, apresentamos análises estocásticas para quantificar incertezas e apresentamos projeções de arrecadação. Ao situar a questão habitacional em relação à turistificação urbana como uma expressão do Capitaloceno, o estudo modela a tributação progressiva como mecanismo institucional de correção de incentivos à mercantilização plataformizada da moradia. O modelo proposto é capaz de reconectar a fiscalidade ao direito à cidade, sugerindo caminhos para a justiça socioespacial e o controle da atuação de plataformas exógenas.
Palavras-chave: habitação; economia de compartilhamento; mercado imobiliário; Airbnb.

Abstract
This article proposes a progressive taxation model for short-term rentals as a housing governance instrument. Applied to the case of Airbnb in Curitiba, the model links municipal service tax rates to property occupancy levels to discourage underutilization and redirect housing units to the traditional rental market. The study reviews experiences from other cities, outlines the structure of the proposed model, compares allocation decisions between short- and long-term rental regimes, and employs stochastic simulations to quantify uncertainty and project revenue generation. Framing housing pressures and urban touristification as expressions of the Capitalocene, the article conceptualizes progressive taxation as an incentive-correction mechanism to the platform-mediated commodification of residential space. The model demonstrates how fiscal mechanisms can be reoriented toward the right to the city, indicating potential pathways for socio-spatially just urbanism and for strengthening municipal control over exogenous digital platforms.
Keywords: housing; sharing economy; real estate market; Airbnb.

1Professor na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Doutor em Gestão Urbana pela PUCPR. Mestre em Planejamento Urbano pela UFPR. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela UFFS.
2 Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutor em Administração e mestre em Gestão Urbana pela PUCPR. Bacharel em Administração pela UFPR.

Introdução

Este artigo propõe um modelo para regular, tributar e, em determinados cenários, desincentivar o aluguel de curta duração por meio de plataformas, a fim de conter sua expansão enquanto houver grave déficit habitacional. A tributação das plataformas pode conter o avanço da "economia de compartilhamento" (Davidson; Infranca, 2016) em cidades de especial interesse turístico, educacional ou profissional e reequilibrar o direito à moradia, disputado entre locações de plataforma e locações tradicionais. Ao fazê-lo, pode mitigar o aumento do custo do aluguel tradicional. A proposta se justifica em face da conhecida relação entre plataformas como o Airbnb e processos de gentrificação e deslocamento populacional (Gurran; Phibbs, 2017), pois seus usuários tendem a vir de grupos de maior renda e educação (Lutz; Newlands, 2018), o que leva a um comportamento de demanda inelástica ao preço, isto é, dentro de um intervalo razoável, o aumento do preço da hospedagem implica em diminuição desproporcional da demanda, resultando no aumento da receita das plataformas e dos anfitriões (Gunter; Önder; Zekan, 2020).

A regulação de plataformas de aluguel é de especial interesse em cidades onde a pressão espacial do turismo coexiste com a necessidade de moradia acessível (Ferreri; Sanyal, 2018). A contradição emerge do fato de que, apesar do nome "economia de compartilhamento", essas novas tecnologias pouco, ou nada, têm a ver com compartilhamento. Esse conceito se expandiu depois da crise de 2008, quando tecnologias financiadas por capital de risco alavancaram plataformas para extrair o máximo valor monetário possível de bens subutilizados, por meio de seu aluguel temporário (Morozov; Bria, 2019; Schultes, 2015). Mas esse "temporário" virou profissão: empresas operadoras de Airbnb para pequenos investidores integram um sistema que muda a paisagem das grandes cidades, principalmente depois que o Airbnb desencadeou a criação de centenas de outras "proptechs" (Kalinoski; Prokopiuk, 2022, 2023). Os microapartamentos emergem em número expressivo e, sob a perspectiva da questão habitacional, esse processo "dissolve as fronteiras entre moradia e hospedagem" (Bernardino, 2025), com impactos notáveis, inclusive em cidades pequenas onde há turismo (Braga-de-Souza; Viana Leonelli, 2024; Pires; Fuchs, 2025).

Análises quantitativas já evidenciaram que a maioria das unidades listadas no Airbnb no Brasil não se trata de compartilhamento de espaços, mas sim de um modelo lucrativo de locação por diária de imóveis inteiros (Kalinoski, 2024). Enquanto isso, os aluguéis tradicionais estão mais caros do que nunca. A partir do momento em que as locações de curta duração por plataformas entram em conflito com a residência permanente, não se trata apenas de uma questão de regulação de tecnologias exógenas, mas sim da relação entre essas tecnologias e a governança urbana da questão habitacional.

A oposição entre inovação tecnológica e regulação urbana tem sido historicamente conflituosa. O "empreendedorismo urbano" (Harvey, 2005) constrói o proselitismo de um mercado imobiliário livre como uma noção de prosperidade. O controle, a regulação e a taxação seriam, então, os antagonistas dessa liberdade. O leitor aqui não precisa de muita elaboração sobre essas contradições, pois já as conhece. Mas uma dessas contradições é central: a desregulação. Desregular não é ausência de regulação, mas sim "regular a desregulação" (Ferreri; Sanyal, 2018), conforme os interesses das elites que comandam, nesse caso, os processos imobiliários. Assim, os agentes teriam liberdade econômica, mas dentro de uma superestrutura viabilizada pelo Estado. A ideia de "desregulação regulada" não libera os mercados dos controles estatais, mas estabelece regras e mecanismos de controle que permitem maior liberdade a certos agentes econômicos, enquanto mantém o mercado regulado. Se a legislação urbana brasileira é exaustivamente detalhista sobre o que e como se pode ou não construir,











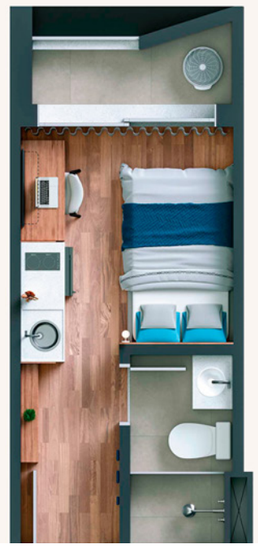


Figura 1 - Anúncio patrocinado para promover Airbnb como um bom investimento em Curitiba. Fonte: Anúncio patrocinado em rede social pela PL2 Imóveis (2025).

pouco regula a ocupação dessas construções. O aluguel urbano, por exemplo, é pouquíssimo regulado, sobretudo o de curta duração.

Essa articulação evidencia que a expansão das plataformas digitais de hospedagem não constitui um mero arranjo de otimização tecnológica, mas uma expressão inequívoca das dinâmicas urbanas do Capitaloceno (Moore, 2016; Haraway, 2015). Sob essa ótica, a moradia é capturada como ativo financeiro inserido em circuitos ampliados de mercantilização e extração de renda, operando uma predação socioambiental sobre os territórios urbanos consolidados. A turistificação decorrente desse processo acelera a produção desigual do espaço, convertendo a infraestrutura pública e o patrimônio coletivo em vetores de segregação e de escassez habitacional, o que exige respostas institucionais fundamentadas no controle social do solo urbano.

Aqui, o conceito de “aluguel urbano” decorre do próprio processo de formação das cidades capitalistas, tornando um recorte territorial preferível a outro para a habitação. Nessa lógica, o proprietário de terra bem localizada obtém lucro adicional sem ter feito um investimento proporcional adicional (Theurillat; Rérat; Crevoisier, 2015). Essa situação levanta questões sobre a legitimidade da apropriação desse excedente de renda que se origina da provisão de infraestrutura urbana por meio de fundo público, e não de quaisquer investimentos diretos na terra privada ou no produto imobiliário. Na Figura 1, observa-se uma das muitas campanhas de marketing para promover o aluguel via Airbnb como um bom investimento.

Imaginemos agora o aluguel urbano expresso pela fórmula $C_I = (C_T + C_P + L) + [(C_I') * i * t]$, onde C_I representa o capital imobiliário, C_T representa o custo da terra, C_P representa os custos de produção do imóvel, L representa o lucro bruto do incorporador, i representa a taxa de aluguel como percentual do próprio C_I, e t representa a unidade de tempo de cobrança do aluguel. Trata-se de uma fórmula circular, pois i é um multiplicador de C_I', e C_I passa a incorporar a expectativa de i ao longo de t. O leitor atento percebe que a parte final da fórmula corresponde ao capital portador de juros simples (Marx, 2017 [1894]). Trata-se de um mercado especulativo, pois i será maior, até o limite da demanda com elasticidade-preço inferior à unidade[3], tanto quanto for maior o desejo

3 A quantidade demandada ou ofertada de um bem ou serviço não reage significativamente a mudanças de preço.

de se viver em um ponto específico da cidade. Da mesma forma, C_I será maior quanto maior for a expectativa de i ao longo do tempo t.

Este modelo de tributação do aluguel de curta duração busca equilibrar o mercado imobiliário e mitigar os efeitos adversos da turistificação da moradia. Propomos aplicar o Imposto Sobre Serviços (ISS) às locações de plataforma conforme sua taxa de ocupação. O objetivo não é inviabilizar o aluguel de curta duração, até porque centenas de incorporações com esse foco, com apartamentos minúsculos (Figura 2), emergiram na última década, e deixar esses microapartamentos vazios seria ainda pior. Em outra pesquisa, estes autores documentaram cerca de 24,3 mil unidades, com área mediana de 23,4 m², incorporadas em Curitiba entre 2018 e 2025, com foco em compradores-investidores. Além disso, o turismo é importante e movimenta a economia em escala local, gerando emprego e renda no setor terciário. O objetivo da proposta é frear o avanço especulativo dos aluguéis de curta duração e, no cenário otimista, induzir a reconversão de imóveis maiores e mais adequados à moradia tradicional para o mercado de aluguel tradicional, aumentando o estoque e diminuindo a pressão inflacionária. Essa indução levaria à real necessidade de Airbnbs para a atividade turística. Precisamos de 3.412 em Curitiba, 16.538 em Florianópolis e 21.722 em São Paulo, por exemplo[4]? Essas propriedades estão sendo efetivamente ocupadas?

Até aqui, nosso texto problematizou a discussão e a relacionou à literatura. Agora, vamos observar brevemente outros exemplos de cidades que, de alguma forma, impuseram limites à atividade de aluguéis de curta duração. Depois, o texto assume caráter metodológico e propositivo para estudar a tributação proposta. Começa com o funcionamento do sistema, avança para a análise comparativa e a decisão de alocação do imóvel (curta x longa duração), segue para a análise estocástica e a quantificação de incertezas, e depois para a possibilidade de migrações de imóveis do mercado de curta duração para o mercado de longa duração. Por fim, apresenta conclusões. As simulações matemáticas foram realizadas no software R.

4 Fonte dos Dados: AirDNA. Data da coleta: 14/dez/2023 para São Paulo, e 15/mai/2024 para Curitiba. Até 2024, diversos dados dessa plataforma eram oferecidos gratuitamente. Hoje, não mais, por isso o artigo foi escrito com base em dados de 2024.

Figura 2 - Material publicitário de microapartamentos em Curitiba.Fonte: Anúncios patrocinados nas redes sociais por, respectivamente, Abrão Imóveis, Imobilliare e Incorporadora Altma (2025).

Outras experiências de regulação e de tributação do Airbnb

Esta seção foi escrita a partir da vigilância epistemológica das regulações de plataformas ao longo da última década. Como fontes de informação e monitoramento, utilizaram-se veículos de imprensa de ampla circulação e websites com foco em dinâmicas imobiliárias e de turismo. Dentre essas fontes, destacam-se Veja, Nexo, Sunday Cooks, BBC News, CNN Brasil, The New York Times, The Guardian, Euronews, Forbes, Folha e Le Monde. Além disso, as reações institucionais do próprio Airbnb, por meio de seu website e de reuniões públicas com anfitriões, servem como instrumento de pesquisa, por meio da observação passiva das discussões promovidas pela plataforma. As respostas municipais e nacionais encontradas sobre o crescimento das plataformas de curta duração mostram instrumentos que vão da formalização tributária à restrição direta à atuação. Por se tratar de um assunto de rápida mutação e frequente judicialização, este levantamento tende a se desatualizar rapidamente, o que não anula sua serventia para compreender abordagens de regulação e tributação.

No Brasil, o caso de Caldas Novas (GO) foi uma das primeiras iniciativas: a legislação local instituiu o cadastro obrigatório de imóveis utilizados para hospedagem remunerada e exigiu o recolhimento do ISS, visando integrar essas atividades ao ordenamento fiscal e de hospedagem locais. A opção por um instrumento fiscal e de registro reflete uma estratégia de regulação orientada à formalização do mercado e à proteção do setor hoteleiro local, indutor da ofensiva política, sem, ao menos inicialmente, proibir a operação da plataforma. Nas mesmas linhas, Salvador (BA), Petrópolis (RJ), Olímpia (SP) e Ponta Grossa (PR) aprovaram leis para aplicar o ISS ao aluguel de curta duração, mas esses casos estão judicializados e ainda há pouca informação a respeito (nov. 2025). Trataremos da legislação curitibana ao final desta seção, após discutir brevemente alguns exemplos internacionais.

Em cidades com pressões habitacionais e turísticas mais intensas, a regulação assumiu um caráter mais restritivo. Barcelona consolidou um conjunto de medidas que combinam limitação de novas licenças, revogação de licenças vigentes, ou não-renovação de autorizações existentes (a cidade mantém registro de imóveis ativos como locação de curta duração). Além disso, implantou mecanismos de fiscalização das plataformas com o objetivo de recuperar unidades para o mercado tradicional e mitigar a turistificação da moradia. A proibição total ao Airbnb, anunciada em 2024 e prevista para funcionar integralmente em 2028, levaria cerca de 10 mil unidades habitacionais de volta ao aluguel tradicional com o desejado efeito social e político de reduzir os preços dos aluguéis.

Em regime semelhante, há mais tempo, em 2023, Nova York passou a exigir o registro obrigatório dos imóveis listados. Além de condicionar aluguéis à presença do anfitrião no imóvel durante a estadia, evitando que imóveis inteiros sejam destinados à locação por plataforma, atribuiu às plataformas a responsabilidade pela verificação. Por outro lado, o Airbnb argumenta que a aplicação da lei municipal tem provocado efeitos colaterais nos bairros periféricos, onde a renda proveniente de locações de curta duração complementava os orçamentos domésticos. Segundo relatório divulgado pela empresa, a lei reduziu em mais de 90% o número de anúncios ativos, mas não resultou em aumento relevante na oferta de moradias permanentes nem em redução dos preços dos aluguéis tradicionais. A companhia sustenta que a norma acabou penalizando pequenos anfitriões, sem atingir o objetivo de ampliar o acesso à moradia e, ao mesmo tempo, reforçando a concentração do turismo em áreas centrais da cidade[5].

5 Relatório disponível em: https://news.airbnb.com/new-report-finds-nycs-short-term-rental-law-takes-toll-on-outer-boroughs/. Acesso em 8 nov. 2025.

Outro padrão de enfrentamento, muito sutil, encontra-se na Ásia, onde a combinação de regulação e de decisões de mercado levou ao recuo de plataformas globais como o Airbnb. Diante de obstáculos regulatórios e operacionais, o Airbnb anunciou sua saída da China em 2022. Porém, isso não significa que a hospedagem de curta duração tenha deixado de existir, mas sim que passou a ser operada por plataformas locais, como a expressiva Tujia, como resultado de um esforço estratégico de soberania tecnológica e de controle interno do setor, sem proibições. A transição evidencia que a regulação pode operar por meio indireto, não apenas formalizando ou proibindo, mas direcionando o modelo de negócios para agentes endógenos, o que altera o tipo de oferta e os circuitos de valor no mercado de hospedagens.

Em síntese, os exemplos ilustram três lógicas regulatórias recorrentes: (i) formalizar e tributar; (ii) restringir a oferta por meio de licenciamento ou remoção de anúncios; e (iii) combinar exigências operacionais com pressão política sobre as plataformas, gerando efeitos de retração da oferta ou de mudança estratégica das empresas atuantes no setor, priorizando agentes locais. Essas lógicas informam tanto a escolha de instrumentos (fiscal, registral, político-administrativo) quanto as expectativas quanto à eficácia, aos custos administrativos e ao risco de evasão ou de litígio. Além dos exemplos discutidos, o Quadro 1 sistematiza uma lista mais extensa de exemplos a partir dos quais é possível obter um panorama das abordagens de governança habitacional reativas ao aluguel de curta duração.

Jurisdição	Instrumento principal	Efeitos observados
Caldas Novas e diversas outras cidades brasileiras	Cadastro obrigatório de hospedagem e recolhimento do ISS.	Formalização fiscal; proteção do setor hoteleiro local.
Barcelona	Proibição de novas licenças; revogação/não-renovação; registro e fiscalização de anúncios.	Redução da oferta turística e reconversão para o mercado residencial.
Nova York	Registro obrigatório; anfitrião presente; proibição de alugar imóvel inteiro sem cadastro; responsabilidade das plataformas.	Queda no número de anúncios; litígios judiciais; tutela do estoque residencial.
China	Pressões regulatórias e recuo operacional das plataformas.	Contração da oferta por meio de plataformas; movimento estratégico das empresas locais.
Berlim	Limites aos aluguéis de curta duração; registro; multas; proibição em alguns distritos.	Contenção de conversão de residências para turismo.
Londres	Imóveis limitados à locação de 90 diárias por ano.	Redução de anúncios profissionais; maior fiscalização.
Montreal, Quebec e Vancouver	Variações nas limitações de diárias consecutivas.	Redução de anúncios profissionais; maior fiscalização.
Paris	Aluguéis restritos a 120 diárias por ano.	Controle de oferta turística em áreas centrais; maior fiscalização.
Lisboa	Licenças de alojamento local; suspensão de novas licenças em zonas sensíveis.	Gestão espacial da oferta turística.
Amsterdam	Limites de dias por ano; registro e requisitos de licença.	Desincentivo à profissionalização excessiva do mercado.
Berlim / Barcelona / Paris (comparativo europeu)	Mesclas de: proibição de novas licenças; limites de dias; registro; corresponsabilização das plataformas.	Variedade de instrumentos; foco na reconversão a longo prazo.
Cidades norte-americanas (várias)	Regras municipais sobre registro, limite de dias e penalidades.	Políticas fragmentadas com impacto variável sobre oferta.

Quadro 1 - Experiências de regulação. Elaborado pelos autores (2025) com base no acompanhamento do assunto na imprensa.

No contexto deste estudo, tramita em Curitiba uma proposta de regulação[6] que estabelece um limite anual de 120 diárias para aluguéis de curta duração ofertados em plataformas e condiciona o exercício da atividade ao registro municipal e ao compartilhamento de informações, uma abordagem semelhante às europeias. Embora essas exigências reforcem a capacidade administrativa do poder público e aumentem a rastreabilidade da atividade, a mera limitação temporal suscita dúvidas quanto à sua efetividade em cenários de pressão habitacional. O projeto também introduz mecanismos de responsabilidade solidária das plataformas pelo cumprimento da regularidade cadastral, pela verificação da transparência das informações publicadas e pelo recolhimento do ISS (sem especificar alíquotas) quando o fato gerador ocorre no município, buscando coibir evasão fiscal e equilibrar a concorrência com o setor hoteleiro. No entanto, ao restringir o número de dias permitidos sem orientar usos alternativos para o restante do ano, o modelo tende a produzir imóveis parcialmente ociosos. Conforme defendido pelo Airbnb em comunicação pública, em formato de live com anfitriões curitibanos, em 17 de novembro de 2025, medidas dessa natureza respondem mais às pressões do setor hoteleiro sobre o poder legislativo do que a uma estratégia de recomposição do estoque residencial ou de mitigação da turistificação. Trata-se, portanto, de um arranjo regulatório que organiza procedimentos e amplia o controle administrativo, mas preserva a estrutura de incentivos que sustenta o desvio habitacional observado no mercado de curta duração.

Diferentemente da proposta em tramitação, a que apresentaremos a partir de agora, embora também trate de aplicar o ISS, propõe um modelo de faixas de alíquota desenhado para tornar o estoque habitacional disponível o mais eficiente possível.

Funcionamento da tributação progressiva

Nosso modelo isola, por conveniência metodológica, o caso do Airbnb na cidade de Curitiba, no Paraná, onde foi realizada esta pesquisa. A lógica proposta pode ser reproduzida para outras cidades e outras plataformas, quando houver dados. Nossos dados foram coletados na plataforma AirDNA em 15 de maio de 2024. Eles mostram que a receita média diária de um Airbnb em Curitiba é de R$ 210,20 e que os imóveis listados na plataforma têm taxa de ocupação (TO) média de 53%[7]. Além disso, apontam um total de 3.412 propriedades listadas. Esses parâmetros constituem a base sobre a qual as simulações e projeções foram construídas, permitindo uma análise realista e contextualizada.

A hipótese do modelo é que um sistema tributário progressivo, onde a alíquota varia em função do desempenho de ocupação relativo ao mercado, medido pela TO, pode, além de aumentar a arrecadação municipal, induzir realocação orgânica do estoque habitacional. Essa abordagem contrasta com modelos tributários tradicionais de alíquota fixa, que não diferenciam imóveis com níveis distintos de utilização e, consequentemente, com impactos distintos sobre o mercado habitacional. O modelo parte da equação do capital imobiliário, expressa em $C_I' = (C_T + C_P + L) + [(C_I) * i * t]$, e o tributo incidirá sobre a parte $[(C_I) * i * t]$. Consideraremos a partir de agora que a unidade de t é meses, e chamaremos essa parte de receita bruta mensal (RBM), calculada como RBM = RMD * TO * D, onde RMD representa a receita média por diária, e D corresponde aos 30 dias do mês. Essa formulação, aparentemente simples, encapsula

6 Projeto de Lei Ordinária, proposição n° 005.00646.2025, de 5 set. 2025.
7 Dado extraído em julho de 2024 e utilizado para fins ilustrativos. Na prática, seria sempre utilizada a taxa de ocupação média do ano anterior. As plataformas teriam como responsabilidade a divulgação transparente desse dado ao poder público municipal. A taxa média ao longo de 2024 seria, por exemplo, a referência para cálculo das alíquotas de 2025.

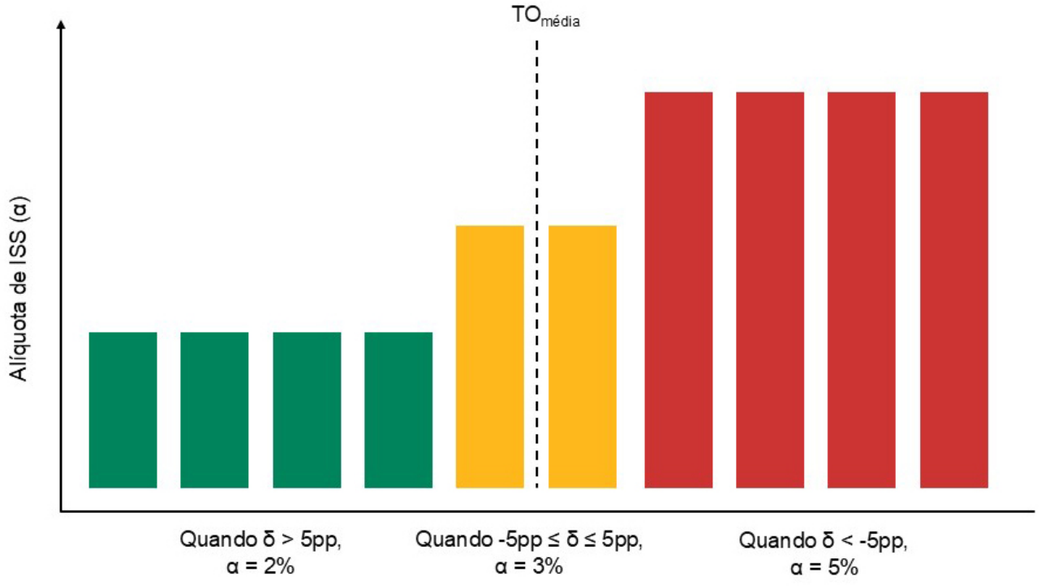


Figura 3 - Tributação em faixas. Elaboração: autores (2025).

uma complexa dinâmica de mercado, pois a RMD reflete decisões de precificação, enquanto a TO resulta parcialmente da atratividade do imóvel, do preço praticado, da qualidade da gestão operacional e das características de localização e amenidades. Exemplo fictício, mas realista (continuamente grifado em azul ao longo do artigo): um imóvel com RMD de R$ 200 e TO de 70% gerará uma RBM de R$ 4.200 (RBM = 200 * 0,7 * 30), valor sobre o qual incidiria o ISS.

O sistema progressivo de alíquotas do ISS fundamenta-se em uma classificação tricotômica dos imóveis, baseada no desvio (δ) de sua TO em relação à média municipal. Define-se $\delta = TO_{INDIVIDUAL} - TO_{MÉDIA}$ como o desvio da taxa de ocupação individual em relação à média da cidade, sendo essa média de 53% na consolidação que embasa este modelo. A alíquota α aplicável a cada imóvel é, então, determinada por uma função escalonada: imóveis com δ > 5pp (taxa de ocupação superior à média) recebem α de 2%, caracterizando a faixa de alta ocupação (verde na Figura 3); imóveis com -5pp ≤ δ ≤ 5pp (taxa de ocupação próxima à média, dentro de uma margem de cinco pontos percentuais para mais ou para menos) recebem α de 3%, constituindo a faixa média (amarelo); e imóveis com δ < -5pp (taxa de ocupação inferior à média) são tributados com α de 5%, formando a faixa de baixa ocupação (vermelho).

Essa estrutura progressiva incorpora um mecanismo de incentivo: proprietários que mantêm altas taxas de ocupação, presumivelmente praticando preços competitivos, boa gestão e manutenção adequada, são recompensados com menor carga tributária, enquanto aqueles que mantêm imóveis subutilizados, seja por preços excessivos, má gestão, baixa qualidade ou desinteresse, enfrentam maior tributação.

A justificativa teórica para este sistema progressivo reside na natureza particular da demanda turística e nas características do mercado de acomodações de curta duração. Estudos empíricos, notadamente aqueles conduzidos por Gunter e colaboradores (2020), demonstram que a demanda por hospedagem em plataformas como o Airbnb tende a apresentar elasticidade-preço moderadamente baixa. Ou seja, os hóspedes são pouco sensíveis a mudanças moderadas nos preços e farão a viagem mesmo que o preço suba. Essa inelasticidade pode decorrer de diversos fatores: muitas viagens

são planejadas com antecedência significativa, tornando os turistas menos sensíveis a pequenas variações de preço no momento da reserva; o Airbnb eventualmente oferece atributos diferenciados em relação aos hotéis, como cozinhas equipadas e experiências de imersão local, gerando valor percebido que atenua a sensibilidade ao preço; e a própria natureza das viagens motivadas por eventos especiais, compromissos familiares ou oportunidades únicas. Essa inelasticidade aplica-se sobretudo a imóveis diferenciados e bem-posicionados, que compõem as faixas de alta ocupação. Imóveis de baixa ocupação, por serem mais substituíveis, enfrentam demanda relativamente mais elástica, o que limita sua capacidade de repassar integralmente a alíquota majorada e fundamenta o mecanismo de pressão migratória do modelo.

Então, o ISS mensal (ISS_M) incidirá progressivamente conforme a equação $ISS_M = RBM * \alpha$, em que o imposto mensal corresponde simplesmente ao produto da receita bruta mensal pela alíquota aplicável. Esta formulação incide sobre a receita bruta antes de quaisquer deduções, estabelecendo uma base tributável clara e facilmente verificável. Para o imóvel do exemplo anterior, que gera RBM de R$ 4.200 com TO de 70%, acima da média de 53% ($\delta = 70 - 53 = 17pp$), o ISS no mês seria de R$ 84 ($\alpha = 2\%$).

A receita líquida do proprietário, entretanto, não pode ser determinada apenas pela subtração do ISS_M de sua receita bruta, pois a operação de um imóvel implica custos operacionais (CO) recorrentes. A equação da receita líquida mensal (RL_M) incorpora estes custos: $RL_M = RBM - ISS_M - CO$, onde $CO = RBM * 0,15$ representa o custo operacional calculado como proporção da receita bruta mensal com parâmetro estabelecido em 15% com base em análises de mercado e conversas com anfitriões, consolidando diversos componentes de custo: limpeza profissional entre hóspedes, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e instalações, comissões cobradas pela plataforma, serviços de lavanderia, e fornecimento de consumíveis, como produtos de higiene, café e itens de boas-vindas. Esta simulação não trata de imposto de renda. Assim, para uma RBM de R$ 4.200, os custos operacionais alcançam cerca de R$ 630 e, após deduzir o imposto de R$ 84, a RL_M do proprietário seria de R$ 3.486, o que equivale a R$ 41.832 anuais.

Análise comparativa e decisão de alocação

A decisão racional de um proprietário sobre manter seu imóvel no Airbnb ou migrá-lo para o aluguel tradicional fundamenta-se na comparação da rentabilidade líquida. A receita anual do aluguel tradicional (R_{TRAD}) é calculada como $R_{TRAD} = A_{TRAD} * 12 * (1 - v)$, onde A_{TRAD} representa o aluguel mensal de mercado para imóveis comparáveis e v denota a taxa de vacância, presumida em 5% ao ano para mercados desenvolvidos e competitivos[8]. Esta taxa de vacância reflete períodos de transição entre inquilinos, tempo necessário para reformas e eventuais inadimplências. Continuando com o exemplo anterior e assumindo um ticket médio do aluguel residencial em Curitiba de R$ 2.035[9], a R_{TRAD} seria de R$ 23.199, significativamente inferior aos R$ 41.832 anuais proporcionados pelo Airbnb no mesmo exemplo, o que resulta em uma vantagem de 80% a favor da operação via Airbnb.

8 No padrão brasileiro, vacância de 12% ainda é considerada um sinal de mercado equilibrado. Mais informações disponíveis em: https://www.clubefii.com.br/noticias/mercado-imobiliario/taxa-de-vacancia-de-12-e-sinal-de-equilibrio-em-mercados-imobiliarios-consolidados. Acesso em 22 out. 2025.
9 Informação disponível em: https://c2035bncuritiba.com.br/materias/valor-medio-do-aluguel-residencial-sobe-e-ultrapassa-r-2-mil-em-curitiba-segundo-inpespar/. Acesso em 16 out. 2025.

Essa diferença substancial de rentabilidade explica a atratividade do modelo Airbnb e a proliferação de imóveis nessa modalidade. Entretanto, o sistema tributário progressivo introduz uma dinâmica que pode alterar este cálculo. Imóveis com baixas taxas de ocupação enfrentam não apenas menor receita bruta, mas também alíquota tributária mais elevada. Essa combinação pode comprimir a margem de rentabilidade até tornar o aluguel tradicional mais atrativo do que o de curta duração, levando a uma migração do imóvel que sairia do Airbnb para a locação tradicional, presumivelmente distendendo o mercado de aluguéis tradicionais. Essa redistribuição de estoque constitui, em escala local, uma resposta institucional à lógica extrativista do Capitaloceno (Moore, 2016): ao onerar a subutilização especulativa, o modelo atua sobre a produção desigual do espaço urbano que converte infraestrutura coletiva em vetor de segregação habitacional.

Por exemplo, se esse mesmo imóvel fictício tivesse TO de 45% no Airbnb (oito pontos percentuais abaixo da média da cidade), geraria RBM de apenas R$ 2.700, sobre a qual incidiriam o imposto de R$ 135 ($\alpha = 5\%$) e os custos operacionais de R$ 405, resultando em receita líquida mensal de R$ 2.160 ou R$ 25.920 anuais. Neste cenário, a vantagem em relação ao aluguel tradicional reduz-se a 12%. Trata-se de uma margem insuficiente para cobrir os riscos adicionais, a volatilidade e o trabalho extra associado à gestão de hospedagens de curta duração que demandam logística entre hóspedes.

O modelo de distribuição por faixas reconhece que o mercado não é homogêneo e que os imóveis listados apresentam desempenhos distintos. Assumindo uma distribuição realista dos 3.412 Airbnbs curitibanos, em que 30% operariam na faixa de alta ocupação (TO representativa de 68%, quinze pontos acima da média, ou mais), 30% na faixa média (TO de 53%, mais ou menos 5 p.p.), e 40% na faixa de baixa ocupação (TO de 38%, quinze pontos abaixo da média, ou menos), obtém-se um cenário mais detalhado da arrecadação municipal. Considera-se, agora, a diária média de R$ 210,20, conforme dados de 2024. Assim, os 1.024 imóveis de alta ocupação, tributados a 2%, contribuiriam com aproximadamente R$ 1,05 milhão anuais; os 1.024 imóveis de ocupação média, tributados a 3%, contribuiriam com cerca de R$ 1,23 milhão; e os 1.364 imóveis de baixa ocupação, tributados a 5%, contribuiriam com aproximadamente R$ 1,96 milhão, totalizando cerca de R$ 4,25 milhões anuais. Nota-se que, apesar de representarem apenas 40% dos imóveis, os imóveis na faixa de baixa ocupação contribuem com 46,2% da arrecadação total, evidenciando o caráter progressivo proposto. Considerando a faixa de RMD testada na análise de sensibilidade (R$ 150 a R$ 300), a arrecadação total oscilaria entre R$ 3,0 e R$ 6,1 milhões anuais, mantidos os demais parâmetros constantes.

Idealmente, a arrecadação advinda da tributação do Airbnb poderia compor o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), órgão auxiliar da política habitacional de Curitiba que arrecada, por exemplo, receitas de outros instrumentos urbanísticos, como a outorga onerosa do direito de construir.

Abordagem estocástica e quantificação de incertezas

A modelagem probabilística do comportamento do mercado adota simulações estocásticas via Monte Carlo estruturadas a partir de três distribuições estatísticas calibradas com dados reais do município de Curitiba: a distribuição Beta, para representar o comportamento probabilístico das taxas de ocupação ($TO \in [0,1]$); a distribuição Log-normal, para capturar a assimetria positiva dos valores de Receita Média Diária (RMD); e a distribuição de Poisson, para modelar o estoque de unidades ativas na plataforma. Essa abordagem integrada confere robustez à análise de sensibilidade e às projeções fiscais ao incorporar a volatilidade inerente às locações de curta duração.

A simulação de Monte Carlo[10] procede gerando cinco mil realizações independentes dessas três variáveis aleatórias, calculando para cada realização a arrecadação anual correspondente à sequência completa de equações do modelo econômico, e agregando os resultados para construir uma distribuição empírica da arrecadação. Esta distribuição permite calcular estatísticas como a mediana, que representa a arrecadação esperada sendo menos sensível a valores extremos do que a média aritmética; intervalos de confiança, tipicamente reportados como o intervalo entre os percentis 5 e 95, que capturam 90% dos resultados mais prováveis; e probabilidades condicionais, como a probabilidade de a arrecadação exceder determinado limiar crítico para o planejamento orçamentário municipal.

Resultados típicos de tais simulações para Curitiba indicam mediana de arrecadação de aproximadamente R$ 3,6 milhões anuais (em linha com os R$ 4,25 milhões da simulação manual anterior), com intervalo de confiança de 90% estendendo-se de aproximadamente R$ 2,25 milhões a R$ 6,72 milhões, refletindo a incerteza quantificável associada às projeções fiscais.

As análises de sensibilidade permitem identificar quais parâmetros exercem maior influência sobre a arrecadação e que devem ser monitorados com mais cuidado e estimados com maior precisão. A sensibilidade uniparamétrica avalia o impacto de variações em um único parâmetro, mantendo os demais parâmetros constantes. Para a TO média municipal, por exemplo, testa-se uma grade de valores variando de 35% a 80%, um intervalo que abrange desde cenários pessimistas de forte retração do turismo até cenários otimistas de expansão robusta. A arrecadação apresenta alta sensibilidade a este parâmetro: variações de cinco pontos percentuais na TO média podem alterar a arrecadação anual em 400 mil a R$ 500 mil. Essa sensibilidade reflete tanto o efeito direto (maior ocupação gera maior receita bruta e, portanto, maior base tributável), quanto um efeito indireto por meio da reclassificação de imóveis entre faixas tributárias à medida que a média de referência se desloca ano a ano. A TO do ano anterior seria sempre a base de cálculo para a tributação do ano de exercício.

A sensibilidade à receita média diária, testada através de variações de R$ 150 a R$ 300, revela elasticidade similar, com cada incremento de R$ 10 na diária média resultando em aproximadamente de R$ 200 mil a R$ 250 mil de variação na arrecadação anual. Este parâmetro é particularmente sensível a condições macroeconômicas, como a inflação, o poder aquisitivo dos turistas, as taxas de câmbio e a competitividade da cidade como destino turístico. Note-se que Curitiba tem feito esforços administrativos e institucionais para se consolidar como “destino turístico inteligente”, entendido como um destino que integra tecnologia, planejamento urbano, preservação ambiental, gestão sustentável e experiência enriquecedora para o turista (Almeida, 2024).

O número de propriedades listadas, variando de 1.000 a 6.000 unidades na análise de sensibilidade, apresenta relação aproximadamente linear com a arrecadação, característica esperada dada a estrutura multiplicativa da arrecadação total. Entretanto, esta linearidade pressupõe que a entrada de novos imóveis não altera significativamente a taxa de ocupação média nem a receita média diária, por meio de efeitos de saturação de mercado ou de intensificação competitiva, pressupostos que podem não se sustentar em expansões muito acentuadas do estoque. Mas, de acordo com nossa proposta, esse modelo não é idealizado apenas para gerar arrecadação, mas sim para calibrar a oferta de curta e longa duração e reequilibrar as possibilidades

10 A simulação de Monte Carlo é uma técnica matemática que usa cálculos repetidos para prever resultados incertos, gerando milhares de cenários aleatórios com base em variáveis e suas distribuições de probabilidade. Permite quantificar riscos e entender o impacto de variáveis aleatórias em um processo, sendo útil em finanças.

de direito à moradia, moderando os preços das locações.

Dinâmica temporal e projeções multianuais

As projeções temporais de cinco anos, partindo de um estoque inicial de 3.412 propriedades, indicam que a evolução do mercado rumo a um equilíbrio dinâmico é governada pela interação entre uma taxa de migração anual de 10% de imóveis de baixo desempenho para o aluguel tradicional e uma taxa de crescimento assumido de 5% ao ano na plataforma. Esse fluxo converge, sob os parâmetros assumidos, para a estabilização do estoque entre 3.600 e 3.800 propriedades, gerando impactos diretos na arrecadação municipal de longo prazo (desconsiderados os efeitos inflacionários), que tende a crescer inicialmente devido à saída de imóveis subutilizados e a se estabilizar em um patamar superior, na faixa de R$ 4,3 a R$ 4,5 milhões anuais, um incremento de aproximadamente 4% em relação ao primeiro ano. Além do ganho fiscal, essa dinâmica resulta na migração cumulativa de 500 a 700 imóveis para o mercado convencional, cumprindo o objetivo de governança habitacional de atenuar as pressões de escassez e de custos no aluguel de longa duração.

Do ponto de vista temporal e estocástico, o modelo assume parâmetros médios constantes ao longo do ano, ignorando a sazonalidade característica do turismo, e independência entre as variáveis aleatórias das simulações de Monte Carlo, quando choques econômicos adversos podem afetar simultaneamente a demanda turística e o poder aquisitivo. O custo operacional é tratado como fração constante da receita bruta (15%), embora economias de escala, não-linearidades e heterogeneidade entre imóveis de diferentes padrões possam alterar esse parâmetro.

Do ponto de vista comportamental e fiscal, presume-se que os proprietários repassam integralmente os aumentos tributários aos preços, embora o grau efetivo de repasse dependa das elasticidades relativas da demanda e da oferta. Assume-se também a ausência de evasão fiscal, hipótese que experiências internacionais com tributação de plataformas digitais colocam em questão na ausência de mecanismos robustos de retenção na fonte, e os custos administrativos de fiscalização não são modelados explicitamente, podendo consumir fração não-desprezível da arrecadação bruta em fases iniciais de implementação.

Do ponto de vista estrutural e espacial, o modelo trata os imóveis como homogêneos dentro de cada faixa de ocupação, abstraindo diferenças qualitativas, como padrão construtivo, localização e gestão operacional, que influenciam a receita e os custos. Também não captura a heterogeneidade espacial intramunicipal (imóveis em áreas centrais, com maior pressão turística, respondem de modo distinto dos periféricos) nem incorpora efeitos de equilíbrio geral: a migração de imóveis do Airbnb para o aluguel tradicional pode reduzir os preços deste último, alterando o cálculo da rentabilidade comparativa. Por fim, as taxas de migração e crescimento são tratadas como constantes, quando, na realidade, são endógenas às condições econômicas, regulatórias e competitivas.

Extensões deste modelo poderiam incorporar diversos refinamentos: sazonalidade explícita por meio de parâmetros mensais diferenciados; correlações entre variáveis estocásticas por meio de simulações multivariadas; heterogeneidade espacial por meio de estratificação geográfica da cidade em zonas com parâmetros específicos; modelagem explícita do comportamento estratégico de proprietários em resposta a incentivos tributários, possivelmente via modelos de teoria dos jogos ou equilíbrio competitivo; integração com modelos de equilíbrio geral do mercado imobiliário urbano; e validação empírica rigorosa por meio de dados microeconômicos de listagens individuais e estudos de impacto *ex post* em cidades que já implementaram sistemas

similares.

No Quadro 2, apresenta-se uma síntese de todas as fórmulas propostas para facilitar comparações ou novos estudos.

Capital imobiliário	$C_I = (C_T + C_P + L) + [(C_I') * i * t]$
Aluguel urbano (juros simples)	$[(C_I') * i * t]$
Receita bruta mensal	$RBM = RMD * TO * D$
Desvio da taxa de ocupação individual	$\delta = TO_{INDIVIDUAL} - TO_{MÉDIA}$
Alta ocupação ($\delta > 5pp$)	$\alpha = 2\%$
Média ocupação ($-5pp \leq \delta \leq 5pp$)	$\alpha = 3\%$
Baixa ocupação ($\delta < -5pp$)	$\alpha = 5\%$
ISS mensal devido	$ISS_M = RBM * \alpha$
Receita líquida mensal	$RL_M = RBM - ISS_M - CO$
Custos operacionais	$CO = RBM * C_{OP}$
Receita anual do aluguel tradicional	$R_{TRAD} = A_{TRAD} * 12 * (1 - v)$

Quadro 2 - Síntese das fórmulas. Elaborado pelos autores (2025).

Conclusões

Ao estabelecer um padrão de tributação proporcional à taxa de ocupação dos imóveis, busca-se reduzir a distorção de preços no mercado de aluguel e desincentivar a permanência de imóveis na locação temporária quando sua TO é baixa. Assim, o número de propriedades no mercado de curta duração tenderia a diminuir sob as condições modeladas, com possível efeito positivo sobre o aluguel tradicional. A iniciativa permite maior arrecadação municipal e o fomento à oferta habitacional acessível, sem recorrer, por ora, a medidas drásticas de restrição ao uso. Note-se que tais decisões devem ser tomadas no âmbito municipal. Esta proposta não reflete a realidade de todas as cidades brasileiras, pois propõe um avanço da discussão que deve ocorrer cidade a cidade, modelo a modelo. Não aniquilar a existência dos aluguéis de plataformas parece coerente em um país em desenvolvimento, onde a atividade turística ainda enfrenta múltiplos desafios e é menos consolidada do que nos exemplos supracitados de países desenvolvidos.

A aplicação desse modelo tributário depende de um sistema de monitoramento eficiente, no qual os imóveis sejam pré-cadastrados em uma base de dados municipal e as informações de ocupação e de receita sejam atualizadas anualmente. A flexibilidade do modelo, ajustado periodicamente conforme o comportamento do mercado e as condições macroeconômicas, garante que o sistema se mantenha adaptável às mudanças no setor imobiliário e na economia urbana. A análise indica que um sistema tributário progressivo baseado em taxas de ocupação é internamente consistente e potencialmente viável para atingir múltiplos objetivos de política pública. Primeiro, o sistema gera receita fiscal substancial e relativamente estável para o município que poderia financiar investimentos públicos em infraestrutura turística, melhorias urbanas ou habitação de interesse social, possivelmente por meio da Companhia de Habitação Popular de Curitiba. A estrutura progressiva assegura que a carga tributária é distribuída de forma equitativa, com imóveis de maior ocupação pagando proporcionalmente menos, em razão de sua contribuição para a eficiência do estoque habitacional. Segundo, o sistema cria incentivos microeconômicos alinhados com objetivos socialmente desejáveis: proprietários são incentivados a manter preços competitivos, qualidade elevada e gestão eficiente para maximizar ocupação e minimizar carga tributária; imóveis que não conseguem atingir desempenho adequado são naturalmente induzidos a migrar para o mercado de aluguel tradicional, aliviando pressões sobre habitação de longa duração sem necessidade de proibições; e a transparência do sistema baseado em métricas objetivas reduz espaço para arbitrariedade administrativa e facilita fiscalização e compliance. Terceiro, a flexibilidade do sistema permite ajustes paramétricos conforme a evolução do mercado: as alíquotas específicas (2-3-5%) e os limiares das faixas (±5pp) podem ser recalibrados periodicamente com base em dados atualizados que podem se modificar ao longo do tempo.

A análise quantitativa fornecida pode auxiliar formuladores de política com uma ferramenta para avaliar *ex ante* os impactos prováveis de diferentes configurações tributárias, identificar compensações entre arrecadação, equidade e eficiência, e comunicar de forma transparente os pressupostos e incertezas subjacentes às projeções. As simulações de Monte Carlo explicitam a incerteza inerente a qualquer projeção fiscal de médio prazo, permitindo um planejamento orçamentário prudente com base em cenários conservadores. As análises de sensibilidade identificam os parâmetros críticos que devem ser monitorados continuamente e estimados com precisão, direcionando recursos de coleta de dados e de pesquisa para os aspectos materiais. As projeções temporais antecipam a evolução dinâmica do mercado sob o regime tributário, permitindo avaliar a sustentabilidade fiscal de longo prazo e as necessidades de ajustes futuros antes que problemas se materializem.

Entretanto, a implementação bem-sucedida de tal sistema requer atenção a aspectos práticos de governança e de administração tributária. A coleta de dados sobre as taxas de ocupação individuais de cada imóvel listado demanda integração tecnológica com as plataformas digitais, por meio de acordos de compartilhamento de informações, bem como de sistemas de auditoria para verificar as informações reportadas. A classificação anual de imóveis em faixas tributárias e a comunicação clara desta classificação aos proprietários exigem sistemas de informação robustos e processos transparentes de notificação e de contestação. A fiscalização e a cobrança do tributo devem equilibrar a efetividade na prevenção da evasão com custos administrativos proporcionais à arrecadação esperada, possivelmente retendo o ISS na fonte junto às plataformas, com posterior ajuste, ou com sistemas de autolançamento, com verificação posterior por amostragem. O aprimoramento contínuo do sistema, por meio de ciclos de monitoramento, avaliação e ajuste institucionalizados, assegura que a política tributária permaneça calibrada às realidades do mercado e aos objetivos da política urbana municipal.

Em suma, ao desenhar um modelo operacional de tributação progressiva baseado na intensidade de uso dos imóveis, este trabalho avança além da denúncia diagnóstica para oferecer um mecanismo de correção de incentivos dentro do quadro regulatório existente. A vinculação de alíquotas fiscais à governança habitacional atua diretamente na contenção das forças predatórias do Capitaloceno no ambiente urbano, limitando a capacidade de plataformas exógenas de transformar territórios vitais em zonas exclusivas de espoliação e extração de renda. Reconectar a fiscalidade ao direito à cidade constitui, portanto, uma via possível de reorientação fiscal em direção à função social da propriedade e ao enfrentamento da produção desigual do espaço.

Agradecimentos

Esta pesquisa contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Processo 150836/2025-2.

Referências

ALMEIDA, Josy Anne dos Santos Mariano. Os modelos de transformação de destinos turísticos inteligentes e os desafios locais em países da América Latina. Dissertação (Mestrado em Turismo). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2024.

BERNARDINO, Iana Ludermir. Aluguel via plataformas digitais em áreas centrais: hibridização entre moradia e hospedagem. *Cadernos Metrópole*, v. 27, n. 64, 2025.

BRAGA-DE-SOUZA, Rafael; VIANA LEONELLI, Gisela-Cunha. ¿Nueva disputa o vieja convivencia? Airbnb y el mercado de viviendas de alquiler en pequeñas ciudades turísticas brasileñas. *EURE*, v. 50, n. 150, 2024.

DAVIDSON, Nestor M.; INFRANCA, John F. The Sharing Economy as an Urban Phenomenon. *Yale Law & Policy Review*, v. 34, n. 2, 2016.

FERRERI, Mara; SANYAL, Romola. Platform economies and urban planning: Airbnb and regulated deregulation in London. *Urban Studies*, v. 55, n. 15, p. 3353–3368, 2018.

GUNTER, Ulrich; ÖNDER, Irem; ZEKAN, Bozana. Modeling Airbnb demand to New York City while employing spatial panel data at the listing level. *Tourism Management*, v. 77, p. 1–11, 2020.

GURRAN, Nicole; PHIBBS, Peter. When Tourists Move In: How Should Urban Planners Respond to Airbnb? *Journal of the American Planning Association*, v. 83, n. 1, p. 80–92, 2017.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARAWAY, D. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. *Environmental Humanities*, v. 6, p. 159-165, 2015.

KALINOSKI, Rafael. *Quem dá mais? Airbnb e o ônus excessivo com aluguel nas metrópoles brasileiras*. *E-metropolis*, v. 15, p. 1–11, 2024.

KALINOSKI, Rafael; PROKOPIUK, Mario. Financeirização imobiliária em dois momentos: da produção à ocupação via proptechs. *Cadernos Metrópole*, v. 24, n. 53, p. 119–146, 2022.

KALINOSKI, Rafael; PROKOPIUK, Mario. Financeirização da moradia via fundos de investimento imobiliário em metrópoles brasileiras. *EURE*, v. 148, p. 1–23, 2023.

LUTZ, Christoph; NEWLANDS, Gemma. Consumer segmentation within the sharing economy: The case of Airbnb. *Journal of Business Research*, v. 88, p. 187–196, 1 jul. 2018.

MARX, Karl. *O Capital* – Livro III – O Processo Global da Produção Capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOORE, J. W. (org.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press, 2016.

MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. *A cidade inteligente*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

PIRES, Donizete Correa Franco; FUCHS, Jussara Raimundo. Presença e ausência do Estado: a localização do Airbnb em Blumenau-SC. *Cadernos Metrópole*, v. 27, n. 64, 2025.

SCHULTES, Michael. Here to Stay or a Flash in the Pan? How Zoning and Property Laws May Affect Airbnb in Baltimore and the Nation. *University of Baltimore Journal of Land and Development*, v. 15, n. 1, 2015.

THEURILLAT, Thierry; RÉRAT, Patrick; CREVOISIER, Olivier. The real estate markets: Players, institutions and territories. *Urban Studies*, v. 52, n. 8, p. 1414–1433, 28 jun. 2015.

SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA COMO ALTERNATIVA PARA A CIDADE E PARA A DRENAGEM URBANA NO CAPITALOCENO
Uma Revisão Sistemática da Literatura

NATURE-BASED SOLUTIONS AS AN ALTERNATIVE FOR CITIES AND URBAN DRAINAGE IN THE CAPITALOCENE
A Systematic Literature Review

Rithiele Gonçalves Araujo[1], Luana Helena Loureiro Alves dos Santos[2], Thais Lemos da Silveira[3], Agnes Ramos Rodrigues[4], Natália dos Santos Petry[5], Juliana Tasca Tissot[6] e Nirce Saffer Medvedovski[7]

Resumo
Este artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura sobre drenagem urbana sustentável, com foco em Soluções Baseadas na Natureza (SBN) aplicadas à gestão de águas pluviais. A partir do uso da ferramenta StArt (Zamboni et al., 2010) foi desenvolvido um protocolo para seleção e análise de artigos, foram elencadas as strings, bem como os critérios de inclusão e exclusão. Os resultados evidenciam que essas soluções contribuem para o controle do escoamento superficial, a melhoria da qualidade da água, a recarga de aquíferos e a mitigação de eventos extremos, além de dialogarem com temáticas presentes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Apesar dos avanços, lacunas metodológicas e falta de monitoramentos de longo prazo ainda limitam a replicabilidade e a integração dessas soluções no planejamento urbano. O estudo reforça a importância de políticas e estratégias que incorporem SBN para promover cidades mais resilientes e sustentáveis, especialmente diante dos desafios urbanos do Capitaloceno.
Palavras-chave: drenagem urbana sustentável; soluções baseadas na natureza; gestão de águas pluviais; ODS.

Abstract
This article presents a systematic literature review on sustainable urban drainage, focusing on Nature-Based Solutions (NBS) applied to stormwater management. Using the StArt tool (Zamboni et al., 2010), a protocol was developed for article selection and analysis, including the definition of search strings and inclusion and exclusion criteria. The results show that these solutions contribute to runoff control, water quality improvement, groundwater recharge, and the mitigation of extreme events, while also addressing themes associated with the Sustainable Development Goals (SDGs). Despite these advances, methodological gaps and the lack of long-term monitoring still limit the replicability and integration of these solutions into urban planning. The study highlights the importance of policies and strategies that incorporate Nature-Based Solutions to promote more resilient and sustainable cities, especially in the face of the urban challenges of the Capitalocene.
Keywords: sustainable urban drainage; nature-based solutions; stormwater management; SDGs.

1 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PROGRAU (UFPEL). Arquiteta e Urbanista (UFPEL/2024).
2 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PROGRAU (UFPEL). Arquiteta e Urbanista (UFPEL/2023).
3 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PROGRAU (UFPEL). Arquiteta e Urbanista (UCPEL/2018).
4 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL).
5 Doutora em Engenharia (UFRGS/2021). Mestra em Engenharia Civil (UFRGS/2015) e Arquiteta e Urbanista (ULBRA/2008).
6 Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (UFSC/2022). Mestra em Arquitetura Urbanismo (UFSC/2016). Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UNIPAR/2008).
7 Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas (USP/1998). Mestra em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS/1983). Arquiteta e Urbanista (UFRGS/1975).

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados de uma revisão sistemática da literatura voltada à identificação do estado da arte sobre a temática da drenagem urbana sustentável. Para garantir o rigor metodológico da pesquisa, utilizou-se a ferramenta StArt (State of the Art through Systematic Review) (Zamboni et al., 2010). As publicações selecionadas constituíram a base para uma análise crítica da produção científica da área, a fim de permitir uma melhor compreensão das estratégias de drenagem urbana sustentável atualmente discutidas e aplicadas.

A crescente ocorrência de eventos climáticos extremos, associada às transformações ambientais decorrentes das atividades humanas e dos modelos de desenvolvimento adotados, torna fundamental aprofundar as discussões sobre seus impactos nos geossistemas e ecossistemas locais (Menegat, 2025). Nesse contexto, o avanço do conhecimento teórico contribui para a formulação e implementação de soluções capazes de reduzir vulnerabilidades e minimizar a exposição da população a situações de risco.

Essa discussão pode ser compreendida à luz do conceito de Capitaloceno, mobilizado por Moore (2015) para problematizar a separação entre natureza e sociedade e compreender o capitalismo como uma forma histórica de organizar a natureza. Nessa perspectiva, a crise socioambiental contemporânea não resulta apenas da ação humana em sentido genérico, mas de processos históricos de produção, apropriação e transformação da natureza orientados pela acumulação. Haraway (2015), ao discutir os limites do Antropoceno e a necessidade de outros nomes para interpretar a crise atual, reforça que as transformações planetárias devem ser compreendidas a partir de sua escala, velocidade, sincronicidade e complexidade. A impermeabilização do solo, a canalização dos cursos d'água e a artificialização da drenagem podem ser interpretadas como expressões territoriais dessa lógica, tornando necessária a busca por estratégias que recomponham relações entre cidade, água e processos ecológicos.

Frente aos desafios impostos pelas transformações ambientais contemporâneas, evidencia-se a necessidade de implementar soluções que conciliem o desenvolvimento urbano com a sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, a investigação de estratégias de drenagem urbana sustentáveis, capazes de complementar ou substituir os modelos convencionais, torna-se indispensável para fundamentar sua adoção de forma mais ampla e eficiente. Este artigo, portanto, contribui para o avanço do debate sobre o tema ao realizar uma revisão sistemática da literatura e apresentar uma análise crítica do estado da arte da drenagem urbana sustentável.

Aproximação Teórica

O sistema de drenagem urbana deve ser responsável por gerenciar o transporte, a retenção, tratamento e disposição final das águas da chuva. A falta de estudos

relacionados à implantação de sistemas pluviais adequados para cada região reflete diretamente a baixa qualidade nos serviços de drenagem oferecidos para uma população (Merenciano, 2021).

A drenagem urbana está intimamente ligada aos aspectos socioeconômicos e ambientais de uma região, além de interagir com vários componentes da infraestrutura, sendo, portanto, um assunto que requer atenção especial no contexto do planejamento urbano (De Barros, 2004 Apud Canholi, 2014). Tratar do sistema de drenagem urbana tradicional é referir-se àquele que busca delinear o caminho mais rápido para que a água da chuva saia das regiões urbanas e chegue aos cursos d'água. Por volta dos anos de 1960, essa visão de projeto começou a ser questionada em alguns países (Pompeo,2000), iniciando a pesquisa por novas estratégias para a gestão das águas. Estas novas soluções começaram a levar em consideração a visão mais ampla do escoamento de água, elevando o nível de complexidade do sistema.

Para que estratégias de drenagem urbana sejam construídas de uma melhor maneira, principalmente considerando a sustentabilidade, é importante analisar a diversidade das relações entre o ambiente natural, o ambiente urbano e a sociedade como um todo (Pompeo, 2000). É nesse contexto que o conceito de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) se encaixa, pois busca opções mais adequadas, não apenas para a drenagem urbana, mas para o desenvolvimento da cidade como um todo. Este conceito abrange ainda, um conjunto diverso de abordagens que utilizam os processos e estruturas do meio natural para enfrentar desafios urbanos e ambientais. As SBN podem ser entendidas como estratégias que integram funções ecológicas aos sistemas construídos, de modo a promover benefícios simultâneos à sociedade e ao ambiente (Fraga; Sayago, 2020).

A definição oficial das SBN se resume em uma série de, "ações para proteger, gerenciar de forma sustentável e restaurar ecossistemas naturais e modificados que enfrentam desafios sociais de forma eficaz e adaptativa, beneficiando simultaneamente as pessoas e a natureza" (Cohen-Shacham et al. 2016, p. 5, tradução nossa). Essa definição amplia a compreensão do conceito ao evidenciar que seu alcance vai além da dimensão ambiental, integrando a necessidade de enfrentar desafios sociais, como as mudanças climáticas, a segurança hídrica, a saúde humana e a redução de riscos de desastres. O documento da IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza também evidencia a relação direta dessas soluções com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e destaca sua importância para ações de mitigação e adaptação climática, gestão de riscos, justiça socioambiental e processos de governança.

Desse modo, as SBN não devem ser compreendidas apenas como dispositivos técnicos de drenagem, mas como estratégias capazes de tensionar a lógica urbana que historicamente separou os sistemas construídos dos processos ecológicos. Ao favorecer infiltração, retenção, evapotranspiração, melhoria da qualidade da água e recomposição de funções ambientais, essas soluções dialogam com uma leitura crítica do Capitaloceno, pois indicam alternativas à urbanização baseada na impermeabilização extensiva e no rápido afastamento das águas pluviais.

O tratamento da drenagem urbana por meio de SBN torna-se ainda mais relevante diante das mudanças climáticas em escala global. Observa-se que eventos climáticos extremos tendem a se intensificar com o passar do tempo, como apontado nos relatórios do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC, 2016; 2021). O cenário atual demanda um planejamento urbano resiliente, capaz de promover adaptação em situações de crise climática, especialmente em uma perspectiva de longo prazo (Miron et al., 2024), portanto, essas soluções se destacam por buscar o manejo das águas pluviais de forma mais integrada e adaptativa, algo que gera maior compatibilidade com os ciclos naturais da dinâmica urbana.

Metodologia

Esta pesquisa teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura,conduzida através da ferramenta StArt – State of the Art through Systematic Review (Zamboni et al., 2010). Os dados oriundos da pesquisa foram, posteriormente, tratados por análise de conteúdo (Bardin, 1977). A ferramenta de revisão sistemática de literatura – StARt, compreende três etapas, sendo elas (1) planejamento, (2) execução e (3) sumarização.

Na etapa de (1) planejamento, foi realizado o planejamento do protocolo de pesquisa com o nome dos pesquisadores, descrição da pesquisa, objetivos, definição das palavras-chave, plataformas de busca, critérios de inclusão (I) e exclusão (E) dos artigos encontrados, bem como critérios de qualidade para extração dos dados das pesquisas. Na Tabela 1, apresenta-se o detalhamento do protocolo:

PROTOCOLO DE PESQUISA	
Palavras-chave da pesquisa	bacia de retenção; bioretention; bioswales; biovaletas; calçadas drenantes; cidade esponja; detention pold; drenagem urbana sustentável; jardim de chuva; permeable pavements; rain gardens; retention pold; sponge city; sutentability; urban drain;
Idioma	Português, espanhol e inglês
Fonte e métodos de busca	Os trabalhos serão encontrados a partir de pesquisas realizadas em portais de busca de artigos e periódicos. Durante o procedimento serão consideradas as strings encontradas preferencialmente em títulos, resumos e palavras-chave de cada base de dados.
Base de Dados	SCIELO, LILACS, SCOPUS e Science Direct
String de busca	"urban drain" AND bioretention; "urban drain" and bioswales; "drenagem urbana sustentável" AND biovaletas"; "drenagem urbana sustentável" AND "calçadas drenantes"; "drenagem urbana sustentável" AND "cidade esponja"; "urban drain" AND "detention pond"; "dreenagem urbana sustentável AND jardim de chuva"; "urban drain" AND "permeable pavements"; "urban drain" AND "rain gardens";"urban drain" AND "retention pond" "urban drain" AND "sponge city"; "urban drain" AND sustainability; "urban drain" OR "urban drainage"; bioretention AND sustainability; bioswales AND sustainability; "detention pond" AND sustainability; "permeable pavements" AND sustainability; "rain gardens" AND sustainability; "retention pond" AND sustainability; "sponge city" AND sustainability.
Critério de seleção de estudos	(I) INCLUSÃO: pelo menos uma palavra-chave no resumo; publicações feitas nos últimos 10 anos; o artigo ser em português, inglês ou espanhol; open source; (E) EXCLUSÃO: outros idiomas, artigos que não apresentem pelo menos uma das palavras-chave no resumo, artigos pagos.

Tabela 1 - Estrutura do protocolo para busca de artigos em bases de dados. Fonte: os autores, 2025.

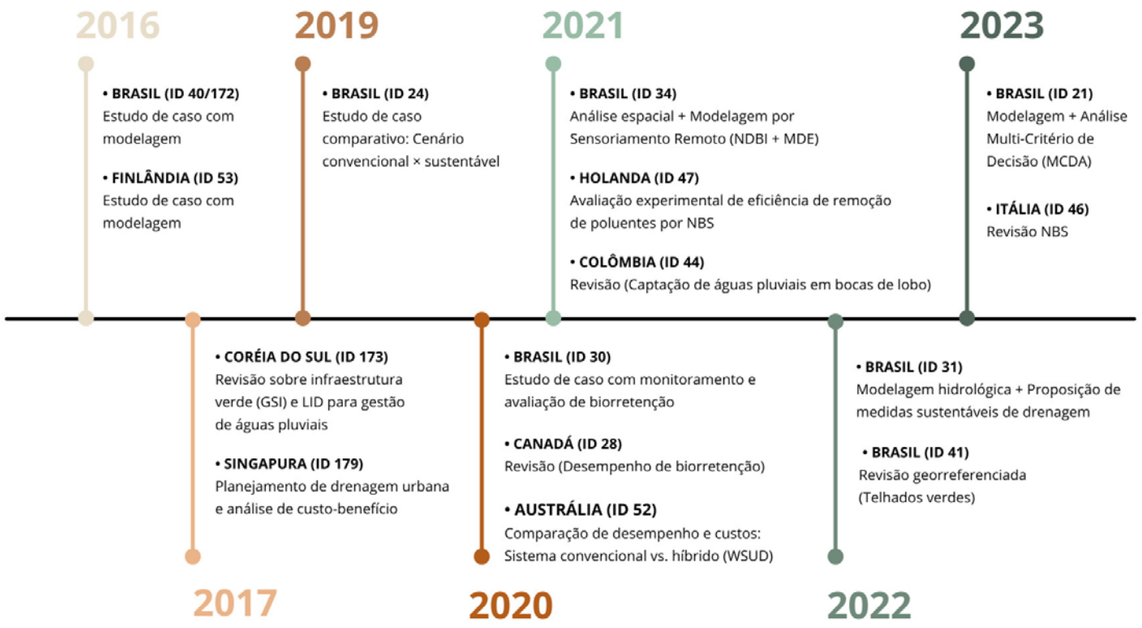


Figura 1 - Mapeamento das etapas da revisão sistemática de literatura pela ferramenta Start.Fonte: Autores, 2025.

A definição dos estudos foi realizada através de busca on-line nos meses de agosto e outubro de 2024 via plataformas Scielo, Scopus, Lilacs e Science Direct. A etapa de execução – foi dividida em três fases: identificação, seleção e extração. A partir das strings de busca estabelecidas, foram encontrados artigos nas bases de dados selecionadas e importadas para o software em formato RIS ou BIBITEX. Na fase de seleção, 53 artigos foram identificados. O sistema StARt identificou de modo automático a duplicação de 15 artigos, que foram rejeitados.

Na fase de extração, os critérios de inclusão (I) e exclusão (E) foram aplicados a partir da leitura dos resumos dos artigos, onde em seguida, iniciou-se a fase de sumarização final (etapa 3). Na sumarização, os critérios de qualidade foram aplicados, ao qual, durante a leitura dos artigos, buscava-se identificar:

Objetivo principal do artigo;
Método;
Resultados;
Foi citado no artigo alguma ODS? Qual?;
Foi citado no artigo alguma Solução Baseada na Natureza? Qual?

Na fase de extração, os critérios de inclusão (I) e exclusão (E) foram aplicados a partir da leitura dos resumos dos artigos, dos quais 15 artigos permaneceram para a sumarização final (etapa 3). A Figura 1, representa o mapeamento visual do processo de revisão sistemática de literatura, executado pela ferramenta Start.

Resultados e Discussões

A revisão sistemática de literatura, resultou na seleção de 15 (quinze) artigos, apresentados na Tabela 2 abaixo, que atenderam aos critérios definidos no protocolo de busca. Observou-se que alguns estudos se repetem em diferentes bases de dados ou apresentam versões publicadas em línguas distintas, o que indica sua relevância e ampla disseminação na literatura científica.

ANO	ID	TÍTULO	PALAVRA-CHAVE	CITA TERMO "SBN" NA PALAVRA-CHAVE	CITA TÉCNICA DE "SBN" NA PALAVRA-CHAVE
2016	40	Critérios de projeto e benefícios esperados da implantação de técnicas compensatórias em drenagem urbana para controle de escoamentos na fonte, com base em modelagem computacional aplicada a um estudo de caso na zona oeste do Rio de Janeiro	técnicas compensatórias em drenagem urbana; drenagem urbana sustentável; controle de escoamento na fonte	Não	Não
2016	53	*Coupling GIS with Stormwater Modelling for the Location Prioritization and Hydrological Simulation of Permeable Pavements in Urban Catchments*	*Catchment hydrology (Hidrologia de bacia de contribuição); Geographic Information System; Permeable Pavement Systems; site selection; stormwater modelling; Sustainable Drainage Systems*	Não	Sim
2017	173	*Green stormwater infrastructure with low impact development concept: a review of current research*	*Green stormwater infrastructure; Grey stormwater infrastructure; Low impact development; Green roof; Bioretention; Grass swale; Permeable pavement*	Não	Sim
2017	179	*Development and valuation of adaptation pathways for storm water management infrastructure*	*Adaptation pathways, Uncertainty, Climate change, Urban drainage, Benefit cost assessment, Sustainable land use*	Não	Não
2019	24	Proposta de drenagem sustentável para uma municipalidade de pequeno porte – Estudo de caso	Infraestrutura urbana, Manejo pluvial, Recarga de manancial, Estudo de caso	Não	Não
2020	28	*A Need for Standardized Reporting: A Scoping Review of Bioretention Research 2000–2019*	*bioretention; scoping review; stormwater; low impact development; performance metrics; modelling; field study; hydrology; contaminant transport and fate*	Não	Sim
2020	30	Melhoria da qualidade da água de rios urbanos: novos paradigmas a explorar – Bacia hidrográfica do rio Pinheiros em São Paulo	poluição difusa; área urbana; biorretenção	Não	Sim
2020	52	*Performance Evaluation of Stormwater Management Systems and Its Impact on Development Costing*	*urban drainage; DRAINS model; source control; WSUD; costing*	Não	Não
2021	34	Sensoriamento Remoto aplicado à Avaliação do Impacto do Armazenamento da Água de Chuva no Sistema de Drenagem Urbana	drenagem urbana, telhado verde; caixa d'água	Não	Sim

Tabela 2 - Artigos selecionados. Fonte: os autores, 2025.

2021	44	*Review of the hydraulic capacity of urban grate inlet: a global and Latin American perspective*	*grate inlet, hydraulic efficiency, numerical model, physical model, review, urban drainage*	Não	Não
2021	47	*Evaluation of Pollutant Removal Efficiency by Small-Scale Nature-Based Solutions Focusing on Bio-Retention Cells, Vegetative Swale and Porous Pavement*	*stormwater runoff; nature-based solutions; hydraulic model; SWMM; pollutant removal; stormwater management*	Sim	Não
2022	31	Drenagem Urbana: Uma Análise de Vazão de Cheia para a Sub-Bacia do Rio Beberibe utilizando o modelo ABC6	águas pluviais, modelo hidrológico, entraves	Não	Não
2022	41	*Vegetated roofs rainwater management experimental research in Brazil: A georeferenced exhaustive review of a continental-size country*	*Green roofs, Runoff, Brazil, Retention, Experimental research, Climate zones*	Não	Sim
2023	21	*Assessment of sustainable drainage strategies in urban water systems using urban water metabolism and multi-criteria decision analyses*	*decision-making, metabolic system, performance, SUDS, urban drainage, WaterMet2*	Não	Sim
2023	46	*Nature-based solutions for urban stormwater management: an overview*	*NBS; climate change; urban flooding risk; green roof; green wall; rain garden; permeable pavement*	Sim	Sim

A primeira coluna apresenta o ano de publicação dos artigos, o que permite observar a distribuição temporal da produção científica e identificar momentos de maior consolidação teórica. O ID (segunda coluna), por sua vez, corresponde ao código gerado automaticamente pelo software StArt, garantindo rastreabilidade e segurança metodológica no processo de seleção. O título é apontado na terceira coluna e apresenta de forma direta o foco de cada estudo, além de orientar a leitura crítica das abordagens empregadas. Já as colunas quatro e cinco referentes à presença do termo SBN nas palavras-chave e à citação de técnicas associadas às SBN foram incluídas para avaliar o grau de apropriação conceitual do tema na literatura recente.

As informações das colunas quatro e cinco permitem identificar se os autores utilizam explicitamente o conceito de SBN ou utilizam diferentes terminologias, como LID (Low Impact Development), BMPs (Best Management Practices), WSUD (Water Sensitive Urban Design) e SuDS (Sustainable Urban Drainage Systems),arcabouços amplamente empregados na literatura internacional e reconhecidos como parte de um mesmo conceito guarda-chuva, conforme discutido no artigo de ID 46 (Palermo et al., 2023). O LID busca minimizar os impactos da urbanização sobre o ciclo hidrológico, priorizando infiltração, retenção e evapotranspiração locais; o WSUD integra princípios hidrológicos, urbanísticos e paisagísticos para tornar o ambiente construído mais sensível aos processos naturais da água; o conceito de SuDS enfatiza sistemas de drenagem capazes de simular mecanismos naturais de manejo pluvial; e as BMPs agrupam práticas estruturais e não estruturais voltadas ao controle do escoamento e da poluição difusa.

Essa diversidade vocabular aparece nos artigos de ID 21, 52 e 173, que adotam termos como LID e WSUD em suas palavras-chave, o que reflete diferentes estágios de consolidação do conceito de SBN. No caso do ID 41, observa-se uma configuração particular: o artigo não utiliza o termo SBN nas palavras-chave, embora inclua técnicas

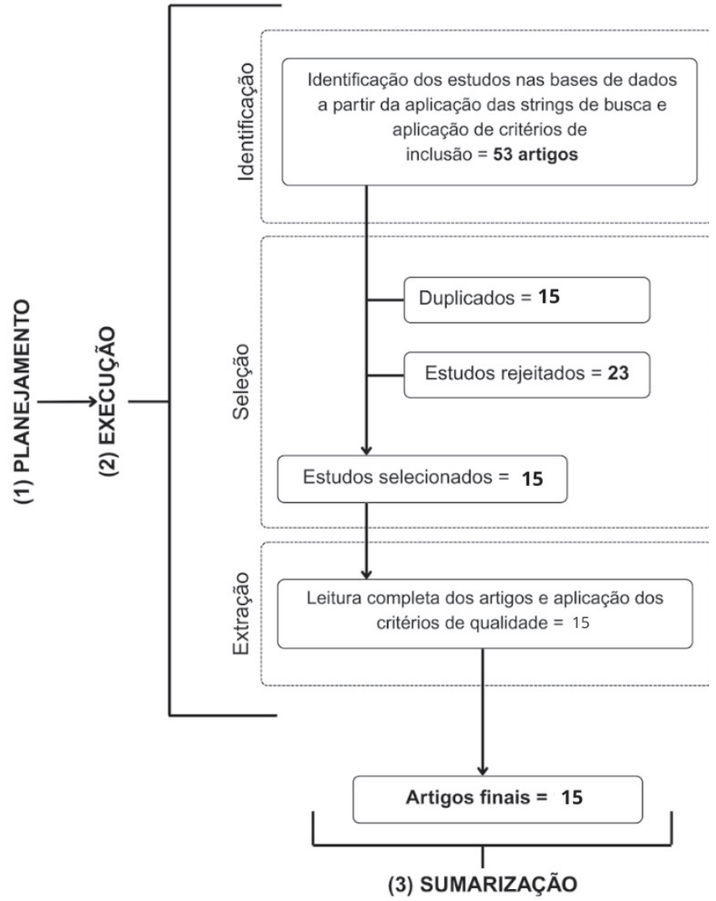


Figura 2 - País de origem dos artigos selecionados organizados por data de publicação. Fonte: Autores, 2025.

associadas às SBN nessa mesma seção e mencione os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao longo do texto.

Além da verificação das palavras-chave, também foi analisado se cada artigo mencionava alguma técnica de SBN ao longo do texto, independentemente de aparecer formalmente na seção de palavras-chave. Essa etapa permitiu avaliar a relação efetiva dos estudos com práticas alinhadas às SBN, como biorretenção, jardins de chuva, pavimentos permeáveis, valetas vegetadas, telhados verdes e outras estratégias de manejo sustentável das águas pluviais. Nessa análise, observou-se que apenas dois artigos não citavam nenhuma técnica associada às SBN ao longo do texto: o artigo de ID 44, que consiste em uma revisão de estudos experimentais e numéricos sobre a eficiência hidráulica de bocas de lobo e, portanto, mantém foco restrito ao desempenho desses dispositivos tradicionais; e o artigo de ID 52, que compara custos e desempenho de sistemas de drenagem convencionais e híbridos sob a ótica do WSUD, mas sem detalhar técnicas específicas de drenagem sustentável.

Entre os trabalhos analisados, predominam aqueles desenvolvidos em contextos urbanos de países desenvolvidos, embora se verifique um crescente número de pesquisas na América Latina, sobretudo no Brasil, evidenciando o avanço das discussões sobre drenagem sustentável e soluções baseadas na natureza (Figura 2).

A Figura 2 também evidencia a evolução temporal e geográfica das publicações analisadas, permitindo observar alguns padrões úteis para a compreensão do desenvolvimento das estratégias sustentáveis de drenagem urbana no conjunto estudado. Nota-se que os trabalhos mais antigos da amostra (2016–2017) concentram-se em países desenvolvidos, como Finlândia, Coreia do Sul e Singapura, caracterizando-se por abordagens voltadas à modelagem hidrológica, ao planejamento estratégico e a revisões conceituais. Esse padrão sugere que, nesses contextos, discussões relacionadas à infraestrutura verde, LID e SuDS já vinham sendo estruturadas de maneira mais consistente.

A partir de 2019, observa-se uma maior presença de estudos brasileiros, tendência que se intensifica entre 2020 e 2023, como ilustrado pela concentração de publicações ao longo da linha do tempo. Supõe-se que o tema tenha passado a receber maior atenção ao longo dos anos, ampliando a produção científica na área. Esses trabalhos compreendem diferentes métodos, como estudos de caso, monitoramentos experimentais, avaliações de biorretenção, modelagens hidrológicas e revisões georreferenciadas, indicando uma produção com forte componente aplicado e diretamente relacionada a situações urbanas específicas. Esse contraste pode sugerir diferenças de enfoque entre os contextos analisados, sendo possível perceber um caráter mais voltado à síntese teórico-metodológica em alguns países desenvolvidos e uma vocação mais aplicada nos estudos brasileiros, embora tais padrões não se configurem como regras fixas.

Também se observa que países como Itália, Holanda, Canadá e Austrália apresentam contribuições associadas a avaliações de desempenho, remoção de poluentes, comparações entre sistemas convencionais e híbridos, e revisões sobre estratégias sustentáveis em sentido amplo. Essa predominância pode estar relacionada a fatores como maior disponibilidade de infraestrutura de pesquisa, tradição em monitoramento ambiental ou consolidação de políticas voltadas à gestão hídrica. Ainda assim, tais elementos não permitem inferir níveis diferenciados de compromisso climático entre os países, mas apenas evidenciam que, na amostra analisada, esses contextos apresentam maior volume de estudos com enfoque avaliativo e comparativo. Assim, a imagem sintetiza uma tendência identificada na amostra: diferentes países parecem privilegiar enfoques distintos, ora mais analíticos, ora mais aplicados, o que pode refletir particularidades institucionais, metodológicas ou contextuais. Esses padrões, entretanto, devem ser interpretados com cautela, uma vez que a amostra não pretende representar a totalidade da produção científica sobre o tema, mas apenas indicar caminhos e aproximações observados no conjunto específico de estudos analisados.

A crescente impermeabilização dos solos urbanos compromete a infiltração das águas pluviais e resulta no aumento do escoamento superficial e das vazões de pico. Esse processo contribui para a degradação da qualidade das águas pluviais e dos corpos receptores, ao mesmo tempo em que potencializa a ocorrência de inundações e enchentes, ampliando a vulnerabilidade das áreas urbanas. Por outro lado, a água que chega até os mananciais através da infiltração e percolação, por entre o solo, possui menor risco de contaminação se comparada às águas oriundas do lançamento direto (Cauduro et al., 2019; Pereira et al., 2021).

A maior compreensão do manejo de recursos hídricos superficiais, assim como dos impactos adversos que o processo de urbanização causa nessas águas, leva à busca por soluções voltadas não apenas para o transporte das águas pluviais, mas à uma abordagem que vise imitar os padrões hidrológicos naturais, promovendo a infiltração e a evapotranspiração, para assim diminuir ou eliminar impactos ambientalmente negativos em cursos d' água urbanos (Spraakman et al., 2020).

Entende-se que a urbanização deve ser pensada para promover a preservação e a redução do impacto ambiental, manejando as águas pluviais e permitindo a recarga das águas subterrâneas. Como alternativa para essas práticas existem os sistemas sustentáveis, com diferentes estratégias de drenagem, as quais, dada sua diversidade, podem ser consideradas como as principais alternativas para mitigar problemas como transbordamentos, inundações e episódios de enchentes, além de promover a resiliência urbana (Cauduro et al., 2019; Garcia et al., 2023)

Estratégias de biorretenção são utilizadas de forma a complementar infraestruturas tradicionais de águas pluviais, com o objetivo de aumentar a capacidade de infiltração de água no solo, além de diminuir o volume e velocidade que ela chega aos corpos receptores. Cauduro et al(2019), aponta que com a substituição de superfícies impermeáveis por materiais que auxiliam a infiltração da água na área precipitada é possível reduzir significativamente o volume de água lançado no sistema de drenagem pluvial, retardando sua chegada nos corpos receptores, e assim reduzir o risco de inundações e enchentes.

As estratégias de biorretenção verificadas nos estudos de Cauduro et al (2019); Pereira et al.(2021); Santos et al. (2022) e Spraakman et al(2020), foram aplicadas com o objetivo de aumentar a capacidade de infiltração de água no solo, diminuir o volume e velocidade que ela chega aos corpos receptores, reduzir a carga poluidora oriunda do escoamento superficial, conter altos volumes de água na ocasião de fortes precipitações, amortizando a contribuição para os rios, ou permitir o armazenamento temporário do escoamento excedente, como no caso das bacias de detenção .

Observou-se ainda, nos artigos analisados uma ampla variedade de SBNs, como pavimentos permeáveis, telhados verdes, valetas vegetadas, paredes verdes, bacias de detenção e jardins de chuva. Essas soluções foram aplicadas com diferentes enfoques (controle hidrológico, melhoria da qualidade da água e mitigação das mudanças climáticas), mas todas compartilhando o princípio de restaurar funções naturais do ciclo hidrológico urbano.

Os estudos de Dutta(2021) e Jato-Espino (2016), reforçam a eficácia dessas soluções. Células de biorretenção, que consistem em depressões topográficas rasas, preenchidas com misturas de solo altamente permeáveis e vegetação específica, projetadas para reter, infiltrar e promover o tratamento físico-químico do escoamento superficial, por exemplo, mostraram-se capazes de remover até 83% de sólidos suspensos, 71% de nitrogênio e 69% de fósforo, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade das águas pluviais . Pavimentos permeáveis também demonstraram desempenho expressivo, com redução de 40% a 50% do volume de escoamento superficial, especialmente quando aplicados de forma estratégica em áreas de alta impermeabilização.

Já os telhados verdes, amplamente estudados no contexto brasileiro, apresentaram taxas médias de retenção entre 55% e 79%, dependendo da tipologia construtiva e do regime climático. Essa estratégia, além de contribuir para o controle hidrológico, favorece o conforto térmico e a eficiência energética em ambientes urbanos (Gobatti, 2022). O estudo de Palermo (2023), destacou ainda o potencial dos pavimentos permeáveis e das paredes verdes na redução do volume de escoamento e no atraso do pico de vazão, reforçando a importância de considerar as características dos materiais utilizados para garantir o desempenho hidráulico adequado.

Outro aspecto identificado é a crescente utilização de modelos hidrológicos e ferramentas de geoprocessamento, como o Storm Water Management Model (SWMM) e os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), que auxiliam no dimensionamento e na

priorização de áreas para a implantação de SBN (Jato-Espino, 2016; Dutta, 2021). Tais recursos permitem prever o comportamento das soluções em cenários de diferentes intensidades de precipitação e níveis de urbanização, ampliando a capacidade de planejamento e adaptação das cidades.

Os estudos analisados demonstram que as pesquisas conduzidas em países de alta renda, como Estados Unidos, Austrália, China e países europeus, estão ligadas a centros de pesquisa especializados (Spraakman, 2020). Contudo, há uma expansão significativa das investigações na América Latina, especialmente no Brasil, onde cresce o número de estudos aplicados e revisões de desempenho de tecnologias sustentáveis de drenagem (Gobatti, 2022; Pereira, 2021). Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), observou-se apenas uma menção explícita (ID 41). Embora vários estudos dialoguem indiretamente com temas associados aos ODS — como resiliência urbana, clima e água — esse alinhamento raramente é declarado de maneira formal nas palavras-chave ou no corpo do texto.

Dessa forma, a revisão sistemática de literatura realizada evidenciou que as estratégias de drenagem urbana sustentável vêm se consolidando como alternativas eficazes e multifuncionais, capazes de aliar desempenho técnico, benefícios ecológicos e qualidade urbana. Contudo, o avanço na padronização de métodos, na difusão de dados e na incorporação das SBN ao planejamento urbano é essencial para que tais soluções alcancem maior efetividade e replicabilidade. Esse diagnóstico está alinhado aos achados da revisão, que evidenciaram falta de padronização metodológica, uma vez que os artigos analisados utilizam abordagens distintas, o que dificulta a comparação direta dos resultados.

Considerações Finais

O estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura sobre drenagem urbana sustentável, com foco em soluções baseadas na natureza aplicadas à mitigação dos impactos da impermeabilização e ao fortalecimento da resiliência urbana diante das mudanças climáticas. Esse objetivo foi alcançado, uma vez que a análise permitiu identificar as principais abordagens utilizadas, bem como tendências metodológicas e lacunas persistentes na área.

Os resultados indicam um processo de incorporação progressiva, ainda que heterogênea, das SBN no campo da drenagem urbana. A terminologia apareceu de forma limitada nas palavras-chave, coexistindo com arcabouços consolidados na literatura internacional, como LID, WSUD, SuDS e BMPs. Essa diversidade indica que os princípios das SBN já vêm sendo integrados às práticas de drenagem, embora a adoção terminológica ainda não seja uniforme. Entre as estratégias mais recorrentes destacam-se as células de biorretenção, pavimentos permeáveis, telhados e paredes verdes, jardins de chuva, valetas vegetadas e bacias de detenção, que, em conjunto, promovem controle de escoamento, recarga de aquíferos, melhoria da qualidade da água e mitigação de eventos extremos. Observou-se também que essa abordagem dialoga com temas previstos nos ODS 6, 11 e 13, ainda que apenas um artigo da amostra mencione explicitamente tais indicadores.
A análise geográfica dos estudos revelou diferenças de enfoque entre os contextos investigados. Países de alta renda apresentaram publicações majoritariamente orientadas à modelagem, avaliações de desempenho e sínteses conceituais, enquanto os estudos brasileiros concentraram-se em aplicações práticas e em avaliações em cenários reais. Embora essa configuração reflita o recorte específico dos artigos selecionados, ela evidencia a complementaridade entre agendas teóricas e aplicadas no campo da drenagem urbana sustentável.

Persistem, contudo, lacunas relevantes. Os principais problemas identificados referem-se à ausência de parâmetros para o monitoramento de longo prazo e à falta de detalhamento das variáveis climáticas, hidrológicas e construtivas dos sistemas analisados. O impacto direto dessa não padronização é a dificuldade de comparar resultados entre diferentes estudos, o que, por consequência, limita a definição de normativas técnicas e políticas públicas, uma vez que gestores e projetistas carecem de parâmetros de eficiência suficientemente consistentes e replicáveis. Diante desse cenário, entende-se que um caminho possível para enfrentar essa lacuna reside na definição e padronização de variáveis essenciais para as avaliações de desempenho. Vale destacar que esse tipo de rigor metodológico já se encontra consolidado em outras esferas técnicas da arquitetura e da engenharia, como nas simulações computacionais e nas modelagens paramétricas de desempenho, em que diretrizes normativas favorecem a replicabilidade e a comparabilidade dos modelos.

À luz do Capitaloceno, os resultados desta revisão permitem compreender que a drenagem urbana sustentável não se limita à eficiência hidráulica ou ao controle do escoamento superficial. Ela também envolve uma crítica ao modelo de urbanização que passou a tratar a água como problema a ser removido rapidamente da cidade, em vez de reconhecê-la como parte dos ciclos ecológicos que estruturam o território. Nesse sentido, as SBN assumem relevância por proporem formas de planejamento urbano mais integradas aos processos naturais, contribuindo para enfrentar riscos climáticos e socioambientais produzidos por padrões históricos de ocupação, impermeabilização e artificialização do espaço urbano.

Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento da drenagem urbana sustentável depende da articulação entre avanço técnico-científico, padronização de métodos, integração normativa e participação social. Estudos futuros devem priorizar avaliações integradas de desempenho, análises de custo-benefício em diferentes escalas, monitoramentos contínuos e a adaptação das SBN a contextos socioambientais diversos.

Referências

AKHTER, F.; HEWA, G. A.; AHAMMED, F.; MYERS, B.; ARGUE, J. R. Performance Evaluation of Stormwater Management Systems and Its Impact on Development Costing. *Water,* v. 12, n. 2, p. 375, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.3390/w12020375. Acesso em: 12 out. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo.* Lisboa: Edições 70, 1977.

CAUDURO, Flávia; MÜLLER, Christiane Ribeiro; ROSA, Gustavo Guimarães. Proposta de drenagem sustentável para uma municipalidade de pequeno porte – Estudo de caso. *Águas Subterrâneas,* [S. l.], v. 33, n. 2, 2019. DOI: 10.14295/ras.v33i2.29553. Disponível em: https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/29553. Acesso em: 29 nov. 2025.

COHEN-SHACHAM, E. et al. (ed.). *Nature-based solutions to address global societal challenges.* Gland: IUCN, 2016. xiii, 97 p. Disponível em: https://portals.iucn.org/library/node/46191. Acesso em: 20 nov. 2025.

DUTTA, A.; TORRES, A. S.; VOJINOVIC, Z. Evaluation of pollutant removal efficiency by small-scale nature-based solutions focusing on bio-retention cells, vegetative swale and porous pavement. *Water*, v. 13, p. 2361, 2021. Disponível em: https://doi.

org/10.3390/w13172361.

FRAGA, Raiza Gomes; SAYAGO, Doris Aleida Villamizar. Soluções baseadas na Natureza: uma revisão sobre o conceito. *Parcerias Estratégicas,* Brasília, v. 50, n. 25, p. 67-82, jun. 2020. Semestral.

GARCIA, Maria Vitória da Silva; MORUZZI, Rodrigo Braga; BEHZADIAN, Kourosh. Assessment of sustainable drainage strategies in urban water systems using urban water metabolism and multi-criteria decision analyses. *Water Science & Technology,* v. 88, n. 11, p. 2809-2825, 2023. DOI: 10.2166/wst.2023.377.

GOBATTI, L.; LEITE, B. C. C. Vegetated roofs rainwater management experimental research in Brazil: A georeferenced exhaustive review of a continental-size country. *Cleaner Production Letters,* v. 3, p. 100013, 2022. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666791622000112. Acesso em: 12 out. 2025.

HARAWAY, Donna. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. E*nvironmental Humanities,* v. 6, p. 159-165, 2015.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. Weather and Climate Extreme Events in a Changing Climate. In: MASSON-DELMOTTE, V.; ZHAI, P.; PIRANI, A.; CONNORS, S. L.; POESSEL, R.; SHUKLA, P. R.; et al. (eds.). *Climate Change 2021:* The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 1–151. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/chapter/chapter-11/. Acesso em: 20 jul. 2025.

JATO-ESPINO, D.; SILLANPÄÄ, N.; CHARLESWORTH, S.M.; ANDRÉS-DOMÉNECH, I. Coupling GIS with Stormwater Modelling for the Location Prioritization and Hydrological Simulation of Permeable Pavements in Urban Catchments. *Water 2016*, 8, 451. https://doi.org/10.3390/w8100451

MENEGAT, Rualdo. Clima: a nova fronteira da interconexão humana com a Terra no Antropoceno. In: FERRER, João; DANÉRIS, Marcelo; MARQUES, Pedro Romero (org.). *Reflexões para a Reconstrução do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Libretos, 2025. p. 21-45.

MERENCIANO, G. Estudo de caso do sistema de drenagem urbana e sua relação com o meio ambiente em um bairro no município e Araraquara - sp. recima21 - *Revista Científica Multidisciplinar* - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 2, n. 2, p. e211985, 2021. DOI: 10.47820/recima21.v2i2.985. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/985. Acesso em: 31 mar. 2025.

MIRON, Luciana Inês Gomes. Diretrizes do planejamento urbano e regional para uma transição sociotécnica resiliente na Região Hidrográfica do Guaíba. In: FERRER, João; DANÉRIS, Marcelo; MARQUES, Pedro Romero (org.). *Reflexões para a Reconstrução do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Libretos, 2025. p. 235-261.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life:* Ecology and the Accumulation of Capital. London: Verso, 2015.

PALERMO, S. A.; TURCO, M.; PIROUZ, B.; PRESTA, L.; FALCO, S.; DE STEFANO, A.; FREGA, F.; PIRO, P. Nature-based solutions for urban stormwater management: an overview. *IOP Conference Series:* Earth and Environmental Science, v. 1196, p. 012027, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1088/1755-1315/1196/1/012027. Acesso em: 12 out. 2025.

PEREIRA, M. C. S.; MARTINS, J. R. S.; NOGUEIRA, F. F.; MAGALHÃES, A. A. B.; SILVA, F. P. Melhoria da qualidade da água de rios urbanos: novos paradigmas a explorar – Bacia hidrográfica do rio Pinheiros em São Paulo. *Engenharia Sanitária e Ambiental,* v. 26, n. 3, p. 295–306, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-415220190272. Acesso em: 12 out. 2025.

POMPÊO, Cesar Augusto. Drenagem urbana sustentável. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos,* v. 5, n. 1, p. 15-23, jan./mar. 2000.

SPRAAKMAN, S.; RODGERS, T. F. M.; MONRI-FUNG, H.; NOWICKI, A.; DIAMOND, M. L.; PASSEPORT, E.; THUNA, M.; DRAKE, J. A Need for Standardized Reporting: A Scoping Review of Bioretention Research 2000–2019. *Water*, v. 12, n. 11, p. 3122, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.3390/w12113122. Acesso em: 12 out. 2025.

SANTOS, Cíntia Rafaela Lima dos; SILVA, Gisellia Muniz da; SANTANA, Kássia Carneiro da Silva; LAFAYETTE, Kalinny Patrícia Vaz; SILVA, Simone Rosa da. Drenagem urbana: uma análise de vazão de cheia para a sub-bacia do rio Beberibe utilizando o modelo ABC6. *Revista Brasileira de Geografia Física,* Recife, v. 15, n. 4, p. 2104-2120, 2022.

ZAMBONI, E. *Revisão sistemática da literatura: uma abordagem prática.* São Paulo: Editora Atlas, 2010.

TRÊS IDEIAS PARA A CIDADE CONTEMPORÂNEA
Renaturalização, espaços abertos e continuidade do ambiente natural

THREE IDEAS FOR THE CONTEMPORARY CITY
Renaturalization, open spaces, and continuity of the natural environment

Maurício Couto Polidori[1] e Fernanda Tomiello[2]

Resumo
O texto articula ideias para o planejamento de cidades contemporâneas, enfatizando a renaturalização, a criação de sistemas de espaços abertos e a continuidade do ambiente natural no espaço urbano. A renaturalização vai além de uma visão ornamental da natureza, posicionando-a como infraestrutura ecológica vital, materializada em redes verde e azul. Os espaços abertos evoluem para uma tríade integrada de preservação ambiental, produção e atividades de lazer, esporte e cultura, demandando uma abordagem multiescalar para garantir interconexões e continuidades efetivas. Contudo, o texto alerta para riscos na implementação, considerando que a criação de continuidades ecológicas pode fragmentar o tecido urbano e onerar a mobilidade, sendo que o risco maior é a gentrificação verde, que valoriza imóveis e expulsa populações de baixa renda, agravando a segregação socioespacial. Assim, a materialização dessas ideias exige novas soluções de desenho, associadas a políticas de equidade e justiça ambiental que evitem a apropriação seletiva dos benefícios.
Palavras-chave: renaturalização; espaços abertos; continuidade do ambiente natural.

Abstract
The text articulates ideas for planning contemporary cities, emphasizing renaturalization, the creation of open space systems, and the continuity of the natural environment within urban areas. Renaturalization extends beyond an ornamental view of nature, positioning it as vital ecological infrastructure, materialized in green and blue networks. Open spaces evolve into an integrated triad of environmental preservation, production, and leisure, sports, and cultural activities, requiring a multiscale approach to ensure effective interconnections and continuity. However, the text warns of implementation risks, noting that creating ecological continuities can fragment the urban fabric and burden mobility. The greatest risk is green gentrification, which increases property values and displaces low-income populations, exacerbating socio-spatial segregation. Thus, realizing these ideas demands innovative design solutions, paired with equity and environmental justice policies to prevent selective appropriation of benefits by real estate market logics.
Keywords: renaturalization; open spaces; continuity of the natural environment.

1 Professor no PROGRAU/FAUrb UFPel
2 Professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo UCPel.

Apresentação

Este argumento pretende apresentar e desenvolver três ideias para a cidade contemporânea, que podem ser consideradas como alternativas para as urbanizações do futuro: a cidade da renaturalização, a cidade dos espaços abertos e a cidade da continuidade do ambiente natural. Sua concepção e desenvolvimento provêm de esforços no campo da pesquisa e da formulação de teorias, assumindo como objetivos a apresentação de ideias para as cidades e de bases que as suportem. Para isso, estão organizados três subtítulos, com um para assunto, apresentando-os como estudos de interesse teórico, sem entrar em práticas ou produtos projetuais.

Os resultados apontam para fundamentos que permitem apresentar os temas, indicar conhecimentos em publicações dedicadas e acrescentar críticas a essas ideias, ao final de cada subtítulo. A escolha desses assuntos, tipicamente associados com questões de relações entre as cidades atuais e o ambiente natural, ocorre em função do compromisso dos autores com os conteúdos, das lacunas científicas e teóricas nesses assuntos e da crise climática que o planeta experimenta, com evidentes efeitos nas cidades.

Cidade da renaturalização

A renaturalização de cidades emerge como um paradigma crucial no planejamento urbano do século XXI, representando uma mudança profunda na relação entre o espaço construído e o ambiente natural. Segundo preceitos do chamado urbanismo ecológico, este conceito vai além do embelezamento com áreas verdes, propondo a reinserção intencional de processos e ecossistemas naturais no tecido urbano, transformando a cidade de um sistema que consome e degrada a natureza em outro que a integra, restaura e é por ela sustentado (Boeri, 2017; Tanner; Adler, 2013).

Nesse caminho, a renaturalização pode ser definida como uma reintrodução intencional de elementos, processos e ecossistemas naturais (ou seminaturais) no tecido urbano. Trata-se de tecer uma espécie de infraestrutura verde e azul, incluindo os sistemas hídricos, permeando a malha urbana, conectando fragmentos de natureza e permitindo que funções ecológicas essenciais se restabeleçam (Tanner; Adler, 2013). Esta definição transcende a visão da natureza como um mero acessório paisagístico, posicionando-a como um componente infraestrutural fundamental. Diferente de iniciativas pontuais de jardinagem ou de plantio setorial de árvores, a renaturalização busca restabelecer os chamados serviços ecossistêmicos, que podem ser entendidos como benefícios que a humanidade obtém da natureza, de modo sistêmico e funcional (IPBES, 2019).

Operacionalmente, este conceito pode ser materializado na implantação de uma infraestrutura verde e azul, que permeie toda a malha urbana. A infraestrutura verde compreende uma rede interconectada de espaços naturais, como parques, corredores verdes, telhados e paredes vegetadas, e jardins de chuva. Já a infraestrutura azul se refere à integração sustentável dos sistemas hídricos, incluindo a restauração de rios e córregos outrora canalizados, a criação de lagos e wetlands para gestão de águas pluviais e a revitalização de margens e zonas ripárias. A sinergia entre verde e azul é fundamental, pois a água é o elemento que vitaliza e conecta os ecossistemas (Yu, 2020a).

O objetivo central dessa rede ecológica é de conectar fragmentos de natureza isolados (como um fragmento florestal remanescente, um parque urbano e um terreno baldio em processo de sucessão ecológica), criando corredores ecológicos. Essa conectividade é crucial, pois permite o fluxo gênico e o movimento de espécies, aumentando a

resiliência da biodiversidade local e permitindo que funções ecológicas essenciais se restabeleçam (Tanner; Adler, 2013). Dentre essas funções, destacam-se a polinização, o controle natural de pragas, a ciclagem de nutrientes e a regulação microclimática.

Nesse caminho, não parece exagero considerar que a renaturalização representa uma evolução conceitual fundamental, indicando uma transição no modo de entender a natureza na cidade como áreas verdes isoladas, com função primariamente recreativa e estética, para compreendê-la como um sistema ecológico urbano dinâmico, multifuncional e integrado (Tanner; Adler, 2013). Neste novo paradigma, um jardim de chuva não é apenas um elemento paisagístico, mas um componente ativo do sistema de drenagem; um corredor verde não é apenas um local de passeio, mas uma artéria vital para a fauna e para a ventilação natural da cidade. Esse novo modo de projetar e de agir pretende recalibrar a relação entre urbe e natureza, fazendo da cidade um organismo biogeoquímico ativo e não apenas um consumidor passivo de recursos naturais.

A cidade tradicional, predominantemente impermeável e com pouca vegetação, tem sido extremamente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas, sendo que a renaturalização posiciona-se como uma estratégia importante para processos de adaptação e de mitigação, combatendo as chamas ilhas de calor urbanas, operando em variadas escalas. Uma das funcionalidades alcançáveis com processos de renaturalização é o combate às chamadas ilhas de calor urbano. Essas ilhas se caracterizam pela significativa elevação da temperatura em áreas urbanas, em comparação com suas zonas rurais circunvizinhas (ou até mesmo com outras áreas urbanas, menos suscetíveis ao problema) o que pode ser considerado uma das disfunções climáticas mais críticas do espaço urbano atual. Isso é resultante da substituição de superfícies vegetais, permeáveis e refrescantes, por materiais de construção como concreto e asfalto, o que se soma à falta de espaços verdes e ao calor gerado por atividades antrópicas (Oke, 1982).

Neste contexto, a renaturalização surge como uma estratégia biofílica de alto desempenho para a regulação térmica. A vegetação atua como uma espécie de sistema de ar-condicionado passivo e multifuncional, através de dois mecanismos físicos principais: a interceptação da radiação solar pela sombra e o resfriamento evaporativo proporcionado pela evapotranspiração. A sombra das copas das árvores impede que a radiação solar atinja e aqueça diretamente superfícies como pavimentos e fachadas. Simultaneamente, o processo de evapotranspiração, no qual as plantas absorvem água do solo e a liberam como vapor para a atmosfera através de suas folhas, consome energia térmica (calor latente) do ambiente imediato, promovendo um efeito de resfriamento (Akbari et al., 2001). A eficácia desta estratégia é quantificável, sendo que estudos demonstram que um parque urbano arborizado pode ser entre 1°C e 5°C mais fresco que seu entorno imediato, criando espaços de amenização do calor excessivo, no caminho inverso das ilhas de calor (Upalis, 2019). A escala de concepção de intervenção é variada e complementar, incluindo desde a microescala (como a arborização de lotes e ruas, assim como a criação de pequenas florestas em terrenos vagos), a escala intermediária, (no tamanho dos quarteirões e dos bairros urbanos) e em escalas maiores, abrangendo a chamada paisagem urbana, viabilizando corredores verdes e áreas maiores, frequentemente possibilitadas em interfaces da área efetivamente urbanizada com o meio rural adjacente à cidade.

Outro aspecto relevante é que os processos de renaturalização podem estar integrados à gestão de águas pluviais e prevenção de enchentes, como pode ser exemplificado no conceito de cidades esponja, desenvolvido por Kongjian Yu, no qual a ideia é que a cidade deve absorver, infiltrar, armazenar e purificar a água da chuva no local, utilizando coberturas verdes, jardins de chuva, parques inundáveis e a descanalização de córregos e rios, reduzindo drasticamente o escoamento superficial que causa ou acirra as enchentes (Yu, 2020a). De fato, o modelo convencional de drenagem urbana, baseado na rápida condução da água da chuva para longe das áreas urbanas por meio de tubulações subterrâneas e canais concretados, revela-se cada vez mais disfuncional e vulnerável frente à crescente frequência e intensidade de eventos pluviais extremos, agravados pelas mudanças climáticas. Este tipo de sistema se sobrecarrega rapidamente, resultando em alagamentos, enchentes e na contaminação de corpos hídricos pelo transporte direto de poluentes urbanos (Yu, 2020b).

Além da questão de controle térmico e de integração ao processo de gestão de águas pluviais e prevenção de enchentes, a renaturalização urbana contribui para o aumento da resiliência e sequestro de carbono, sendo que corredores verdes e zonas vegetadas renaturalizadas contribuem para a retirada do carbono do ar e para a filtragem de poluentes (Washburn, 2013). Nessa direção, os ecossistemas urbanos renaturalizados desempenham um papel crucial na mitigação das mudanças climáticas, através do sequestro de carbono. Diferentemente de soluções tecnológicas complexas, o sequestro biológico é um processo natural e de baixo custo, no qual florestas urbanas, parques arborizados e mesmo áreas de vegetação rasteira atuam como sumidouros de carbono, removendo o dióxido de carbono (CO_2) da atmosfera e o armazenando na biomassa viva (troncos, galhos, raízes) e no solo. Solos saudáveis e não compactados, especialmente aqueles com alta matéria orgânica, são vastos reservatórios de carbono o que faz com que práticas de renaturalização, que protegem e enriquecem o solo, sejam fundamentais para o ciclo do carbono urbano (Douglas et al. 2021). Além do carbono, esta infraestrutura viva proporciona um serviço ecossistêmico essencial de filtragem de poluentes do ar, pois a superfície foliar das plantas intercepta e retém partículas inaláveis, enquanto os estômatos absorvem gases nocivos como dióxido de enxofre (SO_2), óxidos de nitrogênio (NOx) e ozônio (O_2). Desse modo, uma área renaturalizada, a exemplo dos corredores verdes, não são apenas um amortecedor contra ventos, mas também uma espécie de filtro de ar, melhorando diretamente a saúde pública da população vizinha (ibdem).

Para além dos benefícios ecológicos, a renaturalização pode gerar impactos sociais positivos, sendo que o contato com a natureza no cotidiano urbano está associado à redução do estresse, melhoria da saúde mental e promoção da coesão social (Kaplan, 1995). Nesse caminho, é fundamental, que os processos de renaturalização não reproduzam ou acentuem as desigualdades socioespaciais existentes, considerando que, historicamente, a distribuição de parques e áreas arborizadas nas cidades é profundamente assimétrica, concentrando-se em bairros de maior renda. Paradoxalmente, os bairros periféricos e carentes são justamente os lugares de maior vulnerabilidade socioambiental, frequentemente apresentando a menor cobertura vegetal, a maior concentração de superfícies impermeáveis e, consequentemente, podem ser os mais castigados pelo aumento excessivo de calor e pelas inundações. Portanto, a priorização da renaturalização nestas áreas não é uma mera escolha técnica, mas uma decisão que fortalece a justiça climática e ambiental (IPBES, 2023).

Na esteira, não é exagero pensar que implementar corredores verdes, parques lineares em córregos antes canalizados e pequenas florestas em terrenos vagos de periferias, seja uma forma de reparação socioecológica. Significa levar os serviços ecossistêmicos de regulação térmica, drenagem, lazer e saúde justamente para as populações que mais sofrem com a falta desses serviços. Desse modo, a renaturalização deixa de ser um privilégio estético para se tornar uma ferramenta poderosa de equidade, considerando que o direito à cidade sustentável e resiliente deva ser universal, e que os benefícios da adaptação climática devam ser democratizados, construindo cidades não apenas mais verdes, mas também mais justas.

Entretando, apesar de seu potencial transformador, o discurso dominante sobre a renaturalização de cidades frequentemente omite suas próprias contradições e riscos. Uma análise crítica revela sérias inconsistências, perigos de apropriação pelo mercado e barreiras estruturais que podem transformar uma proposta ecologicamente progressista em mais um mecanismo de exclusão e dominação. De fato, a frequente inconsistência entre os chamados discurso sistêmico e a prática pontual, sob o manto retórico da renaturalização integrada do ecossistema urbano, tem sido acompanhada de uma implementação fragmentada e setorizada. Projetos de bairros planejados, parques supostamente inteligentes e inclusivos ou as chamadas coberturas verdes em edifícios de luxo, são tratados como intervenções isoladas, desvinculadas de uma revisão profunda do modelo de urbanização que produz a crise socioecológica. Esta abordagem não questiona a lógica expansionista da cidade capitalista, o que leva a uma espécie de prática ecológica frágil, onde a natureza é incorporada como um adorno tecnocrático que não desafia as estruturas que moldam as cidades, como alerta Swyngedouw (2011). A verdadeira renaturalização exigiria, por exemplo, a desimpermeabilização massiva de áreas centrais valorizadas pelo mercado imobiliário, ações raramente contempladas.

Na mesma linha estão a falácia da inclusão social e as práticas de gentrificação verde (Smith, 2007), pois a afirmação de que a renaturalização promove a coesão social é ingênua se desacompanhada de políticas redistributivas robustas, pois a melhoria paisagística e ambiental pode elevar o valor do solo e o custo de vida, expulsando as populações de baixa renda que supostamente seriam beneficiadas (Angeli, 2020). Desse modo, o benefício social pode ser apropriado por uma nova classe média ou alta, enquanto os moradores originais são deslocados para periferias ainda mais distantes e ambientalmente precárias. Desse modo. a ideia de justiça climática pode-se tornar um conceito vazio se não for acompanhada por algum tipo de justiça fundiária, assim como por mecanismos de proteção contra a especulação imobiliária (Santos, 2018b).

Cidade dos espaços abertos

A compreensão dos sistemas de espaços abertos urbanos evoluiu para além da visão unidimensional de áreas meramente paisagísticas ou de lazer, passando a incluir aspectos de preservação ambiental, produção socioeconômica, assim como lazer, esporte, cultura, e atividades de socialização. Nesse caminho, interessa a integração entre estas três dimensões, que, embora distintas, frequentemente se sobrepõem e se complementam. Em função disso, os planos e projetos podem reconhecer e potencializar essa multifuncionalidade, concebendo um sistema de espaços abertos como um organismo complexo que atende a necessidades ecológicas, econômicas e sociais de modo simultâneo.

Embora os espaços abertos urbanos sejam historicamente associados à recreação e ao embelezamento das cidades, uma leitura contemporânea revela um espectro de funções mais amplo e importante. Superando essa visão anterior, estes espaços são atualmente compreendidos como um sistema integrado que, conforme defendem Benedict e McMahon (2006), atua como uma infraestrutura verde essencial, suportando processos ecológicos críticos. Paralelamente, inserem-se no debate sobre a produção social do habitat, em cuja discussão Queiroga (2007) acrescenta que a qualidade do espaço livre é indissociável da estruturação urbana e da própria vida social. Desse modo, este argumento se organiza em torno de uma tríade funcional: os espaços de preservação ambiental, focados nos serviços ecossistêmicos; os espaços de produção, que, na esteira do proposto por Mougeot (2006), inserem atividades econômicas, como a agricultura urbana; e os espaços de lazer, esporte e cultura, dedicados ao bem-estar e à sociabilidade, funções consideradas fundamentais para a vitalidade e segurança do espaço público, desde os trabalhos de Jane Jacobs (2011). A abordagem integrada desta tríade é, portanto, fundamental para superar a gestão setorial e fragmentada que ainda caracteriza muitas cidades, exigindo um planejamento que veja o sistema de espaços abertos como uma infraestrutura multifuncional e sinérgica.

Os espaços abertos dedicados à preservação ambiental funcionam como a infraestrutura ecológica fundamental para a manutenção da saúde urbana, incluindo Áreas de Proteção Permanente (APPs), parques naturais, reservas biológicas, corredores ripícolas e zonas de amortecimento. A sua função primária é a provisão de serviços ecossistêmicos indispensáveis, como a regulação hídrica e do clima, a depuração do ar, a conservação da biodiversidade e a infiltração de águas pluviais (Benedict e McMahon, 2006).

Estes espaços atuam como refúgios de biodiversidade em meio à matriz urbana hostil, permitindo a persistência de fauna e flora nativas. Nesse contexto, corredores verdes ao longo de rios e córregos exercem função ecológica vital ao conectar fragmentos florestais, facilitando o movimento de espécies e, consequentemente, aumentando a resiliência dos ecossistemas face a perturbações, conforme destacam Benedict e McMahon (2006). Esta perspectiva é complementada por Macedo (2020), que demonstra em seus estudos como a conectividade ecológica proporcionada por esses corredores é essencial para a manutenção dos fluxos gênicos e para a adaptação das espécies às mudanças climáticas em ambientes urbanos. Do ponto de vista do planejamento, tais espaços são estrategicamente fundamentais, não apenas para a definição de limites ao crescimento urbano espraiado, mas também para a estruturação de uma malha verde e azul que oriente o desenvolvimento da cidade de modo integrado com a natureza. Nesse sentido, a sua conservação configura-se não como uma questão complementar, mas como uma questão central para a mitigação de problemas ambientais urbanos críticos, como enchentes, ilhas de calor e a perda de diversidade biológica, os quais podem ser considerados serviços ecossistêmicos básicos para cidades resilientes.

A dimensão produtiva dos espaços abertos urbanos é frequentemente negligenciada no planejamento convencional para as cidades, mas representa uma vertente crucial para a segurança alimentar, a geração de renda e a transição para uma economia circular. Conforme destaca Mougeot (2006), a agricultura urbana e periurbana constitui uma resposta prática às crises alimentares contemporâneas, integrando a produção de alimentos ao tecido urbano. Esta categoria multifuncional engloba hortas comunitários e urbanos, zonas de agricultura periurbana, pomares públicos e até mesmo áreas destinadas à aquicultura ou à produção de energia renovável, como é o caso dos biocombustíveis e da energia solar.

A relevância desses espaços produtivos estende-se significativamente para o âmbito da segurança alimentar e nutricional. Machado et al. (2021) demonstram em seus estudos como os hortas urbanos contribuem para a diversificação alimentar de comunidades vulneráveis, proporcionando acesso a hortaliças frescas e nutritivas. Paralelamente, estes espaços geram oportunidades de complementação de renda através da comercialização de excedentes em feiras locais, conformando o que Smit (2015) identifica como circuitos curtos de comercialização, que fortalecem a economia local e reduzem a pegada ecológica do transporte de alimentos.

No contexto da economia circular, estes espaços assumem papel estratégico ao transformar resíduos orgânicos urbanos em adubo através de processos de compostagem, fechando ciclos metabólicos na cidade. Girardet (2016) argumenta que as cidades devem funcionar como ecossistemas produtivos, onde os espaços abertos se tornam unidades geradoras de recursos e não somente meros consumidores. A

integração de tecnologias para produção de energia renovável nesses espaços, como painéis solares em coberturas de estruturas de apoio ou cultivos para biocombustíveis em áreas marginais, exemplifica a multifuncionalidade produtiva preconizada por Benedict e McMahon (2006), em sua concepção de infraestrutura verde.

A implementação bem-sucedida desses espaços produtivos requer, contudo, superar desafios relacionados à contaminação do solo, acesso à água e garantia de segurança na posse da terra. Redwood (2019) alerta para a necessidade de políticas públicas que reconheçam formalmente a função econômica destes espaços e forneçam suporte técnico para práticas agrícolas seguras em ambientes urbanos. Quando adequadamente planejados e geridos, os espaços produtivos urbanos tornam-se não apenas fontes de alimento e renda, mas também elementos educativos vivos que reconectam os cidadãos urbanos aos processos naturais de produção.

A agricultura urbana e periurbana, para Mougeot (2006), não se restringe à produção de alimentos, mas é uma atividade multifuncional que promove a inclusão social, a educação ambiental e a melhoria nutricional das comunidades vulneráveis. Estes espaços produtivos reinserem o ciclo alimentar no contexto urbano, encurtando circuitos de distribuição e reduzindo a pegada de carbono associada ao transporte. Economicamente, podem constituir uma fonte de complemento de renda ou mesmo de emprego formal. Além da produção de alimentos, estes espaços podem abrigar atividades de artesanato, pequenas indústrias criativas ou feiras livres, integrando a economia local ao ar livre e dinamizando a vida comunitária. Nesse caminho, as hortas urbanas representam uma das manifestações mais tangíveis da tríade funcional dos espaços abertos, integrando dimensões produtivas, ecológicas e sociais de forma singular. Sua implementação estratégica nos chamados vazios urbanos pode transformar espaços residuais em polos de produtividade e convívio, combatendo a ociosidade especulativa do solo e dando nova função social a essas parcelas da cidade, conforme defende Queiroga (2007).

Do ponto de vista ambiental, o posicionamento dessas hortas nas proximidades de nascentes e cursos d'água revela especial relevância, desde que não impliquem em remoção de vegetação nativa e em proteção das área específica de nascentes, seja pontual ou difusa. Atuando como zonas de amortecimento, elas podem proteger as fontes hídricas contra a contaminação por agrotóxicos e sedimentos, ao mesmo tempo que promovem a infiltração natural das águas pluviais, contribuindo para a recarga dos aquíferos e a estabilização de encostas. Esta função ecológica também vai ao encontro do conceito de infraestrutura verde proposto por Benedict e McMahon (2006), onde a agricultura urbana se configura como prática de baixo impacto ambiental.

No âmbito educacional, as hortas escolares emergem como ferramentas pedagógicas importantes, transcendendo o caráter meramente produtivo. Elas possibilitam o ensino interdisciplinar, conectando conceitos de ciências naturais, matemática, nutrição e sustentabilidade, enquanto promovem a conscientização ambiental desde a infância, conforme destacam os estudos de Mougeot (2006) sobre os benefícios educativos da agricultura urbana. Esta perspectiva é complementada por Lopes (2022), que em sua pesquisa demonstra como as hortas escolares se configuram como uma espécie de laboratórios vivos para a educação ambiental, permitindo que estudantes vivenciem na prática ciclos ecológicos, processos de compostagem e relações entre produção alimentar e saúde. A abordagem de Lopes (2022) enfatiza ainda que estes espaços educativos promovem o desenvolvimento de competências socioemocionais como responsabilidade, trabalho em equipe e paciência, ao mesmo tempo que fortalecem o vínculo afetivo das crianças com o território onde vivem.

Essa prática agrícola urbana assume igual importância na educação patrimonial, ao resgatar e valorizar saberes tradicionais associados ao cultivo de variedades locais, às técnicas de plantio adaptadas ao contexto regional e às memórias afetivas vinculadas aos territórios. Conforme demonstra Fonseca (2019) em seus estudos sobre patrimônio imaterial, as hortas comunitárias funcionam como repositórios vivos de conhecimentos tradicionais, onde se preservam não apenas espécies alimentares, mas todo um acervo de práticas culturais associadas ao manejo agrícola. As hortas comunitárias tornam-se, assim, espaços de preservação do patrimônio biocultural, fortalecendo identidades locais e promovendo a transmissão intergeracional de conhecimentos, processo esse que Fonseca (2019) identifica como fundamental para a sustentabilidade cultural das comunidades.

A gestão pública pode potencializar esses benefícios através de políticas integradas, que identifiquem e destinem vazios urbanos municipais para programas de agricultura urbana; estabeleçam corredores verdes produtivos ao longo de cursos d'água; integrem hortas pedagógicas no currículo escolar, seguindo as diretrizes propostas por Lopes (2022), para a efetiva incorporação desses espaços como ambientes de aprendizagem; e reconheçam as hortas comunitárias como instrumentos de preservação do patrimônio imaterial. Conforme destaca o autor, a integração curricular das hortas escolares deve transcender a abordagem pontual, tornando-se eixo estruturador de projetos pedagógicos interdisciplinares que conectem educação alimentar, ambiental e cidadã. Desse modo, as hortas urbanas transcendem sua função alimentar para se tornarem elementos estruturantes de cidades mais sustentáveis, educadoras e com forte apego identitário.

Os espaços abertos destinados ao lazer, esporte e cultura constituem a esfera pública por excelência nas cidades contemporâneas, representando os elementos mais tradicionalmente reconhecidos do sistema de espaços livres. Esta categoria, que engloba desde parques urbanos e praças até quadras esportivas, pistas de skate e anfiteatros ao ar livre, transcende sua função aparente de recreação para assumir um papel fundamental na promoção da saúde pública integral. Conforme demonstram estudos recentes em urbanismo, a disponibilidade e qualidade desses espaços estão relacionados com a melhoria da saúde física e mental da população, funcionando como ambientes propícios para a prática de exercícios, o convívio social e a redução do estresse urbano. Esta compreensão é reforçada por Marmot (2015), que em seus estudos sobre os determinantes sociais da saúde demonstra como o acesso a espaços públicos de qualidade representa um fator determinante para a equidade em saúde pública, influenciando positivamente indicadores de saúde física, mental e bem-estar social.

A dimensão social desses espaços abertos revela-se ainda mais profunda quando os compreendemos como palcos da vida coletiva. Para Jacobs (2011), a vitalidade e segurança dos espaços públicos derivam precisamente da diversidade de usos e da intensidade de apropriação social que conseguem suportar. Esta premissa é ampliada por Macedo (2020), que defende que a verdadeira integração urbana ocorre quando esses locais abertos se tornam cenários para manifestações políticas, festivais comunitários, apresentações artísticas e encontros cotidianos, fortalecendo identidades coletivas e consolidando os laços comunitários essenciais para o exercício da democracia participativa. A integração entre arte, lazer e espaço público tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores, como os trabalhos de Whyte (1980), que em suas observações pioneiras sobre o comportamento social em espaços públicos, demonstrou como elementos como a mobília urbana, a presença de equipamentos para a alimentação saudável e a programação cultural espontânea são cruciais para atrair pessoas e criar ambientes vibrantes.

A dimensão da equidade espacial emerge como critério fundamental na avaliação desses espaços abertos, sendo que sua localização, acessibilidade universal e qualidade de desenho tornam-se indicadores concretos de justiça social na cidade. A má distribuição desses equipamentos pelo território urbano, conforme alerta Santos (2018a) em seus estudos sobre direito à cidade, tende a reproduzir e intensificar as desigualdades socioespaciais, privando comunidades periféricas de ambientes que promovam o pleno desenvolvimento humano.

A efetividade desses espaços como promotores de bem-estar coletivo depende, portanto, de uma abordagem integrada que considere: a multifuncionalidade no desenho urbano, criando ambientes adaptáveis às diferentes necessidades comunitárias; a governança participativa, envolvendo a população no planejamento e gestão continuada; a programação cultural diversificada, que reconheça e valorize as manifestações artísticas locais; a conectividade com o sistema de mobilidade ativa, garantindo acesso seguro e universal. Esta visão integradora é respaldada por Barton (2017), que em seu trabalho sobre planejamento urbano saudável defende que a efetividade dos espaços públicos depende da articulação sinérgica entre desenho físico, gestão democrática e acesso equitativo. Desse modo, os espaços de lazer, esporte e cultura revelam-se não como meros acessórios urbanos, mas como componentes essenciais para a construção de cidades mais saudáveis, democráticas e socialmente mais justas.

Todavia, a distinção entre estas três categorias é, em grande medida, analítica. Na prática, os espaços abertos mais bem-sucedidos e resilientes são aqueles que integram múltiplas funções. Um parque linear à beira-rio é, simultaneamente, um espaço de preservação (protegendo as margens e a biodiversidade), de lazer (com ciclovias e áreas de permanência) e pode incorporar a produção (através de hortos comunitários ou pomares). Do mesmo modo, uma horta urbana não é apenas um lugar produtivo, mas também um espaço de lazer e educação ambiental, contribuindo para a preservação de polinizadores e de variedades genéticas locais. Um desafio para o planejamento urbano contemporâneo é, portanto, fomentar esta multifuncionalidade, pois projetos de infraestrutura verde podem ser concebidos para desempenhar papéis ecológicos, sociais e económicos de modo integrado. Políticas públicas podem incentivar a gestão participativa de hortos em parques, a instalação de equipamentos culturais em áreas de preservação (com devidos cuidados) e a incorporação de espécies produtivas no paisagismo urbano. A visão de um sistema de espaços abertos como uma tríade funcional interconectada oferece um caminho robusto para a construção de cidades verdadeiramente sustentáveis, onde o ambiente, a economia e a sociedade coexistem e se fortalecem mutuamente.

Os espaços abertos urbanos, como os parques, praças, jardins, corredores ripícolas, áreas de preservação e até logradouros, são tradicionalmente vistos como vazios na malha urbana. No entanto, uma compreensão mais aprofundada revela que eles formam um sistema complexo e dinâmico, essencial para a saúde ambiental, económica e social das cidades. A abordagem sistêmica permite transcender a visão fragmentada, promovendo a análise da sua estrutura, função e conectividade através de diferentes escalas, as quais podem ser entendidas como macro (região e rede de cidades), meso (cidade e entorno imediato) e micro (bairro, ruas e lotes), destacando as suas inter-relações e a necessidade de um planeamento integrado.

Na escala regional, o sistema de espaços abertos desempenha um papel estratégico na configuração do território. Estes espaços, frequentemente denominados de infraestrutura verde, fornecem serviços ecossistêmicos críticos, como a regulação do microclima, a proteção de mananciais hídricos, a conservação da biodiversidade e a drenagem natural de águas pluviais (Benedict e McMahon, 2006). Podem atuar como corredores ecológicos, conectando fragmentos florestais e permitindo o fluxo gênico de espécies, o que é vital para a resiliência ecológica face às mudanças climáticas.

Deslocando a análise para a escala da cidade, o sistema de espaços abertos adquire uma função morfológica e social preponderante. Grandes parques urbanos, boulevards, sistemas de praças e corredores ao longo de rios (muitas vezes revitalizados) tornam-se elementos identitários e estruturadores da forma urbana. Estes espaços não são meros acessórios, mas partes integrantes da imagem pública da cidade, contribuindo para a sua legibilidade e caráter único (Lynch, 2010, com primeira publicação em 1960). A conectividade do sistema é crucial nesta escala. A implementação de corredores verdes contínuos, que ligam diferentes partes da cidade, promove a mobilidade ativa (pedonal e ciclável), reduzindo a dependência do automóvel e contribuindo para a redução de emissões poluentes. A integração do sistema de espaços abertos com o sistema de transporte público potencializa os benefícios de ambos, criando cidades mais acessíveis e saudáveis. Além disso, a distribuição equitativa destes espaços pela cidade é um indicador de justiça ambiental e social, assegurando que todas as pessoas tenham acesso a áreas de lazer e recreação de qualidade. A noção de ecologia urbana, discutida por Register (2006), enfatiza esta necessidade de (re)integrar processos naturais e estruturas verdes no tecido urbano denso.

É na escala do bairro que o sistema de espaços abertos se manifesta de forma mais tangível no cotidiano das pessoas. Praças, parques de bairro, jardins comunitários e até ruas arborizadas e calçadas amplas constituem a esfera pública de proximidade. Estes locais são palco de interações sociais informais, fortalecendo os laços comunitários e o sentido de pertencimento. Há bom tempo atrás, Jacobs (2011, com primeira publicação em 1961) já acentuara que a vitalidade dos espaços públicos locais é a base para a segurança e a vida urbana vibrante. A qualidade, manutenção e acessibilidade destes espaços têm um impacto direto na saúde física e mental da população, incentivando a prática de exercício e o convívio ao ar livre.

A presença de áreas verdes no bairro está relacionada com a redução do efeito de ilha de calor urbana e com a melhoria da qualidade do ar local. A gestão a esta escala deve ser participativa, envolvendo a comunidade no desenho e manutenção, como ocorre com os hortos comunitários, que, para além da função recreativa, podem ter um papel educativo e de segurança alimentar. A paisagem do cotidiano, na escala do bairro, é onde a macroestrutura do sistema se concretiza em benefícios diretos para a população, constituindo o espaço onde, segundo Santos (2018a), se desenrola a vida prática dos cidadãos e onde as políticas urbanas de maior escala revelam seu verdadeiro impacto na qualidade de vida das pessoas.

De fato, a abordagem multiescalar demonstra que o sistema de espaços abertos urbanos é um componente indispensável, cujo planejamento não deve ser conduzido de forma compartimentada. A efetividade do sistema depende da sua capacidade de operar de forma integrada: os corredores ecológicos regionais devem conectar-se aos parques urbanos, que, por sua vez, devem ser acessíveis através de vias verdes e desembocar em praças e jardins de bairro. A fragmentação deste sistema leva à perda de serviços ecossistêmicos, à segregação socioespacial e à diminuição da resiliência urbana. Portanto, políticas públicas e instrumentos de planeamento urbano, como planos diretores e leis de uso do solo, precisam adotar uma visão sistêmica e multiescalar, reconhecendo os espaços abertos como uma infraestrutura tão vital quanto as redes de água, energia ou transporte. A construção de cidades mais justas, saudáveis e sustentáveis parece passar, inevitavelmente, pela valorização e pelo investimento contínuo na rede verde e azul que as sustenta.

Além disso, o conceito de espaço público aberto tem sido fundamental na ressignificação das cidades contemporâneas, sobretudo diante de desafios ambientais e sociais. A

pandemia de COVID-19 reforçou a necessidade de disponibilizar áreas ao ar livre adequadas para o convívio seguro, ampliando o debate sobre qualidade urbana, saúde e uso do espaço público. Honey-Rosés et al. (2021) demonstraram, em estudo internacional, como a pandemia catalisou a revalorização dos espaços abertos urbanos, com evidências de que cidades que mantiveram acesso a parques e áreas verdes, durante os períodos de restrição, registraram melhores indicadores de saúde mental e bem-estar social. Cidades que investem na ampliação e qualificação de parques, áreas verdes, espaços de lazer e infraestrutura para pedestres e ciclistas apresentam maior resiliência urbana, melhores indicadores de saúde e maior coesão social.

No âmbito do planejamento urbano, pensar a cidade como uma rede integrada de espaços abertos implica refletir sobre sustentabilidade e equidade. A oferta de áreas livres, acessíveis e multifuncionais está diretamente ligada ao direito à cidade, como previsto no Estatuto da Cidade, legislação urbanística brasileira que quer fazer alcançar moradia digna, lazer, participação cidadã e gestão democrática (Brasil, 2001). A integração entre áreas verdes e espaços urbanos abertos contribui não apenas para a qualidade ambiental, mas para a dimensão social, de modo que a cidade seja inclusiva para todas as pessoas, independentemente de classe, gênero ou idade, de modo alinhado com pensamento de Lefebvre (2001), com conteúdos publicados sobre o direito à cidade desde a década de 60.

Todavia,(apesar do sólido arcabouço teórico desenvolvido por pesquisadores como Queiroga (2003; 2007; 2011) para a valorização dos sistemas de espaços abertos, a tradução desses princípios em políticas urbanas efetivas esbarra em uma complexa teia de obstáculos. Uma crítica fundamental reside na desconexão entre a teoria urbanística e a realidade operacional das prefeituras municipais. O planejamento integrado e multifuncional exigido por essa abordagem esbarra na fragmentação e baixos salários das equipes técnicas municipais, que frequentemente atuam de forma setorizada, sem a necessária comunicação entre secretarias. A carência de quadros técnicos com formação específica em projeto urbano e a rotatividade de cargos por motivos políticos impossibilitam a continuidade de políticas públicas complexas, que demandam visão de longo prazo, como a consolidação de uma rede de espaços livres.

Do ponto de vista econômico e fundiário, os desafios são ainda mais profundos. A pressão da especulação imobiliária e a sacralização do direito de propriedade constituem barreiras quase intransponíveis, em muitas cidades. A implementação de um sistema contínuo de espaços abertos, especialmente em áreas centrais e consolidadas, frequentemente exige a desapropriação de terrenos de alto valor, um processo judicialmente moroso, politicamente custoso e financeiramente proibitivo para a maioria dos orçamentos municipais. Consequentemente, as intervenções tendem a ser confinadas a áreas periféricas ou degradadas, onde o valor do solo é menor, o que, paradoxalmente, pode catalisar processos de gentrificação. A qualificação do espaço público, por mais bem-intencionada que seja, tende a valorizar o entorno, podendo levar ao aumento de aluguéis e à expulsão da população de baixa renda original, conforme alertam críticos como Smith (1996). Desse modo, um instrumento concebido para promover equidade pode acabar aprofundando a segregação socioespacial.

No que tange à mobilidade urbana, existe uma tensão não resolvida entre a função social dos espaços abertos e a hegemonia do automóvel. A criação de corredores verdes e a ampliação de calçadas e áreas de permanência frequentemente entram em conflito direto com a demanda por vagas de estacionamento e fluidez viária, gerando forte resistência por parte de alguns setores da sociedade e do próprio poder público, que ainda vê a cidade primariamente sob a lógica do tráfego, em detrimento de uma visão de mobilidade ativa, preconizada por estudiosos como Gehl (2013). Por fim, a questão da manutenção representa um dos maiores pontos de dificuldade, pois municípios subfinanciados são incapazes de arcar com os custos permanentes de conservação de espaços abertos, levando ao rápido declínio e ao abandono de espaços recém-implantados. Esse ciclo de construir-degradar-abandonar pode minar a credibilidade das intervenções e a confiança da população no poder público, criando um cenário em que a mais sofisticada teoria urbanística pode fracassar diante da prosaica, porém crucial, falta de recursos para a implementação e manutenção, um desafio de gestão pública amplamente documentado por Matias-Pereira (2019).

Cidade da continuidade do ambiente natural

A expansão e consolidação do espaço urbano historicamente operaram sob uma lógica de homogeneização e fluidez para os fluxos antrópicos, como tráfego, comércio, pessoas e informações. Essa continuidade urbana, materializada em malhas viárias, redes de infraestrutura cinza e tecidos edificados densos, frequentemente se estabelece pela fragmentação e supressão do ambiente natural preexistente. Surge, assim, uma tensão fundamental no planejamento territorial: a necessidade humana por um espaço urbano contínuo e funcional parece estar em oposição direta à necessidade ecológica por uma continuidade do ambiente natural, como uma paisagem interconectada que permita a movimentação de espécies, o fluxo gênico, a regulação hidrológica e a provisão de serviços ecossistêmicos. Esta tensão é analisada por Forman (2014) em sua teoria da matriz territorial, onde o autor argumenta que o desafio central do planejamento contemporâneo reside precisamente em conciliar estas duas continuidades aparentemente antagônicas, a urbana e a ecológica, através de estratégias de integração que reconheçam a paisagem como um sistema único e interdependente.

A cidade, como entidade que busca sua própria eficiência interna, tende a tratar a natureza como um obstáculo a ser domado ou um vazio a ser preenchido, resultando em um mosaico de remanescentes naturais isolados, os fragmentos de habitat. Como bem explicam Dramstad, Olson e Forman (1996), a paisagem resultante é composta por manchas (os fragmentos), corredores (como estradas ou, potencialmente, rios) e uma matriz (o território urbano dominante). Nesse contexto, a matriz urbana impermeável e hostil torna-se uma barreira, isolando populações de flora e fauna e comprometendo a resiliência dos ecossistemas (Urban; Keitt, 2001).

No entanto, a visão contemporânea mais avançada no planejamento urbano e na ecologia da paisagem não encara mais essa relação como um jogo de soma zero. Em vez de uma oposição binária, propõe-se uma integração sinérgica onde as duas continuidades podem se retroalimentar. Anne Whiston Spirn (1984), em sua obra seminal “The Granite Garden”, foi pioneira ao argumentar que a cidade é, em si, um fenômeno natural e que seu planejamento deve reconhecer e incorporar os processos ecológicos. Para Spirn (1984), a dicotomia cidade versus natureza é falsa; a verdadeira questão é como projetar a cidade como uma espécie de imenso jardim, onde a água, o solo e a vida são direcionados e potencializados, não suprimidos.

Publicada em 1984, a obra The Granite Garden: Urban Nature and Human Design de Anne Whiston Spirn representou um ponto de virada paradigmático no pensamento sobre o ambiente urbano. Em um contexto onde o planejamento das cidades ainda operava sob uma lógica profundamente cartesiana, que tratava o sítio natural como uma tábula rasa a ser aplainada e dominada, Spirn propôs uma tese radical e, ao mesmo tempo, simples: a cidade é natureza. Esta afirmação, longe de ser uma mera metáfora poética, é uma premissa técnica e filosófica que redefine completamente a relação entre o construído e o natural.

Spirn (1984) argumenta que a dicotomia que opõe cidade e natureza é uma construção intelectual falaciosa e perigosa. Para ela, a cidade não é uma entidade antagônica ao mundo natural, mas uma de suas expressões mais complexas, onde os processos geológicos, hidrológicos, atmosféricos e biológicos continuam a operar com força total, embora frequentemente de forma distorcida e negligenciada. O rio que é canalizado sob a avenida, a encosta que é cortada para dar lugar a um viaduto e o microclima alterado pela massa termal dos edifícios são todos testemunhos de que a natureza na cidade não foi erradicada, mas sim reprimida, ignorada e, por consequência, transformada em uma força destrutiva.

É aqui que o conceito de continuidade ganha uma dimensão crucial na tese de Spirn. A continuidade urbana tradicional, ao buscar a homogeneização do terreno para a malha viária e a fundação de edifícios, interrompe brutalmente a continuidade dos processos naturais. A água da chuva, que antes infiltrava no solo e alimentava os lençóis freáticos, é rapidamente escoada por bueiros e canalizações, causando inundações a jusante. A fauna e a flora, que dependiam de corredores ecológicos, vêem seus habitats fragmentados pela expansão urbana. Spirn (1984) demonstra que os problemas urbanos mais crônicos, como enchentes, ilhas de calor, erosão, poluição, são sintomas de um desajuste ecológico, provocado pela desconsideração a essa continuidade natural subjacente.

A grande contribuição de “The Granite Garden”, portanto, não está apenas na crítica, mas na proposição de um novo método de planejamento e em sua síntese dialética. Spirn defende que o projeto da cidade deve começar pelo entendimento profundo da lógica do lugar, incluindo sua topografia, hidrologia, geologia e ecologia. O planejamento deve ser, antes de tudo, uma leitura e uma interpretação do sítio natural. Em vez de impor uma grade abstrata e universal, o desenho urbano precisa dialogar com e incorporar esses processos.

Nesse novo paradigma, a continuidade deixa de ser um conceito único, passando a coexistirem duas continuidades que devem ser entrelaçadas: a continuidade dos processos naturais, que precisa ser preservada e restaurada, permitindo que a água infiltre, que as espécies se movimentem e que os ciclos biogeoquímicos funcionem; e a continuidade da experiência humana e da forma urbana, que deve ser redesenhada para se integrar à primeira. Isso se materializa em práticas como parques lineares e corredores verdes, que restauram a continuidade hidrológica e ecológica ao longo de rios e córregos, transformando-os de canais de drenagem que podem representar áreas de recreação e biodiversidade no tecido urbano; também nos chamados projetos de drenagem urbana sensível, que utilizam infraestrutura verde, como jardins de chuva, trincheiras de infiltração e pavimentos permeáveis, de modo a replicar o ciclo hidrológico natural, criando uma continuidade funcional no manejo das águas; assim como na preservação de topografia e vegetação nativa, onde o traçado de ruas e a localização de edificações respeitam as características do terreno, minimizando cortes e aterros e integrando elementos naturais preexistentes à composição urbana.

Uma ferramenta conceitual e prática para operacionalizar essa síntese de continuidades pode ser chamado de planejamento de infraestrutura verde. Diferente da abordagem tradicional de criar parques pontuais e desconectados, uma infraestrutura verde pode ser definida como uma rede planejada e gerenciada de espaços naturais e seminaturais, projetada para desempenhar uma variedade de funções ecológicas, sociais e econômicas (Rouse; Bunster-Ossa, 2013). Trata-se, portanto, de construir uma segunda malha de continuidade sobre a cidade: uma rede ecológica que funciona em paralelo e em integração com as chamadas redes de infraestrutura cinza.

Essa segunda malha não pode ser um mero acessório paisagístico, mas uma estrutura fundamental que deve ser planejada com o mesmo rigor, investimento e caráter sistêmico dedicados às redes de transporte, energia ou saneamento. Enquanto a infraestrutura cinza (estradas, tubulações, cabos) garante a continuidade dos fluxos antrópicos, a infraestrutura verde assegura a continuidade dos fluxos ecológicos fundamentais: o ciclo da água, os nutrientes do solo, o movimento de polinizadores e a dispersão de sementes. Ahern (2016) argumenta que o planejamento urbano deve abandonar a visão setorial e adotar uma abordagem de infraestrutura verde multifuncional, onde os sistemas naturais e construídos são concebidos como complementares e sinérgicos, e não como entidades concorrentes. A falha em reconhecer essa dupla necessidade de continuidade leva a um colapso sistêmico, manifestado em inundações, ilhas de calor, perda de biodiversidade e degradação da qualidade de vida.

Mas a eficácia da chamada infraestrutura verde reside em sua capacidade de requalificar a própria matriz urbana, tornando-a mais permeável aos processos naturais. Nesse sentido, atua em três escalas interconectadas, conforme proposto por Ahern (2007):

- na escala da paisagem (com corredores e hubs): aqui, a infraestrutura verde é o arcabouço que conecta os fragmentos remanescentes de habitat; atua como uma ligadura ecológica, implementando corredores ripários (matas ciliares), corredores de vida selvagem sobre ou sob vias de alta velocidade, e unindo grandes parques a fragmentos florestais, criando assim uma rede contínua e resiliente; essa escala é crucial para combater a fragmentação e permitir que a continuidade ecológica se reestabeleça;

- na escala do bairro e do quarteirão (com multifuncionalidade): nessa escala, a infraestrutura verde se materializa como uma rede distribuída e multifuncional que infiltra no tecido urbano; inclui parques lineares, jardins de chuva, trincheiras de infiltração, telhados verdes, fachadas vivas e ruas arborizadas projetadas como corredores verdes; esses elementos não são apenas estéticos, sendo componentes ativos do sistema, gerenciando as águas pluviais, moderando o microclima, proporcionando recreação e criando habitats; eles tornam a continuidade urbana cotidiana mais permeável e agradável;

- na escala do lote e do edifício (com permeabilidade): é a escala da micro-conectividade, onde podem ocorrer um telhado verde conectado a um jardim de chuva no solo, um pátio permeável que permite a infiltração, um muro vivo que serve como refúgio para insetos, com todos estes elementos contribuindo para uma matriz urbana mais porosa e favorável aos processos naturais, demonstrando que a continuidade ecológica pode ser fomentada em cada metro quadrado da cidade.

Porém, a implementação bem-sucedida da infraestrutura verde exige um planejamento espacialmente explícito, que identifique e proteja os hubs (nós) e os links (conexões) críticos, antes que a pressão do desenvolvimento urbano os torne inviáveis (Ahern, 2007). Ferramentas da ecologia da paisagem, como a teoria dos grafos (Urban; Keitt, 2001), permitem modelar e priorizar esses corredores, transformando o planejamento em uma ação proativa de conservação e não em uma mitigação reativa e, frequentemente, ineficaz.

Apesar da solidez teórica dos conceitos de infraestrutura verde e conectividade ecológica, sua implementação em cidades marcadas por desigualdade socioeconômica pode gerar paradoxos que, se não explicitamente enfrentados, agravam as crises urbanas que se propõem a resolver. A crítica mais imediata reside na tensão fundamental

entre conectar ecossistemas e fragmentar o tecido urbano, o que exige conceber continuidades para ambos. Para criar corredores ecológicos funcionais, como matas ciliares robustas, é frequentemente necessário interromper a continuidade urbana tradicional de bairros e a malha viária existente. Conforme demonstram Tzoulas et al. (2021), essa fragmentação pode aumentar distâncias e custos de mobilidade, onerando o sistema de transporte como um todo e contradizendo outros princípios de sustentabilidade urbana, implicando portanto em soluções integradas.

Outra questão crítica é a da gentrificação verde e apropriação imobiliária seletiva. A criação de parques lineares e corredores verdes agrega valor paisagístico, que pode ser imediatamente capitalizado pelo mercado imobiliário. Anguelovski et al. (2018) documentam, em estudos multicaso, como a valorização do entorno dessas áreas frequentemente leva à expulsão de populações de baixa renda, convertendo a natureza em produto de luxo acessível apenas para segmentos mais abastados. Os benefícios da infraestrutura verde, como ar puro, sombra, recreação e bem-estar, podem-se tornar, desse modo, distribuídos de maneira profundamente desigual, aprofundando a segregação socioespacial. A dimensão da justiça ambiental emerge como crucial nesse contexto, como indicam Wolch, Byrne e Newell (2014), quando argumentam que o planejamento de infraestrutura verde deve incorporar explicitamente critérios de equidade, assegurando que os benefícios ecológicos sejam acessíveis a todos os grupos sociais. Sem mecanismos de proteção social e regulação fundiária, a infraestrutura verde pode, paradoxalmente, intensificar as desigualdades que deveria ajudar a resolver, transformando-se de direito fundamental em ativo financeiro urbano.

Considerações finais

Como considerações finais, pode ser entendido que a renaturalização das cidades tende a aparecer como um paradigma fundamental para o planejamento urbano, representando a transição necessária de uma visão da natureza como elemento decorativo para sua compreensão como sistema ecossistêmico integrado e ativo. Esta abordagem exige que uma infraestrutura verde e azul seja planejada com a mesma prioridade e rigor técnico dedicado às redes de transporte e saneamento, reconhecendo que os serviços ecossistêmicos, desde a regulação térmica até a gestão de águas pluviais, constituem a base para a resiliência urbana face às mudanças climáticas.

A tríade funcional dos espaços abertos, preservação, produção e práticas sociais, demonstra que a qualidade urbana depende da superação da gestão setorial. Os espaços mais bem-sucedidos são aqueles que integram simultaneamente funções ecológicas, econômicas e sociais, criando sinergias onde um corredor verde é também espaço produtivo e de convívio. Esta visão exige planos e projetos integradores, assim como políticas públicas dedicadas, que tratem o sistema de espaços abertos como uma rede vital para a saúde pública, para a segurança alimentar e para a coesão social.

Por fim, a ideia de continuidade do ambiente natural nas cidades aparece como necessidade para a renaturalização e para o projeto e realização de um sistema de espaços abertos, sendo ao mesmo tempo uma estratégia e um preceito projetual. Todavia, esses conceitos revelam tensões profundas entre a continuidade ecológica e a justiça social, sendo que o risco de gentrificação verde expõe como a qualificação ambiental pode converter a natureza em privilégio, aprofundando desigualdades, se não for acompanhada de mecanismos de proteção social e regulação fundiária. A verdadeira sustentabilidade urbana depende, portanto, de vincular as melhorias ambientais a políticas de equidade, que busquem o direito universal aos benefícios da infraestrutura ecológica, transformando-a numa ferramenta de inclusão e de aumento da qualidade de vida. A cidade contemporânea enfrenta, assim, o duplo desafio de recompor suas estruturas ecológicas enquanto reconstrói seu tecido social, tornando-se simultaneamente mais verde e mais justa.
As ideias trazidas neste argumento, sobre a renaturalização, a criação de sistemas de espaços abertos e a continuidade do ambiente natural no espaço urbano, parecem ser complementares e indicarem um novo modo de conceber, projetar e gerir as cidades. Nesse novo modo, no qual a produção do espaço urbano pretende estar integrada com o ambiente natural, as cidades podem ser consideradas como uma parte da natureza, ao invés de uma oposição ao que é natural. Desse modo, práticas sociais vinculadas à produção e consumo das cidades precisam ser revistas e atualizadas, sejam típicas da economia, da política, da cultura ou das tecnologias, acompanhadas de novas alternativas para conceber e praticar planos e projetos urbanos.

Referências

AHERN, Jerry F,. Urban Landscape Sustainability and Resilience: The Promise and Challenges of Integrating Ecology with Urban Planning and Design. *Landscape Ecology,* v. 28, n. 6, p. 1203-1212, 2016.

AHERN, Jack. Green infrastructure for cities: The spatial dimension. In: *Cities of the Future:* Towards Integrated Sustainable Water and Landscape Management. London: IWA Publishing, 2007. p. 267-283.

AKBARI, Hashem; POMERANTZ, Melvin; TAHA, Haider. Cool surfaces and shade trees to reduce energy use and improve air quality in urban areas. *Solar Energy,* v. 70, n. 3, p. 295-310, 2001.

DOUGLAS, Ian et al. (Ed.). *Routledge handbook of urban ecology.* 2. ed. Abingdon: Routledge, 2021.

ANGELI, Gustavo Czekster. *A Cidade Verde e a Cidade Negra:* Parque, Gentrificação e Luta por Moradia no Centro de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

ANGUELOVSKI, Isabele. et al. New scholarly pathways on green gentrification: What does the urban 'green turn' mean and where is it going? *Progress in Human Geography,* v. 43, n. 6, p. 1064-1086, 2018.

BARTON, Hugh. *City of Well-being:* A Radical Guide to Planning. Londres: Routledge, 2017.

BENEDICT, Mark A.; McMAHON, Edward T. *Green Infrastructure:* Linking Landscapes and Communities. Washington, DC: Island Press, 2006.

BOERI, Stefano. *Forest Cities:* Urban Forms and Climate Change. Zurich: Lars Müller Publishers, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. *Estatuto da Cidade.* Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2001.

DRAMSTAD, Wenche E.; OLSON, James D.; FORMAN, Richard T. T. *Landscape Ecology Principles in Landscape Architecture and Land-Use Planning.* Washington, DC: Island Press, 1996.

FONSECA, Maria Cecília de Loreto. *Memória e Patrimônio Cultural*: As Hortas Urbanas como Espaços de Preservação Biocultural. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

FORMAN, Richard T. T. *Urban Ecology:* Science of Cities. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

GEHL, Jan. *Cidades para Pessoas.* 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIRARDET, Herbert. *Cidades Regenerativas.* Porto Alegre: Bookman, 2016.

HONEY-ROSÉS, Jordi. et al. The impact of COVID-19 on public space: an early review of the emerging questions. *Cities & Health,* v. 5, n. 1, p. 1-17, 2021.

IPBES - Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. *Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services.* Bonn, Germany: IPBES secretariat, 2019.

IPBES - Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. The Value of Urban Nature for Human Well-being and Climate Resilience. In: *Relatório da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos*, 2019b. Disponível em: https://www.ipbes.net. Acesso em: 23 out. 2023.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades.* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. (Trabalho original publicado em 1961).

KAPLAN, Stephen. *The restorative benefits of nature:* Toward an integrative framework. Journal of Environmental Psychology, v. 15, n. 3, p. 169-182, 1995.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade.* São Paulo: Centauro, 2001. (Trabalho original publicado em 1968).

LOPES, Mateus dos Santos. *Educação Ambiental e Hortas Escolares:* Práticas Pedagógicas para o Século XXI. São Paulo: Editora Senac, 2022.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade.* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Trabalho original publicado em 1960).

MACEDO, Letícia de Souza. *Planejamento Ambiental Urbano:* Estratégias para a Conectividade Ecológica. São Paulo: Editora Manole, 2020.

MACHADO, Marcelo J. R. et al. *Agricultura Urbana e Segurança Alimentar:* Experiências Brasileiras. São Paulo: Editora Cubo, 2021.

MARMOT, Michael. *The Health Gap:* The Challenge of an Unequal World. Londres: Bloomsbury Publishing, 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de Gestão Pública Contemporânea.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MOUGEOT, Luc J. A. *Agricultura Urbana:* Conceito e Definição. Revista de Agricultura Urbana, n. 1, p. 1-8, 2006.

OKE, Timothy R. The energetic basis of the urban heat island. *Quarterly Journal of the Royal Meteorological Society,* v. 108, n. 455, p. 1-24, 1982.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. (Org.). *Habitação e Cidade:* Fundamentos para a Prática do Projeto Urbanístico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2007.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *Parcelamento do Solo e Projeto Urbano:* Limites e Alternativas. 2003. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *Projeto Urbano e os Desafios da Metrópole Contemporânea.* São Paulo: Annablume Editora, 2011.

REDWOOD, Mark. *Agriculture in Urban Planning:* Generating Livelihoods and Food Security. Nova York: Routledge, 2019.

REGISTER, Richard. *Ecocities:* Rebuilding Cities in Balance with Nature. Gabriola Island, BC: New Society Publishers, 2006.

ROUSE, David C.; BUNSTER-OSSA, Ignacio F. *Green Infrastructure:* A Landscape Approach. Chicago: American Planning Association, 2013.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira.* 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2018a.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão.* 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018b.

SMIT, Jac. *Urban Agriculture:* Food, Jobs, and Sustainable Cities. Nova York: The Urban Agriculture Network, 2015.

SMITH, Neil. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. In: *Geografia, Economia e Espaço.* São Paulo: Annablume, 2007. p. 151-179.

SMITH, Neil. *The New Urban Frontier:* Gentrification and the Revanchist City. New York: Routledge, 1996.

SPIRN, Anne Whiston. *The Granite Garden:* Urban Nature and Human Design. New York: Basic Books, 1984.

SWYNGEDOUW, Erik. Interrogating Post-Democratization: Reclaiming Egalitarian Political Spaces. *Political Geography,* v. 30, n. 7, p. 370-380, 2011.

TANNER, Christopher J.; ADLER, Frederick R. Adler. *Urban Ecosystems:* Ecological Principles for the Built Environment. Cambridge University Press, 2013.

TZOULAS, Kalevi et al. A conceptual model of the social–ecological system of nature-based solutions in urban environments. *Ambio*, v. 50, n. 2, p. 335-345, 2021.

UPALIS, Uwe P. et al. The cooling effect of urban green spaces as a contribution to energy-saving and emission-reduction: A case study in Beijing, China. *Building and Environment,* v. 114, p. 1-10, 2019.

URBAN, Dean L.; KEITT, Timothy H. Landscape Connectivity: A Conservation Application of Graph Theory. *Journal of Environmental Management,* v. 59, n. 4, p. 265-278, 2001.

WASHBURN, Alexandria. *The Nature of Urban Design:* A New York Perspective on Resilience. Island Press, 2013.

WHYTE, William *Hollingsworth.* The Social Life of Small Urban Spaces. New York: Project for Public Spaces, 1980.

WOLCH, Jennifer R.; BYRNE, Jason; NEWELL, Joshua P. Urban green space, public health, and environmental justice: The challenge of making cities 'just green enough'. *Landscape and Urban Planning,* v. 125, p. 234-244, 2014.

YU, Kongjian. The Big Foot: The Sponge City. In: The Art of Survival: Recovering Landscape Architecture. *The Chinese University of Hong Kong Press,* 2020b. p. 180-199.

YU, Kongjian. The Sponge City Concept. In: YU, K. (Ed.). *Sponge Cities:* Emerging Approaches, Challenges and Opportunities. Springer, 2020a. p. 1-15.

MULTIFUNCIONALIDADES DA PAISAGEM
Oportunidades do Sistema de Espaços Livres para Erechim/RS

MULTIFUNCTIONALITIES OF THE LANDSCAPE
Opportunities of open spaces system for Erechim/RS

Júlia Somavilla Dorigon[1] e Daiane Regina Valentini[2]

Resumo
A ocorrência de eventos climáticos extremos tem se intensificado anualmente, causando uma série de consequências para a vida humana e animal. O planejamento urbano pode amenizar essa situação através de estratégias que, apesar de não serem novas, continuam desconhecidas por grande parte da população. A infraestrutura verde é uma alternativa que busca, principalmente no contexto urbano, melhorar a qualidade de vida dos seres humanos e dos ecossistemas, o que é possível principalmente quando associada ao projeto do sistema de espaços livres. O objetivo deste trabalho consistiu em analisar e avaliar a possibilidade de implantação de um Sistema de Espaços Livres para a cidade de Erechim/RS a fim de subsidiar uma proposta de desenvolvimento sistêmico e multifuncional da paisagem urbana municipal. Foi possível aplicar metodologias fundamentais de planejamento territorial através de ferramentas SIG e comprovar sua adaptabilidade ao contexto urbano das cidades de médio porte.
Palavras-chave: paisagem; infraestrutura verde; sistema de espaços livres; planejamento urbano; Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

Abstract
The occurrence of extreme weather events has been intensifying annually, causing a series of consequences for both human and animal living. The landslips, the floods and the dry periods caused by global warming are only some of the many events that devastate the populations worldwide. The architecture and urbanism can, at least, mitigate that situation, through some strategies that, despite not being relatively new, remain unknown by a major part of the population. Green infrastructure is an adaptable alternative to different realities, mainly in the urban context, improving the quality of life of humans and ecosystems, mostly when associated with an open spaces system. The objective of this study consisted in identify, analyze, and evaluate the possibility of implantation of an open spaces system for the city of Erechim/RS, in order to subsidize a systemic and multifunctional proposal for the municipal urban landscape.
Keywords: landscape; green infrastructure; open spaces system; urban planning; Geographic Information System (GIS).

1 Arquiteta e Urbanista (UFFS, 2024). Sócia-proprietária do Lamo Escritório de Arquitetura, Chapecó-SC. julia.dori@hotmail.com
2 Doutora em Arquitetura (UFRJ, 2020), Mestre em Geomática (UFSM, 2010), Arquiteta e Urbanista (UFSM, 2007). Professora Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFFS Campus Erechim-RS. daiane.valentini@uffs.edu.br

Introdução

Os estudos da paisagem têm, principalmente na contemporaneidade, um papel crucial na amenização dos eventos climáticos extremos. Nesses estudos, que vêm se difundindo e ampliando nas últimas décadas, houve frequentemente a polarização entre os conceitos de preservação da natureza e desenvolvimento das cidades. Desde o advento da Revolução Industrial, no final do século XIX, a conexão direta dos seres humanos com os espaços florestados diminuiu drasticamente. Os espaços predominantemente rurais deram lugar às aglomerações urbanas, e pouco a pouco, as ações antrópicas adoeceram os ecossistemas. A urbanização é uma das ações antrópicas que mais geram impactos ambientais, em função da remoção da cobertura vegetal original, do aumento das áreas impermeabilizadas, das obras de canalização e da ocupação irregular em áreas de preservação.

A cidade e a natureza já não podem ser vistos como elementos antagônicos. A vida urbana deve coexistir em consonância com os aspectos do suporte biofísico (Mendes et al., 2017). Aqueles que tomam conhecimento acerca dos impactos da urbanização podem e devem exigir do poder público de seu município estratégias para desenvolver programas de cuidado com o meio ambiente dentro deste âmbito. A importância da participação da sociedade nesse processo é decisiva para que o Brasil possua cada vez mais cidades inteligentes que promovam o desenvolvimento sustentável (Higuchi et al., 2013).

Nesse sentido, a urbanização bem pensada e planejada, tanto no contexto do suporte biofísico quanto dos aspectos simbólicos, aliada a apropriação e requalificação multifuncional das áreas de interesse ambiental é facilitadora de uma sociedade sustentável, ativista e saudável, que possibilita uma relação harmônica entre as pessoas, o espaço edificado e a natureza, e também o desenvolvimento sustentável, pregado pela Agenda de 2030 da Organização das Nações Unidas (Correia e Frenedozo, 2020).

Portanto, o objetivo deste trabalho é identificar, analisar e avaliar a possibilidade de implantação de um Sistema de Espaços Livres na cidade de Erechim, com ênfase nos estudos da paisagem, das infraestruturas verdes a fim de subsidiar uma proposta de desenvolvimento sistêmico e multifuncional da paisagem urbana municipal. Para isso, foram utilizados os estudos teórico-metodológicos de Forman (1995), McHarg (1995), Cormier e Pellegrino (2008) e Tardin (2008). A partir disso, desenvolveu-se um estudo de caso a fim de identificar possíveis espaços livres de urbanização que tem potencialidades de estruturação de um sistema integrado e multifuncional da paisagem em Erechim, Rio Grande do Sul.

A multifuncionalidade da paisagem

O termo “paisagem” é frequentemente associado a imagens bucólicas do espaço rural, ou a vistas cênicas do mundo audiovisual, como os Morros do Rio de Janeiro, que formam uma das mais conhecidas paisagens nacionais. Contudo, a definição de paisagem é muito mais ampla do que se vê em primeira instância. Para Leite (1992), é uma construção espacial coletiva, capaz de oferecer visões do conjunto, um conceito de grande complexidade qualitativa e dimensional. É também a junção de elementos controlados e elementos não controlados ou indeterminados. Deve ser considerada em seus aspectos biofísicos, em suas dinâmicas naturais, como também em seus aspectos sociais. É essa pluralidade conceitual que abriga o significado da paisagem.
A paisagem se apresenta com certa dualidade quando se observam as proposições e experiências de diversos estudiosos: Forman (1995) focou suas análises nos aspectos biofísicos, desenvolvendo bases metodológicas que continuam referência no âmbito

da ecologia da paisagem até a contemporaneidade. Já Kevin Lynch (1960), priorizou o desenvolvimento de análises da paisagem urbana a partir de sua legibilidade, identidade e também significado a partir do ponto de vista dos habitantes e suas relações cotidianas. Leite (1992), sintetizou em seu trabalho esses dois aspectos importantes que compõem a paisagem: a essência física - composta pelos aspectos biofísicos, as relações dos ecossistemas, como formulado por Forman - e a de essência simbólica - que contempla os aspectos imateriais, como a memória, a identidade, a percepção humana. Mais recentemente, os estudos da paisagem tanto no aspecto da essência física quanto da simbólica, foram sendo enriquecidos com a integração dos estudos do espaço urbano à ecologia da paisagem, por meio do da temática da infraestrutura verde, para o âmbito da arquitetura e do urbanismo e do planejamento urbano e regional.

Magnoli (1982) desenvolveu em seu estudo “Espaço Livre - Objeto de Trabalho” a análise da paisagem, dedicando-se à sua porção não-construída, os *open spaces*. A autora afirma que o espaço livre é todo aquele que, dentro de uma aglomeração urbana, está livre de edificação: podendo ser público ou privado, sempre descobertos, vegetados ou não, com funções urbanas ou não. Os espaços livres são, portanto, os espaços urbanizados, mas não edificados: praças, parques, pátios, etc. Já os espaços livres de urbanização, são aqueles que, mesmo que estejam localizados, no perímetro urbano, não passaram por processos legais de parcelamento do solo. Esses espaços livres residuais têm alta vulnerabilidade às ocupações não planejadas da cidade. Ambas as tipologias são relevantes para um sistema que estrutura uma paisagem multifuncional.

Para Marion Clawson (2015), os espaços livres devem ter algumas funções, como: propiciar perspectivas e vistas do cenário urbano; servir como dispositivo ou influência para a morfologia urbana, de forma que um extenso aglomerado seja percebido de suas vizinhanças; propiciar proteção ecológica a valores importantes, como recarga de água do subsolo, prevenção de inundações, preservação de áreas excepcionais e similares; preservar para usos mais ativos futuramente; propiciar recreação, com amplo espectro de atividades. Entende-se que os espaços livres contém inúmeras tipologias, funções, características e qualificações. Deste modo, a organização destes espaços articulados em um sistema, o sistema de espaços livres, é fundamental para a consolidação de uma proposta de multifuncionalidade da paisagem.

O design da paisagem que estrutura um sistema de espaços livres, podem ser oportunidades projetuais que articulam soluções de saneamento, controle de enchentes, recreação e conservação ambiental.

Forman (1995) publicou um método de análise e planejamento da paisagem que analisa a paisagem como um mosaico, cujos elementos diferenciou em *patches* (manchas), *corridors* (corredores), *matrix* (matriz) e *boundary zones* (fronteiras). Segundo o autor, o processo de transformação da paisagem fragmentou grandes áreas naturais, principalmente as florestas. Assim, as manchas que abrigam remanescentes da biodiversidade local precisam ser reconectadas por corredores em diversas escalas. Essas conexões, porém, estão altamente comprometidas nas áreas urbanas, dificultando a consolidação de um sistema de espaços livres que estrutura uma paisagem multifuncional e resiliente.

O trabalho de Forman (1995) e outros complementares desenvolvidos nas últimas décadas (Tardin, 2008; Cormier e Pellegrino, 2008;) ensejam a melhoria da vida humana na urbe, além de apresentam estudos das análises biofísicas e proposição de estratégias para o planejamento do território. Esses autores concordam que, com o aumento das áreas permeáveis, reduzir-se-iam as possibilidades de desastres urbanos implicados pelo uso antrópico, e sugerem que sejam resguardados da urbanização, já que, além de visualmente agradáveis, podem fazer parte de uma grande rede paisagística interconectada e multifuncional.

A temática da *Infraestrutura Verde* engloba uma série de estratégias de planejamento paisagístico, arquitetônico e urbano aplicados juntamente a uma rede de espaços interconectados, que buscam a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos e da conservação dos valores dos ecossistemas, por meio da melhoria das áreas permeáveis, com a construção de jardins de chuva, canteiros pluviais, biovaletas e lagoas pluviais. (Cormier e Pellegrino; 2008). Isso pode ser obtido através da qualificação dos espaços livres, que funcionam muito mais do que ações de embelezamento urbano. (Santos e Enokibara, 2021; Magnoli, 1982). Todavia, não é somente nessas áreas que a Infraestrutura Verde se revela. A recente pesquisa de Santos e Enokibara (2021), mostra que a pesquisa pelo termo *Infraestrutura Verde* e seus termos associados cresceu significativamente desde a década de noventa, além de se apresentar em diversos campos do conhecimento além da arquitetura e urbanismo, como geografia, direito, ciências biológicas, engenharia civil e florestal e publicidade e propaganda.

O sistema de espaços livres, portanto, além de ser complexo em seu próprio significado, abriga uma gama ainda maior de temas associados, que enriquecem sua conceituação e ressaltam suas características multifuncionais.

Mendes et al. (2017) reuniu diversos estudos que antecipam que as mudanças climáticas alterariam a frequência e a intensidade das chuvas em todo o mundo. Em 2023, por exemplo, as chuvas no sul do Brasil agravaram muitas problemáticas urbanas. Segundo relatório da Defesa Civil de Santa Catarina, até o dia 10 de setembro de 2023, 819.338 pessoas foram atingidas pelos impactos das chuvas, e 57.481 estavam desalojadas. Esses dados apenas afirmam que as cidades devem se preparar cada vez mais para os desastres naturais, uma vez que eles não são mais evitáveis (Defesa Civil de Santa Catarina, 2023).

Outrossim, as consequências dos eventos climáticos são mais problemáticos nas áreas de maior vulnerabilidade social, o que evidencia que a justiça social perpassa pelo planejamento ambiental. Para Bianchi e Zacarias (2016), a fim de que haja a antecipação e preparação das comunidades para os futuros e inevitáveis desastres naturais, é importante a união de esforços de diversos segmentos da sociedade, tanto da esfera pública quanto privada, como nos governos nacionais, locais, nas comunidades e na iniciativa privada. No contexto atual local, a inclusão dos temas relativos aos riscos e desastres nas agendas governamentais, tem fortalecido as discussões a respeito da estruturação de um sistema de espaços livres capazes de amenizar as consequências das chuvas e/ou ondas de calor intensas.

Nesta perspectiva, algumas estratégias urbanísticas ganham destaque. A cidade de Boston é amplamente conhecida pelo projeto de paisagem de Olmsted que, entre 1878 e 1895, foi precursor de uma série de práticas que envolvem a implantação de infraestruturas verdes (Bonzi, 2015).

Um exemplo nacional e atual é Curitiba, onde o planejamento da urbanização garantiu a proteção de espaços livres de urbanização vulneráveis à ocupação. Assim, espaços livres de urbanização com sensibilidade ecológica e função de macrodrenagem servem como infraestrutura verde para a cidade, concentrando as águas pluviais nos períodos de chuva e amenizando o calor no verão. Além de minimizar os alagamentos na cidade, a população pode desfrutar do espaço público e agradável, que também é palco para manifestações artísticas e culturais.

A multifuncionalidade dos sistemas de espaços livres é percebida quando se alia os conceitos citados anteriormente com estratégias que propiciam a melhoria na qualidade de vida urbana, a partir da proximidade com a natureza, a facilitação do ir e vir e principalmente no benefício mútuo aos seres humanos e às outras espécies, em uma relação biológica que pode ser comparada ao mutualismo.

A partir dessa conceituação, entende-se a importância do trabalho desenvolvido por Tardin (2008), que propõe o desenvolvimento de um sistema de espaços livres articulados e multifuncionais, a partir de um método que permite identificar quais os espaços livres são fundamentais para um planejamento urbano adequado às questões da multifuncionalidade da paisagem. Tardin (2008) desenvolve na obra *Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial* uma pesquisa que abriga um novo modo de ordenação do território, voltado especificamente para a análise dos aspectos do suporte biofísico, perceptivos e de acessibilidade de um sistema de espaços livres como oportunidade projetual. Nesse sentido, a autora reforça uma ideia de sistema, em que os espaços livres são interligados e que assumem diversas funcionalidades na vida urbana, a multifuncionalidade.

Para a autora, a prioridade de intervenção se daria principalmente nos espaços que possuem aspectos ecológicos e visuais notáveis, a presença de córregos e massas d'água, pois essas características motivam e justificam sua não ocupação dentro da malha urbana, e sua preservação ambiental e paisagística.

Além disso, prioriza-se os espaços que possuem alta acessibilidade, pois esses estariam ameaçados pela ocupação urbana. Esses espaços foram considerados como potenciais espaços livres públicos, que poderão ofertar diversidade de usos, principalmente o lazer e a educação ambiental. Dessa forma, classifica-se os espaços de oportunidade projetual dentro da malha urbana em Espaços Âncora, Espaços de Referência e Demais Espaços Livres (Tardin, 2008).

Os espaços âncora são aqueles que obtiveram avaliação final alta e média-alta e possuem notável significação visual. Constituem-se em espaços-chave do sistema, com características ecológicas e visuais que devem ser preservadas frente à ocupação urbana.

Os Espaços de Referência são aqueles que obtiveram avaliação final média e média-baixa com relação aos atributos do suporte biofísico, e geralmente não possuem significação visual notável, mas ainda assim são peças importantes para o funcionamento do sistema, geralmente por apresentarem áreas que devem ser preservadas e conectadas.

Os demais espaços livres são aqueles sem atributos biofísicos e perceptivos relevantes, mas que mesmo assim tem importante papel na universalização do acesso da população a espaços públicos e que contribuem significativamente para a permeabilidade do solo urbano.

Corroborando e aprofundando-se no planejamento territorial, Tardin (2008), afirma que apropriar-se de espaços em vias de consolidação adjacentes ou dentro da malha urbana para o projeto de espaços livres é uma excelente maneira de conduzir a ocupação do território para que se ocupem os espaços em que já existam infraestruturas viária, elétrica e de saneamento, evitando a ocupação extensiva e desordenada do território, a excessiva impermeabilização do solo e o elevado consumo de energia.

Metodologia

O trabalho foi iniciado por meio de pesquisa exploratória, especificamente bibliográfica. Os estudos de Forman (1995), Tardin (2008) e Cormier e Pellegrino (2008) foram complementares e fundamentais para o desenvolvimento teórico-metodológico deste trabalho.

Destaca-se também o trabalho de Favaretto et al. (2019), que aborda as problemáticas relacionadas a um sistema de espaços livres desarticulados na cidade de Erechim, cidade média do norte gaúcho que é objeto de estudo de caso neste trabalho.

Foram estudados os aspectos do Plano Diretor, Planos de Desenvolvimento Urbano, notícias envolvendo as problemáticas do espaço urbano, entre outros temas.

A coleta e levantamento de dados se dedicou ao recorte espacial da área urbanizada do município e o recorte temporal do ano de 2023. Foi estruturada uma base de dados cartográficos digitais, realizada a partir de de dados do IBGE (2022) e de Valentini et al., (2018), que forneceram diversas camadas temáticas de vetoriais georreferenciados e em formato shapefile, que foram manipulados em ambiente de sistema de informações geográficas (SIG).

O levantamento de campo foi realizado para averiguar as informações levantadas no mapeamento, bem como registrar em fotografias os potenciais ecológicos, cênicos e funcionais dos espaços livres de urbanização da cidade. O software livre QGIS versão 6.22.11 foi de suma importância para correlacionar e sobrepor as informações da base de dados e das visitas a campo e desenvolver as análises espaciais. Com essa ferramenta, também foi possível elaborar e corrigir uma base cartográfica própria, em que se sistematizou, identificou e avaliou os aspectos interessantes para as análises. O Google Earth Pro (2023) e o plugin Quick Map Services para QGis foram utilizados para obter imagens de satélite. A vetorização dos polígonos dos espaços livres de urbanização foi desenvolvido manualmente e com o auxílio do plugin OSM Downloader.

Nesse sentido, a Figura 1 mostra o organograma metodológico, que considera o desempenho dos espaços livres de urbanização em três atributos: dos atributos do suporte biofísico (cobertura vegetal, hidrologia, e declividade); dos atributos perceptíveis (fundo cênico, elementos cênicos, emergência visual e Marcos históricos) e; dos atributos de acessibilidade (proximidade com vias expressas, estradas, ruas principais ou a rede geral de ruas).

Os atributos do Suporte Biofísico são aqueles relacionados à cobertura vegetal, hidrologia e declividade. Em relação à cobertura vegetal, a área pode ser mais preservada, como floresta, floresta secundária, campo natural, mangue, brejo e restinga. Caso esteja mais preservada a classificação é *alta*. Sendo menos preservada, como florestas degradadas, vegetação em área inundável, campo antrópico, cultivo ou jardim, tem classificação *média*.

Em relação à categoria de hidrologia, analisa-se a presença de água na área: as zonas críticas, expostas à inundação ou deslizamento recebem classificação *alta*. As zonas suscetíveis a inundações são classificadas como *média*, e as áreas não expostas a inundações e/ou deslizamentos são classificadas como *baixa*.

Em relação à declividade, analisa-se a propensão ao desmoronamento, sendo as áreas com inclinação maior ou igual a 20% de classificação *alta*. As áreas de inclinação média, entre 11-20% possuem classificação *média*, e até 11% de inclinação classificam-se como *baixa*.

Os atributos perceptivos são características visuais e de importância histórica, como

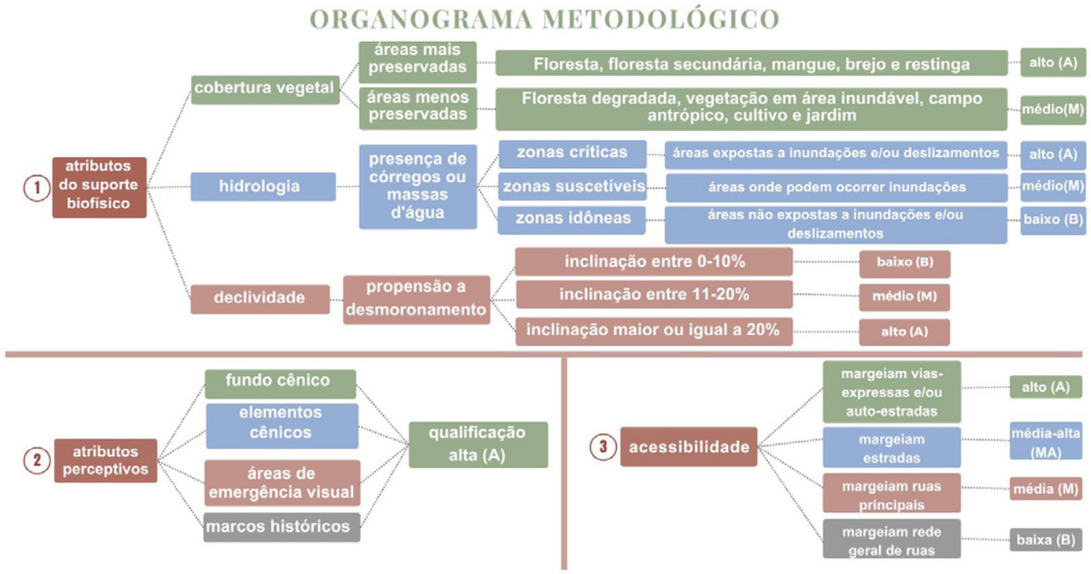


Figura 1 - Organograma Metodológico. Fonte: Elaborado por Dorigon (2023) a partir da teoria de Tardin (2008).

fundo cênico, elementos cênicos, área de emergência visual e marcos históricos. A presença de qualquer um desses atributos classifica a área como *alta*.

Por fim, a autora (Tardin, 2008) descreve que o aspecto da acessibilidade do local deve ser considerada, ou seja: é interessante, mas não imprescindível para um espaço âncora e de referência que esteja próximo a vias mais movimentadas, para garantir o uso e acesso da população a esses espaços. Assim, a autora classifica as áreas que margeiam vias expressas ou auto-estradas como *alta*, que margeiam estradas como *média-alta*, que margeiam ruas principais como *média*, e que margeiam a rede geral de ruas como *baixa*.

A partir do desempenho dos espaços livres nessa avaliação (Figura 6) é possível classificar as áreas em espaços âncora, espaços de referência e demais espaços livres de acordo com a relevância que cada um ocupa no sistema de espaços livres da cidade.

Após a identificação dos atributos dos espaços livres, Tardin (2008) afirma que é importante identificar a situação do espaço livre em relação ao seu entorno. Dessa forma, a autora descreve ações de projeto, que são estratégias que buscam entender como aquele espaço pode colaborar no todo do planejamento territorial. *Enlaçar, conectar, adequar, demarcar e articular* são algumas dessas ações que podem corroborar para uma configuração futura da cidade, de forma a evidenciar os espaços livres multifuncionais, e também identificar aqueles que não impactam tão negativamente os ecossistemas se fossem ocupados.

Estudo de caso: Erechim/RS

Erechim é uma cidade no norte do Rio Grande do Sul, na região do Alto Uruguai gaúcho, situada sobre a cordilheira da Serra Geral. No fim do século XIX, a região era habitada por índios kaingangs, bandeirantes e caboclos, que viviam da subsistência, com pequena criação animal. Em 1904, iniciou-se a demarcação das terras na região do Alto Uruguai, juntamente com a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande, que atravessava o estado (Funfgelt, 2004).

A cidade de Erechim surgiu, como muitos municípios brasileiros, a partir da ferrovia. Seguindo o decreto n. 247 de 19 de agosto 1899, que regulamentava a ocupação das colônias, o engenheiro Torres Gonçalves projeta a sede da Colônia Erechim, seguindo ideais positivistas e influenciado pela racionalidade e ordem a exemplo da reforma de Haussmann em Paris e do plano de Aarão Reis em Belo Horizonte, que reflete até hoje na distribuição da malha urbana. Em 1930, projeta-se uma nova distribuição de vias e quadras com base na topografia e na morfologia da Cidade Jardim. O novo plano foi feito a partir da percepção de inviabilidade técnica de se executar o plano de Torres Gonçalves. O plano não chegou a ser implantado, mas seu traçado esteve presente até os anos 50, em que se retornou a malha xadrez. (Funfgelt, 2004).

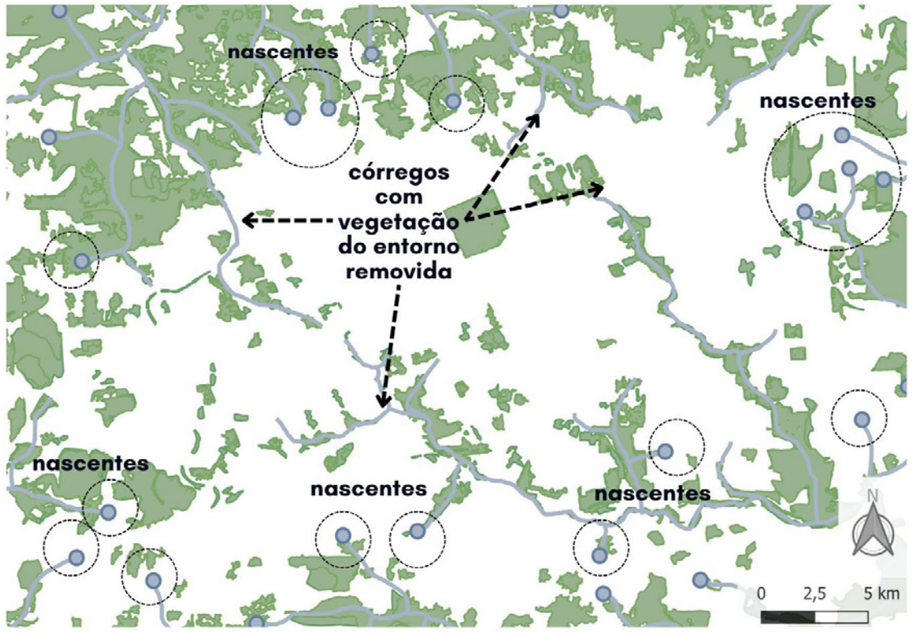
Em 1956, é implantado o loteamento Progresso, destinado a classes de baixa renda. Logo, foram implantados outros loteamentos de mesma característica nas proximidades, em uma área de três bairros que hoje corresponde a um dos redutos de concentração de famílias de menor renda do município. Em 1960, já se comercializam lotes urbanos sem infraestrutura adequada, em áreas periféricas, por preços menores que os praticados nas áreas centrais, em função de não haver legislação específica para regulamentar a aprovação de parcelamentos. (Funfgelt, 2004).

Em 1981, ocorre a aprovação do plano diretor após 68 anos da cidade tendo seu desenvolvimento guiado pelas leis da década de 30. Em 1987, a especulação imobiliária causou dispersão dos habitantes pela área urbana, mas com uma infraestrutura precária e desigual. A década de 90 registra um crescimento na população, com a especulação de que seria originado a partir da industrialização da cidade. Cresce a indústria e principalmente o comércio na região, setor que se expande para áreas além das centrais. Em 1992 tem início a discussão para um novo plano diretor para a cidade. O denominado *Plano Emergencial* instituiu um planejamento intermediário entre o zoneamento antigo e o novo a ser proposto. Os dados da Secretaria Municipal de Obras afirmam que o período foi de explosão imobiliária, com o dobro da área construída em relação a década de 80.

A partir da década de 80, a paisagem da cidade é modificada drasticamente, com o início efetivo da verticalização das áreas centrais. O novo Plano Diretor da época impunha novas regras que facilitavam a ocupação e verticalização, contudo sem se preocupar com a memória da cidade, com os aspectos da paisagem. Com uma ocupação xadrez que pouco levava em consideração os aspectos do relevo, a cidade foi se densificando. Um novo Plano Diretor foi proposto em 1975 e aprovado em 1981. Em 1994 entra em vigor o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, alterando completamente o zoneamento e possibilitando a permuta de índice construtivo, que permitia a construção em 100% do terreno, impermeabilizando-o completamente nas áreas centrais. (Funfgelt, 2004). Contudo, ainda não há planejamento com relação a criação de espaços livres multifuncionais, que possibilitem principalmente a adaptação da cidade aos eventuais desastres naturais. (Funfgelt, 2004).

Diagnóstico e análise: a Escala Macro

Ao se observar as manchas florestais remanescentes na área urbanizada, percebe-se que elas são pequenas, em número e área, bem como são de baixa conectividade entre si. Da mesma maneira, a maioria dos córregos e nascentes estão desprotegidos de cobertura florestal. Segundo Favaretto et al. (2020), também não há, de forma generalista, a preocupação em preservar os córregos e/ou requalificá-los. Isso é corroborado pela existência de algumas nascentes dentro da zona urbana que não



Estrato Hídrico e Vegetal da Zona Urbana de Erechim

Figura 2 - Nascentes, córregos e rios urbanos e áreas florestadas na Zona Urbana de Erechim. Fonte: Elaborado por Dorigon (2023) a partir da base de dados de Valentini et al.(2018) e IBGE (2019).

são protegidas por vegetação ou área de preservação em seu entorno.

O mapeamento dos aspectos biofísicos verificou que a porção norte da cidade, que possui relevo forte-ondulado, há manchas florestais de área significativa (Figura 2), é também local de menor ocupação, sendo as novas edificações construídas na área geralmente de médio e alto padrão. Isso se justifica pelo relevo declivoso da área, que forma o chamado Vale Dourado – pois está localizado na microbacia do Rio Dourado. Essa área possui visuais cênicas, com amplas áreas de florestas nativas remanescentes e ocupação rural de baixa densidade, que mescla atividades produtivas de pequenas propriedades e turismo rural. Na porção sul da área urbanizada, de relevo ondulado, encontram-se ocupações urbanas de classes mais populares e as áreas de expansão da cidade. Essa porção da cidade possui menos oferta de áreas públicas de lazer e recreação, bem como menor qualidade da infraestrutura urbana, agravando o processo de segregação socioespacial da cidade. Nas bordas urbanizadas a sul, a formação florestal é menos presente e mais fragmentada, pois além da ocupação urbana, os ecossistemas naturais também são impactados por atividades extensivas e impactantes do solo, como as grandes lavouras monocultoras que produzem soja.
A cidade possui um Plano Ambiental (PME, 2011), cuja última atualização foi feita em 2011, em que foram descritos alguns problemas com relação ao escoamento das águas superficiais, sobretudo agravado pela pavimentação urbana por concreto e asfalto. Ainda, o Plano informa que, devido à presença de muitas nascentes dentro do perímetro urbano, elas acabam sendo poluídas, com entorno de vegetação removida e impermeabilizada, o que prejudica seu curso natural e a manutenção dos regimes hidrológicos.

Diagnóstico e análise: aspectos antrópicos

Em relação aos aspectos antrópicos, tem-se uma ocupação de malha ortogonal na parte central (Figura 3), fruto do projeto urbanístico de Torres Gonçalves, e alguns trechos de malha orgânica, em que a ocupação e o desenho das vias foi feito a partir dos moldes do projeto urbano de Malinowski e Schneider. Além disso, verifica-se alguns vazios, que correspondem a contextos diferentes: os vazios que correspondem



Estrato Ocupado da Zona Urbana de Erechim
Fonte: Elaborado pela autora em SIG (2023) a partir da base de dados de Valentini et al.(2018) e IBGE(2019)

Legenda:
- Estrato ocupado
- Bairros Cristo Rei, Progresso, Estevam Carraro e Pres. Castelo Branco

Figura 3 - Estrato Ocupado da Zona Urbana de Erechim. Fonte: Elaborado por Dorigon (2023) a partir da base de dados de Valentini et al.(2018) e IBGE(2022).

ao sistema viário e a ferrovia desativada; outros que correspondem a lotes grandes em áreas declivosas; e também os correspondentes a áreas remanescentes vegetadas e parques, como o Parque Municipal Longines Malinowski e áreas especiais (Funfgelt, 2004).
A BR-153 divide a cidade em dois, e ao longo dela observa-se menor ocupação. A ferrovia e a BR-153 formam um anel dentro da malha urbana, e nessa área encontram-se as principais infraestruturas de saúde, educação e lazer da cidade. Nesse sentido, no lado Sul da rodovia, encontram-se bairros com população de maior vulnerabilidade social, como os bairros Cristo Rei, Estevam Carraro e Presidente Castelo Branco. A ferrovia desativada se constitui em um espaço de oportunidade projetual, uma vez que a sua faixa de domínio pode fazer conexão de vários espaços da cidade. (Favaretto et al., 2019). O Plano Diretor ilustra diversas áreas verdes no município, em sua maioria de pequeno porte, remanescentes de loteamentos, e segregadas umas das outras (Favaretto et al., 2019).

Por fim, na composição geral (Figura 4), é possível observar como, mesmo com a sobreposição das áreas vegetadas, córregos e malha urbana ocupada, ainda existem vários espaços livres dentro da mancha urbana, que não se configuram como parques ou espaços de lazer, e em geral, encontram-se sem uso e desqualificados. Alguns deles coincidem com áreas verdes oriundas de parcelamento do solo, segundo o Plano Diretor (Prefeitura Municipal de Erechim, 2023), porém não possuem vegetação. Poucos possuem equipamentos de lazer (Favaretto et al., 2020).

O método de Tardin (2008) foi aplicado ao recorte da malha urbana e resultou no desenvolvimento do mapa (Figura 5), em que foram identificadas as manchas de formação florestal remanescentes. Essas manchas foram dispostas em uma matriz (Figura 6), em que é possível observar aquelas que foram avaliadas como espaços âncora, de referência e demais espaços livres, a partir da marcação para cada aspecto, do suporte biofísico e perceptivo e de acessibilidade. Com os resultados foi possível selecionar as áreas que se destacam como espaços âncora, com avaliações alta e média-alta para os aspectos do suporte biofísico, que indicam probabilidade de uma vocação ambiental.

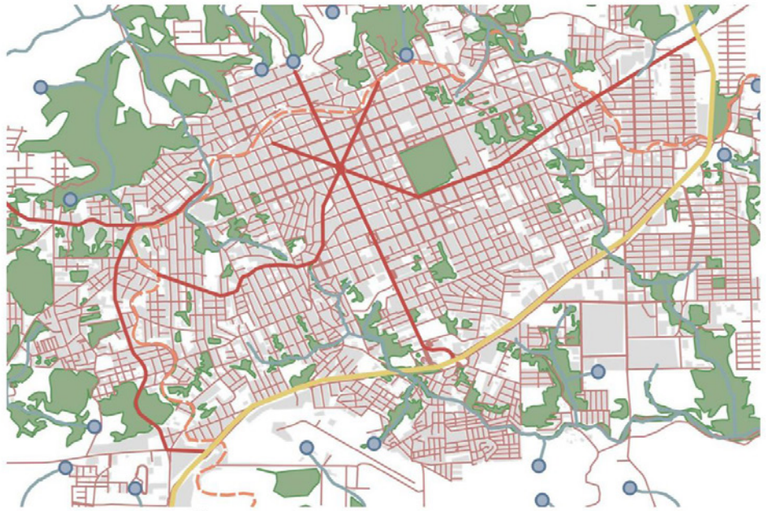


Figura 4 - Composição Geral da Zona Urbana de Erechim. Fonte: Elaborado por Dorigon (2023) a partir da base de dados de Valentini et al. (2018) e IBGE (2022).

Como resultado das análises, se destacaram como âncoras as áreas 2, 5, 6, 7, 12 e 14 (Figura 7 e 8) e; como referência os espaços 1, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 13 e 15. Esses espaços livres articulados evidenciam a possibilidade da criação de um sistema multifuncional de desenvolvimento social e ambiental.

Área 2:

Suporte Biofísico: Cobertura vegetal menos preservada. Possui declividade considerável suscetível a deslocamento de terra, dois córregos e uma área de banhado, tornando-a inapropriada para ocupação urbana. Suscetível a inundação.

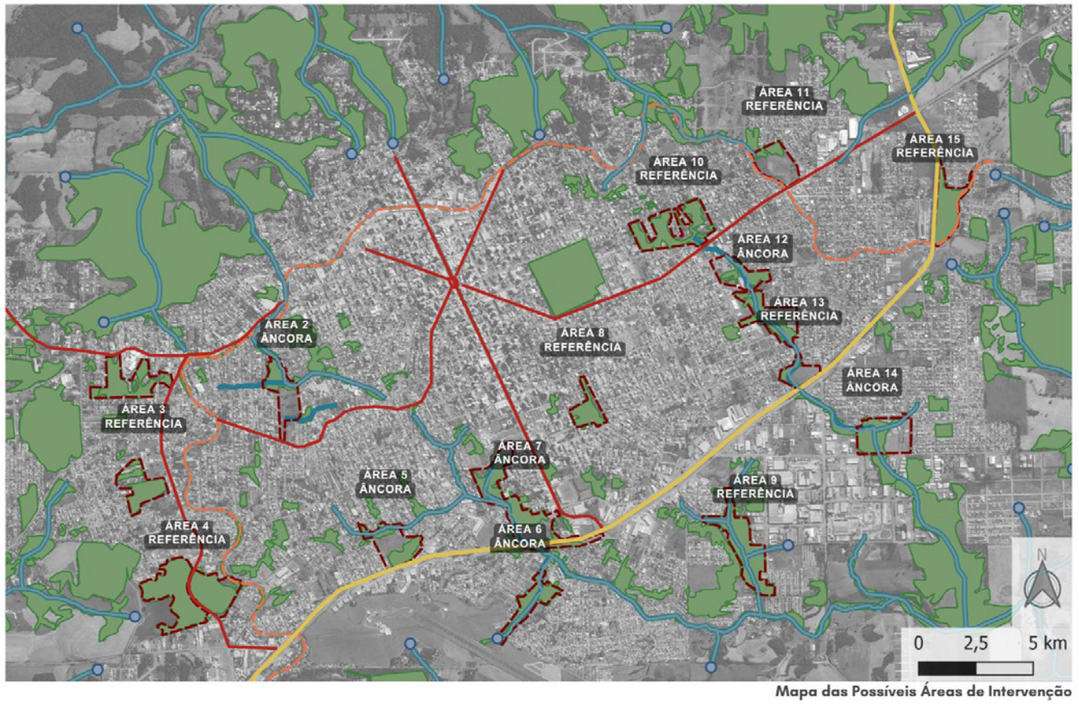
Atributos Perceptivos: É uma área que possui visuais bonitas devido ao relevo acentuado característico, porém essa área é apenas visível pelos bairros adjacentes, como o bairro Koller, residencial e consolidado.

Acessibilidade: Não está próximo de vias muito movimentadas ou estruturadoras, apesar de relativamente próxima à ferrovia.

Avaliação final: Uma área de boa qualificação visual, com a presença do Frigorífico Aurora como principal conflito socioambiental entre a atividade industrial (base econômica da região) e a qualidade de vida urbana. Esse espaço livre é peça-chave para amenizar o impacto do modelo produtivo do Capitaloceno na paisagem local. Pode compor o sistema de espaços livres principalmente com a função de proporcionar lazer para a população do bairro Koller, e de ser canal de drenagem para as águas pluviais. Diretrizes: fortalecer a vocação socioambiental; parque de bairro; manter e restaurar vegetação e cursos d'água; demarcar; articular;

Área 5:

Suporte Biofísico: Cobertura vegetal menos preservada. Possui uma parte plana e mais alta, e uma parte mais vegetada, baixa, em que passa o córrego. A área mais baixa é suscetível a inundação, devido a presença do córrego, e nela ainda não há



ocupação.

Atributos Perceptivos: A parte mais plana e alta possui uma visual cênica, panorâmica e privilegiada da cidade de Erechim, sendo essa uma das qualidades perceptivas que a qualificam como âncora, além dos atributos do suporte biofísico.

Acessibilidade: Margeia a BR-153, com acesso facilitado. A presença da rodovia pode tornar a área de risco ambiental, com poluição e descarte irregular de lixo.

Avaliação final: A partir da BR-153, a área é visível, ainda que, devido a presença de vegetação de grande porte, esconda seu potencial de visual cênico. Ao adentrar uma rua lateral, observa-se a área de grande qualificação visual, fácil acesso e desocupada, em localização extremamente privilegiada.

Diretrizes: vocação ambiental; parque urbano: lazer e contemplação; manter e restaurar vegetação e cursos d'água; ações de projeto: demarcar;

Área 6:

Suporte Biofísico: É uma área fechada em si mesma, com vegetação pouco preservada, salvo na parte com grande declive, presença de vegetação e massas d'água.

Atributos Perceptivos: É uma área de grande qualificação visual, visível apenas a partir dos bairros adjacentes. Possui potencial para se tornar espaço de lazer para o bairro.

Acessibilidade: Área menos acessível, estando mais próxima da BR-153, mas ainda assim longe.

Avaliação final: Uma área visualmente agradável, atualmente de uso privado. Possui potencial para se tornar espaço de convívio para a comunidade do bairro e também ser canal de drenagem para o entorno.

Figura 5 - Mapa das Possíveis Áreas de Intervenção. Elaborado por Dorigon (2023) em SIG com base de dados do IBGE (2022) e Valentini et al.,(2018).

ÁREAS	ATRIBUTOS DO SUPORTE BIOFÍSICO									ATRIBUTOS PERCEPTIVOS				ACESSIBILIDADE				CLASSIFICAÇÃO DOS ATRIBUTOS DO SUPORTE BIOFÍSICO	Espaço âncora	Espaço de referência	Demais espaços livres
	COBERTURA VEGETAL: áreas vegetais preservadas		HIDROLOGIA: presença de córregos; áreas expostas a inundações e deslizamentos			DECLIVIDADE: propensão a desmoronamento				fundo cênico	elementos cênicos	áreas de emergência visual	marcos históricos	margeiam vias-expressas e/ou auto-estradas (A)	margeiam estradas (MA)	margeiam ruas principais (M)	margeiam rede geral de ruas (B)				
	mais preservada (A)	menos preservada (M)	zonas críticas (A)	zonas suscetíveis (M)	zonas idôneas (B)	inclinação entre 0-10% (B)	inclinação entre 11-20% (M)	inclinação maior ou igual a 20% (A)		presente	presente	presente	presente								
ÁREA 1		✓			✓			✓							✓			M/B/A		✓	
ÁREA 2		✓		✓				✓		✓	✓	✓					✓	M/M/A	✓		
ÁREA 3		✓			✓			✓									✓	M/B/A		✓	
ÁREA 4	✓				✓		✓					✓	✓		✓			A/B/M		✓	
ÁREA 5		✓		✓				✓		✓		✓		✓				M/M/A	✓		
ÁREA 6		✓		✓				✓									✓	M/M/A	✓		
ÁREA 7	✓		✓					✓		✓	✓	✓		✓				A/M/A	✓		
ÁREA 8		✓			✓	✓											✓	M/B/B		✓	
ÁREA 9	✓			✓				✓				✓					✓	A/M/A		✓	
ÁREA 10	✓				✓			✓				✓					✓	A/B/A		✓	
ÁREA 11		✓			✓		✓				✓	✓	✓		✓			M/B/M		✓	
ÁREA 12	✓			✓			✓				✓	✓					✓	A/M/M	✓		
ÁREA 13		✓		✓				✓				✓		✓				M/M/A		✓	
ÁREA 14	✓			✓			✓				✓	✓					✓	A/M/M	✓		
ÁREA 15	✓				✓		✓					✓		✓				A/B/M		✓	

Figura 6 - Quadro de Atributos para as Possíveis Áreas de Intervenção. Elaborado por de Tardin (2008).

Diretrizes: vocação socioambiental; parque de bairro; atividades de lazer e contemplação; manter e restaurar vegetação e cursos d'água; demarcar; articular;

Área 7:

Suporte Biofísico: Cobertura vegetal mais preservada. Possui declividade maior que 50% em alguns recortes, tornando-a suscetível a deslocamento de terra. Possui áreas alagadas e um córrego passando em suas margens.

Atributos Perceptivos: É uma área que possui visuais muito interessantes, principalmente a partir da Av. Sete de Setembro. É visível de várias partes da cidade e atualmente uma parte desmatada que serve para plantio de eucaliptos.

Acessibilidade: Alta acessibilidade através de vias importantes: a BR-153 e a Av. Sete de Setembro. Localização extremamente privilegiada.

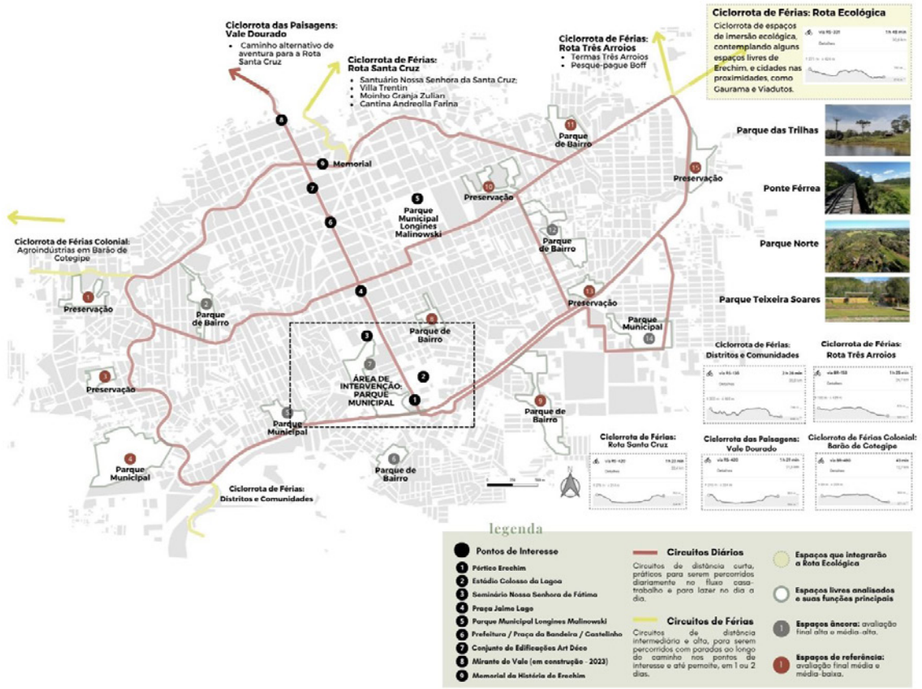
Avaliação final: Localizada em uma área privilegiada da cidade, a área 7 está próximo ao centro, ao bairro São Cristóvão, Progresso, Estevam Carraro e Aeroporto, e por isso tem potencial de conectar os bairros com o centro da cidade, a partir de acessos de pedestres. Além disso, é visualmente qualificada, muito bonita, e pode servir como canal de drenagem para as águas pluviais e cinzas, além de possuir uma vegetação exuberante preservada.

Diretrizes: vocação social-ecológica; parque urbano; atividades de educação ambiental; lazer e contemplação; demarcar; enlaçar; articular.

Área 12:

Suporte Biofísico: Cobertura vegetal mais preservada, principalmente próxima ao córrego. Não possui declividade tão acentuada, mas é suscetível a inundações.

Atributos Perceptivos: É uma área de qualificação visual interessante, visível de vários pontos dos bairros adjacentes. O córrego é o elemento que liga essa área às áreas 10,



13 e 14.

Acessibilidade: Não é acessível como outras áreas, encontra-se próximo a Av. Sidney Guerra e a BR-153, sem margear nenhuma delas. Oferece possibilidade de conexão e passagens para pedestre.

Avaliação final: Área visualmente agradável, seus arredores já estão sendo utilizados para atividades esportivas, como futebol e vôlei de areia, e há também a presença de uma pracinha de bairro, o que revela sua vocação para atividades de lazer e esportivas para a comunidade além da preservação ambiental. Além disso, há uma escola municipal e escola técnica SENAI nas proximidades. É uma mancha importante para interligar as áreas 10 e 13 até a 14, um dos "braços" da microbacia do Rio Tigre. Algumas partes da APP foram invadidas por ocupações irregulares, que estão sob risco. Essas ocupações são exemplos da materialização da exclusão territorial, já que populações de maior vulnerabilidade social acabam por ocupar áreas excluídas da cidade formal por sua fragilidade ambiental.

Diretrizes: parque urbano; atividades de lazer e esportivas; demarcar; enlaçar; articular.

Área 14:

Suporte Biofísico: Área florestal nativa preservada, principalmente próxima ao córrego. Possui uma grande área plana, sendo a área declivosa apenas mais próxima ao córrego, por isso, não há risco de desmoronamento. É um dos "braços" da microbacia do rio Tigre, antes de chegar nas áreas 13,12 e 10. Adjacente a APP.

Atributos Perceptivos: É uma área em que parte dela hoje é utilizada como sede campestre do Clube Atlântico. Grande qualificação visual e atraente por sua beleza cênica e visuais amplas. Funciona como divisão entre os bairros Atlântico, historicamente lar dos trabalhadores da indústria e o bairro Industrial.

Acessibilidade: Não margeia vias importantes, mas possui vias com boa infraestrutura que levam até a BR-153.

Figura 7 - Visuais dos espaços âncora 2, 5 e 6. Fonte: adaptado pelas autoras a partir de Google Earth Pro (2023).



Figura 8- Visuais dos espaços âncora 7, 12 e 14. Fonte: adaptado pelas autoras a partir de Google Earth Pro (2023).

Avaliação final: É uma área de alta qualificação visual, relativamente plana, que pode somar a área verde de APP já existente. Possui uma função importante de separação entre o distrito industrial e o bairro Atlântico. Seu entorno é utilizado hoje nos fins de semana, já que não há trânsito de caminhões das fábricas, para as crianças andarem de bicicleta no asfalto e tomarem chimarrão. Nas proximidades temos o recentemente construído Parque Arvoredo, que também está adjacente a área de APP.

Diretrizes: parque urbano; atividades de lazer e esportivas; manter e restaurar vegetação e cursos d'água; acrescentar; enlaçar; articular.

Por um sistema de espaços livres de urbanização

A fim de conectar as manchas do sistema de espaços livres, propuseram-se algumas diretrizes de requalificação dos possíveis corredores entre essas manchas, através de uma ciclovia, que por fim compõe uma ciclorrota para a cidade de Erechim (Figura 9). Dentro da mancha urbana, foram propostas biovaletas, jardins de chuva e vegetação nos trechos da ciclovia, que guiam o ciclista e os pedestres para os espaços de lazer, e também para desenvolver suas atividades do dia a dia. Essa ciclorrota seria composta também de caminhos para conectar a cidade de Erechim com outras cidades, como Aratiba, Barão de Cotegipe, Getúlio Vargas, Gaurama e Viadutos. Para integrar a proposta de imersão ecológica, é proposto uma ciclorrota que leva a Gaurama e Viadutos, que possuem espaços de conexão com a natureza e história, como o Parque Teixeira Soares e a Ponte Férrea.

Na proposta, foram destacados os espaços livres de urbanização que foram analisados, de forma que se integrassem. A ferrovia, a BR-153 e algumas vias estruturadoras da cidade foram utilizadas para a criação de circuitos diários de lazer e deslocamento pela cidade e arredores. Os circuitos de férias, representados pelas setas em amarelo, são aqueles de percurso maior, para ciclistas mais experientes.



Figura 9- Proposta de articulação do sistema de espaços livres para a cidade de Erechim. Fonte: Elaborado por Dorigon (2023) com base de dados do IBGE (2022) e Valentini et al.,(2018).

Considerações Finais

Esse trabalho evidenciou a relevância da temática do planejamento da paisagem na contemporaneidade. Destacou a possibilidade e importância de implantar uma série de estratégias multifuncionais que melhorem a qualidade de vida tanto de seres humanos quanto de espécies vegetais e animais, através de um sistema de espaços livres articulado e integrado à vida da cidade.

Ao decorrer da formação da cidade de Erechim, no Rio Grande do Sul, percebe-se que não houve planejamento para a implantação de um sistema de espaços livres, e esse estudo provou que o desenvolvimento de um projeto nesse sentido seria benéfico e importante para a manutenção dos sistemas hídricos da cidade e prevenção de futuros desastres ambientais.

Nas análises do Plano Diretor Municipal, bem como das condicionantes biofísicas e perceptivas, observou-se que, apesar de a cidade possuir algumas manchas florestais de vegetação nativa dentro da malha urbana, elas encontram-se desqualificadas e desconectadas. O Plano Diretor possui legislação para incentivar a implantação de espaços livres públicos, contudo, a oferta delas está condicionada à iniciativa privada do parcelamento do solo e não há planejamento para conectá-las e promover seu uso multifuncional. Deste modo, não há ampliação da oferta qualificada de espaços livres de qualidade em áreas urbanas consolidada, nem sua distribuição justa nas áreas periféricas que abrigam as classes sociais mais vulnetáveis.

Deste modo, o presente estudo apresentou-se como uma forma interessante de analisar como algumas metodologias como a de Tardin (2008), Forman (1995) e Cormier e Pellegrino (2008) podem ser aplicadas a diferentes realidades, como no estudo de caso realizado. Além disso, esse trabalho buscou comprovar a atemporalidade e relevância desses estudos no contexto atual, utilizando-se da combinação de teses fundamentais com ferramentas de análise inovadoras e atuais, como os softwares QGIS e o Google Earth Pro.

Referências

BONZI, Ramón Stock. EMERALD NECKLACE – Infraestrutura urbana projetada como paisagem. *Revista LABVERDE,* [S. l.], n. 9, p. 106-127, 2015. DOI: 10.11606/issn.2179-2275.v0i9p106-127. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/84547. Acesso em: 4 dez. 2023.

BIANCHI, Ricardo Cavaler; ZACARIAS, Giovanni Matiuzzi. Cidades Resilientes: a importância do fortalecimento das comunidades. *Revista Ordem Pública,* [S. l.], v. 9, n. 1, p. 247-259, 14 jun. 2016. Disponível em: https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/123. Acesso em: 4 dez. 2023.

CLAWSON, Marion. Open (uncovered) space as a new urban resource. In: *The quality of the urban environment.* Washington: Resources for the future, 2015, p.139-178. Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/books/edit/10.4324/9781315680484/quality-urban-environment-harvey-perloff. Acesso em: 5 nov 2023.

CORMIER, Nathaniel S.; PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita . Infraestrutura verde: uma estratégia paisagística para a água urbana. *Paisagem e Ambiente,* [S. l.], n. 25, p. 127-142, 2008. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i25p127-142. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/105962. Acesso em: 3 dez. 2023.

CORREIA, Elizabeth Fátima; FRENEDOZO, Rita de Cássia. O estado da arte sobre as pesquisas brasileiras que relacionam a Educação Ambiental com a Arquitetura e Urbanismo. *Revista de Ensino de Ciências e Matemática*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 190–206, 2020. DOI: 10.26843/rencima.v11i2.2715. Disponível em: https://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/2715. Acesso em: 14 set. 2023.

DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA. Relatório 12h: *Defesa Civil acompanha os danos nos municípios atingidos pelas chuvas. Secretaria de Estado de Comunicação, Santa Catarina*. Set. 2023. Online. Disponível em: https://www.defesacivil.sc.gov.br/noticias/relatorio-12h-defesa-civil-acompanha-os-danos-nos-municipios-atingidos-pelas-chuvas/. Acesso em: 1 de março de 2024.

FAVARETTO, Angela.; VALENTINI, Daiane Regina; SAUGO, Andreia.; REGO, Andrea Queiroz da Silva Fonseca. *A constituição dos espaços livres na cidade de Erechim-RS, Brasil e o planejamento da paisagem. Terr@ Plural*, [S. l.], v. 14, p. 1–23, 2019. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/13313. Acesso em: 4 ago. 2023.

FORMAN, R. T.T. Land Mosaics. *The ecology of landscapes and regions*. Cambridge University Press: 1995.

FUNFGELT, Karla. *História da paisagem e evolução urbana da cidade de Erechim - RS*. 2004. Dissertação (Mestrado) (Programa de Pós-graduação em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, 2004. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88190. Acesso em: 17 out. 2023.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; ZATTONI, Michelle; BUENO, Fernando Protti. Educação Ambiental em contextos não escolares: definindo, problematizando e exemplificando. *Pesquisa em Educação Ambiental*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 119-131, 17 jan. 2013. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/wp/. Acesso em: 27 ago. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. 2023. Erechim. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/erechim/panorama. Acesso em: 20 ago. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Malhas Digitais Municipais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=downloads. Acesso em 20 out. 2023.

LEITE, Maria Angela Faggin P. A paisagem, a natureza e a natureza das atitudes do homem. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo: FAUUSP, n. 4, p. 45-66, 1992.
LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Portugal: Edições70, 1960. 193 p. ISBN 972-44-0379-3.

MAGNOLI, Miranda Maria Esmeralda Martinelli. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana.* 1982. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. Disponível em:https://repositorio.usp.br/item/000716857. Acesso em: 14 out. 2023.

MCHARG, Ian L. *Design With Nature*. Nova York: Wiley, 1995. 208p.

MENDES, Bruno; MORINAGA, Carlos Minoru; LEITE, Júlia Rodrigues; MENEGUETTI, Karin Schwabe; BARROS, Luzia Helena dos Santos; RIBEIRO, Maria Eliana Jubé; SANCHES, Patrícia; BONZI, Ramón Stock; MARQUES, Taícia. *Estratégias para uma infraestrutura verde.* Série intervenções urbanas. 1. ed. Barueri - SP: Editora Manole Ltda, 2017. 317 p. ISBN 978-85-204-3888-6.

MOREIRA, Tiana Carla Lopes; POLIZEL, Jefferson Lordello; BRITO, Marceli Barros; SILVA Filho, Demóstenes Ferreira da; CHIAVEGATTO FILHO, Alexandre Dias Porto; VIANA, M. C; ANDRADE, Laura Helena Silveira Guerra; MAUAD, Thais. Assessing the impact of urban environment and green infrastructure on mental health: results from the Sao Paulo Megacity Mental Health Survey. *Journal of Exposure Science And Environmental Epidemiology*, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 205-212, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1038/s41370-021-00349-x.

PME - Prefeitura Municipal de Erechim. *Plano Ambiental Municipal 2011*. Disponível em: http://www.pmerechim.rs.gov.br/uploads/files/Plano_Ambiental_ Municipal_Erechim_Dez_2011.pdf. Acesso em: 1 dez. 2023.

PME - Prefeitura Municipal de Erechim. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental Sustentável de Erechim 2012*. Disponível em: http://www.pmerechim.rs.gov.br/uploads/files/Plano%20Diretor%20Atualizado%2007%20Agosto%202012.pdf. Acesso em: 06 out. 2023.

SANTOS, Maria Fernanda Nóbrega dos; ENOKIBARA, Marta. Infraestrutura verde: conceitos, tipologia e terminologia no Brasil. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo, v. 32, n. 47, e174804, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2021.174804. Acesso em: 28 jul 2023.

SCHLEE, Mônica Bahia; NUNES, Maria Julieta; REGO, Andrea Queiroz; RHEINGANTZ, Paulo; DIAS, Maria Ângela; TANGARI, Vera Regina. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual. *Paisagem e Ambiente*, [S. l.], n. 26, p. 225-247, 2009. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i26p225-247. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77358. Acesso em: 12 nov. 2023.

SHACKLETON, C. M; BLAIR, A.; DE LACY, P.; KAOMA, H.; MUGWAGWA, N.; DALU, M.T.; WALTON, W. How important is green infraestructure in small and medium-sized towns? Lessons from South Africa. Landscape and Urban Planning, 180 (2018), pp. 273-281, 10.1016/j.landurbplan.2016.12.007. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0169204616302730. Acesso em: 2 ago 2023.

TARDIN, Raquel. Espaços livres: Sistema e Projeto Territorial. Rio Book's, 2008.

VALENTINI, Daiane Regina; FACCO, Janete; CONDE, Queila Rissi. A paisagem e o sistema de espaços livres públicos urbanos: uma integração necessária ao planejamento da região da EFAPI - Chapecó/SC - Brasil. *Boletim de Geografia*, v. 38, n. 3, p. 34-55, 8 jul. 2021.

VALENTINI, Daiane Regina; GOETTEMS, Renata Franceschet; FAVARETTO, Angela. Base cartográfica de Erechim em Sistemas de Informações Geográficas - WGS 84. Trabalho desenvolvido através do Projeto de Pesquisa SIG & Paisagem e nas Componentes Curriculares de Projeto Urbano e Paisagem e Projeto rural. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Fronteira Sul. Erechim-RS, 2018.

URBANISMO LÚDICO COMO EXPRESSÃO DO DIREITO À CIDADE
Propostas de intervenção no entorno de escolas municipais do Coroado, em São Luís/MA

PLAYFUL URBANISM AS AN EXPRESSION OF THE RIGHT TO THE CITY
Intervention proposals in the surroundings of municipal schools in Coroado, São Luís/MA

Diego Victor Moreira Roland[1] e Melina Yumi Fujiwara[2]

Resumo
O artigo discute o urbanismo lúdico como expressão do direito à cidade, articulando infância, desigualdade socioespacial e planejamento urbano a partir de propostas de intervenção no entorno de escolas públicas. A pesquisa foi desenvolvida em um raio de 500 metros das escolas municipais Camélia Costa Viveiros e Rosa Mochel, localizadas no bairro Coroado, em São Luís (MA), área originada por assentamento popular e carente de espaços lúdicos e verdes. O estudo fundamenta-se em discussões sobre infâncias urbanas, produção desigual do espaço e direito à cidade, incorporando também o olhar das crianças sobre o território. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica e documental, levantamento de campo e atividades participativas com alunos de uma das escolas. A análise subsidiou a elaboração de duas propostas de intervenção, evidenciando o potencial do urbanismo lúdico para promover justiça espacial e ampliar o acesso das crianças à cidade.
Palavras-chave: urbanismo lúdico; direito à cidade; infâncias urbanas; desigualdade socioespacial.

Abstract
This article discusses playful urbanism as an expression of the right to the city, articulating childhood, socio-spatial inequality, and urban planning through intervention proposals for the surroundings of public schools. The research was carried out within a 500-meter radius of the municipal schools Camélia Costa Viveiros and Rosa Mochel, located in the Coroado neighborhood of São Luís (MA), an area that originated from a popular settlement and lacks playful and green urban spaces. The study is grounded in discussions on urban childhoods, the unequal production of space, and the right to the city, while also incorporating children's perspectives on their territory. The methodology involved bibliographic and documentary research, field surveys, and participatory activities with students from one of the schools. The analysis supported the development of two intervention proposals, highlighting the potential of playful urbanism to promote spatial justice and expand children's access to the city.
Keywords: playful urbanism; right to the city; urban childhoods; socio-spatial inequality.

1 Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA), especialista em Arquitetura da Paisagem (CESDA) e arquiteto e urbanista (UniCeuma). E-mail: diegovmroland@gmail.com
2 Mestre em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial (UFSC), arquiteta e urbanista (UniFil) e economista (UEL). E-mail: fujiwaramelina@gmail.com

Introdução

A relação das pessoas com a cidade, a vida na rua, a diversidade de funções e a existência de espaços livres agradáveis de caminhar são peças fundamentais na construção de uma boa cidade (Gehl, 2013). No entanto, esses aspectos são escassos na contemporaneidade, pois, em uma realidade em que o espaço urbano se torna cada vez mais disperso e desigual, paralelamente, também assume formas cada vez menos caminháveis, lúdicas, verdes, e assim, menos acolhedoras. Nesse cenário de enfraquecimento da vida urbana, o olhar de Tonucci (2009) traz uma perspectiva renovadora ao apontar que as crianças podem ser o modelo para a construção de cidades mais humanas, pois, quando ocupam as ruas com suas brincadeiras, transformam o comportamento dos adultos e reativam a vitalidade dos espaços públicos.

Legislações brasileiras desde o século passado já apresentam a criança como um cidadão de direitos, onde está compreendido seu direito à educação, ao lazer, conviver em comunidade, e, entre eles, hoje, é reconhecido o brincar, como base fundamental do seu desenvolvimento. A experiência da brincadeira, promove um sentido de domínio do espaço, faz com que as crianças conheçam a si mesmas, desenvolvam autoestima, criatividade, sociabilidade e estabilidade emocional. A cidade, no que lhe diz respeito, funciona como um agente capaz de possibilitar a apropriação das crianças, despertando o imaginário infantil por meio de suas brincadeiras e produtor de capital urbano[3] (Schiavo; Ribó, 2007; Ferreira; Fernandes, 2023).

Desse modo, as áreas carentes desses atributos acabam não oportunizando às pessoas que as habitam, espaços que estimulem a convivência e a troca de experiências. E quando se trata de regiões periféricas, esse carecimento se intensifica, pois, são constituídas por uma malha urbana densa, produzida em contextos de segregação socioespacial e de acesso desigual à infraestrutura urbana, e que comumente sofrem com a insuficiência em equipamentos públicos, ruas e calçadas de qualidade, infraestrutura e saneamento básicos, entre outras adversidades. Nesse contexto, as crianças estão entre as principais afetadas por essas falhas institucionais da produção do espaço, pois precisam de locais adequados para estimulação dos seus sentidos de maneira abrangente.

No Brasil, essa realidade está presente em territórios amplamente marcados pela articulação entre desigualdade socioespacial e racismo estrutural. Conforme destaca Eurico (2022), sua constituição está diretamente relacionada às heranças do período pós-abolição, quando a população negra foi incorporada à sociedade sem acesso efetivo à moradia, à educação e a outros direitos fundamentais. Como resultado, consolidou-se um padrão de ocupação urbana em que as populações negras e pardas passaram a ocupar, de forma predominante, os espaços mais vulnerabilizados das cidades. Tal configuração permanece visível na contemporaneidade, pois, segundo o Censo Demográfico de 2022, 72,9% da população residente em favelas e comunidades urbanas[4] brasileiras se autodeclara preta ou parda (IBGE, 2022).

3 Capital urbano refere-se ao conjunto de experiências e conhecimentos produzidos na relação com a cidade. Assim como o capital cultural de Pierre Bourdieu, influencia as possibilidades de participação social, enfatizando, porém, as aprendizagens decorrentes da mobilidade e da vivência dos espaços urbanos.
4 Essa nomenclatura substitui o que antes era conhecido como "aglomerados subnormais", um termo que reforçava estereótipos negativos e generalizava as comunidades urbanas de forma simplista. Com o objetivo de suprimir o seu uso nas bases e matérias de divulgação do censo, o IBGE, a partir de 2022, para a reconhecê-las como "favelas e comunidades urbanas", recebendo também uma nova definição, que o reconhece como territórios urbanos formados pelas camadas populares resultam de diferentes estratégias adotadas para atender, de modo autônomo, às suas necessidades de moradia e às atividades complementares, como comércio, serviços, lazer e cultura, diante da insuficiência e da inadequação das políticas públicas e dos investimentos privados voltados à efetivação do direito à cidade (IBGE, 2023).

Para desenvolver este trabalho, os entornos de unidades de ensino básico foram escolhidos como objeto de análise, pois considera-se que onde há escolas, há crianças que utilizam o entorno desses espaços, sejam para o lazer ou mera locomoção, o que mostra a necessidade de tornar esse ambiente favorável a elas, contribuindo de forma positiva para o seu desenvolvimento. Dessa maneira, surge a ideia de contribuir com esse espaço por meio de um projeto de intervenção urbana com base em princípios de um urbanismo lúdico gentil às pessoas – em especial as crianças –, do incentivo do brincar nos espaços públicos e pela diversidade em alternativas no uso do meio urbano, através do olhar das crianças sobre o espaço existente versus o que elas desejam, afirmando o direito à cidade, como discutido por Lefebvre (2001)[5], como condição fundamental para o pleno desenvolvimento da infância.

O estudo parte da compreensão sobre a relação dos espaços urbanos e a primeira infância em favelas e comunidades urbanas. A partir disso, houve um aprofundamento nas questões de transformação dos ambientes urbanos por meio da participação, da diversidade de usos, da sensibilidade e da criatividade. Em seguida, ao estudar sobre esses assentamentos, especificamente em 1 (uma) área no entorno de 2 (duas) escolas municipais infantis[6] no bairro Coroado, em São Luís, Maranhão, foram assimiladas características dos espaços de uso público dessas localidades, corroborando para a compreensão da carência de equipamentos urbanos de qualidade e alternativas que incentivem a apreensão dos espaços urbanos pelas pessoas e, principalmente, pelas crianças.

Para compreender a área de intervenção, houve uma contextualização socioespacial com foco em características como o uso e ocupação do solo, estudos sobre o sistema viário e seus fluxos, entre outros. A análise destes aspectos urbanos foi feita com base em visitas in loco, onde foram obtidas informações por meio de observações e diálogos com moradores, somadas a buscas através do *Google Earth* e matérias a respeito dos bairros abrangidos pelo raio de investigação em noticiários.

Em complemento, foi aplicada uma pesquisa qualitativa com alunos da UEB Camélia Costa Viveiros, com o intuito de compreender a perspectiva de crianças que moram na localidade para com o lugar em que vivem, em especial sobre a imagem dos caminhos que fazem até a escola. A pesquisa busca interpretar esses conhecimentos com a intenção de aplicá-los às propostas de intervenção, assim, idealizando a construção de um espaço urbano que seja convidativo ao uso por todos, tomando como ponto de partida a criança.

Baseando-se nos resultados obtidos nas análises, o presente artigo traz 2 (duas) propostas de intervenção urbana com enfoque no olhar da criança sobre o espaço e os aspectos urbanos existentes. Além disso, aponta o quão distante o estudo de caso se encontra de um espaço apropriado para a criança que contribua para o seu bem-estar, para o brincar e para o desenvolvimento da sua criatividade (Gross, 1898; Schiavo; Ribó, 2007; Veit, 2007; Ferreira; Fernandes, 2023). O projeto teve como conceito 3 (três) palavras-chave, que são: articular, acolher e ativar, resultando na proposta com a utilização de linhas sinuosas, cores, grafismos e materiais de custo moderado.

O texto está dividido em sete seções, a primeira se trata da introdução, a segunda discorre sobre o reconhecimento da criança como cidadãos sociais e a importância de se pensar a cidade a partir delas, a terceira aprofunda o debate teórico sobre infâncias periféricas, desigualdade socioespacial e direito à cidade no Capitaloceno, a quarta aborda a localização da intervenção e a apresentação dos aspectos da configuração espacial do entorno das unidades educacionais, a quinta expõe a análise do ponto de vista das crianças por meio de perguntas sobre o espaço público até a escola, na sexta seção é apresentada a proposta de intervenção e na sétima as considerações finais do artigo.

5 Para Lefebvre (2001), o direito à cidade é o direito à vida urbana transformada, fundamentado na apropriação dos espaços, na participação dos habitantes e na construção de uma cidade orientada pelo valor de uso. Nesse sentido, constitui um horizonte crítico que questiona as desigualdades produzidas pelo capitalismo e projeta outras possibilidades de viver na cidade.
6 Tratam-se das Unidades de Ensino Básico Rosa Mochel e Camélia Costa Viveiros.

Da invisibilidade à conquista de direitos: criança, infância(s) e cidade

A palavra infância é derivada do latim, *infantia*, que etimologicamente se refere a um indivíduo que não é capaz de falar, como apresenta Philippe Ariès (1981) em seu livro *História Social da Criança e da Família*. O autor conta que durante a Idade Média, por exemplo, ainda não havia o "sentimento de infância" como a entendemos hoje, não havia lugar para a infância nesse mundo e as crianças eram vistas como seres incompletos, sem voz e seu valor era determinado pelo que poderiam ser quando adultos e "completos".

Ao lado de conceitos socioculturais como ciência e religião, a infância, como estrutura social e como condição psicológica, começou a surgir por volta do século XVI, Idade Moderna, a partir de mudanças como a composição familiar e o cotidiano da vida das crianças (Postman, 1999). No século XIX, uma nova sensibilidade é atribuída às crianças, dando a elas uma particularidade que até então não era considerada, "foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal" (Ariès, 1981, p.25).

Somente no século XX ocorreram avanços significativos nas discussões sobre a infância. Em 1924, a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança foi proclamada e acordada pelas Nações Unidas. Em 20 de novembro de 1959, durante a Assembleia Geral da ONU, foi estabelecida a Declaração dos Direitos da Criança, adaptada da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança, o instrumento de direitos humanos mais amplamente aceito na história, foi ratificada por 196 países, incluindo o Brasil.

A Constituição Federal de 1988 já estabelecia em seu Art. 227 o dever da família, sociedade e Estado de garantir os direitos das crianças, nele, estão inclusos garantia ao lazer, o direito à vida, à liberdade, à cultura, entre outros (Brasil, 1988). Em seguida, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi sancionado, garantindo proteção integral e reconhecendo os direitos das crianças como cidadãos de pleno direito (Brasil, 1990). Paralelamente, em 1990, ocorreu o I Congresso Internacional das Cidades Educadoras em Barcelona, onde várias cidades concordaram em adotar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de seus cidadãos, as cidades como lugar de aprendizado, que independente de sua escala oferecem importantes elementos na formação de seus cidadãos, devendo estimular o aprendizado, as trocas, o compartilhamento e em consequência disso, enriquecer a vida de seus habitantes (Barcelona, 1990).

Em 2016, no Brasil, foi estabelecida a Lei nº 13.257, conhecida como Marco Legal para a Primeira Infância (MLPI), que representa uma conquista significativa para a infância no país, especialmente para a faixa etária de 0 a 6 anos. Essa lei reforça os direitos das crianças, adolescentes e jovens como prioridade absoluta. Em seu artigo 5º, a lei garante a convivência familiar e comunitária, assistência social à família, acesso à cultura, brincadeiras, lazer, espaço e meio ambiente adequados. Além disso, no artigo 17, determina que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios "deverão

organizar e estimular a criação de espaços lúdicos que propiciem o bem-estar, o brincar e o exercício da criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de crianças, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades (Brasil, 2016).

Diante da exposição desses acontecimentos, é evidente uma evolução histórica na forma como as crianças são percebidas, passando a serem consideradas como indivíduos e cidadãos sociais. No ano de 1991, o pedagogo Francesco Tonucci produziu o livro e projeto conhecido como *A Cidade das Crianças,* buscando incentivar o pensamento de que as cidades sejam transformadas pelo olhar das crianças que nelas vivem, com o intuito de que estas cidades voltem a ser um local de acolhimento, estímulos e experiências para elas. Para o autor, "uma cidade feita na medida para crianças é uma cidade boa para todos" e defende que o poder público tem a responsabilidade de garantir o direito a brincar dos pequenos, dando voz às suas demandas e promovendo a sua relação com os espaços públicos (Tonucci, 2009).

Em complemento, a antropóloga Clarice Cohn destaca em seu livro *Antropologia da Criança* que as crianças não são meros receptores, mas que são produtoras de cultura, capazes de construir laços afetivos e relações sociais. Ela ressalta que as crianças e os jovens têm potencial para participar ativamente do processo de construção de sentidos e conhecimentos. Para a autora, "a diferença entre as crianças e os adultos não é quantitativa, mas qualitativa; a criança não sabe menos, sabe outra coisa". É essencial reconhecê-las como sujeitos de direitos, permitindo que interajam com adultos, outras crianças e com o ambiente construído, promovendo sua autonomia no mundo e abandonando a visão equivocada de que elas são apenas "adultos em miniatura" dentro das relações sociais e familiares (Cohn, 2005, p. 28-33).

Assim, é reconhecido o exercício de brincar como um direito que deve ser oferecido a todas as crianças como viabilizador da qualidade de vida, valorizando a individualidade da criança como cidadã. Enxergando as atividades lúdicas como um importante fator na formação de um indivíduo, Gross (1898) já argumentava que o ato de brincar é um formador do repertório comportamental da pessoa, que será necessário em toda sua vida. Desse modo, é importante que essa brincadeira seja livre e diversa em sensações e estímulos para o melhor desenvolvimento de uma criança.

Segundo Schiavo e Ribó (2007), os estímulos infantis podem ser afetivos, físicos, cognitivos e sensoriais, atuando de forma integrada no desenvolvimento da criança. Os afetivos relacionam-se ao campo emocional, envolvendo sentimentos, desejos e interações que, quando estimulados, fortalecem a autoconfiança, a socialização e a capacidade de expressar emoções, favorecendo a autonomia e a construção de valores. Os físicos correspondem ao aprimoramento da coordenação motora, da lateralidade e das habilidades psicomotoras, estimulando a criatividade e a expressão da personalidade. Já os cognitivos abrangem os sentidos (audição, visão, olfato, tato e paladar), fundamentais para o desenvolvimento da sensibilidade e da percepção do mundo. Por fim, os sensoriais estão associados à aprendizagem e à inteligência, envolvendo atenção, memória, linguagem, raciocínio e curiosidade, o que amplia o pensamento crítico e a capacidade de criar e reinventar ideias.

Considerando o que foi apresentado, desde necessidades relacionadas ao desenvolvimento infantil até os marcos legais que asseguram os direitos das crianças, fica explícita a importância de que a cidade seja um lugar acolhedor a elas. Assim, torna-se urgente buscar melhorias para o espaço urbano, de modo que as crianças possam se desenvolver de forma plena, ocupando os espaços públicos com suas brincadeiras, seus jogos e suas formas próprias de vivenciar a cidade, transformando, ao mesmo tempo, os ambientes e as relações sociais que neles se estabelecem.

Ademais, não se deve buscar compreender a criança e as infâncias como categorias homogêneas, mas reconhecer que suas experiências são atravessadas por condições sociais, culturais, econômicas e territoriais distintas. Como aponta Mead (*apud* Cohn, 2005, p. 26), as crianças estão por toda parte, o que permite observá-las, estudá-las e comparar vivências que assumem significados particulares em cada contexto. Desse modo, embora as necessidades relacionadas ao desenvolvimento infantil sejam compartilhadas, as possibilidades de acesso aos direitos, aos espaços urbanos e às experiências de sociabilidade variam significativamente conforme os territórios em que as crianças vivem. Essa compreensão exige, então, deslocar o olhar de uma concepção universal e abstrata de infância para o reconhecimento das múltiplas infâncias que coexistem na cidade, cada uma marcada por diferentes oportunidades, desafios e formas de relação com o espaço urbano.

Infâncias periféricas, desigualdade socioespacial e direito à cidade no Capitaloceno

Embora o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos tenha ampliado sua presença nos debates urbanos contemporâneos, as condições concretas de vivência da infância permanecem profundamente marcadas pelas desigualdades que estruturam as cidades. As oportunidades de brincar, circular autonomamente, acessar equipamentos públicos, estabelecer vínculos comunitários e usufruir dos espaços urbanos não são distribuídas de forma homogênea entre as diferentes infâncias. Ao contrário, são fortemente condicionadas pelas características dos territórios onde as crianças vivem, o que torna necessário reconhecer a existência de infâncias em suas distintas situações sociais, raciais e territoriais.

Para compreender as infâncias periféricas, é preciso primeiro compreender a produção dos territórios em que elas se inserem, o que exige reconhecer que essa produção é indissociável do racismo estrutural. Eurico (2022) demonstra que a formação das periferias e favelas no Brasil não é um subproduto acidental da urbanização, mas resultado de um processo histórico de exclusão iniciado no pós-abolição, que inseriu a população negra na sociedade sem acesso qualificado à moradia, à educação ou ao lazer. Trata-se de um dos resquícios da colonização, manifestado na contemporaneidade sob forma de racismo institucional, que torna as populações negras e periféricas invisíveis nos planos e programas governamentais de planejamento e das políticas públicas urbanas. Assim, quando o Estado falha em prover infraestrutura, lazer e segurança em assentamentos populares, ele reitera a lógica de que certas vidas são "baratas" ou descartáveis para o capital.

Esse abandono estatal raramente é reconhecido como uma falha estrutural e seus reflexos, conforme observa Eurico (2022), tendem a ser interpretados como resultado de escolhas individuais ou da incapacidade das próprias famílias de assegurar condições adequadas de proteção e cuidado às crianças. Dessa forma, situações produzidas pela vulnerabilidade social, pela exposição à violência e pela restrição de oportunidades acabam sendo individualizadas, deslocando para as famílias responsabilidades que, em grande medida, decorrem da histórica ausência de investimentos públicos e da reprodução das desigualdades urbanas.

Essa exclusão histórica e racializada encontra ainda uma explicação econômica em Maricato (2015), para quem a precariedade da periferia urbana brasileira não constitui um desvio ou uma falha do planejamento urbano, mas um componente fundamental da chamada "urbanização dos baixos salários", princípio organizar no qual os custos de produção da moradia e da infraestrutura básica são transferidos para os próprios trabalhadores.

Nesse contexto, a informalidade urbana e a precariedade dos serviços tornam-se condições permanentes de amplas parcelas da população, enquanto os investimentos públicos e o planejamento formal concentram-se nos espaços de interesse do mercado imobiliário. O que é reforçado pelo paradigma da cidade do pensamento único[7], conforme delineado por Arantes, Vainer e Maricato (2002), que trata as áreas populares como espaços de baixa relevância para os projetos de desenvolvimento urbano, contribuindo para a ausência de espaços públicos qualificados nesses territórios.

Essa estrutura encontra uma moldura interpretativa mais ampla naquilo que autores como Ruccio (2011) e Moore (2022) denominam como Capitaloceno. Em contraposição às interpretações que atribuem a crise socioambiental à ação da humanidade de forma indistinta, esses autores argumentam que ela está profundamente relacionada à expansão histórica do capitalismo, compreendido como uma ecologia-mundo fundada na apropriação contínua da natureza e da vida em favor da acumulação. Nesse contexto, determinados territórios, populações e formas de existência são sistematicamente desvalorizados, tornando-se mais suscetíveis à precarização e às múltiplas formas de vulnerabilidade. Tais desigualdades, como destaca Eurico (2022), não podem ser compreendidas a partir de explicações individualizantes, mas como expressões de dinâmicas históricas e espaciais mais amplas que condicionam de forma desigual o acesso aos recursos necessários à reprodução da vida.

É nesse cenário que se inserem as infâncias periféricas. A discussão proposta por Ferreira e Fernandes (2023) contribui para compreender como a localização da moradia influencia diretamente as possibilidades de desenvolvimento infantil, funcionando como um importante mediador das experiências cotidianas das crianças e podendo, assim, ampliar ou restringir seu acesso aos recursos urbanos. As autoras denominam esse movimento “efeito residência”, em que, enquanto bairros dotados de infraestrutura, espaços públicos qualificados e diversidade de serviços funcionam como espaços-recurso, favorecendo experiências de sociabilidade, autonomia e aprendizagem, os territórios periféricos frequentemente operam como espaços de restrição, limitando o acesso à cidade e às oportunidades nela presentes.

Dessa forma, a desigualdade urbana se apresenta por meio da distribuição díspar de infraestrutura, equipamentos e serviços e, por consequência, se aprofunda ao limitar as possibilidades de acesso a uma rica experiência urbana. Ao restringir a circulação, a sociabilidade e o contato com a diversidade de usos e pessoas da cidade, essas condições restringem o desenvolvimento do capital urbano das crianças. Tal realidade é agravada por barreiras estruturais associadas à insuficiência de espaços públicos seguros e acolhedores e, muitas vezes, à presença da violência, fatores que reduzem significativamente as oportunidades de apropriação do território e de construção da autonomia infantil (Ferreira; Fernandes, 2023). As consequências desse processo recaem, assim, diretamente sobre as infâncias periféricas, que crescem em territórios marcados pela ausência de espaços públicos qualificados, restringindo-as do acesso a recursos fundamentais para seu pleno direito à cidade, como o brincar, a circulação autônoma, a sociabilidade e a construção de vínculos afetivos com o lugar.

No entanto, apesar dessas condições, as crianças nesses territórios não são sujeitos passivos. Coelho, Duarte e Vasconcellos (2006) demonstram que elas também desenvolvem formas ativas de apropriação dos espaços residuais, transformando os interstícios da cidade em territórios de sociabilidade e pertencimento. Cotrim et al. (2009) reforçam essa ideia, distinguindo os “espaços para crianças” – aqueles planejados e normalizados pelos adultos – dos “espaços das crianças”, aqueles vivenciados no cotidiano. Essa distinção se aproxima do significado dado aos espaços por De Certeau (1998), que se modificam a partir das práticas sensíveis que reinterpretam e subvertem as lógicas hegemônicas inscritas no ambiente construído. Assim, a vulnerabilidade vivenciada por crianças periféricas não pode ser compreendida como uma condição natural ou inevitável, mas como expressão das formas desiguais pelas quais o espaço urbano é produzido e os direitos são distribuídos na sociedade contemporânea, sem que isso anule, contudo, a capacidade dessas crianças de produzir sentidos e pertencimento mesmo em condições adversas.

Frente a essa dinâmica, as contribuições de Lefebvre (2001) permitem posicionar o lúdico como dimensão fundamental do direito à cidade. Nessa perspectiva, a cidade precisa superar sua compreensão enquanto mercadoria orientada pelo valor de troca, para ser compreendida como espaço de encontro, convivência, criação e fruição, no qual prevalece o valor de uso. Ao reconhecer o jogo, a festa, o imaginário e a espontaneidade como necessidades humanas fundamentais, a perspectiva lefebvriana atribui ao lúdico um papel central na constituição da sociedade urbana.

Como destaca Carlos (2017), o direito à cidade carrega uma dimensão utópica que busca explorar o possível-impossível inscrito na realidade urbana, questionando as formas de segregação e desigualdade naturalizadas no cotidiano. Sob essa ótica, a promoção de experiências lúdicas em territórios periféricos constitui uma reivindicação por justiça espacial, ao ampliar as possibilidades de encontro, permanência e apropriação da cidade por grupos historicamente marginalizados. Com foco nas diversas infâncias, isso significa a possibilidade de participar da produção cotidiana dos lugares, construir referências, memórias e sentidos que fortalecem seu pertencimento e seu direito de viver plenamente a cidade, em outras palavras, produzir capital urbano.

No entanto, para além de um horizonte utópico, a promoção de espaços urbanos mais lúdicos, inclusivos e acolhedores às infâncias corresponde também à efetivação de direitos já reconhecidos em marcos legais e acordos institucionais historicamente construídos em torno do reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos. Assim, o direito à cidade, quando articulado às infâncias, revela-se tanto como projeto político de ampliação da justiça espacial quanto como expressão de garantias já reconhecidas no campo dos direitos humanos, da cidadania e da proteção integral.

Dessa forma, as infâncias periféricas situam-se no centro de uma tensão entre estruturas de desigualdade e práticas cotidianas de apropriação da cidade. De um lado, o Capitaloceno se materializa na produção de espaços marcados pela segregação socioespacial e pela distribuição desigual dos recursos urbanos; de outro, as crianças seguem produzindo formas de pertencimento, sociabilidade e uso do espaço. Nesse contexto, o urbanismo lúdico pode ser compreendido como uma alternativa insurgente, comprometida com a ampliação da justiça espacial. Ao buscar promover oportunidades de encontro, permanência e brincadeira em territórios historicamente negligenciados, contribui para transformar espaços de restrição em espaços de possibilidade e para reconhecer as crianças como sujeitos na concretização do direito à cidade.

O entorno escolar e seus cenários

Este estudo e propostas de intervenção foram realizados em uma comunidade urbana em São Luís, capital do Maranhão. No censo de 2010, a cidade aparece como a 3ª (terceira) em região metropolitana com maior quantidade de domicílios particulares nessa tipologia de assentamento (ainda sob o termo homogeneizador de aglomerado

7 A “Cidade do Pensamento Único” (Arantes; Vainer; Maricato, 2002) designa a predominância de uma visão neoliberal do planejamento urbano, na qual a cidade é gerida segundo interesses de mercado, priorizando a competitividade econômica e relegando as demandas sociais e territoriais menos rentáveis a um plano secundário.

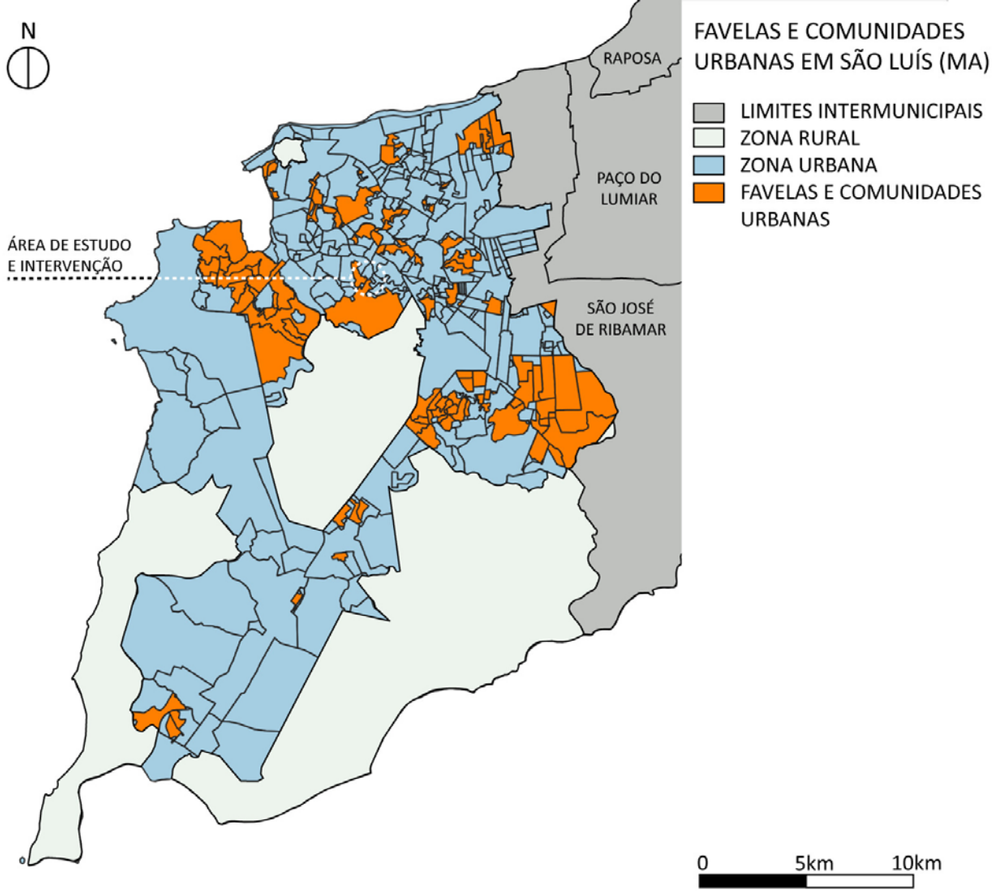


Figura 1 - Localização das comunidades urbanas em São Luís e da área de estudo. Fonte: Dos autores (2025), com base em IBGE (2022).

subnormal), compreendendo 23,9% da quantidade total. Sendo o Coroadinho, a 5ª (quinta) maior do país, com 14.278 domicílios ocupados (IBGE, 2011).
No censo de 2022, a população total da cidade nesses assentamentos aumentou para 35%, sendo os com mais domicílios Coroadinho – que aparece com 16.741 domicílios, havendo um aumento de 17,25% em relação ao censo anterior – e a Cidade Olímpica, com 15.872 domicílios. Esses dois bairros também aparecem no ranking das mais populosas favelas e comunidades urbanas brasileiras, com o Coroadinho em 8º lugar, com 51.050 habitantes, e a Cidade Olímpica em 18º, 27.326 (IBGE, 2022). Na figura 1 é possível observar as localizações dos assentamentos populares na malha urbana ludovicense, com base no IBGE (2022), e a demarcação da área estudada.

Essa área foi delimitada por ser o entorno das Unidades de Ensino Básico Rosa Mochel e Camélia Costa Viveiros, que estão localizadas no bairro Coroado, comunidade urbana próxima ao Coroadinho, já mencionado por sua relevância populacional, com quem tem relação histórica, por ter dado origem a ele (Mota, 1990). Dentro da área de influência que foi objeto de estudo (raio de 500 metros a partir do ponto central entre as duas escolas), também fazem parte os bairros João Paulo, Jordoa, Filipinho e o próprio Coroadinho (figura 2).

Um dos pontos levantados no diagnóstico urbano da área foram os usos e ocupação do solo, a fim de entender o grau de diversidade funcional. Observou-se que a área tem uso predominantemente residencial, ocupando 82,81% dos lotes, (figura 3), o que interfere diretamente na dinâmica do espaço, pois áreas monofuncionais não garantem dinamismo ao espaço público. A área ainda apresenta alguns pontos de uso misto, que em sua maioria são comércios e bares nas próprias casas dos moradores. Há uma intensidade de uso comercial ao se aproximar da via principal, a Avenida dos Africanos – corredor primário da figura 2, onde funcionam majoritariamente empreendimentos



voltados para serviços automotivos.

Ao analisar a circulação viária, percebeu-se que há uma predominância de vias locais, porém as duas escolas municipais se situam em vias coletoras, que partem da Avenida dos Africanos. No trecho estudado, há a existência de apenas duas faixas de pedestres, localizadas em dois trechos da avenida, o que dificulta muito a travessia dos pedestres para acessar a área das escolas (figura 4). Nas proximidades das escolas não existem faixas de pedestre, o que é um problema devido ao fluxo de veículos dessas ruas em horário de pico. Em se tratando dos pontos de ônibus, foram identificadas dezoito paradas, porém apenas uma possui abrigo e assento, mostrando um déficit na qualidade da infraestrutura para transporte coletivo, pois não possui sinalização informativa nem mobiliário para descanso e sombreamento. Com relação aos fluxos e deslocamentos na área, em sua maioria, as vias têm fluxo dividido entre pedestres e veículos automotivos, e a falta de sinalização faz com que aconteçam alguns conflitos, principalmente em frente às escolas.

Com relação a áreas de lazer ao ar livre foram identificadas apenas duas dentro do perímetro de estudo e uma terceira próxima da área, o que mostra pouca diversidade e oportunidade de experiências e trocas, tanto entre as crianças, como os outros moradores e usuários dos bairros. Embora a predominância na região seja de uma densidade considerável de lotes, são identificados três locais onde esta é um pouco menor, inclusive, são áreas um pouco mais distantes das escolas. A respeito da arborização urbana na região, em todo o perímetro só foram encontradas 31 árvores, sendo concentrada uma grande parte nos canteiros da avenida primária, e em menor quantidade nas praças e na fachada posterior da UEB Camélia Costa Viveiros. Além disso, a área possui facilidade de alagamento em alguns locais.

Figura 2 - Localização das escolas e zoneamento da área de estudo. Fonte: Dos autores, 2021.

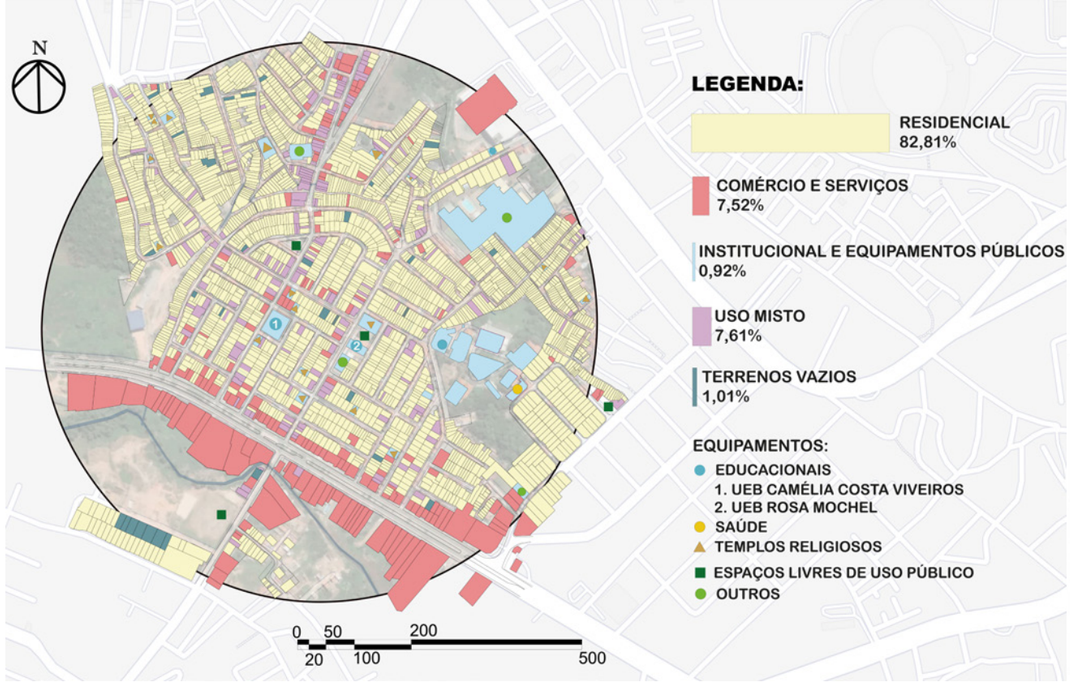


Figura 3 - Uso e ocupação do solo construído. Fonte: Dos autores, 2021.

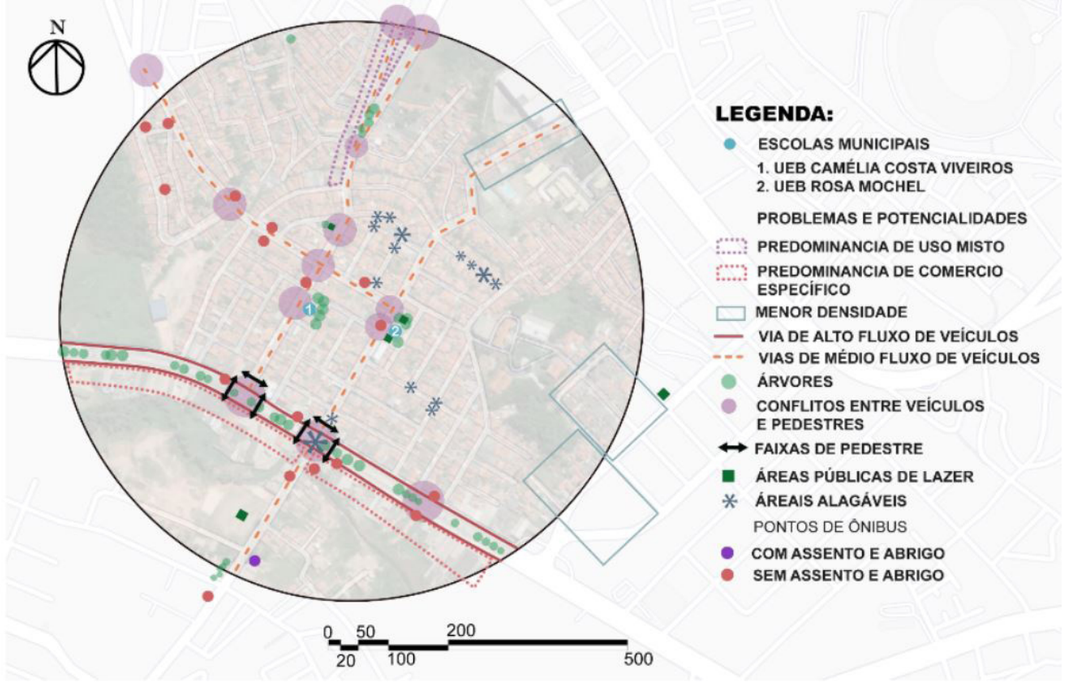


Figura 4 - Problemas e potencialidades. Fonte: Dos autores, 2021.

A partir dos dados levantados sobre o entorno das Unidades de Ensino Básico Rosa Mochel e Camélia Costa Viveiros, verificou-se a falta de infraestrutura para o acolhimento das crianças. Os principais pontos foram: a falta de sinalização para as travessias, poucas áreas de lazer, pouca arborização e pontos de alagamentos. Para complementar o diagnóstico e acrescentar a perspectiva das crianças das escolas analisadas, foi proposta uma atividade para apreender os seus pontos de vista em relação ao bairro em que moram e aos caminhos que fazem até a escola.

Percepção infantil sobre o ambiente urbano: dos caminhos até a escola

Com o objetivo de compreender as percepções das crianças sobre seu ambiente, foram desenvolvidas atividades para estimular a participação de alunos de escolas locais. Embora a intenção fosse envolver duas Unidades de Ensino Básico na área de estudo, a participação foi concentrada na UEB Camélia Costa Viveiros, com o apoio da direção adjunta e de uma professora de artes. Devido às restrições da pandemia de Covid-19, as atividades foram adaptadas para um formato online, utilizando um aplicativo de mensagens. O diretor adjunto destacou os desafios em manter os alunos engajados, citando a falta de acesso à internet de qualidade para alguns responsáveis, bem como a falta de tempo ou interesse. Ele enfatizou que o aplicativo de mensagens WhatsApp se mostrou a ferramenta mais acessível para a comunicação com as crianças, mediada por pais e cuidadores, através do envio de vídeos educativos e atividades para acompanhamento.

Nesse contexto, foram propostas questões relacionadas à cidade, ao bairro e à rua. Essas questões foram então adaptadas pela professora de artes, que, com sua experiência pedagógica, tornou a atividade mais adequada à faixa etária e ao contexto das crianças, considerando que muitas estavam afastadas das aulas regulares por quase dois anos. A atividade foi integrada como parte da avaliação bimestral para crianças do segundo e quarto ano, visando incentivar a participação.

Para contextualizar o tema, os responsáveis receberam um link para um vídeo ‘Os lugares da cidade IV - Vocabulário para crianças’, do canal ‘Smile and Learn - Português’ no YouTube. Este vídeo apresenta o bairro como parte da cidade e explora elementos como ruas, calçadas, faixas de pedestres e placas de trânsito, buscando sensibilizar as crianças sobre a importância desses componentes.

A atividade envolveu 15 crianças, com idades entre 9 e 11 anos, e foi estruturada em duas etapas. Inicialmente, as crianças foram convidadas a compartilhar informações sobre o bairro onde residem. Entre as respostas, foram mencionados os bairros Coroado, João Paulo, e as áreas conhecidas como Parque Nice Lobão e Vila Natal, situadas no Coroadinho. Em seguida, para estimular a criatividade e a reflexão sobre seu território de forma criativa, as crianças foram solicitadas a descrever características físicas ou sensoriais dos trajetos que fazem até a escola, tanto como ele é atualmente quanto como seria em seus “caminhos dos sonhos”.

Na primeira parte da atividade, intitulada “Meu bairro é assim…”, as crianças foram incentivadas a expressar suas percepções sobre o bairro. Perguntas foram feitas sobre seus locais favoritos, a segurança das ruas, como realizam o trajeto até a escola, suas impressões gerais sobre o bairro e sugestões de melhorias. Os resultados indicaram que praças e parquinhos foram os locais mais citados como favoritos (7 respostas),

seguidos pelas ruas onde as crianças moram (4 respostas).

Em relação à segurança, 8 das crianças participantes consideraram suas ruas seguras para brincar, enquanto 7 expressaram o contrário. Essa divisão de opiniões reflete as percepções individuais sobre a segurança das ruas em seus locais de moradia e lazer. A variação nas respostas pode ser atribuída às diferentes características e fluxos de cada rua, conforme observado em relatos anteriores, que influenciam os níveis de conflito e segurança. Os dados coletados sobre a percepção de segurança foram registrados, mostrando a distribuição das respostas entre ‘seguro’ e ‘não seguro’.

Ao serem questionadas sobre o meio de deslocamento até a escola, a resposta mais comum foi “a pé”. Uma criança mencionou “a pé e bicicleta”, e outra incluiu a moto como um terceiro meio. É notável que nenhuma das crianças citou carro ou ônibus, o que sugere que a caminhada é a principal forma de deslocamento e reforça a importância de caminhos acessíveis e seguros no bairro.

De modo geral, a maioria das crianças avaliou seu bairro positivamente, descrevendo-o como bonito, divertido e seguro. Apenas três crianças manifestaram uma visão negativa, considerando o bairro “sem graça” ou “perigoso”. Apesar de reconhecerem possíveis problemas, as crianças demonstram um otimismo em relação ao local onde vivem, o que vai de encontro ao proposto por Coelho, Duarte e Vasconcellos (2006), acerca do que tratam sobre a maneira como as crianças dão significados aos espaços. Quando perguntadas sobre mudanças desejadas no bairro, as sugestões mais frequentes incluíram a criação de mais praças, a implementação de ciclovias, ruas mais seguras, mais árvores e mais espaços para caminhada.

Na segunda etapa, focada em narrativas descritivas, buscou-se capturar a perspectiva das crianças por meio de sua criatividade e espontaneidade, alinhando-se aos princípios de Cohn sobre a qualidade do conhecimento infantil. Conforme Veit (2007), a expressão da criança reflete a dimensão sensível de sua existência, traduzindo sentimentos, vivências e modos particulares de perceber e compreender o mundo ao seu redor. Assim, procurou-se facilitar a comunicação com as crianças através de suas manifestações descritivas.

Nesta fase, as perguntas foram “como é seu caminho até a escola?” e “como você gostaria que fosse seu caminho até a escola?”. O objetivo era entender a visão afetiva das crianças sobre seus percursos e como imaginavam o “caminho dos sonhos”. Mesmo com as restrições da pandemia que impediam a ida presencial à escola, foi possível resgatar o mapa mental dos espaços percorridos por elas. Isso reforça como a configuração espacial dos espaços é capaz de influenciar diretamente a percepção e a sensação de cada criança.

Nos relatos sobre o caminho atual até a escola, as diferenças são marcantes. Muitas descrições mostram elementos como carros, ônibus, equipamentos e serviços urbanos, densidade de edificações e caminhos longos e monótonos. Por exemplo, algumas crianças descreveram carros nas vias, uma igreja e um campo de futebol em seus percursos atuais. Em contraste, para o “caminho dos sonhos”, as descrições frequentemente apresentavam praças e parquinhos com elementos lúdicos, arborização e até detalhes mais imaginativos, como “ruas com pedrinhas de brilhantes”.

As percepções das crianças sobre a qualidade ambiental do percurso também foram notáveis. Por exemplo, uma criança descreveu seu caminho atual com pouca ou nenhuma vegetação, enquanto seu caminho idealizado estava repleto de árvores e flores. Outras descrições destacaram a densidade do ambiente no “caminho atual” e o desejo por um bairro mais verde no “caminho dos sonhos”. Essas observações se



alinham a informações anteriores que indicavam a escassez de áreas arborizadas no espaço urbano estudado.

Essa abordagem permitiu uma compreensão aprofundada da visão das crianças sobre o ambiente em que vivem. Os resultados são cruciais para o desenvolvimento de propostas de intervenção, pois o planejamento é fundamentado nas aspirações infantis para o espaço, incorporando elementos que promovam a mobilidade ativa e a apropriação dos espaços públicos. Reconhecendo as crianças como cidadãos plenos e com direitos, é essencial atender às suas necessidades e desejos, pois elas desempenham um papel fundamental na renovação do espaço urbano, contribuindo para transformações que beneficiem a todos, com base em seu protagonismo e vivências. Dessa forma, as percepções das crianças não apenas percebem a precariedade do seu entorno, mas são capazes de imaginar alternativas concretas para ele, posicionando a infância periférica como produtora de demandas legítimas pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001; Dias; Ferreira, 2015).

Propostas de intervenção

Após o estudo do local e a análise das narrativas, foram selecionados dois espaços livres de uso público localizados na área de estudo. Esses pontos foram escolhidos a fim de proporcionar melhores percursos e vivências às crianças e, em consequência, a todos. Para o conceito da proposta foram usadas três palavras-chave, que são: articular, acolher e ativar. Estas, se encaixam na proposta por definirem de forma sucinta os conceitos de avivar espaços, e, especificamente sob a perspectiva das crianças.

O primeiro ponto de intervenção se trata do entorno da UEB Rosa Mochel, neste local há duas pequenas praças, uma entre a Igreja N. Sra. do Perpétuo Socorro e a escola, e outra entre a escola e o Centro Desportivo Cultural do Coroado, onde há equipamentos degradados e uma apropriação comercial informal. Para uma melhor compreensão das áreas de intervenção, a figura 5 mostra as condições dos equipamentos no pequeno espaço ao lado do Centro Desportivo, e a apropriação deles por parte das crianças, além da praça ao lado da igreja, que não apresenta diversidade de usos. Sua estrutura possui um círculo central com altura de 1 metro onde crianças brincam, bancos quebrados e lixo.

Figura 5 - Condição das pracinhas no entorno da UEB Rosa Mochel. Fonte: Dos autores, 2024.

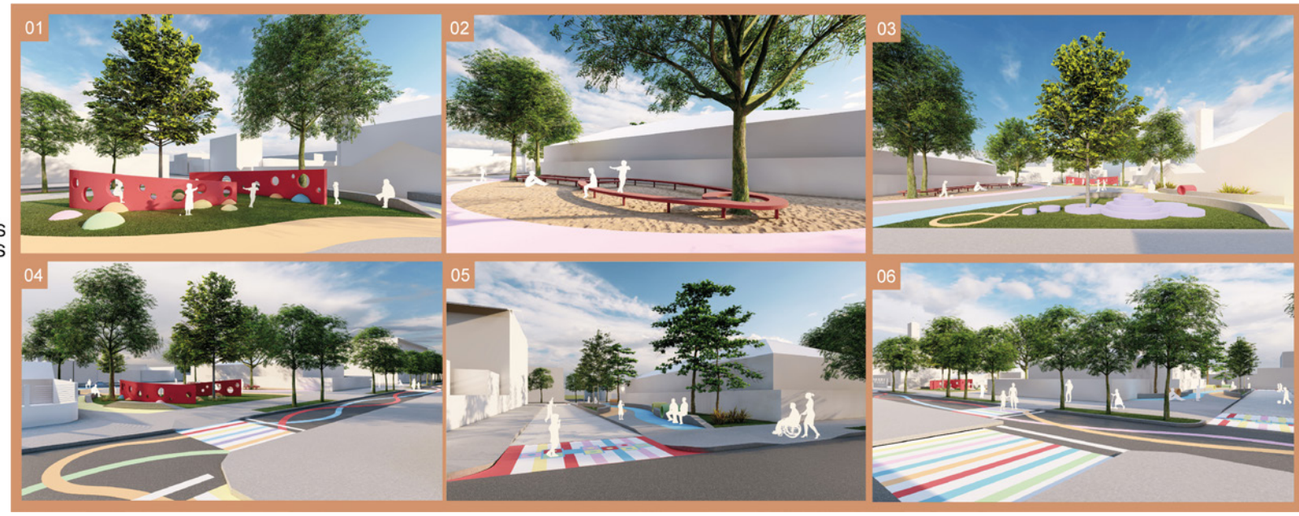


A proposta de intervenção foi pensada como uma requalificação desses dois espaços mencionados, além da ampliação de calçadas, implantação de árvores, faixas de pedestres e grafismos interativos, assim, modificando a estrutura do entorno da escola Rosa Mochel, buscando maior diversidade, conforto e segurança ao ambiente urbano, como pode-se notar na figura 6, que apresenta a situação atual e implantação da proposta.

A praça, entre a igreja e a escola, foi pensada a partir do seu formato atual, tomando como partido principalmente o fato das crianças brincarem livremente no círculo central existente e as árvores presentes no espaço, que foram mantidas, também influenciando no formato da implantação proposta. Dessa forma, a mesma foi dividida em 4 (quatro) espaços: duas áreas com equipamentos lúdicos sobre a grama, e uma sobre a areia, no intuito de estimular diferentes sentidos através das texturas e variadas possibilidades de apropriação destes materiais, além da parte central, para brincadeiras livres, assim como na estrutura existente.

Entre as áreas com equipamentos lúdicos, tem-se a primeira, com piso em grama, que possui brinquedos que buscam estimular fisicamente as crianças com ações como pular sobre as plataformas de concreto no chão, pintadas em cores diferentes, assim como cognitivamente, com a possibilidade de se esconder e atravessar entre os cheios e vazios das paredes curvas, por exemplo (perspectiva 1, figura 7).

Figura 6 - Implantação do entorno da UEB Rosa Mochel, Ponto de Intervenção 1. Fonte: Dos autores, 2022.



Para o segundo núcleo de brincadeiras, tem-se um piso em areia comum, sobreposto por uma estrutura elevada e curva situada em volta das árvores, que pode ser executada em concreto armado ou madeira maciça, servindo para sentar e brincar. Nesse local, é buscado motivar estímulos sensoriais, por meio da areia no chão, e físicos, por meio das possíveis apropriações na estrutura, sendo capaz de estimular o desenvolvimento da coordenação motora e da lateralidade a partir das diferentes possibilidades de uso, que variam entre: se sentar, equilibrar, pendurar, entre outras (perspectiva 2, figura 7).

No terceiro eixo de equipamentos lúdicos, foi elaborado um mobiliário formado por círculos de diferentes diâmetros e alturas, o mobiliário busca estimular principalmente o escalar, escorregar e conviver, possibilitando diversas formas das crianças se apropriarem. Além deste, existe um caminho sinuoso, que pode ser feito de concreto ou piso emborrachado, pensado para trazer ainda mais possibilidades ao núcleo (perspectiva 3, figura 7).

Com o espaço livre (perspectiva 4, figura 7), é pretendido que as crianças brinquem e corram livremente, tendo espaços para jogos como pega-pega e brincadeiras com bola, por exemplo. Além das áreas mencionadas, existem também os bancos, que são formas maciças em concreto, posicionadas de frente para todo o espaço, pretendendo dar visão ampla aos cuidadores que desejarem acompanhar as crianças em suas brincadeiras.

Se tratando da pracinha ao lado do Centro Desportivo do bairro Coroado, foi pensada para ser uma área propícia à convivência e brincadeiras independentes. Onde existem equipamentos quebrados, foi deixado um espaço livre, com intenção de possibilitar a apropriação de comércio informal dos moradores, principalmente por já existir um elemento desse gênero na praça descrita anteriormente. Esta área possui uma via de concreto sextavado existente, que hoje serve principalmente para o estacionamento de carros, porém, com a requalificação, pretende-se que essa rua seja preferencial para brincadeiras. Para promover isso, foram implantadas faixas de pedestres em suas extremidades, assim como bancos voltados para a rua - localizados na pracinha -, permitindo a permanência das pessoas, auxiliando na segurança das crianças por meio da observação (perspectiva 5, figura 7).

Figura 7 - Perspectivas do entorno da UEB Rosa Mochel, Ponto de Intervenção 1. Fonte: Dos autores, 2022.



Figura 8 - Observações na Praça Mururu.. Fonte: Dos autores, 2021.

Além dos espaços já mencionados, foi feito também um aperfeiçoamento das vias presentes na área. A Rua da Minerva - via coletora em frente à escola -, que hoje já apresenta um único sentido de tráfego, foi estreitada em frente aos equipamentos urbanos principais da área, com intenção de forçar os condutores dos veículos que transitam pela rua a diminuírem a velocidade e dirigir com mais atenção. Essa ideia é reforçada com os grafismos interativos nas ruas, feitos por meio de pinturas em linhas sinuosas em diversas cores, somadas à implementação de faixas de pedestres e quebra-molas em pontos estratégicos, que na situação atual são inexistentes (perspectiva 6, figura 7).

Ademais, as calçadas foram alargadas no sentido da Rua da Minerva e da Rua Trinta e Nove, passando de menos de 1 (um) metro para até 4 (quatro) metros nas ruas da fachada frontal e posterior da escola, e 2 (dois) metros e meio nas demais ruas, permitindo melhor circulação dos pedestres, e, além de manter as árvores presentes no local, foi pensado o plantio de novas espécies, posicionadas nas praças e em canteiros criados nas próprias calçadas que obtiveram alterações em sua dimensão (perspectiva 6, figura 7).

A proposta para a segunda intervenção é referente à requalificação da praça conhecida pelos moradores do bairro como Praça Mururu, e seu entorno. Durante a observação no local, foi percebida uma falta de setorização, onde crianças brincam de bola entre os balanços e as mesas, sem um espaço livre, logo, foi entendida a necessidade de uma melhor organização (figura 8). A área também não possui faixas de pedestres, e apenas uma árvore. Em conversa com uma moradora do bairro, foi obtido o conhecimento de que o playground existente foi colocado a pouco mais de 6 meses, e que durante a última reforma - que aconteceu no ano de 2019 - foram retiradas algumas árvores que haviam no espaço, restando apenas uma.

Assim como a praça no entorno da UEB Rosa Mochel, serão propostas áreas de convivência, com mobiliários lúdicos e de brincadeiras livres. Nessa implantação a proposta é dividida pelas seguintes áreas livres, de estar, e núcleos com playgrounds, a fim de solucionar os conflitos de usos na situação existente (figura 9).



Figura 9 - Implantação da Praça Mururu e entorno, Ponto de Intervenção 3. Fonte: Dos autores, 2021.

Nesta proposta, foi buscado utilizar mais elementos naturais, os mobiliários são feitos em sua maioria em madeira, como pode ser observado na perspectiva 1, figura 10, com o playground todo em madeira e proposto de diversas maneiras. Nesse ponto, busca-se encorajar estímulos afetivos por meio do jogo em grupo, além dos físicos, a partir do caminhar, escalar, pendurar, desviar, entre outras maneiras possíveis de apropriação. No segundo núcleo, é buscado uma área voltada às crianças menores - na primeira infância -, para isso, funciona como uma caixa de areia, onde os pequenos podem brincar à vontade, em mobiliários à sua medida (perspectiva 2, figura 10). O terceiro ponto busca promover estímulos sensíveis, como o raciocínio, a observação e também a brincadeira em grupo. Pode ser observado na perspectiva 3 da figura 10, um caminho sensorial formado por diferentes pedras, como seixo e argila expandida, e, entre esse caminho, barreiras verticais coloridas para que possam ziguezaguear pelo caminho.

Além das áreas de mobiliários, tem-se também a área para jogos livres, localizada no centro, e dois pontos de socialização formados por um conjunto de mesas e bancos. Nesses conjuntos foram propostas mesas redondas semelhantes às existentes no local, porém com assentos diferenciados, sendo um tipo com bancos curvos - abraçando a mesa -, e outro, com bancos menores - 3 (três), para permitir um lugar para pessoas em cadeira de rodas), elas podem ser vistas no canto inferior direito da perspectiva 3 da figura 10. Por fim, também são propostas faixas de pedestres, quebra-molas e grafismos interativos nas ruas, seguindo os princípios de moderação do tráfego, a fim de proporcionar maior segurança às crianças durante seus percursos e brincadeiras no espaço (implantação da proposta, figura 9).

As propostas de intervenção tiveram o intuito de demonstrar as possibilidades projetuais utilizando como base a análise espacial do existente, a relação das crianças com os espaços e a perspectiva de ressignificar territórios historicamente marcados por processos de negligência e desigualdade socioespacial. Como resultado, foram utilizadas linhas sinuosas, grafismos coloridos e materiais de custo módico, mobiliário adequado ao uso dos espaços de brincar, estreitamento de vias e alargamento de calçadas para dar mais conforto e segurança para os pedestres. Desse modo, as propostas não pretendem apenas qualificar fisicamente os espaços estudados, mas sinalizar caminhos possíveis para a construção de ambientes urbanos mais democráticos e acolhedores às infâncias, capazes de ampliar oportunidades de



Figura 10 - Perspectivas da Praça Mururu, Intervenção 3. Fonte: Dos autores, 2021.

sociabilidade, autonomia, pertencimento e produção de capital urbano em contextos periféricos.

Considerações finais

Este trabalho demonstra o papel central do reconhecimento da criança como sujeito urbano para a transformação do espaço das cidades, contextualizando acerca de teóricos que estudam a temática da infância e da teoria urbana crítica. Inserido no debate sobre alternativas urbanas no Capitaloceno, o artigo parte do reconhecimento de que a produção desigual do espaço urbano periférico não é acidental, mas estrutural, e que suas consequências recaem de forma desproporcional sobre as infâncias que habitam esses territórios.

Além disso, tenta propor soluções a problemas por meio da criação e análises de mapas, observação in loco, e, o principal, a perspectiva de crianças da área a partir de atividade aplicada por intermédio de uma das escolas. Essa qualidade espacial desejada é proposta através de intervenções pontuais, que buscam fazer do lugar um espaço mais seguro, amigável, caminhável e lúdico, afirmando o direito à cidade como condição fundamental para o pleno desenvolvimento da infância.

Com a área de estudo localizada em região construída por meio de ocupações populares surgem questões a respeito da qualidade espacial urbana deste local, pela falta de um planejamento na sua formação. Desse modo, a partir da identificação das escolas municipais UEB Camélia Costa Viveiros e UEB Rosa Mochel, este artigo busca propor uma melhoria na qualidade dos espaços do entorno das escolas, a fim de beneficiar as crianças da área, e, consequentemente, favorecendo todas as pessoas, seguindo o ideal de que uma cidade feita à medida das crianças, é boa para todos de Tonucci (2009).

Os pontos de intervenção foram selecionados após uma atividade realizada com alunos da UEB Camélia Costa Viveiros, onde buscou-se entender em quais localidades as crianças da escola moram, obtendo, primeiramente uma visão geral delas a respeito da sua rua e bairro, e, o mais importante, convidando-as a fazerem desenhos a respeito do seu percurso até a escola. Esses desenhos responderam às perguntas “como é seu caminho até a escola?” e “como você gostaria que fosse seu caminho até a escola?”, onde foi possível apreender como as crianças veem seu percurso, e como sonham que eles sejam. A partir disso, foi possível entender melhor os anseios dos pequenos para com o lugar em que vivem, viabilizando a escolha dos trechos a serem repensados, assim como quais elementos incluir nas propostas.

Com o resultado, foi entendida a necessidade de, principalmente, mais elementos lúdicos, árvores e caminhos mais curtos. Buscou-se solucionar esses anseios por meio da requalificação de 2 (duas) áreas dentro do trecho de estudo, com a elaboração de mobiliários brincantes, grafismos interativos, táticas de moderação do tráfego e mais arborização nos espaços. Buscando tornar o espaço urbano mais vivo e atrativo, e de maneira articulada, ativando esses pontos através da qualificação urbana gentil e acolhedora às crianças.

A proposta possui relevância ao demonstrar que intervenções urbanas orientadas pelas perspectivas infantis podem contribuir para a qualificação dos espaços cotidianos e para a ampliação das oportunidades de encontro, permanência e apropriação da cidade. Contudo, o estudo também evidencia que as limitações observadas no entorno das escolas não decorrem apenas de carências pontuais de infraestrutura, mas refletem processos mais amplos de desigualdade socioespacial que historicamente condicionam o acesso de determinadas populações aos benefícios da vida urbana.

Nesse sentido, pensar a cidade a partir das crianças significa também reconhecer que as infâncias são vividas de maneira desigual e que suas possibilidades de desenvolvimento estão diretamente relacionadas às condições materiais, sociais e territoriais dos lugares onde habitam. Mais do que propor soluções físicas para espaços específicos, este trabalho buscou problematizar as relações entre infância, cidade e desigualdade urbana, evidenciando que o direito de brincar, circular, conviver e usufruir dos espaços públicos permanece distribuído de forma desigual entre as diferentes infâncias.

A partir dessa compreensão, defende-se que a construção de cidades mais acolhedoras às crianças exige não apenas intervenções projetuais, mas também o enfrentamento das estruturas que produzem segregação socioespacial, exclusão e invisibilização de determinados territórios. Sob essa perspectiva, o urbanismo lúdico pode ser compreendido como uma estratégia de promoção da justiça espacial, ao reconhecer as crianças como sujeitos de direitos na cidade e ao ampliar suas possibilidades de produzir pertencimento, memória, sociabilidade e capital urbano onde vivem. Espera-se, assim, contribuir para futuras pesquisas e para o fortalecimento de debates e ações que promovam cidades mais democráticas e sensíveis às múltiplas infâncias.

Referências

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BARCELONA. *Carta das Cidades Educadoras.* Declaração de Barcelona, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.* Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. *Presidência da República.* Secretaria-geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016. Brasília, mar 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Privação do Urbano e o Direito à Cidade em Henri Lefebvre. In. *Justiça espacial e o direito à cidade.* São Paulo: Contexto. 2017.

COELHO, Glauci; DUARTE, Cristiane Rose; VASCONCELOS, Vera M. R. de. A criança e o espaço vivido favela: a complexidade do espaço nas interações da infância. *Oculum Ensaios*, [S. l.], n. 6, p. 74–87, 2006. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/377. Acesso em: 02 jun. 2026.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COTRIM, Gabriela Souza; FIAES, Carla Silva; MARQUES, Reginalice de Lima; BICHARA, Ilka Dias. Espaços urbanos para (e das) brincadeiras: um estudo exploratório na cidade de Salvador (BA). *Psicologia:* Teoria e Prática, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 50-61, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano:* 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DIAS, Marina Simone; FERREIRA, Bruna Ramos. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea | Public spaces and urban childhoods: the construction of a contemporary citizenship. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,* [S. l.], v. 17, n. 3, p. 118, 2015. DOI: 10.22296/2317-1529.2015v17n3p118. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5150. Acesso em: 05 jun. 2026.

EURICO, Márcia Campos. *Racismo na infância.* São Paulo: Cortez, 2022.

FERREIRA, Valéria Milena Rohrich; FERNANDES, Sonia Maria. Infância e justiça espacial: desigualdades inter e intrabairros no uso da cidade por crianças da rede municipal de ensino de Curitiba. *Educação em Revista,* Belo Horizonte, v. 39, e39285, 2023.

GEHL, Jan. *Cidades para Pessoas.* São Paulo: Perspectiva, 2013.

GROOS, Karl. The play of animals: play and instinct. In: BRUNER, J. S.; JOLLY, A.; SYLVA, K. (Org.). *Play of animals. Middlesex:* Penguin Books, 1898. p. 25-81.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010:* aglomerados subnormais – primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: Favelas e Comunidades Urbanas – Principais resultados - 2022 - Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. I *Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil.* Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://eventos.ibge.gov.br/infofavela2023/>. Acesso em: 28 set. 2023.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana.* São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOORE, Jason W. Introdução. In: MOORE, Jason W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno?:* natureza, história e a crise do capitalismo. Tradução de Antônio Xerxenesky e Fernando Silva e Silva. São Paulo: Elefante, 2022. p. 12-16.

MOTA, Antonia da Silva. *Coroadinho:* histórico de ocupação de terras desde a década de 40 até os dias atuais. Monografia. (Graduação em História) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1990.

POSTMAN, Neil. O desaparecimento da Infância. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1999. *PPS - PROJECT FOR PUBLIC SPACES. GUIA DO ESPAÇO. PÚBLICO. PARA INSPIRAR E TRANSFORMAR.* 2014.

RUCCIO, David. *Anthropocene* — or how the world was remade by capitalism. 2011. Disponível em: https://anticap.wordpress.com/2011/03/04/anthropocene%E2%80%94or-how-the-world-was-remade-by-capitalism/. Acesso em: 10 jun. 2026.

SCHIAVO, Adriana A. N. RIBÓ, Cristiane M. E. *Estimulando Todos os Sentidos de 0 a 6 anos. Campinas.* UNICAMP. 2007.

TONUCCI, Francesco. *Ciudades a escala humana:* la ciudad de los niños. Revista de Educación, número extraordinario 2009, pp. 147-168.

VEIT, Elaine Fraga. O grafismo infantil como expressão de vivências sociais. *Graphica* UFPR, 2007.

MOBILIDADE COMO ATO POLÍTICO
Cicloativismo e a reconfiguração do espaço público

MOBILITY AS A POLITICAL ACT
Cycle activism and the reconfiguration of public space

***Denis Ramón Funes Flores*[1]**

Resumo
Este artigo analisa o cicloativismo como prática insurgente frente à hegemonia do urbanismo rodoviarista no contexto do Capitaloceno. A partir de abordagem bibliográfica crítica e análise documental de coletivos como Bike Anjo, CicloCidade, Ameciclo e Pedalinas, investiga-se como essas ações reconfiguram o espaço público por meio de ocupações, bicicletadas e redes de apoio. Os resultados evidenciam que o cicloativismo produz comuns urbanos e tensiona o planejamento oficial, propondo cidades mais justas e ecológicas. Conclui-se que a mobilidade urbana, enquanto ato político, constitui campo fundamental de disputa no Capitaloceno.
Palavras-chave: cicloativismo; Capitaloceno; espaço público; mobilidade urbana; planejamento insurgente.

Abstract
This article examines cycle activism as an insurgent practice that challenges the hegemony of car-centered urbanism within the Capitalocene. Through a critical bibliographic approach and documentary analysis of collectives such as Bike Anjo, CicloCidade, Ameciclo, and Pedalinas, it investigates how these actions reconfigure public space through occupations, mass rides, and support networks. Results show that cycle activism produces urban commons and tensions official planning, proposing more just and ecological cities. The study concludes that urban mobility, as a political act, constitutes a fundamental field of dispute in the Capitalocene.
Keywords: cycle activism; Capitalocene; public space; urban mobility; insurgent planning.

.

1Mestre em Letras pela UFT, educador e linguista especializado no ensino de línguas e no estudo de variações sociolinguísticas. Atualmente leciona na SEDUC-TO, Wizard e IFTO, acumulando experiência em gestão de laboratórios, tradução, interpretação e produção de materiais didáticos. Membro do Núcleo de Estudos da Linguagem (UFT) e fluente em múltiplos idiomas — incluindo LIBRAS —, dedica-se à pesquisa acadêmica e à promoção da educação inclusiva.

Introdução

A crise socioambiental que atravessa o século XXI tem se intensificado de forma dramática nas cidades, territórios onde se condensam as contradições mais agudas do modelo de desenvolvimento capitalista. O espaço urbano, longe de ser apenas cenário, é protagonista na reprodução das desigualdades sociais e ambientais, funcionando como laboratório da acumulação, da segregação e da exclusão. Nesse contexto, o conceito de Capitaloceno, formulado por Moore (2016), emerge como alternativa crítica ao Antropoceno, ao deslocar o foco da "humanidade" genérica para o sistema capitalista como principal responsável pela degradação ecológica e pela crise civilizatória.

O Capitaloceno designa um regime histórico de acumulação que transforma a natureza em mercadoria e submete os territórios urbanos à lógica do lucro (moore, 2016; malm, 2020). Essa lógica se manifesta nas cidades por meio da segregação territorial, da poluição atmosférica e da precarização da mobilidade urbana (harvey, 2012; vasconcellos, 2013). A cidade torna-se, assim, um campo de disputa entre o capital e os corpos que resistem, entre o planejamento hegemônico e as práticas que reivindicam o direito à cidade.

A mobilidade urbana constitui um dos principais vetores dessa disputa. Reconhecida como direito social pela Constituição Federal desde 2015, ela permanece, na prática, como privilégio de poucos. O modelo rodoviarista, centrado no automóvel individual, compromete não apenas a sustentabilidade ambiental, mas também a justiça espacial, ao excluir populações periféricas, racializadas e não motorizadas dos fluxos urbanos (vasconcellos, 2013). A cidade desenhada para o carro acelera a desigualdade, privatiza o espaço público e silencia modos de vida alternativos.

É nesse cenário que emergem práticas insurgentes que desafiam a lógica dominante, entre as quais se destaca o cicloativismo. Mais do que uma defesa da bicicleta como meio de transporte, o cicloativismo constitui um movimento social que articula mobilidade limpa, justiça socioambiental e reapropriação do espaço urbano. Trata-se de uma prática que opera bottom-up, tensionando os limites do planejamento urbano tradicional e propondo novas formas de viver, circular e habitar a cidade (gohn, 2011; miraftab, 2009).

Ao ocupar ruas, promover bicicletadas, criar redes de apoio e pressionar por infraestrutura cicloviária, coletivos como Bike Anjo, CicloCidade, Ameciclo e Pedalinas tornam-se agentes de transformação urbana. Suas ações produzem territórios de reexistência, onde se constroem comuns urbanos e saberes populares que desafiam a lógica da mercantilização. Essas práticas revelam a potência política da mobilidade como ato de resistência ao Capitaloceno.

Este artigo tem como objetivo analisar o cicloativismo como ato político e prática insurgente que reconfigura o espaço público urbano. A partir de uma abordagem bibliográfica crítica e análise documental de coletivos cicloativistas, busca-se compreender como essas ações coletivas desafiam o urbanismo rodoviarista e contribuem para a construção de cidades mais justas, sustentáveis e inclusivas. A pergunta norteadora que guia esta investigação é: como o cicloativismo reconfigura o espaço urbano e desafia a lógica capitalista de mobilidade?

Para responder a essa questão, o artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na sequência, apresenta-se o referencial teórico, articulando Capitaloceno, mobilidade e insurgência urbana. Em seguida, descreve-se a metodologia de cartografia social e análise documental adotada. Posteriormente,

analisa-se o urbanismo rodoviarista como expressão da lógica capitalista e, por fim, examinam-se as reconfigurações do espaço público promovidas pelo cicloativismo, com foco nos coletivos estudados.

Referencial teórico

A compreensão da crise socioambiental urbana contemporânea exige uma abordagem crítica que ultrapasse as explicações genéricas do Antropoceno. Embora este conceito tenha se popularizado como marco da era geológica em que as ações humanas impactam decisivamente o sistema Terra, ele é frequentemente acusado de diluir responsabilidades ao atribuir à "humanidade" como um todo os efeitos da degradação ambiental, ignorando as desigualdades estruturais que atravessam esse processo (moore, 2016; malm, 2020).

Nesse sentido, o conceito de Capitaloceno emerge como uma chave teórica mais precisa e politicamente engajada. Cunhado por Jason W. Moore, o termo desloca o foco da espécie humana para o sistema capitalista como principal agente da crise ecológica e da desigualdade socioespacial. O Capitaloceno não designa apenas uma época geológica, mas um regime histórico de acumulação que transforma a natureza em mercadoria, submete os territórios urbanos à lógica do lucro e intensifica a exploração dos corpos racializados, feminilizados e periféricos (moore, 2016; malm, 2020; federici, 2019).

No espaço urbano, essa lógica se materializa por meio de processos de segregação territorial, especulação imobiliária, privatização do espaço público e priorização de infraestruturas voltadas ao transporte motorizado individual. O urbanismo rodoviarista, como modelo dominante de planejamento urbano, consolida uma cidade excludente, poluente e insustentável, onde o automóvel é tratado como protagonista e os modos de mobilidade ativa são marginalizados (vasconcellos, 2013; santos, 2008). A mobilidade urbana, nesse contexto, torna-se um campo de disputa, onde o direito à cidade — conforme formulado por Lefebvre (1968) e retomado por Harvey (2012) — é sistematicamente negado às populações periféricas, que dependem de modos de transporte alternativos e enfrentam barreiras físicas, simbólicas e institucionais para acessar os fluxos urbanos.

É nesse cenário que emergem práticas insurgentes que desafiam a lógica dominante, entre as quais se destaca o cicloativismo. Mais do que uma reivindicação por infraestrutura cicloviária, o cicloativismo constitui uma reconfiguração simbólica e material do espaço urbano, pautada na justiça ambiental, na equidade territorial e na democratização do uso das vias públicas. Trata-se de uma ação coletiva que opera bottom-up, articulando saberes locais, redes de apoio, pedagogias urbanas e estratégias de ocupação que tensionam os limites do planejamento oficial (gohn, 2011; marino, 2022).

O conceito de planejamento insurgente, desenvolvido por Miraftab (2009), é fundamental para compreender essas práticas. Ele se refere a formas de planejamento que emergem fora das instituições formais, impulsionadas por sujeitos marginalizados que resistem à exclusão e constroem alternativas urbanas. Segundo a autora, "o planejamento insurgente opera nas brechas do sistema, criando espaços de possibilidade para aqueles que foram excluídos dos processos decisórios oficiais" (miraftab, 2009, p. 38). Essas práticas insurgentes revelam a potência dos comuns urbanos — espaços, recursos e afetos geridos coletivamente — na construção de cidades mais justas, plurais e sustentáveis (federici, 2019). Os comuns urbanos não são apenas espaços físicos, mas também territórios de solidariedade, cuidado e reexistência, onde se experimentam formas de vida que escapam à lógica da mercantilização.

Além disso, o cicloativismo dialoga com perspectivas decoloniais, feministas e ecológicas que questionam as estruturas de poder que moldam o espaço urbano. Autoras como hooks (1994) e Segato (2016) apontam para a importância de considerar os corpos dissidentes, os saberes ancestrais e as experiências periféricas na luta por territórios inclusivos. Para hooks (1994, p. 123), "o espaço não é apenas um lugar físico, mas um campo de batalha política onde se disputam significados, pertencimentos e possibilidades de existência". A bicicleta, nesse sentido, torna-se símbolo de resistência, liberdade e reexistência frente ao Capitaloceno — um veículo que não apenas desloca corpos, mas também ideias, afetos e utopias.

Portanto, o referencial teórico deste artigo articula o Capitaloceno como contexto crítico, o urbanismo rodoviarista como expressão da lógica capitalista, e o cicloativismo como prática insurgente que reivindica o direito à cidade e propõe uma reconfiguração do espaço público. Essa abordagem permite compreender a mobilidade urbana como ato político e campo de disputa fundamental na construção de alternativas para o urbano no século XXI, onde o planejamento não se limita ao desenho técnico da cidade, mas à imaginação coletiva de futuros possíveis.

Metodologia

Este artigo adota uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, orientada por um compromisso epistemológico crítico e transdisciplinar. A escolha por esse caminho se fundamenta na necessidade de compreender os sentidos políticos, simbólicos e territoriais atribuídos à mobilidade urbana por coletivos cicloativistas que atuam na reconfiguração do espaço público. A pesquisa bibliográfica crítica constitui o eixo central da investigação, permitindo o aprofundamento teórico sobre o Capitaloceno, os comuns urbanos, o planejamento insurgente e os ativismos urbanos. Segundo Gil (2008), esse tipo de procedimento possibilita a sistematização de saberes já consolidados, ao mesmo tempo em que abre espaço para o diálogo com perspectivas emergentes e para a construção de novas interpretações sobre o fenômeno urbano.

Complementarmente à revisão bibliográfica, foi realizada análise documental de registros públicos e digitais produzidos por coletivos cicloativistas, com destaque para Bike Anjo, CicloCidade, Ameciclo e Pedalinas. Os materiais coletados incluem relatórios de atividades, manifestos, campanhas, vídeos, mapas colaborativos, registros de ocupações urbanas e publicações em redes sociais. Conforme orientações de Lakatos e Marconi (2003), esses documentos foram tratados como fontes primárias de investigação, por revelarem diretamente os discursos, as estratégias de mobilização e as práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos. A seleção dos materiais seguiu critérios de relevância temática, representatividade de experiências em diferentes escalas territoriais e alinhamento com perspectivas decoloniais e anticapitalistas, permitindo captar a complexidade das formas de resistência e sua expressão territorial.

A cartografia social foi mobilizada como inspiração metodológica e dispositivo analítico para acompanhar os territórios de resistência construídos pelo cicloativismo. Conforme proposto por Passos, Kastrup e Escóssia (2012), a cartografia ultrapassa a dimensão técnica da representação espacial, constituindo-se como método de pesquisa-intervenção que registra os processos subjetivos, coletivos e instituintes que atravessam o território. Nesse sentido, a análise não se limitou à localização geográfica das ações, mas buscou mapear os fluxos, os afetos, os conflitos e as utopias que atravessam as práticas cicloativistas. Tratou-se, portanto, de uma cartografia viva, que revela os contornos de uma cidade que insiste em ser mais justa, plural e democrática.

A análise dos dados foi orientada por uma perspectiva crítica e interpretativa, buscando identificar os sentidos políticos atribuídos à mobilidade e as estratégias de enfrentamento ao modelo rodoviarista. A triangulação entre referencial teórico, documentos e registros visuais permitiu construir uma leitura aprofundada sobre o cicloativismo como prática insurgente no contexto do Capitaloceno, evidenciando sua potência transformadora na disputa pelo espaço urbano e na construção de alternativas para o futuro das cidades.

Urbanismo rodoviarista: a máquina que engole a cidade

O urbanismo rodoviarista consolidou-se como paradigma dominante na organização das cidades modernas, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Essa lógica de planejamento, centrada na fluidez do tráfego motorizado individual, transformou profundamente a morfologia urbana por meio da construção de vias expressas, viadutos, estacionamentos e grandes corredores de circulação. Mais do que uma escolha técnica, tratou-se de um projeto político-econômico que subordinou o desenho da cidade às necessidades do capital industrial e à expansão do consumo de combustíveis fósseis, alinhando-se diretamente à racionalidade extrativista que caracteriza o Capitaloceno (vasconcellos, 2013; moore, 2016).

Como expressão de uma racionalidade que privilegia a velocidade, o isolamento e a fragmentação espacial, esse modelo reconfigura não apenas as ruas, mas também as subjetividades urbanas. Conforme aponta Santos (2008), o espaço é produto de relações sociais, e, nesse sentido, a cidade rodoviarista opera como mecanismo de exclusão, relegando populações de baixa renda, racializadas e não motorizadas a territórios periféricos mal servidos por infraestrutura e transporte público. A priorização do automóvel privatiza de facto o espaço coletivo, convertendo vias públicas em corredores de acumulação e marginalizando os corpos que não se adequam à lógica da motorização individual (harvey, 2012; vasconcellos, 2013).

Do ponto de vista socioambiental, o modelo rodoviarista é um dos principais vetores da crise ecológica urbana contemporânea. A dependência estrutural do petróleo, a emissão contínua de gases de efeito estufa, a impermeabilização do solo, a formação de ilhas de calor e a supressão de áreas verdes constituem impactos diretos dessa matriz de mobilidade (jacobs, 2011; malm, 2020). Tais processos não são acidentes do desenvolvimento, mas resultados previsíveis de um regime histórico que transforma a natureza e o território em mercadorias descartáveis. A cidade desenhada para o carro funciona, portanto, como uma “máquina que engole” não apenas o espaço físico, mas também as possibilidades de convivência, sustentabilidade e justiça territorial.

Diante desse cenário, torna-se urgente recuperar a perspectiva do direito à cidade como prática coletiva e emancipatória. Como destaca Lefebvre (2001, p. 45), “o direito à cidade implica a apropriação coletiva do espaço urbano”, condição que se torna inviável sob um paradigma que prioriza a eficiência do tráfego em detrimento da vida em comum. A hegemonia rodoviarista nega esse direito ao silenciar modos de habitar mais lentos, solidários e ecologicamente integrados, perpetuando a invisibilização de corpos dissidentes e de territorialidades alternativas.

Nesse contexto, a ruptura com a lógica do automóvel exige não apenas mudanças infraestruturais, mas uma transformação epistemológica e política no planejamento urbano. É precisamente nesse território de disputa que o cicloativismo emerge como força de reconfiguração material e simbólica, propondo uma cidade onde a mobilidade seja expressão de cuidado, equidade e reexistência frente ao Capitaloceno.

O cicloativismo como prática insurgente

O cicloativismo configura-se como um movimento social que transcende a reivindicação por infraestrutura cicloviária ou a defesa da bicicleta como mero modal de transporte. Trata-se de uma prática política e cotidiana que articula mobilidade limpa, justiça socioespacial e reapropriação democrática do espaço urbano. Ao ocupar vias, promover pedaladas coletivas e desenvolver redes de solidariedade, esses grupos tensionam os limites do planejamento urbano hegemônico e propõem formas alternativas de habitar e circular na cidade (gohn, 2011; miraftab, 2009).

A análise documental dos registros produzidos por coletivos como Bike Anjo, CicloCidade, Ameciclo e Pedalinas revela padrões de atuação que vão além da mobilização pontual. No caso do Bike Anjo, a documentação de suas oficinas comunitárias e campanhas de sensibilização evidencia uma pedagogia urbana baseada no cuidado, na autonomia técnica e na inclusão de ciclistas iniciantes. Seus materiais publicitários e registros em redes sociais destacam a bicicleta como ferramenta de emancipação e de construção de vínculos comunitários, deslocando o foco do desempenho individual para a convivência coletiva (bike anjo, 2023).

Em São Paulo, a atuação da CicloCidade, documentada em relatórios de incidência política e registros de campanhas públicas, demonstra uma estratégia de diálogo conflituoso com o poder municipal. Entre 2014 e 2016, o coletivo articulou dados técnicos, mobilizações de rua e propostas de desenho urbano que influenciaram diretamente a expansão da malha cicloviária da cidade. Diferentemente de uma abordagem meramente reivindicatória, a documentação do grupo mostra como o cicloativismo incorpora ferramentas de planejamento participativo, transformando a demanda por ciclovias em projeto político de direito à cidade (ciclo cidade, 2016).

Na região Nordeste, o coletivo Ameciclo, sediado em Recife, produziu mapeamentos colaborativos que cartografaram rotas seguras e barreiras urbanas em territórios periféricos. Esses documentos, disponíveis em plataformas digitais e relatórios de atividades, evidenciam como a infraestrutura cicloviária é entendida não como um item de modernização estética, mas como política de equidade territorial. Ao dar visibilidade aos percursos cotidianos de trabalhadores e estudantes das periferias, o grupo desafia a lógica centro-periferia e amplia o acesso à mobilidade ativa como direito social (ameciclo, 2022).

Essas práticas se articulam diretamente com o conceito de planejamento insurgente (miraftab, 2009), que reconhece a potência de ações originadas de sujeitos marginalizados na construção de alternativas urbanas fora dos canais institucionais tradicionais. Simultaneamente, elas materializam os comuns urbanos descritos por Federici (2019): espaços, saberes e afetos geridos coletivamente, que escapam à lógica da mercantilização e da propriedade privada. Oficinas de reparo, bicicletadas noturnas, ciclovias ativadas e redes de apoio tornam-se territórios de reexistência, onde se experimentam modos de vida mais lentos, solidários e ecologicamente integrados.

A dimensão interseccional dessas lutas é particularmente visível na atuação de coletivos como o Pedalinas, que reúne mulheres ciclistas em ações de ocupação e visibilidade. A análise de seus manifestos, registros fotográficos e narrativas em mídias digitais mostra como o ato de pedalar se transforma em gesto de afirmação corporal e enfrentamento às violências de gênero que estruturam o espaço público. Conforme apontam hooks (1994) e Segato (2016), a luta por territórios inclusivos exige o reconhecimento dos corpos dissidentes e a valorização de saberes periféricos. O cicloativismo feminista, nesse sentido, não apenas reivindica vias seguras, mas desnaturaliza a cidade patriarcal e rodoviarista, propondo uma mobilidade atravessada

pelo cuidado, pela escuta e pela diversidade.

Portanto, o cicloativismo deve ser compreendido como prática que não apenas resiste, mas reexiste. Ao transformar o cotidiano urbano por meio de ações autogeridas e descentralizadas, esses movimentos revelam que a mobilidade é um campo de disputa simbólica e material. A bicicleta, nesse contexto, opera como linguagem política, ferramenta de pedagogia urbana e vetor de reconfiguração do espaço público, apontando para a possibilidade de cidades menos centradas no automóvel e mais orientadas pela vida em comum.

Reconfigurações do espaço público: entre o asfalto e a utopia

Historicamente concebido como lugar de encontro, circulação e expressão democrática, o espaço público urbano tem sido progressivamente capturado pela lógica do capital e pela hegemonia do automóvel. Ruas, praças e avenidas, que outrora funcionavam como palcos de convivência e trocas culturais, foram transformadas em corredores de deslocamento acelerado, onde o tempo e o território são subordinados à eficiência, à velocidade e à mercantilização da vida cotidiana (harvey, 2012; moore, 2016). No contexto do Capitaloceno, essa apropriação intensifica a exclusão de corpos dissidentes, periféricos e não motorizados, convertendo o urbano em mercadoria e negando o direito à cidade como prática coletiva e emancipatória (lefebvre, 2001; malm, 2020).

A análise documental e cartográfica das ações cicloativistas revela que essas práticas operam uma reconfiguração simultaneamente material e simbólica do espaço público. O mapeamento colaborativo de rotas, a ocupação performativa de vias e a ativação de praças por meio de bicicletadas não apenas visibilizam a presença da bicicleta, mas ressignificam o território como lugar de cuidado, encontro e produção de comuns urbanos. Os registros coletivos — incluindo mapas digitais, vídeos de ocupações, relatórios de incidência e narrativas em redes sociais — evidenciam como o cicloativismo desafia a segregação espacial ao conectar periferias a centros, criando fluxos alternativos que subvertem a lógica rodoviarista e inauguram novas territorialidades baseadas na lentidão, na acessibilidade e na solidariedade.

Em resposta a essas pressões sociais, diversas cidades brasileiras incorporaram políticas cicloviárias à sua agenda urbana. Conforme apontam Saccaro Junior e Coelho Filho (2017), municípios como São Paulo, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte registraram expansões significativas na implantação de ciclovias, ciclofaixas e sistemas de bicicletas compartilhadas. Em São Paulo, a articulação entre a CicloCidade e a gestão municipal resultou em corredores de mobilidade ativa que, embora incipientes, representam conquistas diretas do ativismo organizado. No Recife, os mapeamentos produzidos pelo Ameciclo influenciaram a alocação de recursos em bairros periféricos, deslocando o eixo tradicional de investimentos cicloviários e ampliando o acesso à mobilidade limpa como política de equidade territorial.

Contudo, essas reconfigurações enfrentam limites estruturais impostos pela lógica neoliberal de produção do espaço. A infraestrutura cicloviária é frequentemente implementada de forma fragmentada, desarticulada do transporte público e concentrada em áreas centrais ou de maior poder aquisitivo, o que pode reforçar desigualdades socioespaciais. Além disso, observa-se uma tendência de mercantilização da prática ciclística, associada a estilos de vida elitizados e ao consumo de equipamentos especializados, esvaziando parcialmente o potencial emancipador do cicloativismo (vasconcellos, 2013; malm, 2020). A utopia ciclável, portanto, não se realiza apenas pela presença de asfalto pintado ou pela instalação de bicicletários, mas pela construção de uma cidade que reconheça a mobilidade como direito fundamental e o espaço público como bem comum inalienável.

Mais do que uma alternativa técnica, o cicloativismo propõe uma ética e uma estética urbanas distintas. Ele convida a imaginar e construir espaços onde a mobilidade seja expressão de liberdade, onde o tempo urbano seja desacelerado e onde o território seja vivido como lugar de diversidade e cuidado. Entre o asfalto herdado do rodoviarismo e a utopia de uma cidade compartilhada, pedalar torna-se um ato de reexistência e um convite à reinvenção democrática do espaço público.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscou-se compreender o cicloativismo como prática insurgente que desafia a hegemonia do urbanismo rodoviarista e propõe uma reconfiguração simbólica e material do espaço público urbano. Partindo da crítica ao modelo de cidade centrado no automóvel — expressão territorial da lógica de acumulação e consumo que caracteriza o Capitaloceno (moore, 2016; malm, 2020) —, a análise documental dos coletivos Bike Anjo, CicloCidade, Ameciclo e Pedalinas evidenciou que suas ações produzem comuns urbanos, tensionam o planejamento oficial e articulam mobilidade limpa à justiça socioespacial (gohn, 2011; marino, 2022).

Os resultados indicam que o cicloativismo não se limita à ocupação física das vias, mas opera como dispositivo de transformação territorial. Por meio de pedaladas coletivas, mapeamentos colaborativos e oficinas comunitárias, esses grupos ressignificam o espaço público como território de cuidado, reexistência e produção democrática. A bicicleta, nesse contexto, transcende sua função instrumental para se tornar uma linguagem política que desacelera o tempo urbano, visibiliza corpos marginalizados e confronta a mercantilização da mobilidade. A utopia ciclável, portanto, não se concretiza apenas pela implantação de infraestrutura, mas pela ruptura com a cidade neoliberal e pelo reconhecimento do direito à cidade como prática cotidiana e coletiva (lefebvre, 2001; federici, 2019).

Contudo, os avanços observados enfrentam limites estruturais. A fragmentação das políticas cicloviárias, a concentração de investimentos em áreas centrais e a apropriação mercadológica da bicicleta revelam a persistência de desigualdades socioespaciais. Nesse sentido, a consolidação de uma mobilidade verdadeiramente emancipatória exige a integração entre ativismo de base, planejamento público participativo e políticas de equidade territorial que priorizem as periferias e os corpos historicamente excluídos.

Para futuras pesquisas, recomenda-se o aprofundamento em estudos etnográficos sobre a organização interna dos coletivos, análises cartográficas longitudinais das redes de mobilidade alternativa e investigações sobre os impactos das políticas cicloviárias em territórios racializados e periféricos. É fundamental, ainda, ampliar o diálogo entre saberes acadêmicos e populares, reconhecendo a potência dos comuns urbanos na construção de alternativas concretas ao Capitaloceno. A escuta ativa dos territórios, a valorização de pedagogias insurgentes e a articulação intersetorial entre movimentos sociais constituem caminhos promissores para a reinvenção democrática das cidades.

Finaliza-se este artigo com uma provocação que ecoa a chamada temática desta edição: e se a cidade fosse desenhada a partir da bicicleta e não do carro? Essa interrogação não apenas desafia os paradigmas hegemônicos de planejamento, mas convoca à imaginação radical de futuros urbanos onde a mobilidade seja expressão de liberdade, cuidado e justiça. Pedalar, nesse sentido, é mais do que deslocar-se — é resistir, reivindicar e reinventar o urbano.

Referências

AMECICLO. *Mapeamentos colaborativos e infraestrutura cicloviária.* Recife, 2022. Disponível em: https://ameciclo.org. Acesso em: 9 out. 2025.

BIKE ANJO. *Quem somos.* São Paulo, 2023. Disponível em: https://bikeanjo.org. Acesso em: 9 out. 2025.

CICLOCIDADE. *Relatórios de incidência política e campanhas.* São Paulo, 2016. Disponível em: https://ciclocidade.org.br. Acesso em: 9 out. 2025.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução:* trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação.* São Paulo: Cortez, 2011.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes:* do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades.* São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro, 2001.

MALM, Andreas. *O progresso do Capitaloceno:* sobre natureza e revolução. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MARINO, Filipe. Direito à cidade, mobilidade urbana e cicloativismo no Brasil: um breve panorama. *Coletiva.org,* São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.coletiva.org/dossie-direito-a-cidade-n24-artigo-direito-a-cidade-mobilidade-urbana-e-ciclo-ativismo-no-brasil. Acesso em: 9 out. 2025.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the global south. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009.

MOORE, Jason W. O Capitaloceno e a Crise da Civilização Moderna. *Revista Ecologias,* v. 1, n. 1, p. 15-30, 2016.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. Cartografia: composição de um método. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (org.). *Pistas do método da cartografia:* pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 15-30.

PEDALINAS. *Manifestos e registros digitais.* São Paulo, 2024. Disponível em: https://pedalinas.org. Acesso em: 9 out. 2025.

SACCARO JUNIOR, Nilo Luiz; COELHO FILHO, Osmar. *Cidades cicláveis:* avanços e desafios das políticas cicloviárias no Brasil. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br. Acesso em: 9 out. 2025.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira.* São Paulo: Edusp, 2008.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres.* Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. *Mobilidade urbana e políticas públicas.* São Paulo: Cortez, 2013.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO MEIO DE DEBATE E PROPOSIÇÃO PARA A MOBILIDADE ATIVA
O caso de Rio Branco do Sul/PR

UNIVERSITY EXTENSION AS A MEANS FOR DEBATE AND PROPOSALS ON ACTIVE MOBILITY
The Case of Rio Branco do Sul/PR

Fernanda Cantarim[1] e Eduardo Sinegaglia[2]

Resumo
Este artigo aborda a mobilidade urbana como central no direito à cidade, especialmente a mobilidade ativa e sua infraestrutura. A Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) avança ao priorizar modos ativos e transporte coletivo. Contudo, persistem dificuldades de implementação nos municípios, diante da limitação de recursos financeiros e humanos para lidar com as fiscalizações e projetos. Desigualdades territoriais são frequentes, sendo áreas periféricas as mais afetadas por infraestruturas precarizadas. O texto analisa uma experiência de extensão universitária em Rio Branco do Sul, município marcado por topografia acidentada e ocupações irregulares. O artigo aborda como uma disciplina extensionista mobilizou estudantes e prefeitura no debate e proposição para a mobilidade ativa. Foram realizados: análise de campo, debates e proposição de escadarias públicas. A interação entre universidade e prefeitura demonstrou potencial de contribuição mútua, apesar da instabilidade institucional. A experiência reforça a importância de ações colaborativas para ampliar o acesso equitativo à cidade.
Palavras-chave: mobilidade ativa; extensão universitária; Política Nacional de Mobilidade Urbana; Rio Branco do Sul.

Abstract
This article examines urban mobility as a key dimension of the right to the city, focusing on active mobility and related infrastructure. Brazil's National Urban Mobility Policy (PNMU) advances this agenda by prioritizing active transportation and public transit. Nevertheless, municipalities continue to face implementation challenges due to limited financial and institutional capacity for planning and oversight. Territorial inequalities persist, particularly in peripheral areas characterized by inadequate infrastructure. The paper analyzes a university extension initiative in Rio Branco do Sul, a municipality marked by steep topography and irregular settlements. It explores how an extension course engaged students and local government in discussions and proposals aimed at improving active mobility. Activities included fieldwork, debates, and the design of public stairways. Despite institutional instability, collaboration between the university and the municipality demonstrated significant potential for mutual contribution. The experience underscores the importance of collaborative initiatives in promoting more equitable access to the city.

1 Doutora em Gestão Urbana pelo Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana (PUCPR/2019), Mestre em Gestão Urbana (PUCPR/2014) e Arquiteta e Urbanista (PUCPR/2011).
2 Arquiteto e Urbanista (UFPR, 2017).

Keywords: active mobility; university extension; Brazilian National Urban Mobility Policy; Rio Branco do Sul.

Introdução

A mobilidade urbana pode ser entendida como a capacidade de deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano, articulada com as formas de uso e ocupação do solo, a infraestrutura e os meios de transporte disponíveis (IPEA, 2017; ITDP Brasil 2018). Ela é elemento essencial para a efetivação do direito à cidade, pois garante o acesso da população a bens, serviços e oportunidades, configurando-se como um dos pilares da justiça social na cidade. Milton Santos (1996) lembra que o espaço urbano é constituído pela articulação entre fixos e fluxos: os fixos (infraestruturas, equipamentos, edificações) organizam os fluxos (circulação de pessoas, mercadorias e informações), e é justamente no entrelaçamento dessas dimensões que a mobilidade se insere como condição para a vida urbana. A mobilidade é um processo socioespacial particular ao lugar e às suas características sociais, espaciais e históricas; dessa forma qualificando o cotidiano dos sujeitos e lugares na cidade (Balbim, 2016).

A Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), instituída pela Lei nº 12.587/2012, é o marco legal que estabelece princípios, objetivos e diretrizes para a organização dos deslocamentos nas cidades brasileiras. Suas principais diretrizes incluem: a promoção da acessibilidade universal; a equidade no acesso aos serviços de transporte; a prioridade aos modos de transporte não motorizados e coletivos sobre o transporte individual motorizado; a integração entre mobilidade e políticas de desenvolvimento urbano; a participação social na formulação das políticas de transporte; e a promoção de sistemas de mobilidade sustentável (Brasil, 2012). Essas diretrizes enfatizam a coletividade, a mobilidade ativa e o transporte coletivo; de forma a melhorar o acesso à cidade para todos. É um posicionamento que se alinha com a evolução do pensamento urbano no país.

O planejamento urbano brasileiro, no passado, se estruturou em paradigmas modernistas fortemente enraizados na centralidade do automóvel particular como elemento ordenador da cidade. Autores como Fernando Lara (2012; 2016) e Vinicius Netto (2014) destacam como a urbanização do século XX consolidou uma hierarquia de circulação que privilegiava vias expressas e o deslocamento motorizado individual, em detrimento do pedestre e dos modos ativos. Nesse sentido, a PNMU representa uma ruptura ao priorizar explicitamente o transporte coletivo e não motorizado, alinhando-se à Nova Agenda Urbana (ONU-Habitat, 2016) e ao Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), ao reconhecer a mobilidade como componente de inclusão social. A PNMU também incorporou a pauta da acessibilidade universal, garantindo que pessoas idosas e com deficiência tenham direito a sistemas de mobilidade inclusivos. Além disso, a política valoriza a gestão democrática, ao estimular processos participativos na elaboração dos planos e projetos, e fomenta o uso de energias mais limpas e sustentáveis, incentivando a transição para modos de menor impacto ambiental, como ônibus elétricos e ciclovias.

Apesar dos avanços normativos, a implementação da PNMU encontra grandes obstáculos. Um dos principais é o processo de periferização e metropolização das cidades brasileiras. O alto custo da terra urbanizada e a lógica do mercado imobiliário empurraram as camadas populares para áreas cada vez mais distantes dos centros, em grande parte por meio de políticas habitacionais que localizaram empreendimentos em zonas desprovidas de infraestrutura e equipamentos (Santos, 1993; Maricato, 2011; Firkowski, 2012; Delgado; Moura, 2016). Esse processo não se restringe aos extratos sociais mais vulneráveis; ao mesmo tempo, o crescimento de condomínios fechados,

muitos voltados para classes de alta renda, reforçou a segregação espacial e ampliou a dependência do automóvel (Caldeira, 2000). Esse modelo gera deslocamentos diários longos e onerosos, sobretudo no trajeto casa-trabalho ou casa-estudo, para grande quantidade de pessoas que permanecem empregadas ou que estudam em áreas centrais.

Outro ponto crítico refere-se à acessibilidade. A maioria das cidades brasileiras apresenta calçadas irregulares, descontínuas e sem padrão, inviabilizando a mobilidade ativa e tornando os deslocamentos inseguros. Alguns municípios apresentam uma topografia que impede a acessibilidade universal e que sequer vencem o desafio de estruturar calçadas e escadarias minimamente seguras. As ciclovias, embora em expansão, ainda são insuficientes e muitas vezes desconectadas. Soma-se a isso a questão da segurança, tanto no espaço público (violência e assaltos em ruas e ciclovias) quanto no próprio transporte coletivo, que frequentemente apresenta casos de criminalidade. Do ponto de vista econômico, os recursos escassos limitam investimentos necessários para a qualificação do transporte público e da infraestrutura de mobilidade. A tarifa elevada é um dos maiores entraves à universalização do acesso, como no caso de Curitiba, cujos preços estão entre os mais altos do país (RS 6,00). A ausência de subsídios robustos e de uma política de integração metropolitana mais eficaz restringe a mobilidade de grande parcela da população, perpetuando desigualdades territoriais e onerando as camadas mais pobres e que usualmente realizam deslocamentos diários mais longos e caros. Os investimentos públicos, quando alocados, também seguem uma lógica de priorização de espaços centrais e/ou de maior interesse do setor privado. Isso gera espaços mais e menos atendidos por infraestrutura de mobilidade urbana, reforçando o acesso desigual no tecido intra-urbano.

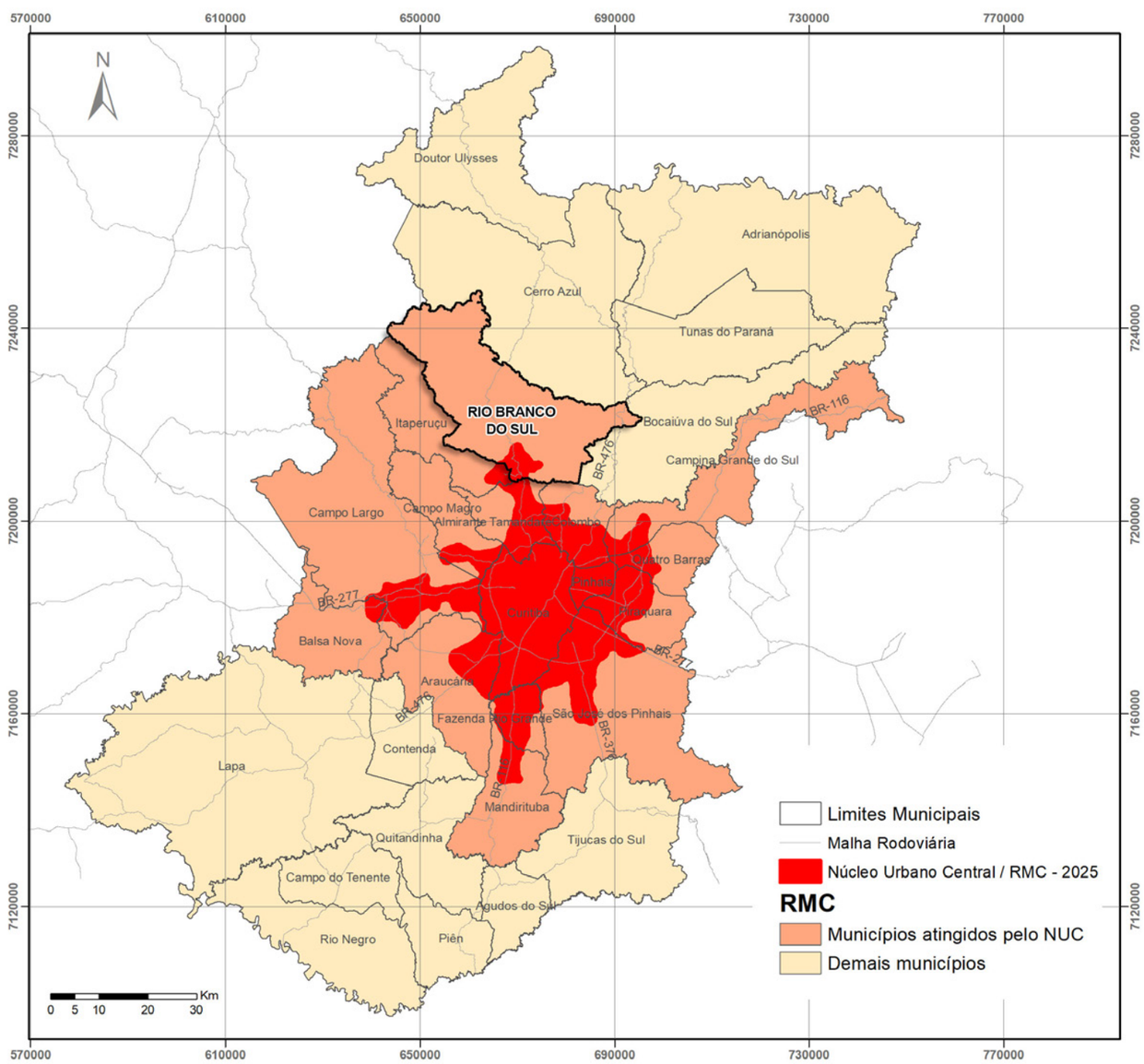
Este artigo propõe discutir como a extensão universitária pode contribuir para o debate, tanto acadêmico quanto comunitário, e a proposição de soluções de mobilidade ativa em um município da região metropolitana de Curitiba - Rio Branco do Sul, notório por sua topografia acentuada e histórico de ocupações irregulares.

O caso de Rio Branco do Sul

A compreensão do município de Rio Branco do Sul exige um olhar que ultrapassa seus limites administrativos. Trata-se de um território profundamente conectado às dinâmicas intermunicipais que organizam seu desenvolvimento e condicionam seu funcionamento cotidiano. Desde sua inclusão oficial na Região Metropolitana de Curitiba em 1973, conforme a Lei Complementar nº 14/1973, o município participa de um sistema ampliado de mobilidade, fluxos de serviços e relações socioeconômicas que o aproximam tanto de Curitiba quanto dos municípios do Vale do Ribeira paranaense. Além disso, integra o Núcleo Urbano Central da RMC (Figura 1), área que concentra a maior parte da população urbana metropolitana e que apresenta elevada complexidade territorial. Simultaneamente, é classificado pelo IPARDES como parte do segundo anel metropolitano, um conjunto de municípios limítrofes à aglomeração de Curitiba, caracterizados por baixa continuidade física de ocupação e por relações funcionais menos intensas com o polo metropolitano, embora ainda relevantes para o cotidiano da população. Ao considerar essa inserção regional, torna-se evidente que o desenvolvimento urbano, a economia local e a mobilidade de Rio Branco do Sul são moldados por influências que extrapolam sua escala local.

Estrutura territorial e condicionantes ambientais

Assim como bem desenvolvido na etapa de diagnóstico do Plano Diretor Municipal (PMRBS, 2023), o território de Rio Branco do Sul é fortemente marcado por



condicionantes ambientais, como fundos de vale, áreas de preservação permanente e restrições geotécnicas associadas ao Aquífero Karst. Esses elementos limitam a expansão urbana e moldam a morfologia da cidade, gerando um tecido descontínuo e com barreiras físicas importantes. Além disso, condicionam a própria forma urbana já consolidada, dificultando conexões diretas entre bairros, aumentando o custo das intervenções de infraestrutura e exigindo obras de maior complexidade técnica, especialmente em zonas com declividade acentuada ou instabilidade do solo.

Esses condicionantes ambientais, somados à forma como a ocupação se deu ao longo das décadas – com vias abertas sem critérios técnicos adequados e sem consideração de elementos estruturantes, como drenagem, declividade e acessibilidade – contribuem para a formação de uma malha urbana descontínua. Isso dificulta a criação de conexões diretas entre bairros e aumenta as distâncias funcionais dentro da cidade. Por outro lado, intensifica o papel da mobilidade ativa e torna mais complexa a oferta de infraestrutura adequada para os deslocamentos a pé, que já são predominantes no município.

Figura 1 - O município de Rio Branco do Sul na Região Metropolitana de Curitiba. Fonte: adaptado pelos autores, de AMEP, 2025, disponível em https://www.amep.pr.gov.br/Pagina/Mapas

Histórico de ocupação e configuração urbana

A configuração urbana de Rio Branco do Sul deriva de processos de urbanização que ocorreram de forma fragmentada, muitas vezes sem planejamento prévio ou controle fundiário adequado. A predominância histórica de parcelamentos implantados sem aprovação municipal ou divergentes de seus projetos originais resultou em uma malha marcada por vias estreitas, descontinuidades, ruas sem saída e frentes irregulares.

Embora a irregularidade fundiária não seja o foco central da análise, ela ajuda a explicar como grande parte da malha viária atual se formou em função de lógicas locais de parcelamento, sem considerar conectividade, acessibilidade ou viabilidade técnica de implantação de infraestrutura. Em vários trechos, as vias existentes não comportam calçadas dentro dos parâmetros da NBR 9050, dificultando intervenções posteriores de padronização ou requalificação.

Esse padrão de urbanização contribuiu para que muitos bairros crescessem com baixa qualidade urbanística, reforçando a fragmentação do tecido urbano e aumentando a dependência de escadarias e percursos improvisados para vencer desníveis e encurtar trajetos. Assim, mais do que um problema jurídico, a irregularidade fundiária gerou condicionantes espaciais que afetam diretamente a mobilidade ativa e a acessibilidade.

Perfil socioeconômico e padrões de deslocamento

A mobilidade ativa é o principal modo de deslocamento na cidade, seja por sua escala territorial reduzida, seja pelo perfil socioeconômico dos moradores, muitos dos quais dependem do caminhar para acessar os serviços essenciais. Entretanto, grande parte das calçadas é irregular, estreita ou inexistente, e há obstáculos constantes no passeio, como postes, degraus, rampas particulares e ocupações indevidas.

Há também uma prática cultural consolidada de tratar a calçada como extensão do lote privado, o que resulta em construções, cercas e acessos que invadem o passeio e obrigam pedestres – incluindo crianças e idosos – a utilizar a pista de rolamento. Em locais onde não há calçadas ou onde a declividade é excessiva, moradores percorrem trajetos alternativos por matas, atalhos improvisados ou diretamente pela via, expondo-se ao risco e ampliando a sensação de insegurança.

Essa realidade afeta especialmente estudantes, idosos e pessoas com mobilidade reduzida, que enfrentam trajetos fisicamente exigentes e, muitas vezes, incompatíveis com padrões mínimos de acessibilidade. Assim, o ato de caminhar – que deveria ser simples e seguro – torna-se um desafio diário, reforçando a necessidade de intervenções estruturais de pequeno porte, porém de grande impacto social.

Topografia e implicações para a mobilidade

A topografia é um dos elementos mais determinantes da mobilidade urbana de Rio Branco do Sul. As declividades acentuadas (como evidencia a Figura 2) fazem da escada pública um equipamento essencial da circulação cotidiana. Em muitos bairros, especialmente nos que foram implantados sobre encostas, a escadaria é a única forma viável de vencer os desníveis e conectar residências à via pública.

Apesar disso, o município não possui diretrizes específicas para projeto, implantação ou manutenção das escadarias, embora exista um estudo elaborado pela COMEC em 2000 que propunha reconhecer as escadas como parte do sistema viário. A ausência dessas diretrizes produz equipamentos heterogêneos, com degraus irregulares, falta de corrimãos, iluminação precária e pouca integração com rotas de pedestres.

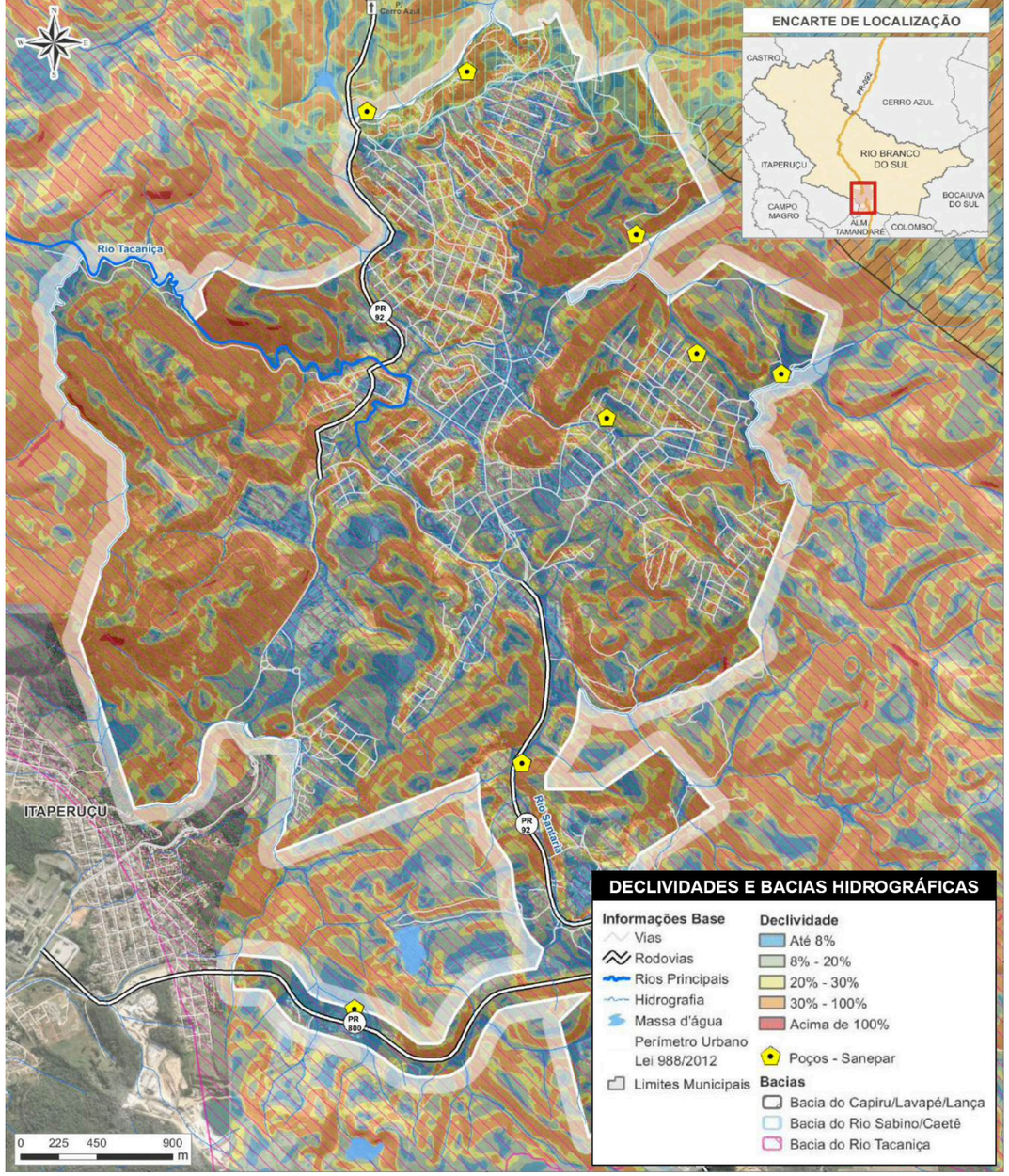


Figura 2 - Mapa de Declividades e Bacias Hidrográficas da Sede Urbana de Rio Branco do Sul. Fonte: adaptado pelos autores, de PMRBS, 2023.

As escadarias representam, portanto, um paradoxo: são essenciais para acessar lotes e encurtar percursos, mas sua condição atual compromete a segurança e a acessibilidade. Nos trechos em que escadas inexistem, moradores frequentemente criam caminhos informais em meio à vegetação ou utilizam rampas inclinadas sem proteção, reforçando vulnerabilidades espaciais.

Infraestrutura urbana e mobilidade

A rede viária de Rio Branco do Sul apresenta limitações históricas relacionadas à largura das vias, irregularidade de traçado e falta de padronização das calçadas. O Diagnóstico do Plano Diretor observa uma ausência de padronização das vias e calçadas, dificultando a circulação de pedestres. Essas limitações impedem a implantação contínua de ciclovias, reduzem a segurança de pedestres e restringem a oferta de rotas acessíveis.

O Plano Diretor, ao identificar essas fragilidades, orienta ações estratégicas como: priorização de rotas escolares e de acesso a serviços públicos; qualificação e padronização das calçadas; requalificação de escadarias estruturantes; melhoria da conectividade viária entre bairros; e integração com diretrizes metropolitanas. Essas medidas são compatíveis com a Política Nacional de Mobilidade Urbana e reforçam a necessidade de soluções sensíveis à realidade financeira e operacional de municípios pequenos.

Materiais e Métodos

A pesquisa desenvolveu-se no âmbito de uma disciplina extensionista do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2025, com foco na discussão e proposição de soluções relacionadas à mobilidade ativa em Rio Branco do Sul. A metodologia adotada combinou atividades teóricas, trabalho de campo, levantamento de percepções sociais e desenvolvimento projetual, estruturando-se em três etapas principais: análise, debate e proposição.

Inicialmente, foram selecionadas três áreas de estudo no município, tomando como critérios sua relevância na mobilidade ativa, capacidade e demanda de intervenção e diversidade de contextos socioespaciais. Os quatro recortes apresentam necessidade de estruturação de escadarias públicas qualificadas, característica observada no Plano Diretor Municipal de 2024 e nas análises do Plano de Mobilidade em desenvolvimento. Cada recorte foi trabalhado por uma das três equipes formadas durante a disciplina.

Etapa de Análise

Os estudantes realizaram visitas técnicas aos recortes definidos, com observação direta sistemática de aspectos da infraestrutura de mobilidade ativa, como calçadas, acessibilidade, segurança viária e conectividade entre equipamentos urbanos. Os quatro recortes se localizam na região do Papanduva, pois se trata de área consolidada, relativamente central, e com uma grande concentração de pontos de necessidade de estruturação de escadarias. A Figura 3 apresenta a localização das áreas de escadarias selecionadas para a disciplina.

Em paralelo, foi aplicada uma pesquisa de opinião com residentes e usuários das áreas estudadas, por meio de questionário estruturado, visando identificar padrões de deslocamento, principais motivações e dificuldades enfrentadas no uso de modos ativos de transporte, bem como necessidades percebidas pela população. Os dados coletados foram tabulados e analisados de forma quali-quantitativa, permitindo o reconhecimento de padrões e demandas específicas para diferentes perfis socioeconômicos e etários. Ao todo foram aplicados 23 questionários durante a visita de campo, realizada no dia 27 de agosto de 2025. Além disso, os estudantes tiveram acesso ao material do Plano Diretor Municipal, a uma palestra com as técnicas responsáveis pelo Plano de Mobilidade em andamento e aos materiais fornecidos pela prefeitura (planta cadastral, altimetria, ortofoto, entre outros).

Etapa de Debate

Os resultados do diagnóstico técnico e social subsidiaram a realização de mesa redonda, associada à leitura de artigos acadêmicos selecionados, com participação ativa dos estudantes. Esses debates proporcionaram a triangulação de saberes acadêmicos, técnicos e comunitários, culminando na formulação de um quadro de necessidades segmentado em subgrupos populacionais — incluindo crianças e adolescentes, idosos e pessoas com mobilidade reduzida e mulheres— com foco na equidade no acesso

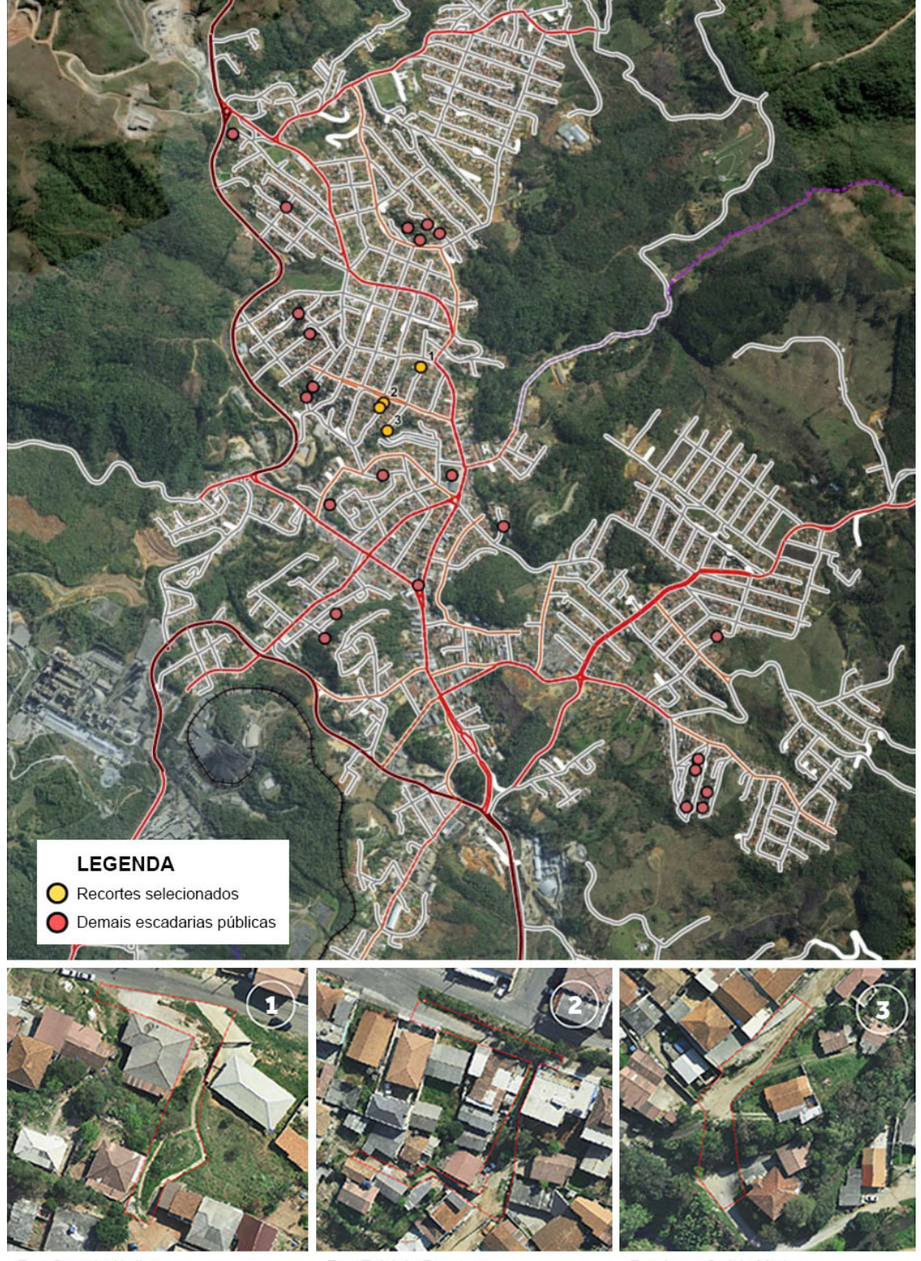


Figura 3 - Recortes selecionados / Escadarias em Rio Branco do Sul. Fonte: os autores, 2025.

aos espaços públicos.

Etapa de Proposição

Por fim, os estudantes desenvolveram propostas projetuais para os três recortes analisados, integrando os achados da pesquisa, a literatura especializada e as diretrizes discutidas em conjunto com os agentes municipais. Os resultados foram apresentados à comunidade técnica local e discutidos em caráter participativo, reforçando a extensão universitária como instrumento de diálogo e contribuição ao planejamento da mobilidade ativa no município. Posterior ao fechamento da disciplina, os produtos foram doados à prefeitura municipal de Rio Branco do Sul, de forma a possibilitar possíveis resultados concretos dessa interação. A utilização ou adaptação das análises e dos projetos pode acontecer de acordo com a conveniência e disposição de recursos no município.

A experiência extensionista em Rio Branco do Sul

Três momentos compõem as atividades desenvolvidas durante a disciplina extensionista: primeiro, uma etapa de familiarização com o tema e análise do recorte; segundo, de debate sobre as soluções em vista; e terceiro, o desenvolvimento de propostas em nível de Estudo Preliminar.

Etapa de Análise

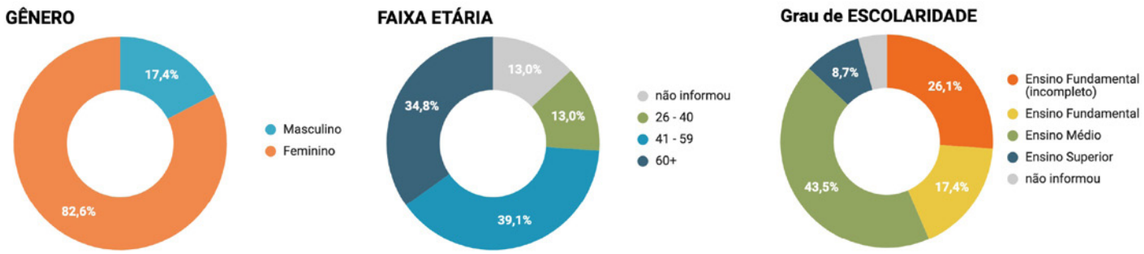
Nessa etapa, as aulas teóricas e preparatórias para o campo foram essenciais para aproximar os estudantes do tema. Por se tratar de uma disciplina optativa, os alunos inscritos podiam ser de anos curriculares distintos – porém, a predominância foi de estudantes do quarto e quinto ano. Isso significa que o grupo apresenta uma maior maturidade dentro do curso, sendo que as disciplinas obrigatórias de desenho urbano e planejamento urbano foram majoritariamente cumpridas. Durante as aulas iniciais, se abordaram estratégias de campo e formas de conduzir questionários com a população. Também foram pré-selecionadas as três escadarias a serem trabalhadas e subdivididas entre as três equipes formadas. Um questionário padrão foi fornecido como base para todos, de forma a uniformizar os dados coletados e possibilitar interação entre equipes. Os três recortes se localizam no bairro Papanduva, bastante próximos e com questões similares que comprometem a vivência e a mobilidade ativa na região.

A visita de campo aconteceu no dia 27/08/2025, no período da tarde, e onze alunos participaram. O primeiro ponto de parada foi na Prefeitura Municipal, onde os técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, responsáveis pela Diretoria de Mobilidade e Transporte e Gerência de Uso do Solo, conversaram com a docente e os estudantes sobre a realidade do município e a região a ser trabalhada. Após, os técnicos se juntaram ao grupo que se deslocou até o bairro Papanduva. Os integrantes de cada uma das equipes se dirigiram até seus recortes e se dedicaram em observar a realidade, tirar fotos, fazer anotações sobre elementos morfológicos e da paisagem, e, por fim, aplicaram a pesquisa com a população. Foram aplicados 23 questionários com moradores e usuários do bairro, buscando compreender padrões de deslocamento, percepções sobre infraestrutura e necessidades de melhoria relacionadas à mobilidade ativa.

Como ilustram os gráficos da Figura 4, a amostra foi composta majoritariamente por mulheres (82,6%), com predomínio de pessoas acima de 41 anos (73,9%). Quanto à escolaridade, prevaleceram indivíduos com Ensino Médio, seguidos por Ensino Fundamental incompleto (26,1%).

O modo de deslocamento mais utilizado é o caminhar, citado pela maioria dos respondentes, seguido pelo uso eventual de ônibus e automóveis. A frequência de caminhada no bairro é elevada: 30,4% caminham todos os dias e 43,5% ao menos três vezes por semana. Apesar disso, a infraestrutura existente apresenta fragilidades severas: 56,5% classificaram calçadas, escadas e rampas como inexistentes ou péssimas, e 34,8% como irregulares. A percepção de conflito entre veículos e pedestres é alta, com 69,6% afirmando que os veículos prejudicam a circulação, sobretudo pela presença de carros estacionados sobre a calçada e alta velocidade. Em relação à segurança ao caminhar, 56,5% disseram sentir-se seguros, enquanto 43,5% relataram insegurança. Da amostra, 43,5% afirmaram possuir, ou ter familiar que possui, algum tipo de dificuldade de locomoção.

As principais necessidades apontadas para melhorar a caminhabilidade incluem: pavimentação e alargamento de calçadas; qualificação de escadas e rampas públicas; melhoria da iluminação; implantação de sinalização viária para pedestres; aumento de árvores e áreas sombreadas; ampliação da limpeza urbana; e reforço do policiamento



e segurança pública. Outros itens mencionados envolvem retirada de obstáculos em calçadas, regularização do estacionamento e melhoria da relação entre calçada e lotes.

Os resultados do questionário evidenciam que o caminhar constitui a base da mobilidade cotidiana no bairro Papanduva, não como opção, mas como necessidade estruturada pelas condições socioeconômicas locais. Essa centralidade do deslocamento a pé contrasta com a precariedade da infraestrutura observada pelos moradores, especialmente no que se refere a calçadas, escadarias e rampas. A percepção recorrente de irregularidade, inadequação ou inexistência desses elementos confirma que a mobilidade ativa se desenvolve em um ambiente desfavorável, marcado por barreiras físicas que limitam o acesso e o conforto dos deslocamentos cotidianos.
As respostas revelam também que a convivência entre pedestres e veículos ocorre de forma conflituosa. Problemas como estacionamento sobre calçadas, velocidade excessiva e ausência de sinalização reforçam a hierarquia viária que privilegia o automóvel, mesmo em um contexto onde grande parte da circulação se dá a pé. Essa tensão contribui diretamente para a sensação de insegurança e para a redução da qualidade da experiência urbana, sobretudo para grupos socialmente mais vulneráveis, como mulheres, idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

Outro ponto relevante diz respeito à importância atribuída pelos moradores a elementos ambientais e de qualificação do espaço público, como iluminação, arborização, sombra, limpeza e organização da paisagem. Esses aspectos revelam que a caminhabilidade é compreendida de maneira ampla, envolvendo não apenas infraestrutura física mínima, mas também conforto, bem-estar e segurança simbólica. Tais demandas dialogam diretamente com debates contemporâneos sobre cidades caminháveis e com a literatura trabalhada na disciplina, que enfatiza como a experiência pedonal é moldada tanto pela morfologia quanto pela percepção do espaço.

De modo geral, os dados indicam que intervenções relativamente simples – como melhoria de escadarias, padronização de calçadas, qualificação de travessias e incremento de iluminação e arborização – têm potencial para gerar impactos expressivos no cotidiano da população. Mesmo com uma amostra reduzida, a convergência das percepções aponta para problemas estruturais já identificados nas visitas de campo e nos diagnósticos municipais, reforçando a pertinência das propostas desenvolvidas na disciplina e a necessidade de políticas públicas focadas na mobilidade ativa em áreas de topografia acentuada, como no bairro Papanduva.

Além da aproximação com os recortes, os estudantes também contaram nesta etapa com a palestra de técnicas da fundação responsável pelo Plano de Mobilidade Municipal, em fase de elaboração durante o período. O papel da mobilidade ativa dentro do Planejamento (Plano de Mobilidade e Plano Diretor Municipal), assim como a adequação com demais leis e normas vigentes foram elementos tratados na palestra.

Figura 4 - Gráficos síntese com resultados dos questionários aplicados - Perfil dos respondentes. Fonte: os autores, 2025.

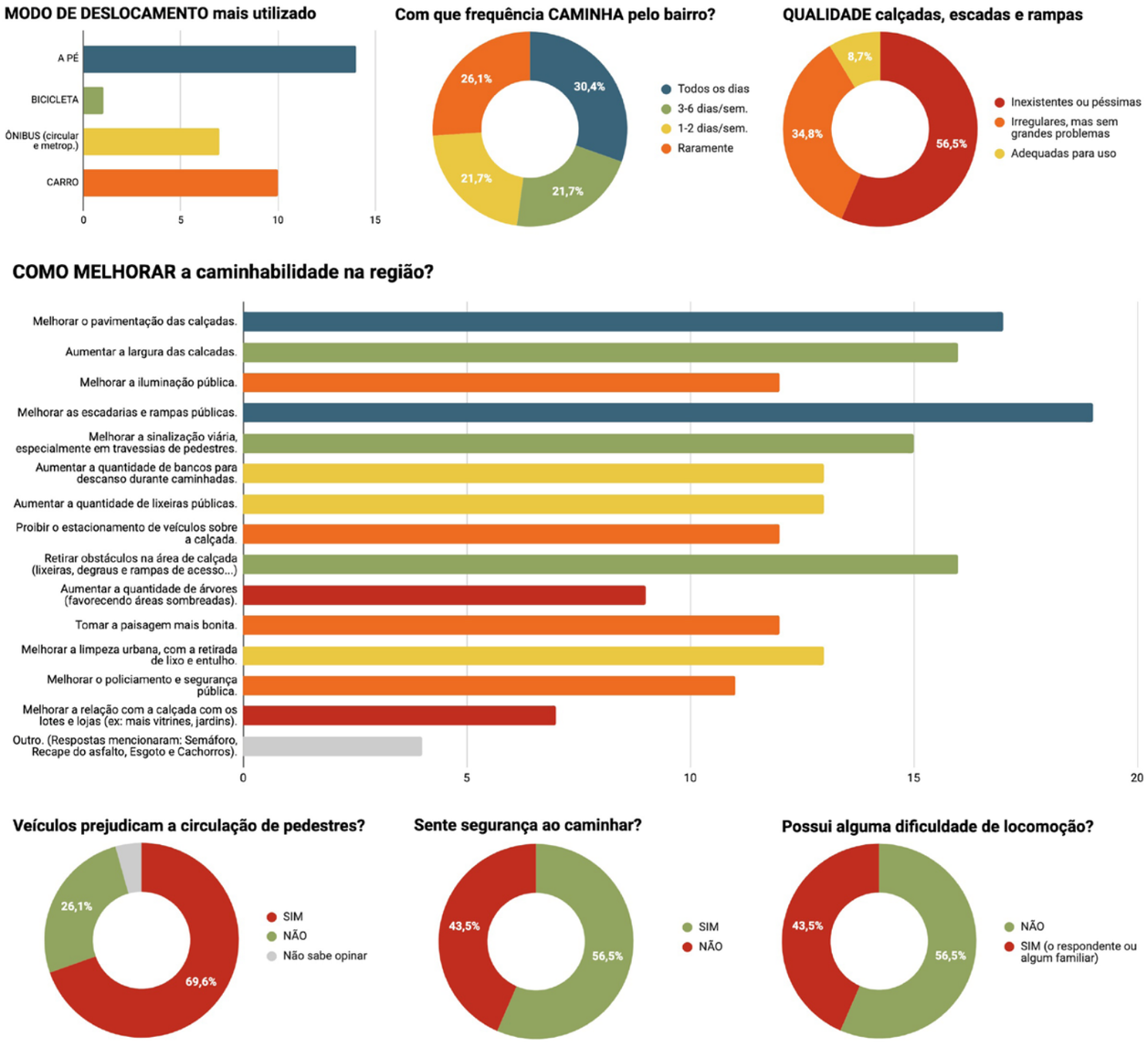


Figura 5 - Gráficos síntese com resultados dos questionários aplicados - Perguntas sobre mobilidade. Fonte: os autores, 2025.

Os estudantes desenvolveram análises dos recortes com base nos materiais fornecidos pela prefeitura (como altimetria; mapa cadastral; alinhamento predial; Plano Diretor Municipal) e na visita de campo e materiais elaborados a partir dela (resultados dos questionários, fotos e observações sobre aspectos morfológicos e da paisagem).

Etapa de Debate

A etapa de debate inicia com a leitura de textos complementares e/ou vídeos relacionados com a mobilidade de grupos selecionados. Cada equipe ficou responsável pela discussão de um grupo específico, conforme o Quadro 01.

Equipes	Grupo selecionado	Textos e vídeos
Equipe 1	Crianças e adolescentes	FERREIRA, Valéria; FERNANDES; Sonia. Infância e justiça espacial: Desigualdades inter e intra bairros no uso da cidade por crianças da rede municipal de ensino de Curitiba. Educ. rev. vol.39, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-469839285 Silva, D. R., Mello, S. C. B., & Bastos, A. F. S. (2024). Direito da criança à cidade: reconstrução teórica e aplicação em contexto urbanos diversificados. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.16, e20230113. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-3369.016.e20230113
Equipe 2	Mulheres	KERN, Leslie. Cidade Feminista: A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Oficina Raquel, 2019. Capítulo 1: Cidade dos Homens (pg 14-38). Mobilidade urbana e gênero: Mulheres e direito à cidade. Painel Brasileiro de Mobilidade. Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uAgxOuxMo9w
Equipe 3	Idosos e pessoas com mobilidade reduzida	OMS. Guia Global: Cidade amiga do idoso. 2008. Disponível em:https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/Brasil_Amigo_Pessoa_Idosa/publicacao/guia-global-oms.pdf Seção 1 e 2. MACHADO, Mariza; LIMA, Josiane. Avaliação multicritério da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida: um estudo na região central de Itajubá (MG). urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana 7 (3), 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-3369.007.003.AO08

Quadro 1 - Equipes, grupos, textos e vídeos selecionados para debate. Fonte: Os autores, 2025.

Esse material, somado às experiências pessoais, visita de campo e questionários deveriam guiar as discussões durante a mesa redonda realizada em sala de aula. Alguns dos questionamentos iniciais foram:

Quais são as necessidades de deslocamento do segmento?
Como essas necessidades poderiam ser atendidas?
Qual a percepção de segurança do segmento em se deslocar a pé/bicicleta?
Quais os principais medos relatados/observados?
Qual a frequência e padrão de deslocamento a pé/bicicleta desse grupo?
Quais especificidades na vivência urbana foram observadas?
Foram observadas intersecções importantes de grupos? (ex: mulher trans; criança com mobilidade reduzida; idoso preto/pardo, etc.)

Essa etapa teve como objetivo filtrar as análises e percepções conduzidas até o momento na disciplina, com ênfase em grupos selecionados que refletiam maior aderência com o recorte. O produto da mesa redonda foi um quadro esquemático com necessidades reais de cada grupo e estratégias projetuais para trabalhar no desenho urbano. Cada equipe definiu um ou mais representantes para debater e um relator para preencher o quadro durante a dinâmica. O quadro síntese foi editado para corrigir alguns erros ortográficos e melhorar a organização dos tópicos, mas em conteúdo se mantém fiel ao relatado pelos estudantes. Seu conteúdo se encontra no Quadro 2.

A partir de sua construção os estudantes conciliaram argumentos críticos para repensar a infraestrutura dos recortes trabalhados, com ênfase nos subgrupos populacionais destacados.

Síntese da Mesa Redonda		
Grupos	**Discussão baseada nos textos e experiências de vida**	
Mulheres (Equipe 2)	Medo da violência relacionada à vivência feminina na cidade; Acessibilidade ligada ao papel de cuidadoras (de idosos, crianças, etc.); Mulheres possuem um movimento mais poligonal na cidade pela quantidade maior de tarefas que devem fazer em diferentes espaços e pela falta de segurança que atalhos representam, ao contrário de homens que se movimentam pendularmente entre casa e trabalho. Porém, apesar das mulheres serem as que exploram mais a cidade, a cidade não foi feita para elas; Cidade existe tanto na vida real quanto no imaginário, trazendo percepção de insegurança para além do material; Espaços densos e de serviços representam maior segurança para as mulheres e para aqueles de quem ela cuida; Isolamento das mulheres como fórmula de controle social; Culpabilização da violência nas mulheres a partir da forma como elas estariam usando o espaço urbano; A ideia de que arquitetonicamente (e não só na esfera do urbanismo) tudo é planejado por e para homens, com a verticalidade forte representando quem está no poder; Mulher é relacionada à e os homens à cidade: como forma de manter o sistema; Mudança de perfil nas famílias, com mulheres compondo a força de trabalho, menos crianças, etc, também significa que as mulheres fazem mais parte da cidade. Apesar desse fator ainda não ser considerando no planejamento urbano (em questões de segurança mas também de simbolismo) e na vivência em si.	
	Elementos baseados na visita de campo e aplicação de questionários	**Caminhos projetuais possíveis**
	Há um isolamento gerado pela topografia e pela falta de equipamentos adequados. Percebe-se, pelos questionários, que predomina a cultura do carro. Muitas moradoras da região relataram priorizar o deslocamento motorizado devido à topografia e baixa qualidade das calçadas e escadarias. A segurança está mais ligada a questões básicas de sobrevivência, pois sequer há vivência urbana significativa no bairro. Na questão segurança, a percepção variou bastante entre entrevistadas, mas foi comentada a falta de iluminação pública em trechos do bairro.	• Incentivar espaços de encontro; • Prever iluminação, acessibilidade, calçadas e escadas adequadas. • Incluir opções lúdicas que integrem a paisagem; • Pensar em travessia elevada na saída da escada; • Optar por pavimentação de fácil manutenção, considerando as ligações de drenagem e esgoto clandestinas.
	Discussão baseada nos textos e experiências de vida	
Idosos e pessoas com mobilidade reduzida. (Equipe 3)	O Guia da cidade para idosos aborda a forma como eles se locomovem e suas particularidades; e a maneira como os equipamentos urbanos são criados. Uma cidade pensada para idosos é uma cidade para todos. É abordado um comparativo entre cadeira de rodas normal e cadeira de rodas elétrica (vantagens e desvantagens). O deslocamento para esse grupo é dificultado (se tratando de mobilidade ativa), o que gera aumento dos trajetos, obstáculos, etc. Tanto escadas e rampas, como a própria rua prejudicam a mobilidade ativa, devido a inclinações inadequadas e má qualidade dos passeios. Não há caminhos tranquilos para sair de casa, gerando isolamento, falta de autonomia, o que impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas.	
	Elementos baseados na visita de campo e aplicação de questionários	**Caminhos projetuais possíveis**
	Foram relatadas dificuldades de realizar atividades a pé devido a má condição das calçadas e escadarias na região. A presença de animais de rua causam insegurança em alguns moradores. Há poucos espaços com equipamentos de lazer, além da falta de bancos e outros mobiliários para permanência. A primeira entrevista realizada foi numa família com uma pessoa com deficiência que apresentava dificuldades de locomoção na cidade, tudo precisava ser realizado de carro. Durante a entrevista uma moradora relatou que caiu de uma das escadarias da área. Outra moradora relatou que prefere resolver suas atividades em Curitiba para não precisar caminhar na cidade por conta dos cachorros de rua. Foi relatado o isolamento de uma moradora, que devido a mobilidade reduzida, caminha no máximo até a esquina. As escadarias são inviáveis para pessoas com mobilidade reduzida, pois são estreitas e com trechos danificados, sem corrimão. Uma senhora moradora relatou levar a neta à escola pelas escadas, apesar da insegurança.	• Reconstrução das escadarias de acordo com as normas; • Melhora da infraestrutura, incluindo a resolução de saídas de esgoto e escoamento de águas pluviais; • Instalação de via em sentido único para aumento das calçadas e passeios; • Implantação de canteiros e jardins de chuva para drenagem e diminuição de estacionamento de carros nas calçadas.
Crianças e adolescentes (Equipe 1)	**Discussão baseada nos textos e experiências de vida**	
	A equipe não preencheu essa parte da discussão.	
	Elementos baseados na visita de campo e aplicação de questionários	**Caminhos projetuais possíveis**
	No recorte a presença da criança não parece ser muito frequente. As calçadas não são acessíveis e há muitos obstáculos, como rampas de acesso de veículos, degraus, e buracos obstruindo os passeios. O bairro é considerado pelos moradores como um local calmo, mas foram relatadas fugas de usuários de drogas próximo do barranco que conecta as duas ruas sem saída. Alguns moradores se mostraram temerários com a possibilidade de uma escada no local incentivar a permanência de "pessoas indesejadas" no local.	• Estruturar as calçadas e passeios; • Propor iluminação adequada; • Pensar na sinalização de trânsito; • Incluir travessias elevadas; • Estruturar escadas adequadas; • Prever parquinhos/espaços de convivência, lazer e esporte.

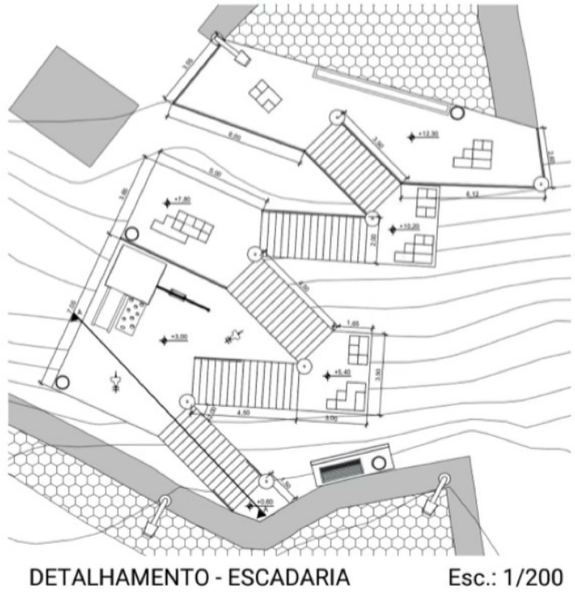
Quadro 2 - Síntese da mesa redonda, por grupo selecionado. Fonte: Disciplina Tópicos Especiais em Urbanismo, 2025. Quadro adaptado.

Etapa de Proposição

A partir das análises e debates, os estudantes puderam criar soluções para os recortes. Todos envolviam áreas com acentuada topografia e necessidade de estruturação de escadarias para viabilizar a mobilidade ativa.

Os alunos apresentaram seus trabalhos em nível de Estudo Preliminar para os técnicos convidados, que participaram como banca no dia previsto pela disciplina. Os comentários realizados pela docente e pelos técnicos serviram como guia para a etapa seguinte do trabalho, de correção do Estudo Preliminar. Dada a carga horária semestral (30hrs) optou-se por não aprofundar o trabalho em nível de anteprojeto e detalhamento. Os projetos foram resumidos nos quadros 3, 4 e 5.

Entendemos que a continuidade dos projetos realizados, caso viável e de interesse da prefeitura, poderia ser conduzida dentro da estrutura administrativa. As etapas de anteprojeto e detalhamento também dependem das soluções estruturais associadas aos trechos com necessidade de muros de arrimo, o que demanda um tempo para elaboração que diverge do tempo acadêmico, limitado ao semestre letivo. Essas

Equipes / Recortes	Projeto	
Eq. 1 / Recorte 3		
	Situação Atual	Situação Projetada
		

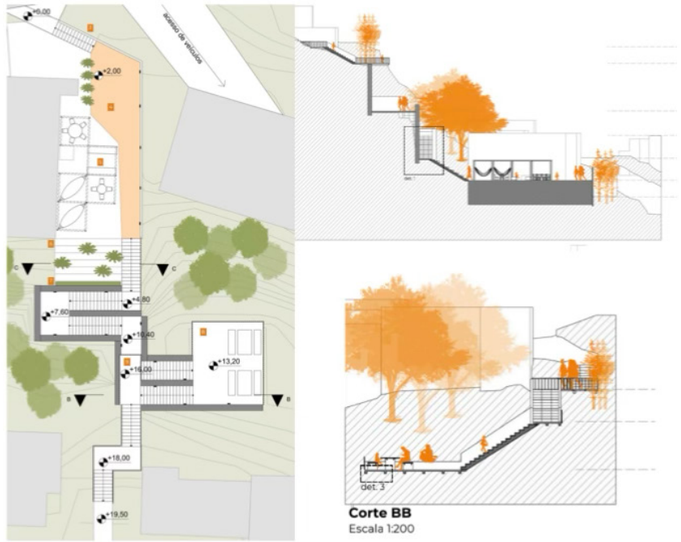
Quadro 3 - Resumo da proposta projetual da Equipe 1 / Recorte 3. Fonte: Quadro adaptado pelos autores. Projeto: Lucas Kenzo Iamamoto; Lucas Iurk Querino; Sara Soares Ramos, 2025.

adaptações foram necessárias para que o processo extensionista fizesse sentido para ambas as instituições.

Interação institucional

Um dos resultados mais interessantes desta atividade é o seu potencial de aproximar a universidade e a administração direta, em uma cooperação que renda frutos positivos para ambos os lados. É notório no país a dificuldade dos municípios em obter recursos para financiar o planejamento e projeto urbano; assim como para manter um quadro qualificado de servidores técnicos (SOUSA, 2010). Por outro lado, os estudantes universitários possuem oportunidades limitadas de interagir com problemas reais fora da academia, com trocas junto à população e possibilidade de contribuir para ações municipais futuras. Esse formato extensionista é um dos pilares da universidade pública

Quadro 4 - Resumo da proposta projetual da Equipe 2 / Recorte 1. Fonte: Quadro adaptado pelos autores. Projeto: Marina Ikuta; Leysa Iemi Mari; Bruna Maria Fernanda Pompeo; Júlia Oliveira Rodrigues, 2025.

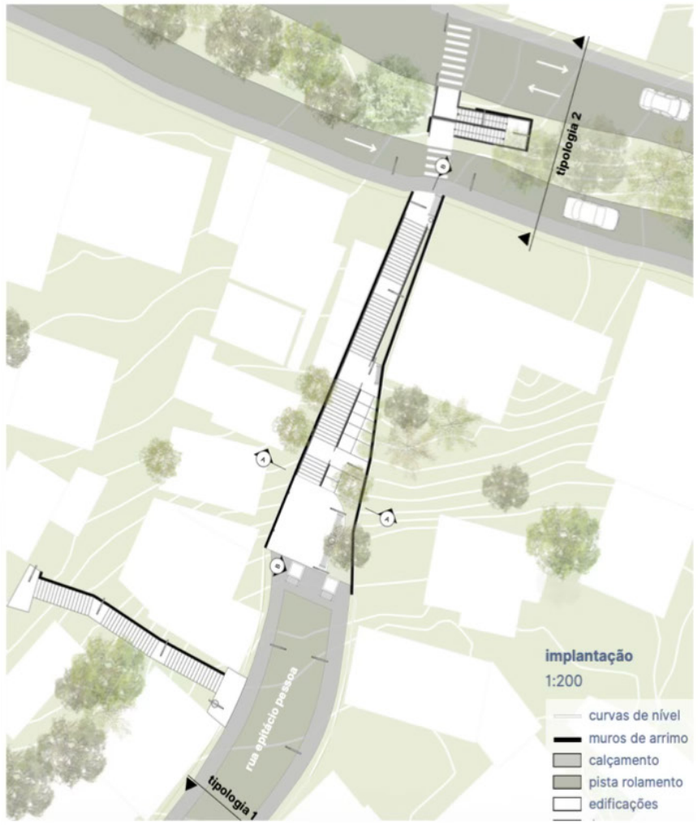
Equipes / Recortes	Projeto	
Eq. 2 / Recorte 1		
	Situação Atual	Situação Projetada
		

e é por meio da colaboração com a administração direta e do suporte da população que essa disciplina foi construída.

A ideia inicial surge do vínculo que a docente possuía com o município, por já ter trabalhado como arquiteta comissionada na gestão vigente. O conhecimento da realidade local e das diversas demandas – especialmente frente à implantação do Plano Diretor Municipal e realização do Plano de Mobilidade – motivaram a escolha por trabalhar de forma conjunta em torno da mobilidade ativa no bairro Papanduva, por meio da estruturação de escadarias.

Um dos principais desafios para a interação institucional foi a descontinuidade do quadro técnico municipal durante o semestre. As conversas iniciais sobre a disciplina aconteceram com o Diretor de Mobilidade Urbana e a Secretária Interina de Desenvolvimento Urbano (anterior Diretora de Planejamento Urbano); porém, até a data da apresentação dos Estudos Preliminares, ambos os técnicos haviam se desligado da prefeitura. Essa característica de instabilidade dos servidores é comum em situações de cargos comissionados e é um desafio de longa data no município.

Quadro 5 - Resumo da proposta projetual da Equipe 3 / Recorte 2. Fonte: Quadro adaptado pelos autores. Projeto: Giovanna Cordeiro; Wemily Hase; Bruna Medeiros; Anna Luíza Zibelle, 2025.

Equipes / Recortes	Projeto	
Eq. 3 / Recorte 2		
	Situação Atual	Situação Projetada
		

A renovação constante de servidores, assim como vacâncias que se prolongam por grandes períodos, prejudicam a continuidade do planejamento, gestão e projetos. Apesar desse entrave, optou-se por continuar com a colaboração do Diretor de Mobilidade, que possuía extenso conhecimento da área e do projeto em mãos. Junto ao município, manteve-se o contato com a Gerente de Ordenamento Territorial, e, posteriormente, com a nova Secretária de Desenvolvimento Urbano.

Considerações Finais

A PNMU trouxe avanços importantes ao reposicionar o transporte coletivo e os modos ativos no centro das políticas urbanas, alinhando o país às agendas globais de sustentabilidade e justiça social. No entanto, suas contradições revelam que a efetividade da política depende da obtenção de maiores recursos, capacidade técnica e de uma maior articulação com o Plano Diretor Municipal.

Diante dessa realidade que resume a situação da maioria dos municípios brasileiros, este artigo aborda uma possibilidade de contribuição extensionista, entre a universidade pública e a administração direta. O caso das escadarias de Rio Branco do Sul representa uma demanda de longa data em um município caracterizado pela topografia acidentada e por ocupações irregulares em áreas de topo de morro e/ou com declividade superior ao permitido por lei. O bairro de Papanduva é um exemplo dessa realidade, contendo diversas escadarias em péssimas condições de uso, ou ainda, inexistentes.

A colaboração rendeu debates e propostas condizentes com a realidade, demonstrando que a interação com a população e a situação existente foi produtiva. Os estudantes se mostraram interessados no tema, apresentando trabalhos compatíveis com o objetivo da disciplina e o aprendizado; e a interação com a administração direta foi enriquecedora durante a visita de campo e nas bancas do Estudo Preliminar. Ainda é incerto de que forma os projetos serão absorvidos e utilizados pela gestão municipal, especialmente dada as alterações no quadro de servidores. Porém, até o presente momento, o contato entre a docente e a administração municipal continua aberto. Espera-se consolidar uma colaboração que resulte em intervenções físicas no território, que beneficiem à população local e aproximem o município de um lugar onde a mobilidade ativa seja prioridade. A mobilidade urbana não deve ser um privilégio, mas sim um direito garantido.

O caso de Rio Branco do Sul revela como desafios estruturais – fragmentação urbana, declividades, fragilidades da infraestrutura viária e pedonal – se somam para impactar diretamente a mobilidade ativa. A predominância do caminhar, combinada às limitações da infraestrutura, reforça a urgência de intervenções sensíveis, acessíveis e adaptadas ao contexto local. Nesse cenário, a extensão universitária torna-se um instrumento potente para articular capacidades institucionais, conhecimento técnico e participação comunitária, oferecendo ao município alternativas reais e exequíveis para qualificar a mobilidade urbana.

Referências

BALBIM, Renato. *Mobilidade urbana e planejamento sustentável:* desafios e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2016.

BRASIL. *Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.* Institui as Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

CALDEIRA, Teresa P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo: Editora 34, 2000.

DELGADO, Paulo R.; MOURA, Rosa; DESCHAMPS, Marley; CINTRA, Anael. Capítulo 10: Mobilidades nas Regiões Metropolitanas Brasileiras: Processos Migratórios e Deslocamentos Pendulares. In: *Cidade e Movimento: Mobilidades e Interações no Desenvolvimento Urbano.* Brasília: IPEA, 2016.

FIRKOWSKI, Olga. *Planejamento urbano e periferização no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Mobilidade urbana no Brasil:* diagnóstico e perspectivas. Brasília: IPEA, 2017.

ITDP Brasil. *Planejamento urbano sustentável e mobilidade ativa.* São Paulo: ITDP, 2018.
LARA, Fernando. *Urbanismo e mobilidade:* o automóvel como paradigma. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

LARA, Fernando. Capítulo 6: A arquitetura moderna brasileira e o automóvel. In: *Cidade e Movimento:* Mobilidades e Interações no Desenvolvimento Urbano. Brasília: IPEA, 2016.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole e desigualdade:* políticas urbanas e segregação social. São Paulo: Contexto, 2011.

ONU-Habitat. *Nova Agenda Urbana.* Nairobi: ONU-Habitat, 2016.

NETTO, Vinicius M. *O planejamento urbano e a cidade motorizada.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL - PMRBS (Paraná). *Plano Diretor de Rio Branco do Sul - Revisão 2021/2024:* Análise Temática Integrada - Fase 02 - Parte II – Leitura Técnica Participativa. Rio Branco do Sul, 2023. Disponível em: https://riobrancodosul.atende.net/subportal/plano-diretor-municipal/pagina/relatorios-do-plano-diretor

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão.* São Paulo: Hucitec, 1993.

SOUSA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade:* Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2010.

ISSN 2526-7310 PIXO n.38,v.10

TRANSFORMAÇÕES NA MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL
Uma análise do sistema Bicing

TRANSFORMATIONS IN SUSTAINABLE URBAN MOBILITY
An analysis of the Bicing system

***Laura Lopes Cezar*[1]**

Resumo
Este artigo analisa as transformações na mobilidade urbana sustentável a partir do estudo do sistema de bicicletas compartilhadas Bicing em Barcelona. O texto contextualiza a evolução das políticas públicas voltadas à priorização de modos não motorizados, destacando o papel da bicicleta como elemento estruturador da mobilidade urbana e alternativa estratégica para a promoção da sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida. São apresentados dados sobre a expansão do Bicing, sua integração com outros modais, impactos na ocupação do espaço público, benefícios ambientais e sociais, além dos desafios enfrentados na operação do serviço. O artigo também discute o surgimento do AMBici na área metropolitana, evidenciando a tendência de crescimento dos sistemas de compartilhamento de bicicletas como resposta às demandas contemporâneas de mobilidade sustentável. Conclui-se que a experiência de Barcelona serve como referência internacional, demonstrando que a valorização da bicicleta e a reconfiguração dos espaços urbanos são fundamentais para a transição para modos ativos de transporte e para o enfrentamento dos desafios ambientais das cidades.
Palavras-chave: mobilidade urbana; compartilhamento de bicicletas; sistema intermodal; sustentabilidade; evolução urbana.

Abstract
This article examines urban mobility as a key dimension of the right to the city, focusing on active mobility and related infrastructure. Brazil's National Urban Mobility Policy (PNMU) advances this agenda by prioritizing active transportation and public transit. Nevertheless, municipalities continue to face implementation challenges due to limited financial and institutional capacity for planning and oversight. Territorial inequalities persist, particularly in peripheral areas characterized by inadequate infrastructure. The paper analyzes a university extension initiative in Rio Branco do Sul, a municipality marked by steep topography and irregular settlements. It explores how an extension course engaged students and local government in discussions and proposals aimed at improving active mobility. Activities included fieldwork, debates, and the design of public stairways. Despite institutional instability, collaboration between the university and the municipality demonstrated significant potential for mutual contribution. The experience underscores the importance of collaborative initiatives in promoting more equitable access to the city.
Keywords: active mobility; university extension; Brazilian National Urban Mobility Policy; Rio Branco do Sul.

1 Doutora em Comunicação Visual em Arquitetura e Desenho pela Universidade Politécnica da Catalunha, Espanha (UPC-Barcelona/2008), Mestre em Projeto Arquitetônico e Urbano pela Universidade Nacional de Córdoba, Argentina (UNC-Córdoba/2000) e Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel/1995).

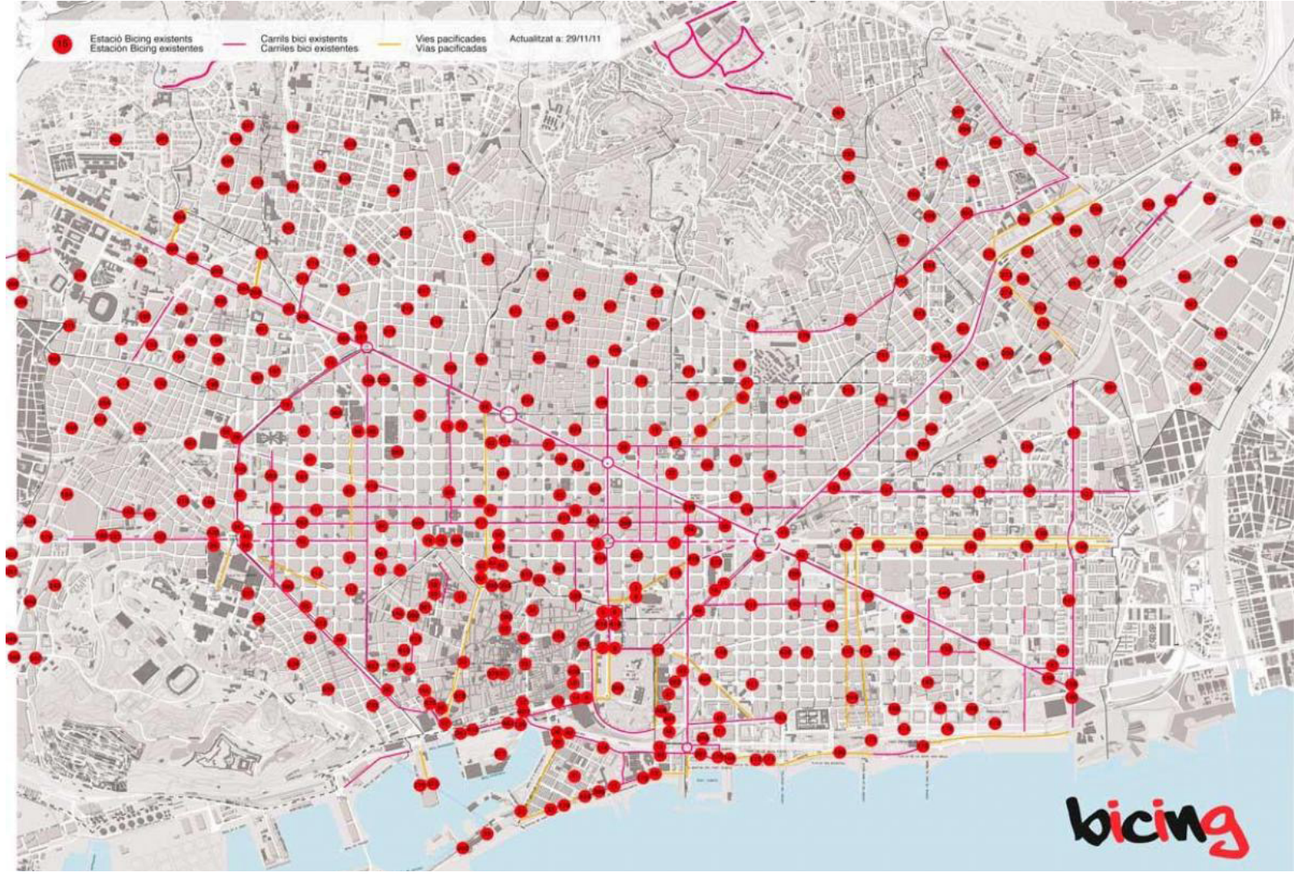


Figura 1 - Mapa do BICING com suas estações. Em: https://maps-barcelona.com/maps-barcelona-transport/bicing-map#google_vignette

Introdução

Reconhecer a sustentabilidade em um escopo ampliado implica situála no Capitaloceno, perspectiva que atribui as crises socioambientais não à ação humana genérica, mas às dinâmicas históricas do capitalismo fossilista, extrativista e orientado ao crescimento ilimitado.

Nesse enquadramento, a sustentabilidade deixa de ser um conjunto de soluções técnicas de mitigação e tornase um instrumento crítico de contestação dos próprios modelos de desenvolvimento, urbanização e consumo que sustentam a reprodução do capital. Assim, mais do que orientar ajustes pontuais, ela exige a revisão profunda das racionalidades econômicas e dos modos de vida urbanos que alimentam a degradação ambiental sistêmica.

Barcelona consolidouse como um dos principais destinos turísticos da Europa desde as Olimpíadas de 1992 e, desde então, vem sendo marcada por projetos urbanos que, embora produzam ganhos ambientais e estéticos, também geram efeitos negativos como gentrificação, turistificação e o agravamento de um alto déficit de habitação de interesse social, desafios que as políticas públicas locais continuam a enfrentar.

Estudar o sistema de compartilhamento de bicicletas de Barcelona é voltarse para apenas um dos inúmeros mecanismos urbanos que buscam responder às contradições do Capitaloceno, evidenciando como iniciativas classificadas como sustentáveis podem, simultaneamente, mitigar impactos e operar dentro das mesmas lógicas de mobilidade, consumo e produção do espaço que alimentam a crise socioambiental.

Porém uma das características centrais do sistema Bicing é sua ampla abrangência territorial, que busca atenuar desigualdades de acesso e evita a reprodução de lógicas de segregação socioespacial típicas das infraestruturas urbanas no Capitaloceno.

Mobilidade urbana

> Mobilidade urbana sustentável pode ser definida como o resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visam à priorização dos modos não-motorizados e coletivos de transporte, de forma efetiva, que não gere segregações espaciais, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável (BRASIL, 2006a, p. 19).

Nas cidades europeias e em outras localidades de países desenvolvidos, a implementação de planos cicloviários costuma ser justificada principalmente por razões ambientais e pelo uso excessivo do automóvel. Nessas situações, a bicicleta assume a função de elemento estruturador da mobilidade urbana, deixando de ser apenas um recurso secundário. A perspectiva ambiental, por sua vez, contribui para qualificar o processo de reocupação dos centros históricos, Comissão Europeia, (2000).

A mobilidade urbana, em diversos contextos, revela-se diversificada e complexa, evidenciando a carência de planejamento e de políticas públicas eficazes. O reconhecimento dessa condição reforça a necessidade urgente de desenvolver processos e ações voltados à transformação dos espaços urbanos, o que implica tanto a adoção de medidas rigorosas de controle quanto a implementação de alternativas de deslocamento, Comissão Europeia, (2000).

A criação de um sistema de transporte centrado na bicicleta já não pode ser negligenciada. A ampliação da quantidade e da qualidade das vias destinadas ao ciclismo torna-se essencial para alcançar uma mobilidade sustentável sobre duas rodas. Contudo, ciclovias e ciclofaixas representam apenas uma parte desse sistema. Em cidades de grande extensão ou com relevo acidentado, o planejamento deve considerar a integração da bicicleta em uma rede articulada, conectada a outros meios de transporte, sobretudo os de massa, como metrô e ônibus.

A ampliação dos horizontes analíticos em direção às soluções já experimentadas em contextos internacionais revela-se indispensável. Ainda que tais experiências não possam ser transpostas de forma imediata ou integral para a realidade local, o simples acesso às informações sobre elas constitui fonte de conhecimento, contribuindo para o enriquecimento das estratégias de articulação entre diferentes sistemas de mobilidade, Mobilidade E Política Urbana, (2005). Nesse cenário, torna-se evidente a necessidade de implementar, de maneira gradual e planejada, restrições aos deslocamentos motorizados, como parte de um processo de reconfiguração das dinâmicas urbanas.

A presente conjuntura demanda a adoção de medidas voltadas à aproximação da população dos serviços essenciais, favorecendo a ampliação da participação dos modos coletivos e dos meios não motorizados de transporte, como a bicicleta. Nesse sentido, a incorporação da bicicleta aos sistemas de circulação vigentes configura-se como alternativa estratégica para a promoção de uma mobilidade urbana sustentável, com potencial de gerar significativos benefícios à qualidade de vida.

A integração do modal cicloviário aos sistemas existentes revela-se não apenas viável, mas necessária, devendo ser concebida como componente estruturante de um novo desenho urbano, que envolva tanto a implantação de infraestruturas adequadas quanto a formulação de novas reflexões acerca do uso e da ocupação do solo.

Para viabilizar e incentivar a locomoção por bicicleta, torna-se imprescindível dotar as cidades de características espaciais e de infraestrutura adequadas às demandas dos ciclistas. Tal perspectiva implica a reconfiguração dos sistemas viários vigentes, que historicamente têm se mostrado pouco favoráveis ao uso desse modal. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de conceber alternativas de desenho urbano e de organização espacial capazes de integrar a bicicleta de forma efetiva às dinâmicas de mobilidade urbana , GEIPOT(2001a e b).

A mobilidade urbana configura-se como um fenômeno multidimensional, vinculado às práticas de deslocamento realizadas por indivíduos e agentes econômicos no âmbito da sociedade. Tal dinâmica envolve não apenas as necessidades de circulação em meio ao ambiente urbano e à complexidade das atividades nele desenvolvidas, mas também a movimentação de pessoas e de seus bens, evidenciando a amplitude das interações que estruturam o espaço urbano, Vasconcelos, (1996).

Considerando as múltiplas atividades urbanas desempenhadas por um indivíduo — como habitação, trabalho, estudo e lazer — a mobilidade configura-se como uma atividade-meio indispensável para viabilizar o acesso e a realização dessas práticas. A representação da mobilidade urbana de cada sujeito resulta de processos históricos e culturais próprios da sociedade, enquanto os padrões de circulação, sejam permanentes ou temporários, sofrem influência de variáveis como renda, idade, gênero, escolaridade e condições físicas e motoras. Ademais, um mesmo indivíduo pode recorrer a diferentes modos de deslocamento, sendo a divisão modal um instrumento analítico que permite a categorização objetiva dos grupos que se movimentam no espaço urbano, ANTP, (2007).

A mobilidade urbana é simultaneamente reconhecida como causa e consequência do desenvolvimento socioeconômico, da expansão territorial das cidades e da distribuição espacial das atividades. Nesse âmbito, diversas instituições de renome internacional têm conduzido estudos e pesquisas voltados ao diagnóstico e à comparação dos diferentes modos de deslocamento em distintos contextos urbanos, bem como à análise de seus impactos sobre a economia, o meio ambiente, a segurança, o bem-estar social e, em última instância, sobre a qualidade de vida nas cidades, Ministério das Cidades, (2004).

O conceito de mobilidade urbana, consolidado nas últimas décadas, fundamenta-se na integração entre políticas de transporte, circulação, acessibilidade, trânsito e desenvolvimento urbano, considerando a configuração da cidade e sua infraestrutura. O transporte, ao lado da habitação e do trabalho, constitui elemento central da vida urbana, induzindo trocas sociais e estruturando o espaço. Além de impactar paisagens naturais e sociais, é um dos maiores consumidores de recursos não renováveis, tornando-se peça-chave na sustentabilidade. Assim, cada meio de transporte estabelecido orienta atividades, concentra indivíduos e molda hábitos coletivos, Ferraz, (1998).

Esta pesquisa, de caráter exploratório, utiliza dados obtidos pelos PMU (Plano de Mobilidade Urbana) de Barcelona, Prefeitura de Barcelona e bibliografia específica, e propõe trazer o estudo de um exemplo de mobilidade urbana sustentável de bicicletas compartilhadas o BICING da cidade de Barcelona, revelando o seu funcionamento e sua evolução e expansão ao longo dos seus quase 20 anos de operação.

A cidade de Barcelona

A cidade de Barcelona capital da região da Catalunha, está localizada na costa do Mediterrâneo entre as fozes dos rios Llobregat e Besòs, e limitada ao oeste pela Serra

de Collserola, cujo pico mais alto é de 512 metros de altura e a leste com o mar. A planície possui uma extensão de 170 km², dos quais 101 km² correspondem à área ocupada pela cidade. Sua geografia plana se mostra extremamente facilitadora do uso da bicicleta como meio de transporte sustentável.

Possui uma população de 1,6 milhão de habitantes, dentro do município e aproximadamente 4,7 milhões de habitantes na sua área metropolitana composta de 35 municípios. Barcelona junto com Madri possuem as mais altas densidades demográficas da Europa, Madri com 5500 hab/m2 e Barcelona com 5100 hab/m2.

Em 1859, o urbanista Ildefonso Cerdá apresenta um notável plano de urbanismo, marcado por uma visão estratégica e por avanços sem precedentes para sua época. O Plano de Expansão (Ensanche) de Barcelona é reconhecido como sua obra-prima, pela sua qualidade ambiental, porém a especulação imobiliária acabou tomando conta dos interiores dos quarteirões. A decisão oficial de demolir as muralhas da cidade medieval, tomada em 1854, abriu caminho para uma profunda transformação urbana.

O plano tinha como objetivo principal ampliar a área da cidade, permitindo sua expansão para além dos limites da antiga muralha e oferecendo uma alternativa mais organizada de ruas e quarteirões, em contraste com a malha urbana do centro histórico de Barcelona. A restrição imposta por esses limites havia elevado significativamente a densidade populacional e dificultado a comunicação com o exterior. A proposta de espaço público de Ildefonso Cerdà era inovadora e singular: ruas com larguras variando entre 20 e 60 metros. Inspirado por sua ideologia higienista, Cerdà buscava melhorar as condições de vida de toda a sociedade, ao mesmo tempo em que promovia maior fluidez nos transportes e na mobilidade dos cidadãos.

Cada quarteirão apresenta cantos cortados em 45°, criando esquinas abertas e com grande visibilidade nos cruzamentos, facilitando manobras de carruagens, na época, e mais tarde de automóveis. É notória a diferença de outros traçados em tabuleiro de xadrez, depois de morar por mais de 5 anos na cidade senti dificuldade em adaptar-me às ruas da minha cidade com traçado português, devido a visibilidade reduzida em comparação com o traçado de Cerdà. Hoje em dia o ensanche de Barcelona está melhor adaptado ao tráfego rodoviário e à circulação pedonal que muitos dos bairros construídos depois da chegada do automóvel (Fig. 2).
Em 1976, após o período franquista, foi aprovado o Plano Geral Metropolitano, considerado o marco inicial de todo o processo de transformação urbana. Três anos depois, em 1979, estabeleceu-se o conselho democrático da cidade. Já em 1980, ocorreu uma mudança decisiva no âmbito do espaço público, desenho, organização e poder, com a substituição de Joan Anton Solans por Oriol Bohigas na direção do planejamento urbano e a integração de Josep A. Acebillo em sua equipe.

Outro momento crucial foi a nomeação de Barcelona, em 1986, como sede dos Jogos Olímpicos, fator que impulsionou ainda mais as transformações da cidade. A partir daí com o projeto do Porto Olímpico e da Vila Olímpica a cidade retoma a sua comunicação com o mediterrâneo e se torna um centro importante do turismo internacional.

Barcelona segue se reinventando com seus projetos urbanos, o projeto para as Olimpíadas recria de uma maneira criativa e contemporânea o Plano de Cerdà, e elimina da costa linhas de trem e todo um patrimônio industrial, e assim possibilita a criação de suas praias e junto a elas um atrativo passeio Marítimo. O projeto serviu de inspiração para o projeto de requalificação do Porto Madero de Buenos Aires e o Waterfront da cidade de Vancouver, entre outros.

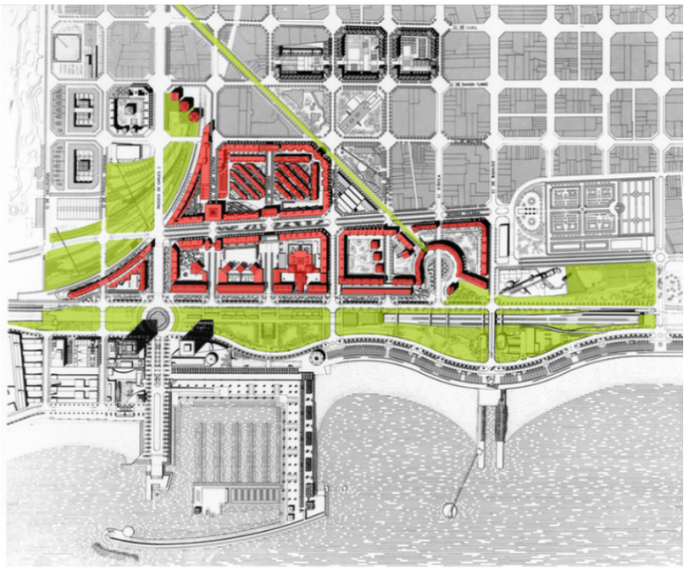


Figura 3 - Plano do Porto e vila Olimpica de Barcelona, 1992. Em: https://world-architects.com/pt/mbm-arquitectes-barcelona/project/olympic-village-port-and-litoral-park

Vicente del Rio, (2001), estudioso de áreas portuárias nos aponta que no contexto das dinâmicas contemporâneas da globalização, as estratégias de competitividade urbana têm se apropriado de áreas portuárias e frentes marítimas como territórios privilegiados para a realização de eventos midiáticos e intervenções de caráter espetacular. Esses espaços, historicamente associados a funções logísticas e industriais, passam a ser reconvertidos em dispositivos urbanos de alta visibilidade, explorados por sua centralidade, acessibilidade e capacidade de atrair fluxos simbólicos, econômicos e turísticos. Tal processo insere os waterfronts em lógicas de mercantilização do espaço urbano, nas quais a produção de imagem e a construção de cenários de consumo tornam-se elementos estruturantes das políticas de requalificação (Fig. 3).

O patrimônio industrial do distrito de Poblenou é resgatado no Projeto Urbano 22@, o traçado urbano próximo à torre Agbar se desmaterializa e a promessa de atender a demanda de moradia social, ainda se encontra em grande expectativa. Um dos objetivos do projeto 22@ é que os habitantes possam realizar todas as suas atividades no bairro, além de ser destinado a atividades ligadas à tecnologia limpa, desta forma incentivando ainda mais o uso da bicicleta como meio de transporte sustentável.

A praça Das Glórias, um gigantesco anel viário elevado foi completamente destruído para dar espaço ao segundo maior parque urbano da cidade (o maior parque de Barcelona é o da Ciudadella com 17,42 hectares), chamado Canópia Urbana (com 15 hectares de área verde) concebido como um novo ecossistema urbano que combina funções de praça e parque, criando um “pulmão verde” no coração da cidade. O parque se encontra no cruzamento de três vias importantes da cidade: a Avenida Diagonal, que corta a cidade desde a zona universitária até o mar, a Gran Via de Les Corts Catalanes e a avenida Meridiana.

Barcelona possuí aproximadamente 7m2 de área verde por habitante, valor considerado baixo em comparação com outras cidades, e inferior aos 10 a 15m2 por habitante recomendados pela OMS. Porém se for incluído o parque florestal de Collserola este valor passa para 17,7m2 por habitante (Figs. 4 e 5).





Figura 4 - Praça das Glòries. Em: https://ajuntament.barcelona.cat/obres/es/noticies/la-transformacion-de-las-glorias-a-traves-del-tiempo-1505325 Figura 5 - Parque urbano Canópia na antiga praça das Glòries. Em: https://acpa.com.es/es/proyectos/parque-de-las-glorias-canopia-urbana/

Enquanto estava cursando Doutorado na UPC, e via da janela do meu quarto a Torre Agbar de Jean Nouvel ser finalizada, surgia em março de 2007 o BICING, um sistema de aluguel ou compartilhamento de bicicletas, subvencionado pelos valores arrecadados a partir de multas e estacionamentos do sistema de transporte privado e pela municipalidade de Barcelona com o objetivo de melhorar a mobilidade urbana e diminuir a emissão de gases de efeito estufa no ambiente urbano.

Novidade em Barcelona, mas que havia sido implementado pela primeira vez durante a década de 1960 na Europa, expandindo-se posteriormente para a América do Norte e, mais recentemente, para a Ásia, Oceania e América do Sul. A primeira iniciativa desse tipo foi lançada em 1965, em Amsterdã (Holanda), com o programa Witte Fietsen, ou White Bikes. Conhecido como “bicicletas gratuitas”, o projeto disponibilizava ao público, sem qualquer custo, uma frota de bicicletas comuns pintadas de branco. A proposta era simples: qualquer pessoa podia utilizar uma bicicleta para se deslocar e deixá-la em outro ponto da cidade, onde estaria disponível para o próximo usuário (Anaya e Castro, 2012; DeMaio, 2009; Shaheen et al., 2010; Wu e Zhang, 2010).

Ao oferecer uma alternativa acessível para trajetos curtos, o programa conquistou grande adesão. No entanto, a ausência de mecanismos de segurança resultou em frequentes casos de roubo e vandalismo, levando ao rápido colapso do sistema .
As bicicletas vieram somar na rede de transporte público da cidade conformado pelo metrô e diversas linhas de ônibus. Atualmente o metrô de Barcelona consta de 12 linhas, com 166 quilômetros e 189 estações, sendo o único metrô do mundo a operar em trilhos de bitola estreita e larga, possuindo um fluxo diário de 1.205.000 pessoas. A frota de ônibus urbano é composta por mais de 1000 ônibus com mais de 80 destinos, que circulam entre às 4:25 e às 5:00 horas e finalizam ao redor das 23:00 horas. A cidade também oferece uma rede de linhas noturnas chamada Nit bus, que circulam das 22h40 até às 6h00 da manhã.

A cidade de Paris- lançou o Vélib apenas alguns meses depois do Bicing em junho de 2007, Londres lançou o Santander Cycles em 2010, Lisboa o “Gira” em 2017, mas anteriormente implementado nas cidades de Aveiro e Cascais por 2009 e 2010, entre outras, na América Latina em Buenos Aires o Ecobici foi lançado em dezembro de 2010, o Bike Itaú- Rio de Janeiro começou a operar em 2011, Bike Sampa em São Paulo iniciou em maio de 2012, o Bike Santiago iniciou suas operações em 2013, City Bike Lima no Peru iniciou suas operações em agosto de 2019. Na América Central O serviço “City Bike Panamá” iniciou suas operações em 2014.

Diversas cidades ao redor do mundo têm adotado sistemas de bicicletas compartilhadas, que em sua maioria seguem em expansão quanto ao número de bicicletas, estações e à extensão das redes de ciclovias e ciclofaixas. Paralelamente, observa-se o aprimoramento dos sistemas de empréstimo e, sobretudo, o fortalecimento de políticas





Figura 6 - Bicicletas ancoradas nas estações: Bicing e Ambici. Fonte: https://blog.holabarcelona.com/en/hola-barcelona/discover-ambici-new-bike-sharing-service-metropolitan-area https://pixabay.com/photos/bicycles-rental-barcelona-1306298/

públicas voltadas ao incentivo do uso da bicicleta como meio de transporte sustentável, acompanhadas de ações de educação e promoção do respeito entre motoristas, ciclistas e pedestres no trânsito.

O sistema BICING

Fui uma usuária entusiasta da novidade, era cobrada uma anuidade via conta bancária no valor de 24 euros (atualmente o valor da anuidade da tarifa plana subiu para 50 euros) e se recebia um mapa com todas as estações, instruções de uso e o cartão magnético que liberava a bicicleta da estação. O Bicing foi criado como um serviço de mobilidade urbana para residentes de Barcelona, com foco em deslocamentos curtos e cotidianos, portanto ele não é voltado para atender a demanda crescente de turistas (Fig. 6).

Como usuária, enfrentei diversas dificuldades ao pedalar por setores turísticos e muito movimentados, onde havia grande concentração de pedestres. Frequentemente, não era possível devolver a bicicleta dentro dos 30 minutos estipulados, seja porque as estações estavam lotadas de bicicletas, seja por falhas no sistema, que impediam a retirada ou devolução. Além disso, muitas pessoas caminhavam tranquilamente sobre as ciclovias e ciclofaixas, dificultando ainda mais a circulação. Como o sistema funciona 24 horas uma noite fui obrigada a deixar a bicicleta fora da estação, justamente por não encontrar nenhuma vaga em estações próximas e consequentemente levei uma multa em um valor bem significativo.

Como não havia a possibilidade de escolher qual bicicleta utilizar, muitas vezes acabávamos com modelos que não estavam em boas condições de uso — seja por problemas mecânicos, seja por bancos excessivamente altos e difíceis de ajustar. Por outro lado, era comum ver furgonetas do BICING circulando pela cidade, carregadas de bicicletas, seja para realocá-las em estações com alta demanda, seja para levá-las à manutenção. Apesar dos pequenos problemas técnicos os ganhos para a cidade a longo prazo são enormes em termos de diminuição da emissão dos gases efeito estufa. A introdução do Bicing na rede de mobilidade pública da cidade trouxe consigo diversos benefícios, segundo Blanco (2022):

A redução do número de usuários de veículos particulares implica uma menor quantidade de automóveis na rede viária, o que contribui para a melhoria das condições de circulação e para a diminuição dos congestionamentos.

A diminuição dos veículos motorizados leva à redução dos níveis de poluição atmosférica.

Há benefícios diretos para a saúde dos usuários, promovendo um estilo de vida mais ativo e sustentável.

Para tornar o sistema atrativo ao usuário, o serviço de bicicletas compartilhadas é estruturado com funcionalidades-chave que solucionam os principais fatores que desestimulavam o uso da bicicleta como meio de transporte, entre eles estão:

- Dificuldade para estacionar a bicicleta na via pública;
- Dificuldade na intermodalidade: necessidade de carregar a bicicleta ao utilizar outros meios de transporte público;
- Medo de roubos;
- Falta de espaço no ambiente privado para estacionar a bicicleta.

Ao final do seu primeiro ano de operação, o Bicing contava com 3.000 bicicletas e 194 estações. O sistema melhorou e aumentou sua oferta de forma exponencial ao longo desses 15 anos, chegando a 8.000 bicicletas e 519 estações no final de 2021. Barcelona se encontra na terceira posição em relação ao número de bicicletas e estações na Europa- Paris lidera com 20.000 bicicletas e 1480 estações e Londres a seguir com mais de 12.000 bicicletas e aproximadamente 800 estações.

A Ásia lidera a nível mundial em números de bicicletas compartilhadas, chegando a três vezes o número de bicicletas na Europa, porém o que chama atenção é o número de estações, muito próximas ao total da Europa. A partir disto podemos inferir que na Ásia há distâncias realmente consideráveis entre estações em relação aos sistemas implementados na Europa, no qual em aproximadamente 300 metros há uma estação disponível. A cidade de Wuhan em 2013 possuía 90.000 bicicletas e 1318 estações segundo Melo; Maia (2013).

O sistema de bicicletas compartilhadas da cidade é composto por 6.000 bicicletas mecânicas e 2.000 bicicletas elétricas e-bikes como são chamadas, distribuídas em 519 estações mistas — capazes de acomodar ambos os tipos de veículos. Cada estação possui uma capacidade média de 27 bicicletas. Segundo Blanco, (2022) a rede de estações abrange praticamente toda a extensão do perímetro urbano de Barcelona, assegurando ampla cobertura territorial. Essa distribuição estratégica permite que os usuários encontrem uma estação próxima em praticamente qualquer ponto da cidade, promovendo elevada acessibilidade ao serviço.

Muitas estações de bicicletas foram posicionadas de forma estratégica próximas à acessos do Metro, estações de Trem e pontos de ônibus para facilitar os deslocamentos intermodais.

O uso da bicicleta é fracionado em períodos de 30 minutos. Se o usuário optar por uma bicicleta mecânica, a primeira meia hora é gratuita (inclusa no valor da assinatura) e, a partir desse momento, é cobrado um valor adicional para cada fração de 30 minutos.

No caso das bicicletas elétricas, a cobrança adicional é aplicada desde o início do trajeto, ou seja, no momento no qual o usuário passa a utilizar o serviço. Esse valor é reajustado conforme a duração da viagem, sendo acrescido em intervalos de 30 minutos.

A partir de duas horas de uso, o valor adicional é significativamente maior e passa a ser cobrado por hora de utilização. Desta forma é incentivado o uso de no máximo 30 minutos em cada bicicleta, com 10 minutos de intervalo para a retirada de uma nova bicicleta.

O usuário pode acessar o serviço, ou seja, começar a utilizar uma bicicleta, por duas formas:

- Cartão contactless ou por smatphone.
- Via smartphone, com tecnologia NFC ou através do aplicativo móvel Smou (disponível a partir de 2019) O aplicativo de celular Smou é um serviço público oferecido pela Prefeitura de Barcelona e diversas empresas públicas envolvidas, que integra vários serviços municipais relacionados à mobilidade na cidade, permitindo o acesso a esses serviços e a obtenção de informações sobre eles.

O site do Bicing e o aplicativo Smou dispõem de um mapa de estações que indica o número de bicicletas e de suportes vazios presentes em cada uma das estações. Isso é muito útil para conhecer a disponibilidade do serviço em cada zona da cidade. O mapa é atualizado constantemente, mostrando a evolução da disponibilidade em tempo real.

Entre outros, o Smou inclui o serviço de Bicing e o estacionamento em vias públicas (zonas verde e azul), permitindo o pagamento pelo estacionamento temporário. O uso deste app para acessar o Bicing inclui a possibilidade de reservar uma bicicleta remotamente por cinco minutos de forma totalmente gratuita.

Para desbloquear uma bicicleta, basta passar o cartão no suporte da mesma ou escanear o código QR da própria bicicleta pelo app Smou. Inicialmente, acenderá uma luz amarela e, uma vez confirmado o desbloqueio do veículo, ela se tornará verde e a bicicleta poderá ser retirada.

O procedimento de devolução é bastante semelhante: uma vez chegado à estação de destino, o usuário deve aproximar a bicicleta de um suporte disponível, pressionar até que a estação a detecte — momento em que a luz amarela se acenderá — e esperar até que ela fique verde.

O Bicing disponibiliza ao usuário um telefone de contato operacional 24 horas por dia, 365 dias por ano. Por meio desse canal de comunicação, é possível resolver qualquer tipo de incidente ocorrido durante o período de utilização do serviço: bicicletas mal ancoradas, problemas mecânicos, problemas com cobranças, etc.

Tanto o site quanto o aplicativo incluem todas as informações relativas às características operacionais do sistema e à estrutura tarifária oferecida. A tarifa plana anual custa 50 euros e a tarifa para usuários ocasionais é de 35 euros ao ano. A fração de 30 minutos custa 0,70 euros.

Agentes envolvidos na operação do sistema

O Bicing foi criado por meio de um processo de licitação pública, no qual o vencedor recebe um contrato de prestação de serviços, no qual três agentes estão envolvidos:
A Prefeitura de Barcelona, como órgão contratante.

Barcelona de Serveis Municipals (B:SM), empresa municipal de propriedade integral da Prefeitura, responsável pelo contrato e pela gestão do serviço. É encarregada de administrar corretamente o sistema, garantir o cumprimento das condições contratuais, assegurar a qualidade do serviço, realizar uma gestão adequada e oferecer atendimento eficiente ao usuário.

A empresa executora, fornecedora dos materiais do serviço e detentora da concessão de exploração.

Desde 2019, esse papel é desempenhado pela Pedalem Barcelona, uma UTE (União Temporária de Empresas) formada pela CESPA- Ferrovial Servicios, empresa espanhola de serviços ambientais e urbanos e PBSC- Urban solutions, empresa canadense especializada em sistemas de bicicletas compartilhadas. Anteriormente (2007–2018), essa função era assumida pela empresa norte-americana Clear Channel, que forneceu a tecnologia e o mobiliário urbano do projeto.

O contrato atual foi assinado em 2019 e tem duração de 10 anos. Não há informações públicas sobre os valores do contrato entre a Pedalem Barcelona, atual empresa exploradora do serviço, e a Prefeitura de Barcelona, mas é possível acessar o PPT (Caderno de Condições Técnicas) publicado para regulamentar o concurso de adjudicação. Nesse documento, são explicados de forma detalhada os aspectos logísticos do sistema, incluindo um orçamento da operação do Bicing.

AB:SM é responsável pelo pagamento da prestação do serviço à empresa concessionária. Nos últimos anos, o Bicing tem sido financiado essencialmente por três principais fontes de receita:

Receitas publicitárias: em 2014, o Bicing começou a incluir mensagens publicitárias nas bicicletas e nas estações. Os contratos publicitários também são obtidos por meio de concurso público. A Vodafone foi a empresa que manteve o contrato publicitário por mais tempo (2014–2018).

Receitas provenientes do próprio serviço: adesões/assinaturas dos usuários e tarifas aplicadas por uso superior a 30 minutos. Esta é a principal fonte de receita do sistema. A B:SM é responsável por cobrar a taxa de assinatura e pagar à empresa adjudicatária pela prestação do serviço.

Receitas públicas arrecadadas com o serviço de regulação integral do estacionamento (Área Verde): devido à ordenança municipal que obriga a reinvestir os fundos em projetos de mobilidade sustentável.

A soma dessas fontes de receita não cobre, em nenhuma circunstância, os custos operacionais do serviço. Por esse motivo, a Prefeitura de Barcelona, como órgão contratante e proprietária do sistema, fornece uma dotação que cobre a diferença entre os custos e as receitas do Bicing.

A taxa de cobertura tarifária do serviço (percentual dos custos cobertos pelas receitas obtidas com os pagamentos dos usuários) é muito baixa. Por esse motivo, o aporte da Prefeitura tem um valor consideravelmente elevado.

O número de assinantes do serviço Bicing variou significativamente desde o início de sua operação. Em 2007, primeiro ano de funcionamento, o sistema registrou um total de 102.146 usuários assinantes, número que aumentou de forma expressiva nos dois anos seguintes, atingindo seu máximo histórico em 2009 com 182.062 assinantes.

A partir de 2010, o Bicing sofreu uma forte queda no número de assinantes, chegando ao seu mínimo histórico em 2015, com 95.168 usuários. A partir de 2019, com a chegada da Pedalem Barcelona e as mudanças e melhorias introduzidas no serviço — incluindo as novas bicicletas e o aumento no número de estações — observou-se um crescimento progressivo no número de assinantes.

O Bicing aumentou significativamente o número de bicicletas e estações que compõem seu serviço. No início de sua operação, em 2007, contava com apenas 3.000 bicicletas, todas mecânicas (a bicicleta elétrica foi introduzida em dezembro de 2014) e 194 estações. Atualmente, o serviço foi ampliado para 7.000 bicicletas (+233%) e 519 estações (+267%).

Em relação ao perfil de seus usuários 51% dos assinantes são homens e 49% são mulheres. 41% têm entre 26 e 35 anos, enquanto apenas 21% têm mais de 35 anos. Quanto ao número de usos diários, a tendência observada não coincide exatamente com a do número de assinantes. Os anos em que o número de assinantes atingiu seu máximo (2008 e 2009) não coincidem com os que apresentaram maior quantidade de deslocamentos. Esse fato pode estar relacionado a uma elevada proporção de assinantes que quase não utilizavam o serviço.

As mudanças no sistema introduzidas com a chegada da nova concessionária também tiveram impacto direto sobre o número de usos diários. Observa-se uma tendência crescente a partir de 2019, especialmente no caso das bicicletas elétricas, devido ao aumento em sua quantidade e à inclusão do Bicing elétrico na assinatura.

O Bicing representa, aproximadamente, 26% do total de viagens realizadas de bicicleta na cidade de Barcelona. Esse valor oscila anualmente entre 16% e 40%, que são os mínimos e máximos registrados (2019 e 2012, respectivamente). Novamente, a tendência foi de queda entre 2012 e 2019, mas com a introdução do Novo Bicing, a estatística voltou a crescer.

De uma perspectiva anual, no ano de 2021 foram registrados um total de 14.735.512 usos. Destaca-se especialmente o aumento dos deslocamentos em bicicleta elétrica a partir do ano de 2019, com a implantação do novo sistema.

Quanto à distribuição mensal, observa-se uma diferença marcante entre os meses quentes e frios. Os valores mínimos concentram-se no início do ano, entre janeiro e abril, aumentando progressivamente até atingir os picos registrados em outubro e novembro. Além disso, o número de deslocamentos realizados com o Bicing é significativamente maior nos dias úteis do que nos feriados. A redução observada nos fins de semana é de aproximadamente 35%, o que é esperado, uma vez que o volume total de viagens — independentemente do modo de transporte — tende a ser mais elevado nos dias úteis devido à mobilidade associada às atividades laborais.

Atualmente, a duração média dos deslocamentos realizados com o Bicing é de 13,6 minutos, com uma distância média de 2,5 quilômetros no caso das bicicletas mecânicas e de 3,2 quilômetros nas elétricas. Sendo que 96% das viagens têm duração inferior a 30 minutos.

Cada bicicleta é utilizada em 7,18 serviços diários e percorre uma média de 508,6 quilômetros mensais. Os usuários do serviço percorrem, em média, 301,2 quilômetros por ano, um volume que provavelmente gera impactos positivos na saúde dos ciclistas. No entanto, não há dados disponíveis que permitam quantificar ou confirmar esses benefícios.

No ano de 2016, 65% dos deslocamentos foram de caráter obrigatório (mobilidade ocupacional, estudos etc.), 16% dedicados a atividades de lazer e 11% a tarefas pessoais. Os 8% restantes correspondem a outros motivos diversos.

Do total de deslocamentos realizados com o Bicing, 60% são feitos exclusivamente com esse meio de transporte. Os 40% restantes combinam o Bicing com algum outro meio de transporte, caracterizando um deslocamento multimodal.

33,87% .....Bicing + Metrô
21,85% .....Bicing +Trem
13,50%..... Bicing+ Ferrocarriles da Generalitat
9,80%.....Bicing + carro privado (como carona)
9,50%.....Bicing+ Ónibus EMT
8,25%.....Bicing+ deslocamentos a pé
4,30%.....Bicing+ Tramvia
4,00% .....Bicing+ ônibus interurbano
3,24%.....ddd...Bicing+ carro privado (condutor)
5,40%.....Bicing+ outros

Com os dados que foram apresentados pode-se concluir que no grupo que utiliza outros meios de transporte, em sua grande maioria não possuem veículo automotivo, apenas uns 3 a 4% e os quase 10% que utilizam como transporte modal o utilizam como carona.

Expansão da rede cicloviária

O número de pessoas que optam pelo uso da bicicleta para realizar seus deslocamentos internos na cidade de Barcelona cresceu exponencialmente nos últimos anos. Grande parte desse incremento se deve ao surgimento do serviço Bicing. Como consequência desse aumento de ciclistas, as autoridades municipais consideraram necessária a construção de ciclovias e estacionamentos de bicicletas (incluindo as estações do Bicing), além da melhoria das condições da rede viária já existente.

O objetivo primordial que orientou as ações realizadas foi garantir que todos os cidadãos estivessem a menos de 200 metros da rede de ciclovias. Dessa forma, o transporte por bicicleta é considerado muito mais acessível para o usuário.

Em 2007, no início do serviço Bicing, a cidade dispunha de 128,9 quilômetros de ciclovias, o que representava 9,6% da extensão da rede de ruas (um total de 1.342,16 quilômetros).

Para o ano de 2011, este valor já havia aumentado para 181,5 quilômetros, representando 13,5% do total da rede viária. Entre 2011 e 2015, o governo local optou pela redução da extensão ciclável, chegando a 120 quilômetros totais em 2015.

A partir de 2015, com a mudança de governo, houve uma forte aposta na promoção do uso da bicicleta na cidade. Em 2019, a extensão total da rede de ciclovias já era de 211 quilômetros, e no final de 2020 essa cifra havia aumentado para 236 quilômetros. Atualmente, gira em torno de 245 quilômetros.

Além das ciclovias, a Prefeitura implementou as chamadas zonas 30, que correspondem a ruas onde a velocidade máxima permitida é de 30 km/h. Essa medida favorece a circulação de bicicletas nessas vias, já que proporciona um nível de segurança significativamente maior para os ciclistas.

Em 2007, a cidade contava com apenas 45,3 quilômetros de ruas classificadas como zona 30. Já em 2020, esse número havia alcançado 772 quilômetros. Esse crescimento expressivo evidencia a forte aposta das autoridades municipais nesse tipo de iniciativa. A adequação da rede viária e a promoção da bicicleta implicou no aumento dos espaços de estacionamento disponíveis. Esses podem ser encontrados na via pública ou em áreas subterrâneas.

Desde o início do Bicing, em 2007, o número de vagas de estacionamento em superfície aumentou de 14.696 para 36.233 (em 2020). Quanto ao incremento das vagas subterrâneas, não foi tão significativo, passando de 1.079 (em 2007) para 1.247 (em 2020).

Segundo o artigo (Pablo León, 2014), o custo de implantação de um quilômetro de ciclovia sobre a calçada ou sobre a via carroçável tem um custo entre 200.000 e 500.000 €/km. Assumindo o valor médio, 350.000 €/km, como cifra válida, é possível calcular o investimento realizado em ciclovias nos anos de operação do Bicing.

O investimento realizado na adequação da cidade à “nova realidade” ciclística não é imputável unicamente ao surgimento do Bicing. O uso da bicicleta privada também cresceu muito nos últimos 15 anos.

Embora a maior parte do desenvolvimento de recursos para a melhoria da circulação de bicicletas tenha sido realizada a partir da implantação do serviço, nem todo o custo desse desenvolvimento é imputável aos usuários do referido serviço. Sabe-se que, no período de 2007 a 2020, o Bicing representa 26,4% dos deslocamentos realizados de bicicleta na cidade.

Consequentemente, para o cálculo do custo derivado do serviço Bicing, será considerado que apenas 26,4% do total do investimento na adaptação da rede viária ao novo cenário, em que o número de ciclistas aumentou exponencialmente, é atribuível ao Bicing.

Não será considerado o custo das zonas 30, pois entende-se que sua implantação não é diretamente imputável à realidade ciclística da cidade; os usuários de bicicleta se beneficiam de sua presença, mas não são a causa principal de sua implementação.
Com as informações apresentadas, obtém-se o investimento total realizado entre 2007 e 2021 para a implantação de ciclovias. O cálculo realizado é mostrado a seguir:

Quilômetros de ciclovia (2007): 129,8 km
Quilômetros de ciclovia (2021): 240 km
Preço por quilômetro: 350.000 €/km
Percentual atribuível ao Bicing: 26,4%

Média anual: 10.182.480€ divididos por 15 anos de serviço =678.832€

Uso do solo urbano para receber as estações do BICING

O aparecimento do Bicing implicou a ocupação de parte do espaço público da cidade, essencialmente para localizar as estações em solo urbano. Isso implica a eliminação de parte das vagas de estacionamento de veículos motorizados da cidade, que geram um rendimento econômico para o setor público. Apenas na implantação do serviço, já se previu a eliminação de 116 vagas de estacionamento para carros e 270 para motos. Foi estabelecido que 45% das estações fossem colocadas na calçada, e o restante nas calçadas de pedestres.

É importante ter em conta que, atualmente, o número de vagas (anclagens) existentes, distribuídas nas mais de 500 estações disponíveis, supera em cerca de 25% o número de bicicletas, para assegurar o correto funcionamento do sistema. Isso implica um elevado grau de ocupação do espaço público, previamente dedicado a outras funções, como os parques e praças.

Observa-se um aumento significativo no número de vagas do tipo “Área Verde Preferencial para residentes”. Grande parte desse incremento se deve às vagas não reguladas que foram convertidas nesse tipo de vagas.

De acordo com Bea Alonso (2018), cada estação do Bicing ocupa um total aproximado de 40 metros quadrados de espaço público, considerando sua capacidade.

Ao dispor do número total de estações de Bicing presentes na malha viária de Barcelona em cada ano, é possível determinar o espaço público total ocupado pelo Bicing anualmente.

Conforme indicado na recomendação do próprio artigo, considera-se que as dimensões ótimas de uma vaga correspondem à ocupação de aproximadamente 10 metros quadrados de espaço público. A partir desse parâmetro, torna-se possível estabelecer, de maneira sistemática, a equivalência entre a área total ocupada e o número de vagas correspondentes. Tal procedimento metodológico permite quantificar com maior precisão o impacto espacial da implantação das estações de Bicing sobre o tecido urbano. 519 estações utilizando 10m2 totaliza 5.190m2 de área urbana para a instalação das estações.

Custo associado ao serviço de redistribuição das bicicletas

A saturação, especialmente nas horas de pico, de algumas das estações que compõem o serviço e a falta de bicicletas em outras exige a existência de um serviço de redistribuição eficiente.

Esse desequilíbrio deve-se, essencialmente, à direcionalidade dos deslocamentos. A população desloca-se, em linhas gerais, para os mesmos pontos no mesmo intervalo de tempo, devido à orografia do terreno.

Embora o serviço de redistribuição de bicicletas esteja incluído no contrato de concessão (com ambas as empresas, ClearChannel e Pedalem Barcelona), também é necessário contabilizar e incluir na análise o impacto de algumas externalidades negativas que esse serviço gera.

Os custos considerados são os seguintes:

Custo imputável à poluição do ar
Custo imputável à contribuição para o aquecimento global
Custo imputável à poluição sonora

Durante o período de vigência do contrato de concessão adjudicado à ClearChannel (2007–2018), utilizavam-se furgões com motor de combustão, pois se considerava que os veículos elétricos ainda não tinham potência suficiente para transportar um reboque com 20 bicicletas e subir algumas ruas de forte inclinação da cidade.

A partir da entrada da Pedalem Barcelona como empresa concessionária, no ano de 2018, foram introduzidos veículos elétricos para desempenhar essa função. Esse fato implica uma redução significativa dos custos derivados, pois os níveis de poluição gerada diminuem consideravelmente.

De acordo com Bea Alonso,(2008), no final de 2008, entre domingo e quinta-feira, mobilizava-se um total de 46 furgões, divididos em 3 turnos de trabalho, que realizavam mais de 16.000 visitas mensais às 390 estações operativas então existentes.

A distribuição desses veículos era de 21 no turno da manhã, 21 no turno da tarde e 4 no turno noturno. Às sextas-feiras e sábados, o número de furgões operativos diminuía para um total de 35, com a mesma frequência de turnos (16 pela manhã, 16 à tarde e 3 à noite).

Para calcular de forma aproximada o custo anual derivado da circulação desses furgões, assume-se a validade do valor de visitas mensais apresentado por Bea Alonso, (2018) (16.000) para o ano de 2008, quando havia 390 estações em funcionamento.

A partir desse dado, obteve-se o número de visitas mensais por estação, estimado em 41. Com esse valor é possível calcular o número de visitas mensais em cada ano de funcionamento do serviço.

Os valores com que será quantificada a redução da poluição resultante dos usuários que substituem o veículo privado pela bicicleta também serão utilizados no cálculo deste custo. Esses valores correspondem ao período de 2007-2018, em que não se dispunha de veículos elétricos.

Os valores monetários apresentados a seguir foram obtidos do “Sistema de Avaliação de Investimentos em Transporte (SAIT)”, elaborado pela Generalitat da Catalunha. Esse documento fornece uma quantificação monetária aproximada de diversas variáveis importantes para a avaliação de um sistema de transporte.

Foram selecionados os valores definidos para veículos pesados, pois se considera que os veículos de distribuição pertencem a essa categoria.

37 € / 1.000 veh-km para o custo relacionado à poluição do ar
33 € / 1.000 veh-km para o custo relacionado ao efeito sobre o aquecimento global e a mudança climática
4,8 € / 1.000 veh-km para o custo relacionado à poluição sonora

A partir de 2018, com a introdução do veículo elétrico, esses custos variaram significativamente, reduzindo-se de forma muito acentuada, tornando-se, na prática, desprezíveis e negligenciáveis.

Identificação de benefícios

A implantação do Bicing, assim como o aumento do uso da bicicleta em geral e das infraestruturas introduzidas em consonância com a entrada em funcionamento do serviço, vem acompanhada de uma série de benefícios de caráter social e econômico, entre os quais se destacam:

A visão de Barcelona como uma cidade mais sustentável;
Impacto direto em termos de saúde do cidadão, fruto da atividade física realizada nos deslocamentos de bicicleta;
Incremento da intermodalidade no transporte urbano;
Redução de acidentes; em linhas gerais, a bicicleta é um meio de transporte mais seguro;
Redução dos níveis de poluição;
Melhorias na fluidez da circulação e redução da congestão, pela substituição, em muitos casos, do veículo privado pelo Bicing.

Entre os anos de 2014 e 2018, a empresa britânica de telefonia móvel Vodafone foi a principal patrocinadora do serviço. Sua contribuição era, aproximadamente, de 900.000 € anuais, segundo informações obtidas de diversos meios de comunicação e

do documento (Apresentação Bicing, 2017).

Acidentes

Por um lado, as ciclovias representam uma boa medida para a redução de acidentes; o fato de estarem segregadas do restante do tráfego implica maior segurança para o usuário.

A circulação de bicicletas pela faixa de rodagem, onde compartilham espaço com veículos motorizados, implica maior interação entre ambos os tipos de veículos, o que pode acarretar um número maior de acidentes para os ciclistas.
O fato de o número de ciclistas nas ruas ter aumentado exponencialmente nos últimos anos pode levar a uma mudança de atitude dos automóveis e motocicletas em relação a eles. Essa mudança pode ser positiva, com maior respeito e atenção ao ciclista por parte do condutor.

No ano de 2007 foram registrados 442 acidentes com bicicletas, 7.272 com motocicletas e 8.130 com veículos automotores totalizando 16.310 acidentes.

No ano de 2021 foram registrados 580 acidentes com bicicletas, 5.583 com motocicletas e 5.937 com veículos automotores totalizando 12.100 acidentes, apresentando uma redução de 4210 acidentes. Levando a uma diminuição significativa no número de acidentes, embora com um aumento de acidentes com bicicletas, porém o número de bicicletas circulando em 2007 do Bicing era de 3000 unidades e em 2021 subiu para 7000 bicicletas.

Bicicleta elétrica

A evolução positiva do Bicing pode ser observada na aposta pela implantação da bicicleta elétrica, que estão substituindo as bicicletas mecânicas, que tem apresentado uma maior aceitação pelos usuários do sistema pelo maior conforto ao pedalar.

As bicicletas elétricas e mecânicas compartilham a maioria de suas características: sua estrutura física (chassi, rodas, pneus etc.) e seus componentes mecânicos (freios, suspensão etc.) são comuns, assim como o sistema de iluminação.

A principal diferença está na presença, no caso das elétricas, de um motor de assistência ao pedal elétrico e regulável, de 250W, incorporado à roda traseira. Possui uma autonomia de aproximadamente 60 km e necessita de cerca de 4 horas para realizar uma carga completa.

Um dos objetivos da oferta das bicicletas elétricas foi o de facilitar o acesso à áreas da cidade com desníveis consideráveis como o Tibidabo – que apresenta 512 metros acima do nível do mar, sendo o ponto mais alto da Serra da Collserola e de toda Barcelona; e Montjuic - tem uma elevação máxima de cerca de 185 metros; ambas montanhas de relevante valor histórico, cultural e paisagístico da cidade. Além de outros bairros com desníveis significativos, mas mais moderados que os citados anteriormente, como: Les Tres Torres, Pedralbes, Horta-Guinardó, Carmel e Putget i Farró.

Em contraste, o distrito do Eixample (Expansão Urbana de Ildefonso Cerdá) e as áreas que compõem a Cidade Velha — como o Bairro Gótico, El Born e Raval — apresentam uma topografia predominantemente plana. Essa configuração facilita a mobilidade cicloviária convencional, sem grandes exigências físicas. No entanto, à medida que se avança do litoral em direção ao interior da cidade, a paisagem urbana sofre mudanças significativas, com o surgimento de colinas e desníveis acentuados.

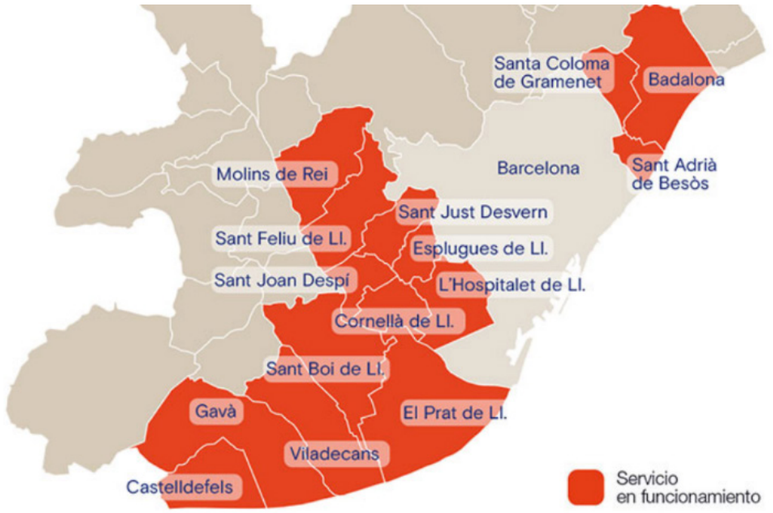


Figura 6 - Mapa dos 15 municípios da Área Metropolitana de Barcelona servidos pelo Ambici. Fonte: https://www.tmb.cat/es/barcelona/ambici

Essa transição topográfica evidencia a importância da bicicleta elétrica como solução prática e inclusiva para superar os desafios de mobilidade em regiões mais elevadas.

O Ambici

Somado ao BICING surgiu o AMBici que é o serviço de compartilhamento de bicicletas da área metropolitana de Barcelona. Começou a operar em fevereiro de 2023, em apenas seis municípios — Cornellà de Llobregat, Esplugues de Llobregat, Sant Boi de Llobregat, Sant Joan Despí, El Prat de Llobregat e Sant Just Desvern. Atualmente abrange 15 municípios dos 35 totais da área metropolitana de Barcelona. Ao total são 2.600 bicicletas elétricas distribuídas em 236 estações.

Pode-se dizer que dada a expansão crescente do Bicing nestes quase 20 anos o surgimento do AMBici foi apenas uma decorrência inevitável do sistema exitoso do compartilhamento de bicicletas.

Diferentemente do Bicing de Barcelona com a oferta de bicicletas convencionais e elétricas, as destinadas à área metropolitana de Barcelona são bicicletas 100% elétricas de última geração e, também conectadas à rede de transporte público.

Considerações finais

Seguramente, o Ambici continuará expandindo sua presença territorial até abranger os 35 municípios da Área Metropolitana de Barcelona e, posteriormente, alcançar todo o território da Catalunha. Pouco importa se os sistemas de compartilhamento de bicicletas manterão seus nomes originais ou se o Ambici passará a se chamar Bicing: o essencial é garantir a valorização e o uso cotidiano da bicicleta como meio de transporte sustentável, contribuindo para a redução das emissões de CO_2.

Nesse contexto, o automóvel particular deixa de ser uma alternativa viável, tornando-se moralmente incompatível com os esforços globais de combate ao aquecimento climático. Essa transformação se soma a inúmeras iniciativas públicas e privadas que buscam soluções mais responsáveis e eficientes.

O Bicing, como vimos ao longo do artigo, enfrentou oscilações tanto no número de usuários quanto na intensidade de uso. No entanto, impulsionado pela introdução das bicicletas elétricas e pelo avanço tecnológico, o sistema registrou expressivo crescimento. Esse progresso se refletiu na ampliação das estações, no aumento da frota de bicicletas e na expansão das ciclovias e ciclofaixas. Trata-se de um exemplo bem-sucedido de compartilhamento de bicicletas, viabilizado pela gestão competente da Prefeitura de Barcelona, que soube consolidar o modelo e transformá-lo em referência de mobilidade urbana sustentável.

Segundo o Plano de Mobilidade Urbana (PMU) de Barcelona em 2023, mais de 80% dos deslocamentos urbanos foram feitos por meios sustentáveis, enquanto apenas 19,9% ocorreram com veículos particulares. Estes dados dão um panorama das mudanças sofridas no estilo de vida dos barceloneses trocando seus veículos privados por meios de transportes sustentáveis e seguramente com grande contribuição do uso das bicicletas compartilhadas.

Também vale ressaltar a importância dos diversos projetos urbanos realizados desde as Olimpíadas de 1992 até os mais recentes. Essas intervenções incorporam soluções técnicas e critérios de qualidade ambiental que incentivam o uso da bicicleta, tornando os deslocamentos pela cidade extremamente agradáveis. Além disso, oferecem ao usuário a possibilidade de escolher entre percursos mais curtos ou mais longos, sempre com acessibilidade garantida e integração eficiente aos diferentes meios de transporte. Barcelona avança na implementação das superquadras — conjuntos formados por nove quadras — como estratégia para criar novos espaços de convivência e transformar a dinâmica urbana. A iniciativa, baseada em ações de urbanismo tático, restringe a circulação interna de veículos a 10 km/h, desviando o tráfego de passagem para as vias perimetrais.

A proposta, pensada para se multiplicar pela malha projetada por Cerdà, redefine o uso das ruas e fortalece a presença das pessoas no espaço público. Essa mudança tende a gerar impactos especialmente positivos na mobilidade por bicicleta, ao oferecer ambientes mais seguros, tranquilos e convidativos para pedalar.

Referências

AJUNTAMENT DE BARCELONA. *Aprovació Inicial del Pla de Mobilitat Urbana 2024,* Desembre 2020. Disponível em:https://www.barcelona.cat/mobilitat/sites/default/files/documentacio/pmu_bc n_2024_per_ceuim_20201214_compressed.pdf

AJUNTAMENT DE BARCELONA. *Pla de Mobilitat Urbana 2013-2018,* Gener 2015. Disponível em:https://ajuntament.barcelona.cat/ecologiaurbana/sites/default/files/PMU_Sinte si_Catala.pdf

AJUNTAMENT DE BARCELONA. *Comissió d'Ecologia, Urbanisme i Mobilitat.* Mesura: Estratègia de la bicicleta per Barcelona, Novembre 2015. Disponível em: https://bcnroc.ajuntament.barcelona.cat/jspui/bitstream/11703/84218/1/mesugovesb_2015.pdf

AJUNTAMENT DE BARCELONA. *Comissió d'Ecologia, Urbanisme i Mobilitat.* Informe de balanç sobre la Mesura de Govern: Estratègia de la Bicicleta per Barcelona, Gener 2018. https://bcnroc.ajuntament.barcelona.cat/jspui/bitstream/11703/114510/1/Informe_balan%C3%A7_mesura_govern_bicicleta.pdf

AJUNTAMENT DE BARCELONA. *Àrea de Prevenció, Seguretat i Mobilitat.* Dades bàsiques de mobilitat 2019, Juny 2020.

AJUNTAMENT DE BARCELONA. *Àrea de Prevenció, Seguretat i Mobilitat.* Dades bàsiques de mobilitat 2020, Juny 2021.

BARCELONA DE SERVEIS MUNICIPALS. *Plec de Condicions Técniques de Bicing 2.0.*, Octubre 2016.

BEA ALONSO, MIGUEL. *Los sistemas de bicicletas públicas urbanas,* Febrer 2009. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/trerecpro/2009/hdl_2072_14574/Treball_de_recerca.pdf.

BICING. *Departament de Comunicació.* Presentació oficial de Bicing 2007-2016, Juliol 2016.

BLANCO, Marc Lopez. TFG. *Avaluació ex-post del servei Bicing a Barcelona.* Escola de Camins. Departament d'Enginyeria Civil ,UPC, 2022.

COMISSÃO EUROPÉIA. *Cidades para Bicicletas, Cidades de Futuro.* Luxemburgo: 2000. Manual de Amsterdã, p 65.

BRASIL. *Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana.* Brasil. Curso Gestão Integrada da Mobilidade Urbana. 2006.

BRASIL. *Política nacional de mobilidade urbana sustentável.* Cadernos Ministério das Cidades, 2004.

FALCÃO, Mirella; MAIA, Maria Leonor. *Sistemas de bicicletas públicas:* um balanço de sua evolução e sua integração na rede de transporte público. 2012.

GEIPOT- Empresa brasileira de planejamento de transportes. *Planejamento cicloviário:* diagnóstico nacional. Brasília: 2001a.

GEIPOT- Empresa brasileira de planejamento de transportes. *Manual de planejamento cicloviário.* - 3. ed., ver. e amp. - Brasília: 2001b.

Generalitat de Catalunya. *Departament de Territori. Sistema d'Avaluació d'Inversions en Transport (SAIT).* https://territori.gencat.cat/ca/03_infraestructures_i_mobilitat/sait/

RIO, Vicente del. Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos. *Revista ARQUITEXTOS,* ano 02, Agosto, 2001.

VASCONCELLOS, Eduardo de Alcântara. *A Cidade, o Transporte e o Trânsito.* São Paulo: Pro livros, 2005.

Web oficial de Bicing. *https://www.bicing.barcelona/*

Web oficial de BiciMAD. *https://www.bicimad.com/*

Web oficial de Vélib'. *https://www.velib-metropole.fr/es*

Web oficial de Vélo'v. *https://velov.grandlyon.com/fr/home*

Web oficial de BikeMi. *https://bikemi.com/*

Foto: Gustavo Nagib.

PROJETO CIDADE QUE EDUCA
O início de um processo na Vila São José em São Carlos

CIDADE QUE EDUCA PROJECT
The beginning of a process in Vila São José in São Carlos

Amanda Saba Ruggiero[1], Renata Bovo Peres[2], Carolina Akemi Martins Morita Nakahara[3], Guilherme Alves de Souza[4] e Manuela Gaio Filla[5]

Resumo
Este trabalho descreve a implementação do Projeto Cidade que Educa na Vila São José, em São Carlos, um esforço colaborativo entre USP, UFSCar e comunidade que emergiu de demandas locais. O projeto evoluiu por meio de oficinas de escuta comunitária, que identificaram a necessidade de qualificar espaços públicos. As intervenções foram estruturadas em torno dos acessos escolares, visando melhorias com ações de baixo custo e rápida execução, priorizando a participação comunitária. O conceito central do projeto é a Cidade Educadora, que postula a cidade como um agente pedagógico intencional, focado na formação para e pela cidadania, reforçando a participação popular e o controle social da cidade. Oficinas criativas e poéticas com alunos e comunidade foram desenvolvidas com o objetivo de promover a participação nas transformações do espaço urbano. Apesar dos desafios para realização das intervenções, o projeto demonstrou potencial transformador e está atualmente em expansão para outras regiões da cidade.
Palavras-chave: Cidade Educadora, espaços públicos, participação comunitária, extensão.

Abstract
This work describes the implementation of the Cidade que Educa Project in Vila São José, São Carlos, a collaborative effort between USP, UFSCar, and the community that emerged from local demands. The project evolved through community listening workshops, which identified the need to qualify public spaces. The interventions were structured around school accesses, aiming for improvements with low-cost and quick-to-implement actions, prioritizing community participation. The central concept of the project is the Educating City, which posits the city as an intentional pedagogical agent, focused on training for and through citizenship, reinforcing popular participation and social control of the city. Creative and poetic workshops with students and the community were developed with the objective of promoting participation in the transformations of the urban space. Despite the challenges in carrying out the interventions, the project demonstrated transformative potential and is currently expanding to other regions of the city.
Keywords: Educating City, public space, community participation, extension.

1 Professora Doutora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade de São Paulo (IAU-USP).
2 Professora Adjunta do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (DCAm-UFSCar).
3 Professora Doutora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade de São Paulo (IAU-USP).
4 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade de São Paulo (IAU-USP).
5 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (DCAm-UFSCar).

Como começou o projeto

O projeto Cidade que Educa iniciou suas atividades a partir das demandas apresentadas pela comunidade de moradores da região da Vila São José, na cidade de São Carlos. A solicitação inicial que motivou a busca pela Universidade de São Paulo e pela Universidade Federal de São Carlos como parceiras dizia respeito, sobretudo, ao desenvolvimento do desenho de uma pista de caminhada. Entretanto, ao longo de diversas oficinas de escuta comunitária, emergiram novas necessidades, relacionadas à qualificação dos espaços públicos, ao fortalecimento da mobilidade ativa e à valorização de práticas de lazer e convivência. Essas demandas estavam concentradas em uma área estratégica, marcada pela presença de diversas praças, escolas públicas, Unidade Básica de Saúde, equipamentos esportivos e comunitários (Fig. 1).

Desde o ano de 2010, representantes do bairro Vila São José e de suas adjacências vêm implementando ações coletivas voltadas à melhorias de espaços públicos e da mobilidade urbana, gerando impactos positivos na saúde, na segurança e na qualidade de vida dos moradores. O grupo de moradores do bairro assumiu, inclusive, a conservação das duas praças localizadas no entorno da UBS-Bombeiros, entre as ruas Equador, Argentina e Av. Araraquara, amplamente utilizadas pela população local. Nesse contexto, após ouvir a comunidade e compreender as dinâmicas do território, o projeto estabeleceu como diretrizes o desenvolvimento de ações que conjugam planejamento com intervenções de menor escala, menor custo e rápida execução. Essas ações pontuais têm como objetivo demonstrar o potencial de transformações mais amplas e de longo prazo. Entre elas, destacam-se o planejamento para a melhoria dos acessos às escolas, o desenho de nichos de convivência e a criação de um circuito de caminhada que favoreça a promoção da saúde pública. Além disso, inclui-se a elaboração e o desenvolvimento de ações educativas voltadas ao engajamento comunitário, como o propósito de fortalecer o senso de pertencimento e identidade, ampliando os cuidados com o espaço público, as praças e as áreas de convívio

Sobre o lugar

O município de São Carlos localiza-se no interior do Estado de São Paulo, a 234 km da capital do estado. Segundo dados do IBGE (Censo 2022), a cidade conta com uma população de 254.857 habitantes e sua densidade demográfica é de 227,17/km². Desse total, 16,6% pertencem à faixa etária de 0 a 14 anos, 70,1% à faixa dos 15 a 64 anos, e 13,4% à faixa dos 65 anos e mais. A distribuição do PIB municipal conta com 57,1% do setor de serviços, 27,2% da indústria, 14,5% de impostos líquidos de subsídios, e 1,21% do setor agropecuário. (SEADE) (Fig. 2).

A região da Vila São José congrega uma quantidade significativa de equipamentos e espaços públicos, entre os quais se destacam: UBS (Unidade Básica de Saúde) Vila São José, Corpo de Bombeiros, Praça 2 de julho, Praça Paulo Apolinário de Oliveira, Praça Arnold Schimidt, Complexo Esportivo “Zuzão”, CEMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) Helena Dornfeld, Escola Estadual Andrelino Vieira (Ensino Fundamental), e Escola Estadual Esterina Placco (Ensino Médio), onde pela noite funciona a Fatec (Faculdade de Tecnologia) São Carlos.

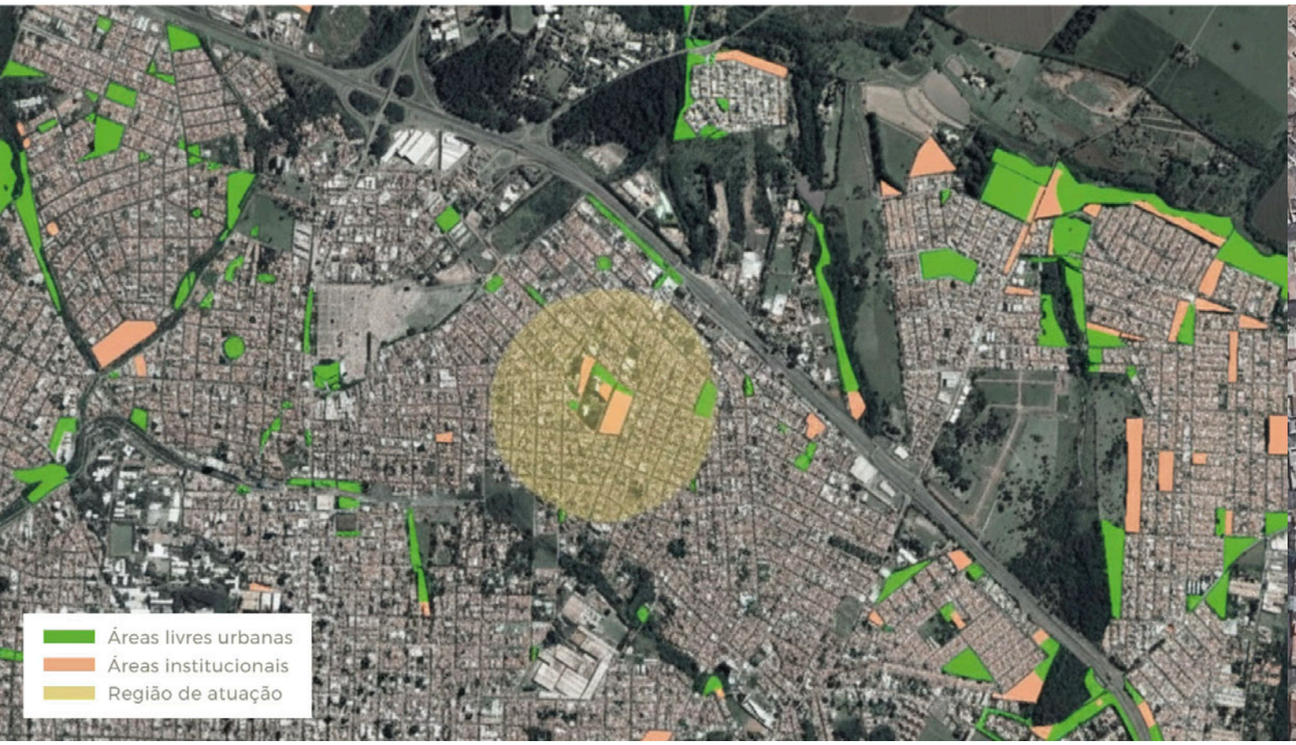


Figura 1 - Região da Vila São José. Fonte: Google Earth (Elaborado pelos autores, 2022).

Processo de Escuta Comunitária

Para compreender melhor a realidade do local, estabeleceu-se como meta, desenvolver um conjunto de escutas comunitárias junto à comunidade. Escutas comunitárias são processos de escuta ativa e qualificada dos participantes, com o objetivo de compreender suas necessidades, expectativas e demandas, para que as ações sejam mais efetivas e adequadas à realidade local. Esta metodologia envolve a criação de espaços de diálogo nos quais a comunidade pode expressar suas opiniões e participar na construção de soluções. As escutas comunitárias podem fortalecer os vínculos entre os membros do projeto, ampliar a cooperação popular, promover a participação ativa da população nas decisões e propostas de ações, promovendo um ambiente de confiança e colaboração (Tarachucky, 2023).

Desta forma, a primeira aproximação com a comunidade contou com a participação de moradores, lojistas, professores, entre outras pessoas envolvidas com a vida comunitária da região. Nesses encontros, foram colocadas questões sobre o envolvimento e o significado do bairro, e em seguida os participantes puderam apontar os aspectos que poderiam ser melhorados no bairro, permitindo a identificação das particularidades, usos e percepções de cada grupo envolvido (Fig. 3).

Como resultado, palavras como Vínculos, Lar, Cuidado, Carinho, Família, Memórias, Liberdade, Pertencimento, Infância, Estima, Comunidade, Criatividade, Incentivo, Histórias, Sustentabilidade, e Transformação foram registradas como associadas ao bairro, a partir da fala dos presentes. Ao mesmo tempo, quando instados a falar sobre as deficiências da região, foram apontados problemas viários e de mobilidade, de infraestrutura pública e inclusão.



Figura 2 - Região da Vila São José. Fonte: Google Earth (Elaborado pelos autores, 2022).

As propostas

O primeiro projeto desenvolvido para a região foi estruturado a partir dos acessos às escolas, abrangendo três áreas distintas pertencentes a uma mesma quadra. Para essas áreas, foram elaboradas propostas voltadas à melhoria da segurança e da acessibilidade, além da definição de uma linguagem unificada de projeto, contemplando a identidade visual, o mobiliário e as técnicas construtivas adotadas.

Na área 1, foi proposta a criação de um espaço de estar junto ao portão de entrada e saída da escola de Ensino Fundamental I, onde os responsáveis aguardavam a saída das crianças em um local sem pavimentação e mobiliário urbano. A proposta consistia na criação de um piso de 15x15m e na instalação de bancos de concreto, planejados para serem pintados em futuras oficinas comunitárias. Na área 2, correspondente à saída da escola de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, observava-se um grande fluxo de estudantes ocupando as calçadas durante o período de saída, gerando situações de vulnerabilidade e insegurança para pedestres e veículos. Considerando que a faixa de estacionamento da via em questão era subutilizada, a proposta incluiu o alargamento da calçada por meio de pintura do piso, ampliando a área útil destinada aos pedestres, e contribuindo para a desaceleração dos veículos. Na área 3, a demanda por maior segurança nos horários de saída da Fatec, especialmente no período noturno, orientou o desenvolvimento do desenho de um alargamento destinado ao convívio, inspirado em soluções adotadas pelos chamados parklets, ocupando o espaço equivalente a duas vagas de estacionamento. Dada a necessidade do local ter uma travessia de pedestres mais segura, uma faixa elevada também foi proposta nesta área.

Todas as propostas foram pensadas com foco na redução de custos e no curto tempo de execução, além de privilegiar a participação comunitária, possibilitando que parte da intervenção fosse realizada por meio de oficinas comunitárias organizadas





Figura 3 - Oficina de escuta comunitária realizada em junho de 2022. Fonte: dos autores, 2022.

e conduzidas pelos integrantes do projeto, em que a participação das comunidade escolar e moradores potencializasse o impacto da ação e o retorno para a qualidade da vivência nas áreas.

As intervenções abordaram a interface entre escola e espaço público, que se apresenta como um desafio, mas também como uma oportunidade de transformação. Para a criação dessas ações, foi essencial retomar o conceito central do projeto: a Cidade Educadora.

A vivência na cidade se constitui num espaço cultural de aprendizagens permanentes, espontaneamente. Mas a cidade pode ser “intencionalmente” educadora. Uma cidade pode ser considerada como uma cidade que educa quando, além de suas funções tradicionais, ela exerce uma função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania (Freire, 1993; Gadotti, 2006). Nesse contexto, as políticas, espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, capazes de apoiar o desenvolvimento do potencial humano.

Ao falarmos em cidade educadora, reforçamos a concepção de reunir forças para instaurar a cidadania plena, compreendendo a participação como construção necessária para a tomada de decisões democráticas na construção e transformação da cidade. Moacir Gadotti afirma que a Cidade Educa quando “estabelece canais permanentes de participação, e incentiva a organização das comunidades para que elas tomem em suas mãos, de forma organizada, o controle social da cidade” (Gadotti, 2006).

O que se realizou

A consolidação da Área 1 da proposta materializou-se com a construção do piso e do mobiliário da praça localizada em frente à saída da EE Andrelino Vieira, espaço que posteriormente se tornou palco para a realização de diversas oficinas e atividades comunitárias. A primeira intervenção consistiu na pintura do piso e dos bancos, realizada após uma oficina de desenho destinada a compreender as ideias e expectativas dos alunos da escola para a nova configuração da praça. A partir disso, promoveu-se uma atividade de pintura aberta a estudantes do Ensino Médio, moradores e transeuntes interessados em participar.







Figura 4 - Área 1. Proposta: área de convivência para pais e alunos da EE Andrelino Vieira, com piso pavimentado, bancos, e integração com parquinho já existente. Fonte: dos autores, 2022. Figura 5 - Área 2. Proposta: passeio mais largo para caminhada e ocupação dos alunos da EE Esterina Placco, com pintura de piso e parede, e bancos de concreto para traffic calming. Fonte: dos autores, 2022. Figura 6 - Área 3. Proposta: parklet em frente à entrada da EE Esterina Placco (Fatec pela noite), com bancos, espaço de convivência ampliado, e nova faixa de pedestre. Fonte: dos autores, 2022.







Figura 7 - Comunidade respondendo aos painéis interativos. Fonte: dos autores, 2022. Figura 8 - Oficina de plantio da Horta Comunitária em parceria com o Farmácia Viva. Fonte: dos autores, 2022. Figura 9 - Muro da CEMEI Helena Dornfeld pela artista Anny Lemos. Fonte: dos autores, 2022.



Figura 10 - Pintura da pista de caminhada. Fonte: dos autores, 2022.

Ao longo do projeto, o local acolheu oficinas de diferentes naturezas. Foram promovidas atividades de plantio de mudas em parceria com a Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade e com o projeto social Farmácia Viva. Uma dessas ações, posteriormente conhecida como “horta comunitária”, respondeu à demanda de redução da velocidade em uma via privada de acesso ao estacionamento da UBS São José, onde foram posicionadas manilhas de concreto de acordo com a “linha de desejo” identificada no local.

Também foram realizados murais artísticos em parceria com o Instituto Janela Aberta e a participação dos artistas locais Anny Lemos e Japão, que pintaram mural na CEMEI Helena Dornfeld, trabalhando temas do currículo daquela instituição, e Washington Pastore, que pintou portões da Escola Estadual Esterina Placco. Além disso, promoveu-se uma oficina de pintura envolvendo alunos da escola, familiares e moradores, voltada à demarcação de um percurso de caminhada de um quilômetro ao redor do quarteirão da Área 1 e do Ginásio Zuzão, uma demanda inicial do grupo de moradores da Vila São José. Durante essa oficina, que se estendeu por dois finais de semana, instalou-se também uma intervenção com painéis interativos, em parceria com a OSC Cidade Ativa, com o objetivo de captar percepções dos moradores sobre a área e colher sugestões de ações futuras para o espaço e sua comunidade, a fim de obter indicadores do projeto e seus resultados (Fig. 7, 8, 9 e 10).

6 Imaginários e poéticas urbanas

Concomitantemente às intervenções arquitetônico-urbanísticas realizadas na Área 1, foi realizada uma série de oficinas criativas e práticas poéticas com alunos do ensino fundamental da escola E.E. Andrelino Vieira, com o objetivo de estimular a observação crítica e a imaginação sobre o entorno urbano, utilizando metodologias lúdicas e intervenções efêmeras como ferramentas de reflexão.

O projeto de extensão Imaginar cidades outras: táticas e técnicas criativas como meio ao direito à cidade (2023–2025), vinculado à pesquisa Poiesis: apropriação e produção do espaço por meio da participação (IAU-USP), orientou essas propostas. Elas buscavam articular uma leitura do direito à cidade, na perspectiva de Lefebvre, com ênfase na imaginação, e explorar métodos de táticas urbanas. Em termos metodológicos, os conceitos teóricos de Henri Lefebvre (2008; 2016) nortearam investigações sobre

linguagens, mídias e técnicas visuais criativas, favorecendo a prática imaginativa. Complementarmente, A sobrevivência dos vagalumes (Didi-Huberman, 2011) e O ar e os sonhos (Bachelard, 2001) inspiraram as atividades, permitindo refletir sobre a dimensão dos imaginários e as possibilidades de transformação urbana por meio de imagens.

O percurso metodológico foi organizado em etapas progressivas, favorecendo a aproximação gradual das crianças com a realidade urbana. Inicialmente, foram realizadas rodas de conversa para estimular a expressão das percepções individuais e coletivas sobre o bairro, buscando compreender como os alunos se relacionam com o espaço urbano, identificando elementos de interesse e dificuldades em reconhecer ou questionar aspectos problemáticos do cotidiano.

Em seguida, promoveram-se caminhadas exploratórias pelo entorno da escola, inspiradas nas leituras de Lefebvre sobre as múltiplas camadas do espaço urbano. Durante esse processo, realizou-se o mapeamento e a identificação de espaços urbanos vacantes em São Carlos-SP, compreendidos como potenciais campos de intervenção. Esses levantamentos possibilitaram correlacionar a base conceitual à experiência empírica, explorando alternativas criativas para “trazer à luz” esses espaços e revelar novas possibilidades de uso.

Complementarmente, oficinas de desenho captaram as percepções urbanas e os desejos das crianças em relação ao contexto urbano imediato à escola. Os resultados foram transformados em matrizes, por meio de processos de simplificação e síntese, que posteriormente serviram para a confecção de estênceis aplicados em jardins do projeto de extensão (Fig. 11,12 e 13).

Nas caminhadas urbanas seguintes, os alunos foram incentivados a observar criticamente aspectos específicos da paisagem — como calçadas, muros e espaços de permanência — utilizando elementos gráficos e lúdicos para demarcar o território, caracterizando uma prática de entendimento e apropriação do lugar (topos). Esse gesto configurou uma primeira forma de intervenção efêmera, capaz de tensionar o olhar dos estudantes e também dos transeuntes, deslocando para o campo da visibilidade questões geralmente naturalizadas (Fig. 14).

Por fim, foram realizadas atividades de caráter poético-interventivo, em que a reflexão foi convertida em ação simbólica. A confecção coletiva de flores de papel crepom e sua posterior instalação nos pontos críticos identificados nas caminhadas constituíram práticas inspiradas nas táticas urbanas e no trabalho do coletivo Poro. Além disso, a inserção de cartazes com a frase “Os vaga-lumes desapareceram todos ou eles sobrevivem apesar de tudo?”, em referência a Didi-Huberman, introduziu uma camada metafórica à intervenção, evocando resistência e imaginação como formas de habitar poético.

Assim como a metáfora dos vaga-lumes simboliza pequenas formas de resistência, sensibilidade estética e manifestações culturais minoritárias frente a forças opressoras, consumo massificado e homogeneização cultural (Didi-Huberman, 2011), essas práticas lúdicas e criativas podem ser interpretadas como micropolíticas: pequenas ações contra-hegemônicas manifestadas na palavra, na arte, na poesia e nas imagens fragmentadas. Segundo Bachelard (2001), a imaginação transforma a realidade em vez de apenas imitá-la ou representá-la, abrindo espaço para mundos possíveis (Fig. 15).





Figuras 11 - Processo de obtenção das matrizes a partir dos desenhos das próprias crianças e posterior atividade criativa com os moldes. Fonte: dos autores, 2024. Figura 12 - Crianças utilizando os módulos de desenho em oficina. Fonte: dos autores, 2024. Figuras 13 - Pintura das manilhas com as crianças por meio da técnica de estêncil, confeccionadas a partir dos módulos. Fonte: dos autores, 2024.



Figuras 14 - Pintura das manilhas com as crianças por meio da técnica de estêncil, confeccionadas a partir dos módulos. Fonte: dos autores, 2024.

Dificuldades e reprogramação da proposta

No decorrer do projeto, uma série de dificuldades foram enfrentadas, e fizeram com que o projeto estabelecesse uma revisão das propostas, de acordo com os desafios enfrentados. No primeiro momento, após o desenho da proposta, encontramos a dificuldade em realizar as obras de reparo e nivelamento do calçamento público em torno das escolas. Após levantamento de buracos e avarias na calçada existente, compreendemos que seria inadequado realizar a pintura do calçamento nos moldes inicialmente planejados. Após uma série de tentativas de obter junto ao poder público municipal a realização da obra, o projeto redesenhou sua estratégia, e optamos por executar atividades de ação educativa, pinturas murais e somente uma marcação no piso para sugestão do circuito de caminhada. Os reparos nas calçadas não foram executados, e a comunidade de moradores ainda luta para que esta obra seja realizada.

Avaliação

Os painéis interativos desenvolvidos pela OSC Cidade Ativa, de São Paulo, foram utilizados para registrar a percepção dos moradores sobre a área de atuação e ideias de ações para serem feitas no espaço. Os dados obtidos nessa pesquisa foram organizados pela pesquisadora Bárbara Toma em seu Trabalho de Conclusão de Curso, e foi possível compreender mais sobre a percepção dos cidadãos frente ao bairro e ao Projeto Cidade que Educa.

A pesquisa revelou um perfil de participantes majoritariamente composto por adultos e crianças de 6 a 10 anos, sendo que a maioria reside no próprio bairro. O principal motivo para utilizar o espaço é o trajeto para a escola, e ao caminhar pelo local, a sensação



Figuras 15 - Flores e lambe-lambes confeccionadas durante a oficina implantados no contexto urbano. Foto: dos autores, 2025

predominante foi de “bem/feliz/tranquilo”. A praça é fortemente percebida como um local de brincar, sendo a atividade preferida das crianças (45%) e a razão pela qual quase metade dos adultos (47%) a utilizam (levando alguém para brincar). Olhando para o futuro, a comunidade expressou desejo de participação ativa na qualificação do espaço, com destaque para o interesse em colaborar com a escola e em melhorias no entorno.

Projeto Integrado de Inovação

Em parceria com o Departamento de Engenharia de Produção da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP), a proposta do Projeto Integrado de Inovação em 2024 compreendeu o desenvolvimento de mobiliário para a praça, promovendo o diálogo entre estudantes de Arquitetura e Urbanismo, e Engenharia de Produção, por meio de tutoria concedida em encontros semanais entre alunos de ambos os cursos. O projeto articula diversas disciplinas do curso da EESC, e instigou os estudantes de engenharia a compreender as vivências e as necessidades de quem utiliza esse espaço, num processo de desenvolvimento de produtos que tradicionalmente acolhe variáveis ligados a potenciais consumidores, sem viés comunitário. A partir dessa escuta e do mapeamento realizado, os grupos desenvolveram propostas de mobiliário urbano especificamente para uma praça da região. Um dos projetos, que compreende bancos e espreguiçadeiras feitos a partir de cintos de segurança reutilizados, foi selecionado para ser desenvolvido, e já com protótipos executados, aguarda a adequação do piso da praça para a instalação (Fig. 16).

Estágio atual do projeto

Atualmente o projeto Cidade que Educa se encontra em fase de expansão, agora abrangendo também outras regiões da cidade. Os primeiros passos realizados na Vila São José, agora servem de inspiração e referência para aplicação da metodologia em outra região da cidade, como o bairro Cidade Aracy, onde as Escolas Municipais de Educação Básica Prof. Afonso Fioca Vitali (Centro de Atenção Integral à Criança - CAIC) e Ulysses Ferreira Picollo já receberam as primeiras oficinas de escuta com pais, estudantes e comunidade.



Figura 16 - Projeção da intervenção com bancos desenvolvidos pela parceria com EESC. Fonte: dos autores, 2022.

Neste novo contexto, a ênfase do projeto se volta ao trabalho em um nova frente, uma região afastada do centro da cidade, com um conjunto grande de carências e desafios, desde a mobilidade até o investimento em infra estrutura urbana. Neste sentido, a demanda das escolas está centrada também nos estudantes, com neurodivergências e necessidades especiais, em atenção à proposta de inclusão social.

Conclusão

Cada vez mais as instituições de ensino se mostram como um ponto de ancoragem para o projeto, em dois aspectos. No primeiro, ligado à viabilização das ações, a importância dos projetos de extensão universitária, com o financiamento de bolsas e apoio em editais oriundos de iniciativas da USP e a UFSCar, por meio de alocação de recursos. No segundo, ligado à execução das ações, a relação com a comunidade escolar é potente, cria vínculos de identidade e pertencimento, e mantém ativa as ações do projeto, uma vez que a colaboração das direções das escolas, dos professores, e dos pais e responsáveis constroem o público participante nas ações educativas.

O projeto mantém constante o trabalho de tratativas com o poder público, seja por meio do apoio por vereadores e bancadas da câmara municipal, ou em reuniões específicas com diretores e secretários municipais. Essa articulação constante não só garante recursos para a realização das intervenções, mas também viabiliza a legalidade e a viabilidade do projeto a longo prazo, bem como visa implementar na visao da administração pública os ideais do projeto.

No seu desenvolvimento, o projeto Cidade que Educa empenha-se na criação de alianças e pontes, estabelecendo diálogos, num processo que, tanto em sua prática quanto em seus objetivos, procura construir uma Cidade Educadora.

Referências

BACHELARD, G. *O ar e os sonhos:* ensaio sobre a imaginação do movimento. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DIDI-HUBERMAN, G. *A sobrevivência dos Vagalumes.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FREIRE, P. Educação permanente e a cidade educativa. In: FREIRE, P.. *Política e educação.* São Paulo: Cortez, 1993.

GADOTTI, M. A escola na cidade que educa. *Cadernos Cenpec:* educação, cultura e ação comunitária, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 133–139, jan./jun. 2006.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro, 2016.

TARACHUCKY, L. *LabIC Pela Cidade:* guia de implementação de oficinas de escuta comunitária. Jaraguá do Sul: Associação do Centro de Inovação Jaraguá do Sul, 2023.

parede



Foto: Gustavo Nagib.

PEDALAR POR RIOS
Os trajetos do Pedal Hidrográfico na região metropolitana de São Paulo

***Barbara Monfrinato*[1]**

Seguir os caminhos dos rios, mesmo aqueles debaixo do concreto. Este ensaio fotográfico percorre, sobre duas rodas, alguns dos passeios ciclísticos do Pedal Hidrográfico nessa busca pela cidade de São Paulo (SP).

O que começou como percursos entre dois amigos, em setembro de 2024, foi aos poucos atraindo mais gente – conhecida e desconhecida – em passeios noturnos todas as terças-feiras. Os pontos de partida e chegada variam na região metropolitana de São Paulo, seguindo cursos d'água como Tietê, Tiburtino, Cangaíba, Saracura, Aricanduva, Tamanduateí. Ao percorrê-los, os caminhos não seguem a lógica dos carros, tampouco da eficiência das plataformas de geolocalização: envolve passar por vielas, calçadas, escadas (Fig. 8), praças, ruas em contramão, cansativas ladeiras. Espiar bueiros e se demorar em pontes. Parecem percursos pouco óbvios, mas carregam a verdade de caminhos naturais transformados, soterrados ou obstruídos pelo capital. Nesse exercício cicloativista, a cidade se torna um labirinto de múltiplas temporalidades, explorado de modo lento e coletivo.

Essa organização tem gerado muitos frutos, entre os quais um repositório de informação colaborativo (Wiki Hidrográfico, 2025). Por meio da expressão gráfica, o mapa topo-hidrográfico colorido (Berdinardeli, Bojarczuk, 2025) foi criado e impresso no papel e em tecidos de canga de praia com uma renderização batimétrica de São Paulo: a elevação é representada por um ciclo completo na matiz de cores, e a declividade é representada pelo brilho. O resultado é um visual saturado, sensorial, próximo da psicodelia, apresentado em todos os inícios de passeio para guiar a busca dos rios (Fig. 7). E imaginar outras vidas possíveis na cidade.

Referências

BERNARDINELI, Danilo Lessa; BOJARCZUK, Tom. *O Mapa Topo-hidrográfico colorido.* Zenodo, 14 nov. 2025. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.17612628. Acesso em: 29 nov. 2025.

WIKI *Hidrográfico*. 2025. Disponível em: https://pedalhidrografi.co/. Acesso em: 29 nov. 2025.

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte (PGEHA-USP) e jornalista pela Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP).



Figura 1 - Pedal Hidrográfico e o córrego Água Preta, no bairro da Vila Anglo Brasileira, zona oeste de São Paulo (SP), setembro de 2025. Fonte: da autora.



Figura 2 - Co-fundador Danilo Bernardineli, ao centro, compartilha informações sobre o trajeto. Vila Madalena, zona oeste de São Paulo (SP), setembro de 2025. Fonte: da autora.

Figura 4 - Ciclistas do Pedal Hidrográfico ouvem as águas do córrego Tiburtino debaixo do concreto. Vila Anglo Brasileira, zona oeste de São Paulo (SP), setembro de 2025. Fonte: da autora.

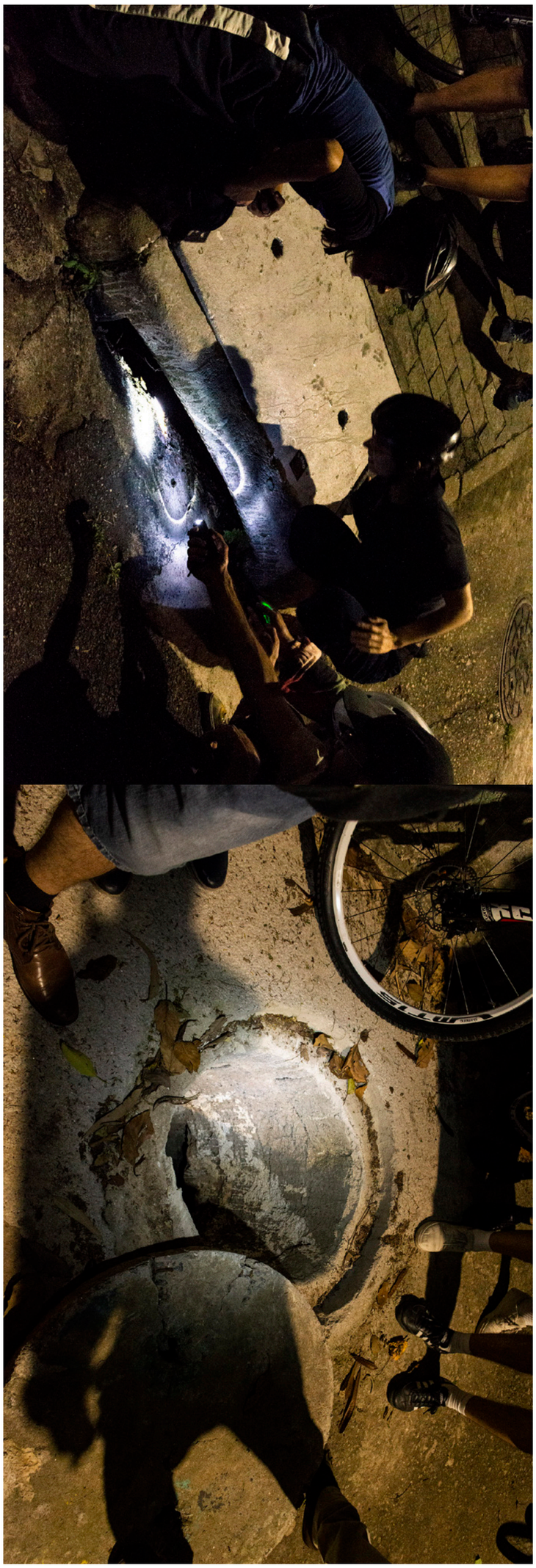


Figura 6 - Destampar bueiros em busca dos rios. Lapa, zona oeste de São Paulo (SP), setembro de 2025. Fonte: da autora.

Figura 3 - Pedal Hidrográfico percorre praça no Alto da Lapa, zona oeste de São Paulo (SP), setembro de 2025. Fonte: da autora.



Figura 5 - Ciclistas do Pedal Hidrográfico filmam as águas do córrego Tiburtino debaixo do concreto. Lapa, zona oeste de São Paulo (SP), setembro de 2025. Fonte: da autora.

Figura 8 - Ciclistas carregam as bicicletas por escadas. Vila Anastácio, zona oeste de São Paulo (SP), outubro de 2025. Fonte: da autora.

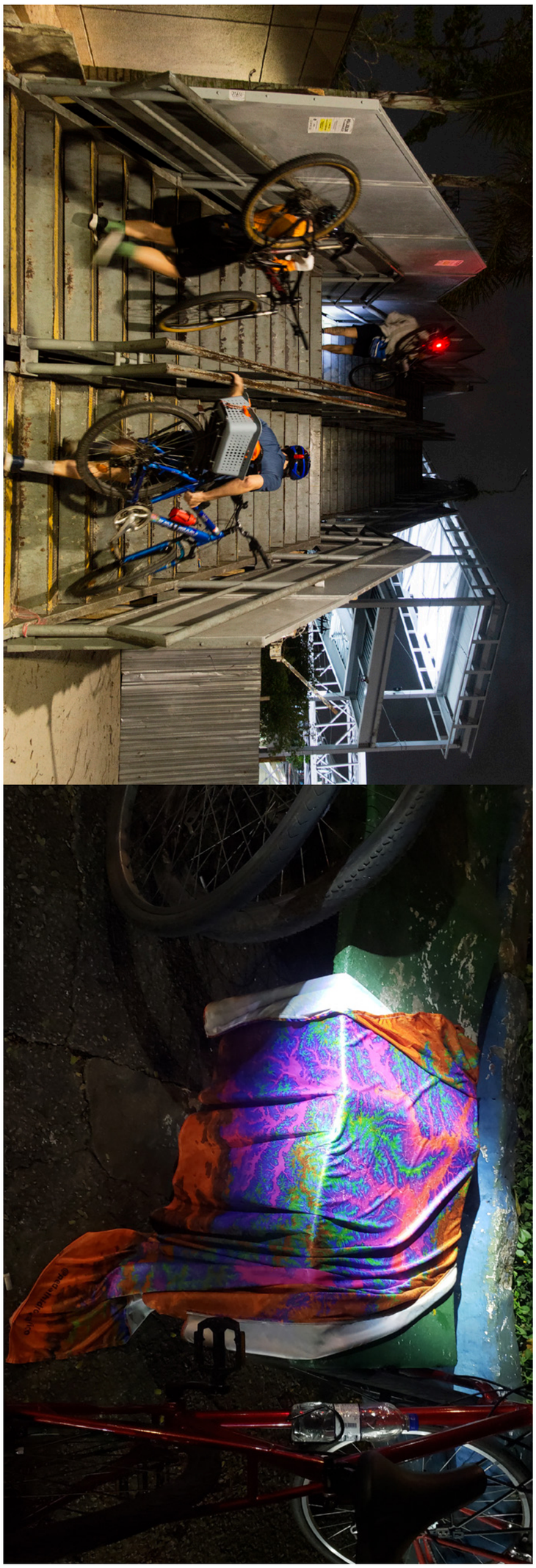


Figura 10 - Canga do mapa topo-hidrográfico em banco de praça no Pari, zona leste de São Paulo (SP), novembro de 2025. Fonte: da autora.

Figura 7 - Co-fundadores, Ana Ju e Danilo, compartilham informações sobre o trajeto usando a canga do mapa topo-hidrográfico. Vila Madalena, zona oeste de São Paulo (SP), setembro de 2025. Fonte: da autora.



Figura 9 - Uma das pontes do córrego Ponte Rasa, no bairro Ponte Rasa, zona leste de São Paulo (SP), novembro de 2025. Fonte: da autora.



ISSN 2526-7310


JARDIN